



**O discurso dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho  
portugueses na arquitetura cenobítica (1128-1834) [volume I]**

Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva

UMinho | 2021



**Universidade do Minho**  
Escola de Arquitetura

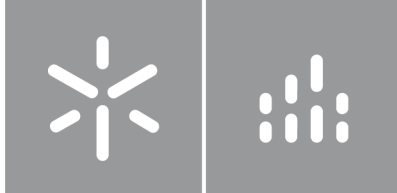
Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva

***Princípio, fundação, união, reformação e  
progresso***

**O discurso dos Cónegos Regrantes de  
Santo Agostinho portugueses na  
arquitetura cenobítica (1128-1834)**

**[volume I]**





**Universidade do Minho**

Escola de Arquitetura

Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva

***Princípio, fundação, união, reformação e progresso***

**O discurso dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses na arquitetura cenobítica (1128-1834)**

**[volume I]**

Tese de Doutoramento  
Arquitetura/Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia**  
E co-orientação do  
**Professor Doutor António Nunes Pereira**

## **Declaração**

### DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Universidade do Minho, 15 de Janeiro de 2021

Nome completo: Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva

Assinatura: 

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que deu origem a esta tese de doutoramento beneficiou de um abundante privilégio de tempo. Uma dúzia de anos se passou, rigorosamente, entre a primeira vez que me matriculei no programa de doutoramento da Universidade do Minho, em 2008, e o momento em que pedi a reinscrição derradeira, já pronto para submeter o resultado da pesquisa a provas académicas. Foram doze anos, longos é certo, mas de passo regular, sem bloqueios nem paragens, ao sabor do respirar da observação e da sua filtragem em texto, feita a partir de 2010, procurando pensar menos no prazo que no caminho.

Este intervalo dilatado só foi pragmaticamente possível, numa fase inicial, com o suporte financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que me concedeu uma bolsa de doutoramento entre Novembro de 2009 e Novembro de 2013. Apoio primeiramente tentado, sem sucesso, em 2004 e 2005 – estando eu então inscrito no programa doutoral da Faculdade de Letras, de 2004 a 2006 –, foi a aprovação da minha terceira candidatura, a 12 de Agosto de 2009, que selou a decisão de levar adiante um projeto com semente na minha dissertação de mestrado de 1998, já sobre a arquitetura dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, e que eu definira como objetivo em 2003. Foi, por conseguinte, uma ajuda importante logisticamente, mas também, de alguma forma, espiritualmente.

No entanto, para uma temática de que me aproximara em 1996 e a cujo âmbito expansivo queria fazer justiça, tornou-se rapidamente claro para mim que os quatro anos subsidiados não seriam suficientes para levar a termo a tarefa. E foi aí que, entre todos os inumeráveis agradecimentos que seria necessário prestar-lhes, a rápida disponibilização de auxílio pelos meus pais (antes ainda que eu tivesse de lhes pedir) e a imperturbável e inquestionada maneira como o mantiveram até hoje – como *natural* contribuição para a minha formação, que eles consideram sua prerrogativa – foi uma bênção incomparável.

Foi igualmente essencial, e do mesmo modo merecedora de reconhecimento, a possibilidade de manter o serviço docente, que a Fundação para a Ciência e Tecnologia ainda permitiu, apesar de algumas restrições, e para a qual a Universidade Fernando Pessoa demonstrou flexibilidade em adaptar os meus horários, e uma dose assinalável de compreensão face à duração que enfim tomou este processo, compreensão que sempre recebi dos diretores da minha faculdade, os profs. doutores Álvaro Monteiro e Feliz Ribeiro Gouveia, assim como do coordenador do curso de arquitetura, prof. doutor Luís Pinto Faria. É discutível se o não ter suspenso a docência não prolongou adicionalmente este prazo de absorção e maturação, mas sou da opinião que, ensinando história da arquitetura, a evolução, em tempo longo,

da influência da minha investigação na discussão que fui fazendo dos conteúdos em aula, e a reação dos meus alunos a certos nexos explicativos que experimentei, tal como muitas observações que recolhi deles sobre alguns edifícios a seguir abordados, foram inestimáveis para solidificar a minha visão da matéria, e estou grato por isso.

O caminho em várias etapas, e voluntariamente não acelerado, que trilhei à volta deste tema, teve a virtude de me permitir cruzar com quiçá ainda mais pessoas, de cuja generosidade sou devedor, que me levaram organicamente a este ponto.

Foram as minhas ex-professoras da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Marta Arriscado de Oliveira e Maria José Casanova, que chamaram a minha atenção, respetivamente para os Crúzios e para a dimensão sistemática da arquitetura cenobítica, quando eu procurava definir a minha proposta de mestrado; foi o meu muito querido José César Vasconcelos Quintão, nas aulas de licenciatura e em décadas de conversas, que me despertou o interesse por uma análise linguística da arquitetura. Foram, fulcralmente, o meu orientador e arguente de mestrado, Fausto Sanches Martins e Nelson Correia Borges, que consolidaram, com gentil aprovação e muitos conselhos preciosos, a minha fascinação por este assunto, enquadramento e metodologia.

O primeiro ensaio que fiz então poderia, ainda assim, nunca ter avançado para este nível seguinte ou ter-se desviado de curso em direção a tópicos mais digeríveis, se o meu orientador e amigo Jorge Correia não me tivesse firmemente intimado a recomeçar, na Universidade do Minho, oferecendo-se a si mesmo como parceiro da empresa. Teve ele a convicção que então me faltava e tem tido até agora a admirável resignação de me aturar a mim, ao meu ritmo e à loquacidade dos meus escritos. E as admoestações regulares que faz, são, sei-o bem, sinceros esforços em me ajudar, pelo que espero nunca ter falhado em agradecer-lhe, não obstante o faça agora.

Foi a conselho do Jorge que procurei um co-orientador e que, portanto, sujeitei mais uma pessoa ao desafio de tão longamente ser meu interlocutor. António Nunes Pereira pode bem ostentar a simples superação de tal repto entre os seus méritos. Mas, se creio que ele está convencido que a persistência foi das poucas dádivas que me concedeu, é de pura honestidade lembrar-lhe que há mais dele nesta tese – de um espírito metódico, germânico, de exposição, aos ecos da série de “chamadas à terra” que fez – do que se calhar acredita.

Evidentemente, o percurso esteve recheado de inúmeros encontros providenciais, do encorajamento que foi descobrir as palavras de aprovação que Aires Gomes Fernandes, não me conhecendo, escreveu

sobre o meu trabalho; da disponibilidade espontânea com que Saul António Gomes procurou informação de que eu não estava a conseguir encontrar sobre certas Constituições regrantas, ou do entusiasmo inesperado com que Hervé Mouillebouche, do Centre de Castellologie de Bourgogne, acolheu a minha primeira proposta de comunicação derivada desta pesquisa. De igual modo poderia eu falar de uma extensíssima multidão de pessoas que, sem que qualquer recomendação me respaldasse, e muito para além do que as suas obrigações determinariam, usaram do seu tempo e competências para me auxiliar: arquivistas, bibliotecários, autarcas, autoridades eclesiásticas, párocos, proprietários de edifícios e um sem fim de funcionários, de diversas hierarquias, das instituições com que necessitei de interagir. São verdadeiramente impressionantes os esforços que pessoas anónimas são capazes de fazer quando pedimos com sinceridade, e a magnitude dos obstáculos que afinal se ultrapassam, por simples vontade de ajudar e sem contrapartidas. Emerge deste, já agora, um outro fenómeno de que o tempo é catalisador – muitos feitos recalcitrantes se amaciam quando nos veem, mês após mês, um ano a seguir a outro, a regressar, a porfiar.

Em doze anos, ademais, esta tese incorporou a tessitura da vida. Ocupando quase um quarto da minha idade, tenho alguma dificuldade em lembrar-me da época em que os meus hábitos não estavam moldados a este objetivo, em que os cónegos não me faziam companhia, não se entrelaçavam em quase todos os eventos, como elemento natural. Não subestimo, todavia, o impacto que as indisponibilidades apesar de tudo acumuladas tiveram sobre a minha família e amigos, e valorizo imensamente a resistência e assistência (moral e prática) que me prodigalizaram.

A começar pelos que já cá não estão – a Rita, que tanto me queria fazer sair do torpor e que não teve tempo de o ver acontecer; a Luísa, tão vigilante, que adormeceu quando eu acordava; o Mário, para quem, apesar do caos destrutivo em que vivia, visitar mosteiros comigo tinha todo o maravilhamento encantatório de um sonho.

Os presentes, por seu lado, concertaram-se em várias frentes finais complementares. Há-os entusiastas – a Lenas, a Silvana, a Gabi, o Pedro Barros, a Manuela Pinto, que se esforçaram por me fazer crer que sou capaz de tudo, a minha irmã, que, militantemente, já sabia melhor que eu a lista de pontos a observar, enquanto visitávamos mosteiros, da Borgonha ao Languedoc, ou o José Leitão, que acolhia a minha enésima visita a Coimbra com o mesmo ar placidamente encorajador (é preciso um ruminante para compreender outro). Houve-os sobretudo estoicos, benevolentemente esperando o tempo que fosse preciso – quer entendendo o esforço, quer não obstante tendo dificuldades em o perceber – como a Carlota, o Gerhard, a Sara, o Toninho, o Pedro Matias, a Pilar, o Francisco Faria, a Manuela Ferraz, ou o

meu irmão Nuno. Alguns, por seu lado, observaram-me com uma bonomia inquebrantável, quase como em negação do proverbial elefante na sala, o que se revelou estranhamente relaxante – o Raul, o Filipe, a Luli, o Mário Pereira. E, tanto ou mais indispensáveis que os anteriores, existiram ainda os exasperados, categoria a que se juntaram (eventual ou ocasionalmente) muitos dos já referidos, e em que rapidamente e consistentemente ancoraram almas impacientes em me ter de volta, como o Nuno Pinto Cardoso e a Isabel Cruz, ou *my one and only* Loff, cujos protestos repetidos são outras tantas maneiras de me apoiar, indefetivamente, até hoje.

Roubando desavergonhadamente ao poeta, eu mais anos serviria, se não fora para tão longo(s) amor(es) tão curta a vida.

Porto, 16 de Outubro de 2020




### **Declaração de Integridade**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 15 de Janeiro de 2021

Nome completo: Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva

Assinatura:  \_\_\_\_\_



# **PRINCÍPIO, FUNDAÇÃO, UNIÃO, REFORMAÇÃO E PROGRESSO**

O discurso dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses na arquitetura cenobítica (1128-1834)

## **Resumo**

Esta tese de doutoramento procura contribuir para uma consciência integrada da produção arquitetónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses no campo da arquitetura cenobítica, isto é, da conceção, produção e uso de edifícios como organismos de suporte duma existência em comum, sob a regra agustiniana e os estatutos da Ordem, no nosso país, da sua génese à sua extinção.

A análise centra-se, portanto, tanto na Ordem como agente da arquitetura – sendo promotora e definidora de programas, mas também interlocutora na discussão de opções de desenho – como num registo edificado que engloba sistemas de valências avaliados na sua inter-relação, como alternativa ao foco nos autores individuais e na valorização dos espaços de representação como peças, em detrimento de áreas funcionais e da estrutura integral do conjunto. Como tal, foi importante não só a visita a todos os cenóbios, como a todas as suas partes constituintes, e uma consideração dos sítios na interpretação dos conjuntos.

A investigação procura analisar essa arquitetura como um discurso institucional, de tradução de certos núcleos de significado, segundo certas preferências linguísticas, refletindo os contactos e a mundividência dos Regrantes. A prática discursiva cruzia teve vetores individuais perenes, assim como oscilações de tónica, de acordo com as fases de auto-definição da instituição ao longo do tempo. A bibliografia ampliou-se, conseqüentemente, para abranger esses padrões alargados de mentalidade e expressão.

O facto de se tratar da primeira ordem religiosa criada autonomamente em território nacional, a sua ininterrupta (mesmo que variável) importância política e cultural, a extensão da sua presença territorial e o número das Casas que englobou (num total ultrapassando as seis dezenas) tornam-na um caso de estudo particularmente rico. Sinal de relevância é também que sejam expressões desse discurso conjuntos tão marcantes para a História da Arquitetura Portuguesa como os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fora, São Salvador de Grijó, Santo Agostinho da Serra do Pilar.

## **Palavras-chave**

Arquitetura Cenobítica, Cónegos Regrantes, Cruzios, Discurso Tipológico



# **ORIGIN, FOUNDATION, UNIFICATION, REFORMATION AND PROGRESS**

The discourse of the Portuguese Crucian Augustinian canons in coenobitic architecture (1128-1834)

## **Abstract**

This dissertation aims to contribute to a general framework of the architectural output of the Portuguese Canons Regular of Saint Augustine in regards to coenobitic structures. It therefore looks into the concepts, the production and usage of buildings as supports of communal life under Augustinian rule and according to the statutes of the Order of the Holy Cross of Coimbra, in Portugal, from its inception until its demise. This analysis is focused, therefore, both in the Order as an agent of architecture – being a sponsor of initiatives and actively defining project briefs, but also as a participant in the discussions on design options – as well as in a building theme relying on the appraisal of a global system of facilities in its interconnected whole. Both perspectives try to shift away from the primacy of individual authorship and the concentration on spaces of representation as set pieces, over functional areas and the overall structure of coenobitic complexes. As such, not only was it important to visit all the coenobia but also all of its subsisting parts, and, even where no traces remain, to get a feeling of the sites to properly evaluate them.

The research thus strives to analyze that architectural corpus as an institutional discourse, a translation of certain sets of meanings through established linguistic preferences, as a reflection of the interactions and worldview of the Augustinian Canons. The Crucian discourse patterns display long lasting individualized axis of identification, while simultaneously exhibiting shifts in tonal accentuation, as the Order's self-definition adjusted to changing circumstances in time. Sources used widened accordingly, to encompass such broad patterns of mindset and expression.

The fact that this was the first religious order to have autonomously originated in Portugal, its unbroken (even if varying) social and political importance, the extent of its territorial spread and the sheer number of its Houses (surpassing sixty references), make the Canons Regular a particularly valuable theme for investigation. A further sign of their relevance might equally be that we can find amongst their architectural body of work such central buildings to the Portuguese History of Architecture as the monasteries of Santa Cruz in Coimbra, of São Vicente de Fora in Lisbon, of São Salvador de Grijó or São Salvador da Serra do Pilar, in Porto.

## **Keywords**

Coenobitic Architecture, Augustinian Canons, Crucian Order, Typological Discourse



# ÍNDICE

## VOLUME I

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	ix
<i>Abstract</i> .....	xi

### ***Prima Pars - Praeceptum***

Uma proposta

#### **Capítulo I – *Sapientia igitur plenitudo. In plenitudine autem modus***

Objetivos, axiomas e posturas para um estudo da arquitetura cenobítica crúzia

<b>1.1 Preâmbulo: porquê?</b> .....	3
<b>1.2 Objeto: o discurso arquitetónico crúzio sobre a vida cenobítica</b> .....	4
<b>1.3 <i>Zeitgeist</i> e auto-mitificação, metamorfose e permanência: uma hipótese teórica</b> .....	6
<b>1.4 Com quê: estado da arte e fontes fundamentais</b> .....	7
<b>1.5 A investigação – opções de abordagem e de exposição: como</b> .....	12

#### **Capítulo II – *Signum est quod se ipsum sensui et praeter se aliquid animo ostendit***

Definições metodológicas para um estudo da arquitetura cenobítica crúzia

<b>2.1 Prolegómenos</b> .....	16
<b>2.2 A arquitetura como linguagem</b> .....	17
2.2.1 Definição, essência, signo .....	17
2.2.2 Implicações, pré-requisitos e objeções .....	18
2.2.3 Uma base teórica de solução .....	22
2.2.4 Conceitos operativos .....	24
<b>2.3 Uma análise textual da arquitetura</b> .....	26

#### **Capítulo III – *Honorate in vobis invicem Deum cuius templa facti estis***

*Corpus* da arquitetura crúzia

<b>3.1 Os enunciados edificados</b> .....	29
<b>3.2 Uma elencagem</b> .....	30
3.2.1 A bacia do Minho .....	30

3.2.2 A bacia do Lima.....	31
3.2.3 A bacia do Cávado.....	33
3.2.4 A bacia do Ave.....	35
3.2.5 A bacia do Leça.....	43
3.2.6 A bacia do Douro.....	44
3.2.7 A bacia do Vouga.....	60
3.2.8 A bacia do Mondego.....	61
3.2.9 A bacia do Lis.....	65
3.2.10 A bacia das ribeiras do Oeste.....	66
3.2.11 A bacia do Tejo.....	67
3.2.12 A bacia do Guadiana.....	70
<b>3.3 Notas finais.....</b>	<b>71</b>

***Secunda Pars*** - *Ecce sunt caelum et terra! Clamant quod facta sint; mutantur enim atque variantur.*

A arquitetura cenobítica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (1128-1834)

#### **Capítulo IV – *murum in circuitu cenobii construendo, turres in excelso erigendo***

A arquitetura cenobítica crúzia entre 1128 e 1229

<b>4.1 Criação: o primeiro século dos cónegos regrantes portugueses.....</b>	<b>75</b>
4.1.1 Bases para a definição do intervalo.....	75
4.1.2 <i>Corpus</i> .....	79
4.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia.....	80
<b>4.2 As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio.....</b>	<b>84</b>
4.2.1 O momento.....	84
4.2.2 O meio.....	89
4.2.3 Os agentes.....	96
<b>4.3 A <i>língua</i> arquitetónica entre os séculos XII e XIII.....</b>	<b>103</b>
4.3.1 A arquitetura românica.....	103
4.3.2 O Românico português.....	107
4.3.3 <i>Arquétipos</i> e <i>protótipos</i> para os Crúzios.....	111
<b>4.4 A <i>fala</i> arquitetónica crúzia.....</b>	<b>120</b>
4.4.1 <i>Enunciados-tipo</i> e <i>estereótipo</i> .....	120
4.4.2 Repertórios interpretativos.....	132



4.4.3 Os enunciados.....	136
<b>4.5 O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1128 e 1229</b> .....	152
4.5.1 Contrapontos e repercussões.....	152
4.5.2 <i>Zeitgeist</i> e automitificação.....	156

**Capítulo V – Nos moesteiros dos frades regrados/ a demandeí, e disserom-m’assi:/ Nom busquedes vós a verdad’aqui,/ ca muitos anos havemos passados/ que nom morou nosco, per bõa fé,/ (...)/ e d’al havemos maiores coidados**

A arquitetura cenobítica crúzia entre 1229 e 1340

<b>5.1 Resistência: o segundo século dos cónegos regrantes portugueses</b> .....	157
5.1.1 Bases para a definição do intervalo.....	157
5.1.2 <i>Corpus</i> .....	160
5.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia.....	160
<b>5.2 As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio</b> .....	162
5.2.1 O momento.....	162
5.2.2 O meio.....	166
5.2.3 Os agentes.....	176
<b>5.3 A língua arquitetónica entre os séculos XIII e XIV</b> .....	179
5.3.1 A arquitetura gótica.....	179
5.3.2 O primeiro Gótico português.....	183
5.3.3 <i>Arquétipos</i> e <i>protótipos</i> para os Crúzios.....	187
<b>5.4 A fala arquitetónica crúzia</b> .....	190
5.4.1 <i>Enunciados-tipo</i> e <i>estereótipo</i> .....	190
5.4.2 Repertórios interpretativos.....	193
5.4.3 Os enunciados.....	195
<b>5.5 O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1229 e1340</b> .....	204
5.5.1 Contrapontos e repercussões.....	204
5.5.2 <i>Zeitgeist</i> e automitificação.....	210

**Capítulo VI – E asy vai o Mosteiro de pyor em pyor**

A arquitetura cenobítica crúzia entre 1340 e 1527

<b>6.1 Crise e negociação: os terceiro e quarto séculos dos cónegos regrantes portugueses</b> .....	212
---	-----

6.1.1 Bases para a definição do intervalo .....	212
6.1.2 <i>Corpus</i> .....	215
6.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia .....	216
<b>6.2 As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio</b> .....	218
6.2.1 O momento .....	218
6.2.2 O meio .....	222
6.2.3 Os agentes .....	235
<b>6.3 A língua arquitetónica entre os séculos XIV e XVI</b> .....	248
6.3.1 O Gótico tardio .....	248
6.3.2 Do Gótico “Pleno” ao Gótico Final, em Portugal .....	252
6.3.3 <i>Arquétipos</i> e <i>protótipos</i> para os Crúzios .....	257
<b>6.4 A fala arquitetónica crúzia</b> .....	260
6.4.1 <i>Enunciados-tipo</i> e <i>estereótipo</i> .....	260
6.4.2 Repertórios interpretativos .....	274
6.4.3 Os <i>enunciados</i> .....	277
<b>6.5 O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1340 e 1527</b> .....	284
6.5.1 Contrapontos e repercussões .....	284
6.5.2 <i>Zeitgeist</i> e automitificação .....	290

## **Capítulo VII – *Sãta Cruz sin las galâterias***

A arquitetura cenobítica crúzia entre 1527 e 1556

<b>7.1 Renascimento: a reforma dos cónegos regrantes portugueses</b> .....	292
7.1.1 Bases para a definição do intervalo .....	292
7.1.2 <i>Corpus</i> .....	294
7.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia .....	295
<b>7.2 As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio</b> .....	300
7.2.1 O momento .....	300
7.2.2 O meio .....	306
7.2.3 Os agentes .....	323
<b>7.3 A língua arquitetónica na primeira metade do século XVI</b> .....	332
7.3.1 A viragem europeia para a arquitetura <i>all’antica</i> .....	332
7.3.2 A adoção da matriz renascentista em Portugal .....	341

7.3.3 <i>Arquétipos e protótipos para os Cruzios</i> .....	347
<b>7.4 A fala arquitetónica crúzia</b> .....	354
7.4.1 <i>Enunciados-tipo e estereótipo</i> .....	354
7.4.2 Repertórios interpretativos.....	373
7.4.3 <i>Os enunciados</i> .....	379
<b>7.5 O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1527 e 1556</b> .....	387
7.5.1 Contrapontos e repercussões .....	387
7.5.2 <i>Zeitgeist</i> e automitificação .....	392

## **Capítulo VIII – no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica**

A arquitetura cenobítica crúzia entre 1556 e 1685

<b>8.1 Estabilização: a congregação dos cónegos regrantes portugueses</b> .....	394
8.1.1 Bases para a definição do intervalo.....	394
8.1.2 <i>Corpus</i> .....	396
8.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia .....	398
<b>8.2 As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio</b> .....	403
8.2.1 O momento .....	403
8.2.2 O meio.....	408
8.2.3 Os agentes .....	429
<b>8.3 A língua arquitetónica entre os séculos XVI e XVII</b> .....	438
8.3.1 A arquitetura maneirista.....	438
8.3.2 As arquiteturas de espírito maneirista em Portugal .....	449
8.3.3 <i>Arquétipos e protótipos para os Cruzios</i> .....	459
<b>8.4 A fala arquitetónica crúzia</b> .....	465
8.4.1 <i>Enunciados-tipo e estereótipo(s)</i> .....	465
8.4.2 Repertórios interpretativos.....	484
8.4.3 <i>Os enunciados</i> .....	487
<b>8.5 O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1556 e 1685</b> .....	506
8.5.1 Contrapontos e repercussões .....	506
8.5.2 <i>Zeitgeist</i> e automitificação .....	515

## **Capítulo IX – Memória sobre a existência do Real Mosteiro**

A arquitetura cenobítica crúzia entre 1685 e 1834

<b>9.1 <i>Novissima verba</i>: ataraxia (1685-1752) e reação (1752-1834) nos cónegos regrantes portugueses</b> .....	517
9.1.1 Bases para a definição do(s) intervalo(s) .....	517
9.1.2 <i>Corpus</i> .....	519
9.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia .....	521
<b>9.2 - As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio</b> .....	523
9.2.1 O momento .....	523
9.2.2 O meio .....	527
9.2.3 Os agentes .....	547
<b>9.3 A <i>língua</i> arquitetónica entre os séculos XVII e XIX</b> .....	553
9.3.1 Do Barroco ao Neoclássico .....	553
9.3.2 O arco do Barroco em Portugal .....	561
9.3.3 <i>Arquétipos</i> e <i>protótipos</i> para os Crúzios .....	571
<b>9.4 A <i>fala</i> arquitetónica crúzia</b> .....	574
9.4.1 <i>Enunciados-tipo</i> e <i>estereótipo(s)</i> .....	574
9.4.2 Repertórios interpretativos .....	580
9.4.3 Os <i>enunciados</i> .....	584
<b>9.5 O <i>discurso</i> da arquitetura cenobítica crúzia entre 1685 e 1834</b> .....	596
9.5.1 Contrapontos e repercussões .....	596
9.5.2 <i>Zeitgeist</i> e automitificação .....	602
9.5.3 <i>In hora mortis et post mortem</i> – o metadiscurso crúzio .....	603

### ***Tertia Pars*** – *De civitate Dei*

O discurso crúzio em arquitetura cenobítica

### **Capítulo X – *De qualitate duarum civitarum terrenae atque celestis***

Sínteses e conclusões

<b>10.1 O discurso da arquitetura cenobítica crúzia</b> .....	609
10.1.1 Uma história discursiva .....	609
10.1.2 Transições, sub-fenómenos e casos particulares .....	619
10.1.3 Implicações da pesquisa na história institucional .....	623
<b>10.2 Subsídios crúzios para a historiografia da arquitetura portuguesa</b> .....	628
10.2.1 Reavaliações do <i>carácter</i> da arquitetura cenobítica crúzia .....	628

10.2.2 Reavaliações do <i>papel</i> da arquitetura cenobítica crúzia.....	629
10.2.3 Reavaliações gerais suscitadas pela análise da arquitetura cenobítica crúzia .....	633
<b>10.3 <i>quid novi, quid tum</i></b> .....	636
10.3.1 Opções estratégicas e contributos essenciais .....	636
10.3.2 Vias por trilhar .....	637
10.3.3 A cidade terrena e a cidade celeste .....	638
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	643

## VOLUME II

### Apêndice

Iconográfico e analítico

<b>Capítulo III</b> – Ilustrações .....	3
<b>Capítulo III</b> – Créditos das Imagens .....	7
<b>Capítulo IV</b> – Ilustrações .....	8
<b>Capítulo IV</b> – Créditos das Imagens .....	26
<b>Capítulo IV</b> – Tabelas .....	33
<b>Capítulo V</b> – Ilustrações .....	45
<b>Capítulo V</b> – Créditos das Imagens .....	56
<b>Capítulo V</b> – Tabelas .....	59
<b>Capítulo VI</b> – Ilustrações .....	65
<b>Capítulo VI</b> – Créditos das Imagens .....	80
<b>Capítulo VI</b> – Tabelas .....	85
<b>Capítulo VII</b> – Ilustrações .....	89
<b>Capítulo VII</b> – Créditos das Imagens .....	108
<b>Capítulo VII</b> – Tabelas .....	115

<b>Capítulo VIII – Ilustrações</b> .....	121
<b>Capítulo VIII – Créditos das Imagens</b> .....	147
<b>Capítulo VIII – Tabelas</b> .....	159
<b>Capítulo IX – Ilustrações</b> .....	171
<b>Capítulo IX – Créditos das Imagens</b> .....	189
<b>Capítulo IX – Tabelas</b> .....	197
<b>Anexo</b>	
Prosopografia das Casas crúzias .....	203
<b>Índice por localização</b> .....	205
<b>Fichagem</b> .....	207



*Praeceptum*

Uma proposta

"Preceitos", título de um dos textos originais que estiveram na base da Regra de Santo Agostinho (ver Tarsicius J. Van Bavel, *The rule of Saint Augustine*, Londres, Darton, Longman & Todd, 1996, pp. 3-4; tradução minha).

Imagem criada pelo autor a partir da base cartográfica (editada graficamente) da *Carta Militar Itinerária – Portugal Continental* (1:500.000), 1.ª ed., Lisboa, Instituto Cartográfico do Exército, 1999, ISBN 972-765-963-2.



## CAPÍTULO I

### *Sapientia igitur plenitudo. In plenitudine autem modus*<sup>1</sup>

objetivos, axiomas e posturas para um estudo da arquitetura cenobítica crúzia

#### 1.1 | **Preâmbulo: porquê?**

Levando à letra as palavras do Hiponense, patrono desta Ordem, e simultaneamente glosando-o, o saber aspira à plenitude, e essa plenitude é uma questão de justa medida.

Assim, se querer analisar a arquitetura dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal, e, por conseguinte, pretender abarcar oito séculos, da fundação de Santa Cruz em Coimbra, no século XII, à extinção da Ordem no século XIX, parece ser a própria ilustração da desmesura, a proposta aqui é da possibilidade de uma síntese, exequível a partir de uma *justa* delimitação do objeto, da perspectiva, dos meios e das estratégias do estudo.

Acredito, desde logo, na utilidade e na *necessidade* de apurar uma visão de conjunto da arquitetura crúzia. De fazê-lo diacronicamente, por um lado, interligando num processo histórico contínuo as várias fases da Ordem como produtor edificatório, processo que é representado atualmente por momentos fragmentados de maior visibilidade – os primeiros séculos, de fundação e de arquitetura românica, e o momento da reforma congregacional e sua sequência, no contexto estilístico do Renascimento e Maneirismo – desligados do que os intervala e sucede, e com períodos completamente omissos (a sua ação em toda a primeira fase do Gótico em Portugal, por exemplo). Por outro lado, a questão também é relevante sincronicamente, para integrar e consubstanciar o conhecimento que temos de uma mão cheia de edifícios “protagonistas” (que de facto o eram na orgânica da Ordem, mas também certas vezes desigualmente sobre-estudados), na dimensão de rede que, pese embora as variações dos atributos e funcionamento dessa rede, é *definidora* do estatuto de Ordem religiosa.

Sob um segundo ponto de vista, para além dum panorama alargado, é igualmente urgente produzir uma releitura deste *corpus* arquitetónico erigido durante mais de setecentos anos, mas que tenha como linha condutora aquilo que é afinal o seu traço unificador, e que é precisamente o ter sido promovido pela instituição regrante, ou pelo menos tendo aquela como contexto comum (nem que como interlocutor forçoso de iniciativas externas). Uma série de Casas canonicais agostinhas aparecem-nos na historiografia avaliadas quase apenas por factores conjunturais, alheios (a sua circunstância político-religiosa, a

---

<sup>1</sup> “A sabedoria é, portanto, plenitude. Por outro lado, na plenitude há medida” – Santo Agostinho, *De beata vita*, IV, 32 (*Diálogo sobre a felicidade*, Lisboa, Edições 70, 2015, pp. 86-87; tradução minha).

iniciativa régia envolvida, ou a autoria e/ou participação num período estilístico), sem a relevante chegada da condicionante de terem sido projetadas para uma Ordem e para uma comunidade em particular – a renovação manuelina de Santa Cruz, o conceito renascentista de Santo Agostinho da Serra do Pilar ou o projeto filipino de São Vicente de Fora, são disso exemplos óbvios. A ausência desse nexo *interno* de inteligibilidade leva a zonas cegas na interpretação desses edifícios mais ambiciosos e a subavaliações do significado de conjuntos mais modestos, uns e outros avaliados segundo coordenadas exteriores (como é o caso da leitura de pequenos templos canonicais românicos por grelhas formalistas ou de escolas regionais). É uma omissão, aliás, que não ocorre tão sistematicamente para outras Ordens, como são os casos de Cister, dos Mendicantes ou da Companhia de Jesus, e que não deveria acontecer para os Regrantes.

## **1.2 | Objeto: o discurso arquitetónico crúzio sobre a vida cenobítica**

Antes de mais, esta tese debruça-se sobre a história *arquitetónica*<sup>2</sup> dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal. É sobre o reflexo construído dessa instituição, sobre os seus edifícios – a sua concetualização, o seu funcionamento, a sua plástica, a sua implantação no lugar, e, por extensão, a sua localização geográfica<sup>3</sup> – tal como foram surgindo ao longo do tempo e em diálogo com o seu tempo. Não é, no entanto, sobre a história institucional dos Agostinhos, nem sobre a sua história social, económica, política ou intelectual. Aliás, em sentido estrito, não é sequer sobre a história *artística* da Ordem em geral, ou mesmo da escultura, pintura e artes aplicadas que fomentou, aquelas que têm uma participação na qualificação da arquitetura e dela podem ser um atributo, mas possuem um campo autónomo. Não seria exequível tentar sê-lo, mas, sobretudo, não o quer ser.

Naturalmente que a arquitetura crúzia é uma produção que se origina nesses contextos significantes e em ligação a essas linguagens, e que, por conseguinte, aqui terão de ser tomados em consideração, podendo por vezes produzir questionamentos de certas assunções a elas atinentes, mas não são aqueles e estas o objeto de pesquisa e da produção de conhecimento.

Em segundo lugar, em delimitação mais apertada, se o objeto genérico é a arquitetura, esta investigação dedica-se à arquitetura *cenobítica* dos cónegos, *id est*, àquela que se destina à vida comum, estável e

---

<sup>2</sup> Isto é, uma história mais analítica, menos fechada na abordagem sociológica quase-determinista, abandonando o “sistema descritivo e arrolador” e adquirindo uma perspetiva crítica que se interroga sobre o sentido do espaço arquitetónico, na linha do que defende Pedro Vieira de Almeida no seu *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura* (Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 16-19).

<sup>3</sup> As clássicas dimensões vitruvianas da arquitetura, de implantação geral (ou localização), implantação específica, e articulação de elementos (John Onians, *Bearers of meaning: the classical orders - in Antiquity, the Middle Ages and the Renaissance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p.147): *regio, area, ordinatio* (Marco Vitruvio Polion, *De Architectura libri decem*, 1, 2 a 4 – *Vitruvius, tratado de arquitectura*, Lisboa, IST Press, 2006, pp. 37-45).

regulada das comunidades masculinas regrantes, e não à que, de forma independente do edifício de vivência da comunidade, foi erigida pela Ordem para apoio da atividade agrícola e de outras áreas de produção, ou à defesa militar; o mesmo se aplica à arquitetura religiosa em geral (como é o caso de templos autónomos, devocionais ou paroquiais), quando não pertencente a uma estrutura integrada de suporte à vida comunitária<sup>4</sup>. Uma canónica, abrigo da existência de um grupo estruturado, conjuga naturalmente espaços religiosos, vivenciais e funcionais, mas é a sua articulação num sistema, que pretende ser um discurso arquitectónico sobre a *vida religiosa* – que é projetado com intuítos simbólicos – que me interessa estudar. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses construíram outras estruturas residenciais que, embora igualmente exprimindo a identidade da instituição, não criaram um contexto para todas as dimensões da vida religiosa dedicada; as Casas de Procuração (para representação junto de entidades administrativas, eclesiásticas ou civis), as Casas Bréviais ou os hospícios (de vilegiatura ou retiro) são, como veremos, espaços de alojamento temporário que não incorporam todas as virtualidades pressupostas na Regra e Constituições crúzias, e são portanto um discurso parcial sobre este modo existencial.

Mais do que restringir o elenco de análise, isso clarifica-o, colocando o conjunto dos mosteiros, colegiadas e colégios dos Cónegos no campo tipológico da arquitetura cenobítica, um registo linguístico específico, com paradigmas estruturais que se sucedem no tempo, de forma não forçosamente dependente da variação estilística<sup>5</sup>.

Uma terceira precisão deriva do facto que se trata de identificar, como disse acima, o *discurso* arquitectónico crúzio e, portanto, de analisar os significados, o vocabulário e a estrutura que formam o pensamento deste sujeito específico (a Ordem) no que diz respeito à arquitetura cenobítica e no que ela traduz. Como tal, é preciso destrinçar intromissões alheias, intervenções arquitectónicas que não partem da Ordem, mesmo que se efetuem sobre Casas agostinhas, ou pelo menos separar contribuições, nos exemplos de produções em que as autorias se sobrepõem, como é muitas vezes o caso daquelas que se realizaram em regimes de comenda ou no patrocínio régio de certas iniciativas edificatórias. Por outro lado, não esquecendo que um edifício é sempre um produto de autorias várias, com hierarquias mais

---

<sup>4</sup> Ficam, por conseguinte, de fora da análise direta a produção de arquitetura cenobítica feita pelas Cónegas Regrantes de Santo Agostinho, ou *Donas* – sobre o ramo feminino crúzio, ler Saul António Gomes, “*Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval*”, in SANTOS, João Marinho dos (dir.), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, t. I, Lisboa, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Fundação para Ciência e Tecnologia, 2010, pp. 37-71. Como disse antes, isso não quer dizer que esta, ou outra arquitetura crúzia não cenobítica, não possam ser por vezes levada em conta, mas não são o cerne pretendido.

<sup>5</sup> A tipologia monástica de Cister está entre o Românico e Gótico, e não depende dessas definições estilísticas, embora interaja com elas, assim como, antes dele, o modelo beneditino se cristalizou entre Paleocristão e Românico.

ou menos claras, mas nunca de autoria absoluta<sup>6</sup>, interessa separar o que é o discurso crúzio dos sub-discursos autonomizáveis presentes em cada obra – por exemplo, dos códigos internos da azulejaria ao campo de especificidades, inclusive locais, da escultura integrada na arquitetura.

Acredito também que uma análise estruturalista, dado o que vimos acima, é, mais que conveniente, *necessária* à leitura que se pretende fazer, como será explicado no capítulo seguinte.

### **1.3 | *Zeitgeist* e auto-mitificação, metamorfose e permanência: uma hipótese teórica**

Manda o método científico que, além de saber porquê e o quê que se quer estudar, se conjecture *para onde* nos dirigimos, através de uma hipótese.

Nesta tese, embora dela faça parte um trabalho que é, em larga medida, de inquérito e sistematização de informação sobre a produção arquitetónica cenobítica dos Regrantes, a investigação é conduzida pela convicção, alicerçada em pesquisa anterior própria<sup>7</sup>, da presença de um processo encadeado de continuidades que atestam da existência de um discurso crúzio, quer em alguns temas e conceitos perenes (de significado e de forma), quer na insistência da instituição em reinterpretar, a cada mudança, o que considera ser – pelo menos nesse momento – os seus conteúdos identitários e expressivos.

Assim, a génese de Santa Cruz como tradução original e não importada do fenómeno do movimento canonical gregoriano, e em sincronia com aquele, em conjunto com a participação ativa e dominante na independência portuguesa e sua consolidação, produziram de forma indelével uma imagem fixa da Ordem sobre si mesma, que nunca mais deixou de ver:

a)-o seu estatuto como de *primazia* (no sentido de precedência, como a primeira Ordem fundada em Portugal, assim como de preponderância, como a mais importante);

b)-a sua identidade como sendo substancial à identidade nacional e à sua construção (trunfo repetidamente jogado como argumentação em causa própria, mas de que, mais concretamente, a persistência de um ideal de “colonização” interna e de proximidade ao rei e aos centros nevrálgicos

---

<sup>6</sup> Arquiteto, construtor, canteiro, entalhador – todos introduzem campos específicos de criação e autoria, nem que enquadrados e respeitando definições precedentes (é uma questão que aliás será debatida metodologicamente no capítulo seguinte).

<sup>7</sup> É o caso sobretudo de *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998, mas também: “O Mosteiro de S. Simão e S. Judas Tadeu da Junqueira: carácter, reutilização e reabilitação” in atas do *IV Encontro de história de Vila do Conde - “O património edificado – memória versus reabilitação”*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2006, pp. 21-40, e “Entre la ville de l’homme et la cité de Dieu – fortifications et métaphores architecturales chez les Chanoines Réguliers de Saint Augustin au Portugal”, in MOUILLEBOUCHE, Hervé (dir.), *Châteaux et Prieurés – Actes du premier colloque de Bellecroix (Chagny), 15-16 octobre 2011*, Chagny, Centre de Castellologie de Bourgogne, 2012, pp. 154-183.

nacionais, nas suas fundações programadas, é testemunho);

c)-o seu carisma como estando ligado a um papel de cultura, de ensino e memória.

Estas coordenadas, e a atitude orgulhosa que elas geram e alimentam, reaparecerão uma e outra vez na história da Ordem, com mais ou menos intensidade, como automatismo às vezes quase “romântico”, ou como linha de força do discurso orientado para a intervenção (em abertura ao espírito do tempo, tal como à época da sua fundação); mas nunca, até rigorosamente ao fim da sua história, cessarão de se manifestar<sup>8</sup>.

Na ação edificatória, algumas práticas geradas nesse contexto definidor essencial serão também recorrentes, mesmo que com as expectáveis modulações, e atêm-se aos domínios da localização geográfica, da implantação paisagística, e de fatores arquitetónicos quer qualitativos (a visibilidade, a escala, a dignidade), quer cristalizados em temas formais (por exemplo, a constância na insistência num corpo ocidental eclesial, de anúncio, de chegada, de filtro).

Se o reaparecimento atávico destas características é um dos factores de coesão do discurso regente, então, e utilizando a mesma metáfora genética, a hereditariedade (com as mutações que ocorrem a cada geração) estabelece o fio condutor, a cada período da vida da Ordem, com pelo menos aquele que o precedeu. Existem, portanto, recuperações cíclicas, mas também existe um conservadorismo permanente, nem que residual, sempre que as circunstâncias se alteram, e mesmo que os valores de novidade sejam abraçados.

Aliás, e de forma apenas aparentemente paradoxal, a autoimagem positiva dos Crúzios, da mesma maneira que dá força às permanências, é aquela que simultaneamente estimula a instituição a estar atualizada, a achar-se merecedora daquilo a que mais se atribui importância em cada momento, e, por conseguinte, a envolver-se continuamente num diálogo com o espírito do tempo.

Assim, é a tensão perene entre estes dois polos dum código original e unitário – auto-mitificação e *Zeitgeist* – que serve nesta investigação de hipótese teórica de enquadramento dos dados.

#### **1.4 | Com quê: estado da arte e fontes fundamentais**

Estou convencido que o material sólido publicado sobre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses e as suas Casas, assim como os estudos que permitem enquadrar a Ordem e as suas edificações cenobíticas num quadro geral nacional, atingiram massa crítica. Essa constatação é que permitiu reforçar a crença de que este empreendimento era pragmaticamente possível. Sendo os

---

<sup>8</sup> O apoio voluntarioso de Santa Cruz a D. Miguel é disso um derradeiro testemunho, como analisaremos no capítulo IX.

conjuntos edificados, pela definição do objeto, as verdadeiras fontes primárias desta tese<sup>9</sup>, a sua leitura e enquadramento dependem da existência de um fiável e abrangente conjunto de estudos que excluam com segurança a necessidade de apuramento e interpretação de documentos inéditos, o que o intervalo cronológico e a dimensão do elenco de canónicas a considerar tornariam incomportável.

A título de exemplo meramente aproximativo, nos últimos 24 anos<sup>10</sup> assinalo o aparecimento de dezenas de títulos de enorme relevância para o conhecimento abrangente e atualizado das temáticas de história da arquitetura cenobítica portuguesa e da história institucional e arquitetónica crúzia. Concordo aliás com Aires Gomes Fernandes quando ele deteta uma “*ressuscitação dos Cónegos Regrantes*”<sup>11</sup>.

Na análise diferenciada e estrutural de conjuntos cenobíticos, José Eduardo Horta Correia<sup>12</sup> e Maria de Lurdes Craveiro<sup>13</sup> forneceram logo em 1998 uma síntese possível e mais atualizada sobre a tipologia colegial, o que a autora prosseguiu na sua tese doutoral, de 2002, dedicada ao Renascimento em Coimbra, onde também analisa mosteiros (nomeadamente o de Santa Cruz) como organismos complexos e evolutivos<sup>14</sup>. Rui Pedro Lobo tem conduzido uma pesquisa ainda mais diretamente tipológica sobre os colégios, integrando nela também a dimensão urbana, o que foi particularmente útil para mim<sup>15</sup>. O trabalho de Fausto Sanches Martins sobre os Jesuítas, movimento inovador em termos de formatos cenobíticos (organizacionais e arquitetónicos), conduziu-o a sínteses recentes sobre os vários modelos desses formatos<sup>16</sup>.

No campo da história da Ordem, é possível praticamente dizer que os textos cruciais a

---

<sup>9</sup> Note-se que, apesar da dimensão do seu elenco (como exploraremos no capítulo III), este se traduz na prática por uma amostra concreta de edifícios cujo grau de sobrevivência parcial torna o seu estudo mais abarcável. Embora existam exemplares relevantes para todos os períodos institucionais e estilísticos a analisar, apenas 14 canónicas estão genericamente completas e praticamente metade das referenciadas ou já não existem, ou os elementos crúzios que delas subsistem são pouco mais que fragmentares.

<sup>10</sup> Faço esta contagem desde o ano de 1996, ano em que iniciei a minha dissertação de mestrado (ver nota 7, acima), também sobre o universo da arquitetura crúzia e, portanto, passei a estar atento a este tema.

<sup>11</sup> “A *Ressuscitação dos Cónegos Regrantes: dos contributos de Mattoso ao panorama actual*” (2006), in SOUSA, Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Medievalista – revista online do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL)*, n.º 2, [em linha] disponível em <http://www2.fcs.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/> [consultado em 4-09-2019].

<sup>12</sup> “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 8, pp. 14-19, Março de 1998, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

<sup>13</sup> “A reforma joanina e a arquitectura dos colégios”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 8, Março, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 20-25.

<sup>14</sup> *O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte, Coimbra, edição da autora, 2002.

<sup>15</sup> Por exemplo em: *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*, dissertação para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, apresentado ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1999, Coimbra, EDARQ, 2006, ou “Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, 2008, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 32-45.

<sup>16</sup> “Afinidades e divergências na concepção espacial entre o mosteiro beneditino e o colégio jesuíta”, separata de *Poligrafia*, n.os 9-10, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000, pp. 7-33, e também *Jesuítas de Portugal 1542-1759: arte, culto, vida quotidiana*, Porto, edição do autor, 2014.

ela referentes (em escala e profundidade) datam deste intervalo, à volta de três autores destacados e com fulcro nas suas dissertações de doutoramento, que se complementam: a de Armando Alberto Martins (de 1996)<sup>17</sup>, de Saul António Gomes (de 2000)<sup>18</sup> e do referido Aires Gomes Fernandes (em 2011)<sup>19</sup>; as duas primeiras debruçam-se sobre a fase medieval dos Crúzios, a terceira sobre o período transicional entre as centúrias de trezentos e quinhentos. Tendo a reforma de D. João III atraído anteriormente a atenção da historiografia e havendo fontes cronísticas fiáveis (sob cautela) para os séculos XVI e XVII<sup>20</sup>, também foi em 1997 que Margarida Sobral Neto nos ofereceu uma fonte rigorosa sobre Santa Cruz de Coimbra entre 1700 e 1834<sup>21</sup>. Saul António Gomes e Armando Alberto Martins produziram adicionalmente entradas enciclopédicas de síntese sobre toda a história regnante, respetivamente em 2000<sup>22</sup> e 2010<sup>23</sup>, entre outros textos relevantes<sup>24</sup>. Finalmente, a obra panorâmica sobre as Ordens e Casas religiosas em Portugal, dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa, e editada em 2005<sup>25</sup>, veio resumir e estruturar muita da informação dispersa sobre a questão.

Versando a arquitetura cenobítica crúzia, se (como vimos no ponto 1.1) não se detetam tentativas da sua leitura geral, uma série de abordagens monográficas consistentes a alguns conjuntos fulcrais foram-se acumulando neste último quarto de século<sup>26</sup>. Seria de destacar: três edições da revista *Monumentos*, com dossiês criteriosos e caleidoscópicos sobre São Vicente de Fora (em 1995), o mosteiro da Serra do Pilar (1998) e a Rua da Sofia (2008)<sup>27</sup>; a dissertação de mestrado de Susana Matos Abreu, estudando

---

<sup>17</sup> *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – sécs. XII-XV. História e Instituição*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1996.

<sup>18</sup> *In limine conscriptionis – documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2000 (publicada em Viseu, pela Palimage e o Centro de História Sociedade e Cultura, em 2007).

<sup>19</sup> *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011.

<sup>20</sup> Sobretudo Nicolau de Santa Maria (*Chronica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668), Leonardo de São José (*Roseto agustiniano plantado no jardim florente da sagrada & apostólica ordem canónica*, Lisboa, Domingos Carneiro, 1671) e Timóteo dos Mártires (*Principio, fundação, união, reformação e progresso dos mosteyros da Ordem Canónica de Congregação do Real Mosteyro de Sancta Cruz de Coimbra da cidade de Coimbra*, Coimbra, c. 1686 – republicado como *Crónica de St.ª Cruz*, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955/1958). Embora à partida sejam boas fontes para o momento em que escreviam, leiam-se os avisos de José Mattoso sobre a imaginação dos cronistas e de D. Nicolau de Santa Maria em particular (“Os arquivos oficiais e a construção social do passado” in MATTOSO, José, *A Escrita da história: teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, especialmente p. 65).

<sup>21</sup> *Terra e conflito – Região de Coimbra, 1700-1834*, Viseu, Palimage, 1997.

<sup>22</sup> “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho” e “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Circulo de Leitores, 2000, pp. 429-434 e 435-438.

<sup>23</sup> “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos” e “Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 266-274 e 276-281.

<sup>24</sup> Por exemplo: Saul António Gomes, “Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, in AMORIM, Norberta, PINHO, Isabel, PASSOS, Carla (cord.), *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 255-281, e Armando Alberto Martins, “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”, in AAW., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 39-65.

<sup>25</sup> *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, lida por mim na 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

<sup>26</sup> Incluindo os contributos aduzidos nas obras mencionadas sobre tipologias cenobíticas (ver notas 12 a 15 deste capítulo).

<sup>27</sup> Margarida Alçada (dir.), *Monumentos*, n.os 2, 9 e 28, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, 1998 e 2008.

a canónica de Vila Nova de Gaia sob coordenadas agustinianas (1999)<sup>28</sup>, e as análises tipológicas e compositivas ao mesmo cenóbio na tese de doutoramento de Paulo Varela Gomes (concluída em 1998, publicada em 2001)<sup>29</sup>; a sùmula de Nelson Correia Borges sobre o colégio da Sapiência (2003)<sup>30</sup> e a de Maria de Lurdes Craveiro sobre Santa Cruz de Coimbra (em 2011)<sup>31</sup>, intervaladas pelas aporções sobre o seu papel na estrutura urbana de Coimbra, aduzidas por Jorge de Alarcão em 2008<sup>32</sup>; por último, realce-se ainda a obra coletiva sobre São Vicente de Fora, relacionando instituição, arte e arquitetura, promovida pelo Patriarcado de Lisboa em 2010<sup>33</sup>.

O estado da arte, no que toca aos temas específicos desta investigação, é, portanto, animador e revela um salto quantitativo e qualitativo recente. Se uma revisão e avaliação bibliográfica mais fina e mais extensa será feita em cada capítulo, dada a amplitude da cronologia a considerar, quereria ainda, à laia de uma definição de coordenadas, salientar algumas outras obras transversalmente orientadoras do trabalho que se segue.

No campo da história da arquitetura, tomo por referência geral, como taxonomia estilística enquadrada na relação entre formas compositivas e *Weltanschauung*, o trabalho de Christian Norberg-Schulz<sup>34</sup>, assim como, embora mais sobre o aspeto metodológico, a de Émil Kaufmann<sup>35</sup>. Na relação da arquitetura com a cidade e o território, a dicotomia entre a visão culturalista de Lewis Mumford<sup>36</sup> e a postura analítica de Kevin Lynch<sup>37</sup>, foram concetualmente estratégicas.

Quanto aos movimentos cenobíticos e a sua arquitetura, apoio-me largamente numa trilogia de obras que abordam ambas as dimensões mas com pesos diferentes, de Claire Lesegretain<sup>38</sup>, Michel Bouttier<sup>39</sup>

---

<sup>28</sup> *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1999.

<sup>29</sup> *Arquitectura, religião e política em Portugal, no século XVII – a planta centralizada*, tese de doutoramento História e Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1998 (publicada no Porto, pela FAUP Publicações, em 2001).

<sup>30</sup> “Colégio de Santo Agostinho – Espaços Monástico-Escolares”, separata de SANTOS, Maria José Azevedo (cord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 127-161.

<sup>31</sup> *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011.

<sup>32</sup> *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

<sup>33</sup> Sandra Costa Saldanha (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010.

<sup>34</sup> Sobretudo *Significato nell'Architettura Occidentale*, Milão, Electa editrice, 1974 (lido nas edições francesa e espanhola: *La signification dans l'Architecture Occidentale*, Bruxelas, Pierre Mardaga éditeur, 1988, e *Arquitectura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004), mas também *Architettura Tardobarocca*, Milão, Electa editrice, 1971 (lido na edição espanhola – *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, Madrid, Aguilar, 1973).

<sup>35</sup> *Architecture in the Age of Reason, Baroque and post Baroque in England, Italy and France*, Cambridge, Harvard University Press, 1955 (lido na edição espanhola, *La Arquitectura de la Ilustracion*, Barcelona, editorial Gustavo Gili, 1974). Da importância da leitura de Kaufmann para este trabalho se falará no capítulo II.

<sup>36</sup> Lewis Mumford, *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Nova York, Harcourt, Brace & World, 1961.

<sup>37</sup> Kevin Lynch, *The image of the city*, Cambridge, M.I.T. press, 1960 (lido na edição francesa: *L'image de la cité*, nouveau tirage, Paris, Dunod, 1971).

<sup>38</sup> *Les grands ordres religieux - Hier et aujourd'hui*, edição actualizada, Paris, éditions Fayard, 1995.

<sup>39</sup> *Monastères: des pierres pour la prière*, Paris, Rempart, 1984.



e Wolfgang Braunfels<sup>40</sup> – a primeira acentuando as instituições, o segundo as tipologias arquitetônicas e o último o percurso temporal dessa arquitetura.

Na história da arquitetura portuguesa, diretamente ligada ao cerne do que se pretende estudar, uma redução a algumas peças cardinais de enfoque não é obviamente possível da mesma forma. No entanto, um catálogo bibliográfico identificável joga aqui um papel particular: a categoria das “histórias da arte/arquitetura portuguesa”, como produto moderno e dirigido à formulação de visões panorâmicas e sintéticas do campo, com vista a uma divulgação alargada e pedagógica<sup>41</sup>, será usada operativamente como um índice das percepções globais dominantes sobre o tema, ao longo do tempo<sup>42</sup>.

Verifica-se analogamente, para a história do movimento canonical regrante nacional, uma impossibilidade prática de escolher rótulas bibliográficas circunscritas. Contudo, e para além da preponderância que os textos recentes já referidos atingem<sup>43</sup>, pela renovação e aprofundamento do tema, certos autores anteriores moldaram inquestionavelmente esta proposta de aproximação à questão – António Augusto Ferreira da Cruz, que primeiro destrinçou de forma concisa o recorte cultural de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média<sup>44</sup>; José Sebastião da Silva Dias, que usou um ângulo semelhante para o período da renovação quinhentista da Ordem<sup>45</sup>, e nos sensibilizou para as implicações identitárias das sensibilidades teológicas cruzianas, no contexto das atitudes religiosas dos séculos XVI a XVIII<sup>46</sup>, e José Mattoso, que fundamentou a percepção do movimento canonical português undecentista como eco atualizado e culto de correntes gregorianas internacionais<sup>47</sup>, e descreveu a sua importância no processo de formação de Portugal, como consequência

---

<sup>40</sup> *Abendländische Klosterbaukunst*, Colónia, DuMont Schauberg, 1969 (lido na edição espanhola: *Arquitectura monacal en Occidente*, Barcelona, Barral, 1974).

<sup>41</sup> Veja-se, por exemplo, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na introdução ao vol. I da História da Arte em Portugal publicada pela Presença (*O Românico*, Lisboa, Presença, 2001, pp. 15-16) em que descreve o projeto editorial como uma “obra de iniciação e de apoio ao estudo” e concebida “à maneira de manual”, ou Paulo Pereira, que classifica igualmente a sua *História Essencial* como um “manual” e dirigida “quer para o grande público, quer também para universitários e investigadores” (*Arte Portuguesa – história essencial*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 16).

<sup>42</sup> A saber: Aarão Soeiro de Lacerda, Mário Tavares Chicó e Reynaldo dos Santos, *História da Arte em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1942-1953; Flório de Vasconcelos, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Verbo, 1972; AAVV., *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986; Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995-1997; AAVV., *História da Arte em Portugal*, Lisboa, editorial Presença, 2001-2004; Dalila Rodrigues (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit.

Acrescente-se que, em certos períodos, outras obras adquirem essa conotação de representar a perspectiva dominante com grande visibilidade pública – como o texto de George Kubler sobre a Arquitetura Chã, por exemplo (*Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521-1706*, Middletown, Wesleyan University Press, 1972) – mas esses casos especiais serão aferidos em cada capítulo.

<sup>43</sup> Ver notas 17 a 25 deste capítulo.

<sup>44</sup> *Sta. Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1964.

<sup>45</sup> *A política cultural da época de D. João III*, dissertação de agregação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra- Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.

<sup>46</sup> *Correntes do sentimento religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra, edições da Universidade de Coimbra, 1960.

<sup>47</sup> Nomeadamente em “*Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra*” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 141-145.

desse enquadramento eclesiástico e dos conceitos de augustinismo político que perfilhou<sup>48</sup>.

Infelizmente – e daí, repito, a utilidade do trabalho que aqui se quer fazer – quanto a visões globalizantes e interpretativas da arquitetura crúzia, só se pode referir um seminal artigo de Manuel Luís Real sobre os paradigmas tipológicos crúzios no século XII, escrito em 1982<sup>49</sup>, e a minha dissertação de mestrado, para o período após a reforma joanina<sup>50</sup>, ambas restringidas a intervalos temporais limitados, e incidindo predominantemente sobre aspetos parciais dos complexos cenobíticos (respetivamente os templos e as alas de dormitório).

Considerando ainda, como disse, que a experiência real, física, dos edifícios, bem como do seu contexto geográfico e paisagístico, é uma fonte “não citável” indispensável ao propósito da sua compreensão, foram conduzidas visitas de exploração e levantamento fotográfico a todos os cenóbios regrantes considerados<sup>51</sup>, assim como duas viagens de estudo: uma na Alemanha ocidental, dedicada à tipologia do *Westwerk* nas catedrais românicas, e outra em França, entre a Borgonha (região de origem de Cluny e Cister, e, por elas, de toda uma série de formas arquitetónicas contemporâneas à fundação de Santa Cruz), a Provença (sede da Ordem de São Rufo, em que os Crúzios se filiaram) e o Languedoc (local de passagem, como a Provença, dos itinerários de Portugal para Avinhão e Roma<sup>52</sup>, bem como destinos universitários como Montpellier e Bolonha<sup>53</sup>), procurando exemplares das tipologias precoces de espacialidade tendendo para a igreja-salão, e, particularmente, das definições de corpos ocidentais (nártex/átrio) em formulações verticais (com vários pisos, rematados com torres simétricas, ou em torre única). Vêm complementar as viagens exploratórias que fiz no contexto do mestrado, também dedicado à arquitetura crúzia, e na preparação do doutoramento, a Roma e a Veneza.

---

<sup>48</sup> Por exemplo: *Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal*, separata das atas *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. 5, Guimarães, s.e., 1982, pp. 281-289. Para mais referências bibliográficas e uma avaliação do papel de José Mattoso neste domínio, ler Aires Gomes Fernandes, “A Ressuscitação dos Cónegos Regrantes...”, *op. cit.*

<sup>49</sup> “A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII”, in JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 6, Dezembro, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, pp. 118-132.

<sup>50</sup> Ver nota 7 deste capítulo.

<sup>51</sup> Tanto a canónicas confirmadas como atribuídas, e repetindo as Casas que já visitara entre 1996 e 1999, durante a pesquisa de mestrado (ver nota 7 deste capítulo). Não foram, no entanto realizados levantamentos desenhados, o que seria claramente impossível; todas as plantas, cortes e alçados usados nesta tese são de fontes alheias (geralmente levantamentos da antiga DGEMN), e, sendo adequadas à análise composicional que aqui se fará, nem sempre têm uma escala mensurável.

<sup>52</sup> Ler Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

<sup>53</sup> Onde houve estudantes crúzios, segundo Solange Corbin, *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*, Paris, Les Belles Lettres, 1952, p. 94, e António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, “Studia Albornotiana”/LVI, Bolonha, 1990, pp. 21-29.

## 1.5 | A investigação – opções de abordagem e de exposição: *como*

Alguns posicionamentos assumidos ao longo do texto que se seguirá merecem, enfim, uma clarificação preliminar.

Por um lado, tenho presente que o grau de doutoramento é a conclusão do terceiro ciclo de estudos do ensino superior, e, simbolicamente pelo menos, representa o último momento de formação propriamente académica. Esta tese, como peça de avaliação escolar, tem naturalmente alguns pré-requisitos explícitos – até regulamentarmente<sup>54</sup> – mas também uma série de desafios não escritos, a que me senti compelido a corresponder. Essas implicações assumidas, dependem, é bom de ver, de uma interpretação com algum grau pessoal, que será útil explicar.

Assim, da natureza própria desta pesquisa derivei como implícito o reforço do pendor *demonstrativo* da exposição. Daí resultou, desde logo, a opção por um aparelho técnico mais desenvolvido, tanto no sentido formal, no uso de notação extensa e no recurso a bibliografia ampla e ao seu cotejo<sup>55</sup>, como metodológico, recorrendo a uma perspetiva claramente delimitada teoricamente e a uma grelha precisa e fixa de tratamento dos dados. Adicionalmente, como elemento de uma prova académica, o discurso procurou uma “manifestação do processo”, uma apresentação o mais completa possível, sem omissões favorecedoras, dos pressupostos considerados e do modo de apuramento de conclusões, bem como dos seus mecanismos, já que tal me pareceu a única forma íntegra de me submeter a uma avaliação<sup>56</sup>. Tal compromisso carrega consigo, por inerência, a obrigação de exprimir claramente uma opinião crítica sobre o corpo historiográfico manuseado, tomando partido, sustentadamente, sobre as suas divisões de avaliação, chamando a atenção para as conexões que não parecem ter sido feitas, e porventura para as contradições indetetadas<sup>57</sup>.

Por outro lado, a perspetiva de estudar como a mundividência dos Crúzios se traduziu, ao longo do tempo, em arquitetura cenobítica, acarreta a fundamentação da unidade contextual de certos períodos, interligando indicadores internacionais, nacionais e institucionais de forma expressa, e articulá-los com tendências expressivas, igualmente multidimensionais, através de uma certa *Weltanschauung*. Esse

---

<sup>54</sup> Leia-se o Regulamento Académico da Universidade do Minho, Despacho RT-37/2017 de 26 de Junho, vertendo na sua redação a legislação atinente, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Diário da República, I série - A, n.º 60, pp. 2242-2257 (não alterado, no que toca a quesitos gerais, pelas alterações legislativas que sofreu entretanto).

<sup>55</sup> Bibliografia naturalmente abordada em hierarquia de importância, sendo mais tendencialmente exaustiva e mais escrutinada no que ao objeto específico de análise diz respeito.

<sup>56</sup> Na mesma linha de pensamento, embora o “nós” retórico (de estruturação do texto em função de um diálogo virtual em que o autor é acompanhado pelo leitor, percorrendo “ambos” a argumentação) seja utilizado, não o é um “nós académico”, sendo usada a primeira pessoa *precisamente* quando se trata de distinguir a minha opinião, tomando assim individualmente a responsabilidade por ela, perante uma avaliação.

<sup>57</sup> Esse exercício é igualmente importante, uma vez que – num trabalho que não aduz “descobertas” ou “inéditos” – o cruzamento e filtragem de informação distinta e dispersa acaba por ser um importante vetor de produção de conhecimento.

levantamento de linhas de coerência traz ainda consigo o ônus de encontrar padrões de regularidade e eixos abrangentes de significação, que se apliquem com alguma consistência à(s) arte(s), à política, à economia, às práticas sociais, e implica evidenciar esse percurso de raciocínio<sup>58</sup>.

Não tenho dúvidas sobre a densidade inerente à matéria a tratar, e aquela que as opções referidas lhe acrescentam. Se uma e outras me parecem consubstanciais a este projeto, e logo terem precedência *qualitativa* sobre outras considerações (nomeadamente quantitativas), as posturas adotadas foram moduladas tanto quanto possível em prol de uma legibilidade operativa:

a)-a sistematização abrangente de múltiplas classes e variados âmbitos de dados, ela própria uma tentativa de fazer a ponte com outras áreas temáticas, foi ainda assim subordinada a uma divisão por tópicos constantes aos vários capítulos analíticos, que permitem tanto uma leitura seletiva (eventualmente contornando o que podem ser premissas em favor das constatações de síntese), como abordagens transversais, comparativas, em que o leitor se foque na variação de uma dimensão específica em sucessão cronológica;

b)-a estrutura formal do texto foi da mesma forma definida com objetivos de flexibilidade de abordagem, separando numa primeira parte o que são preceitos (esta definição da proposta, as especificações metodológicas e a elencação da amostra considerada), dando aos capítulos analíticos da segunda parte um carácter autónomo (quase como sub-teses independentes sobre os períodos institucionais claramente definidos), e formulando as conclusões como um guia remissivo de toda a exposição;

c)-a carga bibliográfica, especialmente a que deriva da operação de confrontação de posições interpretativas (mais extensa do que o simples apuramento de informação), ao ser maioritariamente remetida para notação de pé de página, também cria um circuito autónomo e menos abstrusivo ao acompanhamento da argumentação principal;

d)-por fim, a sustentação de uma fórmula metodológica consistente procura ser um dispositivo agregador, de coerência interior, que não se imponha (e sobreponha) à exposição<sup>59</sup>; a perspectiva estruturalista é elegida *também* porque permite incorporar tanto aportações formalistas (como pesquisas vocabulares e sintáticas), como estudos de natureza iconológica e sociológica (como indicações semânticas); além disso, no seu manuseamento, ela suporta uma aproximação a certas práticas neutras de encadeamento (usando formulações análogas a noções de “contexto”, “influências”, ou “composição”), como meio

---

<sup>58</sup> Note-se que este procedimento arrasta um diálogo entre modelos de periodização mais ou menos consensuais (e, portanto, trabalhando sobre um corpo de definições estabelecidas), e a individualidade de intervalos específicos à Ordem, num exercício diferenciado de apurar nexos que não encaixam necessariamente em categorias definidas e que necessitam, mais uma vez, de ser explicitados.

<sup>59</sup> Note-se, aliás, que essa definição metodológica, que será feita isoladamente a seguir, produz o capítulo menos extenso dos que se seguem nesta tese.

de aumentar a compreensão alargada, mesmo que sem perder de vista o procedimento teoricamente rigoroso subjacente.

Resta dizer que o título que escolhi – *Princípio, fundação, união, reformação e progresso* – sendo uma homenagem ao menos retórico dos memorialistas seiscentistas da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, D. Timóteo dos Mártires, é também o reconhecimento da capacidade de definição e de síntese que ele demonstrou nessa formulação, com que batizou a sua crónica<sup>60</sup>. Em cinco ações substantivadas, consegue enumerar com rigor a história regente, entre os precedentes que lhe deram origem, a criação do primeiro cenóbio, a associação de outros mosteiros numa Ordem, e o ciclo contínuo de correção/evolução que modelou a sua existência. Serve aqui quase como um programa.

É, além do mais, um belo exemplo da “justa medida” que prescrevia Santo Agostinho.

---

<sup>60</sup> Ver nota 20 deste capítulo.

## CAPÍTULO II

### *signum est quod se ipsum sensui et praeter se aliquid animo ostendit*<sup>1</sup>

definições metodológicas para um estudo da arquitetura cenobítica crúzia

#### 2.1 | Prolegómenos

A definição de uma base metodológica assente em pressupostos teóricos claros é para o meu estudo mais que uma questão formal académica ou um recurso de nomenclatura expositiva. Como se aflorou no capítulo anterior e como pretendo demonstrar agora, o ponto de vista segundo o qual concebo e analiso a arquitetura cenobítica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, ao seguir uma via estruturalista<sup>2</sup>, permite não só vê-la como consubstanciação de um *discurso* da Ordem, como também é instrumental em delimitar o campo e o objeto de análise. Torna aliás exequível uma visão, mesmo que de síntese, duma produção tão múltipla e dilatada no tempo.

Assim, essa perspetiva pretende-se operativa, e é com vista à interpretação que pretendo estabelecer alguns parâmetros teóricos minimamente consensuais, algures entre o *kreitón logos* de Protágoras<sup>3</sup> e a redução da sustentação de Émil Kaufmann<sup>4</sup>. Não é, portanto, a polemização linguística *em si* que me interessa, mas sim a consistência de um enquadramento potenciador de leituras.

Por conseguinte, o essencial é precisar a *substância* da arquitetura – e portanto a sua base signica – e qual a transposição que a partir daí se concebe em relação à definição científica de linguagem (incluindo os precedentes disponíveis da transferência das metodologias de análise linguística a contextos novos, como a arquitetura), para chegar aos consequentes conceitos operativos que utilizarei para falar da arquitetura crúzia, referentes ao seu entendimento como *discurso* e à estilística que o vai modelando ao longo do tempo.

---

<sup>1</sup> “O signo é algo que se mostra a si mesmo aos sentidos, mas como algo diferente ao espírito”, Santo Agostinho, *De Dialectica*, V (*De Dialectica*, com introdução e comentários de B. Darrell Jackson, Boston/Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, 1975, p. 86, tradução minha).

<sup>2</sup> Isto é, partindo pelo menos da afirmação de base que a Arte, como comunicação, está ligada à linguagem (para uma definição lata leia-se Maurizio Fagiolo in Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *Guia de História da Arte*, Lisboa, Estampa, 1992, pp. 98-99).

<sup>3</sup> Expressão traduzível como “discurso forte”, designando um discurso que se baseia nas assunções partilhadas/partilháveis por um maior número de indivíduos (Gilbert Romeyer-Dherbey, *Os Sofistas*, Lisboa, Edições 70, 1986, pp. 26-30), e que a tradição retórica aristotélica passou a designar como “lugares comuns” (Michel Meyer, *Questões de Retórica: linguagem, razão e sedução*, Lisboa, Edições 70, 2007, p. 78).

<sup>4</sup> Em *Architecture in the Age of Reason* (lido na edição espanhola: *La Arquitectura de la Ilustración*. Barcelona, editorial Gustavo Gili, 1974), Kaufmann elide a discussão teórica e concentra-se em alguns conceitos-chave – nomeadamente o de “sistema arquitetónico” – de que demonstra a utilidade na reavaliação da arquitetura do Iluminismo pela sua própria aplicação (leia-se a minha discussão do método de Kaufmann em *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, edição do autor, 1999, pp. 13-20, republicada com correções em “À volta da metodologia estruturalista: uma análise e uma proposta para a investigação em história da arte”, in *A Obra Nasce – Revista de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*, n.º 0, 2003, Porto, Universidade Fernando Pessoa, pp. 152-173).

## 2.2 | A arquitetura como linguagem

**2.2.1 Definição, essência, signo:** Antes de qualquer outra consideração, é metodologicamente essencial, para aplicar uma análise semiológica à arquitetura, que se supere, quanto à substância do objeto de estudo, o conceito de *forma* das escolas da *Reine Sichtbarkeit*<sup>5</sup>, e o de *imagem* defendido pelos iconologistas<sup>6</sup>, utilizando antes o de *signo*<sup>7</sup>. Mesmo assim, como disse, e mesmo após firmada essa assunção, continua a colocar-se um problema de substância, porque a interpretação da *natureza* do signo arquitetónico varia de autor para autor. A dificuldade releva, claro está, da própria definição de arquitetura, estabelecendo um nexo para identificar qual é a sua matéria.

Começemos por aí e tomemos uma definição “neutra”, feita por um arquiteto e historiador, Domingos Tavares, mas não destinada nem a ser parte de uma reflexão estruturalista, nem, aliás, feita como cerne de uma discussão, mas antes como noção agregadora na origem de um discurso de síntese:

“Arquitectura é uma arte que coloca a modelação do espaço como objectivo principal da sua acção, utilizando a caracterização física da matéria integrante da organização ou delimitação dos vazios como instrumento privilegiado para alcançar os seus fins, sejam eles determinados por razões mais funcionais ou mais significantes.”<sup>8</sup>

É uma definição em que fica aqui clara, pacificada mesmo que não discutida, a dicotomia de base que gera o primeiro dos problemas – postula-se que a modelação do espaço (imaterial) é o cerne da disciplina, mas diz-se que esta se faz *através* da caracterização física (material). O signo arquitetónico será, portanto, o espaço ou a matéria da construção? Creio que Domingos Tavares se decide – reconhecendo uma inevitabilidade de facto – pela primeira opção e pela necessidade de implicação da segunda. E isto parecerá manter o problema e revelá-lo como insolúvel, mas creio que precisamente o resolve.

A natureza espacial da arquitetura é hoje relativamente consensual, nomeadamente após os sucessos de Bruno Zevi em demonstrá-lo, logo em 1948, panfletariamente, no seu *Saper vedere l'architettura*, e, mais articuladamente, no *Architettura in Nuce*, publicado na sua primeira versão em 1960. Se a obra mais antiga, *par souci de cohérence*, incorre em declarações radicais<sup>9</sup>, a segunda é uma exploração criteriosa

---

<sup>5</sup> Giulio Carlo Argan in Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *op. cit.*, pp. 34-36.

<sup>6</sup> Ou tipologia, quando aplicada à arquitetura (Luciano Patetta, *Storia dell'architettura – antologia critica*, 2.ª ed., Milão, ETAS libri, 1983, pp. 46-48).

<sup>7</sup> Giulio Carlo Argan in Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *op. cit.*, p. 40.

<sup>8</sup> António Francisco Lisboa: *classicismo no novo mundo*. 1.ª ed. Porto, Dafne, 2006, p. 123 (ortografia original mantida).

<sup>9</sup> Tal como a de que a arquitetura grega clássica, não tendo cultivado o espaço interior, seria sobretudo uma forma de escultura monumental (*Saper vedere l'architettura: saggio sull'interpretazione spaziale dell'architettura*. 3.ª ed. Turim, Giulio Einaudi, 1951, p. 65) afirmação que corrige sensivelmente, 12 anos mais tarde (*Architettura in nuce: uma definição da arquitetura*. Lisboa, Edições 70, 1996, p. 77).

e abrangente das várias definições e das várias lógicas de definição da arquitetura, concluindo pela afirmação do espaço como essência original do processo arquitetónico<sup>10</sup> com que concordo liminarmente e que assumo como um axioma. O espaço, que acontece no tempo, linearmente, pela experiência de quem o percorre<sup>11</sup>, está, aliás, em perfeita correlação com a fenomenologia da linguagem falada, apesar das aparentes objeções que se podem levantar. Mas disso falaremos adiante.

Por outro lado, e em complemento, é inútil tentar escamotear o papel da tectónica na arquitetura, ou pretender sequer que aquela não lhe é *essencial*. Não só porque a “modelação do espaço” não acontece<sup>12</sup> sem uma forma, nem que sumária, de construção (da criação física de um percurso que reinterpreta um local natural, à inserção nele de um muro ou qualquer outra marcação que o recria<sup>13</sup>), como porque as características da “matéria integrante da organização ou delimitação” *qualificam* o espaço e não são portanto separáveis da leitura do signo arquitetónico, mesmo sendo aquele, *ab essentia*, espacial. Evidentemente, estão presentes na arquitetura signos de códigos estritamente tectónicos – ou doutras tipos de linguagem (escultórica, por ex.) – que, estando nela integrados e sendo-lhe até necessários, não são forçosamente parte da modelação espacial, ou têm/podem ter nessa modelação um papel quase indireto (como uma fechadura na porta de uma sala)<sup>14</sup>.

Assim, se reconheço a natureza espacial do signo arquitetónico como um axioma, e a participação nesse signo das características materiais da sua organização e delimitação como postulado, o meu teorema metodológico de base é que a linguagem arquitectónica é uma *escrita material do espaço*, e que toda a experiência da arquitetura é uma *leitura*.

**2.2.2 Implicações, pré-requisitos e objeções:** A visão da arquitetura como semiose<sup>15</sup> e a análise consequente das suas realizações recorrendo aos conceitos técnicos da linguística, tem uma série de implicações, quer ao nível do que se tem que verificar para que haja uma homologia consistente e não uma simples metáfora, quer ao discutir-se se permitirá um trabalho aplicado de análise histórica, e não

---

<sup>10</sup> Bruno Zevi – *Architettura in nuce*, *op. cit.*, *passim* (mas particularmente pp. 31-39).

<sup>11</sup> *Idem*, pp. 49-53.

<sup>12</sup> Ontologicamente, em rigor, o espaço *não existe*; nas palavras de Rudolf Arnheim, “(...) fisicamente o espaço é definido pela extensão de corpos materiais ou corpos em presença uns dos outros (...). Deixando de lado a energia que o habita não se pode dizer como existente fisicamente” (*The dynamics of architectural form*. Berkeley, University of California Press, 1977, lido em *A dinâmica da Forma Arquitectónica*, Lisboa, Presença, 1987, p. 10).

<sup>13</sup> No exemplo de Heidegger (citado por Rudolf Arnheim, *op. cit.*, p. 79), uma ponte altera a leitura das margens, tornando-as opostas, quando antes seriam percebidas como paralelas.

<sup>14</sup> Cf. Ilídio Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, p. 85.

<sup>15</sup> A arquitetura é a forma de entender e pensar a realidade, sendo a visualização do ideal/*Gestalt* de cada época (Émil Kaufmann, *op. cit.*, pp. X e 11), e é inevitavelmente parte das “ferramentas mentais” (cruzamento dos suportes linguísticos, concetuais e afetivos) que governam e definem as formas de pensar e sentir caracterizadoras de cada época de uma civilização (segundo Lucien Febvre, citado em Roger Chartier, *El mundo como representación – estudios sobre historia cultural*, Barcelona, Gedisa, 1992, pp. 19-20); aliás, a sociedade e a cultura instituem-se como um sistema de signos (Umberto Eco, *O Signo*, 2.ª ed., Lisboa, editorial Presença, 1981, pp. 97 e 169).



uma pura especulação que se quede no domínio de uma qualquer “ciência absoluta” e a-histórica<sup>16</sup>. Como disse acima, não é a polemização linguística que é o objetivo deste trabalho. Consequentemente, na dicotomia entre *sistema* (organização lógica, funcional, esquemática da linguagem) e *código* (convenção que associa valores de sistemas diferentes, semanticamente)<sup>17</sup>, é-me necessário estabelecer a existência do primeiro, mas incidirei naturalmente mais sobre o segundo. Aliás, entre a *Semiótica*, como ciência do signo, de raiz peirciana, e a *Semiologia*, na continuidade da definição de Ferdinand de Saussure<sup>18</sup>, como o estudo da vida dos signos no seio da vida social<sup>19</sup>, é obviamente a última que me interessa, para o objetivo que me proponho. Na mesma linha de pensamento, mais do que considerar a arquitetura como envolvida num processo de significação genérico, interessa-me vê-la como processo especificamente linguístico, passível de ser sujeito a formas de análise literária<sup>20</sup>, e também que, mesmo que a arquitetura, sendo escrita, tenha de ser vista num *paradigma de significação* (isto é das interpretações que gera), tal não exclui a relevância dum *paradigma de intenção*, ou seja, que existe um escritor/escritores, que existe mensagem e desígnio comunicativo<sup>21</sup>.

Percorramos, portanto – pela mão de Saussure, mas sem descartar contribuições posteriores e hoje em dia genericamente aceites – uma lista de verificação dos atributos da linguagem:

a)-antes de mais nada, o signo linguístico é fruto de convenção<sup>22</sup>, uma relação atribuída que une um *referente* (uma entidade concreta) a um *significante* (o signo), através um *significado* (uma ideia mental) – uma determinada porta entre milhentas, pode ser designado pela palavra “porta”, através do conceito genérico de *porta*; de forma semelhante, creio, pode ser defendido que originariamente um desfiladeiro, através da ideia de “espaço delimitado que condiciona a deslocação numa certa direcção” pode ter gerado o signo arquitetónico de “corredor”<sup>23</sup>;

b)-uma linguagem suporta sempre uma dupla articulação, uma primeira que a articula em unidades significativas mínimas, ou *monemas* (*grosso modo*, as “palavras” da linguagem verbal), e uma segunda que as subdivide em unidades menores não significativas (os *fonemas* da linguagem verbal)<sup>24</sup>, implicando evidentemente a descontinuidade do signo; em arquitetura o espaço é descontínuo – os espaços sucedem-

---

<sup>16</sup> Giulio Carlo Argan in Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *op. cit.*, p. 40.

<sup>17</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, p. 76.

<sup>18</sup> Roy Harris, *La sémiologie de l'écriture*. Paris, CNRS, 1993, p. 19.

<sup>19</sup> Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique générale*, Paris, Payot, 1949, p. 33.

<sup>20</sup> Tomás Llorens no prólogo a Juan Pablo Bonta, *Sistemas de significación en Arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 1977, p. 10.

<sup>21</sup> *idem*, pp. 13-16.

<sup>22</sup> Roy Harris, *op. cit.*, pp. 28-30.

<sup>23</sup> É que, num segundo nível, um corredor é significante específico da entidade genérica “corredor” através do conceito que a cultura arquitetónica fez dele (cf. com conceito de signos de funções primeiras e segundas in Umberto Eco, *op. cit.*, p. 37-38).

<sup>24</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, p. 69.

se, como as palavras, mas são claramente descontínuos entre si<sup>25</sup>, e um determinado espaço pode ser “flexionado” linguisticamente pela articulação com subespaços, como, por exemplo, um espaço paralelepípedo com um nicho ou uma abside, assim como pode incorporar articulações dependentes das nuances introduzidas pela sua conformação física (um espaço volumetricamente uno pode ser subdividido em altura por marcações de frisos nas paredes, por exemplo);

c)-numa linguagem verifica-se a dicotomia *sintagma-paradigma*<sup>26</sup>, ou seja, que um eixo sintagmático ou *de combinação* (isto é, da composição da posição dos signos na sequência que constitui um enunciado), se complementa por um eixo paradigmático ou *de selecção* (entre vários signos disponíveis); a transposição desta característica para a linguagem arquitetónica releva do óbvio, mas simultaneamente levanta a objecção de que a linearidade<sup>27</sup> – ou antes, a sequencialidade que existe na linguagem verbal e dela será indissociável<sup>28</sup> – se existe num percurso que um determinado indivíduo faz num edifício, não é uma “leitura” definida à partida pelo seu arquiteto<sup>29</sup>;

d)-numa linguagem propriamente dita existe a diferença entre *língua* e *fala*, isto é entre um sistema de elementos e regras que permitem o articular dos signos significativos, e o ato concreto no qual o emissor utiliza as regras desse sistema<sup>30</sup>; entre ambas, acrescenta-se, está o *discurso*, uma convenção mediadora, que, num momento definido, estabelece uma norma abrangente<sup>31</sup> – assim, na língua portuguesa existe um discurso político que se concretiza na fala de um determinado político português, assim como em arquitetura poderemos equacionar a pluralidade das fenomenologias arquitetónicas à diversidade das línguas<sup>32</sup>, e dizer, por exemplo, que na arquitetura ocidental existe um discurso de arquitetura militar gótica de que as fortificações de Carcassonne são um ato linguístico individualizado;

e)-finalmente, a linguagem pode ser estudada em *sincronia* ou *diacronia*<sup>33</sup>; que, na continuidade do mesmo exemplo, a arquitetura ocidental se faz por uma sucessão de modos estabilizados da relação entre elementos linguísticos e as suas regras de utilização, é provavelmente a asserção mais pacífica; ao mesmo tempo, é também dos conceitos saussureanos aquele que mais directamente pode ligar a

---

<sup>25</sup> O espaço é uma das soluções propostas para o problema da continuidade na semiótica arquitetónica por Emilio Garroni (“Una semiótica basada en L. Hjelmslev”, in Fernando Tudela, *Hacia una Semiótica de la Arquitectura*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1975, pp. 99-100).

<sup>26</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 70-71; Roland Barthes, *Elementos de Semiologia*. Lisboa, edições 70, 1984, pp. 49-74.

<sup>27</sup> Problema nomeadamente levantado por Bruno Zevi (*Architettura in nuce*, *op. cit.*, pp. 53-54).

<sup>28</sup> Para uma discussão das falácias e fraquezas do preceito da linearidade em Saussure, leia-se Roy Harris, *op. cit.*, pp. 240-242.

<sup>29</sup> O que leva à tentação de eliminar a ideia de intencionalidade da comunicação, como o faz Juan Pablo Bonta (*op. cit.*, p. 96), mas que creio que não é de forma alguma teoricamente necessário (uma vez que algo de análogo se pode encontrar na linguagem escrita), e porque não corresponde ao que de facto se passa no processo de criação arquitetónica; mas disso falarei mais adiante.

<sup>30</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 86-87; Roland Barthes, *op. cit.*, pp. 12-13.

<sup>31</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, p. 89; Carlos Ceia, entrada “discurso”, in CEIA, Carlos (dir.), *E-Dicionário de termos literários* [em linha], disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/> [consultado em 13-09-2019].

<sup>32</sup> Cesare Brandi, *Struttura e architettura*, 3.ª ed. Turim, Giulio Einaudi, 1975, p. 37; Renato Barilli, *Curso de Estética*, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 152-153.

<sup>33</sup> Maria João Marçalo, entrada “linguística”, in CEIA, Carlos (dir.), *op. cit.*, *ibidem*.

semiologia à história da arquitetura<sup>34</sup>.

Sublinhe-se que esta lista de parâmetros que enumerei se aplicaria separadamente e sem problemas quer à espacialidade quer à conformação material da arquitetura, perpetuando a dificuldade na definição do signo arquitetónico (espacial ou tectónico?). É o que o teorema que defini no ponto anterior, e que pretendo sustentar adiante, pode resolver: verifica-se em ambas as hipóteses como se verifica entre a linguagem verbal e escrita.

Concomitante com esses pré-requisitos, e gerando outras tantas objeções, está o problema de saber se a arquitetura é de facto um mecanismo de comunicação de significados, isto é, de uma *mensagem*<sup>35</sup>. Falo aqui de algo que está a montante dos códigos, vários (construtivo, funcional, filosófico, etc.), que se sobrepõem nos discursos presentes numa determinada sincronia (a arquitetura religiosa, a arquitetura cluniacense, a arquitetura românica, etc.), ou mesmo das interpretações específicas que indivíduos diferentes farão duma obra<sup>36</sup>. Cabe sempre perguntar se um arquiteto (ou um encomendante) pretende dizer alguma coisa e para tal utiliza esta linguagem. A mim parece-me que a resposta é afirmativa, ou, pelo menos e afinal, tanto quanto e da mesma forma que um *escritor* o faz. Certamente, para além da expressão de uma experiência existencial<sup>37</sup>, como em todas as semioses<sup>38</sup>, o que se “diz” em arquitetura não é o que se diz – ou pelo menos *tudo* o que se diz – em linguagem verbal (como não é o que se comunica em música ou em matemática)<sup>39</sup>. Isto acontece inclusive porque os meios/matérias de expressão divergem, porque a comunicação em arquitetura tem um foco na espacialidade e no “estar-nela” – a sua vivência, o ato de a percorrer, as sensações que produz e a maneira como elas se encadeiam<sup>40</sup>, tal como a música se debruça sobre o som e o reagir a ele, ou a matemática sobre os padrões de quantidade e estrutura e do raciocínio sobre essas regularidades, e tal como, em última instância, a linguagem verbal gira à volta da interacção dum falante com outro(s), face ao Universo.

---

<sup>34</sup> Esta lista de parâmetros de verificação, esteve aliás na base das investigações linguísticas etno-antropológicas americanas dos anos 1920, permitindo registar línguas nativas, através das chamadas gramáticas taxonómicas (*idem, ibidem*, e Robert Henry Robins, *A short story of linguistics*. 4.ª ed. Londres, Longman, 1997, pp. 235-237).

<sup>35</sup> Para que haja significação e signo é necessário que este seja uma entidade que está em lugar de outra coisa, não a sendo (Umberto Eco, *op. cit.*, p. 22).

<sup>36</sup> Renato Barilli, *op. cit.*, p. 154.

<sup>37</sup> Edward Sapir (*in Linguistique*. Paris, Les éditions de minuit, 1968, pp. 35-37) descreve a linguagem como um meio de relação, um filtro protetor, entre o Homem e o Mundo, o que é, literalmente, a função da arquitetura; mais especificamente, categorias basilares são figuradas em arquitetura, nas oposições privado/público, sagrado/profano, masculino/feminino, etc. (Algirdas Julien Greimas, “Pour une sémiotique topologique”, *in AAVV., Sémiotique de l'espace – architecture, urbanisme, sortir de l'impasse*, Paris, éditions Denoël/Gonthier, 1979, pp. 13-14).

<sup>38</sup> Ou até, discutivelmente, de forma mais direta, como continuidade do interface corpóreo com o Mundo (leia-se Juhani Pallasmaa, *The eyes of the skin – architecture and the senses*, 5.ª ed., Chichester, John Wiley & Sons, 2008, pp. 40-41).

<sup>39</sup> Roy Harris, *op. cit.*, p. 94; Renato Barilli, *op. cit.*, pp. 71-73.

<sup>40</sup> Articulada, claro está, com significações implícitas: implicações lógicas latas (início, desenvolvimento, conclusão), conteúdos funcionais, sentimentos fundamentais (medo, proteção, respeito), ou metáforas existenciais (nascimento, redenção, morte), etc.

**2.2.3 Uma base teórica de solução:** Resumindo o levantamento feito no ponto anterior, e de acordo com a bibliografia sobre o tema<sup>41</sup>, pode-se dizer que os problemas fulcrais e mais persistentes levantados pela abordagem estruturalista são de três níveis:

- sobre a natureza do signo arquitetônico;
- sobre a plausibilidade de se falar de um sujeito emissor de uma mensagem (ou até que ponto), ou se nos deveríamos remeter para a existência apenas de interpretantes;
- sobre a existência de um conteúdo transmitido *por meio* desta linguagem.

No que diz respeito à definição do signo, a impossibilidade lógica de atribuir ao signo uma dupla natureza, colocou os analistas na posição de ter que fazer uma escolha eternamente insatisfatória entre espaço e tectónica. Por um lado temos a posição de Zevi, que opta pelo signo espacial, e remete a construção, como técnica, para um papel equivalente a campos de significado como a cultura, religião ou sociedade, tentando contornar o incontornável facto de que o espaço não existe sem uma conformação material<sup>42</sup>; por outro, a opção oposta, de Cesare Brandi, que reconhece a tectónica como suportando todas as propriedades da linguagem, que ele inventaria<sup>43</sup>, mas como sistema que clarifica/*significa* apenas a espacialidade<sup>44</sup>. Parece portanto fácil considerar que o espaço está imbuído de significações, e que a tectónica (que em si mesma não significa senão um código técnico, o que é acessório à significação arquitetónica) se organiza para produzir o espaço<sup>45</sup>, mas não parece encontrar-se uma solução de integração.

E é aí que a considerar-se a arquitetura como escrita material do espaço, em analogia à relação entre linguagem verbal e escrita, me parece ser fundamental.

O problema canónico dessa homologia, está em que, segundo Saussure<sup>46</sup>, que de mais a mais se apoia em toda a tradição clássica do pensamento linguístico<sup>47</sup>, a “verdadeira” linguagem é a verbal, de que escrita é apenas uma representação, e que o verdadeiro signo é o sonoro, sendo a grafia meramente um metassigno, e a escrita alfabética necessariamente o mais perfeito sistema, uma vez que é uma notação do fonema. Não será difícil fazer ver que o alfabeto não funciona dessa forma (quer pelos vários valores

---

<sup>41</sup> E há mais bibliografia sobre os problemas que sobre as virtudes da metodologia – a bibliografia aqui referida não é exaustiva; restringe-se àquela que é seminal, de síntese ou relevante na problematização desta abordagem em arquitetura.

<sup>42</sup> Cf. Bruno Zevi, *Saper vedere l'architettura*, *op. cit.*, pp. 53-55.

<sup>43</sup> Cesare Brandi, *op. cit.*, pp. 37-39.

<sup>44</sup> *Idem*, pp. 47-48.

<sup>45</sup> E que é essencial à existência de arquitetura: a interpretação do espaço existe naturalmente no “estar-no-Mundo”, e o arquiteto utiliza e necessita da construção para propor uma experiência produzida, autoral – um signo artificial, como todos os signos linguísticos (Umberto Eco, *op. cit.*, p. 59).

<sup>46</sup> Ferdinand de Saussure, *op. cit.*, p. 45; e na de outros pioneiros da linguística moderna – Otto Jespersen, em 1926 (*The philosophy of grammar*. 10.ª ed. Londres, George Allen & Unwin, 1968, p. 17), ou Edward Sapir, em 1933 (*op. cit.*, pp. 29-30).

<sup>47</sup> Roy Harris, *op. cit.*, p. 77.

fonéticos que um mesmo carácter pode assumir, quer pela existência de homofonias entre caracteres diferentes), mas sobretudo que a presença dos signos escritos na vida social ultrapassa largamente o papel substituto da oralidade<sup>48</sup>.

Nas últimas quatro décadas, e nomeadamente no trabalho de Roy Harris, a corrente *integracional* da linguística contestou a escrita como *tradução* da oralidade e a comunicação (escrita e não-escrita) como *transmissão* duma mensagem para um recetor passivo. Para Harris, a escrita, embora contenha os recursos da linguagem verbal, não é uma notação. É, aliás e inegavelmente, mais de que subproduto, o instrumento da consciencialização e análise da linguagem verbal; a fala precede a escrita, mas é a aprendizagem da escrita que estrutura a linguagem<sup>49</sup>. Acrescente-se que a escrita é não só visual, gozando de propriedades do desenho ou da pintura (fonte, cor, dimensão da grafia)<sup>50</sup> e funcionando em leitura conjuntamente com a iconografia, simbologia e sinalética, como integra, mesmo nas suas formas mais simples, de variáveis de composição não linear sobre uma determinada superfície (os vários segmentos independentes mas inter-actantes de texto num cartaz, por exemplo)<sup>51</sup>, e portanto possui, mesmo que em grau básico, uma espacialidade<sup>52</sup>. Além disso, sobretudo se nos afastarmos do exemplo mais clássico, mas simplista e abstrato, da página de texto contínuo num livro, e avaliarmos a real presença da escrita na vida social, verificaremos que uma grande parte daquela com que nos deparamos e interagimos, carece de linearidade<sup>53</sup>, existe num suporte não neutro – um sinal de trânsito, uma embalagem dum produto comercial, uma parede sujeita a grafiteagem – e é percebida num *contexto*<sup>54</sup>, que condiciona a sua leitura: o referido sinal de trânsito é lido conjugando o texto, a configuração da letra, a forma do sinal e a localização em que se encontra, para além de chamar à interpretação um conjunto de convenções socioculturais mais ou menos conscientes<sup>55</sup>. Assim, o produtor do texto escrito, assim como o seu decodificador, nunca são passivos, mas sim *integradores* semiológicos dum conjunto de códigos. Em semiologia integracional substitui-se “expressão duma mensagem” por “textualização de um objeto” e é o papel desse objeto/documento na vida das pessoas que dele se servem que é a diferença essencial:

---

<sup>48</sup> *Idem*, pp. 72-73 e 277.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 365.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 221.

<sup>51</sup> *Idem*, pp. 231-233.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 243.

<sup>53</sup> Ou ultrapassa-a – no domínio da escrita há relações sintagmáticas que se exprimem por laços/contrastes visuais multi-direcionais, não disponíveis na oralidade. A “leitura em voz alta” de um documento como um cartaz publicitário, com segmentos múltiplos de texto, é uma mistura não definida à partida, feita de equivalências parciais e aproximações (*idem*, p. 277); de forma similar, a arquitetura é um texto sintético de leitura múltipla, que é unívoca (ou linear) apenas na experiência de cada intérprete, mas nisso não diversa da leitura dum diagrama, que exprime uma série de relações sintetizadas numa configuração icónica (Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 124-125).

<sup>54</sup> Roy Harris, *op. cit.*, pp. 136-139 e 149.

<sup>55</sup> Roy Harris define três fatores da comunicação: os biomecânicos (físicos), macrosociais (culturais) e circunstanciais (*op. cit.*, pp. 197-198).

a mensagem pura, sem contexto, autor e destinatário, não existe<sup>56</sup>.

É nessas exatas linhas que percebo a condição linguística da arquitetura e que proponho uma resposta aos problemas que destaquei acima. A arquitetura é escrita do espaço, mas é-o como espacialização dum objeto que existe num contexto e que tem um papel na vida humana, integrando vários códigos de outras linguagens. O arquiteto, como produtor de texto, manipula uma linguagem espacial em conjunto com outras, e, da mesma forma, os utentes/fruidores da arquitetura organizam uma leitura integracional, que é função duma ação, uma determinada sequência da experiência espacial<sup>57</sup>.

**2.2.4 Conceitos operativos:** Na continuidade do raciocínio anterior, reencontro<sup>58</sup> de forma reforçada uma definição de Raffaele Mormone do que deve ser uma pesquisa estruturalista:

“Studiare un dato fenomeno o un qualunque evento, non limitatamente a un suo particolare aspetto, ma sotto tutti gli aspetti possibili, fra i quali sono da cogliere le numerosi concatenazioni ed i molteplici rapporti che ne fanno un contesto articolato ma unitario. Insomma, il problema su cui ci si propone di indagare non viene ritagliato ed isolato dalla situazione complessa quale è sempre la realtà nella sua pienezza, bensì ricucito continuamente, attraverso ogni possibile nesso, a tutte le peculiarità del «fatto» stesso, nonrè agli altri «fatti».”<sup>59</sup>

De facto, este modelo de inteligibilização da arquitetura que proponho, como creio que todos os bons métodos analíticos devem fazer, vem afinal tornar sustentado e coerente o que “instintivamente” parecia adequado fazer.

Pacificadas e clarificadas que ficam as distinções de *língua* (as leis que permitem as articulações elementares de signos – no caso as arquitetónicas, nas suas aceções de tectónica e programática, que lhe estão na génese, na enunciação espacial), *fala* (acto concreto de utilização das regras da língua – cada uma das realizações edificadas na sua variação real) e *discurso* (convenção mediadora, entre a língua e a fala, que estabelece

---

<sup>56</sup> *Idem*, p. 370.

<sup>57</sup> Da mesma maneira que o interpretante de um cartaz publicitário, no exemplo referido acima (ver nota 53, acima), mesmo que o seu autor lhe proponha uma certa hierarquia das informações escritas e iconográficas, escolherá individualmente uma sequência de leitura.

<sup>58</sup> Cf. Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, p. 9.

<sup>59</sup> Raffaele Mormone, *Critica e arti figurative - dal positivismo alla semiologia*, Nápoles, Società Editrice Napoletana, 1975, p. 127.

as formas de articulação dos campos de significado<sup>60</sup>) é possível destacar os conceitos operativos, instituidores das ferramentas práticas da análise.

Para o caso sobre o qual me quero debruçar concentrar-me-ia sobretudo em dois corolários do raciocínio que fiz: as noções de *discurso* e *código* e naquilo que a óptica em que pretendo utilizá-los permite.

O discurso não é uma norma simples e neutra de tradução da língua, é orientada para o acto comunicativo, constituindo uma prática social em si mesmo<sup>61</sup>, um sistema de pensamento integrando ideias, crenças, atitudes e práticas que estruturam os sujeitos e o universo de que falam. Não se pode analisá-lo sem tomar em conta as noções de *função*, consciente e inconsciente<sup>62</sup>, *construção*<sup>63</sup> e *variação*<sup>64</sup>; existem nele uma série de regularidades ao nível dos repertórios interpretativos, regularidade que é supra-individual, e que se cristaliza num conjunto de termos usados numa forma estilística e gramatical específica<sup>65</sup>.

Numa proposta de análise da produção concreta de uma instituição, o uso do discurso como entidade agregadora é, portanto, estratégico, delimitando o objeto de estudo.

Em segundo lugar, é fundamental a noção de código, como associação semântica de valores de sistemas diferentes<sup>66</sup>, e pela correlação da presença de vários códigos num discurso. Mais do que o sistema<sup>67</sup>, o código é uma organização de conteúdos/formas que podemos considerar completa, nas dimensões semântica, sintática e pragmática<sup>68</sup>, três dimensões do signo que não podem ser separadas senão analiticamente, porque têm uma existência interdependente.

As relações pragmática e semântica têm uma proximidade problemática e tendem para sistemas matriciais afins (tipologias e simbologias, respetivamente, que podem ser muitas vezes simbióticos), embora a primeira seja sobretudo uma dimensão em formação, de que se pode acabar por retirar um sistema semântico, e a segunda um sistema que pode ser apropriado de diferentes modos pragmáticos. A relação sintática por sua vez é uma morfologia combinatória estabelecida por uma dimensão lógica, mas que não deixa de ter consequências semânticas – as relações formais esquemáticas de “sucessão”,

---

<sup>60</sup> O “campo de significado” a que me refiro é aqui um conceito inspirado nos desenvolvimentos, em Sociologia, da teoria da análise de discurso, que identifiquei uma unidade analítica de base, os “repertórios interpretativos” (“*interpretative repertoires*”), que são conjuntos conexos de formas de expressão e raciocínio organizados à volta de temas específicos pelos indivíduos. Veja-se o livro de Jonathan Potter e Margaret Wetherell, *Discourse and social psychology - beyond attitude and behaviour*, Londres, Sage, 1989, pp. 10-11; cf. L. Íñiguez Rueda e Charles Antaki, “Análisis del discurso”, in ESTEVES, António, e AZEVEDO, José (eds.), *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 139 e 143.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>62</sup> Discursos conscientemente estruturados, como autojustificação ou acusação, por ex., mas também inconscientemente, como acontece no discurso de classe (*idem*, pp. 5-11).

<sup>63</sup> Na seleção ativa dos recursos linguísticos existentes para estruturar a realidade no discurso (*idem, ibidem*).

<sup>64</sup> As alterações do discurso no contexto que envolve a ação, o que revela portanto a função (*idem, ibidem*).

<sup>65</sup> *Idem*, pp. 10-11.

<sup>66</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, p. 76.

<sup>67</sup> Émil Kaufmann, como já disse, utiliza com bastante sucesso o conceito de “sistema arquitetónico”, mas aquele comporta apenas uma dimensão *sintática*, “gramatical”, restringindo-se na prática à composição (*op. cit., passim*, mas nomeadamente p. 11).

<sup>68</sup> Umberto Eco *op. cit.*, p. 76.

“articulação” ou “remate” têm significados (“caminho”, “síntese”, “fim”, por exemplo) por mais latos e não específicos que sejam.

Códigos mais diretamente (técnicos, edificatórios, funcionais, etc.) ou indirectamente (científicos, filosóficos, religiosos, estéticos, sociais, etc.) ligados à produção de arquitetura, e os seus cruzamentos em discursos (institucionais, corporativos, políticos, de classe, etc.), não só “informam” a arquitetura como têm *estruturas* com implicações/traduições espaciais<sup>69</sup>.

A análise do discurso arquitetónico dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal, como prática social, da instituição, com uma função, construção e variação de cada um dos atos comunicativos/edifícios, envolvendo sujeitos específicos e na presença simultânea de vários códigos, é, por conseguinte, o objetivo deste trabalho.

### **2.3 | Uma análise textual da arquitetura**

Finalmente, e para além do que metodologicamente está implícito no tratamento do objeto desta tese como forma de discurso espacial escrito tectonicamente, reflexo e articulação de um conjunto de códigos com tradução arquitetónica, há ainda uma série de conceitos que vêm da análise textual que pretendo utilizar e gostaria de referir e definir.

Antes de mais, sendo a arquitetura religiosa e cenobítica uma forma de discurso particularmente retórica, que a ela se podem aplicar os parâmetros definidores daquela.

A Retórica é a negociação da distância entre indivíduos a propósito de uma questão, um problema<sup>70</sup>, e constitui-se como arte formal do discurso, tendo em vista a persuasão<sup>71</sup>. As questões sobre as quais se debruça são, conseqüentemente, todas as que separam e reúnem os homens, e, mais especificamente, segundo Aristóteles, são o *Justo* (nomeadamente na retórica judiciária), o *Útil* (na retórica deliberativa, e de sobremaneira na política) e o *Belo* (na retórica epidíctica, como é o caso do elogio)<sup>72</sup>. A Retórica assenta em e faz uso da credibilidade/autoridade do produtor de discurso (*ethos*<sup>73</sup>), da lógica e dialética

---

<sup>69</sup> Como está brilhantemente exemplificado na relação estudada por Erwin Panofsky em *Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*. (Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1986, pp. 31-76).

<sup>70</sup> Michel Meyer, *Questões de Retórica: linguagem, razão e sedução*, Lisboa, Edições 70, 2007, p. 27.

<sup>71</sup> Olivier Reboul, *Introduction à la rhétorique*, Paris, P.U.F., 1991, pp. 3-4.

<sup>72</sup> Michel Meyer, *op. cit.*, p. 31; Renato Barilli, *op. cit.*, pp. 86-88.

<sup>73</sup> James C. McCroskey, *An introduction to rhetorical communication: a western rhetorical perspective*, Boston, Pearson, 2004, p. 82.



na argumentação (*logos*<sup>74</sup>) e da poética no estilo e ordenação (*pathos*<sup>75</sup>). As figuras de linguagem características da Retórica estão entre as formas lógicas de inferência (o silogismo<sup>76</sup>) e os tropos<sup>77</sup>. Esses tropos fundamentais podem reduzir-se às formas de comparação (metáfora e metonímia), à sinédoque e à ironia<sup>78</sup>. Muito de acordo com a função definidora da negociação do afastamento e proximidade, são tropos de grau de identidade (de semelhança, na comparação, de parte essencial, na sinédoque) e graus de diferença (na ironia)<sup>79</sup>. Evidentemente, se as anteriores são as figuras de pensamento, as figuras de linguagem que lidam com a sintaxe, com a manipulação da construção dos enunciados<sup>80</sup> (elipses, anástrofes, assíndetos, etc.<sup>81</sup>), têm lugar nesta arte formal do discurso.

Numa outra dimensão, relacionada com a análise textual, a distinção e conexão entre *arquétipo*, *protótipo*, *estereótipo* e *enunciado*, parece-me igualmente ser instrumental para tratamento da arquitetura.

Em arquitetura, o arquétipo, à imagem do texto teórico, original, da crítica filológica<sup>82</sup>, pode ser visto como uma determinada entidade referencial, ideal e/ou inexistente mas possuidora de autoridade simbólica, como poderia ser o Templo de Salomão; o protótipo, por sua vez, é um exemplo concreto, que exhibe inovações positivas e paradigmáticas, constituindo-se como texto exemplar<sup>83</sup>, e que tem um paralelo em obras que são sucessos de experimentação original e de influência (como, digamos, o Panteão romano); o estereótipo designa por sua vez uma forma textual que é apropriada, fixada e repetida, e – se lhe retirarmos a associação pejorativa que o termo recebeu – é homólogo do que se chama *tipo*, em muitas análises de arquitetura<sup>84</sup>. Na sequência das classes referidas, considero que cada edifício específico constitui um enunciado, uma sequência de signos que expressam um pensamento acabado<sup>85</sup>. Em cada período, certos edifícios mais precoces e ambiciosos podem desempenhar um papel destacado na conceptualização dum estereótipo epocal, sendo, portanto, enunciados-tipo.

Acredito também que existe uma analogia entre as formas arquitectuais (os modos literários – o narrativo,

---

<sup>74</sup> Michel Meyer, *op. cit.*, p. 19.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>76</sup> Leonidas Hegenberg, entrada “silogismo”, in *Dicionário de Lógica*, São Paulo, E.P.U., 1995, pp. 191-193.

<sup>77</sup> Michel Meyer, *op. cit.*, pp. 67-72; os tropos, são, aliás, como Nietzsche afirmou, falsos silogismos (*apud idem*, p. 105).

<sup>78</sup> *Idem*, p. 108.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>80</sup> Latuf Isaias Mucci, entrada “figuras de linguagem”, in CEIA, Carlos (dir.), *op. cit., ibidem*.

<sup>81</sup> Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, José Sá da Costa, 1987, pp. 613-626.

<sup>82</sup> Carlos Ceia, entrada “crítica textual”, in CEIA, Carlos (dir.), *op. cit., ibidem*.

<sup>83</sup> Carlos Ceia, entrada “lugar-comum”, *idem, ibidem*.

<sup>84</sup> Como, por exemplo, as que faz António Nunes Pereira, em *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, pp. 16-17, ou em “1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 109.

<sup>85</sup> Carlos Ceia, entrada “enunciado”, *idem, ibidem*.

lírico, dramático, etc.<sup>86</sup>) e as formas de concretização arquitetónica, ao nível das suas propriedades gramaticais.

Se voltarmos, para concluir, à frase de Santo Agostinho em epígrafe, a arquitetura de facto apresenta-se em si mesma como uma entidade sensorial, háptica e ótica, que sugere uma outra ao espírito, que é existencial, através experiência espacial. É, como tal, uma produção signífica complexa, alegoria intencional da vivência física do Homem, primeiro, mas feita sempre segundo uma intenção, uma função (nem que não utilitária). A arquitetura é fruto dum proposta dum autor (formalmente arquiteto ou não), mas cuja autoria não determina a integralidade do edifício, pela participação de outros executores ao nível de diferentes linguagens (canteiros, escultores, pintores, marceneiros, etc.), e de outros decisores (encomendantes, destinatários, etc.), e mesmo pela apropriação, consciente ou inconsciente, de diferentes produções alheias, em intertextualidade<sup>87</sup>.

A arquitetura cenobítica, como concretização de uma forma de vida comum regrada, sob pressupostos religiosos, é um discurso retórico cujo tema é “qual a vida perfeita?”, e que o cenóbio descreve, interligando sub-enunciados sobre Deus, o Mundo, a comunidade e o indivíduo. Dentro deste discurso genérico, aquele que a instituição portuguesa dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho faz representa um caso particular, com variações e permanências diacrónicas, ao nível estilístico<sup>88</sup>, obviamente, mas também dum processo no qual as constâncias textuais se vão alterando com a situação. A uma evolução menor dos arquétipos (sempre mais permanentes, mesmo que concebidos diferentemente) corresponderá uma cadeia de protótipos arquitetónicos, que informarão por sua vez (diretamente e/ou pela cristalização de estereótipos) enunciados edificados específicos, de raiz ou por reescrita de conjuntos pré-existentes.

Investigar a concatenação de códigos, na sua relação entre significados e recursos linguísticos, que constroem o discurso cruzado sobre a vida cenobítica em arquitetura, nas suas variantes e invariantes, e fornecer pistas para como essa variação têm elementos de continuidade, é, afinal, o propósito do meu estudo.

---

<sup>86</sup> Carlos Ceia, entrada “géneros literários”, *idem, ibidem*.

<sup>87</sup> Ivete Walty, entrada “intertextualidade”, *idem, ibidem*.

<sup>88</sup> Nomeadamente ao nível das “personalidades” compositivas e espaciais de cada período arquitetónico – leia-se Émil Kaufmann, *op. cit.*, p. 5 (sobre o Barroco); ou Bruno Zevi, *Sapere vedere l'architettura, op. cit.*, pp. 73-97 (do Românico ao Barroco).

## CAPÍTULO III

### *honorate in vobis invicem Deum cuius templa facti estis*<sup>1</sup>

*corpus* da arquitetura cenobítica crúzia

#### 3.1 | Os *enunciados* edificados

As Casas agostinhas são, como disse na introdução, as verdadeiras fontes primárias desta investigação, sendo cada uma delas uma corporização concreta e individual da Ordem, de forma análoga ao que diz Santo Agostinho de cada religioso, tornado templo singular de Deus.

De existência efémera na Ordem ou não, e entre canónicas atestadamente crúzias, aquelas de que alguns contestam a afiliação e umas poucas só hipoteticamente atribuídas, são considerados aqui 64 cenóbios, distribuídos da fronteira minhota ao Baixo Alentejo, do litoral português ocidental à província espanhola de Salamanca<sup>2</sup>.

A concentração é largamente assimétrica, predominando o noroeste português (7 casos no distrito de Viana do Castelo, 12 no de Braga, 20 no do Porto e 1 no de Aveiro, num total de 40, portanto), e seguindo-se-lhe, já distantemente, o centro (até 8 exemplos no distrito de Coimbra, 2 no de Leiria, 3 no de Viseu, 2 na Guarda, e o referido mosteiro castelhano, em Ciudad Rodrigo, perfazendo 16) e sendo menor a presença na área meridional (apenas 8 casos – 4 no distrito de Lisboa, 2 no de Santarém, 1 no de Portalegre e 1 no de Beja). É também esmagadora a diferença de implantação entre a faixa litoral – da costa atlântica às serras da Peneda, Gerês e Marão, e ao sistema de Montemuro-Estrela-Lousã – e o interior (nas zonas transseranas, assim como na lezíria ribatejana e nas planícies do Alentejo). Apenas 11 canónicas se localizam nesta área interior: duas ao longo do rio Minho, as dos distritos de Viseu e da Guarda, os mosteiros em Arganil e Ciudad Rodrigo, e as fundações alentejanas.

Consideram-se também diferentes tipologias de cenóbios, sendo numericamente superiores os mosteiros

---

<sup>1</sup> “(...) honrai uns nos outros a Deus, de quem vos tornastes templos” (Santo Agostinho, *Praeceptum*, I, 8; lido em *The rule of Saint Augustine*, Londres, Darton, Longman & Todd, 1996, p. 27; tradução minha).

<sup>2</sup> Para esta listagem não me ative a conjuntos “seguros” e pré-definidos, como poderia ser o caso do que figura na recente obra coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa (*Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 173-208). Por um lado, essa não era uma opção tendo em conta o que aí se exclui à partida – desde logo porque a obra só se debruça sobre as Ordens religiosas até ao concílio de Trento, mas também porque não parece considerar as colegiadas como cenóbios; por outro lado, é de notar que mesmo as Casas que inclui não estão todas incontestavelmente comprovadas como crúzias (é o caso, como veremos, de Rio Covo, Rio Mau e Ferreira). Adicionalmente, há também omissões pouco compreensíveis, de canónicas documentalmente atestadas (como Palmeira, ou os casos de São Romão de Seia – que o guia menciona no texto introdutório sobre a Ordem, mas não adiciona à listagem de mosteiros – e de São Salvador de Tuias – que é abordado como mosteiro beneditino feminino, mencionando o seu início entre os Crúzios, mas não surge depois no elenco daqueles – cf. *idem*, respetivamente, pp. 174 e 83, *versus* pp. 181-208). O critério que segui foi de ter em consideração, tanto quanto consegui, todos os institutos em que parece ter havido vida comum regulada, efémera ou perenemente, e que tenham sido atribuídos histórica ou academicamente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, excluindo apenas aqueles que a pesquisa demonstrou inequivocamente que não o poderiam ter sido.

(53), e muito menos frequentes as colegiadas (talvez 7, no Porto, Leiria, Óbidos, Santarém, Sintra, Lisboa e Arronches<sup>3</sup>) e os colégios (podendo ser admitidos 4 casos, todos em Coimbra<sup>4</sup>).<sup>[fig.01]</sup>

## 3.2 | Uma elencagem

Percorramos as Casas associáveis à arquitetura dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, de Norte para Sul, seguindo as bacias hidrográficas que ocupam, de montante para jusante<sup>5</sup>, estabelecendo-lhes a implantação, a génese institucional e a sua ligação ao projeto crúzio.

**3.2.1 A bacia do Minho:** Assim, começando no vale do Minho, deparamos primeiro com São Salvador de Paderne (nos atuais distrito de Viana do Castelo, concelho de Melgaço, freguesia de Paderne) e, descendo o rio, com São João de Longos Vales (em Viana do Castelo, Monção, Longos Vales).<sup>[fig.02]</sup>

O primeiro situa-se numa área duplamente fronteiriça, distando uns 4 km do rio Minho, a Norte, e sensivelmente o dobro para a outra fronteira espanhola, a Nascente. Implantado a meia encosta, no relevo que sobe do rio para a serra da Peneda, dista 5 km de Melgaço (pela estrada, menos em linha reta<sup>6</sup>). Segundo os cronistas da Ordem, teria sido fundado, como mosteiro feminino e de carisma beneditino, pela viúva do conde D. Hermenegildo, de Tui, D.<sup>a</sup> Paterna, tendo igreja sagrada em 6 de Agosto de 1130, por D. Paio, bispo da mesma cidade<sup>7</sup>. Sobre a sua adesão a um modelo regrante há hipóteses mais discordantes: cronistas e corógrafos querem colocá-lo como já canonical, e mesmo crúzio (embora

---

<sup>3</sup> Se boa parte destas colegiadas urbanas podem não ter sido crúzias, há ainda alguns institutos – os de Rio Covo, Ribas, Telões e Ferreira – normalmente discutidos como mosteiros (e contestados como regrantes), que poderão ter sido hipoteticamente colegiadas, como veremos.

<sup>4</sup> Os colégios setecentistas que existiram em Mafra e depois São Vicente de Fora (como veremos no capítulo IX) não parecem ter tido autonomia institucional ou delimitação física que os permita considerar como Casas, isto é, corporizando uma comunidade regulada, em si.

<sup>5</sup> Esta classificação parece-me útil, por não recorrer a limites administrativos variáveis, civis ou eclesiásticos, e por corresponder a uma realidade geográfica e do uso do território – dos rios e dos seus vales como eixos privilegiados de transportes, nomeadamente, mas também dos festos topográficos que delimitavam regiões de mais fácil intercomunicabilidade – o que é particularmente relevante no momento do arranque da instituição regrante. Evidentemente, não quero dizer que as linhas de contacto estabelecidas por trajetos hidrográficos são mais influentes que essas jurisdições a moldar comunidades regionais, mas apenas mais permanentes; da mesma forma, mesmo sob a ótica de vetores de proximidade, nada indica também que as bacias fluviais gerem maiores conexões socioculturais que os percursos viários, aos quais são complementares na estruturação do território português, mas tão somente que não estão sujeitas às mesmas alterações que aqueles, na longa cronologia aqui considerada. Para uma classificação por dioceses – embora restrita ao Norte de Portugal e às centúrias de duzentos a quinhentos, e, portanto, aplicada a um elenco sensivelmente diferente do que apresento – ver Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011, pp. 3-7.

Na complementar referenciação por distrito, concelho e freguesia que será feita para cada cenóbio, os nomes das freguesias não refletem forçosamente a reorganização administrativa de 2012/2013, sempre que as fusões mantiveram as designações anteriores, juntando apenas “união” às denominações originais agregadas, pelo que estas permanecem como realidades observáveis e geograficamente mais precisas.

<sup>6</sup> Por volta de 1890, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal diz que seriam 3 km (*Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. VI, p. 401). Note-se que as referências bibliográficas que apresento sobre situação dos mosteiros na paisagem são indicativas e não exaustivas – muitas das informações que relato foram recolhidas aquando das visitas aos locais.

<sup>7</sup> Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668, livro VI, cap. IX, pp. 311-313; Timóteo dos Mártires, *Crónica de St.<sup>a</sup> Cruz*, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955/58, t. 3, pp. 108-109. Narrativa repetida por António Carvalho da Costa (*Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Braga, Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869, t. 1, p. 257) e Augusto Pinho Leal (*op. cit.*, vol. VI, pp. 401-402) e também na obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 205).

ainda dúplice<sup>8</sup>), logo em 1138<sup>9</sup>; Manuel António Bernardo Pintor aceita que essa conversão aconteça ainda no século XII, mas sublinha que só está comprovada em 1225, quando é augustiniano e mosteiro masculino<sup>10</sup>, com o que concordaram Avelino de Jesus da Costa e outros autores<sup>11</sup>.

Um quinzena de quilómetros a jusante, São João de Longos Vales localiza-se igualmente nas encostas que sobem do rio Minho, e a uns 4 km de outro aglomerado da várzea, Monção<sup>12</sup>. Foi implantado num ramal da estrada romana que ia de Braga a Monção, a meia altura dum cabeço no topo do qual fica a citânia de São Caetano e junto de uma necrópole altimedieval<sup>13</sup>. Não lhe conhecemos a data de fundação – embora se avenge o ano de 1140 e a iniciativa de D. Afonso Henriques<sup>14</sup> – mas o mosteiro seguramente já existia e era crúzio em 1199, quando é coutado por D. Sancho I, e tinha consistência para ter assistido o rei na construção da torre da fortaleza de Melgaço, pelo que é agraciado<sup>15</sup>.

**3.2.2 A bacia do Lima:** Nas margens do Lima, orbitando Ponte da Barca, onde a estrada Braga-Monção cruzava o rio, encontramos primeiro Santa Maria de Vila Nova de Muía (Viana do Castelo, Ponte da Barca, Vila Nova de Muía) e São Salvador de Bravães (Viana do Castelo, Ponte da Barca, Bravães).<sup>[fig.03]</sup> Muía, a uns 3 km a Este de Ponte da Barca, localiza-se a meia cota de um vale que desce para o Lima, a menos de 1 km. Nicolau de Santa Maria dá-o como fundado por um rico-homem e companheiro de armas de D. Henrique, Godinho Fafes de Lanhoso, em c. 1197-1100, e dotado de carta de couto pelo conde logo em 1103, de que igual documento de D. Afonso Henriques, em 1140-1141, seria apenas uma confirmação<sup>16</sup>. Não sendo impossível a ligação do cenóbio à família de Fafes de Lanhoso, a carta

---

<sup>8</sup> Sendo que ainda tinha abadessa e uma comunidade feminina aquando do foral afonsino de 1141 (*idem, ibidem*).

<sup>9</sup> Ver nota 7, acima, nas referências aos memorialistas.

<sup>10</sup> Manuel Bernardo Pintor critica as lendas sobre a origem do mosteiro, mas aceita a sua fundação undecentista, antes da primeira referência documental segura, em 1225: “Paróquia do Mosteiro de São Salvador de Paderne (Alto Minho): costumeiro de 1720”, separata de *Arquivo do Alto Minho*, vol.25 (V da 3.ª série), 1980, Braga, Editorial Franciscana, 1981, p. 87, e *Mosteiro de S. Salvador de Paderne: Alto-Minho*, Braga, Escola Tipográfica da Oficina de S. José, 1957, pp. 7-8.

<sup>11</sup> Avelino de Jesus da Costa, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)” in AAVV, *Actas do I colóquio Galaico Minhoto*, vol. 1, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, pp. 105 e 118-119; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 205; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 247. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Paderne, ver ficha n.º 01 em Anexos.

<sup>12</sup> Pelo *caminho velho*, que passava pelos lugares de Corgo e Canles: ver João Afonso Caldas, *Monografia de São João de Longos Vales e Bela (integrada) Monção*, Braga, edição do autor, 1977-1981, p. 13.

<sup>13</sup> *Idem*, pp. 13-21; Paula Noé e Paulo Amaral, “Mosteiro de Longos Vales/Igreja de Longos Vales/Igreja de São João Baptista”, e Paulo Dordio e Paulo Amaral, “Castro de São Caetano”, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitetónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 19-07-2019].

<sup>14</sup> Segundo Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VI, cap. XII, pp. 329-330), seguido por António Carvalho da Costa (*op. cit.*, t. 1, p. 298) e Augusto Pinho Leal (*op. cit.*, vol. IV, p. 437).

<sup>15</sup> Cronista e corógrafos colocam a concessão do foral em 1197 (*idem, ibidem*); para a data de 1199, ler: Avelino de Jesus da Costa, “A comarca eclesiástica...”, *op. cit.*, pp. 118-119; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 204. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São João de Longos Vales, ver ficha n.º 02 em Anexos.

<sup>16</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. IX, pp. 314-315; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, pp. 119-122; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 211; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. V, p. 587; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 187-188.

de couto de Afonso I é o primeiro documento fiável, e só dessa altura se pode datar também a adesão ao modo canonical e à Ordem crúzia<sup>17</sup>.

Em simetria, quase à mesma distância de Ponte da Barca, mas para Ocidente e em zona com menos relevo em relação ao rio<sup>18</sup>, fica o mosteiro de Bravães. Fundado, segundo o censal episcopal de D. Pedro, c. 1080, por D. Vasco Nunes de Bravães, cavaleiro ao serviço de Afonso VI de Leão e Castela, teria sido inicialmente beneditino, aderindo aos Regrantes entre 1130 e 1140<sup>19</sup>.

Ainda nas proximidades da mesma vila limiana, mas para Sul, meia dezena de quilómetros ao longo do itinerário da mencionada via romano-medieval, está São Martinho de Crasto (Viana do Castelo, Ponte da Barca, Crasto). A meia encosta das elevações que ladeiam o vale do rio Vade, afluente meridional do Lima, que determinou o trajeto dessa estrada, o cenóbio estará na ladeira de um antigo castro. Fundado em 1138 por Onerico Soeiro, senhor de Crasto, foi presumivelmente logo integrado na Ordem crúzia (com confirmação do arcebispo crúzio D. João Peculiar, em 1142), e tem seguramente um “prior” em 1187-1191<sup>20</sup>.

Perto do seguinte atravessamento do rio por uma via medieval relevante, em Ponte de Lima, fica Santa Maria de Refoios do Lima (Viana do Castelo, Ponte de Lima, Refoios do Lima). Na margem oposta e uma meia dúzia de quilómetros a Leste da povoação, o mosteiro está à cota intermédia do terreno que sobe a partir do rio para o Monte da Bemposta, a cerca de 1 km de distância da margem. Se os cronistas crúzios recuam a sua fundação para 1094, os corógrafos inclinam-se para o século XII (António Carvalho da Costa atribui-o a 1120, Augusto Pinho Leal, a 1112, sendo fisicamente erigido até 1120)<sup>21</sup>; a iniciativa

---

<sup>17</sup> António Meneres e José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o mosteiro de St.ª Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2ª série, Ano III, n.º 4, Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1980, pp. 160-162; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis – documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage e Centro de História Sociedade e Cultura, 2007, pp.81 e 163. O menos imaginativo Timóteo dos Mártires sugere aliás que a adesão poderia ter acontecido em 1141, com o 2.º prior, D. Soeiro Gil (*op. cit.*, t. 1, p. 24). Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Vila Nova de Muia, ver ficha n.º 03 em Anexos.

<sup>18</sup> Embora possa ser descrito igualmente como estando num vale, como faz Augusto Pinho Leal (*op. cit.*, vol. I, p. 487).

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, AAVV., *Igreja de Bravães - Ponte da Barca*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 49, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Setembro 1947, p. 5; Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2.ª ed., Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, p. 365; Maria José Pérez Homem de Almeida, “San Salvador de Bravães: una encrucijada en el romanico português”, Porto, separata de BRANDÃO, Domingos de Pinho (dir.), *Lycerna*, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto e Ministério da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1984, p. 319; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “A igreja românica de Bravães” in AAVV., *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, atas do Seminário “Da Terra da Nóbrega ao concelho de Ponte da Barca”, vol. 2, Ponte da Barca, Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 13-15; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 186; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 131. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Bravães, ver ficha n.º 04 em Anexos.

<sup>20</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XI, pp. 315-316; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 13, e t. 3, p. 173; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 208; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, p. 437; Manuel Aguiar Barreiros, *Egrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, edições Marques Abreu, Porto, 1926, pp. 61-62; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 195; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 109. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Martinho de Crasto, ver ficha n.º 05 em Anexos.

<sup>21</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. VIII, pp. 303-310; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, pp. 56-62; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 179; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, pp. 98-99. Na mesma veia: Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 198.

seria de Afonso Ansemondes e seus filhos, Mendo Afonso e Pero Mendes/Pedro Mendo, sendo este último ali o primeiro prior. Ambos os corógrafos referem a ligação do mosteiro à Torre de Malheiros, a umas centenas de metros para Sudoeste, que pertenceria à família dos fundadores<sup>22</sup>. Documentalmente, apenas se pode assegurar a existência do cenóbio a partir de 1140 e mais provavelmente por volta de 1150; quanto à adesão aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, só sabemos que já se tinha verificado em 1154 – quando é confirmada solenemente a isenção episcopal de Refoios, na presença do legado papal, o cardeal Jacinto, do bispo de Tui, D. Paio, e do arcebispo de Braga, D. João Peculiar – e que deverá ter ocorrido depois de 1144<sup>23</sup>.

Finalmente, no estuário do Lima, encontrava-se a desaparecida canónica de São Teotónio de Viana do Castelo, a última fundação *ex novo* da Ordem (Viana do Castelo, Viana do Castelo, Santa Maria Maior). Imediatamente periurbano a Viana, para Noroeste, o mosteiro inseria-se a uma cota superior, no sopé do monte de Santa Luzia, dando-lhe grande visibilidade a partir da foz e da margem esquerda do rio. A fundação de uma nova Casa crúzia foi decidida em capítulo-geral de 1624, e assente como destinada a Viana na reunião magna seguinte, em 1627<sup>24</sup>, sendo a primeira pedra das instalações colocada em 1630 ou 1631<sup>25</sup>; a comunidade que as ocuparia teve origem em 1633 e começou a viver no edifício inacabado em 1642<sup>26</sup>.

**3.2.3 A bacia do Cávado:** No vale do rio Homem, afluente setentrional do Cávado já no arranque da serra do Gerês, fica São Salvador de Valdreu (Braga, Vila Verde, Valdreu). Em posição sobranceira, a pouco mais de um quilómetro da margem direita do rio tributário, estava na bisetriz de dois itinerários regionais provenientes de Braga: a já referida estrada Braga-Ponte da Barca-Monção, e a Via Nova (ou Geira) para Astorga, que atravessavam o Cávado a Oeste e Este da foz do Homem, respetivamente nas

---

<sup>22</sup> A torre só passou à posse da família Malheiro no século XIV; a construção existente não é uma torre do século XII, mas pode estar no local de uma edificação anterior – ver Paulo Amaral, “Torre de Malheiros/Torre de Malheiras/Torre de Refóios”, 2001, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 19-07-2019].

<sup>23</sup> António Matos Reis, “Mosteiro de Refoios - as suas origens” in AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp. 11-21. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Refoios do Lima, ver ficha n.º 06 em Anexos.

<sup>24</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XVI, p. 345; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 2, pp. 10 e 12; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os crúzios de Viana do Castelo e sua expressão artística”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. V-VI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006-2007, pp. 468-469 e 486.

<sup>25</sup> A 1.ª pedra foi lançada a 8 de Agosto de 1630, segundo Timóteo dos Mártires (*op. cit.*, t. 2, p. 14), ou a 5 de Agosto de 1631, segundo Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VI, cap. XVI, p. 345).

<sup>26</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XVI, pp. 343 e 345; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 2, p. 20; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *idem*, pp. 469-471. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Teotónio de Viana do Castelo, ver ficha n.º 07 em Anexos.

medievais Ponte do Prado e Ponte do Porto<sup>27</sup>. Um mosteiro neste local já existiria no final do século XI, segundo o censal de D. Pedro<sup>28</sup>. António Carvalho da Costa e Augusto Pinho Leal atribuem a fundação a D. Ourigo, o *Velho da Nóbrega*, ou ao filho, D. Pedro Ourigues da Nóbrega, e afirmam que o neto do primeiro e filho do segundo, D. Nuno Fernandes, teria sido ali prior, c. 1225<sup>29</sup>. Um prior desse nome está de facto documentalmente registado em 1258<sup>30</sup>; o título de “prior” também colocaria pelo menos por então a pertença confirmada aos Regrantes<sup>31</sup>.

Mais a jusante do curso do Cávado, ao longo de um pequeno afluente, o Covo, desta vez a Sul do rio principal, e a 6 km de Barcelos, encontramos a possível canónica de Santa Eulália de Rio Covo (Braga, Barcelos, Santa Eulália de Rio Covo). Implantada entre a correnteza que lhe deu nome e o Monte da Vaia, fica também numa região de contínua ocupação altomedieval – um castelo roqueiro terá aliás dominado o topo do monte – e no trajeto de uma via de origem romana<sup>32</sup>. É possível que ali existisse um instituto religioso, talvez mesmo em 906 e pelo menos desde que é referido numa doação de 1166, que teria sido coutado até 1290<sup>33</sup>. A sua consideração como cenóbio, e ainda mais como crúzio, é discutida: o “maximalista” D. Nicolau de Santa Maria não o refere como tal, nem sobre ele dizem os corógrafos mais do que a sua conversão posterior, quinhentista, em comenda da Ordem de Cristo<sup>34</sup>; mais recentemente, o *guia histórico* das Ordens religiosas dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa inclui-o no rol das Casas de Santa Cruz e contra isso argumenta Aires Gomes Fernandes na sua tese doutoral, uma vez que nenhuma das fontes o declara inequivocamente como local de uma comunidade religiosa<sup>35</sup>. Não tendo nenhum novo elemento definitivo a acrescentar a esta disputa, inclino-me pela existência ali de

---

<sup>27</sup> João de Barros, *Geographia d'Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes*, in “Coleção de manuscritos inéditos agora dados à estampa”/V, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, p. 81; António Pereira Marques, *Valdreu: apontamentos históricos sobre a mui nobre Vila Balderedi*, Vila Verde, edição do autor, 1992, p. 11; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais Entre-Douro-e-Minho*, dissertação de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1968, pp. 25-30.

<sup>28</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 365; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 207.

<sup>29</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 216; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, p. 312.

<sup>30</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 426.

<sup>31</sup> Não havendo dúvidas dessa adesão, que João de Barros o denomine como beneditino por volta de 1549, poderá dever-se à sua conversão então em comenda da Ordem de Cristo (Aires Gomes Fernandes atribui essa mutação a c. 1550 – *idem*, p. 143); não é verdadeiro, também, o relato de Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 336), que o quer secularizado por arcebispo D. Fernando da Guerra por Breve de Pio V (p. 1417-1431), como comprovou José Marques (*apud* Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 142-143). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Valdreu, ver ficha n.º 08 em Anexos.

<sup>32</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, pp. 71-72; Laurinda Fernandes de Carvalho Araújo, *Monografia de Santa Eulália de Rio Covo – Barcelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo - Centro de Estudos Regionais*, 1984, pp. 5, 23-24 e 54-58; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae»”, in CRUZ, António Augusto Ferreira da, SOVERAL, Eduardo Silvério Abranches de (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 1.ª série, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp. 97-104; Carlos Alberto Brochado de Almeida, “Carlos A. Ferreira de Almeida em Santa Eulália de Rio Covo, concelho de Barcelos”, in BARROCA, Mário Jorge (cord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 33-37.

<sup>33</sup> Avelino Jesus da Costa, *idem*, p. 365; Laurinda Fernandes de Carvalho Araújo, *idem*, p. 8.

<sup>34</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 282; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 191 (cf. Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 59-60).

<sup>35</sup> Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 202, com Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 56-60.



um cenóbio crúzio pelo que se pode deprender do breviário editado pelo abade de Santa Eulália de Rio Covo, Dionísio Gonçalves de Sequeira, em 1514, a que ambos os textos se referem: afinal, o documento está titulado como *Breviarium secundum ordinem Divi Augustini*; o seu texto foi baseado num trasunto vindo do mosteiro regrante de São Simão da Junqueira (e tem semelhanças com o congénere de Santa Cruz de Coimbra); o seu autor afirma tê-lo feito “a requerimento de alguns priores” (tendo alguns sinais de se dirigir a comunidades, ou ser escrito como manual para uma rede), e, pela elaboração do seu cerimonial, quase catedralício, dificilmente se destinaria a uma simples igreja paroquial<sup>36</sup>.

Já no troço final do Cávado, entre Barcelos e Esposende, a menos de 4 km do rio, num pequeno vale onde corre o riacho de Agra, mas abrigado da costa oceânica pela arriba fósil, estaria o mosteiro de São Salvador do Banho (Braga, Barcelos, Vila Cova), muito perto da estrada medieval que, vinda do Porto, atravessava o Cávado em Barca do Lago, seguindo para Norte até Caminha<sup>37</sup>. Havendo traços de presença visigótica (século VII) e moçárabe (séculos X-XI) no local, as referências a esta Casa no censual de D. Pedro apontam para que já fosse cenóbio e sob a invocação do Salvador no final do século XI (quer fosse ou não o arcebispo o seu fundador). Seguramente já existia em 1156-1169, quando é referido no foral de Barcelos, e – a dar crédito a D. Nicolau de Santa Maria – estava fundado e seria crúzio c. 1160, quando um cônego dali proveniente, D. Godinho, se converteria em prior de São Vicente de Fora; Saul António Gomes afirma que já o seria entre 1147-1150<sup>38</sup>. [fig.04]

**3.2.4 A bacia do Ave:** O sistema hidrográfico do Ave e seus afluentes, abraçando as áreas urbanas de Braga e Guimarães, e entre o Porto e Barcelos, congrega uma elevada concentração de cenóbios agostinhos (13). [fig.05]

No vale do Ave, ainda no seu curso superior, mas quando abandona as zonas montanhosas da serra da Cabreira e se aproxima de Guimarães, descobrimos Santa Leocádia de Briteiros, São Salvador de Souto,

---

<sup>36</sup> Ler Arménio Alves da Costa Júnior, *O Mosteiro do Rio Covo à luz do Breviário de 1514 – estudo analítico do Temporal*, dissertação de mestrado em Ciências Musicais apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1992, pp. 7-23, 43 e 102-103. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Eulália de Rio Covo, ver ficha n.º 09 em Anexos.

<sup>37</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 332; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, pp. 316-317; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, p. 37.

<sup>38</sup> Nicolau de Santa Maria, *idem, ibidem* e livro VIII, cap. VI, pp. 122-124 (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1. p. 8, também alude a um D. Godinho como reformador do Banho, vindo de Santa Cruz de Coimbra, onde teria sido um dos primeiros 72 cônegos); António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 268; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, p. 316; Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, pp. 88 e 276; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 202; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 82; Mário Jorge Barroca, Francisco Gaspar Almeida Lopes e António Joaquim Cardoso Morais, “Estações e monumentos: o mosteiro do Banho (Vila Cova, Barcelos)”, in JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 5, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, p. 76; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1978, vol. II, pp. 78-80; Alberto Antunes de Abreu, “A pia baptismal de Banho (Vila Cova, Barcelos)”, in AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional - actas*, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. I, pp. 196-207. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador do Banho, ver ficha n.º 10 em Anexos.

São Torcato de Guimarães e Santa Marinha da Costa.

Santa Leocádia de Briteiros (Braga, Guimarães, Santa Leocádia de Briteiros) deverá corresponder à Casa crúzia de *Palmeira*, que aparece na documentação como sendo do concelho de Guimarães, sabendo-se que a freguesia de Briteiros era designada por Palmeira até meados do século XIV, e que ali estava recenseado um cenóbio, pelo menos desde tempos undecentistas<sup>39</sup>. A igreja paroquial, que a tradição identifica como sendo no local desse mosteiro, fica a meia encosta da crista entre o Monte Espinho e o Monte do Sameiro, do lado oposto de Braga, em posição dominante sobre o vale do rio de Agrela, pequeno afluente direito do Ave (que dista, ele próprio, uns 4 km dali). Local de presença altimedieval<sup>40</sup>, era também muito próximo da via principal Guimarães-Braga, e do ponto onde esta atravessava o Ave, pela ponte romana de Campelos<sup>41</sup>. Sendo já mencionada a existência de um instituto em 1053, teria aderido aos Cónegos Regrantes à volta do final do século XII, se de facto for a canónica de Palmeira<sup>42</sup>. Na margem oposta do Ave, mas mais junto do rio e a menor altimetria (embora a meia encosta), está São Salvador de Souto (Braga, Guimarães, São Salvador de Souto), igualmente próximo da estrada Guimarães-Braga, mas também da de Guimarães-Póvoa de Lanhoso<sup>43</sup>. Tendo existido no local uma igreja dessa invocação pelo menos desde 1059, a jurisdição sobre o território em que se localiza teria sido doado pelo conde D. Henrique a um seu companheiro de armas, o gascão D. Guterre, cujo filho, D. Paio Guterres (da Cunha) teria fundado a comunidade, talvez por 1080<sup>44</sup>; seguro é que a Casa existia em 1121 e já seria canonical<sup>45</sup>. A integração nos Regrantes há de datar de antes do fim do século XII

---

<sup>39</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, pp. 117 e 130; Manuel Bernardino Araújo Abreu, "Subsídios para a história da fundação e vida do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, que foi do termo de Barcelos", in ABREU, Manuel Bernardino Araújo (dir.), *Revista de Guimarães*, vol. 99, Janeiro-Dezembro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1989, p. 119.

<sup>40</sup> De que são testemunho os capitéis pré-românicos ali encontrados (O Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 130; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, *op. cit.*, vol. II, pp. 78-80), assim como a lenda de túmulo de São Wamba, rei(?) e abade "beneditino" visigótico (António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 97; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. I, pp. 212-213; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, p. 491).

<sup>41</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, pp. 24-25 e mapa 4, p. 217, e "Os caminhos e a assistência no norte de Portugal", in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, actas das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, vol. I, pp. 49-50.

<sup>42</sup> José Mattoso, "Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra" in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, col. 142; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – sécs. XII-XV. História e Instituição*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1996, t. II, p. 918, e "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 268. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Leocádia de Briteiros/Palmeira, ver ficha n.º 11 em Anexos.

<sup>43</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 93; António Augusto Ferreira da Cruz, "O mosteiro de Souto: um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da Terra e do Homem", separata das atas do *Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada*, vol. 3, Guimarães, s.e., 1981, p. 90; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217.

<sup>44</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 335; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 93; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. I, p. 239; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 445; Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, pp. 151-152; João Gomes de Oliveira Guimarães, "Documentos inéditos dos séculos XII-XV – Mosteiro do Souto", in CASTRO, Domingos Leite de (dir.), *Revista de Guimarães*, vol. XII, n.º 1, 2, 3, 4, Janeiro-AbriI-Julho-Outubro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1895, pp. 145-146.

<sup>45</sup> Avelino de Jesus da Costa, "Documentos medievais inéditos do Mosteiro de Souto", separata de BRAGA, Alberto Vieira (dir.), *Revista de Guimarães*, vol. 64, Julho-Dezembro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1954, p. 357; António Augusto Ferreira da Cruz, "O mosteiro de Souto...", *op. cit.*, p. 95.

(1172?)<sup>46</sup>, e já o era certamente em 1226<sup>47</sup>.

Perto, mas do outro lado de nova crista montanhosa, que inclui o monte de Pedra Fina, no vale do rio Selho, afluente esquerdo do Ave, e já nos arredores de Guimarães, encontra-se São Torcato de Guimarães (Braga, Guimarães, São Torcato). Junto à estrada medieval entre o burgo vimaranense e a Póvoa de Lanhoso, as referências a uma instituição religiosa neste local podem recuar a 950, mas é seguramente atestada a existência de um mosteiro em 1059; além da referência a um castro próximo e da existência de restos moçárabes, o local está associado a lendas e devoções pré-românicas, à volta do túmulo de um rei visigótico, Bamba<sup>48</sup>. Seria crúzio antes do fim do século XII, provavelmente por 1173, quando D. Afonso Henriques lhe concede uma carta de couto, que é confirmada por D. João Peculiar<sup>49</sup>. Quase periurbano a Guimarães – não só pela proximidade, mas pela clara visibilidade a partir da cidade – está, enfim, Santa Marinha da Costa (Braga, Guimarães, Costa), à cota intermédia do monte da Penha, local também de uma povoação castreja de cumeeira<sup>50</sup>. Tendo ali existido um templo altimedieval<sup>51</sup>, e sendo sede do paço condal no segundo quartel do século X, comprova-se a presença de um mosteiro, sob a presente invocação, em 1059<sup>52</sup>. A altura da sua integração nos Regrantes é incerta, embora tendo ocorrido em tempos undecentistas<sup>53</sup>. Os memorialistas, insistindo na narrativa que seria a primeira rainha portuguesa, D. Mafalda, a fundar e doar o cenóbio à Ordem, oferecem as datas de 1139, 1145 e 1157<sup>54</sup>; seguro é que D. João Peculiar sagrou uma nova igreja em 1158, o que pode sinalizar uma proximidade aos Cónegos, e que pelo menos em 1173 havia um prior crúzio na Costa, D. Mendo, que,

---

<sup>46</sup> José Mattoso, “*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142; João Gomes de Oliveira Guimarães, “*Documentos inéditos...*”, *op. cit.*, p. 147.

<sup>47</sup> Nicolau de Santa Maria, por uma vez prudente, adianta apenas essa data (*op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 335). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Souto, ver ficha n.º 12 em Anexos.

<sup>48</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, pp. 149 e 360; João de Barros, *Geographia d'Entre-Douro-e-Minho...*, *op. cit.*, p. 72; José Mattoso, “*Identificação de um país – oposição*” in *Obras completas de José Mattoso*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 241; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, *op. cit.*, vol. II, pp. 78-80; Mário Jorge Barroca, “*Contribuição para o estudo dos testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho*”, in AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, *op. cit.*, pp. 117-118.

<sup>49</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 334; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 305; José Mattoso, “*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142 e *D. Afonso Henriques, “Reis de Portugal”/I*, Lisboa, Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Temas e Debates, 2007, p. 352; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 156; Armando Alberto Martins, “*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 268. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Torcato de Guimarães, ver ficha n.º 13 em Anexos.

<sup>50</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XII, p. 325; Manuel Luís Real, “*Santa Marinha da Costa – notícia histórica*”, in AAVV., *Pousada de Santa Marinha*, Guimarães, “*Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*”/n.º 130, Lisboa, D.G.E.M.N., 1985, p. 7.

<sup>51</sup> Manuel Luís Real hesita entre considerá-lo de origem suevo-visigótica, dos séculos VI-VII (*idem*, p. 9) ou apenas de reocupação asturiana – “*Convento da Costa (Guimarães) – história e arqueologia*”, in JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 1, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Junho de 1980, p. 35. Mário Jorge Barroca inclina-se por esta última datação, no século IX, até por análise de restos arqueológicos (“*Contribuição para o estudo...*”, *op. cit.*, p. 118).

<sup>52</sup> Mário Jorge Barroca, *idem, ibidem*; Manuel Luís Real, “*Santa Marinha da Costa...*”, *op. cit.*, pp. 17-18, 28 e 30-31.

<sup>53</sup> Manuel Luís Real, *idem*, p. 33; José Mattoso, “*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 268.

<sup>54</sup> Respetivamente Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (*op. cit.*, vol. I, p. 220-221), Timóteo dos Mártires (*op. cit.*, t. 1, pp. 14 e 24) e Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VI, cap. XII, pp. 325-326); ver também Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, p. 410.

em conjunto com o arcebispo, é confirmante da carta de couto de São Torcato, de que falámos acima<sup>55</sup>.

Para Sudeste, descendo ao longo do curso do rio Vizela, principal tributário esquerdo do Ave, outros três mosteiros se sucedem: São Bartolomeu e São Gens de Montelongo, São Miguel de Vilarinho e São Pedro de Roriz.

No troço superior do rio, perto de Fafe, e na área de um dos seus tributários, o rio Ferro, encontra-se São Bartolomeu e São Gens de Montelongo (Braga, Fafe, São Gens). A um par de quilómetros a Sudeste deste curso de água, o mosteiro fica numa pequena elevação da várzea, e no sopé da serra, do sistema da Cabreira, que separa a bacia do Vizela da do Tâmega, estando também perto da estrada que ligava Guimarães a Bragança<sup>56</sup>. Já teria uma comunidade religiosa antes de 1091<sup>57</sup>, quer se acredite ou não na narrativa dos corógrafos que o dizem fundado por D. Rodrigo Forjaz, cavaleiro do conde D. Henrique, e de carisma inicial beneditino<sup>58</sup>; as primeiras referências documentais seguras são de 1117 e sobretudo, explicitamente, de 1122<sup>59</sup>. Não sendo referido pelos cronistas crúzios, a possível associação deste cenóbio à Ordem é afirmada por António Carvalho da Costa e Augusto Pinho Leal, atribuindo-a a uma doação de D. Afonso Henriques<sup>60</sup>.

A jusante, já perto da foz do Vizela, deparamos com São Miguel de Vilarinho (Porto, Santo Tirso, Vilarinho), num vale perpendicular ao rio e a um quilómetro e meio a Sul da sua margem, ficando também próximo à importante ponte medieval de São João do Campo, em Negrelas, que ligava à estrada Porto-Guimarães<sup>61</sup>. Cronistas e corógrafos datam a sua fundação de 1068-1070, por Fafez Saracim de Lanhoso, como comunidade canonical, e aderindo ao modelo de Santa Cruz em 1170, sob

---

<sup>55</sup> Manuel Luís Real, "Santa Marinha da Costa...", *op. cit.*, pp. 32-33; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 162. Esse prior poderá ser D. Mendo Afonso, vindo de Santa Cruz de Coimbra – e do seu grupo original de cônegos – que os memorialistas mencionam (ver nota anterior). Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Marinha da Costa, ver ficha n.º 14 em Anexos.

<sup>56</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; Artur Ferreira Coimbra, *Fafe: a terra e a memória*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1997, p. 40; Rogério Borralheiro, "Nas origens do Concelho de Fafe. O discurso fundador do pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736", in COIMBRA, Artur Ferreira (org.), *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp. 201-202.

<sup>57</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 364.

<sup>58</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 139; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 266; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. III, p. 266. Em 1122, o cenóbio parece ainda exibir características do monaquismo frutuosiense, o que, não sendo a mesma coisa, vai no sentido corrente em que se aplicava a designação beneditina: Cláudia Ramos, "O Mosteiro e a Colegiada de S. Bartolomeu e S. Gens de Montelongo (1117-1250)", in AAVV., *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época*, vol. 5, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, p. 364).

<sup>59</sup> José Marques, "A extinção do mosteiro de S. Gens e S. Bartolomeu de Montelongo", in COIMBRA, Artur Ferreira (org.), *Actas...*, *op. cit.*, p. 29; Cláudia Ramos, *idem, ibidem*.

<sup>60</sup> Ver nota 58 acima. Essa atribuição só foi acolhida por Maria José Mexia Bigotte Chorão: "Mosteiros", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. III, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, p. 276. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Bartolomeu e São Gens de Montelongo, ver ficha n.º 15 em Anexos.

<sup>61</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 99; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. I, p. 230; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. XI, p. 1320.

o prior Gonçalo Anes Fafez<sup>62</sup>. Sendo undecentista<sup>63</sup>, será mais provável que tal adesão tenha ocorrido aquando da concessão da carta de couto (entre 1128 e 1150)<sup>64</sup>, e talvez por volta de 1130, quando a distintiva designação de “prior” substitui a de “abade”, na documentação<sup>65</sup>. Também na margem esquerda do Vizela, um pouco mais a Poente, fica São Pedro de Roriz (Porto, Santo Tirso, Roriz), com uma vista dominante sobre o vale e a uns 3,5 km da referida ponte de Negrelos. Descartando a hipótese de já existir em 887<sup>66</sup>, terá sido fundado na segunda metade do século XI, por D. Toure Sarnão, e está documentalmente atestado a partir de 1096<sup>67</sup>, parecendo abrigar por essa altura uma comunidade de cónegos<sup>68</sup>. Ter-se-á filiado nos Regrantos em 1173, estando atestado pelas inquirições que isso já acontecera em 1220<sup>69</sup>.

Mais a Oeste, na banda setentrional do vale do Ave, surge um novo conjunto de canónicas agostinhas: Santa Maria de Oliveira, Santa Maria dos Anjos de Landim e São Cristóvão/São Vicente de Requião. Santa Maria de Oliveira (Braga, Vila Nova de Famalicão, Santa Maria de Oliveira) implanta-se na pendente suave que sobe das margens do Ave, quilómetro e meio a Sudeste, e com acesso fácil à estrada de Vila do Conde a Guimarães, por uma portela na direção oposta, a pouco maior distância<sup>70</sup>. Talvez fundado em 1033, por Árias de Brito<sup>71</sup>, ou nessa data apenas restaurado, por Marcos e Adosinda, sendo anterior<sup>72</sup>, o mosteiro de Oliveira pode ter sido já canonical nesse momento<sup>73</sup>. Ter-se-á juntado a Santa Cruz no século

<sup>62</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. X, pp. 318-319; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, p. 170; António Carvalho da Costa, *idem, ibidem*; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *idem, ibidem*; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. XI, p. 1323.

<sup>63</sup> José Mattoso, “Canonicos Regolare...”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “Regrantos de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 268.

<sup>64</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 184.

<sup>65</sup> Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Miguel de Vilarinho, ver ficha n.º 16 em Anexos.

<sup>66</sup> Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 247 (cf. AAVV., *Igreja de São Pedro de Roriz*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/ n.º 9, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Setembro 1937, p. 6).

<sup>67</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 203; Francisco Carvalho Correia, *O mosteiro de Roriz*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso e Museu Municipal Abade Pedrosa, 1997, pp. 3 e 10; Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral”, separata de *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, Impr. Portuguesa, 1982, pp. 9-12.

<sup>68</sup> Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81.

<sup>69</sup> Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 248; AAVV., *Igreja de São Pedro de Roriz*, *op. cit.*, pp. 6-8; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *idem, ibidem*. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Pedro de Roriz, ver ficha n.º 17 em Anexos.

<sup>70</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. X, p. 317; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; Manuel Bernardino Araújo Abreu, “Subsídios para a história da fundação e vida do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, que foi do termo de Barcelos”, in ABREU, Manuel Bernardino Araújo (dir.), *Revista de Guimarães*, vol. 99, Janeiro-Dezembro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1989, p. 119.

Existe uma lenda que afirma que mosteiro foi inicialmente em Penelas, junto a Vermoim, mas Maria do Rosário da Costa Bastos não encontra indícios que a suportem – “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira” in FERNANDES, Agostinho Peixoto (dir.), *Boletim cultural*, II série, n.º 16, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, p. 11.

<sup>71</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 363; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 291; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VI, p. 254; Manuel Bernardino Araújo Abreu, “Subsídios...”, *op. cit.*, p. 97; Maria do Rosário da Costa Bastos, “Sixto da Cunha...”, *op. cit., ibidem*, e *Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico de Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996, pp. 27-30.

<sup>72</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 206; Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira...*, *op. cit.*, pp. 30-31.

XII<sup>74</sup>, talvez por volta da altura em que D. João Peculiar procede à sagração da sua igreja, em 1168<sup>75</sup>; atestadamente já o era em 1266<sup>76</sup>.

Meia dúzia de quilómetros a Ocidente fica Santa Maria dos Anjos de Landim (Braga, Vila Nova de Famalicão, Landim). Estando no sopé de um pequeno monte, imediatamente a Sudeste, o terreno desce em direção ao rio Pele, pequeno tributário do Ave, a algumas centenas de metros a Poente do mosteiro<sup>77</sup>. No local de uma *villa nandini* romana e associado à devoção altimedieval de Nossa Senhora da Basta, que se converteu em orago do cenóbio<sup>78</sup>, Landim ficava quase equidistante do Ave e das vias Oeste-Este, para Guimarães, e Norte-Sul, para Braga, que se cruzavam em Famalicão, local de uma importante feira medieval<sup>79</sup>. Os memorialistas querem ver o cenóbio documentado desde 991 e reedificado por D. Rodrigo de Forjaz, c. 1067<sup>80</sup>; alternativamente, o *Livro de linhagens do conde D. Pedro* adianta como fundador Gonçalo Gonçalves (descendente do anterior)<sup>81</sup>. É seguro que o instituto existia em 1096 e talvez fosse canonical<sup>82</sup>, mas só será crúzio depois de 1140<sup>83</sup> e antes de 1177<sup>84</sup>, podendo ou não dar sinais dessa filiação quer o couto atribuído por D. Afonso Henriques em 1142, quer uma referida sagração do templo monástico por D. João Peculiar, em 1168<sup>85</sup>.

Por último, neste subconjunto de Casas, vem São Cristóvão de Requião (Braga, Vila Nova de Famalicão, Requião), que adotará em Trezentos a invocação de São Silvestre<sup>86</sup>. À sombra do monte de Santa Cristina, fica numa plataforma que domina o declive em direção ao rio Pele (e, portanto, a Landim) e posteriormente ao Ave, a uns 7 km. Do lado Norte da estrada para Guimarães, está, como Landim, muito próximo de Famalicão e da estrada de Porto-Braga. Existiria aqui uma fundação religiosa no século

---

<sup>73</sup> Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81; Maria do Rosário da Costa Bastos acha possível que fosse dúplice e seguisse a reforma de São Rosendo ("Sixto da Cunha...", *op. cit.*, p. 12).

<sup>74</sup> José Mattoso, "Canonici Regolare...", *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 268.

<sup>75</sup> Maria do Rosário da Costa Bastos, Santa Maria da Oliveira..., *op. cit.*, p. 50; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *idem, ibidem*.

<sup>76</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *idem, ibidem*; Maria do Rosário da Costa Bastos, Santa Maria da Oliveira..., *op. cit.*, p. 37, e "Sixto da Cunha...", *op. cit.*, p. 12. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Oliveira, ver ficha n.º 18 em Anexos.

<sup>77</sup> Rio Pele que, descrevendo um arco, é também atravessável por uma ponte medieval em Pancelada, a 1 km a Norte do mosteiro – Maria de Fátima Castro, *Santa Maria de Landim - os seus espaços e as suas gentes (da segunda metade do século XVI a finais do século XIX)*, Braga, s.e., 2004, pp. 23-24.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 28; António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, edição dos autores, 2002, p. 13. Não será no entanto verdade que Santa Maria da Basta venha substituir a invocação primitiva a Santiago, como afirmam os cronistas, tratando-se antes de dois cenóbios diferentes (*idem*, p. 30).

<sup>79</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, p. 59 e mapa 4, p. 217.

<sup>80</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. VII, pp. 301-303; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, pp. 39-40; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 291; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. IV, p. 43.

<sup>81</sup> António Martins e Emília Nóvoa Faria, *op. cit.*, p. 23.

<sup>82</sup> Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81; Maria de Fátima Castro, *O mosteiro de Landim - contributos para o estudo da propriedade eclesíastica*, Vila do Prado, edição da autora, 1995, pp. 23-24.

<sup>83</sup> Se tiver sido reformado por D. Mendo Gonçalves, da comunidade original de Santa Cruz de Coimbra (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 12 e t. 3, p. 42).

<sup>84</sup> Quando está documentalmente atestado como o sendo (Saul António Gomes, *idem, ibidem*; Maria de Fátima Castro, *O mosteiro de Landim...*, *op. cit.*, p. 25; António Martins e Emília Nóvoa Faria, *op. cit.*, p. 27).

<sup>85</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, p. 40; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 196. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria dos Anjos de Landim, ver ficha n.º 19 em Anexos.

<sup>86</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 144 e nota 842.

XI<sup>87</sup>, e talvez fosse sede de uma comunidade de cónegos em 1106<sup>88</sup>, mas só podemos dizer que era seguramente mosteiro em 1138, quando o abade Oerius celebra um contrato com D. João Peculiar<sup>89</sup>. Ter-se-á juntado aos Regrantes entre essa data e o fim do século XII<sup>90</sup>.

Já perto da embocadura do Ave, em Vila do Conde, listam-se ainda outras três canónicas possíveis: duas no vale do Este, último tributário direito do rio principal (São Cristóvão de Rio Mau e São Simão e São Judas Tadeu da Junqueira), e uma na sua margem Sul (São Vicente de Tougues).

São Cristóvão de Rio Mau (Porto, Vila do Conde, Rio Mau), fica na várzea agrícola do rio Este, que corre a umas centenas de metros a Sul desta atual igreja paroquial. Ao mesmo tempo, era a um par de quilómetros a Nascente dali que uma ponte importante nesse rio dava passagem à *karraria antiqua*, que vinha do Porto (a ponte de Arcos), e a pouco mais do que isso, em Rates, que essa estrada bifurcava, prosseguindo para Barcelos, à direita, e divergindo para a passagem do Cávado em Barca do Lago (e daí para Caminha – e para o mosteiro do Banho). A história desta fundação religiosa sempre foi esparsa em referências e omissa de documentação sólida. Sabemos com alguma segurança que foi igreja paroquial no final do século XI<sup>91</sup>, mas foi Nicolau de Santa Maria quem estabeleceu a narrativa de que ali existira um mosteiro canonical já em 1122, como atestado por um documento de doação, e que se teria convertido depois em Casa regrante, até ao século XV<sup>92</sup>. Vários autores questionaram a explicação do cronista, aduzindo outras referências e criticando as fontes (e datas) sugeridas por ele; José Augusto Ferreira, nomeadamente, comprovou que a doação referida por D. Nicolau é de 1161 e não de 1122, e revelou um testemunho epigráfico que coloca a fundação/reedificação da igreja em 1151<sup>93</sup>. Mais recentemente, Aires Gomes Fernandes compulsou praticamente todas as menções documentais a Rio Mau e pronunciou-se pela magra probabilidade de ali ter existido um instituto monástico, e de tanto ou mais improvável ser que tivesse sido canonical<sup>94</sup>: apenas em registos de 1161 e 1284 (e dubiamente em 1258) se alude a Rio Mau como “mosteiro” e não “igreja”; somente em 1284 e 1333 se verificam referências possíveis a um superior e seus clérigos, e desde 1179 a 1435 são nomeados uma sucessão de titulares, surgindo

---

<sup>87</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 365.

<sup>88</sup> Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81.

<sup>89</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 276; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 181.

<sup>90</sup> Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 143; José Mattoso, “Canonici Regolare...”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 268. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Cristóvão/São Vicente de Requião, ver ficha n.º 20 em Anexos.

<sup>91</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 365; Marisa Costa, “A igreja de São Cristóvão de Rio Mau”, separata de *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, nova série, n.º 15-16, Junho-Dezembro, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1995, p. 9; Deolinda Maria Veloso Carneiro (cord.), *Opera Fidei, obras de fé num museu de história*, Póvoa de Varzim, Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim / Arciprestado de Vila do Conde – Póvoa de Varzim, 2003, p. 44.

<sup>92</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 335 (cf. António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 277; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 208).

<sup>93</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 60-61; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81.

<sup>94</sup> Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 60-68.

sempre como “abades” (se excluirmos a aparição de um “prior” não especificado, como signatário dum instrumento de venda em que *também* estão presentes dois clérigos de Rio Mau)<sup>95</sup>. Ainda assim, como o autor admite, é plausível que tenha existido um cenóbio em Rio Mau, pelo menos até 1179, nada excluindo liminarmente que fosse crúzio. Adicionalmente, diria que também é remotamente aceitável que uma vida regular se tenha reanimado entre 1220 e 1311, e quiçá até 1333, talvez sob influência do vizinho mosteiro da Junqueira<sup>96</sup>.

São Simão e São Judas Tadeu da Junqueira (Porto, Vila do Conde, Junqueira) fica realmente apenas a uns 2 km mais a Sul de Rio Mau, na plana margem esquerda do Este, mas sob a presença tutelar do monte da cidade de Bagunte. Estava mais imediatamente próximo da *karraria antiqua*, que se cruzava com a estrada Vila do Conde-Guimarães entre o mosteiro e o Ave, que passa a menos de meia dúzia de quilómetros a Sul<sup>97</sup>. Tendo como base possível uma igreja referida em 1069-1072<sup>98</sup>, já existindo e talvez seguindo já um modelo canonical em 1084<sup>99</sup>, ter-se-ia tornado crúzio entre 1147 e 1151 (embora ainda apareçam referências a “abades” e não “prios” em 1157 e 1160)<sup>100</sup>. Seguramente já o era em 1180 (na Carta de Liberdade dos seus padroeiros) e 1181 (na confirmação afonsina do couto)<sup>101</sup>.

Entre a foz do Este e a medieval ponte Dom Zameiro, onde a *karraria antiqua* galgava o Ave, mas na banda oposta do rio, fica a igreja de São Vicente de Tougues (Porto, Vila do Conde, Tougues). À cota intermédia entre a margem e uma elevação arborizada, domina uma curva do rio e está a meia dezena de quilómetros de Azurara, onde chegava do Porto uma outra estrada, secundária, de origem romana (a *via veteris*)<sup>102</sup>. O alvitre da presença de um cenóbio regrante neste local é mais uma vez de Nicolau de

---

<sup>95</sup> Estão comprovadamente designados como “abades”, e simultaneamente surgem sem referência a vários clérigos sob a sua autoridade, ou a Rio Mau como “mosteiro”: Vermudo Godinho, em 1179; João Fernandes, em 1220; Domingos Peres entre 1311 e 1320; Afonso Martins de 1375 a 1399, e Fernão Gonçalves, de 1405 a 1435 (*idem, ibidem*, e quadro sintético da p. 68).

<sup>96</sup> É também c. 1200 que uma segunda campanha de obras termina a igreja, sob moldes diferentes e mais modestos que o arranque da ousia (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 265). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Cristóvão de Rio Mau, ver ficha n.º 21 em Anexos.

<sup>97</sup> Eugénio de Andrea da Cunha Freitas, “O mosteiro de S. Simão da Junqueira. Padroeiros, herdeiros e naturais. Uma nota à margem do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro: da verdadeira origem dos de Cunha”, in AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional - actas*, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. I, p. 679.

<sup>98</sup> José Augusto Ferreira, *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos: Santo Agostinho e o Mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense, 1913, pp. 88-89; Sérgio Lira, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira: dos primórdios a 1300*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1993, pp. 51-55, e “O mosteiro de S. Simão da Junqueira de Vila do Conde” in *Actas do 2.º encontro de história de Vila do Conde (Vila do Conde – 1050 anos de História: a memória dos séculos monásticos)*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, p. 161.

<sup>99</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 364; José Augusto Ferreira, *idem*, pp. 88-89, e *Vila do Conde e seu alfoz: origens e monumentos*, Porto, edições Marques Abreu, 1923, pp. 39-40; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81.

<sup>100</sup> Sérgio Lira, *O mosteiro...*, *op. cit.*, p. 102, e “O mosteiro...”, *op. cit.*, pp. 166-167.

<sup>101</sup> José Augusto Ferreira, *A Igreja e o Estado...*, *op. cit.*, p. 90, e *Vila do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 40; Eugénio de Andrea da Cunha Freitas, *idem*, pp. 685-687. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Simão e São Judas Tadeu da Junqueira, ver ficha n.º 22 em Anexos.

<sup>102</sup> António Fortuna de Azevedo, *Tougues (subsídios para uma monografia)*, Vila do Conde, Associação Comercial e Industrial, 1986, p. 9; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, pp. 63-66 e mapa 4, p. 217.



Santa Maria, embora neste caso sem apontar qualquer documento, discutível ou não<sup>103</sup>; os memorialistas seguem-no e afirmam que o mosteiro, fundado na centúria de duzentos, teria sido secularizado em 1475 por D. João de Azevedo, bispo do Porto, por bula de Sisto IV<sup>104</sup>. A ter existido, não poderia ter tido origem antes das inquirições de 1258, em que era simples igreja paroquial; no verbete dedicado a Tougues na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* sugere-se que se trate de uma fundação privada, talvez ligada aos filhos de D. Álvaro Dias, senhor da Honra de Tougues, nomeadamente D. Ordonho Álvares, que foi arcebispo de Braga entre 1275 e 1278<sup>105</sup>.

**3.2.5 A bacia do Leça:** Entre o Ave e o Douro, corre o rio Leça; a cerca de 11 km do fim do seu curso está São Salvador de Moreira da Maia (Porto, Maia, Moreira da Maia). O mosteiro fica sensivelmente a um quilómetro a Norte da margem do rio, numa pequena elevação que lhe possibilita uma vista dominante quer sobre o vale do Leça, quer em relação aos seus antigos campos de cultivo, a Poente. Como Tougues, fica também entre a *via veteris* e a *karraria antiqua*, e mais perto da segunda, mais importante (que será depois a estrada real), que passava imediatamente a Leste do cenóbio, depois de atravessar o Leça na ponte de Ronfos. Estava também sensivelmente a meio caminho entre as muralhas do Porto e a povoação de Vila do Conde, a uma dúzia e uma quinzena de quilómetros dali, respetivamente<sup>106</sup>.

Cronistas e corógrafos, seguindo mais ou menos de perto a versão lançada por D. Nicolau de Santa Maria, relataram a história de um cenóbio já existente em 862, com a invocação de São Jorge e localizado originalmente em Gontão, instituído segundo as vontades testamentárias de D.<sup>a</sup> Gontina, senhora de Pedras Rubras, e mudado para o local atual, em 1060<sup>107</sup>, 1064<sup>108</sup>, 1072-1079<sup>109</sup> ou 1092<sup>110</sup>, com sagração da igreja do cenóbio feita pelo bispo do Porto, D. Hugo, em 1112 ou 1114. Na realidade, a teoria da realocação e mudança de orago já foi desmontada (São Jorge de Gontão é uma outra igreja distinta)<sup>111</sup>, sendo o documento mais antigo que se refere a uma igreja de São Salvador neste local de

---

<sup>103</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 355.

<sup>104</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 323; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 700.

<sup>105</sup> "Tougues", in AAVV. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1936-1960, vol. XXXII, pp. 327-328; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, publicações Europa-América, 1994, p. 299. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Vicente de Tougues, ver ficha n.º 23 em Anexos.

<sup>106</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. II, p. 272; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. V, pp. 545-546; Agostinho de Azevedo, *A Terra da Maia (subsídios para a sua monografia)*, vol. I, Porto, Câmara Municipal da Maia, 1939, pp. 119-120; José Augusto Maia Marques, "Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante", in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, pp. 17 e 20.

<sup>107</sup> Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. V, p. 544.

<sup>108</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, pp. 272-278, e António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 320.

<sup>109</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, p. 22.

<sup>110</sup> Segundo D. José de Cristo (*apud* José Augusto Maia Marques, *idem*, p. 15, e José Vieira de Carvalho, *O mosteiro de S. Salvador de Moreira: instituição valorizadora da terra da Maia*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969, pp. 20-23).

<sup>111</sup> Agostinho de Azevedo, *idem*, p. 179; José Augusto Maia Marques, *idem*, *ibidem*.

907, e o que regista um mosteiro de 1027, altura em que era dúplice<sup>112</sup>. Entre outras doações anteriores de familiares seus, Tructesindo Guterres e sua mulher, Gontronde, mencionados pelos memorialistas, serão os patronos de São Salvador, devido a um generoso legado, em 1087, que terá levado à reedificação da Casa, provavelmente pronta até 1095, nem que realmente apenas sagrada em 1112/1114<sup>113</sup>. Podendo ter sido canonical antes<sup>114</sup>, terá aderido aos Regrantes pelo menos c. 1133<sup>115</sup> – mesmo se não é claro que isso corresponda ao priorado de D. Afonso Mendes, que viria de Santa Cruz, segundo os cronistas<sup>116</sup> – sendo apenas extinto o canonicato feminino por volta de 1147<sup>117</sup>. [fig.06]

**3.2.6 A bacia do Douro:** A bacia hidrográfica do Douro, até pela vastidão territorial que abrange e pelos seus importantes tributários, exhibe, de entre todas as percorridas, a maior presença de Casas conotadas com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses – um total de 20, quase um terço de todo o elenco. É de notar que embora grande parte destas referências venham engrossar a concentração inegável de institutos no Entre-Douro-e-Minho, pelo menos 5 são excêntricos, dada a extensão do sistema duriense. [fig.07]

Desde logo, bastante a montante da bacia, no Ribacoa, zona fronteiriça longamente instável, encontramos dois possíveis cenóbios crúzios, em dois afluentes esquerdos do Douro: Santa Cruz de Cortes, no rio Águeda, e São Vicente de Castelo Mendo, no vale do Coa.

O desaparecido mosteiro de Santa Cruz de Cortes (provincia espanhola de Salamanca, comunidade autónoma de Castela e Leão, município de Ciudad Rodrigo) implantava-se num pequeno cabeço, imediatamente a Poente da colina coroada pela cidade muralhada; ambas as elevações se sucediam ao longo da margem do Águeda, cuja várzea dominavam. No pequeno vale entre elas passava a *via colimbriana* (de Coimbra a Salamanca), depois de atravessar a Puente Mayor, que se ia cruzar com a

<sup>112</sup> Agostinho de Azevedo, *idem*, pp. 178-180; José Augusto Maia Marques, *idem, ibidem*; José Vieira de Carvalho, *idem*, p. 20; José Mattoso, “O Monaquismo ibérico e Cluny” in *Obras completas de José Mattoso, vol. 12, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002*, pp. 24 e 124; Aires Gomes Fernandes, *São Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no século XIV*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 2004, pp. 7 e 11.

<sup>113</sup> José Augusto Maia Marques, *idem, ibidem*; José Vieira de Carvalho, *idem*, p. 21; José Mattoso, *idem, ibidem* e p. 73; Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 9 e 21-22.

<sup>114</sup> Talvez a partir de 1115-1125 (Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 80).

<sup>115</sup> Agostinho de Azevedo, *idem*, p. 188; José Vieira de Carvalho, *idem*, p. 27; José Mattoso, *idem*, pp. 24 e 124; Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 13 e 17; Geraldo J. A. Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia – história e arte”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira...*, *op. cit.*, p. 31.

<sup>116</sup> Cf. Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 9, e t. 3, p. 23, *versus* Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 20.

<sup>117</sup> Agostinho de Azevedo, *idem, ibidem*; Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 11. É um pouco estranho que *Guia Histórico* das Ordens religiosas dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa, de 2006, não registe estas retificações (*op. cit.*, pp. 194-195); parece basear-se no meu resumo, de 1998 (*A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998, ficha 5 em Anexo), que cita, mas ignorando os acima mencionados reparos de José Augusto Maia Marques, de 2000, embora também o refira como bibliografia (e, infelizmente, não usa a tese de mestrado de Aires Gomes Fernandes, de 2004). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Moreira da Maia, ver ficha n.º 24 em Anexos.

perpendicular *via dalmacia* (de Mérida a Astorga, e itinerário também para Santiago), algo a Nordeste da cidade<sup>118</sup>. A canónica de Cortes foi fundada por um mestre-escola da Sé mirobrigense, D. Vilelmo, em conjunto com D. Salomín, o prior da igreja de São Miguel, tendo ambos adquirido o terreno a um fidalgo, D. Egidio, em 1180<sup>119</sup>. Em 1182 estaria o edifício pronto, mas, afigurando-se periclitante a possibilidade de que a instituição vingasse, os fundadores resolvem pedir a proteção do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o que conseguem, ganhando isenção episcopal por extensão dos privilégios da Casa homónima e demonstrando crescimento pecuniário até à década seguinte (adquirem, nomeadamente, a igreja de São Miguel, onde passam a exercer ação paroquial e criam uma escola monástica)<sup>120</sup>. Sendo a própria Ciudad Rodrigo, como cidade e sede episcopal, um investimento calculado para fixar a posse pelo reino de Leão sobre o território (quer face ao vizinho Portugal, quer a Castela, afastando-se da autoridade diocesana de Salamanca/Toledo)<sup>121</sup>, a pronta proteção que veio de Coimbra a este cenóbio pode ser sinal de uma tentativa simétrica de marcar interesses portugueses<sup>122</sup>; como tal, a ligação perdeu o seu valor estratégico à volta da reunião entre Leão e Castela (declinando a importância mirobrigense entre 1211 e 1264), e a estabilização da fronteira com Portugal (em 1297, com o tratado de Alcanizes)<sup>123</sup>, extinguindo-se Santa Cruz de Cortes provavelmente antes de 1340<sup>124</sup>. Um convento de Agostinhas Descalças reocupará o lugar em 1516-1517, sendo o conjunto demolido na sequência das destruições causadas pelo cerco napoleónico da cidade em 1810<sup>125</sup>.

São Vicente de Castelo Mendo (Guarda, Almeida, Castelo Mendo) fica numa pequena elevação relativamente ao planalto a Ocidente do Coa, mas com um declive significativo até atingir a margem esquerda do rio, no seu vale encaixado; a ribeira de Cadelos passa junto à povoação e corre por essa

<sup>118</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XIX, p. 165; Juan José Sánchez-Oro Rosa, "Iglesia y poder en Ribacôa y Ciudad Rodrigo – la construcción del espacio político mirobrigense (1161-1211)", in MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 2.ª série, vol. XV, t. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 313, nota 4.

<sup>119</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XIX, pp. 164-167; Juan José Sánchez-Oro Rosa, *Orígenes de la Iglesia en la diócesis de Ciudad Rodrigo – episcopado, monasterios y órdenes militares (1161-1264)*, Ciudad Rodrigo, Centro de Estudios Mirobrigenses e Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1997, p. 174.

<sup>120</sup> Juan José Sánchez-Oro Rosa, *idem*, pp. 161 e 174-180;

<sup>121</sup> Juan José Sánchez-Oro Rosa, "Iglesia y poder...", *op. cit.*, pp. 313-315 e 318-320, e *Orígenes de la Iglesia...*, *op. cit.*, p. 31.

<sup>122</sup> Paulo José Antunes Dordio Gomes, *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1993, pp.32-33; José Mattoso, "Identificação de um país...", *op. cit.*, p. 342

<sup>123</sup> Juan José Sánchez-Oro Rosa, "Iglesia y poder...", *op. cit.*, pp. 321-322, e *Orígenes de la Iglesia...*, *op. cit.*, p. 183; Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II, "Reis de Portugal"/IV*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 166-168 e 173-174; Ruy Pinto de Azevedo, "Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.", in BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1937, vol. 1, cap. 1, p. 64.

<sup>124</sup> Não estava pelo menos no capítulo provincial de Bragança, em 1340 (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 509-510; Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 272), nem aparentemente no do Porto, de 1229 (pela listagem de Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 162).

<sup>125</sup> Donald David Howard, *Napoleon and Iberia – the twin sieges of Ciudad Rodrigo and Almeida, 1810*, Gainesville, University Presses of Florida, 1984, pp. 93 e 137-139; José Ramón Cid Cebrían (cord.), *La ciudad frente a Napoleón – bicentenario del sitio de Ciudad Rodrigo de 1810: estudios*, Ciudad Rodrigo, Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo e Diputación de Salamanca, 2010, p. 263. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Cruz de Cortes, ver ficha n.º 25 em Anexos.

encosta até se juntar ao curso de água principal, a um par de quilómetros dali, no vau de Porto de São Miguel. Um pouco a Sul da *via colimbriana*, e juntando os percursos regionais que vinham de atravessamentos fluviais (a ponte da Cabreira e a de Porto Mourisco)<sup>126</sup> o desenvolvimento de Castelo Mendo foi, como Ciudad Rodrigo, fruto de uma política de implantação e vigilância fronteiriça, tendo tido primeiro foral, em conjunto com outras quatro localidades raianas, em 1229<sup>127</sup>; é na sequência dessa iniciativa de fixação populacional que se iniciará a alcáçova fortificada, pronta uma década depois, na cota dominante do local<sup>128</sup>. A igreja crúzia de São Vicente era periurbana ao burgo extramuros<sup>129</sup> e teve autorização de fundação no mesmo ano e concertadamente com o foral de Sancho II, sendo concedida ao mosteiro de São Vicente de Fora, formalmente em agradecimento ao trabalho em prol da população feito por um cônego regrante, D. Bento<sup>130</sup>. Essa presença precedente, assim como a existência de uma Casa da Ordem em Ciudad Rodrigo, poderão indicar uma estratégia de fixação regional, sendo assim plausível que se desejasse estabelecer uma comunidade, embora sem sucesso<sup>131</sup>. Tendo permanecido como vigairaria de São Vicente de Fora até à extinção monástica, pelo menos no *Catálogo* de 1320-1321 já era apenas uma igreja paroquial<sup>132</sup>.

Na região duriense intermédia, entre o Ribacoa e o Entre-Douro-e-Minho, há três outras referências a aduzir: São Torcato de Moimenta da Beira, Santa Maria de Cárquere e Santo André de Ancede.

São Torcato de Moimenta da Beira (Viseu, Moimenta da Beira, Cabaços), hoje em dia pequena capela de romaria, é dita como tendo sido mosteiro segundo menção documental no livro de doações do cabido da Sé de Lamego, de 1216, e António Francisco d'Andrade atribui-o à Ordem regrante<sup>133</sup>. A ser verdade qualquer uma das asserções, também estava secularizado em 1320-1321<sup>134</sup>. São Torcato fica num dos cumes da serra de Chavães, com uma vista dominante sobre o vale do rio Távora, a pelo menos 4 km

---

<sup>126</sup> Manuel Perestrelo e Maria Ferreira, "Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa", in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (dir.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, atas do I Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Colibri, 2002, p. 887.

<sup>127</sup> De Norte para Sul foram: Sortelha, Idanha-a-Velha, Salvaterra do Extremo e Elvas (Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II*, *op. cit.*, pp. 173-174; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 353-354)

<sup>128</sup> Amorim de Carvalho, *Castelo Mendo: um conjunto histórico a preservar*, Braga, edição do autor, 1995, pp. 35-39.

<sup>129</sup> A segunda linha de muralhas é de iniciativa de D. Dinis, aquando da renovação do foral, em 1281, e só estará pronta no reinado de D. Fernando (Amorim de Carvalho, *idem*, pp. 42-45).

<sup>130</sup> Carlos Manuel Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da sua formação (séculos XII-XIII)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1997, p. 88 e nota 209, e *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 75 e 80.

<sup>131</sup> José Mattoso, "Identificação de um país...", *op. cit.*, p. 342.

<sup>132</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971, vol. IV, p. 121. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Vicente de Castelo Mendo, ver ficha n.º 26 em Anexos.

<sup>133</sup> António Francisco d'Andrade, *Descrição e história do Concelho de Moimenta da Beira*, Viseu, Tipografia do "Jornal da Beira", 1926, p. 101 (não há, refira-se, referências no mesmo sentido, nem em cronistas, nem nos corógrafos).

<sup>134</sup> Quando Cárquere, de que falaremos a seguir, é o único mosteiro crúzio no bispado de Lamego – Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 193; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. IV, p. 117.

dali, e a meia dúzia de quilómetros da vila de Moimenta, com grandes variações de cota até lá, tendo ainda o vale do rio Tedo de permeio. Só em Moimenta haveria uma via medieval de alguma importância, que vinha de Tarouca, e do Douro, e se dirigia a Almeida (e à *via colimbriana*)<sup>135</sup>.

Santa Maria de Cárquere (Viseu, Resende, Cárquere) localiza-se nas últimas faldas da serra de Montemuro – a que Augusto Pinho Leal chama “serra do Espinheiro” – no morro de Medorro (ou “das Procissões”), sobre o vale da pequena ribeira do Corvo, que vai desaguar ao Douro. Imediatamente adjacente a um castro romanizado, e local de devoção pré-românica, Cárquere ficava próximo da ponte de Carcavelos, sobre a ribeira, num itinerário que levava à barca de atravessamento do Douro, em Aregos, e a Resende e às estradas que iam ao longo da margem Sul do rio<sup>136</sup>. Havendo um relato setecentista sobre uma inscrição que dataria a existência duma igreja(?) em 1125 (ou 1087, se se tratasse da Era de César)<sup>137</sup>, só é seguro dizer que o mosteiro já existia em 1146, quando é mencionado no testamento de Egas Moniz; se fundado por ele, deverá ser posterior à criação e concessão da Honra de Resende por D. Afonso Henriques em 1128<sup>138</sup>, sendo portanto possível que a presença cruzia date das primícias da Ordem, c. 1131, como tem sido aceite<sup>139</sup>.

Um pouco mais para Ocidente, e em relação mais direta com o Douro, fica Santo André de Ancede (Porto, Baião, Ancede). Numa plataforma (António Carvalho da Costa diz numa “recosta”) entre a margem íngreme do rio, a Sul, e a elevação da serra do Castelo de Matos, para Norte, o mosteiro fica também em posição dominante sobre o vale do rio Ovim, nem um quilómetro para Poente<sup>140</sup>. Não parecendo ficar na vizinhança de trajetos viários principais – discute-se a existência medieval de uma estrada ao longo desta margem direita, como se sabe ter havido na outra – estaria ainda assim a uma dezena de quilómetros da via que, do Porto, passava em Penafiel e Baião, indo em direção à importante travessia

---

<sup>135</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; António Francisco d’Andrade, *idem*, p. 34. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Torcato de Moimenta da Beira, ver ficha n.º 27 em Anexos.

<sup>136</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XII, p. 328; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, p. 116; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem, ibidem*; José Mattoso, “Identificação de um país...”, *op. cit.*, p. 241; Júlio Gil, *As mais belas igrejas de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Verbo, 1992, p. 146; Augusto Dias, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Beira e Douro, 1976, pp. 19 e 27; Joaquim Caetano Pinto, *Resende: monografia do seu concelho*, Braga, edição do autor, 1982, pp. 46, 210-211 e 325; Joaquim Correia Duarte, *Santa Maria de Cárquere - guia do visitante: estação arqueológica romana - mosteiro medieval*, Resende, Câmara Municipal de Resende, 1992, pp. 1-3.

<sup>137</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014, vol. 1, p. 203 e nota 4. Antecipando, portanto, as datas adiantadas por Nicolau de Santa Maria, de 1099 e Augusto Pinho Leal, de c. 1110 (ver nota anterior), que queriam ver o cenóbio fundado então pelo conde D. Henrique, em ação de Graças pela intervenção da Virgem, que teria curado milagrosamente um defeito físico de nascença de D. Afonso Henriques, aparecendo em sonhos ao aio do menino, Egas Moniz. Essa lenda será uma criação cruzia do século XIII (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 36-37; Lúcia Maria Cardoso Rosas, *idem*, vol. 1, pp. 199-200).

<sup>138</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 1, p. 203; Joaquim Caetano Pinto, *idem*, pp. 85 e 89-91. A ligação deste mosteiro a Egas Moniz será afinal a única proximidade da lenda à realidade.

<sup>139</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem, ibidem*; José Mattoso, *idem*, pp. 36-37, e “*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 193. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Cárquere, ver ficha n.º 28 em Anexos.

<sup>140</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XII, p. 237; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 359; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 1, pp. 102 e 137.

fluvial de Aregos; a ligação terrestre a essa intercessão, a montante, assim como a outro porto, na direção oposta (Pala, que asseguraria o transbordo para Cinfães, na direção de Viseu), seriam as mais importantes, mas é de assumir que o próprio rio Douro seria a rota principal e privilegiada de acesso ao Porto<sup>141</sup>. Cronistas e corógrafos, com pequenas variações de detalhe, repetiram uma lenda da formação do cenóbio noutra local (Ermelo, na encosta do Douro, uns 2 km a Nascente), em 1107, e a sua posterior deslocação para Ancede, em 1160, com intervenção de D. Afonso Henriques, quando seria já crúzio<sup>142</sup>. Na realidade, Santo André de Ancede já está documentado num censal de 1120, poderia ter seguido um modelo canonical por essa altura, e quando recebe o couto afonsino em 1141 (em presença de D. João Peculiar), já tinha “prior” e já deveria ser regrante; era-o certamente aquando de um contrato de aforação com Sancho I, em 1202, e aquando da isenção episcopal obtida de Gregório IX, pela bula *Sacrossanta Romana Ecclesia*, de 1233<sup>143</sup>.

Continuando o curso do Douro, um pouco mais adiante encontramos o seu afluente, o Tâmega, ao longo do qual um total de 7 Casas podem ter participado do movimento regrante.

Na região do médio Tâmega, está São Salvador de Ribas (Braga, Celorico de Basto, Ribas), no topo da linha de vale NW-SE em que corre um seu afluente direito, o Veade, que flui desde os arranques da serra da Cabreira, entre cumeeiras. Com uma vista dominante sobre o vale de grande pendente, Ribas estava perto de um ramal da estrada Vila do Conde-Guimarães-Bragança, que descia o vale, em direção a Vila Real, atravessando o Tâmega em Mondim de Basto<sup>144</sup>. A existência de um mosteiro, e de modelo regrante, em Ribas, é muito discutida e como tal não figura na maior parte das listagens das Casas crúzias<sup>145</sup>. É apenas ao encadeamento dos memorialistas, com inevitável origem em D. Nicolau

---

<sup>141</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 1, pp. 137-141; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; Mário Jorge Barroca, “Notas sobre a ocupação medieval em Baião”, separata de JORGE, Vítor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 10, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1984, pp. 10-11.

<sup>142</sup> Nicolau de Santa Maria, *idem, ibidem*; António Carvalho da Costa, *idem, ibidem*; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, p. 204. O conventinho de Ermelo, de que as ruínas, do século XIV e XV, ainda existem, terá sido um instituto autónomo, tendo coexistido com Ancede (como prova a documentação undecentista e ducentista), mesmo se possa em Setecentos ter vindo a pertencer ao mosteiro de Ancede, altura em que já se encontrava arruinado: Mário Jorge Barroca, *idem*, pp. 14-15; Raul Solla Prata, “A igreja velha de Ermelo (Baião)”, in JORGE, Vítor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 4, Dezembro, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Dezembro de 1981, pp. 146 e 148-149; Paulino Gomes (cord.), *Baião – tradição e história*, Paços de Ferreira, Anégia Editores, 1997, pp. 36-37.

<sup>143</sup> José Mattoso, “O *Monaquismo ibérico...*, *op. cit.*, p. 14; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 176-177; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 189; Mário Jorge Barroca, *idem*, pp. 9 e 14; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 80, e “Acerca do mosteiro de Santo André de Ansede (c. de Baião): breves notas para a história dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal” in SERRÃO, Joaquim Veríssimo (dir.), *Habent sua fata libelli - colectânea de estudos em homenagem ao Académico de número, Doutor Fernando Guedes, no seu 75.º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 183-184. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santo André de Ancede, ver ficha n.º 29 em Anexos.

<sup>144</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217.

<sup>145</sup> José Mattoso não o refere (“*Canonici Regolare...*, *op. cit.*); Maria José Mexia Bigotte Chorão, também não (“*Mosteiros*”, *op. cit.*); assim como não o faz o *Guia Histórico das Ordens religiosas (Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*) ou Aires Gomes Fernandes (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*). Saul António Gomes menciona-o, mas apenas como caso duvidoso (*In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 82).

de Santa Maria, que devemos o relato da pré-existência de uma ermida dedicada ao Salvador, cuja fama atraiu o arcebispo D. João Peculiar, que teria fundado um cenóbio no local, e chamado um dos cónegos da primeira comunidade de Santa Cruz de Coimbra, D. Mendo, para o priorar; o edifício talvez se construísse entre 1153 e 1160, data em que teria chegado o religioso conimbricense, que conduziu os destinos da comunidade até falecer em 1170, com ares de santidade<sup>146</sup>. O problema é que nenhum indício colateral alicerça realmente esta explicação, e a maior parte dos registos mais facilmente os desmentiria. A fama do beato prior crúzio, até milagreiro, existiu, mas parece ter despertado quando muito na segunda metade de Quinhentos, e só está seguramente documentado no início da centúria seguinte; fragmentos do seu túmulo (ou de instalações conventuais) podem ainda ter sido vistos no século XVIII, mas não perduraram<sup>147</sup>. A escassa documentação só permite dizer que em 1217 os “clérigos de Ribas” tinham uma contenda sobre posses fundiárias com a colegiada de Guimarães<sup>148</sup>, que a *igreja* não era do padroado régio em 1220, que em 1258 a *igreja* “era de cavaleiros e governadores” e que em 1320, sendo próspera, integrava as comendas de Cristo, regime em que se manteve até ao século XVIII; é também aceitável o alvitre de D. Nicolau, de que os Regrantes tenham tentado obter a instituição para as fileiras da Congregação de Santa Cruz, por volta de 1565, sem sucesso<sup>149</sup>. Se as referências ducentistas a clérigos e a governadores, podem permitir manter a hipótese de que abrigasse uma comunidade e integrasse uma Ordem (nomeadamente se tratasse de uma igreja colegiada e não um mosteiro), e se o regime comendatário (aplicado normalmente a parte ou à totalidade da Mesa Prioral) não invalida a existência de vida cenobítica<sup>150</sup>, é muito ténue a possibilidade da existência de um mosteiro regrante em Ribas, entre 1160 e 1565.

Na órbita de Amarante há três outros sítios a mencionar: Santo André de Telões, São Salvador de Freixo de Baixo e São Martinho de Mancelos.

Santo André de Telões (Porto, Amarante, Telões) é outro mosteiro de contestada filiação crúzia. Fica quase no alto de um outeiro, dominando, para Sul e Este, um vale aberto e fértil que desce em direção a Amarante e ao Tâmega, a meia dezena de quilómetros. Na crista meridional desse vale passava

---

<sup>146</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 331; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 25; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 129; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. I, pp. 360-361; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 177.

<sup>147</sup> Francisco Xavier da Serra Craesbeeck e Augusto Pinho Leal (*idem, ibidem*); Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico, op. cit.*, vol. 1, pp. 426-427, e nota 4.

<sup>148</sup> António Dinis, “Igreja Paroquial de Ribas/Igreja de São Salvador”, 2001, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitetónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 12-07-2019].

<sup>149</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem, ibidem*.

<sup>150</sup> Aliás, outros mosteiros inquestionados estiveram nesse regime: Folques, Landim, Refoios, Oliveira, Vilela: ler Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, “As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina”, in FONSECA, Luís Adão da (dir.), *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*, atas do seminário internacional homónimo (2008), Porto, CEPESE e Civilização Editora, 2009, pp. 113 e 115. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Ribas, ver ficha n.º 30 em Anexos.

a importante estrada Guimarães-Amarante-Mesão Frio<sup>151</sup>. A sua fundação, segundo a tradição dos memorialistas, dever-se-ia a Rodrigo Froyas, por volta de 887, sendo doado por D. Afonso Henriques e D.<sup>a</sup> Mafalda a Santa Cruz, em 1173, e entregue à posse da colegiada de Guimarães em 1475, pelo seu último prior canonical, João de Barros<sup>152</sup>. Nenhuma dessas asserções sendo materialmente comprovável, sabemos que existia em 1220, tinha passado ao padroado régio em 1258, e talvez estivesse secularizado em 1320-1321 (embora o censo fale de “todos os seus interessados”, o que pode referir-se à existência de clérigos colegiais) e estava de facto anexado a Santa Maria da Oliveira de Guimarães no século XVI<sup>153</sup>. A sua pertença aos Regrantes não é sequer referida pela quase totalidade dos autores<sup>154</sup>.

São Salvador de Freixo de Baixo (Porto, Amarante, Freixo de Baixo), distando um par de quilómetros de Telões, fica na realidade num outro vale, também descendo sobre Amarante, mas separado pela linha de elevação por onde passava a referida estrada que vinha de Guimarães; este é também um vale mais encaixado, que dá do mosteiro a impressão de estar engastado numa depressão<sup>155</sup>. D. Nicolau de Santa Maria e os corógrafos que se lhe seguiram (e mais estes que aquele) colocam a sua fundação entre 1110 e 1120, por D.<sup>a</sup> Gotinha Godins/Eiriz e seu marido, Egas Hermiges, não adiantando data para a sua inclusão na Ordem canonical<sup>156</sup>. Sabemos, contudo, que já existia em 1091 e que talvez abrigasse uma comunidade de cónegos, e que já era agostinho em 1220<sup>157</sup>; é aceitável que a sua adesão aos Crúzios ocorra no século XII<sup>158</sup>.

Uma outra linha de fecho topográfica, e o dobro da distância, separam por sua vez este mosteiro de São

---

<sup>151</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 2, p. 221 e vol. 1, p. 259 e nota 1.

<sup>152</sup> Note-se que, por uma vez, as afirmações sobre os factos mais remotos não provêm de, e até antecedem, D. Nicolau de Santa Maria, que apenas retoma o que diz Fr. Leão de São Tomás na *Benedictina Lusitana*, de 1651: Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 335; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 131; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. I, pp. 331-332; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 533; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 2, pp. 221-222.

<sup>153</sup> Maria Filomena Andrade, “O património dos mosteiros agostinhos, segundo as Inquirições de 1220”, in AAVV., *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época*, vol. 6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 133 e 137; António Maria Balcão Vicente, *Povoamento e estrutura administrativa no espaço transmontano (século XII a 1325)*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 2002, pp. 640-641; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. IV, p. 106; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, *ibidem*.

<sup>154</sup> Santo André de Telões não é referido nas listagens de José Mattoso (“*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*), Maria José Mexia Bigotte Chorão (“*Mosteiros*”, *op. cit.*), Armando Alberto Martins (“*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*), Saul António Gomes (*In limine conscriptionis...*”, *op. cit.*), do *Guia Histórico* das Ordens religiosas (*Ordens religiosas em Portugal...*”, *op. cit.*) e de Aires Gomes Fernandes (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*”, *op. cit.*); também não é aludida nenhuma relação com os Regrantes na obra coordenada por Lúcia Maria Cardoso Rosas (*Rota do Românico*, *op. cit.*). Só Maria Filomena Andrade (*op. cit.*, pp. 133 e 136) parece partir desse princípio, ao analisar as inquirições de 1220. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santo André de Telões, ver ficha n.º 31 em Anexos.

<sup>155</sup> Ver nota 151, acima.

<sup>156</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XII, p. 326; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 130; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. I, p. 358; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. III, p. 234.

<sup>157</sup> AAVV., *Igreja de Freixo de Baixo – Amarante*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 92, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Junho 1958, p. 5; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*”, *op. cit.*, p. 81; Maria Filomena Andrade, “O património dos mosteiros agostinhos...”, *op. cit.*, pp. 133 e 136.

<sup>158</sup> José Mattoso, “*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 268. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Freixo de Baixo, ver ficha n.º 32 em Anexos.



Martinho de Mancelos (Porto, Amarante, Mancelos), mais a Sudoeste<sup>159</sup>. O amplo vale agrícola em que se situa (o da ribeira da Cruz)<sup>160</sup>, no entanto, não se abre sobre a baixa amarantina, convergindo antes para o rio Odres, que flui para o Tâmega já perto do Marco de Canaveses. A Amarante, apenas a uns 6 km do mosteiro, chegava-se pelo importante itinerário que vinha do Porto e de Penafiel e passava nas cercanias<sup>161</sup>. Como em Freixo, Nicolau de Santa Maria só atesta que existiria em 1120, e são as corografias posteriores que colmatam esse vazio nomeando a fundação como sendo de 1110, pelo casal Mem Gonçalves de Fonseca e Maria Pais de Tavares, inicialmente em moldes beneditinos, e depois doado aos Regrantes<sup>162</sup>. Se o cronista estava certo e o mosteiro existia em 1120, os outros detalhes aduzidos são duvidosos: as personagens referidas viveram afinal no reinado de D. Sancho II (r. 1223-1245/1248), e os padroeiros registados e as dinâmicas conhecidas da região tornam mais plausível uma iniciativa não da família dos Ribadouro, a que eles pertenciam, mas dos Portocarreiro<sup>163</sup>. Sendo certo que foi crúzio, é provável que o tenha sido ainda em tempos undecentistas<sup>164</sup>.

Na margem oposta do Tâmega, nos arredores do Marco de Canaveses, encontram-se São Salvador de Tabuado e São Salvador de Tuias.

São Salvador de Tabuado (Porto, Marco de Canaveses, Tabuado) fica a meia encosta entre o monte do Outeiro (último ressalto da serra da Aboboreira) e o rio Galinhas, que se juntará ao rio Ovelha, já perto do local onde este se funde ao Tâmega. Fica no território cruzado por ligações secundárias, entre as já referidas estradas que atravessavam o rio principal no Marco (seguindo para Pala e Baião) e em Amarante (seguindo para Mesão Frio)<sup>165</sup>. Inicialmente uma igreja, talvez sob o orago de Santa Maria, a existência de um mosteiro dedicado ao Salvador pode datar de 1131, quando uma possível honra nobiliárquica é convertida em couto<sup>166</sup>. A informação sobre o instituto que ali tenha existido é escassa e por vezes contraditória – à incerteza da fundação sucedem-se menções documentais que tanto parecem

---

<sup>159</sup> Em rigor, ao contrário do que diz João de Barros, que o coloca no mesmo vale de São Salvador de Freixo de Baixo (*Geographia d'Entre-Douro-e-Minho...*, *op. cit.*, p. 77).

<sup>160</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 26 e 352.

<sup>161</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217.

<sup>162</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XII, p. 326; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 115; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, pp. 231-232; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. V, p. 47.

<sup>163</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 190; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 1, pp. 352-353.

<sup>164</sup> José Mattoso, "Canonicis Regolare...", *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 268; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 1, p. 353. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Martinho de Mancelos, ver ficha n.º 33 em Anexos.

<sup>165</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *idem*, vol. 1, pp. 249-250, e vol. 2, p. 162.

<sup>166</sup> Crispiniano da Fonseca, "Panorama histórico da antiga vila e couto de Tabuado, situado n extinto concelho de Gouveia, comarca eclesiástica de Riba-Tâmega (também conhecida por Cima-Tâmega ou Sobre-Tâmega), actual freguesia de Tabuado do concelho de Marco de Canaveses", separata de LIMA, Augusto César Pires de (dir.), *Douro Litoral – Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*, 8.ª série, vol. III-IV, Porto, Junta da Província do Douro Litoral, 1957, p. 2; AAVV., *Igreja de Tabuado – Marco de Canaveses*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 125, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1972, p. 6; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 1, p. 35 e vol. 2, pp. 161-162.

O mosteiro terá ficando sob a influência de padroeiros, provavelmente os Barros, os mesmo da *domus fortis*/torre de Novões, no monte do Outeiro, a uns 2 km de Tabuado.

indicar uma igreja secular (como o catálogo de igrejas de 1320-1321)<sup>167</sup> como se lhe referem como “mosteiro” (aparece como tal em 1301)<sup>168</sup>. Da mesma forma, a sua adesão a Santa Cruz é discutível e pouco aceite<sup>169</sup>. D. Rodrigo da Cunha, no seu *Catálogo e história dos bispos do Porto* (1623), lançou a hipótese da sua filiação regrante, e foi continuamente ecoada pelos memorialistas, que também lhe dataram a secularização de 1475, pelo bispo portuense D. João de Azevedo, sob bula de Sisto IV<sup>170</sup>. Apoiando a primeira asserção, mas questionando a segunda, regista-se também uma minuta judicial no arquivo da paróquia, que declara que São Salvador teria sido hospício crúzio, algo antes de 1499<sup>171</sup>; ajunte-se também que o abade de São Salvador, em 1325, pede a dois priores regrantes (de Ancede e Vila Boa do Bispo), que aponham o seu selo a um diploma respeitante a Tabuado, num ato de solidariedade que Aires Gomes Fernandes reconhece como sendo mais típico entre mosteiros da Ordem<sup>172</sup>.

O mosteiro de São Salvador de Tuias (Porto, Marco de Canaveses, Marco), de que não restam traços físicos, mas conhecemos a localização, ficava a Sudeste do Marco de Canaveses, em posição dominante na pendente que desce para a ribeira de Manhuncelos, a umas centenas de metros. A menos de 2 km das margens do Tâmega, Tuias estaria também junto à estrada que, vinda do Porto, ia para os pontos de travessia do Douro em Pala e Aregos<sup>173</sup>. Fundado por Egas Moniz e sua esposa, D.<sup>a</sup> Teresa Afonso, antes de 1140, era crúzio pelo menos em 1165, e foi convertido à Regra de São Bento e ao monacato feminino em 1173<sup>174</sup>; aparece, ainda assim, algo raramente na historiografia como agostinho<sup>175</sup>.

Enfim, já praticamente na foz do Tâmega, nas arribas sobranceiras ao rio, quase num socalco, está Santa Maria de Vila Boa do Bispo (Porto, Marco de Canaveses, Vila Boa do Bispo). Embora não ficasse

---

<sup>167</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. IV, p. 96.

<sup>168</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 190.

<sup>169</sup> Não aparece nos elencos avançados por José Mattoso (“*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*), Maria José Mexia Bigotte Chorão (“*Mosteiros*”, *op. cit.*), Armando Alberto Martins (“*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*), do *Guia Histórico* das Ordens religiosas (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*) e de Aires Gomes Fernandes (*idem*). Apenas Saul António Gomes (*In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 82), dá nota da hipótese incerta de ter sido regrante.

<sup>170</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 355; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 122; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 282; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 475 – cf. com boletim DGEMN, p. 8, e Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 161-162.

<sup>171</sup> Crispiniano Fonseca, *op. cit.*, p. 9.

<sup>172</sup> Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 275. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Tabuado, ver ficha n.º 34 em Anexos.

<sup>173</sup> Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 178; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; José João Rigaud de Sousa, “Elementos para a localização do mosteiro de S. Salvador de Tuias (concelho de Marco de Canaveses)”, in MACIEL, Manuel Justino P. (cord.), *Miscellanea em homenagem ao professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 583-585.

<sup>174</sup> José Mattoso, “*O Monaquismo ibérico...*”, *op. cit.*, p. 49, e “*A Nobreza Medieval Portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII*”, in MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, vol. I, pp. 162-163; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 83.

<sup>175</sup> Não é referido por Nicolau de Santa Maria, e não é dado como tendo sido crúzio por António Carvalho da Costa (*op. cit.*, t. 1, p. 120) ou Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (*op. cit.*, vol. 2, p. 177); mais modernamente, não é mencionado por Maria José Mexia Bigotte Chorão (“*Mosteiros*”, *op. cit.*) ou Saul António Gomes (*In limine conscriptionis...*, *op. cit.*). Pelo contrário, Augusto Pinho Leal admite que tenha sido regrante, talvez desde a fundação (*op. cit.*, vol. VIII, pp. 571-575), e aparece na listagem de José Mattoso (“*Canonici Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142) e Armando Alberto Martins, por consequência (“*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 268); o *Guia Histórico* das Ordens religiosas, por seu lado, ao falar do cenóbio como de monjas beneditinas, refere que foi anteriormente dos Cónegos, mas não reflete essa conclusão na parte dedicada a Santa Cruz (ver nota 2 deste capítulo). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Tuias, ver ficha n.º 35 em Anexos.

diretamente adjacente a nenhum itinerário principal, estava, ainda assim, a menos de 10 km do Douro (onde havia uma travessia fluvial importante, servindo a estrada Guimarães-Penafiel-Viseu) e do nó viário do Marco, além de ter acesso direto ao Tâmega<sup>176</sup>. Os memorialistas queriam ver este mosteiro fundado em 990 por Moninho/Mónio Viegas, dos Gascos de Ribadouro, de que existiria um testamento de 1012, demonstrando a existência da instituição e o seu perfil canonical; o irmão do fundador e bispo do Porto, D. Sesnando, sendo martirizado numa razia moura em 1035, teria dado ao local e ao mosteiro a sua designação e patrono. Em 1141, quando coutado por D. Afonso Henriques, teria também passado à obediência crúzia, tendo vindo de Coimbra D. Egas para o priorar<sup>177</sup>. Não negando completamente este encadeamento narrativo, a historiografia moderna temperou-lhe os excessos e corrigiu-lhe a cronologia: não sendo fiável o aludido diploma de 1012, é seguro outro, que demonstra que o cenóbio existia em 1079; sendo aceitável a peripécia acontecida a D. Sesnando, é de colocá-la antes em 1074; talvez tendo sido canonical desde o primeiro quartel do século XII, o couto afonsino de 1141, aliás confirmado por D. João Peculiar, assegura pelo menos a sua adesão aos Regrantas<sup>178</sup>.

O principal afluente seguinte do Douro, mas na sua margem esquerda, é o rio Arda, e é no seu curso, embora a mais de uma quinzena de quilómetros para Sul, que encontramos São Salvador da Várzea (Aveiro, Arouca, Várzea). No vale de Arouca, uma espécie de clareira isolada entre a serra da Freita (que o separa da faixa litoral) e o maciço do Montemuro, para Nascente e Norte, Várzea, não estando longe em termos absolutos, não tinha acesso fácil às antigas vias do Porto a Coimbra (por Águeda), a Oeste, ou de Guimarães a Viseu (por Pala/Cinfães), a Este<sup>179</sup> – nem ao Douro, a Norte<sup>180</sup>. A atual igreja paroquial de Várzea fica na base do monte de Pedra Má, levemente sobrelevada sobre a veiga do rio Arda, que corre a 400 m a Sul<sup>181</sup>. Será neste local que terá, segundo Domingos Pinho Brandão, existido um pequeno mosteiro efêmero, de que um documento de doação de 1116 demonstra a existência e o caráter agostinho e canonical, e que ele acredita poder ter sido (depois) crúzio. O instituto já estaria

---

<sup>176</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, op. cit., mapa 4, p. 217.

<sup>177</sup> Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro VI, cap. IV, pp. 287-289; Timóteo dos Mártires, op. cit., t. 1, p. 13 e t. 3, pp. 158-162; António Carvalho da Costa, op. cit., t. 1, p. 352; Augusto Pinho Leal, op. cit., vol. XI, p. 671.

<sup>178</sup> José Mattoso, *“O Monaquismo ibérico...”*, op. cit., p. 53; António Couto, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, s.l., edição do autor, 1988, pp. 43-44 e nota 70, p. 39; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, op. cit., p. 80; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, op. cit., vol. 1, p. 88; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., p. 197. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Vila Boa do Bispo, ver ficha n.º 36 em Anexos.

<sup>179</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem, ibidem*, e “Os caminhos e a assistência...”, op. cit., p. 50.

<sup>180</sup> O caminho principal de abastecimento, a partir do Porto, das freiras de Arouca, ainda no século XVII era feito por um porto fluvial duriense, em Fontainhas (Raiva), perto da foz do Arda, e depois por caminhos de montanha – ler Manuel Moreira da Rocha, *A memória de um mosteiro: Santa Maria de Arouca (séculos XVII-XX) – das construções e reconstruções*, Porto, Edições Afrontamento, 2011, p. 37.

<sup>181</sup> Augusto Pinho Leal, op. cit., vol. X, p. 208; Domingos de Pinho Brandão, *Arouca: notas monográficas – I*, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, pp. 176-178; Manuel Moreira da Rocha, *idem*, pp. 37-39 e 43.

secularizado em 1224, a igreja passará a ser de apresentação da abadessa do vizinho mosteiro de Arouca, e a freguesia tornar-se-á comenda de Cristo<sup>182</sup>.

Cerca de 20 km a jusante da foz do Arda, na margem direita do rio Douro, desagua o Sousa, que forma, com o Ferreira, um subsistema fluvial paralelo ao do Tâmega e tendo origem convergente com o do Ave-Vizela. Nesta bacia secundária podem ter existido 4 cenóbios crúzios.

Na zona superior do rio Sousa, numa pequena elevação do vale aberto do rio, perto de Felgueiras, fica São Martinho de Caramos (Porto, Felgueiras, Caramos). Praticamente no trajeto da já referida estrada que ligava Guimarães a Amarante e Mesão Frio, que passava a Sul do mosteiro (há aliás um troço de calçada romana imediatamente à frente da igreja), Caramos ficava a menos de uma dezena de quilómetros de Telões e Freixo de Baixo<sup>183</sup>. Os memorialistas quiseram fazer da fundação do mosteiro e mesmo da sua designação toponímica uma consequência de uma batalha contra os muçulmanos em 1068, em que uma intervenção milagrosa de São Martinho levava os cristãos a levantar “cara a mouros” e vencer; o líder das hostes, o conde portugalense D. Nuno Mendes, seria o instituidor da nova Casa, primeiramente conduzida por um seu filho, Gonçalo Mendes<sup>184</sup>. Parecendo realmente ter existido em 1090, e talvez abrigando já uma comunidade de cônegos, tinha pelo menos um “prior” em 1124, e terá aderido a Santa Cruz antes do fim do século XII, talvez por volta do momento é que é coutado por D. Afonso Henriques, em 1154<sup>185</sup>.

O rio Ferreira, afluente direito principal do Sousa, corre por uma ampla várzea, entre os relevos da serra da Agrela, a Poente, e a de São Tiago, a Nascente. Nesse vale, e ainda no curso inicial do rio, encontramos São Pedro de Ferreira (Porto, Paços de Ferreira, Ferreira); encostado ao relevo de São Tiago, e já a uma cota intermédia, domina os terrenos agrícolas e o rio, uns 4 km a ocidente (tal como Paços de Ferreira). A essa mesma distância passava uma via secundária Norte-Sul, ligando a estrada setentrional de Porto-Guimarães (no vale do Ave) àquela que ia do Porto para o Douro e Trás-os-Montes,

---

<sup>182</sup> Domingos de Pinho Brandão, *idem*, p. 173 (cf. Augusto Pinho Leal, *idem, ibidem*; Manuel Moreira da Rocha, *idem*, p. 43). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Várzea, ver ficha n.º 37 em Anexos.

<sup>183</sup> Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 15; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 2, p. 420.

<sup>184</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. VI, pp. 294-300; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, pp. 129-130; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 108; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, pp. 16-17; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, pp. 100-101.

<sup>185</sup> José Mattoso, “Canonici Regolare...”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 268; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 81; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 187. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Martinho de Caramos, ver ficha n.º 38 em Anexos.

por Penafiel e Amarante (e que também não distava mais que uma dezena de quilómetros de São Pedro, para Sul)<sup>186</sup>. A natureza e a cronologia do cenóbio que terá existido em Ferreira são difíceis de precisar. O principal cronista crúzio e os corógrafos subsequentes cristalizaram uma narração de um mosteiro fundado em 1120 por Soeiro Viegas, da família dos Pachecos, mais tarde tornado posse templária, até 1319, quando adere aos Regrantes, sendo enfim secularizado, como colegiada, e unido à mesa pontifical pelo bispo portuense D. João de Azevedo, em 1475, por bula de Sisto IV<sup>187</sup>. Pesquisa posterior, não questionando a integração de 1475, recuou a primeira menção possível ao instituto para 959, no testamento de Mumadona Dias<sup>188</sup>, e desmontou a referência do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* a Soeiro Viegas como reportando a um mosteiro em Ferreira das Aves (José Mattoso sugeriu alternativamente Gonçalo Trastamires como fundador, mas sem certezas)<sup>189</sup>; levantou também suspeitas sobre o documento do arquivo episcopal do Porto que o dizia fundado em 1100<sup>190</sup>, sinalizou um documento (igualmente questionável) de 1182 que o afirmava ser Casa crúzia<sup>191</sup>. É certo que em 1195 o cabido da Sé do Porto possuía uma parcela dos réditos de São Pedro; que em 1258, em inquirições, o cenóbio é dado como sendo de militares e ricos-homens (embora, em vez de concluir que fosse comenda de templários, seja mais plausível ver neles os padroeiros, os senhores da Maia); que em 1293 se fala de um “abade” de Ferreira e seus clérigos (que contratualizam com o episcopado portuense a cedência do padroado de uma das suas igrejas anexas em troca da isenção de um censo diocesano), mas que em 1294 há referência a um “cónego” deste “mosteiro”; que em 1302 uma descendente da família patronal, D.<sup>a</sup> Beringária Aires, cedeu ao bispo do Porto outra porção de direitos e jurisdições sobre Ferreira, e que, em 1320-1321, no *Catálogo* das igrejas, pareça ser claro que se refere neste local uma “igreja” com raçoeiros, e, portanto, uma colegiada secular<sup>192</sup>. Embora nenhum autor rejeite à partida a possibilidade de ter aqui existido um cenóbio regrante, as hipóteses temporais da sua

---

<sup>186</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in PEREIRA, Arménio da Assunção (dir.), *Paços de Ferreira – estudos monográficos*, vol. 1, Paços de Ferreira, Gabinete de Informação e Cultura da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 173 e 183; Manuel Luís Real, “A igreja de S. Pedro de Ferreira: um invulgar exemplo de convergência estilística”, in PEREIRA, Arménio da Assunção (dir.), *idem*, p. 247.

<sup>187</sup> João de Barros, *Geographia d’Entre-Douro-e-Minho...*, *op. cit.*, p. 41; Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, pp. 334-335; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 333; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. III, p. 171.

<sup>188</sup> Manuel Luís Real, *idem*, p. 249; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Românico do Vale do Sousa*, Lousada, Valsousa – Comunidade Urbana do Vale do Sousa, 2008, p. 205.

<sup>189</sup> Manuel Luís Real, *idem, ibidem*; AAVV., *Igreja de São Pedro de Ferreira*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 7, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Março 1937, pp. 6-7 (em boa verdade, já era uma atribuição que António Carvalho da Costa questionava: *op. cit.*, t. 1, p. 333).

<sup>190</sup> AAVV., *Igreja de São Pedro...*, *op. cit.*, p. 9.

<sup>191</sup> Cf. José Mattoso, “*O Monaquismo ibérico...*”, *op. cit.*, p. 21, e Manuel Luís Real, *idem, ibidem* (que acreditam na veracidade do documento), *versus* AAVV., *Igreja de São Pedro...*, *op. cit.*, p. 14.

<sup>192</sup> Manuel Luís Real, *idem*, pp. 252-256; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Românico do Vale do Sousa*, *op. cit.*, p. 206; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 68-71; Cândido Augusto Dias dos Santos, *O Censual da Mitra do Porto – Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1973, pp. 127-128. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Pedro de Ferreira, ver ficha n.º 39 em Anexos.

existência são incertas e pouco claras – tê-lo-á sido, como mosteiro, entre uma data anterior a 1182 e o começo do século XIV? Seria colegiada, embora crúzia, já em época undecentista e permanecido como tal, gradualmente sendo absorvida pela mitra portuense, até 1475?

Meia dezena de quilómetros a jusante, fica o mosteiro de Santo Estêvão de Vilela (Porto, Paredes, Vilela). Numa implantação topologicamente similar a Ferreira, assenta num pequeno outeiro na base do monte de Seixoso (na continuidade da serra de São Tiago), circundada pela ribeira do Pêgo, que vai desaguar ao Ferreira, a uns 2 km; estando mais perto do rio, está igualmente a menor distância das referidas estradas Norte-Sul e Este-Oeste<sup>193</sup>. Embora não existam dúvidas da sua ligação a Santa Cruz, de cuja Congregação fez parte até à exclausuração oitocentista, os detalhes da sua fundação e adesão não são inteiramente seguros: Nicolau de Santa Maria e boa parte dos memorialistas, seguindo o *Livro de Linhagens*, pretendem-no fundado antes de 1118 por D. Paio Guterres (gascão, filho de um companheiro de armas do conde D. Henrique e da família dos Cunhas), já canonical por esta data e crúzio em 1138<sup>194</sup>; D. Timóteo dos Mártires opta antes por D. Fromarigo Espozende, em 1010, e põe a adesão aos Regrantes em 1175<sup>195</sup>. Não se podendo dirimir as dúvidas quanto ao instituidor, aceita-se contemporaneamente que tenha sido fundado no final do século X, que seria dúplice em 1030 e canonical em 1069; sabe-se que recebeu carta de couto de D.<sup>a</sup> Teresa em 1128, e – sendo aceitável a data de 1138 – é seguro afirmá-lo crúzio na segunda metade do século XII<sup>196</sup>.

Ainda no mesmo vale, encontramos por fim São Salvador de Lordelo (Porto, Paredes, Lordelo). Aceitando que o desaparecido mosteiro se localizava onde hoje encontramos a igreja paroquial do mesmo orago<sup>197</sup>, ficava, bem mais que os antecedentes, na imediata vizinhança (visual, inclusive) do Ferreira, embora a uma cota superior, no sopé de um pequeno cabeço. Da mesma forma, estava mais próximo da estrada Norte-Sul do vale, que deveria cruzar o rio na ponte de Penhas Altas, nem a um quilómetro a Sul dali. Se o mosteiro presidia a esse atravessamento, a sua família patronal, os Brandões, erigiram uma *domus fortis* – dita Torre dos Alcoforados – um par de quilómetros a montante, num afloramento da margem

---

<sup>193</sup> Ver nota 186, anterior, e também: Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. XI, p. 1421; José de Barreiro, *Monografia de Paredes*, Porto, Barros & Costa, 1922-1924, p. 551.

<sup>194</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XI, pp. 322-323; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 332; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. XI, p. 1422.

<sup>195</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, pp. 123-126; com ele, por princípio, concordei eu na minha tese de mestrado (*A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, anexo 11) e também o *Guia Histórico das Ordens religiosas (Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 183).

<sup>196</sup> José Mattoso, “*O Monaquismo ibérico...*”, *op. cit.*, p. 54, e “*Canonicis Regolare...*”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 268; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 80; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 183; José João Rigaud de Sousa, “*Factos e documentos para a história do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela*”, in MACHADO, Paulo Sá, MARQUES; José Augusto Maia (cords.), *Maia, história regional e local – actas do congresso*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol. II, pp. 159-161. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santo Estêvão de Vilela, ver ficha n.º 40 em Anexos.

<sup>197</sup> Como fazem José de Barreiro, *Monografia de Paredes*, *op. cit.*, p. 405, ou Patrícia Costa e Paula Figueiredo, “*Mosteiro de Lordelo/Igreja Paroquial de Lordelo/Igreja de São Salvador*”, 2003-2012, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 24-07-2019].

oposta, dominando esse mesmo percurso e o rio<sup>198</sup>. O cenóbio já existia no século XII e poderá ter sido regente virtualmente desde a sua fundação<sup>199</sup>; nunca tendo sido próspero<sup>200</sup>, terá sido secularizado entre o final de Quatrocentos e o início da centúria seguinte: mesmo que acreditemos que a iniciativa episcopal da conversão e a sua sanção pontifícia sejam de 1475, é certo pelo menos que em 1478 ainda existiam religiosos no local, e que em 1547 já tinha sido reduzido a igreja paroquial<sup>201</sup>.

Rematando a bacia duriense, na órbita da sua foz e do Porto, registam-se ainda outras três Casas possíveis: a colegiada de Cedofeita, o mosteiro da Serra do Pilar e o de Grijó.

São Martinho de Cedofeita (Porto, Porto, Cedofeita) fica numa zona baixa, com pendentes para Norte/Nascente – onde fica a atual rua de Cedofeita – e para Poente, em direção à zona da Boavista; da drenagem dessa depressão surgiam várias ribeiras, que se juntavam a Sul, no Carregal, no rio Frio, que descia (e desce, encanado sob o hospital de Santo António) para o vale das Virtudes, e desaguava na praia de Miragaia; ao longo deste vale, entre os morros da Torre da Marca e o da Vitória, e até ao Douro, ficava o couto da colegiada<sup>202</sup>. A menos de um par de quilómetros das muralhas do Porto, Cedofeita marginava a estrada (correndo sensivelmente pelo traçado da rua do mesmo nome) que saía da cidade e se bifurcava nas já referidas *via veteris* e *karraria antiqua*<sup>203</sup>. Local de possíveis pré-existências moçárabes (de cuja época datariam uns capitéis calcários reaproveitados)<sup>204</sup>, tudo indica que o relato tradicional que associa este templo à monarquia sueva não tenha qualquer fundamento<sup>205</sup>. Certo é que Cedofeita estava fundada em 1087, e que era então isentada do pagamento de direitos

---

<sup>198</sup> A torre hoje existente não será, porém, anterior a 1258. António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 332; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 218-219; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 30 e 56, e vol. 2, pp. 405 e 408-409.

<sup>199</sup> José Mattoso, *“O Monaquismo ibérico...”*, *op. cit.*, p. 135, Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 188.

<sup>200</sup> *Idem, ibidem*; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. IV, p. 95; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 218.

<sup>201</sup> João de Barros, *Geographia d’Entre-Douro-e-Minho...*, *op. cit.*, p. 41; Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XIII, p. 335; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 332; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. IV, p. 438; José de Barreiro, *Monografia de Paredes*, *op. cit.*, p. 405; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *idem*, p. 188; Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 31 e 219. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Lordelo, ver ficha n.º 41 em Anexos.

<sup>202</sup> AAVV., *Igreja de São Martinho de Cedofeita - Pôrto*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 2, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Dezembro 1935, p. 10; Lúcia Maria Cardoso Rosas, “A Colegiada de S. Martinho de Cedofeita do Porto”, separata de *Boletim Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Penafiel*, 3.ª série, n.ºs 2-3, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 1988, p. 41.

<sup>203</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. XI, p. 257; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 320; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217, e “Os caminhos e a assistência...”, *op. cit.*, pp. 49-50; Lúcia Maria Cardoso Rosas, *idem*, pp. 39-40; Anni Günther Nonell e Rui Tavares, “Oporto”, in GUÁRDIA, Manuel, MONCLÚS, Francisco Javier, OYÓN, José Luis (dir.), *Atlas Histórico de Ciudades Europeas – Península Ibérica*, Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona e Salvat, 1994, p. 128.

<sup>204</sup> AAVV., *Igreja de São Martinho de Cedofeita...*, *op. cit.*, p. 14; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, “História da Arte em Portugal”/1, Lisboa, editorial Presença, 2001, pp. 74 e 116; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 223 (Lúcia Maria Cardoso Rosas questiona, pelo contrário, que esses capitéis sejam moçárabes, “A colegiada...”, *op. cit.*, p. 47).

<sup>205</sup> Ver a análise dos vários argumentos por Lúcia Maria Cardoso Rosas, *idem*, pp. 34-36.

aos seus patronos<sup>206</sup>. Em 1120 e 1134 é mencionada documentalmente como “mosteiro”, em 1181 como “igreja” (nenhuma das titulações excluindo terminantemente a existência de uma Casa regrante, e sendo a flutuação entre ambas ainda mais plausíveis se se tratasse de uma colegiada regular), mas em 1227 um clérigo de São Martinho aparece a administrar posses suas (logo, incompatíveis com a vida em comunidade apostólica de bens) e 1287 já se referem claramente “raçoeiros”, o que denota claramente uma colegiada secular<sup>207</sup>. Por conseguinte, podendo ter sido canonical em 1120<sup>208</sup> e já não tendo vida comunitária pelo menos em 1287, não é ainda assim impossível que pudesse ter efemeramente seguido os preceitos de Santa Cruz, talvez entre 1134 e 1181, talvez até à data de 1191 indicada pelos memorialistas<sup>209</sup>, ou mesmo estendendo-se para o primeiro quartel de Duzentos.

Na margem esquerda do rio Douro, face à cidade do Porto, fica São Salvador/Santo Agostinho da Serra do Pilar (Porto, Vila Nova de Gaia, Santa Marinha). No topo do monte de São Nicolau, onde um troço de vale encaixado do rio dá lugar a relevos mais suaves, antes do espraiamento do estuário, o mosteiro é quase um contraponto à Sé do Porto (no morro da Pena Ventosa, em frente), e domina a zona baixa da Ribeira, assim como do aglomerado de Vila Nova de Gaia, ao mesmo tempo que vê e é visto por quem chega de montante e de jusante, e do mar. Com acesso principal pela zona alta, que passava em Mafamude e ia dar à estrada romana e medieval para Sul, em Santo Ovídio (a uns 3 km), tinha também ligação direta, mas em declives mais trabalhosos, tanto a Gaia e ao atravessamento para o Porto, como ao Douro, pela falésia que fazia parte da sua cerca<sup>210</sup>. Resultado de uma realocização do mosteiro de

Grijó, decidida pela Ordem em 1537, iniciou a sua vida comunitária em 1542<sup>211</sup>, recebendo o orago original do Salvador (adotando o de Santo Agostinho apenas em 1599, após Grijó ter sido reanimado e passarem a existir dois mosteiros autónomos)<sup>212</sup>.

---

<sup>206</sup> *Idem*, pp. 36-37; Eduardo Cordeiro Gonçalves, “A colegiada de São Martinho de Cedofeita”, in COSTA, Orlando Mota e; GONÇALVES, Eduardo Carneiro; COSTA, Jorge Vale (cords.), *Tesouros da Colegiada de São Martinho de Cedofeita: no rasto de uma história*, catálogo da exposição homónima, Porto, Igreja da Cedofeita, 2007, p. 9.

<sup>207</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas, *idem*, pp. 37-39; Eduardo Cordeiro Gonçalves, *idem*, pp. 9-10.

<sup>208</sup> José Mattoso, “*O Monaquismo ibérico...*”, *op. cit.*, p. 17; Eduardo Cordeiro Gonçalves, *idem*, p. 9.

<sup>209</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. XI, p. 257; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 1, p. 320. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Martinho de Cedofeita, ver ficha n.º 42 em Anexos.

<sup>210</sup> Joaquim António Gonçalves Guimarães, *A Serra do Pilar: património cultural da Humanidade*, Vila Nova de Gaia, Fundação Salvador Caetano, 1999, pp. VIII-XV; Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões ou a Cerca do Mosteiro”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, Setembro, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, *passim*, e Docta pietas ou a *arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1999, pp. 15-16 e 21-22.

<sup>211</sup> Susana Matos Abreu, *Docta pietas...*, *op. cit.*, p. 32; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p. 92; Carlos Ruão, “A edificação da dupla-rotunda do mosteiro de Santo Agostinho”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, pp. 33-34.

<sup>212</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XVI, p. 339; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 2, pp. 154-155; Carlos Ruão, *idem*, p. 37. As vicissitudes da fundação e autonomização desta canónica serão analisadas com mais pormenor nos capítulos VII e VIII. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador/Santo Agostinho da Serra do Pilar, ver ficha n.º 43 em Anexos.



Por fim, falta falar precisamente do mosteiro de São Salvador de Grijó (Porto, Vila Nova de Gaia, Grijó). Em rigor, este cenóbio não fica na bacia hidrográfica duriense; a faixa litoral, relativamente plana, em que se localiza, drena diretamente para o Atlântico. Ainda assim, Grijó sempre teve uma relação forte com o Douro e o Porto, a uma quinzena de quilómetros a Norte, pela estrada de origem romana, depois conhecida como *estrada moura*, que passava nas imediações diretas do mosteiro<sup>213</sup>; além disso, não estando perto de nenhum dos cursos de água que descarregam no mar, ia abastecer-se, pelo aqueduto das Amoreiras, aos altos de Murraceses, na crista elevada que o separa da bacia duriense (e muito perto da nascente de um dos seus últimos afluentes, o rio Febros)<sup>214</sup>. Terá sido aliás nesse local, uma portela entre os relevos maiores do monte Murado, em Pedroso, e o monte Sagitelo (Seixezelo) que um pequeno cenóbio terá sido fundado em 922 por Guterre Soares, seu abade, e o irmão Ausendo. A invocação ao Salvador aparece documentada no início do século XI, e há igualmente indicações de que já fosse canonical em 1064, mas será quando cai sob a influência de uma família de infanções, regionalmente influente, que prospera. É nomeadamente a partir de importantes doações, feitas em 1093 por Soeiro Fromarigues, e depois continuadas por familiares seus, que a canónica recebe a sua emancipação e procede a uma “refundação”, renovando os seus edifícios e talvez se deslocando para o seu local atual<sup>215</sup>. A data da sua adesão ao movimento crúzio é incerta, e talvez não seja impossível que corresponda a um processo de aproximação gradual e não a um momento formal identificado: há sinais de envolvimento de Santa Cruz em 1132<sup>216</sup>, e de uma possível intervenção de reforma, presencial, por D.

---

<sup>213</sup> São Salvador de Grijó é sempre descrito pelos cronistas como muito perto do Porto – João de Barros, em 1549, apesar de se ter limitado ao Entre-Douro-e-Minho e Nordeste, fala do mosteiro dizendo “(...) *ainda que está da banda de alem o contamos nesta conta por estar tao lunto do Porto*” (*Geographia d’Entre-Douro-e-Minho...*, *op. cit.*, p. 123). Ler também: Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. III, p. 322; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais...*, *op. cit.*, mapa 4, p. 217; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, p. 9; Maria Inês Ferreira de Amorim, *O mosteiro de Grijó. Senhoria e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Braga, edição da autora, 1997, p. 153.

<sup>214</sup> Consegui seguir o traçado do aqueduto de Grijó até ao topo da rua Calçada da Rainha, em Murraceses, a menos de 1 km da nascente do rio Febros, no atual Parque das Corgas, em Seixezelo.

<sup>215</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 139-141; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 2, pp. 110-111; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. III, pp. 322-323; Jorge Alarcão, *A propriedade rural do mosteiro de Grijó em meados do séc. XIV e sua administração / A propriedade rural do mosteiro de Grijó – Livro das Campanhas*, dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1956-1957, p. 2; Robert Durand, *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (X<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1971, pp. XXII-XXVII; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Carvalhos de Basto, 1995, pp. 280-281; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 9-11; José Mattoso, *“O Monaquismo ibérico...”*, *op. cit.*, pp. 21 e 61; Saul António Gomes, *In limine conscriptionis...*, *op. cit.*, p. 80; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 182.

<sup>216</sup> Quando D. Telo e D. João Peculiar, recém-fundadores de Santa Cruz, assinam o documento de isenção episcopal dado ao mosteiro pelo bispo de Coimbra, D. Bernardo (embora provavelmente o façam na qualidade de membros do cabido diocesano) e há sinais de concessão de maior autonomia ao mosteiro pela sua família patral: Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 141; Robert Durand, *idem*, pp. XXIX-XXX; António Domingues de Sousa Costa, *idem*, p. 16; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *idem*, pp. 124 e 281.

João Peculiar, em 1134<sup>217</sup> e/ou 1135<sup>218</sup>; a filiação está, de qualquer forma, expressamente mencionada na confirmação pontifícia da isenção episcopal de Grijó, em 1139<sup>219</sup>.

**3.2.7 A bacia do Vouga:** Marginando o Vouga, encontramos o muito interessante caso de São Cristóvão de Lafões (Viseu, São Pedro do Sul, São Cristóvão de Lafões).<sup>[fig.08]</sup>

Não sendo seguro que tenha sido formalmente crúzio, esteve diretamente ligado a um dos instituidores da Ordem, desde antes da fundação de Santa Cruz de Coimbra, em 1131. Em data incerta da década de 20 do século XII, mas quase certamente na sua primeira metade, o mosteiro foi criado através da reunião de alguns eremitas daquela região<sup>220</sup>. Duvida-se se terá sido por ação de D. João Peculiar, dado que este parece ter apenas regressado a Portugal, depois de completar os seus estudos superiores em França, entre 1126 e 1128, ou se dos seus pais, Cristóvão João e Maria Rabaldes, uma vez que a Casa foi implantada em terrenos de posse da família<sup>221</sup>. Seja como for, Peculiar assumiu a condução do cenóbio e tanto aparece designado como “fundador” na carta de couto afonsina de 1137, como é ele quem aponta o sucessor do prior João Cirita em 1140<sup>222</sup>. É igualmente discutível se São Cristóvão terá sido um instituto canonical, quer porque D. João ensaiasse ali um modelo que já acalentava e depois se concretizou em Coimbra, quer reformando-o à imagem de Santa Cruz *a posteriori*; para tal aponta, pelo menos, a aparente formação superior de Cirita, dado como *magister*, assim como a condição de presbíteros dos religiosos do mosteiro<sup>223</sup>. Seja como for, e descontando as pretensões contrastantes dos memorialistas, a documentação demonstra que em 1161 já seguia a Regra beneditina, e que em 1163

---

<sup>217</sup> José Mattoso opta por esta data para a presença de Peculiar em Grijó (“*Canonici Regolare...*, *op. cit.*, col. 142, e *D. Afonso Henriques, op. cit.*, p. 124); e Armando Alberto Martins aceita-a (“*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 268); Robert Durand assinala que nesse ano aparece pela primeira vez uma menção a Santo Agostinho no cartulário do mosteiro (*op. cit.*, pp. XXIX-XXX).

<sup>218</sup> É a data adiutada por Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 141. A documentação cartorial desse ano já demonstra o mosteiro organizado segundo o modelo crúzio (Robert Durand, *idem*, pp. XXXVIII-XXXIX).

<sup>219</sup> António Domingues de Sousa Costa, *idem*, pp. 14-16; Robert Durand, *idem*, p. XXIX. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Salvador de Grijó, ver ficha n.º 44 em Anexos.

<sup>220</sup> José Mattoso, “Eremitas portugueses no séc. XII”, separata de PEREIRA, Isaias da Rosa (dir.), *Lvsitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa*, 1.ª série, t. IX, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 1970-1971, pp. 12 e 27-28. Talvez até na data de 1123, proposta por Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. IV, pp. 11-12.

<sup>221</sup> Alexandre José Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (S. Pedro do Sul)*, Viseu, Clube “O cebolinha” – Escola Secundária de S. Pedro do Sul, 1995, pp. 11-12; Eulogius Austin O’Malley, *Tello and Theotonio, the Twelfth-century Founders of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra*, Whashington, The Catholic University of America Press, 1954, pp. 51-52; José Mattoso, *idem*, p. 28; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 136. Embora inclua na sua bibliografia boa parte dos textos aqui citados, a obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 107) prefere datar Lafões da década de 1130.

<sup>222</sup> Avelino Jesus da Costa, “D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga” in AAW., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 63; Alexandre José Alves, *idem, ibidem*; José Mattoso, *idem*, pp. 12 e 28; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*.

<sup>223</sup> José Mattoso, *idem*, p. 28.

estava de facto unido a Cister<sup>224</sup>.

São Cristóvão, em concordância com esse destino cisterciense, parece estar num local totalmente ermo. Nos meandros escavados do rio Varoso, a 2 km da sua foz no vale também encaixado do Vouga, está quase no cume de um cabeço íngreme, rodeado por uma curva apertada do rio e por elevações dominantes, contrafortes meridionais da serra da Freita. Ainda assim, esta localização tem de ser vista de forma mais abrangente: a menor distância daquela que o separa do Vouga, mas para Norte, o rio Varoso espraia-se numa veiga fértil, por onde passava a antiga estrada romana de Viseu ao Porto, secundária mas ainda em uso, pondo o cenóbio também com fáceis acessos ao polo regional das termas de São Pedro do Sul<sup>225</sup>. É preciso não esquecer também que, pelo menos na época undecentista, os percursos entre Coimbra (e Lisboa) e o Norte passavam sobretudo por Viseu, e não pelo litoral, e portanto esta localização era menos excêntrica do que parecerá atualmente<sup>226</sup>.

**3.2.8 A bacia do Mondego:** Na bacia do Mondego, quanto mais não for pela sua travessia de Coimbra, figuram quase uma dezena de cenóbios crúzios (9).<sup>[fig.09]</sup>

Bem antes da capital beirã, encontramos São Romão de Seia (Guarda, Seia, São Romão), nos arranques ocidentais da serra da Estrela, numa plataforma intermédia entre o vale profundo do rio Alva, afluente esquerdo do Mondego, e as encostas que sobem para Manteigas<sup>227</sup>. À sombra do cabeço do Crasto (onde, como o nome indica existira um castro romanizado), São Romão estava também a uns 3 km a Sul do castelo de Seia, ponto estratégico da Reconquista, e fortaleza protetora da *via colimbriana* (Coimbra-Salamanca), que corria no sentido SW-NE, a pouco mais de um par de quilómetros de Seia e de São Romão, paralelamente ao relevo da serra. Zona de permanências moçárabes e repovoamento portugalense, a ermida que existia em São Romão está documentada desde 1106, e os seus ermitões são protegidos por D. Henrique e D.<sup>a</sup> Teresa<sup>228</sup>. Dois anacoretas, de facto, João Cediz e Fafila, cederão em 1137 a ermida e os seus direitos atribuídos ao primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Teotónio, na condição da fundação ali de um mosteiro, o que é escriturado em 1138, confirmando D. Afonso

---

<sup>224</sup> *Idem*, p. 12; Alexandre José Alves, *idem, ibidem*. Ainda assim, não é inaceitável a hipótese da entrega do mosteiro pelo seu patrono a Cister mais cedo, dadas as relações próximas entre Crúzios e São Bernardo, e na sequência da visita de uma delegação de monges cistercienses a Santa Cruz de Coimbra, em 1140 (José Mattoso, *D. Afonso Henriques, op. cit.*, pp. 129-131).

<sup>225</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 2, p. 144; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. IV, p. 12; José Mattoso, "Eremitas portugueses...", *op. cit.*, pp. 17 e 20; Alexandre José Alves, *idem*, p. 11.

<sup>226</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Os caminhos e a assistência...", *op. cit.*, p. 50. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Cristóvão de Lafões, ver ficha n.º 45 em Anexos.

<sup>227</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XVIII, p. 161; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 2, p. 251; J. Quelhas Bigotte, *Monografia da cidade e concelho de Seia*, 3.ª ed. corrigida e aumentada, Seia, edição do autor, 1992, p. 611.

<sup>228</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *Seia: uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1986, pp. 7-13; José Mattoso, *Seia na idade das trevas*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1987, pp. 9-14 e 17; A. Rocha Fontes, *Testemunhos para a história de São Romão*, Coimbra, edição do autor, 1988, pp. 3-5; J. Quelhas Bigotte, *idem*, pp. 51-54 e 440.

Henriques o couto, na mesma altura. A canónica conimbricense honrará o compromisso e criará um cenóbio, que inicia a sua vida comunitária em 1142, implantando-o a meia encosta sobre a povoação (quer a sua localização tenha sido na atual matriz setecentista, quer no local do Purgatório, como afirmam diferentes tradições), passando a ermida a templo paroquial<sup>229</sup>.

Ainda no vale do Alva, mas na sua margem esquerda (entre o rio e as serras do Açor e da Avelreira) ficava São Pedro de Arganil, depois movido para Folques (Coimbra, Arganil, Arganil/Folques). Localizava-se, como Seia, ao longo da *via colimbriana*, embora aqui ela fique a uma meia dúzia de quilómetros (passava a Norte, entre o Alva e o Mondego). Se nos ativermos à implantação inicial, à data da filiação, o mosteiro ficaria provavelmente onde hoje se encontra a igreja gótica do mesmo orago<sup>230</sup>, numa plataforma diretamente sobre o rio Alva e a foz da ribeira de Folques (ou de Arganil), a 2 km da povoação de Arganil e do seu desaparecido castelo, assentes ao longo da mesma ribeira mas numa cota mais alta, já na base da serra<sup>231</sup>. O mosteiro existiria e seria canonical em 1086, quando Vermudo Pelágio e Elvira Draíz fazem uma doação fundiária a Goldofre, prior, e seus clérigos<sup>232</sup>. A tradição quer que a adesão aos Crúzios date do prior seguinte, D. Pedro João (ou Anes) de Nandim, vindo de Santa Cruz em 1160<sup>233</sup>.

Já ao longo do próprio Mondego e às portas de Coimbra, segue-se São Jorge de apar de Coimbra (Coimbra, Coimbra, Castelo Viegas)<sup>234</sup>. Na última curva do rio antes da cidade – suficientemente próximo dela (4

---

<sup>229</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XVIII, pp. 161-163; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t.1, p. 14; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, pp. 222-223; A. Rocha Fontes, *idem*, pp. 9-10, e *O Concelho de Seia e as suas Irmandades: resumo histórico*, Coimbra, edição do autor, 2002, pp. 116 e 119; J. Quelhas Bigotte, *idem*, pp. 171-173; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, pp. 214-215. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Romão de Seia, ver ficha n.º 46 em Anexos.

<sup>230</sup> Há uma tradição, que me inclino para aceitar, que localiza o mosteiro na atual igreja de São Pedro (ver, por exemplo, Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, p. 238) e que tem aceitação de autores contemporâneos, como Saul António Gomes – ler “Um Mosteiro de cónegos regrantes em tempos medievais: S. Pedro de Folques (Arganil)”, in COELHO, Maria Helena da Cruz (dir.), *Revista Portuguesa de História*, vol. XL, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008/2009, p. 294. Regina Anacleto, na ausência de qualquer registo, físico ou documental, conclusivo, refere tradição que o afirma mas rejeita a hipótese, embora só lhe oponha o facto de local, suburbano, lhe parecer pouco típico de implantações monásticas (*Arganil*, “Cidades e vilas de Portugal”/21, Lisboa, Presença, 1996, p. 64); embora o raciocínio que faz seja legítimo para os moldes das Ordens contemplativas, é-o menos para os Cónegos Regrantes, como temos visto. Assinale-se, adicionalmente, a observação interessante de Augusto Pinho Leal, que diz que a igreja de São Pedro é em local de “povoação antiga” (*idem, ibidem*). A manutenção do orago na igreja gótica atual substancia a hipótese de ali ter estado a canónica, se atentarmos à pouca plausibilidade da fundação de uma paróquia *ex nihilo* em zona exterior à vila, e em área de fraca densidade populacional, o que mais sustenta uma origem numa fundação anterior.

<sup>231</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 2, p. 29; Augusto Pinho Leal, *idem, ibidem*; Amândio Galvão, *Em torno das origens de Arganil*, Arganil, edição do autor, 1987, pp. 6-9.

<sup>232</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XVI, pp. 158-159; Augusto Pinho Leal, *idem, ibidem*; Augusto Nunes Pereira, “O mosteiro de S. Pedro de Folques”, in AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX...*, *op. cit.*, p. 159; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 199. Saul António Gomes duvida da veracidade da transcrição do documento pelos memorialistas, achando-o mais plausivelmente do século XII, pelo menos, pela linguagem utilizada (*idem*, pp. 288-289).

<sup>233</sup> Nicolau de Santa Maria, *idem, ibidem*; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 14 e t. 3, p. 101; *Guia Histórico* das Ordens religiosas prefere localizar a adesão entre 1160 e 1164 (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 199). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Pedro de Arganil/Folques, ver ficha n.º 47 em Anexos.

<sup>234</sup> Uso a designação de Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VIII, cap. XIV, p. 151), mas também aparece como “de Milreus” (S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, *op. cit.*) ou simplesmente “de Coimbra” (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 185). A variação de designações históricas documentadas é descrita em Aires Gomes Fernandes, “As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievais”, in CLEMENTE, Manuel (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, t. XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 331, nota 1.

km), mas resguardado de ser visível do burgo – o mosteiro aproveita também o ponto onde, na foz do rio Ceira, os relevos mondeguiños dão lugar a uma veiga plana e relativamente ampla, resguardada de Sul pela encosta que sobe para Pereiros. Implantado no arranque da pendente, à cota suficiente para evitar a zona de cheias e salvaguardar os terrenos agrícolas ribeirinhos, São Jorge estaria também a pouco mais de meia dúzia de quilómetros da estrada principal que saía de Coimbra para Tomar e Lisboa, e que passava a Sudoeste dali<sup>235</sup>. Havendo possibilidades de já existir nesta zona um cenóbio em 985<sup>236</sup>, há um maior grau de segurança para o afirmar em 1116<sup>237</sup>. Para a data da sua filiação nos Regrantes, embora haja quem aceite uma cronologia próxima de 1138<sup>238</sup>, a primeira referência documental (embora não totalmente sólida) apontaria que tal já se tinha verificado em 1146, e uma sustentação incontroversa só se apura para 1159<sup>239</sup>.

Em Coimbra, enfim, fica a canónica que deu origem à Ordem portuguesa dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho – Santa Cruz de Coimbra (Coimbra, Coimbra, Santa Cruz). Ficando literalmente no último relevo de nota antes da planície aluvial do último troço do Mondego, rio então navegável, inclusive acima da cidade, Coimbra estava no cruzamento entre essa via fluvial, a estrada de Lisboa ao Porto (e Santiago de Compostela), e o traçado das vias alternativas para o Norte, por Viseu, e para o Leste, para a Beira Interior e o reino de Leão. O eixo viário Sul-Norte, que atravessava o Mondego sensivelmente onde hoje é a ponte de Santa Clara, marginava as muralhas da cidade (pelo traçado da rua Ferreira Borges), separando-a do arrabalde ribeirinho, e prosseguia paralelamente ao Mondego (onde hoje é a rua Direita); também acima desse eixo (e a cota superior à margem), entre a colina da Alcáçova e a de Montarroio, Santa Cruz implantou-se à saída do vale fértil e irrigado da Ribela, e frente ao arrabalde extramuros, em 1131, por iniciativa do arcebispo D. Telo, secundado por Teotónio e João Peculiar, ambos cónegos do

---

<sup>235</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência...”, *op. cit.*, p. 50; Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge - Subsídios para a sua história nos sécs. XIII e XIII*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 1961, p. 5. É verdade que a falésia imediatamente atrás do mosteiro se presta à lenda de uma quase queda a cavalo de D. Sesnando, em 1080, e que no seu topo, em linha direta com o campanário, uma construção arruinada parece testemunhar – ou reencenar – a pequena ermida gratulatória mencionada nesse relato (cf. Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XIV, pp. 151-152; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, p. 78).

<sup>236</sup> Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 334, notas 7 e 8. As referências que ele menciona a uma ermida (eremitério?) de São Jorge dão igualmente um fundo mínimo de verosimilhança aos relatos cronísticos (ver nota anterior).

<sup>237</sup> Maria José Diniz, *idem*, pp. 15-16; Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 332; A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro” in CRESPO, João Diogo, SOUSA, António Domingues de (dirs.), *Itinerarium – colectânea de estudos*, ano II, n.º 10-11, Julho-Outubro, Braga, Editorial Franciscana, 1956, p. 428.

<sup>238</sup> José Mattoso, “Canonici Regolare...”, *op. cit.*, col. 142; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 268. A mais precoce data de 1125-1126, dada pelos cronistas cruzios (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, p. 153; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 3, p. 79), não sendo aceitável à letra – até por preceder a própria fundação de Santa Cruz de Coimbra – pode quicá refletir a hipótese de o cenóbio ter sido canonical antes de ser regrante.

<sup>239</sup> Maria José Diniz, *idem*, pp. 12-14 e 16-17; Aires Gomes Fernandes, *idem*, pp. 337, nota 20, e 338, nota 24. A data de 1146 tornaria plausível a referência a um primeiro prior cruzio, D. Garcia, saído dos cónegos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1148 (Nicolau de Santa Maria, *idem, ibidem*; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 13; Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 337, nota 20). Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Jorge de apar de Coimbra, ver ficha n.º 48 em Anexos.

capítulo da Sé<sup>240</sup>.

Diretamente associados, institucional e fisicamente, à Casa-mãe crúzia estão quatro estabelecimentos escolares quinhentistas ligados à instalação dos Estudos Gerais em Coimbra, inicialmente planeada para ser conduzida pela Ordem. Inseridos no próprio complexo de Santa Cruz foram os colégios de São João Batista e o de Santo Agostinho, que hão de ter sido planeados após 1530 e já acolhiam estudantes em 1534-1535. Nesse último ano estão igualmente em edificação dois outros institutos, imediatamente a Norte do mosteiro regrente e contíguos entre si: o de Todos os Santos, confrontando com Santa Cruz, tendo a rua que subia para Montarroio de permeio, e o de São Miguel – formando um ângulo com o anterior e desenhando o arranque de um eixo novo, destinado a estruturas universitárias, a Rua da Sofia (espécie de alternativa planeada à rua Direita). Com a autonomização da Universidade em 1543, este conjunto de institutos deixará de ter justificação e serão encerrados daí até 1547<sup>241</sup>. A exceção será o colégio de Santo Agostinho, que permanecerá necessário para acolhimento de estudantes crúzios; embora tenha uma existência irregular (chegando a ser transferido para o mosteiro de São Jorge, entre 1578 e 1581), haverá de encontrar a sua autonomia estável com a construção na Alta de Coimbra do colégio Novo, ou da Sapiência (Coimbra, Coimbra, Almedina), a partir de 1592<sup>242</sup>.

No final da bacia do Mondego, encontramos ainda Santa Maria de Seiça (Coimbra, Figueira da Foz, Paião). Seiça fica no pequeno vale da ribeira do mesmo nome, que flui a umas centenas de metros do mosteiro, numa ligeira elevação; protegido do mar pela linha de relevo paralela à costa, tinha ainda assim acesso relativamente fácil à costa de Lavos, a uns 10 km para Ocidente. Embora a ribeira de Seiça (tributária do rio Pranto, que desagua no Mondego quase na sua foz) possa ter sido outrora navegável até perto do mosteiro, nenhuma estrada relevante lhe ficava próxima<sup>243</sup>. A existência de um cenóbio neste local só está documentada em 1162, quando o seu abade, D. Martinho, é confirmante do reconhecimento de isenção episcopal a Santa Cruz de Coimbra pelo bispo, ele próprio crúzio, D. Miguel Salomão; D. Afonso Henriques concederá carta de couto ao “abbati” de Seiça e seus “fratres”

---

<sup>240</sup> O processo de fundação e de escolha do local deste mosteiro será analisado com maior desenvolvimento no capítulo seguinte, para onde remeto a sustentação bibliográfica respetiva; para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Cruz de Coimbra, ver ficha n.º 49 em Anexos.

<sup>241</sup> A criação e implantação dos colégios conimbricenses quinhentistas serão analisadas e sustentadas no capítulo VII (assim como plausibilidade de os considerar, com propriedade, como cenóbios). Para uma bibliografia específica mais completa sobre os colégios de São João Batista, Todos os Santos e São Miguel, ver fichas n.º 50, 51 e 52 em Anexos.

<sup>242</sup> A instalação definitiva deste colégio crúzio será discutida em detalhe no capítulo VIII. Para uma bibliografia específica mais completa sobre o colégio de Santo Agostinho/da Sapiência, ver ficha n.º 53 em Anexos.

<sup>243</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência...”, *op. cit.*, p. 50; António Gomes da Rocha Madahil, “Documentos medievais do Convento de Seiça, certificados por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo”, separata de BRAGA, Alberto Vieira (dir.), *Revista de Guimarães*, volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Junho, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1940, p. 38; Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, “Novos guias de Portugal”/6, Lisboa, Presença, 1987, p. 175.

em 1175, e D. Sancho I entregá-lo-á à Ordem de Cister em 1195<sup>244</sup>. Rodeado de coutos regantes, e chamado a confirmar um contrato quase interior à própria Ordem, Seiça pode muito hipoteticamente ter sido de cónegos agostinhos à volta de 1162, já não o devendo ser em 1175, sendo plausível a data de 1171, às vezes dada como da sua adesão a costumes beneditinos, para o fim dessa ligação<sup>245</sup>.

**3.2.9 A bacia do Lis:** Sobre o Lis, e em posição ainda atingível à navegação fluvial, no século XII, está a colegiada de Santa Maria da Pena (Leiria, Leiria, Leiria), no cabeço destacado que domina estrategicamente a junção dos rios Lis e Lena, em recinto contíguo, mas não anexo, à alcáçova. Relativamente exposta ao mar e separada do vale do Tejo pelas serras d'Aires e Candeeiros, a zona de Leiria foi fracamente povoada até adquirir valor estratégico como fronteira da Reconquista, ocorrendo depois a reanimação de antigos trajetos romanos, partindo de Coimbra em direção a Lisboa<sup>246</sup>. A fortificação do penhasco de Leiria, em 1135, por D. Afonso Henriques, será o ponto de partida para a implantação crúzia, embora não, como repetiram os memorialistas, enganados por falsificações undecentistas crúzias, sucedendo logo a seguir, ou pelo menos por 1142<sup>247</sup>, data de um suposto foral de Leiria (se não falso, adulterado) e de uma fantasiosa concessão de direitos eclesiásticos *nullius dioecesis*<sup>248</sup>. O *Fundador* pode ter considerado a concessão de privilégios especiais nesta área – cíveis e espirituais – a Santa Cruz de Coimbra, mas a não terá formalizado antes da conquista de Lisboa e Santarém, em 1147, e enquanto durou o episcopado conimbricense de D. João Anaia (1147-1155), que comprovadamente exerceu a sua jurisdição sobre o território. A criação de um priorado crúzio aqui, e, por conseguinte, de uma colegiada que o conduza, só pode ser atestada em 1156, quando o bispo de Lisboa, D. Gilberto, renuncia aos direitos que pudesse ter sobre o termo leiriense<sup>249</sup>. [fig.10]

**3.2.10 A bacia das ribeiras do Oeste:** Na Estremadura, a faixa litoral limitada pela linha de relevo das serras d'Aires e Candeeiros, Montejunto e Sintra, e entre a embocadura do Lis e a zona do cabo

---

<sup>244</sup> Artur Nobre de Gusmão, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal (ensaio de arqueologia da Idade Média)*, 3.ª ed., Lisboa, s.e., 1956, p. 164; António Gomes da Rocha Madahil, *idem*, pp. 38-40; Nelson Correia Borges, *idem, ibidem*.

<sup>245</sup> Cf. Ruy Pinto de Azevedo, "Período de formação territorial...", *op. cit.*, pp. 19-22; Maria José Mexia Bigotte Chorão, "Mosteiros", *op. cit.*, p. 277; Manuel Luís Real *apud* Catarina Oliveira, "Mosteiro de Santa Maria de Seiça", 2006, in D.G.P.C., *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 2-8-2019]. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Seiça, ver ficha n.º 54 em Anexos.

<sup>246</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. XIII, p. 261; José Mattoso, "Identificação de um país...", *op. cit.*, p. 18; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Os caminhos e a assistência...", *op. cit.*, p. 50; José Marques, "Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI", in MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 2.ª série, vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, pp. 100 e 117; Saul António Gomes, "O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do séc. XII à criação da diocese" in AAW., *Catedral de Leiria*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria, 2005, p. 15.

<sup>247</sup> Nicolau de Santa Maria, *idem*, pp. 261-263; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. 3, p. 66; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. IV, p. 72.

<sup>248</sup> Ruy Pinto de Azevedo, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)*, Lisboa, José Fernandes Júnior, 1932, pp. 7-11.

<sup>249</sup> Ruy Pinto de Azevedo, *idem*, pp. 14, 21 e 65-67; Saul António Gomes, *idem*, pp. 15-17. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria da Pena, ver ficha n.º 55 em Anexos.

Raso, em que os cursos de água drenam autónoma e diretamente para o mar, encontramos três locais de presença, certa ou alegada, crúzia.<sup>[fig.11]</sup>

No vale do rio Arnóia fica Santa Maria da Alcáçova de Óbidos (Leiria, Óbidos, Santa Maria). Um pouco como Leiria, a fortaleza de Óbidos ocupa um relevo que domina a várzea do rio, que seria então navegável dali à lagoa, provavelmente ainda acessível do mar; cruzavam-se em Óbidos (pelo menos no século XIII) quer a estrada que vinha de Leiria e seguia para Lisboa, quer uma ligação de Santarém à costa, passando em Rio Maior<sup>250</sup>. A alcáçova obidense, de origem moura, ocupa a cumeeira e a igreja colegiada de Santa Maria fica numa plataforma intermédia, inicialmente extramuros, no caminho direto para o rio e o arrabalde que o marginava, e junto da mouraria (depois judiaria). Podendo ter resultado da cristianização de uma mesquita, após a conquista afonsina (1147) funcionou como matriz da povoação e encontrou-se protegida por uma primeira cerca de muralhas, entre o fim do século XII e o início da centúria seguinte<sup>251</sup>. Apesar das pretensões de D. Nicolau de Santa Maria, data deste período mais estabilizado a doação do seu priorado ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que o deteve de 1264 a 1318<sup>252</sup>.

Meia centena de quilómetros a Sul, fica Santo António de Mafra (Lisboa, Mafra, Mafra), num planalto depois do vale da ribeira da Vidigueira e antes do da ribeira de Muchalforro, ambas correndo de Este para Oeste, descendo das elevações do complexo vulcânico Lisboa-Mafra para a plataforma litoral, onde se juntam ao pequeno rio Lizandro, que desagua no mar a uns 8 km do palácio-convento. Foi construído no local de Vela, imediatamente a Nascente da vila de Mafra e no arranque da crista montanhosa, no que à altura era uma zona desabitada e algo árida (até porque exposta ao Atlântico) e separada do eixo viário principal da Estremadura – que, vindo de Óbidos para Lisboa, passava do outro lado das serranias<sup>253</sup>. Resultado de um voto de D. João V em 1711, a parte conventual do complexo foi erigida para acolher uma comunidade de Franciscanos arrábidos, que no mesmo ano se instalou simbolicamente na área, mesmo se a escolha de implantação se fez em 1712, e a construção decorreu formalmente entre 1717

---

<sup>250</sup> José Mattoso, *História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993*, vol. II, p. 289; Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas e administração concelhia – Óbidos medieval, Cascais, Patrimónia, 1997*, pp. 21-22; João Trindade (ed.), *Memórias históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos: desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos*, 2.ª ed., Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 2001, p. 99.

<sup>251</sup> Manuela Santos Silva, *idem*, pp. 23 e 30-31, e *A região de Óbidos na época medieval: estudos*, Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994, pp. 21-24, 175 e 187.

<sup>252</sup> Cf. Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. XIV, p. 267, *versus* Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 421-424, e “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 53-54; Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *O Gótico, “História da Arte em Portugal”/2*, Lisboa, editorial Presença, 2002, p. 218; Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas...*, *op. cit.*, pp. 36-37 e nota 66. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria da Alcáçova de Óbidos, ver ficha n.º 56 em Anexos.

<sup>253</sup> Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 9, p. 14; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 668. Ver também nota 250, acima.



e 1730, estando genericamente pronta em 1744<sup>254</sup>. A Congregação de Santa Cruz de Coimbra substituiu os Arrábidos por ordem régia de 1770, tendo ocupado o cenóbio entre 1771 e 1792; muito brevemente, os cônegos crúzios de São Vicente de Fora, expropriados da sua Casa de Lisboa, aqui foram ainda colocados em 1834, antes da extinção definitiva das Ordens religiosas<sup>255</sup>.

Por último, no sopé da serra de Sintra, que encerra a dorsal orográfica desta bacia hidrográfica, fica a colegiada de São Martinho de Sintra (Lisboa, Sintra, Sintra). Numa plataforma na base Norte do monte do castelo dos Mouros, o núcleo urbano da vila baixa de Sintra está entre essa vertente e duas ravinas que convergem para a várzea da ribeira de colares; o Palácio da Vila coroa o ápice desta “cunha” e São Martinho, a uma centena de metros, margina a depressão ocidental, com vista dominante para a várzea. Após a reconquista afonsina em 1147, o núcleo intramuros do albacar islâmico da cumeeira, e a sua paróquia de São Pedro de Penaferrim (instituída c. 1154), serão ainda dominantes, só mais tarde se desenvolvendo a vila baixa e, é de supor, a igreja de São Martinho. Sendo escassa a informação sobre a sua história, parece que a paróquia já é mencionada nas inquirições de 1220, e existe certamente em 1253; já está, entretanto, organizada como colegiada secular em 1283<sup>256</sup>. A sua possível ligação aos Regrantes é sugerida, por semelhanças arquitetónicas (na representação quinhentista de Duarte de Armas) e no vazio documental, por Manuel Luís Real<sup>257</sup>.

**3.2.11 A bacia do Tejo:** Nas franjas setentrionais da bacia do Tejo, do lado interior das serras d’Aires e Candeeiros, o pequeno mosteiro de Santa Maria de Tomaréis<sup>258</sup> (Santarém, Ourém, Caxarias) fica a meia encosta do vale da ribeira da Abadia, tributária do rio Nabão (que se unirá ao Zêzere, antes de chegar ao Tejo), e a uma vintena de quilómetros de Tomar e da estrada principal Braga-Coimbra-Lisboa<sup>259</sup>. Terra de fronteira em tempos undecentistas, Ourém caiu sobre jurisdição eclesiástica de Santa Cruz de Coimbra em 1183, abrangendo Tomaréis; o cenóbio já existia em 1172, quando é coutado por

---

<sup>254</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, pp. 53-57, e *Arquitectura e escultura de Mafra: retórica da perfeição*, Lisboa, Presença, 1994, pp. 132-136; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder - o Real Edifício de Mafra*, Coimbra, Instituto de História da Arte - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 141-186.

<sup>255</sup> Os processos de ocupação do cenóbio pelos Regrantes serão analisados com detalhe no capítulo IX. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santo António de Mafra, ver ficha n.º 57 em Anexos.

<sup>256</sup> Ruy Pinto de Azevedo, “Período de formação territorial...”, *op. cit.*, p. 55; Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995-1997, vol. I, p. 258, e “O modo Românico”, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 2, p. 132.

<sup>257</sup> Manuel Luís Real, “A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII”, in JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 6, Dezembro, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, p. 127. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Martinho de Sintra, ver ficha n.º 58 em Anexos.

<sup>258</sup> Adoto esta grafia dado que o lugar é atualmente designado por Tomaréis (embora algumas placas de toponímica na zona exibam igualmente “Tomarel”), mas o mosteiro aparece por vezes designado como de “Tamarães” (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 113) ou “Tomarães” (S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, *op. cit.*).

<sup>259</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência...”, *op. cit.*, p. 50.

D. Afonso Henriques. Aparentemente segundo as últimas vontades do abade que recebeu essa doação, Gonçalo Hermiges, o seu sucessor, Silvestre, filia Tomaréis nos Crúzios em 1213. No entanto, logo em 1217, D. Afonso II entrega o mosteiro ao padroado de Alcobaça; os cônegos cederão o controlo do instituto daí até 1233, quando um documento da Sé de Lisboa, entretanto detendo condução espiritual do território, relata a transição como consumada<sup>260</sup>.

Em posição mais estratégica, em Santarém, sobre o Tejo e no itinerário da principal estrada do Norte para Lisboa, erguia-se a colegiada de Santa Maria da Alcáçova (Santarém, Santarém, Santarém). A cidadela árabe, num esporão rochoso, saliente da plataforma da cidade e avançando sobre o rio, foi reformulada sob os Templários, após a reconquista escalabitana de 1147 e até 1157<sup>261</sup>. Pressupõe-se (e assim reza uma inscrição na entrada do templo atual) que terá sido nessa altura construída Santa Maria, pelos freires do Templo, c. 1154. Estava imediatamente fora das muralhas da alcáçova, e entre esta e a cidade, num recinto que abria para a falésia, a Norte. O instituto seria cedido ao padroado da Coroa em 1159, e ali instituída uma colegiada regular e capela régia. Os cronistas crúzios pretenderam que essa regularização, com intervenção do bispo D. Gilberto de Lisboa, fosse conduzida por um cônego de Santa Cruz de Coimbra, D. Egidio/Gil Rodrigues, c. 1160; outras fontes permitem acreditar que um prior subsequente, D. Paio, que liderou a comunidade até ser feito bispo de Évora, em 1180, também seria crúzio. A asserção de D. Nicolau de Santa Maria, de que a colegiada só teria sido secularizada pelo bispo olissiponense D. Mateus, em 1280, deve ainda assim pecar pelo menos por excesso, uma vez que há sinais dessa mutação institucional em 1191, com a separação das mesas prioral e capitular, não podendo um hipotético regime propriamente regrante ter ultrapassado essa data<sup>262</sup>. No coração de Lisboa fica a antiga colegiada de Santa Cruz do Castelo (Lisboa, Lisboa, Santa Maria Maior). No conjunto da alcáçova árabe e depois castelo cristão, no topo da colina da São Jorge, Santa Cruz estava imediatamente fora do núcleo de residência régia (e do reduto castelar propriamente dito),

---

<sup>260</sup> Ruy Pinto de Azevedo, "Período de formação territorial...", *op. cit.*, p. 39; Artur Nobre de Gusmão, *A expansão da arquitectura borgonhesa...*, *op. cit.*, p. 167; Mattoso, "O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os sécs. XI-XIII", in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, atas das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, vol. II, p. 666; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 282 e t. II, p. 618; Saul António Gomes, "As relações entre a Coroa...", *op. cit.*, pp. 268-270. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria de Tomaréis, ver ficha n.º 59 em Anexos.

<sup>261</sup> Jorge Custódio, "As fortificações de Santarém – séculos XII e XIII", in Isabel Cristina Ferreira Fernandes (dir.), *Mil anos de fortificações...*, *op. cit.*, p. 420.

<sup>262</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. XII, pp. 258-259; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. 1, p. 14; Luís Duarte Vilela da Silva, *Memórias históricas da Insigne e Real collegiada de Santa Maria de Alcáçova da villa de Santarém, oferecidas a El-Rei D. João VI*, Lisboa, Imprensa Régia, 1817, p. 72; Avelino Jesus da Costa, "Inventário dos bens e obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém", separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, pp. 2-3; Maria de Fátima Botão, *Uma instituição medieval de prestígio: a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, edição da autora, 1996, p. 2; Ana Maria S. A. Rodrigues, "Colegiadas", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*, *op. cit.*, vol. I, pp. 399-400; Armando Alberto Martins, "Dois bispos portugueses da segunda metade do século XII", in BARROCA, Mário Jorge (cord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, *op. cit.*, vol. II, p. 30. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria da Alcáçova de Santarém, ver ficha n.º 60 em Anexos.

junto a uma das portas na muralha daquele, no lado oriental do albacar. Com visibilidade sobre os arrabaldes a Nascente e o Tejo, dali sai a rua que leva à porta do Chão da Feira, onde o mercado da medina interior da cerca moura se realizava<sup>263</sup>. Resultado da cristianização da mesquita da alcáçova, após a reconquista de 1147, Santa Cruz foi o local da sagração do primeiro bispo da diocese restaurada de Lisboa, D. Gilberto de Hastings, que foi celebrada pelo crúzio D. João Peculiar, que acompanhava as forças sitiadas, como arcebispo primaz de Braga<sup>264</sup>. A presença de Peculiar, a invocação do novo templo e o seu estatuto de colegiada, que perdurará até data incerta da centúria de trezentos, permitem a hipótese que tivesse seguido o modelo dos Regrantes<sup>265</sup>.

Originalmente em ligação visual direta a Santa Cruz, estaria São Vicente de Fora (Lisboa, Lisboa, São Vicente), na colina consagrada ao mesmo santo, logo a Leste da de São Jorge. Fora da muralha da época undecentista, como o nome indica, estava na proximidade da importante porta do Sol, aonde desaguiava a artéria mais importante da cidade, eixo Este-Oeste passando na Sé. A colina de São Vicente fora também um local de inumação e devoção altomedieval e moçárabe, e de um almocávar islâmico, a que se somara um cemitério dos cruzados que tinham assistido à conquista de Lisboa; localizava-se também entre dois arrabaldes antigos – o ribeirinho, que dominava visualmente (Alfama), e o do morro da Graça, à cota superior. O mosteiro aqui implantado distava também quer escassas centenas de metros da estrada que vinha de Santarém ao longo do Tejo e entrava em Lisboa por Alfama, quer (contornando a alcáçova pelo Norte) menos de um quilómetro da variante desta – a que se juntará a estrada estremenha de Coimbra-Leiria – que chegava à Mouraria<sup>266</sup>. Fundado em 1147, ou muito pouco depois, sobre uma ermida votiva, erigida no cemitério associado ao cerco cristão, o mosteiro de São Vicente de Fora tem uma história inicial obscura, sujeita a versões divergentes e sem bases documentais que permitam apurar das suas plausibilidades relativas; sendo certo que já era regrante em 1162, é plausível que o fosse logo desde o início, e, a não tê-lo sido, que fosse ainda assim canonical na década e meia desde a

---

<sup>263</sup> Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. IV, p. 212; Carlos Manuel Guardado da Silva, *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*, Lisboa, Colibri, 2008, pp. 149, 152 e 172.

<sup>264</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. V, pp. 251-252; Manuel Luis Real, *A arte românica de Coimbra: novos dados – novas hipóteses*, dissertação de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1974, pp. 227-228 e 238;

<sup>265</sup> Carlos Manuel Guardado da Silva, *idem*, pp. 149 e 236-237. É de notar que Nicolau de Santa Maria (*idem, ibidem*), que descreve D. Gilberto como um amigo de Santa Cruz e entusiástico da vida canonical, regularizando o cabido episcopal e *todas* as igrejas colegiadas de Lisboa, que enumera, não refere Santa Cruz do Castelo entre elas. Para uma bibliografia específica mais completa sobre Santa Maria do Castelo/da Alcáçova de Lisboa, ver ficha n.º 61 em Anexos.

<sup>266</sup> Ruy Pinto de Azevedo, “Período de formação territorial...”, *op. cit.*, pp. 54 e 58; Carlos Manuel Guardado da Silva, *Lisboa medieval...*, *op. cit.*, pp. 80, 86 e 197; Maria Calado, Vítor Matias Ferreira e Margarida Souza Lôbo, “Lisboa”, in GUÁRDIA, Manuel, *et alii* (dir.), *Atlas Histórico de Ciudades Europeas...*, *op. cit.*, pp. 96-97; Cláudio Torres, “Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”, in D’INTINO, Raffaella (cord.), *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94 / Electa, 1994, pp. 80-81 e 84; Paulo Almeida Fernandes, “*Hoc templum aedificavit Rex portugalliae Alphonsus I: o mosteiro medieval*”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora – Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 99.

criação<sup>267</sup>. Datando também a construção do primeiro edifício românico provavelmente do último quartel do século XII, com finalização no início de Duzentos, a estabilização institucional e física do cenóbio será, de qualquer forma, muito seguramente crúzia<sup>268</sup>. [fig.12]

**3.2.12 A bacia do Guadiana:** A área abrangida pelo Guadiana e seus tributários marca o limite sul da presença dos Cónegos Regrantas de Santo Agostinho. [fig.13]

Em Arronches encontram-se dois cursos de água que descem da serra de São Mamede, a Norte. O principal, o rio Caia, afluente direito do Guadiana num trajeto NW-SE, contorna a colina onde se alça a vila, numa curva pronunciada; o outro, a ribeira de Arronches, desenha também o arranque da elevação no lado setentrional, antes de se juntar ao Caia. Em zona fronteira com Espanha, Arronches implanta-se num corredor desimpedido que vai de Santarém ao país vizinho, entre as elevações de São Mamede e as serras da Ossa e da Correia (entre Estremoz e Elvas). Além desse itinerário Este-Oeste, passava em Arronches a estrada Portalegre-Elvas<sup>269</sup>. Efemeramente conquistada por D. Afonso Henriques em 1166, a povoação só passaria ao domínio cristão de forma mais segura em 1235, sob D. Sancho II. Datará de 1236 a doação do seu senhorio secular e eclesiástico a Santa Cruz de Coimbra, e a colegiada de Nossa Senhora da Assunção (Portalegre, Arronches, Assunção)<sup>270</sup> será edificada entre essa data e c. 1242, com nova investida islâmica de permeio. A jurisdição civil será cedida ao infante D. Afonso, por permuta por direitos em Óbidos, Assumar e Poiaras, celebrada com o pai, D. Afonso III, em 1264 (e será posteriormente integrada na coroa, em 1287, por D. Dinis); a autoridade espiritual, no entanto, só será perdida em 1549, com a integração do priorado de Arronches na nova diocese de Portalegre<sup>271</sup>. Finalmente, o mais meridional dos cenóbios crúzios é São Cucufate de Vila de Frades (Beja, Vidigueira, Vila de Frades). Entre Évora e Beja, na planície irrigada por vários ribeiros que descem da serra de Mendro, a Norte, e drenarão capilarmente no Guadiana (através da ribeira de Odearce), numa pequena

---

<sup>267</sup> As hipóteses, implicações e fontes sobre a fundação de São Vicente de Fora serão discutidas no capítulo IV desta tese.

<sup>268</sup> Manuel Luís Real, "O Convento Românico de S. Vicente de Fora", in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 2, Março, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 15-16; Paulo Almeida Fernandes, *idem*, p. 84. Uma infeliz troca de séculos para esta datação, do XII para o XIII, feita por mim em 1998 (*A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, anexo 4), parece ter arrastado a obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa a prolongar esse lapso de atribuição cronológica (*Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 200).

Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Vicente de Fora, ver ficha n.º 62 em Anexos.

<sup>269</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro V, cap. XIV, p. 267; AAVV., Igreja Matriz de Arronches, "Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 101, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Setembro 1960, pp. 5-6.

<sup>270</sup> Inicialmente talvez sob a invocação de São Tiago (AAVV., *idem*, p. 13).

<sup>271</sup> Nicolau de Santa Maria, *idem*, pp. 267-268; AAVV., *idem*, pp. 7-9; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 419; Alexandre de Carvalho Costa, *Arronches - suas freguesias rurais: Esperança, Mosteiros (compilação do que se tem escrito a respeito da origem dos seus nomes)*, Viseu, Tipografia Guerra, 1984, pp. 19-21 (ver também nota 252, sobre Óbidos). Para uma bibliografia específica mais completa sobre Nossa Senhora da Assunção de Arronches, ver ficha n.º 63 em Anexos.

elevação com vista ampla para Sul, ficam os restos monumentais da villa romana de São Cucufate<sup>272</sup>. Ocupados parcialmente por um mosteiro dessa invocação, no século VI ou VII, terá perdurado como local de devoção moçárabe, provavelmente até à aproximação da reconquista cristã, sob D. Afonso Henriques. Estabilizada a posse portuguesa no segundo quartel de Duzentos, o senhorio desta zona será concedido aos cónegos de São Vicente de Fora, a pedido de D. Afonso III, por desanexação do concelho de Beja, em 1253; seguir-se-á a constituição de uma paróquia crúzia, no ano seguinte, confirmada pelo bispo de Évora em 1255. Os Regrantes darão seguidamente foral ao que se tornará a Vila de Frades, fixando fregueses a cerca de 2 km do mosteiro<sup>273</sup>.

### 3.3 | Notas finais

Desta viagem geral pela amostra considerada parecem emergir, ainda antes de procedermos a análises mais específicas em destringência cronológica, algumas tendências de implantação na paisagem, que podemos assinalar: uma preferência maioritária pela meia encosta, a generalizada manutenção de uma distância de resguardo de cursos fluviais e viários, e ainda mais absoluta quando se fala da orla marítima. Também se deteta, com aparente clareza, a existência de conjuntos de Casas de origem contemporânea localizadas a grande proximidade entre si (inferior a meia dúzia de quilómetros)<sup>274</sup>, o que pode indicar um reflexo de proteção de grupo, ou mesmo uma possível ação de conversão de cenóbios vizinhos ao modo crúzio.

Adverte-se desde já que existem, entre estes 64 casos, 16 filiações bastante duvidosas<sup>275</sup>, e, adicionalmente, até meia dúzia de institutos que, sendo de alçada regrante confirmada, podem nunca ter constituído cenóbios *stricto sensu*<sup>276</sup>. Contam-se também 5 canónicas em que é a sua localização

---

<sup>272</sup> António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. II, p. 321; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. XI, p. 741. A colina é marginada por um regato, dito de Santiago (invocação que a capela do sítio receberá mais tarde, e que virá a designar o conjunto); um pouco mais longe, entre Vila de Frades e a Vidigueira (c. 3km), passa a mais caudalosa ribeira do Freixo.

<sup>273</sup> Ruy Pinto de Azevedo, "Período de formação territorial...", *op. cit.*, pp. 57-58; Abel de Moura, Teresa Cabrita e Vítor Serrão, *As pinturas murais do Santuário de São Cucufate (Vila de Frades-Vidigueira)*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, ponto 1, p. 1.<sup>o</sup> a 4.<sup>o</sup>; Carlos Manuel Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da sua formação (séculos XII-XIII)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1997, p. 87, e *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 80. Para uma bibliografia específica mais completa sobre São Cucufate de Vila de Frades, ver ficha n.º 64 em Anexos.

<sup>274</sup> Encontramo-los à volta de Ponte da Barca (Muía, Bravães e Crasto), entre Braga e Guimarães (Palmeira/Briteiros, Souto, São Torcato e Costa), a Este de Famalicão (Oliveira, Requião e Landim), na zona de Santo Tirso (Vilarinho e Roriz), na várzea do Este (Rio Mau e Junqueira), na órbita de Paços de Ferreira (Ferreira, Vilela, Lordelo), na região de Amarante (Telões, Freixo e Mancelos), perto do Marco de Canaveses (Tabuado, Tuias, Vila Boa do Bispo), em Coimbra (Santa Cruz e São Jorge, pelo menos) e talvez em Lisboa (Santa Cruz do Castelo e São Vicente de Fora).

<sup>275</sup> Os de Rio Covo, Montelongo, Rio Mau, Tougues, Moimenta da Beira, Ribas, Telões, Tabuado, Várzea, Ferreira, Cedofeita, Lafões, Seiça, Sintra, Santarém e Santa Cruz do Castelo.

<sup>276</sup> São os casos de Castelo Mendo e dos quatro colégios de Coimbra (o colégio da Sapiência sê-lo-á indiscutivelmente desde o final de Quinhentos, mas pode não tê-lo sido antes). Adicionalmente, é sustentável, embora a historiografia moderna genericamente não o ponha em causa, que São Cucufate de Vila de Frades pudesse não ter abrigado uma vida comunitária permanente (como sustenta Augusto Pinho Leal, notando que Nicolau de Santa Maria não o menciona – *op. cit.*, vol. XI, p. 742).

concreta, e não a adesão à Ordem, que está sujeita a maior ou menor grau de incerteza (as de Palmeira, Tuias, Lordelo, Seia e Arganil).<sup>[fig.14]</sup>

É, por conseguinte, sobre este *corpus* e com estas reservas (elas próprias sob análise) que iremos tentar chegar a uma ideia sobre o discurso crúzio em arquitetura cenobítica.



*Ecce sunt caelum et terra! Clamant quod facta sint;  
mutantur enim atque variantur.*

A arquitetura cenobítica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho (1128-1834)





## CAPÍTULO IV

### *murum in circuitu cenobii construendo, turres in excelso erigendo*<sup>1</sup>

a arquitetura cenobítica crúzia entre 1128 e 1229

#### 4.1 | Criação: o primeiro século dos cónegos regrantes portugueses

Um século permeia as datas extremas definidas para este primeiro período de atividade da instituição crúzia. À luz do que disse no primeiro capítulo, se se trata de investigar a produção de discurso de um sujeito – neste caso a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho sob inspiração de Santa Cruz de Coimbra – será dos momentos de constância de definição da instituição que deve proceder primeiramente a periodização, e não de alturas de estabilidade histórica, política, social, cultural ou estilística, e nem mesmo de fases ou marcos edificatórios da Ordem. Verificar-se-á que existem sintonias entre essas dimensões, mas, não havendo uma estrita sincronia, é ao sujeito de estudo – e, neste caso, à história institucional crúzia – que se deve ater a subdivisão temporal da sua ação.

**4.1.1 Bases para a definição do intervalo:** Assim, colocarei simbolicamente a génese crúzia em 1128, que não é a data do início da construção do mosteiro-mãe de Santa Cruz (28 de Junho de 1131<sup>2</sup>), nem a do início da constituição de propriedade fundiária que o permitisse (9 de Dezembro de

---

<sup>1</sup> “(...) construindo muralhas em redor do cenóbio, erguendo torres em altura”, *Vita Tellonis*, c. 1155, folio 4, verso; tradução minha (lido na publicação de António Cruz, *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968, p. 38). Trecho frequentemente citado, nomeadamente por António Nogueira Gonçalves (“O narthex românico da igreja de Santa Cruz de Coimbra”, separata de *Petrus Nonius*, vol. IV, fasc. 1-2, Porto, Imprensa Portuguesa, 1942, p.18), Eulogius Austin O'Malley (*Tello and Theotonio, the Twelfth-century Founders of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra*, tese de doutoramento apresentada à Graduate School of Arts and Sciences da Catholic University of America, Washington, The Catholic University of America Press, 1954, p. 73 e nota 199), António Augusto Ferreira da Cruz (*Sta. Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1964, pp. 20-21), Manuel Luís Real (“A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII”, in JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 6, Dezembro, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, p. 12) e Saul António Gomes (*In limine conscriptionis – documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2000, Viseu, Palimage e Centro de História Sociedade e Cultura, 2007, p. 176).

<sup>2</sup> Na vigília da comemoração litúrgica de Pedro e Paulo, patronos da *vita apostolica* – Saul António Gomes, *op. cit.*, pp. 108-109; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – sécs. XII-XV. História e Instituição*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1996, t. I, p. 121, e “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 266; José Mattoso, *D. Afonso Henriques, “Reis de Portugal”/I*, Lisboa, Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Temas e Debates, 2007, p.119; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 174 e 190.

1130<sup>3</sup>), nem a do início da vida em comum (24 de Fevereiro de 1132<sup>4</sup>). Além disso, a coincidência com o ano de acessão ao poder *de facto* de D. Afonso Henriques, não sendo infeliz nem totalmente fortuita, não tem força definitiva: 1128, com a eleição falhada do arcebispo D. Telo ao sólio episcopal conimbricense<sup>5</sup>, pode marcar antes a origem da ideia de fundar um movimento canonical<sup>6</sup>, se não de rutura, pelo menos de alternativa à estrutura clerical secular do território portugalense<sup>7</sup>. É também possível que seja em 1128, se não antes, que outro dos promotores originais de Santa Cruz, D. João Peculiar, funde ou reforme/dirija o mosteiro de São Cristóvão de Lafões, que poderá ter sido um instituto canonical experimental, mais tarde integrada no movimento crúzio (nem que efemeramente), e que o demonstra interessado e experiente na fundação e administração monástica<sup>8</sup>.

1229, por sua vez, é o momento da primeira reforma da Ordem, conduzida pelo cardeal sabinense D. João de Abbeville, entre 1228 e essa data, no período da sua legatura pontifícia na Hispânia (1227-1229), e que se conclui por um conjunto de diretivas aprovadas no primeiro capítulo provincial dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, reunido na Sé do Porto<sup>9</sup>. É significativo que seja

---

<sup>3</sup> Data da doação dos Banhos Régios por D. Afonso Henriques a D. Telo, que ele doa por sua vez a Santa Cruz, em 29 de Junho de 1131 (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 120-121, e “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 266, Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 138).

<sup>4</sup> Uma quarta-feira de cinzas, e dia de São Matias, o último a juntar-se à lista dos apóstolos e símbolo da renovação dessa comunidade (José Mattoso, *op. cit.*, p. 119); Armando Alberto Martins diz 25 e não 24 de Fevereiro (em *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 121, e ainda em “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 266), mas é um erro, como explica Abel Estefânio, em “A data de nascimento de D. Afonso I”, in MATTOSO, José (dir.), *Medievalista – revista online do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL)*, n.º 8, (Julho-Dezembro de 2010), [em linha] disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> [consultado em 24-07-2012]; Saul António Gomes, *op. cit.*, pp. 108-111) também explica cálculo da data.

<sup>5</sup> Sendo eleito em vez dele D. Bernardo, arcebispo de Braga, preferido por D. Afonso Henriques (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 132-133; Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 123). Uma hipotética oposição à investidura de D. Telo poderia dever-se à sua relação com D.ª Teresa – Armando Alberto Martins, “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, p. 44; Hermínia Vasconcelos Vilar, “Os cónegos regrantes”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, vol. I, pp. 225-26. É verdade que D. Telo trabalhou na chancelaria de D. Henrique e D. Teresa (Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 136), mas pode ter havido antes uma política de equilíbrio por parte de D. Afonso Henriques, apoiando um bispo anti-compostelano, sugerido pelo arcebispo D. Paio Mendes, grande aliado de D. Afonso (José Mattoso, *op. cit.*, p. 69) e fazendo ao mesmo tempo a doação “compensatória” dos Banhos Régios a D. Telo, representante do partido moçárabe (Leontina Ventura e Ana Faria, *Livro Santo de Santa Cruz – cartulário de do séc. XII*, “História Medieval”/3, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, p. 15).

<sup>6</sup> Como diz José Mattoso (*op. cit.*, p. 113), embora a ideia de fundação possa ser anterior – note-se que, segundo Jorge de Alarcão, os Banhos Régios já tinham sido pedidos pelo arcebispo a D.ª Teresa (*Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 95 e 156).

<sup>7</sup> Na realidade não há grandes sinais de animosidade: o bispo D. Bernardo esteve presente no lançamento de 1.ª pedra do mosteiro, e D. Telo e D. João Peculiar permanecem então no cabido episcopal (Eulogius Austin O’Malley, *op. cit.*, pp. 62-63; Armando Alberto Martins, “A história medieval...”, *op. cit.*, p. 45; Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 120); aliás, também os exemplos internacionais (nomeadamente São Rufo de Avinhão) apontam para solidariedade entre cabidos e canónicas que deles se originam – ler Charles Dereine, “Chanoines (des origines au XIII<sup>ème</sup> siècle)”, in BAUDRILLART, Alfred (dir.), *Dictionnaire d’histoire et de géographie ecclésiastiques*, vol. 12, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1953, col. 383.

<sup>8</sup> Armando Alberto Martins inclina-se pela data de 1128 (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 136), mas, como vimos no capítulo III, outras datas anteriores na década de 1120 são também defendidas – assim como a hipótese de os seus pais terem fundado o mosteiro e Peculiar só se ter envolvido na sua gestão ao regressar dos seus estudos em França.

<sup>9</sup> Cfr. Bernardo Vasconcelos e Sousa (*op. cit.*, p. 175), Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 356-360 e 861; “A história medieval...”, *op. cit.*, p. 51; “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 268) e Saul António Gomes (*op. cit.*, pp. 161-162).

Refira-se que Santa Cruz de Coimbra não se opõe a essa reforma nem parece representá-la como uma admoestação, recebendo o legado pontifício solenemente em 1228 e fazendo-o associar-se à história da canónica, oficiando a consagração formal da igreja do mosteiro – ato sumamente cerimonial, dado que o templo se encontraria com toda a probabilidade concluído há tempo considerável (Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 178).

a primeira vez que a orientação normativa da instituição sofra uma revisão abrangente imposta do exterior<sup>10</sup>, mas é preciso salientar que, embora a essa ação não devam ser alheios os sinais de crise interna dos Crúzios, desde os finais do século XII, o seu motivo principal é o de fazer refletir localmente as decisões de reforma eclesiástica e canonical do IV concílio de Latrão de 1215<sup>11</sup>.

Este intervalo de um século que medeia entre 1128 e 1229, não sendo uniforme, tem a continuidade de um arco. Nele, a Ordem percorre um troço ascensional inicial, de criação, estruturação e afirmação, pelo menos até à morte do seu primeiro prior, D. Teotónio, em 1162. Consolida-se, até ao século XIII, no apogeu da curva, mas também no início da sua inflexão, com o desaparecimento do seu protetor, D. Afonso Henriques, em 1185<sup>12</sup>, e acompanhando o panorama de instabilidade nacional, nos recuos da Reconquista impostos por Yusuf I em 1184 e Yaqub Al-Mansur (Almançor) em 1190-1191, assim como nas consequências da guerra com Leão de 1196-1199, ou na sucessão de maus anos agrícolas e epidemias entre 1190 e 1210<sup>13</sup>. Finalmente, a linha é claramente descendente a partir de 1202, entre uma certa crise de missão (que levará cônegos a pedirem a D. Afonso II a integração do mosteiro conimbricense em Cister, e aquele a considerá-la seriamente, em 1220<sup>14</sup> – num quadro novo, mas característico deste rei e do seu pai, de intromissão voluntarista na gestão do cenóbio<sup>15</sup>) e uma série de priorados de gestão desastrosa<sup>16</sup>, sob um fundo de contestação externa e dissensão interna<sup>17</sup>. Este percurso não deve, no entanto, ser desenhado a traço grosso, como taxativa “decadência”: as décadas finais do século XII e o início da centúria seguinte são períodos de grande produção do

---

<sup>10</sup> Muito embora tenha havido apelos internos a reformas antes, e pelo menos tentativas régias, da parte de D. Sancho I, de introduzir alterações no funcionamento do mosteiro de Santa Cruz (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 311 e seguintes; “A história medieval...”, op. cit., pp. 50-51; “Regrantes de Santa Cruz...”, op. cit., p. 268; também Saul António Gomes, op. cit., p.168).

<sup>11</sup> Concílio que marca o apogeu do poder papal, sob Inocêncio III, e a consagração da Reforma Gregoriana, no seu pendor normativo (August Franzen, *Breve História da Igreja*, Lisboa, editorial Presença, 1996, pp. 232-237), e que, para além de questões doutrinárias, prescrevia uma uniformização dos institutos cenobíticos, limitando o número de Regras reconhecidas (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971, vol. I, pp. 127-128), requeria a centralização administrativa das Ordens, através de capítulos provinciais trienais (Charles Giroud, *L'Ordre des Chanoines Réguliers de Saint-Augustin et ses diverses formes de régime interne – essai de synthèse historico-juridique*, Martigny, Éditions du Grand-Saint-Bernard, 1961, pp.148-149), e insistia sobre a formação intelectual, reforçando a obrigatoriedade das escolas catedrálcias, já imposta no III concílio de Latrão, de 1179, e agora estendida a colegiadas (Jacques Verger, “Les chanoines et les universités”, in AAVV., *Le monde des chanoines: X<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles*, Toulouse, Privat, 1989, p. 286; Fortunato de Almeida, op. cit., vol. I, pp. 321-323; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, publicações Europa-América, 1994, p. 112; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 338-343).

<sup>12</sup> Sigo aqui a subdivisão de Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 202-240.

<sup>13</sup> Cfr. José Mattoso, “O românico português: interpretação económica e social”, in *Obras completas de José Mattoso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, vol. I, pp. 119-120, e *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. II, pp. 95-113.

<sup>14</sup> Armando Alberto Martins, (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 325-326; “A história medieval...”, op. cit., p. 51) e Saul António Gomes (op. cit., pp. 325-336).

<sup>15</sup> Armando Alberto Martins, (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 309-310 e 313-315; “A história medieval...”, op. cit., p. 50) e Saul António Gomes (op. cit., p. 168).

<sup>16</sup> Armando Alberto Martins, (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 319-327; “A história medieval...”, op. cit., p. 50; “Regrantes de Santa Cruz...”, op. cit., p. 268).

<sup>17</sup> Reacendem-se então as hostilidades com a Sé conimbricense, que, se não presentes desde a fundação, acompanharam todo este primeiro período do mosteiro (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 309 e 316-318; ver notas 7 e 23 deste capítulo, igualmente); em 1211 irrompe também um conflito com os clérigos da colegiada regrante de Leiria, e em 1212 há uma insurreição dos capelães da paróquia crúzia de São João, em Coimbra (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz”, op. cit., p. 268).

*scriptorium* de Santa Cruz<sup>18</sup>, de insistência na formação universitária<sup>19</sup> e de melhoramentos na gestão económica e administrativa<sup>20</sup>; em 1190, embora efemeramente, São Vicente de Fora ainda recebe o senhorio de Lagos<sup>21</sup>, assim como é em 1195 que Celestino III concede, entre outras benesses, o uso de atributos e prerrogativas episcopais ao prior de Santa Cruz<sup>22</sup>; é também em 1203 que os conflitos com a mitra conimbricense, embora nunca totalmente sanados, chegam a um compromisso de base perene, pela bula *Cum olim*, de Inocêncio III, que é maioritariamente favorável aos Regrantes<sup>23</sup>.

Esta periodização atém-se aos estudos mais profundos da história institucional do cenóbio conimbricense e da Ordem canonical que ele inspira. Segue de perto a demarcação temporal de fases e sua caracterização, feitas por Armando Alberto Martins em detalhe, na sua tese doutoral de 1996 para a Idade Média, e em síntese, para toda a história da Ordem, mais recentemente<sup>24</sup>; junta a essas referências a igualmente nuclear dissertação de Saul António Gomes, de 2000<sup>25</sup>, que suporta a mesma narrativa, sob um ponto de vista centrado na produção e gestão documental da instituição. Corresponde, além disso, mas precisando-a, a uma visão genericamente unânime na bibliografia sobre a história dos Regrantes e da Igreja em Portugal. Descontando os cronistas crúzios seiscentistas<sup>26</sup> – cujo relato é sempre panegírico

---

<sup>18</sup> Cfr. Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 284) e Maria Adelaide Miranda ("A Iluminura Medieval em Santa Cruz de Coimbra no contexto da iluminura europeia medieval", in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 82-83).

<sup>19</sup> Aproveitando a atribuição de bolsas de estudo em França, por D. Sancho I, desde 1190 (António Augusto Ferreira da Cruz, "Textos medievais das «leiturias» de Filosofia de St.ª Cruz de Coimbra...", comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Filosofia, in *Studium Generale*, vol. II, n.º 1-2, Porto, publicações do Centro de Estudos Humanísticos, 1955, p. 7; José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lousã, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1992, p. 385).

<sup>20</sup> Saul António Gomes, op. cit., pp. 926-927.

<sup>21</sup> Carlos Manuel Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da sua formação (séculos XII-XIII)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1997, pp. 86-87, e *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 79.

<sup>22</sup> Pontífice que, como mais tarde D. João de Abbeville (ver nota 9), fora recebido com honras e desvelo pelos Crúzios em 1154, ainda como cardeal Jacinto e legado papal. Sobre a profícua relação do cardeal Jacinto com os Cónegos Regrantes (e nomeadamente com os mosteiros de Santa Cruz e Refoios), através de Peculiar (que também o tem a favor do seu arcebispado, contra o de Toledo), ler: Ruy Pinto de Azevedo (*Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)*, Lisboa, José Fernandes Júnior, 1932, p. 32), Armando Alberto Martins ("Regrantes de Santa Cruz", op. cit., p. 267), António Matos Reis ("Mosteiro de Refoios - as suas origens" in AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p. 18), José Mattoso (*D. Afonso Henriques*, op. cit., p. 353), Saul António Gomes (op. cit., p. 178) e Hermenegildo Fernandes (*D. Sancho II, "Reis de Portugal"/IV*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 166-168). As relações privilegiadas dos Regrantes com os legados papais são aliás um padrão: além dos cardeais Jacinto e sabinense, também há a referir Guido de Vico, pelo menos entre 1135 e 1143, antes e depois de ser legado papal na Península (José Mattoso, *idem*, pp. 184-187; Miguel de Oliveira, op. cit., p. 86).

<sup>23</sup> Conflitos gerados logo por 1134, fortes desde a confirmação da isenção episcopal de Santa Cruz em 1154 (e apontando armas quer ao mosteiro, quer a Peculiar), com intervalo sob bispado do crúzio D. Miguel Salomão (1162-1176), e reacendidos depois, com mais força, por reação às benesses deste face aos crúzios (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., t. I, pp. 160-164, 267-271 e 309).

<sup>24</sup> Armando Alberto Martins, nos já citados *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, e "Regrantes de Santa Cruz...".

<sup>25</sup> A já citada *In limine conscriptionis – documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*.

<sup>26</sup> Sobretudo Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668, e Timóteo dos Mártires, *Princípio, fundação, união, reorganização e progresso dos mosteyros da Ordem Canónica de Congregação do Real Mosteyro de Sancta Cruz de Coimbra da cidade de Coimbra, Coimbra*, c. 1686.

em algum grau, e portanto remetem a história da Ordem, pelo menos no período medieval, para constituir uma continuidade de glória após uma fundação providencial<sup>27</sup> – o formato da avaliação do devir dos Regrantes portugueses fixa-se gradualmente num percurso de “ascensão e poder” para “conflitos e crise”, que irão ser equacionados com respetivamente os séculos XII e XIII. Fortunato de Almeida, antes de 1928, já assim o representa<sup>28</sup>, assim como Miguel de Oliveira em 1940<sup>29</sup>, embora em cronologia vaga; ainda em 1971 a encontramos em António Domingues de Sousa Costa, na sua entrada sobre os Cónegos Regrantes do *Dicionário de História de Portugal* de Joel Serrão, que fala de um período de poder undecentista e ducentista, e de decadência no final do Medieval<sup>30</sup>. Quatro anos mais tarde, uma outra entrada enciclopédica, desta vez por José Mattoso, já modula e precisa essa descrição, identificando um período de crescimento, e até de proeminência, até à morte de D. Teotónio, uma diminuição de ímpeto no século XIII, conduzindo a um declínio mais claro na centúria seguinte<sup>31</sup>; o mesmo autor, em 1982 nomeadamente<sup>32</sup>, continuará a sublinhar ainda assim que o século XIII possui tanto sinais positivos como negativos quanto à vitalidade da Ordem.

Os estudos seminais de Armando Alberto Martins e Saul António Gomes, na viragem para o século XXI, como já referi, vieram dar um enquadramento seguro e detalhado a esta primeira fase dos agostinhos regrantes, e refletem-se na *História Religiosa de Portugal*, de 2000-2002, nas secções dedicadas ao movimento canonical<sup>33</sup> e aos textos crúzios<sup>34</sup>, ou na edição conexas do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, em que as entradas sobre a Ordem são de Saul António Gomes<sup>35</sup>. Em epílogo, refira-se que o guia histórico sobre Ordens Religiosas, dirigido Bernardo Vasconcelos e Sousa, tão recentemente quanto 2005, parece regressar infelizmente ao modelo vago de “ascensão-criese-decadência”, distribuído pelos três primeiros séculos de existência dos Regrantes portugueses<sup>36</sup>.

**4.1.2 Corpus:** O elenco de Casas regrantes a considerar neste primeiro intervalo definido, é o mais numeroso da existência da Ordem e um dos mais extensos em presença territorial, indo do Minho ao

---

<sup>27</sup> “Da grande estimaçam que os nossos Reis de Portugal tiveram *sempre* ao Mosteiro de Santa Cruz”, segundo Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, Livro VII, cap. XIII, pp. 49-53 (sublinhado meu).

<sup>28</sup> *Op. cit.*, pp. 132-134 e 321-323.

<sup>29</sup> *Op. cit.*, pp. 105-106.

<sup>30</sup> “Cónegos Regrantes” in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 149-151

<sup>31</sup> “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 141-145.

<sup>32</sup> “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, separata das atas do *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. 5, Guimarães, s.e., 1982, pp. 288-293.

<sup>33</sup> Hermínia Vasconcelos Vilar, *op. cit.*, pp. 222-228.

<sup>34</sup> Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Crúzios» e o «guerreiro dos guerreiros»: a construção do leigo pelos textos crúzios e a sua recepção”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, *op. cit.*, vol. I, pp. 445-452.

<sup>35</sup> “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho” *idem*, vol. I, pp. 429-434; “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, *idem*, pp. 435-438.

<sup>36</sup> *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 174-175.

Tejo, da faixa litoral atlântica à Serra da Estrela e a Ribacôa<sup>37</sup>. Está manifestamente ausente do território transmontano e concentra-se claramente no Entre-Douro-e-Minho, o que será uma característica perene da implantação crúzia. Serão de considerar 37 cenóbios crúzios com razoável segurança (36 mosteiros e 1 colegiada, Santa Maria da Pena, em Leiria)<sup>38</sup>, e 15 casos de alegadas afiliações, que não é possível provar ou excluir de forma segura<sup>39</sup>. [fig.01]

Haverá adesões ao longo de todo este primeiro século de existência, mas no seu decurso, e em geral a partir da morte de D. Teotónio, já haverá Casas que se separam da Ordem: seguramente São Salvador de Tuias, em 1173, e Santa Maria de Tomaréis, que é doada por D. Afonso II a Alcobaça em 1217. Dos cenóbios atribuídos de forma incerta, São Bartolomeu e São Gens de Montelongo estará provavelmente secularizado antes do fim do século XII (talvez por 1176<sup>40</sup>), ou quando muito na primeira metade de Duzentos; a colegiada de Santarém por 1191; os mosteiros de Lafões e Seiça integram-se em Cister em 1163 e 1195, respetivamente; São Salvador da Várzea já é templo paroquial em 1224, e São Martinho de Cedofeita, estará secularizado no segundo quartel de Duzentos<sup>41</sup>. Assim, apesar de ascenderem à meia centena os cenóbios que podem ter seguido o modelo de Santa Cruz de Coimbra entre 1128 e 1229, esse número nunca terá sido atingido em simultâneo.

**4.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia:** No que toca à formação de uma ideia do papel dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho na arquitetura portuguesa entre os séculos XII e XIII, como distinto e identificável, a historiografia portuguesa é omissa até ao século XX.

Em boa verdade, o interesse por e a compreensão da existência do estilo Românico só se verificam internacionalmente no início do século XIX (surgindo o termo entre 1816 e 1819, na correspondência de Charles de Gerville), e em Portugal a partir de 1870 (com a publicação das *Relíquias da arquitectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, de Augusto Filipe Simões), sendo representados nacionalmente por análises pouco objetivas, antes das primeiras obras de

---

<sup>37</sup> A Sul, não existem cenóbios crúzios para além da linha do Tejo, como veremos que acontecerá mais tarde, mas a Leste, com a presença em Ciudad Rodrigo, verifica-se o maior avanço registável da Ordem (sendo aliás o único caso de presença em território atualmente não português).

<sup>38</sup> Embora cinco destes – Palmeira, Lordelo, Tuias, Seia e Arganil – sejam de filiação certa, mas localização incerta, como foi visto no capítulo anterior.

<sup>39</sup> De Norte para Sul, são: Santa Eulália de Rio Covo, São Salvador de Ribas, São Bartolomeu e São Gens de Montelongo, São Cristóvão de Rio Mau, Santo André de Telões, São Pedro de Ferreira, São Salvador de Tabuado, São Martinho de Cedofeita, São Torcato de Moimenta da Beira, São Salvador da Várzea, São Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Seiça, Santa Maria da Alcôvoa de Santarém, São Martinho de Sintra e Santa Cruz do Castelo de Lisboa.

<sup>40</sup> Ter-se-á convertido em colegiada entre 1159 e 1179: José Marques, “A extinção do mosteiro de S. Gens e S. Bartolomeu de Montelongo”, in COIMBRA, Artur Ferreira (org.), *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp. 32-34. Ainda assim, as referências documentais, em 1165 e mais claramente em 1176, à sua transformação em colegiada não excluem liminarmente que não pudesse sê-lo de forma regular e sendo crúzia; já a separação das mesas prioral e capitular na 1.ª metade do século XIII – antes de 1244 – é sinal claro da sua secularização (cf. Cláudia Ramos, “O Mosteiro e a Colegiada de S. Bartolomeu e S. Gens de Montelongo (1117-1250)”, in AAVV., *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época*, vol. 5, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 363-365).

<sup>41</sup> Sobre a participação de cenóbios no projeto crúzio, reporto-me ao exposto no capítulo III desta tese.

Manuel Monteiro (a começar por *São Pedro de Rates – com uma introdução acerca da Architectura Românica em Portugal*, publicado em 1908) e Joaquim de Vasconcellos (entre outras, *Arte Românica em Portugal*, publicado em 1918), e provavelmente só se consagrando cientificamente com António Ribeiro de Vasconcellos, na década de 1930 (a partir de *Sé-velha de Coimbra*, editado pela primeira vez em 1930). Verificam-se no entanto, até meados do século, duas tendências que prejudicam a perceção de um discurso arquitetónico crúzio românico: a da classificação da arquitetura do período em escolas regionais (logo não institucionais) e uma conceção nacionalista, em que o estilo espelha sobretudo uma alma imanente portuguesa, e portanto uma ruralidade vernacular (distanciando uma leitura de intencionalidade e elaboração)<sup>42</sup>.

É ainda assim na década de 1930, e por um discípulo de Ribeiro de Vasconcellos, António Nogueira Gonçalves, que emerge pela primeira vez, por reconstituição arqueológica, documental e intuitiva, uma visão do que fora o edifício românico de Santa Cruz, cuja dimensão e originalidade o destacam do registo de “Românico rural”, o equiparam em importância a edifícios catedralícios e o filiam em exemplos franceses. Nogueira Gonçalves, insistindo na excecionalidade da torre-nártex que deteta no mosteiro coimbrão, é o primeiro a integrar o edifício no contexto do Românico de Coimbra, ligando-o, como precedente daquela, à Sé Velha<sup>43</sup>, e também a estabelecer indícios da recorrência desse elemento arquitetónico, encontrando provas documentais da sua existência no mosteiro de Santo Estêvão de Vilela<sup>44</sup>. Em 1942, no primeiro volume da *História da Arte em Portugal*, dedicado ao Românico, de Aarão Soeiro de Lacerda, mantendo a dicotomia entre “grandes obras” e “Românico rural”<sup>45</sup>, o edifício de Santa Cruz, segundo a descrição de Nogueira Gonçalves, é referido e consagrado como precedente lógico da Sé de Coimbra, e, se não fala de Vilela, especula sobre a possibilidade de haver continuidades estilísticas e de autoria entre Santa Cruz e o desaparecido mosteiro românico de São Vicente de Fora. Seguindo ainda nos passos de Nogueira Gonçalves, mas indo mais longe, associa a originalidade crúzia a uma influência cisterciense<sup>46</sup>.

Um longo hiato se segue, na produção de historiografia de arte, em particular sob uma perspetiva de

---

<sup>42</sup> Cfr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 3, p. 7; Maria Leonor Botelho, “La découverte de l’art roman portugais - Etat actuel de la question”, in SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Medievalista – revista online do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL)*, n.º 5, (Dezembro de 2008), [em linha] disponível em <http://www2.fcsn.unl.pt/iem/medievalista/> [consultado em 16-07-2012].

<sup>43</sup> *A frontaria românica da Igreja de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1940, pp. 14-15. Mais recentemente, Paulo Pereira parece dubiamente sugerir antes uma influência no sentido contrário, listando Santa Cruz num conjunto de edifícios conimbricenses influenciados pela fachada da Sé, apesar de indicar a cronologia anterior do mosteiro (*Arte Portuguesa – história essencial*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, pp. 238-239).

<sup>44</sup> “A destruída igreja medieval do Mosteiro de Vilela (Pôrto)”, separata da *Lumen*, fasc. 5, Ano III, Maio de 1939, Lisboa.

<sup>45</sup> E em que, a haver intencionalidade institucional, mais do que escolas decorativas, ele reconhece praticamente apenas a influência de Cluny (*História da Arte em Portugal* – volume I, Porto, Portucalense Editora, 1942, p. 231)

<sup>46</sup> O que veremos ter sentido, embora não de forma linear, mas que também é, tipicamente, a atribuição duma raiz francesa para a nossa arquitetura românica, o que é quase obsessivo na historiografia da época (ver Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, *ibidem*).

conjunto, no que aos Cónegos Regrantes diz respeito. Em 1972, numa obra de divulgação, Flório de Vasconcelos não faz uma única referência à Ordem nas páginas que dedica ao Românico<sup>47</sup> e será preciso esperar mais dez anos para que Manuel Luís Real, apesar das contribuições que a sua tese de licenciatura, de 1974, faz<sup>48</sup>, chegue a uma síntese fundamental. Em “A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII”<sup>49</sup>, Manuel Luís Real aponta para uma nova metodologia interpretativa (baseada em opções espaciais que estabeleçam filiações institucionais, mais do que classificações decorativas em escolas regionais<sup>50</sup>) e para uma tipologia arquitectónica cruzia, que define como tendo um espírito de Reconquista, uma implantação extramuros e uma configuração baseada tanto numa estrutura de abobadamento de nave central contrafortada por abóbadas transversais como, principalmente, na existência de torres-nártex<sup>51</sup>. Estabelece ainda para essa prática arquitectónica cruzia uma variação sincrónica (entre mosteiros maiores e mosteiros mais “rurais”) e diacrónica (especulando sobre a variação no tempo da torre-nártex para o nártex de piso único)<sup>52</sup>. É portanto uma formulação muito completa, mesmo que inicial e conseqüentemente resumida, tal como ainda com lapsos de informação, nomeadamente no que toca a atribuições<sup>53</sup>.

A arripio desse contributo fortemente inovador, os textos principais sobre o Românico que se lhe seguiram até ao fim do século XX ignoram maioritariamente esse paradigma interpretativo: Carlos Alberto Ferreira de Almeida (em 1986<sup>54</sup>), e Jorge Rodrigues (num texto de 1995, mas também em 2009<sup>55</sup>), embora se afastem duma nomenclatura baseada em variações sobretudo de escultura arquitectónica, continuam a contextualizar o Românico em âmbitos regionais (e tipologias arquitectónicas não referenciadas às Ordens que as promovem<sup>56</sup>); também em 1995, Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva juntam-se em unísono às vozes anteriores e declaram difícil estabelecer qualquer tipologia, que não regional

---

<sup>47</sup> *História da Arte em Portugal*, “Biblioteca Básica Verbo”/n.º 65, Lisboa, Verbo, 1972, pp. 19-25.

<sup>48</sup> *A arte românica de Coimbra: novos dados – novas hipóteses*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1974. Nela, tanto aceita papel de D. Telo em definir projeto original de Santa Cruz (vol. I, pp. 144-145), como quer mais ver o seu aspeto defensivo como característica devida a circunstâncias históricas regionais e recorrentes, em Coimbra (vol. I, pp. 98-99); tanto fala do mosteiro de São Jorge como fortificado sem o relacionar aos agostinhos (vol. I, p. 100) como toma a sugestão de Aarão de Lacerda e apoia uma continuidade de configuração entre Santa Cruz e São Vicente de Fora, e complementa a reconstrução de António Nogueira Gonçalves para Santa Cruz a partir do mosteiro de Lisboa (vol. I, pp. 232-234 e 300).

<sup>49</sup> *Op. cit.*

<sup>50</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>51</sup> *Idem*, pp. 123-125.

<sup>52</sup> *Idem*, pp. 128-130. Para a análise, menciona as Casas de Santa Cruz, São Vicente, São Jorge, Leiria, Crasto, Vilela, Freixo, Mancelos e Vilarinho.

<sup>53</sup> Especulando, por exemplo, sobre se seriam cruzios os mosteiros confirmadamente beneditinos de Sanfins de Friestas e Serzedelo (*idem*, pp. 129-130).

<sup>54</sup> “O Românico”, *op. cit.*

<sup>55</sup> “A arquitectura românica”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995-1997, vol. I, pp. 183-263, e “O modo Românico”, in RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 2.

<sup>56</sup> Jorge Rodrigues só refere essa ligação para dizer precisamente que mosteiros rurais cruzios não se distinguem muito dos beneditinos (“A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 200).



e na órbita de edifícios locais de grande importância, nas igrejas românicas rurais, de uma só nave<sup>57</sup>.

Quanto a Manuel Luís Real, e uma vez mais em 1995, volta, a propósito de São Vicente de Fora, a apresentar a sua teoria de 1982, refinando-a e depurando-a, mas não a estendendo<sup>58</sup>.

Cabe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na *História da Arte em Portugal* de 2001<sup>59</sup>, embora mantendo grandemente a forma expositiva que usara em 1986, fazer uma crítica ao modelo regional<sup>60</sup>, e ao menos ressaltar significativamente que os Cónegos Regrantes constituíram uma Ordem de grande coesão, que é também arquitetónica, e que o é ainda mais consistentemente do que se pode observar no caso dos Beneditinos<sup>61</sup> (indo portanto um pouco mais longe que a dicotomia “simétrica” entre as Ordens, proposta por Manuel Luís Real).

Em 2011, Paulo Pereira enfim conjuga quer a leitura de Manuel Luís Real, quer a crítica à catalogação regional de Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>62</sup>.

É neste estado da questão, mais desenvolvido em visões abrangentes quanto à história institucional do que quanto à história arquitetónica dos Crúzios<sup>63</sup> – e com certamente ainda menos cruzamentos profícuos entre ambas<sup>64</sup> – que gostaria que tentássemos chegar a algumas conclusões.

Assim, ultrapassando a procura de uma *tipologia* arquitetónica – que ainda é a terminologia que utiliza Manuel Luís Real no seu artigo de 1982<sup>65</sup> – gostaria de seguir em direção a uma análise de discurso, e ao estabelecimento dos temas e atos de *fala* característicos dos Regrantes portugueses, dentro dum certo sistema linguístico (*língua*). E para tal, o estabelecimento do contexto, da situação e da *Weltanschauung* deste sujeito – as condições de produção do discurso<sup>66</sup>.

---

<sup>57</sup> *História da Arte Portuguesa: época medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 65.

<sup>58</sup> “O Convento Românico de S. Vicente de Fora”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 2, Março, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 14-23.

<sup>59</sup> *O Românico*, “História da Arte em Portugal”/1, Lisboa, editorial Presença, 2001.

<sup>60</sup> Retomando o que em boa justiça, já esboçara em 1971 (em “Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa”, in CRUZ, António Augusto Ferreira da, SOVERAL, Eduardo Silvério Abranches de (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 1.ª série, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1971, pp. 65-116).

<sup>61</sup> *O Românico*, *op. cit.*, pp. 62-63.

<sup>62</sup> *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 239-240 e 248-251.

<sup>63</sup> Embora não falem trabalhos setoriais e monográficos, acumulando dados, mesmo que dispersos, sobre edificações regrantes (ver capítulo III desta tese).

<sup>64</sup> Armando Alberto Martins e Saul António Gomes mal falam de arquitetura (e mesmo assim só da de Santa Cruz de Coimbra) e os historiadores de arte falam da instituição as mais das vezes para caracterizar culturalmente a época, mas, como vimos, disso não extraem linhas interpretativas para a arte e arquitetura (ver, por exemplo: Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *op. cit.*, pp. 54-68).

<sup>65</sup> Abordagem que, partindo dum esquema formal de configuração relativamente rígida (a tipologia como uma matriz ideal, a repetir - e portanto mais *modelo* que *tipo*), oferece dificuldades de aplicação a um universo multiforme e orgânico como é o dos cenóbios crúzios, e é menos englobante, ao contrário duma metodologia baseada na deteção de práticas linguísticas, de intertextualidades e de repertórios de significados; leia-se L. Íñiguez Rueda e Charles Antaki, “Análisis del discurso”, in ESTEVES, António, AZEVEDO, José (eds.), *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 139-143 (ver também capítulo II desta tese).

<sup>66</sup> Cfr. Laurence Bardin, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1991, pp. 214-215; L. Íñiguez Rueda e Charles Antaki, *op. cit.*, p. 134-135 e 144, e capítulo II desta tese.

## 4.2 | As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio

**4.2.1 O momento:** A alteração profunda que separa a Alta e Baixa Idade Média, entre os séculos IX e XI, realiza-se através da reforma gregoriana, como ponto de chegada de uma nova organização do mundo e como instituição dum sistema de relações sociais que caracterizará de forma estável a Europa até ao século XIII<sup>67</sup>. O estabelecimento dum sistema de feudalidade para a administração civil, redefinindo a estrutura social após a quebra do modelo centralizado carolíngio-otoniano, na centúria de 800<sup>68</sup>, e a sua pacificação, à volta do milénio, pela “Paz de Deus”<sup>69</sup>, iniciam uma mudança em direção à estabilidade e a uma ordem cristã sob arbitragem da Igreja, que prenuncia e marca o tom da nova época.

A abadia de Cluny é participante ativa desse processo da trégua ritual<sup>70</sup>. Fundada em 910, liberta desde o início dos direitos do seu fundador (e isenta do poder episcopal desde 998), e funcionando inovadoramente como uma Ordem, ao reformar e manter uma ligação de ascendência sobre outros mosteiros que sigam os seus preceitos, desde 932<sup>71</sup>, conduzirá, pelo seu estatuto autónomo, pela sua organização internacional hierarquizada e a sua abertura e ação política e social, numa perspetiva moralizadora, aos princípios basilares com que a reforma gregoriana moldará a Europa baixo-medieval: a *libertas Ecclesiae*, a estrutura eclesiástica regulada e centralizada, e a preponderância da Igreja sobre os Estados. De qualquer maneira, a reforma cluniacense precede, prepara e funde-se na reforma gregoriana, ao oferecer-lhe meios e agentes, mas não define a sua essência nem comporta todo o alcance daquela<sup>72</sup>. Do papado de Leão IX (1049-1054) ao de Inocêncio III (1198-1216), do decreto de eleição papal de 1059 (subtraindo-a das ingerências laicas e tornando-a interna, ao colocá-la nas mãos dos cardeais)<sup>73</sup>, ao concílio de Latrão IV de 1215 (nas suas medidas de reforma institucional e de definição doutrinária, mas também de reunião massiva – e ostensiva – das hierarquias episcopais e monásticas)<sup>74</sup>, a reforma

---

<sup>67</sup> Jacques Le Goff, por exemplo, subdivide neste intervalo “A tentativa de organização germânica (séculos VIII-X)”, de “A formação da Cristandade (séculos XI-XIII)” e “A crise da Cristandade (séculos XIV-XV)”, em *A civilização do ocidente medieval* (Lisboa, Estampa, 1983, vol. 1, pp. 7-8); August Franzen divide a história eclesiástica em épocas de 700-1050, de 1050 a 1300, e de 1300 a 1500, com conteúdos paralelos (*op. cit.*, pp. 125-128); para uma visão geral das características medievais na visão da história da Igreja, ler *idem*, pp. 128-130.

<sup>68</sup> Cfr. Georges Duby, *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 149-152, 174-178; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 73-79); as palavras “vassalo” e “feudo” começam a aparecer na documentação no primeiro quartel do século XI (Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 125-126).

<sup>69</sup> Entre 989 e meados do XI (Georges Duby, *As três ordens...*, *op. cit.*, pp. 158-163, e *L’an mil*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 168-173).

<sup>70</sup> Cfr. Alix Sallé (dir.), *The abbey of Cluny*, Paris, Centre des Monuments Nationaux e Monuments, éditions du patrimoine, 2001, pp. 4 e 6; Ricardo da Costa, “Cluny, Jerusalém celeste encarnada (séculos X-XII)”, separata de *Medioevalia - textos e estudos*, vol. 21, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 120-123.

<sup>71</sup> Cfr. Claire Lesegretain, *Les grands ordres religieux - Hier et aujourd’hui*, Paris, éditions Fayard, 1995, pp. 35-36.

<sup>72</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 193-195.

<sup>73</sup> August Franzen, *idem*, pp. 196-198.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 237; Maria de Lurdes Rosa, “Sagrado, devoções, religiosidade”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2011, vol. I, p. 377.

gregoriana será uma *revolução*<sup>75</sup> e atingirá a cristalização de um modelo sociopolítico estável<sup>76</sup>, que reinterpreta a “teoria das duas espadas” carolíngia – de paridade entre *imperium* e *sacerdotium*<sup>77</sup>, a que Cristo outorgara respetivamente a o poder temporal ao imperador e o espiritual ao papa – defendendo que só a Igreja recebeu de Deus as espadas espiritual e temporal, e que é ela quem concede esta última aos soberanos para combater em seu nome. Se o Mundo é o *populus christianus*, o papa, como *caput christianitatis*, é também o *arbiter mundi*<sup>78</sup>. Colocado à cabeça das árvores de vassalagem eclesiástica e laica do mundo medieval<sup>79</sup>, que vai do povo (os fiéis) aos senhores (ou clero), destes aos soberanos (ou bispos), mas o tem como topo<sup>80</sup>, o papa é o coordenador e integrador de um sistema unitário, regulado e em rede, guiado pela moral cristã e destinado à construção do Reino de Deus na terra, até pelos movimentos coletivos que, pelo menos simbolicamente, juntam todos os estratos sociais e toda a extensão da cristandade, como as peregrinações (das grandes – Roma, Jerusalém, Santiago – à miríade de centros menores que orbitam as maiores ou se articulam nos seus caminhos, formando uma outra rede hierarquizada)<sup>81</sup> e as cruzadas e outras formas de guerra santa<sup>82</sup> (quer válvula de escape, quer contraposição da “Paz de Deus”<sup>83</sup>).

A codificação dessa orgânica, no edifício do direito canónico, ligada à criação de um clero moralizado

---

<sup>75</sup> Como lhe chama Armando Alberto Martins, segundo Robert Moore (em “A história medieval...”, *op. cit.*, p. 40).

<sup>76</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 77; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*; Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *Histoire de l'architecture française du Moyen Âge à la Renaissance (IV<sup>e</sup> siècle – début XVI<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Éditions Mengès e Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, 1995, p. 183.

<sup>77</sup> Quando não da sujeição do papado ao império, como acontecerá no período otomaniano (Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 79-80; August Franzen, *op. cit.*, pp. 186-191); a “teoria das duas espadas”, baseada em precedentes bíblicos (João, XVIII, 11; Lucas, XXII, 38; Mateus, XXVI, 52) e tendo origem na definição da Igreja face ao Império Romano, é enunciada primeiramente pelo papa S. Gelásio I, no fim do século V (August Franzen, *op. cit.*, pp. 99-100 e 121).

<sup>78</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 201-202 e 233-234; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, p. 131.

<sup>79</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, p. 128.

<sup>80</sup> A “árvore eclesiástica” e a “árvore feudal” encontram-se no papa, e são análogas – a estratificação “feudo, reino, cristandade” é equivalente à de “paróquia-diocese-Igreja”, e ambas têm base em circunscrições territoriais; é desta época, aliás, a evolução da paróquia para uma área “administrativa” a que estão subordinados os fiéis que nela habitam, e os Crúzios têm entre nós um papel inovador no processo. São também hierarquias sobrepostas, sendo as mitras e mosteiros simultaneamente senhores feudais. Leia-se: José Mattoso, Portugal Medieval, *op. cit.*, p. 44, e “Identificação de um país – oposição” in *Obras completas de José Mattoso*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 336; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1978, vol. I, pp. 43 e 178; *O Românico*, *op. cit.*, pp. 61-62, e Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 100.

<sup>81</sup> O renascimento das antigas cidades e a colonização territorial com novas fundações urbanas inicia-se a partir do século XI (Lewis Mumford, *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Londres, Secker & Warburg, 1961, pp. 254-255 e 259-260), formando-se um território estruturado como uma teia ligando pontos nodais, percorrida pelos movimentos que a administração, o comércio e a peregrinação geram (Christian Norberg-Schulz, *Arquitetura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, pp. 151 e 153). Um fenómeno particularizado dessa preponderância do movimento, também com origem nesta época, é a procissão, figurando sempre as hierarquias sociais, e, por conseguinte, igualmente ilustrando uma ordem que divide os homens por classes escalonadas, caminhando atrás de Cristo (Georges Duby, *As três ordens...*, *op. cit.*, p. 87).

<sup>82</sup> Compreendendo nelas a expansão da cristandade católica no Norte e Leste europeu e a Reconquista ibérica (ler Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 92-96).

<sup>83</sup> Georges Duby, *idem*, pp. 179-181.

e atuante, cabe à tantas vezes minorizada reforma canónica<sup>84</sup>, corolário afinal da reforma gregoriana, assim como a reforma monástica fora um dos seus axiomas.

Se a questão das investiduras parece identificar, por sinédoque, o estabelecimento dessa reforma gregoriana complexa e da nova ordem europeia dos séculos XI a XIII, e nela se lembra sempre, como atores que passaram a identificá-la, Gregório VII (que, ao elaborar-lhe um programa de intenções – o *Dictatus Papae* de 1075 – e triunfar sobre o imperador Henrique IV, em 1077, deu nome ao movimento) e Hugo de Semur (um dos mais importantes abades de Cluny e portanto da sua reforma, e mediador entre o imperador e o pontífice)<sup>85</sup>, é comum esquecer-se Ivo de Chartres, o canonista que legitimou a contenda e que é protagonista (igualmente entre muitos) da renovação canónica secular e regular<sup>86</sup>.

A partir do século XI, e também como substituição do modo carolíngio, através da moralização e do regresso à Igreja primitiva, o relativamente tolerante *institutio aquisgranensis*<sup>87</sup>, regra em uso para os capítulos catedralícios e colegiais, é contestado, e revisto para conter disposições impondo a vida e a propriedade em comum e reforçando a moderação dos costumes, inspiradas na vida dos apóstolos<sup>88</sup>. Juntando textos bíblicos e patrísticos, esta regra renovada é cada vez mais associada a Santo Agostinho, quer pela sua ascendência quase absoluta na teologia pré-escolástica<sup>89</sup> quer pela sua identificação com a defesa da *vita apostolica* para o seu cabido episcopal, ou mesmo a instituição de uma forma

---

<sup>84</sup> Aliás, durante longo tempo praticamente esquecida, até à sua recuperação por Albert Carrier-Belleuse e Charles Dereine – ler Miguel Calleja Puerta, “Los canónigos regulares en los reinos de León y Castilla”, in GARCÍA DE CORTAZÁR, José Angel, TEJA CASUSO, Ramón (cord.), *Entre el claustro y el mundo. Canónigos regulares y monjes premonstratenses en la Edad Media*, Aguilar de Campo, Fundación Santa María La Real – Centro de Estudios del Románico, 2009, p. 39; J. Avril, “Conclusion”, in AAVV., *Le monde des chanoines...*, op. cit., pp. 363-364. Convém notar que apesar de o século XII ser representado como o século de Cister, também o é dos cônegos regrantes, que suplantam em certas zonas os cistercienses em número de comunidades (na Catalunha e Aragão, na diocese de Reims e em muitas das alemãs, ou na Terra Santa) e terão influência determinante em muitos aspetos da orgânica e espiritualidade mendicantes (Charles Dereine, “Chanoines...”, op. cit., cols. 402-404).

<sup>85</sup> August Franzen, op. cit., pp. 198-199; Jacques Le Goff, op. cit., vol. 1, p. 132.

<sup>86</sup> Charles Dereine, op. cit., col. 377.

<sup>87</sup> A chamada Regra de Aix, resumo da tradição evangélica e monástica de vida comum, denominada de Santo Agostinho (como grande promotor da *vita apostolica*), mas coligindo textos bíblicos, patrísticos e conciliares vários; definida por Crodegango, bispo de Metz, em 755 (Charles Dereine, *idem*, cols. 364-365; Wolfgang Braulfels, *Arquitectura monacal en Occidente*, Barcelona, Barral, 1974, p. 32; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. II, p. 23), foi aprovada no concílio de Aix-la-Chapelle, em 816, para aplicação em todos os capítulos episcopais. Do mesmo concílio é também a adoção da regra beneditina (Claire Lesegretain, op. cit., p. 35; Wolfgang Braulfels, op. cit., pp. 39-40; Michel Bouttier, *Monastères: des pierres pour la prière*, Paris, Rempart, 1984, pp. 19-21), no modelo que ainda será o de Cluny (Charles Dereine, *idem*, col. 375).

<sup>88</sup> Essa renovação é conduzida por Nicolau II, nas prescrições da encíclica *Vigilantia Universalis*, refletindo as determinações do Sinodo de Latrão, ambos de 1059, seguidos da revisão da própria Regra de Aix; ler Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. II, pp. 24-25; Miguel Calleja Puerta, op. cit., p. 41; Quintin Aldea Vaquero, “canonigos regulares”, in ALDEA VAQUERO, Quintin, MARIN MARTINEZ, Tomas, VIVES GATTEL, José (dir.), *Diccionario de Historia Eclesiastica de España*, Madrid, Instituto Enrique Florez – Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1972, vol. I, pp. 334-335.

<sup>89</sup> Ler Jean Pépin, “Teologia e filosofia na Idade Média”, in CHÂTELET, François (org.), *A Filosofia Medieval - do séc. I ao séc. XV*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, pp. 85-95, e Victorino Capanaga, “Introdução”, in *Obras de San Agustín*, 4.ª ed., Madrid, editorial Católica, vol. 1, *passim*.

cenobítica entre clérigos<sup>90</sup>. Textos do santo hiponense – ou a ele então atribuídos<sup>91</sup> – integrarão os novos códigos gregorianizados, quer na sua versão mais comedida, o *ordo antiquus*<sup>92</sup>, quer na sua versão mais radical, o *ordo novus*, que surgirá mais tarde<sup>93</sup>, e que serão igualmente chamados de “Regra de Santo Agostinho”. De qualquer maneira, esta nova regularização clerical será aplicada quer na reforma dos cabidos episcopais<sup>94</sup>, quer em movimentos canonicais regrantes, gerados por secessão desses cabidos no desejo de uma vida mais perfeita<sup>95</sup>, ou autonomamente criados, como é o caso dos Cartuxos<sup>96</sup>. Por último, cumprindo plenamente o desafio de Gregório VII para a conquista, e não a fuga, do Mundo<sup>97</sup>, a associação destes cônegos regulares à missão ativa de *cura animarum*, e portanto de contacto com as pessoas, assistencialmente ou no serviço paroquial, e também no ensino<sup>98</sup>, consagra-os como a realização do ideário reformista post-undecentista.

---

<sup>90</sup> Charles Dereine, *op. cit.*, col. 357; Wolfgang Braunfels, *op. cit.*, pp. 31-32.

<sup>91</sup> Circulavam na Idade Média pelo menos nove textos normativos da vida cenobítica atribuídos a Santo Agostinho, de que, pela revisão crítica de L. Verheijen, se concluiu que apenas um é seguramente autêntico (o *Praeceptum*, de c. 397, escrito para o seu cabido canonical em Hipona); estas nove variações representavam, à época, interpretações de três textos base que se dizia que Agostinho teria escrito: a *Regula Prima* (uma regra feminina, integrando também as suas Cartas 211 e 243, mas que é genericamente um texto visigótico do século VIII); o *Ordo Monasterii* (uma regra monástica masculina, de prescrições mais severas, talvez escrita pelo seu companheiro Alípio, mas certamente não sua), e a *Regula Tertia*, baseada no *Praeceptum*. Sobre a Regra de Santo Agostinho, ler Tarsicius J. Van Bavel, *The rule of Saint Augustine*, Londres, Darton, Longman & Todd, 1996, pp. 3-4; Charles Dereine, *op. cit.*, cols. 357 e 387-389; Miguel Calleja Puerta, *op. cit.*, p. 42; Geraldo J. A. Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia – história e arte”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, pp. 25-26. António Maria Mendes Melo, organizador da publicação anterior, também aborda a questão da história do texto da Regra e até com grande detalhe, mas diverge da concordância dos autores anteriores, alguns referenciais – aliás, da mesma forma como apresenta uma lista de mosteiros crúzios algo fantasiosa – em “O mosteiro de St.º Estevão de Vilela em Paredes e os cônegos regrantes de St.º Agostinho”, in MACHADO, Paulo Sá, MARQUES, José Augusto Maia (cord.), *Maia, história regional e local – actas do congresso*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol. II, pp. 135-138.

<sup>92</sup> Interpretação da Regra mais tolerante, grandemente baseada na Regra de Aix com correções de proscricção da propriedade privada, que surge c. 1067; em São Rufo de Avinhão – cujo costumeiro e comentário à Regra agustiniana Santa Cruz adotou. Na sua redação permanecem as coletâneas de fontes para além de Agostinho, e dele (ou como sendo dele) se usam maioritariamente o *Praeceptum*, partes do texto pseudo-agustiniano da *Regula Prima*, e pequenos fragmentos do texto mais severo do *Ordo Monasterii*; assim, estabelece-se uma versão intermédia entre a Regra de Aix e as opções mais radicais, e mantém-se uma continuidade possível com a Alta Idade Média; ler Charles Dereine, *op. cit.*, cols. 387-388; e “Saint-Ruf et ses coutumes du XI<sup>ème</sup> et XII<sup>ème</sup> siècles”, in SCHMITZ, Philibert (dir.), *Revue Bénédictine de critique, d'histoire et de littérature religieuses*, vol. 59, n.º 1-4, Maredret, Abbaye Saint-Benoît de Maredsous, 1949, p. 176; Yannic Veyrenche, “Saint-Ruf et la naissance des chanoines réguliers – comment l'abbaye de Saint-Ruf a-t-elle étendu son influence à partir d'Avignon?”, in AAVV., *L'Abbaye de Saint-Ruf, d'Avignon à Valence*, Valence, Service Ville d'Art et d'Histoire de Valence (agglo Sud Rhône – Alpes) e Musée des Beaux-Arts et d'Archéologie de Valence, 2010, p. 29. O *Ordo Antiquus* será a Regra de instituições que procuram uma norma não muito restritiva (Miguel Calleja Puerta, *op. cit.*, p. 44).

<sup>93</sup> O *Ordo Novus* é fruto dum movimento de “fundamentalismo” agostiniano, que quer Agostinho como fonte única da Regra (Charles Dereine, “Saint Ruf...”, *op. cit.*, p. 182) e é uma norma mais extrema, recolhendo favor de Premonstratenses e outros ordens com filosofias austeras (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 277); existe nela uma radicalização de costumes paralela à que vemos em Cister, mas Norberto de Xanten, criador dos Premonstratenses não é diretamente inspirado por Cister, como por vezes se assume (Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, cols. 389-390). Sobre Cister e as Ordens Militares como «verdadeiramente gregorianos», e as suas relações com a reforma canonical, ler Charles Dereine, *op. cit.*, cols. 375-376, e Georges Duby, *São Bernardo e a arte cisterciense*, Porto, ASA, 1997, pp. 167-168.

<sup>94</sup> Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, col. 379; Jean Becquet, “L'évolution des chapitres cathédraux: régularisations et sécularisations”, in AAVV., *Le monde des chanoines...*, *op. cit.*, pp. 19-26.

<sup>95</sup> Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, col. 383.

<sup>96</sup> Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 40-41.

<sup>97</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.º Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. II, p. 19.

<sup>98</sup> Sobre a *cura animarum* e o movimento canonical ler Charles Dereine (“Chanoines...”, *op. cit.*, cols. 376 e 391-393); sobre a relação entre os cônegos e o ensino, ler Jacques Verger (“Les chanoines et les universités”, in AAVV., *Le monde des chanoines...*, *op. cit.*, pp. 257-283).

Nesse momento, esse aspeto da ordem sociopolítica é também uma ordem espacial<sup>99</sup>. No tratado anónimo, *Libellus de diversis ordinibus et professionibus qui sunt in aecclesia* (provavelmente escrito em Liège, c. 1130), o autor, atribuindo-lhes precedentes bíblicos que os legitima na tradição, toma os grupos eclesiásticos e atribui-lhes um *locus* identificador da sua missão, cuja complementaridade compõe a integridade e universalidade da Igreja: os *canonicus saeculares* cujo domínio é a cidade, os *monachus* que vivem no campo, e os *canonicus regulares*, que estão às portas da cidade<sup>100</sup>.

Vejamos, finalmente, estas sistematizações à luz duma certa mentalidade cultural que é a da primeira parte da Idade Média e cujas coordenadas mais abrangentes, e interligadas, são o platonismo e Santo Agostinho (e a sua cristianização do platonismo). Da Teoria das Ideias platónica, de entidades perfeitas de que as coisas *participam* como imagem, ao mundo como *teofania* de Agostinho<sup>101</sup>, o *símbolo* é uma das matrizes medievais de olhar para a realidade, onde todos os objetos figuram, reenviam para outras realidades, superiores<sup>102</sup>. Uma segunda é a *ordem*, como organização justa e boa do Universo – que encontramos na cidade d'*A República*, de Platão, e reencontramos na *Cidade de Deus*<sup>103</sup>. Entre ambas as noções se percebe a pansemia que caracteriza a filosofia desta época, onde tudo, dos elementos às estruturas, reflete os designios da Criação, que é Verbo, e portanto estabelece o Mundo como linguagem<sup>104</sup>. Continuidade natural dessa conceção – da mesma forma que a consciência da ordem ideal deve levar ao esforço por a realizar na Terra<sup>105</sup> – é o pendor de comunicação, catequético, de que

---

<sup>99</sup> Como o são as circunscrições territoriais laicas e religiosas, como vimos, e as redes de locais santos e as deslocções que promovem (não esqueçamos a surpreendente mobilidade medieval: Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 172-176; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, pp. 57 e 63-64).

<sup>100</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. II, pp. 579-580; José Mattoso, *D. Afonso Henriques, op. cit.*, p. 120; Herminia Vasconcelos Vilar, *op. cit.*, p. 222. Ainda no século XVII, um cronista cruzio, Leonardo de São José, continua a defender a presença junto das cidades como traço distintivo dos cônegos regrantes (*Roseto agustiniano, plantado no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica*, Lisboa, Domingos Carneiro, 1671, pp. 68-69).

<sup>101</sup> Literalmente *Theos phanein*, “revelação de Deus”: a criação espelha o Criador (Victorino Capanaga, *op. cit.*, pp. 60-63); Hugo de São Vítor, cônego regrante da escola de São Rufo, diz que o mundo é “*quasi quidam liber est scriptus digito Dei*”, no “*De tribus diebus*”, de c. 1123 (Umberto Eco, *Arte e Beleza na estética medieval*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 2000, p. 78).

<sup>102</sup> Umberto Eco, *idem*, pp. 68-81; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 2, p. 93.

<sup>103</sup> Cfr. entrada “Ordem”, in José Ferrater Mora, *Dicionário de filosofia*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1989, p. 230, e Georges Duby, *As três ordens...*, *op. cit.*, pp. 93-94. A interpretação do *Timeu* de Platão (segundo Agostinho e Boécio) é base de visão estético-matemática da ordem do cosmos, nomeadamente na escola de Chartres, no século XII (Umberto Eco, *idem*, p. 48).

<sup>104</sup> Sobre a visão pansemiótica medieval e a crença do espelhamento do macrocosmos no microcosmos, ler Umberto Eco, *idem*, pp. 50 e 75. Até à *querela dos universais*, a teoria da linguagem defendia também que os nomes *provinham* das coisas, que havia um acordo entre *res* e *verba*, e disso sendo um dos maiores exemplos o platonismo gramático das *Etymologiae* de Santo Isidoro (R. H. Robins, *A short history of linguistics*, 4.ª ed., Londres, Longman, 1997, pp. 272-275; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 2, p. 94); aliás, a formação-base medieval, o *Trivium*, era composta de estudos linguísticos – gramática, retórica e dialética (António Augusto Ferreira da Cruz, “Textos medievais...”, *op. cit.*, pp. 182-183).

<sup>105</sup> Santo Agostinho, no *Civitate Dei*, XXII, 30 (*Obras de San Agustín*, 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, Madrid, editorial Católica, 1969-1988, vol. XVII, pp. 955-958), divide a história do mundo em 7 idades, tendo a última tido início com a queda do Império Romano e dirigindo-se para a vinda do Reino de Deus; cumulativamente, a leitura medieval da *Civitate* é guiada pela interpretação de Paulo Orósio, que defende uma visão progressista da história, e que portanto, no decurso desse último tempo, uma sociedade integralmente cristã viria a ser uma realidade; no século XII essa leitura tem muitos cultores, como Otão de Freising. Ler Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, pp. 206-207; John A. Maxfield, “Divine Providence, History and Progress in Augustine’s *City of God*”, in SCAER, David P. (ed.), *Concordia Theological Quarterly*, vol. 66, n.º 3, Outubro, Concordia Theological Seminary, Fort Wayne, 2002, pp. 353 e 360.

a reforma gregoriana se reveste e inspira, tanto na criação dum discurso forte, pela uniformização da eucaristia ao rito romano (reflexo litúrgico de outras tantas uniformizações, como vimos), como pela facilitação e multiplicação da comunicação com os fiéis, através da integração gradual no ofício divino das línguas vulgares, no sermão<sup>106</sup>, pelo lado dramatúrgico do ritual gregoriano<sup>107</sup>, pelo recurso à ilustração iconográfica e ao simbolismo espacial, geométrico e numérico na arte Românica, como “Bíblia dos iletrados”<sup>108</sup>.

Se retivermos portanto as qualidades gerais, *gramaticais*, do momento sobre o qual nos debruçamos, encontraríamos a *comunidade*, como sistema de entidades funcionais complementares, estruturada em *rede* e em *hierarquia*, dotado de ação – quer *movimento* quer *comunicação*.

Essa comunidade é a cristandade, laica ou clerical, mas sempre enquadrada pela igreja e liderada pelo papa, e trabalha na concretização do Reino de Deus.

**4.2.2 O meio:** A Península Ibérica, entre os séculos XI e XIII, é quase um microcosmo deste momento histórico europeu. Local de expansão da cristandade, da criação literal de novos reinos de Deus, e da guerra santa da Reconquista, à imagem (e semelhança – dos privilégios canónicos à ação das Ordens Militares) das cruzadas<sup>109</sup>, e como elas absorvendo os filhos segundos ou bastardos da nobreza europeia, nomeadamente franca<sup>110</sup>.

Emulando *ex novo* o mundo que se edificara além-Pirenéus, cria-se uma estrutura de senhorialidade e transplanta-se o modelo eclesial gregoriano, na reforma monástica como na estruturação episcopal, à medida que se restauram (ou instauram) as antigas dioceses visigóticas e se repõe a sua estrutura

---

<sup>106</sup> Processo em que São Rufo tem um papel importante (ler Yannick Veyrenche, “Saint-Ruf et la naissance...”, *op. cit.*, p. 31).

<sup>107</sup> Dentre o culto do esplendor litúrgico no período gregoriano, lembre-se a ligação da eucaristia à música, nomeadamente através do canto, e que pode ter relações com o uso do abobadamento no Românico – Manuel Pedro Ferreira, “Antes de 1500: mil anos de música em Portugal”, in COSTA, Jorge Alexandre (cord.), *Olhares sobre a história da música em Portugal*, Vila do Conde, Verso da História, 2015, pp. 26-27; Marshall Long, *Architectural acoustics*, Burlington, Elsevier Academic Press, 2006, pp. 10-11. O apreço pela música, que Santo Agostinho partilha e apoia, embora com cautelas, e que no século XII, entre os Cónegos Regrantes, se desenvolvia em São Vítor de Paris (Francisco Faria, “O canto em Santa Cruz de Coimbra”, in AAV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, pp. 210-212), existia também em Santa Cruz, talvez recebido de São Rufo de Avinhão (ou mesmo do Sudoeste de França – ver nota 223 deste capítulo), e comprova-se tanto pelos manuscritos que conservou, como pelo facto que D. Teotónio, o primeiro prior, ser exímio cantor; ler Solange Corbin, *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*, Paris, Les Belles Lettres, 1952, pp. 198-203; Manuel Pedro Ferreira, *op. cit.*, p. 30.

<sup>108</sup> S. Gregório I, o Grande, papa de 590 a 604, é o grande defensor da imagem como pedagógica (*apud* Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 201); é ao mesmo pontífice, regulador e uniformizador da Igreja, a quem é atribuído o desenvolvimento do canto gregoriano (August Franzen, *op. cit.*, pp. 107-108), embora a sua difusão só ocorra com a implementação do rito romano, entre os séculos VIII e XI (Manuel Pedro Ferreira, *op. cit.*, p. 26). Sobre a iconologia na arquitetura românica, ler Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 75-76 e 154-55; sobre simbolismos matemáticos na arquitetura, Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 2, pp. 96-97, e Michel Bouttier, *op. cit.*, pp. 16-18.

<sup>109</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 79-81, e Solange Corbin, *op. cit.*, pp. 120-124; também José Mattoso, em *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 312-313, e *Ricos-Homens. Infâncias e Cavaleiros: a Nobreza Medieval Portuguesa nos sécs. XI e XII*, 2.ª ed., Lisboa, Guimaraes editora, 1985, pp. 202-206.

<sup>110</sup> José Mattoso, “O Monaquismo ibérico e Cluny” in *Obras completas de José Mattoso*, vol. 12, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, p. 79; *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 28-29.

administrativa<sup>111</sup>. Cluny, afinal devedora da sua prosperidade à Hispânia<sup>112</sup>, está fortemente ativa: na promoção da peregrinação (e da basílica) compostelana; na divulgação da regra de São Bento renovada, do seu monaquismo uniformizado e do rito romano; no fornecimento de prelados e clérigos cultos e imbuídos do novo espírito gregoriano<sup>113</sup>. É no entanto seguida por movimentos augustinianos e canonicais, desde logo pelas Ordens Militares, ao longo do século XII<sup>114</sup>, mas também – e ainda antes – pela forte presença, desde o final do século XI, da Ordem de São Rufo de Avinhão, estabelecendo priorados e regularizando cabidos catedralícios ibéricos, além de receber filiações espirituais de cenóbios autónomos<sup>115</sup>.

O processo da formação de Portugal é parte e reflexo, por sua vez, desses contextos. Henrique da Borgonha (1066-1112), filho mais novo e homónimo do herdeiro do ducado da Borgonha – e, além de neto do duque Roberto I, sobrinho-neto do grande abade cluniacense Hugo de Semur – assiste Afonso VI de Leão e Castela (casado com uma tia sua e próximo do seu tio-avô) a afastar os muçulmanos do Noroeste peninsular, e recebe em casamento a filha do rei, Teresa, em 1093, e o condado de Portucale como feudo, em 1095<sup>116</sup>. Sob o seu domínio vemos Cluny a instalar-se formalmente no território (em São Pedro de Rates, tornado priorado dependente da abadia de La Charité-sur-Loire em 1100, por doação do conde<sup>117</sup>), para além de exercer a sua missão na reforma beneditina do monaquismo português<sup>118</sup>. Cluniacenses serão também os bispos das sucessivamente repostas sedes diocesanas: Braga, que fora

---

<sup>111</sup> Ou se impõe, uma vez que, no seu formato, essa estrutura é nova – veja-se nomeadamente o processo de paroquialização undecentista e ducentista, que acompanha a restauração episcopal (ver nota 76 deste capítulo)

<sup>112</sup> A base da riqueza cluniacense vem do generoso censo anual de Fernando I de Leão, depois ainda duplicado por Afonso VI de Leão e Castela: ler Alix Sallé (dir.), *The abbey of Cluny, op. cit.*, p. 17; Herminia Vasconcelos Vilar, “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000-2002, vol. I, p. 209.

<sup>113</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 82-83.

<sup>114</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 145-149; Miguel de Oliveira, *idem*, pp. 109-110.

<sup>115</sup> Sobre a expansão ibérica de São Rufo, ler Albert Ernest Carrier-Belleuse, *Liste des abbayes, chapitres, prieurés, églises de l'Ordre de Saint-Ruf (Institut de Chanoines Réguliers de Saint Augustin) de Valence en Dauphiné, Romans, Imprimeries Valentines et Jeanne-d'Arc Reunies, 1933, passim*; Yvette Lebrigand, “Origines et première diffusion de l'Ordre de Saint-Ruf”, in AAVV., *Le monde des chanoines...*, *op. cit.*, pp. 170-171; Pedro R. Rocha, “Le rayonnement de l'Ordre de Saint-Ruf dans la Péninsule Ibérique, d'après sa liturgie”, in: AAVV., *Le monde des chanoines...*, *op. cit.*, pp. 193 e seguintes; Yannick Veyrenche, “Saint-Ruf et la naissance...”, *op. cit.*, p. 29; Quintin Aldea Vaquero, *op. cit.*, p. 335.

Existiu também uma certa divisão de áreas de influência – Cluny era mais forte em Leão, Castela e na Galiza, São Rufo em Aragão e na Catalunha – mas o prestígio de Cluny, a visibilidade de Santiago e dos seus caminhos, e a posterior predominância de uma perspectiva castelhana na historiografia espanhola podem talvez ajudar a explicar diferença de visibilidade entre as duas Ordens na Península Ibérica. São Rufo tinha além disso uma estrutura menos centralizada que Cluny ou Cister, o que mais facilmente levou à dissolução da sua autoridade (e, logo, da sua memória); isso e a fraca fortuna na historiografia do movimento canonical em geral, justificam que seja uma realidade pouco conhecida (ver nota 84 deste capítulo). Essa subdivisão de zonas de predominância coincide maioritariamente também com a que existia entre São Rufo e os Premonstratenses (exceção feita à Galiza, onde apesar de tudo existiu maior presença rufiniana). Em Portugal, é possível que os cabidos do Porto e Coimbra tenham seguido regularização rufiniana, no terceiro quartel do século XI (Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 80, e em “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 429).

<sup>116</sup> José Mattoso, *D. Afonso Henriques, op. cit.*, pp. 28-29.

<sup>117</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 103; Herminia Vasconcelos Vilar, “A procura da perfeição...”, *op. cit.*, p. 210.

<sup>118</sup> No seguimento dos concílios de Coyanza, de 1055, que apoia a difusão da regra beneditina (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, p. 77; José Mattoso, “*O Monaquismo ibérico...*”, *op. cit.*, pp. 88-91) e de Burgos, em 1080, que imporá o rito romano (José Mattoso, *idem*, p. 58).



restaurada em 1070, recebe Geraldo de Moissac em 1096, e Coimbra, restaurada em 1080, vê Maurício Burdino de Limoges eleito em 1099<sup>119</sup>. Estas ações são parte simultaneamente dos rudimentos duma política de autonomia (em conjunto com a criação de um sistema de vassalagem, com as famílias locais e a fixação de outros cavaleiros francos<sup>120</sup>), estabelecendo alianças internacionais poderosas<sup>121</sup>, instituindo a “nova ordem” gregoriana (parte da nova ordem condal)<sup>122</sup>, e, entre clero secular e regular, erigindo um corpo livre de influências externas próximas, e útil ao prestígio cristão dos senhores feudais e à administração do território<sup>123</sup>.

D. Afonso Henriques, conde *de jure* desde a morte do pai, em 1112, mas *de facto* apenas em 1128, ao atingir a maioridade e após afastar a mãe, em São Mamede, prossegue e amplia a política de autonomia do pai (e da mãe), e passa o Rubicão de se autoproclamar rei, em 1139, de modo perfeitamente consentâneo com o espírito da época. Fá-lo subindo hierarquicamente na árvore feudal europeia, propondo-se vassalo direto do papa<sup>124</sup> e não mais do rei Afonso VII de Leão e Castela<sup>125</sup>. Fá-lo também tornando-se cabeça dos ramos senhoriais portucalenses, fazendo depender os seus poderes do seu e refreando o domínio das velhas cepas condais, cuja influência contém mantendo-os a Norte do Douro<sup>126</sup>, e associando-se a uma subclasse nova, os cavaleiros-vilões, que o seguiam na guerra e mais dificilmente questionavam a sua ascendência<sup>127</sup>. Por outro lado, na paralela árvore eclesial, Afonso pugna por uma Igreja nacional submetida a Braga, e pelos direitos metropolitanos do arcebispado, que assim igualmente

---

<sup>119</sup> D. Maurício viria, aliás, do mosteiro limosino de Saint-Martial, de que falaremos adiante, segundo José Mattoso, “Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)”, separata de AAVV., *Les Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France: actes du colloque*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1983, p. 45. Sobre os bispos cluniacenses, ler Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 83-84 e 96, e Solange Corbin, *op. cit.*, pp. 23-24. Será também um francês, Hugo, a ser designado quando o bispado do Porto é restaurado em 1112 (José Mattoso, “O Monaquismo ibérico...”, *op. cit.*, pp. 58 e 91-92).

<sup>120</sup> José Mattoso, “Identificação de um país...”, *op. cit.*, pp. 185-88; *A Nobreza Medieval Portuguesa - A família e o poder*, 4.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 271-273; “Sobre o problema do feudalismo em Portugal: resposta a Robert Durand”, separata de *Revista Portuguesa de História*, vol. XXI, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 13-19. Sobre a mesma temática ler também Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda (*História económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 28-29), e Dirceu Marchini Neto, “Relações entre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, os reis de Portugal e os demais poderes laicos (séculos XII a XV): análise da documentação publicada por Saul António Gomes” in PALERMO, Eduardo R. (dir.), *Estudios Historicos - revista digital* (Centro de Documentación Histórica del Rio de la Plata), n.º 3, Dezembro de 2009 [em linha] disponível em [http://www.estudioshistoricos.org/edicion\\_3/dirceu-marchini.pdf/](http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/dirceu-marchini.pdf/) [consultado em 17-02-2011], p. 5.

<sup>121</sup> José Mattoso, “Cluny, crúzios...”, *op. cit.*, p. 285.

<sup>122</sup> José Mattoso, “A Nobreza Medieval Portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII”, in *Obras completas de José Mattoso*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, vol. I, p. 155.

<sup>123</sup> José Mattoso, “O Monaquismo ibérico...”, *op. cit.*, p. 79; Herminia Vasconcelos Vilar, “A procura da perfeição...”, *op. cit.*, p. 208.

<sup>124</sup> Esse é formalmente o pedido da carta *Claves regni*, de 1143, que, no entanto, só viria a ser definitivamente aceite, como se sabe, por Alexandre III, em 1179 (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 213 e 359).

<sup>125</sup> Nem que sejam a vitória de Ourique, de 1139 e o tratado de Zamora, de 1143, que na prática legitimem e possibilitem esse pedido.

<sup>126</sup> Com uma política de doações cuidadosamente intrarregionais (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 105-107).

<sup>127</sup> Desses laços diferenciados emergem as diferenças das representações literárias do rei, conforme têm origem nos Crúzios (onde é um soldado de Cristo, mas necessitando do conselho de São Teotónio), nos cavaleiros (onde aparece carismático e fisicamente poderoso), ou nobreza tradicional (que o diz fraco e necessitado da proteção dos seus *pares*) – leia-se José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp.179-182; Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Crúzios»...”, *op. cit.*, p. 450; Luís Filipe Lindley Cintra, “A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução)”, in CRISTÓVÃO, Fernando (dir.), *Revista ICALP*, vols. 16-17, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Junho-Setembro de 1989, pp. 66-67.

se guindaria a um nível superior, fora da sujeição a outras sedes hispânicas. Com ele, passada já a fase de influência maior de Cluny, na reforma monástica como na implantação da reforma eclesial, é nos institutos regulares plenamente gregorianos, atuantes e “modernos” (ou “novos”, ou “diferentes”) que vemos maior investimento: das Ordens Militares, desde 1128<sup>128</sup>, a Cister, pelo menos em 1144<sup>129</sup> e, muito particularmente, aos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra. Trata-se, também e mais uma vez, de favorecer laços com Ordens internacionais de prestígio e influência, mas também da criação da primeira Ordem portuguesa, nem que emulando e estabelecendo relações com movimentos congêneres transpirenaicos.

A canónica coimbrã é fundada na cidade mais dinâmica do condado e a mais clara representante do pendur urbano da zona reconquistada a sul do Douro, assim como mais perto da frente de guerra (e mais longe da nobreza tradicional do Entre-Douro-e-Minho), e que o jovem conde escolhera como residência em 1130<sup>130</sup>. D. Afonso Henriques apoia a fundação do mosteiro desde o início, cedendo-lhes os terrenos dos Banhos Régios nesse mesmo ano, mas toma realmente entusiasmo no projeto precisamente na preparação de Ourique, entre 1137 e 1139<sup>131</sup>, e acabará a descrever-se como “fundador” em 1156-1157<sup>132</sup>. A personalidade do novo mosteiro e os serviços que presta à causa do rei são certamente inestimáveis e falam bem quer da sedução ativa dos promotores do cenóbio sobre ele, quer da confiança devolvida por D. Afonso Henriques<sup>133</sup>: braço diplomático das negociações com a Santa Sé para a independência do reino (e pela autonomia da Igreja portuguesa); participante na administração (como tesouraria e provavelmente como chancelaria<sup>134</sup>); local de formação não só dos efetivos desse corpo administrativo mas também de toda uma geração de bispos nacionais, e envolvendo-

---

<sup>128</sup> Mesmo que tenha sido D.ª Teresa a dar-lhes entrada, as Ordens militares só se desenvolverão com ele (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 145-148; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 109; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 462).

<sup>129</sup> Para a implantação cisterciense, Karl Erdman pronunciava-se por 1139, Fortunato de Almeida aceitava 1138; Artur Nobre de Gusmão contesta o recuo das datas de chegada dos Bernardinos, e, como Miguel de Oliveira, fica-se por 1144, data do primeiro documento seguro de filiação de um mosteiro, São João de Tarouca; Bernardo Vasconcelos e Sousa aceita a tese de tentativa de reforma cisterciense em 1138 em Lafões, mas acha que uma verdadeira fundação só ocorre em 1144, em Tarouca. Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 129-132; Artur Nobre de Gusmão, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal (ensaio de arqueologia da Idade Média)*, 3.ª ed., Lisboa, s. e., 1956, pp. 89-93; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 104; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 92.

<sup>130</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, t. I, *op. cit.*, pp. 32 e seguintes; Saul António Gomes, *op. cit.*, pp. 84-88; José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 105-110.

<sup>131</sup> Nesta altura também já morreu D. Telo, que poderia não ser um seu favorito (ver nota 5 deste capítulo), e a ascensão de Peculiar ao sólio arquiépiscopal criara um advogado poderoso do valor estratégico do instituto.

<sup>132</sup> Num pedido de proteção para o mosteiro que endereça a Adriano IV (Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 156).

<sup>133</sup> Sobre a “troca de favores” entre o rei e a canónica, leia-se José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, *op. cit.*, pp. 109-110, e “Cluny, cruzios...”, *op. cit.*, p. 288.

<sup>134</sup> Saul António Gomes questiona essa teoria, com origem em Ruy de Azevedo, pelo menos quanto à importância que já foi atribuída à participação crúzia na chancelaria real: ler “*In limine conscriptionis* – Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)”, in CLEMENTE, Manuel (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, tomo XIII-XIV, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 2001-2002, p. 487.

se diretamente, senão na Reconquista, pelo menos na colonização interna, pela atribuição de senhorios civis e eclesiásticos em zonas instáveis (a sul de Coimbra até Leiria, e a leste, tanto junto à Serra da Estrela como na fronteira ainda incerta do Ribacôa)<sup>135</sup>. Santa Cruz tem também um amplo papel na *unificação* nacional, através dessa colonização<sup>136</sup>, mas também no contacto com as classes vilãs (pela ação paroquial<sup>137</sup>), na consolidação do prestígio da pequena nobreza e dos cavaleiros (que atrai como clientela), no papel assistencial (na caridade, na fundação de hospitais e hospedarias), na tolerância e integração de grupos sociais marginalizados (dos moçárabes aos judeus, por um lado, e mesmo toda uma série de estabelecimentos monásticos que haviam resistido à normalização cluniacense)<sup>138</sup>. Finalmente, Santa Cruz será o suporte intelectual da criação e divulgação duma *ideia* de Portugal, como reino desejado pela providência divina, dirigido por um rei que é um soldado de Cristo e conduz uma guerra santa, feitas por meio da produção de literatura cronística e biográfica<sup>139</sup> – a primeira claramente providencialista e a segunda quase hagiográfica –, assim como providenciará fisicamente ao culto da figura do soberano, abrigo do primeiro panteão régio.

Neste processo, o mosteiro de Coimbra irá criando uma Ordem, fundando ou reformando novas canónicas nos seus territórios de povoamento fronteiro, acolhendo toda uma série de mosteiros de tradição pré-gregoriana (que a flexibilidade da sua normativa atraía<sup>140</sup>) ou renovando aqueles sob a patronagem da pequena nobreza que, rodeando o rei, ascendia (e assistia à ascensão de Santa Cruz, a que se

---

<sup>135</sup> Pelo menos interessava-se ideologicamente pelo trabalho nas zonas de fronteira, como a vida de São Martinho de Soure ilustra, e recebeu forais afonsinos de povoamento, pelo menos a partir de 1150, (José Mattoso, “Cluny, crúzios...”, *op. cit.*, pp. 291-292, e *A Nobreza Medieval Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 273-274).

<sup>136</sup> Crúzios, Cistercienses e Ordens Militares são os maiores responsáveis pela transplantação do sistema senhorial para o centro e sul de Portugal (José Mattoso, “Identificação de um país...”, *op. cit.*, p. 343) afastada que estava a nobreza antiga do Entre-Douro-e-Minho (ver nota 126 deste capítulo).

<sup>137</sup> Ver nota 76 deste capítulo; Santa Cruz já cria a paróquia urbana coimbrã de São João em 1139, quando paróquias só se tornarão obrigatórias em Portugal c. 1229 (José Mattoso, “Identificação de um país...”, *op. cit.*, p. 336). Também é de notar que, ao contrário das Ordens mais monásticas, os Crúzios, pelo seu pendor pastoral, erigiram igrejas preparadas para receber congregações laicas, por vezes numerosas – ler Saul António Gomes, “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, in AMORIM, Norberta, PINHO, Isabel, PASSOS, Carla (coord.), *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 256.

<sup>138</sup> Sobre os motivos do sucesso Crúzio, ler José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, pp. 111-113; *A Nobreza Medieval Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 111-115 e 373; *Portugal Medieval...*, *op. cit.*, pp. 109 e 381; *Ricos-Homens...*, *op. cit.*, pp. 200-201; “Monges e clérigos...”, *op. cit.*, pp. 46-47; “Cluny, crúzios...”, *op. cit.*, p. 290; ver também Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 267.

<sup>139</sup> O que vem na linha teofânica do agustinismo político – leia-se Leontina Ventura e Ana Faria, *Livro Santo de Santa Cruz...*, *op. cit.*, pp. 36-41; Mário Jorge Barroca, “Memórias”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. I, pp. 429-430.

<sup>140</sup> Além da moderação da Regra (ver nota 92 deste capítulo), Santa Cruz abordava também o problema dos mosteiros dúplices de tradição altimedieval, pela criação precoce dum monacato feminino com os mosteiros de cónegas – as Donas – anexos aos cenóbios masculinos, mas sem comunicação física entre as comunidades, no que precede as monjas cistercienses ou as freiras mendicantes – leia-se Saul António Gomes, “*Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval*”, in SANTOS, João Marinho dos (dir.), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo I, Lisboa, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Fundação para Ciência e Tecnologia, 2010, p. 45.

quereria associar). Há inclusive sinais de tentativas de estabelecer laços com a velha nobreza condal<sup>141</sup> ou estender o seu prestígio para o interior do reino de Leão<sup>142</sup>. Esta comunidade de mosteiros em rede, com Santa Cruz à cabeça (mesmo que em ligação fluída e relativa multicefalia<sup>143</sup>) não é assim desprovida de voluntarismo e de estratégia. Possui também uma consciência de grupo, tanto na maneira como os escritos nacionalistas são propagandísticos da Ordem portuguesa em geral (e não só do mosteiro de Santa Cruz<sup>144</sup>), representada como parte (e condutor) da formação de Portugal<sup>145</sup>, como pela forma “provincial” que os capítulos gerais do mosteiro de Santa Cruz assumem, recebendo outros mosteiros associados<sup>146</sup>; é notório também que os promotores do instituto coimbrão trabalham para converter e beneficiar os cenóbios que aderem ao movimento<sup>147</sup>.

Evidentemente, Santa Cruz concorre em breve com as Ordens Militares<sup>148</sup>, que têm de facto um papel ativo e eficiente na Reconquista, e cujas posses fundiárias nas áreas de presúria recente ou de disputa bloqueiam a continuidade do papel de consolidação fronteiriço dos Regrantes<sup>149</sup>. Da mesma forma, a chegada de Cister na década de quarenta do século XII sinaliza outra competição, agora na colonização

---

<sup>141</sup> Os Cruzios abrigaram em Cárquere o panteão dos Resendes, e em Vila Boa do Bispo o dos Gascos (Mário Jorge Barroca, “Memórias”, *op. cit.*, p. 445); além desses mosteiros protegidos por ramos da família de Ribadouro, Tuias foi também uma fundação de alta nobreza, pela mão de Egas Moniz (também de cepa dos Ribadouro e ligado a Cárquere), embora a filiação cruzia tenha aí sido depois repelida pelos patronos (José Mattoso, “A nobreza medieval...”, *op. cit.*, pp. 162-163). São Martinho de Mancelos deverá ter estado sob patronagem de outra família importante, os Portocarreiro: Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014, vol. 1, pp. 352-353 (cf. capítulo III desta tese).

<sup>142</sup> Mais do que apadrinhar o mosteiro de Santa Cruz de Cortes, em Ciudad Rodrigo (que ainda era área de soberania em disputa), são de notar a existência de um prior cruzio na colegiada de San Isidoro de León – Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 164; Ingo Fleisch, “The Portuguese clergy and the European universities in the 12th and 13th centuries”, in AAVV., *Encontro Internacional: Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 65-66 – ou o interesse pelo mosteiro galego de San Salvador de Celanova: os priores de Santa Cruz e de Grijó, o bispo cruzio de Lisboa, D. Álvaro, e o rei, juntam-se a peticionantes pela canonização de São Rosendo, fundador do cenóbio (Saul António Gomes, *idem, ibidem*).

<sup>143</sup> Como vimos que acontecia em São Rufo. De entre as canónicas cruzias, São Salvador de Grijó e São Vicente de Fora funcionam como “sub-chefes”: no capítulo provincial de 1229, os priores desses mosteiros co-presidem à reunião com o de Santa Cruz de Coimbra (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, t. I, *op. cit.*, pp. 934-936; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 162).

<sup>144</sup> Na *Vita Martini Sauriensis* e no *Indiculum foundationis S. Vicentii*, pelo menos, fala-se de ação regrente fora de Santa Cruz, e da expansão a outros mosteiros do movimento canonical (Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Cruzios»...”, *op. cit.*, p. 447).

<sup>145</sup> Papel e prestígio a que se fazem corresponder as várias escaladas hierárquicas, pela obtenção da dependência direta da Santa Sé, e, logo, da isenção episcopal *nullius diocesis* em vários mosteiros (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 268; António Gomes da Rocha Madahil, *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1940, p. 5).

<sup>146</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 277 e 279, nota 5a, Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 170.

<sup>147</sup> D. João Peculiar faz ambas as coisas: reformará pessoalmente pelo menos o mosteiro de Grijó, e faz pedidos de cartas de couto e isenções episcopais para vários cenóbios.

<sup>148</sup> Note-se que os Templários só por 1147 estarão realmente ativos (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 109) e nunca antes de fins da década de 1130 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 462); os Hospitalários ainda mais tarde, por 1182-1197 (Miguel de Oliveira, *idem*, p. 109, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, p. 468), Calatrava implantar-se-á por 1166, Santiago da Espada em 1172 e a Milícia de Évora em 1176 (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 148-149; Miguel de Oliveira, *idem*, p. 110; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, pp. 476, 487).

<sup>149</sup> Na órbita da Estremadura e Beiras, zonas de senhorios cruzios, os Templários instalam-se em Soure, Tomar, Castelo Branco, Santarém, brevemente na Covilhã e Guarda – Ruy Pinto de Azevedo, “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.”, in BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1937, vol. 1, cap. 1, pp. 22-23, 33 e 39-45 –, e também em Longroiva, Mogadouro, Penas Róias, Monsanto e Idanha (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, pp. 462-463); os Hospitalários estarão em Belver e Abrantes (Ruy Pinto de Azevedo, *idem*, pp. 41-43) e acumulam muitas propriedades entre o Douro e o Mondego (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, p. 468); a Milícia de Évora tem senhorios em Mafra (Ruy Pinto de Azevedo, *idem*, p. 56; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, p. 487) e os Espatários em Abrantes (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 476).

interna, em zonas mais estabilizadas – como parece epitomizado pela proximidade do couro de Alcobaça em relação ao priorado crúzio de Leiria<sup>150</sup> – muito em breve também na liderança cultural e mais tarde na ligação ao rei<sup>151</sup>. No entanto, este conjunto de instituições cenobíticas saídas da conclusão do processo gregoriano têm uma afinidade natural que deve temperar tal apreciação: os Crúzios terão percebido que o seu papel não era militar, mas de retaguarda (político, diplomático, administrativo), e que, apesar da vizinhança de jurisdições na Estremadura e Beiras, as suas áreas preferenciais de ação (como veremos, na órbita urbana e do sistema viário) eram complementares das cistercienses, mais concentradas no espaço rural ou mesmo no ermo<sup>152</sup>. Além disso, a definição de posição social é também diferente: a procura do estatuto de vassalagem direta à Santa Sé em várias canónicas, que coloca os Crúzios em subtil paridade com o rei e os bispos, e formalmente acima da nobreza, distingue-os de todo o clero regular<sup>153</sup>.

Este *status quo*, do reino, da Ordem, e da ligação do monarca a Santa Cruz e aos mosteiros e movimento crúzio, terá flutuações, como já vimos no início deste capítulo – com o declínio da boa fortuna de D. Afonso Henriques, com as diferenças de personalidade de D. Sancho I e D. Afonso II, com as alterações da dinâmica dos conflitos com os muçulmanos ou os leoneses, com a crise económica da mudança de século, e com a menor exemplaridade dos priores regrantes ducentistas – mas só perderá as suas características estruturais com a gradual centralização laica do Estado e a emergência de uma nova espiritualidade mendicante. Simbolicamente, é marcada em 1220, pela hipótese considerada de fundir os Crúzios em Cister e pelo ato de transferência do panteão real para Alcobaça, quando Afonso II escolhe aí ser inumado.

No que toca à mentalidade cultural erudita em Portugal, é evidente que encontramos o platonismo

---

<sup>150</sup> Do primitivo termo de Leiria, que poderia ou não estar já entregue a Santa Cruz, se desmembra o couro de Alcobaça em 1153 (Ruy Pinto de Azevedo, *op. cit.*, pp. 37-38 e 46; Saul António Gomes, “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do séc. XII à criação da diocese” in AAVV., *Catedral de Leiria*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria, 2005, nota 9 da p. 16, na p. 32) – o que não acontecerá sem contestação crúzia, nomeadamente na década de 1180, aquando da confirmação papal do couro alcobacense (Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, 2.ª ed. revista e ampliada, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 29).

<sup>151</sup> O *scriptorium* do grande mosteiro cisterciense ultrapassará o de Santa Cruz e Alcobaça tornar-se-á necrópole régia, sob D. Afonso II, em 1220 (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, pp. 61 e 169-175; Joaquim Veríssimo Serrão, “Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, um caso de rivalidade cultural?”, separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano: actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, pp. 87-93; José Mattoso, “A Nobreza Medieval Portuguesa...”, *op. cit.*, p. 164; Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média – aspectos globais e particulares” in AAVV., *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo – Encontro de Lisboa e Simpósio de Alcobaça. Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 260-263).

<sup>152</sup> Carlos Manuel Guardado da Silva salienta como crúzios, cistercienses e templários colaboraram na conquista de Lisboa (*Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*, Lisboa, Colibri, 2008, p. 114); existem, em especial, evidências das boas relações, pessoais e institucionais, entre Santa Cruz e Cister, e mesmo do apoio à instalação desta por parte daquela, como veremos mais adiante.

<sup>153</sup> Um último *signal* de diferença e complementaridade: entre os *monges negros* de Cluny e os *monges brancos* de Cister, os hábitos crúzios eram pretos e brancos (António Nogueira Gonçalves, “Certos aspectos do hábito dos cônegos regrantes da congregação de Santa Cruz”, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIV, fasc. 3-4, Setembro-Dezembro, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1961, pp. 330-331); essa dicotomia refletia também a ponte entre os clérigos seculares (associados à cor branca) e os monges, que até Cister vestiam normalmente de negro (Albert Ernest Carrier-Belleuse, *Liste des abbayes...*, *op. cit.*, p. 134).

cristão e a sua forma de olhar o mundo *sub species aeternitatis*<sup>154</sup>, e obras de Agostinho encontravam-se em cabidos e mosteiros nacionais<sup>155</sup>. Na fundação de Santa Cruz de Coimbra será invocada a Cidade de Deus<sup>156</sup>; o *De civitate Dei* realmente existiu na biblioteca crúzia, e os seus fundadores, se não mais longe, poderiam dela ter antes tomado conhecimento na Sé conimbricense, onde um exemplar existia desde 1090<sup>157</sup>. Outras obras de Agostinho e de autores platónicos cristãos, como Boécio, teriam existido na livraria de Santa Cruz, assim como livros ligados ao *Trivium* e *Quadrivium*, e mesmo de autores pré-escolásticos, como Hugo de São Vitor e Ricardo de São Vitor, não desprezando no entanto nomes tradicionais da cultura monástica, de Santo Isidoro a Beda<sup>158</sup>.

**4.2.3 Os agentes:** Como processo de iniciativa pessoalizado num conjunto restrito de atores identificáveis, a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a sua transformação numa Ordem de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho não podem deixar de ser interpretadas através do *locus* sociocultural desses homens, e, conseqüentemente, a génese da sua ação edificatória deve ser inserida nas referências ou conotações arquitetónicas que eles conjugaram, pela sua formação, pelos seus contactos e viagens.

Atendo-se aos textos biográficos crúzios do século XII – a *Vita Tellonis* e a *Vita Theotonii* – A crónica de Nicolau de Santa Maria identifica, como “primeiro fundador” de Santa Cruz de Coimbra, D. Telo<sup>159</sup>, que descreve como tomando todas as decisões iniciais para a existência do mosteiro, e junta-lhe D. Teotónio, primeiro prior, como modelo e condutor da vida interna<sup>160</sup>. Dezasseis anos mais tarde, Timóteo dos Mártires acrescentará referências mais salientes também a D. João Peculiar (que aparece esparsamente na crónica anterior), como parte do grupo inicial e como pugnando pela Ordem e pelas suas Casas, mesmo depois das suas eleições a bispo do Porto e arcebispo de Braga<sup>161</sup>. Modernamente, Miguel de Oliveira e Eulogius Austin O'Malley<sup>162</sup> referem estes três protagonistas, dando primazia à iniciativa de Telo<sup>163</sup>. Armando Alberto Martins, em 1996, confirma e substancia definitivamente este elenco, mas

---

<sup>154</sup> José Mattoso, “Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII”, in *Obras completas de José Mattoso*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, vol. I, p. 175.

<sup>155</sup> J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, p. 20.

<sup>156</sup> Pedro Alfarde assim o faz ao narrá-la, na *Vita Theotonii* (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 120).

<sup>157</sup> J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, *op. cit.*, *ibidem*.

<sup>158</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, pp. 190-191 e 200-205.

<sup>159</sup> *Chronica da Ordem...*, *op. cit.*, livro VII, caps. IV, pp. 2-12 e cap. VIII, pp. 30-32, mas particularmente cap. I, p. 2.

<sup>160</sup> *Idem*, livro VII, pp. 10-16.

<sup>161</sup> *Crónica de St.ª Cruz*, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955/1958, por exemplo t. I, p. 3 e t. III, p. 173.

<sup>162</sup> *op. cit.*, pp. 3 e 5.

<sup>163</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 105.

junta-lhes D. Afonso Henriques como participante da fundação<sup>164</sup>. Finalmente, Saul António Gomes, na sua tese doutoral de 2000, vem temperar o envolvimento do nosso primeiro rei<sup>165</sup>, e salienta, relendo a *Vita Tellonis*, que um outro cónego, D. Odório, é ali referido como fundador<sup>166</sup>.

Percorramos, pois, a vida e ação destes agentes fundacionais dos Regrantes.

D. Telo, segundo Leontina Ventura, na sua edição do *Livro Santo* de Santa Cruz, seria Telo Odores (ou Odoriz), originário da zona de Viseu e nascido em 1076. Teria ingressado como presbítero no cabido de Coimbra depois de 1099<sup>167</sup>. Seria culto e letrado, teria sido o educador de D. Teotónio<sup>168</sup> e teria ocasionalmente prestado serviços de chancelaria para os condes D. Henrique e D.<sup>a</sup> Teresa<sup>169</sup>. Consensual é que acompanhou o bispo limosino e cluniacense Maurício Burdino numa viagem à Terra

Santa, entre 1104 e 1108, que terá compreendido, depois de Jerusalém (onde contactou com os Cónegos Regrantes do Santo Sepulcro), Constantinopla e o Sul de França, nomeadamente Saint-Gilles-du-Gard, Montpellier, e provavelmente Avinhão, onde teria tomado conhecimento do mosteiro regrante de São Rufo<sup>170</sup>. Quando Maurício é eleito para o arcebispado em 1109 e substituído em Coimbra por Gonçalo Pais, é por este nomeado arcediogo, talvez logo em 1113 (mas certamente antes de 1123), e vigário episcopal, gerindo a diocese em sede vacante, à morte do bispo, em 1128<sup>171</sup>, não sendo porém, contra todas as expectativas, eleito para lhe suceder, como já vimos. Atribui-se-lhe uma proximidade ao partido moçárabe de Coimbra<sup>172</sup>.

Seguir-se-á a preparação e a fundação do mosteiro de Santa Cruz, de quem teria recrutado os membros

---

<sup>164</sup> *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., pp. 133-139; Eulogius Austin O'Malley já em 1954 exprimira reticências quanto ao real papel de D. Afonso Henriques (op. cit., pp. 69-71).

<sup>165</sup> Como já vimos (*In limine...*, op. cit., pp. 153-157).

<sup>166</sup> *Idem*, p. 108; já fora também nomeado por António Sousa Costa em 1971 ("Cónegos Regrantes", op. cit., p. 150).

<sup>167</sup> Leontina Ventura e Ana Faria, *Livro Santo de Santa Cruz...*, op. cit., pp. 15-16; Armando Alberto Martins aceita as suas conclusões (leia-se "A história medieval...", op. cit., p. 43), mas Saul António Gomes põe reservas (*In limine...*, op. cit., pp. 122-123).

<sup>168</sup> Timóteo dos Mártires, *Crónica de St.ª Cruz*, op. cit., t. I, p. 6; Leontina Ventura e Ana Faria, *Livro Santo de Santa Cruz...*, op. cit., pp. 15-16; Armando Alberto Martins, "A história medieval...", op. cit., p. 43; Abel Estefânio, "A data de nascimento de D. Afonso I", op. cit., p. 6.

<sup>169</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., p. 136.

<sup>170</sup> Ler Nicolau de Santa Maria (op. cit., livro VII, cap. II, p. 6), Eulogius Austin O'Malley (op. cit., pp. 39-41 e 82), Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 133-135; "A história medieval...", op. cit., p. 43; "Regrantes de Santa Cruz...", op. cit., p. 266; "Regrantes de Santo Agostinho...", op. cit., p. 277), Saul António Gomes (*In limine...*, op. cit., p. 135), José Mattoso (*D. Afonso Henriques*, op. cit., pp. 89 e 117-118; *Ricos-Homens...*, op. cit., pp. 199-200; "Cluny, crúzios...", op. cit., p. 290) e Leontina Ventura e Ana Faria (*Livro Santo de Santa Cruz...*, op. cit., pp. 15-16).

<sup>171</sup> Ler Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 122; "A história medieval...", op. cit., p. 43; "Regrantes de Santa Cruz...", op. cit., p. 266), Saul António Gomes (*In limine...*, op. cit., p. 137), José Mattoso (*D. Afonso Henriques*, op. cit., p. 118) e Herminia Vasconcelos Vilar ("Os cónegos regrantes", op. cit., p. 225).

<sup>172</sup> José Mattoso, "A nobreza medieval...", op. cit., pp. 158-159; Leontina Ventura e Ana Faria, *Livro Santo de Santa Cruz...*, op. cit., p. 15.

e decidido a configuração<sup>173</sup>. Assume nele a função de prepósito, de gestor dos seus assuntos legais e económicos<sup>174</sup>. À fundação, não há rutura com o novo bispo, D. Bernardo, que lança a 1.ª pedra do edifício em 1131<sup>175</sup>, permanecendo D. Telo no cabido até 1134-1135<sup>176</sup>, quando de facto começam a surgir tensões. É em 1135, e por essa razão, que, sempre voluntarioso<sup>177</sup>, parte para pedir a Inocêncio II proteção para o mosteiro, indo a Pisa, onde iria decorrer o concílio de resolução do cisma do antipapa Anacleto II (situação que predisporia Inocêncio à recolha de apoios). Ali estará em Maio, obtendo a sujeição direta do seu mosteiro à Santa Sé, pela bula *Desiderium quod*, de 26 desse mês, ficando obrigado ao tributo anual de dois bizâncios<sup>178</sup>. No concílio pisano esteve também Bernardo de Claraval – que foi instrumental na legitimação de Inocêncio<sup>179</sup> – e aí se terá forjado uma ligação dos cónegos regrantes portugueses com Cister<sup>180</sup>, além dum bom entendimento com o cardeal Guido de Vico, mais tarde legado pontifício na Península<sup>181</sup>. Todas estas relações funcionaram em sinergia e no interesse da Ordem e do Reino. Regressando, esteve D. Telo de novo em Avinhão, onde em São Rufo se copiavam textos normativos e devocionais, e se efetivou a filiação espiritual de Santa Cruz no cenóbio provençal<sup>182</sup>. Não muito tempo depois desta viagem de alianças, em 1136, morre Telo em Coimbra<sup>183</sup>.

D. Teotónio nasce em Ganfei, perto de Valença, não antes de 1082. Era sobrinho materno de D. Crescónio, que, depois de o ser de Tui, é bispo de Coimbra, de 1092 a 1098; foi Crescónio um prelado gregorianista e introduziu o rito romano na diocese, tendo possíveis laços a Cluny. À morte do tio,

---

<sup>173</sup> A *Vita Tellonis* diz que ele desenhou “*dispositionem structure edificiorum*” (apud Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 176); vão no mesmo sentido Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VII, cap. II, p. 6), Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 134-135) e António Nogueira Gonçalves, “O narthex românico...”, *op. cit.*, pp. 18-19); Manuel Luís Real, no entanto, discorda (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 144-145).

<sup>174</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 143.

<sup>175</sup> Ver nota 7 deste capítulo.

<sup>176</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 120.

<sup>177</sup> Relembremos a maneira como se diz que atraiu a atenção do jovem conde, exibindo para a sua cobiça uma sela adquirida em Montpellier, abordagem que teria levado à cedência por Afonso dos terrenos dos Banhos Régios, base para a implantação do mosteiro (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 113; Luís Filipe Lindley Cintra, “A lenda de Afonso I...”, *op. cit.*, p. 113); o episódio – e o facto de ser registado em sede cronística – é também exemplo da representação de Afonso Henriques como jovem volúvel e necessitando de orientação (Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Crúzios»...”, *op. cit.*, pp. 448, 450; Luís Filipe Lindley Cintra, *idem*, pp. 179-182).

<sup>178</sup> Precedida de duas bulas de 20 de Maio, *Quod personam et honorem e In beati Petri cathedra*, avisando da isenção concedida e encomendando ao rei e ao bispo de Coimbra, respetivamente, a proteção do mosteiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, cap. VI, pp. 22-23; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, pp. 2-3; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 112; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 160-164, e “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 266).

<sup>179</sup> Georges Duby, *São Bernardo...*, *op. cit.*, p. 12.

<sup>180</sup> José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 123.

<sup>181</sup> Ver nota 22 deste capítulo.

<sup>182</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, caps. VI-VII, pp. 22-25; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 105; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 30; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 159; José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 123, e “Cluny, crúzios...”, *op. cit.*, p. 290.

<sup>183</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, cap. VIII, pp. 30-32; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 141; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 133-139, “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 267, e “A história medieval...”, *op. cit.*, p. 43.



Teotónio teria ido para Viseu, como administrador da diocese, então regida por Coimbra, tornando-se prior da Sé viseense em 1110<sup>184</sup>. Ali fez o seu tirocínio clerical, possivelmente com D. Telo<sup>185</sup>, ou tê-lo-ia conhecido antes, sendo talvez seu mestre na escola capitular conimbricense<sup>186</sup>. Foi em peregrinação a Jerusalém duas vezes, a primeira delas por volta de 1120-1122, quando deixa de estar documentado em Viseu, reaparecendo em 1123 e não pertencendo ao capítulo episcopal. Também visitou os Cónegos Regrantes do Santo Sepulcro (a conselho de Telo?) e terá ficado tão impressionado com aqueles que se preparava para se lhes juntar definitivamente, quando foi recrutado por D. Telo para a nova fundação coimbrã, por volta de 1130<sup>187</sup>.

Tendo integrado a apostólica dúzia de cónegos que iniciaram a vida comum em 1132, foi eleito prior da canónica, talvez por proposta de D. Telo, entre essa data e 1134<sup>188</sup>. Figura tutelar do mosteiro, amigo, conselheiro e quase “consciência” de D. Afonso Henriques<sup>189</sup>, pouco mais se terá ausentado de Santa Cruz, mas conhecem-se-lhe pelo menos duas relações privilegiadas que ultrapassavam o mosteiro: a proteção das comunidades moçárabes<sup>190</sup> e uma correspondência com São Bernardo, que, ao enviar o grupo pioneiro de oito monges a Portugal, em 1140, lhes dá por missão fazer chegar ao prior regrante uma crossa ricamente trabalhada, como consagração dum compromisso de amizade entre os dois institutos<sup>191</sup>. Além disso, manterá e aprofundará a relação com São Rufo, enviando copistas a Avinhão de Novembro de 1136 a Março de 1137, e de novo em Abril de 1139, por um período de aproximadamente um ano<sup>192</sup>.

Resigna como prior-mor em 1152 e morre em 18 de Fevereiro de 1162<sup>193</sup>, sendo canonizado como primeiro santo português logo em 1163<sup>194</sup>.

---

<sup>184</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, caps. III-V, pp. 10-16; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 5; Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, pp. 12-17; José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 119; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, pp. 143-144; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 122, e “Regrantes de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 276.

<sup>185</sup> A acreditar na hipótese de Leontina Ventura e Ana Faria ele lá estaria até 1109 (*op. cit.*, pp. 15-16).

<sup>186</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 6; Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, p. 17; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 144.

<sup>187</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, cap. III, pp. 10-11; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 6; Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, pp. 24-25, 30-31 e 34; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 145; Abel Estefânio, *op. cit.*, p. 6; José Mattoso, *Ricos-Homens...*, *op. cit.*, pp. 199-200; *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 89; “Cluny, crúzios...”, *op. cit.*, p. 290.

<sup>188</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 122; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 143.

<sup>189</sup> José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, pp. 179-182; Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Crúzios»...”, *op. cit.*, pp. 446-449; Luís Filipe Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 179-182.

<sup>190</sup> Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 267; José Mattoso, “Cluny, crúzios...”, *op. cit.*, pp. 291-292.

<sup>191</sup> Aarão Soeiro de Lacerda, *op. cit.*, p. 197; Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, p. 149; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 147; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, pp. 129-132; Carlos Manuel Guardado da Silva, *Lisboa medieval...*, *op. cit.*, p. 113.

<sup>192</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 200; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 124.

<sup>193</sup> Armando Alberto Martins, “A história medieval...”, *op. cit.*, p. 49; Abel Estefânio, *op. cit.*, p. 10.

<sup>194</sup> Beneficiando da presença de D. João Peculiar no arcebispado bracarense e de D. Miguel Salomão no bispado de Coimbra, além do favor do rei, o que poderá ter faltado a Telo para consagração equivalente, em 1136 (Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 141); a confirmação papal do culto ao Santo é feita por Alexandre III (Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, p. 154).

De D. João Peculiar desconhece-se a data de nascimento e mesmo a nacionalidade. Poderia ser francês, ou da região do Vouga, já que o mosteiro de Lafões que fundou ou geriu tinha sido edificado em terrenos de posse familiar. De qualquer forma, residia em Coimbra e ali tinha irmãos<sup>195</sup> (o que fortalece a possibilidade de uma origem portuguesa) e tudo parece indicar uma proveniência de estatuto social secundário<sup>196</sup>. Fez a sua formação universitária em França, pressupõe-se que em Paris, regressando em 1126<sup>197</sup>, e como *magister* integrará o cabido de Coimbra, sendo mestre-escola da Sé<sup>198</sup>. Aí se unirá ao projeto canonical de Telo, acreditando Saul António Gomes que a sua experiência monástica em São Pedro do Sul o tornaria útil, e sugerindo que ele teria orientado a escolha do local de implantação de Santa Cruz<sup>199</sup>. É verdade que não muito tempo terá residido no novo mosteiro: pode ter sido enviado para reformar aos novos hábitos o mosteiro de Grijó em 1134<sup>200</sup> e acompanha D. Telo a Pisa e Avinhão em 1135; é escolhido como bispo do Porto, sucedendo a D. Hugo, em 1136<sup>201</sup>. Em 1137 está presente no concílio de Burgos, onde renova a relação estabelecida com Guido de Vico, já investido da legatura pontifícia<sup>202</sup>. Em 1138 é nomeado como arcebispo bracarense e no ano seguinte dirige-se a Roma para recolher o pálio arquiépiscopal<sup>203</sup>, onde está em Abril, participando do II concílio de Latrão, que fechava o cisma de Anacleto II, e obtendo garantias dos direitos metropolitanos de Braga e confirmações de privilégios de Santa Cruz e Grijó. Terá visitado de novo São Rufo, com ele viajando os escribas crúzios enviados por Teotónio<sup>204</sup>. Pela sua posição hierárquica na Igreja e as provas de habilidade diplomáticas dadas (se estas não tiverem levado àquela) e a crescente ligação de D. Afonso Henriques ao projeto regnante na mesma altura em que procura a independência, Peculiar unirá daqui em diante o seu papel nas causas crúzia, eclesial e de diplomacia régia, indo nomeadamente à cúria pelo menos outras cinco vezes (em 1143-

---

<sup>195</sup> Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, p. 51; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 118; Avelino Jesus da Costa, "D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga" in AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 62.

<sup>196</sup> José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 71.

<sup>197</sup> Jorge de Alarcão, *op. cit.*, pp. 95.

<sup>198</sup> Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, p. 52; António Domingues de Sousa Costa, *op. cit.*, p. 150; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 122; José Mattoso, "Cluny, crúzios...", *op. cit.*, p. 290; Ingo Fleisch, *op. cit.*, p. 64.

<sup>199</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 120.

<sup>200</sup> Segundo José Mattoso e Armando Alberto Martins; O cronista Timóteo dos Mártires diz que Peculiar reformou Grijó após a ida a Pisa, a partir de 24 de Novembro de 1135, mas já o diz envolvido na canónica em 1132 (ver capítulo III desta tese).

<sup>201</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 86; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 183; Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz...", *op. cit.*, p. 267.

<sup>202</sup> José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 184.

<sup>203</sup> O que era obrigatório para metropolitanos desde o século XI (August Franzen, *op. cit.*, pp. 202-203); nessa viagem poderá ter pedido a mão de D.ª Mafalda (ou Matilde, uma vez que aparece na documentação sob ambas as designações), em nome do rei português, ao conde de Maurienne, Amadeu III (José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 187).

<sup>204</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 11; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 86; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, pp. 124, 186.

1144, 1148, 1153, 1156-1157 e 1163)<sup>205</sup>. Ele terá guiado Guido de Vico em Portugal (e talvez conduzido entendimentos preliminares entre este e Afonso Henriques) antes de se dirigirem a Zamora, onde estão em Outubro de 1143, e onde se obterá o reconhecimento *de facto* da autonomia portuguesa; ele terá escrito a carta de vassalagem de Afonso Henriques, *Claves regni*, de Dezembro de 1143, assim como uma carta de enfeudamento do reino à Sé Apostólica, que assina com os bispos do Porto e Coimbra, e entrega pessoalmente a Lúcio II, em 1144. Do sumo pontífice traz como resposta a carta *Devotionem tuam*, que, não sendo uma confirmação do título de rei, promete a Afonso a proteção papal<sup>206</sup>. Está também na conquista de Lisboa, em 1147, e conduz as negociações com os sitiados<sup>207</sup>.

Com a visita do cardeal Jacinto a Braga, em 1169, consegue que pelo menos se estabeleça o fim das aspirações de Toledo à primazia na Hispânia<sup>208</sup>, e ainda confirma uma carta de couto crúzia (de São Torcato de Guimarães) em 1173, quando rareia a sua presença na corte e o rei já está semi-incapacitado<sup>209</sup>, mantendo até ao fim o seu papel de “procurador” informal dos Regrantes portugueses. Morre a 3 de Dezembro de 1175<sup>210</sup>.

A par das personalidades do “gestor”-prepósito, o “santo”-prior e o “erudito”-procurador, a figura de D. Odório, que terá sido o primeiro prior claustral<sup>211</sup>, é muito mais difusa. Só está documentada a sua presença no mosteiro a partir de 1133; sabe-se que tinha sido presbítero da colegiada de Santiago de Coimbra e que veio a tornar-se inseparável de D. Telo<sup>212</sup>.

Não cabendo aqui obviamente fazer a biografia de Afonso Henriques, mas a fim de perceber que relações preferenciais, com possíveis consequências arquitetónicas, ele pode ter aportado a Santa Cruz e a outros mosteiros, realçaria apenas as já referidas ligação familiar à Borgonha e a Cluny, e o casamento com D. Mafalda, originária da região saboiana, assim como as presenças no território leonês, quer em Zamora, para o tratado com Afonso VII, quer em Salamanca, na incursão que o levou a ocupar a cidade em

---

<sup>205</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, pp. 151-152; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 267; mais uma vez, entre outras motivações, assumindo o estatuto de um metropolita, que eram obrigados a partir do século XII à *Visitatio liminum Apostolorum*, com periodicidade quadrianual (August Franzen, *op. cit.*, p. 203), intervalo que sensivelmente se cumpre aqui.

<sup>206</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 86; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 187 (ver nota 124 deste capítulo).

<sup>207</sup> Carlos Manuel Guardado da Silva, *Lisboa medieval...*, *op. cit.*, p. 112, e *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 39.

<sup>208</sup> Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, pp. 112-114; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 353.

<sup>209</sup> José Mattoso, *idem*, p. 352.

<sup>210</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 4; José Mattoso, *D. Afonso Henriques...*, *op. cit.*, p. 353.

<sup>211</sup> Eulogius Austin O'Malley, *op. cit.*, pp. 26-27, 59; António Domingues de Sousa Costa, *op. cit.*, p. 150; Uma estrutura de divisão de funções, aliás, que é uma espécie de matriz simplificada da estrutura administrativa futura do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, pp. 165-70).

<sup>212</sup> Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 108.

Outros agentes a considerar na rede de laços crúzios seriam os arquitetos dos edifícios da Ordem. É verdade que conhecemos poucos e que pouco sabemos seguramente sobre eles, mas é interessante que estejam ao serviço dos Regrantes uma boa parte dos mestres-de-obras que conhecemos nesta época em Portugal.

Três são mencionados no *Livro Preto* da Sé de Coimbra, como participando na sua construção<sup>214</sup> e talvez ligados à obra de Santa Cruz: Roberto, Soeiro e Bernardo. Roberto é o mais referido. Trabalhou nas sés de Lisboa e Coimbra, e talvez até em São Vicente de Fora. Deduziu-se-lhe quer proveniência arvernesa, de Puy-de-Dôme, e a conceção da edificação crúzia coimbrã, segundo António Nogueira Gonçalves<sup>215</sup>, quer origem lata do Maciço Central francês, e intervenção quando muito na conclusão dos trabalhos, pela argumentação de Manuel Luís Real<sup>216</sup>. Soeiro, sendo considerado como tendo o papel de assistência a Roberto, e portanto podendo ter exercido funções similares em Santa Cruz, seria igualmente francês. Pela sua identificação por Manuel Luís Real com o mestre Soeiro Anes da catedral portuense<sup>217</sup>, e pelas influências limosinas – logo, de área próxima de Auvergne e do Maciço Central – da Sé nortenha<sup>218</sup>, poderia ter chegado da mesma região. A existência de comunidades ligadas à França, do norte (os francos) e do sul (os “gaulus”) em Coimbra, à época, justificariam a estada de ambos em território luso<sup>219</sup>. De Bernardo pouco ou nada sabemos – que não a sua presença em Coimbra, nas obras da Sé<sup>220</sup> – e crê-se que terá menos importância social e profissional<sup>221</sup>. Conhece-se também um contrato do mosteiro de Grijó com um outro arquiteto, igualmente de nome Soeiro, que é bem pago em 1144, mas

<sup>213</sup> Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 196.

<sup>214</sup> Para um resumo da argumentação historiográfica em redor destes três personagens, ler Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 202-208, Maria Leonor Cruz Pontes, *A Sé Velha de Coimbra: uma proposta de interpretação museológica*, dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2009, pp. 16-20.

<sup>215</sup> António Nogueira Gonçalves, “O narthex românico...”, *op. cit.*, pp. 20-23.

<sup>216</sup> *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 146-147 (e com ele concordam Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 255, e Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 13); Carlos Alberto Ferreira de Almeida acha a argumentação pouco convincente (“O Românico”, *op. cit.*, pp. 113-115) e eu junto as minhas dúvidas às suas – Manuel Luís Real conclui essa proveniência a partir de uma mapeação de edifícios com as características arquitetónicas da Sé Velha e de Santa Cruz, deteta um vazio de ocorrências em Auvergne (ao não considerar, nomeadamente, alguns exemplos que veremos mais adiante) e elege o Maciço Central como “ponto médio” das áreas em que se concentram exemplares: é metodologicamente interessante, mas altamente falível, como se vê.

<sup>217</sup> Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 357-358, e “A igreja de S. Pedro de Ferreira: um invulgar exemplo de convergência estilística”, in PEREIRA, Arménio da Assunção (dir.), *Paços de Ferreira – estudos monográficos*, vol. 1, Paços de Ferreira, Gabinete de Informação e Cultura da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 277-280.

<sup>218</sup> A Sé do Porto tem influências limosinas notórias e abrangentes, não se restringindo a motivos escultóricos – embora ali também pudessem vir do comércio com La Rochelle (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 115; Lúcia Maria Cardoso, *Românico do Vale do Sousa*, Lousada, Valsousa – Comunidade Urbana do Vale do Sousa, 2008, p. 44).

<sup>219</sup> Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 27-28.

<sup>220</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 238; Manuel Luís Real acredita porém poder haver referências a ele em documentação crúzia, de 1157 a 1172 (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 262).

<sup>221</sup> Manuel Luís Real, *idem*, p. 262, Maria Leonor Cruz Pontes, *A Sé Velha de Coimbra...*, *op. cit.*, p. 18.

dele ignoramos tudo o resto<sup>222</sup>.

Finalmente, além destas conexões<sup>223</sup>, mas sem rostos a que possamos ligá-los, conhecem-se laços de Santa Cruz, como instituição, aos cónegos regrantes augustinianos de São Vitor, de Paris<sup>224</sup> (igualmente seguidores do modelo de São Rufo<sup>225</sup>), à Aquitânia (e nomeadamente à abadia cluniacense de Saint-Pierre de Moissac<sup>226</sup>), a Toulouse<sup>227</sup>, a Ciudad Rodrigo<sup>228</sup> e a León<sup>229</sup>.

### 4.3 | A língua arquitetónica entre os séculos XII e XIII

**4.3.1 A arquitetura românica:** O Românico, depois da Antiguidade Clássica, é o primeiro modo estilístico a possuir uma dimensão abrangente europeia, sinal tangível da unidade cultural que se atinge neste período<sup>230</sup>, que é aliás, como vimos, um momento de valorização da intercomunicação e interdependência, sistematizadas nos processos concomitantes do feudalismo e da reforma gregoriana, que lhe estabelecem um programa e lhe proporcionam uma disseminação uniformizada, fruto da ação baseada na gestão territorial e na sua expansão a toda a cristandade, que ambos os fenómenos empreenderam<sup>231</sup>. Além disso, nas edificações religiosas em particular, se não se tratou duma divulgação expressa de modos de fazer arquitetura, feita de forma consciente pela igreja católica, certas uniformizações impostas ativamente ao conjunto da instituição – como a liturgia romana, no seu espírito e implicações funcionais, assim como a opção ocidental pela comunicação iconográfica – transportam

---

<sup>222</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, op. cit., vol. II, p. 226; “O Românico”, op. cit., p. 17; *O Românico*, op. cit., p. 71 (em 1978, este mesmo autor diz acreditar que este Soeiro Petrius poderia ser familiar do homónimo coimbrão: *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, op. cit., vol. II, pp. 33-34 e 226).

<sup>223</sup> Algumas conexões das referidas por associação aos agentes da Ordem, são reforçadas por outros pontos de contacto detetados: junto à Provença, laços com a região da Narbonense (José Mattoso, “Monges e clérigos...”, op. cit., p. 47), e em particular Montpellier (para onde Santa Cruz envia estudantes – Solange Corbin, op. cit., p. 94), assim como a vizinha Maguelone (com afinidades arquitetónicas entre Santa Cruz e a catedral de Maguelone, notadas por Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 142); na órbita do Maciço Central, com Limoges (em particular com a abadia de Saint-Martial de Limoges) e com o Sudoeste francês, por influências notórias no *scriptorium* de Santa Cruz, inclusive no campo da notação musical – Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., p. 234; Solange Corbin, *idem*, p. 223; Manuel Pedro Ferreira, op. cit., p. 30; Maria Adelaide da Conceição Miranda, “A Iluminura Medieval em Santa Cruz de Coimbra no contexto da iluminura europeia medieval”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 70-71 e 77; W. B. Jordan, “O estilo musical na liturgia de Portugal no século XIII, interpretado através do fragmento VIII, Arquivo Municipal de Braga”, in FONTES, Carlos Alberto de Oliveira (cord.), *Bracara Augusta – revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLI, n.º 91-92 (104-105), Braga, Câmara Municipal de Braga, 1988-1989, pp. 7 e 29.

<sup>224</sup> José Mattoso, “Cluny, crúzios...”, op. cit., p. 290; António Augusto Ferreira da Cruz, *St.ª Cruz de Coimbra na cultura portuguesa...*, op. cit., pp. 178-183.

<sup>225</sup> Albert Ernest Carrier-Belleuse, *Liste des abbayes...*, op. cit., pp. 9-10; Charles Dereine, “Saint-Ruf...”, op. cit., p. 182; J. Becquet, “Canonici Regolare di San Rufo” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, col. 124.

<sup>226</sup> Maria Adelaide da Conceição Miranda, op. cit., pp. 71-72; Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., p. 234.

<sup>227</sup> Santa Cruz mantinha relações com os agostinhos tolosanos (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., p. 175).

<sup>228</sup> Pela filiação do mosteiro de Santa Cruz de Cortes aos Regrantes conimbricenses, em 1182 (ver capítulo III desta tese).

<sup>229</sup> Onde um cónego crúzio, *Mestre Mendo* (logo com formação universitária), e próximo de Peculiar, será prior da colegiada agostinha de São Isidoro de León, entre 1156 e 1167 (Ingo Fleisch, op. cit., pp. 65-67; ver nota 142 deste capítulo).

<sup>230</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, pp. 77 e 79; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., p. 57; Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, op. cit., p. 183.

<sup>231</sup> Lewis Mumford, *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Londres, Secker & Warburg, 1961, pp. 265-266.

indiretamente reflexos arquitetônicos<sup>232</sup>.

Nos seus aspetos mais fundamentais, o Românico combina duas características formais evidentes e complementares: uma natureza telúrica e robusta, e uma acentuação vertical, de aspiração ao céu. A primeira reflete-se nos edifícios maciços, baseados na parede espessa que se prolonga na abóboda, e exprime a preocupação pela proteção. A segunda verifica-se na utilização de torres, que se tornam um motivo arquitetónico de primeira importância, pela primeira vez na história ocidental<sup>233</sup>. Do ponto de vista espacial, espelhando o desejo característico de participação mais ativa, de ação humana inspirada por Deus, que discutimos anteriormente<sup>234</sup>, os edifícios românicos constroem, pela sua implantação, uma *paisagem sagrada*, definível como uma rede de locais de proteção, sejam fortalezas de senhores cristãos, sejam santuários, interligados pelas rotas sobrepostas de peregrinações várias e traduzindo as hierarquias civis e eclesiais<sup>235</sup>. Esta espacialidade ampla de “movimento pontuado” tem continuidade na qualidade rítmica dos interiores românicos, que explorarão o percurso longitudinal em direção a um fulcro<sup>236</sup>, em edifícios subdivididos em unidades morfológicas acopladas<sup>237</sup>, articuladas plasticamente pelos rudimentos de um esqueleto interno e externo, aplicado sobre a parede/abóboda – mais “diagrama” que base portante, mais *sintático* que estrutural<sup>238</sup>. Esse racionalismo compositivo, que “explica” o edifício primeiramente em volumes bem definidos e secundariamente numa grelha parietal de pilares, pilastras e arcos tourais, é visível também numa preferência pelos traçados geométricos regulares, euclidianos<sup>239</sup>. A insistência na alvenaria isódoma, o retorno à abóboda, o geometrismo e a dignificação duma estrutura porticada (mesmo que virtual), assinalam uma outra vertente do Românico: a recuperação de técnicas e configurações romanas, substituindo as influências orientais e nórdicas do Paleocristão<sup>240</sup>. Estas três definições cardeais – a parede-força, a torre-impulso e o percurso-ritmo – assim como este

---

<sup>232</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 79; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, pp. 61-62 e 76; Paulo Pereira. *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, pp. 230-232 e 256-258.

<sup>233</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 77-79; ressalve-se que, sem essa relevância, a torre existe pelo menos em exemplares paleocristãos africanos e médio-orientais de arquitetura religiosa, não sendo, portanto, a sua associação aos templos uma *invenção* tardo-medieval (Richard Krautheimer, *Architettura sacra paleocristiana e medievale: e altri saggi su Rinascimento e Barocco*, “Nuova Cultura”/35, Turim, Bollati Boringhieri, 1993, pp. 152-153).

<sup>234</sup> Ler Christian Norberg-Schulz (*idem*, p. 93) sobre conceção agustiniana da Igreja e da sua missão, dinâmica e social, durante o Românico.

<sup>235</sup> As estradas que ligam paróquias a sedes diocesanas, aldeias a burgos a cujo termo pertencem, etc. (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, p. 59).

<sup>236</sup> Nomeadamente nos templos basilicais, da entrada à ousia, mas também movimentos secundários de circunvolução processional – dos deambulatórios à volta do altar-mor, até à composição de todo o espaço interior como constituído por um núcleo totalmente rodeado dum percurso envolvente (como acontece em Santiago de Compostela e nas grandes igrejas de peregrinação – ler Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 86-87).

<sup>237</sup> Volumes geométricos, definidos, matematicamente e construtivamente, pela sua superfície, a parede (Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 77-79 e 93).

<sup>238</sup> Articulação integrada que não existia no Paleocristão mas que ainda não se tornou na solução estrutural concreta do Gótico (Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 80-81).

<sup>239</sup> Dos arcos semicirculares a uma estética da proporção numérica pitagórica e platónica também – em platonismo lido em Agostinho, que disse ser a beleza uma proporção entre as partes, em definição famosa na idade Média (ler Umberto Eco, *Arte e Beleza..., op. cit.*, pp. 39-52).

<sup>240</sup> Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p.183.

vocabulário e gramática compositivos, aplicam-se aos dois edifícios dominantes da construção românica: a igreja e o castelo. Estes tipos edificatórios estão na realidade estreitamente aparentados, como locais de proteção e de ordem cristã, e unem-se, aliás, na cidade românica, que é tanto fortaleza e local de senhorio, como é sede de templos e quase sempre sede episcopal, que se organiza em função do percurso da rua<sup>241</sup>, das portas ao centro cívico e/ou religioso<sup>242</sup>. A cidade lê-se pela parede-muralha e pelos volumes, salientes verticalmente, da residência feudal ou da igreja tutelar<sup>243</sup>. Inversamente, quer a igreja quer o castelo são figurações urbanas por redução: o castelo românico possui um recinto, que abriga eventualmente (ou ocasionalmente) uma população, e uma torre de menagem que figura o senhor<sup>244</sup>, e a igreja românica é quase sempre real ou simbolicamente fortificada, como *Cidade de Deus*<sup>245</sup>. O ideograma urbano-castrense, dominante e universal, é traduzido por variações sobre dois esquemas fundamentais, ambos de origem romana, mais uma vez: a unidade tripartida da porta fortificada (com a entrada flanqueada por duas torres)<sup>246</sup> e o *pentyrigion*, uma matriz de estruturação dum recinto em *quincunx* – a partir de quatro torres nos ângulos exteriores e uma torre central dominante – derivada do *castrum* romano. Estes dois paradigmas estarão na base das feições românicas, da porta marcada por cubelos das cortinas muralhadas à fachada templar flanqueada por campanários simétricos, da fortificação com torre de menagem, central e emergente, à igreja com torres múltiplas subordinadas à torre dominante do cruzeiro<sup>247</sup>.

Como é óbvio, os estabelecimentos monásticos românicos integram-se totalmente neste sistema. São pontos significantes na colonização geográfica, ao longo dos caminhos; suportes de fixação de população e em si mesmo comunidades sociabilizadas<sup>248</sup>, e organismos literalmente urbanizados<sup>249</sup> –

---

<sup>241</sup> Percurso que se ritualiza na procissão e no cortejo (Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 277).

<sup>242</sup> Lewis Mumford, *idem*, pp. 303-306.

<sup>243</sup> *Idem*, pp. 251-52, 54-55, 59-60.

<sup>244</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 143-144; essa torre é aliás um dos elementos mais definidores da arquitetura militar românica, como diz Mário Jorge Barroca, em *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p. 9.

<sup>245</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 87.

<sup>246</sup> Cfr. Marco Vitruvio Polion, *De Architectura libri decem*, I, V, 3 (*Vitrúvio, tratado de arquitetura*, Lisboa, IST Press, 2006, p. 46); esta fonte era desconhecida na Idade Média, mas essas portas subsistiam em muitas cidades europeias, nomeadamente nas muralhas aurelianas de Roma (como a Porta Asinaria, junto ao palácio papal de Latrão).

<sup>247</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 77.

<sup>248</sup> Wolfgang Braulfels, *op. cit.*, p. 44.

<sup>249</sup> Num aglomerado de edifícios distintos, segundo as suas funções, e até em estrutura de quarteirões, como vemos na planta ideal de St. Gallen, na mesma herança da quadrícula romana que encontraremos nos planos das *bastides* (Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 301).

amuralhados<sup>250</sup> e com foco na sua igreja<sup>251</sup>.

Institucionalmente, passa-se de um período de mutação dos conceitos cenobíticos, entre os séculos IX e X, cujo corolário é Cluny – último fôlego da herança do monaquismo carolíngio e primeiro alento da reforma gregoriana<sup>252</sup> – para um momento de criação, indo do século XI ao XIII, de opções múltiplas e complementares, entre a vida regular canonical, socializada, ativa e urbana, a reformulação cisterciense, ascética, racionalista e rural (e mesmo as pulsões eremíticas, dos cartuxos aos camaldulenses), que se rematará posteriormente noutro caso de súmula e mutação, que é o movimento mendicante<sup>253</sup>. Assim, da aldeia centrípeta, do monaquismo pré-benedictino<sup>254</sup>, evolui-se para uma organização “processional” – ao longo e em redor da igreja, em redor do claustro e na distribuição das dependências segundo uma sequência que segue a ordem ritual do quotidiano regulado dos mosteiros<sup>255</sup> – e para uma aglomeração de espaços/edifícios/valências funcionais que reforça o carácter urbano<sup>256</sup>. O plano cisterciense, para além de codificar estritamente os usos, a sua distribuição e a sua simbologia (sobre precedentes, nomeadamente de Cluny), exemplifica uma outra invenção compositiva, a da concentração do edifício monástico num volume compacto e de limites bem definidos, onde, de St. Gallen a Cluny, encontrávamos um aglomerado múltiplo, em órbita do claustro<sup>257</sup>.

O modo românico, embora unitário, percorre naturalmente um caminho que tem várias formulações distintas, mesmo sincrónicas. Descrito de forma muito sintética, e tomando como referente a arquitetura templar, podemos dizer por exemplo, que emerge na cristalização do modelo do império germânico, de igreja como percurso longitudinal entre dois aglomerados volumétricos significantes (*imperium* e *sacerdotium*)<sup>258</sup>, em simetria (*Westwerk* e cabeceira oriental)<sup>259</sup>; evoluirá, acompanhando as mudanças

---

<sup>250</sup> Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, pp. 205, 215; trata-se de uma cerca tanto simbólica da clausura, como prática e defensiva (Michel Bouttier, *op. cit.*, pp. 26-27); São Bento, aliás, no prólogo da sua Regra (*Regra de S. Bento*, 2.ª ed., Braga, edições “Ora & Labora”, 1992, p. 13) usa uma metáfora militar para descrever o monge (como refere Wolfgang Braulfels, *op. cit.*, p. 42).

<sup>251</sup> Em Cluny, o mosteiro estava rodeado por uma muralha de contorno irregular, mas marcada por quatro torres principais e com a grande igreja saliente sensivelmente ao centro desse *quincunx*, virada à porta monumentalizada do recinto; a igreja em si funcionava como redução do esquema: a porta ocidental entre torres geminadas, e o conjunto marcado por um aglomerado de torres sobrepujadas pela torre do cruzeiro.

<sup>252</sup> Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 34-36; Michel Bouttier, *op. cit.*, pp. 21-22, 61 e 63.

<sup>253</sup> Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 37-45; Michel Bouttier, *op. cit.*, pp. 80-84.

<sup>254</sup> Wolfgang Braulfels, *op. cit.*, pp. 15-16 e 33.

<sup>255</sup> Michel Bouttier, *op. cit.*, pp. 23-24.

<sup>256</sup> Ver também Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998, pp. 32-33.

<sup>257</sup> Wolfgang Braulfels, *op. cit.*, pp. 133-137.

<sup>258</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 80

<sup>259</sup> A formulação do *Westwerk* precede a formulação carolíngia (com exemplos precoces, nomeadamente na Nortúmbria), mas pelo segundo terço do século IX é contraposto ao corpo oriental nesta forma paradigmática (Richard Krautheimer, *op. cit.*, pp. 192-195); existem, ainda assim, exemplos dessa dicotomia simétrica no norte de África paleocristão (Kenneth John Conant, *Carolingian and romanesque architecture – 800 to 1200*, “The Pelican History of Art”/13, Baltimore, Penguin, 1959, p. 139).



culturais, com foco na Borgonha e na Ordem de Cluny, para um apogeu de difusão, na basílica cruciforme, com fulcro único no altar eclesiástico<sup>260</sup>. Terá como epílogo a depuração no formato cisterciense, igualmente borgonhês – ainda românico, na composição por volumes e na dependência da superfície parietal, assim como na vocação simbólica que o edifício consagra, nem que venha a ser a base para a transição para o modo de fazer e de pensar do Gótico.

Esta representação simplificada do processo de evolução do Românico deixa obviamente de fora opções claramente distintas de interpretar este figurino, regionais, por um lado (como é o caso italiano, entre outros) e nomeadamente das que estão fora duma matriz beneditina, por mais que ela possa ser de facto dominante<sup>261</sup>. Se bem que Braunfels tendia a acreditar no contrário<sup>262</sup>, talvez haja aliás possibilidade de falar de um modelo canonical augustiniano, com um centro possível no sul de França, mas disso falaremos um pouco mais adiante, ao abordar os protótipos arquitetónicos cruzios.

Parte integrante ainda deste discurso de simbologias volumétricas e espaciais<sup>263</sup> é a *adjetivação* iconográfica dos edifícios, quer se trate da escultura diretamente arquitetónica, quer da decoração aplicada – pela pintura mural<sup>264</sup>, pelo uso de tapeçarias, etc. – que sobrepõem mais um nível de expressão na procura de transmissão de significados<sup>265</sup>.

**4.3.2 O Românico português:** Ao contrário do que parece dizer Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na introdução à sua última síntese sobre o estilo Românico<sup>266</sup>, este não será, em Portugal, uma manifestação periférica às correntes europeias.

É evidente que o que diz é “numericamente” certo, quando explica que a esmagadora maioria das construções portuguesas são extremamente simples quanto ao seu partido arquitetónico. No que toca à arquitetura eclesial, por exemplo, apenas cerca de duas dezenas de exemplos têm mais do que uma

---

<sup>260</sup> Richard Krautheimer, *op. cit.*, p. 195 (também dará origem aos modelos renanos e ingleses, além de borgonheses).

<sup>261</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 91.

<sup>262</sup> Wolfgang Braunfels inclinava-se mais para uma raiz beneditina, mas aceitava que a relação arquitetónica igreja-claustro pudesse ter sido definida nos capítulos catedralícios regularizados em espírito augustiniano (*op. cit.*, p. 33).

<sup>263</sup> Como a alegoria da igreja cruciforme como *Corpus Christi*, com uma composição modular *ad quadratum*, que se pode ler no testemunho coetâneo de Hildegarda de Bingen (Jorge Rodrigues, “A arquitetura românica”, *op. cit.*, p. 211); mas esse é um modelo beneditino, como aliás ela o era (Donald Attwater, *Dicionário de Santos*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992, p. 207). Christian Norberg-Schulz também realça que cruz e deambulatório são mais importantes nas igrejas de peregrinação, e se insiste mais genericamente no percurso longitudinal nas igrejas monásticas (*op. cit.*, p. 91).

<sup>264</sup> Em Portugal, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (“Primeiras impressões...”, *op. cit.*, p. 79; *O Românico*, *op. cit.*, p. 167) acha que a qualidade do aparelho do nosso românico não pede reboco e não favoreceu fresco e pintura figurativa (com o que concorda Paula Virgínia de Azevedo Bessa, em *Pintura mural do fim da Idade Média e início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, tese de doutoramento em História/História da Arte apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, edição da autora, 2007, p. 22), mas refere uso comprovado de cor aplicada diretamente à pedra e de tapeçarias.

<sup>265</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 154-155.

<sup>266</sup> *Idem*, p. 56.

nave e 80% das igrejas românicas portuguesas têm apenas uma abside na cabeceira<sup>267</sup>. É notório também que esse conjunto dominante é fruto de um processo de simplificação e de quase vernacularização<sup>268</sup>. No entanto, se digo “parece dizer”, é porque o próprio autor, ao discutir os “dialetos” do românico nacional, os faz ou depender regionalmente de “monumentos mais nucleares” (ou “monumentos-padrão”), ou os integra em famílias nacionais através de instituições com características artísticas próprias (Benedictinos, Cistercienses e Templários)<sup>269</sup>, e que para todos esses casos encontra fortes relações internacionais. Por outro lado, depreende-se que os grupos regionais são maioritariamente definidos tendo em conta variações decorativas ou de composição de elementos arquitetónicos (como portais)<sup>270</sup>, o que, como se discutiu no capítulo I e II desta tese, depende de opções locais e autorias complementares, não determinando um discurso espacial.

Assim, o território português estará afinal acessível às correntes europeias, que darão origem a alguns edifícios de expressiva sofisticação, embora exista um processo rápido de nacionalização e simplificação desses modelos, que não deixam de ser uma depuração de referências internacionais. É aliás a manifestação duma tendência perene da nossa arquitetura<sup>271</sup>.

Tratando-se aqui de tentar estabelecer as coordenadas duma arquitetura institucional com fortes laços internacionais, tracemos agora um quadro geral baseado nessas obras-padrão do nosso Românico, perfeitamente integráveis na *língua* europeia de então – e no seu discurso sobre o *castelo*, a *catedral* e o *mosteiro* – antes de discutirmos a sua redução a um mínimo denominador comum.

O “encastelamento” português remata-se com o novo quadro de defesa e do habitat que a subdivisão do território em “terras”, atribuídas em senhorio à nobreza ligada ao rei, no século XII, assinala – matriz senhorial substituindo as *civitates* condais<sup>272</sup>. O castelo românico português modelo é a fortificação de chefia dessas terras, nelas estabelecendo uma centralidade, e tem uma configuração, ainda baseada na defesa passiva, que reúne um recinto murado e uma torre de menagem, central e proeminente, residência e símbolo do senhor feudal<sup>273</sup>. A torre de menagem tipifica a arquitetura castrense do período

---

<sup>267</sup> *Idem*, pp. 77-79.

<sup>268</sup> *Idem*, p. 85.

<sup>269</sup> *Idem*, pp. 139-140.

<sup>270</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>271</sup> Como diz Alexandre Alves Costa, em “Arquitectura portuguesa”, in TOUSSAINT, Michel (dir.), JA – Jornal Arquitectos, n.º 185, Lisboa, Ordem do Arquitectos, Agosto de 1998, p. 40.

<sup>272</sup> António Maria Balcão Vicente, *Povoamento e estrutura administrativa no espaço transmontano (século XII a 1325)*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 2002, p. 143; Mário Jorge Barroca, *Do castelo da reconquista...*, *op. cit.*, pp. 55 e 60; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 143 e 151.

<sup>273</sup> Os paços reais tê-las-ão tido, e, pelo menos desde Sancho I, o rei controlará o direito dos nobres de as construírem (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, p. 150).

e é o seu elemento inovador. A cortina exterior e a sua entrada começam também a ser marcadas por torres<sup>274</sup>.

Como os castelos, as catedrais são a marcação duma rede de jurisdição, e assento – *cathedra* – do senhor diocesano. Marcam (e definem) as cidades e, pela sua massa dominante e posição central, replicam uma torre de menagem<sup>275</sup>, onde a cerca urbana é ampliação do recinto castelar, intercalada de cubelos, e interrompida por portas com parcimónia, apenas na chegada dos caminhos, e estas são protegidas por torres<sup>276</sup>. Por outro lado, as catedrais são elas próprias um ideograma militar e urbano (já vimos como esses dois caracteres se implicam mutuamente, no Românico). Robustos muros péticos ameados, ostentam a porta reentrante entre torres geminadas<sup>277</sup> da herança romana e da prática castelar, e sugerem o *quincunx* (e a torre de menagem) pela sobreposição dos campanários duplos com a torre do cruzeiro, mais alta e no centro da construção<sup>278</sup>. Todas elas utilizam um plano basilical e com transepto, de matriz cluniacense, adotando mesmo alguns dos sinais das igrejas de peregrinação, como o deambulatório (no Porto), ou as tribunas sobre as naves laterais (em Coimbra e Lisboa)<sup>279</sup>.

Os mosteiros, mesmo que – à exceção dos crúzios – se afastem das cidades, permanecem igualmente figurações urbanas idealizadas, uma vez que são o quadro de uma vida alternativa, mais perfeita, mais perto do arquétipo da Jerusalém celeste. São também parte da rede de abrigos humanos que “civilizam” (e cristianizam) a paisagem, em conjunto com os castelos e as cidades.

Os grandes mosteiros beneditinos portugueses formam conjuntos orgânicos, aglomerando edifícios distintos volumetricamente e sem grande unidade compositiva na planimetria, em volta da igreja monasterial, peça mais elaborada e saliente no seu perfil<sup>280</sup>, aliás com raros claustros formalizados<sup>281</sup>. Possuíam cercas defensivas, como acontece pelo menos em Paço de Sousa, Cete, Lorvão e Pendurada<sup>282</sup>.

---

<sup>274</sup> Mário Jorge Barroca, *Do castelo da reconquista...*, op. cit., pp. 60-62; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, pp. 143-144; José Mattoso, *Ricos-Homens...*, op. cit., pp. 150-151.

<sup>275</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Primeiras impressões...”, op. cit., p. 69. Particularmente nas cidades em que o senhorio episcopal não concorre com uma alcáçova real, casos do Porto, Braga e Viseu. Exceção a este padrão seria a tardia catedral de Lamego, que se localizava extramuros, em zona de crescimento da cidade (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., p. 152); Lamego foi também mais um castelo militar que uma cidade, e só com o advento da segurança a cidade se desenvolveu à sombra da fortificação (José Mattoso, “Identificação de um país...”, op. cit., p. 253).

<sup>276</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., pp. 151-153.

<sup>277</sup> Exceto Coimbra, que as não tem (cuja heterodoxia, nisso e no seu plano compacto, é atribuível à influência do mosteiro de Santa Cruz, como veremos mais tarde), e Lamego, que tinha apenas uma torre, lateral à fachada (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, p. 127).

<sup>278</sup> E seria ainda possível ler como urbana, de “rua que leva ao Templo”, a definição interior do percurso porticado que conduz à capela-mor.

<sup>279</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., pp. 76-79.

<sup>280</sup> O contraste absoluto (em volume e requinte construtivo) que deve ter existido entre a igreja monasterial e as suas dependências, nos nossos cenóbios beneditinos, adequa-se a um esquema mental em que o templo, a liturgia e a caridade são sumptuosos, *versus* os mosteiros radicalmente pobres (ler José Mattoso, “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os sécs. XI-XIII”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, actas das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, vol. II, p. 642).

<sup>281</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., p. 82.

<sup>282</sup> *Idem*, p. 143.

Os templos são, nos casos mais representativos, basilicais, longitudinais, com transepto incluso e cabeceira tripartida e escalonada<sup>283</sup>. Não possuem torres na fachada mas assinalam-se algumas torres no cruzeiro<sup>284</sup>; há exemplares também de torres isentas, geralmente de feição militarizada, embora sejam normalmente mais tardias<sup>285</sup>. Trata-se, portanto, duma espécie de versão simplificada da relação da cidade com a catedral, e da forma destas em si mesma, talvez mais notória pela matriz cluniacense verificável em ambas as situações.

Genericamente, uma boa parte das mesmas propriedades se poderiam estender no nosso caso à arquitetura cenobítica cisterciense<sup>286</sup>, mas com algumas inovações e diferenças qualitativas. A implantação dos monges brancos procura áreas não só extraurbanas mas mais isoladas<sup>287</sup>; formam conjuntos com cercas e outros dispositivos defensivos<sup>288</sup>, mas as torres são um elemento mais ausente<sup>289</sup>; apesar de existirem edifícios soltos com funções de apoio, o núcleo vivencial aparece arquitetonicamente unificado, compacto e composto de forma geométrica regrada<sup>290</sup>, e os templos, mesmo que igualmente de três naves, com transepto e com ousia tripartida, simplificam o aparato construtivo, segundo o modelo borgonhês de Claraval, no contrafortamento da abóbada da nave central pela subdivisão das naves colaterais em tramos abobadados transversalmente. Este último aspeto, além da depuração “modular” resultante<sup>291</sup>, traduz-se numa acentuação da nave central, único espaço verdadeiramente longitudinal, de que as naves laterais se tornam espaços sucedâneos e subdivididos, como se de capelas laterais comunicantes se tratassem<sup>292</sup>.

Se as características castrenses (e senhoriais) poderão ser menos acentuadas em Cister, são inversamente

---

<sup>283</sup> Manuel Luis Real, “A organização do espaço...”, *op. cit.*, pp. 120-123.

<sup>284</sup> De forma segura, apenas em Paço de Sousa, e talvez em Rates (Manuel Luis Real, *idem*, p. 120 e nota 10, p. 131).

<sup>285</sup> Pelo menos Travanca, Manhente e Abade de Neiva (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 79-80).

<sup>286</sup> Inclusive nas proporções dos edifícios; voluntariamente menos impositivos em dimensão do que grandes mosteiros cluniacenses, na sua origem, na Borgonha – onde se querem afirmar como edificações mais pragmáticas e mais humildes – ao serem transplantados para Portugal na mesma dimensão, equiparam-se aos grandes mosteiros beneditinos locais.

<sup>287</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 136; Ana Maria Tavares Martins, *Mosteiros cistercienses na região das Beiras: um percurso entre arquitectura e história*, Viseu, Quartzo Editora, 2012, p. 34.

<sup>288</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 143. Esses dispositivos defensivos, embora tenham ocorrido em alguns casos comprovados, não foram característicos dos primeiros edifícios da Ordem, em França, onde a cerca existiu sempre, mas tendo quase apenas um sentido simbólico; só mais tardiamente, não antes das primeiras décadas do século XIII, e em situações ou locais de conflito, se verifica a fortificação de instalações cistercienses – François Blary, “La question des fortifications des établissements cisterciens (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)” in MOUILLEBOUCHE, Hervé (dir.), *Châteaux et Prieurés*, atas do I colóquio de Bellecroix, Chagny, Centre de Castellologie de Bourgogne, 2012, pp. 198-204. O mosteiro cisterciense continua mesmo assim a afirmar-se como uma pequena cidade (Ana Maria Tavares Martins, *op. cit.*, p. 23) e é o próprio São Bernardo que fala de Claraval como uma Jerusalém celeste, na sua epístola 64 (*idem*, p. 21).

<sup>289</sup> Até pela oposição bernardina ao luxo arquitetónico (Ana Maria Tavares Martins, *op. cit.*, p. 31), sendo aliás proscritas em capítulo da Ordem, em 1157 (Georges Duby, *São Bernardo...*, *op. cit.*, p. 160); se torres existiram nas cercas e/ou nas suas entradas, nada resta delas em Portugal, o que deve indicar que o seu aparato seria pouco elaborado.

<sup>290</sup> Lembremo-nos que o mosteiro de São João de Tarouca românico segue já rigorosamente o plano cisterciense (Ana Maria Tavares Martins, *op. cit.*, pp. 36-39).

<sup>291</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>292</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 136.

acentuadas nos Templários, como naturalmente seria de esperar numa Ordem militar. Em Tomar é um *castelo* o que encontramos e a igreja conventual converte-se quase literalmente (e pelo menos figuradamente) numa torre de menagem, sendo ao mesmo tempo a rara exceção ao modelo basilical dominante em Portugal, ao emular no seu espaço interior o plano centralizado do Santo Sepulcro, à maneira dos cavaleiros do Templo<sup>293</sup>.

O panorama do Românico nacional descreve, por conseguinte, um abrangente eixo semântico cidade-fortaleza, fazendo recurso frequente às torres e através de interpretações dos temas compositivos da porta torreada e do *pentyrigion*. A edificação contribui para a colmatação dos vazios do território<sup>294</sup>, implantando pontos de civilização e proteção, através de redes institucionais complementares, mas unificadas nesta estruturação espacial pela rede viária<sup>295</sup> e por um sistema de significação e de linguagem comuns.

**4.3.3 Arquétipos e protótipos para os Cruzios:** Na construção do discurso cruzio, a instituição recebeu, dentro das suas condições de produção, toda uma série de referenciais que vai assimilar num processo de intertextualidade. De forma privilegiada, nomeadamente através dos seus agentes ativos, certos *arquétipos* e *protótipos* arquitetónicos estarão presentes, mais até pelas suas propriedades estruturais recorrentes – daí ainda estarem aqui considerados como parte da *língua*, das convenções que regem a *fala* – do que num processo estrito de “citação”.

Os Regrantes portugueses partilham, obviamente<sup>296</sup>, da generalidade dos arquétipos espaciais-arquitetónicos da época que temos estado a analisar – o caminho, o recinto com fulcro, a parede, a torre, a cidade-fortificação – mas um deles, em particular (porque fortemente agostinho) e com atributos particularizados, interessa destacar: a Cidade de Deus.

Na sua descrição veterotestamentária (no Livro de Ezequiel, XL-XLVIII) e neotestamentária (Apocalipse,

---

<sup>293</sup> *Idem*, p. 138.

<sup>294</sup> Como repete Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, pp. 56 e 66.

<sup>295</sup> “*Foram os caminhos um dos bens comunitários que mais ajudaram a impor a cooperação e reciprocidade e um dos que mais cedo foram objecto de regras tradicionais*” (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, p. 59). A atividade de construção viária e pontística medieval é mais relevante (e menos dependente da herança romana) que o que comumente se crê; é importante sob D. Afonso Henriques e central como objeto dos legados testamentários, até ao século XIV, enquadrando-se então, aliás, no conceito de “obra assistencial” (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais Entre-Douro-e-Minho*, dissertação de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1968, pp. 4 e 24, e “Os caminhos e a assistência no norte de Portugal”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, actas das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, vol. I, pp. 41-49).

<sup>296</sup> Pesem embora algumas das originalidades na sua concretização, fruto também dos protótipos através dos quais os conceberam, como veremos.

XXI, 9-27), a Jerusalém celeste, continuação e conclusão do Éden e do Templo<sup>297</sup>, é descrita como a residência do Cordeiro de Deus: urbana, cercada de muralhas, de planta quadrada, em implantação orientada pelos pontos cardeais e com 12 portas (3 em cada face)<sup>298</sup>. Santo Agostinho, no *De civitate Dei*, ainda lhe acrescenta uma outra significação espacial: a de ser alternativa, *paralela*, à Jerusalém terrestre, a cidade dos homens<sup>299</sup>.

Continuando em Jerusalém, no que toca a exemplos *concretos* de referentes, relacionados de forma personalizada com Santa Cruz, o Santo Sepulcro – local da crucificação e portanto local original *da* Santa Cruz – é um ponto de partida<sup>300</sup>. Destino de peregrinação, a basílica hierosolimitana era vista pela sua descrição bíblica como erigida sobre um local historicamente fora da cidade e (pelo menos aparentemente) a cota inferior em relação ao Monte do Templo; tal como aparecia ao peregrino, vindo do Mediterrâneo e entrando pela porta de David – à frente da qual se estendia uma rua que atravessava toda a cidade até ao Monte do Templo – o Santo Sepulcro surgia ainda como parte de uma zona próxima da entrada, imediatamente à esquerda, onde se encontravam o mercado de cereais da cidade e os hospitais donde surgiria a Ordem do Hospital, estando portanto no âmago de uma área ativa e de receção a forasteiros<sup>301</sup>. [fig.02a] No século XII, embora o edifício fosse uma colagem complexa de obras bizantinas<sup>302</sup>, recebeu, entre 1099 e 1149, a fachada românica com arcaturas em registos sobrepostos, flanqueada de uma torre única, simultaneamente robusta e articulada por aberturas<sup>303</sup>. [fig.02b]

Constantinopla, particularmente antes da selvática conquista pela 4.<sup>a</sup> cruzada (1202-1204), era para os europeus ocidentais a epítome quase mitológica da megalópolis, em dimensão (quase um milhão de habitantes) e em riqueza (material, de monumentos, de relíquias)<sup>304</sup>. Em nenhuma outra cidade o esplendor do carácter urbano seria mais convincente, nem seria definido por uma cintura muralhada e

---

<sup>297</sup> Do jardim murado (Gênesis, II-III) e do recinto sagrado composto de espaços gradativos, em que um átrio precede um altar e um *sanctum* (Êxodo, XXVI-XXVII).

<sup>298</sup> Saliente-se que nada se diz nas Escrituras sobre torres nas muralhas da Jerusalém celeste – *Ezequiel*, XL, fala de “*vestibulum portæ*” ao descrever as muralhas da cidade (o que, interessantemente quanto aos Crúzios, indicaria em rigor um *átrio*), e o *Apocalipse* apenas refere “*portas*” – é a ligação do modelo militar romano à ideia do que uma cidade deveria ser, e a equivalência medieval de *cidade* com *fortificação*, que levam à associação de torres à imagem da Cidade de Deus.

<sup>299</sup> *De Civitate Dei*, XIV, 28 (*Obras de San Agustín, op. cit.*, vol. XVII, pp. 937-938).

<sup>300</sup> Armando Alberto Martins vê semelhanças entre o Santo Sepulcro e Santa Cruz, embora não precise (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 142).

<sup>301</sup> Dan Bahat, *Historical Atlas of Jerusalem: an illustrated survey*, Jerusalém, Carta, 2013, pp. 50-57.

<sup>302</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 65.

<sup>303</sup> J. R. Macpherson, “The Church of the Resurrection, or of the Holy Sepulchre”, in *English Historical Review*, vol. 7, n.º XXVII-XXVIII, Julho-Outubro, Oxford, Oxford University Press, 1892, p. 679.

<sup>304</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 214-215; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 179-183, e vol. 2, p. 102.

torreada – os muros de Teodósio – com uma imagem tão forte e esteticamente cuidada<sup>305</sup>. Por outro lado, pesem embora as diferenças litúrgicas e teológicas que informavam a sua conceção arquitetónica, Santa Sofia, com o seu espaço central, axialmente entre átrio e cabeceira tricéfala, mas também entre espaços laterais filtrados por uma parede porticada, não formando transepto<sup>306</sup>, pode, além de impressionar, ter sugerido algo a D. Telo.<sup>[fig.03]</sup>

Noutro local de romagem, e centro da rede institucional e espacial mais importante da época, os edifícios sede da Cúria Romana eram, no século XII, conjuntos desiguais dominados por construções paleocristãs. No entanto, em termos de implantação, quer a residência papal e a primeira igreja da cristandade, em Latrão<sup>307</sup>, quer o local de enterramento do primeiro pontífice, São Pedro, no Vaticano, eram pontos excêntricos e de chegada à cidade. O complexo lateranense imediatamente dentro das muralhas aurelianas e junto à Porta Asinaria, no acesso meridional a Roma, e a basílica vaticana decididamente fora da cidade e do lado ocidental do Tibre.<sup>[fig.04]</sup>

Em Pisa, em 1135, os edifícios episcopais do Campo Santo, encontravam-se igualmente fora dos muros da cidade. A catedral pisana é um ponto alto da arte do século XII, e, embora as opções arquitetónicas do Românico italiano, ainda transportando um forte pendor clássico e bizantino, não se encontrem facilmente para cá dos Alpes<sup>308</sup>, algumas das suas características mais genéricas – o culto do campanário único, muitas vezes isolado, e a articulação plástica da parede através de arcaturas – podem ter chamado a atenção dos cónegos de Santa Cruz. Também à data da visita daqueles, o *Duomo* estaria incompleto (pelo menos não teria a fachada Oeste atual) e o *campanile* por edificar, mas o templo exibiria certamente quer o seu interior dominado pela nave central (em que a continuidade dos arcos laterais esconde o transepto), quer o seu exterior dominado pela sobreposição de registos de arcaturas parietais.<sup>[fig.05]</sup>

Já no terceiro dos locais fundamentais de peregrinação e num dos protótipos gerais de todo o Românico, a catedral de Santiago de Compostela, encontramos dificilmente pontos de contacto com a arquitetura crúzia. Mole fortemente basilical e cruciforme, erizada de torres geminadas que acompanham as entradas, e implantada no centro da cidade, parece representar o oposto do discurso dos Regrantes, o que se poderia explicar quer por representar a vaga cluniacense que precede o movimento canonical,

---

<sup>305</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 62.

<sup>306</sup> *Idem*, pp. 69-72.

<sup>307</sup> Provavelmente a primeira construída expressamente e de raiz como tal, após o Édito de Constantino, de 313 (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 63).

<sup>308</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 89. Em Portugal e em Coimbra, Manuel Luís Real quis ver no avanço central da fachada da Sé Velha uma versão, nem que distante e reformulada, das *loggie* lombardas e emilianas com tribuna (que vemos, por exemplo, na catedral de Modena), apoiando-se na presença de temas formais de escultura aparentados com os dessas regiões, mas reconhece que influências decorativas poderão vir indiretamente, de áreas que receberam influência italiana, da Provença ao Languedoc (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 209-211).

quer pelos conflitos que o cabido compostelano protagonizou com a Igreja portuguesa e com Peculiar. É verdade que (e ao contrário de Cluny) quer a fachada principal<sup>309</sup> quer na sobrevivente fachada Sul<sup>310</sup> eram compostas por pisos sobrepostos abertos por arcos.<sup>[fig.06a]</sup> É curioso também que, quando uma canónica regrante é fundada em Santiago, e em forte ligação com a catedral – Santa Maria de Sar, em 1136 – esta será localizada próxima mas exteriormente à muralha, na estrada de Sevilha, a *Via da Prata*<sup>311</sup>. É uma igreja de cabeceira tripartida e sem transepto definido, em que um maciço turriforme na fachada antecede um volume único (dado por três naves de igual altura).<sup>[fig.06b]</sup>

Em território leonês, importa ainda falar da colegiada agostinha de San Isidoro de León, que, como vimos, chegou a ter um prior vindo de Santa Cruz<sup>312</sup>. Genericamente edificada em duas fases entre meados e fins do século XI, estava integrada no perímetro amuralhado da cidade – de que uma torre ocidental, sensivelmente axial à igreja, faz parte<sup>313</sup> – e a nave era precedida de um nártex funerário, aliás panteão real<sup>314</sup>. Tinha um claustro românico a Norte da igreja.<sup>[fig.07]</sup> Em Leão também, e nesta relação de grandes templos com as fortificações urbanas (e, se não de torre única, pelo menos com um campanário fortificado dominante), são de referir as catedrais, entre outras, de Ciudad Rodrigo, Zamora e Salamanca<sup>315</sup>.<sup>[fig.08]</sup>

Mas o grosso dos laços dos cónegos regrantes portugueses estabelece-se com a atual França, assim como é consensualmente francesa a matriz do Românico em Portugal, e dali vieram boa parte dos movimentos cenobíticos dominantes na época, de São Rufo aos Premonstratenses, de Cluny a Cister. Em Paris, chegando de Sul, Dom Peculiar e os cónegos estudantes que se lhe seguiram, encontrariam nas vias de acesso, duas grandes abadias extramuros, e ambas marcadas por imponentes torres frontais e axiais: Saint-Germain-des-Prés e São Vitor. A primeira, a Oeste, tinha sido a necrópole real merovíngia<sup>316</sup>

---

<sup>309</sup> Na reconstituição de Kenneth John Conant (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 63).

<sup>310</sup> A porta de Platerias, onde chega o caminho português de peregrinação a Santiago.

<sup>311</sup> Ou *Caminho Moçárabe*, onde a colegiada fez assistência a peregrinos (Miguel Calleja Puerta, *op. cit.*, pp. 51-52).

<sup>312</sup> Em San Isidoro após a reforma canónica do cenóbio, em 1144, e talvez ali (segundo Ingo Fleisch) no momento de obtenção da isenção episcopal, em 1163 (Miguel Calleja Puerta, *op. cit.*, p. 47; ver também notas 139 e 226 deste capítulo).

<sup>313</sup> Semelhança notada por Manuel Luís Real (em “A organização do espaço...”, *op. cit.*, p. 125) e sustentada e analisada por Walter Rossa (*Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, tese de doutoramento em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2001, pp. 337-338 e segs.); a cronologia da presença do cónego crúzio Mestre Mendo, em altura em que Santa Cruz já estaria largamente em conclusão (ver nota 377 deste capítulo), faz dele dificilmente o agente de transmissão de influências arquitetónicas de León para Coimbra, embora a sua eleição pode assinalar relações anteriores.

<sup>314</sup> Fernando Chueca Goitia, *Historia de la arquitectura española*, Ávila, Diputación de Ávila, Fundación Cultural Santa Teresa, 2001, vol. I, pp. 191-192; o autor, aliás filia-a em precedentes franceses de átrios com torre-campanário, de que nomeia especificamente Saint-Philibert de Tournus e Fleury, de que falaremos adiante.

<sup>315</sup> Eduardo Azofra (ed.), *La catedral de Ciudad Rodrigo a través de los siglos – visiones y revisiones*, Salamanca, Diputación de Salamanca / Caja Duero – Obra Social / Diócesis de Ciudad Rodrigo, 2006, pp. 111-112.

<sup>316</sup> Paul Biver e Marie-Louise Biver, *Abbayes, monastères et couvents de Paris*, Paris, Nouvelles éditions Latines, 1970, vol. II, pp. 5-7. A torre-nártex de Saint-Germain é de c. 990-1014 (Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mèrel-Brandeburg, *Histoire de l'architecture française...*, *op. cit.*, pp. 158-159).



e a segunda, a Leste, era um cenóbio canonical e ligado à excelência da produção intelectual da universidade parisiense<sup>317</sup>. [fig.09]

Na Borgonha, e perante os incontornáveis movimentos (monásticos e arquitetónicos) de Cluny e Cister, já vimos que Santa Cruz se encontrava cronologicamente entre o florescimento de ambos, e com mais afinidades programáticas com o segundo. O mesmo se verifica no que deles podemos ver refletido na arquitetura crúzia.

Assim, na arquitetura cisterciense, que emerge entre o texto bernardino da *Apologia ad Gulielmum abbatem* (de 1125), que lhe discute os princípios, e o capítulo da Ordem de 1134, que os estabelece como regra<sup>318</sup>, encontraremos mais consonâncias. Das propriedades centrais desse *estereótipo* são de realçar: o mosteiro como construção unificada e compacta, geometrizada e modular; a igreja de nave central acentuada pela redução das colaterais a espaços subsidiários, sem deambulatório, e de cabeceira tripartida; as várias dependências monásticas interligadas por um percurso, tanto simbólico quanto funcional<sup>319</sup>. [fig.10]

Por outro lado, como vimos quanto à catedral de Santiago de Compostela – a cujo partido arquitetónico está ligada e espelha – a igreja abacial de Cluny III parece estar muito longe de ser um modelo para os Regrantes portugueses. No entanto, é preciso referir algumas particularidades que podem ter encontrado eco em Santa Cruz. Antes de mais, o templo cluniacense de que os Crúzios teriam tomado conhecimento não será Cluny III – iniciada em 1088, mas só concluída em 1220 – mas a sua predecessora. Cluny II não só mantinha um aspeto fortificado e ostentava uma cabeceira tripartida e não em deambulatório<sup>320</sup>, como era antecedida por uma ante-igreja, provavelmente em dois níveis. Este corpo, que a documentação chama *galilea*, é um sinal caracteristicamente cluniacense, uma reformulação do *Westwerk* germânico, adequando-o a uma simbologia escatológica e a uma liturgia que a Ordem adotou e promoveu. Sobrepondo a um *atrium*/nártex, de preparação à entrada no local sagrado, uma capela superior dedicada ao serviço dos mortos pelos monges, juntava quer a significação da morte como a da entrada no céu, donde a sua relação com a Galileia, local ligado à Ressureição. A escultura presente neste espaço (como também se verificará noutros), reforçam essa significação<sup>321</sup>. [fig.11] Este corpo ocidental, se bem que aqui ladeado de torres geminadas, transforma-se muitas vezes num volume turriforme, quando aquelas são

---

<sup>317</sup> Paul Biver e Marie-Louise Biver, *idem*, p. 151.

<sup>318</sup> Georges Duby, *São Bernardo...*, *op. cit.*, p. 12; Ana Maria Tavares Martins, *op. cit.*, pp. 26-27. Será aliás em 1135 que se inicia a construção do protótipo cisterciense, Clairvaux/Claraval (Anselme Dimier e Jean Porcher, *L'Art Cistercien – France*, Paris, Zodiaque, 1962, t. 1, p. 65).

<sup>319</sup> Tipo que, como já vimos, chegará a Portugal de forma completa e fidedigna, e com colaboração crúzia.

<sup>320</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 87.

<sup>321</sup> Nomeadamente com o Cristo em majestade, prefigurando o Juízo Final; sobre a *galilea* cluniacense, ler Kristina Krüger, “La galilée clunisienne”, in *Narthex - art sacré, patrimoine, création*, revista bi-média do Service National de la Pastorale Liturgique et Sacramentelle da Conférence des Evêques de France [em linha] disponível em <http://www.narthex.fr/> [consultado em 03-03-2011].

secundarizadas (como em Saint-Philibert de Tournus, onde são reduzidas a pequenos remates superiores, justapostos<sup>322</sup><sup>[fig.12]</sup>, e esses volumes abrem-se em porticados (como em Saint-Fortuné de Charlieu<sup>323</sup>).<sup>[fig.13]</sup> Dois exemplos paradigmáticos dessas torres-nártex de derivação cluniacense, na órbita borgonhesa, são, a Este e Oeste da região, respetivamente, a abadia de Romainmôtier<sup>[fig.14]</sup> (no cantão suíço de Vaud)<sup>324</sup> e a de Fleury<sup>[fig.15]</sup> (em Saint-Benoît-sur-Loire)<sup>325</sup>, a primeira monolítica e a segunda articulada por níveis sobrepostos de arcarias. O corpo ocidental de Fleury<sup>326</sup>, além disso, no seu plano quadrangular, com três aberturas em cada face, na direção dos quatro pontos cardeais, é uma representação da descrição bíblica da Jerusalém celeste<sup>327</sup>.

Da Borgonha para o Sul e para a Península Ibérica, os itinerários principais contornavam o Maciço Central francês, quer pela região limosina<sup>328</sup>, quer pelo Auvergne e o vale do Ródano, em direção à Provença (e daí também a Itália)<sup>329</sup>, reencontrando-se em Toulouse. Em ambas a zonas encontramos possíveis ligações cruzias.

Na área arvernesa é de sublinhar que as duas soluções-tipo das torres-nártex se encontram: a abadia de Saint-Léger de Ébreuil segue de perto Fleury<sup>330</sup><sup>[fig.16]</sup> e a de Saint-Pierre e Saint-Caprais de Mozac, é um claro exemplo maciço e militarizado<sup>331</sup>. Num desenho de Guillaume Revel de cerca de 1450<sup>332</sup>, a abadia de Mozac aparece aliás como uma ilustração do mosteiro como cidade-castelo, rodeado de muralhas e centralizado na igreja fortificada, com uma torre-nártex ameada, virtualmente idêntica a uma torre de menagem.<sup>[fig.17]</sup>

---

<sup>322</sup> Assim era a ante-igreja, entre 1028-1054, sendo a torre esquerda uma adição tardia, do século XII (Alain Erlande-Brandenburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandenburg, *op. cit.*, p. 166).

<sup>323</sup> De entre a segunda metade do século XI e a primeira do século XII (Kristina Krüger, *op. cit.*).

<sup>324</sup> Onde a galilé é da primeira metade do século XI (Kristina Krüger, *idem*).

<sup>325</sup> Exemplos referidos, como possíveis referentes da arquitetura cruzia, entre outros, por Manuel Luís Real ("A organização do espaço...", *op. cit.*, p. 125; "O Convento Românico de S. Vicente de Fora", *op. cit.*, p. 17); Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere também Cluny II como exemplo de comparação (*O Românico*, *op. cit.*, p. 131).

<sup>326</sup> Do século XI, e dos primeiros elementos, com a cabeceira, a serem edificados na igreja (Alain Erlande-Brandenburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandenburg, *op. cit.*, pp. 193-195).

<sup>327</sup> A concordância com o referente bíblico é aliás referido no sítio da *internet* da abadia: *Abbaye de Fleury* [em linha] disponível em <http://www.abbaye-fleury.com/la-tour-porche.html> [consultado em 04-03-2011]

<sup>328</sup> Como o fez bispo Diego Gelmírez de Compostela, indo a Cluny, acompanhado pelo futuro bispo do porto, Hugo, em 1100 (Henri Treville, "Autour d'une variante du chemin de Saint-Jacques de Toulouse vers le Haut Comminges", in AAVV., *Le pèlerinage*, «Cahiers de Fanjeaux – collection d'histoire religieuse du Languedoc au XIII<sup>e</sup> et au début du XIV<sup>e</sup>»/n.º 15, Toulouse, Privat, 1980, p. 107).

<sup>329</sup> René de La Coste-Messelière e Gérard Jugnot, "l'accueil des pèlerins à Toulouse", in AAVV., *Le pèlerinage*, «Cahiers de Fanjeaux – collection d'histoire religieuse du Languedoc au XIII<sup>e</sup> et au début du XIV<sup>e</sup>»/n.º 15, Toulouse, Privat, 1980, pp. 119-120.

<sup>330</sup> Kenneth John Conant, *op. cit.*, p. 92.

<sup>331</sup> Exemplo referido, entre outros, por António Nogueira Gonçalves ("O narthex românico...", *op. cit.*, p. 21).

<sup>332</sup> Guillaume de Revel, *Armorial d'Auvergne*, c. 1450, fl. 120 (Bibliothèque Nationale de France, Département des manuscrits, cota: Français 22297) [em linha] disponível em <https://gallica.bnf.fr/> [consultado em 22-01-2020].

A Provença e a Narbonense, tão importantes para os Crúzios pela filiação rufiniana e as viagens dos fundadores, é não só uma região a que associamos igrejas fortificadas, como a uma preferência pela nave única, acompanhada ou não de capelas laterais como contrafortamento (como na catedral de Orange),<sup>[fig.18]</sup> e fraca presença de transeptos (ausente em Saint-Gilles-du-Gard,<sup>[fig.19]</sup> e nas catedrais de Orange e Avinhão)<sup>333</sup>. As torres-nártex são raras, mas a catedral de Avinhão é precisamente um desses exemplos<sup>334</sup>.

Com um perfil bastante monolítico, a torre de Notre-Dame-des-Doms era visível à distância, sobressaindo dos muros avinhonenses como as torres senhoriais castrais de que já vimos vários exemplos.<sup>[fig.20]</sup> A sul da cidade, na estrada para Nimes e para o mar, ficava o mosteiro de São Rufo, de que hoje só encontramos fragmentos de uma igreja de nave central acentuada, com uma colateral assimétrica (embora com transepto), de cabeceira tripartida, guarnecida de uma torre fortificada e associada a uma cortina amuralhada. Importa dizer, no entanto, que construção da catedral é posterior às primeiras visitas dos enviados de Santa Cruz (data de entre 1140-1160)<sup>335</sup> e que as ruínas existentes da canónica rufiniana são ainda mais tardias, embora ainda undecentistas<sup>336</sup>. Não é improvável, de qualquer forma, como se conhece a colaboração artística entre o cabido e o cenóbio, que as opções arquitetónicas da Sé tenham sido influenciadas pelos edifícios de São Rufo do século XI, em época de grande apogeu<sup>337</sup>, e que isso ajude a explicar a sua originalidade.<sup>[fig.21]</sup>

A influência de São Rufo e a existência duma grande concentração de cabidos aderentes à reforma canonical gregoriana, na orla do golfo de Lião<sup>338</sup>, bem como a sua tradução arquitetónica – para além das características das suas igrejas, que já vimos – em conjuntos fortificados englobando dependências de vida comum<sup>339</sup>, sustentam a possibilidade de ter existido uma tipologia agostinha, como punha em hipótese, embora com reservas, Wolfgang Braunfels.

Um exemplo particularmente acabado disso é a catedral de Saint-Pierre-et-Saint-Paul de Maguelone,

---

<sup>333</sup> Kenneth John Conant, *op. cit.*, pp. 147-150; Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *op. cit.*, p. 224.

<sup>334</sup> A par da catedral de Embrun (pelo menos quanto ao nártex – Kenneth John Conant, *idem*, p. 150), situada na zona de Maurienne, de onde veio a rainha D. Mafalda.

<sup>335</sup> Kenneth John Conant, *idem*, pp. 148-149.

<sup>336</sup> No que toca à igreja, porque a torre foi acrescentada ainda depois, e o pano ameado é já do século XIV: ler Andreas Hartmann-Virnich, “L’ancienne abbatale de saint-Ruf”, in AAVV., *L’Abbaye de Saint-Ruf, d’Avignon à Valence*, Valence, Service Ville d’Art et d’Histoire de Valence (agglô Sud Rhône – Alpes) e Musée des Beaux-Arts et d’Archéologie de Valence, 2010, pp. 36-39 e 47).

<sup>337</sup> Andreas Hartmann-Virnich, *idem*, p. 36; Yvette Lebrigand, “Origines et première diffusion...”, *op. cit.*, pp. 169-170.

<sup>338</sup> Os bispados de Avinhão, Maguelone (Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, col. 379) e Orange (Jean Becquet, “L’évolution des chapitres cathédraux...”, *op. cit.*, p. 25), entre outros; a regularização regante dos cabidos foi forte entre Arles e Narbonense, zona onde também foi mais perene, resistindo à onda de secularizações do século XIII (*idem*, pp. 30-34).

<sup>339</sup> Existiram conjuntos fortificados de cabidos episcopais em Avinhão, Viviers, Béziers, Maguelone e Narbonne (Yves Esquieu, “Les constructions canoniales des chapitres cathédraux du sillon rhodanien et du littoral méditerranéen au temps de la réforme grégorienne”, in AAVV., *Le monde des chanoines...*, *op. cit.*, *passim* e particularmente pp. 152-158).

vizinha de Montpellier e sua sede de bispado, que D. Telo dificilmente não teria conhecido<sup>340</sup>. Adotando exemplarmente os princípios institucionais de São Rufo, provavelmente desde 1095<sup>341</sup>, esta catedral implantava-se em face de, mas separada do núcleo urbano, num tómbolo. Contida numa implantação quadrangular – com o claustro formalizado a Norte (um dos mais precoces, aliás, do século XI), envolvido por torres – a catedral tinha por sua vez na fachada duas torres, tão próximas que poderão ter formado (ou sugerido) um corpo único, e possuía uma tribuna ocidental que replicava a dicotomia átrio/coro alto da galilé cluniacense; era também de uma só nave, e apesar de possuir transepto, aparece à vista exterior como um grande volume unificado.<sup>[fig.22]</sup>

Voltando ao trajeto a poente do Maciço Central, a importante igreja de peregrinação, cluniacense (desde 1062)<sup>342</sup>, de Saint-Martial de Limoges é outro possível protótipo crúzio<sup>343</sup>. Demolida na Revolução, entre 1792 e 1797<sup>344</sup>, sabemos no entanto o suficiente do seu plano e implantação para dela falar.<sup>[fig.23]</sup> Construída como um edifício compacto, em face da cidade, mas fora das muralhas<sup>345</sup>, a fachada da sua igreja era antecédida de uma torre-nártex (construída entre 974-991, mas alterada após incêndios de 1122 e 1167), com a largura da nave central, de planta quadrangular em três tramos e três naves, porticada em níveis sobrepostos, e fazendo suceder em altura volumes em recuo (paralelepípedo, prisma octogonal, pirâmide) muito ao sabor do Românico regional e languedociano<sup>346</sup>.

A caminho de Toulouse, não só encontramos outros exemplos românicos das duas variantes da torre-nártex que já identificámos noutras regiões – Saint-Pierre de Dorat<sup>347</sup> numa versão articulada parietalmente por arcaturas,<sup>[fig.25]</sup> ou Saint-Pierre-ès-Liens de Tourtoirac,<sup>[fig.26]</sup> mais maciça e fortificada – como era forçoso passar no mosteiro de Saint-Pierre de Moissac.

Moissac, em que a construção românica data do início do século XII, é outro exemplo de torre-nártex fortificada e em sobreposição de volumes geométricos, com *atrium* térreo e capela dando sobre a nave

---

<sup>340</sup> A semelhança de Santa Cruz com Maguelone já foi sugerida, como vimos, por Armando Alberto Martins (ver nota 223 deste capítulo).

<sup>341</sup> Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, col. 379; Jean Becquet, “L’évolution des chapitres cathédraux...”, *op. cit.*, p. 26.

<sup>342</sup> Charles de Lasteyrie, *L’abbaye de Saint-Martial de Limoges: étude historique, économique, archéologique*, Paris, Alphonse Picard et Fils, 1901, p. 295.

<sup>343</sup> Apesar de ostentar alguns dos sinais típicos das igrejas de peregrinação cluniacenses, que, como já vimos, não se verificam em Santa Cruz, tendo uma cabeceira em charola, um formato cruciforme afirmado (e marcado por torre no cruzeiro) e uma planta basilical com naves laterais, e com tribuna, na nave como no transepto (Charles de Lasteyrie, *op. cit.*, pp. 296-299).

<sup>344</sup> Charles de Lasteyrie, *idem*, p. 297.

<sup>345</sup> *Idem*, p. 324.

<sup>346</sup> *Idem*, pp. 309-312; um exemplo existente muito similar a essa torre desaparecida é a da colegiada canonical de Saint-Léonard de Noblat, perto de Limoges (descrita como exemplo paradigmático do Românico languedociano por Kenneth John Conant, *op. cit.*, p. 178), embora em Noblat a torre seja sobre a entrada lateral e não axial.<sup>[fig.24]</sup>

<sup>347</sup> Referida como influência possível na catedral portuense (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 115).

(única) no primeiro piso<sup>348</sup>. Tem também um elaborado e precoce claustro<sup>349</sup>, a norte da igreja, coberto de madeira, mas com arcadas de colunas geminadas, de capitéis historiados.<sup>[fig.27]</sup>

Em Toulouse, a colegiada canonical de Saint-Sernin<sup>350</sup> terá poucas semelhanças arquitetónicas com exemplos crúzios, mas a sua implantação é mais uma vez extramuros, a par da cidade, ao longo da estrada para Moissac, paralela ao rio Garona.<sup>[fig.28]</sup> Daqui, a caminho de Portugal, a rota mais provável seria a de Saint-Bertrand de Comminges<sup>351</sup>, e ali se encontrava o viajante com um capítulo episcopal seguindo a reforma regrante<sup>352</sup>, em igreja fortificada, de nave única e precedida de uma robusta torre-nártex.<sup>[fig.29]</sup>

Um último protótipo possível, fruto dos laços de Santa Cruz e dos seus agentes, poderia encontrar-se dentre a arquitetura moçárabe portuguesa<sup>353</sup>. Dispomos infelizmente de muito poucos exemplares construídos desta época e quase nada sabemos sobre arquitetura cenobítica de então. Podemos apesar de tudo inferir da regra de Santo Isidoro de Sevilha<sup>354</sup>, que dedica o seu primeiro capítulo à organização do mosteiro, algumas disposições espaciais: aquele deve localizar-se entre a cidade e a villa rústica<sup>355</sup>, e

---

<sup>348</sup> Kenneth John Conant, *op. cit.*, p. 178.

<sup>349</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*O Românico, op. cit.*, p. 82) defende que a formalização do claustro é cisterciense, mas refere Moissac como precedente, ainda que sem a organização “clássica”.

<sup>350</sup> Agostinha e canonical no fim do XI, depois de ter sido cluniacense (Henri Treville, “Autour d’une variante du chemin...”, *op. cit.*, pp. 107-108).

<sup>351</sup> Foi a de Gelmírez e Hugo, e era estrada marcada por instituições canónicas de assistência a viajantes e peregrinos (Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, col. 386; Henri Treville, *idem*, pp. 107-109).

<sup>352</sup> Charles Dereine, “Chanoines...”, *op. cit.*, col. 379.

<sup>353</sup> Eram locais de devoções moçárabes, ligados a relíquias e romarias, pelo menos os mosteiros crúzios undecentistas de: **São Torcato de Guimarães**, **Santa Maria de Cárquere** (José Mattoso, “Identificação de um país...”, *op. cit.*, p. 241), **São Vicente de Fora** (*idem*, p. 263; Carlos Manuel Guardado da Silva, *O mosteiro de S. Vicente de Fora...*, *op. cit.*, p. 60) e **Santa Maria de Landim** – pela imagem de Nossa Senhora da Basta, depois chamada de Landim e dando invocação ao mosteiro, segundo Maria de Fátima Castro, *Santa Maria de Landim - os seus espaços e as suas gentes (da segunda metade do século XVI a finais do século XIX)*, Braga, s.e., 2004, p. 28.

Também deveriam sê-lo, por indícios de larga persistência de comunidades moçárabes, pelo menos: **São Salvador do Banho** – Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho, op. cit.*, vol. II, pp. 78-80; Alberto Antunes de Abreu, “A pia baptismal de Banho (Vila Cova, Barcelos)”, in AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional - actas*, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. I, pp. 201-207; **Santa Marinha da Costa** – Manuel Luís Real, “Santa Marinha da Costa – notícia histórica”, in AAVV., *Pousada de Santa Marinha*, Guimarães, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 130, Lisboa, D.G.E.M.N., 1985, pp. 9-12; Mário Jorge Barroca, “Contribuição para o estudo dos testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho”, in AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga, op. cit.*, p. 118; Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2.ª ed., Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, p. 73; **Santa Leocádia de Palmeira** – Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho, op. cit.*, vol. II, pp. 78-80; Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. I, p. 491; **Santa Eulália de Rio Covo** – Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, p. 19; Laurinda Fernandes de Carvalho Araújo, *Monografia de Santa Eulália de Rio Covo – Barcelos*, Ponte de Lima, Viana do Castelo - Centro de Estudos Regionais, 1984, pp. 54-58; **São Romão de Seia** – José Mattoso, *Seia na idade das trevas*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1987, pp. 13-14.

Cumulativamente, conhecemos a ligação da Ordem e dos seus agentes – nomeadamente D. Telo e São Teotónio – ao partido moçárabe e às suas comunidades (ver notas 138, 172 e 190 deste capítulo).

<sup>354</sup> Regra dominante no sul da península e em comunidades mais letradas e urbanas – foi aliás recomendada, a par com a de São Bento, no concílio de Coyanza de 1055 (José Mattoso, “Nota histórica”, in Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, pp. 29-30); fazia também parte das fontes coligadas no *Liber Ordinis* de Letberto de São Rufo, que Santa Cruz adotou como costumeiro (Charles Dereine, “Saint-Ruf...”, *op. cit.*, p. 166).

<sup>355</sup> Isidoro é também o primeiro a definir *suburbium* nas suas *Etymologiae* (Manuel Justino Pinheiro Maciel, *As “Regulae Monachorum” e a arquitectura dos mosteiros na antiguidade tardia*, Porto, Centro de Estudos de Ciências Humanas, 1998, p. 22).

deve ser rodeado de um muro com poucas entradas; a igreja deve conter a separação entre espaços de assembleia pública (*ecclesia*) e o da comunidade conventual (*chorus*)<sup>356</sup>. Na arquitetura templar, a igreja de São Pedro de Lourosa – quer seja tecnicamente moçárabe<sup>357</sup> ou antes genericamente pré-românica (tardo-asturiana)<sup>358</sup> – localizada em região de presença crúzia (e talvez ligada à *civitas* de Seia<sup>359</sup>) e em povoação do senhorio da mitra de Coimbra<sup>360</sup>, poderá eventualmente ter qualidades prototípicas. Possui cabeceira tripartida, um transepto impercetível no interior, uma nave central acentuada pelo forte encerramento das paredes de contacto com as colaterais; era antecedida de um espaço de nártex com a mesma largura e o mesmo pé-direito (antes do restauro moderno), que chegou a ter um coro alto<sup>361</sup>.<sup>[fig.30]</sup>

#### 4.4 | A fala arquitetónica crúzia

**4.4.1 Enunciados-tipo e estereótipo:** Depois de avaliadas a situação social e cultural da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e dos seus agentes, de tentarmos estabelecer os paradigmas de organização mental e as estruturas gerais de conceção espacial e formal deste período, que encontramos filtrados nos textos arquitetónicos referenciais que rodearam os Crúzios, é tempo de verificarmos como esse enquadramento linguístico se traduz em enunciados-tipo, e esse “tipo” concretiza-se antes de mais no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Santa Cruz é o primeiro e o mais ativo cenóbio regrante gregoriano em Portugal<sup>362</sup>, e é o condutor do movimento canonical português, a partir do século XII, pela reforma que introduz a partir do seu seio, pelos sinais de que é efetivamente tomado como exemplo, inclusive arquitetónico<sup>363</sup>.

---

<sup>356</sup> *Idem*, pp. 19-21.

<sup>357</sup> Como a denomina a historiografia tradicional (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 28-30).

<sup>358</sup> Como a defende Paulo Almeida Fernandes – “A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa”, in SERRÃO, Vitor (dir.), *Artis – revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 2, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, p. 295.

<sup>359</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>360</sup> AAVV., *Igreja Matriz de Lourosa*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 55, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1949, pp. 8-9.

<sup>361</sup> Os vestígios dessa configuração foram destruídos pelo restauro da DGEMN de 1930-1931 (*idem*, pp. 8 e 11), mas temos deles imagens (por exemplo: Aarão Soeiro de Lacerda, *op. cit.*, fig. 177, p. 153, e Joaquim de Vasconcellos, *Arte Românica em Portugal*, 2.ª ed., fac-símile à de 1914, Lisboa, D. Quixote, 1992, fotografia de Marques Abreu na p. 49 das estampas).

<sup>362</sup> Existiram certamente outros institutos canonicais mais antigos, sob a Regra de Aix (para listagens desse cenóbio ler: Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, pp. 80-82); já os movimentos de inspiração canonical post-gregorianos são de tipologias de vida e ação diferentes e mais estanques (como as Ordens Militares), ou filiais de movimentos internacionais com pouca expressão em Portugal – como os Premonstratenses, que apenas terão em Portugal dois mosteiros, e provavelmente só no século XIII (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 224); os Cónegos de Santo Antão fundaram apenas um, já no século XIII (*idem*, pp. 218-220), e os Cónegos do Santo Sepulcro, apesar de estarem documentados desde antes de 1128, detiveram apenas dois cenóbios (*idem*, pp. 214-216).

<sup>363</sup> Para além das semelhanças que permitem deduzi-lo, temos ainda o exemplo do prior de São Vicente de Fora, que se corresponde com o de Santa Cruz, recebendo conselhos sobre estrutura física do hospital monástico, entre 1181-1184 – ler Paulo Almeida Fernandes, “*Hoc templum aedificavit Rex portugalliae Alphonsus I.* o mosteiro medieval”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 98 (sobre o hospital e botica de São Vicente, ver a obra dirigida por Maria Paula Basso e João Neto, *A Botica de São Vicente de Fora*, catálogo da exposição homónima, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994).

A cidade de Coimbra, no primeiro quartel do século XII, ocupava o topo e a encosta Oeste da colina da Alcáçova, dominando o rio Mondego, último relevo importante antes da planície que se estende até ao litoral. O burgo, de forma elíptica, estava completamente rodeado de muralhas, interrompida por torres a intervalos regulares, que defendiam também as portas de acesso. Era coroado pela antiga alcáçova árabe, tornada residência condal e depois real; a meio do percurso central, sobre o *decumanus* romano, que unia a base da colina ao paço, sensivelmente no centro numa depressão em concha chamada “cutilada”, implantava-se a catedral pré-românica<sup>364</sup>.

O Mondego, no seu percurso Este-Oeste, faz aqui uma inflexão, correndo frente a Coimbra no sentido Sul-Norte. Até pelo menos ao século XVI, o rio abria-se a jusante, pouco depois, num vasto estuário até ao mar, e era navegável para o interior até à sua confluência com o Dão. Coimbra, com a sua ponte, era o ponto de encontro dos barcos que chegavam de Buarcos e do mar, com os que chegavam de Foz do Dão. Parte desta relação entre a orla marítima e o *Hinterland* era também a estrada que partia do topo nascente da colina coimbrã e se dirigia para Viseu (e a Salamanca, pela *via colimbriana*). No sentido perpendicular, a via de origem romana que unia o Sul e Lisboa, ao Norte e Santiago de Compostela, principal eixo vertical do território português, atravessava a ponte junto aos limites Sul da cidade, onde aquela era tangente à margem e prosseguia, paralela ao Mondego, entre este e as muralhas urbanas, para Norte<sup>365</sup>.

Entre a várzea mondeguina e a cidade, em particular na zona setentrional, onde desembocava o vale da Ribela, dividindo a colina da Alcáçova da de Montarroio, desenvolviam-se vários arrabaldes, núcleos construídos à volta de igrejas extramuros (São Bartolomeu, São Tiago, Santa Justa), designados na documentação como *suburbium* tão remotamente quanto 1096. Eram zonas de artesãos e comerciantes, mas também de comunidades moçárabes e judaicas<sup>366</sup>. [fig.31]

O mosteiro de Santa Cruz vai escolher implantar-se aí, entre as margens do rio, os subúrbios e o vale agrícola que circundava a cidade, entre o limite visual da elevação coroada de oliveiras de Montarroio e

---

<sup>364</sup> Jorge de Alarcão, *op. cit.*, pp. 19, 58, 83-131; sobre a implantação e datação da Sé Velha, também Maria Leonor Cruz Pontes, *A Sé Velha de Coimbra...*, *op. cit.*, pp. 12-16.

<sup>365</sup> Sobre a situação geográfica e viária de Coimbra no século XII, ler Jorge de Alarcão (*op. cit.*, pp. 25-27), Walter Rossa (*op. cit.*, pp. 23-47), Maria Helena da Cruz Coelho (*O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1983, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, vol. 1, pp. 1-3, 400-403), Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*Vias medievais Entre-Douro-e-Minho*, *op. cit.*, p. 217; “Os caminhos e a assistência...”, *op. cit.*, p. 56), José Marques (“Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI”, in MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 2.ª série, vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, pp. 100, 117), Saul António Gomes (*In limine...*, *op. cit.*, pp. 84, 88), Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 40-42), Juan José Sánchez-Oro Rosa (“Iglesia y poder en Ribacôa y Ciudad Rodrigo – la construcción del espacio político mirobrigense (1161-1211)”, in MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 2.ª série, vol. XV, t. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 314, nota 4) e António Nogueira Gonçalves (“As pontes de mestre Zacarias de Córdova, no século X”, in *Estudos de história da arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp. 105-106).

<sup>366</sup> Jorge de Alarcão, *op. cit.*, p. 145

o conjunto muralhado da cidade<sup>367</sup>, no cruzamento entre a via de peregrinação e a torrente dos Banhos Régios, um curso de água permanente, que alimentava os banhos (herança romana ou moçárabe) e que a estrada atravessava em ponte<sup>368</sup>.

Das pré-existências, o estabelecimento balnear doado por D. Afonso Henriques foi demolido, e é discutido se existiria ou não no local uma pequena igreja com a invocação de Santa Cruz, e, a existir, se foi ou não integrada no edifício românico<sup>369</sup>. De qualquer forma, é de crer que nenhum deles teria tido qualquer influência sobre as opções gerais para o mosteiro.

Para a reconstituição da configuração e perímetro da canónica coimbrã temos duas fontes principais: a descrição, quase contemporânea aos factos<sup>370</sup>, da sua edificação na *Vita Tellonis*, e a implantação de elementos seguramente românicos que conhecemos arqueologicamente.

“*Murum in circuitu cenobii construendo, turres in excelso erigendo, domos intra claustrum ed extra edificando*” reza a biografia de D. Telo<sup>371</sup>. Da passagem se extrai, em primeiro lugar, que a imagem prioritária que se procurou era fortificada (uma vez que nem se refere expressamente a igreja do complexo), e definida por um anel de muralhas e torres<sup>372</sup>. Jorge de Alarcão levantou também a hipótese de que “*in excelso*” quisesse dizer em lugares excelsos, nobres, e Manuel Luís Real quis ler na formulação a ordem de prioridades de execução de trabalhos: primeiro a cerca, depois as instalações comunitárias e só depois a não referida igreja, posterior à morte de D. Telo<sup>373</sup>. Não me parecendo que a frase o diga inequivocamente, parece-me certo que havia torres mais significativas (não impedindo que outras,

---

<sup>367</sup> A similitude (embora mais simbólica que topográfica) à situação do Santo Sepulcro, entre um Monte das Oliveiras e a cidade de Jerusalém, não escapa ao cronista Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VII, cap. III, p. 8).

<sup>368</sup> Jorge de Alarcão, *op. cit.*, pp. 13, 154-155, 167-168; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 113.

<sup>369</sup> António Nogueira Gonçalves, Manuel Luís Real e Saul António Gomes defendem hipótese dessa existência, Walter Rossa e Jorge de Alarcão opõem-se (Jorge de Alarcão, *op. cit.*, pp. 155-158); Manuel Luís Real parece sugerir ainda que essa eventual capela pré-existente será a primitiva igreja paroquial de São João (Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 132-133, 135-137, e “A organização do espaço...”, *op. cit.*, p. 125); soa estranho ao uso eclesiástico que esse templo, sem ser destruído, cedesse a invocação à nova igreja e a mudasse a sua para São João...

<sup>370</sup> Será de cerca de 1155 (Leontina Ventura e Ana Faria, *Livro Santo de Santa Cruz...*, *op. cit.*, pp. 36-38; Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Cruzios»...”, *op. cit.*, p. 447).

<sup>371</sup> Numa outra coincidência entre os dois conjuntos (ver nota 340 deste capítulo), na “*Vieille chronique*” de Maguelone, quando se fala da restauração do capítulo pelo bispo Arnaud (1030-1060), diz-se que ele “*fonda des tours et de toutes parts fit des murs*” (*apud* Yves Esquieu, “Les constructions canoniales des chapitres cathédraux...”, *op. cit.*, p. 153).

<sup>372</sup> Assim a interpretaram, genericamente, António Nogueira Gonçalves (“O narthex românico...”, *op. cit.*, pp. 18-19), António Augusto Ferreira da Cruz (*Sta. Cruz de Coimbra na cultura portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 20-21), Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 143), Manuel Luís Real (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 302; “A organização do espaço...”, *op. cit.*, pp. 125-126), Saul António Gomes (*In limine...*, *op. cit.*, p. 176), Jorge de Alarcão (*op. cit.*, p. 161). O aspeto defensivo desse sistema seria realmente mais simbólico – como dizem Armando Alberto Martins (*idem, ibidem*) e Jorge de Alarcão (*idem*, p. 161); até Manuel Luís Real, que mais se apegava à configuração militar, assume que o grande portal documentado do nártex de Santa Cruz nega a sua eficiência defensiva (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 227 e 302) e admite pontos fracos evidentes da fortificação (em “A organização do espaço...”, *op. cit.*, pp. 125-126).

<sup>373</sup> Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 137.



menores, existissem<sup>374</sup>) em locais mais relevantes: a torre-nártex, que antecedia a igreja<sup>375</sup>, e a torre maciça que existia a Nordeste do conjunto, demolida em 1935<sup>376</sup>. Aliás, sendo a igreja marcada – ou mesmo *identificada* – pela sua torre frontal, esta não deixará afinal de ser referida na descrição da *Vita Tellonis*, e nada implicará que tenha sido remetida para a fase final das obras<sup>377</sup>. Acredito também que a diferença presente entre “*intra claustrum*” e “*extra*”, depois de dizer que os muros rodeavam o cenóbio, indica que dentro destes haveria um núcleo mais compacto, vivencial, à volta do claustro, e outras construções cumprindo funções acessórias no espaço livre sobrance – o que se adequaria à imagem urbana dentro da cerca, que vimos ser transversal à arquitetura cenobítica da época, mas indicia ainda a existência de um edifício identificado, centrado no claustro.

Conhecemos também a posição da igreja românica de Santa Cruz<sup>378</sup> e da primeira igreja paroquial de S. João<sup>379</sup>; que o claustro original tinha a implantação e dimensão do atual claustro do Silêncio<sup>380</sup>, e que a sala capitular e o refeitório ocupavam sensivelmente a mesma posição que ainda encontramos hoje<sup>381</sup>. Sabemos ainda o local da torre Nordeste (onde hoje se encontram as escadas de Montarroio e a Fonte Nova)<sup>382</sup> e que, antes de outras construções crúzias mais recentes que ainda ali se encontram hoje, o hospital de São Nicolau, depois de ter tido origem a Nascente do claustro, se teria subdividido e passado a ocupar uma segunda estrutura independente, perto dessa torre, ao longo da moderna Rua Olímpio

---

<sup>374</sup> D. Francisco de Mendanha, descrevendo o mosteiro em 1540, refere existirem então ainda outras duas torres importantes, além daquela que foi residência prioral e resistiu até 1935 (António Nogueira Gonçalves, “A torre de Santa Cruz de Coimbra”, in *Estudos de história da arte medieval*, *op. cit.*, p. 220).

<sup>375</sup> Identificada e descrita primeiramente por António Nogueira Gonçalves (veja-se “O narthex românico...”, *op. cit.*; *A frontaria românica...*, *op. cit.*; “Os arcos românicos encontrados na igreja de Santa Cruz de Coimbra”, in *Diário de Coimbra*, n.º 9477, Ano XXIV, Coimbra, 19 de Setembro de 1958, pp. 3-8).

<sup>376</sup> Mais tardia, de entre o fim do século XII e inícios do XIII (também estudada por António Nogueira Gonçalves; ver: “O narthex românico...”, *op. cit.*, p. 19; “A torre de Santa Cruz de Coimbra”, *op. cit.*, p. 220). Ler também Cátia Teles e Marques, “Na torre dos sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um tesouro de moedas medievais e dois desenhos quinhentistas”, in MOURA, Carlos Alberto, MARQUES, Cátia Teles e (cord.), *Revista de História da Arte*, n.º 9/“Arquitectura, Urbanismo e Artes Decorativas, séculos XVII e XVIII”, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 161-164.

<sup>377</sup> Como defendia Manuel Luís Real, em *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 138-144. Jorge de Alarcão discorda dessa edificação tardia do templo e acha que o nártex pode ser anterior a 1158 e até já estar pronto em 1152, antes de *Vita Tellonis* fosse escrita (*op. cit.*, pp. 162-165); a própria igreja já teria a cabeceira pronta em 1136 e estaria concluída em 1150, embora fosse solenemente consagrada pelo legado papal em 1228 (Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 178; Jorge de Alarcão, *idem*, pp. 157, 163-165).

<sup>378</sup> Porque a atual se lhe sobrepôs e a reaproveitou grandemente, pelo menos no corpo e fachada (António Nogueira Gonçalves, *A frontaria românica...*, *op. cit.*, pp. 7-8), e pelas escavações da capela-mor (Manuel Luís Real, “O Convento Românico de S. Vicente de Fora”, *op. cit.*, p. 21).

<sup>379</sup> Logo a Norte da Igreja, no seguimento das naves/capelas laterais: Jorge de Alarcão (*op. cit.*, p. 164), Maria de Lurdes Craveiro (*O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 18-19), Manuel Luís Real (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 143; “A organização do espaço...”, *op. cit.*, p. 125).

<sup>380</sup> É a opinião de António Nogueira Gonçalves, *Mosteiro de St.ª Cruz*, Coimbra, Epartur, 1977, p. 3; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 142; Jorge de Alarcão, *op. cit.*, p. 161.

<sup>381</sup> António Nogueira Gonçalves e Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*; Maria de Lurdes Craveiro acredita que pode ter sido na ala Nascente, sendo o refeitório manuelino uma permanência dessa implantação (*O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte, Coimbra, edição da autora, 2002, vol. I, pp. 50-51), mas inclino-me mais para a opinião dos autores anteriores, até pelo paralelismo com protótipos crúzios.

<sup>382</sup> António Nogueira Gonçalves, “O narthex românico...”, *op. cit.*, p. 19.

Nicolau Rui Fernandes, por volta de 1179<sup>383</sup>. Do mapeamento destes elementos, é visível que todo o complexo parece seguir uma composição aproximadamente ortogonal e de contorno geral quadrangular. Creio também que será de aceitar também que a cortina muralhada, no final do intervalo que estudamos aqui, englobaria todo esse perímetro – ao contrário da reconstituição de Jorge de Alarcão, que a limita ao conjunto igreja-dependências claustrais<sup>384</sup>. [fig.32]

Por conseguinte, o mosteiro de Santa Cruz, no início do século XIII, seria um grande conjunto quadrangular e razoavelmente ortogonal, orientado pelos pontos cardeais e ostensivamente definido pelas suas muralhas e torres; uma segunda cidade, ordenada, geometrizada, face ao burgo de Coimbra. Separava a cidade do campo, na direção Sul-Norte, e os arrabaldes urbanizados ocidentais do vale agrícola da Ribela, que gradualmente lhe veio a pertencer, a Este. Deste contorno e deste perfil, em ângulos diametralmente opostos, destacavam-se a torre-nártex, a Sul, abrindo-se para a estrada e mais perto das muralhas e portas urbanas, e, mais afastada delas, a torre Nordeste, robusta e fechada, em tudo idêntica às torres senhoriais de então<sup>385</sup>, proclamando a propriedade sobre o vale rural. A diferenciação das duas afirmações e a sua tradução arquitetónica ajudam também a explicar a implantação da igreja a Sul do Claustro<sup>386</sup>.

Reforçando essa dualidade de carácter e essa oposição dialética, a torre Nordeste era a residência prioral<sup>387</sup>, como as torres de menagem, e sendo assim literalmente senhorial<sup>388</sup>; [fig.33] por seu lado, a torre-nártex, abrigando um coro alto, era o local da comunidade. Esta dicotomia refletia-se também nos selos de Santa Cruz, em uso pelo menos desde 1202: o selo prioral representava o prior como indivíduo (de pé, de corpo inteiro – e era redesenhado a cada nova eleição) e como autoridade (com as vestes e atributos episcopais), enquanto o selo do convento dos cônegos ostentava o Cordeiro de Deus<sup>389</sup> – o que

---

<sup>383</sup> Jorge de Alarcão, *op. cit.*, p. 177. Maria de Lurdes Craveiro, baseando-se em D. José de Cristo, coloca o hospital crúzio como sendo exclusivamente a Norte do mosteiro; o texto do cronista é confuso, mas creio que é precisamente às duas localizações que se refere quando escreve “*cuido que ficava na claustra da manga e pera monte Arroio*” – sendo portanto a Este do mosteiro, onde será depois o Claustro da Manga, e para o lado de Montarroio, a Norte – em excerto que a autora transcreve, embora o interprete diferentemente (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 31).

<sup>384</sup> *Idem*, fig. 58, p. 154.

<sup>385</sup> António Nogueira Gonçalves chama-lhe “torre de menagem” (em “O narthex românico...”, *op. cit.*, p. 19).

<sup>386</sup> Para além disso, considerem-se os protótipos que vimos, em que o claustro era a Norte do templo (Moissac, León, talvez em Avinhão). Seria legítimo pensar que o curso, a Norte do vale, da ribeira dos Banhos Régios também poderia justificar pragmaticamente a inversão do esquema típico de implantação, de modo a que dependências como a enfermaria/hospital, e particularmente o refeitório e cozinhas, pudessem melhor beneficiar de água corrente; no entanto, se a ribeira era alimentada pela Fonte Nova, na sua posição original, na encosta da alcáçova, a Este de Santa Cruz (Jorge de Alarcão, *op. cit.*, p. 15) talvez fosse afinal mais fácil canalizá-la para o lado Sul do edifício (como se fará para alimentar a fonte do Largo do Sansão, mais tarde – Jorge de Alarcão, *idem, ibidem*). Não acredito, portanto, que a implantação se deva a puras questões práticas.

<sup>387</sup> Segundo António Nogueira Gonçalves (*Estudos de história da arte medieval, op. cit.*, p. 220); Saul António Gomes quer colocá-la numa torre junto à Porta Nova (*In limine...*, *op. cit.*, p. 177) o que seria estranho, já que aí estaria certamente extramuros e extra-cerca (e já que cita como fonte o estudo de Nogueira Gonçalves – *In limine...*, *op. cit.*, p. 167 – que a coloca claramente em Montarroio), mesmo sendo normal que fosse separada das dependências em volta do claustro (como acontecia em Cluny e noutras Ordens – *idem, ibidem*).

<sup>388</sup> Sobre a torre e essa semelhança, ler Cátia Teles e Marques, “Na torre dos sinos...”, *op. cit.*, pp. 161-163.

faz da torre-nártex a residência do *Agnus*, como a Jerusalém celeste da Revelação. Da mesma forma, como a *civitas Dei*, a torre-nártex apresentar-se-ia como um volume de planta quadrada orientada pelos pontos cardeais e tripartida em cada face – a ante-igreja de Santa Cruz tinha três naves, e embora tivesse quatro tramos, apenas três saíam do alinhamento da muralha do mosteiro<sup>390</sup>. As duas metáforas – senhorial-castral e religiosa-urbana – poderão também ter marcado o alçado dos dois volumes que as incorporavam: onde a torre Nordeste se apresentava como monolítica, há grande probabilidade que a sua contrapartida a Sudoeste fosse múltipla e articulada.

Antes de mais, que o fosse em altura. Como as galilés cluniacenses e outros protótipos crúzios que vimos, a torre-nártex tinha um piso térreo que juntava ao *atrium* a função funerária (o panteão régio)<sup>391</sup>, e um primeiro piso para o coro; essa distinção traduzir-se-ia pelo menos em aberturas para o exterior. Além disso, a esses dois níveis sobrepor-se-ia um volume octogonal, coroado de cúspide piramidal<sup>392</sup>. À largura, António Nogueira Gonçalves, a partir da alvenaria existente, deteta uma subdivisão tripartida da fachada frontal, mas, levando à letra a hipótese da similitude entre Santa Cruz e a Sé Velha, acredita-a relativamente dominada por panos cegos e planos, que não o portal térreo e um janelão no piso superior. Essa transposição pode ser exagerada<sup>393</sup>. Por um lado, as arcaturas descobertas nas paredes interiores do que foi a torre-nártex indicam-nos que, pelo menos nessa face, a parede seria porticada – não seria difícil que o mesmo acontecesse no exterior, nem que os arcos enquadrassem tramos cegos ou perfurados de pequenas aberturas. Por outro, esta formulação do alçado, para além de todos os protótipos que a reforçam, poderia ver-se num outro paralelismo: no *Homiliário* saído do *scriptorium* do mosteiro, em 1139<sup>394</sup>, a representação da Jerusalém celeste é feita dividindo a página em três

---

<sup>389</sup> Jorge de Alarcão, *op. cit.*, pp. 845 e 858.

<sup>390</sup> Note-se que na reconstituição da planta de Santa Cruz, complementando a de António Nogueira Gonçalves, feita por Manuel Luís Real, os pilares do quarto tramo, mais interior, não são cruciformes (*A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. II, p. 212; “A organização do espaço...”, *op. cit.*, p. 125) e poderão marcar um espaço de transição já não sob o volume da torre, como aliás observa Walter Rossa (*op. cit.*, p. 338).

<sup>391</sup> Contra uma tradição historiográfica que se prolonga até Walter Rossa, Maria de Lurdes Craveiro contesta essa função funerária no nártex, partindo das memórias seiscentistas de D. José de Cristo, onde se diz taxativamente que, antes de serem trasladados para a igreja, os restos mortais dos monarcas estavam em capelas do claustro (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 45-47, 64-65, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 16). Lembremo-nos, porém, que D. José de Cristo escreve quase um século depois desses acontecimentos, que não viu e que ninguém que contactou poderia ter visto; tal não põe em causa o que declara, mas apenas reforça que não pode afiançar que essas sepulturas claustrais eram antigas, e muito menos as originais e primeiras. Inclino-me para acreditar que essa inumação claustral terá tido lugar durante as obras da igreja de Santa Cruz (pelo menos as quinhentistas), como explicarei no capítulo VI.

<sup>392</sup> António Nogueira Gonçalves, *A frontaria românica...*, *op. cit.*, pp. 14-15; Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz”, in AAVV., *Igreja de Santa Cruz de Coimbra – história, conservação e restauro da fachada e arco triunfal*, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPA, 2001, pp. 20-21 (tal como em protótipos languedocianos e limosinos que percorremos).

<sup>393</sup> Até pelas dúvidas de que os dois edifícios partilhem autorias, como vimos. O aspeto exterior da Sé Velha pode ser uma representação de Santa Cruz, mas de forma mais global e mais sintética: a catedral (retirando-lhe a adição da Porta Especiosa) poderia ser descrita como “uma muralha com torres salientes”, torres que são figuradas tanto no corpo central ocidental, quanto nos topos do transepto; e é de notar que as zonas de “muralha” são panos de parede com poucas perfurações, e as “torres salientes” têm francas aberturas (e se na fachada ocidental se trata de um vão único em cada nível, o transepto possui arcaturas sobrepostas).

<sup>394</sup> Ms. Santa Cruz, n.º 4, fl. 329, da BPMP.

registos horizontais sobrepostos, sendo o inferior o Cristo em majestade, e os superiores preenchidos por arcaturas<sup>395</sup>; sabendo nós que o portal de entrada de Santa Cruz se chamou da Majestade<sup>396</sup>, é tentador ver nesta iluminura um paralelo para a arquitetura<sup>397</sup>.<sup>[fig.34]</sup>

Entrando no templo, ao volume do átrio suceder-se-ia uma nave abobadada, da mesma largura daquele<sup>398</sup>, secundada de capelas laterais<sup>399</sup> mais baixas, conduzindo, sem a interrupção dum transepto<sup>400</sup>, à cabeceira tripartida<sup>401</sup>, de capela-mor funda, sendo as três absides, interiormente semicirculares, inseridas num maciço de alvenaria<sup>402</sup>.<sup>[fig.35]</sup> A Nascente da igreja localizar-se-ia o Capítulo. No claustro, ao acesso interno à nave da igreja, sucederia assim, no sentido contrário aos ponteiros do relógio, na mesma ala, a sala

---

<sup>395</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., p. 170.

<sup>396</sup> Assim se chamará no século XVI, dado o seu conteúdo iconográfico (Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, op. cit., p. 43); a figuração do Padre Eterno, rara por si e mais ainda numa época cristológica como o século XVI, parece-me indicar uma tradição anterior – aliás, um portal elaborado já é citado em 1166 (no que Manuel Luís Real verá uma negação do caráter militar da torre-nártex: *A arte românica de Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 227).

<sup>397</sup> Manuel Luís Real vê esse tipo de relação, embora da iluminura para a escultura, e vê-a em exemplos agostinhos (*A arte românica de Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 335-336), e Paulo Pereira assinala-o entre a arquitetura românica e iluminuras crúzias (*Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 258-259) e mesmo entre arquitetura e esta mesma iluminura que refiro, que considera um protótipo arquitetónico para um portal, o do mosteiro da Batalha – ler “A arquitetura (1250-1450)”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2007, vol. III, p. 87-88.

<sup>398</sup> As torres-nártex de raiz borgonhesa são normalmente da largura do corpo da igreja, ou seja, das três naves, nos dominantes planos basilicais, mas são também com frequência ligeiramente mais estreitas do que esse corpo (como em Tournus, Fleury, Romainmottier, Ébreuil); encontramos também, nos protótipos crúzios mais diretos, nártexes da largura do corpo da igreja, mas em planos de nave única (Avinhão, Maguelone, Moissac) e até exemplos em que são mais estreitos que a nave única (como Comminges); saliente-se ainda o caso de Limoges, em que o nártex é da largura de nave central, apesar de a igreja ter um plano basilical.

<sup>399</sup> A multiplicação de altares numa época que viu crescer as exigências litúrgicas – em particular com a consagração do ofício pelos defuntos (Mário Jorge Barroca, “Memórias”, op. cit., pp. 432-433) – e numa Ordem de cônegos, logo, de sacerdotes, é perfeitamente compreensível (Manuel Luís Real, “A organização do espaço...”, op. cit., p. 125). Na canónica conimbricense, como resultado, o fiel encontrava-se espacialmente no *centro* de altares (os três da ousia, os três do lado da Epístola e do Evangelho, e a capela do coro alto, de três naves) e na convergência da luz, que, pela reconstrução de António Nogueira Gonçalves, só chegava à nave vinda desses altares, uma vez que não existiam em Santa Cruz nem clerestório, nem torre cruzeira.

<sup>400</sup> Foram da opinião que ele não existiria António Nogueira Gonçalves (“A igreja românica de Santa Cruz”, in *A frontaria românica...*, op. cit., p. 28) e Manuel Luís Real (“A organização do espaço...”, op. cit., p. 125); com eles têm concordado quase todos os historiadores. Jorge de Alarcão, no entanto, duvida (op. cit., p. 162). É verdade que, sendo os documentos inconclusivos, se tomássemos por ascendência o modelo cisterciense (o que muitos autores aceitaram ver em Santa Cruz), onde transepto é até particularmente forte (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Primeiras impressões...”, op. cit., p. 96), pareceria normal e quase forçoso que ele aqui existisse; mas, como vimos, os protótipos agostinianos, nomeadamente do Sul de França, tornam aceitável que não ocorresse (ou que o transepto fosse indistinto, como em Santa Maria de Sar).

<sup>401</sup> A reconstrução de Manuel Luís Real já referida, seguindo o levantamento de São Vicente de Fora por João Nunes Tinoco, para complementar as deduções de António Nogueira Gonçalves para Santa Cruz, desenha absidiolos com entrada quase oculta; a reconstrução original de Nogueira Gonçalves, com arco de entrada excêntrico, parece no entanto mais lógica, até pelo precedente da ousia de igreja crúzia de São Pedro de Leiria, que pode ter reproduzido a igreja-mãe (semelhança que ele próprio usou e referiu – “A igreja românica de Santa Cruz”, op. cit., p. 37). Jorge de Alarcão sugere a possibilidade de a capela-mor ser menos funda e a faixa transversal das capelas colaterais ser ocupada pelo transepto (op. cit., p. 162) e Maria de Lurdes Craveiro, achando que as capelas colaterais em São Vicente de Fora são elas mesmas reproduções da capela-mor de Coimbra, não acredita que as capelas colaterais em Santa Cruz fossem mais que nichos murais na parede testeira (*O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 13).

<sup>402</sup> Com paralelos rufinianos e provençais (e moçárabes), como vimos.

capitular; o dormitório<sup>403</sup>, o hospital original e enfermaria estariam na ala nascente, mais resguardada<sup>404</sup>; o refeitório (e, pressupõe-se, a cozinha) ficariam do lado Norte; na ala que faceava o exterior, a Poente, localizavam-se quer o mosteiro anexo das Donas crúzias, quer, com toda a probabilidade, as dependências de contacto com o século (os armazéns, provavelmente a portaria principal<sup>405</sup> e a igreja paroquial de São João) e as que abrigavam os conversos.<sup>[fig.36a]</sup> Esta gradação em sequência processional, entre o espiritual e o material, o privado/interno e o público/externo é uma ponte entre o modelo funcional cisterciense e a organização que existia em Maguelone, possivelmente de inspiração rufiniana. É possível que o claustro em Coimbra fosse de cobertura de madeira<sup>406</sup>, mas seria pouco plausível que não tivesse arcadas de pedra com alguma elaboração<sup>407</sup>, assim como não seria de esperar que as dependências monásticas não fossem arquitetonicamente formalizadas com algum cuidado<sup>408</sup>. O investimento na qualidade e na continuidade arquitetónica de todos os constituintes do conjunto é, aliás, um ponto pioneiro e identificador da prática construtiva crúzia.

---

<sup>403</sup> Ele próprio provavelmente longitudinal, até porque tudo indica que seguisse a organização cluniacense em celas com corredor (Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., p. 167).

<sup>404</sup> Esse recato também seria favorável à implantação, nesse ângulo entre as alas Nascente e Sul, dos espaços dedicados à palavra escrita (*scriptorium*, cartório, biblioteca), colocando-os próximo do dormitório, como aliás se encontram na tipologia cisterciense; por outro lado, como em Santa Cruz a responsabilidade de gestão dos livros em empréstimo – o *armarium* ou Livraria de Mão – era feita pelo sacristão, seria lógico que aqueles estivessem próximos da sacristia (cf. Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. II, p. 586; Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., pp. 186-189; Fausto Sanches Martins, “Afinidades e divergências na concepção espacial entre o mosteiro beneditino e o colégio jesuíta”, separata de *Poligrafia*, n.º 9-10, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000, p. 31). Não deverá surpreender que nesta área, certamente apenas térrea (sabemos que em 1411, antes das reconstruções manuelinas, o cartório crúzio é alagado pelas águas do Mondego, o que seria impossível se estivesse a uma cota superior – Armando Alberto Martins, *idem*, pp. 531-534), houvesse espaço para estas atribuições: os livros e registos monásticos eram, até ao século XIII, de dimensões modestas o suficiente para serem guardados em arcas ou armários fechados, e raramente conservados em divisões exclusivas (e, quando o foram, certamente pequenas), ao contrário de certas representações romantizadas da “biblioteca medieval” (leia-se James W. P. Campbell, *The Library: a world history*, Londres, Thames & Hudson, 2013, pp. 74-82).

<sup>405</sup> Armando Alberto Martins localiza a portaria dando para Este (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 142), com o que concorda Rui Pedro Lobo (*Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*, Coimbra, EDARQ, 2006, p. 44). Tal parece estranho, a ser a única, uma vez que não abre para o local de chegada de produtos e visitantes (a estrada e os arrabaldes, a Poente). Pensando que a *Regula Monachorum* de Santo Isidoro (segundo Manuel Justino Pinheiro Maciel, *As “Regulae Monachorum”*, op. cit., pp.19-20) prevê a dualidade de entrada frontal (*janua*) e traseira (*posticum*) relacionada com horto privado dos monges (que ainda é *intra monasterium*, ou seja, dentro da cerca e separada de campos abertos trabalhados por conversos), o mesmo poderia ocorrer em Santa Cruz e a entrada Este, de que Armando Alberto Martins encontrou referências, não ser a portaria principal, mas a do acesso a hortas/jardins, que sabemos que existiriam desse lado do mosteiro (Jorge de Alarcão, op. cit., fig. 58, p. 154). Com base em cronistas mais recentes, como D. José de Cristo, escrevendo no início do século XVII, outros autores querem ver a portaria principal de Santa Cruz a Sul do conjunto, a chamada Porta de Espada à Cinta (Vergílio Correia, “Achegas para a topografia conventual de Santa Cruz”, in *Obras*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946, vol. I, pp. 248-249, 252; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 48, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 17). Nenhuma dúvida se coloca de que aquela existiu mais tarde (até pelo serviço à sacristia, e à casa do sacristão, que ali se localizaram, como veremos, na reforma manuelina), nem há nada de impossível na sua existência mais precoce; no entanto, pretender que era o acesso principal duma canónica desta dimensão e prestígio, que se fazia assim num local escondido, apertado contra a ladeira íngreme e perigosa onde corre hoje a Rua Martins de Carvalho (antigamente, das Figueirinhas), que só foi regularizada no século XVI (Jorge de Alarcão, op. cit., p. 151), e que tal entrada desembocava diretamente numa área privada do claustro, junto ao capítulo, parece-me ir contra toda a plausibilidade funcional.

<sup>406</sup> António Nogueira Gonçalves, *Mosteiro de St.ª Cruz*, op. cit., p. 3; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 142.

<sup>407</sup> O conjunto no seu todo, e a igreja e o claustro em si, suplantam em dimensão os episcopais.<sup>[fig.36b]</sup> Em Coimbra, não deixariam os Crúzios de querer superar São João de Almedina e o seu claustro; aliás, se o capitel geminado que Manuel Luís Real acha possível ter pertencido a Santa Cruz estiver bem atribuído (*A arte românica de Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 142-143), isso confirmaria a elaboração do claustro da canónica (e mostrá-lo-ia similar a Moissac, onde a arcaria do claustro apoia igualmente em colunelos geminados).

<sup>408</sup> Seriam pelo menos de alvenaria, mesmo que de cobertura de madeira (como crê Jorge de Alarcão, op. cit., p. 160); até pela elaboração que várias Casas crúzias (pelo menos na Costa, São Torcato, Roriz, Oliveira, Cárquere, Vilarinho), posteriores e de menor importância, mostram nessa definição construtiva, como veremos mais tarde.

Do *enunciado-tipo* cristalizado em Santa Cruz, é possível seguidamente concluir um *estereótipo* crúzio, a partir das suas propriedades estruturais. Cidade alternativa à cidade secular, os cenóbios Regrantes partilhavam com aquela a linguagem fortificada, de muralha, torres, portas, mas opunha-se-lhe sendo literalmente *ordenada* – quadrangular, ortogonal, astronomicamente orientada, funcionalmente racional. A relação entre as duas “cidades” era feita de confronto visual, articulado por eixos viários (a estrada, duplicada pela presença de um rio e/ou reforçada pela continuidade linear de um vale).<sup>[fig.37a]</sup> Finalmente, a dupla natureza dos estabelecimentos canonicais – entre a cidade dos homens e a de Deus, entre o urbano e o rural – poderia traduzir-se pela dupla natureza de volumes turriformes destacados: a torre militar maciça (signo de senhorialidade) e a torre-nártex articulada (ideograma da Jerusalém celeste), topologicamente opostas, na sua implantação mas também na sua relação, respetivamente, com “o campo”/“a distância” e “a cidade”/“o caminho”/“a proximidade”.<sup>[fig.37b]</sup> Ao nível da estrutura interna do conjunto, verifica-se uma sequência linear, tanto simbólica como funcional, estruturada por percurso – da preferência pela nave única (ou funcionando como tal) nos templos<sup>409</sup>, à sucessão de espaços das dependências.

A validade deste estereótipo verifica-se pela sua ocorrência noutros cenóbios, quer de estatuto superior na Ordem, quer de importância menor.

São Vicente de Fora, que virá a deter um estatuto de dignidade institucional próximo de Santa Cruz, é um dos pontos de referência, pela sua importância – na relação direta com o rei e a Reconquista – e pelo facto de conhecermos relativamente bem a sua arquitetura<sup>410</sup>.<sup>[fig.38]</sup>

É verdade que um problema se levanta, na canónica vicentina: não tendo nós documentação produzida pela instituição até 1162<sup>411</sup>, altura em que já tinha aderido à reforma de Santa Cruz, muitas das primeiras opções edificatórias, desde a conquista de Lisboa em 1147 até então, são de questionável iniciativa regrante. As fontes cronísticas seiscentistas<sup>412</sup> fazem suceder à fundação de uma ermida dedicada à

---

<sup>409</sup> Visto de fora, mesmo quando existia seção basilical, o corpo da igreja apareceria como um volume único, aglomerado pela cobertura em apenas duas águas, como vemos em Tarouca e como as como as gravuras de São Vicente de Fora pré-maneirista sugerem (ver nota seguinte deste capítulo).

<sup>410</sup> A partir da panorâmica de Lisboa de c. 1570-1580, descoberta na Biblioteca da Universidade de Leiden; de duas gravuras do *Civitates Orbis Terrarum* de Georgius Braunius/Jorge Bráunio (do tomo I e tomo V, publicados em 1572 e 1598, embora a primeira delas seja normalmente a referida); da planta com o levantamento do mosteiro, assinada por João Nunes Tinoco, de 1684, cópia de um original de c. 1590 (Manuel Luís Real, “A organização do espaço...”, *op. cit.*, p. 126; Paulo Almeida Fernandes, “*Hoc templum aedificavit...*”, *op. cit.*, pp. 83-84, e notas 23 e 24, p. 105); de uma descrição transmitida por Norberto de Araújo, no *Peregrinações por Lisboa*, e outra por Júlio de Castilho, no *Lisboa Antiga* – ler F. E. Rodrigues Ferreira, “O mosteiro afonsino de S. Vicente de Fora: subsídios para a reconstituição da sua fisionomia”, in CAPITÃO, Orlando Martins (dir.), *Lisboa – Revista Municipal*, ano XLVI, 2.ª série, n.º 12, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1985, pp. 3 e 5.

<sup>411</sup> Maria Teresa Barbosa Acabado, “Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (cartulário do séc. XIII)”, separata de ALMEIDA, Manuel Lopes de Almeida (dir.), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano XIV, n.º 53-56, Coimbra, Atlântida, 1969, pp. 5-7.

<sup>412</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, caps. V-VIII, pp. 119-131; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 81-89.

Virgem e a São Vicente, no local de uma necrópole altimedieval<sup>413</sup> e de um cemitério de cruzados (flamengos e colonienses), um cenóbio conduzido por um prior premonstratense, Gualter, apesar da intenção de aí instalar os Crúzios – um cônego agostinho, enviado de Santa Cruz, Honório, teria sido sequestrado em viagem, por mouros. D. Afonso Henriques resistiria a filiação de São Vicente de Fora na

Ordem premonstratense, e teria havido novo prior designado, David, que talvez viesse de São Salvador de Grijó, mas poderia ser estrangeiro. Insatisfeito com David, só por 1160 (e com segurança, como vimos, apenas em 1162), sob conselho e indicação de D. Teotónio, se iniciariam definitivamente os priores crúzios<sup>414</sup>, o que aparentemente deixaria um hiato de treze a quinze anos, que são os iniciais, de uma muito débil influência de Santa Cruz no mosteiro olissiponense. Mas haverá a opor a isto várias salvaguardas: é o rei, numa altura em que já se cimentou a sua aliança com os Crúzios, quem funda e escolhe a localização do cenóbio; que o faz numa altura e numa campanha em que supostamente tem como grande conselheiro D. Teotónio, e em que seguramente tem a seu lado D. João Peculiar; que, para além de parecer haver intenção desde o início de integrar São Vicente na Ordem agostinha (e de Gualter poder ser apenas um “gestor” temporário), o prior David também poderia ser regrante<sup>415</sup>. Acrescentaria, por último, que os presbíteros nomeados originalmente para a ermida cemiterial já poderiam ser crúzios<sup>416</sup>, estando em Lisboa dada a possibilidade da colegiada de Santa Cruz da Alcáçova, fundada, logo em 1147, na mesquita do castelo de Lisboa<sup>417</sup>, poder ser também regrante<sup>418</sup>; a ermida deste cemitério oriental teutónico, poderia portanto ter sido doada a Santa Cruz da mesma maneira e na mesma altura em que o foi a do cemitério a ocidente da cerca moura, dos cavaleiros ingleses<sup>419</sup>.

Nada obsta, portanto, a acreditar numa orientação regrante, nem que difusa, na edificação de São

---

<sup>413</sup> Um santo de tradição moçárabe em necrópole talvez visigótica; São Vicente era também uma devoção franca e borgonhesa, da casa ducal, e foi santo patrono da casa real portuguesa até ser substituído por Santo António no século XVI – Carlos Manuel Guardado da Silva, *O mosteiro de S. Vicente de Fora...*, *op. cit.*, p. 60, e “Fundação, organização interna e gestão do património na Idade Média”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, *op. cit.*, p. 17.

<sup>414</sup> Tradicionalmente D. Godinho, D. Mendo e D. Payo, mas um documento de 1162, atestando D. Godinho, parece indicar D. Mendo como antecedendo-lhe (Maria Teresa Barbosa Acabado, *op. cit.*, pp. 5-6); Baltazar Matos Caeiro, em *Os conventos de Lisboa*, Sacavém, Distri editora, 1989, p. 133, segue essa ordem alternativa.

<sup>415</sup> Como disse, o prior David viria de Grijó, segundo Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VIII, caps. V-VI, pp. 119-122) ou seria estrangeiro, embora cônego, segundo Timóteo dos Mártires (*op. cit.*, t. II, pp. 82-83); sem qualquer outra fonte documental, a opção por uma destas versões, que foi variando na historiografia moderna, é um puro ato de fé.

<sup>416</sup> Referidos por Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VIII, caps. III, pp. 104-112) e salientados por Carlos Manuel Guardado da Silva (“Fundação, organização interna e gestão...”, *op. cit.*, pp. 18-19).

<sup>417</sup> Fundação que veremos poder ser parte de um padrão crúzio.

<sup>418</sup> É aí, recordo, que D. Peculiar sagra o primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto de Hastings (ver capítulo III desta tese).

<sup>419</sup> Pela doação do cavaleiro Raoul, em 1148: ler Jorge Hugo Pires de Lima, “Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII”, in FÁRIA, António Machado de (dir.), *Arquivo histórico de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Bertrand, 1939-1943, p. 340; a zona ocidental de Lisboa era aliás a de mais forte moçarabia (Carlos Manuel Guardado da Silva, *Lisboa medieval...*, *op. cit.*, p. 103), comunidade que os Regrantes sempre abraçaram.

Vicente de Fora<sup>420</sup>, que deve além do mais decorrer sobretudo no último quartel do século, e é a todos os títulos conforme ao estereótipo crúzio.

Antes de mais, pela sua implantação<sup>421</sup>: fora das muralhas mouras de Lisboa, mas imediatamente exterior àquela (e portanto em contacto visual com a urbe – e, no caso, com a alcáçova), em zona onde já existiam arrabaldes islâmicos e moçárabes; junto às Portas do Sol, uma das mais importantes da cidade; logo acima da estrada que partia para o Norte e para Santiago, que corria sensivelmente paralela ao rio Tejo, e logo a Sul do morro da Graça<sup>422</sup>.

Constituía também um conjunto compacto, quadrangular e ortogonal, orientado segundo os pontos cardeais. Teria um aspeto fortificado, talvez até mais que Santa Cruz<sup>423</sup>, uma vez que a torre-nártex seria mais encerrada e ameada, e o mesmo poderia acontecer ao mosteiro em geral. À primeira vista, a torre-nártex de Lisboa conjugaria o lado militar com a exibição arquitetónica da Jerusalém celeste (com um grande portal, uma rosácea no piso superior, uma coroação em volumes escultóricos, voltados para a cidade) mas a existência do que pode ser uma segunda torre, marcada por uma empena-campanário, nas vistas do século XVI<sup>424</sup> – do lado oposto do conjunto, embora não em ângulo diametralmente oposto<sup>425</sup> – podem ter mantido o espírito da dicotomia estereotípica.

A torre-nártex tinha a mesma organização vertical e uma planimetria similar a Santa Cruz<sup>426</sup>, com os alegóricos três tramos e três naves da Jerusalém celeste (mesmo que não em planta quadrada)<sup>427</sup>.

---

<sup>420</sup> Embora também nada justifique a confiança com que Armando Alberto Martins, tanto em 1996 como em 2010, abrevia o processo e declara São Vicente filiado em Santa Cruz em 1148 (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 915-916; “Regrantes de Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 267).

<sup>421</sup> Que há de ter sido decidida pelo rei, e tendo D. João Peculiar com ele.

<sup>422</sup> Sobre a cronologia de edificação e filiação crúzia de São Vicente de Fora, assim como sobre a sua implantação específica e respetivas fontes de sustentação, ver também o capítulo III desta tese.

<sup>423</sup> Para o que contribuiriam tanto a situação de fronteira (em que Lisboa permanecerá até à conquista de Alcácer do Sal, em 1217 – Carlos Manuel Guardado da Silva (*Lisboa medieval...*, *op. cit.*, pp. 130-131), ou como uma celebração da conquista guerreira; não é impossível também que os merlões, como parte da coroação da torre-nártex, sejam apenas do século XIII (“*Hoc templum aedificavit...*”, *op. cit.*, p. 86) e já reflitam novas atitudes.

<sup>424</sup> Paulo Almeida Fernandes (“*Hoc templum aedificavit...*”, *op. cit.*, pp. 86-87) levanta a hipótese de ser uma torre o que ali figura; no desenho de Leiden parece até ser ameada.

<sup>425</sup> Em Lisboa, a cerca de São Vicente seria a Norte do mosteiro, pelo que uma hipotética torre “senhorial” estereotípica poderia preferir estar virada para exterior, a Leste, mas mais perto de propriedades, ficando portanto a Nordeste, e não no canto diametralmente oposto (Sudeste).

<sup>426</sup> Cruzada com uma semelhança de planta à Sé de Lisboa, com dois maciços de alvenaria enquadrando o portal recuado (como nota Paulo Almeida Fernandes, “*Hoc templum aedificavit...*”, *op. cit.*, p. 90).

<sup>427</sup> O número total de tramos, somando o nártex e a nave, é igual a Santa Cruz (7); já a largura da torre-nártex, em São Vicente, é a das três naves, ao contrário de Santa Cruz – mas lembremos que os três primeiros priores em Lisboa vêm do mosteiro de São Salvador do Banho, que tinha torre-nártex, mas que, anteposta a uma igreja de nave única, seria ali continua em largura ao corpo do templo.



O corpo da igreja obedeceria a igual estruturação, privilegiando a nave central<sup>428</sup>, e rematava-se por cabeceira tripartida, igualmente com absides circulares dentro de maciços de alvenaria retangulares<sup>429</sup>. Apesar de o seu claustro ser a sul da Igreja, parece ter uma distribuição funcional semelhante a Santa Cruz,<sup>[fig.40]</sup> com o capítulo em sequência à igreja (embora aqui perpendicular) e refeitório na quadra oposta do claustro<sup>430</sup>. Integrava um mosteiro de Donas, cuja igreja era também paroquial (o que o coloca mais provavelmente no lado ocidental, virado à rua, como em Coimbra) e um hospital moldado no de São Nicolau<sup>431</sup>. O claustro era, pelas descrições anteriores à sua demolição, uma peça elaborada, com escultura alusiva ao santo do orago, de que o mosteiro recolheu parte das relíquias, depois de 1173<sup>432</sup>.

São Salvador de Grijó, com uma dignidade hierárquica equivalente à canónica vicentina, poderia ser uma outra comprovação da aplicação do estereótipo regante, mas nada sabemos de seguro sobre o mosteiro românico. Que tenha havido renovação arquitetónica depois da adesão à Ordem, em data que já estaria avançada a obra coimbrã (1144), e com recurso a arquiteto bem pago, mais sustenta que poderia ter acontecido<sup>433</sup>. É verdade que Grijó não tem uma implantação periurbana – embora seja mesmo assim

---

<sup>428</sup> As vistas e a planta vicentinas que conhecemos não mostram contrafortes, o que deverá indicar um sistema de contrafortamento do vão central por abóbodas transversais. Paulo Almeida Fernandes (*"Hoc templum aedificavit..."*, op. cit., p. 89) levanta a hipótese de que isso também poderia querer dizer que a igreja fosse mais tradicionalmente basilical, mas tendo cobertura de madeira. Porém, o relato referido por Norberto de Araújo, que a descreveria como "ermida estreita" (*apud* F. E. Rodrigues Ferreira, "O mosteiro afonsino...", op. cit., p. 3), deve traduzir a sensação que se teria perante uma nave alta e sem prolongamento para o espaço das naves laterais, como ocorre no modelo basilical clássico; como já disse, as imagens de que dispomos também não parecem mostrar os volumes escalonados desse modelo. Se a estrutura construtiva e espacial da igreja pode ter afinidades com práticas cistercienses, a cobertura da cisterna de São Vicente, com arcos torais assentes em mísulas, pode testemunhar do mesmo (embora a abóboda seja de canhão e não em ogiva – ao contrário do que vemos em Tarouca, primeira edificação bernardina em Portugal – o que remete para aprendizagens anteriores à chegada da Ordem).

<sup>429</sup> A capela-mor larga e retangular da planta de João Nunes Tinoco deve ser fruto de alterações do século XVI; nada impede que fosse originalmente como Coimbra (Paulo Almeida Fernandes, *"Hoc templum aedificavit..."*, op. cit., p. 87).

<sup>430</sup> *Idem*, p. 88; F. E. Rodrigues Ferreira, "O mosteiro afonsino...", op. cit., p. 11 (note-se que a reconstituição deste último exibe uma diferença óbvia em relação a Santa Cruz: um claustro da portaria, que ele retém da planta seiscentista, não se apercebendo que é uma adenda do século XVI – cf. Paulo Almeida Fernandes, *"Hoc templum aedificavit..."*, op. cit., p. 106, nota 36).<sup>[fig.39]</sup> Manuel Luís Real, pressupondo um edifício térreo, acha que dormitório românico era a Ocidente do claustro ("O Convento Românico de S. Vicente de Fora", op. cit., p. 22), o que me parece bastante pouco plausível, pela exposição que implicaria da ala ao exterior urbano.

<sup>431</sup> Nada o impediria de ser a Este como em Coimbra: a existência aí de um cemitério (como argumenta Paulo Almeida Fernandes, *"Hoc templum aedificavit..."*, op. cit., p. 99) não é de forma nenhuma um impedimento – o enterramento partilhava espaço idêntico em Maguelone, e haveria um campo santo junto ao hospital de Santa Cruz (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 11). Se tivesse sido construído a Sul, continuaria a ser modelado pelo local onde o hospital se implantou posteriormente em Santa Cruz, na direção oposta à igreja.

<sup>432</sup> O claustro vicentino poderia ser gótico, uma vez que a descrição que temos é de pouco antes da sua demolição. Por um lado, o discurso alegórico dos capitéis historiados seria menos típico do período (Paulo Almeida Fernandes, *"Hoc templum aedificavit..."*, op. cit., p. 94), por outro, como veremos em capítulo seguinte, há sinais de recuperações romanizantes localizadas, nomeadamente em escultura iconográfica, entre os Cruzios e não só, na centúria de trezentos (Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *O Gótico*, "História da Arte em Portugal" / 2, Lisboa, editorial Presença, 2002, pp. 32-33).

<sup>433</sup> A título muito hipotético, há indícios que podem ir no sentido dessa proximidade: Celso Francisco dos Santos adianta que as dependências anteriores à renovação do século XVI se localizavam a Norte da igreja atual; ainda assim, ele conclui, da descrição de D. Marcos da Cruz – que diz "não haver então claustro", aquando do regresso dos cônegos a Grijó – que estas instalações eram provisórias e feitas só nessa altura (*A arquitetura do mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1574-1636*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1988, p. 50 e nota 73, p. 68). É verdade também que D. Marcos da Cruz, na mesma passagem, fala dessas obras como "refazer", o que (no sentido de "reconstruir") torna plausível que fossem ainda essencialmente as românicas; se partirmos adicionalmente do princípio que a construção da nova igreja se fez sobre o local consagrado da precedente, então o mosteiro teria originalmente seguido Santa Cruz na sua disposição geral atípica.

suburbana, em proximidade, e na estrada para o Porto<sup>434</sup> – mas o cenóbio, lembremo-lo, já existia antes da fundação de Santa Cruz.

No outro extremo da escala hierárquica, é significativo que se cumpra em Santa Maria de Vila Nova de Muía, um mosteiro modesto, uma espécie de *microtipo* crúzio. Como Grijó, e pelas mesmas razões, a sua localização não é estritamente a estereotípica, mas permanece suburbana, distando cerca de 3 km de Ponte da Barca<sup>435</sup>. Estava na margem de uma estrada Sul-Norte que era ponto de passagem de peregrinos<sup>436</sup> e enquadrado num pequeno vale de desce em direção ao rio Lima, entre duas colinas. Pelos séculos XII e XIII, o cenóbio era um conjunto quadrangular, aproximadamente ortogonal, definido entre uma igreja a Sul<sup>437</sup>, voltada à estrada e ao “exterior”, e uma torre senhorial (e residencial)<sup>438</sup>, maciça e militarizada, impondo-se sobre os campos e na direção do Lima, até onde o seu couto se estendia<sup>439</sup>. Atualmente, a essa torre de menagem contrapõe-se, no ângulo oposto, um campanário lateral à fachada da igreja, mas quer esta torre quer a frontaria do templo são adições do século XVI<sup>440</sup>; no entanto, os sinos não de ter tido outra localização e, tendo todo o troço ocidental da igreja sido mexido nessa época<sup>441</sup>, nada impede que, hipoteticamente, ali tenha existido um nártex, ou pelo menos um maciço turriforme, como veremos que acontece noutras Casas crúzias.<sup>[fig.41]</sup>

**4.4.2 Repertórios interpretativos:** Se é possível descrever um modelo textual específico, uma espécie de “arquétipo interno” dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, não estará sequer esboçada uma análise discursiva enquanto essa análise de forma – e duma morfologia que é uma cristalização específica num tempo muito definido – não for acompanhada de uma caracterização do sistema de ideias e práticas que orienta o ato comunicativo da arquitetura crúzia.

---

<sup>434</sup> Como vimos no capítulo III, Grijó é frequentemente descrito como muito perto da cidade do Porto, de que distava uma quinzena de quilómetros, mas de percurso sem grandes cotas a vencer e por boa estrada.

<sup>435</sup> Sendo-o de facto (embora nos acessos viários de hoje pareça escondido) é relevante que essa proximidade fosse sentida e referida em testemunhos mais antigos, como em Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal (*op. cit.*, vol. V, p. 587).

<sup>436</sup> O couto afonsino, de 1140-1141, especifica a atividade assistencial do mosteiro aos peregrinos (António Meneres e José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o mosteiro de St.ª Maria de Vila Nova de Muía (concelho de Ponte da Barca)”, *in Minia*, 2ª série, Ano III, n.º 4, Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1980, p. 165).

<sup>437</sup> O claustro a Norte não me parece sê-lo por razões topográficas ou pragmáticas (como sugere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 82, e “O Românico”, *op. cit.*, p. 38); no cabeço onde situa nenhuma razão impunha a inversão da ordem normal, para não ensombrar o claustro, pondo-o a Sul do volume da igreja; ou havia aqui alguma pré-existência, ou só a emulação de Santa Cruz o justificará.

<sup>438</sup> Como o comprova a latrina, no lado Norte – ver entrada “Mosteiro de Vila Nova de Muía / Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Guia”, *in* S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 3-08-2012].

<sup>439</sup> Como está escrito na carta de couto de 1141 (António Meneres e José João Rigaud de Sousa, *op. cit.*, p. 169).

<sup>440</sup> António Meneres e José João Rigaud de Sousa, *op. cit.*, p. 171.

<sup>441</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 97-98 (e que ele explica como tal, analisando a alvenarias, em entrevista dada a trabalho académico: Ana Vaz, Jorge Esteves, Deolinda Martins, Susana Bonifácio, Rui Leite, Nélia Miranda, Ricardo Mariano, *Mosteiro de Vila Nova de Muía - estudo monográfico*, trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa I, do 4.º ano do curso de arquitetura da FAUP, Porto, edição dos autores, 1993, pp. 9-10).

Já vimos, pela assimilação de outros *textos*, e pelo seu grau, pela maior ou menor proximidade a outras formas discursivas (arquitetônicas e não só), que *funcionalmente* a arquitetura crúzia é um discurso de classe, definindo-se por proximidade e afastamento a outras instituições (sendo mais próxima da linguagem do Sul de França, onde há uma preponderância do movimento canonical, preferindo Cister a Cluny) e de autojustificação (ostentando essas afinidades, realçando as diferenças em relação ao panorama português da arquitetura cenobítica). Também se poderá perceber que é *construído* pela seleção de certos vocábulos (a invulgar “torre-nártex”, a familiar “torre de menagem”) e combinações sintáticas (a sucessão linear, a integração geométrica) particulares, dentro dos recursos de língua disponíveis no século XII. Mas, e antes de tentarmos perceber a *variação* desse discurso nos enunciados específicos dos cenóbios crúzios, será útil estabelecermos repertórios interpretativos que enquadrem a leitura do Mundo pela Ordem canonical agostinha. Eles formam a estrutura de significado, mas também de enunciação, que ela cultivou, e serão o traço nuclear da perenidade de alguns dos atributos da sua ação edificatória.

O discurso sobre “o que são os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses?” foi gerido pelos Crúzios à volta de três conjuntos interdependentes de significados e de termos: o agustinismo, o canonicalismo e o nacionalismo. Estes três códigos funcionam concomitantemente e serão uma marca perene da Ordem, mesmo se os seus conteúdos tenham algumas variações de leitura, conforme as condições de produção discursiva vão variando ao longo do tempo.

O agustinismo tem algumas dimensões essenciais que importa destacar. Por um lado, ao nível filosófico (que em Santo Agostinho não é distinto do teológico) a *Razão* congrega Deus e a matéria através da teofania. A fé é necessária ao saber – precede-o e prepara-o – mas em circunstância alguma são inconciliáveis. O cosmos é Revelação, é “mensagem” escrita por Deus e passível de ser lida. Essa *teofania*, presente em todas as formas do ser e do devir, representa a Verdade através da *alegoria*, e tem como garante a Beleza e a *Ordem*, e, significativamente, a implicação que a Ordem seja inerentemente, naturalmente, bela. Se estes são os atributos do Verbo, em substância e forma, no tocante à ação, quer seja a salvação humana ou a teleologia histórica, o Verbo age na dialética entre a Graça, a intervenção divina sem a qual aquela não se realiza, e o *livre arbítrio*, que é condição necessária (como mérito voluntário e individual) mas não suficiente daquela. O favor amantíssimo e não devido de Deus e a necessidade da vontade do Homem congregam-se no otimismo sobre a natureza humana de Santo Agostinho, que se realiza pelo Amor<sup>442</sup> e pela tolerância. O respeito pela individualidade e a tolerância em relação à fraqueza humana estão aliás – e muito contrariamente ao espírito mais restritivo de São Bento

---

<sup>442</sup> O símbolo iconográfico de Santo Agostinho é um coração trespassado pela flecha.

– plasmados nos textos que o Hiponense escreveu como normativas à vida comunitária e que vieram a ser a base do que se chamou a Regra de Santo Agostinho<sup>443</sup>.

Que o Bem se traduza em Ordem – formal e funcional, confirmada metafisicamente pela sua identidade com a Beleza – através de uma teofania, em que toda a realidade é alegoria, e que seja compreendida através do saber e do amor de cada indivíduo<sup>444</sup>, será uma síntese possível do repertório de significados do código agustiniano<sup>445</sup>.

Para além do paradigma, que é também formal, como vimos, da Cidade de Deus, algumas implicações linguísticas são intrinsecamente agustinianas: o simbolismo; a ordem matemática, geométrica e funcional<sup>446</sup>; o percurso da ação humana.

O espírito do movimento canonical definiu-se sobre a égide de Agostinho e dele tomou o exemplo, mas Agostinho é apenas uma das referências – mesmo que o denominador comum exposto – que são coligidas para formar os textos reguladores dos cónegos seculares e regulares medievais. Há uma ilação de autoridade e tradição (no sentido teológico dos termos) na invocação de Agostinho, como Doutor da Igreja e como pré-medieval. Ao tempo do concílio de Aix-la-Chapelle ou no da reforma gregoriana – momentos centrais da definição canonical – a regulamentação canónica e o regresso às origens (apostólicas e romanas) são tendências sensíveis.

O canonicalismo é por natureza uma definição do estatuto e do funcionamento do clero como instituição social e *na* sociedade. Os cónegos são o braço da Igreja numa forma que os monges não o são. Por outro lado, a relativa autonomia das canónicas regentes entre si, e, no caso português, ainda a procura da isenção episcopal, sublinham uma nota de *autonomia* relativa de definição e de atuação. A par da

---

<sup>443</sup> Nos *Praeceptum*, está-se muito distante das ideias de mortificação ou de castigo; logo no terceiro ponto da Regra Agostinho já se refere à temperança na libertação das necessidades do corpo e nos cuidados a ter com ele – “cada um deve receber aquilo que pessoalmente precisa” (*Praeceptum*, 1.3; *The rule of Saint Augustine*, *op. cit.*, p. 11; tradução e sublinhados meus) – e ao longo do texto há referência a atividades solitárias (de leitura e devoção individual) e a tempo livre e à livre disposição deste por cada um (*Praeceptum*, 2.2; *idem*, p. 13); de facto, dos 48 pontos em que se subdivide a Regra, 10 são sobre atenuantes aos preceitos enunciados (por motivos de saúde ou de hábitos sociais, culturais ou económicos da vida anterior à ordenação: *Praeceptum*, 1.3, 1.5, 3.1, 3.3, 3.4, 3.5, 4.8; 4.11; 5.1; 5.5; *idem*, pp. 11-12, 14-15, 17-20) e Agostinho antepõe múltiplos passos entre uma falta cometida e a sua exposição à comunidade (*Praeceptum*, todo o ponto 4; *idem*, pp. 15-18); a Regra rufiniana seguida em Santa Cruz não é estritamente a contida nos *Praeceptum*, mas segue-a como fonte maioritária (como vimos) e tem esse espírito.

<sup>444</sup> Para Agostinho o ensino consiste em manifestar ao indivíduo algo que ele *quer* aprender - sendo Cristo o único mestre, e um mestre interior, presente na alma - a aprendizagem do saber é uma operação interior e voluntária (ler Maria Tereza Carrasco Salvador Gonçalves dos Santos, *As artes liberais e a natureza do ensino em Santo Agostinho*, dissertação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica no Departamento de Pedagogia e Educação apresentada à Universidade de Évora, Évora, edição da autora, 1991, pp. 183-185).

<sup>445</sup> Para uma síntese sobre a filosofia, espiritualidade e Regra agostinha, ler também Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, *op. cit.*, pp. 39-45.

<sup>446</sup> Eis como ele explica, no seu tratado sobre a ordem, e com um exemplo de arquitetura, como a beleza e a utilidade se juntam na racionalidade: “Assim, quando observamos bem neste mesmo edifício todas as suas partes, não nos é possível não nos ofender ao ver uma porta colocada a um lado, a outra quase a meio, mas não a meio. Porque, nas obras humanas, não havendo necessidade, a desigual dimensão das partes ofende, de certo modo, a nossa vista. Por outro lado, é evidente, e que não necessita de ser explicado com muitas palavras, o quanto nos deleitam três janelas devidamente colocadas a intervalos iguais, duas dos lados e uma no meio, difundindo a luz [uniformemente]. Pelo que até os próprios arquitetos chamam razão a este modo de dispor as partes e dizem que as desigualmente colocadas carecem de razão.” (*De ordine*, livro II, 11, 34; *Obras de San Agustín*, *op. cit.*, vol. I, p. 669; tradução minha).

autonomia, como se vê, afirma-se uma noção de *dignidade*, perfeitamente pessoalizada na imagem de “homem ideal” que se usa na descrição de D. Teotónio nos textos crúzios: se bem que místico e afastando-se do século<sup>447</sup>, mantém uma pose estilizada, longe da privação penitente, e antes num registo de equilíbrio e respeito pelo corpo<sup>448</sup>.

A *ação* clerical, a *ação urbana*, *cultura* e o *modo de vida* como síntese ideal da realização do reino de Deus<sup>449</sup>, são coordenadas que condicionam a postura e a apresentação dos atos de discurso canonicais.

Finalmente, aproximando-nos da especificidade Crúzia, pode falar-se de uma noção de *nacionalismo* como o terceiro repertório fulcral que orienta a significação da Ordem e da sua arquitetura. Evidentemente, não entendamos o nacionalismo na sua aceção moderna, com origem apenas entre o fim do século XVIII e o XIX, da existência duma correlação (mística ou positivista) entre uma geografia, uma população e um espírito, legível em todas as suas manifestações civilizacionais, e constituindo uma identidade<sup>450</sup>. Essa formulação do conceito não existia à fundação de Santa Cruz. No entanto, no século XII emerge uma forma de nacionalismo, com raiz distante pelo menos carolíngia, que se baseia na vassalagem pessoal ao rei, tornado mais prestigioso pela dignidade religiosa da sua associação à Igreja<sup>451</sup>. Passa portanto a haver um patriotismo expresso, diretamente ligado à associação ao monarca e a uma certa consciência de grupo<sup>452</sup>. Essa consciência varia sensivelmente conforme os grupos sociais, mas em Portugal ela é particularmente forte entre o clero (onde a nobreza por vezes se põe em concorrência com o rei), e destacadamente no seio de Santa Cruz, que atribuirá a D. Afonso Henriques uma missão providencial e dotará o reino de uma historiografia<sup>453</sup>, germen dessa criação de uma comunidade que virá a caracterizar

---

<sup>447</sup> Maria de Lurdes Rosa, “O «guerreiro dos Crúzios»...”, *op. cit.*, p. 448.

<sup>448</sup> D. Teotónio apresentava-se com vestuário irrepreensível, e movia-se com contenção, controlando os gestos e a voz, segundo os preceitos – portanto de fonte canónica – de Hugo de São Vítor (José Mattoso, “O corpo, a saúde, a doença”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. I, p. 349); era aliás cantor, como já vimos, e nisso também descrito como usando um tom de justa medida, nem baixo e agreste, nem agudo e artificial (Solange Corbin, *op. cit.*, pp. 198-199); esse culto da música (ver nota 107 deste capítulo) ou o apreço pela alimentação suficiente, mas não exageradamente frugal, e a ser consumida sob o que só pode ser descrito por “regras de etiqueta” (estando consagrados, o regime e as maneiras, no costumeiro: ler Agostinho Figueiredo Frias, “O costumeiro e a regulação da vida interna do mosteiro”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, p. 18), compõem a imagem de um modo de vida equilibrado e *fisicamente digno*, em continuidade com a *Regra* (ver nota 443 deste capítulo).

<sup>449</sup> *Grosso modo*, onde o monge *propicia* a vinda do Reino de Deus, o cónego, e o cónego regente em particular, prepara-a e vive como exemplo do que será esse Reino (e nesse sentido se entende a sobreposição da Jerusalém terrestre dos primeiros apóstolos à Jerusalém celeste dos Eleitos, no período cultural entre 1130-1180 de que fala José Mattoso, em *Monges e clérigos...*, *op. cit.*, pp. 53-54).

<sup>450</sup> Anne-Marie Thiesse, *La création des identités nationales – Europe XVIII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2001, p. 14; David Miller, *Sobre la nacionalidad: autodeterminación y pluralism cultural*, Barcelona, Paidós, 1997, pp. 23-24 e 40-45; Josep R. Llobera, *O deus da modernidade: o desenvolvimento do nacionalismo na Europa ocidental*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p. 81.

<sup>451</sup> Como postula Josep R. Llobera (*idem*, *passim*, e em particular pp. 4 e 16) e reconhecem apesar de tudo Anne-Marie Thiesse (*idem*, pp. 11-12) e David Miller (*idem*, pp. 48-49).

<sup>452</sup> Josep R. Llobera, *idem*, p. 82.

<sup>453</sup> Sobre a génese de uma consciência nacional neste período, ler José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. II, pp. 293-296.

o nacionalismo moderno<sup>454</sup>. A sujeição apenas ao rei<sup>455</sup>, além do papa, é testemunho da importância que atribuem ao reino, e do estatuto que se outorgam como atores nele.

A integração do apostolado, da cruzada e da peregrinação na construção da cristandade, pela associação umbilical ao monarca, são parte da consciência de classe. Do ponto de vista dos Regrantes, essa ligação traduz-se em significações dessa dignidade, dessa vassalagem e dessa ação: na cidade, no militarismo e na valorização de formas de percurso.

**4.4.3 Os enunciados:** Como já disse, e por mais que afirme a dívida ao artigo de Manuel Luís Real de 1982, interessa aqui ir para além de enumerar exemplos de repetição de um tipo, e da recorrência de “motivos” que o integrem. Para falar de discurso crúzio é preciso ser mais abrangente. Simultaneamente, é necessário ser mais sistemático, quer porque os elementos recorrentes sejam vistos à luz das suas relações entre si (logo, constituindo um sistema), quer porque essa presença de elementos e relações seja estendida a toda a entidade produtora do discurso, a Ordem crúzia. Dito isto, à primeira vista tender-se-ia a afirmar que, num universo de meia centena de cenóbios, e mesmo que se possa hoje acrescentar outros aos exemplos paradigmáticos avançados por Manuel Luís Real, não será uma dúzia de casos que ilustra uma regularidade geral. Interessa lembrar, porém, que a regra de funcionamento de um organismo depende da estrutura desse organismo<sup>456</sup>. Na arquitetura bernardina da mesma época, um sistema centralizado em que todos os constituintes (e até o próprio centro) se pretendem homólogos, repete-se quase literalmente o mesmo *texto*; aliás, trata-se de um eco e não de uma glosa. Nos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho – de que um dos eixos semânticos é a autonomia e a especificidade – em rigor não se copia o *enunciado-tipo* (Santa Cruz de Coimbra), mas sim as suas propriedades (o *estereótipo*), como foi visto em São Vicente de Fora ou Muía. Por outro lado, essa emulação acontecerá não na uniformidade cisterciense (quase rigorosamente as mesmas características em todo o conjunto dos enunciados), mas segundo a hierarquia de participação dos vários cenóbios no projeto institucional crúzio<sup>457</sup>. Interessará, por consequência, investigar qual é essa orgânica, para corretamente poder consubstanciar as formas discursivas do estereótipo nos enunciados, e depois usar técnicas de análise de conteúdos, análise categorial (de presença lexical) e análise de expressão (de recursos de linguagem e mecanismos retóricos)<sup>458</sup>.

---

<sup>454</sup> Anne-Marie Thiesse, *op. cit.*, p. 14; David Miller, *op. cit.*, p. 41.

<sup>455</sup> É, como já vimos, ao rei que pedem a sua própria dissolução, quando equacionam a perda de identidade, em 1220.

<sup>456</sup> Ler “Organismo”, in José Ferrater Mora, *Dicionário de filosofia*, *op. cit.*, pp. 231-232.

<sup>457</sup> Assim, não é a “representatividade estatística”, mas a relevância do *papel* do participante no discurso que interessam, nesta avaliação (L. Íñiguez Rueda e Charles Antaki, *op. cit.*, p. 141).

<sup>458</sup> Laurence Bardin, *op. cit.*, pp. 117-120 e 183-188.

Não há dúvida que uma certa hierarquia existia na Ordem Agostinha. Ela está expressa na presidência do capítulo provincial de 1229, por Santa Cruz, secundada por São Vicente e Grijó, por motivos honoríficos. A possibilidade de uma divisão de áreas de influência e cenóbios sob proteção entre os três mosteiros mais dá espessura a essa precedência<sup>459</sup>. Além disso, uma diferenciação consciente dos modelos de participação na rede crúzia está também documentada: a documentação da Ordem designa mosteiros crúzios *ex fundatione*, *ex reformatione*, *ex protectione* e *ex donatione*. Santa Cruz cataloga assim diversas maneiras de ligação e parece distinguir iniciativas mais ativas (fundação *ex novo*, intervenção de conversão) de anexações mais passivas<sup>460</sup>. Esse envolvimento de grau diverso talvez seja também sensível nas invocações das Casas crúzias, da dedicação à Santa Cruz do mosteiro mirobrigense, que pede a associação à canónica homónima de Coimbra<sup>461</sup>, à multiplicação do patrocínio de São Salvador (em 13 mosteiros dos 52 possíveis). Embora essa invocação seja popular nesta altura<sup>462</sup> e talvez fosse de preferência pré-crúzia nos cenóbios canonicais<sup>463</sup>, encontramos-a em mosteiros agostinhos criados *ex nihilo* (em Tuias<sup>464</sup> e Lordelo<sup>465</sup>, e talvez em Tabuado<sup>466</sup>), e parecemos vê-la substituindo oragos anteriores (em Muía<sup>467</sup> e talvez em Banho<sup>468</sup> e Tabuado<sup>469</sup>) ou pelo menos referenciada apenas no possível momento

---

<sup>459</sup> Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 278; Grijó assumiria um ascendente nos cenóbios do Vouga ao Minho, Santa Cruz entre Tejo e Douro e para Leste; São Vicente, mais recente que os precedentes, fá-lo na órbita de Lisboa e, mais tarde (como veremos no capítulo seguinte) em Ribacôa e no Alentejo, assumindo algumas das ascendências dos outros mosteiros-chefes.

<sup>460</sup> Ler Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. II, pp. 913-919; esta não constitui, no entanto, uma classificação rígida e universal.

<sup>461</sup> A fundação é de Dezembro de 1180, e pedido de associação de Dezembro de 1182 (Juan José Sánchez-Oro Rosa, *Orígenes de la Iglesia en la diócesis de Ciudad Rodrigo – episcopado, monasterios y órdenes militares (1161-1264)*, Ciudad Rodrigo, Centro de Estudios Mirobrigenses e Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1997, p. 174) – as similitudes de fundação e a celeridade de filiação podem indicar uma atitude intencional de emulação.

<sup>462</sup> Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 512; Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/Institut Français au Portugal, 1947, pp. 226-227.

<sup>463</sup> Onde a invocação está documentada seguramente antes da filiação em Santa Cruz (seis casos), cinco seriam já de cónegos: **Souto** (António Augusto Ferreira da Cruz, o mosteiro, “O mosteiro de Souto: um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da Terra e do Homem”, separata das atas *Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada*, vol. 3, Guimarães, s.e., 1981, p. 95; Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 81), **Freixo** (Saul António Gomes, *idem*, p. 81), **Moreira** (*idem*, p. 80; José Augusto Maia Marques, “Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira...*, *op. cit.*, p. 15), **Grijó** (Saul António Gomes, *idem*, p. 80; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 9-13) e **Várzea** (Domingos de Pinho Brandão, *Arouca: notas monográficas – I*, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 173). O sexto caso, como vimos no capítulo III, seria **São Salvador do Banho**.

<sup>464</sup> José João Rigaud de Sousa, “Elementos para a localização do mosteiro de S. Salvador de Tuias (concelho de Marco de Canaveses)”, in MACIEL, Manuel Justino P. (cord.), *Miscellanea em homenagem ao professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, Colibri, 1996, p. 582; José Mattoso, “*O Monaquismo ibérico...*”, *op. cit.*, p. 49.

<sup>465</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 188.

<sup>466</sup> Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 1, p. 35 e vol. 2, pp. 161-162..

<sup>467</sup> Teria sido dedicado a Santo André, no século XI (segundo Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro...*, *op. cit.*, p. 174); na carta de couto de 1141 – data possível de adesão a Santa Cruz (Saul António Gomes, *In limine...*, *op. cit.*, p. 163) – aparece como de *Sancti Salvatori et Sanctae Mariae Virgini* (António Meneres e José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o mosteiro de St.ª Maria...”, *op. cit.*, p. 160), embora só a invocação mariana tenha perdurado.

<sup>468</sup> Maria José Mexia Bigotte Chorão – “Mosteiros” in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. III, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, p. 276 – di-lo originalmente de Santo André e de São Salvador.

<sup>469</sup> A invocação ao Salvador surge em 1131, altura plausível para a sua conversão em canónica regrante, quando há menções anteriores a uma igreja dedicada a Santa Maria (AAVV., *Igreja de Tabuado – Marco de Canaveses*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 125, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1972, p. 6; Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 161-162).

da adesão a Santa Cruz (em Paderne<sup>470</sup> e Valdreu<sup>471</sup>).

Por outro lado, é tentador equacionar a capacidade de elaborar o discurso arquitetónico com a prosperidade económica. Essa relação existirá, obviamente, mas não é totalmente determinista: em Vila Nova de Muía, um mosteiro que as inquirições de 1220 demonstram ser muito modesto<sup>472</sup>, consegue-se replicar de forma condensada o estereótipo crúzio.

Assim, como instrumento de trabalho, procedi a uma categorização qualitativa, exposta em tabela (tabela n.º 1a), baseada numa tentativa de apuração do grau de participação no projeto crúzio, cruzada com a atribuição de benefícios eclesiais e régios. Foram usados como indicadores do primeiro a intervenção direta por parte da instituição regante (a fundação<sup>473</sup>, a reformação, ou pelo menos a presença registada de agentes crúzios), a intervenção em aglomerados urbanos<sup>474</sup> e o patrocínio de institutos canonicais femininos<sup>475</sup>; como elemento de controlo, a efemeridade de ligação a Santa Cruz entrou como fator negativo. Quanto a indícios de reconhecimento ou estímulo por parte de poderes exteriores (e considerando que os benefícios atingidos serão muitas vezes fruto da influência – e logo do interesse preferencial – da Ordem) contabilizaram-se a obtenção de isenção episcopal<sup>476</sup>, a libertação de padroeiros e a atribuição de coutos. Não pretendo defender nem a ordenação hierárquica nem a divisão categorial que se apuraram como absolutas, especialmente ao detalhe – quanto mais não for pelas lacunas de informação e pelos dados de verificação incerta, que são recorrentes<sup>477</sup> – mas é razoavelmente mais precisa e estará mais perto duma realidade global.<sup>[fig.42, 43]</sup>

Uma primeira verificação que se pode fazer é que as categorias definidas se distribuem com razoável

---

<sup>470</sup> Denominação só aparece em carta de couto afonsina de 1141, que é o primeiro registo sobre o mosteiro, altura em que é dúplice (Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)” in AAVV, *Actas do I colóquio Galaico Minhoto*, vol.1, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, p. 105) o que poderia coincidir com a narrativa de Nicolau de Santa Maria e Timóteo dos Mártires, sobre um período transitório, mas já de proximidade a Santa Cruz (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. IX, pp. 311-312; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, tomo III, p. 108), o que poderia ter facilitado o favor régio.

<sup>471</sup> António Pereira Marques, *Valdreu: apontamentos históricos sobre a mui nobre Vila Balderedi*, Vila Verde, edição do autor, 1992, p. 16.

<sup>472</sup> Maria Filomena Andrade, “O património dos mosteiros agostinhos, segundo as Inquirições de 1220”, in AAVV., *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. VI, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 133 e 137.

<sup>473</sup> Ou refundação, como se aceita que pode ter acontecido na reconversão do eremitério de São Romão de Seia em mosteiro, ou em São Vicente de Fora, quando a gestão do mosteiro é definitivamente crúzia e escolhida a partir de Coimbra.

<sup>474</sup> Quer porque neles se implantavam, quer porque se conhecem ações em burgos próximos: como São Jorge, que presidia sobre o mosteiro feminino de Santa Ana da Ponte, localizado junto a Coimbra (Saul António Gomes, “*Castas Donas...*”, *op. cit.*, p. 49), ou São João de Longos Vales, que construiu a torre da fortaleza de Melgaço, antes de 1199 (Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença...”, *op. cit.*, p. 118).

<sup>475</sup> Recorrendo Saul António Gomes (“*Castas Donas...*”, *op. cit.*) e a sua escala de importância desses mosteiros de Donas.

<sup>476</sup> Ou a tentativa de a obter, como aconteceu em Crasto (Maria Alegria Fernandes Marques, “O mosteiro de S. Martinho de Crasto – subsídios para a sua história na Idade Média” in AAVV., *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, vol. 2, Ponte da Barca, Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 45-46).

<sup>477</sup> Como exemplo, São Miguel de Vilarinho, que veremos seguir consistentemente o estereótipo arquitetónico crúzio, aparece na categoria C, o que creio que talvez indicie informações que desconhecemos.



uniformidade no terreno, com uma provável preponderância da classe mais alta na região centro, especialmente tendo em conta o muito maior número de Casas existentes no Noroeste.

Seguidamente, utilizando esse enquadramento como referência, procedeu-se a análises categoriais de localização, implantação e disposição (os *regio*, *area* e *ordinatio* vitruvianos, referidos no capítulo I), igualmente sintetizados em tabelas (tabelas n.º 2a, 3a e 4a, respetivamente).

Assim, ao recorrer a esse critério e verificar a implantação geral dos cenóbios em situação urbana (subdividida em intraurbana, periurbana e suburbana) e extraurbana (distinguindo os casos em que, pela natureza do local, se podem considerar certas implantações como em locais ermos<sup>478</sup>), algumas conclusões emergem:

a)-a percentagem de localizações urbanas é tanto maior quanto mais elevada a categoria dos cenóbios, e com diferenças expressivas de percentagem (que cobrem portanto a margem de erro que há que considerar), o que está de acordo com o estereótipo crúzio;

b)-que, em cada subtipo de localização, as localizações mais urbanas são tanto mais fortes quanto mais se sobe na hierarquia (só existem localizações intraurbanas nas categorias A e B<sup>479</sup>; só existem localizações em ermo na categoria C)<sup>480</sup>;

c)-que as localizações no interior das cidades são extremamente raras, assim como o são as de localização erma<sup>481</sup>. [fig.44, 45]

Existem, além disso uma série de situações em que definições mais distantes do estereótipo crúzio de localização comportam particularidades e atenuantes.

Um fenómeno especial que a tabela não evidencia é a possível existência de um grupo de cenóbios agostinhos que se poderiam classificar como “localizados em proximidade paçã”. Santa Marinha da Costa, Santa Maria da Pena, Santa Maria da Alcáçova de Santarém, Santa Cruz do Castelo de Lisboa e São Martinho de Sintra implantam-se junto a um paço real<sup>482</sup>, e são quase todos eles – excetuando o mosteiro vimaranense, que tem uma localização fora da cidade – tanto situações de Reconquista como

---

<sup>478</sup> Existindo topografia agreste e que oculta o mosteiro, como em Lafões (mesmo que o local esteja relativamente perto de vias de comunicação), ou situações de afastamento de centros populacionais e até dificuldade de acesso (como seria o caso em São Torcato de Moimenta da Beira, se alguma vez foi mosteiro e crúzio).

<sup>479</sup> E a única localização periurbana da categoria C é dum caso cuja ligação a Santa Cruz é totalmente hipotética – São Martinho de Sintra.

<sup>480</sup> Isto não se deve à própria categorização, e à influência do critério de “ação urbana”, que, além de secundário, não refere proximidade, mas *relação* com núcleos urbanos (como se pode ver no caso já discutido de Longos Vales em relação a Melgaço, em vez da vizinha Monção).

<sup>481</sup> Tanto mais que *nenhum* dos casos desta última é uma filiação comprovada em Santa Cruz - o que contraria a opinião expressa por Saul António Gomes (“Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, op. cit., p. 430) que crê ver, pelo menos nos mosteiros do Centro e Sul do país, uma dicotomia entre fundações urbanas e aquelas de carácter “serrano e eremítico”; aliás, ele mesmo ressalva que todas parecem ligadas de qualquer forma a eixos de deslocação de pessoas e bens.

<sup>482</sup> Em Leiria, evidentemente, os paços que ali vemos são já da dinastia de Avis, que sucedem a paços leirienses anteriores, mas dionisinos (que eram aliás localizados fora do castelo, junto à igreja de São Pedro); mas o castelo teria sido residência régia anteriormente, existido uma torre de menagem românica, embora a que hoje encontremos se deva a extensa renovação por D. Dinis (Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *O Gótico*, op. cit., pp. 92-93; Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, op. cit., p. 103).

de colegiadas urbanas<sup>483</sup>. Se retiramos também a colegiada leiriense, todas as outras são de ligação não comprovada (e, a existir, pouco duradoura) a Santa Cruz; se isto alicerça a probabilidade de essa ligação ter existido ou declara a Pena como exceção única, não é claro. Se esta classe de localização tiver existido, é interessante reparar também que pode ser vista como uma redução do estereótipo: em Santarém e Lisboa as colegiadas ficam “periurbanamente” logo fora das muralhas da alcáçova, e em Sintra, São Martinho tem um ligeiro afastamento do alcácer mouro tornado *domus* afonsina e do pequeno aglomerado que o teria rodeado.<sup>[fig.46]</sup>

Quanto a casos dúbios, mencionaria de novo Santa Marinha, mosteiro suburbano em distância, mas em ligação visual direta (e de preeminência) em relação a Guimarães,<sup>[fig.47]</sup> e ainda os 10 exemplos, entre os 36 cenóbios de localização maioritariamente rural, que se encontram apesar de tudo a grande proximidade de povoações razoavelmente urbanas (e/ou com ligações comprovadas a elas), o que mais acrescenta à possibilidade de uma tendência para um padrão geral de localização, mesmo que subordinado à hierarquia de envolvimento no movimento regrante.

Para o estabelecimento de uma codificação das variáveis da implantação específica em unidades de contexto<sup>484</sup>, recorreu-se a uma subdivisão consagrada, usada num estudo que, ao nível metodológico, constituiu uma análise de discurso, sobre a leitura que indivíduos faziam do ambiente espacial alargado: *The image of the city*, de Kevin Lynch. Poderia parecer abusivo utilizar, para uma análise topológica geral (tanto urbana como rural) um estudo que associamos ao estudo da cidade, como o próprio título acentua. Porém, a obra de Lynch – embora o seu caso prático seja um grupo de cidades norte-americanas vistas através da análise de conteúdos das entrevistas aos seus utentes<sup>485</sup> – parte do pressuposto que o que se analisa é a imagem do *ambiente*<sup>486</sup> e afirma que o modelo poderia ser aplicado a outros ambientes, e nomeadamente à paisagem<sup>487</sup>; subdivide as dimensões dessa análise na identidade (unicidade, coesão da imagem), estrutura (relação espacial das entidades presentes entre si e com o observador) e *significação*, concentrando-se nas duas primeiras, que descrevem qualidades físicas que são suporte da leitura do significado<sup>488</sup>, determinando uma qualidade que denomina como “imagibilidade”, de produção de uma

---

<sup>483</sup> Outro fator de união deste grupo é o de poderem todas – à exceção, mais uma vez, de Santa Marinha da Costa – estar relacionadas com o episcopado de D. Gilberto de Hastings em Lisboa: afinal, ele é sagrado em Santa Cruz do Castelo em 1147, por D. João Peculiar, e aparece como possível coadjuvante da regularização e/ou concessão aos Crúzios das colegiadas de Leiria e Santarém; São Martinho de Sintra, a ter sido regrante, pode também ter-se constituído durante o pastorado de D. Gilberto (ver capítulo III desta tese).

<sup>484</sup> Laurence Bardin, *op. cit.*, p. 107.

<sup>485</sup> Kevin Lynch, *L'image de la cité - nouveau tirage*, “Aspects de l'urbanisme”, Paris, Dunod, 1971, pp. 17-18.

<sup>486</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>487</sup> *Idem*, p. 183.

<sup>488</sup> *Id est*, signos.

imagem mental que acentue a facilidade de leitura<sup>489</sup>. O autor utiliza uma grelha de categorias para essas entidades físicas que distingue *vias* (canais lineares de comunicação), *limites* (elementos também lineares, de fronteira), *bairros* (áreas com carácter geral identificável de unidade), *nós* (pontos focais de ligação, pontos centrais de concentração) e *pontos de referência* (elementos singulares, destacados, e logo virtualmente pontuais)<sup>490</sup>. Esta subdivisão foi a utilizada aqui para o levantamento da ocorrência de elementos lexicais espaciais na implantação dos cenóbios crúzios; evidentemente, seguiu-se o espírito do termo “bairros” e substituiu-se por “áreas”, e sequenciaram-se as categorias entre tridimensionais (áreas), lineares (vias e limites) e pontuais (nós e pontos de referência). Definiram-se adicionalmente unidades de registo<sup>491</sup> mais particulares, como variáveis a medir.

Da tabela apurada, algumas regularidades se detetam:

- a)-a área predominante de implantação dos cenóbios, em todas as categorias, é em vales e a meia encosta;
- b)-o objeto físico que ocorre mais frequentemente nas suas implantações são as vias, igualmente presentes em todas as categorias, tanto sob a forma de rios navegáveis (ou pelo menos com a dimensão para gerar caminhos naturais ao longo das suas margens), como de estradas de alguma importância, ocorrendo ambas as entidades lineares em muitos casos;
- c)-com menor força, mas ainda assim razoável distribuição (em contagem, universalidade e coocorrência) encontram-se os cruzamentos viários e atravessamentos fluviais;
- d)-são extremamente raras as implantações em topo dos relevos<sup>492</sup>, e infrequentes as situações em que cristas ou depressões encerram ou delimitam o espaço de implantação<sup>493</sup>;
- e)-têm resumida expressão as implantações na proximidade de acidentes geográficos individualizados (relevos isolados, curvas pronunciadas de rios); numericamente o mesmo acontece naquelas que relacionam o cenóbio com entidades construídas unitárias (cidades muralhadas, alcáçovas, torres senhoriais<sup>494</sup>), mas a sua presença é forte na categoria A.

---

<sup>489</sup> Kevin Lynch, *idem*, pp. 10-11.

<sup>490</sup> *Idem*, pp. 54-56.

<sup>491</sup> Laurence Bardin, *op. cit.*, pp. 104-105.

<sup>492</sup> E muito moderadamente frequentes as localizações em planície, sendo ainda assim, nas mais das vezes, casos de várzeas fluviais e/ou em vales muito abertos e pouco profundos.

<sup>493</sup> Igualmente raro é que os rios estabeleçam um corte topológico; mesmo que tenham alguma expressão como limites espaciais evidentes, a sua utilização como locais de transporte (nem que não haja atravessamentos na vizinhança direta dos cenóbios) relativiza o seu papel de fronteiras.

<sup>494</sup> Não esquecendo que nesta unidade de registo se contaram também – até pela maneira como os cronistas os referem – a vizinhança a castros pré-românicos e necrópoles altomedievais.

Assim, predomina uma implantação em áreas de vale, que são naturalmente tanto eixos de deslocação<sup>495</sup> como suportes de comunidades territorializadas<sup>496</sup>, e em posições evitando quer o *ager* quer o *saltus*, isto é, em meia encosta e nunca a altitudes absolutas elevadas. É uma implantação que equaciona o domínio territorial com o visual, dominando as terras baixas e chamando a atenção à distância, raramente aceitando limites visuais ou se subordinando a relevos muito presentes, e mantendo-se próxima dos locais de passagem.<sup>[fig.48]</sup> A meia encosta será a zona onde predomina a existência de povoados, pelo menos no Norte de Portugal<sup>497</sup>, reservando a zona alta de souto para florestas e pastagem, e a cota inferior para exploração agrícola mais extensiva<sup>498</sup>, mas não é forçosamente a de implantação monástica privilegiada<sup>499</sup>.<sup>[fig.49]</sup> Parece não haver grande variação no tempo, dentro do intervalo considerado, destes padrões de implantação geral e específica. A implantação periurbana estereotípica, a uma certa distância do rio e evitando topos de colinas, tanto ocorre em 1131 em Coimbra, como em 1180 em Ciudad Rodrigo;<sup>[fig.50]</sup> a implantação rural em meia-encosta verifica-se voluntariamente em fundações precoces, como São Romão de Seia, em 1138<sup>500</sup>, ou em mosteiros mais tardios, como São João de Longos Vales (algo antes de 1199). Um exemplo apenas pode defender uma possível mudança de atitude: em Arganil, o mosteiro canonical, que deveria ter uma posição quase periurbana<sup>501</sup> em relação à povoação e à

---

<sup>495</sup> Pelos próprios rios, ao longo das suas margens, de maneira informal, e pelas estradas que os acompanham; essas linhas de deslocação formam, na maior parte do território português, um conjunto de acessos Este-Oeste, e são suportes da atividade económica mais local (pesca, comércio de sal, acesso aos portos marítimos). Já as estradas Sul-Norte são inter-regionais, de peregrinação, de ligação entre centros políticos (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência...”, *op. cit.*, p. 50). No âmbito desta pesquisa em particular, note-se por exemplo da estrada de origem romana de Braga a Monção, que margina as canónicas de Crasto, Muia, Bravães e Longos Vales, unindo verticalmente as linhas dos rios Lima e Minho, que ligavam estes a outros cenóbios cruzios – Refoios do Lima e Paderne, respetivamente (ver capítulo III desta tese).

<sup>496</sup> Os alfozes dão origem a grupos socioculturais, que precedem o Feudalismo, mas que este utiliza, antes de serem substituídos pelas vilas aforadas, até ao século XIV: ler Carmen Diez Herrera, “El «valle» Unidad de organización social del espacio en la Edad Media” in ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*, n.º 10, Porto, Delegação Regional Norte da Secretaria de Estado da Cultura e Centro de Estudos humanísticos, 1993, pp. 6-12, 21 e 28.

<sup>497</sup> O número dominante de implantações cruzias no Entre-Douro-e-Minho, em que o relevo e o padrão de ocupação se adequam a esta tendência, podem, portanto, falsear a leitura da amostra, mas não invalidam que ocorra consistentemente fora dessa região e que, mesmo em situações geográficas de baixos relevos, proximidade do litoral ou de margens fluviais, se verifique quase sempre um afastamento e a procura duma cota intermédia (como em Santa Cruz e São Vicente, Grijó e mesmo Cedofeita).

<sup>498</sup> José Mattoso, “Identificação de um país...”, *op. cit.*, p. 76; José Mattoso, Luís Krus, e Amélia Aguiar Andrade, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in PEREIRA, Arménio da Assunção (dir.), *Paços de Ferreira – estudos monográficos*, vol. 1, Paços de Ferreira, Gabinete de Informação e Cultura da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 179-183.

<sup>499</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida defende as terras baixas como a mais frequente implantação monástica em 1978 (*Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, *op. cit.*, vol. II, pp. 8-9), e repete-o genericamente em 1986, mas refere exemplos beneditinos quando se trata de implantações nas áreas de cultivo (como Pombeiro), e cruzios (Crasto, Vilarinho, Paderne) para casos de meia encosta (“O Românico”, *op. cit.*, pp. 12-13).

<sup>500</sup> Onde o mosteiro de afasta da ermida original e do povoado, à cota baixa, para posição mais dominante na encosta – quer a sua localização tenha sido onde está hoje a igreja matriz ou no bairro atual do Purgatório, como uma tradição local indica (J. Quelhas Bigotte, *Monografia da cidade e concelho de Seia*, 3.ª ed. corrigida e aumentada, Seia, edição do autor, 1992, p. 173).

<sup>501</sup> Se fosse originalmente onde hoje se encontra a igreja paroquial gótica de São Pedro (cf. capítulo III desta tese).

residência senhorial<sup>502</sup>, transfere-se, entre 1170 e 1190, para o vale de Folques<sup>503</sup>, mais longe e mais separado visualmente da vila<sup>504</sup>, implantando-se praticamente ao nível dos terrenos de cultivo, mesmo que lateralmente, e afastado da ribeira, junto à encosta Norte.<sup>[fig.51]</sup> Note-se também que, apesar da grande maioria destes cenóbios existirem bastante antes de aderirem aos Agostinhos, tal não impede que possa haver uma correlação entre a sua situação – que *significa* uma certa postura social e atividade económica – e a sua aceitação e permanência nas fileiras da Ordem. Já as Casas criadas *ex novo* (Santa Cruz, São Vicente, Santa Maria da Pena e Santa Cruz de Cortes, talvez Santa Maria da Alcáçova de Santarém, São Martinho de Sintra e Santa Cruz do Castelo, e mesmo São Romão de Seia<sup>505</sup>) são maioritariamente urbanas.

Finalmente, para concluir o levantamento analítico das entidades lexicais e sintáticas, registou-se a ocorrência daquelas que estabelecemos como estereotípicas, no cruzamento das encontradas nos protótipos e no enunciado-tipo cruzio, ao nível da sua *disposição* no objeto construído. Usaram-se agora como unidades de contexto as “orações” mais óbvias – sequências de elementos arquitetónicos isoláveis – a marcação da entrada no conjunto e na igreja, a marcação senhorial por torre e o edifício vivencial. Destacou-se também a igreja, não porque haja indicações que houvesse uma diferença importante de *nível de língua* na sua conformação<sup>506</sup>, mas sim quer pelo seu contraste volumétrico (critério que está presente nas outras “orações” destacadas), quer pela sua filtragem de contato com o resto do conjunto; pela decomposição volumétrica e espacial, também se separou o corpo da igreja da cabeceira, que formam, com a marcação da entrada, uma sequência ternária. Essas unidades de contexto foram subdivididas em unidades registo, não segundo “motivos” ou formatos, mas qualidades e propriedades. Assim, não se listaram diretamente “torres-nártex”, mas sim “torres frontais”, “torres axiais”, e “(face

---

<sup>502</sup> Senhorio de Arganil era da mitra de Coimbra, desde 1114, embora voltasse a donatários leigos em 1175; a residência senhorial, em colina que se chama hoje do Paço, existiria já antes da realocização do cenóbio (Regina Anacleto, *Arganil, op. cit.*, pp. 16-18, e *Concelho de Arganil: história e arte*, Arganil, Santa Casa da Misericórdia de Arganil, 1983, p. 6; José Mattoso, “A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial”, separata de *Revista Portuguesa de História*, vol. XVI, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da FLUC, 1978, pp. 47, 150; Amândio Galvão, *Em torno das origens de Arganil*, Arganil, edição do autor, 1987, p. 21, e *Roteiro cultural do centro histórico de Arganil*, Porto, Editorial Moura Pinto, 2001, p. 6).

<sup>503</sup> Augusto Nunes Pereira conclui por 1170 (“O mosteiro de S. Pedro de Folques”, in AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX...*, *op. cit.*, pp. 163-165), Regina Anacleto inclina-se para 1190 (*Arganil, op. cit.*, p. 64). Saul António Gomes decide por c. 1177, em “Um Mosteiro de cônegos regantes em tempos medievais: S. Pedro de Folques (Arganil)”, in COELHO, Maria Helena da Cruz (dir.), *Revista Portuguesa de História*, vol. XL, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008/2009, pp. 294-296. Teria alguma lógica que o afastamento do povoado pelos cônegos ocorresse quando o domínio daquele passou para mãos laicas, em 1175, encerrando o período particularmente favorável do bispado e senhorio local do cruzio D. Miguel Salomão.

<sup>504</sup> Embora “cenograficamente” visível à distância, a quem percorre o vale, vindo de Arganil.

<sup>505</sup> Com exceções em São Salvador de Ribas, Santa Maria de Seça e Santa Maria de Tomaréis, se de facto forem fundações novas (e sendo as duas últimas, quando muito, bastante efémeras na Ordem).

<sup>506</sup> Como parece ter acontecido na arquitetura beneditina não cisterciense em Portugal (ver nota 280 deste capítulo), mas precisamente não parece acontecer neste universo.

da igreja) com nártex<sup>507</sup>, derivando a “torre-nártex” do cruzamento dessas afirmações arquitetônicas. Evidentemente, o apuramento da ocorrência desses elementos é bastante parcelar. Para além dos cenóbios cuja configuração desconhecemos totalmente à época (e daqueles que, nem que românicos, datarão de após 1229), só podemos afirmar a presença de algumas características para uma boa parcela do elenco, e por vezes sujeitas adicionalmente a hipóteses de interpretação de indícios no edificado ou de relatos pouco objetivos. Há, de qualquer forma, pelo menos alguma informação sobre 34 dos 51 cenóbios, distribuídos por todas as categorias, e optou-se por recolher toda a informação possível e tratar esses dados.

Falando dos elementos de abordagem do conjunto, pelo lado do templo, dos 23 casos em que se regista qualquer informação (nem que residual e sob reserva), 21 parecem conter alguma das características do estereótipo. Desses, 11 são com segurança versões possíveis daquele: tendo existido 6 torres-nártex (em Santa Cruz, São Vicente, Crasto<sup>508</sup>, Banho, Vilela e Souto<sup>509</sup>), havido 2 casos em que maciços turriformes axiais se terão associados a nártexes frontais (Cedofeita e Rio Mau), e 3 casos em que com grande probabilidade coocorreram uma torre lateral/frontal e um nártex axial (na Costa<sup>510</sup>, em Tabuado<sup>511</sup>, talvez em Vilarinho<sup>512</sup>). Acrescente-se a estes, hipoteticamente: a possibilidade de existência de torres-nártex românicas em São Jorge de Coimbra<sup>513</sup>, [fig.53] Santa Maria da Alcáçova de Santarém e São Martinho de Sintra<sup>514</sup>;

<sup>507</sup> Pelo menos com espaço de *atrium*, mesmo que não forçosamente cemiterial.

<sup>508</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida (em “Primeiras impressões...”, *op. cit.*, p. 69, nota 15) acha que torre de Crasto não seria originalmente ligada a igreja, antes de ampliação da nave no século XVI; a sua axialidade em relação ao templo e a existência de portais no seu nível térreo encaixam mal nessa conceção – ou terá havido um nártex entre ambos os volumes, unido depois à nave?<sup>[fig.52]</sup>

<sup>509</sup> Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, por 1726, relata que “*Na entrada desta igreja e porta principal, está huma galilé de abodada quadrada, de 20 palmos em quadra, e sobre ella, huma torre de sinos*” e descreve os túmulos que ali se encontravam (*Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. I, p. 241).

<sup>510</sup> Embora a torre e o nártex sejam pré-românicos (e este último é incerto que tenha existido, em particular até ao século XII), anteriores à filiação regrente – Manuel Luís Real, “Santa Marinha da Costa...”, *op. cit.*, pp. 13, 18-19.

<sup>511</sup> Tomando a grande empena-campanário como *significando* uma torre.

<sup>512</sup> A torre desaparecida, mas fotografada por Marques Abreu antes de 1914 (Joaquim de Vasconcellos, *Arte Românica em Portugal*, *op. cit.*, p. 14 das estampas), é dita como muito posterior por Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, que a viu, por uma inscrição que a dataria de 1405 (*op. cit.*, vol. XI, pp. 1322-1323), relatada também por Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, Livro VI, cap. X, p. 319); essa datação foi corrigida entretanto para c. 1379 (Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011, p. 119). Nada garante, além disso, que a inscrição se refira à construção de raiz da torre; se o seu coroamento em cúspide certamente o seria, não me parece inquestionável que toda a torre fosse tardo-medieval.

<sup>513</sup> Em São Jorge, na ala setentrional, destacada e fora da ortogonalidade do conjunto, que abrigou mais tarde a casa dos priores, são visíveis, do lado Oeste, pedras de cunhal que parecem delinear um corpo turriforme de planta quadrada dentro do volume retangular, o que se deteta igualmente nas plantas (à mesma conclusão chega Tânia Andrade Saraiva, em *O Mosteiro de São Jorge*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2000, p. 34); pela sua dimensão generosa, essa torre poderia ser uma torre-nártex (para o que contribuiria o relato informal de um docente da instituição que ali funcionava, e que, tendo acompanhado as obras de restauro, me dizia que ao nível térreo parecia ter tido um espaço amplo relativamente cuidado, que ele descrevia como “uma espécie de capela”); o volume pode, também, ser um vestígio da torre talvez fortificada, que se sabe ali ter existido (ver nota 522 deste capítulo); essa estrutura talvez fosse independente da igreja e mais senhorial – é muito mais plausível que as várias igrejas que o mosteiro teve estivessem sensivelmente onde se encontra a atual (Tânia Andrade Saraiva, *idem*, p. 33; isto é, no ponto de chegada da estrada que vinha de Coimbra e que poderia ligar, subindo o monte junto à igreja, à estrada principal para Sul), constituindo o conjunto uma boa reprodução do estereótipo crúzio, opondo a essa face de chegada, uma torre militarizada, no ângulo diametralmente oposto, virada aos campos agrícolas e ao Mondego, e visível à distância, pelo vale desse rio e do de Ceira.

da conjugação de torres laterais/frontais e nártexes em Folques<sup>515</sup>, Bravães<sup>516</sup> e Ferreira<sup>517</sup>, assim como o caso especial de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, onde as triplas arcadas que existem na fachada poderão ter constituído uma figuração plana da torre-nártex (coimbrã ou estrangeira), articulada por arcaturas<sup>518</sup>. Em cômputo total, e com todas as salvaguardas do grau de incerteza envolvido, isso poderia levar-nos a dizer que 17 dos 21 casos minimamente conhecidos revelam afinidades com o estereótipo. Excluindo os exemplos menos alicerçados, teríamos ainda assim dois casos com torres associadas à fachada, mesmo que não axiais (Costa<sup>519</sup> e talvez Bravães), e 5 casos com nártexes (Folques, Vilarinho, Ferreira, Roriz, São Torcato de Guimarães<sup>520</sup>). Aliás, só mesmo em Valdreu (e com todas as alterações e reconstruções que sofreu), a fachada parece não indicar nenhuma forma de tratamento da chegada, que não o portal. No que diz respeito a torres senhoriais não frontais<sup>521</sup>, para além de Santa Cruz, existiram em Muía e Cárquere,<sup>[fig.56]</sup> e, pela documentação e outros testemunhos, em São Jorge<sup>522</sup> e Seia<sup>523</sup>, surgindo ainda “sinónimos” delas nos maciços turriformes que se erguem no tardoz da igreja, em Montelongo, ou no

---

<sup>514</sup> Em Santarém porque um corpo avançado com galilé permanece na igreja atual (e a invulgaridade do elemento permite crer que se possa dever a uma permanência reconstruída), e em Sintra dada a comprovada existência de uma torre-nártex no início do século XVI, figurando no levantamento de Duarte de Armas (Manuel Luís Real, “A organização do espaço..., *op. cit.*, p. 127).<sup>[fig.54]</sup>

<sup>515</sup> Sabemos, por um documento de 1479, que então se fazia o campanário “de novo” (tanto podendo querer dizer que se refazia uma torre pré-existente, ou que se fazia *ex novo*) e que na fachada antes “suhia estar a galilee” (Augusto Nunes Pereira, “O mosteiro de S. Pedro de Folques”, *op. cit.*, p. 173); Regina Anacleto, no entanto, inclina-se para que só existiria a galilé/nártex no século XII (*Arganil, op. cit.*, p. 76). Voltaremos a esta questão no capítulo seguinte.

<sup>516</sup> Em Bravães havia ainda, no começo do século XX, um campanário-empena no alto da fachada frontal (Joaquim de Vasconcellos, *Arte Românica em Portugal, op. cit.*, p. 20 das fotografias de Marques Abreu), mas que aparenta ser de feitura gótica; por outro lado, e mais relevantemente, sabemos que existiu uma torre no lado Norte – não sendo certo se perto ou não da fachada ocidental – construída pelo prior Rodrigo Pires, algo antes de 1258 – ler Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “A igreja românica de Bravães” in AAVV., *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, atas do Seminário “Da Terra da Nóbrega ao concelho de Ponte da Barca”, vol. 2, Ponte da Barca, Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, p. 15, e Maria José Pérez Homem de Almeida, “San Salvador de Bravães: una encrucijada en el románico portugués”, Porto, separata de BRANDÃO, Domingos de Pinho (dir.), *Lvcerna*, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto e Ministério da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1984, p. 320. Não há sinais de um nártex, mas não seria improvável que o tivesse tido, dado o aparato da edificação, nomeadamente o investido no portal, que mereceria uma antecâmara.

<sup>517</sup> Onde ainda permanece o nártex românico e um campanário-empena.

<sup>518</sup> Em Vila Boa do Bispo, as arcaturas parietais exteriores também se estendem à capela-mor, revelando um tema arquitetónico de particular investimento neste edifício (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, p. 122).<sup>[fig.55]</sup>

<sup>519</sup> Em Santa Marinha da Costa, a torre pré-românica não era de entrada na igreja, mas era a porta do mosteiro (Manuel Luís Real, “Santa Marinha da Costa..., *op. cit.*, p. 36), o que coincide com parte das características do estereótipo.

<sup>520</sup> E talvez Cárquere, que seguramente teve um alpendre frontal (Joaquim Caetano Pinto, *Resende: monografia do seu concelho*, Braga, edição do autor, 1982, p. 328; Joaquim Correia Duarte, *Santa Maria de Cárquere - guia do visitante: estação arqueológica romana - mosteiro medieval*, Resende, Câmara Municipal de Resende, 1992, p. 1), embora pudesse datar apenas da reforma manuelina; também poderia ter tido um nártex lateral. A mesma hipótese sob reserva, se coloca para Landim (mas destes casos falaremos mais à frente).

<sup>521</sup> A militarização das torres frontais, que me parece menos de acordo com o espírito do discurso crúzio (mas que poderá ser uma *síntese* da torre eclesial e senhorial, em datações de fim do XII, como veremos no próximo capítulo), além do caso parcial de São Vicente de Fora, poderá ter acontecido, de forma discutível, em Crasto, Cedofeita, Vilarinho, Tabuado, Ferreira e Rio Mau, em que volumes mais fechados e robustos (mas também muito sumários e nunca explicitamente ameaçados, por ex.) existem ou podem ter existido.

<sup>522</sup> De São Jorge se diz, em doação de 1136, que “*est constructa in finibus colimbriae supra ripam fluminis Mondeci, cum turri quae dicitur Caniardo*” (apud Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra..., op. cit.*, vol. I, p. 100); Manuel Luís Real quer ver nesta torre um dispositivo fortificado (e volta a repeti-lo, com parte da mesma citação, em “A organização do espaço..., *op. cit.*, p. 124); é possível, mas, pela designação “torre”, nada impede que fosse uma torre nártex (ver nota 513 deste capítulo).

<sup>523</sup> Essa torre teria existido até 1660, quando o conde de Portalegre a fez demolir (Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, p. 172).

lado Norte, em Roriz<sup>524</sup>. Hipoteticamente podem ter existido em São Vicente de Fora<sup>525</sup> e Bravães<sup>526</sup>. Em Refoios do Lima o mosteiro estava em proximidade visual com uma torre senhorial autónoma, hoje dita dos Malheiros, mas que lhe pertenceria no século XII<sup>527</sup>.

Quanto às dependências vivenciais, razoáveis indícios – mais uma vez, porém, dentro dum universo de grandes lacunas informativas – atestam um padrão de definição dos cenóbios como conjuntos compactos e retangulares. Dos 14 casos em que temos qualquer informação sobre os edifícios, 9 tiveram seguramente claustros definidos e quadrangulares<sup>528</sup>, e é razoavelmente seguro afirmar a probabilidade do mesmo ter acontecido nos outros 5<sup>529</sup>.<sup>[fig.57]</sup> Contribuindo para reforçar a ideia de que os Crúzios procuraram levantar edifícios construtiva e geometricamente cuidados, existem sinais de dependências formalizadas (em alvenaria de pedra, com planta regular e aberturas desenhadas) em 10 casos<sup>530</sup>. Quanto a terem traços fortificados como Santa Cruz, 4 casos apresentam maiores probabilidades<sup>531</sup> e outros tantos indícios mínimos<sup>532</sup>.

Nas igrejas, dos 34 casos considerados desconhecemos em 10 deles a definição do corpo eclesial. Uma

---

<sup>524</sup> Ambos os maciços-torres se voltam para declives, orientando-se, portanto, como a torre senhorial estereotípica, para a distância, onde a frente do templo se vira para a chegada, o caminho; a torre de Roriz pode, no entanto, ser mais tardia, de meados do século XIII, ou pelo menos nessa altura terminada (Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral”, separata de *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, Impr. Portuguesa, 1982, pp. 18-20); a de Montelongo é dada como da primeira metade desse século (Artur Ferreira Coimbra, *Fafe: a terra e a memória*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1997, p. 39, nota 5).

<sup>525</sup> Ver nota 424 deste capítulo.

<sup>526</sup> Ignorando nós qual a configuração e implantação precisa da torre que ali existiu (ver nota 516 deste capítulo).

<sup>527</sup> Esta torre só passou à posse da família Malheiro no século XIV; Jorge Rodrigues nota esta relação bipolar mosteiro/*domus fortis* e compara-a à da colegiada da Oliveira, em Guimarães, com o castelo (“A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 190). Se a torre não é românica, poderá ter substituído uma que o fosse. Torres, igualmente não românicas na sua formulação atual, existem também em Tabuado e Lordelo, em proximidade aos mosteiros (ler capítulo III desta tese).

<sup>528</sup> No entanto 5 destes não são ortogonais (Craсто e Muia levemente, São Torcato de Guimarães, Souto e Cárquere mais distorcidos); de notar que a opção por construir claustros a Norte, como em Santa Cruz, embora minoritária, ainda assim ocorre em 6 casos (e talvez mais um – em Santa Cruz de Cortes, o convento feminino que reocupou o local do mosteiro, em 1516, sob a mesma invocação, tinha o claustro a Norte, mas não sabemos se alguma preexistência a isso terá levado – ver Mateo Hernandez Vegas, *Ciudad Rodrigo – la catedral y la ciudad*, Salamanca, Excmo. Cabildo de la Catedral de Ciudad Rodrigo, 1935, t. II, pp. 58-59; José Ramón Nieto González e Maria Teresa Paliza Monduate, *Arquitecturas de Ciudad Rodrigo*, Ciudad Rodrigo, Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1994, pp. 33-34).

<sup>529</sup> Em São Salvador de Souto, a partir dos fragmentos detetáveis no local (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, p. 38); em Craсто, inferindo da implantação dos edifícios modernos que formam o largo do mosteiro (Manuel Aguiar Barreiros, *Egrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, edições Marques Abreu, Porto, 1926, p. 63);<sup>[fig.52]</sup> em Santa Maria de Oliveira, pela ala de dependências em ângulo reto, com cachorros românicos, em plataforma à direita da Igreja (embora os contornos Sul e Oeste se ignorem); Cárquere (que tem dependências românicas subsistentes, mas também apenas indicando um dos lados da quadra), e Paderne (onde nada resta do claustro românico, mas é possível acreditar que o absidiolo Sul – “medievalizado” pela DGMN, mas que tinha antes dois vãos pouco eclesiais – fosse o vestígio do arranque de um corpo de dependências da crasta).

<sup>530</sup> E talvez e mais dois: Paderne (na hipótese sugerida na nota anterior) e Ferreira (Manuel Luís Real acredita que indícios na alvenaria com aparelho medieval, na casa paroquial deixam adivinhar em edifício em quadrilátero regular – ler “A igreja de S. Pedro de Ferreira...”, *op. cit.*, p. 259, nota 46).

<sup>531</sup> São Vicente de Fora, pela acentuação militar da sua torre-nártex (e assim figura na reconstituição de F. E. Rodrigues Ferreira, “O mosteiro afonsino...”, *op. cit.*, *passim*); Santa Maria da Pena e Santa Maria da Alcáçova de Santarém, uma vez que diretamente ligadas a estruturas castelares, e São Torcato de Guimarães, pelo testemunho de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, que descreve restos do mosteiro como tendo ameias, embora estas possam evidentemente ser posteriores e corresponder a outros períodos, como veremos (*op. cit.*, vol. I, p. 305).

<sup>532</sup> São Jorge, a acreditar em torre fortificada de Caniardo (ver nota 522 deste capítulo); Seia igualmente (ver nota 523 deste capítulo); e Muia e Cárquere, se da mesma forma, à existência das suas torres, correspondesse algum aspeto defensivo no corpo dos mosteiros.



nave principal e capelas laterais, só estamos certos de encontrar nos casos descritos em Santa Cruz e São Vicente; não seria irrazoável arriscar que poderá ter sido da mesma forma em Grijó, e uma referência única, do sempre suspeito D. Nicolau de Santa Maria, afiança que São Jorge de apar de Coimbra teria originalmente três naves<sup>533</sup>. Os restantes 21 casos tinham nave única, o que poderia ser visto como uma redução ao essencial da prevalência da nave central das igrejas mais importantes – a existência de dois casos muito requintados, Cedofeita e Ferreira, em que os paramentos laterais das naves se subdividem por pilastras a toda altura, sugerindo o ritmo dessas capelas laterais, poderia ser lido como um elo “darwiniano” entre as duas espécies, mas são ambas obras de reticente atribuição aos agostinhos. Nenhum dos 24 casos tem transepto<sup>534</sup>.

A marcação de subdivisões longitudinais era acompanhada por subdivisões verticais, embora pareçam ser sempre de menor recorte. É lícito supor que, apesar da gramática românica tender para uma continuidade entre a parede e a abóboda, os casos com esse sistema de cobertura exibissem uma marcação horizontal entre os panos verticais e a superfície semicilíndrica, como acontece em Cedofeita, e se verificaria assim em Santa Cruz, São Vicente e no mosteiro do Banho; com possível abobadamento (ou projeto de o fazer) e consequente divisão em altura são de considerar também São Pedro de Ferreira e São Miguel de Vilarinho, pela existência de contrafortes laterais. Interessante hipótese de um processo de reprodução sintética dessa divisão entre os locais simbólicos do *alto* e o *baixo*, é a frequência do uso de frisos horizontais nas igrejas crúzias mais pequenas, de cobertura de madeira: em 6 casos dos 17 em que os panos parietais serão românicos<sup>535</sup>, a nave é percorrida por um friso horizontal alto, nos muros ocidental e laterais, e mais alto que o friso típico da parede fundeira, que nasce das impostas do arco triunfal, criando uma espécie de efeito “perspético” para quem entra na igreja<sup>536</sup>; acima desse friso encontramos as entradas de luz<sup>537</sup>. [fig.58] Tomando como medida de comparação uma

---

<sup>533</sup> Para além de nada confirmar tal referência (ou permitir datar essa igreja “original”), também não permite dizer se teria o sistema “basilical transformado” dos templos de Coimbra e Lisboa.

<sup>534</sup> O transepto de Paderne é mais tardio, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>535</sup> Em mais três as paredes da nave foram refeitas, mas parede fundeira tem friso – São Torcato (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 27), Valdreu (*idem*, p. 101) e Vilarinho (como se nota pela descontinuidade do pano parietal); em Rio Mau e Roriz também há friso junto ao arco triunfal, e não nas naves, que, sendo românicas, são construção mais pobre e apressada que cabeceira (Marisa Costa, “A igreja de São Cristóvão de Rio Mau”, separata de *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, nova série, n.ºs 15-16, Junho-Dezembro, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1995, pp. 3-8; Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz...”, *op. cit.*, pp. 17 e 23); em Vila Boa do Bispo a talha e o azulejamento impedem conclusões e indicam alterações às paredes.

<sup>536</sup> Ainda mais acentuado em Muía, Landim, Valdreu e Ferreira, em que o friso de subdivisão das paredes interiores da capela-mor é mais baixo que o do arco triunfal; esse efeito, a terem existido torres e/ou nártexes com frisos parietais, poderia ter sido continuamente descendente.

<sup>537</sup> Aliás *pousadas* nesse friso, onde as frestas estão intactas (em Bravães, Muía e Tabuado); como elo da relação entre a formulação “parede-friso-abóboda” e a de “parede subdividida por friso”, refira-se a capela-mor de Rio Mau, abobadada, mas perfurada por frestas, nos lados e no topo oriental, assentes no friso que marca o arranque da abóboda.

dúzia de igrejas românicas não crúzias de nave única bem conservada – Cete, Abade de Neiva, Sanfins de Friestas, Arnoso, Orada, São Pedro das Águias, São Cláudio de Nogueira, Ermida de Paiva, Fonte Arcada, Serzedelo, Ermelo e São Martinho de Mouros – só nas muito tardias obras (aliás, pelo menos proto-góticas<sup>538</sup>) de Cete e Fonte Arcada, a nave é percorrida por friso horizontal (interrompido em Cete), mas que ali se prolonga pela parede fundeira, atravessando o arco triunfal até à capela-mor, como uma “linha de horizonte” única, o que nunca se observa nos edifícios Regrantes<sup>539</sup>.

Na unidade da ousia caberá fazer-se algumas observações. Volumetricamente, sabemos que existia uma cabeceira tripartida em São Vicente de Fora, pressupõe-se a sua existência em Santa Cruz<sup>540</sup>, e aceitar-se-ia que assim fosse em São Jorge, se tivesse três naves; muito hipoteticamente, dado que a ousia da colegiada regrante de São Pedro de Leiria era tripartida, e que, pelas suas dimensões, deveria ser igreja de nave única<sup>541</sup>, não era impossível que a mesma coisa ocorresse noutros templos menores, a começar pela colegiada vizinha da Pena, que a instituiu. De qualquer forma, dos 25 casos sobre os quais temos alguma informação, 21 tinham apenas uma capela-mor. Planimetricamente, num universo seguro de 18 casos, as capelas absidais dividiam-se em dois tramos em 8 deles, e provavelmente também o fariam noutros 5<sup>542</sup>. Quanto ao abobadamento, e tendo em conta a raridade relativa dessa opção no nosso Românico, 8 cabeceiras tê-lo-iam, e é defensável que o mesmo acontecesse ou tivesse sido planeado em mais 2<sup>543</sup>, sendo que em 14 cenóbios é impossível especular sobre a solução de cobertura.

Um outro tema arquitetónico pode ser levantado quanto ao conjunto de remate oriental: o da acentuação da sua delimitação. Manuel Luís Real quis ver a possibilidade de ter havido uma tendência, que deteta em possíveis protótipos crúzios, para divorciar o espaço interior do exterior, quer inserindo as absides em maciços de alvenaria (como na capela-mor de Santa Cruz e pelo menos nas laterais de São Vicente<sup>544</sup>) quer pela diferente geometria dos contornos interiores e exteriores (em Roriz e Ferreira)<sup>545</sup>; infelizmente, esses são mesmo os *únicos* casos que o atestam, sendo seguro que pelo menos em 13 casos isso não ocorria. No entanto, a complementar ligação cabeceira-nave apresenta mais indícios de ter suportado também uma tendência de separação, pela existência de desníveis e sobretudo pelo desenho do arco

---

<sup>538</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., pp. 110 e 119.

<sup>539</sup> Em igrejas basilicais, a cisterciense Tarouca exhibe frisos de separação parede-abóboda tanto na nave principal como nas capelas laterais; em Paço de Sousa e Travanca não há subdivisão em altura nas naves principais (apesar dos arcos-diafragma), embora existam frisos nas naves laterais, abaixo da fenestração.

<sup>540</sup> Não havendo prova incontestável no edifício ou na documentação, é assim aceite por António Nogueira Gonçalves e Manuel Luís Real, mas Jorge de Alarcão tende a discordar, como já aqui foi discutido (ver nota 401 deste capítulo).

<sup>541</sup> Embora em São Vicente não fosse assim, em Santa Cruz a capela-mor e as duas colaterais abririam para uma nave apenas, a central.

<sup>542</sup> Por serem rematadas em absides semicirculares (como no Banho, onde só esse troço resta), pela presença de contrafortes exteriores, nem que a diferenciação não exista (atualmente?) pelo interior (como em Vilarinho).

<sup>543</sup> Além de São Vicente de Fora, que já discutimos, São Miguel de Vilarinho tem contrafortes na cabeceira, que poderiam ser suportes de abobadamento.

<sup>544</sup> E na ousia da igreja crúzia, mas não cenobítica, de São Pedro de Leiria.

<sup>545</sup> Onde pode ter havido também uma evolução diacrónica da tradução do mesmo tema arquitetónico.

triumfal, claramente subordinado em dimensão às áreas cegas das paredes fundeiras da nave e/ou mais baixo e mais estreito que o volume das capelas absidais para que abre<sup>546</sup>. Assim, exibem esse carácter de forma evidente 5 casos, e talvez outros 6 adicionais. Existem 7 casos de continuidade espacial franca entre a nave a cabeceira, mas há grandes probabilidades de ter havido alterações posteriores a essa fronteira em 3 (Craсто, Vila Boa do Bispo e Souto), e em 4 outros podemos estar em presença de sinais de uma mudança estilística para a espacialidade gótica (em Ferreira, Roriz, Longos Vales e Valdreu).<sup>[fig.59]</sup> Para uma última análise em termos de disposição, tentou correlacionar-se o uso de elementos arquitetónicos e as datas de adesão aos Cónegos Regrantes, separando as que ocorreram antes e depois da morte de D. Teotónio (tabela n.º 5a). Excluindo da amostra todos os casos de grande incerteza na atribuição de datação de filiação – e retendo mesmo assim uma maioria de situações de algumas dúvidas – é possível, mesmo com muitas reservas, detetar a possibilidade de algumas variações diacrónicas no discurso crúzio deste intervalo:

- a)-o grupo mais tardio não inclui nenhuma torre-nártex nem nenhuma torre senhorial<sup>547</sup>;
- b)-nesse grupo não se verificam situações de claustros a Norte da igreja, que não na fundação “voluntariosa” de Santa Cruz de Cortes (e mesmo assim apenas em hipótese<sup>548</sup>);
- c)-há nele ainda um mosteiro provavelmente fortificado (São Torcato de Guimarães); a tê-lo sido, é caso único, embora num aspeto que desconhecemos em todas as filiações tardias;
- d)-como já vimos, registam-se então mais casos de continuidade espacial entre o corpo da igreja e a ousia.

Além destas observações, um fenómeno especial parece verificar-se à medida que nos aproximamos do fim deste intervalo temporal: o aparecimento de uma configuração com nártexes laterais, a Norte, ligados ao corpo da igreja no seu topo Nascente, e providos de absides próprias – ou seja, como misto de nártex e capela cemiterial anexa. Manuel Luís Real especulou sobre a possibilidade de esta disposição, que existe em São Torcato de Guimarães, ter sido reproduzida em São Pedro de Roriz<sup>549</sup>. Dois outros edifícios, no entanto, permitem postular a presença de uma subforma de discurso: Paderne e Landim.

---

<sup>546</sup> Em Tabuado (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, op. cit., vol. II, p. 272, e *O Românico*, op. cit., p. 122; Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, op. cit., p. 247), Longos Vales (Jorge Rodrigues, “O modo Românico”, op. cit., p. 17) e Rio Mau, o arco triunfal é também estruturado como um portal exterior (com colunelos e arquivoltas), o que é uma *adjetivação* significativa, embora no segundo caso até haja maioritariamente continuidade espacial; a prática não é marca de arcaísmo (como se poderia inferir para Rio Mau), e acontece mesmo em espacialidades já proto-góticas (como precisamente em Longos Vales).

<sup>547</sup> A não ser que se considere como tal o campanário de Roriz; de qualquer forma, nem que traduzindo parte dos mesmos significados, é uma formulação que exprime a diluição do vocábulo.

<sup>548</sup> Ver nota 528 deste capítulo.

<sup>549</sup> Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz...”, op. cit., pp. 36-37 (note-se que o nártex-capela de Roriz pode ou não ter sido começada no intervalo que aqui consideramos – cf., *idem*, pp. 20-22).

Refiro São Salvador de Paderne dada a óbvia reprodução deste esquema, embora seja quase seguramente de realização posterior a 1229 (como em geral todo o aspeto que o edifício apresenta atualmente)<sup>550</sup>; em Santa Maria de Landim não existe, bem entendido, nenhum nártex lateral, mas a sua existência passada poderia explicar o arco emparedado que existe a Norte, no topo oriental do corpo da nave (similar ao arco que virá a existir em Paderne, ligando o nártex à nave), e talvez a criação da nave lateral setentrional que ali encontramos hoje em dia, que o poderia ter substituído<sup>551</sup>. Muito hipoteticamente, o espaço que medeia entre a igreja e a torre, em Cárquere, pode ser o vestígio de um outro nártex lateral, implantado a Sul já que o claustro é aqui setentrional.<sup>[fig.60]</sup>

A torre-nártex de Crasto, provavelmente de 1182 ou mesmo do século XIII<sup>552</sup>, mais monolítica e mais diretamente militarizada, e praticamente sem espaço interior, pode por sua vez assinalar uma transformação que veremos ocorrer no período seguinte da história Regrante.

Se, com as devidas lacunas, esta é uma imagem possível dos factos linguísticos usados no discurso arquitetónico crúzio, resta fazer uma interpretação da natureza desse discurso e de como exprime os seus repertórios interpretativos. É igualmente aproximativa, até porque é a transposição de hábitos mentais, logo de estruturas gerais que governam formas de ver o mundo e o enunciar<sup>553</sup>.

Como foi dito no capítulo sobre metodologia, acredito que há paralelismos – para não dizer forças que formam esses hábitos mentais – nos conceitos da Retórica clássica, que se dedicam precisamente a explicar como deve ser o discurso, e que faziam parte da formação de uma Ordem de clérigos, e mais forçosamente e universalmente que numa Ordem monástica.

Em primeiro lugar, lembremos que desde Aristóteles que se definiu que os temas da Retórica são a Justiça, a Política e a Epidíctica, e que as suas substâncias são respetivamente o Justo, o Bem e o Belo. Essa divisão e essas temáticas estão presentes no estereótipo crúzio, e refletido nos enunciados:

a)-a torre senhorial, à época um sinal legislado de um certo estatuto e relacionado com determinada jurisdição, é uma afirmação sobre a Justiça;

---

<sup>550</sup> Jorge Rodrigues aventa a hipótese de ali ter existido uma igreja de nave única com capela funerária lateral, e só no século XIII tendo sido convertido ao aspeto atual (“O modo românico”, *op. cit.*, p. 19), o que me parece correto, mas nada impede que o nártex lateral seja também do segundo quartel desse século (Carlos Alberto Ferreira de Almeida acha que o conjunto no seu todo, mesmo que aceite ter havido uma igreja anterior, de 1130, com possíveis reaproveitamentos, é de meados do século XIII – *O Românico*, *op. cit.*, pp. 88-90); mas voltarei a esta questão no capítulo seguinte.

<sup>551</sup> Hipótese de Afonso José Ferrão e Gonçalo Vasconcelos e Sousa também levantam: ver “Arquitetura”, in OLIVEIRA, Marlene Teixeira de Castro (coord.), *IV Festival Internacional de Polifonia Portuguesa*, Vila Nova de Famalicão, Fundação Cupertino de Miranda, 2014, p. 74. Landim, mais do que Paderne, teria uma proximidade geográfica à origem da configuração, São Torcato de Guimarães, e à sua reprodução, em Roriz; aliás, estes três cenóbios sucedem-se (e na mesma ordem da cronologia possível da difusão do modelo) ao longo da bacia do Ave, de Norte para Sul. Um hipotético nártex lateral em Landim também poderia ser posterior a 1229, uma vez que há traços de obras importantes em meados do século XIII (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, António Martins e Emília Nóvoa Faria, 2002, pp. 41-42).

<sup>552</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, *op. cit.*, vol. II, p. 215; *O Românico*, *op. cit.*, p. 96.

<sup>553</sup> Seguindo o raciocínio de Erwin Panofsky, em *Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*, Madrid, La Piqueta, 1986, pp. 31-32.

b)-a torre-nártex, de volume escultórico e decorada, debruça-se sobre o Belo, remete para a redenção da entrada na Jerusalém celeste, e é um elogio “oratório”, logo epidíctico;

c)-o conjunto formalmente ordenado que espelha a ordenação da vida – não por privação ou negação, mas por estilização, regra – é uma afirmação política, e claramente sobre o Bem.

A um segundo nível, recorde, o discurso retórico assenta em três dimensões – o *ethos*, o *pathos* e o *logos* – que igualmente podemos encontrar, não simbólica, mas literalmente, na arquitetura regente:

a)-a função das torres senhoriais e da fortificação do conjunto cenobítico (ou da sua sugestão), assim como de cuidar o tratamento construtivo de todo o edifício é estabelecer a credibilidade do sujeito (a Ordem);

b)-o recurso à elaboração arquitetónica, e nomeadamente a porticados reais ou virtuais, acentuação por cantaria e adjetivação por escultura, e com maior intensidade nos templos e nas salas de capítulo, é do âmbito da *poética* da linguagem;

c)-enfim, a estruturação dos espaços por movimentos gradativos (à volta do claustro, ao longo da igreja, é, ao nível da hierarquia de ideias da época (o corpo, a alma, Deus) ou dos referentes bíblicos e patrísticos (o caminho da salvação, a vinda do reino de Deus) é o *logos*, quer como dialética de exposição, quer pelo recurso a analogias sancionadas coletivamente.

Em terceira análise, os recursos estilísticos compositivos aproximam-se das figuras de raciocínio e de linguagem mais características da Retórica:

a)-os conjuntos de muralhas e torres são uma metáfora das cidades, e às vezes estão em direta comparação (em presença) daquelas;

b)-substituindo metonimicamente o símbolo pelo simbolizado – as portas pela cidade – as torres-nártex (ou os formulários de fachada que as traduzem, em dupla metonímia, por alguns dos seus atributos, como Vila Boa do Bispo), são outra figura de raciocínio;

c)-um terceiro tipo de tropo está implícito na “citação” da torre senhorial, como “parte pelo todo”, designando o castelo ou, mais uma vez, a cidade;

d)-a composição por unidades que se sucedem (volumes, alas, espaços através de percurso), em unidades discretas e separadas por filtros – acede-se ao refeitório, ao capítulo à igreja, através de portas que dão para um espaço de deslocação; passa-se do *atrium* à nave e daí às capelas laterais e absidais por pórticos<sup>554</sup> – é análoga a uma enumeração por polissíndeto (tanto mais intencional quanto se trata

---

<sup>554</sup> Diferentemente do espaço multidirecional, mesmo que não isotrópico, do corpo das igrejas beneditinas de seção basilical.

de uma época que praticamente não utiliza o corredor<sup>555</sup>).

Algumas palavras ainda sobre a morfologia dessa exposição, dessa argumentação sobre o que é a beatitude e a *beata vita* (e, por elipse, sobre o que são os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho). O seu registo literário ideal é a narrativa, como a Bíblia congrega narrativas da relação dos homens com Deus, como Agostinho usou sistematicamente narrativas como instrumento retórico<sup>556</sup>. Como no texto narrativo, existe uma diegese, uma sucessão de acontecimentos que levam a um desfecho, e um narrador, ou pelo menos uma linha narrativa, que conduz o sujeito de forma condicionada, pela simplificação dos espaços de percurso (na igreja, com uma só nave, no conjunto, com um só claustro que congrega tudo, ou o essencial das dependências). E numa época em que convergem a teleologia e a história, a iconografia que classifica os espaços, pelo menos na cantaria e escultura arquitetónica, aludindo a revivalismos romanos<sup>557</sup>, conservando fragmentos moçárabes ou pré/proto-românicos<sup>558</sup>, e juntando tanto bispos, oficiais e realidades presentes (animais, gentes), como histórias bíblicas e antevisões do Juízo Final, faz coincidir os tempos verbais do pretérito, do presente histórico e do futuro profético<sup>559</sup>.

## 4.5 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1128 e 1229

**4.5.1 Contrapontos e repercussões:** Fomos vendo, ao longo deste capítulo, que, apesar de partilharem algumas assunções gerais que fazem parte da língua da época, os Crúzios exibiram de forma consistente quer opções de integração de referências em intertextualidade, quer diferenças sistemáticas relativamente aos discursos arquitetónicos produzidos no mesmo momento em Portugal.

Antes de concluir, resumamos como as opções crúzias que fomos vendo se distinguem ou encontram eco no panorama nacional.

A localização cenobítica periurbana, exterior mas face à cidade (de que a intraurbana seria uma redução, e que ainda influencia alguns mosteiros rurais), parece ser distintiva. Como se sabe, também a vemos nos institutos de vida comum das colegiadas – aí compreendidas aquelas que foram discutidas aqui,

<sup>555</sup> Quer por uso de espaços únicos, quando muito sumariamente subdivididos – Silvío Conde, “A casa”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, op. cit., vol I, p. 57 – quer pelo uso de sucessão de compartimentos, por vezes com gradações de intimidade, mas constituindo-se como espaços de passagem – Philippe Ariès e Georges Duby (dirs.), *História da vida privada*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1990, vol. III, p. 216; José Custódio Vieira da Silva, “O paço”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, op. cit., vol I, p. 84.

<sup>556</sup> A da sua conversão para falar da sabedoria (nas *Confessiones*), do seu retiro em Cassiciaco para falar da felicidade (no *De beata vita*), da história humana para sintetizar o sentido teológico do mundo (no *De civitate Dei*).

<sup>557</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 230-231.

<sup>558</sup> Em São Torcato de Guimarães, Moreira, Palmeira/Briteiros, Caramos, Costa, Souto (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, op. cit., vol. II, pp. 78-80), Banho (Alberto Antunes de Abreu, “A pia baptismal de Banho...”, op. cit., pp. 201-207), Paderne, Cárquere (Jorge Rodrigues, “A arquitetura românica”, op. cit., p. 194; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., pp. 74 e 89), e talvez Cedofeita (AAVV., *Igreja de São Martinho de Cedofeita - Pôrto*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 2, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Dezembro 1935, p. 14; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, p. 116) – os mosteiros afiliados a Santa Cruz parecem conjugar os exemplos mais relevantes e o maior número de exemplos de tal prática.

<sup>559</sup> Tempos verbais da narração – Jorge Alves, “Narração”, in CEIA, Carlos (dir.), *E-Dicionário de termos literários*, [em linha] disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/> [consultado em 14-08-2012].

mas nada prova serem agostinhas – e nos templos castrais, como São Salvador de Carrazeda de Anciães e as igrejas de São Miguel do Castelo de Guimarães e Monsanto<sup>560</sup>; no entanto, estas últimas, sendo nas entradas dos castelos, mantêm-se dentro das cercas secundárias. Por outro lado, todo este grupo de edifícios é genericamente mais tardio que Santa Cruz, o que, para além das afinidades institucionais das colegiadas (afinal, cenóbios de cónegos seculares) com os Regrantes<sup>561</sup>, permite especular que podem afinal ter seguido, com pequenas alterações de modo, os seus exemplos.

As fachadas-torre são outra reivindicação de traço original crúzio, e, de facto, nada se conhece que equivalha à complexidade volumétrico-espacial (e talvez de articulação parietal) de Santa Cruz e São Vicente de Fora. Ocorreram certamente, e como torre-nártex, mesmo que simplificada, na colegiada de Santa Maria Maior de Chaves (cuja implantação também é de proximidade ao castelo flaviense); mas, sendo esta de meados do XIII<sup>562</sup>, voltamos ao raciocínio anterior. Quanto à possível redução desse figurino a um maciço pétreo vertical centrado na frontaria, também só dois exemplos mais tardios se conhecem, exteriores aos Cónegos Regrantes: Santiago de Coimbra (e não claramente turriforme) e a Sé Velha – e pelo menos esta claramente influenciada por Santa Cruz. São Martinho de Mouros é também um exemplo classicamente adiantado para falar de fachada-torre fortificada. A frontaria de São Martinho de Mouros será a última parte do templo iniciado no século XII, e só acrescentada na centúria seguinte, talvez já sob a égide dos Hospitalários<sup>563</sup>; isso poderá fazer dela uma convergência de processos arquitetónicos diferentes, fruto do apreço por formatos torreados e militarizados nas duas Ordens. Adicionalmente, se fachada ocidental de Resende é certamente robusta e de acentuação vertical, o que me parece duvidoso é que seja um “corpo torreado”: sem qualquer solução de continuidade, exterior ou interiormente, com o resto da igreja, a que é sumariamente adicionada, nem constituindo um corpo delimitado, o topo Poente de São Martinho de Mouros mais facilmente será o resquício de uma reconversão para três naves que nunca foi concluída, que uma unidade frontal definida, de “torre”<sup>564</sup>.

A repercussão mais interessante, se não da fachada ocidental unitorreada, pelo menos do nártex axial, poderá ter sido a que se exerceu de Santa Cruz sobre Santa Maria de Alcobaça. Em 1220, quando D. Afonso II transfere o panteão régio para o mosteiro cisterciense, é construído um nártex frontal à igreja

---

<sup>560</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, p. 11.

<sup>561</sup> Que Manuel Luís Real usa para achar predispostas a influências crúzias as igrejas de Sintra, Chaves e de São Martinho de Mouros (“A organização do espaço...”, *op. cit.*, pp. 127, 130); Paulo Pereira também aceita a hipótese de São Martinho de Mouros ter podido receber essa influência (*Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 240).

<sup>562</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, p. 103, e *O Românico*, *op. cit.*, p. 125.

<sup>563</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 128; Jorge Rodrigues, “O modo românico”, *op. cit.*, p. 101, e “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 250.

<sup>564</sup> E quiçá o distante precedente da arquitetura de espaços verticalizados que conheceremos na Ordem do Hospital em meados do século XIV, em Flor da Rosa e talvez em Terena (Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 67-68).

para abrigar a tumulação. As reformas posteriores ao templo, nomeadamente a barroca, eliminaram este espaço, pelo que é impossível especular sobre similaridades arquitetónicas, mas parece-me difícil negar que pelo menos se reproduziu o modelo funcional do espaço anterior, e parece-me insuficiente justificar a sua ereção por normas cistercienses contra a inumação no interior das igrejas, como faz Mário Jorge Barroca<sup>565</sup>, quando, com exceções canónicas ou entorses de favoritismo, essa regra era geral<sup>566</sup>.

A construção de torres senhoriais em conjuntos cenobíticos não é também, *tout court*, monopólio regnante. São militares e residenciais as que encontramos em Manhente e Abade de Neiva (em si similares às de Santa Cruz e Muía), e, apesar de já gótica, é de afirmação senhorial a de Travanca (como o poderá ser em Cárquere)<sup>567</sup>. O que nenhum destes exemplares exhibe é uma separação entre as torres senhoriais e a fachada eclesial frontal: todas elas são laterais, mas perto da frente dos mosteiros.

Realcemos também o papel precoce e individualizado dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho na expansão – para não dizer na *quase introdução* – do claustro românico em Portugal. Carlos Alberto Ferreira de Almeida defende que a estruturação “clássica” do claustro é cisterciense e que, chegando tardiamente em Portugal, é quase sempre já em modo gótico que os encontramos entre nós; aceita que há precedentes a Cister, referindo Moissac, e que há exemplos ainda românicos nacionais, como São João de Almedina, que será talvez o mais antigo (mas já undecentista), e os mais tardios casos vimaranenses da Colegiada da Oliveira e Santa Marinha da Costa, e de Ermida de Paiva, que já pertencerão ao século XIII<sup>568</sup>. Por um lado, se o claustro da Almedina datar de 1129-1131<sup>569</sup>, antecede de perto o de Santa Cruz de Coimbra e mais teria sido motivo para estimular os Regrantes vizinhos a ombrear com ele. Em segundo lugar, se esses claustros não cruzios são raros, pequenos, irregulares e sem uma organização programática de espaços e funções<sup>570</sup>, o mesmo não se pode dizer dos que nasceram das fileiras dos Regrantes. Como vimos, o claustro de Santa Cruz poderá ser da primeira metade do século XII, supera em dimensões o da Sé Velha, é ortogonal, deveria ter arcadas pétreas e, bebendo talvez em Moissac e Maguelone, assentava numa codificação de espaços que não decalca

---

<sup>565</sup> Mário Jorge Barroca, “Memórias”, *op. cit.*, p. 444.

<sup>566</sup> John Curran, “Cemetery”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, Nova York, Robert Appleton Company, vol. 3, 1908 [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 26-07-2012].

<sup>567</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Primeiras impressões...”, *op. cit.*, p. 69; “O Românico”, *op. cit.*, p. 32; *O Românico*, *op. cit.*, p. 80; Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 216.

<sup>568</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Primeiras impressões...”, *op. cit.*, pp. 72-73; *O Românico*, *op. cit.*, pp. 82-83.

<sup>569</sup> Como o vemos no Museu Machado de Castro, embora possa ter tido uma primeira formulação por 1087 (Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 48-49; Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica”, *op. cit.*, p. 192).

<sup>570</sup> Mesmo mais tardios, como Pitões das Júnias, que já será obra gótica (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Primeiras impressões...”, *op. cit.*, p. 73, nota 29).



a de Cister (embora a possa ter conhecido), e que poderia ter-se reproduzido noutros mosteiros<sup>571</sup>. É o próprio Ferreira de Almeida que junta à sua lista, e além de Santa Marinha da Costa, os mosteiros crúzios do Souto e Vilarinho, como devendo ter tido claustros formalizados com arcadas<sup>572</sup>; acrescenta-se que o mesmo terá acontecido em São Vicente de Fora, Landim, Crasto, Oliveira, São Torcato de Guimarães, Paderne, Muía, Roriz, Ferreira e Cárquere, e creio que o testemunho é eloquente.

Um monumento específico, refira-se, desafia as tentativas de explicação taxinómica: Santa Cristina de Serzedelo. A igreja monástica beneditina de meados do século XIII<sup>573</sup> faz suceder axialmente um nártex associado a um maciço turriforme lateral, uma nave e uma capela-mor, e poderia, nessa cronologia, ser perfeitamente crúzia, mas não o é<sup>574</sup>. É verdade, no entanto, que tem uma relação de menor imponência na paisagem do que a tendência que analisámos nos Regrantes<sup>575</sup>.

A esta confluência sem laços que a justifiquem ou grandes ressalvas que a mitiguem, oponham-se divergências essenciais entre discursos diferentes mesmo quando possuem agentes comuns: apesar de bispos crúzios, ou a eles muito ligados, poderem ter dirigido um bom número dos nossos obradoiros episcopais românicos – no Porto<sup>576</sup>, em Coimbra<sup>577</sup>, em Lisboa<sup>578</sup>, talvez em Évora<sup>579</sup> – e apesar de eventuais transferências estilísticas<sup>580</sup>, em nenhuma delas se adotou a arquitetura eclesial de Santa Cruz; mesmo na Sé de Coimbra, com D. Miguel Salomão (que da canónica coimbrã saiu para a mitra e de novo para lá voltou, ao resignar), apesar do plano compacto e duma possível tradução do aspeto fortificado marcado por torres de Santa Cruz, manteve o transepto, o plano basilical clássico e com

---

<sup>571</sup> E não apenas na ereção da sala capitular junto à igreja, como também vemos na colegiada da Oliveira e em Cete (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, p. 38); para além do decalque da distribuição de espaços/funções que vimos em São Vicente de Fora, as posições relativas do capitulo, do refeitório e da portaria, repetem-se no mosteiro undecentistas de Landim (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, pp. 34-35, 53) e da Costa (Manuel Luís Real, “Santa Marinha da Costa – notícia histórica”, *op. cit.*, pp. 35-36); em Santa Marinha, Manuel Luís Real coloca o dormitório (por exclusão de partes?) nas dependências detetadas a Oeste, em continuidade com a fachada principal da igreja, o que – a não ser que se tratasse de um dormitório de conversos – me parece fortemente improvável.

<sup>572</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “O Românico”, *op. cit.*, p. 38.

<sup>573</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 111.

<sup>574</sup> E, pela sua semelhança a Tabuado, demonstra perfeitamente que aquela igualmente poderia não o ser.

<sup>575</sup> Como nota Manuel Luís Real, comparando Serzedelo com Ferreira (“A igreja de S. Pedro de Ferreira...”, *op. cit.*, p. 291).

<sup>576</sup> Sob D. Fernão Martins Pais, sobrinho de D. João Peculiar, no último quartel do século XII (comparar o que diz Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 357-358, com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 114-115).

<sup>577</sup> Sob D. Miguel Pais Salomão (Armando Alberto, “Dois bispos portugueses...”, *op. cit.*, pp. 28-30; Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 148-151; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 132-133; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 238).

<sup>578</sup> Sob D. Gilberto, próximo de Santa Cruz, e D. Álvaro, que era efetivamente crúzio (cfr. Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 227-228, e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 134-135).

<sup>579</sup> Sob D. Paio, que D. Tomás da Encarnação dizia ser cónego regrante, e tendo a ver com possível edifício anterior ao atual (Armando Alberto, “Dois bispos portugueses...”, *op. cit.*, pp. 30-33; Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 55-56).

<sup>580</sup> Refira-se também que parece haver sinais da difusão do livro do ritual dos enfermos crúzio nos das Sés de Braga, Coimbra e Évora (Agostinho Figueiredo Frias, “O costumeiro e a regulação da vida interna do mosteiro”, *op. cit.*, p. 21).

tribunas superiores, e a torre do cruzeiro.

**4.5.2 *Zeitgeist* e automitificação:** Neste primeiro momento da vida institucional dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, é perfeitamente clara uma adesão, consciente e alargada, nacional e internacionalmente, às tendências sociais, culturais e arquitetónicas coetâneas. Isto quer se trate do ponto de situação do desenrolar do processo da reforma gregoriana (distanciando-se de Cluny, aproximando-se Cister, tomando parte na reforma canonical em diálogo com os seus promotores mais ativos), ou do culto do augustinismo e do platonismo cristão dos inícios da Baixa Idade Média (e através dos estabelecimentos de excelência da sua produção e divulgação), da produção musical e dos centros da sua renovação à época, ou da escrita e da chancelaria. No plano nacional, envolvendo-se num projeto de criação do novo mundo que esta época prometia, entretece a peregrinação, a cruzada e o feudalismo, o assistencialismo e o ensino, na cristianização do Estado nascente. De todas estas coordenadas, e de todas as alianças que estabeleceu ao adoptá-las, extraiu lógicas arquitetónicas que assimilou e reproduziu de forma sistemática, á luz da natureza de funcionamento da Ordem, fluída mas formalizada, e da hierarquia de envolvimento das instituições cenobíticas que nela congregou. Do seu pendor para a ação vieram os temas espaciais do percurso; da ligação ao augustinismo filosófico e político, a ordem geométrica, a alegoria, o decoro funcional como suporte do modo de vida equilibrado, a imagem urbana; da construção nacional, uma ostensiva linguagem fortificada, concretizada em especial na única “citação” direta do panorama arquitetónico mais próximo (repetida tal e qual, mesmo que apropriada de forma integrada): a torre senhorial, sinal das suas solidariedades de classe.

Como ato inaugural, será de dizer que, em rigor, ainda não haveria espaço para a automitificação. O intervalo de 1128 a 1229 comporta, aliás, a única manifestação de questionamento interno da existência da Ordem em toda a sua história. No entanto, é de assinalar que participam do discurso institucional e arquitetónico os sucedâneos de uma atitude de elaboração de bases “míticas” para o seu prestígio. Evidentemente, a prossecução e consolidação dum estatuto privilegiado dentro da Igreja e do Estado e a sua promoção pela inserção e configuração arquitetónicas, são a construção dum prestígio como capital simbólico a acumular. De igual modo o são a produção de relatos historiográficos que fixem a sua visão do mundo ou a ereção de espaços de sacralização da memória das linhagens real e nobiliárquicas. Mas, mais ainda, Santa Cruz, enquanto recente e inovadora, envolve-se numa espessura de eternidade, ligando-se à tradição apostólica, patrística e altimedieval (no espectro do canonicalismo internacional), e absorve politicamente, institucionalmente e arquitetonicamente, uma parte da herança moçárabe e visigótica locais.

## CAPÍTULO V

*Nos moesteiros dos frades regrados/ a demandeí, e disserom-  
m'assi:/ Nom busquedes vós a verdad'aqui,/ ca muitos anos havemos  
passados/ que nom morou nosco, per bõa fé,/ (...)/ e d'al havemos  
maiores coidados*<sup>1</sup>

a arquitetura cenobítica crúzia entre 1229 e 1340

### 5.1 | Resistência: o segundo século dos cónegos regrantes portugueses

Se o trajeto do primeiro século de existência crúzia pode ser descrito como um arco, indo da origem e ascensão aos sinais de crise do início do século XIII, as onze décadas que se lhe sucedem, combinando iniciativas e anquilosamentos, acabam por traçar uma linha de flutuação, em que havendo ganhos e perdas, o saldo é incerto.

**5.1.1 Bases para a definição do intervalo:** Com efeito, dir-se-ia que o intervalo 1229-1340 parece quase ter arranque e término num mesmo ponto relativo para a Ordem. Antes de mais, desenvolve-se entre duas reformas impostas pela Santa Sé: a já referida, de 1229, aplicada pelo cardeal de Santa Sabina, e aquela que Bento XII decreta em 1339 para as Ordens religiosas. Que ambas as reformas sejam igualmente um esforço de aplicar as disposições do IV concílio de Latrão, de 1215<sup>2</sup>, mais repete este tema de permanência – a que, em 1339, teremos de chamar já de “retorno”, o que não é fortuito para a análise.

Coincidentemente, é um intervalo que começa e termina com momentos importantes de legitimação régia (entre momentos de crise económica e de conflito político) – um, o mais próximo de um momento de estabilidade que a governação D. Sancho II conheceu, nas cortes coimbrãs, sob a égide protetora do legado papal, D. João de Abbeville, e outro o zénite de prestígio de D. Afonso IV, com a vitória do Salado – e tem no seu âmago os reinados dos monarcas da centralização real e do reforço de uma administração estatizada, já post-feudal. Digo coincidentemente porque não são, como foi dito antes, estas circunstâncias que guiam a periodização; as reformas institucionais dos Regrantes estão de qualquer forma interligadas a esse contexto e a identidade da Ordem e o seu discurso nesta altura dependem fortemente da nova conjuntura, nacional e internacional, que começa a afastar-se daquela

---

<sup>1</sup> Airas Nunes, sirventês moral “Porque no mundo mengou a verdade” (fins do século XIII), Cancioneiro da Biblioteca Nacional, folio 185, e Cancioneiro da Vaticana, folio 73 [Lopes, Graça Videira; Ferreira, Manuel Pedro *et al.*, *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* (base de dados *online*). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011-2012. (em linha) disponível em: <http://cantigas.fch.unl.pt/> (consultado em 1-02-2013)].

<sup>2</sup> Charles Giroud, *L'Ordre des Chanoines Réguliers de Saint-Augustin et ses diverses formes de régime interne – essai de synthèse historico-juridique*, Martigny, Éditions du Grand-Saint-Bernard, 1961, pp. 148-150.

que deu origem à sua formação e dentro da qual os Crúzios se moveram na sua primeira centúria. Armando Alberto Martins, na sua tese doutoral sobre os Agostinhos, em que me apoio maioritariamente para a definição desta subdivisão<sup>3</sup>, resume este período como sendo de “recuperação e indecisão”<sup>4</sup>. A definição ilustra bem os indicadores que temos: mesmo no contexto de uma série de acontecimentos adversos (o seu partido legitimista por D. Sancho II, derrotado na guerra civil que o opôs ao conde de Boulogne, consuma o fim da proximidade, pelo menos *umbilical*, aos monarcas, mais acentuada pela sistemática limitação dos poderes exteriores ao Estado central e o predomínio do favor atribuído às Ordens mendicantes) os Crúzios recuperarão e manterão a iniciativa, repetidamente; apesar de estar fragilizada a sua autodefinição como parte indissociável da construção nacional, eles persistirão em participar dela, no terreno; apesar da concorrência direta dos Franciscanos e Dominicanos no âmago daquilo que consideravam a sua missão (e que é também uma concorrência económica pelos legados pios), do reacendimento das diferenças com a mitra conimbricense e de alguns sinais de entrincheiramento em questiúnculas patrimoniais, pelo menos o interesse e a qualidade da intervenção cultural não esmorecem. É, portanto, indeciso o veredito que se pode fazer sobre o papel Cónegos Regrantes de Santo Agostinho entre os séculos XIII e XIV, mas não é ainda de decadência que se pode falar.

Para além deste autor, se vimos no capítulo anterior que uma boa parte dos historiadores tendeu a considerar o século XIII como sendo de crise para os Crúzios, note-se que quase todos eles, atribuindo-lhes maior ou menor importância, apontaram ressalvas. Desde logo, Fortunato de Almeida ainda declara a Ordem poderosa em 1325<sup>5</sup>, Miguel de Oliveira realça quer a manutenção da excelência da escola monástica de Santa Cruz no século XIII, quer a participação deste instituto e de São Vicente de Fora nas diligências para a criação dos Estudos Gerais em Portugal, no final da centúria<sup>6</sup>. Mais perto de nós, José Mattoso descreve em mais de um local a perda de vitalidade dos Regrantes neste século<sup>7</sup>, mas reconhece-lhes algum sucesso na luta contra o abuso dos padroeiros<sup>8</sup> e influência suficiente para serem determinantes na longa permanência da Universidade em Coimbra no século XIV<sup>9</sup>; além disso, na *História de Portugal* que dirige em 1993, Mattoso também reconhece o papel destes na génese

---

<sup>3</sup> Aqui, a única diferença será que Armando Alberto Martins prefere balizar esta subdivisão até 1339, deixando a reforma de 1340 para primeiro momento da fase subsequente, onde eu prefiro vê-la como contraponto da de 1229.

<sup>4</sup> *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – sécs. XII-XV. História e Instituição*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1996, t. I, pp. 328 e segs..

<sup>5</sup> *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971, vol. I, pp. 329-330.

<sup>6</sup> *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, publicações Europa-América, 1994, pp. 112-113.

<sup>7</sup> “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, col. 144; “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, separata das actas *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 5, Guimarães, s.e., 1982, p. 293.

<sup>8</sup> “Canonici Regolare..., *op. cit.*, *ibidem* (mesmo que talvez por mera coincidência de interesses com a limitação régia dos poderes nobres).

<sup>9</sup> “Cluny, crúzios..., *op. cit.*, pp. 292-293.

daquela instituição, assim como a manutenção por eles dum ensino próprio de qualidade, em Coimbra e Lisboa, num panorama nacional de desaparecimento dessas valências<sup>10</sup>. Similarmente, em 2000, Saul António Gomes fala do fim do “sucesso” crúzio no século XIII, mas refere quer a participação na fundação universitária em 1288, quer a prosperidade de pelo menos algumas Casas regrantes em 1320 (e em 2004 já considera o tempo que medeia entre 1250 e 1350 como construtivo)<sup>11</sup>. Chegados a 2002, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, não hesitam em resumir que os Cónegos Regrantes continuam influentes, pelo menos até ao século XIV<sup>12</sup>; ainda assim, no *Guia Histórico* dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa, em 2004, ainda se diz taxativamente que em 1340 o declínio da vida religiosa na instituição é “uma realidade inegável”, e é já detetável ao longo da centúria de duzentos<sup>13</sup>. Voltando enfim a Armando Alberto Martins, ele complementa o que dissera em 1996 entre 2000 e 2010, refinando a afirmação dos sinais contraditórios desta época, falando quer de proximidades quer de oposições aos mendicantes<sup>14</sup>, de crescimentos de autoridade e jurisdição assim como de desorientações internas que levam à perdas de domínios<sup>15</sup>.

No entanto, foi logo em 1973 que José Mattoso enunciou a maior mutação, e a única perda essencial do discurso dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses: o afastamento duma linha de assistencialismo que os caracterizara anteriormente, porque outros movimentos percebem melhor como a cumprir num tempo novo<sup>16</sup>, mas também porque, sentindo a sua posição ameaçada, se enredam na defesa dos seus atributos.

---

<sup>10</sup> *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. II, pp. 534 e 538.

<sup>11</sup> “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho” in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, vol. I, pp. 431-433; “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, in AMORIM, Norberta, PINHO, Isabel, PASSOS, Carla (cord.), *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 257-258.

Aliás, nas inquirições de 1320, de todos os cenóbios crúzios, abaixo do rendimento mediano de 300 libras, apenas encontramos sete casos: Vilela, Lordelo, Moreira, Longos Vales, Tougues, Tabuado e Vila de Frades (“Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321, com a cotação de cada uma delas, ano de 1744”, in ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, op. cit., vol. IV, Apêndice XVII, pp. 90-144); para essa cronologia, o mesmo Saul António Gomes refere que ainda é um dos períodos mais importantes de alargamento da biblioteca – cfr. *In limine conscriptionis – documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2000, Viseu, Palimage e Centro de História Sociedade e Cultura, 2007, p. 188.

<sup>12</sup> *O Gótico*, “História da Arte em Portugal”/2, Lisboa, editorial Presença, 2002, p. 17.

<sup>13</sup> *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 175.

<sup>14</sup> “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 51 e 53; “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos” e “Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 267 e 280.

<sup>15</sup> Por um lado novas jurisdições paroquiais, por outro crises como a vacância prioral de 1315-1317, que terão levado à perda da presença em Óbidos, em 1318 (“A história medieval...”, op. cit., pp. 53-54).

<sup>16</sup> “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os sécs. XI-XIII”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, vol. II, p. 664.

**5.1.2 Corpus:** Em concordância com uma situação institucional que não se pode, como vimos, classificar como de “decadência”, a composição das Casas de cónegos regrantes portugueses tem apenas uma ligeira diminuição de efetivos, num saldo que regista ainda assim novas fundações e uma distribuição que mostra até uma expansão territorial.<sup>[fig.01]</sup>

Devem juntar-se às fileiras crúzias pelo menos quatro cenóbios, na primeira metade deste período, sob os reinados de Sancho II e Afonso III: a implantação, mesmo que efêmera como mosteiro, em São Vicente de Castelo Mendo (1229), a colegiada de Arronches (1236), o mosteiro de São Cucufate de Vila de Frades (1253) e a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Óbidos (1264). Mais hipoteticamente, é possível ainda que um mosteiro agostinho pudesse ter sido fundado após 1258 (ou mesmo após 1275), como já vimos no capítulo III – São Vicente de Tougues. Se a maioria destes casos vem reforçar áreas de presença anteriores dos Regrantes – o litoral centro e norte, a região entre o Douro e o Minho, o Ribacôa – a colegiada de Arronches e o mosteiro de Vila de Frades expandem a Sul a presença crúzia.

Um máximo total de 47 cenóbios podem ter seguido nesta altura os preceitos canonicais agostinhos sob inspiração de Santa Cruz de Coimbra, mas é preciso considerar que abandonarão a Ordem até nove institutos. Mesmo nas novas fundações, o possível mosteiro de Castelo Mendo, permanecendo igreja de apresentação de São Vicente de Fora, não vingará, e a colegiada obidense será perdida em 1318. Entre os cenóbios mais antigos, é de crer que Santa Leocádia de Palmeira/Briteiros, São Cristóvão de Rio Mau, São Pedro de Ferreira, e Santa Cruz de Cortes tenham sido secularizados neste intervalo temporal. A terem tido alguma vez laços com Santa Cruz, São Martinho de Sintra também é seguramente colegiada secular em 1283, e São Torcato de Moimenta da Beira é simples igreja em 1320-1321; o mesmo deverá poder dizer-se de Santa Cruz do Castelo.

É de salientar ainda que, ao contrário do período anterior, não há mobilidade de Casas crúzias para outras Ordens, e que todas as perdas se parecem dever a secularizações, e nem todas saindo da órbita dos Agostinhos.

**5.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia:** A primeira conclusão que se parece retirar da leitura da generalidade da historiografia artística quanto ao papel dos Cónegos Regrantes portugueses entre 1229 e 1340 na arquitetura portuguesa é a sua aparente irrelevância, para não dizer inexistência. Mário Tavares Chicó, o pioneiro quase absoluto do estudo do Gótico português, não se refere à Ordem, nem à sua arquitetura, nem a nenhum dos seus edifícios, mesmo que não identificados como tal, tanto em 1948 como em 1954<sup>17</sup>. O mesmo se pode dizer de Maria Adelaide d’Almeida Meireles, em

<sup>17</sup> *História da Arte em Portugal* – volume II, Porto, Portucalense Editora, 1948; *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul, 1954 (lida na 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2005).

1971<sup>18</sup>, e Flório de Vasconcelos em 1972<sup>19</sup>. Pedro Dias, em 1986, numa visão mais estabilizada e abrangente, menciona tangencialmente os Crúzios duas vezes, e curiosamente ligando-os nos dois casos a momentos inaugurais do estilo em Portugal – o claustro da Sé Velha, no que toca à arquitetura, e o túmulo de D. Rodrigues Sanches em Grijó, para a escultura<sup>20</sup> – mas não lhes atribui relevância como agentes da renovação, nem retira dessas menções nenhuma ilação; refere também um edifício regrante (sem lhe assinalar a filiação) que se insere nesta cronologia, São Salvador de Paderne, mas desvaloriza-o como sendo pesado e ainda fiel ao Românico<sup>21</sup>. Na segunda síntese do mesmo autor sobre o Gótico, em 1994<sup>22</sup>, mesmo estas alusões desaparecem.

Nos últimos vinte anos, as contribuições historiográficas de sistematização neste tema podem dizer-se dominadas por Paulo Pereira, que escreve sobre ele em 1995-1997, 2009 e 2011. O padrão anterior mantém-se, de qualquer forma: nenhuma referência direta aos Crúzios, e, se relaciona um dos edifícios mais precoces e fundamentais do novo estilo, São João de Alporão, com os templos de São Pedro de Roriz e São Pedro de Ferreira, ambos ligados aos Cónegos Regrantes agostinhos, em nenhum momento os identifica como tal<sup>23</sup>.

No entanto, na obra conjunta de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca<sup>24</sup>, de 2002, há alguns apontamentos significativos: não só chamam à colação a Ordem como relevante, ao traçar o contexto do período<sup>25</sup>, como salientam a existência da sua herança num dos elementos espaciais característicos desta época – o coro alto – fazendo destes pela primeira vez contribuintes para o Gótico. Uma série de edifícios crúzios (igualmente sem assim serem designados, mas ainda assim em maior número que anteriormente) são também mencionados como exibindo sinais do estilo: São Salvador de

---

<sup>18</sup> *A arquitectura gótica mendicante em Portugal*, dissertação de licenciatura em Ciências Históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1971 (embora, em boa verdade, a sua tese se debruce especificamente sobre a arquitetura de origem mendicante, o que, por definição, não incluiria os Crúzios).

<sup>19</sup> *História da Arte em Portugal*, "Biblioteca Básica Verbo"/n.º 65, Lisboa, Verbo, 1972.

<sup>20</sup> "O Gótico", in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 4, pp. 24 e 114, respetivamente. Pedro Dias refere que a soma pecuniária doada por Afonso II para a construção do claustro da Sé Velha é confiada pelo rei ao prior de Santa Cruz de Coimbra, sem elaborar sobre o papel do superior regrante; na segunda passagem, não indica que Grijó é agostinho, e refere que encomenda do túmulo vem de uma freira do Convento das Donas coimbrão, sem as dizer crúzias.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>22</sup> *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, "Teoria da Arte"/11, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

<sup>23</sup> "A arquitectura (1250-1450)", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Temas e Debates, reimpressão de 2007, vol. III, p. 33; *Arte Portuguesa – história essencial*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2011, pp. 292-295. Em 2009, Paulo Pereira não faz referências a edifícios agostinhos, nem quando fala de São João de Alporão – "A arquitectura gótica", in RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 3.

Paulo Pereira menciona em 2011 a presença de "monges de Santo Agostinho" em São Cucufate, datando-a a partir de 1255, mas num capítulo dedicado à presença romana em Portugal, não relacionando a sua ação no conjunto com o Gótico (*Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 139-140).

<sup>24</sup> Embora, no que toca à arquitetura religiosa, teremos de considerar o que ali é dito como do punho do primeiro, que a iniciou antes de falecer (segundo escreve Barroca, em "Nota Prévica", in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, "História da Arte em Portugal"/1, Lisboa, editorial Presença, 2001, pp. 11-12).

<sup>25</sup> Ver nota 12 deste capítulo.

Freixo de Baixo, São Salvador de Bravães, São Salvador de Souto e Santa Maria de Cárquere<sup>26</sup>.

Compreendamos este padrão caracterizado pela omissão e secundarização: nesta primeira fase do Gótico português, a dominância quantitativa e a inovação qualitativa trazida pelas Ordens mendicantes ofuscam quase todos os outros atores presentes, sobretudo as Ordens tradicionais<sup>27</sup>, numa época sociologicamente marcada quando muito pela ascensão do poder individualizado, a “época dos príncipes”, laicos ou da Igreja, e da burguesia<sup>28</sup>. A grande maioria dos autores tende, portanto, a incidir sobre o que há de mais inovador, equiparando-o sensivelmente ao que existe de mais característico, isto é, considerando que os elementos de *modernidade* do tempo e da sua arte resumem a essência do seu espírito. Creio que, se a História é a tradução de um panorama (e não de uma “vanguarda”), os séculos XIII e XIV, arquitetónica e civilizacionalmente, não comportam apenas, e talvez nem sejam dominados por, elementos “progressistas”. Da mesma maneira, aceitando – discutivelmente, no entanto – que os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho construirão menos e com menor fôlego, não me parece de todo que sejam mudos, ou que sua voz seja dissonante (mesmo quando se apegam a modos romanizantes) das variáveis próprias deste momento, como veremos mais adiante.

## **5.2 | As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio**

**5.2.1 O momento:** Se o processo conducente à convergência e unidade europeia, com ápice no concílio de Latrão IV (1215)<sup>29</sup> e sob a égide da reformulação gregoriana, que analisámos no capítulo anterior, pode descrever os vetores do tempo longo que decorre pelo menos do século XI ao XIII, a mesma caracterização é já insuficiente para descrever a tessitura da realidade entre os meados das centúrias de duzentos e trezentos. A Europa é ainda católica e feudal, certamente, mas há movimentos subterrâneos que começam a esvaziar essa definição da sua solidez real, mesmo que se mantenham e até floresçam os fenómenos que dela emanam; por outro lado, alguns desenvolvimentos capitais desta altura atingem dimensões que os tornam exteriores a essa formulação antes unificadora.

---

<sup>26</sup> *O Gótico, op. cit.*, respetivamente nas pp. 26, 31, 33 e 63. Paderne não surge aqui, mas fora alargadamente analisada como protogótica – e crúzia – no volume anterior da mesma coleção, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*O Românico, op. cit.*, pp. 88-90).

<sup>27</sup> Sendo inegável que há contributos fundamentais, mas isolados, de Cister e das Ordens Militares.

<sup>28</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, pp. 15-16.

<sup>29</sup> Concílio que é também o momento de reconhecimento de novas realidades: Inocêncio III, após ter assimilado as mudanças devocionais pauperistas possíveis, integrando os Humilhados lombardos (entre 1201 e 1208) e especialmente o movimento iniciado por São Francisco (recebendo-o em 1209, ordenando-o diácono e dando sanção eclesiástica à sua Regra), e de ter lançado o combate aos fenómenos ascéticos mais radicais e doutrinariamente heréticos (a cruzada contra os cátaros, de 1209, e a instituição da Inquisição, em 1213), integra no concílio quer o encerramento das guerras albigenses (que se verificará precoce, continuando a luta pelo menos até 1229, precisamente a data inicial deste intervalo que analisamos), quer a definição da orgânica de uma milícia inovadora, sob o exemplo de S. Domingos de Gusmão, concebida estrategicamente para atuar contra a heresia que será a primeira tecnicamente mendicante, e à qual serão posteriormente moldados outros institutos, mesmo os pré-existentes Franciscanos (ler August Franzen, *Breve História da Igreja*, Lisboa, editorial Presença, 1996, pp. 217-224, 236-237).



Assim, se a *hierarquia* – e, socialmente, uma única e universal hierarquia, encabeçada pelo papa – fora uma das propriedades estruturais da *Weltanschauung* da Baixa Idade Média<sup>30</sup>, a centralização do poder real, em práticas e em espírito, mesmo que não afrontando formalmente o *status quo*<sup>31</sup>, vai instituir a paridade *de facto* (quando não a submissão) do poder espiritual ao temporal. O conflito do papado com o imperador Frederico II (r. 1220-1250), que se sucedeu quase imediatamente à morte de Inocêncio III, e embora se remate pela vitória pírrica sobre os Staufer, em 1268, demonstrou à sociedade a impossibilidade do projeto da supremacia da Igreja, até por a lançar na crescente dependência da França. Filipe IV, *o Belo* (r. 1285-1314) já não estremeceu, como Frederico ainda acabara por fazer antes, perante a excomunhão de Bonifácio VIII, em 1302<sup>32</sup>, e o sucessor deste, Clemente V (p. 1305-1314) já cederá claramente perante a hegemonia francesa, quer abrindo um processo à decisão do seu antecessor, quer iniciando o exílio avinhonense da Cúria<sup>33</sup>.

Ao mesmo tempo, se à cabeça da árvore feudal já só *de jure* se encontra o papa, o tronco da hierarquia, até às suas raízes, no seio dos Estados, começa a deixar de ser efetivo e a tornar-se apenas honorífico, pela mesma centralização régia. Os vassallos aristocráticos (ou religiosos<sup>34</sup>) do rei perdem prerrogativas e autonomia, e, pela criação e sistematização do direito civil e a estruturação de um corpo administrativo, elimina-se gradualmente a separação entre o soberano e os seus súbditos e a delegação de poderes em figuras intermédias. É um processo que mais uma vez se observa exemplarmente na monarquia francesa, no mesmo Filipe IV, num caminho que se iniciara já sob Filipe Augusto (r. 1180-1223)<sup>35</sup>.

Em aparente oposição a esta realidade, não faltarão pontífices que invocarão a supremacia papal para dispor sobre questões temporais (depondo ou excomungando soberanos), dirigir movimentos coletivos (como as cruzadas) ou exigir tributos vassálicos. Mas a referência da doutrina das duas espadas por Bonifácio VIII na bula de excomunhão de Filipe IV, *Unam sanctam* de 1302, é anacrónica<sup>36</sup>. A convocação de cruzadas, quando não é um simples dispositivo de recolha de fundos, ignora pelo menos que aquelas,

---

<sup>30</sup> E ainda o seja, formalmente, da filosofia ducentista, mas mais como *gradação* do que diferença de essências em classes (Darrin McMahon, *Uma história da felicidade*, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 134-137; sobre a mudança da hierarquia como visão da sociedade no século XIII, ler também Jacques Le Goff, *A civilização do ocidente medieval*, “imprensa universitária”/n.º 32, Lisboa, Estampa, 1983, vol. I, pp. 13-17).

<sup>31</sup> O que, coincidentemente, só acontecerá em 1324, pelo fim do intervalo que agora analisamos, quando Luís da Baviera se opuser diretamente à instituição do papado, defendendo o conciliarismo (August Franzen, *op. cit.*, pp. 241-242).

<sup>32</sup> O enviado de Filipe, Guillaume de Nogaret, além de o aprisionar, pura e simplesmente esbofeteará o papa, em Agnani, em 1303 (August Franzen, *op. cit.*, p. 239; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, p. 132).

<sup>33</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 240-241.

<sup>34</sup> Em 1250 Cluny, por exemplo, desiste da sujeição direta à Santa Sé, colocando-se sob o poder real (Claire Lesegretain, *Les grands ordres religieux - Hier et aujourd'hui*, Paris, éditions Fayard, 1995, p. 36).

<sup>35</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, pp. 130-135; Alain Erlande-Brandenburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandenburg, *Histoire de l'architecture française du Moyen Âge à la Renaissance (IV<sup>e</sup> siècle – début XVI<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Éditions Mengès e Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, 1995, p. 239; Leontina Ventura, *D. Afonso III, “Reis de Portugal”/V*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 53-54.

<sup>36</sup> Tanto August Franzen (*op. cit.*, p. 239) como Jacques Le Goff (*op. cit.*, vol. I, p. 132) usam precisamente esse termo.

embora ocorram até 1270 na Terra Santa (e ainda depois na Península Ibérica, após a perda de São João de Acre, em 1291), se transformaram desde 1228 em iniciativas régias pessoalizadas – de Frederico II (à revelia da Santa Sé!) e Luís IX, ou pelos monarcas ibéricos – e não empresas internacionais alargadas<sup>37</sup>. Similarmente, o movimento cortesão refina ao extremo o ideal do cavaleiro cristão, de origem feudal, no exato momento em que estes perdem poder e função, e caracteriza-se precisamente por uma série de manifestações revivalistas<sup>38</sup>. Por seu lado, por todo o clero regular gregoriano, originalmente renovador e atuante, se notam os sinais de institucionalização: Cister exhibe o seu *status*<sup>39</sup>, as Ordens Militares aristocratizam-se tanto quanto vão perdendo objetivo<sup>40</sup>, e as Ordens canonicais são substituídas, na *cura animarum* como na produção intelectual, pelos institutos mendicantes, embora estejam formalmente presentes nas Universidades<sup>41</sup>.

Por último, o renascimento das cidades, embora em curso desde o século XI, consagrar-se-á numa “revolução urbana” no século XIII<sup>42</sup>, que desenvolve um caminho essencialmente alternativo. Socialmente, antes de mais, as cidades, suportando a indústria e o comércio, permitirão a evolução dos artífices para uma ramificação de opções laborais e o aparecimento de uma classe nova, intrinsecamente urbana, a burguesia. Entre ambas as atividades, emerge uma possibilidade alternativa à vida rural e, de forma gradual, virtualmente exterior ao sistema feudal. As cidades serão por isso um espaço de liberdade, de iniciativa, e posteriormente de autogoverno em coletividade, o que, em conjunto com o associativismo – mais ou menos profissional, estabelecendo formas de proteção de grupo<sup>43</sup> – definirão os burgos como

---

<sup>37</sup> August Franzen, *op. cit.*, p. 216 e 243; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, “Reis de Portugal”/VII*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 212.

<sup>38</sup> Celebrando Alexandre o Grande ou a Guerra de Troia, entre os clássicos, ou regressando à Alta Idade Média, na saga arturiana dos ciclos da Bretanha, na glorificação de Carlos Magno, como imperador ideal, nas *chansons de geste* (António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12.ª ed. corrigida e atualizada, Porto, Porto Editora, 1982, pp. 40, 93-94); deteta-se também uma acentuação de sinais exteriores e formais de tradição (na heráldica, no cerimonial) e da arte militar que lhe deu origem (nas justas ritualizadas, no uso das armas nos brasões) - Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, p. 129, e vol. 2, pp. 124, 127, e sobretudo 130-132.

<sup>39</sup> Recorrendo a fortificações (em particular nas entradas dos mosteiros) e construindo residências abaciais independentes, à imagem da residência nobre (François Blary, “La question des fortifications des établissements cisterciens (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)” in MOUILLEBOUCHE, Hervé (dir.), *Châteaux et Prieurés*, atas do I colóquio de Bellecroix, Chagny, Centre de Castellologie de Bourgogne, 2012, pp. 186, 215-220); adere também ao deambulatório de espírito cluniacense, que encontramos em Claraval, Pontigny, Royaumont, Poblet, etc.; Pontigny é aliás uma realização com vários sinais de um tom arcaizante: assentando na parede estrutural e apresentando-se como uma composição de sólidos volumétricos, acentuando a oposição exterior/interior (Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *op. cit.*, pp. 274-275)

<sup>40</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 345-349; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 164.

<sup>41</sup> São Vitor de Paris, por exemplo, deixa de ser um centro de produção intelectual mas associa-se institucionalmente à Universidade de Paris, onde assume funções administrativas e espirituais - Paolo Nardi, “Relações com as autoridades”, in RÜEGG, Walter (cord.), *As Universidades na Idade Média*, “Uma história da Universidade na Europa”/vol. I, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Fundação Eng. António de Almeida, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1996, pp. 80-81; Jean Châtillon, “Canonicis Regolare di San Vittore” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 125-126. A Ordem de São Rufo, por seu lado, tem um colégio universitário em Montpellier, em 1364 (Jacques Verger, “Les chanoines et les universités”, in AAVV., *Le monde des chanoines: XI<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles*, Toulouse, Privat, 1989, pp. 292-293).

<sup>42</sup> Leia-se Henri Pirenne (*Le città del Medioevo*, Bari, Laterza, 1973, pp. 89-103), Jacques Le Goff (*op. cit.*, vol. I, pp. 103-106), Lewis Mumford (*The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Londres, Secker & Warburg, 1961, pp. 254-257), Christian Norberg-Schulz (*Arquitectura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, pp. 95-98).

<sup>43</sup> Jacques Le Goff (*op. cit.*, vol. I, pp. 107-110, vol. II, pp. 52-55), Lewis Mumford (*op. cit.*, p. 262), Christian Norberg-Schulz (*op. cit.*, p. 96); Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*O Gótico, op. cit.*, p. 18).

uma comunidade de carácter novo, com diferentes dispositivos hierárquicos e sobretudo não baseados na vassalagem. Serão ainda suporte de comunitarismo e de abertura à comunidade, quer na cultura, através das Universidades<sup>44</sup> (suplantando ali as escolas catedralícias ou canónicas, substituindo as monásticas), quer na religiosidade, onde o movimento mendicante adequará a atuação e o discurso para se dirigir ativamente às classes emergentes nesta nova Cidade de Deus<sup>45</sup>.

Dito isto, e sem menorizar a originalidade mendicante (particularmente a franciscana, gerada de forma tão espontânea e fora das estruturas eclesiásticas), é preciso compreender o quanto este fenómeno herda do movimento canónico<sup>46</sup>: a ação urbana e implantação suburbana; o assistencialismo, a prédica e a pastoral entre grupos marginais e desfavorecidos, e, de certa forma, até a intervenção cultural<sup>47</sup>. É verdade também que a extensão que fazem do carisma canónico, adaptando-o mais proximamente à evolução sociopolítica, esvazia aqueles da missão que cumpriam, até por acentuarem o seu desajustamento<sup>48</sup>.

Com os mesmos polos, mas inversas relações, as características culturais da mentalidade medievá plena, que se formam nesta altura, englobam da mesma forma inovações e conservadorismos, mas onde uma visível mutação encerra âmagos de permanência. Aqui, é verdade que as mudanças são o mais visível: a precedência da matriz platónica e patrística é sensivelmente superada pela ascensão duma perspetiva

---

<sup>44</sup> Elas próprias uma espécie de produto do ensino profissional de classe que existia nas guildas, sendo as Universidades associações de mestres ou estudantes - Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. II, pp. 350-351; Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 275; August Franzen, *op. cit.*, p. 231; Jacques Verger, "Modelos", in Walter Rüegg, *op. cit.*, pp. 35-37; Aleksander Gieysztor, "Gestão e recursos", *idem*, pp. 107-108.

<sup>45</sup> Num processo eclesiástico de substituição do apostolado de presença, gregoriano, pelo de proselitismo (António Linage Conde, "Algunas particularidades de la implantación mendicante en la Península Ibérica", separata de *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. 3, actas do II Encontro sobre História Dominicana, Porto, Dominicanos, 1986, p. 5), possibilitado regulamentarmente pela inovadora licença papal para a prédica itinerante e a celebração da missa em exterior (Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 42-43; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, p. 127).

<sup>46</sup> A começar por São Domingos, que é cônego regrante agostinho, e cuja ordem (que, não sendo a primeira, mais claramente e mais cedo teve uma noção estratégica do seu papel - ver nota 29 e ler, por ex., Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, p. 70) seguirá regra agustiniana, que lhe é atribuída formalmente no concílio de Latrão IV, em 1215 (August Franzen, *op. cit.*, p. 227; Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 42-44) - mesmo se não a pedido da Ordem (S. Domingos preferiria adotar a Regra franciscana ou mesmo uma união dos Pregadores com os Menores - Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, p. 127) - e os Dominicanos serão considerados coetaneamente como parte dos cônegos regrantes de Santo Agostinho (Jacques de Vitry descreve-os como um dos sete ramos de cônegos agostinhos, em 1226 - Jean Longere, "Les chanoines réguliers d'après trois prédicateurs du XIII<sup>e</sup> siècle: Jacques de Vitry, Guibert de Tournai, Humbert de Romans", in AAVV., *Le monde des chanoines*, *op. cit.*, p. 263). Os Menores herdaram também largamente da espiritualidade canónica - Charles Dereine, «Chanoines (des origines au XIII<sup>e</sup> siècle)», in BAUDRILLART, Alfred (dir.), *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*, vol. 12, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1953, cols. 402-404.

<sup>47</sup> Os Dominicanos, como cônegos regrantes, insistirão na formação sacerdotal e no ensino (e criarão o pendor e mesmo o modelo mendicante de estruturação do ensino - Monika Asztalos, "A faculdade de teologia", in Walter Rüegg, *op. cit.*, p. 416); os Franciscanos devem afinal a sua inflexão para a produção intelectual a um ex-cônego regrante, formado nas escolas canónicas de Santa Cruz entre 1210 e 1222 - Santo António (1195-1231) - que virá a ensinar em Toulouse, Bolonha e Pádua (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 123), e a ele talvez uma inclinação para o agustinismo, que se encontra nos seus escritos (Santo Agostinho é por ele a autoridade mais citada - J. M. da Cruz Pontes, "Augustinismo em Portugal", separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, pp. 20-21) e que perdurará em São Boaventura (1221-1274) e Duns Escoto (1266-1308) - Jean Pépin, "São Tomás e a filosofia do século XIII", in CHÂTELET, François (org.), *A Filosofia Medieval - do séc. I ao séc. XV*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, p. 141; August Franzen, *op. cit.*, pp. 230-231.

<sup>48</sup> A dignidade da *mediocritas* de Agostinho, que antes fora um meio termo moralizante entre a mortificação beneditina e opulência eclesial, como vimos no capítulo anterior, e mesmo sem considerar a perversão do conceito original trazida pelo enriquecimento institucional dos Cruzios, pareceria agora soberba, face à pobreza radical de São Francisco.

aristotélica, com a disponibilidade de traduções da obra do Estagirita por via árabe<sup>49</sup>, e dominada pelas novas “estrelas” universitárias. Sob o fermento da multiplicação dos centros de estudo e da produção teórica que aqueles implicam, a Escolástica – cuja fase clássica<sup>50</sup> podemos precisamente datar entre 1226 e 1340<sup>51</sup> – reforma os instrumentos de conceber a realidade. O recurso a Aristóteles repõe uma forma de *realismo* na ótica filosófica<sup>52</sup>; a noção operativa, em vez da *ideia* platónica, exterior, é o *conceito*<sup>53</sup>, como uma forma subjacente de intencionalidade, mas que se encontra *nas* coisas, estruturando a matéria<sup>54</sup>. Da mesma forma, o *esquema*, um organismo morfológico que interliga conceitos e clarifica a realidade, é preferido à *alegoria* augustiniana e triunfa no Tomismo<sup>55</sup>. Esta alteração está possuída de novidade, e diríamos, até pela inflexão para um racionalismo analítico, de “modernidade”. Mas é preciso não esquecer que, mesmo que alargando o elenco das fontes, o que une essas fontes na Escolástica é princípio de *auctoritas*, da inquestionabilidade e eternidade de certas preposições, e que o método fundamental que ela utiliza é o “*sic et non*” de Abelardo, de confrontar e harmonizar todas essas preposições, com o objetivo último de resolver toda a contradição. Pese embora a sua renovação, os hábitos mentais que a Escolástica revela e produz assentam num ecletismo conciliador, conservador e tradicionalista<sup>56</sup>. Assim, as propriedades estruturais da visão do mundo deste período são um incremento da codificação da realidade, através da sistematização e da harmonização da tradição, ao mesmo tempo que a *práxis* acentua valores de individualidade e iniciativa<sup>57</sup>. Há nisso uma inegável contradição latente<sup>58</sup>, contra todos os esforços de São Tomás de Aquino, o que revela em si mesma como esta é uma altura de mutação.

**5.2.2 O meio:** O Portugal fruto da idade gregoriana parece continuar com D. Sancho II, quer quando acolhe em 1228 o enviado de Gregório IX, D. João de Abbeville, que age como plenipotenciário *ex machina*, em questões religiosas como civis, quer quando é afastado do poder (mesmo que tecnicamente não da

---

<sup>49</sup> August Franzen, *op. cit.*, p. 229; Darrin McMahon, *op. cit.*, p. 137.

<sup>50</sup> Embora as origens da Escolástica sejam muito anteriores, claro - e nomeadamente canonicais, já que entre eles, nomeadamente em São Vítor, se juntaram ensino e produção cultural dirigida à ação.

<sup>51</sup> Segundo Erwin Panofsky, *Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*, Madrid, La Piqueta, 1986, pp. 22-26; ver também August Franzen, *op. cit.*, pp. 227-232.

<sup>52</sup> O platonismo altimedieval fora místico-metafísico, o aristotelismo tomista é racionalmente naturalista (Umberto Eco, *Arte e Beleza na estética medieval*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 2000, p. 119).

<sup>53</sup> Cfr. entrada “Conceito”, in José Ferrater Mora, *Dicionário de filosofia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1989, p. 52.

<sup>54</sup> Ler entrada “Matéria”, *idem*, particularmente pp. 194-196.

<sup>55</sup> *Criação* é agora produção de forma e não organização de signos (leia-se Umberto Eco, *Arte e Beleza...*, *op. cit.*, pp. 96-97, e o capítulo “São Tomás e a estética do organismo”, *idem*, pp. 108-110).

<sup>56</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. II, pp. 112-114.

<sup>57</sup> Para além de os reconhecermos no comportamento de monarcas e da burguesia, também os vemos filosoficamente em Duns Escoto, realçando o valor positivo do *unicum* de cada indivíduo (Umberto Eco, *Arte e Beleza...*, *op. cit.*, p. 121) ou na abertura de Aquino à iniciativa individual na obtenção de uma certa felicidade terrena, mesmo que imperfeita (Darrin McMahon, *op. cit.*, p. 141).

<sup>58</sup> Ou, como diz Umberto Eco, um instalado “dualismo prático” entre as esferas diferentes do pensamento e da ação (*Arte e Beleza...*, *op. cit.*, pp. 156-157).

coroa) por Inocêncio IV, nomeando Afonso, seu irmão, protetor do reino, pela bula *Grandi non immerito*, de Junho de 1245. Será preciso dizer que a obediência sem objeções que ele demonstra em 1228-1229, poderá resultar de percepção que lhe atiram uma boia de salvação (como de facto o foi, após ter chegado, em 1226, ao nadir de ser abandonado pelos seus barões numa expedição a Elvas), e que certamente não acatou a segunda determinação, se não pela força das armas<sup>59</sup>. De qualquer forma, um novo padrão da relação entre rei e Igreja está estabelecido daí em diante: o conde de Boulogne poderá aceitar a missão papal de salvar o reino<sup>60</sup>, jurando-a solenemente em Paris, frente aos bispos portugueses (de Braga e Coimbra), como destinada a repor o respeito pela condução eclesiástica, mas em nada cumpre esse compromisso; se o seu arrependimento *in hora mortis* faz recair sobre o sucessor, D. Dinis, a tarefa de reconduzir o reino à ordem canónica, este fá-lo-á através de uma concordata, em 1289, que, subtilmente, coloca a relação entre Portugal e a Santa Sé como uma negociação entre sujeitos jurídicos sensivelmente iguais<sup>61</sup>, e não uma obediência entre senhor e súbdito; finalmente, Afonso IV poderá parecer anuir ao chamamento para a cruzada em 1340, cobrindo-se de glória no Salado, mas fará orelhas moucas (como o fizera à arbitragem pontifícia na guerra com Castela de 1336-1339) a outros tantos incitamentos papais à Guerra Santa, em 1341, 1345 e 1355<sup>62</sup>.

Estes são, igualmente, os anos da centralização do poder real e da estruturação do Estado português como máquina administrativa. Limitadas e reguladas as interferências eclesiásticas externas e internas<sup>63</sup>, todos os reinados deste intervalo (que não o do *rex inutilis*) serão marcados também pela limitação do poder do clero regular e da nobreza, amiudamente chamados à verificação e cerceados, nomeadamente nas suas prerrogativas de exercer justiça (ou de estar acima dela), erigindo-se um corpo de funcionários estatais e sistematizando um código jurídico civil, que se sobrepõem a todos os outros, incluindo os concelhios<sup>64</sup>.

O pendor das cidades como cenário e reflexo destas novas circunstâncias é evidente: é nas cidades que

---

<sup>59</sup> Como já não acatara a bula *Inter alia desiderabilia*, de Fevereiro anterior, dissolvendo o seu casamento com Mécia Lopes de Haro, prenunciando já a sua deposição e iniciando o nervosismo entre a nobreza, de que resultará, entre outras erupções, a Lide de Gaia, onde perece Rodrigo Sanches, frente a Grijó (Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II, "Reis de Portugal" /IV*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 166-174, 260-262; Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, pp. 71-73).

<sup>60</sup> Missão que não o "surpreendeu", uma vez que provavelmente manobrou para a ver ser-lhe atribuída (Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, pp. 59-60).

<sup>61</sup> E que fixa doravante essa relação, no que é um ponto de viragem, reduzindo a anteriormente comum apelação para a Cúria (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 91; Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, pp. 102-104; José Mattoso, *História de Portugal, op. cit.*, vol. II, pp. 285-286).

<sup>62</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 201-205, 212, 222, 224-225.

<sup>63</sup> Num processo que há de levar à consagração do beneplácito régio, ainda no século XIV, com D. Pedro (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 91).

<sup>64</sup> Afonso III promoverá a centralização e o legalismo, e lançará inquirições (Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, pp. 107-108); D. Dinis legisla desamortizações que impedem crescimento de património eclesiástico, e procederá à extinção de tenências, instalando alcaides e meirinhos, num reinado notado pela produção legislativa (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, "Reis de Portugal" /VI*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 128, 134-135, 175-76); Afonso IV continuará a centralização do poder, recorrendo à doutrina do direito divino, substituindo à sua volta a nobreza por juristas, e continuando a promover legislação sistemática e a instalar funcionários estatais dispersos pelo reino, (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 73-76, 79-83); veja-se também Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 35-37, 62.

os nossos reis residem, e erigem os seus paços<sup>65</sup>, é entre elas (e as mais importantes e prósperas) que os seus itinerários se desenvolvem<sup>66</sup>, e é nesta altura que a noção de uma cidade como cabeça do reino emerge<sup>67</sup>; é nelas que estes novos funcionários têm assento, que se realizam as feiras que os monarcas fomentam, que obviamente se implantam os Estudos Gerais. Novas cidades são fundadas (Viana do Castelo e Valença por Afonso III<sup>68</sup>, Vila Real por D. Dinis<sup>69</sup>), muitas outras são objeto de amuralhamento (com destaque para as torres de menagem que *figuram* o poder real, delegado no alcaide)<sup>70</sup>, e o seu dinamismo (em particular aquelas servidas não só por estradas mas vias de acesso ao mar, logo comercialmente favorecidas) é atestado pela presença precoce dos Franciscanos e Dominicanos<sup>71</sup>, e pelo surgimento das procissões que põe em cena a comunidade municipal<sup>72</sup>. A ascensão da burguesia portuguesa e o seu carácter são bem ilustrados na figura de Bartolomeu Joanes, rico mercador falecido em 1324, que se faz tumular numa sofisticada capela lateral à Sé de Lisboa, bem visível no contorno exterior do edifício, sob a invocação do seu santo homónimo, num túmulo com a sua efígie e revestido de atributos de nobilitação que não possuiria de facto; além desta insistência de afirmação individual, é interessante que tenha estendido o benefício do enterramento nesta capela a um grupo de seus

---

<sup>65</sup> Com D. Dinis a preferir a antiga alcáçova na povoação baixa de Sintra à residência em Penaferrim (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, p. 247; Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas - Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, p. 48), e em Santarém e Leiria deixando os monarcas igualmente as alcáçovas isoladas e mudando para o centro (Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, p. 167; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, p. 246; Jorge Custódio, "As fortificações de Santarém - séculos XII e XIII", in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (dir.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, actas do I Simpósio Internacional sobre Castelos realizado em 2000 em Palmela, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Colibri, 2002, pp. 417-418); aliás, se em Coimbra e Lisboa não há mudanças é provavelmente porque aqui os paços estão praticamente no centro.

Note-se também que, tendo igualmente a ver com preferências urbanas e de visibilidade, se por questões honoríficas Sancho II quis ser inumado na galilé de Alcobaça (Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II, op. cit.*, pp. 17-18), e Afonso III o foi (embora tenha permanecido inicialmente em Lisboa, em S. Domingos, até 1289 - Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, p. 160), D. Dinis e Afonso IV já escolhem ser sepultados, o primeiro perto de Lisboa (em Odivelas, na cabeceira do seu mosteiro homónimo - a partir do seu segundo testamento, de 1322; no de 1299 escolhera Alcobaça, mas na capela-mor - José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, pp. 208-211) e o segundo no coração simbólico da capital (na Sé e na sua capela-mor - Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 253-254).

<sup>66</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, pp. 165-166; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, pp. 65, 96-97, 161-162, 184; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 245-246; Paulo José Antunes Dordio Gomes, *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1993, p. 10.

<sup>67</sup> Por volta de 1255-1256, com a transferência da chancelaria régia para Lisboa, por Afonso III - Luís Adão da Fonseca, "Lisboa medieval e o seu termo", in D'INTINO, Raffaella (cord.), *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94 / Electa, 1994, p. 87.

<sup>68</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, p. 114.

<sup>69</sup> José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, pp. 131-134.

<sup>70</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, pp. 79-80; Mário Jorge Barroca, *idem*, pp. 137-141; Paulo José Antunes Dordio Gomes, *Arqueologia das vilas urbanas ..., op. cit.*, pp. 9-10; António Maria Balcão Vicente, *Povoamento e estrutura administrativa no espaço transmontano (século XII a 1325)*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 2002, pp. 164-166.

<sup>71</sup> Franciscanos em Guimarães, Coimbra e Lisboa, logo entre 1216 e 1217; Dominicanos em Portugal em 1217, e com Casa em Santarém em 1225, Coimbra 1227, Porto 1237 e Lisboa em 1241 (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 136-142; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 106-107; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal..., op. cit.*, pp. 257, 273-275, 371, 378-381); mas é precisamente no intervalo que analisamos aqui que a sua implantação urbana se desenvolve, quando inicialmente fora quase eremítica, ou pelo menos mais afastada da mancha urbana (Vincenzo Maiello, *Do território monástico à cidade conventual: as ordens mendicantes e o espaço urbano no séc. XIII - uma aproximação ao caso português*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, edição do autor, 2005, p. 156).

<sup>72</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, p. 19; Maria Helena da Cruz Coelho, "A festa - convivialidade", in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 162-163.

*companhons*, e fundando um hospital em conjunto com aquela, o que nos indica o pendor associativista e de assistencialismo urbano<sup>73</sup>.

Ao mesmo tempo, em sentido inverso, floresce uma cultura da nobreza e uma estética aristocrática, muito moderna na sua sintonia com a França e a Provença, mas carregada de elementos de referência e reverência ao passado<sup>74</sup>. É, como já se referiu, o início da “época dos príncipes”, sobretudo no que essa pessoalização tem de honorífico – dos infantes com Casa, aos novos títulos nobiliárquicos<sup>75</sup> e à criação de pequenas cortes secundárias e ao despertar da heráldica<sup>76</sup>; do prestígio dos mestres das Ordens Militares enquanto a Reconquista termina, à administração direta das dioceses por bispos juristas, erigindo paços para os cabidos, à volta de claustros, quando a regularização capitular recua<sup>77</sup>. Assiste-se na literatura, em que o português assume a maioria e na qual o rei não desdenha participar, a um momento brilhante (precisamente entre fins do século XII e meados do XIV, para depois se eclipsar<sup>78</sup>) que celebra os clássicos, reverencia um passado altimedieval, carolíngio ou mesmo anterior (no peninsular *Amadis de Gaula*), refinando uma ideologia cristã e hierárquica da nobreza, e até idealiza a vida popular, mais do que a refletir<sup>79</sup>.

É neste universo pragmático e inovador, mas também conceptual e nostálgico que podemos compreender a posição e atuação dos Cónegos Regrantes portugueses.

Sob D. Sancho II creio que há uma última tentativa de repor o relacionamento tradicional com a coroa, que Afonso II romperá, decidindo, três anos antes da sua morte, ser inumado em Alcobaça (e decretar as primeiras inquirições). Não será implausível supor que a extrema cordialidade demonstrada ao legado pontifício em 1129, e a docilidade, pelo menos inicial, de se submeter à reforma que ele impõe<sup>80</sup>, tenham sido formas de demonstração de solidariedade com o ainda recente rei, igualmente submisso em cortes

---

<sup>73</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 58, 224; “Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior”, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 18-06-2013]

<sup>74</sup> E que, no caso das gestas, pode ser também considerada conservadora - no século XIII já recuavam na Europa, mas prolongam-se na Península Ibérica (António José Saraiva e Óscar Lopes, op. cit., p. 39); para conservadorismo também pode apontar a probabilidade de as cantigas de amigo terem sido musicadas em modos similares ao canto gregoriano - Manuel Pedro Ferreira, “Antes de 1500: mil anos de música em Portugal”, in COSTA, Jorge Alexandre (coord.), *Olhares sobre a história da música em Portugal*, Vila do Conde, Verso da História, 2015, pp. 41-43.

<sup>75</sup> O de conde (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 15), muito embora com raízes históricas óbvias, na Fundação.

<sup>76</sup> A heráldica está internacionalmente em uso pleno desde 1151, estendendo-se da realeza à nobreza entre 1180 e 1230; em Portugal vemo-la desde finais do século XII na família real, e na nobreza pelo primeiro quartel da centúria seguinte (embora em rigor seja de 1243 o primeiro exemplo datado); leia-se Mário Jorge Barroca, “Memórias”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, op. cit., pp. 447-450.

<sup>77</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 17.

<sup>78</sup> José Mattoso e Armindo de Sousa, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, op. cit., vol. II, pp. 540-542; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, 4.ª ed, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981, p. 196.

<sup>79</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, op. cit., pp. 45-47.

<sup>80</sup> A reforma não foi, no entanto, “encenada”: teve consequências (além de capítulo geral que se faz com o cardeal legado em Janeiro, e o provincial que se fará em Março, no Porto, organizam-se visitas, com um membro de Santa Cruz, um de São Vicente, e um de Landim - Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 356-359), e pode ter sido guerra civil (e instabilidade anterior, provavelmente desde 1236/1237 – Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II*, op. cit., pp.221-223) a detê-la.

reformadoras, perante a ajuda da Santa Sé à restauração do seu poder ameaçado; essa solidariedade é também demonstrada na disponibilidade para integrar a política de fixação fronteiriça que Abbeville terá conduzido, assumindo por ordem régia uma presença em Castelo Mendo<sup>81</sup>, povoação recpiente de um dos cinco forais raianos que sairão dessas cortes coimbrãs<sup>82</sup>. Lembremos que o corpo de Afonso II repousará em Coimbra até 1231<sup>83</sup>, e esta solicitude crúzia, mais que legitimista e para além de aspirar às graças de Sancho II, poderá ter sido ainda uma última cartada para tentar a manutenção da posse do panteão régio. A sepultura consumada de Afonso no mosteiro cisterciense não afastará no entanto Santa Cruz do seu filho, investindo em Arronches, entre 1236 e 1242<sup>84</sup>, e permanecendo ao lado d'*O Capelo* durante a guerra civil de 1245-1248, quer em Coimbra, que foi o seu quartel general, quer em Leiria, onde a Ordem resistiu, se não ao futuro Afonso III, pelo menos ao bispo de Coimbra, D. Tibúrcio, que o acompanhava<sup>85</sup>. Sancho, no seu segundo e último testamento, de 1248, já em Toledo, onde acabará por ser sepultado, ainda expressará o desejo de ter túmulo em Alcobaça (fazendo ponto de honra em ter o que o seu pai tivera?), mas dos quatro institutos com legados nas suas últimas vontades – no primeiro testamento eram 48 – dois são regrantes: Santa Cruz e São Jorge<sup>86</sup>.

Afonso III, verdade seja dita, exceto enquanto viveu o prior do mosteiro de Santa Cruz, Martinho Pires<sup>87</sup>, direta e pessoalmente ligado ao seu irmão e predecessor no trono, não alimentou qualquer ressentimento específico contra os Cónegos Regrantes. Ainda recorrerá a Santa Cruz como arquivo régio<sup>88</sup> e a cónegos para seus funcionários judiciais<sup>89</sup>; doará o padroado da área de Vila de Frades a São Vicente de Fora (1253)<sup>90</sup>, o da igreja de Santa Madalena de Portalegre a São Jorge (1259)<sup>91</sup> e o da colegiada de Santa

---

<sup>81</sup> Carlos Manuel Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da sua formação (séculos XII-XIII)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1997, pp. 81, 87-88 e nota 209, e *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrant e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 80.

<sup>82</sup> As de Castelo Mendo, Sortelha, Idanha-a-Velha, Salvaterra do Extremo e Elvas (ver capítulo III desta tese).

<sup>83</sup> Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II*, op. cit., p. 195.

<sup>84</sup> Ver capítulo III desta tese.

<sup>85</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., p. 75; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 416.

<sup>86</sup> São Vicente de Fora também era contemplado no primeiro (Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II*, op. cit., pp. 17-18), mas poderá ter desaparecido quando Sancho II viu que Lisboa recebeu o “usurpador” de braços abertos (*idem*, pp. 55, 260-261).

<sup>87</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 416-417; Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., p. 76.

<sup>88</sup> Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média – aspectos globais e particulares” in *AAVV., IX Centenário do nascimento de S. Bernardo – Encontro de Lisboa e Simpósio de Alcobaça. Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 265; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 288.

<sup>89</sup> Sobretudo oriundos de Santa Cruz e São Jorge - Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., pp. 192-193.

<sup>90</sup> Os direitos sobre São Cucufate datam de 1253, sendo a paróquia demarcada em 1254 e confirmada episcopalmente em 1255; Vila de Frades desenvolver-se-á posteriormente, no século XIV (ver capítulo III desta tese).

<sup>91</sup> A igreja ser-lhe-á entregue em 1265 [Aires Gomes Fernandes, “As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos”, in CLEMENTE, Manuel (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, tomo XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 344] ou 1269 [Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., p. 156; A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro” in *CRESPO*, João Diogo, SOUSA, António Domingues de (dirs.), *Itinerarium – colectânea de estudos*, ano II, n.º 10-11, Julho-Outubro, Braga, Editorial Franciscana, 1956, p. 430].



Maria de Óbidos a Santa Cruz (1264)<sup>92</sup>, e decidirá a favor do mosteiro conimbricense em pleito face à sua filha, D. Branca, em 1278<sup>93</sup>; as suas inquirições de 1258 também não são grandemente penalizadoras para mosteiros crúzios, sendo confirmados os coutos de Longos Vales, Muía, Banho, Oliveira, São Torcato de Guimarães e Roriz<sup>94</sup>, e protegendo o rei pessoalmente São Torcato<sup>95</sup>, São Jorge<sup>96</sup> e Grijó (que retribuirá tumulando o seu partidário Rodrigo Sanches, em urna custeada pela irmã, D. Constança Sanches, cónega crúzia, com apoio do prior de Santa Cruz, João Pires)<sup>97</sup>.

No reinado dionisino parece dominar uma atitude de paternalismo severo, próxima, mas controladora. D. Dinis chama “seus mosteiros” a uma série de Casas crúzias – Santa Cruz<sup>98</sup>, São Jorge<sup>99</sup>, Grijó<sup>100</sup>, Santa Marinha da Costa<sup>101</sup>, São Torcato<sup>102</sup> – e beneficia sempre institutos regrantes nos seus testamentos<sup>103</sup>. Mas tanto chama um prior crúzio para inquiridor em 1288<sup>104</sup>, defende Requião, Junqueira, Moreira e Paderne do abuso dos padroeiros<sup>105</sup> e arbitra de forma grandemente favorável o diferendo que opõe Santa Cruz a Santa Clara-a-Velha (e portanto à sua mulher, D. Isabel) em 1311<sup>106</sup>, como pelo contrário prossegue processos pela posse de terrenos contra Grijó<sup>107</sup>, seu protegido, e se detetam uma série de marcações de presença civil e militar promovidas pelo rei em locais de senhorio crúzio – foral em

---

<sup>92</sup> Ver capítulo III desta tese.

<sup>93</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III*, *op. cit.*, p. 158.

<sup>94</sup> Sobre Muía, São Torcato e Longos Vales leia-se Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011 (respetivamente pp. 92, 156 e 239-240); quanto a Banho, Oliveira e Roriz, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 202, 203 e 206.

<sup>95</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 156.

<sup>96</sup> Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge - Subsídios para a sua história nos sécs. XII e XIII*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 1961, p. 69; A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba...”, *op. cit.*, pp. 430-431; Aires Gomes Fernandes, “*As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge...*”, *op. cit.*, p. 345.

<sup>97</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 197.

<sup>98</sup> Aires Gomes Fernandes, “*As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge...*”, *op. cit.*, p. 344.

<sup>99</sup> Documentadamente logo em 1279 (Aires Gomes Fernandes, “*As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge...*”, *op. cit.*, p. 347, nota 69; Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, *op. cit.*, p. 69) e pelo menos também em 1309 (A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba...”, *op. cit.*, p. 431).

<sup>100</sup> Em 1279 (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, p. 87); haverá também bula a pedir ao rei que o proteja, de 1309, fortalecendo essa proximidade, apesar de antigos diferendos jurídicos se reacenderem entre o rei e o mosteiro, em 1322 (Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 196).

<sup>101</sup> Em 1280 (Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 95).

<sup>102</sup> Em 1310 (Aires Gomes Fernandes, *idem*, p. 157).

<sup>103</sup> Santa Marinha da Costa, Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora no primeiro, de 1299, e igualmente no de 1322 (testamento em que já desaparecem São Francisco de Santarém, e em que diminui o legado a Alcobça, que já não é local de enterramento escolhido); em 1324, no entanto, retira Santa Cruz dos beneficiários (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, pp. 208-211).

<sup>104</sup> D. Pedro Martins, de Santa Marinha da Costa (Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 95).

<sup>105</sup> Aires Gomes Fernandes, *idem*, respetivamente pp. 144, 148, 221 e 247.

<sup>106</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 452-456; “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 268; “A história medieval...”, *op. cit.*, pp. 53-54.

<sup>107</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 196-197.

Castelo Mendo (1281)<sup>108</sup> e Arronches reintegrada no senhorio da coroa (1287)<sup>109</sup>, fortificações marcando a posição do alcaide régio em Castelo Mendo (1281)<sup>110</sup>, Arronches (1310)<sup>111</sup> e Leiria (1324)<sup>112</sup> – cerceando-lhes o papel de colonizadores/administradores internos que considerará seu. Poderá não ser por acaso aliás que, encerrada a Reconquista e alheados os Regrantes da estabilização das fronteiras orientais, estes invistam na formação da Universidade. Os priores de Santa Cruz e São Vicente de Fora, em conjunto com os de outras duas instituições canonicais tradicionais, as colegiadas de Santa Maria da Oliveira de Guimarães e de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, e o abade de Alcobaça (a que se juntam os reitores de 21 igrejas), fazem o pedido solene à Santa Sé para a concessão de privilégios que permitam fundar Estudos Gerais em Portugal, em 1288. D. Dinis decretá-lo-á em Março de 1290 e a bula de confirmação *De statu Regno Portugaliae* será emitida por Nicolau IV em Agosto desse ano, para uma fundação em Lisboa<sup>113</sup>; a universidade estará no entanto em Coimbra em 1308, onde permanecerá trinta anos, provavelmente reconhecendo e estimulando a participação de Santa Cruz no ensino<sup>114</sup>. Com D. Afonso IV, enfim, e no fim do período que agora analisamos, a relação parece azedar-se e os Regrantes não guardarão boa memória do rei<sup>115</sup>. Terá havido na guerra civil que protagonizou contra o pai, entre 1319 e 1324, em que ocupou Leiria e Coimbra<sup>116</sup>, um pronunciamento legitimista de Santa Cruz e/ou da sua colegiada de Santa Maria da Pena? De qualquer forma, o *Chamamento Geral* de 1334 revelar-se-á negativo para muitos cenóbios regrantes – Santa Cruz, Crasto, Valdreu, Roriz, Oliveira, Landim e São Torcato de Guimarães perdem parte dos seus direitos nesta inquirição, e a Freixo, Refoios, Moreira, Junqueira e Cárquere são-lhes retirados todos os privilégios sobre os seus coutos, entre 1335

---

<sup>108</sup> Amorim de Carvalho, *Castelo Mendo: um conjunto histórico a preservar*, Braga, edição do autor, 1995, pp. 42-45.

<sup>109</sup> Apesar de já ter sido retirada à jurisdição crúzia por Afonso III em 1264, pondo-a sob senhorio do infante Afonso (AAVV., *Igreja Matriz de Arronches*, *op. cit.*, pp. 7-8).

<sup>110</sup> Amorim de Carvalho, *op. cit.*, pp. 42-45.

<sup>111</sup> AAVV., *Igreja Matriz de Arronches*, *op. cit.*, p. 8.

<sup>112</sup> José Mattoso e Armindo de Sousa, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. II, p. 534; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, p. 188; Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, 2.ª ed. revista e ampliada, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 103.

<sup>113</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 113-114; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, pp. 138-139.

<sup>114</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p.114; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, pp. 174-175 (esse favor não impede que, no mesmo ano, bloqueie as tentativas de Santa Cruz de se apoderar das posses dos extintos Templários - José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, p. 166).

<sup>115</sup> Armando Alberto Martins, "As reformas do rei D. Manuel I (1495-1521) no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra" in SERRÃO, Joaquim Veríssimo (dir.), *Habent sua fata libelli - colectânea de estudos em homenagem ao Académico de número, Doutor Fernando Guedes, no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p. 272 e nota 4.

<sup>116</sup> José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, pp. 191-194.

e 1340<sup>117</sup>. Em 1338 a Universidade sai de Coimbra e regressa a Lisboa, o que poderá ser outro sinal de desamor face a Santa Cruz<sup>118</sup>.

Na sequência da guerra com Castela de 1336-1339, mediada pelo legado papal D. Bernardo de Albi, que se remata ao mesmo tempo que Bento XII envia ao Cônegos Regrantes a sua bula de reforma *Ad decorem Ecclesiae*<sup>119</sup>, é tentador ver uma segunda e quase idêntica tentativa crúzia de se associar a uma missão pontifícia dirigida ao rei. Seja como for, ao contrário de 1229, agradar ao legado já não é agradar a Afonso IV, que parece não atribuir grande importância à intervenção deste ou às pressões da Santa Sé, vindo a paz mais provavelmente dos sinais de movimentações belicosas conjugadas entre Granada e o sultão marroquino, em 1338 e 1339, que da obediência às mensagens de Avinhão<sup>120</sup>. Aliás, nada parece indicar que Bernardo de Albi tenha sido em Portugal o veículo da chamada geral à reforma de Bento XII, nem existem quaisquer indícios de contactos diretos entre os Crúzios e o cardeal legado.

Da variação das relações com a coroa faz parte também, obviamente, a presença de outros atores do clero regular, antigos e novos, pelo menos igualmente próximos do centro de poder<sup>121</sup>. Do lado das Ordens monásticas tradicionais, Alcobaça, e todo o novo movimento mendicante, particularmente os Dominicanos e Franciscanos.

O mosteiro de Alcobaça domina *fisicamente* o panorama dos cenóbios portugueses no século XIII, em dimensão e inovação arquitetónica<sup>122</sup>. Esse esplendor, em conjunto com o espírito do seu ritual litúrgico<sup>123</sup>,

---

<sup>117</sup> Sobre **Santa Cruz** ler Bernardo Vasconcelos e Sousa (*D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 125-127), quanto aos **outros** consultar Aires Gomes Fernandes (*Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, respetivamente pp. 141, 124, 157, 133, 235, 74, 109, 221, 149); em **Cárquere** os direitos de couto são entregues à família dos Resendes, padroeiros do mosteiro, até 1340 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, p. 109; Joaquim Caetano Pinto, *Resende: monografia do seu concelho*, Braga, edição do autor, 1982, pp. 91-92). Menos gravosas serão as consequências para **Oliveira, Bravães, Grijó, Paderne** (Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, respetivamente pp. 80, 131, 197 e 247-248), **Tabuado** (AAVV., *Igreja de Tabuado – Marco de Canaveses*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 125, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1972, p. 8) e **São Jorge**, que mantém os seus coutos, sendo São Jorge mesmo protegido pelo rei em 1336 (Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge...*, *op. cit.*, p. 69; A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba...”, *op. cit.*, p. 431; Aires Gomes Fernandes, “*As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge...*”, *op. cit.*, p. 350). Note-se que nas mesmas inquirições Alcobaça e Tarouca também são prejudicados, assim como os Hospitalários, que até eram próximos a Afonso IV (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 127-128).

<sup>118</sup> São Vicente é, no entanto (com a Sé e o convento franciscano de Lisboa, entre as instituições eclesiásticas), um dos locais de depósito de cópias do testamento de Afonso IV, feito em 1345 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 258-259).

<sup>119</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 506-510, e “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 268.

<sup>120</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, pp. 201-205.

<sup>121</sup> Com as Ordens militares, a complementaridade de missões e divisão de tarefas permanecerão, continuando também a não se registarem áreas de implantação territorial que levem a concorrência direta – note-se por exemplo que, se Arronches é perto de Crato, que é doado aos Hospitalários em 1232 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 109) o local só será sede de Hospitalários em 1356 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 471) quando o senhorio de Arronches já fora retirado aos Crúzios (ver nota 109 deste capítulo).

<sup>122</sup> Como Santa Cruz se terá assegurado de ultrapassar na sua igreja a escala das Sés portuguesas (e suplantar o vizinho claustro de São João de Almedina), como vimos no capítulo anterior, Alcobaça deve ter-se assegurado que fazia o mesmo mais tarde, nomeadamente quando as doações reais afluíram e lhes permitiram ampliar o conjunto para as suas dimensões atuais.

<sup>123</sup> Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz...”, *op. cit.*, p. 263.

a atenção mais focada em devoções próximas e quotidianas<sup>124</sup> e a ligação institucional a Claraval (direta até 1369)<sup>125</sup> – que a liga privilegiadamente ao mundo europeu e à órbita próxima da coroa de França, para que a Borgonha vai então gravitar<sup>126</sup> – poderão justificar a atração que a abadia exercerá sobre os reis portugueses, no domínio honorífico, como panteão, e no devocional, como origem de confessores e diretores espirituais<sup>127</sup>. A pertença a uma prestigiada estrutura centralizada supranacional pode também ajudar a explicar a preferência que a Santa Sé demonstra em selecionar monges cistercienses para arbitrar causas eclesiásticas, nomeadamente crúzias, quando o inverso não se verificaria<sup>128</sup>. Não me parece, no entanto, haver razão para uma certa unanimidade historiográfica que tende a ver Alcobaça como suplantando instantânea e liminarmente Santa Cruz, e que leve por exemplo Miguel de Oliveira a declarar taxativamente que “(...) *Alcobaça foi a mais importante casa religiosa que existiu em Portugal*”<sup>129</sup>. No que toca a preferências institucionais, já vimos que a sua escolha como local de descanso eterno régio é descontinuada (após a decisão de Afonso II ter arrastado os seus dois filhos em combate a querer segui-lo)<sup>130</sup>, que a localização ali do arquivo real, neste período, acontece apenas com D. Dinis (como acontecera em Santa Cruz com Afonso III), e que os legados testamentários dos monarcas não são tão claramente favoráveis a Alcobaça<sup>131</sup>. Culturalmente, o *scriptorium* alcobacense supera em produção e sofisticação o dos Crúzios conimbricenses, mas não deixa de ser relevante ao avaliar este contexto, que

---

<sup>124</sup> Onde Santa Cruz cultivava as grandes questões religiosas tradicionais (Joaquim Veríssimo Serrão, “Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, um caso de rivalidade cultural?”, separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano: actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, p. 91).

<sup>125</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 105; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 102-103.

<sup>126</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, pp. 134 e 136.

<sup>127</sup> Um dos confessores de Afonso III é D. Estêvão Martins, ex-abade de Alcobaça (Leontina Ventura, *D. Afonso III*, *op. cit.*, p. 194), e é o abade de Alcobaça que é incumbido por D. Dinis da reformação dos Templários para a Ordem de Cristo (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, p. 166).

<sup>128</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 105; Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz...”, *op. cit.*, pp. 265-266 (embora Aires Gomes Fernandes registe um caso de co-mediação do prior de Ancede, em 1235, num conflito em Paço de Sousa – *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 273); haverá ainda assim sinais de favores pontifícios, como a bula de proteção sobre Grijó em 1309 (*idem*, p. 196) e a extensão de direitos de uso de insígnias episcopais para Santa Cruz, sob Inocêncio IV, em 1248, autorizando-as para os seus priorados de Leiria e Arronches (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 418; Saul António Gomes, “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do séc. XII à criação da diocese” in AAVV., *Catedral de Leiria*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria, 2005, p. 17), reforçados em 1295 (Armando Alberto Martins, *idem*, t. I, p. 446); Santa Cruz também recebe privilégios no concílio de Vienne de 1312 (*idem, ibidem*) – nesse concílio dedicado à extinção dos Templários, serão as benesses compensação ao impedimento pelo rei de se aproveitarem de posses dos Cavaleiros? (ver nota 114 deste capítulo).

<sup>129</sup> *Op. cit.*, p. 105; mais imprecisa, ou distorcida mesmo (quanto mais não for por inversão cronológica), me parece a visão do mesmo autor, ao falar criação de Santa Cruz de Coimbra, ao dizer que o mosteiro crúzio prosperou tanto que foi “(...) a ponto de competir com o de Alcobaça” (*idem*, p. 106; Fortunato de Almeida diz algo quase idêntico, em *op. cit.*, vol. I, p. 132); igualmente reveladoras de algum desvio de perspectiva ainda hoje é a seleção ou olvido de Santa Cruz ou outros cenóbios crúzios *versus* Alcobaça nos índices remissivos das biografias da coleção “Reis de Portugal” do Círculo de Leitores: na de D. Sancho II (Hermenegildo Fernandes, *op. cit.*) Alcobaça surge com 11 menções listadas, e Santa Cruz não aparece no índice, embora seja referido várias vezes; na de D. Afonso III (Leontina Ventura, *D. Afonso III*, *op. cit.*), de novo se listam as referências a Alcobaça (21) omitindo as de Santa Cruz ou São Vicente, que aparecem realmente no texto; na dedicada a D. Dinis (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *op. cit.*), também só Alcobaça integra os itens selecionados para o índice (4 menções), mesmo se Santa Cruz, São Vicente e São Jorge sejam referidos; finalmente o mesmo se passa na de D. Afonso IV (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*), tendo Alcobaça 6 referências, e Santa Cruz, São Vicente e São Jorge nenhuma, embora sejam referidos várias vezes.

<sup>130</sup> Ver nota 65 deste capítulo.

<sup>131</sup> Ao contrário do que sugere Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 90-91; acrescente-se que, entre os Crúzios, os monarcas entretecem relações de proximidade, e beneficiam com relevância, além da canónica conimbricense, pelo menos os mosteiros de São Vicente, São Jorge e Grijó, o mesmo não acontecendo entre os Cistercienses, embora Tarouca e Salzedas também sejam instituições importantes e prósperas.

ocorra em Santa Cruz uma “industrialização” da iluminura, que lhe diminui a qualidade, devida talvez a uma maior ligação ao ensino universitário<sup>132</sup>; as bibliotecas crúzias – pelo menos as de Santa Cruz e São Vicente de Fora, mais de perto ligadas aos Estudos Gerais – demonstram também uma notória atualização no que toca ao Direito e à Escolástica<sup>133</sup>. Finalmente, em termos económicos, segundo a taxação das igrejas de 1320-1321, em pleno reinado de D. Dinis, os rendimentos de Santa Cruz ainda ultrapassam distintamente os de Alcobaça<sup>134</sup>, e os cistercienses portugueses também já assistem a uma quebra do número de monges e conversos em todos os seus mosteiros no final do século XIII<sup>135</sup>. Saliente-se, ainda assim, que não existem (para já), institucional ou culturalmente, diferendos ou competições entre as duas instituições, mas mais provavelmente cooperação<sup>136</sup>.

Ameaça muito mais clara virá do conjunto dos movimentos mendicantes. Os Pregadores instilarão novo sangue na pastoral e no ensino, os Menores renovarão o assistencialismo (hospitalar e esmolar)<sup>137</sup>, os Trinitários especializam-se na assistência à Guerra Santa, pela redenção dos cativos<sup>138</sup>, e até na causa do augustinismo e da autenticidade da *vita apostolica*, os Gracianos<sup>139</sup> virão iniciar uma discussão sobre quem segue o verdadeiro espírito do Hiponense, que durará séculos<sup>140</sup>.

Todas estas Ordens estarão precocemente em Portugal<sup>141</sup>, e portanto no seu período de vigor fundacional,

---

<sup>132</sup> Além da simplificação que vem desse processo, aumenta pelas mesmas razões a encomenda ou compra externa, inclusive internacional (Maria Adelaide da Conceição Miranda, “A Iluminura Medieval em Santa Cruz de Coimbra no contexto da iluminura europeia medieval”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, p. 83; Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., p. 235); mas até há mais volumes na Livraria de Mão de Santa Cruz que são do século XIII (37 códices) que do anterior (23 códices) - Saul António Gomes, *idem*, p. 188.

<sup>133</sup> Para além de obras dos iniciadores da escolástica, como Hugo de São Vítor, existia pelo menos um livro de Aquino em Santa Cruz e obras de Raimundo Lúlio e do canonista ducentista Henrique de Segúisio, entre os mais recentes à época (Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., pp. 203-206); em inventário de início XIII - logo um pouco precoce quanto ao período clássico da Escolástica - também em São Vicente se deteta mensagem vitorina, *Summas* iniciais (Garnier de Rochefort, Pedro Cantor) e obras de direito essenciais, como de decretais de Graciano (Aires Augusto, “Livro e Claustro no século XIII em Portugal: o inventário da Livraria de S. Vicente de Fora, em Lisboa”, separata de *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*, n.º 15, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1985, pp. 236-237); a qualidade das duas bibliotecas afere-se pela formação de Santo António, feita integralmente entre ambas (José Mattoso, “Identificação de um país..., op. cit., p. 343).

<sup>134</sup> Alcobaça auferia 18.000 libras, Santa Cruz 19.200 (Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz..., op. cit., p. 259); note-se que Saul Gomes não considera os rendimentos do priorado de Leiria, que acrescentam ainda 1.400 libras mais aos proventos de Santa Cruz (cfr. “Catálogo de todas as igrejas..., op. cit., p. 122).

<sup>135</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., p. 92.

<sup>136</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, op. cit., p. 87; Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz..., op. cit., pp. 263 e 275, e *In limine...*, op. cit., p. 232.

<sup>137</sup> Na época que analisamos, terão hospitais ou gafarias pelo menos em conventos de Guimarães (logo em 1256) e Portalegre (desde 1274); haverá também hospital em Santa Clara de Coimbra, c. 1333 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., respetivamente pp. 273, 309 e 295).

<sup>138</sup> Fortunato de Almeida, op. cit., vol. I, p. 142; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., pp. 437-438. Em boa verdade só serão formalmente mendicantes em 1609 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, p. 253), mas a sua ação já é análoga a estes desde o início, sendo os seus bens divididos igualmente entre o sustento da comunidade, a redenção de cativos, e obras de misericórdia (*idem*, p. 437).

<sup>139</sup> Fortunato de Almeida, op. cit., vol. I, pp. 134-135; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., pp. 419-420.

<sup>140</sup> Essa disputa era internacional e estava claramente enunciada a partir de 1308 (Balbino Rano, *The order of Saint Augustine*, Roma, O.S.A., 1975, pp. 17-29); em Portugal, ainda no final do século XVII as duas Ordens trocam argumentos, e D. Leonardo de São José, cônego de São Vicente de Fora, escreve o *Roseto augustiniano, plantado no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica* (Lisboa, Domingos Carneiro, 1671) como resposta a alegações dos Eremitas de Santo Agostinho.

<sup>141</sup> Os Trinitários são fundados em 1198 e estão em Portugal em 1207 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., pp. 437, 439); os Franciscanos fundam-se em 1209 e estão entre nós em 1217 (*idem*, pp. 255, 257); a fundação dos Dominicanos é de 1215, a sua chegada de 1217 (*idem*, pp. 369, 371), e os Eremitas de Santo Agostinho portugueses assumem-se como tal no ano de fundação da Ordem internacional, 1243 (*idem*, pp. 419, 421).

e se tornarão protegidas pelos monarcas, recipientes de doações pias e alvo de preferência de adesões. Destacam-se, no entanto, pela dimensão do seu projeto espiritual e da sua expansão, os Dominicanos e Franciscanos. É detetável da parte dos Crúzios uma negociação do âmbito da sua atuação com estes novos agentes, quer seja afincando-se no ensino universitário (que incluía Artes, Direito Canónico e Civil, e Medicina) uma vez que a Teologia se tornara coutada independente, e dos mendicantes<sup>142</sup>, ou imiscuindo-se no fenómeno devocional que os Frades Menores protagonizaram, tanto partilhando o culto de Santo António, sublinhando a sua primeira observância como cónego regrente, como dominando o processo de retorno, abrigo e homenagem aos despojos dos franciscanos Mártires de Marrocos. Importa também distinguir, ao definir a mentalidade crúzia, a diferença de atitude que ainda assim existe entre a sua relação com a Ordem de São Domingos e a de São Francisco<sup>143</sup>. É uma clivagem feita de solidariedades (de classe, inclusivamente<sup>144</sup>) com os Pregadores, como já vimos<sup>145</sup>, e de concorrência devocional e conflitos com os Menores, principalmente quando tentam estabelecer-se em Leiria em 1231, ou quando se assiste à fundação do convento feminino em Coimbra (Santa Clara-a-Velha, a partir de 1278)<sup>146</sup>.

**5.2.3 Os agentes:** Para um tempo de individualismo e valorização da iniciativa em geral, e de

---

<sup>142</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 114; até 1347, Paris, Oxford e Cambridge eram as únicas que podiam conceder *graus* em Teologia, sendo os *studia* mendicantes a única alternativa (Monika Asztalos, “A faculdade de teologia” in Walter Rüegg, *op. cit.*, pp. 416-418, 434-436); a Universidade de Lisboa só terá autorização papal para ter faculdade de Teologia em 1400 (Jacques Verger, “Modelos”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, p. 56).

<sup>143</sup> Ao contrário da tese de Saul António Gomes, que as vê como positivas e equiparáveis, expressa em “As ordens mendicantes na Coimbra medieval. Notas e documentos”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, tomo X, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, *passim*, e repetida em “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 431, e em *In limine...*, *op. cit.*, p. 203). É um interpretação com que Armando Alberto Martins tende a concordar em 1996 (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 388-389) e 2010 (“Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos”, *op. cit.*, p. 280), mas destacando as diferenças em 2001 (“A história medieval..., *op. cit.*, pp. 51, 53).

<sup>144</sup> Em Portugal Crúzios e Dominicanos partilham a proximidade à hierarquia do clero, aristocracia e poder político desde cedo (Saul António Gomes, “As ordens mendicantes na Coimbra medieval..., *op. cit.*, pp. 151, 155, 193). Uma diferenciação entre Pregadores e Menores é também legível nas implantações conventuais urbanas: no Porto, Coimbra e Lisboa: apesar de uma distribuição que procura (às vezes regulamentarmente) dispersar radial e equidistantemente os institutos mendicantes no território suburbano, os Dominicanos estão invariavelmente mais próximos da cidade/Sé/alcáçova, em distância absoluta ou em facilidade de acessos (como Vincenzo Maiello brilhantemente ilustra, *op. cit.*, pp. 210-211, 234-236, 269-281).

<sup>145</sup> Ver nota 46 deste capítulo; acrescente-se em Portugal o interesse dos Crúzios pela regra agustiniana dos Dominicanos (que Santa Cruz guardou, pelo menos na versão de 1421 – Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 396-398) e a cooperação institucional efetiva, até com troca de hábitos entre os dois claustros, e um prior em São Jorge que fora dominicano (Saul António Gomes, “As ordens mendicantes na Coimbra medieval..., *op. cit.*, pp. 161-162); refira-se também que, em Coimbra, o convento dominico é muito mais perto de Santa Cruz que o convento franciscano original, nos Olivais, e que mesmo quando os Menores se mudam para posição mais urbana e próxima dos Crúzios, é ainda assim na margem oposta do rio Mondego (Vincenzo Maiello, *op. cit.*, pp. 231-236).

<sup>146</sup> Saul António Gomes, “As ordens mendicantes na Coimbra medieval..., *op. cit.*, p. 161.

crescente senhorialização nos superiores dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em particular<sup>147</sup>, temos infelizmente esparsos dados que nos permitam ter uma imagem pessoalizada dos atores do discurso arquitetónico crúzio no intervalo em análise. É ao mesmo tempo claro que os priores regrantes, pelo menos de Santa Cruz e São Vicente de Fora, permanecem individualmente atuantes, quer política (como é claro na guerra civil de 1345-1347) quer culturalmente (onde são signatários do pedido da criação dos Estudos Gerais)<sup>148</sup>. Por outro lado, conhecemos mesmo o provável obreiro de uma das realizações mais significativas – e a única que nos chegou de forma integral – deste período: um outro D. João Pires, este prior de São Salvador de Paderne, que terá conduzido a renovação da igreja do mosteiro, por volta de 1255<sup>149</sup>. No entanto, pesem embora os avanços na prosopografia a registar<sup>150</sup>, para estes nomes ou para outros, sabemos genericamente pouco, muitas vezes apenas no domínio da atividade económica e de gestão interna, e nunca se junta a identificação de um decisor arquitetónico e de uma biografia de interesses e contactos culturais, como temos a vantagem de ter para uma boa parte dos intervenientes diretos na fundação da Ordem.

Resta a possibilidade, de qualquer forma, de elencar algumas referências que ultrapassam o âmbito nacional, observáveis quer em agentes exteriores, mas próximos ou influentes, aos Regrantes, quer, de forma indireta, nas relações que instituição manteve. No que toca ao primeiro caso, falamos sobretudo de Afonso III e D. Dinis<sup>151</sup>, e de Santo António.

D. Afonso III será provavelmente dos que mais claramente estabelece uma ligação entre o momento português e o meio internacional. Tendo vivido na corte francesa entre 1229 e 1245, e gozando de particular favor da rainha mãe, sua tia, Branca de Castela<sup>152</sup>, terá sido participante do ambiente cultural

---

<sup>147</sup> A acentuação dos sinais honoríficos, como as insígnias episcopais (Santa Cruz vê reforçadas as suas prerrogativas de uso em 1248 e 1295 – ver nota 128 deste capítulo; São Vicente de Fora em 1263 – Saul António, “A chancelaria do Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídio para o seu conhecimento”, in MENDONÇA, Manuela (coord.), *Symms philologvs necnon verborvm imperator - colectânea de estudos de homenagem ao Professor Dr. José Pedro Machado*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2004, p. 183) e os selos priorais (Saul António Gomes, *In limine...*, op. cit., p. 843), assim como a separação de mesas prioral e conventual entre 1267 e 1272 (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 438-440) e o apalaçamento crescente de torres e câmaras priorais (Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, op. cit., p. 433).

<sup>148</sup> E D. João Pires, um dos priores de Santa Cruz importante no período post-guerra civil de 1245-1248, é também um grande poeta latinista, no dizer de Nicolau de Santa Maria, e escreve nomeadamente o epitáfio de D. Rodrigo Sanches, para o seu túmulo em Grijó (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 218).

<sup>149</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., pp. 88-89 (não confundir com o homónimo prior de Santa Cruz, referido na nota anterior); Pedro Dias acredita que a igreja de Paderne será de 1264 (“O Gótico”, op. cit., p. 33), mas inclino-me a confiar em Ferreira de Almeida, olhando para o edifício e comparando-o a outros com cronologias atestadas.

<sup>150</sup> Nomeadamente a sistematização de dados oferecida por Aires Gomes Fernandes (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit.), embora só entre 1300 e 1500, e só para as Casas do Norte de Portugal.

<sup>151</sup> Uma vez que D. Sancho II não as parece ter tido (até ao seu exílio derradeiro em Toledo) e Afonso IV se afasta sensivelmente do Crúzios, sendo portanto menos plausível que os influenciasse.

<sup>152</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., pp. 43, 45.

do reino mais poderoso da Europa<sup>153</sup> e testemunho das realizações arquitetónicas de Paris. Convivendo com Luís IX, um entusiasta pessoal da cruzada<sup>154</sup>, e tendo-se ele mesmo proposto a tomar a Cruz para libertar Jerusalém<sup>155</sup>, a referência à Terra Santa, nem que mitificada e não experimentada, estaria no seu ideário. Acompanhando Luís na batalha de Saintes e nas ações contra Raimundo VII de Toulouse (1241-1243)<sup>156</sup>, terá visitado a área entre o Limosino, a Aquitânia e o Languedoc. Por outro lado, tendo-se tornado conde de Boulogne-sur-Mer – título a que se apegou ao ponto de se ter convertido no seu cognome régio<sup>157</sup> – é preciso contar na sua experiência com o contacto com a cidade e as regiões setentrionais francesas, entre o canal da Mancha e a Flandres<sup>158</sup>.

D. Dinis tem uma experiência direta do mundo muito mais circunscrita ao âmbito peninsular, embora a sua poesia, refletindo (e referindo explicitamente) a cultura provençal<sup>159</sup>, possa indicar uma relação, nem que apenas afetiva e indireta, com essa região. Seguramente só sabemos que visitou repetidamente Ciudad Rodrigo (em 1291, 1295, 1296 e 1300)<sup>160</sup> e que ocupou brevemente Salamanca em 1296, a caminho de Valhadolid, que não chegará a atacar, tendo provavelmente obtido cedências de Afonso IV de Castela (que se consagraram em Alcanizes)<sup>161</sup>.

Fernando de Bulhões (1195-1231), que assumiu o nome de António ao ingressar no convento de Santo Antão/António dos Olivais, dos frades Menores, em 1220, e foi canonizado logo em 1232, tem um percurso muito mais variado. Cónego regrante de formação e sem formação que não a regrante, não só reflete simpatias culturais da Ordem, como as poderá ter inspirado depois, pelo culto que estes lhe votaram, estrategicamente, dada a sua rápida notoriedade. Após de uma breve passagem por Marrocos, em 1221, lecionou em Bolonha, Montpellier, Toulouse e Pádua, por determinação de São Francisco, de 1224; teve responsabilidades na sua Ordem em Le Puy-en-Velay, ainda em 1224, e foi *custos provincial* na região de Limoges por 1226. Terá estado no concílio de Bourges, em 1225<sup>162</sup>.

No que toca à mundivivência detetável nos contactos e relações dos Regrantes, mesmo que não as

---

<sup>153</sup> A influência gaulesa é então notória: o traje português, por exemplo, do século XI e XII, à imagem do europeu, era mais romano (adquirindo no século XII inflexões bizantinas, com as cruzadas, e também germânicas - por intermédio da influência borgonhesa?), mas em Duzentos e Trezentos aproxima-se da moda francesa, e começa a evidenciar, a partir da década de 1320, sinais de exagero de silhueta e acabamentos (A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa...*, op. cit., pp. 26-34).

<sup>154</sup> August Franzen, op. cit., p. 216.

<sup>155</sup> Papa pede-lhe em 1244, entre outros, que parta em Cruzada, após a queda de Jerusalém (Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., p. 59).

<sup>156</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., pp. 57-58.

<sup>157</sup> Adquirira o título ao casar com Matilde de Boulogne, em 1239, e usa-o até 1259, quando morre a condessa, mas bem depois de a ter repudiado e se ter casado de novo, com Beatriz de Castela, em 1253 (Leontina Ventura, *D. Afonso III*, op. cit., pp. 56, 94).

<sup>158</sup> Este contacto permanecerá, até pela colónia importante de mercadores portugueses, nomeadamente em Harfleur, que Afonso IV protegerá em acordo formal com Filipe VI de França, em 1341 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, op. cit., p. 221).

<sup>159</sup> António José Saraiva e Oscar Lopes, op. cit., pp. 58-59.

<sup>160</sup> José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis*, op. cit., pp. 106, 108-110, 114.

<sup>161</sup> *Idem*, pp. 110-111.

<sup>162</sup> Miguel de Oliveira, op. cit., p. 123; Niccolò Dal-Gal, "St. Anthony of Padua", in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, Nova York, Robert Appleton Company, 1907-1922, vol. 1. [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 06-05-2013].



conseguimos pessoalizar em agentes identificados, muitas das referências que elencámos no capítulo anterior se mantêm, por vezes com alterações de importância ou novas razões de proximidade, mas há ainda assim algumas novidades. As relações inevitáveis, e de grande investimento da Ordem, com a Santa Sé, trazem assim Viterbo (onde a Cúria sediou entre 1266 e 1281)<sup>163</sup> para a esfera da frequência dos cônegos, e renovam os laços com Avinhão, capital pontifícia entre 1309 e 1378 (e assento de papas cismáticos até 1417)<sup>164</sup>, e afastarão Roma, que é evitada até pela conflitualidade de Guelfos e Gibelinos, entre os séculos XIII e XIV<sup>165</sup>; sucedânea desta ligação, a possível presença no concílio de Vienne<sup>166</sup> acrescenta mais uma coordenada. Não sendo tão fulcral como no século XII, nada indica que a Ordem de São Rufo não permaneça próxima de Santa Cruz, e que portanto, para além da historicamente significativa abadia de Avinhão, a nova sede da Ordem desde 1158, em Valence<sup>167</sup>, no mesmo vale do Ródano, não tenha feito parte dos périplos cruzios. A formação superior terá também levado os cônegos regantes ainda a Paris e Montpellier, mais a Bolonha<sup>168</sup>, e também às mais nóveis e próximas universidades de Palência<sup>169</sup> e Salamanca<sup>170</sup>. Finalmente, na produção do *scriptorium* de Santa Cruz, na caligrafia como na notação musical, permanecem sinais de fidelidade aos modelos tolosanos e aquitanos até à centúria de trezentos<sup>171</sup>, que podem atestar a continuidade de trocas com estas regiões.

### 5.3 | A língua arquitetónica entre os séculos XIII e XIV

**5.3.1 A arquitetura gótica:** Se o Românico, até etimologicamente, foi reconhecido como uma reinterpretação do modo romano, o Gótico, o primeiro estilo ao qual o termo “moderno” (aliás pejorativamente) foi aplicado<sup>172</sup>, foi desde a sua definição historiográfica avaliado como produto da *novidade*. Numa linha de teorização arquitetónica de racionalismo estrutural (que sucede precisamente

---

<sup>163</sup> A Viterbo também se dirigiram em 1268 enviados quer dos bispos portugueses, quer de Afonso III, quando estala conflito entre ambos; Afonso voltará então a cortejar a simpatia do papa, prometendo partir em cruzada com o primo Luís IX (Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, pp. 151-152).

<sup>164</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 240-246.

<sup>165</sup> Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, p. 65.

<sup>166</sup> Ver nota 128 deste capítulo; o percurso pelo vale do Ródano e por Lyon, será ainda itinerário de ida a Itália até ao século XVI (Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp. 8-9).

<sup>167</sup> Jean Milliat, *Le prieuré de Notre-Dame de Villieu en Viennois: de l'Ordre de Saint Ruf selon la règle de Saint Augustin*, Bourgoin, Jean Milliat, 1973, p. 1.

<sup>168</sup> Solange Corbin, *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*, Paris, Les Belles Lettres, 1952, p. 94; Ingo Fleisch, “The Portuguese clergy and the European universities in the 12th and 13th centuries”, in AAVV., *Encontro Internacional: Carreiras eclesiais no ocidente cristão (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 70-71, 74.

<sup>169</sup> Fundada em 1208 (Jacques Verger, “Modelos”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, p. 59), também se notam outras relações com Palência: de lá vem bispo de Coimbra D. Tibúrcio (Leontina Ventura, *D. Afonso III, op. cit.*, p. 69) e sob D. Dinis ali se deslocará embaixada do rei a Sancho IV de Castela, em 1293 (José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, p. 107).

<sup>170</sup> Fundada entre 1218-1219 (Ingo Fleisch, *op. cit.*, pp. 73-74, Jacques Verger, *idem, ibidem*).

<sup>171</sup> Solange Corbin, *op. cit.*, p. 235; W. B. Jordan, “O estilo musical na liturgia de Portugal no século XIII, interpretado através do fragmento VIII, Arquivo Municipal de Braga”, in FONTES, Carlos Alberto de Oliveira (cord.), *Bracara Augusta – revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLI, n.º 91-92 (104-105), Braga, Câmara Municipal de Braga, 1988-1989, pp. 7, 16 e 29.

<sup>172</sup> Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, “História da Arte em Portugal”/3, Lisboa, editorial Presença, 2002, p. 21.

à *querelle des anciens et des modernes*), Géraud de Cordemoy (1626-1684) e Marc-Antoine Laugier (1713-1769) estabelecerão uma reavaliação da construção como fonte e essência da arquitetura, e em ambos a noção de estrutura tem referente também no Gótico; após Arcisse de Caumont (1801-1873), por volta de 1850, no seu *Abécédaire ou rudiment d'archéologie*, ter emancipado o Gótico e tê-lo definido pelo uso do arco quebrado, Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e Auguste Choisy (1841-1909) enformarão a perspectiva do período como correspondendo a uma inovação técnica racional, baseada no esqueleto portante<sup>173</sup>. A esta primeira visão, de oposição e *ruptura* entre o Românico e o Gótico<sup>174</sup>, sucede a aportação de uma análise mais culturalista, que tempera a “novidade” como *evolução*, sobretudo através de Erwin Panofsky (1892-1968), mas também de Lewis Mumford (1895-1990). Em 1946, em *The abbey church of Saint-Denis and its art treasures*, Panofsky apresenta a figura do abade Suger como um inovador, inspirado pelas metafísicas da luz, em voga crescente à medida que a Escolástica se desenvolve<sup>175</sup>, mas também alguém que prossegue uma conceção do espaço sagrado como antevisão do paraíso e que, mesmo procurando uma diferença na forma de o exprimir e concretizar arquitetonicamente, recorre a dispositivos construtivos já existentes<sup>176</sup>. Mumford, na sua reabilitação da cidade medieval incluída em *The city in History* (1961), indo mais além que Pirenne ou Lavedan, não só a vê como uma criação superior e agregadora da visão do mundo da época, como a descreve a sua evolução como um processo contínuo, sem quebras de fundo, e integra nela a mutação dos edifícios em direção ao Gótico<sup>177</sup>. Acrescentaria ainda que, para além da *modernidade* do Gótico dever ser lida na *continuidade*, há razões para, de acordo com o *ethos* cultural que já analisámos, mencionar que não deixam de existir neste momento sinais de *permanência*, se não de conservadorismo. Logo no seu início simbólico, o “revolucionário” Suger é o promotor de uma obra que restaura um edifício antigo e, se introduz novos elementos (a fachada e a ousia), ajusta-os às permanências (a nave carolíngia, que não alterará e que determina o módulo da cabeceira) e procura integrar nele referências tradicionais<sup>178</sup>; por outro lado, a realização máxima do Gótico, a grande catedral, retém atavismos como o trifório (uma atrofia da

---

<sup>173</sup> Pierre Lelièvre, *L'architecture française*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963, pp. 50-51; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. II, pp. 258-263; Erwin Panofsky, *Arquitetura gótica...*, *op. cit.*, pp. 55-60; Kenneth Frampton, *História crítica da arquitetura moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2003, pp. 5-11, 123-125.

<sup>174</sup> Suficientemente forte para ainda ser a que adotam Pedro Dias em 1986 (“O Gótico”, *op. cit.*, pp. 10-11) e Paulo Pereira, em 1995 (“A arquitetura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 19) e também, embora algo menos veementemente, em 2009 (“A arquitetura gótica”, *op. cit.*, p. 15).

<sup>175</sup> Embora de raiz augustiniana e longo tempo já presentes na cultura medieval (Umberto Eco, *Arte e Beleza...*, *op. cit.*, pp. 58-59; Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. II, pp. 100-102).

<sup>176</sup> Erwin Panofsky, *O significado nas artes visuais*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 93-94 e 98.

<sup>177</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, caps. IX e X, pp. 243-313, em geral, e particularmente p. 299.

<sup>178</sup> Michel Bouttier, *Monastères: des pierres pour la prière*, Paris, Rempart, 1984, p. 85; Bruno Klein, “Início e desenvolvimento da arquitetura gótica em França e países vizinhos”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico – Arquitetura, Escultura, Pintura*, Colónia, Köneman, 2000, pp. 31-32.

tribuna)<sup>179</sup> ou os portais em profundidade, com tímpano, e como suporte, entre outros elementos, de escultura historiada e simbolista. Ora a expressão do Gótico, numa matriz de leitura “moderna”, deveria tender para a majoração da luz e do espaço como significantes, reduzindo a ilustração escultórica a um realismo vegetalista, subordinado à estrutura.

Se olharmos a estrutura topológica do território europeu, por alturas de Duzentos, à primeira vista ela parece ser ainda aquela que se desenvolveu desde o século XI: uma rede de pontos de abrigo circunscritos, interligados por caminhos. É certo que, com o crescimento populacional e económico, que é genericamente contínuo até à Peste Negra, o número desses locais se multiplica<sup>180</sup>, e que a paisagem entre eles se humaniza sensivelmente, com a expansão dos arroteamentos e da área agricultada. No entanto, só à medida que nos aproximamos se tornam visíveis as diferenças mais profundas. A relativa equivalência do castelo, mosteiro e burgo, mesmo que as afinidades de carácter entre si ainda sejam legíveis, foi quebrada, pela dimensão, em primeiro lugar, mas ainda mais pela *complexificação* das cidades. Mesmo que a cidade seja ainda definível pelo *recinto* e a *silhueta*, onde se leem as emergências volumétricas das sedes de poder, esse padrão geral está agora modificado na sua tessitura, bem como nos intervenientes visíveis. O associativismo urbano, que conduzirá ao autogoverno, em maior ou menor grau, manifesta-se nas torres comunais, associando um terceiro elemento ao perfil dos burgos<sup>181</sup>; por outro lado, as cidades, mais que hierarquia, exibem uma multiplicidade orgânica que é especialização funcional, com bairros, praças, ruas e portas na muralha<sup>182</sup> ligadas a atividades e comunidades distintas, e exibindo uma tendência para a organização formal, nomeadamente quadripartida em estrutura<sup>183</sup>, e mesmo ortogonal, nas cidades novas. As próprias casas medievais crescem em altura, e concretizam diferenciações funcionais e de privacidade nos níveis acrescentados<sup>184</sup>.

A catedral gótica é, consensualmente, o epítome da *situação* da arquitetura gótica: permanece um marco da cidade, visível a quilómetros de distância (até pelo seu crescimento em altura) e continua a ser valorizada como recetáculo de relíquias e polo de peregrinação, mas *significa* coisas diferentes, quer

---

<sup>179</sup> “Trifório”, in Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Dicionário de termos de arte e arquitectura*, “Biblioteca da Arte”/7, Barcarena, Presença, 2005, p. 365.

<sup>180</sup> Em algumas zonas de densidade máxima, estruturam-se em redes apertadas de núcleos urbanos e estradas (como a Champanhe, a Flandres e o Norte de Itália); essas áreas são também as de maior atividade económica e do surgimento precoce do gótico (Henri Pirenne, *op. cit.*, pp. 89-103; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 95-96).

<sup>181</sup> “Torre”, in Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *op. cit.*, pp. 359-361; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 80.

<sup>182</sup> Cujas multiplicação caracteriza este período (Mário Jorge Barroca, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 136).

<sup>183</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 301; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 98.

<sup>184</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 282-285; Philippe Ariès e Georges Duby (dirs.), *História da vida privada*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1990, vol. III, p. 216; Sílvio Conde, “A casa”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. I, pp. 55, 59.

como empresa coletiva (e de relevância econômica), quer como centro – ou coração – de uma Cidade de Deus de alguma forma concretizada, o que lhe retira a necessidade se mostrar como a sua personificação integral, integrando feições fortificadas, como vimos no Românico, e podendo agora abrir-se e fazer parte da comunidade<sup>185</sup>. Essa evolução conceptual, sociológica, alia-se a uma evolução filosófica, da crescente popularidade das estéticas da luz sobre as da proporção, e da estética do organismo em detrimento da alegoria<sup>186</sup>, e conduzem ao desejo de transparência e de unidade espacial articulada<sup>187</sup>; será essa busca *semântica* que fará o abade Suger e os arquitetos góticos procurarem no arsenal de tecnologias já disponíveis aquelas que permitiriam dar-lhe resposta (e não o “progresso” que inspirará novas formas edificatórias)<sup>188</sup>, e a que a organização e especialização laboral darão possibilidades de concretização e aprofundamento. Assim, a catedral, além de querer tornar-se permeável ao exterior, se permanece maioritariamente fiel à matriz de base do plano cruciforme alongado (de seção basilical e rematado por coro com deambulatório) e ao alçado de torres duplicadas, integra estas dimensões, complementares no Românico, numa unidade e centralidade espacial relativa (tendendo a deslocar os transeptos para o ponto médio do eixo longitudinal<sup>189</sup>, compactando o perímetro do edifício e diluindo a verticalidade por toda a construção<sup>190</sup>) e sistematiza o discurso arquitetónico, em *sintaxe*, segundo o “hábito mental” do discurso escolástico<sup>191</sup>, convertendo o edifício em estrutura, que é um esquema explicativo, subdivisível em termos interligados – isto é, um organismo. Por conseguinte, pode-se dizer também que há uma deriva em *morfologia*: o Românico incidira nos substantivos (os volumes unitários acoplados) aos quais estava subordinada a adjetivação iconográfica; o Gótico vai dar preponderância aos verbos (os elementos lineares, transmissores de força) e elementos de ligação, preposições/conjunções (capitéis, anéis, chaves de fecho, etc.).

Já os templos e conventos mendicantes, sendo *programaticamente* simples, são mais raramente apresentados como produção definidora da elaboração gótica em arquitetura; será porque a modéstia (ou pelo menos a contenção) que lhes são carismáticos, os afastam da exibição da complexidade técnica,

---

<sup>185</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 299; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 94.

<sup>186</sup> Umberto Eco, *Arte e Beleza...*, *op. cit.*, pp. 58-63, 96-97; ver notas 55 e 175 deste capítulo.

<sup>187</sup> A luz como cor, através dos vitrais, é não só uma ilustração dessas filosofias (Umberto Eco, *Arte e Beleza...*, *op. cit.*, p. 60) como é a expressão de um gosto anterior, e popular, pela cor (Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. II, pp. 100-102).

<sup>188</sup> O arco quebrado, a abóboda de cruzaria de nervuras e o arcobotante são anteriores, o seu funcionamento cumulativo e aperfeiçoamento de desenho é que avançam - Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. II, p. 259; Bruno Klein, “Início e desenvolvimento da arquitetura gótica...”, *op. cit.*, pp. 28-29 e 32; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 29-30 (e ver nota 176 deste capítulo).

<sup>189</sup> E fazendo experiências sem transepto, até espaço-salão do flamejante (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 99-100, 101).

<sup>190</sup> O que aliás, além de se traduzir na transformação dos campanários em flechas piramidiformes, dita o desaparecimento da torre de cruzeiro (que não no “conservador” Gótico inglês).

<sup>191</sup> Erwin Panofsky, *Arquitetura gótica...*, *op. cit.*, *passim*, e particularmente pp. 31-35.

e a elementaridade do espaço que preferiram, a dispense<sup>192</sup>. Por outro lado, no entanto, perseguem igualmente a abertura, a verticalidade e a luz, estão mais livres de arcaísmos iconográficos e tendem mais precocemente para a unidade espacial. O convento mendicante também relê o mosteiro, urbanizando-o<sup>193</sup>, fazendo dele também um organismo<sup>194</sup>, acentuando a individualidade, pela defesa das celas<sup>195</sup>. Finalmente, a alcáçova/castelo, na evolução da defesa passiva para a ativa, é também a realização desta *Kunstwollen*<sup>196</sup>. O modelo de cintura muralhada e torre de menagem permanece, mas é formalmente e tecnicamente mais complexo e compósito, *esquemático*; os muros são decompostos em panos entre torres-rótulas (aliás crescentemente cilíndricas, dinâmicas, em vez de cúbicas), e desmultiplicados em linhas concêntricas, com prolongamentos pelas couraças, assim como as entradas são “extrudidas” pelas barbacãs; o volume substantivo das torres de menagem é desmontado pela aparição de mais aberturas<sup>197</sup>, pela elisão dos vértices (com os alambores e os mata-cães, inferior e superiormente), pela adição de volumes secundários (torrelas, balcões)<sup>198</sup>.

**5.3.2 O primeiro Gótico português:** A primeira constatação a fazer ao falar do Gótico português, na sequência da sua expressão internacional, e particularmente neste período, é a ausência de grandes obras de Gótico catedralício<sup>199</sup>. Tal não implica que o nosso Gótico seja incipiente<sup>200</sup> nem traduz nenhuma “deficiência estrutural” nacional<sup>201</sup>. É preciso estar consciente de que as sedes episcopais nacionais eram de compleição relativamente recente ou se encontravam em acabamento<sup>202</sup> (o que é notório na

---

<sup>192</sup> Os protótipos que lhes terão servido de modelo na sua origem - vindos de Cister e do românico languedociano - também o justificam (Alain Erlande-Brandenburg e Anne-Bénédicté Mérel-Brandenburg, *op. cit.*, pp. 362-367; Maria Adelaide d'Almeida Meireles, *A arquitectura gótica mendicante...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 80-81, 90).

<sup>193</sup> Retirando ao cenóbio as oficinas rurais, e fazendo dos conventos um dos iniciadores do grande quarteirão urbano arquitetonicamente definido (Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 247, 268; Wolfgang Braunfels, *Arquitectura monacal en Occidente*, Barcelona, Barral, 1974, p. 195).

<sup>194</sup> Multiplicando os claustros, prolongando alas como *membros subordinados* (a partir do precedente cisterciense do remate denteado a Sul do claustro?) - Michel Bouttier, *op. cit.*, p. 95; Wolfgang Braunfels, *op. cit.*, p. 203.

<sup>195</sup> Philippe Ariès e Georges Duby, *op. cit.*, vol. III, pp. 482-483; Wolfgang Braunfels, *op. cit.*, pp. 195, 200.

<sup>196</sup> A cronologia da evolução da arquitetura militar, na sua especialização historiográfica, não é sincronizada com a da História da Arte, mas pode e deveria com ela ser harmonizada (como diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 23).

<sup>197</sup> Que indicam a sua função residencial e figuram a individualidade do senhor/alcaide.

<sup>198</sup> Como na arquitetura religiosa, quase todas estas técnicas não são “inovações” góticas (são heranças romanas e bizantinas, remanescentes na Europa, ou conhecidas aquando das cruzadas) e aplicavam-se antes do gótico (mesmo em Portugal - como se vê em obras templárias, ainda no século XII), mas é a sua conjugação, sistematização e aperfeiçoamento, e o cariz formal de diagrama, *organismo*, que estão em linha com o espírito da época (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, pp. 146-147, e *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 81-82).

<sup>199</sup> Mário Tavares Chicó chama-lhe “gótico episcopal” (*A arquitectura gótica em Portugal*, *op. cit.*, pp. 20, 80-82) e Paulo Pereira “gótico real/imperial” (“A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 34); acredito que o estatuto honorífico do edifício (como a catedral) é mais especificamente determinante na elaboração morfológica, que os seus promotores, embora bispos e monarcas sejam os mais óbvios.

<sup>200</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*O Gótico*, *op. cit.*, p. 23) opõe-se a quem o classifica de “estilo gótico diminuído”; lembremos que até Mário Tavares Chicó, em 1948, começa por considerar que tudo o que precede o mosteiro da Batalha é ainda um prenúncio frustrado do Gótico (*História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, pp. 17-20). Aliás, o sinal mais óbvio dessa distância entre o Gótico português e o internacional - a quase total ausência de arcobotantes - é algo que também acontece nomeadamente no *Midi* francês (Maria Adelaide d'Almeida Meireles, *A arquitectura gótica mendicante...*, *op. cit.*, vol. II, p. 168).

<sup>201</sup> Que parece ser a explicação algo miserabilista para a qual se inclina Pedro Dias, em 1986 (“O Gótico”, *op. cit.*, pp. 12-14).

<sup>202</sup> Paulo Pereira, “A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 27.

maneira como quase todas exibem pelo menos alguns sinais goticizantes), o que impediu natural e circunstancialmente a revisão da sua morfologia românica<sup>203</sup>. Ali onde havia literalmente obra nova a erigir – isto é, entre os Mendicantes – o número de novas empreitadas é fortemente expressivo, assim como o é o aumento médio da área construída que os templos encerram<sup>204</sup>. Ao mesmo tempo, e mesmo excluindo Alcobaça como iniciativa “externa”, São Francisco e Santa Clara de Santarém são obras de enorme envergadura<sup>205</sup> (não distantes, em dimensões, das sedes dos dominicanos, em Toulouse, e dos Franciscanos, em Assis), e a Sé de Évora suplanta a escala das catedrais de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa.

Uma segunda percepção abrangente, às vezes apresentada como consequente da anterior, será a da predominância de um gosto austero na arquitetura gótica portuguesa entre Duzentos e Trezentos. Chamo-lhe “gosto” porque não me parece de ver nessa austeridade imperativos económicos mas antes a afirmação (retórica) de humildade<sup>206</sup>. Tal não será estranho se pensarmos que os maiores encomendantes de então, e maiores encomendantes de obras de raiz, são instituições com um discurso sobre a modéstia e o pragmatismo, e, logo, de despojamento: Cister, as Ordens militares e as Ordens mendicantes<sup>207</sup>. Não é de estranhar, portanto, que nesse contexto mesmo as iniciativas paroquiais e episcopais se pautem por essa “moda” dominante<sup>208</sup>. Outro *caveat* a essa generalização, ou pelo menos à sua interpretação, é que esse ditame estético se aplica mais dificilmente a obras de iniciativa e afirmação régia<sup>209</sup>: a arquitetura militar exhibe já exuberância no reinado de D. Dinis, e, logo após 1340, a iniciativa pessoal de Afonso IV de reforma da cabeceira da catedral de Lisboa, em dimensões, morfologia e aparato técnico, emula a tal “ausente” arquitetura catedralícia internacional<sup>210</sup>.

---

<sup>203</sup> De qualquer forma, a existência desses sinais, nas Sés como em muitas igrejas românicas tardias, revela abertura a novas modas (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 34, 54); é preciso lembrar também que a situação de crise económica que é praticamente contínua entre 1190 e 1248 atrasa a finalização de edifícios românicos (José Mattoso, “O românico português: interpretação económica e social”, in *Obras completas de José Mattoso*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, vol. I, pp. 122-124).

<sup>204</sup> Maria Adelaide d'Almeida Meireles, *A arquitectura gótica mendicante...*, op. cit., vol. I, pp. 52-53.

<sup>205</sup> E a que não deveria ser inferior o desaparecido convento franciscano de Lisboa, a que chamavam “cidade” pelas suas dimensões (Paulo Pereira, “A arquitectura gótica”, op. cit., p. 29), e era uma espécie de contraponto, na colina fronteira, à cidade muralhada onde dominava a Sé (Vincenzo Maiello, op. cit., pp. 269-74).

<sup>206</sup> Como o número e escala das edificações referidas atesta, mesmo se as prescrições construtivas e decorativas de modéstia são obedecidas (Maria Adelaide d'Almeida Meireles, *A arquitectura gótica mendicante...*, op. cit., vol. I, pp. 138-140).

<sup>207</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 44.

<sup>208</sup> Mário Tavares Chicó, *A arquitectura gótica em Portugal*, op. cit., p. 20.

<sup>209</sup> Paulo Pereira, “A arquitectura (1250-1450)”, op. cit., p. 35.

<sup>210</sup> E existem referentes internacionais mesmo para a tão *nacionalizada* arquitetura mendicante: Mário Tavares Chicó encontra paralelos franceses e sobretudo galegos em 1948 (*História da Arte em Portugal*, op. cit., pp. 17-18), e precisa e alarga essas referências para a Galiza, Itália, região de Toulouse e Alemanha, em 1954 (*A arquitectura gótica em Portugal*, op. cit., pp. 65-70, 80-82); Maria Adelaide d'Almeida Meireles vê afinidades com a Galiza e o Midi francês (*A arquitectura gótica mendicante...*, op. cit., vol. I, pp. 106-107, vol. II, p. 168), e Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva ligam o nosso Gótico mendicante à sensibilidade mediterrânica, sendo portanto afim do que existiu na Catalunha, Midi e Itália (*História da Arte Portuguesa: época medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p.120); Paulo Pereira, em 1995, segue Chicó (“A arquitectura (1250-1450)”, op. cit., p. 47). Carlos Alberto Ferreira de Almeida, enfim, acentua as diferenças com a Alemanha, Itália, Galiza e o Midi (*O Gótico*, op. cit., p. 46), mas aceita pertença genérica a tendências meridionais de massas murais e alguma influência italiana inicial (*idem*, pp. 27, 47).

Uma terceira constatação, por vezes mesmo feita por aqueles que se posicionam contra a existência de elos de transição entre o Românico e o Gótico<sup>211</sup>, é a existência de linhas de continuidade<sup>212</sup> – na definição dos estereótipos arquitetónicos do nosso primeiro Gótico. Paulo Pereira<sup>213</sup> foi quem melhor resumiu a genealogia dos partidos edificatórios deste período na arquitetura religiosa<sup>214</sup>, entre os modelos aplicados em São João de Alporão, em Santarém, e em Santa Maria dos Olivais, em Tomar. Duas igrejas de Ordens militares (a primeira hospitalária, a segunda templária), dois templos extramuros e que possuíram torres militarizadas, dois exemplos de desenvolvimento de tipos românicos: uma o da igreja de uma nave e uma capela-mor, outra a de nave e cabeceira tripartidas<sup>215</sup>. É verdade que esses dois modelos conhecerão sucessos muito diferentes, e que será Santa Maria dos Olivais a ter mais numerosos e mais perenes congéneres<sup>216</sup>, mas não há, como se vê, razões para falar de uma preferência pelo “novo” sobre o “arcaico” (tratando-se de matrizes de origem igualmente românica), mas muito provavelmente sobretudo da adequação funcional de um modelo mais fácil de ser estendido espacialmente<sup>217</sup>, num momento de crescimento demográfico e quando se constrói mais nos locais onde esse crescimento é mais nítido, as cidades. Mais passível de sustentar diferenças sociais de resistência ou adesão ao novo – embora num padrão que é sobretudo de evolução e não de rutura – é o panorama da arquitetura residencial nobre, que se reparte entre a manutenção da torre de raiz undecentista na aristocracia rural e a adoção de aparato técnico e estético gótico nas alcáçovas urbanas<sup>218</sup>.

Esta evolução sobre matrizes anteriores – que já vimos não ser, em princípio, contraditória com o processo do Gótico internacional – não deverá esconder que é de facto *evolução* o que encontramos em Portugal, assim como a predominância da procura de modéstia “ostensiva” não diminui o carácter gótico

---

<sup>211</sup> Pedro Dias, “O Gótico”, *op. cit.*, pp. 10-11 (embora aceite Alporão como *transição* entre Românico e Gótico - *idem*, p. 28); Paulo Pereira, “A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 19, e “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, p. 15 (mas descreve génese de modelos edificatórios góticos no Românico, como veremos a seguir).

<sup>212</sup> Como por exemplo seria possível argumentar para a catedral de Évora: segue o plano da Sé de Lisboa; erige tribuna em modelo de Santiago de Compostela, possui uma torre-coruchêu como Salamanca e Zamora, exhibe um aspeto fortificado (e paredes laterais lisas com contrafortes), e “rosáceas” laterais e não janelas ogivais; em Alcobaça também, pese embora o seu estatuto “revolucionário”, continuaremos a ter contrafortes além dos arcobotantes (arçazantes e apenas na capela-mor), uma silhueta compacta ameaçada e, pelo menos num período intermédio, um nártex funerário provavelmente inspirado no românico de Santa Cruz.

<sup>213</sup> “A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, pp. 30-33; “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, pp. 292-295.

<sup>214</sup> Embora outros apontem igualmente a continuidade de igreja-tipo mendicante com modelos românicos (por exemplo, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 25, 47).

<sup>215</sup> O paralelo com a dicotomia entre Cruzios e Beneditinos de Manuel Luís Real (“A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII”, in JORGE, Vítor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 6, Dezembro, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, pp. 118-132) é inevitável, até porque os exemplos que Paulo Pereira usa para antecedentes (Ferreira e Roriz para um, Paço de Sousa, Travanca e Rates para outro) respeitam essa divisão.

<sup>216</sup> Tratar-se-ão de *descendentes*? Será Santa Maria dos Olivais origem ou produto deste modelo? Aceitam-na como génese Pedro Dias (“O Gótico”, *op. cit.*, pp. 27-29; *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, *op. cit.*, p. 55) e Paulo Pereira (“A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 32; *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 294-295); Carlos Alberto Ferreira de Almeida contesta, porque a acha posterior a Afonso III (*O Gótico*, *op. cit.*, pp. 64-65).

<sup>217</sup> Para uma mesma área útil, um edifício de nave única, mesmo em cobertura não abobadada, coloca superiores desafios construtivos e económicos.

<sup>218</sup> Mário Jorge Barroca *O Gótico*, *op. cit.*, p. 103 e segs.

da nossa arquitetura, refletindo aliás a presença efetiva das coordenadas de cultura e mentalidade de que o Gótico é a expressão.

A conceção da arquitetura como esquema, articulação lógica de termos, é visível programaticamente nos dispositivos castelares, na codificação funcional das dependências conventuais, e no conjunto de subespaços comunicantes e escalonados dos interiores eclesiais (coro alto e subcoro, naves, transepto, capelas absidais e laterais)<sup>219</sup>. A mesma asserção de diagrama se encontra construtivamente, mesmo se em geral não se realiza a existência de um esqueleto linear<sup>220</sup>; é legível, no entanto, que as entidades parietais são definidas como lâminas individuais articuladas entre si<sup>221</sup>, com panos de topo que se prolongam em empena para além dos cunhais e de cujas interseções resultam os contrafortes que ainda encontramos, num carácter de *linearidade* alternativo, mas realmente superando a matriz da superfície e *tridimensionalidade* românica<sup>222</sup>. Mesmo se tende a não se concretizar aqui a solução “clássica”, em binómio esqueleto-vão – por consequência desta leitura alternativa da construção diagramática, e talvez por reconhecimento da não necessidade (ou mesmo inconveniência<sup>223</sup>) de tal amplitude de aberturas numa região meridional – o tratamento da luz é absolutamente gótico, quer na sua abundância, real e figurada<sup>224</sup>, quer na maior uniformidade luminica dos interiores (o *clarificatio* escolástico em vez do *pathos* românico). Essa claridade é o corolário da clareza programática e construtiva, e da transparência espacial. Parte do novo espírito, também, é a expressão de valores de individualidade, quer seja no protagonismo urbano de visibilidade e refinamento da silhueta dos castelos-alcáçovas e dos conventos mendicantes<sup>225</sup>, quer seja na ascensão do retrato sobre o símbolo<sup>226</sup>, da estatuária devocional aos jacentes tumulares<sup>227</sup>.

---

<sup>219</sup> Também em diagrama racional é distribuição de implantações cenobíticas pela coroa urbana - como se empenhou em demonstrar Vincenzo Maiello, internacional e nacionalmente (*op. cit., passim*).

<sup>220</sup> Que não nas cabeceiras dos templos, onde a proscricção do luxo arquitetónico se suspende, o abobadamento é regra e a dicotomia “estrutura linear”/“área de enchimento convertível em vão”, se realiza (Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal, op. cit.*, pp. 17-18; Paulo Pereira, “A arquitetura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 33; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, pp. 24-25, 46).

<sup>221</sup> Com paralelos levantinos (Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal, op. cit.*, pp. 107-108), e sendo o oposto da falsa estrutura gótica expressa, mas conservadorismo românico de sustentação na parede, que se vê em Inglaterra (Mário Tavares Chicó, *A arquitetura gótica em Portugal, op. cit.*, p. 15; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 105).

<sup>222</sup> Como enuncia Paulo Pereira (“A arquitectura gótica”, *op. cit.*, p. 14.).

<sup>223</sup> Térmica, nomeadamente - tais aberturas acentuariam o calor no Verão, e trariam no Inverno a necessidade de vitrais ainda raros e caros - expansão do uso do vidro, nomeadamente normalizando-o para arquitetura civil, em Portugal só acontecerá no XV (Adelaide Pereira Millán da Costa, “Espaço urbano”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal, op. cit.*, vol. I, nota 22, p. 77), aliás como internacionalmente (Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 282), mesmo se a arquitetura religiosa já os usava consistentemente pelo menos desde o início do século XII – Brigitte Kurmann-Schwarz, “O Vitral Gótico”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico..., op. cit.*, pp. 468-469.

<sup>224</sup> Não só pelo aumento do número e dimensão das janelas, mas mesmo pela acentuação linguística da janela mainelada, que literalmente *duplica* as folhas dos vãos, ou pela elisão dos tímpanos, que “abrem” os portais.

<sup>225</sup> Que além disso, sendo menos militarizados e numa época que privilegia a abertura, hão de ter sido os criadores do grande alçado fenestrado urbano, nomeadamente com dormitórios de celas individuais (Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cônegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998, pp. 33-34).

<sup>226</sup> Do Cristo representado ou como Senhor/Juiz feudal, ou como símbolo, em cordeiro, até ao crucificado humanizado (Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, pp. 195-200).

<sup>227</sup> Mário Jorge Barroca *O Gótico, op. cit.*, pp. 157-160.



**5.3.3 Arquétipos e protótipos para os Crúzios:** Não há motivo, pela análise que foi conduzida, para acreditar que os *arquétipos* espaciais-arquitetônicos mudem, em essência, entre os séculos XIII e XIV, embora seja sensível uma diferença na sua interpretação. O caminho tenderá agora a ser visto no contexto de uma rede (na densificação territorial, na complexificação urbana, no espaço interior mais multidirecional do Gótico)<sup>228</sup>, a verticalidade enunciada de forma mais abrangente (não restringida às torres mas estendida a todos os componentes da edificação, e traduzida de forma mais “expressionista”<sup>229</sup>) e caminhando para a estar associada a um centro geométrico, mais que a um fulcro<sup>230</sup>. Como veremos, há nos Crúzios uma certa fidelidade ao percurso longitudinal, mesmo que temperada por dispositivos de centralidade (como o transepto) e de verticalização de espaços e volumes.

A Jerusalém celeste, igualmente, continua a ser um referente ideal, mas mais espelhado nas cidades propriamente ditas, no conjunto, que nos edifícios<sup>231</sup>, como o fora; por outro lado, a perda definitiva da posse da Jerusalém terrestre, em 1244, um longo período de entraves sequer à peregrinação e uma destruição de alguns dos seus atributos urbanos (as muralhas serão deliberadamente obliteradas em 1219 não sendo reconstruídas até 1536)<sup>232</sup>, ajudarão a tornar o arquétipo mais abstrato, mais estritamente dependente das Escrituras, e, em consonância com o espírito do tempo, mais *esquemático*.

No que toca a *protótipos*, a apuração da geografia das relações privilegiadas da Ordem neste intervalo (que vimos no ponto 5.2.3) carrega consigo algumas observações preliminares, até por comparação com o período anterior. A área central dessas relações – a faixa que se estende da Aquitânia à Provença – permanece, havendo mais mutações a registar nas regiões mais afastadas desse núcleo: desde logo a eclipsada Terra Santa, mas também uma alteração/retração dos contactos na península itálica e no Norte do hexágono gaulês. Como vimos, Roma será temporariamente substituída por Viterbo, e, após a mudança da Cúria para Avinhão, só Bolonha parecerá atrair os Crúzios a Itália; na atual França, Paris permanece, mas desaparecem indicações expressas de vínculos à Borgonha ou ao Maciço Central<sup>233</sup>, embora se reforcem os com o vale do Ródano e seja possível uma relação, nem que indireta, com a Normandia e o Passo de Calais. Igualmente alteradas mas discutivelmente fortalecidas são as referências ibéricas, nomeadamente com o aparecimento das migrações universitárias para Salamanca e Palência. Parece caso para se dizer que predominam as continuidades (e as perdas) sobre as inovações, mas

---

<sup>228</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 259; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 96.

<sup>229</sup> Em comparação com uma abóboda de volta perfeita, num vão igual, um abobadamento em ogiva não só atinge uma maior altura, como *exprime* uma maior verticalização, afunilando e fechando numa linha de festo.

<sup>230</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 99.

<sup>231</sup> Embora Paulo Pereira ainda o veja na Sé de Évora - “A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 42.

<sup>232</sup> Dan Bahat, *Historical Atlas of Jerusalem: an illustrated survey*, Jerusalém, Carta, 2013, pp. 58-60.

<sup>233</sup> Que não a conexão muito indireta através de Santo António...

o panorama das impressões arquitetônicas específicas que daí podem ter advindo comporta algumas evoluções.

É verdade que algumas cidades parecem não oferecer nenhuma imagem de mudança marcante – Salamanca, que já figurava no “radar” dos Regrantes, mantém a sua catedral românica como ícone<sup>234</sup> e os Estudos Gerais que os atraem ali não estão associados a edifícios próprios até ao século XV<sup>235</sup>. Por outro lado, alguns “novos” destinos oferecem imagens genericamente familiares: o edifício dominante, compacto e fortificado do palácio papal de Viterbo, erigido entre 1255-1266<sup>236</sup>;[fig.02] em Palência, a igreja canonical de San Miguel, duocentista e gótica, mas diretamente extramuros e na via de acesso principal, paralela ao rio, marcada por uma distinta torre-nártex<sup>237</sup>, contraposta à torre única da catedral;[fig.03] em Valence, se não conhecemos a arquitetura da canónica rufiniana que substituiu a de Avinhão à cabeça da Ordem, a sua localização é espelho da que a precedeu (suburbana, ao longo da estrada que acompanha o Ródano para a Sul)<sup>238</sup> e a cidade abriga uma catedral, Saint-Apollinaire, com uma torre-nártex axial, e uma segunda igreja, Saint-Jean-Baptiste, que tinha a mesma morfologia;[fig.05] em Vienne, igualmente, a prestigiosa igreja de Saint-Pierre, longamente panteão episcopal, estando dentro das muralhas mas junto a uma das suas portas, exhibe uma torre-nártex axial românica, articulada em arcaturas.[fig.06]

Outros locais, tanto os mais como os menos recentes na esfera de atenção dos Regrantes, mostram (ou podem ter sido lidos como mostrando) uma evolução conciliável com as visões prototípicas já estabilizadas daqueles.

Paris parecerá um dos lugares cimeiros da rutura com modelos anteriores, pelo novo modo gótico, entre a catedral de Notre-Dame, construída no essencial entre 1163 e 1250 e virtualmente terminada por 1320<sup>239</sup>, e o seu contraponto imediatamente a Oeste na ilha da Cité, a Sainte-Chapelle (1243-1248)<sup>240</sup>, já anunciando os caminhos do Gótico final. Atentemos, porém, que as instituições parisienses afins aos Crúzios – Saint-Germain-des-Prés, São Vítor e a Universidade, todas da margem esquerda do Sena – transmitem imagens arquitetônicas mais temperadas. Mais uma vez os *Studium* não teriam

---

<sup>234</sup> Fernando Chueca Goitia, *Historia de la arquitectura española*, Ávila, Diputación de Ávila, Fundación Cultural Santa Teresa, 2001, vol. I, p. 576.

<sup>235</sup> O que aliás é muito raro, em todas as Universidades, antes do século XIV (Aleksander Gieysztor, “Gestão e recursos”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, pp. 135-136).

<sup>236</sup> AAVV., *Storia dell'Arte Italiana*, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1983, vol. 5, p. 179.

<sup>237</sup> Em Palência, poderia ter chamado a atenção dos Crúzios a igreja dominicana de San Pablo, com as suas capelas absidais quadrangulares, similares à capela-mor de Santa Maria de Aguiar ou à de Santa Maria de Cárquere.[fig.04]

<sup>238</sup> AAVV., *L'Abbaye de Saint-Ruf, d'Avignon à Valence*, Valence, Service Ville d'Art et d'Histoire de Valence (agglô Sud Rhône – Alpes) e Musée des Beaux-Arts et d'Archéologie de Valence, 2010, p. 48 e segs.

<sup>239</sup> Erwin Panofsky, *Arquitectura gótica...*, *op. cit.*, pp. 80, 82 e 84.

<sup>240</sup> Erwin Panofsky, *idem*, p. 82; Bruno Klein, “Início e desenvolvimento da arquitectura gótica...”, *op. cit.*, p. 83.

concretização edificada distintiva<sup>241</sup>, mas é interessante verificar as características da transformação ocorrida nos dois cenóbios, que aliás permanecem exteriores à muralha de Filipe Augusto<sup>242</sup>, a Sul do rio: ambos manterão a sua torre-nártex românica axial, mesmo se os dois templos são amplamente renovados no estilo Gótico; Saint-Germain (em obra consagrada logo em 1163) manterá espacialmente a separação “romanizante” da capela-mor em relação à nave por muro cego<sup>243</sup>, [fig.07] e São Vitor edificará uma igreja sem transepto.<sup>[fig.08]</sup> Aliás, mesmo os dois monumentos cimeiros da *Île de la Cité* são edifícios de contorno compacto e contínuo, e a Sainte-Chapelle (mais facilmente vista como modelo a emular, sendo de iniciativa régia e abrigando relíquias extraordinárias – entre as quais parte da Santa Cruz<sup>244</sup>) com o seu desenvolvimento vertical em dois andares, sugere uma fachada turriforme, com tribuna, e não possui transepto.<sup>[fig.09]</sup>

Avinhão é também terreno de velhas relações e protótipos arquitetónicos que mudam, mas não contradizem essencialmente tradições anteriores. Já vimos, no capítulo anterior, que a segunda igreja românica de São Rufo, com cujas ruínas atualmente deparamos, tinha (ou mantinha) algumas características que reencontramos nos Crúzios, como as feições militares, a acentuação da nave central e a cabeceira tripartida; importará repetir que, ao contrário da catedral avinhonense (e do templo rufiniano original?) a nave e a cabeceira são agora interligadas por um transepto<sup>245</sup>. Na cidade, agora pontifícia, se a sede episcopal não muda, passa a ser flanqueada pelo gótico palácio dos papas, edifício compacto<sup>246</sup> e fortificado, cuja imagem claramente insiste nas múltiplas torres, e com algumas destacadas, nomeadamente de função residencial<sup>247</sup>. [fig.11]

No Languedoc surgirá provavelmente a arquitetura mendicante como tal, e mais uma vez o que poderia sugerir uma absoluta distanciação das matrizes edificatórias que os Regrantes tinham adotado, não se revela integralmente assim, numa análise mais aproximada: os criadores dessa arquitetura são os mais institucionais Dominicanos (e institucionalmente agostinhos e canonicais), e a sua arquitetura vai beber às mesmas tradições meridionais francesas que reconhecemos em Santa Cruz, como a nave única e a frequente ausência de transepto<sup>248</sup>; a catedral de Toulouse precede nesse caminho e no

---

<sup>241</sup> Colégio de La Sorbonne é de 1257, mas é caso único, e ainda é um sucedâneo muito próximo dos edifícios monásticos tradicionais (Rainer Christoph Schwinges, “Formação dos estudantes e vida estudantil”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, pp. 213-214).

<sup>242</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. I, p. 105.

<sup>243</sup> Alain Erlande-Brandenburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandenburg, *op. cit.*, p. 258.

<sup>244</sup> Refira-se que Pierre de Montereau, a quem se atribui por vezes a Sainte-Chapelle, trabalhou e foi enterrado em Saint-Germais-des-Prés (Erwin Panofsky, *Arquitectura gótica...*, *op. cit.*, p. 35).

<sup>245</sup> Esquema, de nave única, transepto e cabeceira tripartida, que também existe na catedral de Maguelone, igualmente ligada aos Crúzios.<sup>[fig.10]</sup>

<sup>246</sup> Mesmo se a sua massa parece mais articulada atualmente, lembremos que foi construído em duas fases, de dois conjuntos quadrangulares à volta de dois pátios, o *Palais Vieux*, de c. 1334 e a *Grande Cour*, iniciada a Sul por 1342: Alain Erlande-Brandenburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandenburg, *op. cit.*, p. 366, e Christian Freigang, “O Palácio dos Papas em Avinhão”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico...*, *op. cit.*, pp. 188-189.

<sup>247</sup> *A turris magna / tour des Anges* era a residência papal (*idem, ibidem*).

<sup>248</sup> Maria Adelaide d’Almeida Meireles, *A arquitectura gótica mendicante...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 80-81.

Gótico languedociano a igreja dos Jacobinos<sup>249</sup> (que é originalmente uma igreja de uma nave a que se acrescenta uma segunda<sup>250</sup>),<sup>[fig.12]</sup> e em Albi um bispo dominicano<sup>251</sup> construirá uma catedral de nave central e capelas laterais, volumetricamente compacta e encimada axialmente por uma torre fortificada, a partir de 1277<sup>252</sup>.<sup>[fig.13]</sup>

Finalmente, em Bolonha e talvez nas margens francesas do canal da Mancha, novas aproximações ao tema arquitetónico da torre devem ser tidas em consideração. A silhueta da cidade universitária italiana no século XIII começa a ser espetacularmente dominada pelas inúmeras torres pertencentes a outras tantas famílias em afirmação competitiva de prestígio<sup>253</sup>; um pouco como no palácio papal de Avinhão, as torres não só estão agora mais ligadas a essa afirmação que a uma função prática, como plasticamente são mais esguias, em acentuação da altura.<sup>[fig.14]</sup> Estabelecendo também uma relação entre torres e o destaque político-social, os *Beffrois* das cidades entre a Normandia e a Flandres (como Harfleur e Abbeville) simbolizam as liberdades comunais e evoluirão da matriz da torre de menagem maciça para torres-flecha, entre os séculos XIII e XIV-XV<sup>254</sup>.<sup>[fig.15]</sup>

## 5.4 | A fala arquitetónica crúzia

**5.4.1 Enunciados-tipo e estereótipo:** Apesar de aceitar uma diminuição relativa de ímpeto construtivo, em relação ao primeiro centénio, de crescimento, da Ordem, o que mais se verifica neste segundo século é, não a inexistência, mas o largo desconhecimento dos edifícios então realizados.

Santa Cruz de Coimbra parece ter poucas ou nenhuma intervenções<sup>255</sup>, que não alterações às capelas laterais da igreja, criando uma das primeiras capelas dedicadas a Santo António em 1263, e outras, talvez, para acolher e realçar o culto às relíquias dos Mártires de Marrocos<sup>256</sup>. Em São Vicente de Fora,

---

<sup>249</sup> Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *op. cit.*, p. 363.

<sup>250</sup> *Idem*, p. 367.

<sup>251</sup> Pierre Lelièvre, *L'architecture française*, *op. cit.*, p. 62; Maria Adelaide d'Almeida Meireles, *A arquitectura gótica mendicante...*, *op. cit.*, vol. I, p. 82.

<sup>252</sup> Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *op. cit.*, p. 365.

<sup>253</sup> Leonardo Benevolo, *História da cidade*, 3.ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1999, pp. 325-326, 334.

<sup>254</sup> UNESCO, "Beffrois de Belgique et de France", in *La liste du patrimoine mondial* [em linha] disponível em <http://whc.unesco.org/fr/list/943/> [consultado em 23-05-2013]; sobre a especificidade desta tipologia e sua evolução, ler também Adelbert L. J. Van de Walle, *Belgique Gothique - architecture, art monumentale*, "Histoire de l'Architecture en Belgique"/n.º 2, Bruxelas, Marc Vokaer, 1971, pp. 45-46.

<sup>255</sup> Lembremos que a igreja de Santa Cruz era ainda considerada suficientemente nova para ser sagrada em 1229, pelo cardeal João de Abbeville. É no entanto impossível que nos séculos XIII e XIV, e dada a prosperidade do mosteiro, não tenham ocorrido mais obras (como conclui Maria de Lurdes Craveiro, em *O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitetónicos*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte, Coimbra, edição da autora, 2002, vol. I, p. 32); talvez alguma verdade haja na afirmação de Nicolau de Santa Maria, que põe o prior D. Bartolomeu Domingues (1298-1304) a ampliar o cenóbio (*Chronica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668, livro IX, p. 233; ver também Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 49-50).

<sup>256</sup> Saul António Gomes, "As ordens mendicantes na Coimbra medieval...", *op. cit.*, p. 161; embora a alteração das capelas laterais para receber os Mártires de Marrocos, de que encontramos traços hoje, seja do século XV (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1982, p. 104).

como aliás noutros cenóbios, as obras iniciadas no período românico poderiam estar ainda em conclusão; talvez o referenciado claustro historiado fosse feito nesta altura<sup>257</sup>, e possivelmente obras menores e de captação das novas devoções mendicantes, mais uma vez: outra capela dedicada a Santo António, e a trasladação das ossadas de D.<sup>a</sup> Teresa Taveira, sua mãe, para o absidiolo Sul<sup>258</sup>.

No entanto, terão existido renovações importantes, pelo menos ao nível dos templos (mas não só), entre as canónicas mais ativas e influentes, como estabelecido no capítulo anterior: Grijó<sup>259</sup> e Moreira<sup>260</sup> terão construído novas igrejas, embora delas nada saibamos; Landim substituiu o seu claustro primitivo e há registo de obras que, como vimos, poderão ter afetado a igreja<sup>261</sup>; finalmente, em São Jorge, a referência já invocada de Nicolau de Santa Maria a uma igreja “original” de três naves, a ser merecedora de crédito, pode talvez ser de uma igreja *anterior* à que ele conheceu, sucessora gótica da original<sup>262</sup>.

Das novas filiações nos Regrantes, é possível que a colegiada de Arronches tenha tido uma torre, da mesma altura da atual, antes da renovação manuelina<sup>263</sup> (ou duas, se se aceitar que a torre do atual edifício da Câmara pode substituir uma do conjunto cenobítico<sup>264</sup>), assim como a igreja medieval de Santa Maria de Óbidos é descrita como tendo campanário, três naves abobadadas, coro alto, e cabeceira tripartida<sup>265</sup>.

Assim, com as cautelas devidas à fragmentaridade dos indícios, creio que é possível defender que o *estereótipo* anterior, do período românico, poderá não ter mudado substancialmente, mesmo se não

---

<sup>257</sup> Mesmo parecendo-me, como disse no capítulo anterior, mais provável que fosse românico, concordaria com outros exemplos coetâneos de feitura gótica, mas em que há capitéis historiados em claustros, como em Celas e Alcobaça (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 32).

<sup>258</sup> Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro VIII, cap. XII, p. 147; Paulo Almeida Fernandes, “*Hoc templum aedificavit Rex portugalliae Alphonsus I. o mosteiro medieval*”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 96.

<sup>259</sup> A nova igreja é sagrada em 1235 (IPPAR, *Património: balanço e perspectivas (2000-2006)*, Lisboa, Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 150; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p. 44); não a conhecermos é duplamente de lamentar uma vez que, pela posição hierárquica do mosteiro na Ordem, poderá ter sido um tipo que influenciaria cenóbios a Norte.

<sup>260</sup> No final do século XIII – José Augusto Maia Marques, “Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, p. 16; Aires Gomes Fernandes, *São Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no século XIV*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 2004, pp. 23, 30.

<sup>261</sup> António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, António Martins e Emília Nóvoa Faria, 2002, pp.41-44.

<sup>262</sup> Na torre sineira junto ao local da igreja ainda existem cachorros góticos inseridos na alvenaria, o que dá entender obras nessa época (Tânia Andrade Saraiva, em *O Mosteiro de São Jorge*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2000, p. 33).

<sup>263</sup> AAVV., *Igreja Matriz de Arronches*, op. cit., p. 13; Alexandre de Carvalho Costa, *Arronches – suas freguesias rurais: Esperança, Mosteiros (compilação do que se tem escrito a respeito da origem dos seus nomes)*, Viseu, Tipografia Guerra, 1984, p. 21.

<sup>264</sup> Partindo do princípio que a implantação Câmara corresponde à parte conventual (a Norte, como em Santa Cruz), pela importância das portas laterais; Alexandre de Carvalho Costa (*Arronches...*, op. cit., *ibidem*) sugere que torre da Câmara poderia ser herdeira de torre anterior, mas não há duas torres em Duarte de Armas (*idem*, pp. 16-17).<sup>[fig.16]</sup>

<sup>265</sup> João Trindade (ed.), *Memórias históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos: desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos*, 2.<sup>a</sup> ed., Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 2001, p. 110; Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas e administração concelhia – Óbidos medieval*, “Patrimónia Histórica – série dissertações”, Cascais, Patrimónia, 1997, pp. 91-93.

encontramos hoje nenhum *enunciado-tipo* que possa tê-lo consagrado neste momento – o que não quer dizer que não tenham existido. Essa continuidade tornaria aliás natural que se não tenha sentido grande necessidade de obras de fundo em mosteiros que tinham as possibilidades económicas para o fazer. Continuamos a encontrar implantações suburbanas (em São Cucufate, talvez em Tougues) e periurbanas (em Castelo Mendo, antes da ampliação dionisina das muralhas<sup>266</sup>, e, de certa forma, em Óbidos, relativamente ao castelo<sup>267</sup>);<sup>[fig.17,18]</sup> continuamos a encontrar feições fortificadas (em Mancelos, por exemplo<sup>268</sup>), reencontramos referências a torres, tanto únicas e frontais às igrejas, como talvez também associadas às dependências monásticas; os relatos de igrejas de três naves podem continuar a corresponder ao modelo de nave central privilegiada, secundada por capelas laterais comunicantes. Há, no entanto, duas mudanças possíveis de enunciação nesta matriz: no que diz respeito à utilização das torres, em geral, e na composição das frentes templares (e talvez de todo o conjunto cenobítico) em particular.

Cessam todos os registos a torres-nárteces frontais<sup>269</sup>. Em vez dessa formulação alegórica sintética, surgem vários elementos que decompõem os atributos que aquelas tinham tido. Numa derivação que já notáramos para exemplos tardios do intervalo antes analisado (nomeadamente em Crasto e talvez Vilarinho), surgem agora, associados, torres-campanário, nárteces-átrios e coros-tribunas, *vocábulos* elencados analiticamente, como na metodologia expositiva da Escolástica. Por outro lado, à oposição dialética da torre-nártex *versus* torre senhorial, sucede uma militarização da torre-campanário, concentrando toda a significação na leitura frontal e acentuando a mensagem do carácter aristocrático<sup>270</sup>. Morfologicamente, correspondendo ao espírito gótico e a imagens prototípicas como as torres bolonhesas, às massas continentais anteriores sucedem torres mais esguias, mais reduzidas à significação de eixos lineares verticais, praticamente sem espaço ou funcionalidade interior, concretizando um discurso que

---

<sup>266</sup> Amorim de Carvalho, *op. cit.*, pp. 42-45.

<sup>267</sup> Fatores estereotípicos de implantação são também a posição na continuidade da porta do Vale, então principal via de acesso (numa muralha de perímetro mais estreito que o atual, só alargado em 1370), e no seio de uma comunidade marginalizada, judaica, mas também de artifícios (Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas...*, *op. cit.*, pp. 23, 30-31, e *A região de Óbidos na época medieval: estudos*, "P.H. – Estudos e Documentos", Caldas da Rainha, Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994, pp. 21-23, 175).

<sup>268</sup> Mesmo que os merlões chanfrados da fachada possam ser mais tardios que esta cronologia, a torre garante essa feição. Em Mancelos também persiste o modelo e a elaboração das dependências vivenciais: a tripla abertura, anexa à igreja, embora já em arcos quebrados, repete modelo de sala capitular que víramos no Românico.

<sup>269</sup> Em apenas dois casos se podem aceitar sucedâneos da torre frontal axial: Telões, em que é figurada por um maciço turriforme, e São Cucufate, onde o "torreão" é pré-existente, parte da villa romana reocupada.

<sup>270</sup> Se aceitarmos a referida hipótese de em Arronches terem existido duas torres destacadas frontais, teremos também uma versão mais complexa dessa acentuação dos sinais na fachada de aproximação, num confronto análogo ao que vimos em Avinhão, entre a torre da catedral e a do palácio papal (em particular na sua primeira fase); Arronches deve, no entanto, preceder o palácio dos papas, que data do século XIV, embora substitua (e talvez incorpore?) palácio episcopal anterior (ver nota 246 deste capítulo); São Cucufate, embora se trate de um reaproveitamento, também acaba por ter dois "torreões" nos topos opostos da fachada frontal; por sua vez, São Pedro de Roriz, partindo da hipótese de a raiz das construções que compõem a atual Casa do Mosteiro, a Oeste da igreja, datarem do século XIV (o que Francisco Carvalho Correia aceita: *O mosteiro de Roriz*, "Guias do património cultural do Concelho de Santo Tirso"/2, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso e Museu Municipal Abade Pedrosa, 1997, pp. 9 e 28), e de a atual torre ser uma renovação dum volume de então, essa dicotomia frontal cumprir-se-ia.<sup>[fig.19]</sup>

privilegia o *conceito* sobre a *ideia*.<sup>[fig.20]</sup>

Seria ainda de referir a possibilidade da existência de um *subtipo*, como conclusão última da forma discursiva das “igrejas com nártex lateral” que analisámos no capítulo anterior, e que aqui tem corpo num edifício concreto: São Salvador de Paderne<sup>271</sup>. Acredito que a renovação de 1255 terá convertido a igreja<sup>272</sup>, de um templo com nártex setentrional, talvez apoiado em maciço turriforme<sup>273</sup>,<sup>[fig.21]</sup> num outro com cabeceira tripartida<sup>274</sup>, criando um transepto pela absorção do nártex e por expansão simétrica sobre o claustro,<sup>[fig.22]</sup> e contrapondo à abside desse nártex um espaço resultando talvez da apropriação duma sala capitular anterior<sup>275</sup>.<sup>[fig.23]</sup> Este modelo de nave única com coro alto (que demarca, através do contraforte lateral exterior, uma “secção frontal” do volume da nave), com transepto e ousia em três volumes, além de ser muito semelhante à segunda igreja de São Rufo de Avinhão, pode ter tido paralelo em Landim, se datarmos de meados de Duzentos os arcos laterais, a Leste da nave, e os interpretarmos como indicadores da existência ou projeto de equivalente transepto<sup>276</sup>.

**5.4.2 Repertórios interpretativos:** Se nenhum dos campos temáticos definidores da expressão crúzia se eclipsa, alguma da sua caracterização varia, assim como varia a relação de importância entre eles. Por outro lado, de forma mais ou menos subtil, os repertórios interpretativos dos Regrantes não encaixam tão completamente nos padrões de discurso dominantes nesta época – ou pelo menos naqueles que o tempo virá a confirmar como dominantes. Como já fomos vendo em diferentes pontos de vista, não se trata de uma situação de crise, ou de desadequação, mas são detetáveis retrações, e insistências, mesmo que com inovações na sua expressão, em opções conservadoras.

O augustinismo, como coordenada cultural geral, é agora sensivelmente menos importante, embora permaneça na Escolástica, e naquela de origem mendicante, nomeadamente através de Santo António,

---

<sup>271</sup> Cabe perguntar se a nova igreja de São Salvador de Grijó (que não conhecemos) terá tido algum papel tipológico na definição da de Paderne, que lhe é posterior; parece ser possível ter havido relações artísticas entre os dois cenóbios, pelo menos na tumulária, onde ambos os mosteiros são percursores dos figurinos góticos de jacentes, e também em cronologia sequencial: o túmulo de Afonso Sanches, de Grijó, terá sido feito em Coimbra, entre 1245 e 1269, e os dois jacentes de Paderne, agora no Museu Nacional Soares dos Reis, são de produção local e da passagem do século XIII ao XIV (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, pp. 218, 221).

<sup>272</sup> Já concluída ou em obras – lembremos as muitas obras suspensas devido às longas crises (ver nota 203 deste capítulo), como parece ser o caso de Roriz (Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral”, separata de *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, Impr. Portuguesa, 1982, pp. 20-25).

<sup>273</sup> Toda a parede do topo Norte do transepto tem pelo menos espessuras díspares e cicatrizes de transformações inacabadas.

<sup>274</sup> Agora com remates quadrangulares, como na arquitetura cisterciense bernardina e em certa arquitetura mendicante influenciada por ela, e nomeadamente peninsular, como a de San Pablo de Palência (ver nota 237 deste capítulo).

<sup>275</sup> Aceitando que o plano do cenóbio seria semelhante a Roriz, entre outros exemplos que vimos no capítulo anterior, e que perdura em Mancelos (ver nota 268 deste capítulo).

<sup>276</sup> E quiçá, como discutimos no capítulo anterior, de semelhante aglutinação de um nártex lateral.

como já verificámos. Santa Cruz, na formação que deu a António, demonstra a sua fidelidade ao seu patrono, à volta do qual poderão ter ainda mais cerrado fileiras com a emergência da rivalidade com os Eremitas de Santo Agostinho, a partir do início do século XIV, quanto à precedência da fundação das respetivas Ordens pelo Hiponense. Mas interpretação de Agostinho sofre nuances.

Os valores da Ordem e da Razão, que se traduzem esteticamente num pendor geométrico, permanecem, mas, pela influência aristotélica e tomista, e sob o Gótico, a *forma* como entidade platónica cede lugar à *estrutura*. Concomitante e consequente dessa translação, se o simbolismo não desaparece<sup>277</sup> a alegoria recua<sup>278</sup>. No delicado equilíbrio entre a Graça e o livre arbítrio da doutrina agostinha há agora (ortodoxamente em Aquino e hereticamente em entusiastas mais radicais de Aristóteles) uma maior abertura à possibilidade da evolução terrena para a salvação<sup>279</sup>, que espacialmente podem sustentar a transparência e o movimento ascensional que se acrescenta ao longitudinal, que é sensível em todo o Gótico e nos edifícios crúzios também.

Na cadeia de significações presentes no discurso crúzio, o canonicalismo é talvez o campo temático que mais se desvirtua, levando a uma paradoxal monaquização crescente<sup>280</sup> de um movimento que surgira como uma superação do monaquismo tradicional. Como reforma do modo de vida do clero secular e instituição de um novo clero regular, o canonicalismo recua em França<sup>281</sup> e Espanha<sup>282</sup>. De certa forma, os Dominicanos prosseguem o processo canonical, e como tal foram vistos, como cenobitas que são sacerdotes, como braço de intervenção da Igreja na sociedade, e sua força moralizadora, para além da sua ligação ao saber e, igualmente de forma ativa, ao ensino. Mas essa continuidade encerra mudanças: a sua capacidade interventiva já não é a autonomia dos institutos canónicos gregorianos e está espartilhada na centralização da Ordem e na subordinação à orientação direta da Santa Sé; a sua conceção da dignidade individual já não é a do equilíbrio ideal das necessidades, mas a da pobreza. Não aderindo a estas interpretações, os Crúzios tanto parecerão, por contraste, mais distantes da realidade

---

<sup>277</sup> São Tomás de Aquino ainda o vê, embora de forma realista, *in factis*, em eventos concretos que ocorrem porque Deus os faz acontecer, para significar algo (Umberto Eco, *Arte e Beleza...*, *op. cit.*, pp. 92-94).

<sup>278</sup> Em arquitetura, termina a mentalidade pan-semiótica do Românico, e um edifício fala agora de arquitetura, de tectónica, como diz Paulo Pereira em "A arquitectura (1250-1450)", *op. cit.*, pp. 49-50.

<sup>279</sup> Darrin McMahon, *op. cit.*, pp. 138-141.

<sup>280</sup> Armando Alberto Martins, aliás, deteta o fenómeno e como já tendo começado antes da reforma de 1129, e que aquela não conseguiu deter ("Regantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 268).

<sup>281</sup> Embora seja entre Provença e Languedoc, zonas com que Santa Cruz se relaciona, que mais resiste (Jean Becquet, "L'évolution des chapitres cathédraux: régularisations et sécularisations", *in* AAVV., *Le monde des chanoines...*, *op. cit.*, pp. 30-34).

<sup>282</sup> Quintin Aldea Vaquero, "canonigos regulares", *in* ALDEA VAQUERO, Quintin, MARIN MARTINEZ, Tomas, VIVES GATTEL, José (dir.), *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, Madrid, Instituto Enrique Florez – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1972, vol. I, p. 335; Miguel Calleja Puerta, "Los canónigos regulares en los reinos de León y Castilla", *in* GARCÍA DE CORTAZAR, José Angel, TEJA CASUSO, Ramón (cord.), *Entre el claustro y el mundo. Canonigos regulares y monjes premonstratenses en la Edad Media*, Aguilar de Campo, Fundación Santa María La Real – Centro de Estudios del Románico, 2009, p. 41.



social, como, por reação, poderão ter acentuado essa distância. Por outro lado, esse distanciamento, pela concorrência, facilita um desinvestimento em certas áreas; o assistencialismo não desaparecerá<sup>283</sup>, mas não é uma prioridade<sup>284</sup>, e não o encontramos nas novas fundações e adesões, assim como ali não encontramos canonicato feminino, outra área de iniciativa fulcral das Ordens mendicantes (e da cisterciense).

Sem a caução do projeto geral canonical, que estiola, o nacionalismo crúzio, que existia sob a forma do culto da vassalagem ao rei e duma visão militarista porque militante, reveste-se de aspetos de atavismo e ao mesmo tempo de paroxismo, e desemboca em contradições que só tenderão a crescer. A fidelidade ao monarca, constância numa época de mudanças e guerras civis, traduzir-se-á por legitimismos conservadores e em alinhamentos nacionais que colocam os Regrantes quase em oposição à Santa Sé (nem que seja pelo antigo conflito contra o clero regular episcopal), ao mesmo tempo que a crença na natureza dessa relação como de vassalagem hierárquica lhes torna difícil aceitar a centralização e estatização do poder real, e os coloca *de facto* em situação solidária com a nobreza. Tal como na nobreza, a aristocratização e um certo “romantismo” dominam a ação dos Cónegos Regrantes portugueses: o apostolado, a peregrinação e a cruzada, vias ativas para o enquadramento da construção do Reino de Deus, permanecem simbolicamente fortes no ensino, no culto de devoções novas e na presença fronteiriça (ou na glorificação do Salado, apesar da distância em relação a Afonso IV), mesmo se esse projeto se afasta cada vez mais, e se os Crúzios são cada vez mais afastados da condução do projeto do reino.

Em resumo, mantendo-se os vetores de interpretação que apurámos para o século de fundação da Ordem, há uma diluição (mesmo que não um enfraquecimento) do augustinismo com elementos exógenos, um recuo do canonicalismo, e um acirramento, paradoxal por vezes, do nacionalismo.

**5.4.3 Os enunciados:** As propriedades discerníveis no sistema da Ordem e da articulação entre os seus membros evidenciam uma continuidade em relação ao intervalo anterior e são legíveis nas opções de localização e implantação dos novos elementos que a integram, assim como na disposição arquitetónica dos cenóbios agostinhos.

Continua a não haver dúvida sobre a precedência do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que preside ao capítulo geral de 1229 e co-preside ao capítulo provincial de 1340, em conjunto com o abade de

---

<sup>283</sup> Ainda se destaca a nova (criada c. de 1264) e próspera albergaria de Poiães, que enriquece estavelmente pelo menos até 1322 (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp.422, 446), além da manutenção de albergarias e hospitais anteriores em vários mosteiros.

<sup>284</sup> José Mattoso, “O ideal de pobreza...”, op. cit., p. 664.

San Isidoro de León – mas apenas porque a reunião congregava cónegos regrantes portugueses, da metrópole de Braga, mas também espanhóis, das de Santiago, Toledo e Sevilha<sup>285</sup>. Ao mesmo tempo, internamente, parece ser o prior conimbricense a arbitrar disputas, mesmo relativamente a São Vicente de Fora, pelo menos no século XIII<sup>286</sup>. No entanto, a divisão de protagonismo com outros cenóbios, que já foi referida no capítulo anterior, parece mais traduzida em atos agora, pelo menos no que toca ao cenóbio olissiponense; se, entre 1128 e 1229, todas as novas fundações endógenas parecem emanar de Santa Cruz (e são largamente inferiores em número às fundações privadas), encontramos agora dois cenóbios que se deverão à iniciativa de São Vicente de Fora (Castelo Mendo e Vila de Frades), o que coloca esta canónica pelo menos em paridade com Santa Cruz, que funda por sua vez a colegiada de Arronches e refunda a de Óbidos (ou simplesmente a reforma, uma vez que esta já poderia existir<sup>287</sup>).

A categorização qualitativa das novas Casas, exposta na tabela n.º 1b, apesar da prudência exigida pela muito pequena amostra, sugere também outras conclusões: a quase universalidade de fundações serem de iniciativa *interna* regrante, mesmo que em sintonia com políticas régias<sup>288</sup>, e de serem fundações que são de investimento importante, estratégico/simbólico<sup>289</sup>. [fig.24]

Nestas circunstâncias, as novas canónicas seguem, até mais estritamente, o *estereótipo* estabelecido de localização (tabela n.º 2b), de que Santa Cruz e São Vicente de Fora eram concretizações exemplares: todas elas se relacionam com aglomerados urbanos<sup>290</sup> e existe uma relação gradativa entre as categorias qualitativas de envolvimento no projeto crúzio e as localizações – o único caso estritamente intraurbano é o mais claramente da categoria A (Arronches) e aquele mais suburbano é o de da categoria C (Tougues). É de notar que também agora os casos mais intraurbanos, e subordinados a uma alcáçova (embora não exatamente “em proximidade paçã”), são colegiadas. [fig.25,26]

Paralelamente, as implantações (tabela n.º 3b) são predominantemente em vales e a meia encosta. Claramente em Óbidos (a meia altitude da colina da vila, na encosta sobranceira ao Arnóia) e em Tougues (sobre o rio Ave e abaixo de uma elevação arborizada); aproximadamente em Castelo Mendo

---

<sup>285</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, pp. 509-510; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit., p. 272.

<sup>286</sup> Aires Gomes Fernandes deteta um conflito entre o mosteiro da Junqueira e um cónego de Mancelos, na década de 1250, arbitrado por Santa Cruz, e duas instâncias em que bulas papais encarregam o seu prior de aplicar decisões disciplinares em São Vicente de Fora, em 1265 e 1266 (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit., p. 274).

<sup>287</sup> Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas...*, op. cit., pp. 33-37, e *A região de Óbidos ...*, op. cit., p. 187.

<sup>288</sup> Não se documenta nenhuma adesão de cenóbios pré-existentes e apenas o caso duvidoso de uma fundação privada (São Vicente de Tougues).

<sup>289</sup> Todas urbanas e/ou fronteiriças, exceto, mais uma vez, São Vicente de Tougues.

<sup>290</sup> Mesmo no caso de Tougues, pela vizinhança de Vila do Conde; em São Cucufate, além da proximidade a populações que darão o desenvolvimento de Vila de Frades, está provada a relação direta e duradoura da canónica com a vida religiosa da vila (Abel de Moura, Teresa Cabrita e Vitor Serrão, *As pinturas murais...*, op. cit., ponto 1, p. 3.ª e 5.ª).

(certamente à cota intermédia na elevação onde a cidade se implanta, embora sem uma relação direta com o ribeiro de Cadelos, para onde desce a encosta oposta àquela em que se encontra, coroada pela alcáçova), e discutivelmente em Vila de Frades e Arronches – na topografia menos contrastada dos dois locais do Alentejo, os relevos associados aos cursos de água são de menor dimensão e não geram a distinção bio-cultural de *saltus* e *ager*, pelo que ambos os cenóbios, guardando uma distância relativa respetivamente à ribeira de Santiago e ao rio Caia, e procurando um local de visibilidade, acabam praticamente no topo de micro-elevações. As estradas continuam a ser o objeto físico mais frequentemente associado às implantações crúzias e há uma mais forte expressão de cruzamentos viários (pelo menos em Óbidos<sup>291</sup>, provavelmente em Arronches<sup>292</sup>) e atravessamentos fluviais (os atravessamentos do Caia em Arronches, a importante ponte d’Ave em Tougues), assim como de pontos de referência, quer naturais (as curvas pronunciadas do curso dos rios Ave e Caia, em Tougues e Arronches), quer construídos (os castelos em Óbidos e Castelo Mendo, e o próprio edifício pré-existente da villa romana de São Cucufate, em Vila de Frades), talvez porque, assim como acontecia antes nessa categoria, lidemos sobretudo com Casas de categorias qualitativas superiores.

Sabemos infelizmente muito pouco sobre a disposição arquitetónica específica deste grupo de canónicas, mas ainda assim o suficiente para detetarmos tanto algumas continuidades, como mudanças. Do lado da obediência aos traços do estereótipo anterior, São Cucufate pode ser descrito como tendo um torreão frontal e axial estruturado por arcaturas, uma volumetria definida e compacta, uma igreja integralmente abobadada e com uma clara filtragem entre o corpo e a abside; Santa Maria de Óbidos, por sua vez, poderia, tendo então três naves abobadadas, ter tido uma espacialidade estereotípica, e tinha certamente uma cabeceira tripartida. Ainda assim, em Vila de Frades estamos a falar do reaproveitamento de um edifício pré-existente<sup>293</sup> e em Óbidos só possuímos uma descrição muito genérica dum edifício que já não existe. É curioso também que, nos dois cenóbios construídos de raiz, Nossa Senhora da Assunção de Arronches e São Vicente de Castelo Mendo, haja um sinal de repetição do *tipo* arquitetónico do seu promotor: no primeiro as dependências conventuais poderiam ser a Norte da igreja como em Santa Cruz, no segundo a Sul, como em São Vicente de Fora<sup>294</sup>. Do lado da inovação, Óbidos e Arronches teriam tido

---

<sup>291</sup> Óbidos fica no encontro entre a estrada Lisboa-Leiria e a de Santarém-Rio Maior-Atouguia; além disso, o rio Arnóia seria navegável até ali, e, pela lagoa de Óbidos, talvez com acesso ao mar (ver capítulo III desta tese).

<sup>292</sup> Que ficava na estrada Portalegre-Elvas e era ponto de acesso a Espanha (ver capítulo III desta tese).

<sup>293</sup> O que não implica que não tenha havido opções (a espacialidade da igreja, sem alteração da estrutura parietal, foi mais tarde reformulada por ocupantes não confortáveis com o arranjo crúzio, transformando a entrada lateral em frontal e deslocando o altar-mor - Abel de Moura, Teresa Cabrita e Vítor Serrão, *As pinturas murais...*, *op. cit.*, ponto 1, p. 5.<sup>o</sup>) e que não pudesse ter havido alterações, caso houvesse incompatibilidades.

<sup>294</sup> Em Óbidos e São Cucufate as dependências conventuais parecem ter sido a Sul da igreja, mas esses casos lidariam, em menor ou maior grau, com situações anteriores; em Óbidos, onde só parece existir espaço para edifícios anexos a Sul, se a igreja descrita nas fontes históricas tem características góticas, e portanto seria fruto de renovação, a sua implantação deveria ter sido ditada pelo local já consagrado anteriormente.

uma torre lateral e não axial<sup>295</sup>, sendo a segunda com toda a certeza bastante verticalizada<sup>296</sup>; Óbidos também teve coro alto, sem a existência de torre-nártex. Em São Cucufate, finalmente, ao transformar o volume dos celeiros romanos na igreja, os Crúzios, optando pela abside semicircular para capela-mor (e pelo torreão para topo oposto) acabaram por funcionar num templo que teria duas “naves”<sup>297</sup>, em semelhança à igreja dominicana dos Jacobinos de Toulouse, e com possivelmente a mesma subdivisão funcional: a nave com entrada do exterior, pela porta lateral ogival então aberta, dedicada aos fiéis, e a nave anexa ao edifício e com acesso a partir dele, para os cónegos.<sup>[fig.27]</sup>

De qualquer forma, apesar de fragmentária, a amostragem total de conjuntos crúzios que seguramente sofreram alterações neste período eleva-se a 24 casos<sup>298</sup>, o que, num universo máximo de 47 canónicas, supera os 50%; aliás, nos cenóbios restantes não sabemos o que aconteceu, pelo que essa percentagem pode ser mais elevada ainda.

A atividade construtiva atestada compreende, é verdade, tanto finalizações de obras iniciadas anteriormente (em São Vicente de Fora<sup>299</sup>, Roriz<sup>300</sup> e Bravães<sup>301</sup>) e adição de elementos mais ou menos pontuais (do acrescento possível de torres em Vilarinho<sup>302</sup> e Folques<sup>303</sup> aos arcos ogivais no arco triunfal de Lordelo

---

<sup>295</sup> E creio que a descrição sumária nas fontes de que Óbidos tinha torre teria merecido outra clarificação se se tratasse de uma mais invulgar torre-nártex.

<sup>296</sup> Aceitando que atual torre de Arronches substitui torre anterior de igual altura (a que vemos em Duarte de Armas), e achando que a sua ligação deficiente ao templo manuelino é sinal que o precederia. É de notar que o campanário dos desenhos quinhentistas está representado à esquerda e não à direita da igreja, como se encontra hoje.<sup>[fig.16]</sup>

<sup>297</sup> Uma vez que existe ali uma feira de pilares centrais – mesmo se o abobadamento, espacialmente marcante, seja transversal e não longitudinal (o que até facilita a interpretação espacial adotada no século XVI, seguindo o eixo das abóbodas).

<sup>298</sup> Além dos 21 exemplos analisados na tabela n.º 4b, sabemos também que houve obras em Grijó e Moreira, e que em São Salvador de Valdreu terão existido arcos ogivais, de acordo com Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. 1, p. 312, e com Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1995, p. 386; adicionalmente, ainda subsistem em Valdreu modinaturas protogóticas (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, *op. cit.*, p. 101).

<sup>299</sup> Manuel Luís Real coloca as obras no terceiro quartel do século XII (“O Convento Românico de S. Vicente de Fora”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 2, Março, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, p. 15), mas só deverão ter sido completadas na centúria seguinte (Paulo Almeida Fernandes, “*Hoc templum aedificavit...*”, *op. cit.*, p. 86).

<sup>300</sup> Terão terminado pelo último quartel de Duzentos, mas em obras iniciadas c. 1185 (Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz...”, *op. cit.*, pp. 12-25).

<sup>301</sup> A conclusão dos trabalhos será na primeira metade do século XIII (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “A igreja românica de Bravães” in AAVV., *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, actas do Seminário “Da Terra da Nóbrega ao concelho de Ponte da Barca”, vol. 2, Ponte da Barca, Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 16, 20), cronologia mais comprovada pela rosácea já gótica (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, p. 16, e *O Gótico*, *op. cit.*, p. 31).

<sup>302</sup> Como foi discutido no capítulo anterior, a datação da torre é incerta, e, pela fotografia de Marques Abreu (Joaquim de Vasconcellos, *Arte Românica em Portugal*, 2.ª ed., fac-símile à de 1914, Lisboa, D. Quixote, 1992, p. 14 das estampas), a sua silhueta estreita seria plausível no período que agora analisamos.

<sup>303</sup> Como vimos no capítulo anterior, em texto sobre obras a fazer, de 1479, diz-se que se fará campanário “de novo” e alpendre “onde suhia estar a galilee” (Augusto Nunes Pereira, “O mosteiro de S. Pedro de Folques”, in AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 173); contando que Regina Anacleto só parece aceitar que existiria a galilé/nártex no século XII (*Arganil*, “Cidades e vilas de Portugal”/21, Lisboa, Presença, 1996, p. 76), mas sobretudo porque a distinção entre os dois elementos se integra melhor, como temos vindo a ver, neste período ou em cronologias tardias do anterior, é aceitável que torre seja só agora construída, e renovada em 1479.

e em portal de Valdreu<sup>304</sup>), como renovações importantes (em Paderne, Muía<sup>305</sup>, Landim<sup>306</sup>, Freixo<sup>307</sup>, Cárquere<sup>308</sup>, Souto<sup>309</sup> e talvez Rio Covo<sup>310</sup> e São Jorge) ou mesmo edifícios de raiz (integralmente em Arronches e Castelo Mendo e aparentemente também em Óbidos e Mancelos<sup>311</sup>; pelo menos no que toca à igreja em Ribas<sup>312</sup>, Telões<sup>313</sup>, Moreira e Grijó). Mas é notório que há bastantes obras de relevo, e que estas se aproximam de um terço do *corpus* crúzio de então. Longe, novamente, de um panorama de crise.

Percorrendo as unidades de registo em que decomposemos a análise, de forma aproximada ao capítulo anterior, e começando pela sequência ternária de orações (abordagem, corpo, ousia) que compõem as igrejas, podemos verificar ainda assim o que permanece, o que se altera, o que surge de novo.

No interface de aproximação, desaparecida a formulação una da torre-nártex, há uma articulação de preposições distintas: 8 torres-campanário (e 2 maciços turriformes), 4 nártexes e 5 coros altos serão desta época, e existem 7 coocorrências de pelo menos dois desses elementos, assim como pelo menos 2 casos, os de Muía e Mancelos, em que plausivelmente (pela existência de apoios para coro alto) encontraríamos os três conjugados<sup>314</sup>.<sup>[fig.28]</sup> As torres-campanário, em particular, têm um aspeto fortificado em pelo menos 3 exemplos (sendo que desconhecemos o aspeto original, parcial ou totalmente, da

---

<sup>304</sup> Ver nota 298 deste capítulo.

<sup>305</sup> Como vimos no capítulo anterior, a igreja de Santa Maria de Vila Nova de Muía foi concluída (ou alterada) em cronologia da segunda metade do século XIII, e, embora a fachada atual e o remate da torre sineira sejam do século XVI, a base desta, em pedra bem diferenciada, deverá ser anterior e de Duzentos, datação que concorda com o seu perfil estreito e colocação lateral.

<sup>306</sup> Haverá reconstrução do cenóbio em meados do século XIII: alteamento da igreja, abobadamento da capela-mor e substituição do claustro (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *op. cit.*, pp. 41-44).

<sup>307</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida aceita-o como iniciado no século XII, mas só terminado no seguinte, e sendo a torre de Trezentos (*O Românico, op. cit.*, p. 124; *O Gótico, op. cit.*, p. 26).

<sup>308</sup> Pelo menos a capela-mor e capela funerária dos Senhores de Resende serão de passagem entre XIII e XIV (Vergílio Correia *apud* Augusto Dias, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Beira e Douro, 1976, pp. 19-24).

<sup>309</sup> Houve renovações da enfermaria e da adega por volta de 1328 – João Gomes de Oliveira Guimarães, “Documentos inéditos dos séculos XII-XV – Mosteiro do Souto”, in CASTRO, Domingos Leite de (dir.), *Revista de Guimarães*, vol. XII, n.º 4, Outubro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1895, p. 150; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1978, vol. II, p. 271; António Augusto Ferreira da Cruz, “O mosteiro de Souto: um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da Terra e do Homem”, separata das actas *Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada*, vol. 3, Guimarães, s.e., 1981, p. 96. Pelo menos a capela-mor da igreja será também do século XIV (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, p. 33).

<sup>310</sup> Pelo menos no único troço que nos resta, a capela-mor, os modilhões são muito tardios, da segunda metade de Duzentos (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho, op. cit.*, vol. II, p. 263).

<sup>311</sup> Uma vez que as edificações ali são datáveis de entre os séculos XIII e XIV (*idem*, vol. II, p. 233).

<sup>312</sup> Construída na segunda metade do século XIII (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, p. 124), de acordo com uma Inscrição no local que refere 1269, mas devendo ser a substituição da igreja que existia pelo menos em 1220: ler Lúcia Maria Cardoso Rosas (cord.), *Rota do Românico*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014, vol. 1, p. 429.

<sup>313</sup> A igreja é talvez da segunda metade do século XIII (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho, op. cit.*, vol. II, p. 273), e tem pelo menos elementos seguramente ducentistas, como o portal com elementos góticos e os capitéis do arco triunfal, muito tardios (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, p. 124).

<sup>314</sup> Em Mancelos, único caso de nártex deste período de que conhecemos a configuração, parece detetar-se uma maior abertura em relação ao exterior, e portanto uma *gradação* em relação ao interior.

maioria das torres registadas), e são claramente verticalizadas em 4<sup>315</sup>; note-se que as torres que ainda parecem conter espaço interior utilizável (Mancelos e Freixo) são as únicas que se localizam na ligação entre as igrejas e as dependências conventuais e não do lado oposto, externo.<sup>[fig.29]</sup>

Nos corpos eclesiais, é possível que o sistema basilical transformado se tenha mantido (em São Jorge e Óbidos) e associado ao abobadamento (pelo menos em Óbidos); igrejas de menores dimensões, como Paderne<sup>316</sup>, podem ter sido planeadas em algum momento para serem igualmente abobadadas. Como sinal de mudança é preciso salientar uma verticalização das naves em obras anteriormente iniciadas (em Roriz, Bravães e Landim) e um carácter vertical em edifícios iniciados ou reformados então – pelo menos em Mancelos e Paderne – ainda que todos eles permaneçam estilisticamente devedores do Românico.<sup>[fig.30]</sup> Essa verticalidade parece alterar a composição e subdivisão vertical das naves. Onde antes a separação de naturezas entre *alto* e *baixo* era feita por frisos, quer onde existia abobadamento (separação parede e “teto celeste”) quer em cobertura de madeira (separação entre zona de portas/pessoas e zona de janelas/luz), poderá existir agora uma ótica mais “construtiva” e verista: em São Salvador de Paderne, embora de forma incompleta (inacabada ou alterada), o friso horizontal que divide os panos murais da nave prolonga a imposta dos colunelos das frestas e aparece ao mesmo nível no interior como no exterior<sup>317</sup>, e aqui entroncando na cornija que sobrepuja o portal transeptal;<sup>[fig.31]</sup> em Bravães, templo undecentista terminado na centúria seguinte, as janelas assentam interiormente sobre um friso mais antigo, mas um segundo friso superior (e previsivelmente posterior), que na parede fundeira separa o arco triunfal românico da rosácea já gótica, está colocado á cota exata das impostas da fenestração da nave<sup>318</sup>. Assim, onde antes o friso era uma fronteira qualitativa, uma ideia abstrata, pode ter-se tornado numa explicação estrutural, como uma cornija que corre sobre elementos de apoio, e concordantemente tanto na face interna como externa. Infelizmente, não existe mais nenhuma igreja crúzia desta cronologia onde encontremos paredes interiores e fenestrações intactas que permitam alicerçar melhor esta hipótese, e quase o mesmo se pode dizer para exemplares de outras filiações – refira-se, no entanto, que pelo menos em Fonte Arcada<sup>319</sup> os vãos laterais continuam a pousar sobre o

---

<sup>315</sup> E talvez em cinco, se a torre de São Jorge, que integra elementos góticos mas tem remates muito posteriores, for na sua estrutura também deste período.

<sup>316</sup> Onde existem meias colunas interiores junto ao transepto, e um aparentemente excessivo contraforte de suporte ao coro alto; em Telões, também, pelo menos a capela-mor deverá ter sido projetada para ser coberta por abóboda, pelos contrafortes que exhibe (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, op. cit., vol. II, p. 273), enquanto que em Freixo de Baixo, o contraforte na parede Norte da nave permite suspeitar de similares planos não realizados.

<sup>317</sup> As janelas da nave de Paderne são bifrontes, o que é raro no Românico.

<sup>318</sup> Similar friso-arquitrave existe também na torre-campanário de São Salvador de Freixo de Baixo, e parece ter existido na cabeceira de São Salvador do Banho, um mosteiro que é atribuído à primeira metade do século XIII – Mário Jorge Barroca, Francisco Gaspar Almeida Lopes, António Joaquim Cardoso Morais, “Estações e monumentos: o mosteiro do Banho (Vila Cova, Barcelos)”, in JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*, n.º 5, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Junho de 1982, pp. 77-78 – mas onde as ruínas sobreviventes são demasiado fragmentares para qualquer grau de certeza.

<sup>319</sup> Igreja ducentista, e em obras pelo menos ainda em 1257 (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, op. cit., p. 110).

friso horizontal, não o interrompendo<sup>320</sup>.

O transepto (presente em Paderne, possível em Landim), que nunca encontramos confirmadamente antes, pode bem ser o elemento espacial mais inovador no panorama deste intervalo.

Nas cabeceiras, permanece consistentemente a separação da capela-mor em relação ao corpo da igreja (em pelo menos 6 casos), e parece consagrar-se a opção pelas capelas absidais retangulares – não há nenhuma abside semicircular conhecida, que não a de Vila de Frades, pré-existente.

Enfim, no que toca aos edifícios vivenciais, os poucos indícios de que dispomos parecem falar igualmente de continuidades: as implantações de Souto, Landim, Mancelos e Freixo devem indicar corpos compactos (e ortogonais pelo menos nos três últimos casos); o claustro de Freixo deverá ter sido quadrangular e com arcadas de pedra<sup>321</sup>, e em Mancelos as triplas aberturas (embora ogivais) do compartimento imediatamente a Sul da parede da nave – por conseguinte uma sala capitular – revelam um continuado modelo formal e um cuidado de estruturação dos espaços funcionais dos cenóbios;<sup>[fig.32]</sup> pelo menos em Mancelos também, o ostensivo ameiamento de torre, nártex e corpo da igreja prenuncia que o mesmo teria facilmente acontecido com as dependências conventuais.<sup>[fig.33]</sup>

Olhando enfim para as dimensões estilísticas/temáticas do discurso arquitetónico perceptível nesta amostra, mesmo que incompleta, parece possível afirmar-se que há uma tensão entre dizer coisas antigas com linguagem nova e dizer coisas novas com modos antigos. Na primeira vertente encontramos a enunciação decomposta do papel de *anúncio* e *filtro* das fachadas templares, assim como a metaforização do aspeto fortificado dos edifícios, com as suas torres mais esbeltas e o uso expresso de ameias e a sua eleição para constituir a imagem frontal dos cenóbios, acentuando a mensagem de senhorialidade e da relação com a autoridade (mais “castelo” e menos “cidade ideal”), afinal o traço distintivo dos Crúzios em relação aos novos movimentos mendicantes, em especial os franciscanos. Na segunda, um inovador espaço articulado e transparente (cabeceira, transepto, nave, coro alto e subcoro/átrio) é escrito por uma estrutura mais parietal que esquelética, e surge a ambição de verticalidade, mas contida em volumes opacos<sup>322</sup>. Assim, se é evidente uma abertura à novidade, existe sempre, a algum nível, uma insistência nas permanências. Nada de anómalo numa época que política, cultural e

---

<sup>320</sup> Esta colocação do friso em relação aos vãos é aliás bastante rara no nosso Românico em geral, onde o único exemplo de friso usado como “arquitrave” que conheço é na Sé Velha de Coimbra e apenas nas capelas absidais.

<sup>321</sup> Claustro que Carlos Alberto Ferreira de Almeida aceita como do período da construção da igreja (*O Românico, op. cit.*, p. 124), e que Francisco Xavier da Serra Craesbeeck ainda terá visto de pé em 1726 (*Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. I, pp. 358-359).

<sup>322</sup> A capela-mor de Cárquere é a exceção (em estrutura e luminosidade) o que tanto mais a torna uma possível adição, sujeita a concepções alheias às da Ordem, e talvez devida aos Resendes como padroeiros impositivos – que ali instalaram o seu panteão e que lhe parecem ter usurpado o senhorio territorial (ver notas 117 e 308 deste capítulo).<sup>[fig.34]</sup>

artisticamente as cultivou, num estilo que carregou em geral muitas heranças do Românico, e não menos em Portugal, onde até o modelo mais “moderno” das igrejas mendicantes urbanas radica numa matriz anterior, como já analisámos. Social e culturalmente, as solidariedades e identificações dos Regrantes são conservadoras ou pelo menos evolutivas, e a sua expressão arquitetónica percorre as gradações dessa sensibilidade. Diria que encontramos três níveis, sucedendo-se no tempo: a continuidade, a resistência e a recuperação. Em Roriz, em Bravães, em Vilarinho ou em Muía, conjuntos românicos são rematados ou intervencionados respeitando o existente, mesmo que com aberturas precoces a novas formas. Em Ribas (e talvez Lordelo e Valdreu), edifica-se de novo, mas de forma arreigadamente românica, mesmo que existam “motivos” góticos isolados – as ogivas, nomeadamente.<sup>[fig.35]</sup> Finalmente, há manifestações que buscam mesmo feições românicas cujo uso fora interrompido. Na tardia igreja de Telões, o maciço turriforme frontal e axial deverá ser uma recuperação deliberada (não há nenhum elo de ligação que lhe estabeleça uma genealogia de continuidade);<sup>[fig.36]</sup> em Mancelos, para cronologia similar, a torre em volume “gordo” (e mesmo a excessiva utilização decorativa de merlões<sup>323</sup>) sugere uma faceta quase “romântica”; em Freixo, outra torre<sup>324</sup>, ainda mais notoriamente compacta, sem quebra da silhueta sequer por ameias, é sublinhadamente uma expressão em contraciclo (geral e da Ordem); finalmente, a cachorrada da ousia de Souto, combinada com arquinhos sob cornija, corresponde a um retorno à escultura iconográfica (após a tendência do Românico final para reduzir os cachorros a volumes com chanfros retos ou côncavos, lisos), típica do século XIV, mas para a qual contribui uma “recordação românica”, nas palavras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>325</sup>.<sup>[fig.37]</sup>

Estes serão os factos linguísticos e o seu espírito, mas cabe ainda acrescentar algumas palavras sobre o registo do discurso neste intervalo. Embora a Retórica permaneça uma espécie de ciência condutora da sua estruturação – como até ao fim da vida da Ordem – as flutuações da perceção da Retórica no tempo são relevantes. O lugar de predominância no *trivium* de que tinha gozado na Alta Idade Média (sendo portanto o nível mais alto antes da abordagem da Filosofia/Teologia<sup>326</sup>) é gradualmente tomado, primeiro

---

<sup>323</sup> Recorde-se, ainda assim, que estes merlões chanfrados, podem ser posteriores (ver nota 268 deste capítulo).

<sup>324</sup> A que Carlos Alberto Ferreira de Almeida chama “arcaizante” (*O Românico*, *op. cit.*, p. 124).

<sup>325</sup> Que usa o exemplo de Souto para falar do fenómeno (*O Gótico*, *op. cit.*, p. 33); cfr. com o que escreve sobre recuperação trecentista da *drôlerie* na escultura, mas sem laços de revivalismo estético-temático (*idem*, p. 32); sobre esta flutuação de moda, ler também o mesmo autor em “O Românico”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 3, p. 43. Em Roriz, também, só na última fase de construção, de fins de Duzentos, se encontra escultura figurativa (Manuel Luís Real e Pedro de Sá, “O mosteiro de Roriz...”, *op. cit.*, p. 25).

<sup>326</sup> Maria Tereza Carrasco Salvador Gonçalves dos Santos, *As artes liberais e a natureza do ensino em Santo Agostinho*, dissertação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica no Departamento de Pedagogia e Educação apresentada à Universidade de Évora, Évora, edição da autora, 1991, pp. 69-70.



pela Gramática e depois pela Dialética<sup>327</sup>, isto é, por inclinações metalinguísticas<sup>328</sup> e de mecânica do raciocínio<sup>329</sup>. Este contexto, que é o da Escolástica, é o da citação de autoridades e harmonização de teses (isto é, de processos dialéticos) e da enumeração/itemização e explicação (metalinguicização, portanto). Já vimos que Santa Cruz é sensível a estas evoluções culturais, tão centradas nos conceitos da linguagem; em arquitetura também, verificámos como a decomposição em termos, apresentados de forma auto-explicativa (a torre-eixo vertical, o nártex-alpendre aberto, o coro-plataforma sobranceira) e enumerados, colocados em contiguidade (quer os elementos volumétricos associados à entrada eclesial, quer os subespaços no seu interior, mais frequentemente transparentes entre si, mesmo no caso das capelas-mor). De qualquer forma, numa evolução geral do Gótico que conduzirá a um espaço isotrópico (nas *Hallenkirchen*), análogo a um modo textual descritivo<sup>330</sup>, os Crúzios permanecem fiéis a alguns *topoi* da narrativa, quanto mais não for uma estruturação por sequência, por fio de *episódios*; essa sequência parece mais frequentemente em assíndeto (na abertura do nártex, no coro/subcoro sem separação da nave, na abertura de certas capelas-mor), mas sinais de acentuação das quebras entre os elementos em sucessão permanecem (a manutenção de tímpano no portal ocidental em Ribas, os arcos-diafragma no cruzeiro, em Paderne, o arco triunfal estruturado como um portal, com colunelos e arquivoltas, em Ribas). Essa fidelidade a resquícios de narração<sup>331</sup>, de unidirecionalidade, de condução do observador, na igreja como no claustro, faz parte da fidelidade à perspectiva retórica e às suas dimensões características – neste caso ao *logos*; a inclinação da arquitetura crúzia para retornar a recursos de ilustração (como a escultura figurativa) e de citação ornamental (como certos dispositivos militares “cenográficos”<sup>332</sup>) cai também no campo do *pathos*. Por último, e sintomaticamente, a preferência pelas torres (numa altura em que estas estão em recuo de favor) e a sua apresentação como fortificadas e dominando a abordagem dos edifícios, é até um reforço claro do *ethos*, da posição de credibilidade do orador/emissor, assim descrito como “forte”, talvez “aristocrático”, ou mesmo “tradicional”.

---

<sup>327</sup> Roberto Acizelo de Souza, “Retórica”, in CEIA, Carlos (dir.), *E-Dicionário de termos literários*, [em linha] disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/> [consultado em 14-06-2013].

<sup>328</sup> Ivete Walty e Maria Zilda Ferreira Cury, “Metalinguagem”, *idem*.

<sup>329</sup> Carlos Ceia, “Dialéctica (da Literatura)”, *idem*.

<sup>330</sup> Que se consagrará na arquitetura do Renascimento, como analisaremos mais tarde.

<sup>331</sup> Embora, em rigor, também se leia, mesmo que de forma mais residual, na diferença corpo-cabeceira da arquitetura eclesial mendicante.

<sup>332</sup> Note-se, a propósito disto, que há uma possibilidade de o remate da torre-nártex de São Vicente, que lhe terá dado uma feição mais militarizada (algo dissonante do estereótipo do intervalo anterior), ter sido concluído apenas nesta altura, com o remate das obras no mosteiro (ver nota 299 deste capítulo).

## 5.5 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1229 e 1340

**5.5.1 Contrapontos e repercussões:** No mapeamento de textos arquitetónicos arquetípicos e prototípicos e na procura das escolhas do seu cruzamento intertextual, no discurso crúzio, encontramos, internacional como nacionalmente, referências que sustentam uma tendência para a continuidade relativamente a práticas anteriores, mas também para usos novos, ou variações de modo em usos antigos.

Entre outras proveniências, do Midi francês e da arquitetura cisterciense poderão os Regrantes<sup>333</sup> ter continuado a receber largas contribuições – a preferência pela nave única (ou pela acentuação da nave principal) e para a manipulação de massas parietais no primeiro caso, a utilização de capelas absidais quadrangulares e de arcos-diafragma, assim como a tendência para uma fortificação, em particular da entrada, no segundo – e, em específico, não é impossível que a igreja-mãe dos Dominicanos, em Toulouse, e a renovada abacial rufiniana de Avinhão tenham informado as conceções de espaço originais que encontramos aplicadas em São Cucufate ou Paderne. Lugares obviamente importantes no universo dos valores de Santa Cruz, como a sede pontifícia avinhonense ou a Bolonha universitária, podem ter contribuído para uma manutenção do interesse pelos volumes torreados, bem como a inflexão no seu tratamento morfológico como formas verticalizadas e militarizadas.

Não havendo portanto sinais ainda de um “isolamento regional”<sup>334</sup>, creio que é agora mais notório que a arquitetura se move em maior conformidade com o panorama português coetâneo. Embora desconheçamos precisamente as edificações que previsivelmente seriam de maior investimento simbólico crúzio (e as mais urbanas), naquelas que podemos analisar, do relativamente precoce salto para o Protogótico, na década de 50 do século XIII, às realizações em “Românico de resistência”<sup>335</sup>, ao longo do século XIV, pesem embora algumas variações qualitativas, há semelhanças espaciais e estilísticas que lhe dão um razoável ar de família no contexto nacional. Mesmo na relação com Cister, é mais fácil compreender *na prática* a solução de uso de arcos-diafragma de Paderne, ou a capela-mor quadrangular e alinhada com as dependências conventuais de Cárquere olhando para uma construção

---

<sup>333</sup> E também as Ordens Mendicantes (em geral como em Portugal), com a sua primeira expansão ativa naquela zona e tendo como referente de contenção edificatória os bernardinos - logo moldando o nosso primeiro Gótico, *mendicante*.

<sup>334</sup> Como quer ver Armando Alberto Martins (*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, op. cit.*, t. I, p. 391); embora, como veremos, a tendência lá esteja e se venha a concretizar mais tarde.

<sup>335</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida usa como equivalentes as classificações “românico final” e “protogótico”, falando nomeadamente de Paderne, datável de c. 1255 (*O Românico, op. cit.*, pp. 88-89), mas utiliza a denominação “românico de resistência” para falar de obras mais tardias (por exemplo, a matriz de Valença do Minho, de 1276 - *idem*, p. 91); é nesse espírito que as utilizo, não me revendo além disso na interpretação de rutura e antagonismo que Pedro Dias e Paulo Pereira vêm entre Românico e Gótico (ver nota 211 deste capítulo), como já discuti no ponto 5.3.2.

fortemente local como Santa Maria de Aguiar<sup>336</sup>, do que o *tour de force* internacionalista de Alcobaça, e ainda menos em Claraval III ou Pontigny.

De qualquer forma, do cruzamento dessas leituras e a evolução duma certa personalidade arquitetónica anteriormente estabelecida, emergem algumas originalidades, sincronicamente e diacronicamente, que é preciso salientar. Se esquecermos fenómenos relativamente limitados como o uso do transepto em Paderne, a principal característica discursiva que estabelece um novo (ou atualizado) padrão entre os Regrantes – e nunca se encontra com as mesmas propriedades sintáticas na arquitetura coetânea – é a já analisada forma de tratar a abordagem frontal dos cenóbios, estruturando ao mesmo tempo a filtragem entre exterior e interior. Estranhos à Ordem, três casos apenas, já referidos no capítulo anterior, parecem aproximar-se agora desta “assinatura” crúzia<sup>337</sup>: Santa Maria de Abade de Neiva, São Martinho de Manhente e São Salvador de Travanca. Além de torres, existiram nárteces em Abade de Neiva<sup>338</sup> e Travanca<sup>339</sup>, mas em qualquer dos três edifícios as torres não estão fisicamente ligadas nem à igreja nem o estariam ao nártex: em Travanca o volume da torre é isento, em Manhente estaria ligado às dependências monásticas, mas separado e precedendo a igreja, e em Abade de Neiva a torre está desalinhada daquela e separada por um troço de muro com um portal (que dificilmente o nártex cobriria); a torre em Manhente, do século XIII<sup>340</sup>, é posterior à igreja, e a de Abade de Neiva será quatrocentista<sup>341</sup>, cronologias em que em Santa Cruz já não encontramos torres residenciais, e em nenhum destes casos não crúzios houve coro alto, neste período.

Precisamente dessa prática diferenciadora derivarão as influências que os Crúzios poderão ter tido no panorama arquitetónico de então.

Seguramente, e seguindo a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>342</sup>, considero altamente provável que a adoção do coro alto na arquitetura portuguesa a partir do Gótico tenha que ser explicada recorrendo às obras regrantes, como um dos produtos da decomposição da torre-nártex. Não sendo

---

<sup>336</sup> Mesmo se esta obra em particular poucos laços diretos parecerá ter com Santa Cruz; eles existem, no entanto: o Ribacôa fora e continua a ser uma área de interesse dos Crúzios, e o mosteiro de Aguiar não só tinha estado sujeito a Ciudad Rodrigo, como Santa Cruz de Cortes, como possuía terrenos em Castelo Mendo (“Igreja e Mosteiro de Santa Maria de Aguiar”, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico, op. cit.*); no capítulo seguinte veremos, aliás, que outros contactos futuros haverá.

<sup>337</sup> Entradas da igreja/mosteiro marcadas por nártex e torre associados existiam já antes, quase certamente em Crasto e talvez Bravães e Costa, e aparecerão agora em Muía, Vilarinho, Telões, Freixo, Mancelos e Folques; destes, em Mancelos e Muía possivelmente também haveria coro alto, a julgar pelos suportes existentes.

<sup>338</sup> Pelo menos até 1732 (“Igreja Paroquial de Abade de Neiva / Igreja de Santa Maria / Igreja de Santa Maria do Abade de Neiva”, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico, op. cit.*).

<sup>339</sup> Demolido no século XVII (“Mosteiro de São Salvador de Travanca / Igreja Paroquial de Travanca / Igreja do Divino Salvador”, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico, op. cit.*).

<sup>340</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico, op. cit.*, p. 80 (e, *apud*, “Igreja e Torre de Manhente / Mosteiro de Manhente”, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico, op. cit.*).

<sup>341</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho, op. cit.*, vol. II, p. 174.

<sup>342</sup> Ver nota 26 deste capítulo.

certamente uma configuração rara no panorama europeu<sup>343</sup>, a sua função de definir um local fisicamente separado reservado ao clero, foi, antes do concílio de Trento, preferencialmente cumprida noutras áreas da igreja: isolando o transepto e/ou a abside (nomeadamente em França, por meio dos jubéus) ou delimitando uma área da nave junto ao transepto (como foi mais comum em Espanha)<sup>344</sup>; no que toca aos Mendicantes, pelo menos os Dominicanos (mais tradicionalmente clericais), a separação leigos/frades foi conseguida pelo uso de duas naves paralelas (em Toulouse, Paris, Agen) ou isolando a capela-mor (como em Ratisbona e Guebwiller, e nesta última recorrendo mesmo a um jubéu)<sup>345</sup>. Em Portugal, a opacidade entre nave e cabeceira não parece ter sido cultivada pelos Crúzios<sup>346</sup> e muito menos o seria pelas ordens mendicantes. Não havendo internacional e nacionalmente grandes precedentes que levassem ao uso do coro alto<sup>347</sup>, e tendo em conta o que os novos movimentos herdaram dos cónegos regrantes, a ligação parece-me provável. A associação primitiva dos coros altos mendicantes portugueses

a funções funerárias (em Santa Clara-a-Velha, e mais tarde em São Francisco de Santarém), como o fora a tribuna/nártex crúzia, mais me parece poder advir dessa relação. Além disso, embora não tenham chegado até nós, a comprovada existência de alpendres exteriores frontais nos conventos dos Pregadores de Guimarães, Porto, Aveiro, Santarém e Lisboa, e em São Francisco de Santarém<sup>348</sup> poderá hipoteticamente estender a dimensão da aprendizagem mendicante com a estruturação da passagem

---

<sup>343</sup> Aliás, vimos no capítulo anterior como a tribuna sobre o nártex tem raízes germânicas e borgonhesas.

<sup>344</sup> Ler Paulo Varela Gomes, "*In choro clerum. O coro nas Sés portuguesas dos séculos XV e XVI*", in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (dir.), *Musev*, IV série, n.º 10, Porto, Circulo José Figueiredo, 2001, pp. 29-33; "Coro", in Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *op. cit.*, p. 113; e entradas "Choir" e "Rood-beam, Rood-loft and Rood-screen", in John Henry, *A concise glossary of architectural terms*, London, Studio Editions, 1989, pp. 68-69, 229-231.

<sup>345</sup> Vincenzo Maiello, *op. cit.*, pp. 107-108.

<sup>346</sup> Existiria uma grade metálica vedando o presbitério em Santa Cruz, pelo menos a partir do século XVI (Pedro Dias, *A arquitetura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 145), e essa divisão foi um elemento normal nas igrejas católicas até ao século XX, mas como elemento baixo ou transparente, não limitando a visão.

<sup>347</sup> Evidentemente, existiam precedentes pré-românicos portugueses do uso de tribuna ocidental (em São Gião da Nazaré, em São Pedro de Lourosa), mas, se não seria impossível que a relativamente imponente igreja de Lourosa pudesse ter influenciado Santa Cruz, como vimos no capítulo anterior, essas escassas e geograficamente remotas obras dificilmente seriam um precedente para os Mendicantes no século XIII.

<sup>348</sup> Maria Adelaide d'Almeida Meireles, *A arquitetura gótica mendicante...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 140-141.

interior-exterior nos cenóbios de Santa Cruz<sup>349</sup>.

Outra possível ponte, particularmente interessante, entre a arquitetura dos Agostinhos e a dos Mendicantes<sup>350</sup>, é aquela que os poderá ter feito participar da definição da matriz conventual feminina, através de Santa Clara de Coimbra.

Já foi referido, no capítulo anterior, que o movimento canonical em geral e os cónegos regrantes em Portugal se anteciparam largamente a Cister (e muito mais a Dominicanos e Franciscanos), na regulamentação e desenvolvimento de comunidades monacais femininas<sup>351</sup>. No entanto, a Cister tem sido atribuída a criação dum modelo arquitetónico para estas comunidades, nomeadamente pela opção de subdividir o corpo da igreja e reservar o topo ocidental para as religiosas<sup>352</sup>. Se o primeiro mosteiro feminino cisterciense, perto de Dijon, data de 1125, os Bernardinos não privilegiaram inicialmente essas fundações; no entanto, como foram habitualmente atraindo patrocínio nobre, sendo depois entregues à Ordem<sup>353</sup>, as monjas cistercienses deram origem a edifícios importantes e individualizados, onde, nos institutos canonicais, eram sobretudo subordinadas a mosteiros masculinos. No que toca aos mendicantes, a Segunda Ordem dominicana arranca mais precocemente, e ainda por mão de São Domingos (em 1206, em Prouilhe, no Languedoc), e com base inicial nas normas cistercienses<sup>354</sup>, enquanto que entre os Menores será criada por Santa Clara, que seguirá o exemplo de Francisco a partir de 1212, havendo um movimento feminino à volta dela cerca de 1224, mas que só estabiliza e se desenvolve entre a sua morte (1253) e canonização (em 1255)<sup>355</sup>; ambas as formas de vida religiosa estão em definição institucional

---

<sup>349</sup> Pedro Dias, em 1986 (“O Gótico”, *op. cit.*, p. 94), refere-se ao coro alto de Santiago de Palmela, datável de c. 1470-1480 como o primeiro a ser construído em Portugal; Paulo Pereira retomou e tem repetido essa asserção até à atualidade (em 1995, 2009 e 2011: “A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 28; “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, p. 111; *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 380). Depois de Pedro Dias – mas antes dos dois últimos textos de Paulo Pereira – Paulo Varela Gomes outorga essa primazia ao registo documental de um coro alto introduzido pelo infante D. Henrique no Convento de Cristo em 1437-1449 (“*In choro clerum...*”, *op. cit.*, p. 36).

Ora, mesmo grosseiramente ignorando as tribunas românicas das torres-nártex cruzias, já vimos que existiu pelo menos um coro alto de madeira em São Pedro de Roriz, datável dos finais do século XIII (ver nota 300 deste capítulo). Se quisermos adicionalmente assumir que Pedro Dias e Paulo Pereira (mas não Varela Gomes) se poderiam querer referir, com “construído”, a um coro alto de alvenaria (o que “desclassificaria” Roriz), e aceitando a distinção funcional entre coro e tribuna áulica (afastando assim igualmente a que virá a existir em Santa Maria da Pena, em finais de Trezentos), ou aquela que Paulo Pereira e Paulo Varela Gomes fazem entre coro e tribuna funerária (*Arte Portuguesa - história essencial*, *op. cit.*, p. 315, “*In choro clerum...*”, *op. cit.*, p. 36 – o que afastaria da comparação os balcões tumulares de Santa Clara de Coimbra e São Francisco de Santarém), há indícios para considerar que Santa Clara-a-Velha deve ter tido *também* um coro alto conventual, distinto mas comunicante com a Mesa do túmulo da Rainha Santa, e que portanto dataria da década de 30 do século XIV (António Ribeiro de Vasconcellos, *Dona Isabel de Aragão...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 159-161).

Seja como for, e tecnicidades à parte, parece-me que há suficientes precedentes para afastar a tese de que o coro alto em Portugal é um produto inovador do século XV.

<sup>350</sup> Para além da preferência pela implantação periurbana, que será internacionalmente uma aprendizagem dos mendicantes com os cónegos regrantes, registre-se que, no contexto português, pelo menos no caso do convento de São Francisco de Lisboa, pode haver uma aproximação à estratégia e significações do estereótipo de implantação cruzio (ver nota 205 deste capítulo).

<sup>351</sup> Saul António Gomes, “*Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval*”, in SANTOS, João Marinho dos (dir.), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo I, Lisboa, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Fundação para Ciência e Tecnologia, 2010, pp. 41-42 e 45.

<sup>352</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 44.

<sup>353</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 43-44; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 92.

<sup>354</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, p. 370.

<sup>355</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. I, pp. 126-127; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, p. 256.

até meados do século XIII e o mesmo será de esperar da maturação de uma matriz arquitetónica que as enquadre. Em Portugal, monjas cistercienses<sup>356</sup>, dominicas<sup>357</sup> e clarissas<sup>358</sup> tardarão a estabelecer-se ou terão fundações secundárias e pouco estáveis, e arquitetonicamente não gerarão obras novas ou tardarão a ter definição construída, até meados ou mesmo ao terceiro quartel do século XIII<sup>359</sup>. De facto, não sendo certamente o primeiro a ser criado, o convento de Santa Clara de Coimbra pode bem ter sido o primeiro a beneficiar de uma maturação institucional, geral e nomeadamente no que toca à construção, e também dum investimento de grande escala num projeto de raiz.

Até porque importa aqui ainda clarificar – como se fez para a precocidade das fundações femininas nacionais, distinguindo-as de igualmente recuadas experimentações arquitetónicas – que a cronologia comumente aceite para o convento de clarissas conimbricense (e algumas ilações estilísticas que daí se tiram) me parece de igual modo imprecisa, mas neste caso por tardia.

A maioria da historiografia portuguesa, de António Ribeiro de Vasconcellos, em 1894, a Paulo Pereira, em 2011, concorda em colocar o início das obras da claustra mondeguinta em 1316<sup>360</sup>, isto é, quando, após os conflitos entre o mosteiro de Santa Cruz e a sua primeira fundadora, D.<sup>a</sup> Mor Dias, que levaram à sua extinção, a Rainha Santa tinha retomado o projeto e chamara Domingo Domingues, mestre de obras em Alcobaça; apenas Pedro Dias, em 1986, aceita a existência de obras anteriores, mas demite-as como certamente muito modestas. No entanto, os estudos de Maria Teresa Monteiro e José João Rigaud de Sousa (de 1981) e Ana Paula Pratas Figueira Santos (em 2000) indicam uma realidade diferente: D.<sup>a</sup> Mor Dias teria arrancado os trabalhos em 1278, e começado a dotar o convento de património em 1283, quando recebe autorização eclesiástica para o novo instituto; em 1286 é oficialmente colocada a primeira pedra, mas a cerimónia será formal, até porque entre 1287 e 1288 já o cenóbio adere às Clarissas e está habitado; em 1297 aparece a primeira referência documental que atesta a existência de uma igreja e dependências, e em 1305 (pouco depois da morte da patrona, entre 1302-1303) fonte

---

<sup>356</sup> Lorvão é de c. 1206-1211 mas ocupa edifício pré-existente, tal como Arouca, em 1224; o mesmo poderá ter ocorrido em Celas, sendo fundado em 1221, mas só cisterciense por 1227/1229 (e foi, nos primeiros tempos da sua existência, mosteiro muito modesto); Bouças também adere a Cister em 1244, mas com sede em cenóbio já então construído. Cós tardará de 1241 a 1307 a afirmar-se institucionalmente e Cástris só surge em 1275, tendo longo o tempo de construção de instalações definitivas (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, pp. 117-122).

<sup>357</sup> Após a fundação de São Félix de Chelas, em 1224, que terá sido efémera, o convento das Donas de Santarém (embora houvesse emparedadas dominicanas desde 1240) só será construído por 1287 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, pp. 371-372 e 393).

<sup>358</sup> As Clarissas ter-se-ão estabelecido em 1258 em Lamego e no Torrão (Entre os Rios), mas o primeiro convento só estabilizará após se mudar para Santarém, em 1259, onde terá tido edifício inicialmente modesto (uma vez que se construiu em apenas um ano), e o segundo ocupou um antigo mosteiro e permanecerá pouco próspero até se transferir para o Porto, em 1405 (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, pp. 258 e 293-294).

<sup>359</sup> Refira-se que, para a arquitetura mendicante portuguesa, mesmo masculina, não se deverá considerar que se desenvolveu antes do reinado de Afonso III (Vincenzo Maiello, *op. cit.*, pp. 180-181) e mais provavelmente no final de Duzentos, até porque aceitação da construção permanente e o início de revogação de interditos arquitetónicos só começará internacionalmente por 1263 (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 44-46).

<sup>360</sup> António Ribeiro de Vasconcellos, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1993, vol. I, p. 164; Pedro Dias, “O Gótico”, *op. cit.*, vol. IV, p. 41; Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *História da Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 125; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 53; Paulo Pereira, “A arquitectura (1250-1450)”, *op. cit.*, p. 50, “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, p. 45, e *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 313-314.

segura substancia alguma elaboração arquitetónica, especificando que existia dormitório, e dividido em celas<sup>361</sup>.

Temos, por conseguinte, uma obra conduzida por uma “riquíssima dama”<sup>362</sup> (talvez já secundada por Isabel de Aragão, logo a partir de 1283<sup>363</sup>) durante mais de vinte anos, e dez deles antes de integrar expressamente a Ordem Segunda menorita, num período em que estariam pouco consolidadas as práticas estereotípicas da arquitetura conventual feminina. Por muito que o pleito judicial e as intrigas urdidas pelos Crúzios possam ter atrasado o processo, o conjunto existia e com alguma definição, e, independentemente de ampliações e aperfeiçoamentos subsequentes, terá pelo menos estabelecido algumas opções de base. E a que protótipos poderia D.<sup>a</sup> Mor recorrer? O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, à sombra do qual viveu mais de três décadas (de 1250 a 1285<sup>364</sup>), no pequeno mosteiro anexo de São João das Donas, parece-me o candidato mais óbvio.

Precisamente, o levantamento documental e físico conduzido por António de Vasconcellos no final do século XIX, e que as recentes escavações arqueológicas têm confirmado até agora, elenca feições análogas a Santa Cruz e à arquitetura crúzia desse tempo, que ao mesmo tempo são dissonantes de modelos cistercienses ou mendicantes. Por um lado, a implantação: Santa Clara formava um complexo contido num retângulo, tendo, em ângulos diametralmente opostos, a entrada no templo e uma torre defensiva, voltada aos terrenos agrícolas da cerca conventual; em segundo lugar a igreja, sem transepto e com uma cabeceira tripartida, alinhada lateralmente com as naves, mas fortemente contrastante com elas (espacial e volumetricamente) e com as capelas laterais poligonais contidas num maciço quadrangular de maçonaria. Finalmente a estruturação da entrada: a ocidente, a igreja conventual era antecedida por um átrio de acesso, murado, ladeado à direita por um volume de planta quadrada, saliente do quadrilátero igreja-claustros (análogo, pelo menos em fundações, a uma torre), que continha a portaria<sup>365</sup>; nesse espaço de transição existia, contra todas as regras “universais” dos conventos femininos, uma porta, *frontal e axial* (mesmo que pequena e previsivelmente de pouco uso, “residual” portanto), para o interior, debaixo do coro das freiras; como já foi referido, uma outra afinidade ainda seria o uso funerário desta zona, uma vez que o coro alto era estendido para Leste por uma “mesa” onde

---

<sup>361</sup> José João Rigaud de Sousa, Maria Teresa Monteiro, “Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do Convento de Santa Clara, de Coimbra, e os cónegos do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)”, in ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*, n.º 1, Porto, Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura e Secção de História Medieval do Centro de Estudos Humanísticos, 1981, pp. 83-85; Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra – da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel*, dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2000, pp. 98, 105, 115-116 e 137.

<sup>362</sup> José João Rigaud de Sousa e Maria Teresa Monteiro, *idem*, p. 82.

<sup>363</sup> António Ribeiro de Vasconcellos, *Dona Isabel de Aragão...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 71-74; José João Rigaud de Sousa e Maria Teresa Monteiro, *idem*, p. 84.

<sup>364</sup> António Ribeiro de Vasconcellos, *idem*, vol. I, pp. 68-84; José João Rigaud de Sousa e Maria Teresa Monteiro, *idem*, pp. 83 e 85.

<sup>365</sup> Função que várias torres crúzias, de Santa marinha da Costa a Mancelos, abrigaram.

se colocou originalmente o túmulo de Santa Isabel<sup>366</sup>.

A adição do paço e albergue de necessitados, a Sudeste (exteriores ao retângulo conventual), são obra integralmente da rainha e a finalização e abobadamento do templo são indiscutivelmente feitas segundo hábitos cistercienses<sup>367</sup>, assim como com eles concorda a expressão estilística do claustro grande (constituindo em si mesmos exceções às práticas que definirão a arquitetura gótica mendicante em geral e feminina em particular), mas Santa Clara é provavelmente também um “elo perdido” entre estas expressões e a arquitetura crúzia, que dela poderão ter retido de forma durável pelo menos o coro alto.<sup>[fig.38]</sup>

**5.5.2 *Zeitgeist* e auto-mitificação:** No segundo século de existência dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, os dois vetores modais de apropriação dos seus repertórios interpretativos – a sensibilidade ao espírito do tempo e a fidelidade procurada a uma identidade própria – que se tinham sido convergentes anteriormente, são agora, se não divergentes, pelo menos paralelos.

O discurso crúzio atualiza-se e interage com o seu tempo, mantendo e renovando os seus contactos internacionais – e mantendo contactos que se renovam e os influenciam (naturalmente a Santa Sé, provavelmente a Ordem de São Rufo, e transversalmente a região da Aquitânia à Provença, agora sede de inovações a vários níveis) – e percebendo as mudanças culturais e religiosas em Portugal, a que se associa (na concorrência devocional com os Mendicantes, na participação no fenómeno universitário). O seu discurso arquitetónico capta com alguma rapidez novas aspirações espaciais (a verticalidade, o espaço transparente) e novos hábitos mentais, concebendo o espaço e a volumetria como *organismo* e *esquema* (e talvez mesmo no aspeto construtivo), até por decomposição metalinguística de formulações anteriores.

Por outro lado, é fácil ver uma dominância dos fatores de continuidade (da cultura augustiniana à estética românica) em todo este intervalo, e até talvez uma acentuação do conservadorismo – tanto quanto a parcialidade dos exemplares observáveis nos permitem concluir, na estabilidade geral que é atributo global do período, o Românico crúzio é protogótico em meados da centúria de duzentos, mas inclina-se para um “Românico de resistência” (carregado até ser cenográfico, como em Mancelos) à medida que nos aproximamos do século XIV. As fundações fronteiriças demonstram iniciativa e poderão ter sido atuantes (pelo menos Arronches), mas são uma emulação do paradigma da Reconquista dos alvares

da nacionalidade e do papel de Santa Cruz nele, o que parecem comprovar quer a efemeridade de São

<sup>366</sup> António Ribeiro de Vasconcellos, *Dona Isabel de Aragão...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 138-139, 143-147 e 159-161.

<sup>367</sup> Mas produzindo um ambiente espacial romanizante (Pedro Dias, “O Gótico”, *op. cit.*, p. 42) e tendo características algo toscas, como os exagerados contrafortes (como notam Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *História da Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 125) ou o desalinhamento entre os pilares e as paredes laterais, sinais que podem realmente ser produto de um projeto que não arranca do zero.



Vicente de Castelo Mendo, quer a opção de passadismo reverencial de reocupar as ruínas romanas de São Cucufate de Vila de Frades. Igualmente como nostálgicas podem ser interpretadas certas regressões ao Românico: depois de exemplos mais conceptuais, verticais, as torres de Mancelos e especialmente Freixo, quase à imagem de exemplares undecentistas, podem ser um auto-revivalismo, tal como o será o arremedo de torre frontal de Telões, quando a norma já passara a ser lateralizá-las.

Sem nunca se afastarem completamente do *Zeitgeist* ou da sua ideia da sua identidade, os Regrantes tomam desses campos uma visão parcial, reflexo das suas graduais desadaptações, e, reagindo com algum desconforto, monaquizam-se instintivamente, entrincheirando-se crescentemente em diferendos patrimoniais e honoríficos; julgando defendê-lo, vão substituindo parte nuclear do seu *ethos* – no assistencialismo, no apostolado – pelo que creem ser os “*maiores cuidados*” de que fala Airas Nunes<sup>368</sup>.

---

<sup>368</sup> Ver nota 1 deste capítulo. Refira-se que os autores da base de dados sobre as cantigas medievais galego-portuguesas acreditam, em nota a este sirventês, que Airas Nunes se refere, com “*frades regrados*”, aos frades mendicantes. No entanto, num poema do fim de Duzentos, que critica precisamente forças religiosas e fenómenos do período românico – a peregrinação a Compostela (e, logo, o clero secular) e os monges de Cister – parece-me difícil que não completasse essa trilogia com outra força tradicional (os cónegos *regrantes*) e que assestasse mira contra um movimento ainda novo e renovador; a referência fala aliás de uma instituição onde a verdade já não mora há “*muitos anos*”. Finalmente, se, em rigor, os cónegos não serão frades, esse tipo de imprecisões vocabulares (como entre “abade” e “prior”, ou “mosteiro” e “convento”) são absolutamente vulgares na época.

## CAPÍTULO VI

### *E asy vai o Mosteiro de pyor em pyor*<sup>1</sup>

a arquitetura cenobítica crúzia entre 1340 e 1527

#### **6.1 | Crise e negociação: os terceiro e quarto séculos dos cónegos regrantes portugueses**

Os 187 anos que decorrem entre duas reformas, verdadeiramente generalistas em programa e abraçadas pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses como conjunto institucional<sup>2</sup>, são de crise material e espiritual, e de uma miríade de processos intervencionistas parciais, quer de origem interna como externa, que tanto revelam a perceção dessa crise e tentam combatê-la, como são agentes dela. A debilidade de corpo e de missão ditará então um aparente *silêncio* da instituição no panorama português – e, por conseguinte, arquitetónico – mas os sinais de negociação numa posição discursiva própria estão lá, se os procurarmos, assim como as marcas do impacto da sua arquitetura abundam, afinal.

**6.1.1 Bases para a definição do intervalo:** Se o período que analisamos anteriormente é também entre duas reformas – mas essas *análogas*, até porque promovidas autonomamente pela Igreja – havia nele uma clara resistência dos Regrantes, na sua autonomia, na sua iniciativa, na sua consciência de grupo. Em 1229 como em 1340 tinham-se reunido um conjunto alargado das canónicas agostinhas e decidido sobre ações que deverão refletir-se na Ordem; além disso, vimos no capítulo anterior que há arbitragem de conflitos entre cenóbios crúzios por Santa Cruz, pelo menos ao longo do século XIII. No tempo dos séculos XIV e XV, são agora de maior atomismo, quando muito com solidariedades locais, quase todos os sinais que encontramos.

A inexistência de facto de um organigrama formal da Ordem, herdada da mentalidade gregoriana que assistiu à sua formação, fragilizou a sua conexão interna, particularmente assim que cessaram as épocas de fartura e sucesso<sup>3</sup>. E são particularmente desfavoráveis as décadas que vão de meados ao último quartel de Trezentos, que constituem uma primeira fase deste intervalo, e que é de instalação e

---

<sup>1</sup> *Livro das Lembranças*, Santa Cruz, século XV, folio 26, face (lido na publicação de António Cruz, *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968, p. 125; frase citada também por Armando Alberto Martins, em *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – sécs. XII-XV. História e Instituição*, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1996, t. I, p. 534, e em “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, p. 55).

<sup>2</sup> Mesmo que a de 1340, como vimos no capítulo anterior, apesar de iniciada, não apresente continuidade e não tenha, portanto, grandes consequências, ao contrário da que se iniciará em 1527.

<sup>3</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011, p. 35; Charles Giroud, *L'Ordre des Chanoines Réguliers de Saint-Augustin et ses diverses formes de régime interne – essai de synthèse historico-juridique*, Martigny, Éditions du Grand-Saint-Bernard, 1961, p. 166.

acentuação de um quadro claro de crise institucional. Os fatores são sobretudo externos aos Regrantes: o Grande Cisma (1378-1417); a indiferença e o delapidar de prerrogativas da parte dos últimos monarcas da dinastia borgonhesa<sup>4</sup>; a Peste Negra de 1348-1353 (e as suas inumeráveis réplicas posteriores), no que ela representou de trauma espiritual, perdas materiais e de efetivos, e crescente tentação de contestar a autoridade crúzia (pelos que para ela trabalhavam ou que da sua desagregação pudessem lucrar); um suceder de maus anos agrícolas e de abalos telúricos, e as desastrosas guerras fernandinas ou as lutas do Interregno, trazendo os combates para o território português<sup>5</sup>. O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dada a sua solidez patrimonial e de meios humanos, poderá recompor-se e reagir, tanto por meios próprios (no ambicioso e eficiente priorado de D. Vasco Martins de Baião, entre 1377 e 1393, de que falaremos adiante) como pela recuperação da proximidade régia, com o paternalismo protetor de D. João I, a partir de 1385<sup>6</sup>, mas muitas canónicas regrantes nunca o farão, limitadas pela sua debilidade económica e pela crescente ineficiência do sistema de priorados vitalícios, assim como incapazes de resistir à exploração dos padroeiros primeiro, e dos comendatários depois<sup>7</sup>.

Após esta dura “introdução” trecentista, e mesmo para as Casas mais poderosas, a centúria seguinte será, depois do primeiro monarca de Avis, de dúbia proximidade à Coroa (tornada quase exclusivamente sujeição), num quadro de perda de prestígio, e de pseudorreformas sucessivas (parciais, meramente formais ou quedando-se por intenções sem consequências)<sup>8</sup>, mesmo se com tentativas assinaláveis – embora tímidas e goradas – de manter um papel preponderante em campos tradicionalmente seus, como o ensino, ou mesmo de fazer a ponte para a nova missão nacional da Expansão.

Será preciso esperar pelo ramo Avis-Beja da segunda dinastia para que, com *O Venturoso*, o capital simbólico de Santa Cruz de Coimbra seja reavaliado – por parcial e até oportunista que seja essa

---

<sup>4</sup> Que se intensifica com D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando: ler Dirceu Marchini Neto, “Relações entre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, os reis de Portugal e os demais poderes laicos (séculos XII a XV): análise da documentação publicada por Saul António Gomes” in PALERMO, Eduardo R. (dir.), *Estudios Historicos - revista digital* (Centro de Documentación Historica del Rio de la Plata), n.º 3, Dezembro de 2009 [em linha] disponível em [http://www.estudioshistoricos.org/edicion\\_3/dirceu-marchini.pdf/](http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/dirceu-marchini.pdf/) [consultado em 10-12-2013], pp. 11-12.

<sup>5</sup> Armando Alberto Martins, *op. cit.*, t. I, pp. 504-505; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1983, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, vol. I, pp. 26-36, 90-91, e “O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de trezentos”, in AAV., *Estudos de História de Portugal – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I – “sécs. X-XV”, Lisboa, Estampa, 1982, p. 185-186; Armindo de Sousa, “1325-1480”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, vol. II, pp. 341-342; Franquelim Neiva Soares, “Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in FONTES, Carlos Alberto de Oliveira (cord.), *Bracara Augusta – revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLI, n.º 91-92 (104-105), Braga, Câmara Municipal de Braga, 1988-1989, p. 101; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, “Reis de Portugal”/VII*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 137-139, 156; Cristina Pimenta, *D. Pedro I - entre o Reino e a recordação de Inês*, “Reis de Portugal”/VIII, Rio de Mouros, Circulo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2007, pp. 89-90, 135; Dirceu Marchini Neto, *op. cit.*, p. 13.

<sup>6</sup> Existe uma Carta Régia, logo de 1385, declarando a sua proteção a Santa Cruz (Dirceu Marchini Neto, *op. cit.*, p. 10; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito – Região de Coimbra, 1700-1834*, Viseu, Palimage, 1997, p. 34).

<sup>7</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 35-39; Dirceu Marchini Neto, *op. cit.*, p. 12-14 (abusos a que não se furtam os concelhos: *idem*, pp. 16-17).

<sup>8</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra, edições da Universidade de Coimbra, 1960, pp. 94-98, 105-107; Armando Alberto Martins, *op. cit.*, t. I, pp. 510-512.

valorização, como veremos – e, em epílogo, que pelo menos a generosidade do monarca (e a prosperidade geral do tempo) se reflita quer no cenóbio conimbricense, quer em outras Casas crúzias.

Este grande intervalo, como uma “idade média” crúzia, é comumente identificado pela literatura historiográfica sobre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, quer rapidamente, como tramo obscuro entre momentos brilhantes<sup>9</sup>, quer detalhando as forças e os agentes de crise<sup>10</sup>. Porém, se o marco que a reforma joanina de 1527 estabelece é incontornável, alguns autores oscilam entre salientar os sintomas de crise antes de 1340<sup>11</sup> ou apurar um saldo positivo, de estabilidade, até tão tarde como os inícios de Quatrocentos<sup>12</sup>.

Atenho-me, como até agora, à periodização para a Ordem que estabeleceu Armando Alberto Martins, na sua tese de doutoramento. Aí, ele divide por 1340 a segunda e terceira secção do texto, iniciando então “o século da estagnação”<sup>13</sup>. No entanto, o autor termina a sua análise em 1414, usando o precedente da intervenção régia numa eleição prioral, embora deixando claro que é um fenómeno e uma conjuntura que se estenderão pelo resto do século XV<sup>14</sup>. Apelei portanto, em confirmação, ao estudo que se lhe sucede em abrangência e síntese (mesmo que incidindo mais expressamente sobre o Norte de Portugal) e que se lhe sobrepõe cronologicamente: a tese igualmente doutoral de Aires Gomes Fernandes, que analisa o período entre os séculos XIV e XVI. A fronteira de 1340 parece não colher o seu reconhecimento; no entanto, se intitula expressamente, marcando aí a divisão, os séculos XV e XVI como a “fase de declínio”, inicia o texto a falar desta fase precisamente com a reforma de Bento XII<sup>15</sup> e descreve o panorama de abusos dos padroeiros e poderosos, em que vê as origens da situação de crise, elencando uma plêiade de exemplos trecentistas<sup>16</sup>; já que ele só vê sinais de reforma real em 1527, no caminho que vai “Do

---

<sup>9</sup> Na obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa, por exemplo, fala-se da reforma de 1340 como momento em que “declínio” é já notório, descreve-se brevemente a “decadência” espiritual e material das Casas crúzias e avança-se para reforma de 1527 como marcando uma nova época (*Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p.175); da mesma forma, nos verbetes dedicados a Santa Cruz e São Vicente, respetivamente, salta-se literalmente dos sucessos do século XII e da prosperidade em 1320 para a reforma de quinhentos (*idem*, p.191) e da entrada de Santo António, em 1210, para a entrada de Frei Brás de Barros, em 1538 (*idem*, pp. 200-201).

<sup>10</sup> José Mattoso, “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, col. 144; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho” e “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, vol. I, pp. 433-434 e p. 435; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 268-269.

<sup>11</sup> Armando Alberto Martins, em “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa” (*op. cit.*, pp. 51-60) elenca-os desde início XIII, como que em crescendo.

<sup>12</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 22.

<sup>13</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 504.

<sup>14</sup> Armando Alberto Martins, *idem*, t. I, pp. 541-542.

<sup>15</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 30.

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 31-33.

caos à criação da Congregação”, é claro no texto<sup>17</sup>.

**6.1.2 Corpus:** Se outro indicador preciso fosse, para distinguir o período que analisámos anteriormente deste – entre serem detetáveis problemas institucionais e ser a conjuntura dominada por eles – um dos melhores seria a variação do elenco de institutos portugueses filiados na vida canónica sob o modelo de Santa Cruz de Coimbra.<sup>[fig.01]</sup>

Antes de mais nada, nestes quase dois séculos (e, aliás, já desde o último quartel do século XIII) não ocorreu, pura e simplesmente, nenhuma adesão ou fundação. Há notícias que terá havido possibilidades de existirem incorporações, mas que foram captadas por Cister, para desagrado de Santa Cruz<sup>18</sup>.

Por outro lado, no que a perdas diz respeito, abandonam a via regrante, ou pelo menos a vida regular, mais cenóbios agora que em qualquer um dos momentos anteriores, e aproximadamente o dobro do período precedente: entre secularizações e extinções de comunidades de vida comum, poder-se-á ter chegado a uma diminuição de 13 Casas.

Esta diminuição de efetivos ocorre em três vagas: uma primeira, durante o priorado administrativamente dinâmico de D. Vasco Martins de Baião em Santa Cruz (1377-1393) e sob o pano de fundo das agitações do fim do reinado de D. Fernando e da crise dinástica que sucede à sua morte, altura em que se pode ter suspenso a vida cenobítica em Arronches<sup>19</sup> e Vila de Frades<sup>20</sup>; uma outra, central e principal, coincidente com o arcebispado bracarense do reformista D. Fernando da Guerra (1416-1467) e próxima da reforma crúzia de D. Gomes Eanes (1441-1459), em que são extintos Rio Mau (se ainda existia,

---

<sup>17</sup> *Idem*, pp. 51-53.

<sup>18</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 516. Isto ocorre num período (desde a segunda metade do século XIV e em particular entre 1420-1423) de animosidade crescente entre Santa Cruz e Alcobaça, o que não se registava até aqui, envolvendo também problemas de disputas “fronteiriças” entre os coutos crúzios e alcobacenses (Saul António Gomes, “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média – aspectos globais e particulares” in AAVV., *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo – Encontro de Lisboa e Simpósio de Alcobaça. Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 275).

<sup>19</sup> As razias provocadas em 1382 pelo exército luso-inglês, na guerra de 1381-1382 (Rita Costa Gomes, *D. Fernando, “Reis de Portugal”/IX*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 155-156), e as consequências da adesão do alcaide de Arronches ao partido castelhano em 1383, sendo a cidade só retomada por D. Nuno Álvares Pereira em 1384 (AAVV., *Igreja Matriz de Arronches*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 101, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Setembro 1960, p. 8; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I – o que recolheu Boa Memória*, “Reis de Portugal”/X, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 47), podem ter interrompido a existência e tornado cada vez menos interessante o investimento na colegiada de Nossa Senhora da Assunção; o templo manuelino que ali encontramos também não exhibe sinais claros de ter estado ligado a uma comunidade cenobítica, como discutiremos mais tarde.

<sup>20</sup> Os ataques particularmente destrutivos do exército castelhano, entre a Vidigueira e Vila de Frades, em 1388 (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, p. 104), podem ter determinado o fim da presença duma comunidade em São Cucufate de Vila de Frades. No final da centúria passará o senhorio de Vila de Frades e Vidigueira para a Casa de Bragança, antes de em 1519 ser concedido a Vasco da Gama, e há um foral manuelino de 1512, mudanças jurisdicionais que podem assinalar a mudança de agentes nesta área (Abel de Moura, Teresa Cabrita e Vítor Serrão, *As pinturas murais...*, *op. cit.*, ponto 1, p. 4.ª a 6.ª).

foi anexado ao mosteiro da Junqueira em 1433)<sup>21</sup>, Requião (em 1433), Bravães (em 1434), Banho (entre 1441 e 1453), Souto (1454) e talvez Seia (após 1450); finalmente, um último grupo de cenóbios desaparece sob o sucessivo arcebispo primaz, D. Luís Pires (1468-1480), e o seguinte prior de Santa Cruz investido formalmente como reformador, D. João Galvão (1473-1484) – São Torcato e Telões (ambos entregues à Colegiada da Oliveira entre 1474 e 1475), Lordelo (após 1478), Tougues e Tabuado (a partir de 1475, a terem existido e terem sido regrantes).

Assim, desapareceria a presença cenobítica crúzia a Sul do Tejo, retrai-se do Tejo ao Douro (continuando nomeadamente o recuo a Leste) e diminui a sua densidade no Entre-Douro-e-Minho. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses chegarão a 1527 com provavelmente apenas 28 cenóbios. Note-se também que, qualitativamente, por economia de meios ou mudança de mentalidades, deixamos de encontrar neste conjunto comunidades (mosteiros, priorados ou colegiadas) que tivessem sido produto voluntarista de fundações *ex novo* pelas maiores canónicas da Ordem, Santa Cruz e São Vicente de Fora, ou que delas dependam diretamente, com a exceção única de Santa Maria da Pena, em Leiria.

**6.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia:** Quem lesse a produção científica sobre a arquitetura portuguesa entre os meados do século XIV e o primeiro quartel do século XVI, pelo menos a não monográfica, quedar-se-ia com a clara sensação de que somente um edifício regrante<sup>22</sup> é relevante para o quadro geral da produção construída, e mesmo assim apenas nos momentos finais deste intervalo: a renovação manuelina do conjunto de Santa Cruz de Coimbra, aproximadamente entre 1507 e 1528<sup>23</sup>. Sendo frequentemente mencionada e destacada no panorama e desenvolvimento da arquitetura manuelina – por Mário Tavares Chicó, em 1948<sup>24</sup>, por Flórido de Vasconcelos, em 1972<sup>25</sup>, por Paulo

---

<sup>21</sup> Mesmo aceitando que houve uma retoma da vida regular em São Cristóvão de Rio Mau no século XIII, este cenóbio, que já deveria ter estado sem comunidade anteriormente (e que nada indica ter vida regular desde 1333), é agora segura e definitivamente extinto. Mas atesta da sua ligação anterior aos Regrantes – ou àquele mosteiro em particular – que seja anexado a São Simão da Junqueira, e não simplesmente secularizado (sobre este assunto, ver capítulo III desta tese).

<sup>22</sup> Que não o duradouro equívoco sobre Santa Maria da Graça de Santarém, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, que Mário Tavares Chicó atribui a “cónegos regrantes agostinhos”, em 1948 (*História da Arte em Portugal* – volume II, Porto, Portucalense Editora, 1948, p. 64) e 1954 (*A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul, 1954 - lida na 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 89 – embora mais à frente diga, corretamente, de Gracianos – *idem*, p. 151), o que Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva ainda repetem em 1995 (*História da Arte Portuguesa: época medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 126); Paulo Pereira, pela mesma altura, não sendo incorreto, não desfaz a dúvida, atribuindo o templo a “agostinhos” [“O «modo» Gótico (séculos XIII-XIV)”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, reimpressão de 2007, vol. III, p. 94], e só Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 2002, designa exclusivamente os Gracianos como seus promotores (*O Gótico*, “História da Arte em Portugal”/2, Lisboa, editorial Presença, 2002, p. 76).

<sup>23</sup> Estas datações são discutíveis, como veremos mais adiante, mas são as mais consensuais, nomeadamente na bibliografia de síntese a que me refiro; a data de 1528 é em particular contestável, num processo edificatório que ou se considera ininterrupto, até pelo menos a década de 30 de Quinhentos, ou se detém antes disso; de qualquer forma 1528 é o momento em que se começam a detetar *concepções* já renascentistas no desenho da construção propriamente dita - veja-se Pedro Dias, “A arquitetura manuelina”, in RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 5, pp. 79-81.

<sup>24</sup> *História da Arte em Portugal...*, op. cit., pp. 253, 257, 261, 283, 290, 308 e 314.

<sup>25</sup> *História da Arte em Portugal*, “Biblioteca Básica Verbo”/n.º 65, Lisboa, Verbo, 1972, p. 52.

Pereira, em 1995-1997<sup>26</sup>, e particularmente por Pedro Dias (tanto em 1986 como em 2009)<sup>27</sup> – essa renovação consegue tanto não ser sequer referida<sup>28</sup>, como que se lhe aluda, quer apenas de passagem<sup>29</sup>, quer em relação a elementos muito específicos do conjunto, e curiosamente por autores que noutras produções sobre ela se demoraram<sup>30</sup>.

Só mais três obras crúzias se detetam nas histórias da arquitetura portuguesas para o intervalo que analisamos. E digo “detetam” porque, ao contrário de Santa Cruz (que, não sendo designada como tal, é reconhecível como cabeça da Ordem, até porque lhe emprestou o nome), só sabendo de antemão que os edifícios referidos têm relação com os Regrantes se chegaria a essa conclusão, que nunca em absoluto é adiantada. Dessas, duas delas são também manuelinas – Santa Maria de Cárquere e Nossa Senhora da Assunção de Arronches – mas a terceira é do reinado de D. João I, e quebra o longo eclipse arquitetónico deste intervalo na literatura: a igreja da colegiada de Santa Maria da Pena, de Leiria.

Cárquere mal sai da obscuridade, sendo mencionada dubiamente como “mais ou menos ao modo gótico” por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 2002<sup>31</sup>, e referida por Pedro Dias em 2009, pelo seu portal “rude”, num percurso pela geografia do manuelino<sup>32</sup>. As igrejas de Arronches e Leiria são quase demasiado relevantes para não serem destacadas<sup>33</sup>: a primeira surge omnipresentemente como caso cimeiro do espaço unificado<sup>34</sup>, a segunda como exemplo do primeiro Gótico batalhino e/ou na relação com o paço joanino de Leiria<sup>35</sup>; nesta última (como veremos mais adiante), mais do que a omissão da sua filiação institucional, o que espanta é que se saia da leitura desta panorâmica historiográfica com a percepção de que a igreja é parte integrante da residência régia, quando, apesar de estar *ligada* àquela,

---

<sup>26</sup> “Do «modo» Gótico ao Manuelino (séculos XV-XVI)”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, op. cit., vol. IV, pp. 50 e 55.

<sup>27</sup> “O Manuelino”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 5, pp. 23, 25, 32-33, 65, 75; “A arquitectura manuelina”, op. cit., pp. 11, 38-39, 79-81 (lembremos que a sua tese doutoral analisa extensamente o processo edificatório de Santa Cruz: *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1982).

<sup>28</sup> Como em Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, op. cit. (numa obra muito condensada, mas não mais que a de Flório de Vasconcelos).

<sup>29</sup> Vítor Manuel Serrão só a nomeia ao descrever o currículo dos mestres da época (*O Renascimento e o Maneirismo*, “História da Arte em Portugal”/3, Lisboa, editorial Presença, 2002, pp. 30, 37, 40, 42).

<sup>30</sup> Mário Tavares Chicó, em 1954 (*A arquitectura gótica em Portugal*, op. cit., p. 162, fig. 67) e Paulo Pereira, em 2011 (*Arte Portuguesa – história essencial*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2011, pp. 445-446).

<sup>31</sup> *O Gótico*, op. cit., p. 63.

<sup>32</sup> “A arquitectura manuelina”, op. cit., p. 76.

<sup>33</sup> Ainda assim, Paulo Pereira, tanto em 2009 (“A arquitectura gótica”, in RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, op. cit., vol. 3, p. 115) como em 2011 (*Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 397) analisa o paço leiriense sem se referir à igreja da Pena.

<sup>34</sup> Leia-se Mário Tavares Chicó (*História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 232, e *A arquitectura gótica em Portugal*, op. cit., pp. 21, 22, 30, 154, 157, 160, 162 e 164), Flório de Vasconcelos (op. cit., p. 51), Pedro Dias (“O Manuelino”, op. cit., p. 73; “A arquitectura manuelina”, op. cit., pp. 41, 114), Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva (op. cit., p. 134), Paulo Pereira (“Do «modo» Gótico ao Manuelino..., op. cit., p. 56; *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 463) e Vítor Manuel Serrão (op. cit., p. 26).

<sup>35</sup> Mário Tavares Chicó (*História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 59, nota 1; *A arquitectura gótica em Portugal*, op. cit., p. 116), Pedro Dias (“O Gótico”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, op. cit., vol. 4, p. 88), Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva (op. cit., p. 138), Paulo Pereira (“O «modo» Gótico..., op. cit., p. 79), Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*O Gótico*, op. cit., pp. 24, 76).

era *fisicamente anexa* à colegiada crúzia, que sobrepujava o paço em área (e o precedia no tempo)<sup>36</sup>. Invisível que é a filiação nos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho como fator de interpretação artística, a atribuição na historiografia de qualquer influência a contribuições crúzias<sup>37</sup> só surge relativamente a obras undecentistas e em produções bastante recentes, pela mão de Paulo Pereira: em 1995-1997, elencando séries arquitetónicas do período manuelino, distingue o conjunto de igrejas antecedidas por torres frontais e axiais, e di-la “variante de uma tipologia antiga”<sup>38</sup>; em 2008, num artigo sobre Elvas e Olivença, ao falar das igrejas unitorreadas das duas cidades, já remete expressamente para Santa Cruz e São Vicente de Fora o precedente dessa composição, particularmente adequada a zonas fronteiriças, e talvez o referente de uma emulação da Fundação<sup>39</sup>, o que repete em 2011, na sua “história essencial” da arte portuguesa<sup>40</sup>.

## 6.2 | As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio

**6.2.1 O momento:** Vimos como, apesar de atingir (ostensivamente) novas sínteses, o século XIII substituiu a convergência cultural da Europa românica por uma dualidade – entre conceito e ação, entre *de jure* e *de facto*, entre modernidade e conservadorismo – reveladora de tensões dispares, paralelas, talvez subterrâneas, mas em fluxo e mutação. As centúrias de trezentos e quatrocentos cumprirão essa multiplicidade em potência, tirando plenas consequências, a vários títulos, da divergência; crise e experimentação estão profundamente interligadas, num percurso que conduzirá, entre ruturas várias, ao Renascimento (que, em si, rutura praticamente não o é).

O preâmbulo desta Idade Média tardia é a conjuntura negativa já referida que se instala na primeira metade do século XIV, e que, diluindo-se e desmultiplicando-se, terá extensões virtualmente até ao século XVI. A Europa, após um período de crescimento económico, demográfico e territorial (continental e ultramarino, de extensão como de colonização interna), praticamente ininterrupto desde tempos undecentistas, retrai-se. Sob Filipe IV, *O Belo*, de França, a ambição do poder régio centralizado leva a dificuldades económicas no reino que estão ligadas a desvalorizações da moeda, à expulsão dos Judeus (1306) e à aniquilação dos Templários (1307); em 1306, o rei tem de enfrentar em Paris fortes

---

<sup>36</sup> Uma das mais completas (e iconograficamente sedutoras) formalizações dessa ideia errada está nos estudos de reconstrução do castelo de Leiria por Ernesto Korrodi (1898), em que ele converte a alcáçova num recinto compacto e circular, congregando torre de Menagem, paço e capela, e excluindo as dependências da colegiada crúzia; a ilustração de Korrodi ainda figura no volume da *História da Arte em Portugal* assinado por Aarão Soeiro de Lacerda, única no seu género durante décadas (*História da Arte em Portugal* – volume I, Porto, Portucalense Editora, 1942, p. 416, fig. 537).<sup>[fig.02]</sup>

<sup>37</sup> Exceto talvez no que a Santa Cruz de Coimbra diz respeito, e que é vista como influente e potencial iniciadora da tipologia manuelina de templos de nave e capela-mor únicas por Paulo Pereira (“Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 55).

<sup>38</sup> “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 55.

<sup>39</sup> “De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius”, in SOUSA, Luis Macedo (dir.), *Monumentos*, n.º 28, Dezembro, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, p. 86.

<sup>40</sup> *Op. cit.*, p. 462.



levantamentos populares, que se sucedem a uma série de revoltas noutras cidades, desde os fins do século precedente; na Flandres e no Brabante, e particularmente na primeira região, a crise da indústria têxtil provocará motins urbanos violentos em 1302. Por outro lado, uma alteração de ciclo climatológico trará sucessivamente deficiências de produção agrícola, particularmente fortes nos anos de 1315-1317, que reintroduzirão a fome em grande escala na paisagem europeia. Em 1343 dá-se uma sucessão de falências de grandes banqueiros italianos e em 1348 a chegada da Peste Negra coroa definitivamente esta série de infortúnios<sup>41</sup>.

Após este introito incisivo, e direta ou indiretamente a ele se devendo, a segunda metade desse século e a primeira do subsequente trarão a instalação dum panorama de crise na cristandade ocidental, quer pelo despoletar de conflitos armados por uma nobreza duramente afetada no seu poder político e económico – de que o mais significativo e extenso será a Guerra dos Cem Anos (1337-1453)<sup>42</sup> – quer pelo enfraquecimento da Igreja, fragilizada pelo “cativeiro” avinhonense (1309-1378) e o alinhamento pelos interesses franceses, mas também pela impossibilidade de responder à hecatombe da peste, e definitivamente desprestigiada durante o Grande Cisma, entre 1378 e 1417<sup>43</sup>. Em 1453, a queda de Constantinopla evidenciará a incapacidade da comunidade cristã de agir como tal, em conjunto (e de Roma para a conduzir)<sup>44</sup>, e sinalizará o encolhimento da Europa a partir dos Balcãs (que as derrotas venezianas face aos otomanos, entre 1462 e 1478, confirmarão); a conclusão da Guerra dos Cem Anos, no mesmo ano, produzirá ainda, por reverberação, a Guerra das Rosas (1455-1485) em Inglaterra, e a queda e partição do Ducado da Borgonha, em 1477<sup>45</sup>.

Evidentemente, esta acumulação de fatores negativos não significa nenhum declínio definitivo do quadro económico, político, espiritual ou cultural europeu. Gera quer uma série de recuperações hipertrofiadas de fenómenos anteriores, quer reações compensatórias em direções novas. Ao declínio de algumas cidades flamengas dependentes do comércio de tecidos de luxo sucederão novas protagonistas, explorando produtos têxteis menos elitistas<sup>46</sup>; a banca europeia conhecerá os Medici e mais tarde os Függer; o sistema feudal redireciona-se produtivamente para a pecuária e financeiramente para as prestações

---

<sup>41</sup> Jacques Le Goff, *A civilização do ocidente medieval*, “imprensa universitária”/n.º 32, Lisboa, Estampa, 1983, vol. I, pp. 141-143; Armindo de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, pp. 340-341.

<sup>42</sup> Ramificações desse conflito ainda se poderão ver na guerra civil de Castela, em 1366-1369, e na portuguesa de 1383-1385 (Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 101-102; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 23-25).

<sup>43</sup> August Franzen, *Breve História da Igreja*, Lisboa, editorial Presença, 1996, pp. 240-246.

<sup>44</sup> *Idem*, pp. 257-258; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, publicações Europa-América, 1994, p. 125.

<sup>45</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, p. 145; Claire Lesegretain, *Les grands ordres religieux - Hier et aujourd'hui*, Paris, éditions Fayard, 1995, pp. 46-47; Luis Adão da Fonseca, *D. João II, “Reis de Portugal”/XIII*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, p. 20; Ana Isabel Carvalho Buescu, *D. João III, 1502-1557, “Reis de Portugal”/XV*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2008, pp. 107-108.

<sup>46</sup> Assim como ao declínio das feiras de Champagne sucederá a ascensão do comércio marítimo, até pela abertura do estreito de Gibraltar (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV, op. cit.*, p. 210; Cristina Pimenta, *op. cit.*, p. 91).

monetárias, e até o decréscimo da população produtiva, e conseqüente diminuição de arroteamentos (ou mesmo o abandono de terras e povoações), traduzir-se-á por um aumento do rendimento médio, uma concentração nos solos mais produtivos e a seu tempo, portanto, uma relativa melhoria de nível de vida. Politicamente, este coro de perturbações também não trará a centralização do Estado, mas antes a levará ao seu apogeu, acentuando a tendência para a formação de blocos políticos mais coesos e alargados<sup>47</sup>, e a Igreja católica ultrapassará a herança embaraçosa do seu exílio francês e do Cisma pela glorificação do capital simbólico da Roma a que retorna<sup>48</sup>. Ao recuo da cristandade a Oriente corresponderá a nova expansão ultramarina a Ocidente, iniciada logo no dealbar de Quatrocentos, e acelerando-se esta correlativamente ao progresso daquele. Apesar dos sobressaltos, as permanências e as retomadas.

É, no entanto, a natureza de *modo* dessas continuidades e recuperações que marca a personalidade deste período. Por um lado, é o que Jacques Le Goff chamou a “exasperação e o exagero”<sup>49</sup>: da áspera reação feudal detetável após a crise do século XIV, da recuperação ostensiva (nem que mais burocrática que funcional) das guildas laborais<sup>50</sup>; do refinamento extremo das demonstrações de espírito cavaleiresco (da literatura aos torneios e às Ordens de cavalaria<sup>51</sup>), ao paroxismo dos fenómenos de devoção e de misticismo públicos; da complexidade da Escolástica tardia<sup>52</sup>, e da complexidade paralela que classifica muita da evolução das artes visuais, do traje<sup>53</sup>, da música<sup>54</sup>, da gastronomia<sup>55</sup>. Por outro lado, e em contraponto a esta dinâmica do detalhe, do efeito e do *accidente*, uma tendência para a *essência* é igualmente definidora deste “Outono da Idade Média”: a dividida e opulenta Igreja católica albergou no

---

<sup>47</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 1, pp. 143-145; João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I (1469-1521) – um príncipe do Renascimento*, “Reis de Portugal” / XIV, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 205-207.

<sup>48</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 258-259; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 125.

<sup>49</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 2, pp. 130 e segs.

<sup>50</sup> A *Grand Place* de Bruxelas, espaço impar de exibição do poder das guildas, começa a definir-se 1338 (Vittorio Franchetti Pardo, *Historia del Urbanismo*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1984, vol. 1/“siglos XIV y XV”, p. 390), e as guildas são ainda fortes em França no século XVI (Domingos Tavares, *Philibert Delorme – profissão de arquitecto*, “sebentas de História da Arquitectura Moderna”/13, Porto, Dafne Editora, 2004, p. 34).

<sup>51</sup> A Ordem da Jarreteira é criada em 1348 e a do Tosão de Ouro em 1430 - Charles Moeller, “The Military Orders”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, Nova York, Robert Appleton Company, 1907-1922, vol. 10. [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 10-9-2013].

<sup>52</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, vol. 2, pp. 129-132.

<sup>53</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, 4.ª ed, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981, pp. 34-43.

<sup>54</sup> Na ascensão da polifonia, em que o todo musical é resultado da síntese de várias vozes distintas (Marshall Long, *Architectural acoustics*, Burlington, Elsevier Academic Press, 2006, pp. 11-12).

<sup>55</sup> Na elaboração da confeção (nomeadamente pelo uso precoce de especiarias), numa crescente combinação “polifónica” de pratos (surtem as saladas, regista-se menos o pão como parte maioritária do ingerido, que era até aí): leia-se A. H. de Oliveira Marques (*op. cit.*, p. 20) e Iria Gonçalves (“Acerca da alimentação medieval”, separata de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4.ª série, n.º 2, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1978, p. 449; “A alimentação”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, vol. I, pp. 258-259).

século XIV o movimento da observância regular como retorno às origens<sup>56</sup> (para não falar, entre outros, dos reformismos essencialistas de Huss e Savonarola, no começo e final da centúria subsequente<sup>57</sup>); esta sociedade teatralizada deu origem ao movimento revolucionariamente intimista da *devotio moderna*, desde fins de Trezentos<sup>58</sup>, e a elaborada Escolástica tardia conviveu com a “lâmina de Occam” e uma gradual valorização do regresso ao texto *em si*, na ascensão da análise filológica em detrimento da desmontagem retórica<sup>59</sup>. Equivalente contraponto conceptual pode ser encontrado artisticamente, e nomeadamente em arquitetura, como veremos.

Além disso, estas duas linhas, aparentemente contraditórias, ilustram afinal, em conjunto, uma propriedade geral da civilização medieval neste período: a multiplicidade, como possibilidade de específicas e diferentes *individualidades*. O nacionalismo, como sentimento de identidade e não apenas fidelidade vassálica, começa precisamente a esboçar-se (com epítome nas glosas sobre a *douce France*, contemporâneas da Guerra dos Cem Anos<sup>60</sup>); a cavalaria é agora menos um corpo coletivo, mais um escol de figuras extraordinárias, identificadas, singulares; a *devotio moderna* é um culto do desenvolvimento individual, do enriquecimento de cada um da sua relação pessoal com o divino. No campo intelectual, as divisões sectárias do Cisma encerram a unidade do sistema universitário (em ortodoxia única e no seu monopólio por algumas instituições de referência) e multiplicam as fundações de *studia*, gradualmente “nacionalistas” e nacionalizados<sup>61</sup>; paralelamente, a polémica entre as doutrinas de Guilherme de Occam e João Duns Escoto, resolve-se agora não por uma opção exclusiva ou uma síntese entre elas, mas pela aceitação da diversidade de opiniões, e pela convivência contígua das duas escolas, das duas vias (a *moderna*, ou *nominalista*, e a *realista*, respetivamente) nos estudos europeus<sup>62</sup>; num segundo nível, a erupção do Nominalismo e a contestação dos universais é um passo mais na valorização do subjetivismo

---

<sup>56</sup> Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 49-50; em específico, pelo menos em 1368 entre os Franciscanos, com tentativas anteriores (Michael Bihl, “Order of Friars Minor”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *op. cit.*, vol. 6, consultado em linha a 6 de Setembro de 2013); em 1380, pela mão de Raimundo de Cápuia, nos Dominicanos (Pierre Mandonnet, “Order of Preachers”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *op. cit.*, vol. 12, consultado em linha a 6 de Setembro de 2013), em 1367 nos Eremitas Agostinhos (Balbino Rano, *The order of Saint Augustine*, Roma, O.S.A., 1975, pp. 59-60) e certamente nos inícios do século XV entre os Cónegos Regrantes (C. Egger, “Canonici Regulari della Congregazione del Salvatore Lateranense” in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *op. cit.*, col. 104; Douglas Raymund Webster, “Windesheim”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *op. cit.*, vol. 15, consultado em linha a 30 de Abril de 2014).

<sup>57</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 251-254, 261-263.

<sup>58</sup> *Idem*, pp. 270-271; AAVV., *Thomas a Kempis et la devotio moderne*, catálogo de exposição, Bruxelas, Bibliothèque Royale Albert I, 1971, p. VII; Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 47-48.

<sup>59</sup> August Franzen, *op. cit.*, p. 272; Umberto Eco, *Arte e Beleza na estética medieval*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 2000, pp. 162-163; Monika Asztalos, “A faculdade de teologia”, in RÜEGG, Walter (cord.), *As Universidades na Idade Média*, “Uma história da Universidade na Europa”/vol. I, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Fundação Eng. António de Almeida, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1996, pp. 440-441.

<sup>60</sup> Armindo de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, p. 367; um particularismo acrescido das nações também é visível nos “nacionalismos” escocês (face à Inglaterra), dos cantões suíços face aos Habsburgos, da Boémia face ao Sacro Império e a Roma, na Polónia face aos Cavaleiros Teutónicos, galvanizados por conflitos bélicos e traduzidos em individualismos religiosos como o galicanismo, anglicanismo e ultraquismo (Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *Atlas histórico – da Pré-História aos nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 138).

<sup>61</sup> Jacques Verger, “Modelos”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, vol. I, pp. 52-56, e Paolo Nardi, “Relações com autoridades”, *idem*, pp. 95-96.

<sup>62</sup> Gordon Leff, “A Faculdade de Artes”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, vol. I, pp. 330-332, e Monika Asztalos, “A Faculdade de Teologia”, *idem*, pp. 439-440.

no domínio metafísico<sup>63</sup>, de que já víamos os indícios em São Tomás de Aquino.

Finalmente, este panorama sociológico, cultural e intelectual, consagra em concreto a superação do *sic et non* abelardiano, pelo *coincidentia oppositorum* de Nicolau de Cusa, a simultaneidade e interdependência dos opostos, que, quando enunciado no *De docta ignorantia*, em 1440, marcará o início do fim formal da Escolástica como forma dominante da conceptualização do mundo<sup>64</sup>.

**6.2.2 O meio:** Durante este período da vida da Ordem, Portugal atravessa o ocaso da primeira dinastia, os quatro monarcas da dinastia direta de Avis e o reinado d'*O Venturoso*, na inflexão para a Casa de Beja, zénite do poder económico e político do país, pelo menos em certas dimensões.

É, certamente, e em toda a sua extensão, uma mudança da estruturação demográfica, produtiva e sociológica do território. À velha diferenciação ducentista que já analisámos (e estratégica para a Fundação), entre o Portugal senhorial/feudal, a Norte, e o Portugal concelhio do Centro, começou por se somar, com o fim da Reconquista, uma zona Sul largamente sob a alçada das Ordens militares, distinta das anteriores<sup>65</sup>. Agora, nestes tempos tardo-medievais, não só uma outra demarcação emerge, interagindo com as anteriores, com a concentração populacional e económica na faixa litoral, como, fruto da centralização real e dos seus processos concomitantes, se acentua uma hierarquia de importância, de *centralidade* relativa, entre estes vários “portugais”<sup>66</sup>. Este processo de diferenciação é fruto das alterações de mobilidade em geral, e de mobilidade dos agentes políticos e económicos nacionais em particular. No Portugal românico, maioritariamente agrícola e em que a atividade comercial, mesmo que urbana, é algo mais interna que internacional, a dinâmica económica é mais dispersa, a produtividade regional menos assimétrica, a circulação viária terrestre mais intensa e extensiva. A própria itinerância régia é disso um reflexo, ao mesmo tempo que promove uma consciência mais abrangente e direta do país pelo rei. Pesem embora as clivagens já referidas de estrutura social e produtiva, há uma maior *isotropia* no sistema nacional do século XII. A rede viária portuguesa, que é estruturante e progride muito nessa época, como vimos anteriormente, praticamente estagna agora (e fá-lo-á por muitos séculos)<sup>67</sup>; a conjuntura de crise social, de decréscimo populacional e abandono agrícola de Trezentos, além de lhe diminuir a importância, facilitando a sua deterioração, contribuirá certamente para a menor segurança

---

<sup>63</sup> Erwin Panofsky, *Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*, Madrid, La Piqueta, 1986, pp. 26-27; Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 121-124.

<sup>64</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 162-164.

<sup>65</sup> Ruy Pinto de Azevedo, “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.”, in BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1937, vol. 1, cap. 1, pp. 12-13.

<sup>66</sup> Cf. Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 12.

<sup>67</sup> Armindo de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, p. 382; quando muito há algumas melhorias durante o século XVI (Joaquim Romero Magalhães, “Os Transportes”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, pp. 321-323).

de pessoas e bens em trânsito<sup>68</sup>; ao mesmo tempo que o tráfego marítimo e fluvial se intensifica, com a ampliação do comércio com a Inglaterra e a França, e o investimento numa força naval (pelo menos desde a década de 30 do século XIV) cresce, torna-se mais rápido e mais seguro viajar de barco, mesmo em mar aberto<sup>69</sup>, e D. Fernando já se desloca por mar entre Lisboa e a Estremadura, quando visita Alcobaça<sup>70</sup>. A redução da percepção do país, pelos seus agentes mais influentes (a burguesia e os monarcas<sup>71</sup>), às cidades, que detetámos no capítulo anterior, não só mais se intensifica<sup>72</sup>, como se afunila: aquelas cidades que se desenvolvem e são motores do desenvolvimento, são aquelas que beneficiam de acessos por rio e/ou mar<sup>73</sup>, e, tanto ou mais, aquelas que se encontram na órbita de acesso fácil a partir de Lisboa. Por conforto, pela extinção gradual da recolha direta e *in loco* de tributos em géneros, pela administração indireta através de uma rede de oficiais do Estado, pela impraticabilidade da deslocação da máquina desse Estado, que a centralização régia fez (e continua a fazer<sup>74</sup>) crescer e complexificar-se, emerge um círculo à volta da capital, que abrange a Estremadura (de Sintra a Leiria<sup>75</sup>, à Batalha e Alcobaça), o Ribatejo (entre Santarém e Tomar) e o Alentejo central (sobretudo por Évora

---

<sup>68</sup> Armindo de Sousa, *idem*, p. 341; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 49-51, 53.

<sup>69</sup> José Marques, "Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI", in MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, 2.ª série, vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, p. 99; Armindo de Sousa, "1325-1480", *op. cit.*, pp. 382-383; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, pp. 63-64.

<sup>70</sup> É também já no seu reinado que estaleiros portugueses, galegos, bascos e bretões (logo, atlânticos) suplantam os mediterrânicos catalães, genoveses e venezianos, que antes dominavam a construção naval (Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 60-61).

<sup>71</sup> A nobreza cortesã também acompanha o rei, mas dele depende cada vez mais (exceto quando faz parte também da sua família e pertence - portanto - à mais alta nobreza, como veremos adiante). A substituição das recompensas em feudos por tenças, já sensível sob D. Fernando (Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 113-114) e instituída com D. Manuel (João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 100-101) é instrumental nessa metamorfose num corpo subordinado e sem bases de poder efetivo.

<sup>72</sup> O resultado da crise de 1383-1385, se é discutivelmente uma vitória da burguesia sobre a nobreza, é-o pelo menos das cidades sobre o campo (José Mattoso, "Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385", in ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*, n.º 5/6, Porto, Delegação Regional do norte do Ministério da Cultura e Secção de História Medieval do Centro de Estudos Humanísticos, 1984-1985, p. 52).

<sup>73</sup> Isto é: Tavira, Lagos, Setúbal, Lisboa, Santarém, Coimbra, Aveiro, Porto, Vila do Conde, Viana do Castelo (José Marques, "Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI", *op. cit.*, pp. 99-100).

<sup>74</sup> Todos os reis deste período o fazem (Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 39) e mesmo D. Manuel, a quem não se costumam atribuir méritos de administração interna, conduz uma grande reforma administrativa centralizadora - basta lembrarmo-nos dos seus forais e da Leitura Nova (João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 129-135).

<sup>75</sup> Mas já se vai notando, sobretudo na segunda metade do século XV, que Leiria é cada vez menos visitada, com conseqüente perda de destaque do priorado cruzado (Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1989, p. 300).

e Estremoz)<sup>76</sup>, e a que Coimbra já começa a escapar<sup>77</sup>, círculo esse que congrega a presença dos reis portugueses e de tudo o que ela acarreta<sup>78</sup>. Bem pode o infante D. Pedro aconselhar a itinerância régia na sua *Carta de Bruges*<sup>79</sup>: a capitalidade de Lisboa é incontornável, sedimenta-se com o seu papel na crise de 1383-1385 e consuma-se com a segunda complexificação administrativa e a centralização económica que os Descobrimentos trarão ao Tejo<sup>80</sup>. A ereção de Lisboa em segunda sede episcopal metropolitana, em 1393, mesmo que para já ainda sensivelmente inferior em prestígio e influência ao arcebispado de Braga, mais acentua esta macrocefalia<sup>81</sup>; o arduo processo de D. Manuel de expulsão (decretada mas impossibilitada na prática) dos judeus, que se concentram sobretudo em Lisboa para partir, sem o conseguir, e são depois compulsoriamente convertidos, também acresce demograficamente a cidade, e com um setor da população particularmente ativo, comercial e financeiramente<sup>82</sup>.

Todo o intervalo entre 1340 e 1527 é também, concomitantemente com a ascensão do comércio marítimo internacional (que a precede cronologicamente, mas sobretudo em intensidade), o momento da Expansão, marítima igualmente. É em 1341 que decorre a primeira expedição formal e documentada às Canárias<sup>83</sup>, e é entre 1524 e 1529 que têm lugar as negociações que conduzirão ao estabelecimento literal do *limite* da expansão lusa, com a definição do antimeridiano de Tordesilhas no Pacífico, pelo tratado de Saragoça<sup>84</sup>.

Bem ao sabor desta época, a expansão ultramarina é tanto uma continuidade (e hipertrofiada) como uma rutura civilizacional. O espírito cruzadístico, reglorificado no Salado, em 1340 – embora temporariamente

---

<sup>76</sup> Tendência constante e crescente de D. Afonso IV a D. Manuel; mesmo a grande itinerância de D. Pedro não exclui a preferência por Lisboa, Évora e Alcobça. Ao longo deste intervalo praticamente só a guerra ou o trânsito em visitas internacionais trazem descentralizações de percursos (cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, *op. cit.*, pp. 245-246; Cristina Pimenta, *op. cit.*, pp. 151, 241; Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 59-61, 91; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 158-162; Luís Miguel Duarte, *D. Duarte - requiem por um rei triste*, “Reis de Portugal”/XI, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 40; Saul António Gomes, *D. Afonso V – o Africano*, “Reis de Portugal”/XII, Rio de Mouro, Temas e Debates e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2009, pp. 55, 328-329; Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 30-31, 261-262; João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 89-90, 122-126).

<sup>77</sup> Coimbra é ainda 3.<sup>a</sup> nas preferências de Afonso IV, mas preterida desde D. Fernando (ver referências da nota anterior); D. Manuel vai a Coimbra durante a peregrinação a Santiago, e descobre-a, quase - veja-se a “surpresa” perante o túmulo dos primeiros reis, que portanto não teria visto antes: João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 128; Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I (1495-1521) no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra” in SERRÃO, Joaquim Veríssimo (dir.), *Habent sua fata libelli - colectânea de estudos em homenagem ao Académico de número, Doutor Fernando Guedes, no seu 75.º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p. 273.

<sup>78</sup> Joaquim Romero Magalhães, “O enquadramento do espaço nacional”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, pp. 50-54; Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 12. Note-se que este círculo também abrange as sedes das Ordens militares; a raia, apesar do seu interesse estratégico e de ser ponto de chegada de ligações terrestres internacionais, já necessita de medidas determinadas de estímulo para fixar população (como os coutos de homiziados de D. Afonso V - Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, pp. 141-142), e só o Alentejo (único setor interior do território que está no centro da dinâmica nacional) parece lucrar das vias que o unem a Castela (Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 57).

<sup>79</sup> Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 83.

<sup>80</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 124-126; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, pp. 77-84.

<sup>81</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 142.

<sup>82</sup> *Idem*, pp. 131-132; João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 84-85.

<sup>83</sup> É uma expedição de marinheiros genoveses e florentinos, mas integrando efetivos e navios portugueses, saindo de Lisboa e com patrocínio de D. Afonso IV, com pretensões territoriais (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, *op. cit.*, pp. 230-231).

<sup>84</sup> Joaquim Romero Magalhães, “A partilha do mundo”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, pp. 535-536; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *D. João III*, *op. cit.*, p. 155.

desviado para conflitos interibéricos, entre o último terço do século XIV e o início da centúria seguinte<sup>85</sup> – estará presente em 1415 e não se apagará totalmente até D. Manuel, com quem aliás atinge um novo pico de fervor e se assume como eixo político<sup>86</sup>. O “império” como empresa científica (ou pelo menos dependente da técnica e do seu progresso rápido) e comercial, policêntrico e descontínuo territorialmente, e baseado na presença pontual e não na dominação extensiva, é um conceito a muitos títulos revolucionário, que está presente nos Descobrimentos, mas nunca os dominou, e conviveu sempre com um substrato tradicional ininterrupto e por vezes quase “romântico”<sup>87</sup>. Aliás, além da cruzada, a própria ideia de Reconquista, ou algumas das suas heranças diretas, podem encontrar-se na Expansão. Desde logo, não só Ceuta fora historicamente visigoda, como a lenda que atribuía ao “conde Julião” dessa cidade a génese da invasão muçulmana de 711 (que de facto dali partiu) lhe dava esse capital simbólico<sup>88</sup>; por outro lado, a proximidade geográfica e as interações entre as costas marroquinas e ibéricas, faziam da travessia militar, para conquista, do estreito de Gibraltar, uma continuação natural da progressão peninsular – que a titulação dos reis portugueses, incorporando Marrocos como a parte *d'além-mar* do reino dos Algarves (logo, a sua *extensão*), testemunha<sup>89</sup>. Da Reconquista, também, a Expansão herda a coordenação com outros reinos hispânicos na guerra santa (bem viva no Salado), e a definição de zonas de influência, de “coutos de ofensiva”. Tordesilhas, assim, não é tanto um acontecimento singular e sem precedentes: estende apenas à escala planetária, 25 anos depois, a divisão de atribuições de áreas de conquista do tratado das Alcáçovas (que outorgara a Portugal direitos sobre o reino de Fez, e a Castela sobre o de Tremecém<sup>90</sup>), ele próprio herdeiro de outros acordos medievais. É evidente que há um deslizamento entre essa *naturalidade* da empresa magrebina, ainda de protagonismo nobre e mentalidade cavaleiresca, socorrendo-se das Ordens militares e suportando alguns resquícios das noções de feudos e termos municipais<sup>91</sup>, e o posterior abandono da navegação costeira, tocando terra em pontos de função comercial (as feitorias) ou de abastecimento e defesa de rotas (guarnições, mais que cidades), que se ficam pelo âmbito da burguesia e dum exército ainda não

---

<sup>85</sup> As guerras fernandinas de 1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382 (Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 70-79, 101-104, 149-156), e a guerra joanina de 1383-1385, e que só se extingue verdadeiramente em 1402 (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 97-111).

<sup>86</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 17, 114, 154-157; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, pp. 65-67.

<sup>87</sup> António Rosa Mendes, “A vida cultural”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, p. 378.

<sup>88</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 137 (e p. 56).

<sup>89</sup> Titulação usada desde 1471 (Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, p. 145; cf. Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, p. 82; Armindo de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, p. 370).

<sup>90</sup> O mesmo género de acordos atribuirão também a Aragão os direitos de conquista do reino Háfsida de Túnis (Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 120-123; João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 192-194).

<sup>91</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, pp. 141-142; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 69.

regular, mas já permanente, que ocorre entre os reinados de D. João II e D. Manuel<sup>92</sup>; da mesma forma e em sincronia, onde começa por haver uma manutenção do *modus operandi* eclesiástico, criando hierarquia ordinária em Marrocos e nas ilhas atlânticas (foram dioceses Ceuta, em 1418<sup>93</sup>, Tânger, em 1469, Safim, c. 1473, e o Funchal, em 1514) e atribuindo gestão em *nullius diocesis* à Ordem de Cristo<sup>94</sup>, passa posteriormente a ter mais protagonismo a missão, em proselitismo regular, sobretudo mendicante, e não de clero secular<sup>95</sup>.

É também entre D. Afonso IV e D. Manuel que a centralização régia se converte em celebração régia, em que o postulado do direito divino<sup>96</sup> se exprime em práticas de visibilidade e de memória. É antes de mais a *imagem* do rei, tanto ou mais que os seus feitos, que começa a ser trabalhada: D. Fernando é *O Belo*, barbeia o rosto<sup>97</sup>, demonstrando uma precoce consciência da moda e do culto da aparência que reveremos em todos os reis deste período (inclusive quando ela se inverte e D. João II recuperar uma barba “à antiga”), e de que a silhueta estilizada à borgonhesa – de negro, pontilhas e calças justas, contrapostos aos ombros exagerados e chapéus escultóricos – de D. Afonso V<sup>98</sup>, ou a robusteza amplificada pelo traje, de D. Manuel, são exemplos notórios. Também vemos a ritualização da sua *presença* – de D. Pedro, que cria e sustenta uma *entourage*<sup>99</sup>, e cujo populismo parece já atuação “teatral”, aos cuidados postos na encenação das primeiras cortes de D. João II<sup>100</sup> – pela elaboração

---

<sup>92</sup> É um novo conceito a que o próprio D. Manuel resiste, mas que é defendido por boa parte dos que o rodeiam, e afinal aplicada *in loco* pelos seus capitães (João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 154-159); sobre a gradual regularização do exército, ler Joaquim Romero Magalhães, “A guerra: os homens e as armas”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, pp. 107-108.

<sup>93</sup> Cátedra herdeira do bispado de Marrocos, existente desde os inícios do século XIII, sendo aliás o primeiro pastor ceutense um bispo de Marrocos (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 153).

<sup>94</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 153-154.

<sup>95</sup> *Idem*, pp. 144-151; Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 101-104.

<sup>96</sup> Doutrina instrumental já sob D. Afonso IV (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV*, *op. cit.*, pp. 73-76) e D. Pedro (Cristina Pimenta, *op. cit.*, pp. 10-11); consagrada no culto da capela real como uma “igreja pessoal à parte”, com D. João I (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 139-140) e D. Duarte (Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 187), na manutenção de beneplácito régio até D. João II (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 91-92 e 128-129; Maria Helena da Cruz Coelho, *idem*, p. 214) e intromissão continuada na *libertas ecclesiae* (Luís Miguel Duarte, *idem*, pp. 189-191; Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, pp. 163-165; José Marques, “D. João II e a Igreja – alguns aspectos”, separata de *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*, actas do colóquio homónimo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2005, p. 120), e, obviamente, elevada ao extremo no messianismo de D. Manuel (João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 176-177).

<sup>97</sup> Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 86.

<sup>98</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12.ª ed. corrigida e atualizada, Porto, Porto Editora, 1982, p. 141; essa estilização e exagero já vêm pelo menos desde meados de Trezentos, e já com um ponto alto sob D. Fernando (Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 86; A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 39-45).

<sup>99</sup> Cristina Pimenta, *op. cit.*, pp. 10-11.

<sup>100</sup> Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, p. 61.



crecente das festividades<sup>101</sup> e da etiqueta cortesã<sup>102</sup>, que coincide com mecanismos de multiplicar virtualmente essa presença, na ascensão do retrato, na normalização e exibição da heráldica<sup>103</sup>, na posterior utilização de ícones de leitura mais direta (o monograma de D. João I, o pelicano de D. João II, a esfera armilar manuelina), no recrudescimento da ereção de pelourinhos<sup>104</sup>. Assiste-se também à fixação da memória, assumindo-se centralmente a cronística<sup>105</sup>, assinalando visivelmente as obras custeadas pelo rei (patrocinando e controlando diretamente edificações, mais elaboradas e visíveis, e que *figuram* também a pessoa do monarca: paços, túmulos/panteões, tribunas régias)<sup>106</sup>. A evolução da estrutura e carácter nobiliárquico português é também parte deste fenómeno. A densificação da rede de títulos, de que já vimos os sinais no capítulo anterior, ganha corpo agora, erigindo-se também, pela primeira vez, uma subclasse de alta nobreza, pela criação, por ordem hierárquica, de baronatos, viscondados, condados, marquesados e ducados. Os graus mais altos, aliás, e que mais retêm um jurisdição efetiva a eles originalmente associada<sup>107</sup>, são destinados a familiares do rei, e correlacionados à proximidade desse parentesco<sup>108</sup>. Assim, não só se complexifica o filtro de separação entre os plebeus e os monarcas, como se sublinha que a posição e o poder *emanam* apenas do soberano<sup>109</sup>.

Nesta longa transição de dinâmicas históricas, europeias e portuguesas, a Ordem regente sofre todas as ameaças, espelha as mesmas dúvidas, tende para as respostas características da época. Não estando portanto na contracorrente do que observámos, nem inerte, acaba muitas vezes por optar, na

---

<sup>101</sup> O culto da música (e da polifonia) assim como aparato da refeição já são nitidos com D. Fernando (Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 84-86; Manuel Pedro Ferreira, “Antes de 1500: mil anos de música em Portugal”, in COSTA, Jorge Alexandre (coord.), *Olhares sobre a história da música em Portugal*, Vila do Conde, Verso da História, 2015, pp. 56-58), e a refeição pública do monarca está definitivamente codificada com D. Afonso V (José Custódio Vieira da Silva, “O Paço”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. I, p. 96; A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 20); uma crescente elaboração gastronómica e o uso de especiarias estão relativamente normalizadas, pelo menos em 1352, bem antes dos Descobrimentos (ver nota 55 deste capítulo).

<sup>102</sup> Veja-se como D. Afonso V, na sua viagem a França, acha inferiores o protocolo e as regras do trajar da corte de Luís XI (Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, pp. 283-284), ou atente-se no seu valido, D. Lopo de Almeida, que tem opinião similarmente depreciativa do cerimonial, da comitiva e do próprio imperador Frederico III, e que nota como o seu trajar impressiona em Roma (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte, Coimbra, edição da autora, 2002, vol. I, pp. 285-286), ao mesmo tempo que critica os modos à mesa dos italianos (Iria Gonçalves, “A alimentação”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. I, p. 258).

<sup>103</sup> José Custódio Vieira da Silva, “O Paço”, *op. cit.*, p. 79.

<sup>104</sup> A partir do século XV os pelourinhos são mais simbólicos que funcionais, e é consumadamente como tal que proliferam, sendo já manuelinos o maior número dos pelourinhos que chegaram até nós (Ana Cristina Leite in “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 81).

<sup>105</sup> A partir de 1419 (António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 121-151).

<sup>106</sup> Afirmção individual também expressa pela produção literária de D. João I, D. Duarte e do infante D. Pedro (*idem*, pp. 111-114).

<sup>107</sup> Numa época em que a recompensa régia à fidalguia deixa sequer de ser fundiária (ver nota 71 deste capítulo).

<sup>108</sup> Começam pelos familiares da *aleivosa*, Leonor Telles de Meneses, para quem se erigem condados a partir de 1373 (os de Viana, Neiva e Seia: Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 100), até à criação dos ducados de Coimbra e Viseu (1415), e mais tarde Bragança (1442) para os infantes reais (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 124, 126, 134); note-se a hierarquia também, entre títulos e parentescos, de familiares por afinidade a filhos.

<sup>109</sup> Análogo princípio se estenderá aos mestrados das Ordens militares, desde interferências nas nomeações na Ordem de Cristo (e patrocínio da carreira do seu filho, futuro D. João I, na Ordem de Avis) por D. Pedro (Cristina Pimenta, *op. cit.*, pp. 189-190) até associação dos cargos à pessoa do rei ou de seus familiares diretos, estabelecida com D. Manuel (João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 242); com D. Manuel, aliás, o mesmo ocorrerá na chefia de outras Ordens regulares (*idem*, pp. 210-211).

multiplicidade que se instala, por vias de reação em parte inspiradas em linhas tradicionais, em parte querendo integrar-se nos novos tempos, que em vez de a proteger, a comprometem.

A crise geral europeia de Trezentos e Quatrocentos, presente em todas as suas manifestações no reino português (que quando muito se encontra distante das consequências físicas do perigo turco), afeta diretamente os Crúzios. A conjugação dos maus anos agrícolas, da perda e fuga de mão de obra que a Peste Negra trará, bem como a insegurança dos bens e a cobiça da nobreza, a braços ela mesma com a perda de rendas, porão em crise o modelo de exploração fundiário, baseado nos rendeiros, e a vantagem adquirida de privilégios que agora são contestados. Conhecemos o processo nos senhorios do grande mosteiro de Coimbra<sup>110</sup>, adivinhamos o que terá representado nos cenóbios menores, levando nomeadamente às extinções que já vimos; mas sabemos também de iniciativas de boa administração (em Santa Cruz, Paderne, Refoios, Landim, Ancede, Roriz, Junqueira) assim como de resistência útil à cobiça de padroeiros (em Grijó<sup>111</sup>, Moreira, Junqueira, Mancelos<sup>112</sup>, Landim, Vila Boa do Bispo, Cárquere<sup>113</sup>), visíveis desde a década de 1360, poucos anos após a incidência da Peste.

A crise religiosa, correlacionável a esta, mas ainda assim autónoma, é a segunda vertente a incidir negativamente sobre a instituição canonical. A senhoriação e mercantilização crescentes da Igreja, assim como as dissensões drásticas do Grande Cisma (com conflitos internos de obediência a Roma ou Avinhão pelo menos em Santa Cruz, São Vicente de Fora e São Salvador de Grijó<sup>114</sup>) levarão ao enfraquecimento do sentido de missão, à crescente pobreza de vocação e da formação dos efetivos religiosos, e à generalização do cancro da entrega dos priorados em comenda, nos Regrantes como

---

<sup>110</sup> Ver notas 5 e 6 deste capítulo.

<sup>111</sup> Jorge de Alarcão, *A propriedade rural do mosteiro de Grijó em meados do séc. XIV e sua administração / A propriedade rural do mosteiro de Grijó – Livro das Campanhas*, dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1956-1957, *passim*; José Augusto P. de Sotto Maior Pizarro, *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Universidade do Porto em 1987, Ponte de Lima, Carvalhos de Basto, 1995, *passim*; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 32.

<sup>112</sup> Luiz de Mello Vaz de São Payo, “Os Naturais (Séc. XIII e XIV)”, in METELLO, Manuel Arnao (dir.), *Raízes e Memórias*, n.º 1, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, Julho de 1987, pp. 59-61, 66-69; Eugénio de Andrea da Cunha, “O mosteiro de S. Simão da Junqueira. Padroeiros, herdeiros e naturais. Uma nota à margem do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro: da verdadeira origem dos de Cunha”, in AAW., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional - actas*, “Memorabilia christiana”/1, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. I, pp. 687-688; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 32.

<sup>113</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 33.

<sup>114</sup> Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 433; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 538.

noutras Ordens<sup>115</sup>. Entre os Cruzios, desde meados do primeiro quartel do século XV que vemos a aparição paulatina de comendatários<sup>116</sup>, que serão regra universal nos inícios da centúria seguinte. Nem todos os comendatários, porém, serão maus gestores<sup>117</sup> e nem todos serão aceites sem oposição, sendo essa oposição eficiente, por vezes (pelo menos em Casas mais prestigiadas): em Landim, entre 1444 e 1446, um prior, D. Fernão Martins Taveira, terá sido imposto pelo Duque de Bragança (de quem era camareiro) através do arcebispo D. Fernando da Guerra, mas ainda assim com a salvaguarda de ter de professar como cônego regrante e passar pela eleição pelos membros do cenóbio<sup>118</sup>; em São Vicente de Fora, em 1465, sabemos que a comunidade impõe similar condição de compromisso com a Ordem a D. Nuno Álvares de Aguiar (prior de que falaremos adiante)<sup>119</sup>, que era cisterciense e vinha de Santa Maria de Aguiar<sup>120</sup>; em Santa Cruz, nem que como mera formalidade, o mesmo ocorre com o reformador externo D. Gomes Eanes, que passa por eleição e professa como cônego para aceder ao priorado em 1441<sup>121</sup>, e, entre outras notícias de resistência ali, em 1459-1463 o mosteiro opõe-se a um candidato de D. Afonso V, D. João da Costa, e não cede até se atingir um acordo entre as partes<sup>122</sup>.

Da debilidade a que chegarão a observância e a preparação dos clérigos, entre outros testemunhos,

---

<sup>115</sup> Em Alcobaça o prior é comendatário desde 1475 (Joaquim Veríssimo Serrão, “Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, um caso de rivalidade cultural?”, separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano: actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, p. 92; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 138), mas já há antes um reformador externo, D. Estêvão de Aguiar, colocado como abade pelo papa, a pedido do rei, entre 1431 e 1446 (António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, separata de *Studia Monastica*, vol. 5, fasc. 1, Barcelona, Abadia de Montserrat, 1963, pp. 143-144; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 140, 212); o reformador é muito próximo de Infante D. Pedro, a quem assiste militarmente na luta pela regência, em 1439 (Humberto Baquero Moreno, “O Infante Dom Pedro e o ducado de Coimbra”, separata de RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista História*, n.º 5, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Universidade do Porto, 1984, p. 39, Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, p. 64).

<sup>116</sup> Há testemunhos de regimes proto-comendaticios anteriores, como em **São Pedro de Folques**, c. 1377, mosteiro que, de qualquer forma, já estaria comendado em 1419 – Saul António Gomes, “Um Mosteiro de cônegos regrantes em tempos medievais: S. Pedro de Folques (Arganil)”, in COELHO, Maria Helena da Cruz (dir.), *Revista Portuguesa de História*, vol. XL, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008/2009, pp. 310-311. **São Jorge** poderia já estar sob autoridade de um prior comendatário em 1420, segundo o cronista Timóteo dos Mártires, que era ele mesmo prior desse mosteiro (*Princípio, fundação, união, reformação e progresso dos mosteyros da Ordem Canónica de Congregação do Real Mosteyro de Sancta Cruz de Coimbra da cidade de Coimbra, Coimbra*, c. 1686, t. III, p. 83), mas essa referência deverá ser sobre D. João Verba, originalmente dominicano, cônego pelo menos em 1418, e prior em 1423, e eventualmente aí chegado pela relação estreita que manteve com D. Duarte e o Infante D. Pedro (A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro” in CRESPO, João Diogo, SOUSA, António Domingues de (dirs.), *Itinerarium – colectânea de estudos*, ano II, n.º 10-11, Julho-Outubro, Braga, Editorial Franciscana, 1956, pp. 436-440; António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, “*Studia Albornotiana*”/LVI, Bolonha, 1990, vol. I, p. 524); essa denominação é questionável, uma vez que, como mosteiro do padroado régio, a nomeação prioral em São Jorge já tinha tradicionalmente de ser aceite pelo rei e há de ter estado portanto sempre acessível ao seu patrocínio (*idem, ibidem* e Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 39-40, 281 e 472-473). Aires Gomes Fernandes afirma que um dos primeiros casos cruzios será **São Pedro de Roriz**, em 1426 (*idem*, p. 124).

<sup>117</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 39; há no entanto casos, como Sixto da Cunha em Santa Maria de Oliveira, que são bons administradores do património (que é o seu), maus provedores das Casas e da sua comunidade, e péssimos líderes espirituais: leia-se Maria Rosário da Costa Bastos, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira” in FERNANDES, Agostinho Peixoto (dir.), *Boletim cultural*, II série, n.º 16, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, *passim*.

<sup>118</sup> António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, António Martins e Emília Nóvoa Faria, 2002, pp. 97-98; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 351-352.

<sup>119</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 38.

<sup>120</sup> Margarida Conceição, “Igreja e mosteiro de Santa Maria de Aguiar”, 1992, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 7-2-2014].

<sup>121</sup> António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, p.99.

<sup>122</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, p. 167.

falam eloquentemente as visitas ordenadas pelo arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, em 1528, abrangendo oito mosteiros crúzios<sup>123</sup>. Tal não impede que um cenóbio menor, Santa Eulália de Rio Covo – e aparentemente com apoio de outros institutos agostinhos regionais, como São Simão da Junqueira – seja capaz de uma edição crítica do Breviário da Ordem, em 1514<sup>124</sup>.

Não obstante, neste panorama de enfraquecimento económico, humano e institucional, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho serão também dos mais precocemente sensíveis à necessidade de gestão defensiva e de reforma interna, logo em finais do século XIV, e fá-lo-ão primeiro por iniciativa interna. Um exemplo óbvio é D. Vasco Martins de Baião, prior de Santo André de Ancede, de 1354 a 1377, que defende combativamente os interesses económicos do mosteiro nesta época difícil, ao ponto de se tornar uma espécie de “líder de recurso” para outras canónicas crúzias, pelos mecanismos internos à instituição. Chega a ser nomeado para São Jorge de apar de Coimbra em 1362 (embora a sua presença aí não chegue a acontecer ou seja muito efémera) e torna-se prior de Santa Cruz de Coimbra, de 1377 até à sua morte em 1393, onde é não só um talentoso administrador mas demonstra agir sobre a vida espiritual, conduzindo uma revisão das Constituições e Costumeiro, o que já não se fazia desde a reforma de 1229<sup>125</sup>. Também, de 1418 a 1437, o priorado de D. Gonçalo Gil na mesma Casa, apesar de poder ter resultado de uma intervenção de D. João I, para resolver o cisma criado pela eleição simultânea de dois priores por fações internas do cenóbio, é outro momento de forte pulso sobre os recursos e direitos de Santa Cruz, e conduzido por um cónego crúzio, vindo de São Julião do Tojal, igreja do padroado de São Vicente de Fora<sup>126</sup>.

A pulsão reformista, de qualquer forma, é ineludível e geral quando chegamos aos inícios de Quatrocentos. Como vimos acima, uma dinâmica de retorno à essência é sensível na vida religiosa, e um vento reformador percorre os concílios deste intervalo: de Constança (1414-1418), que encerra o Grande

---

<sup>123</sup> Franquelim Neiva Soares, “Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, *op. cit., passim*; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 42-50. Note-se que, em termos relativos, Saul António Gomes considera o testemunho desta visitaçao como não apresentando sinais inteiramente negativos: “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, in AMORIM, Norberta, PINHO, Isabel, PASSOS, Carla (cord.), *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 276-277.

<sup>124</sup> Aliás feita em imprensa própria (Arménio Alves da Costa Júnior, *O Mosteiro do Rio Covo à luz do Breviário de 1514 - estudo analítico do Temporal*, dissertação de mestrado em Ciências Musicais apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1992, pp. 7-9 e 102-104).

<sup>125</sup> Em 1380-1382 (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 525; “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 55); sobre D. Vasco, leia-se também Aires Gomes Fernandes, “As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos”, in CLEMENTE, Manuel (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, tomo XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 353-355.

<sup>126</sup> A defesa dos direitos do mosteiro face a Alcobaça e à Batalha são também do seu priorado; leia-se Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668, livro IX, cap. XXV, p. 248; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 73; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 516, e “Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *op. cit.*, p. 281; ; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 95-98; Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, *op. cit.*, p. 297.

Cisma, ao de Basileia (1431-1442), onde se exploram grandes inovações idealistas, como o conciliarismo e a reunificação com a Igreja Oriental; mesmo o tábico concílio de Latrão V (1512-1517) é ainda assim movido por intenções de reforma<sup>127</sup>. Os monarcas portugueses da dinastia de Avis, particularmente com a subida ao poder da *Ínculta Geração* – formada de modo inovador e contemporânea da desunião da Igreja e da ascensão da centralização régia – estão claramente imbuídos da ideia que a eles, como *Príncipes de Cristo*, lhes cabe a moralização das instituições religiosas nacionais<sup>128</sup>. Enfim, embora o mesmo não seja verdade para todas as estruturas eclesiásticas<sup>129</sup>, os institutos cenobíticos não só são um grupo onde mais cedo se manifestam reações de regeneração (como o movimento da observância), como são também mais diretamente atingidos pela crise, nomeadamente demográfica e agrícola, do século XIV. Os Crúzios, já se viu, não são exceção, e sentirão ainda, mais que outras Ordens, um afastamento relativo aos centros de decisão, o que mais os dispõe à reforma; como analisámos, Coimbra e Santa Cruz são gradualmente menos visitadas pelo rei – são-no menos que Alcobaça ou as sedes das Ordens Militares de Tomar, Crato, Avis e Palmela – e todas estas Ordens são sensivelmente menos urbanas que os Mendicantes, que gozam ainda da proximidade à Coroa, participando da Expansão com a missão que está inscrita no seu código genético<sup>130</sup>.

Dá-se o paradoxo – algo tão característico deste tempo – de essa generalizada apetência regeneradora ser simultaneamente subvertida por parte de todos os agentes em presença: a vontade de poder régia; a mundanização da Igreja; a senhorialização dos superiores monásticos e a cobiça de todos eles pelos rendimentos eclesiásticos. Os Crúzios são reféns destas forças opostas, internas e externas, que se anulam mutuamente, e parecem procurar renovar-se sem nunca sair inteiramente dos seus vetores tradicionais: a proximidade aos soberanos, a intervenção na sociedade e o papel cultural.

Após a distância, se não a hostilidade, dos últimos reis da dinastia borgonhesa, os Regrantes aderem à causa do Mestre de Avis em 1383-1385, e em Santa Cruz, em São Vicente de Fora, em Grijó, em

---

127 August Franzen, *op. cit.*, pp. 248-257, 323; sintomaticamente à postura de envolvimento na Igreja dos monarcas deste período, D. João I tomou grande cuidado em fazer-se representar em Constança e Basileia, e até mesmo no concílio irregular de Pisa, em 1409, primeira tentativa de encerrar o Cisma (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 211-212).

128 Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Os primeiros impulsos de reforma das Ordens Religiosas”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000-2002, vol. II, p. 16; António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, pp. 62-63.

129 Nomeadamente para o alto clero secular que resiste de forma conservadora à reforma (Armando de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, pp. 437-438).

130 Para Dominicanos, criados para atuar entre hereges, a adaptação é pequena; a *Regula Bullata* franciscana, (a sua primeira Regra oficial, de 1223), no seu cap. XII, refere já expressamente frades que atuem sob “Sarracenos e outros infiéis” (*Regula bullata*, in *San Francisco de Asís: escritos, biografias, documentos de la época*, 4.ª ed. revista, “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. XXIII, Madrid, editorial Católica, 1991, p.116); ambas as Ordens estão em Marrocos desde o início da presença lusa e estarão em todos os outros territórios africanos, americanos e asiáticos. Outras Ordens mendicantes seguiram: os Trinitários operavam o resgate dos cativos nas praças africanas (e um dos seus frades foi com Vasco da Gama), e os Agostinhos Eremitas atuaram em África, na Pérsia, na Índia e no Sudoeste da Ásia (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 144-152; Balbino Rano, *op. cit.*, pp. 99-100).

São Jorge, na Costa, os priores acolhem o título honorífico de “*criado de El Rei*”<sup>131</sup> e estão por vezes mais na presença e no serviço do rei que no dos seus mosteiros. Essa proximidade reencontrada, com o gáudio e alívio que se adivinha, não só facilita a emulação cortesã, como a gradual abertura à intromissão do rei na gestão interna. Em Santa Cruz, por exemplo, depois de D. Vasco Martins de Baião, todos os priores – que não a brevíssima chefia de D. Afonso Martins, entre 1459 e 1463<sup>132</sup> – são fruto de alguma forma de pressão externa: um outro D. Afonso Martins (prior de 1393 a 1414) é um favorito de D. Filipa de Lencastre; D. Gonçalo Gil (1418-1437) é sugerido por D. João I; D. Gomes Eanes (1441-1459) é sucessivamente solicitado como reformador a Roma por D. Duarte e pelo regente D. Pedro, na menoridade de D. Afonso V (que mais tarde conseguirá ele próprio que a sua missão seja estendida a toda a Ordem), e este último monarca já indicará abertamente os seus candidatos (D. João da Costa, de 1463 a 1473<sup>133</sup>, e D. João Galvão, dessa data a 1484<sup>134</sup>). Com a tentativa do papa Júlio II de nomear o seu sobrinho, o cardeal Galeotto Franciotti della Rovere, ao priorado do mosteiro, que era imediato à Santa Sé (e que aquele deterá de 1506 à sua morte, no ano seguinte), a oposição de D. Manuel até poderá ter sido bem vista pelos cónegos, mas produz afinal a autorização pontifícia para que o rei doravante nomeie diretamente os condutores do mosteiro<sup>135</sup>; mais ainda, se a primeira dessas nomeações é de D. Pedro Gavião (de 1507 a 1516, em cujo nome de ave de rapina os cónegos lerão similitudes ao seu carácter), a posterior atribuição da posição, como regra, a infantes, terá uma nota de privilégio que pode também ter agradado, mas é a consagração definitiva desse priorado como um lugar honorífico e sobretudo de rendimento material, com diminuta ou inexistente função de condução institucional<sup>136</sup>.

---

<sup>131</sup> Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 543; Aires Gomes Fernandes, “*As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge...*”, *op. cit.*, pp. 358-359.

<sup>132</sup> A que o rei, D. Afonso V, se opôs sem sucesso, mas cujo candidato acabará por ser eleito seguidamente (ver nota 121 deste capítulo).

<sup>133</sup> Que o rei já propusera em 1459 (ver notas 122 e 132 deste capítulo).

<sup>134</sup> E ainda D. João de Noronha, que é prior de 1484 a 1506, mas que terá já sido escolhido pelo rei antes da sua morte, em 1481, segundo os cronistas cruzios (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro IX, cap. XXVIII, p. 263; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 78); apesar das incoerências entre os registos cronísticos, a ocorrência dessa escolha não é impossível, dado que a eleição do antecessor de D. João de Noronha para arcebispo de Braga em 1481 anunciaria a necessidade da sua substituição (sobre D. João de Galvão falaremos mais adiante).

<sup>135</sup> Pelo breve *Dudum cupientes*, de Júlio II, em 1506 (Armando Alberto Martins, “*As reformas do rei D. Manuel I...*”, *op. cit.*, p. 276).

<sup>136</sup> Esta elencagem e cronologia de priores de Santa Cruz é minha, feita a partir das listagens apresentadas pelos cronistas (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro IX, pp. 243-284; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, pp. 71-90), por vezes bastante diferentes entre si, se não nos indivíduos referidos, certamente na sucessão e datas dos priorados; além da maior fiabilidade, já discutida anteriormente, de Timóteo dos Mártires, a quem atribuí mais crédito, recorri em confirmação a estudos posteriores, e tanto quanto possível àqueles inequivocamente baseados em documentação segura (como os trabalhos de António Domingues de Sousa Costa). No entanto, encontram-se entre esses estudos igualmente divergências, e até mesmo entre diferentes textos do mesmo autor (como acontece com Armando Alberto Martins), de origem nem sempre clara; onde não havia segurança, optei pelas datas em que se inclinava a maioria, e por textos mais recentes sobre os anteriores. A saber, foram utilizados: António Domingues de Sousa Costa, “*D. Gomes...*”, *op. cit., passim, e Portugueses no Colégio de S. Clemente...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 711-712; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 520-534, “*A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*”, *op. cit.*, pp. 55-58, “*Regrantes de Santa Cruz, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 270; “*Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos*”, *op. cit.*, p. 281, “*As reformas do rei D. Manuel I...*”, *op. cit.*, pp. 272-277; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 106-107; Saul António Gomes, “*Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*”, *op. cit.*, p. 433, “*Cónegos Regulares de Santa Cruz*”, *op. cit.*, p. 435, “*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530*”, *op. cit.*, pp. 268-271; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, pp. 105-107.

Paralelamente, o estatuto de *reformador* vai-se metamorfoseando e esvaziando com o passar do tempo: D. Vasco Martins de Baião e D. Gonçalo Gil são-no *de facto* e saem das fileiras cruzias; D. Gomes Eanes<sup>137</sup>, D. João Galvão<sup>138</sup> e D. João de Noronha<sup>139</sup> são-no *de jure*, vindos de fora (tenham ou não alguma relação ténue com Santa Cruz) por pedido régio e designação papal, e são maioritariamente ineficientes (e os mais tardios ainda mais que o primeiro); os priores instalados por D. Manuel aparecem como reformadores por delegação d'*O Venturoso*, que se vê como reformador ele mesmo<sup>140</sup>, mas não há sinais de reforma que não físicos – aliás, *edificados*. No entanto, do ponto de vista de Santa Cruz, a ilusão da sua influência e relevância resistia.

No que toca a um papel militante na sociedade, existem sinais de uma tentativa, desarticulada e sem perenidade, de participar na expansão ultramarina, enquanto foi possível vê-la como continuidade da ação eclesiástica de séculos anteriores. Se há um grande hiato entre os despontar da ideia da nova cruzada, como investida além-mar, e esses sinais, não é muito difícil justificá-lo razoavelmente. Desde logo, se o evento do Salado foi galvanizante para os Cruzios, como vimos no capítulo anterior, é óbvio que a distância relativamente a Afonso IV naturalmente os excluiu do projeto canário. A mudança dinástica é momento de alterar esse estado de coisas e existe um apreço mútuo entre D. João I e os Cruzios, mas as circunstâncias conjugar-se-ão para que os Regrantes se vejam afastados da empresa por mais de meio século, independentemente de por ela poderem ter tido ou não apetência: aquando da conquista de Ceuta, em 1415, a cabeça da Ordem, Santa Cruz, encontra-se enleada no cisma interno provocado pela dupla eleição já referida (1414-1418), sendo também nesse período que começa a descoberta e ocupação das ilhas atlânticas (a chegada a Porto Santo é em 1418); ao tempo da seguinte expedição, a gorada investida eduardina sobre Tânger de 1437, estará de novo Santa Cruz num período de sede vacante<sup>141</sup>, sem possibilidades de gerir diligências para integrar a iniciativa; posteriormente, já no reinado de D. Afonso V, a tomada de Alcácer-Ceguer (1458) encontra a canónica conimbricense em processo

---

<sup>137</sup> José Sebastião da Silva Dias, *op. cit.*, p. 97; Armando Alberto Martins, “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 57; António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, p. 155. Para ele D. Afonso V conseguirá a bula de reformação *Etsi romanus Pontifex* de Nicolau V, em 1452, em sintonia com planos de reforma em Cister e nos Beneditinos, de que fazia parte acabar com os priores comendatários.

<sup>138</sup> António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 711-712.

<sup>139</sup> José Sebastião da Silva Dias, *op. cit.*, p. 97.

<sup>140</sup> Aliás como reformador de Mendicantes e Cistercienses, além dos Cruzios, entre 1501 e 1520 (José Sebastião da Silva Dias, *op. cit.*, p. 98, João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 139); Leão X renova bula de reforma de 1452 (ver nota 137 deste capítulo) e incumbe os priores de Santa Cruz de Coimbra (nomeados pelo rei desde 1507) da reforma de todos os mosteiros da sua Ordem, na *Solet romanus Pontifex*, de 1517 (Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, pp. 286-287, “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 58; Saul António Gomes, “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, *op. cit.*, p. 271).

Um exemplo paralelo, quanto à iniciativa, à posição do promotor e ao seu insucesso, é o protagonizado por D. Jaime, 4.º duque de Bragança e 2.º de Guimarães, que tendo posse do padroado régio de Santa Marinha da Costa, institui ali como prior e reformador o franciscano Fr. João de Chaves, em 1515, com absoluto insucesso (Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 98 e 379).

<sup>141</sup> Em 1436, D. Duarte pede D. Gomes (que estava em Portugal nessa altura) como reformador geral de todas as Ordens portuguesas, mas o papa hesita, talvez por receio ao abade de Alcobaca (José Sebastião da Silva Dias, *op. cit.*, p. 96; António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, pp. 83-85, 147-148); entretanto, o prior de Santa Cruz falece em 1437 e D. Gomes só será designado para lhe suceder em 1441.

formal de reforma, sob D. Gomes Eanes, cujo conceito para a Ordem, como veremos, seria menos compatível com esse tipo de ação; suceder-se-á a investida sobre Anafé (a atual Casablanca, em 1468-1469<sup>142</sup>), mas que é uma iniciativa pessoal do infante D. Fernando e não do rei seu irmão – e portanto do herdeiro do Infante D. Henrique e Mestre da Ordem de Cristo, defendendo conseqüentemente interesses não compatíveis com os dos Cónegos. Só em 1471, afinal, é que se conjugarão uma sintonia com o monarca, um prior de Santa Cruz por ele escolhido (D. João da Costa), o fim do monopólio da Ordem de Cristo sobre os novos territórios de presença lusa, por volta de 1469<sup>143</sup>, e uma iniciativa de conquista cruzadística<sup>144</sup> e com objetivos urbanos – Arzila e Tânger. Aí, precisamente, segue um prior de São Vicente de Fora (e não será despidendo que venha de Lisboa<sup>145</sup>), D. Nuno Álvares de Aguiar, de que já falámos. Fora feito bispo de Tânger em 1468 e, precisamente em 1469, conseguiu a anexação à sua diocese dos territórios da Madeira, Açores e ilha de Santiago em Cabo Verde. Toma posse da sua sede episcopal no momento da conquista e torna-se o primeiro bispo residente da estrutura eclesial da Expansão.

Este verdadeiro projeto de estabelecimento diocesano como colonização eclesiástica concreta não pode deixar de lembrar precedentes undecentistas crúzios, mas virá a falhar: o poder da Ordem de Cristo, mesmo que quebrado o seu monopólio, impedirá a anexação efetiva dos arquipélagos atlânticos à Sé tingitana e aquela ficará reduzida a duas praças em território hostil, o que levará o seu bispo a enfim deixar Tânger entregue a vigários e regressar a Lisboa<sup>146</sup>. É uma tentativa que falha por tardia, ocorrendo quando há já demasiados poderes instalados, e no momento em que a expansão portuguesa começa a infletir para o novo paradigma de exploração e comércio, baseado em feitorias: em 1464 fora estabelecida a feitoria de Arguim, distantemente a Sul, e em 1469 instala-se a exploração sistemática, com a quota anual de 100 milhas, da costa africana; ainda antes da morte de D. Nuno Álvares de Aguiar, em 1491,

---

<sup>142</sup> Damião de Góis indica a primeira data, Rui de Pina a segunda (Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, pp. 245-246).

<sup>143</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>144</sup> O seu carácter coletivo, abrangente, pelo menos ao nível dos centros de poder, mede-se pela presença, além do rei e do príncipe herdeiro, do arcebispo de Lisboa, do bispo de Coimbra (D. João de Galvão, que seria o seguinte prior de Santa Cruz – ver nota 215 deste capítulo – se não o fosse já, como afirma Nicolau de Santa Maria) e do bispo eleito de Tânger, como veremos a seguir (Arzila pertencia à sua diocese, nem que Tânger não tenha sido necessariamente um objetivo, no início).

<sup>145</sup> Não é aliás impossível que o mosteiro de São Vicente de Fora já tivesse estado de alguma forma envolvido noutra expedição, a de Ceuta, o que explicaria a construção ali de uma capela dos Mártires de Ceuta, por D. João I (Paulo Almeida Fernandes, "*Hoc templum aedificavit Rex portugalliae Alphonsus I. o mosteiro medieval*", in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 101); Paulo Almeida Fernandes acha que ereção da capela se deverá à comprovada devoção de D. João I a São Vicente (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, p. 146) mas lembremo-nos de que as relíquias do santo se dividiam entre Sé de Lisboa e o mosteiro, e que é à catedral que o rei se faz deslocar, ao pressentir a morte, para um último ato de veneração a São Vicente, o que significa que é a ela que associava a presença daquele (Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 132).

<sup>146</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 315; António Dias Farinha, "Marrocos", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, p. 177; Jorge Manuel Simão Alves Correia, *Implantação da cidade portuguesa no norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006, "série 1 – ensaios"/n.º 26, Porto, Faup publicações, 2008, p. 222.



a poderosa feitoria de São Jorge da Mina implantar-se-á no golfo da Guiné (1482) e dela partirão as expedições que procuravam a passagem para o Índico – Diogo Cão tenta-o em 1482-1485, e Bartolomeu Dias consegue-o em 1487-1488<sup>147</sup>. Com o refluxo de interesse na cruzada, inclusive marroquina, sob D. Manuel, será curiosamente um prior de Santa Cruz, D. João de Noronha, designado como bispo-cardeal de Ceuta e primaz de África, em 1505, mas o prelado morrerá no ano seguinte sem que a nomeação se efetive<sup>148</sup>, ou se concretize qualquer veleidade de novo projeto de ação diocesana apostólica, aliás já improvável.

Por último, a permanência do amor augustiniano pela cultura é legível na resistência do ensino crúzio e nos esforços até para o expandir. Embora os Estudos Gerais tivessem estado em Coimbra de 1354 a 1377, retornam posteriormente a Lisboa e de lá não voltarão até ao século XVI; São Vicente de Fora pode ter participado da vida universitária<sup>149</sup>, mas obviamente não podia, na capital, ter a preponderância que Santa Cruz tinha na cidade mondegua. No entanto, a escola monástica de Santa Cruz também permanecerá em funcionamento durante todo este intervalo<sup>150</sup>, e o cenóbio estará ligado à iniciativa do infante D. Pedro, em 1443, como regente e duque de Coimbra, de criar uma segunda instituição universitária, que durará, embora sem grande relevo, pelo menos até aos fins da centúria<sup>151</sup>. Pírrica que seja aquela resistência e efémero que seja este projeto, a isso não será alheio o posterior sucesso dos Agostinhos em aparecerem como hipótese viável para conduzir o ensino universitário português, em Coimbra, como veremos no próximo capítulo<sup>152</sup>.

**6.2.3 Os agentes:** Das condições de produção do discurso arquitetónico crúzio, do geral para o particular, e estabelecendo a ligação entre a situação geral e a particularidade da instituição, faltará identificar agentes individuais que poderão ter moldado esse discurso, pela sua formação, contactos e viagens. Apesar de uma relativamente modesta produção edificada (mas bem maior do que a se tem

---

<sup>147</sup> Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 97-119.

<sup>148</sup> Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, pp. 272-273; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, p. 105.

<sup>149</sup> Os Estudos, perpetuados pela toponímia na Ruas das Escolas Gerais, eram aliás muito próximos a São Vicente: Ana Martins, “Pátio dos Quintalinhos”, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), [consultado em 23-1-2020].

<sup>150</sup> Praticamente só Santa Cruz, São Vicente e Alcobaça o fazem, pelo menos de forma consistente, dentre as antigas escolas monásticas (Armando de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, p. 538).

<sup>151</sup> Como comprova Saul António Gomes, em “Escolares e Universidade na Coimbra medieval”, in POLÓNIA, Amélia, RIBEIRO, Jorge Martins, RAMOS, Luís A. de Oliveira (cord.), *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, vol. I, p. 516; ler também Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 93; Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, pp. 202-204, e Walter Rossa, *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, tese de doutoramento em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2001, p. 519.

<sup>152</sup> Assim como a continuação de envio de cônegos para estudar em Bolonha; sabemos pelo menos de um, na última década do século XIV (António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 21-29).

reconhecido<sup>153</sup>), este é um período em que uma pessoalização de iniciativas é possível, não só pela gradual intromissão dos reis portugueses na gestão crúzia (que com D. Manuel se torna determinante), personagens sobre as quais há naturalmente uma maior riqueza de informação, como pela ascensão de fidalgos, pela mão desses monarcas, ao posto prioral – posto, de qualquer forma, em “afidalgamento” generalizado – que pelos próprios vetores da mentalidade da época mais facilmente deixaram sinais da sua individualidade. Igual acréscimo de visibilidade, com as devidas proporções, se aplica a alguns mestres de obras.

Um primeiro conjunto desses intervenientes, depois de mais de meio século de inércia edificatória, aparentemente absoluta, na Ordem, organiza-se à volta de D. João I (1357-1433). Sabendo nós do interesse do Mestre de Avis pela arquitetura como meio de afirmação, as raízes e contornos específicos do seu gosto arquitetónico são mais nebulosas. Certamente, a sua experiência direta resumia-se a Portugal, uma vez que, além de uma breve incursão em Castela (tendo estado em Alcanizes e Zamora), em 1387, e da expedição ceutense em 1415, nunca saiu do país<sup>154</sup>. Indiretamente, a aliança inglesa, o convívio com João de Gante (*John of Gaunt*, 1.º duque de Lancaster), entre 1386 e 1387<sup>155</sup>, e especialmente o casamento com a filha deste, Filipa de Lancaster/Lencastre, poderão ter-lhe trazido algumas aportações, assim como as escolhas matrimoniais para os seus filhos, unindo D. Duarte e D. Pedro a aragonesas, em 1428 e 1429<sup>156</sup>, D. Isabel com Filipe, *o Bom*, da Borgonha, em 1430<sup>157</sup>, e a sua filha ilegítima Beatriz com um inglês, Tomás, conde de Arundel, em 1405<sup>158</sup>. Noutra perspetiva, um balanço da sua mentalidade, produz uma espécie de equilíbrio entre tradicionalismos e inclinações para a inovação. Por um lado, educado numa Ordem militar, sabemos-lo sensível ao ideal cavaleiresco, participando de justas ritualizadas na juventude<sup>159</sup> e mais tarde fazendo cerimonialmente cavaleiros os seus filhos no rescaldo da conquista de Ceuta<sup>160</sup>, do mesmo modo como procede a uma sistematização e regulamentação da heráldica nacional<sup>161</sup>; o seu *Livro da Montaria*, mesmo sendo parte duma nova tradição de prosa doutrinal cortesã, mais literária e culta, é ainda herdeiro dum gosto sensual dos prazeres da caça (que ele compara aos da música) e da vida ao ar livre, com representantes literários desde D. Dinis<sup>162</sup>. Por

---

<sup>153</sup> Ver ponto 6.1.3 (assim como pontos 6.4.1 e 6.4.3).

<sup>154</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 158-162.

<sup>155</sup> Quando aquele vem tentar invadir Castela, desembarcando na Galiza (*idem*, pp. 97-99).

<sup>156</sup> Luis Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 98-99, 107-108, 125-126 (fazem-se mesmo tentativas sucessivas em Aragão, por volta de 1409 e em 1422-1424 para encontrar noiva para D. Duarte, o que demonstra um intuito deliberado de se aproximar desse reino).

<sup>157</sup> Trazendo Van Eyck a Portugal, na embaixada que vem receber a princesa (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 127-128).

<sup>158</sup> *Idem*, pp. 129-130.

<sup>159</sup> Rita Costa Gomes, *op. cit.*, pp. 106-107.

<sup>160</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, p. 181.

<sup>161</sup> Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, *op. cit.*, p. 83.

<sup>162</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 112.

outro lado, o processo revolucionário da sua ascensão ao poder, a adoção de novidades bélicas anticonvencionais de inspiração inglesa, a opção ousada pela tomada de Ceuta e a preparação cultural dos filhos e de associação destes a responsabilidades governativas, parecem indicar um espírito inovador<sup>163</sup>. D. Filipa (1360-1415), por sua vez, como estrangeira e proveniente de alta linhagem, trouxe consigo uma carga cultural interessante<sup>164</sup>, que o seu relativo protagonismo e voz ativa na vida do reino, como os cronistas consagraram<sup>165</sup>, pode ter permitido que fossem influentes. Sabemos que integrara círculos sofisticados, dos quais fizera parte o poeta e astrónomo Geoffrey Chaucer<sup>166</sup>, e que, para além do que poderá e deverá ter conhecido artisticamente, a sua infância e juventude se passou, entre outros castelos da Casa de Lancaster<sup>167</sup>, em Kenilworth,<sup>[fig.03]</sup> que nessa época foi reformado pelo seu pai em Gótico Perpendicular, sendo um dos casos mais característicos do uso desse estilo na arquitetura civil, assim como o é da derivação do castelo medieval para uma residência tanto orientada para o conforto e a sofisticação, como para um ideal cavaleiresco, mais pitoresco que realmente militar<sup>168</sup>.

Terá sido por influência da rainha que, como vimos, D. Afonso Martins terá ascendido ao priorado de Santa Cruz de Coimbra, de 1393 a 1414, e de qualquer forma a sua estabelecida proximidade fá-lo-ia sensível à influência dela e de D. João I. Reconhecidamente um mau prior, que depauperou o património (inclusive bibliográfico) do mosteiro<sup>169</sup>, havendo então sinais do empobrecimento cultural efetivo da comunidade<sup>170</sup>, D. Afonso não deixou de reconhecer certo valor à formação, enviando o seu filho, Fernando, para estudar em Bolonha<sup>171</sup>, e foi responsável por alguma atividade construtiva no cenóbio<sup>172</sup>.

Acrescente-se que um outro prior ligado ao rei, sendo aliás seu capelão, estaria à frente dos destinos de Santo Estêvão de Vilela em 1390<sup>173</sup>, não distante do momento – 1403 – em que sabemos que D.

---

<sup>163</sup> Incluem-se nestes sinais de espírito de inovação também a mudança de Era de César para a de Cristo, em 22-8-1422 (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, p. 219).

<sup>164</sup> Trouxe igualmente um séquito incluindo os seus chanceler, confessor, alfaiate e cozinheiro (*idem*, p. 142).

<sup>165</sup> Veja-se o discurso *in hora mortis*, que Zurara lhe empresta (Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 52).

<sup>166</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 114-115.

<sup>167</sup> Nomeadamente Bolingbroke, Hertford, Tutbury e Kenilworth (*idem*, *ibidem*).

<sup>168</sup> Peter Kidson, Peter Murray e Paul Thompson, *A history of English architecture*, Hardmondworth, Penguin, 1965, pp. 146-148.

<sup>169</sup> Além da negligência e desbarato, até ocorre uma inundação catastrófica do cartório, a que os cónegos chamaram “Dilúvio”, em 1411 (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, pp. 531-534; “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 56).

<sup>170</sup> Se é feita uma tradução da Regra de Santo Agostinho em 1395, esse esforço pode ser precisamente indicador de uma ignorância generalizada do latim (Armando Alberto Martins, “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 55).

<sup>171</sup> D. Fernando foi prior crasteiro em Santa Cruz e foi ele quem fez a tradução da Regra referida na nota anterior (António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 20-29 e 271; Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, t. I, p. 534).

<sup>172</sup> Nuno Cruz, “Nota histórica da Praça Oito de Maio”, Coimbra, Coimbra Viva Sociedade de Reabilitação Urbana, 2006, p. 1 [em linha] disponível em <http://www.coimbravivasru.pt/> [consultado em 5-2-2014].

<sup>173</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 191.

Gil Alma, então bispo dessa diocese (Porto) e posteriormente de Coimbra<sup>174</sup>, ali patrocina obras<sup>175</sup>. Com ainda menos informação disponível, um prior de São Miguel de Vilarinho entre 1370-1396, talvez não oriundo do mosteiro, D. João Gonçalves, terá sido um outro contribuinte para o discurso arquitetónico, neste momento<sup>176</sup>.

Um último protagonista possível desse discurso, no ciclo joanino, que conseguimos referenciar, pela colaboração que deve ter tido na colegiada de Leiria<sup>177</sup>, é o mestre Afonso Domingues, embora a informação sobre ele seja relativamente escassa. Terá nascido em meados de Trezentos, em Lisboa, aventa-se que na freguesia da Madalena (proveniência o que pode indicar uma posição social confortável) e talvez fosse familiar de Domingo Domingues, mestre de obras em Alcobaça e Santa Clara-a-Velha. Terá tido formação na catedral de Lisboa, podendo ter trabalhado na tribuna de São Francisco de Santarém<sup>178</sup>, e foi o primeiro responsável pelo mosteiro de Santa Maria da Vitória, e por conseguinte da sua implantação original, de 1388 à sua morte, em 1402<sup>179</sup>. As pistas que esta biografia mínima sugerem parecem confirmar-se no que vemos nos traços que lhe são atribuíveis na Batalha: um conservadorismo temperado, recuperando uma matriz cisterciense, mantendo-se fiel à tipologia mendicante, sendo sensível à evolução para um Gótico pleno que se iniciara precisamente com a intervenção de D. Afonso IV na cabeceira da Sé de Lisboa, que molda a cabeceira batalhina<sup>180</sup>.

Outro núcleo de intervenientes singularizáveis pode ser assinalado a seguir, no reinado de D. Afonso V<sup>181</sup>, entre a regência do infante D. Pedro e a assunção do poder efetivo pelo filho de D. Duarte, e nomeadamente em torno do priorado de D. Gomes Eanes em Coimbra.

D. Pedro (1392-1449), feito duque de Coimbra em 1415, após o regresso da expedição a Ceuta<sup>182</sup>, e regente do reino de 1438 a 1448, conjugou, no que a Santa Cruz diz respeito, o poder nacional e o

---

<sup>174</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 301, 309; D. Gil Alma é um bispo favorável ao rei: é ele que fecha venda do senhorio do Porto à coroa, em 1405 (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 216-217).

<sup>175</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 191.

<sup>176</sup> *Idem*, pp. 119, 396-397

<sup>177</sup> Há quem refira também Huguet, ou pelo menos equipas suas, mas será apenas em acabamentos decorativos (Pedro Dias, "O Gótico", *op. cit.*, p. 88).

<sup>178</sup> José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo*, "Estudos de Arte"/9, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 70.

<sup>179</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 22-23, e *A arquitectura gótica em Portugal*, *op. cit.*, pp. 112-113, 130-131; Flório de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 32; Pedro Dias, "O Gótico", *op. cit.*, p. 68; Paulo Pereira, "O «modo» Gótico...", *op. cit.*, p. 72, "A arquitectura gótica", *op. cit.*, pp. 63-64; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 70-71, 76; Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, *op. cit.*, p. 97.

<sup>180</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 24-27; Pedro Dias, "O Gótico", *op. cit.*, p. 55; Paulo Pereira, "O «modo» Gótico...", *op. cit.*, p. 78; Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *op. cit.*, p. 127; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 70-71.

<sup>181</sup> O breve reinado de D. Duarte aparentemente não regista obras entre os cruzios; outra história poderia ter sido se ele tivesse conseguido a nomeação de D. Gomes como reformador geral de todas as Ordens monásticas, em 1436 (ver nota 141 deste capítulo).

<sup>182</sup> Embora já viesse acumulando senhorios e propriedades (logo, influência) nessa região, desde 1408 (Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 28-30).

poder local; será pelo primeiro que consegue de Roma a nomeação de D. Gomes<sup>183</sup>, pelo segundo que terá tido influência próxima em projetos que envolverão a Canónica e que poderão ter sido a causa de empreendimentos arquitetónicos. Um pouco como seu pai, D. João I, o infante conjuga sinais de inovação e tradicionalismo. Como em 1383-1385, é uma pequena “revolução” popular que lhe outorga o poder absoluto, em 1439, afastando a rainha mãe, D. Leonor, e terminando uma regência conjunta inicial; como o pai (e mais ainda como o irmão, D. Duarte<sup>184</sup>) exprime o seu papel de líder moral através da produção de prosa doutrinária, com o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, aliás de forma mais pedagógica e abrangente que o Mestre de Avis, além de mais retoricamente escolástica<sup>185</sup>; além disso, a longa viagem, entre 1426 e 1428 – tocando em França, Inglaterra, o Sacro Império, a Rússia, a Itália, e Aragão, Navarra e Castela – que lhe deu o epíteto do *príncipe das sete partidas*<sup>186</sup>, como um *Grand Tour* com séculos de precocidade, atesta da sua abertura ao novo e vontade de aquisição de conhecimento por experiência, como aliás testemunha a *Carta de Bruges*, fazendo a D. Duarte um diagnóstico do país e da sua condução<sup>187</sup>. Com toda essa sua “modernidade”, é um príncipe que regerá Portugal favorecendo sensivelmente a aristocracia<sup>188</sup>, que escreve um tratado que defende e justifica a ordem feudal<sup>189</sup>, e que não cumprirá certas posições esclarecidas que assume na *Carta brugense* (nomeadamente a crítica pragmática aos prejuízos de manter Ceuta). Da mesma forma, o seu domínio da orgânica escolástica e das suas fontes e conceitos de base contrasta com os seus contactos com os humanistas florentinos. E, entre tanta erudição, mesmo que espalhando-se em direções díspares, o que tem a dizer sobre os Estudos Gerais, quando escreve de Bruges, resume-se praticamente à vontade de emular a organização física, em colégios, das universidades de Paris e Oxford<sup>190</sup> – o que prefigura a débil força da sua iniciativa escolar em Coimbra, e talvez lhe indique algo do seu perfil concreto. De qualquer forma, mau grado toda a riqueza cultural e arquitetónica a que também esteve exposto, e os sinais de que havia algum impulso seu para agir nessa área, não temos, nas obras ducais como nas nacionais (como na que decorria em Santa Maria da Vitória, barómetro e difusor de mudanças de orientação), nada que nos indique

---

<sup>183</sup> Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 270, e “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 57.

<sup>184</sup> Os dois irmãos partilham o apoio de Frei João Verba, prior de São Jorge, nas suas empresas literárias (ver nota 116 deste capítulo).

<sup>185</sup> Este é também o livro, dos produzidos pelos três príncipes, em que mais se cita Santo Agostinho: J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, p. 21.

<sup>186</sup> A. J. Dias Dinis, *op. cit.*, pp. 439-440.

<sup>187</sup> Luis Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 79-86.

<sup>188</sup> Armindo de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, pp. 503-504; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 114.

<sup>189</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 113.

<sup>190</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, edições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Filosóficos, 1969, vol. II, p. 423.

claramente qualquer preferência formal própria<sup>191</sup>.

Com D. Afonso V, no entanto, as coordenadas definem-se, tanto politicamente como estilisticamente. É claro o favorecimento que dedica ao clero e à nobreza, sendo do seu reinado o apogeu da criação de títulos nobiliárquicos<sup>192</sup>; concordantemente com essas solidariedades, concebe o governo como dependente do seu poder pessoal, tendendo a evitar as Cortes, quando não para lhes solicitar a angariação de fundos extraordinários<sup>193</sup>. Voluntarista é também o seu cruzadismo – que exercerá em Marrocos, que sonhará levar a Constantinopla – que faz convergir a sua conceção de poder com um notório zelo religioso<sup>194</sup>. Cultiva a imagem, como vimos, aprecia o protocolo e o cerimonial, e parece dedicar um interesse sincero pelo ensino, mantendo os Estudos que D. Pedro criara em Coimbra, protegendo pessoalmente a Universidade de Lisboa, atribuindo bolsas para formação estrangeira, pelo menos entre 1450 e 1477<sup>195</sup>; no entanto, aqui também um certo conservadorismo é detetável: apoia o ensino monástico (embora não forçosamente o episcopal)<sup>196</sup>, não moderniza o ensino universitário e envia bolseiros para centros mais tradicionalistas, como Salamanca ou Inglaterra<sup>197</sup>. D. Afonso V acabará por ser um monarca muito viajado, participando das conquistas marroquinas, entre Alcácer-Ceguer (1458) e Arzila e Tânger (1471), visitando pelo menos Zamora e Plasença, durante a guerra peninsular de 1475, e, por causa dela, indo a França pedir o apoio de Luís XI (entre 1476 e 1477), percorrendo o Rossilhão, a Provença, o vale do Ródano, o vale do Loire, Paris e Ruão, a Lorena borgonhesa, a Normandia e o Passo de Calais, e mesmo a costa inglesa<sup>198</sup>; no entanto, a maior riqueza dessas viagens, e as experiências arquitetónicas eventualmente mais desafiadoras, concentram-se nessa extraordinária expedição gaulesa<sup>199</sup>, ocorrida, afinal, apenas quatro anos antes da morte do rei, curtos anos marcados por dificuldades económicas e uma quebra de espírito d’*O Africano*, pelo que pouco deverão ter inspirado iniciativas ou opções construtivas.

Dois priores de Santa Cruz de Coimbra, pelo menos, próximos destes governantes, serão relevantes na

---

<sup>191</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, op. cit., p. 13; Paulo Pereira acha plausível que ele já adotasse o Gótico despojado que associamos a D. Afonso V (“Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p. 17).

<sup>192</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, op. cit., p. 168.

<sup>193</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>194</sup> Visível inclusive em várias reações que demonstra: aprecia a vida com cónegos agostinhos de Saint-Vaast, em Arras, e tem impulso de partir para Jerusalém após se sentir traído por Luís XI, em 1477; fica impressionado com o ritual mendicante ao assistir à profissão como clarissa da princesa Joana, a *beltraneja*, em 1480, e retira-se para o convento do Varatojo, quase como frade, em 1481 (*idem*, pp. 163-164, 290, 292 e 343-344).

<sup>195</sup> *Idem*, pp. 206, 209-210.

<sup>196</sup> *Idem*, pp. 208, 211-212.

<sup>197</sup> *Idem*, p. 210.

<sup>198</sup> *Idem*, pp. 226-245, 263-267 e 281-292.

<sup>199</sup> Nenhuma das cidades magrebina seria muito relevante no seu perfil construído (embora Ceuta e Tânger fossem de maiores dimensões e beneficiassem de um prestígio honorífico pelas tradições e o lendário que lhes estavam associadas - Jorge Manuel Simão Alves Correia, “Ceuta, Tangier and El Jadida: Muslim cities «interrupted»”, *In Abstracts of papers*, comunicação apresentada no 62nd Annual Meeting of the SAH - Society of Architectural Historians, Cincinnati, SAH, 2008, pp. 2-3), e Zamora e Plasença continuavam, neste último quartel do século XV, sobretudo agarradas a edifícios chave ainda predominantemente românicos.

existência de iniciativas arquitetónicas: D. Gomes Eanes e D. João Galvão<sup>200</sup>.

D. Gomes Eanes é uma figura verdadeiramente ímpar e talvez subestimada; pelo menos, as suas contribuições na esfera política, religiosa e artística, e a sua atividade em Portugal e Itália permanecem pouco integradas na historiografia<sup>201</sup>. Nascido em Lisboa nos finais do século XIV, sendo provavelmente filho dum notário, João Martins, terá ido para Pádua estudar Direito; entre 1412 e 1413 entra como noviço no mosteiro beneditino de San Fortunato de Bassano del Grappa (uma quarentena de quilómetros a Norte de Pádua); de qualquer maneira, em 1414 é no mosteiro paduano de Santa Justina que professa como monge de São Bento e se envolve no movimento de reforma observante da Ordem, de que esse cenóbio é um dos protagonistas. Com o seu dinâmico abade, Ludovico Barbo, participa de uma visitação à abadia de Santa Maria de Florença (conhecido simplesmente pela *Badia* florentina),<sup>[fig.04a]</sup> onde ficará para efetivar a reforma, sendo prior crasteiro em 1418 e abade no ano seguinte; é uma reforma apoiada pela nobreza local, que lhe permitirá reformar, além da instituição, as estruturas da Badia e dotá-la de uma importante biblioteca, nas duas décadas seguintes. Ao mesmo tempo é parte de um esforço alargado de expansão da observância beneditina pela sua abadia de profissão, que levará, nesse ano de 1419, à criação da congregação de Santa Justina<sup>202</sup>. O próprio D. Gomes participa desse proselitismo reformista, intervindo em San Fedele de Poppi, a Leste de Florença, em 1423, e sendo então presidente da congregação justinense<sup>203</sup>. Pelo menos por esta altura, a proximidade de D. Gomes à Coroa portuguesa e à Santa Sé, entre os quais serviu de representante, é manifesta: em 1424, a pedido de D. João I e D. Duarte<sup>204</sup>, vem a Portugal para tentar uma reforma dos beneditinos nacionais. Ao contrário dos sucessos transalpinos, esse desidério não se cumprirá, e D. Gomes voltará a Santa Maria de Florença em 1426<sup>205</sup>; será embaixador luso no Vaticano, assim como zelador de fundos da Coroa no estrangeiro, na cidade dos banqueiros Medici; também acolherá o infante D. Pedro na sua viagem europeia, disponibilizando-lhe fundos e apresentando-o a humanistas na cidade do Arno<sup>206</sup>. Por 1427 reforma mais um instituto

---

<sup>200</sup> Talvez fosse de considerar também D. João de Noronha, mas os autores oferecem-nos pouca ou nenhuma ideia do que construiu, e tudo indica serem obras sumptuárias e superficiais (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 270; Saul António Gomes, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, *op. cit.*, p. 435).

<sup>201</sup> Tome-se em linha de conta para acentuar essa descoordenação a diferença entre o seu nome português de Gomes Eanes (naturalmente o utilizado na historiografia nacional), a sua latinização como Gometius Iohannes, e também Gomezio di Giovanni, como aparece nos registos italianos e é conhecido na bibliografia internacional (veja-se Anne Leader, “Architectural collaboration in the early Renaissance - reforming the florentine Badia”, in STIEBER, Nancy (ed.), *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 64, n.º 2, Chicago, Society of Architectural Historians, Junho 2005, p.204).

<sup>202</sup> Que integrava Santa Justina, a Badia florentina, San Giorgio Maggiore de Veneza e San Felice e Fortunato de Aimone (nos arredores de Veneza): António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, p. 107.

<sup>203</sup> A sua irrepreensibilidade lê-se em como retirará a Badia da congregação em 1428 (por achar que já não seguia a observância com o rigor original), só reingressando em 1434 (António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, pp. 113, 118).

<sup>204</sup> Isto é, do segundo, uma vez que recebera grande parte das responsabilidades governativas do pai, antes de Ceuta (Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 46), e com quem D. Gomes se correspondia, nomeadamente discutindo a reforma religiosa (*idem*, p. 189).

<sup>205</sup> Fica D. Estêvão Aguiar, que com ele viera, como reformador em Alcobaça (ver nota 115 deste capítulo).

<sup>206</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, *op. cit.*, pp. 124-125; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, *op. cit.*, vol. II, p. 423.

beneditino, San Donnino, em Pisa, e atua também noutra Ordem (embora igualmente sob a Regra de São Bento), os Camaldulenses, dinâmica e expansão que prossegue na década de 1430, como visitador da Badia de Fiesole, do mosteiro feminino de Santa Maria de Mantignano, da abadia de Santi Salvatore e Lorenzo de Settimo (todos nos arredores de Florença) e dos priorados da Ordem Valombrosiana em Arezzo. Em 1435 está de volta a funções diplomáticas, sendo enviado como núncio a Valência e Portugal, e está em território luso em 1436, trazendo nomeadamente a bula de cruzada de Eugénio IV ao rei, caucionando o malogrado ataque a Tânger<sup>207</sup>. De regresso a Itália em 1437, será eleito Geral dos Camaldulenses em fins de 1439, cessando o seu abaciado na Badia florentina, mas essa nova missão de reforma, mais uma vez na esfera beneditina, será rapidamente interrompida, uma vez que o regente português, D. Pedro, conseguirá a sua indicação pelo papa para Santa Cruz em 1441, estando D. Gomes Eanes em Coimbra para professar como regrante e obter a eleição formal pelos cônegos, em 1442. Dez anos mais tarde, já sob D. Afonso V, verá a sua autoridade estendida a todos os mosteiros crúzios por bula pontifícia, que manterá até ao seu falecimento, em 1459<sup>208</sup>.

Em síntese, trata-se de um religioso imbuído precocemente dos movimentos reformistas – a observância regular e a *devotio moderna*<sup>209</sup> – do seu tempo; um homem instruído e testemunho dum momento importante de renovação cultural e artística, no seu centro de vanguarda; um político e cortesão reconhecido. Dele se esperariam a influência e a cultura que teriam permitido algo de revolucionário entre os Regrantes, até pela relação direta que parece ter estabelecido entre reforma moral e renovação da envolvente edificada<sup>210</sup>, durante a sua condução dos beneditinos da *Badia* de Santa Maria. No entanto, sabemos que as suas opções, numa cidade então plena de génios artísticos inovadores, foram predominantemente pragmáticas: reutilizou tanto quanto possível os edifícios pré-existentes, empregou artistas de segunda linha, com atribuições pontuais e não de conceção geral (a sua chegada<sup>211</sup>), e a funcionalidade parece prevalecer sobre qualquer grande gesto formal<sup>212</sup>. [fig.04b] Um outro *caveat* a este particular ator da história crúzia é que, apesar de ter dado os seus primeiros passos como reformador pela mão de um antigo cônego regrante (Ludovico Barbo), e mesmo tendo sobretudo intervindo em cenóbios urbanos (em Florença e Poppi), periurbanos (em Pádua e Pisa) e suburbanos (em Fiesole,

---

<sup>207</sup> Ao mesmo tempo que D. Duarte o pede como reformador, como já vimos (ver nota 141 deste capítulo).

<sup>208</sup> António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit., passim*; António Matos Reis, “O claustro da Badia de Florença”, in MEA, Elvira Cunha de Azevedo, RIBEIRO, Fernanda, AMARAL, Luís Carlos, CERVEIRA, Maria Elisa (cord.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da universidade do Porto, 2006, pp. 141-143.

<sup>209</sup> Essa espiritualidade influenciara Ludovico Barbo e a sua reforma, preconizando aliás a existência de celas individuais e não dormitórios comuns (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*, Porto, CITCEM-FLUP e Edições Afrontamento, 2011, p. 146); D. Gomes, concordantemente, apoiará o espaço da privacidade, erigindo celas na Badia (Anne Leader, *op. cit.*, pp. 220, 225).

<sup>210</sup> Sobre a relação típica na época, e que ele faz, entre reforma espiritual e arquitetónica leia-se Anne Leader, *op. cit.*, pp. 210, 204-206.

<sup>211</sup> O programa iconográfico dos frescos no novo claustro da Badia tem aliás como ponto central a autoridade do abade (*idem*, p. 226).

<sup>212</sup> *Idem*, pp. 222-226.



em Mantignano, em Settimo), toda a sua ação roda em torno da matriz beneditina, mais estritamente monástica<sup>213</sup> que canonical, e até com institutos que se aproximam mais ou menos do eremitismo, como os Camaldulenses e os Valombrosianos<sup>214</sup>.

Uma outra personagem a considerar é D. João Rodrigues de Galvão, igualmente prior da canónica conimbricense, entre 1473 e 1484<sup>215</sup>. Filho de Rui de Galvão, secretário régio (e irmão mais velho de Duarte Galvão, cronista e diplomata sob D. Manuel), nasce em Lisboa em 1433. Frequentando os círculos do poder, é muito jovem ainda que integra, em 1451-1452, a embaixada que acompanha a Roma a infanta D. Leonor (irmã de D. Afonso V), para o matrimónio com Frederico de Habsburgo e subsequente coroação papal do casal como imperadores do Sacro Império; em Roma travará relações de amizade com o humanista Enea Silvio Bartolomeo Piccolomini, o futuro papa Pio II (p. 1458-1464). Dedicase posteriormente à sua formação universitária, estando em 1455 a estudar em Siena, após frequentar os Estudos Gerais de Lisboa; um ano depois encontram-no como escolar em Siena, e no seguinte em Pavia, beneficiando já dos proventos e benefícios do arcediagado de Penela e do título de cubiculário de Nicolau V (p. 1447-1455). Em 1459, no espaço de meses, é eleito bispo de Ceuta e depois de Coimbra, e em 1461 é feito legado papal *a latere* em Portugal por Pio II, que assim lhe exprime a sua confiança. A legacia será revogada no ano posterior, por queixas de prelados portugueses, mas por 1464 Galvão é já escrivão da puridade de Afonso V, o que o coloca no topo do funcionalismo régio e da proximidade ao rei, e que acumula, entre outros, com o cargo de vedor-mor das obras do reino. A conjugação dos favores da Santa Sé e da Coroa prossegue, chegando a ser considerado para o cardinalato em 1469, que acaba por não obter, e a ser-lhe proposto o bispado de Évora, que declina. Após acompanhar *O Africano* nas vitórias de Arzila e Tânger, o rei cumula-o de novos privilégios, entregando em 1472 à diocese de Coimbra o condado de Arganil, de que passarão a ser titulares os seus bispos, e por essa altura o indicando para reger Santa Cruz, posição que teria assumido até 1473. Em 1481 é designado para o arcebispado de

---

<sup>213</sup> Parte relevante dos seus esforços na renovação da Badia são para afastar perturbações e intromissões exteriores naquele mosteiro urbano (*idem*, p. 211; António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes...”, *op. cit.*, p. 119; António Matos Reis, *op. cit.*, pp. 142-143).

<sup>214</sup> Richard Urban Butler e Leslie Toke, “Camaldolese” e Douglas Raymund Webster, “Vallumbrosan Order”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *op. cit.*, vols. 3 e 15, consultados em linha a 17 de Fevereiro de 2014.

<sup>215</sup> O estabelecimento das balizas temporais do priorado de D. João de Galvão em Santa Cruz é particularmente difícil, mesmo se o é, de alguma forma, para todos os priores (ver nota 136 deste capítulo). A versão de Nicolau de Santa Maria, que quer vê-lo eleito logo à morte de D. Gomes, em 1459, e ali ficando só até à eleição para o bispado de Coimbra, em 1462, é, além de imprecisa (Galvão é nomeado para a diocese em 1459 e estaria na sua condução, de facto, pelo menos em 1460), totalmente inconciliável com a de Timóteo dos Mártires, que o põe ao leme de Santa Cruz de 1473 a pelo menos 1481, quando passa a administrar a arquidiocese bracarense, e ainda o assinala no cenóbio por 1484. Mais que a estabelecida infindabilidade do primeiro cronista, optei pela do segundo por haver várias fontes documentais que o assinalam inequivocamente como bispo e prior crúzio na década de 1470 (Saul António Gomes, “Escolares e Universidade na Coimbra medieval”, *op. cit.*, p. 520, nota 50) e tendo obtido a confirmação, por parte da dr.ª Helena Maria Matos Monteiro, que estudou a chancelaria afonsina nos anos de 1464-1465 (*A Chancelaria Régia e seus oficiais: 1464-1465*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1997), de que as Cartas Régias redatadas por D. João de Galvão, como escrivão da puridade, em que enumera (não sem imodéstia) os seus títulos e dignidades, não mencionam o priorado de Santa Cruz; a indicação de Galvão pelo rei por volta de 1473 também é coerente com uma conjuntura de recompensas após a sua participação na tomada de Arzila e Tânger, em 1471, como o será a atribuição do condado de Arganil, em 1472.

Braga, que começa a administrar no ano seguinte e o que fará até à sua morte, em 1485, embora nunca tenha sido confirmado pela Cúria (desde logo por nunca ter regularizado os emolumentos devidos à assunção do sólio arquiépiscopal)<sup>216</sup>.

A mundivivência de D. João de Galvão, a sua formação superior, e a sua influência quer junto da Santa Sé, quer do rei de Portugal, bem como a conjugação da sua vaidade cortesã e da sua experiência na gestão de obras, são ingredientes que terão resultados em Santa Cruz e talvez noutra mosteiro crúzio sito na região que está sob a sua jurisdição eclesiástica, regular e condal: São Pedro de Folques, em Arganil.

Finalmente, encontramos um grupo de agentes do discurso arquitetónico regente, interligados entre si, sob a égide de D. Manuel I, do prior que ele encarrega de renovar (mais que reformar) o mosteiro de Santa Cruz, D. Pedro Gavião, e dos mestres de obras que conduzirão ali as obras manuelinas – Diogo de Boytac<sup>217</sup>, Marcos Pires e João de Castilho<sup>218</sup>.

Sobre *O Venturoso*, no que toca a linhas mestras que possam enformar a sua visão arquitetónica<sup>219</sup>, resta dizer, no seguimento do que vimos no ponto 6.2.2, que o seu é um reinado dominado pela utilização propagandística do discurso, discurso esse muito consagrado em imagem, e que oscila entre os vetores da legitimação e da celebração. A sua chegada imprevista ao trono, bem como o seu crescente estatuto, verdadeiro ou sonhado, pedem simultaneamente justificação e comemoração, de que são sintomáticos a emulação dos predecessores e fundadores do reino, bem como dos modelos messiânicos e imperiais (Salomão, Cristo, Constantino), num nacionalismo que converge com o universalismo. Sob o signo da representação, tanto a iconografia simbólica como a exibição de magnificência dominam o discurso político como o artístico, e em ambos se recorre à justificação da tradição e da *autorictas*. A persistência do cruzadismo, a mitificação do messianismo português com base na história nacional, consagrada na cronística, e a recuperação de tipologias nacionalistas (como, por exemplo, a militarmente obsoleta torre de menagem em Belém) são disso exemplo expresso, mesmo que convivam com modernidades

---

<sup>216</sup> António Domingues de Sousa Costa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente...*, op. cit., vol. II, pp. 701-711; Helena Maria Matos Monteiro, *A Chancelaria Régia e seus oficiais...*, op. cit., vol. II, pp. 69-77.

<sup>217</sup> Escolho, dentre as inúmeras grafias registadas documentalmente, a que corresponde às assinaturas do próprio (Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, op. cit., p. 50).

<sup>218</sup> Falo de João e não de Diogo de Castilho porque à época da definição dos projetos em Santa Cruz que por vezes lhe são atribuídos, este seria demasiado jovem (como Maria de Lurdes Craveiro, que estabeleceu biografia de Diogo, defende em: “O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz”, in AAVV., *Igreja de Santa Cruz de Coimbra – história, conservação e restauro da fachada e arco triunfal*, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPA, 2001, pp. 28-29; *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 78, e em *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 27); por outro lado, não destaco Diogo Pires-o-Moço, Nicolau Chanterene e João de Ruão, em concordância com o que defini no capítulo II, por não os encontrar neste intervalo em papéis de conceção arquitetónica, mas antes da sua *adjetivação*.

<sup>219</sup> Que ele já desenvolvera como chefe da Casa de Beja, patrocinando obras e “assinando-as” com o seu emblema (João Paulo Oliveira e Costa, op. cit., pp. 62-65).

administrativas e técnicas<sup>220</sup>.

A sua experiência direta do panorama arquitetónico não luso resume-se a duas viagens ibéricas: a ida a Toledo e Saragoça, em 1498, para ser confirmado como herdeiro presumível respetivamente dos reinos de Castela e de Aragão, e a peregrinação a Santiago, em 1502. Na primeira viagem, além dos destinos principais, onde recolheria o reconhecimento dos seus direitos futuros – ambos locais de permanência e reinterpretação do legado islâmico – o rei pôs particular interesse na visita ao hieronimita Real Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe (na província de Cáceres), objeto da sua devoção<sup>221</sup> e exemplar notável de arquitetura mudéjar. Entre si, estas deslocações sublinham algumas características recorrentes da sua mentalidade: o zelo religioso e as ambições extranacionais, assim como o tradicionalismo (legível na opção pela altimedieval peregrinação compostelana) e um possível apreço pelo exotismo moçárabe e mudéjar, inclusive quiçá como *expressão* de iberismo e/ou de assimilação de traços magrebins, ambas áreas sobre as quais reclamava direitos<sup>222</sup>. A relativamente parca experiência pessoal do território nacional e internacional, poderia concordar também com uma menor abertura a novos modelos, mas é preciso temperar essa ilação com o facto de que à época se assiste à ascensão da ilustração representativa e a uma democratização do livro, particularmente devido aos avanços da imprensa, e que o conhecimento objetivo já pode ser construído, salvaguardadas as devidas diferenças, de formas indiretas e relativamente atualizadas; é sabido que o rei a elas recorreu, pelo menos no que toca à viagem iconográfica que constitui o *Livro das Fortalezas* que encomendou a Duarte de Armas<sup>223</sup>. Outro sinal de interesse pela internacionalização vem do apoio de D. Manuel à ida de estudantes, não para Salamanca mas para Paris, para o Colégio de Montaigu, desde 1498; subsídios seus levaram também escolares a Lovaina, Oxford e Cambridge<sup>224</sup>.

O encarregado do rei para as transformações da Canónica de Coimbra é D. Pedro Vaz Gavião, que a tutela de 1507<sup>225</sup> à sua morte, em 1516. De origem alentejana, D. Pedro era capelão-mor de D. Manuel, e acompanhou o monarca na sua peregrinação a Santiago de Compostela, e, portanto, na sua “descoberta” do edifício de Santa Cruz e dos túmulos dos seus antepassados, que decide reconverter. Simultaneamente bispo da Guarda, já desde 1496, o prelado conduzirá campanhas edificatórias de

---

<sup>220</sup> Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *op. cit.*, p. 162; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 454.

<sup>221</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 89-92.

<sup>222</sup> Para uma discussão da origem e do significado do mudejarismo no Manuelino, ler Pedro Dias (“O Manuelino”, *op. cit.*, p. 20; “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 54-57), José Custódio Vieira da Silva (*O Tardo-Gótico em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 22-23) e Paulo Pereira (“Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, pp. 37-39).

<sup>223</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 124-126.

<sup>224</sup> *Idem*, p. 214; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 168.

<sup>225</sup> Embora só seja provido no cargo pela Santa Sé em 1508, após pagamento aliciatório (Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, p. 277).

monta, ali como em Coimbra, e não seria um gestor totalmente irrefletido: além do sucesso e requinte dessas obras, ele conduz um sínodo diocesano, em 1500, do qual sairá a revisão das Constituições da Sé egitanense, que faz imprimir; no entanto, o seu gosto pelo fausto e exposição pública (de que é sinal a maneira como imprime o seu brasão repetidamente em ambas as estruturas), assim como uma fama de cupidez parecem sublinhar uma ausência de profundidade religiosa<sup>226</sup>.

Sob orientação do soberano e do bispo-prior trabalharão em Coimbra um conjunto de mestres de obras fundamentais deste período. Diogo de Boytac, antes de mais. Nascido cerca de 1460, no Midi francês, e possivelmente albigense – aí poderá ter trabalhado no baldaquino do portal lateral da catedral de Santa Cecília – estaria em Portugal na última década do século XV, tendo-se radicado na zona da Batalha, onde viria a casar com Isabel Henriques, filha do mestre de obras de Santa Maria da Vitória, Mateus Fernandes, e local para onde se retiraria no final da vida, antes de falecer em 1528. Já ativo no convento de Jesus de Setúbal, pelo menos em 1498, e presente no arranque da empreitada hieronimita de Belém, por 1501, a sua fase de maior produtividade é o decénio que decorre entre 1507 e 1517, que deverá ser também aquele em que está envolvido em Santa Cruz, e em que o vemos participar em remodelações do Paço de Sintra (1507), construir a torre de menagem de Arzila (1509-1510), conceber a expansão do projeto dos Jerónimos (1513), colaborar talvez no mosteiro igualmente hieronimita da Pena de Sintra, e, hipoteticamente, na catedral da Guarda (c. 1504-1514). No regresso às costas marroquinas, em 1514, as suas responsabilidades nas fortificações de São João de Mamora, que não impedirão a perda da praça, em 1515 (o primeiro grande revés no investimento manuelino nas conquistas marroquinas<sup>227</sup>), terão acarretado a sua perda de favor e a substituição à frente dos estaleiros de Belém, por João de Castilho, e em Coimbra, por Marcos Pires, em 1517<sup>228</sup>.

Marcos Pires, que nessa data recebe o título de Mestre das Obras Reais em Coimbra, já trabalharia em Santa Cruz como assistente de Boytac, e era originário da Batalha, onde residia o seu antecessor, e onde teria aprendido o ofício, formação aliás sem traços de grande erudição. Do convento batalhino e de Boytac terá Marcos Pires recolhido muito do seu traço, pelo que vemos em Santa Cruz e nos paços régios conimbricenses. A arquitetura religiosa e paçã, e à área de Coimbra, se resume a obra que lhe conhecemos, que também incluirá uma intervenção na igreja de Santa Maria da Alcáçova de Montemor-

---

<sup>226</sup> Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 270; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, p. 107; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 77-78.

<sup>227</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp.168-169.

<sup>228</sup> Pedro Dias, “O Manuelino”, *op. cit.*, pp. 32-37, e “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 79-80; Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, pp. 45-50, 60-61; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 36-37; Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, p. 23.

o-Velho e o projeto do paço dos comendadores da vila de Ega. Terá morrido cerca de 1521<sup>229</sup>.

Se Boytac transportava a experiência levantina (languedociana, catalã, balear), que é sensível em Santa Cruz, inclusive no trabalho de Marcos Pires, tanto este como a evolução da obra mostrarão a influência flamenga – por via hispânica, isabelina – que João de Castilho ajudará a trazer a Portugal. Natural da área da antiga Junta de Cudeyo, na Merindad de Trasmiera (perto de Santander, na Cantábria), Castilho (c. 1470-1552) vem, por conseguinte, não só de uma região famosa pelos seus mestres canteiros, mas, curiosamente, de uma área de alguma tradição de edifícios eclesiais precedidos de torres axiais e frontais, sendo uma das que lhe seriam contemporâneas a de San Juan, precisamente em Agüero, no atual município de Marina de Cudeyo.<sup>[fig.05]</sup> Trabalhou nas catedrais de Burgos e Sevilha, por volta de 1507, onde terá absorvido o modo hispanoflamengo, que já utiliza na nova cabeceira e na atualização da fachada da Sé de Braga (1508-1509). Dali seguirá para levar a bom termo a igreja de São João Batista de Vila do Conde (1511-1513), deverá ter tido responsabilidades na catedral visense (por 1513) e dirige trabalhos no convento de Cristo de Tomar (em 1515), nomeadamente no portal<sup>230</sup>, cujo sucesso o terá guindado a sucessor de Boytac em Belém, em 1517, onde atingirá a plenitude do seu ofício<sup>231</sup>. É portanto no auge do domínio das suas capacidades que Castilho deverá ter estado envolvido na canónica crúzia conimbricense. Dele sabemos ser a estrutura dos novos túmulos régios, pelo menos de entre 1518 e 1522, e de aproximadamente da mesma altura será a feição, igualmente retabular, do portal de pedra de Ançã da fachada de Santa Cruz<sup>232</sup>, uns e outro executados pelo seu irmão mais novo, Diogo de Castilho, mestre de pedraria do mosteiro em 1519<sup>233</sup>. Não é impossível também que o seu conselho tenha sido ouvido por Marcos Pires no abobadamento do claustro, em que Pedro Dias vê traços castilhanos<sup>234</sup>.

Ao longo de todo este tempo, e percorridos os dados relativos a esta plêiade de personagens, uma tendência geral pode ser aventada – a de uma recorrente ligação quer ao Norte (de Paris à Flandres e

---

<sup>229</sup> Francisco Sousa Viterbo, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, anotações e documentos*, 2.ª ed. correcta e augmentada, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914, p. 11; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, p. 123, “O Manuelino”, *op. cit.*, pp. 65, 75, e “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 78-79; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 42.

<sup>230</sup> Além do abobadamento, os portais são uma área de especialidade de João de Castilho: além do da Sé de Braga e o de Tomar, também vários, em Santa Maria de Alcobaça e em templos dependentes do mosteiro, entre 1519 e 1528 (Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 44-45).

<sup>231</sup> Pedro Dias, “O Manuelino”, *op. cit.*, pp. 38-40, 52-55, e “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 51, 77, 79-80; Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, pp. 61, 64-65; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 43-45.

<sup>232</sup> Portal que estava nesta última data projetado, mas não executado (António Nogueira Gonçalves, *A frontaria românica da Igreja de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1940, p. 17; Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, p. 23). Até à popularidade dos portais retabulares de João de Castilho, em Santa Cruz pode ter sido inicialmente previsto um portal manuelino menos impositivo, como o que o prior-bispo D. Pedro Gavião escolheu para a Sé egitanense (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 70-71).

<sup>233</sup> Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, p. 29.

<sup>234</sup> Pedro Dias, “O Manuelino”, *op. cit.*, p. 38; certamente diferenciado pela estrutura da cobertura e pelo seu recorte decorativo, o Claustro do Silêncio tem mesmo assim uma base muito devedora do claustro afonsino da Batalha, de onde viera Marcos Pires; note-se o piso térreo arqueado e o primeiro andar de expressão horizontal, sobre colunelos, a preponderância de paramentos murais lisos, o uso de contrafortes e o chanfro dos cunhais, e o abobadamento igualmente apoiado em mísulas.

a Inglaterra) quer ao Levante (de Aragão ao Languedoc), coincidentemente áreas de antigas relações cruzias, embora a Ordem, em si mesma, pareça diminuir os seus laços privilegiados além fronteiras<sup>235</sup>. Inevitavelmente, com o regresso do papado a Roma e com a presença atestada de alguns escolares nas universidades italianas, manteria apesar de tudo contactos com a península transalpina (relação que detetámos noutros agentes chegados aos Cruzios).

### **6.3 | A língua arquitetónica entre os séculos XIV e XVI**

**6.3.1 O Gótico tardio:** Erwin Panofsky, no seu influente *Gothic architecture and scholasticism*, de que o capítulo anterior bebeu largamente a periodização e parte da compreensão do Gótico, defende que é por volta de 1340, por concordância com o fim da Escolástica clássica, que se inicia o Gótico tardio; embora a sua análise incida sobre o período anterior, da criação de modelos arquitetónicos e da sua resolução compositiva, que acontece sobretudo na região da *Île-de-France*, ele sintetiza o que virá a seguir: uma descentralização de áreas protagonistas do progresso arquitetónico (para o Sul, na França meridional e na Itália, e para Norte, dos países germânicos à Inglaterra) e, por consequência, a sua desmultiplicação em expressões individuais; ao mesmo tempo, essa diversidade encontra para ele uma unidade transversal na tendência subjetivista da época, cujo misticismo influencia a evolução do espaço<sup>236</sup>. Sem nada opor a esta análise, mas mais recentemente e congregando a historiografia internacional sobre o gótico post-clássico, José Custódio Vieira da Silva resume e especifica o que distingue formalmente o momento arquitetónico: por um lado a progressão para a unidade espacial, a redução dos edifícios a grandes massas geométricas (consequência dessa unificação, e da concomitante evolução do abobadamento para maiores vãos e perfis mais rebaixados), a transformação definitiva da coluna em *haste*, contínua com a nervura (até pelo enfraquecimento do capitel), a hipertrofia das aberturas, pela simplificação dos alçados interiores, de tripartidos para em dois estratos (na junção do trifório ao clerestório num só registo transparente); por outro lado, e em sentido inverso a essas reduções à essência, complexifica-se a estrutura (na multiplicação das nervuras, e dos traçados geométricos a que obedecem, aliás como acontece com o perfil dos arcos) e complexifica-se a decoração, em particular pelo seu naturalismo representacional (no vegetalismo realista, na presença da heráldica, do retrato e da escrita propriamente dita), ao mesmo tempo que a decoração invade a estrutura e a estrutura se torna decoração (da traceria, como simulacro de nervuragem, à profusão de liernes sem função real de

---

<sup>235</sup> O cartório de Santa Cruz, por exemplo, é reformado por 1522 (Saul António Gomes, "Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530", *op. cit.*, p. 273), está bastante ativo no período manuelino e evidencia contactos com a escola de iluminura de Medina del Campo (Armando Alberto Martins, "As reformas do rei D. Manuel I...", *op. cit.*, pp. 284-285), mas, em comparação com o que vimos em períodos anteriores, isso é sinal duma retração de relações transpirenaicas, e da diminuição da distância que essas relações atingem.

<sup>236</sup> Erwin Panofsky, *Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*, *op. cit.*, pp. 24-30.

suporte). Enfim, dessa aparente contradição, que é no entanto interdependente (é afinal a complexificação construtiva que permite a depuração espacial/volumétrica), o autor retira o traço cultural que define o hábito mental da época, como já analisámos – a *coincidentia oppositorum*<sup>237</sup>.

Há na arquitetura tardo-gótica, também, ao invés do que definiu a identidade convencional do estilo (como vimos no capítulo anterior), o começo dum regresso a uma formalização assente nos substantivos e adjetivos. Partindo do *esqueleto* linear, a desmultiplicação da estrutura em feixes e redes, e a sua expansão para as muros e vãos, pelos painéis de traceria, devolvem protagonismo à superfície, à parede, mesmo que como uma “*pele vascularizada*”; paralelamente, os espaços depurados recuperam a composição por volumes simples, aproximando-se do que acontecia no Românico, anunciando parcialmente o que acontecerá na Renascença<sup>238</sup>. Como no Românico, igualmente, ressurgem a pansemia na adjetivação arquitetónica. Da mesma forma, em vez do *esquema* como decomposição de preposições/funções arquitetónicas, de que falámos no capítulo anterior, reascende a *imagem* como entidade sintética e metafórica.

As estruturas territorial e urbana realizam por sua vez, neste fim da Idade Média, as dinâmicas latentes que detetámos entre os séculos XIII e XIV: uma diminuição crescente das barreiras de movimento e das diferenças sociológicas entre cidade e campo (pela intromissão da burguesia na gestão agrária, pela substituição dos serviços feudais por taxações pecuniárias)<sup>239</sup>, legível na colonização urbana do campo (do reaparecimento das *villas* desde o século XIV, em Itália, á criação de burgos “satélites”, extramuros, como o é a construção de Vincennes, também em Trezentos, relativamente a Paris<sup>240</sup>), e uma complexificação do organismo da cidade, na consolidação de subconjuntos e na elaboração dos elementos que os definem. Exagero, substantivização e adjetivação caracterizam igualmente estas transformações: exagero nas torres e nas escala dos edifícios, definição substantiva de entidades arquitetónicas que corporizam instituições (a Câmara, o Hospital, o Colégio, largamente ausentes como edifícios antes desta cronologia), a qualificação/adjetivação dos espaços com acréscimos semânticos (a normalização da pavimentação viária; a proliferação de pórticos, a mutação das fontes e pelourinhos em

---

<sup>237</sup> José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal...*, op. cit., pp. 13-15; essas características formais são igualmente referidas, embora de forma menos estruturada, em Christian Norberg-Schulz, *Arquitetura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, pp. 99-100, 101, 105, 113.

<sup>238</sup> De sublinhar que, apesar destes prenúncios (Erwin Panofsky também vê, além da difusão precoce da mudança de mentalidade introduzida por Nicolau de Cusa, que a conceção perspéctica vai invadindo já a ideia do espaço tardo-gótico - op. cit., pp. 28-30), e de o Renascimento estar definido arquitetonicamente desde inícios XV, não se trata no Tardo-Gótico de uma “contaminação” renascentista, uma vez que aquele só chega à generalidade da Europa na centúria seguinte, e tem assimetrias até em Itália, só se manifestando em rigor em Florença, até meados de Quatrocentos (Giulio Carlo Argan, *Guia de História da Arte*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 33), e existindo aliás um “pseudo-renascimento” durante boa parte do século XV italiano, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>239</sup> Lewis Mumford, *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Londres, Secker & Warburg, 1961, p. 336.

<sup>240</sup> Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *Histoire de l'architecture française du Moyen Âge à la Renaissance (IV<sup>e</sup> siècle – début XVI<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Éditions Mengès e Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, 1995, pp. 386-387; Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas - Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, p. 57.

elementos mais simbólicos, no contexto das praças; a separação dos espaços privados na arquitetura residencial e cenobítica; a emergência do jardim a partir dos espaços de cultivo dentro dos burgos)<sup>241</sup>.

Interessará por fim, reconhecida que está a nacionalização/regionalização como tendência civilizacional dominante na Europa, perceber alguns apontamentos dessas realidades divergentes, nomeadamente aquelas que mais poderão ter influenciado a arquitetura portuguesa e particularmente a arquitetura crúzia. Façamo-lo de acordo com as conexões que mapeámos no ponto anterior: a Flandres e a Inglaterra; a região levantina e a península itálica.

O Gótico inglês é desde logo individualizável em todo o seu desenvolvimento pela sua permanência de temas românicos, acentuando o percurso longitudinal, e mantendo a torre de cruzeiro e a parede maciça, se bem que coberta de pseudo-estrutura; outras originalidades lhe são atribuíveis como a preferência por plantas modulares de cabeceiras retas, pela estruturação dos alçados internos em faixas horizontais ininterruptas, e mesmo de fachadas-ecrã sem verdadeira acentuação vertical (e muitas vezes sem torres), que levou Paul Frankl a utilizar a expressão “horizontalismo gótico” para descrever a catedral de Salisbúria.<sup>[fig.06,07]</sup> No Gótico Perpendicular, que se consagra por 1350 e durará até à Reforma (apesar da retração edificatória da Guerra dos Cem Anos e a das Rosas), a exploração das possibilidades do abobadamento e a transformação da janela recortada na parede em vazio luminoso entre suportes, bem como a unificação dos paramentos murais, vãos e coberturas pelos painéis repetitivos de traceria, produzirão a homogeneização e unificação espacial de que o coro de Gloucester é o primeiro sinal (c. 1330) e a capela do King’s College de Cambridge o exemplo mais maduro (1446-1515)<sup>242</sup>. No mesmo idioma, já vimos que a arquitetura paçã deriva para a ostentação e o conforto<sup>243</sup>, e é de salientar a cristalização da tipologia do colégio universitário, diferenciada da conventual e em sintonia com a evolução da arquitetura doméstica, de que um exemplo acabado será já o New College de Oxford (c. 1379)<sup>244</sup>.<sup>[fig.08]</sup>

Afastando-se também da conceção clássica francesa, a arquitetura da Flandres e do Brabante nos séculos XIV ao XVI é caracterizada pela insistência no tema da torre, com proporções extremadamente verticais,

---

<sup>241</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 288-293, 305, 309; Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, pp. 35, 42; Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *op. cit.*, pp. 393-394; Ilídio Alves de Araújo, *op. cit.*, p. 56, e “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, separata de RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir.), *Revista História*, n.º 2, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Universidade do Porto, 1979, pp. 6-7.

<sup>242</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 105-107; Peter Kidson, Peter Murray e Paul Thompson, *op. cit.*, pp. 77, 120-123, 127-128; Marcel Aubert, *O Gótico no seu apogeu*, Lisboa, Verbo, 1983, pp. 131-139; Ute Engel, “A arquitectura gótica em Inglaterra”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico – Arquitectura, Escultura, Pintura*, Colónia, Köneman, 2000, pp. 118-153.

<sup>243</sup> ver nota 168 deste capítulo.

<sup>244</sup> Peter Kidson, Peter Murray e Paul Thompson, *op. cit.*, p. 150; Aleksander Gieysztor, “Gestão e recursos”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, vol. I, p. 136; Rui Pedro Lobo, “Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p. 34.



quer se trate dos *Beffrois* municipais, agora crescentemente associados a um edifício intraurbano que incorpora essas funções, quer dos campanários eclesiais, que, como corpos axiais nas fachadas ocidentais, substituem desde Duzentos a torre do cruzeiro e que dão origem a uma preferência por volume unitorreados, inclusivamente pela opção de desenvolver apenas uma das torres em projetos inicialmente com campanários simétricos, como é o caso da catedral de Antuérpia. Há uma tendência também para, especialmente no século XV, essas torres serem compostas por bases quadrangulares a que se sobrepõem volumes octogonais, rematados por flechas.<sup>[fig.09]</sup> Verifica-se também que a rosácea é preterida pelo janelão, uma simplificação dos estratos parietais interiores e a evolução para a igreja-salão, até pela contiguidade com a Alemanha<sup>245</sup>.

Os territórios germânicos tendem de facto precocemente para a tipologia de volume/espço unificado (Santa Isabel de Marburgo já o evidencia, por 1283) e testemunham de alguma popularidade do modelo de igreja de torre única axial muito alta (basta referir as catedrais de Frankfurt, Friburgo, Ulm e Berna – e variações análogas, como Viena),<sup>[fig.10]</sup> embora paradoxalmente seja notória a resistência tardia de modelos românicos que se fundem com o Gótico (na continuidade evolutiva das catedrais de Mogúncia e Worms) e uma permanência da parede maciça, que aliás levará à frequente elisão da tribuna e trifório, que a aligeirariam<sup>246</sup>.

Nas regiões meridionais, a área transalpina, onde o Gótico, por mãos de Cister, chegara na centúria de duzentos e se unira igualmente ao Românico – no ponto de encontro de uma volumetria depurada e geometrizada – vê-lo-emos pelo menos até ao *quattrocento* (por exemplo, na catedral de Siena, até 1443); dominará a tendência para as fachadas ocidentais das igrejas desprovidas de campanários (muitas vezes isolados e normalmente únicos) e uma formalização em sólidos estereométricos<sup>247</sup>.<sup>[fig.11]</sup> O primeiro Renascimento, aliás, pegará nesta síntese românico-gótica e evoluirá por “regularização gramatical”, mais que pela oposição tantas vezes lida<sup>248</sup>. Itália será também um dos pontos do desenvolvimento precoce da tipologia colegial, com o Collegio di Spagna, em Bolonha, a partir de 1367, ele próprio

---

<sup>245</sup> A. L. J. van De Walle, *Belgique gothique - architecture, art monumental*, “Histoire de l’Architecture de Belgique”/vol. 2, Bruxelas, Marc Vokaer, 1971, pp. 45-46, 53, 63-65; Marcel Aubert, *op. cit.*, pp. 136-139; Peter Kurmann, “Arquitectura do Gótico Tardio em França e nos Países Baixos”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico...*, *op. cit.*, pp. 179-184; Francesco Abbate (cord.), *Il Gotico in Germania e in Italia*, Milão, Fratelli Fabri Editori, 1966, p. 44. Como curiosidade, acrescente-se que a terceira esposa de D. Manuel (em 1518), D. Leonor de Áustria, foi educada em Mechelen (Ana Isabel Carvalho Buescu, *D. João III*, *op. cit.*, p. 88), cuja catedral de Sint-Rombout ostenta uma das mais hiperbólicas torres axiais flamengas.

<sup>246</sup> Marcel Aubert, *op. cit.*, pp. 142-147, 150-152, 161; Francesco Abbate, *op. cit.*, pp. 7-8, 14; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 99.

<sup>247</sup> Francesco Abbate, *op. cit.*, pp. 50, 58, 128; Barbara Borngässer, “Arquitectura Gótica em Itália”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico...*, *op. cit.*, p. 243.

<sup>248</sup> Assim procede Brunelleschi, partindo de exemplares de Românico toscano (John Onians, *Bearers of meaning: the classical orders - in Antiquity, the Middle Ages and the Renaissance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 131-133); reconheça-se também o quanto existe de um pseudo-Renascimento em Filarete (e mesmo Alberti, nas primeiras obras e em muitas posições do seu tratado), ainda epidermicamente clássico e compositivamente medieval: leia-se Federico Zeri, “Rinascimento e Pseudo-Rinascimento”, in FOSSATI, Paolo (cord.), *Storia dell’arte italiana*, Turim, Giulio Einaudi, 1983, vol. 5, pp. 547-552.

herdeiro de protótipos palacianos do Languedoc, de Toulouse a Perpilhão<sup>249</sup>.<sup>[fig.12]</sup>

Uma preferência por uma geometria euclidiana marca também o Gótico Levantino – languedociano, catalão, valenciano – geografia artística não contínua mas unificada por contiguidade territorial e hierarquias religiosas transfronteiriças, que determinarão uma concordância por naves únicas com capelas perimetrais entre contrafortes (em Saint-Pierre de Condom, em Santa de Cecília de Albi, em Santa Maria del Mar, de Barcelona) quer por naves abobadadas à mesma altura (a catedral de Girona evoluirá desta opção para a anterior).<sup>[fig.13]</sup> Diferentemente a Norte e Sul dos Pirinéus, no entanto, encontraremos em França manifestações góticas da antiga tradição regional da torre única axial (em Albi e Condom),<sup>[fig.14]</sup> e em Espanha a secundarização das torres a campanários únicos laterais (em Girona, no mosteiro barcelonês de Pedralbes) ou a sua quase redução a contrafortes de cunhal (em Santa Maria del Mar, em Palma de Maiorca)<sup>[fig.15]</sup> – sendo comum, de qualquer forma, o afastamento ao modelo da fachada de torres gémeas, que já vimos noutros locais. Em sintonia, apesar de outras diferenças, regista-se também a simplificação dos alçados eclesiais e uma preponderância da parede, aliás desprovida de adornos<sup>250</sup>.

**6.3.2 Do Gótico “Pleno” ao Gótico Final, em Portugal:** Se internacionalmente o Gótico tardio se enquadra quase rigorosamente no intervalo que estamos a estudar, a questão é menos óbvia no que a Portugal diz respeito. Parece-me, de qualquer forma, que existe uma unidade linguística verificável na nossa arquitetura, enquanto decorre este momento da vida institucional crúzia.

José Custódio Vieira da Silva, que estabilizou a conceção atual do Tardo-Gótico português, conclui por demarcá-lo entre a intervenção de Huguet no obradouro batalhino e o ciclo manuelino<sup>251</sup>, sublinhando que essa ideia e periodização está já enunciada em Mário Tavares Chicó<sup>252</sup>; refira-se que igual asserção é feita, sensivelmente ao mesmo tempo que Vieira da Silva a faz, por Pedro Dias<sup>253</sup>, e que posteriormente se torna consensual, como se verifica em Paulo Pereira, quer em 1995 quer em 2011<sup>254</sup>.

No entanto, é facilmente concutível – e a mesma historiografia nacional suporta-o – que uma mudança de ciclo ocorre precisamente por 1340, com a nova cabeceira da Sé de Lisboa, num suceder de experimentações fora do figurino mendicante e conducentes ao projeto de Santa Maria da Vitória. Essa

---

<sup>249</sup> Aleksander Gieysztor, “Gestão e recursos”, *op. cit.*, p. 118; Rui Pedro Lobo, “Os colégios universitários de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 33-34; é precisamente neste colégio, cuja invocação é de São Clemente, que há referências de frequência por escolares crúzios (ver notas 152 e 171 deste capítulo).

<sup>250</sup> Fernando Chueca Goitia, *Historia de la arquitectura española*, Ávila, Diputación de Ávila, Fundación Cultural Santa Teresa, 2001, vol. I, pp. 387-399; Joaquín Yarza, *La Edad Media*, “Historia del Arte Hispánico”/II, 2.ª ed., Madrid, Alhambra, 1982, pp. 295-307.

<sup>251</sup> José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 10-11.

<sup>252</sup> *Idem*, p. 15 (cf. Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 17, 57, e *A arquitetura gótica em Portugal*, *op. cit.*, pp. 153-154); José Custódio Vieira da Silva volta a enunciar essa periodização em 1995 (Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, *op. cit.*, pp. 126-127).

<sup>253</sup> Em 1986 refere-se a um “segundo ciclo de gótico” depois de Huguet (“O Gótico”, *op. cit.*, p. 66), e expõe uma evolução unificada entre esse momento e o Manuelino (“O Manuelino”, *op. cit.*, p. 11).

<sup>254</sup> “O «modo» Gótico...”, *op. cit.*, p. 82; *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 378-379.

constatação está explícita em Paulo Pereira<sup>255</sup> e implícita nas análises da arquitetura da segunda metade do século XIV, de Mário Tavares Chicó a Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>256</sup>. É um Gótico mais maduro, mais europeu (nos dispositivos técnicos e elaboração de plano, embora profundamente nacionalizado na execução e decoração), mais urbano e ostentando mais a sua ligação ao patrocínio régio: a charola da catedral olissiponense, iniciada em 1341, celebra a sua vitória do Salado e é panteão de Afonso IV<sup>257</sup>; a tribuna de São Francisco de Santarém (de c. 1372) é de uso privado de D. Fernando e seu local de inumação, ao mesmo tempo que marca (e metaforiza) a *ponte* entre o paço régio vizinho e o convento franciscano<sup>258</sup>; é dos reinados de D. Pedro e D. Fernando, também, a grande reformulação urbana das novas cinturas amuralhadas<sup>259</sup> e é aproximadamente coetânea a corporização das funções municipais em Paços de Concelho (a primeira referência é para Lisboa, em 1336)<sup>260</sup> e os sinais de aumento de infraestruturas citadinas e da sua ascensão a objetos de prestígio – fontes (com essas características a mais precoce poderá ser o Chafariz do Largo do Andaluz, também em Lisboa e também de 1336)<sup>261</sup>, pelourinhos (cuja evolução do tronco dos presos a símbolos de poderes concelhios, começa no século XIV)<sup>262</sup>, ou mesmo o puro monumento de espaço público, como o chamado Padrão do Salado, em Guimarães (c. 1342-1349)<sup>263</sup>.

Assim, de 1340 a 1527 poder-se-á dizer com segurança que em Portugal se inicia e percorre uma evolução unitária, dum Gótico maduro ao seu término expressivo. Evidentemente, existem flutuações estilísticas, consagradas aliás na taxinomia da história da arte em Portugal, embora nem sempre com unanimidade vocabular. Sintetizando, diria que encontramos: um Gótico “Pleno”<sup>264</sup>, essencialmente de

---

<sup>255</sup> Que destaca “a experimentação na segunda metade do século XIV” (“O «modo» Gótico...”, *op. cit.*, p. 66; ver também *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 313-321); aliás, ele recua nesta última obra os prenúncios dessa nova atitude aos tempos dionisinos, usando como exemplo, entre outros, a igreja de Santa Clara-a-Velha, designando-a – reveladoramente para a discussão que fizemos no capítulo anterior - como uma “igreja-salão” (*idem*, p. 313).

<sup>256</sup> Na ligação que estabelecem entre a renovação da Sé de Lisboa e a génese da Batalha, fazendo daquela um ponto de viragem (ver nota 180 deste capítulo).

<sup>257</sup> Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, *op. cit.*, p. 67; “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, pp. 53-54, e *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 316-320.

<sup>258</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 320-321.

<sup>259</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 135-137.

<sup>260</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, p. 143.

<sup>261</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *idem*, pp. 153-154.

<sup>262</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca *idem*, pp. 149-150.

<sup>263</sup> Pedro Dias, “O Gótico”, *op. cit.*, p. 75; Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, *op. cit.*, p. 67, “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, p. 54, e *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 317-318.

<sup>264</sup> Embora não haja, como vimos, consciência de uma unidade autonomizável neste período, Mário Tavares Chicó tenta classificar como Gótico Radiante a conceção inicial de Santa Maria da Vitória (*História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, p. 57), denominação que Pedro Dias ainda repete em 1986 (“O Gótico”, *op. cit.*, p. 66), mas que não teve eco noutros autores (nem em textos posteriores de Pedro Dias), talvez por não se verificarem similitudes decisivas com essa corrente; por outro lado, essa referência ao processo francês parece imprópria num momento já de nacionalização estilística clara.

1340 a 1402<sup>265</sup>; um Gótico Flamejante<sup>266</sup>, de 1402 a 1438, pelo menos<sup>267</sup>; um Gótico “Despojado”<sup>268</sup>, sensível de 1438 a 1490<sup>269</sup>, e um Gótico Final, o Manuelino<sup>270</sup>, de 1490 a 1525<sup>271</sup>.

Apesar da modulação que determinam esses subperíodos, existem temas abrangentes de exploração projetual que podemos traçar para falar uma coerência em sentido lato.

Um deles é a crescente concretização e definição formal de elementos urbanos, que já analisámos ser síncrona ao aparecimento do Gótico Pleno; nesta fase, acrescenta-se a forma como Santa Maria da Vitória foi concebida em conjunto com uma vila planeada<sup>272</sup>, ou como o convento do Carmo em Lisboa, já dentro da cerca fernandina, enquadra, em contraponto à cota alta com a alcáçova de São Jorge, a Baixa em afirmação<sup>273</sup>. No Flamejante, multiplicam-se os paços senhoriais que constroem cidade (Sintra, por 1415, fortalecendo povoação baixa<sup>274</sup>; Guimarães, desde 1420, unindo o castelo à vila<sup>275</sup>); no Gótico Despojado, uma série de paços concelhios criam espaço público através de arcadas (Guimarães, em meados do século XV<sup>276</sup>; Barcelos, depois de 1484; Viana do Castelo, mais tardiamente, a partir de

---

<sup>265</sup> Da charola de Lisboa à morte de Afonso Domingues, terminando a sua direção do obradoiro batalhino (mestre que, aliás, faz literalmente a ponte entre as duas obras, como vimos).

<sup>266</sup> A designação é consensual e está em toda a nossa historiografia, aqui sim, por afinidades estilísticas claras.

<sup>267</sup> Datas extremas da condução por Huguet do estaleiro da Batalha; 1438 é o ano também da morte de D. Duarte.

<sup>268</sup> Vergílio Correia, em 1929, sugeriu “Gótico Linear”, por analogia com correntes germânicas (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 381), e Pedro Dias, em 1986 (“O Gótico”, *op. cit.*, p. 94), é o único que usa a denominação (Paulo Pereira cita-a, mas não adere); Mário Tavares Chicó utiliza “Gótico simplificado” (*História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 55, 86-87), Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva ecoam-no, escrevendo “Gótico simples” (*op. cit.*, p. 129), e Paulo Pereira prossegue na mesma linha chamando-lhe “Gótico Chão” (“Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 10; usa pelo menos o adjetivo “chão” em “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, p. 107, e em *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 379); estes casos são no entanto mais descritivos que tentativas de estabelecer uma terminologia.

Como no uso de Gótico Radiante (ver nota 264 deste capítulo) parece-me desadequada a nomenclatura alemã para um momento tão nacionalizado (e cujas influências internacionais não são particularmente germânicas), e que os termos “simplificado” e “chão” são impróprios, quer por sugerirem elementaridade onde há depuração, quer por remeterem para um período subsequente; prefiro a referência ao *despojamento*, uma vez que a redução icónica e a austeridade são os atributos mais óbvios desta tendência e porque esse termo consegue abranger a arquitetura sob D. Afonso V mas também a de D. João II (o qualificativo é aliás usado por Paulo Pereira repetidamente - por ex.: “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 10, e *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 379).

<sup>269</sup> Isto é, após a morte de Huguet e antes do início da campanha do convento de Jesus de Setúbal; é certo que Martins Vasques continuará na Batalha a usar o dialeto Flamejante, até 1448 (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 73), mas, em Palmela, já em 1443 se atingiu o refinamento pleno do Gótico Despojado (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 379).

<sup>270</sup> O termo Manuelino, aventada por Francisco Adolfo Varnhagen e Almeida Garret, em 1842, tornou-se rapidamente convencional e incontornável, e está portanto em todos os autores, mesmo nos que dele fortemente desconfiam - Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Pedro Dias - ou dos que a usam com reservas, entre aspas (como Paulo Pereira, ainda em 2011: *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 413 e 414); a designação Gótico Final é também usada por Mário Tavares Chicó (*História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, p. 226), Paulo Pereira (“Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 44), Pedro Dias (“A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 7, 52) e Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, p. 21).

<sup>271</sup> Do lançamento da construção do convento de Jesus de Setúbal à chegada a Portugal de D. Miguel da Silva; haverá sinais antes de motivos renascentistas no Manuelino e até arquitetura virtuais renascentistas, em pintura e escultura, mas igreja velha de São João da Foz é a primeira obra concreta integralmente renascentista, como discutiremos no capítulo seguinte.

<sup>272</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 68-70.

<sup>273</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 75; Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, *op. cit.*, p. 95, “A arquitectura gótica”, *op. cit.*, pp. 105-106, e *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 373).

<sup>274</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 97.

<sup>275</sup> Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, “A Colegiada de Santa Maria da Oliveira em Guimarães: a cidade, o organismo cenobítico e a igreja”, in AAV., *A Obra Nasce – Revista de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*, n.º 1, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2004, pp. 46-48.

<sup>276</sup> Iniciados em 1384, mas terminados sob D. Afonso V: António José de Oliveira, “Paços do Concelho”, in FERNANDES, Isabel Maria (cord.), *Guimarães: mil anos a construir Portugal*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Instituto Português de Museus - Museu de Alberto Sampaio, 2000, p. 93.

1501<sup>277</sup>) e grandes estruturas hospitalares, urbanizando cenograficamente praças, se concretizam nas Caldas da Rainha (1485)<sup>278</sup> e no Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa (finalizado já em formato manuelino, mas iniciado em 1492 e em preparação desde 1479)<sup>279</sup>. Sob D. Manuel, do regresso da torre como marcação urbana<sup>280</sup>, à multiplicação e iconicização dos pelourinhos<sup>281</sup>, em geral, ou em particular no conjunto de iniciativas articuladas de dar uma face a Lisboa (no tratamento da entrada da barra, em Belém, no palácio real face ao rio, e na arquitetura interatuante com o espaço público, dos dois conjuntos), é eloquente essa preocupação<sup>282</sup>.

Uma segunda dimensão transversal é o culto de uma imagem cavaleiresca, que recupera dispositivos e retóricas tradicionais: logo no Gótico Pleno, a charola da Sé de Lisboa emula Alcobaça, Santiago de Compostela, e quiçá a catedral portuense como então era; o paço régio de Santarém, fortemente ligado a um convento, retorna ao elo Trono-Altar da Fundação; a Batalha resume inicialmente o percurso arquitetónico nacional citando Alcobaça, o Gótico Mendicante e a cabeceira da catedral olissiponense<sup>283</sup>. A arquitetura flamejante é defensavelmente um figurino de modernidade, mas mesmo na Batalha de Huguet há continuidades entre as introduções renovadoras que o conjunto sofre: o modelo do portal principal, historiado e com tímpano, é de um Gótico Clássico e prolongando práticas românicas; a relativamente inédita Capela do Fundador é ainda assim, junto à fachada ocidental e na sua feição vertical, uma versão do nártex funerário que antecederá as entradas de Alcobaça e Santa Cruz, assim como as Capelas Imperfeitas podem ainda assim ser percebidas, atrás da capela-mor, como um deambulatório<sup>284</sup>; não se esqueça, além disso, toda a vaga de tradicionalismo que ainda reverbera gostos romanizantes (como São Domingos de Vila Real)<sup>285</sup> ou mendicantes (como a Colegiada da Oliveira)<sup>286</sup>, no reinado de D. João I. Escusado será falar do ascetismo “neo-mendicante” do Gótico Despojado<sup>287</sup>, em que vemos

---

<sup>277</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 48-49.

<sup>278</sup> Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 173; Paulo Pereira, “A conjuntura artística e as mudanças de gosto”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, op. cit., vol. III, p. 426; “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p. 42, e *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 405-406.

<sup>279</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 122; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 405-406, 418.

<sup>280</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 26.

<sup>281</sup> Ana Cristina Leite in “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p. 81; Mário Jorge Barroca e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 149-150.

<sup>282</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 416-422.

<sup>283</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, op. cit., pp. 19-20, 24-27, 114-116; Pedro Dias, “O Gótico”, op. cit., p. 70; Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 127; Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, op. cit., pp. 77-78; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 70-71.

<sup>284</sup> Como diz Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, op. cit., p. 84, e *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 372.

<sup>285</sup> Pedro Dias, “O Gótico”, op. cit., pp. 80-81; Paulo Pereira, “A arquitectura gótica”, op. cit., p. 102.

<sup>286</sup> Pedro Dias, “O Gótico”, op. cit., p. 86; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 62.

<sup>287</sup> Como sugere Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 55; Paulo Pereira usa mesmo o termo “revivalismo”, relativamente ao Gótico Mendicante ou mesmo estéticas mais recuadas, falando do claustro afonsino de Santa Maria da Vitória (“Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p. 14) e da igreja de Santiago de Palmela (*Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 381).

também recuperação da torre de cruzeiro, na Sé da Guarda<sup>288</sup>, ou o começo da multiplicação de merlões, mesmo em edifícios não militares, como as fontes citadinas ou os paços de concelho<sup>289</sup>. No Manuelino, enfim, não só o tema da torre é uma recuperação de modelos da primeira dinastia – das “torres de menagem” em Belém e Arzila<sup>290</sup>, às igrejas de torre frontal, análogas à arquitetura crúzia undecentista (já referidas e de que falaremos adiante) – como este Gótico Final recupera as lições de todo o Gótico “maduro”, juntando estratégias decorativas flamejantes a princípios volumétricos do Despojado<sup>291</sup>.

Uma terceira linha de coerência cumulativa é a progressão para os sólidos simples e os espaços unificados, acompanhada de uma revalorização da superfície como entidade tectónica. Este caminho faz-se hesitantemente no Gótico Pleno, em que é notório ainda, de Lisboa a Santa Maria da Vitória, um investimento na articulação esquelética; é inegável, no entanto, que na Batalha e no convento do Carmo, a continuidade em “T” da nave central com o transepto e a grande altura das naves laterais, relativamente às quais a nave central se destaca proporcionalmente pouco, indicam uma inflexão relativamente aos volumes fortemente escalonados da prática mendicante. Posteriormente, Huguet, eliminando os pilares internos do capítulo batalhino, reduzindo a uma diferença simbólica a distância entre as cérceas da nave principal e da capela-mor e compondo a Capela do Fundador como a sobreposição dum quadrado, um octógono e uma pirâmide (entretanto desaparecida), trabalha a unificação espacial e a composição em geometria euclidiana, assim como as suas abóbodas estreladas começam a autonomizar as coberturas como um polígono horizontalizado, “pousado” nas paredes. Duas empreitadas construtivas bastam por sua vez para ilustrar a sequência desta linha discursiva no Gótico Despojado: a igreja de Santiago de Palmela e a ampliação afonsina das dependências conventuais da Batalha. A igreja espatária, recuperando a contrafortagem da abóboda da nave central pelas laterais (de modelo românico, agostinho/cisterciense)<sup>292</sup> torna o corpo da igreja num único sólido compacto sob telhado de duas águas, secundado pelo da capela-mor, igualmente único e paralelepípedo; exteriormente esses volumes são delimitados por paredes largamente não perfuradas e sem articulação esquelética de superfície, e interiormente, o seu conceito estrutural menoriza as naves laterais e acentua a continuidade com a cabeceira<sup>293</sup>. No

---

<sup>288</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 150.

<sup>289</sup> O que já aconteceria na Fonte das Figueiras de Santarém e nos paços municipais de Barcelos (Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 149, 154).

<sup>290</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 279; Flório de Vasconcelos, op. cit., p. 54; Maria Adelaide Miranda e José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 162; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 454-455, 458.

<sup>291</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 154; Vítor Manuel Serrão, op. cit., p. 22-23; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 379-381.

<sup>292</sup> Paulo Pereira vê ali a raiz românica, mas acha que então só existiriam, como precedentes visíveis para cotejo, as igrejas cistercienses de Tarouca e Alcobaça: esquece que Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora ainda mantinham esse modelo construtivo/espacial, de forma mais pura que em Alcobaça (que é mais uma igreja-salão de três naves à mesma altura, não tendo esta preeminência da nave central) e de maior acessibilidade que Tarouca (ou Fiães).

<sup>293</sup> Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p. 28, e *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 379-381.

convento dominicano, o dormitório (numa figura além disso anacrônica) é um único espaço e volume, definindo unitariamente toda a ala Sul do claustro de D. Afonso V; nele, como no claustro propriamente dito, o apoio das nervuras de abóboda em mísulas deixa as paredes como paramentos maciços e integrais – assim como o são as faces externas da quadra, meramente intersectadas (mas não interrompidas ou articuladas) por contrafortes. No Gótico Final, por fim, o mosteiro dos Jerónimos congrega: uma composição por volumes ortogonais sem destaque para a cobertura (tão rebaixada que pode ser quase invisível); um *tour de force* de opções de unificação espacial interior, com e sem suportes verticais, como se vê entre o corpo e o transepto, e uma construção em que as coberturas são uma malha contínua e as paredes são maioritariamente despidas, ininterruptas. São técnicas e temas que encontramos explorados num sem número de exemplos contemporâneos em igrejas de três naves ou nave única<sup>294</sup>.

A única dinâmica linguística que de todo não segue um desenvolvimento gradativo é a da adjetivação iconográfica. A decoração tende para a restrição (em motivos e em área) e repetição no Gótico Pleno; pelo contrário, expande-se e diversifica-se no Flamejante, sendo por vezes historiada, invadindo algumas superfícies parietais e janelas, e metaforizando já a estrutura, a que os cairéis e cogulhos, mesmo que estilizados, emprestam um ar vegetalista; de novo na direção oposta, o Gótico Despojado recusa todo o efeito decorativo representacional, e limita a adjetivação aos jogos geométricos, de estereotomia; finalmente, o Manuelino hiperboliza tanto o jogo de superfícies abstratas como a decoração naturalista e que naturaliza a estrutura, metamorfoseando-a em tronco, corda, correia, etc. Mas é afinal um *sic et non* que tem como corolário uma *coincidentia oppositorum*.

**6.3.3 Arquétipos e protótipos para os Crúzios:** Analisámos, nos capítulos anteriores, como os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, partilharam, com preferências individuais, os arquétipos que enformam os discursos espaciais do Românico e do Gótico. Produto da época românica, a instituição tentara negociar uma conciliação dessas matrizes diferenciadas entre os séculos XIII e XIV. As permanências e evoluções que adotara então encontram agora as recuperações e inovações típicas do Gótico tardio, produzindo um tecido complexo, onde nem sempre é clara a distinção entre cedências e individualismo.

Arquetipicamente, a progressão do *caminho* para a *rede* converte-se finalmente numa precedência do *recinto*, como figura de interioridade<sup>295</sup>, espaço contido e tendencialmente centrípeto, nem que albergando

---

<sup>294</sup> Paulo Pereira, "Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, pp. 55-57.

<sup>295</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 94.

dinâmicas lineares; a verticalização pontual, como marcação, convive com a horizontal que ancora estes recintos ao solo, numa separação frequente das duas direções, que é nova mas também recupera hábitos anteriores. Cumulativamente, esta mutação acarreta o reinvestimento no valor simbólico da torre, da fortificação e da parede. Uma variação particular do recinto que adquire maior visibilidade é o jardim<sup>296</sup>. Este *hortus conclusus* liga-se, como já discutimos no capítulo IV, à Jerusalém celeste<sup>297</sup>, tal como o Templo de Salomão, e estes espaços interiorizados parecem sobrelevar em importância – e por vezes substituir, concretizando-a – a imagem urbana anterior da Cidade de Deus<sup>298</sup>.

O arquétipo hierosolimita prossegue assim a sua idealização, perdida a capacidade prototípica da Jerusalém terrena, nesta altura de difícil acesso, despida de muralhas e grandes edifícios de significação cristã, e cujo único relevante investimento arquitetónico se concentrava na esplanada das mesquitas<sup>299</sup> – isto é, no Monte do Templo – ainda assim um recinto murado, entre praça e jardim.

Como referente dum património sagrado, Roma, reencontrada após o Grande Cisma, cresce, por conseguinte, em importância. A Roma quatrocentista, embora vista por vezes como semideserta e arruinada<sup>300</sup>, tem o poder do seu capital simbólico, independente da sua magnificência real, e é alvo de investimento desde que Martinho V ali regressa, em 1420. Como muitas cidades europeias são (ou passam a ser, com o alargamento tardo-gótico do perímetro das suas fortificações), Roma é uma cidade polinuclear, intervalada de espaços vazios, dentro do recinto das muralhas aurelianas, em que se recuperam as áreas tradicionais de conotação papal: o Vaticano e Latrão, em polos opostos ligados então pela configuração da *via papalis*, artéria cerimonial da cidade<sup>301</sup>. A basílica lateranense, reconstruída após um incêndio já no período gótico (em 1360), tem nova reforma sob Martinho V; com o seu sucessor, Eugénio IV (p. 1431-1447), o serviço eclesiástico em Latrão é atribuído a cônegos regantes – retomando aliás uma tradição muito antiga – que em 1445 formam a Congregação de São Salvador de Latrão. A titularidade da catedral de Roma permanece com os Lateranenses até 1455, e volta a pertencer-lhes de

---

<sup>296</sup> Lembremos o sucesso das obras portuguesas *Horto do Esposo* e *Boosco Deleitoso*, de fins do século XIV, inícios do século XV, como testemunho da emergência duma espiritualidade mística referida ao jardim entre nós (António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 152-153; Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, *op. cit.*, pp. 62-63).

<sup>297</sup> O *Horto do Esposo* faz ligação entre o jardim e Jerusalém, logo no primeiro parágrafo do Livro I: cf. *Horto do Esposo*, in MACHADO, José Barbosa (dir.), *Projecto Vercial*, Braga, Universidade do Minho, 1996-2013 [em linha] disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/horto.htm> [consultado em 18-4-2014].

<sup>298</sup> Se a literatura mística da passagem entre Trezentos e Quatrocentos mostra preferência pelo jardim, os milenarismos do começo do século XIV tenderão para o Templo, e D. Manuel identifica-se, entre outros, com Salomão (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 445, 450-451; João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 138).

<sup>299</sup> Dan Bahat, *Historical Atlas of Jerusalem: an illustrated survey*, Jerusalém, Carta, 2013, pp. 58-60.

<sup>300</sup> Assim o era, ainda em 1430, por Poggio Bracciolini (Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, p. 95), o humanista que “redescobrirá” Vitruvius na biblioteca de St. Gallen, precisamente durante o concílio de Constança (Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 50; Domingos Tavares, *Michelangelo – aprendizagem da arquitectura*, “sebentas de História da Arquitectura Moderna”/9, Porto, Dafne Editora, 2012, p. 17).

<sup>301</sup> Domingos Tavares, *Donato Bramante – arquitectura da ilusão*, “sebentas de História da Arquitectura Moderna”/8, Porto, Dafne Editora, 2004, pp. 119-120.



1464 a 1471; substituídos entretanto e posteriormente por cónegos seculares, a congregação manterá mesmo assim a sua designação lateranense até à extinção. Tendo em consideração que a cónegos regrantes também cabia a guarda da igreja onde se encontra o corpo de Santo Agostinho (San Pietro in Ciel d'Oro, em Pavia),<sup>[fig.16]</sup> os Agostinhos portugueses teriam então a referência de congéneres seus, nas sedes do papado e do seu patrono, ambas marcadas na capela-mor por signos góticos dessa presença: o trono pontifício em Latrão, o túmulo monumental em Pavia<sup>302</sup>.

Quanto ao Vaticano, é interessante verificar que o *borgo*, excêntrico, mas agora incluído nas muralhas romanas, ganhara a partir do século XIV uma imagem clarificada, com a conversão do mausoléu de Adriano no castelo de Sant'Angelo, como um desse núcleos de Roma, demarcado pelo Tibre, anunciado pelo volume cilíndrico, turriforme, da fortaleza e tendo como cerne o átrio da basílica, assinalada pelo seu campanário solto<sup>303</sup>.<sup>[fig.17]</sup>

De iniciativa papal – e por um pontífice, Pio II, que sabemos ter mantido então relações com o prior de Santa Cruz, D. João de Galvão<sup>304</sup> – e mais exemplar em termos de monumentalidade desenhada, é a conversão de Corsignano, aldeia natal do papa Piccolomini, em Pienza (fundamentalmente entre 1459 e 1462); nesta cidade pré-existente, o paradigma da sua reinvenção assenta quase exclusivamente na criação de um novo espaço aberto, uma praça a meio da rua estruturante do aglomerado, definida pela tensão entre os volumes emergentes e contrastantes de edifícios que congregam todas as instituições centrais do burgo: catedral, palácio papal, palácio episcopal e palácio comunal<sup>305</sup>.<sup>[fig.18]</sup>

Em Itália, que não nas relações com a Cúria ou o Santo fundador, a referência mais próxima aos Regrantes poderá ser Bolonha, num papel prototípico que já poderá ter gozado anteriormente. Igualmente inserida num recinto alargado por novas muralhas<sup>306</sup> a cidade universitária é um dos locais da criação de tipologias da nova forma edificatória dos colégios<sup>307</sup>, em conjunto com Oxford, Cambridge, Paris e Salamanca (locais, mesmo os ingleses, onde podem ter havido escolares crúzios), que se solidifica e generaliza entre os séculos XIV e XV<sup>308</sup>. As tipologias colegiais, pese embora as suas diferenças, tendem a ser introvertidas; nelas, um conjunto de espaços funcionais (salas de atos, salas de aula, biblioteca, capela) têm acesso, único ou privilegiado, pelo pátio interior (mas onde as celas dos estudantes, fruto do novo conceito de privacidade, preferem orientar-se para o exterior, como no Collegio di Spagna), e

---

<sup>302</sup> Anthony Allaria, “Canons and Canonesses Regular”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *op. cit.*, vol. 3, consultado em linha a 23 de Abril de 2014; Arthur Barnes, “Saint John Lateran”, *idem*, vol. 9, consultado em linha a 23 de Abril de 2014; C. Egger, “Canonici Regolari della Congregazione del Salvatore Lateranense”, *op. cit.*, cols 102-107.

<sup>303</sup> Enrico Guidoni, “Roma e l’urbanistica del Trecento”, in FOSSATI, Paolo (cord.), *op. cit.*, vol. 5, pp. 372-380.

<sup>304</sup> Ver ponto 6.2.3 deste capítulo.

<sup>305</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, pp. 531-532; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 117.

<sup>306</sup> Leonardo Benevolo, *História da cidade*, 3.ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1999, pp. 325-326.

<sup>307</sup> Ver nota 249 deste capítulo.

<sup>308</sup> Aleksander Gieysztor, “Gestão e recursos”, *op. cit.* pp. 135-136; Rui Pedro Lobo, “Os colégios universitários de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 32-35.

transformam este espaço interior, afastando-o do claustro tradicional, e mesmo prescindindo das arcadas (como é frequente nos colégios ingleses da época). Estes modelos poderão ter tido alguma tradução nos Estudos Gerais que o infante D. Pedro criou em Coimbra, como já discutimos, e eventualmente influenciado a conceção da arquitetura cenobítica crúzia, se não agora, certamente mais tarde.

Noutra cidade universitária talvez frequentada pelos Regrantes, Lovaina, poderão estes ter tido contacto adicional com a forte exploração flamenga das igrejas de torre axial única, desde logo a começar pela igreja quatrocentista de Sint-Pieterskerke, no centro nevrálgico da cidade (mesmo que o seu campanário ocidental nunca tenha sido terminado).<sup>[fig.19]</sup> Por outro lado, numa das já referidas, Paris, logo desde o reinado de Carlos V de França (r. 1364-1380), a recuperação do país após a Guerra dos Cem Anos é feita pelo rei usando a arquitetura e investindo na capital, sendo disso exemplo saliente a ampliação das muralhas parisienses e as residências reais monumentais, que figuram a sua presença (o Louvre, o Hôtel Saint-Pol e o castelo de Vincennes), todas elas recintos mais ou menos fortificados e marcados por generosos jardins formalizados<sup>309</sup>.<sup>[fig.20]</sup>

É de notar que, fruto do enfraquecimento e diminuição de laços privilegiados internacionais, e fator previsível de uma ligação mais cortesã e subserviente com os reis avisinos (cujos favoritos se instalam em canónicas importantes, e que começarão, mais que a patrocinar, a encomendar e dirigir pessoalmente empreitadas de obras entre os Crúzios), as tendências gerais de evolução da arquitetura portuguesa e os edifícios referenciais do próprio reino serão agora alvo de emulação pela instituição – é provável que não tanto as obras associadas a outras Ordens, com quem crescem os conflitos, mas sim aquelas em ligação estreita aos monarcas. Assim, os paços régios e os estaleiros emblemáticos de celebração dinástica, os mosteiros da Batalha e dos Jerónimos (o primeiro vizinho do priorado leiriense de Santa Cruz, o segundo na cidade de São Vicente de Fora), terão sido fonte de cotejo. A relação com essas obras, no entanto, é tão próxima (e mesmo biunívoca), que é discutível se se terão oferecido realmente como *protótipos*, matrizes exteriores e paradigmáticas. De qualquer forma, será preferível deles falarmos na relação específica e detalhada com os tipos arquitetónicos dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

## **6.4 | A fala arquitetónica crúzia**

**6.4.1 Enunciados-tipo e estereótipo:** Os enunciados-tipo edificatórios crúzios deste intervalo são, como até a sua visibilidade crítica confirma (veja-se o ponto 6.1.3), Santa Cruz de Coimbra, Santa Maria da Pena e Nossa Senhora da Assunção de Arronches. Existem outras empreitadas registadas na Ordem,

---

<sup>309</sup> Alain Erlande-Brandeburg e Anne-Bénédicte Mérel-Brandeburg, *op. cit.*, pp. 385-393; Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, *op. cit.*, p. 56.

algumas de escala e amplitude razoável, mas as três mencionadas parecem ser as de maior dimensão, elaboração e relevância institucional. Curiosamente, ao contrário da convergência que observámos pelo menos no primeiro centénio dos Regrantes, estes tipos, embora partilhando algumas propriedades, estabelecem caminhos algo divergentes.

De todos, a precedência cabe, a todos os níveis, à canónica conimbricense. A renovação do conjunto de Santa Cruz aparece descrita, em boa parte da bibliografia, como uma operação relativamente unitária, circunscrita no que toca a opções arquitetónicas ao tetranómio encomendador / gestor / arquiteto principal / arquiteto assistente (D. Manuel, D. Pedro Gavião, Diogo de Boytac, Marcos Pires) e contida entre as datas extremas de 1502 e 1528, quando não apenas o priorado de D. Pedro Gavião (1507-1516), o que a transformaria numa empreitada exclusivamente manuelina e quase totalmente dominada por agentes exteriores ao cenóbio<sup>310</sup>. Parece-me, no entanto, haver indícios para considerar a transformação tardo-gótica da casa-mãe regrante um processo muito mais longo, com mais inflexões e, ainda assim retendo alguma da individualidade da instituição.

A primeira indicação de atividade edificatória ocorre mal o favor régio volta a sorrir ao mosteiro, após a mudança dinástica, e remonta ao priorado de D. Afonso Martins (1393-1414) que terá procedido à regularização do terreiro frente ao mosteiro (mais tarde chamado Largo do Sansão – a atual Praça 8 de Maio), dotando-o de uma fonte, certamente com um intuito de ornamento urbano, mais do que puro pragmatismo, uma vez que se destinaria a adequá-la a acolher liças cavaleirescas<sup>311</sup>. Espelho da mentalidade do tempo (e com toda a certeza da sua estética), assim como da frivolidade do favorito de D. Filipa de Lencastre, essa obra seria também contemporânea e similar a iniciativas de espaço público joaninas, como a Rua Nova d'El Rei, em Lisboa, e a Rua Nova do Porto<sup>312</sup>.

Em meados desse século, pela mão de D. Gomes Eanes (1441-1459), referências várias permitem supor intervenções mais abrangentes, espectáveis de um indivíduo que pareceu estabelecer uma relação

---

<sup>310</sup> Esta é a leitura que faz Maria de Lurdes Craveiro, e que a autora vê como acentuando-se ainda mais com D. João III (*O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 61-62); no entanto, sem entrar nos desenvolvimentos posteriores à cronologia que analisamos agora, é de notar que mesmo após a morte de D. Pedro Gavião, estando Santa Cruz então com um prior comendatário ausente (para não dizer "virtual", uma vez que se tratava do infante D. Afonso, de tenra idade), D. Manuel pede ao seu vedor de obra que conferencie e afine decisões com o prior crasteiro do cenóbio (Pedro Dias, *A arquitetura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, op. cit., p. 127).

<sup>311</sup> Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, "Novos guias de Portugal"/6, Lisboa, Presença, 1987, p. 83; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 30; Nuno Cruz, "Nota histórica da Praça Oito de Maio", op. cit., consultado em linha a 5 de Fevereiro de 2014; idêntica função lúdica ainda mantinha o Rossio no século XVI, numa situação urbana semelhante ao terreiro de Santa Cruz (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 418).

<sup>312</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 141-142; José Custódio Vieira da Silva, "Lisboa Medieval - breves reflexões", in *Revista de História da Arte*, n.º 2/"Lisboa, espaço e memória", Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 40.

estreita entre envolvente física e vida espiritual<sup>313</sup>. Na igreja canonical sabemos que monumentalizou as capelas laterais direitas, que albergavam as relíquias dos Mártires de Marrocos<sup>314</sup>, e que terá dado continuidade ao culto musical crúzio instalando um órgão de dois registos<sup>315</sup>; poderá ter sido também ele (ou D. João de Noronha, a quem se atribuem obras não especificadas, ou mesmo a D. João Galvão) a dotar o templo de outro sinal de modernidade: os vitrais quatrocentistas que sabemos ali terem existido<sup>316</sup>. Simultaneamente, o cunho urbano do conjunto também lhe terá interessado: Walter Rossa acredita que no seu priorado, e sob a égide do infante D. Pedro, enquanto regente e duque, se terá continuado a reformulação do Terreiro de Santa Cruz e talvez procedido à reconstrução da fachada da torre-nártex que dominava a praça<sup>317</sup>; eventualmente em ligação ao perfil renovado desse espaço e da sua moldura, sabe-se que D. Gomes encomendou na Flandres um relógio bastante sofisticado<sup>318</sup>. Sinalizando uma emulação do mosteiro da Batalha (onde há pela primeira vez notícia da arte vidreira, por mestres flamengos, a partir de 1428<sup>319</sup>), esta campanha pode também introduzir o Gótico Despojado em Santa Cruz, talvez reconhecível ainda, além de nas capelas dos Mártires de Marrocos<sup>320</sup>, na fachada atual da sua igreja. Sabemos que a base maciça de calcário amarelo é anterior ao contrato com Diogo de Boytac, em 1513; aliás, nessa altura já estariam feitos os botaréis octogonais, como o documento testemunha, e Maria de Lurdes Craveiro duvida se seriam persistências românicas (segundo António Nogueira Gonçalves, como analisámos no capítulo IV desta tese) ou obras já realizadas por Boytac, a partir de 1507; no entanto, acredita que as cornijas horizontais sucessivas são manuelinas<sup>321</sup>. Porém, dada a semelhança de base com o frontispício de Santa Maria da Vitória – em três seções verticais e cinco estratos horizontais divididos por frisos – e o seu carácter geométrico, denso e austero (porventura

---

<sup>313</sup> Existindo ainda estudos monásticos em Santa Cruz (e abertos aos leigos), sendo D. Gomes um ex-universitário com inclinação de construtor, e tendo o infante D. Pedro mostrado uma preferência pela organização escolar baseada na edificação de colégios, outras obras poderão ter tido lugar.

<sup>314</sup> António Nogueira Gonçalves, “Os arcos românicos encontrados na igreja de Santa Cruz de Coimbra”, in *Diário de Coimbra*, n.º 9477, Ano XXIV, Coimbra, 19 de Setembro de 1958, p. 6; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 270.

<sup>315</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, p. 220; órgão será de longa tradição nos Regrantes – ler António Maria Mendes Melo, “Os Crúzios, a sociedade e a música: notas cronológicas em torno de um órgão de 1701”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, pp. 79-80.

<sup>316</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, p. 217.

<sup>317</sup> Walter Rossa, *Diversidade...*, *op. cit.*, p. 519.

<sup>318</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V...*, *op. cit.*, p. 214.

<sup>319</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, pp. 289-290.

<sup>320</sup> Embora o tratamento escultórico e o perfil das cantarias ainda carreguem sinais flamejantes, a simplicidade da estrutura e o abobadamento sobre misulas, já denunciam tendências do Gótico Despojado, o que concordaria com a sua atribuição a Fernão de Évora, que Maria de Lurdes Craveiro acha provável (*O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 12, 22).

<sup>321</sup> Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, pp. 20-21, 31.

mais afim da volumetria da cabeceira Sé de Silves ou da frontaria da atual catedral de Faro<sup>322</sup> que dos sólidos torneados da igreja de Jesus de Setúbal)<sup>(fig.21)</sup> não é implausível que Boytac tenha trabalhado sobre uma fachada-torre já reinterpretada e que dela algo subsista no edifício presente.

Por fim, a intervenção manuelina. Sendo um processo encadeado, subdividi-la-ia entre a fase de gestação (1502-1507), a fase de renovação da igreja (1507-1513), a de extensão dos trabalhos às dependências monástica (1513-1517) e de remate e *adjetivação* do conjunto (1517-1525).

A primeira fase inicia-se com a passagem de D. Manuel, acompanhado por D. Pedro Gavião, em Coimbra, a caminho de Santiago, e sua percepção da inaceitável modéstia dos túmulos dos dois primeiros reis lusos<sup>323</sup>. Quer desejando apenas renovar esses túmulos, como parece indicar Damião de Góis, quer já pensando em renovar a igreja, como sugere D. Jerónimo Osório<sup>324</sup>, pouco se fará inicialmente, e as primeiras iniciativas no cenóbio propriamente dito, provavelmente de demolição, podem ter sido apenas uma manobra de diversão para reter as rendas (e o controle) sobre o mosteiro que o papa Júlio II atribuíra em comenda ao cardeal seu sobrinho (em 1506), de que os cônegos se queixaram e que o rei não aceitava<sup>325</sup>. Esses primeiros trabalhos indefinidos seriam dirigidos internamente pelo prior crasteiro, D. Brás Lopes, eleito em 1505<sup>326</sup>. Ainda assim, com pelo menos implicações nesse projeto, e em continuidade com dinâmicas anteriores, pela mesma altura começará D. Manuel intervenções urbanas em Coimbra, nomeadamente renovando a ponte sobre o Mondego e o pavimento da rua que a unia ao Terreiro de Santa Cruz (Rua da Calçada, atual Rua Ferreira Borges)<sup>327</sup>; a partir de 1504 também inicia a concentração dos vários hospitais medievais da cidade, num único, Nossa Senhora da

---

<sup>322</sup> A Sé de Silves que conhecemos hoje estaria em reconstrução total, após um terramoto, a partir de 1443 (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, *op. cit.*, p. 77); Santa Maria de Faro é do século XV (Pedro Dias, “O Gótico”, *op. cit.*, p. 100, e *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, “Teoria da Arte”/11, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 176) e, dada a sua feição arcaizante, poderá ser de data próxima à de Palmela, igreja igualmente da Ordem de Santiago; todas as três, aliás, parecem ter tido fachadas turriiformes ou sugerindo-o (além da torre-nártex em Faro, vejam-se o prolongamento de muros pétreos verticais em Silves e Palmela). Aceitando a hipótese de Walter Rossa, isso tornaria todas estas igrejas contemporâneas desta possível reformulação de Santa Cruz.

<sup>323</sup> Ver nota 77 deste capítulo. Como já se abordou no capítulo IV, permanece a questão de se os sepulcros que o rei viu seriam no nártex, como tradicionalmente se supôs, ou no claustro, como defende Maria de Lurdes Craveiro, pelo testemunho seiscentista de D. José de Cristo, que os coloca ali antes da transladação para a igreja. A notícia do cronista crúzio pode no entanto refletir uma mudança dos túmulos do nártex para o claustro, se a torre-nártex de Santa Cruz tivesse começado a ser reformulada por D. Gomes, em meados do século XV, como vimos; sendo uma recolocação provisória, isso poderia acentuar a falta de dignidade dos locais de inumação dos monarcas que “chocou” D. Manuel (e mais facilmente D. José de Cristo encontraria registos de uma antiga permanência – longa de uns três quartos de século – de D. Afonso e D. Sancho nas capelas claustrais). De igual forma, se só depois de 1502 se tivesse demolido a fachada-torre, os restos mortais régios teriam sempre de ter sido deslocados, com toda a probabilidade para o claustro, aí tendo permanecido perto de duas décadas.

<sup>324</sup> Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, pp. 273-274.

<sup>325</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro IX, cap. XXXI, p. 274; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 81; Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, pp. 106, 272-273.

<sup>326</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, pp. 107-108; sobre D. Brás Lopes leia-se também Mário Mendes Brandão (“Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra *in Estudos Vários*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, 1972, pp. 238-239) e Saul António Gomes (“Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, *op. cit.*, pp. 271-272).

<sup>327</sup> *Idem*, pp. 29, 37; João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 128; Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*, dissertação para as Provas de Aptidão Pedagógica e de Capacidade Científica, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2000, Coimbra, EDARQ, 2006, pp. 37-39.

Conceição, na Praça Velha (hoje Praça do Comércio), o que extingue o hospital crúzio românico de São Nicolau<sup>328</sup>, libertando espaço do lado Nascente do mosteiro<sup>329</sup>.

Estando D. Pedro Gavião na cadeira prioral, em 1507, inicia-se uma segunda fase, que provavelmente também é o momento da associação de Diogo de Boytac à empreitada, que se define agora como uma reformulação do templo crúzio. Só em 1513, fechado o abobadamento da igreja, se fixa um programa que abranja o resto do mosteiro, com o contrato celebrado com o arquiteto<sup>330</sup>. Datarão destes sete anos o essencial da configuração definitiva da fachada em calcário amarelo de Bordalo, a nave (e a sua nova relação com as capelas laterais), a capela-mor e a sala capitular, que formam um conjunto de desenho unificado, como três “caixas” murárias, alinhadas por um mesmo eixo de simetria, cobertas por abóbodas sobre mísulas, análogas entre si, escalonadas em altura<sup>331</sup>. Trabalhando sobre condicionantes pré-existentes, Diogo de Boytac elimina o módulo da torre-nártex e respetiva tribuna<sup>332</sup>, mas mantém um maciço turriforme no alçado que remata<sup>333</sup>; usando como referência essa cércea, verticaliza a antiga nave central e singulariza-a, separando-a das capelas laterais, que passam a ser espaços anexos, acedidos por portais; assim, em vez da *acentuação* da nave principal que existia ali no Românico, passa a haver agora virtualmente uma nave única, que, delimitada por paredes sem marcações estruturais e iluminada por janelas equidistantes, da mesma altura e à mesma cota<sup>334</sup>, tem também um carácter de *salão*; como eventual memória da situação anterior, as janelas laterais, de contorno diferente das duas, subdividem subtilmente o espaço longitudinal a meio, decalcando quase rigorosamente as áreas da antiga torre e nave. A capela-mor é outro espaço ortogonal, único e autocontido, separado da nave por um arco triunfal alto mas relativamente estreito (portanto proporcionalmente similar ao conjunto portal-janelão da fachada frontal, com quem partilha a padieira semicircular); tem apesar de tudo uma

---

<sup>328</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, op. cit., pp. 58-59; Rui Pedro Lobo, *idem, ibidem*.

<sup>329</sup> Sendo oportuna, a ação não será diretamente devida ao intuito de reformar Santa Cruz: a bula de autorização papal para centralização de hospitais menores é de 1499, logo anterior à peregrinação a Santiago de Compostela, e faz parte de um plano alargado a aplicar também em Évora e Santarém (António Domingues de Sousa Costa, “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV”, separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, actas das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, p. 289).

<sup>330</sup> Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, op. cit., pp. 274-275.

<sup>331</sup> Da conceção desta *enfilade* como um conjunto poderá testemunhar o epitáfio de D. Pedro Gavião, no seu túmulo na capela de Jesus, que diz em seu elogio que “*mandou fazer a igreja com a capella e o capitulo desta casa e outras muito boas obras*” (*apud* AAVV., *O Jardim da Manga, Coimbra*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 89, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Setembro 1957, p. 7).

<sup>332</sup> Ou o que deles restasse, se a frontaria estivesse em alteração, entretanto.

<sup>333</sup> Lembremos que Diogo de Boytac viria de Albi e talvez mais estivesse, pelo que trazia da sua formação, predisposto a reconhecer a força do alçado turriforme. A campanha manuelina, aliás, acrescenta em altura o maciço da fachada (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 14) e poderia ter em mente um aspeto mais maciço - pela relação que tem com a fachada da Sé da Guarda (ver nota 472 deste capítulo) é possível imaginá-la com um portal mais contido, e portanto com uma maior área parietal cega (Maria de Lurdes Craveiro, em *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 82-83).

<sup>334</sup> Quatro em cada lado e uma na fachada, que também teria a mesma altura das restantes, originalmente, antes da introdução do coro alto que lhe alteou o peitoril (Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, op. cit., p. 44).

distribuição levemente assimétrica da fenestração lateral e da estrutura do abobadamento, sugerindo uma configuração absidal, não obstante o remate reto; pese embora essa permanência, a ousia introduz uma grande inovação, acolhendo o coro canonical<sup>335</sup>, desalojado pela supressão da tribuna ocidental, o que justifica também a sua maior superfície, incorporando a área onde teriam existido as capelas laterais românicas. O Capítulo, embora ocupe posição aproximada à que tinha no século XII (tal poderá ter algo a ver com o seu ligeiro desvio à ortogonalidade, em planta) deve ter sido tornado mais profundo<sup>336</sup>, até para se integrar no eixo compositivo de simetria (lembramos que a atual Capela de São Teotónio, a Sul do espaço, que o torna assimétrico, é posterior). Esse eixo pode aliás ter sido mais do que um traçado estruturante: no fundo da capela-mor, ao centro, existe um adelgaçamento da parede, um nicho retangular, que pode ser testemunho de uma porta que ligaria a sala capitular ao retrocoro (o que teria lógica funcional<sup>337</sup>), e colocaria uma sucessão portas/portais ao longo desta linha central, interligando todos os espaços desenhados por Diogo de Boytac.<sup>[fig.22]</sup>

Pelo menos após o contrato conhecido de 1513, uma vez que ele o especifica, começar-se-á a trabalhar numa transformação de todo o complexo, incluindo o mosteirinho de São João das Donas (embora aí não se tenham chegado a concretizar)<sup>338</sup>. Boytac ausentar-se-á para Marrocos entre 1514 e 1515, o que terá diminuído o passo dos trabalhos, mas Marcos Pires irá gradualmente assumindo protagonismo e tudo indica que o novo claustro, que dependeria de terem sido tomadas algumas decisões quanto às dependências que o rodeavam, estaria em execução<sup>339</sup>.

Em 1516 morre D. Pedro Gavião e em 1517 Marcos Pires é feito Mestre das Obras Reais de Coimbra, tocando-lhe responsabilidades oficiais tanto em Santa Cruz como nas obras do paço da alcáçova da cidade; pelo excesso de atribuições, ou pela presença da “estrela” ascendente em que se tornara João de Castilho, que ali está em 1518, o irmão deste, Diogo, passa a conduzir oficialmente (mas provavelmente

---

<sup>335</sup> Ali estava o cadeiral de Mestre Machim e João de Colónia, de 1513-1518, que foi transferido e adaptado ao coro alto, depois de 1530, onde hoje se encontra (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 493); como veremos, este coro absidal – e possivelmente retrocoro – pode ser um eco do uso e configuração da capela-mor de Santa Maria da Pena (ver notas 387 e 454 deste capítulo), e ser um dos mais precoces exemplos portugueses. Havendo a hipótese de a catedral de Évora ter tido o seu coro capitular na capela-mor, antes de 1485 (Paulo varella Gomes, “*In choro clerum*. O coro nas Sés portuguesas dos séculos XV e XVI”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (dir.), *Museu*, IV série, n.º 10, Porto, Círculo José Figueiredo, 2001, pp. 34 e 54), Santa Cruz precederia na configuração os casos manuelinos da Sé do Funchal (só declarada como tal em 1514, como já vimos, e portanto só então necessitando de cadeiral), e do mosteiro dos Jerónimos (que poderia originalmente ter tido um coro absidal, servindo a área do coro alto atual como tribuna régia – Paulo varella Gomes, *idem*, p. 39), cuja configuração eclesial não será anterior a 1513 (ver nota 502, adiante).

<sup>336</sup> É natural que tenha passado de uma divisão larga, com os típicos três vãos sobre o claustro (ainda se vê um arco românico embebido na superfície murária, à direita da entrada do Capítulo - Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 124) do cânone românico, para a divisão profunda atual, devido ao aumento de dimensão da capela-mor renovada, relativamente à anterior.

<sup>337</sup> E seria análogo à Igreja do convento de Cristo de Tomar, cuja “nave” dos irmãos Arruda começa por ser uma sala capitular com passagem axial para a charola-coro (Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p.65). A existência de uma porta em Santa Cruz remeteria provavelmente o retábulo para a frente, junto ao arco triunfal, tornando este espaço num verdadeiro *retrocoro*.

<sup>338</sup> António Nogueira Gonçalves, *A frontaria românica...*, op. cit., pp. 9-10; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, op. cit., pp. 115-116.

<sup>339</sup> Vítor Manuel Serrão (op. cit., p. 42) sugere que as obras decorreriam já cerca de 1509, embora tal me pareça exageradamente precoce.

em seu nome, dada a sua juventude<sup>340</sup>) o estaleiro crúzio, como Mestre de Pedraria, em 1519<sup>341</sup>; desde 1518, igualmente, a supervisão da obra passa a ser feita por um vedor, Gregório Lourenço, em nome do rei<sup>342</sup>. *O Venturoso* morre em 1521 e Marcos Pires também, ou em data muito próxima, e D. João III procura encerrar a obra, para isso instruindo o seu vedor<sup>343</sup>, o que parece, genericamente, acontecer até 1525: em 1518 iniciam-se os túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I (projeto de João de Castilho, execução por Diogo de Castilho e Nicolau Chanterene, até 1522)<sup>344</sup>; em 1520 instala-se uma grade metálica que subdivide a nave da igreja<sup>345</sup>; em 1521 estaria pronto o Claustro do Silêncio de Marcos Pires (quicá com conselhos de João de Castilho)<sup>346</sup>, e Chanterene teria prontos os retábulos claustrais da Paixão<sup>347</sup>, assim como o púlpito da igreja<sup>348</sup>; em 1522 o retábulo pintado por Cristóvão de Figueiredo tomava lugar no altar-mor<sup>349</sup>, terminavam-se as capelas de Jesus e de São Miguel, junto ao Capítulo (ainda de Marcos Pires)<sup>350</sup>, Diogo Pires, *o Moço*, adicionava remates escultóricos às fachadas da crasta e do templo<sup>351</sup>, e João de Castilho (de novo mais livre, após o fecho das abóbodas dos Jerónimos<sup>352</sup>) lançava o ecrã de pedra de Ançã sobre essa última fachada<sup>353</sup>, que o irmão e Chanterene (e João de Ruão) mais uma vez executariam, prontos que estavam os túmulos dos fundadores; em 1523 já se usavam os novos dormitório e refeitório<sup>354</sup> e finalmente, em 1525, dava-se por terminado o portal<sup>355</sup> e, tanto quanto possível, a campanha.

Este conjunto de notícias posteriores a 1517 permitem traçar uma certa visão de conjunto e dão-nos indicações sobre a *qualificação* dos espaços cenobíticos ao final das suas metamorfoses tardo-góticas.

---

<sup>340</sup> Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, p. 28.

<sup>341</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>342</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, p. 124.

<sup>343</sup> António Nogueira Gonçalves, *A frontaria românica...*, *op. cit.*, p. 17.

<sup>344</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 63; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 142; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 445, 517.

<sup>345</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 145; a delimitação duma área clerical era completada pelo gradeamento no acesso das capelas laterais (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 107).

<sup>346</sup> *Idem*, p. 138 (ver nota 234 deste capítulo, também).

<sup>347</sup> Rui Pedro Lobo, *op. cit.*, p. 32.

<sup>348</sup> Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 142; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 518.

<sup>349</sup> Entre o flamengo e o Romano, este retábulo apresentava pelo menos um calvário e uma deposição da cruz (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 31-32).

<sup>350</sup> Vergílio Correia, *Uma descrição quinhentista do mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, Tipografia Imprensa da Universidade, 1930, p. 14; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 130; Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, pp. 23-24.

<sup>351</sup> Pedro Dias, “O Manuelino”, *op. cit.*, p. 32, e “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, p. 81.

<sup>352</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 439.

<sup>353</sup> Como Boytac, João de Castilho mostra um respeito (instintivo?) pela força da fachada-torre: pesem embora as semelhanças, em Coimbra, ao contrário do que acontece em Tomar e Belém, o conjunto portal não ultrapassa a altura da fachada em que se apoia, e repete-lhe subtilmente a formulação, sendo o tramo central (de “torre” axial) mais alto que os botaréis laterais, ao invés do que sistematicamente vemos nos outros exemplares (neles incluídos o da Matriz de Vila do Conde).<sup>[fig.23]</sup>

<sup>354</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 148; Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, pp. 23-24.

<sup>355</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, e em *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 73; Rui Pedro Lobo, *op. cit.*, p. 32.



Fragmentares ou não, todas as informações sobre as alterações concretizadas parecem dizer respeito às alas Sul (o conjunto de Boytac e as capelas de Marcos Pires) e Nascente (o refeitório, trasladado da ala Norte, no piso térreo, e o dormitório no primeiro piso<sup>356</sup>, acrescentado agora) do complexo, e ao claustro que as une; nada exprime melhor esse “centro de gravidade” que o lavabo – a fonte de Paio Guterres – única peça de realce na regularidade do Claustro do Silêncio, chanfrando o ângulo de união dos dois corpos de maior cércea<sup>357</sup>. Assim, num paradigma bastante diferente da distribuição centrípeta undecentista, com todas as dependências ao nível térreo, a ala Sul constitui uma zona eclesial, a Nascente forma uma área residencial – que se prolonga, lembremos, para a torre românica que era a residência prioral<sup>358</sup>; os dois corpos salientes também funcionavam em sequência: o acesso ao piso privado do dormitório<sup>359</sup> desembocava na Capela de São Miguel, de onde os cônegos chegavam ao

---

<sup>356</sup> É inquestionável que a galeria do primeiro piso servia o dormitório (Vergílio Correia, “Achegas para a topografia conventual de Santa Cruz”, in *Obras*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946, vol. I, p. 292). Maria de Lurdes Craveiro acredita, no entanto, que dormitório manuelino seria do lado Norte do Claustro do Silêncio (*O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p.113); eu não estou certo que se depreenda absolutamente do contrato da renovação de 1528, como ela o faz, que não havia um dormitório na ala Nascente. A passagem inicial do contrato de pedraria diz: “*Primeiramente faraa dous lâços de dormjtorio em duas quoadras da crasta (...) e hum dos lâços –saber – o lâço que se há de ffarer honde ora estaa o dormjtorio velho sayra ffora da quadra do dito dormjtorio para a parte do tãque*” (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, op. cit., p. 156, nota 1, e Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, vol. I, p. 113, nota 13); tal parece indicar realmente que a ala setentrional, que será estendida para além do quadrilátero medieval nas reformas de D. João III, é aquela que continha o dormitório velho; pergunto-me se não será possível ler que o novo corpo se estende a *partir do ponto* onde entroncava o dormitório precedente. Para a dúvida contribui a menção que dormitório e refeitório manuelinos se terminam e passam a utilizar na mesma data (ver nota 354, acima), o que pode indicar que fazem parte do mesmo troço/volume construído; ora, não está em questão que esse refeitório era no lado Este do claustro. Essa localização também faz sentido no organigrama de funções e no sistema de acessos deste edifício, assim como coincide com as áreas que concentram quase todas as referências a empreitadas manuelinas – a Nascente e a Sul. Quiçá pudesse o dormitório velho ter-se estendido ao lados Nascente e Setentrional do claustro, embora a descrição do dormitório com *um fogão de sala e 30 leitos*, pareça implicar um só segmento, e mesmo um só espaço (Pedro Dias, *idem*, p. 131).

<sup>357</sup> Ancorando esse entroncamento está também o programa iconográfico do Claustro do Silêncio, em que a sucessão narrativa dos quatro retábulos de Nicolau Chanterene tem início aí, relatando os Passos da Paixão no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio - que já era a orientação privilegiada do claustro românico - e se remata pela Capela de Cristo, igualmente nesse ângulo, com a representação da Crucificação.

<sup>358</sup> No topo Norte da ala nascente, sensivelmente frente à torre prioral, ficaria a/uma portaria então (António Nogueira Gonçalves, *Mosteiro de St.ª Cruz*, Coimbra, Epartur, 1977, p. 5; Rui Pedro Lobo, op. cit., pp. 21-22 e 32), protegida ao fundo do pátio fechado que é hoje a Rua Olimpio Nicolau Rui Fernandes; era nova, feita por Marcos Pires, para substituir a velha portaria traseira, a Este, de que falámos no capítulo IV (Armando Alberto Martins, *O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...*, op. cit., t. I, p. 142; Rui Pedro Lobo, op. cit., p. 44), ou mais provavelmente a Porta de Espada à Cinta, a Sul, talvez obliterada pela renovação do Capítulo (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 48). Para Nascente ficaria o horto/jardim – tudo o indica, não só o que vimos no capítulo IV, mas também porque, no início da reforma de D. João III (uns dez anos depois, antes de estar pronto o novo dormitório) se diz que se cortaram acessos do dormitório ao horto, o que confirma a sua adjacência àquele (José Sebastião da Silva Dias, op. cit., p. 109, nota 1). Esse horto teria um tanque – recorde que no contrato de pedraria de 1528, que define a expansão do mosteiro para Nascente, se diz que o edifício “*sayra ffora da quadra do dito dormjtorio para a parte do tãque*” (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, op. cit., p. 156, nota 1, e Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 113, nota 13).

<sup>359</sup> No primeiro piso também ficava a Livraria, portanto em acesso direto pelo dormitório (se implantado a Nascente, como proponho), sobre as capelas de S. Miguel e de Cristo (Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, op. cit., p. 24); dessa forma, permanecia junto à residência do sacristão, que tinha a responsabilidade da gestão do *armarium* ou Livraria de Mão (como vimos no capítulo IV), e que com esta renovação era igualmente no primeiro piso, sobre a sacristia, segundo o contrato de 1513 (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, op. cit., p. 124). A atribuição de uma divisão específica a esta função, ainda que de dimensões relativamente modestas (dados os modelos de acondicionamento dos volumes em arcas ou armários fechados, ainda em voga na centúria de Quinhentos), e a sua deslocação para o primeiro piso - inclusive para proteger a coleção da humidade e do furto - são perfeitamente consentâneas com a evolução das bibliotecas entre os séculos XIII e XVI (James W. P. Campbell, *The Library: a world history*, Londres, Thames & Hudson, 2013, pp. 74-82, 85). Em Santa Cruz, os danos causados à livraria/cartório por inundações, nomeadamente em 1411, também davam razões pragmáticas para deslocar essas áreas para uma posição superior (ver nota 169 deste capítulo).

Capítulo, e, a partir dele, como proponho, ao retrocoro<sup>360</sup>.<sup>[fig.24a]</sup> Outras obras se previam no contrato de 1513, outras poderão ter sido feitas<sup>361</sup>, mas é aceitável que as que se registaram sejam aquelas às que se dava mais relevância. No eixo residencial, este dormitório renovado (e, como veremos, pouco tempo depois substituído) parece ter sido uma divisão única, pela maneira como aparece descrito na documentação como tendo *um* fogão de sala e 30 *leitos*<sup>362</sup>; seria uma opção a contracorrente dos hábitos canonicais e cruzios, eventualmente justificável por qualquer acesso rigorista de reforma espiritual<sup>363</sup>, ou por imitação do que acontecera em Santa Maria da Vitória<sup>364</sup> (ali igualmente sem vingar, tendo o espaço acabado por servir outros fins)<sup>365</sup>.<sup>[fig.24b]</sup>

Afastando-se da mesma forma do que fora identitário para os Regrantes – e mais distante no início da década de 1520, sob influência castilhana, do que fora na anterior, por mão de Boytac – o espaço eclesial adquire uma subdivisão e hierarquia novas: com a fronteira estabelecida pela grade metálica, colocada 20 palmos além do púlpito (cerca de 4,4m, isto é, logo antes dos portais laterais junto à cabeceira)<sup>366</sup>, e a instalação dos sepulcros régios, em 1522. Se a colocação da grade é incontroversa, e portanto a criação de um área entre os fiéis e o arco triunfal, a posição original dos túmulos é discutível, prestando-se as descrições seiscentistas a várias leituras. Maria de Lurdes Craveiro interpreta-as no sentido de os colocar onde hoje estão os portais laterais a Nascente da nave, e por conseguinte para além da grade<sup>367</sup>.<sup>[fig.25a]</sup> essa hipótese criaria uma zona central e exclusiva de celebração dinástica, o que é interessante, mas vários argumentos me levam a rejeitá-la:

---

<sup>360</sup> É fácil ver, nestas duas alas perpendiculares destacadas, uma influência dos palácios em “L” típicos do século XV (Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 19), implantação que também será a do paço manuelino da Ribeira, em Lisboa.

<sup>361</sup> “Herdeiro” do já referido, de D. Gomes, um relógio oferecido por D. Manuel, a ser colocado em torre sobre a sacristia, também figura no contrato (António Nogueira Gonçalves, “A torre de Santa Cruz de Coimbra”, in *Estudos de história da arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p. 220; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 113); apesar de encomendado, não se sabe se alguma vez ali terá chegado: igualmente flamengo, estava ainda retido em Cascais, em 1522, havia 3 anos (Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, p. 281).

<sup>362</sup> Ver nota 356 deste capítulo; essa capacidade está também conforme ao número estimado de cerca de 32 cônegos em Santa Cruz, nos finais de Quatrocentos (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 270).

<sup>363</sup> A reforma tentada por Bento XII em 1340 opunha-se à existência de celas com um rotundo “*De cellie non tenendis in dormitorijs*” (*Constitutiones in Religionem Canonicorum Regularium Ordinis Sancti Augustini Avinionem idibus Madii pontificatus nostri anno 5º*, Avinhão, 1339 - Biblioteca Pública Municipal do Porto, manuscrito Santa Cruz n.º 37, folha 40), mas não acreditou que o conseguisse, quer dada a tradição anterior do formato, quer pela inconsequência dessa reforma.; aliás, sabemos que em 1528, em São Salvador de Freixo de Baixo – um mosteiro rural e sob comenda – existiam celas, que uma visitaçao encontra em mau estado (Franquelim Neiva Soares, *op. cit.*, p. 120).

<sup>364</sup> Existe também um lavabo de canto, aliás entre refeitório e dormitório, na Batalha; acrescente-se que Pedro Dias acha a abóbada do lavabo de Santa Cruz uma reinterpretação da que cobre a Capela do Fundador (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 138).

<sup>365</sup> Ainda assim, o dormitório em primeiro piso de Santa Cruz aproxima-se mais dos modelos de maior privacidade das casas da época – Sílvio Conde, “A casa”, in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. I, pp. 59 e 73 – entre nós e lá fora – Georges Duby, Dominique Barthélemy e Charles de La Roncière, “Quadros”, in ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (dirs.), *História da vida privada*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, vol. III, p. 216 – assim como dos colégios universitários. Com a sua praça urbanizada fronteira e com o horto imediatamente a Este, Santa Cruz continua a exibir proximidades à arquitetura paçã (tipologia que Marcos Pires cultivou), habitualmente ligada a terreiro do lado público e com jardim traseiro (José Custódio Vieira da Silva, “O Paço”, *op. cit.*, p. 86) junto a aposentos senhoriais (como acontecerá em Paço da Ribeira: Pedro Dias, “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 96-97); de qualquer forma, até na arquitetura doméstica contemporânea mais corrente se via algo similar, com pátios murados frontais e quintais traseiros (Sílvio Conde, “A casa”, *op. cit.*, p. 66).

<sup>366</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 159.

<sup>367</sup> *Idem*, pp. 65-66 e em *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 107.

- a)-a não existência dos portais estabeleceria um esquema de circulações para os cônegos muito pouco funcional – seria preciso ir ou ao claustro, ou à sacristia, para aceder às capelas laterais (e ao púlpito);
- b)-o traçado da capela mais oriental do lado do Evangelho e da sua abóboda determinam uma espessura de parede que não suportaria a profundidade dos nichos tumulares;
- c)-se D. Afonso Henriques e D. Sancho I descansassem para além da barreira metálica, não necessitariam da proteção de uma segunda grade, que sabemos que tinham<sup>368</sup>.

Inclino-me antes para ver as sepulturas oferecidas à contemplação popular, assentes entre os dois portais laterais, e, do lado esquerdo, entre o púlpito e a grade, onde me parece que caberiam<sup>369</sup>. A zona reservada, frente à parede fundeira da nave seria uma aproximação ao espaço nuclear do “transepto” dos Jerónimos, com a congregação a ocidente e as capelas laterais e principal nos outros três topos.<sup>[fig.25b]</sup>

Um segundo enunciado-tipo pode ter aparecido no priorado de Santa Maria da Pena, em Leiria. Infelizmente, do conjunto cenobítico (embora as ruínas das dependências demonstrem complexidade que indicia obras posteriores à base românica<sup>370</sup>) só conhecemos minimamente o que foi feito na igreja<sup>371</sup>. Esta, não sendo uma simples capela palaciana (como uma boa parte da historiografia da arte parece considerá-la)<sup>372</sup>, uma vez que já existia e fazia parte de uma Casa dinâmica e próspera<sup>373</sup>, terá sido refeita aquando da ereção do paço joanino<sup>374</sup>. Interessa, portanto, fazer uma ideia do panorama dos paços régios e das dinâmicas de intervenção neles, até D. João I.

Partindo do que concluímos acima sobre a itinerância dos monarcas portugueses à época, e concentrando-nos nas cidades mais frequentadas, identificam-se as suas residências de Lisboa, Évora, Estremoz,

---

<sup>368</sup> E do mesmo autor da grade da nave, António Fernandes (Albrecht Haupt, *A arquitectura do Renascimento em Portugal*, op. cit., p. 211; cf. com Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 63 e p. 159, nota n.º 4).

<sup>369</sup> Evidentemente, partindo do princípio que os túmulos atuais tenham tido alterações que lhes ampliaram o contorno, alterações visíveis pelo menos na colagem do remate superior, que parece portanto acrescentado e talvez nos botaréis laterais (como analisa Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., pp. 65-66); a isso corresponderá a correção que Nicolau Chanterene é pago por fazer em 1535, aquando da reinstalação das sepulturas na capela-mor (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, op. cit., p. 171; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 65, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 98). Sem essas adições caberiam perfeitamente entre os portais e sob as janelas, e estabeleceriam com eles uma relação mais harmónica, no alçado lateral da nave.

Repare-se também na maneira como o acesso ao púlpito, pela capela atrás da parede da nave, se “desvia” em diagonal; o que justificaria esse enviuamento que não uma necessidade de deixar a parede livre?

<sup>370</sup> E, como a colegiada passou a estar desabitada antes de 1542, essas dependências não serão posteriores (Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, 2.ª ed. revista e ampliada, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 163).

<sup>371</sup> Nada impede que não tenha havido obras no resto da colegiada: o que se sabe da igreja é mais pela observação do edifício que sobrou (enquanto dependências quase desapareceram) do que de atestado por via documental.

<sup>372</sup> ver notas 35 e 36 deste capítulo.

<sup>373</sup> Já anteriormente vimos os valores para 1320; em 1518 era ainda o priorado mais rentável do mosteiro de Santa Cruz, com 690.000 reais de proventos, seguido de Arronches, com 435.000 (Saul António Gomes, “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do séc. XII à criação da diocese” in AAVV., *Catedral de Leiria*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria, 2005, p. 27).

<sup>374</sup> Uma renovação de um cenóbio e igreja como moeda de troca pela associação à residência régia também acontecera em S. Francisco de Santarém e acontecerá mais tarde no convento franciscano de Évora (Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, op. cit., p. 32).

Santarém e Coimbra<sup>375</sup>. Em Lisboa, Estremoz e Coimbra, tratavam-se de alcáçovas fortificadas, intraurbanas e à cota alta; em Évora de instalações não fortificadas, mas intramuros, e associadas a um conjunto conventual franciscano<sup>376</sup>; em Santarém o paço é a Alcáçova Nova, fortificada, mas sobre uma porta da muralha (a Porta de Leiria) e associando-se ao Chão da Feira, rossio comercial e circundado de fundações mendicantes<sup>377</sup>. Duas tendências de implantação, portanto: a cidadela castrense, de raiz mais antiga, e a aproximação a focos mais recentes de vida urbana e a institutos conventuais, embora em ambas a localização dentro de muros urbanos se verifique. Deste conjunto tinham sido objeto de intervenções arquitetónicas relevantes, no período que nos debruçamos, seguramente o Paço de Estremoz<sup>378</sup> e quando muito o de Santarém. Estremoz, com obras cuidadas de D. Dinis, D. Afonso IV e mais tarde D. João I, é uma continuidade do modelo em alcáçova; em Santarém, depois da adaptação a residência de parte das fortificações, sob Afonso III, a residência tinha recebido interesse por D. Fernando, quer como parte das renovações da muralha, quer na associação da vizinha igreja de S. Francisco como “capela palatina”<sup>379</sup>, na qual que construirá a tribuna de seu uso pessoal e seu jazigo (c. 1372), e em que patrocinará o claustro, por volta de 1350. Portanto, nos paços urbanos habituais, assim como nas opções de beneficiação, a fortificação – e mesmo a implantação em cidadela – mantêm o seu papel de prestígio, e a associação a organismos cenobíticos emerge<sup>380</sup>.

É afinal o que acontece em Leiria, simultaneamente regressando à alcáçova<sup>381</sup> e procurando a proximidade simbiótica com a instituição cenobítica mais importante da cidade. Que se trata de simbiose e não absorção é evidente pela própria observação dos edifício no terreno, formando dois conjuntos compactos, em si mesmos ortogonais (o paço, de raiz) ou próximos disso (a colegiada, pré-existente), mas formando um ângulo entre si;<sup>[fig.26]</sup> numa versão apurada do que se passava em Santarém, um espaço público define-se entre os dois edifícios, autónomos mas ainda assim próximos o suficiente para poderem ser fisicamente interligados por um passadiço; entre essa estrutura sobre um arco, e a

---

<sup>375</sup> Excluindo portanto os paços sumários, de pousada ocasional (aliás normalmente mais antigos), e os de caça ou refúgio suburbano (Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, pp. 92-93).

<sup>376</sup> Já local de pousada de D. Pedro I, pelo menos (Cristina Pimenta, *op. cit.*, p. 241), e também de D. João I (Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I..., op. cit.*, p. 165) embora as obras paços sejam mais tardias (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, pp. 422-423).

<sup>377</sup> Já falámos da evolução urbana da Santarém gótica no capítulo anterior; ver também Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 59.

<sup>378</sup> Mário Jorge Barroca distingue esse paço, o de Leiria e o de Sintra, para falar dos mais importantes exemplos góticos da tipologia (Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico, op. cit.*, p. 93); o palácio de Sintra, tendo uma história mais antiga (de que falámos em capítulos anteriores) integra essa lista pelas obras de D. João I, que são posteriores às de Leiria, só advindo após 1415 (*idem*, p. 98), razão pela qual não o analiso como possível precedente; por outro lado, Sintra será também mais a versão joanina do paço suburbano que uma residência cidadina, mesmo que, fiel ao espírito do tempo, não se implante num local ermo.

<sup>379</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I..., op. cit.*, p. 163.

<sup>380</sup> Uma tradição ibérica, que é desenvolvimento da prática medieval de alojamento em mosteiros (Wolfgang Braunsfels, *Arquitectura monacal en Occidente*, Barcelona, Barral, 1974, pp. 232-237).

<sup>381</sup> Os paços de S. Simão tinham sido mais abaixo, junto à colegiada de São Pedro, como vimos no capítulo anterior.

muralha e a sua porta (sob uma torre), o terreiro está a meio caminho entre um pátio e um largo<sup>382</sup>. Sobre este adro, a igreja abre uma porta, lateral por questões topográficas, integrada num maciço pétreo verticalizado, provavelmente turriforme<sup>383</sup>; antecedendo a entrada, existia uma galilé porticada<sup>384</sup>.<sup>[fig.27]</sup> No interior, os fiéis encontrar-se-iam numa nave única longitudinalizada<sup>385</sup>, entre a tribuna áulica, com um janelão central (levemente maior que as janelas altas laterais)<sup>386</sup>, e a capela-mor canonical, amplamente fenestrada<sup>387</sup>; alto e largo, na parede fundeira, o arco triunfal estabelece ainda assim um equilíbrio entre abertura e delimitação da separação dos dois espaços.<sup>[fig.28]</sup>

A igreja de Santa Maria da Pena, em implantação, manterá a sua posição românica<sup>388</sup>, e de pré-existências se servirá para a sua atualização gótica, ainda antes do surgimento da dinastia de Avis: em 1344, a Torre Buçaqueira da alcáçova, anexa e quase rigorosamente axial à igreja, ganha função de campanário, e os ventanais que lhe são adicionados são os sinais mais precoces do Gótico no castelo de Leiria<sup>389</sup>. As obras na colegiada e no palácio terão início entre 1383 e o início de Quatrocentos<sup>390</sup>, e são ali óbvios os elementos já batalhinos; como vimos, atribui-se a Afonso Domingues a conceção da igreja – da maneira como a capela-mor alude aos absidiolos de Santa Maria da Vitória, ao desenho dos capitéis<sup>391</sup> – nem que o arrastamento dos trabalhos possa ter deixado a sua conclusão a artifices já da alçada de Huguet<sup>392</sup>. Algures por esta época também se há de ter acrescentado à torre-campanário um coruchéu, uma vez que em 1458 concedia Afonso V madeira para a sua reparação<sup>393</sup>. D. Manuel dotará a igreja de vitrais (c. 1495) e de uma sacristia ligada à capela-mor<sup>394</sup>. O conjunto da Pena é assim produto do interesse

---

<sup>382</sup> Mais ainda, o triângulo formado pelos volumes do palácio (contido entre torres, tem uma nesse adro), da colegiada (ligada à torre Buçaqueira, na muralha) e da torre de menagem da alcaidaria, enuncia uma espécie de conjunto significante do poder real, municipal e espiritual.

<sup>383</sup> A volumetria que esse maciço tem hoje, detendo-se antes de topo da parede da nave, como um gablete, não é certamente a original e integral, uma vez que se interrompe nos capitéis dos colunelos de ângulo e quase secciona o nicho sobre o portal; teria de ter sido certamente mais alto.

<sup>384</sup> Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, op. cit., pp. 151, 154-155; Maria Filipe Marques Bartolomeu, *Igrejas de Santa Maria da Pena e de São Pedro, em Leiria – bases para uma proposta de conservação e valorização*, dissertação de mestrado em Recuperação de Património Arquitectónico e Paisagístico na Universidade de Évora, Évora, edição da autora, 2005, p. 50.

<sup>385</sup> Esqueça-se, obviamente, o arco transplantado de forma anti-natura em 1930 para o meio da nave (Saul António Gomes, *idem*, p. 165).

<sup>386</sup> A tribuna, ela própria deverá ter sido um maciço emergente (como se vê, mais claramente que na atualidade, num desenho de Albrecht Haupt, da década de 80 do século XIX - *A arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1986, p. 172), mais uma da plêiade de alusões turriformes da obra leiriense.

<sup>387</sup> Essa dicotomia entre o coro alto e a cabeceira é significante também nas capelas palatinas: a partir do século XV, o rei sai da tribuna e assiste à eucaristia na capela-mor, do lado do Evangelho, numa estrutura móvel que o protege dos olhares, a que chamavam “cortina” (José Custódio Vieira da Silva, “O Paço”, op. cit., pp. 88-89; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, op. cit., p. 145); a tribuna não deixa de ser utilizada, pelo resto da corte e nomeadamente pela rainha (João Paulo Oliveira e Costa, op. cit., p. 118). Em Leiria, a atribuição do coro alto à comunidade do paço contíguo pode também ter levado à presença na capela-mor do coro canonical, criando um precedente de um coro absidal, e do retrocoro de Santa Cruz de Coimbra (ver notas 335 e 453 deste capítulo, também).

<sup>388</sup> Implantando-se claramente sobre um eixo que liga a torre de menagem à torre Buçaqueira, elementos anteriores ao paço.

<sup>389</sup> Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, op. cit., p. 153.

<sup>390</sup> *Idem*, p. 154; Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., p. 94.

<sup>391</sup> Paulo Pereira, “O «modo» Gótico...”, op. cit., p. 79; Afonso Domingues que, já sabemos, poderá estar ligado a tribuna de Santarém (ver nota 178 deste capítulo), a partir da qual pode ter reinterpretado a situação do coro alto e passadiço que existia em Leiria.

<sup>392</sup> Pedro Dias, “O Gótico”, op. cit., p. 88.

<sup>393</sup> Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*, op. cit., p. 162; Maria Filipe Marques Bartolomeu, op. cit., p. 50.

<sup>394</sup> Saul António Gomes, *idem*, p. 165, e “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria...”, op. cit., p. 26; Maria Filipe Marques Bartolomeu, *idem, ibidem*.

de pelo menos D. João I, D. Afonso V e D. Manuel<sup>395</sup>, e atravessa o Gótico Pleno, o Flamejante, quiçá o Depurado, e o Manuelino.

Em Arronches, embora tenha havido obra antes de 1510, dado que os desenhos de Duarte de Armas mostram a saliente torre sineira da colegiada já coroada de um coruchéu, o templo que encontramos hoje é posterior, uma vez que ali ainda não figura<sup>396</sup>. Mário Tavares Chicó quis vê-la como um exemplo precoce das igrejas-salão manuelinas<sup>397</sup>, o que seria verdade, a acreditar na datação provável de Pedro Dias, das décadas de 1510 e 1520 (relembremos que a Sé de Viseu, com as suas naves da mesma altura será coberta por 1513 e que Santa Maria de Belém termina o seu abobadamento por 1522)<sup>398</sup>. Todavia, o mesmo autor também aceita a hipótese de cronologia mais tardia<sup>399</sup>, e Paulo Pereira atribui-a a cerca de 1530<sup>400</sup>; sendo certo que há intervenções de D. João III (o portal certamente, assim como as gárgulas<sup>401</sup>, e eventualmente o coro alto<sup>402</sup>), que corresponderão a remates e adições, e não à sua conceção primeira.

Já afirmei anteriormente que acho plausível o fim da existência de uma comunidade cenobítica no priorado de Arronches, entre 1382 e 1384<sup>403</sup> – mesmo que a jurisdição eclesiástica permaneça com Santa Cruz – e mais me inclino para essa hipótese observando o edifício de Nossa Senhora da Conceição, que não parece ter sido feito para servir uma instituição desse cariz. Não há nesta igreja quaisquer sinais de um espaço reservado aos cônegos, dotado de acessos separados dos da congregação e que pudessem ter tido ligação com dependências canonicais (independentemente de estas, desaparecidas, se terem implantado a Norte ou a Sul). O coro alto, sobretudo, atinge-se pelas escadas do campanário, mas por entrada em plena nave (e o lançamento das escadas não é conciliável com outra entrada na torre a partir do exterior); o presbitério, a ter existido uma grade delimitando o tramo mais oriental da nave (onde está, concordantemente, o púlpito), e que está de facto ligado à sacristia (ainda que esta seja mais tardia), não se relacionaria com nenhuma das duas portas laterais, ao centro do volume, que

---

<sup>395</sup> Ao mesmo tempo, a colegiada e o priorado leiriense têm atenção e reformas internas durante as regências em Santa Cruz de D. Gomes Eanes (1441-1459), D. João de Noronha (1484-1506) e D. Pedro Gavião (1507-1516): Saul António Gomes, “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria...”, *op. cit.*, pp. 24-25.

<sup>396</sup> Pedro Dias, “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, p. 114; o campanário de Arronches desenhado por Duarte de Armas também não será o atual, não tanto pelo coruchéu, que podia ter sido alterado, mas por ali estar claramente à esquerda da entrada da igreja.<sup>[fig.36,37]</sup>

<sup>397</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, p. 232.

<sup>398</sup> Pedro Dias, “O Manuelino”, *op. cit.*, p. 73, e “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, p. 114.

<sup>399</sup> Pedro Dias, “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, *ibidem*.

<sup>400</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p. 463.

<sup>401</sup> Catarina Alexandra M. F. Barreiras, *Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*, tese de doutoramento em Belas Artes na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição da autora, 2010, vol. 2, pp. 632-635.

<sup>402</sup> Pedro Dias, “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, p. 114.

<sup>403</sup> Ver nota 19 deste capítulo.

teriam de abrir, uma ou outra, para quaisquer construções anexas; a capela-mor também não é seguro que tenha abrigado o colégio canonical, uma vez que o cadeiral existente é seiscentista<sup>404</sup>, e a sua feição exterior bem como o abobadamento são consistentes com uma ampliação entre os séculos XVII e XVIII, sendo nesse caso anteriormente menos funda, e logo dificilmente com área para um retrocoro.

Além disso, como espaço eclesial em si, se a tendência para a unificação espacial e volumétrica, inclusive pela ausência maioritária de transeptos, é geral à arquitetura crúzia, como temos vindo a observar, este espaço interior, colunário e quase isotrópico, de Arronches é incaracterístico e não tem precedentes conhecidos nem terá continuidade na Ordem.<sup>[fig.29]</sup>

Assim, dando primazia ao que é observável em Leiria e Coimbra, produto de processos alargados a boa parte deste trajeto tardo-gótico, as propriedades que podemos depreender do *estereótipo* regrente serão:

a)-ao nível da localização, emerge a normalização de uma situação mais urbana, e já não apenas associada a um percurso viário, mas com investimento no espaço exterior, dando-lhe características de *praça*<sup>405</sup>;

b)-no que toca à implantação mantém-se, ainda, a tendência para conjuntos compactos e definidos, embora esteja instalada a perceção destes através de uma face – uma *frente* – privilegiada;

c)-o tratamento da abordagem aos cenóbios conjuga a formalização de espaços de adro com uma recuperação pelo menos do *ícone* da torre, como elemento singular associado à passagem entre exterior e interior<sup>406</sup>;

d)-finalmente, a estrutura dos organismos construídos tende a usar o percurso em sucessão gradativa entre unidades espaciais simples, comunicantes mas autocontidas, que eventualmente se estenderia das igrejas aos espaços vivenciais, com possibilidade para uma maior separação entre os que se destinam ao uso direto pela comunidade canonical e os que albergam funções de suporte<sup>407</sup>.

Apesar de tudo, hesitações também se afirmam nestes enunciados-tipo arquitetónicos, que tornam o estereótipo menos claro. No que diz respeito à conformação da abordagem, Santa Cruz propõe um filtro, espesso e até com várias “camadas”, mas fundamentalmente um ecrã turriforme *sintético*, entre exterior e interior; na Pena e em Arronches encontramos pelo contrário uma enunciação composta,

---

<sup>404</sup> Domingos Bucho, “Igreja Paroquial de Arronches / Igreja de Nossa Senhora da Assunção”, 1999, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 28-4-2014].

<sup>405</sup> E eventualmente contrapondo a esses espaços públicos, na área reservada posterior, um jardim, entre o horto e o pomar de recreio. Além da sua existência provável em Santa Cruz, que já discutimos, encontra-se ainda em Grijó um jardim murado com árvores de fruto que pode ser uma sobrevivência dum jardim quatrocentista (segundo Helder Carita e António Cardoso, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*, 2.ª ed., Lisboa, Quetzal e Bertrand, 1998, pp. 34, 36).

<sup>406</sup> Como vimos, tanto nas fachadas turriformes em Santa Cruz e na Pena, como na Torre Buçaqueira, que em Leiria se sobrepõe à porta de acesso ao adro.

<sup>407</sup> Com as reservas de só temos informação segura sobre organização interior em Santa Cruz, e um punhado de semelhanças hipotéticas noutras Casas.

numa evolução na continuidade do que encontramos entre 1229 e 1340 – a torre lateral verticalizada (mais prolongada por coruchéus), uma estrutura saliente de receção (o nártex-átrio agora substituído por uma mais aberta galilé-alpendre), o coro alto criando debaixo dele uma zona de transição. Em correlação a estas também nos surgem diferença de opções quanto à qualificação do espaço eclesial; respetivamente, em Coimbra o corpo e a cabeceira passam a convergir para um espaço de *santuário*, entre a assistência e os celebrantes, e em Leiria e Arronches, também genericamente em concordância com usos anteriores, a congregação está enquadrada entre coro alto e cabeceira.<sup>[fig.30]</sup>

**6.4.2 Repertórios interpretativos:** Da visão do mundo e dos instrumentos da língua artística de Trezentos a Quinhentos, e a partir das preocupações da instituição crúzia e dos agentes a ela associados, traduzidas nos seus edifícios mais elaborados, as opções estereotípicas dos Regrantes permitem-nos concluir dos conjuntos articulados de significados e termos que formam o seu padrão de discurso arquitetónico, neste intervalo.

Na intertextualidade inerente à expressão linguística, emergem agora fenómenos de *citação*, mais redutores e menos concetuais<sup>408</sup>. A mimese de características concretas de outros edifícios, por vezes transplantadas em descontinuidade com os conjuntos crúzios ou as suas práticas (daí chamar-lhes “citações”), é feita, tanto quanto se deteta, relativamente a exemplos nacionais, o que também não corresponde a um padrão de diferenciação constante e mais frequentemente referenciado a expressões internacionais, até aqui. Evidentemente, a participação nas decisões de elementos externos – os reis, os priores por eles instalados, os mestres por eles escolhidos (como já analisámos) – reduz o campo de autonomia da expressão da instituição; havendo menos experiências internacionais, ao mesmo tempo que o panorama construtivo português cresce exponencialmente em quantidade<sup>409</sup> e mesmo em qualidade, favorece-se o voltar da atenção dos Cónegos para o que os rodeia. Ainda assim, tais processos de citação documentam uma aceitação de conformidade, que parece não acontecer anteriormente, mesmo com proximidade régia e arquitetos externos à claustra (como os Mestres Roberto e Soeiro, por exemplo). De igual forma, nas analogias mais próximas com os Tardo-Góticos internacionais (a fachada-ecrã inglesa entre botaréus; as torres axiais flamengas perfuradas por portal e janelão; o geometrismo das massas parietais levantinas, seccionadas por frisos horizontais; quiçá os campanários únicos e laterais italianos), ainda que menos em citação estrita, os pontos de emulação correspondem à geografia das relações da Coroa, mais que as da Ordem. Outro indicador de uma certa perda de foco no discurso dos Agostinhos

---

<sup>408</sup> A torre senhorial de tradição românica era uma “frase-tipo”, agora é a particularidade que se reproduz.

<sup>409</sup> Ter-se-á construído mais entre 1490 e 1530 que nos dois séculos anteriores (Pedro Dias, “O Manuelino”, *op. cit.*, p. 7; Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 11).



é que aparentemente recolhem formulações de registos mais diversificados, da arquitetura doméstica e não apenas da religiosa, da arquitetura aristocrática e não eclesiástica, o que revela as inflexões de solidariedade de classe do seu discurso<sup>410</sup>.

Pesem embora estas observações, isto não é dizer que as vertentes do que querem exprimir sobre si mesmos (como concluímos no ponto 6.2.2) e da maneira como o fazem, não venham no seguimento dos seus traços identitários originais. Mas não é despidendo igualmente que alguns desses núcleos de significados tenham recuperado a sua popularidade alargada, e que por isso os Regrantes se encontrem, mas de forma algo passiva, de novo em maior sintonia com a sensibilidade coeva. Olhemos, portanto, para como se vão articulado, entre 1340 e 1527, o agustinismo, o canonicalismo e o nacionalismo entre os Cónegos Regrantes portugueses.

Santo Agostinho está, desde precisamente meados da centúria de trezentos, na raiz de inflexões importantes ao nível filosófico, teológico e devocional. Por volta de 1374 começa a formar-se, nos Países Baixos, à volta do vale do Issel, essa escola de condução da relação com o sagrado a que se chamou *devotio moderna* e cujo conceito de progressão individual e individualizada (*conclusa et proposita, non vota* – autoexame, esforço, práticas privadas e não regras uniformizadas) se baseavam na conceção do livre arbítrio e da aprendizagem agustiniana, e que sob um enquadramento canonical da sua Regra se expandiram<sup>411</sup>; é um conceito agustiniano (a *docta ignorantia*) que Nicolau de Cusa recupera em 1440 para a sua desmontagem dos processos mentais da Escolástica, é a Agostinho que irá Marcílio Ficino recolher o aval para a sua reavaliação do platonismo, e é ele que invocará na sua *Theologia Platonica*, de entre 1469 e 1473<sup>412</sup>. Se essa nova preponderância deve ter sido percecionada, é difícil que as suas implicações totais tenham sido neste momento compreendidas<sup>413</sup>; o misticismo tardo-escolástico, legível em Nicolau de Cusa<sup>414</sup>, e a recuperação arqueológica de textos (tanto em Ficino<sup>415</sup> como entre os Cónegos de Windesheim<sup>416</sup>), podem ter enformado as enunciações algo contraditórias de racionalismo e transparência do espaço, ao mesmo tempo que se multiplicam as separações rituais, de expressões de

---

<sup>410</sup> Nos séculos XII e XIII muitos dos priores crúzios eram senhores feudais *de jure* e por vezes senhores militares; neste momento priores e cónegos agem como fidalgos *de facto* (nem sempre o sendo), quando a consciência da época até é a de que os dois Estados têm modos de vida diferentes (D. Duarte exprime claramente essa distinção de prerrogativas e deveres, em carta a D. Gomes Eanes - Luis Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 189).

<sup>411</sup> Na Congregação dos Cónegos Regrantes de Windesheim (AAVV., *Thomas a Kempis et la devotion moderne*, *op. cit.*, p. IX; Douglas Raymund Webster, "Windesheim", *op. cit.*, consultado em linha a 30 de Abril de 2014).

<sup>412</sup> Hélène Védrine, "A nova imagem do mundo: de Nicolau de Cusa a Giordano Bruno", in CHÂTELET, François (org.), *A Filosofia do Mundo Novo - séc. XVI e XVII*, "História da Filosofia/3", Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, p. 40, 47.

<sup>413</sup> Lembremos D. João I e D. Duarte a citá-lo amplamente nas suas obras, mas ainda fiéis a mecanismos escolásticos (ver nota 185 deste capítulo).

<sup>414</sup> Nomeadamente inspirado em Jan van Ruysbroek e Mestre Eckhart (Hélène Védrine, *op. cit.*, p. 40); Nicolau de Cusa teve ligações também aos cónegos de Windesheim (Douglas Raymund Webster, *op. cit.*, consultado em linha a 30 de Abril de 2014).

<sup>415</sup> Que traduz todo o Platão e Plotino (Hélène Védrine, *idem.*, p. 47).

<sup>416</sup> Que empreendem correções filológicas à Vulgata e traduções dos Padres da Igreja (Douglas Raymund Webster, *op. cit.*, consultado em linha a 30 de Abril de 2014).

privacidade e de vida coletiva, que vimos em Santa Cruz; na linha desse espírito também virá a associação do recolhimento à leitura<sup>417</sup>. A recuperação de Agostinho e do platonismo também são consentâneos com um afastamento do *esquema* como explicação e um regresso da *imagem* como reprodução<sup>418</sup>. De qualquer maneira, sinais dessa nova mentalidade vêm reanimar linhas de força do canonicalismo, em particular, a associação gregoriana dos cónegos regrantes com o cristianismo original, ligado à *vita apostolica* e à patrística. Na iconologia da fachada de Santa Cruz de Coimbra o que encontramos é uma teoria de profetas e doutores da Igreja<sup>419</sup> (identicamente ao que acontece no púlpito interior<sup>420</sup>), não de santos medievais; sobre o portal era o Deus Pai que figurava e não Cristo<sup>421</sup>; no topo da fachada, a Santa Cruz aparece sem o Crucificado, mas antes sobre uma figuração do monte Calvário, com a caveira de Adão – aludindo portanto a Jerusalém e, por Adão, ao Génesis<sup>422</sup>. A erudição patente é também um *ethos* retórico, duma instituição que mantinha vivo o seu *scriptorium* e a sua escola monástica, e com ela interagia na comunidade, e que participaria dos dois Estudos Gerais que chegaram a existir em Portugal. Da missão canonical de intervenção na comunidade também pode, como já analisámos, ter feito parte pelo menos alguma intenção de se associar à cruzada ultramarina. Dentro de referências de congéneres institucionais, se a Congregação de Windesheim é uma referência intelectual, mais facilmente os Crúzios poderiam ter sido impressionados pelo prestígio institucional associada ao movimento também reformista dos Cónegos Lateranenses, que foram, já sabemos, os guardiães do túmulo de Agostinho e da cátedra do bispo de Roma. Aliás, a relevância do estatuto eclesiástico é o eixo que une as aproximações regrantes à Expansão, a sua assunção da capela real em Leiria ou a custódia dos fundadores do reino, em Coimbra. Neste núcleo de significado, também, as inconsistências abundam, da debilidade dos investimentos

---

<sup>417</sup> Igualmente contraditória e por resolver será a simultaneidade da modéstia de um dormitório comum, combinada com o douramento dos túmulos régios, e das nervuras e chaves de fecho da abóboda da igreja (Armando Alberto Martins, “As reformas do rei D. Manuel I...”, *op. cit.*, p. 280; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 119).

<sup>418</sup> Manifestando-se da cartografia às imagens de Duarte de Armas, assim como ao naturalismo escultórico e pictórico de então; essa tendência linguística e de mentalidade também ajudará a explicar a maior citação arquitetónica que vimos entre os Crúzios.

<sup>419</sup> Atualmente, o portal inclui imaginária neotestamentária, nomeadamente apóstolos, nos botaréis laterais. No entanto, não só estas figuras se adequam mal aos nichos que ocupam, não parecendo ter sido feitos para ali, como não é fácil estabelecer um esquema iconológico para a sua integração, e posicionamento. Por outro lado, as descrições de D. Francisco de Mendanha, de 1540, e de Frei Jerónimo Roman, de 1589, descrevem o portal falando da presença de Deus-pai, da Virgem, e de patriarcas e santos do Antigo Testamento (embora a autora não coloque a questão desta forma, para uma análise das esculturas do portal e da sua iconologia, leia-se Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, pp. 33, 35, 46-47; *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 83-94, 102-104; *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 75-76, 78-80).

<sup>420</sup> (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, p 518); lembremos que a fachada é a primeira expressão do edifício e que o púlpito é suporte, *literalmente*, para o que os cónegos diziam aos fiéis.

<sup>421</sup> Note-se a sequência narrativa: prenúncios e prefigurações na fachada e na igreja (no púlpito), a Paixão no altar-mor e no claustro, e o arcanjo Miguel da igreja militante (e protetor do reino), no acesso ao piso recolhido dos cónegos.

<sup>422</sup> Alusão também, por consequência, à Cidade de Deus e ao Paraíso; Agostinho descreve o Jardim do Éden, dentro da Jerusalém celeste, em *A cidade de Deus* (Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, p. 55); e é para esse Paraíso que as metáforas vegetalistas, ali e no claustro remetem (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, *op. cit.*, pp. 445-447), como aconteceria, de outra forma, no horto a Nascente.

culturais<sup>423</sup> e cruzadísticos, ao conflito não resolvido entre mundanismo e monaquização.

No nacionalismo, em conclusão, à medida que este ganha entre nós mais algumas das propriedades que o virão a caracterizar<sup>424</sup> – como o culto dos símbolos<sup>425</sup> e a justificação pela história<sup>426</sup> – os Crúzios são criadores<sup>427</sup> e guardiões dessas visões e símbolos<sup>428</sup>, mas percorreram um longo caminho, do tempo em que eram orientadores (ou pelo menos, mais tarde, parceiros) da construção do Reino de Deus, para serem apoios arredados e subservientes (e não únicos) dos verdadeiros *miles Christi*<sup>429</sup>.

**6.4.3 Os enunciados:** Testemunho desta época, complexa mas seguramente de crise, além da já apresentada ausência de novos cenóbios na Ordem (e a redução de efetivos, recorde até aqui)<sup>430</sup>, o número de renovações arquitetónicas registadas – em 16 Casas (sendo uma delas, referente a Rio Mau, uma indicação fortemente duvidosa<sup>431</sup>) – é o mais baixo desde a fundação crúzia, para mais decorrendo neste intervalo quase dois séculos: lembremos que, de 1128 a 1229, para um elenco máximo de 51 canónicas, conhecíamos algo da edificação em 34, e que entre 1229 e 1340 detetamos 24, num grupo que atingiu 47; uma percentagem portanto sempre superior a 50% dos integrantes da Ordem, onde agora está abaixo dos 40%<sup>432</sup>.

---

<sup>423</sup> A escola monástica permanece, mas não encontramos agora nenhum Santo António que os cónegos formem; o *scriptorium* está ativo, mas nenhuma produção literária interna de relevo emerge; haverá uma aposta de diversificação de ensino superior, mas é numa universidade coimbrã obscura...

<sup>424</sup> Anne-Marie Thiesse (*La création des identités nationales – Europe XVIII-XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2001, p. 14) lista os elementos simbólicos indispensáveis do nacionalismo cristalizado entre os séculos XVIII e XIX: a história que estabelece a continuidade com os antepassados; heróis que corporizem as virtudes nacionais; uma língua, um folclore, uma paisagem típica, uma mentalidade distinta, e símbolos oficiais. É fácil ver como uma série desses elementos já estão presentes nesta altura de que falamos, o que aliás é um fenómeno europeu geral (Josep R. Llobera, *O deus da modernidade: o desenvolvimento do nacionalismo na Europa ocidental*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p. 4).

<sup>425</sup> Ainda que esses signos, como a esfera armilar, representem ainda o rei, e não o Reino.

<sup>426</sup> Da “revolução” coletiva, tal como vista por Fernão Lopes, corporizando o Povo e os portugueses (António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 134-136; Armindo de Sousa, “1325-1480”, *op. cit.*, pp. 370-371), à apologia duma “fundação providencial”, e com a história portuguesa já usada como representação do país e justificação da sua missão além-mar, como vemos na peroração apresentada ao papa pela embaixada de D. João II, em 1485 (Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 81-82).

<sup>427</sup> Lembremo-nos que a criação do milagre de Ourique, ou pelo menos das crónicas que o sustentavam, é de origem crúzia: ler Luís Filipe Lindley Cintra, “A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução)”, in CRISTÓVÃO, Fernando (dir.), *Revista ICALP*, vols. 16-17, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Junho-Setembro de 1989, pp. 160-163.

<sup>428</sup> Ainda assim deixando que símbolos que não são deles lhes sejam apostos (como as Cruzes de Cristo, emblema de outra Ordem, nas chaves de fecho da capela-mor).

<sup>429</sup> Ver nota 128 deste capítulo.

<sup>430</sup> Ver ponto 6.1.2 deste capítulo.

<sup>431</sup> A referência, única e não sustentada, a uma renovação da igreja de Rio Mau é de Augusto Pinho Leal (*Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. VIII, p. 208), e também não convence Aires Gomes Fernandes (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 64 e nota 247); além disso, se São Torcato de Guimarães tem obra registada antes de 1395 (*idem*, p. 158) e tê-la-á tido depois de 1385 (uma vez que ali se via o brasão de D. João I, segundo Francisco Xavier da Serra Craesbeeck - *Memórias ressuscitadas da provincia de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. II, p. 306), é impossível dizer a que corresponderia essa “casa nova” então edificada. Igualmente plausível, mas não referenciada, pode ter sido alguma renovação em Mancelos, onde os merlões chanfrados, como sugeri no capítulo anterior, podem ser posteriores a 1340.

<sup>432</sup> É evidente que terá havido mais obras de que não teremos conhecimento (nomeadamente as reparações exigidas pelas visitas episcopais de 1528, em Oliveira, Freixo, Caramos, Roriz, Junqueira e Mancelos – Franquelim Neiva Soares, *op. cit.*, pp. 119-120), mas o mesmo se terá passado em intervalos anteriormente analisados, sendo até plausível que nas datações mais antigas mais facilmente tenham escapado ao registo, ou mais facilmente se tenham perdido esses registos.

Noutro ponto de vista, a relação entre a organização do sistema institucional crúzio, em ligações entre elementos e na sua hierarquia, foi até aqui um dos prismas de análise da relação dos enunciados específicos e o estereótipo do discurso arquitetónico. Chegados ao contexto que se desenvolve entre 1340 e 1527, as ligações, que existem (de intercâmbio de religiosos e mesmo de priores<sup>433</sup>), testemunham da permanência duma certa identidade de corpo, mas não escondem a sua desarticulação<sup>434</sup>, e a inexistência de propriedades sistémicas, de uma orgânica perceptível da Ordem. Certamente, Santa Cruz de Coimbra reterá o seu prestígio, de exemplo e antiguidade, o que ainda quererá traduzir uma certa superioridade hierárquica, como atesta a atribuição a D. Gomes Eanes, como prior em Coimbra, da reforma de todos os institutos regrantes; é também o único mosteiro que tutela diretamente outras comunidades (os priorados de Leiria e Arronches). Mas tanto a incapacidade de D. Gomes para intervir na prática, como a provável diminuição dessa autoridade residual, declaram bem a fragilidade desses indicadores de ascendente.

Ainda mais, o que se depreende neste intervalo é que a saliência neste sistema reside sobretudo no capital simbólico que ultrapassa a Ordem, e que as ligações fortes entre os seus constituintes advêm ou da contiguidade física, ou da autoridade de personagens mais ou menos exteriores aos Crúzios.

No primeiro caso, Santa Cruz, São Vicente de Fora e Santa Maria de Cárquere (cenóbios de muito diferente centralidade e prosperidade) beneficiam duma associação à gesta do rei fundador, agora de novo em pleno culto<sup>435</sup>, que se traduz em obras de alguma dimensão<sup>436</sup>.

Das solidariedades regionais, por sua vez, ressaltam dois exemplos. Primeiro, a associação de sufrágios que celebram em 1387 mosteiros de diversas Ordens, localizados sobretudo a Este do Porto, entre Guimarães e o Douro, dela fazendo parte praticamente todas as canónicas crúzias entre os rios Ave

---

<sup>433</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 279-283.

<sup>434</sup> Como sintoma, note-se que, em 1477, o arcebispo de Braga D. Luís Pires denuncia que os mosteiros regrantes nem possuíam imagens de Santo Agostinho, que ele então ordena que se façam em tela (Paula Bessa, p. 112).

<sup>435</sup> Engrandecimento visível na crónica de 1344, na de 1419 e na de 1505, nomeadamente na re-elaboração da lenda de Ourique (José Mattoso, *D. Afonso Henriques, "Reis de Portugal" I*, Lisboa, Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Temas e Debates, 2007, p. 37; Luís Filipe Lindley Cintra, "A lenda de Afonso I...", *op. cit.*, pp. 6-8; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 131); o mosteiro de Cárquere já fora protegido por D. Afonso V, em 1455, e D. João II, em 1486 (Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 279-283).

<sup>436</sup> Já o vimos em Santa Cruz de Coimbra; em São Vicente de Fora, além da já referida capela dos Mártires de Ceuta – única documentada (ver nota 145 deste capítulo) – acho plausível que o coruchéu, e quiçá o adro urbanizado, que se vêem nas gravuras do século XVI sejam desta altura; Cárquere tem a nave (os janelões, o portal lateral, o coro alto, o arco triunfal), a fachada (incluindo o portal e alpendre) e talvez as dependências (o grande arco sobre o adro?), renovados em obras manuelinas, de 1500 até 1519 (Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 166); esses trabalhos poderão no entanto não ter sido terminados até campanhas empreendidas décadas mais tarde, como veremos no capítulo seguinte.

e Douro<sup>437</sup>; as obras que conhecemos que incidem neste conjunto<sup>438</sup> parecem convergir, apesar da informação ser bastante fragmentar, sobre a presença de coros altos (anteriores em Mancelos e Vilela, talvez refeito em Roriz e adicionado em Vilarinho<sup>439</sup>) e de campanários laterais (pré-existentes em Costa, Vilarinho, Roriz, Freixo e Mancelos, renovado em Vilarinho<sup>440</sup> e introduzido ao que parece em Caramos<sup>441</sup>). Um segundo exemplo de interações de proximidade será o que parece depreender-se do já referido *Breviário* de Rio Covo, de 1514, também com características regionalistas, e em que, dentre outros cenóbios agostinhos envolvidos (que o documento menciona sem especificar), estamos certos de que pelo menos São Simão da Junqueira, a uma quinzena de quilómetros, para ele terá contribuído<sup>442</sup>; infelizmente, nada sabemos da fisionomia destes dois institutos, nesta cronologia.

De laços instituídos pela tenência de comendatários comuns, interessa referir que durante a centúria de quatrocentos Grijó, Roriz, Vilarinho e São Jorge partilharão várias vezes priores entre si<sup>443</sup>, e que nos séculos XV e XVI, os mosteiros (neste caso também muito próximos em implantação) de Refoios, Crasto e Vila Nova de Muia serão detidos em comenda pelos mesmos indivíduos<sup>444</sup>. Apesar do seu interesse como fenómenos de estruturação secundária na Ordem, é difícil atribuir-lhes qualquer reflexo visível em

---

<sup>437</sup> Os cenóbios signatários cruzios, de Norte para Sul, são os da Costa, Vilarinho, Roriz, Caramos, Freixo, Mancelos, Vilela, Vila Boa do Bispo e Ancede; o único mosteiro integrante extra-regional é o de Grijó, testemunho talvez da permanência do seu estatuto tutelar a Norte do Douro, que discutimos no capítulo IV; os mosteiros beneditinos, pela mesma sequência, são os de Pombeiro, Santo Tirso, Bustelo, Cete, Paço de Sousa, Pendurada e Pedroso – este último sendo o único fora do Entre Ave e Douro, mas por sua vez vizinho de Grijó (Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit., pp. 276-277).

<sup>438</sup> E algumas das poucas que podemos datar são posteriores e não muito distantes a 1387: Vilela, em 1403 (ver nota 175 deste capítulo), e Vilarinho, antes de 1417, sendo essa a data do arcosólio no claustro – Isabel Sereno e João Santos / Paula Figueiredo e Diocese do Porto, “Mosteiro de Vilarinho / Igreja Paroquial de Vilarinho / Igreja de São Miguel de Vilarinho”, 2012, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 1-6-2014]; ainda assim, caso se trate de um registo pela Era de César, essa data será 1379.

<sup>439</sup> O coro alto que vemos hoje em Roriz, apoiado em mísulas românicas, é uma “reconstituição” do século XX, mas notícias de 1885 referem-se à existência anterior de um arco de alvenaria que suportaria o coro alto, de traçado muito abatido, o que sugere origem tardogótica, possivelmente manuelina (Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1995, pp. 253-255); em Vilarinho o coro alto, visivelmente manuelino, será também muito posterior a esta associação, devendo datar de obras no primeiro vintênio de Quinhentos (Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit., pp. 402-403).

<sup>440</sup> Logo por 1379 (Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit., p. 119); pelo menos o botaréu que coroava o campanário há de ser parte dessas obras trecentistas.

<sup>441</sup> As visitas da diocese de Braga de 1528 indicam haver ali uma torre sineira já em mau estado (Franquelim Neiva Soares, op. cit., p. 120).

<sup>442</sup> Ver nota 124 deste capítulo. Outro testemunho possível, rigorosamente da mesma altura e na mesma região, da existência de uma solidariedade regional e de um espírito de corpo entre os cenóbios cruzios é a contestação por Refoios, Landim, Oliveira, Costa e Vilela à coleta dos valores atribuídos às comendas novas da Ordem de Cristo, em 1515; das 125 igrejas e mosteiros designados (entre os quais outros regrantes, como Crasto e Folques), apenas 13 resistiram, sendo o maior conjunto no Entre-Douro-e-Minho (10) – Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, “As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina”, in FONSECA, Luís Adão da (dir.), *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*, atas do seminário internacional homónimo (2008), Porto, CEPESE e Civilização Editora, 2009, pp. 113-115.

<sup>443</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, op. cit., pp. 124-125.

<sup>444</sup> *Idem*, pp. 110, 237.

termos de discurso arquitetónico, sobretudo por falta de dados<sup>445</sup>.

Enfim, a ligação entre o capital simbólico (mais do que relevância institucional ou económica) e a associação a um protagonista individual poderá ter também levado a uma outra iniciativa edificatória de alguma escala: em São Pedro de Folques, mosteiro crúzio que em tempos detivera o senhorio de Arganil, uma série de obras têm lugar em 1479<sup>446</sup>, logo após D. João de Galvão, bispo da diocese, ter sido feito conde de Arganil (1472) e prior de Santa Cruz (1473)<sup>447</sup>.

Sendo portanto difícil ler o grau de emulação do estereótipo crúzio pelo prisma da organização da Ordem, também é impossível tirar grandes conclusões sobre as categorias de *localização* e *implantação*, nomeadamente dada a ausência de novas fundações, que poderiam indicar preferências nessas dimensões. Parece depreender-se, dos tipos regantes e dos cenóbios alvo de trabalhos, que uma localização urbana (e intra ou periurbana<sup>448</sup>) colherá as preferências da instituição, mas mosteiros claramente suburbanos e mesmo rurais também terão intervenções assinaláveis<sup>449</sup>.<sup>[fig.32a,32b]</sup> Do mesmo modo, no que à implantação diz respeito – e em reforço da tendência aparente de localização – os tipos crúzios mostram investimento reforçado na urbanização de espaços exteriores às canónicas, em pavimento, equipamentos/mobiliário, e em delimitação, e na relação com pontos de referência construídos, bem visíveis nos terreiros de Santa Cruz e no adro de Santa Maria da Pena, e na coordenação de obras com os paços régios de

---

<sup>445</sup> Ainda assim, Roriz, Vilarinho e São Jorge terão tido campanários laterais (pré-existente em Roriz, acentuado em Vilarinho, reconstruído ou talvez introduzido em São Jorge – em 1526, segundo Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. II, p. 325); e haverá naves únicas, longitudinais e altas, estendidas no século XVI, em Vila Nova de Muia (António Meneres e José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o mosteiro de St.ª Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, *in Minia*, 2.ª série, Ano III, n.º 4, Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1980, p. 172) e Crasto (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Alto Minho*, “Novos guias de Portugal”/5, Lisboa, editorial Presença, 1987, p. 125).

Em São Jorge ter-se-á edificado uma igreja nova, mas cuja configuração ignoramos, entre 1510 e 1526 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, p. 156; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 84; Tânia Andrade Saraiva, *O Mosteiro de São Jorge*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2000, p. 44).

<sup>446</sup> Construindo-se um alpendre frontal, no lugar duma “galilee” mais antiga, e uma nova torre sineira, talvez substituindo igualmente uma anterior (Augusto Nunes Pereira, “O mosteiro de S. Pedro de Folques”, *in AAVV.*, *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 173; Regina Anacleto, *Arganil*, “Cidades e vilas de Portugal”/21, Lisboa, Presença, 1996, pp. 72-74).

Na continuidade destes trabalhos (como acredita Augusto Nunes Pereira, *idem, ibidem*) ou em posteriores obras, pela primeira década de Quinhentos, haverá também renovações na igreja (ainda nela existe uma mísula manuelina, demonstrando que paredes não mudaram desde então), a adição de um primeiro piso ao claustro, no novo modo, e a construção de celas individuais nas alas nascente e sul: ler Vergílio Correia, *Distrito de Coimbra*, “Inventário artístico de Portugal”/IV, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, p. 16; Regina Anacleto, *idem*, p. 76, e *Concelho de Arganil: história e arte*, Arganil, Santa Casa da Misericórdia de Arganil, 1983, pp. 72 e 74; Pedro Dias, *A arquitetura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, pp. 295 e 298; Saul António Gomes, “Um Mosteiro de cônegos regantes em tempos medievais...”, *op. cit.*, pp. 313-314.<sup>[fig.31]</sup>

<sup>447</sup> No sentido contrário, quando D. João de Galvão remove o coro episcopal da nave da Sé Velha e o coloca num novo coro alto (Paulo Varela Gomes, “*In choro clerum...*”, *op. cit.*, p. 35), pode ter sido inspirado pelo seu contacto com o coro canonical da torre-nártex de Santa Cruz de Coimbra.

<sup>448</sup> Como é o caso de Santa Cruz, São Vicente de Fora, Santa Maria da Pena, São Jorge e Arronches; note-se que São Vicente de Fora passará de periurbano a intraurbano, mesmo que excêntrico, com a expansão do perímetro de Lisboa pelas muralhas fernandinas, e que a densificação da Baixa de Coimbra dá estatuto semelhante a Santa Cruz, mesmo se não existe uma nova cintura muralhada.

<sup>449</sup> Em Folques, Cárquere, Vilarinho, Vila Nova de Muia ou Roriz.

Coimbra e Leiria<sup>450</sup>. Aqui também, se não há novos conjuntos que mostrem opções espelhando essas propriedades estereotípicas, vemos indícios da sua reprodução em Vila Nova de Muía<sup>451</sup> e em Santa Maria de Cárquere<sup>452</sup>. [fig.33]

Resta-nos, por conseguinte, a análise categorial da *disposição* de entidades lexicais e sintáticas (tabela n.º 4c). Globalmente, assim como em cada um dos sintagmas identificáveis, é imediata a perceção da ausência de repetições elevadas de elementos/propriedades estereotípicas. No entanto, e tendo em conta a quase geral omissão de qualquer informação sobre a fisionomia dos cenóbios no Tardo-Gótico, existem ainda assim algumas tendências discerníveis.

No sintagma do edifício vivencial é onde o desconhecimento é mais esmagador. Na realidade, seguramente intervindo e com dados para ser descrito só se pode considerar o caso de Santa Cruz de Coimbra<sup>453</sup>. O que ali se parece entrever-se – a distinção dum conjunto residencial da comunidade, mais articulado com o conjunto eclesial e provavelmente mais distinto de dependências de apoio funcional – praticamente não possui termo de comparação. Ainda assim, com extrema cautela para a fragilidade dos dados, não é impossível que em São Pedro de Roriz uma analógica continuidade (entre volumétrica e de percurso) possa ter existido entre capela-mor e sala capitular, a Este, e dormitório e conjunto prioral, eventualmente em torre, a Sul. Pelo menos a abertura duma comunicação entre a capela-mor e a sala capitular existe igualmente em Cárquere, em alteração que será desta época<sup>454</sup>. [fig.34] Em São Salvador de Souto existia ainda uma “cela” prioral<sup>455</sup>, mas é impossível determinar se essa designação se refere a um conjunto

---

<sup>450</sup> Serão as torres/contrafortes da alcáçova de Coimbra, inseridos por Marcos Pires (Pedro Dias, “A arquitectura manuelina”, *op. cit.*, pp. 78-79) na face que se volta para Santa Cruz, um eco das torres do edifício crúzio românico e/ou dos botarêus da sua fachada renovada?

<sup>451</sup> Pelo menos o cruzeiro do adro de Vila Nova de Muía é gótico (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Alto Minho, op. cit.*, p. 123).

<sup>452</sup> O alpendre e o grande arco de entrada nas dependências parecem indicar um investimento no terreiro fronteiro; poder-se-ia hipoteticamente incluir São Vicente de Fora, se o arranjo do adro for desta época (ver nota 436 deste capítulo).

<sup>453</sup> São Jorge tem uma renovação de dependências por volta de 1523, de quando data um “*Auto de vista e avaliação que se fez da obra que aa mester se faser no mosteiro de S. Jorge*” feito por Pedro Anes (que é dado como “*carpinteiro dos paços dell rey*”), Bartolomeu Fernandes (carpinteiro), Gil Afonso e João Aires (pedreiros) e havia a realizar “...*lagar, adega, torre dos sinos, necessárias e casas dellas, estrebaria, telhados...*” - (Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vol. I, p. 33; Vergílio Correia, *Distrito de Coimbra, op. cit.*, pp. 50-51; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença...*, *op. cit.*, p. 185; Tânia Andrade Saraiva, em *O Mosteiro de São Jorge, op. cit.*, p. 42), mas não é possível dizer em que se traduziram exatamente (cf. também nota 445 deste capítulo).

<sup>454</sup> A transformação dessa parede da capela-mor é do século XVI (Augusto Dias, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Beira e Douro, 1976, p. 50); em Santa Maria da Pena, a capela-mor tem acesso à colegiada, é discutível se, antes da construção da sacristia (espaço inicialmente inexistente) teria ligação com uma sala capitular.

<sup>455</sup> Sabemos que existia em 1355 (João Gomes de Oliveira Guimarães, “Documentos inéditos dos séculos XII-XV – Mosteiro do Souto”, in CASTRO, Domingos Leite de (dir.), *Revista de Guimarães*, vol. XII, n.º 4, Outubro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1895, p. 149).

espacial/volumétrico autonomizável, e qual a sua integração no conjunto<sup>456</sup>.

Sabemos mais sobre as igrejas, e aí encontramos mais regularidades, embora, mais uma vez, nem dominantes nem sem exceções, e precisamente em edifícios referenciais. Existindo fachadas principais onde ainda se introduzem formulações turriformes (Santa Cruz, Leiria e quiçá Cárquere),<sup>[fig.35]</sup> talvez por apego às fachadas anteriores<sup>457</sup>, a torre lateral, que já antes se fora tornando habitual, é introduzida ou renovada em 5 casos;<sup>[fig.36]</sup> o seu perfil é verticalizado, não só naquelas cuja relação entre seção e altura é esbelta, mas pela acentuação dessa altura por coruchéus, que acontece em pelo menos 4 casos, talvez 5<sup>458</sup>.<sup>[fig.37]</sup> Na frente dos templos, igualmente em continuidade com o que víamos pelo menos entre 1229 e 1340, a torre lateral coincide em frequência com a presença de alpendres e coros altos (cerca de 4 a 5 casos em cada); nestes, há evoluções de qualificação: os primeiros são agora sempre estruturas justapostas, porticadas e transparentes<sup>459</sup>,<sup>[fig.38]</sup> e os segundos têm uma estrutura portante de alvenaria.<sup>[fig.39]</sup> No corpo da igreja, a opção pela nave única, em obras de maior ou menor escala, parece predominar, acontecendo em pelo menos 4 casos e muito provavelmente em 5<sup>460</sup>; a inclinação pela “caixa alta”, em que o pé direito suplanta claramente a largura, observa-se nos mesmos 4 exemplares<sup>461</sup>.<sup>[fig.40]</sup> Por fim, nas cabeceiras, o que mais há a registar são os atavismos e indecisões. Um único sinal de possível clarificação, de evolução, será a eleição da capela-mor única, frequente anteriormente, mas formato quanto ao qual persistia a dúvida se seria a falta de área e recursos que determinava a sua vulgaridade<sup>462</sup>; agora, em edifícios de maiores dimensões e/ou de prestígio (Santa Cruz e Santa Maria da Pena) a capela-mor, ampla mas singular, é preferida. Do lado das indecisões (ou resistências) discursivas, verificámos já que, apesar da tendência geral para os espaços quadrangulares unitários, o abobadamento da ousia em Santa Cruz parece sugerir uma ábside, e logo (mesmo que vestigialmente)

---

<sup>456</sup> É de lembrar que uma configuração como a de Santa Cruz de Coimbra pode ter existido em São Vicente de Fora, com uma torre senhorial, eventualmente de residência prioral, próxima ao dormitório (releia-se o ponto 4.4.1) e que poderia hipoteticamente ter evoluído para uma sequência similar à de Coimbra. De forma ainda mais especulativa, o mesmo pode ter acontecido também em Grijó; sabemos que ali existia, antes da mudança quinhentista para a Serra do Pilar, uma casa dos priores-mor (Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1574-1636*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, edição do autor, 1988, pp. 33, 37 e 50); não sabendo como e onde seria, também não é impossível acreditar que estivesse associada a uma torre pré-existente de que há menção documental, mas de cuja localização não há certeza (*idem*, pp. 34, 38 e 55).

<sup>457</sup> Quase certamente em Santa Cruz, não sendo impossível que o mesmo tivesse acontecido em Leiria e Cárquere.

<sup>458</sup> Se coruchéu de São Vicente de Fora for tardo-gótico.

<sup>459</sup> Daí a preferência aqui pelo termo alpendre e não nártex (ou mesmo galilé, vocábulo que tem geralmente um uso impreciso em português, designando tanto um átrio como um pórtico exterior – veja-se Jorge Henrique Pais da Sila e Margarida Calado, *Dicionário de termos de arte e arquitectura*, Barcarena, Presença, 2005, pp. 176-177).

<sup>460</sup> A área da igreja em Folques não será diferente da que tinha no gótico tardio, uma vez que ainda tem integrados elementos manuelinos (ver nota 446 deste capítulo), e é portanto demasiado exigua para ter tido mais que uma nave.

<sup>461</sup> Lembre-se que em Santa Cruz, não eliminando as capelas laterais, se preferiu isolá-las para fazer *aparecer* uma nave única, e se alteou o espaço, para verticalizar o volume da nave.

<sup>462</sup> Ainda entre 1229 e 1340 se construiriam cabeceira tripartidas, pelo menos em Óbidos e Paderne, mesmo sendo esta última uma igreja de relativamente modestas dimensões.



quer uma subdivisão em dois tramos, quer uma oposição entre contorno exterior e interior, inicialmente típicos da arquitetura crúzia; igual atitude ambivalente encontramos quanto à relação entre a capela-mor e a nave, em que, parecendo ser os arcos triunfais predominantemente amplos e altos, ainda assim nunca eliminam a existência da parede fundeira, assumindo-se como fronteira<sup>463</sup> [fig.41]

Aliás, e em consonância com os usos linguísticos coetâneos em arquitetura, ao longo deste intervalo os vãos afirmam-se como perfurações isoladas em entidades parietais integrais, não subordinadas a, nem subdivididas por, articulações pseudo-estruturais, verticais (colunas adossadas, pilastras) ou horizontais (frisos, cornijas). O anterior hábito de enunciar uma diferenciação entre o alto e o baixo nos interiores eclesiais vai dispensando essas marcações. Na igreja de Santa Maria da Pena a capela-mor ainda é composta sobre um esqueleto linear, as impostas do arco triunfal prolongam-se até aos topos da parede fundeira e o volume turriforme da entrada tem os vértices definidos por colunelos, mas a nave não possui qualquer marcação linear; em exemplos posteriores, tais marcações são cada vez mais raras, nunca presentes em espaços interiores, e não imitando elementos estruturais: registam-se os frisos horizontais na fachada de Santa Cruz, um outro na de Santa Maria de Cárquere, e é tudo. A sugestão de uma natureza privilegiada da faixa superior das naves resiste todavia na sistemática colocação alta das janelas, na implantação das plataformas dos coros altos a esse nível<sup>464</sup>, que é também aquele no qual se interrompem os suportes dos abobadamentos, em mísulas, quando os há (casos de Santa Cruz e de Arronches); além disso, como já abordámos antes, esses abobadamentos são feitos por superfícies independentes das paredes, e descontínuas em *natureza*, pela textura vascularizada ou entrelaçada – isto é, epidérmica ou têxtil (e mais uma vez não esquelética) – que as distingue como elemento extraordinário e qualificativo desse “alto”.

Igualmente em consonância com as estruturações discursivas da época, e coincidentemente dando continuidade a velhas práticas crúzias<sup>465</sup>, o desenvolvimento de sequências espaciais que são sucessões de volumes em contraponto e interligações de funções diferenciadas, que vimos objetivamente em Santa Cruz e de que levantámos indícios possíveis em Cárquere, em Roriz e na Pena, é interessantemente paralelo às inovações mais características das linguagens musical e literária: a polifonia articula vozes diferentes numa peça sintética complexa<sup>466</sup>, e, da novela bocaciana à crónica de Fernão Lopes, as

---

<sup>463</sup> Pelo menos assim é em Santa Cruz e na Pena, e de alguma forma em Cárquere (que tendo com uma capela-mor anterior, é mais fechado); com Arronches, são os únicos edifícios em que esse aspeto nos é conhecido; Arronches tem, pelo contrário a todas as referidas, as capelas absidais plenamente abertas para o corpo da nave, mas, como já disse, creio que aí poderemos estar a lidar com uma formulação que já não é cenobítica, e se aproxima mais de um “grande templo paroquial”.

<sup>464</sup> Em Leiria, em Vilarinho, em Cárquere, em Arronches (e assim será em Santa Cruz, mais tarde).

<sup>465</sup> Veja-se o ponto congénere (5.4.3) do capítulo anterior.

<sup>466</sup> Técnica compositiva que se matura no séc. XIV (Marshall Long, *op. cit.*, pp. 11-13) e que, como vimos, estará em Portugal entre as décadas de 60 e 70 desse século (ver nota 101 deste capítulo).

narrativas literárias desenvolvem-se, alongam-se em extensão e estruturam-se sobre uma coordenação de episódios, personagens e registos literários (narrativo e descritivo) diversos<sup>467</sup>.

## **6.5 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1340 e 1527**

**6.5.1 Contrapontos e repercussões:** Percorrido este caminho, podemos agora tentar mapear o nível de idiosincrasia do discurso arquitetónico crúzio, bem como do seu papel referencial no panorama coetâneo.

Quanto ao grau de distinção face a outras expressões edificatórias em Portugal, importa lembrar que verificámos que há notoriamente menos relações internacionais que tragam possíveis aportações prototípicas, e particularmente menos que se refiram a laços institucionais especificamente canonicais, que por natureza teriam mais probabilidades de divergir da base expressiva que os rodeava. Por outro lado, nesse meio nacional a que a Ordem está mais reduzida, a situação de crise instalada parece estimular a instituição a associar-se a formas fortes de expressão – as obras régias emblemáticas, religiosas ou civis – capitalizando no seu prestígio e procurando afirmar a sua proximidade ao rei. Por conseguinte, há uma diminuição da consciência de alteridade, assim como da vontade de a afirmar; para isso também contribui a realidade de partilha da autoria das opções discursivas, com os monarcas e os mestres de obras por eles designados, mesmo que os Regrantes não deixem de ser interlocutores dos processos de decisão<sup>468</sup>. A afirmação principal é agora de *status*, não de identidade.

Se uma marca individual subsiste, a razão da sua permanência é quase fortuita, aparentemente mais devida a inércia que a acentuação consciente. A situação da língua arquitetónica de meados do século XIV aos inícios de Quinhentos, tal como é lida entre nós, faz com que os seus parâmetros coincidam com anteriores vetores identitários dos Agostinhos, mas esse fenómeno é, em larga medida, literalmente uma *coincidência*. A persistência da parede na arquitetura inglesa, levantina e transalpina, combinada com uma unificação espacial longitudinalizada; a composição por volumes geométricos definidos, da Itália à Catalunha; a re-emergência da composição por torre única axial, levantina e flamenga, dentro de uma tendência mais alargada de recuo da fachada de torres laterais simétricas; a clareza da silhueta e contorno de edifícios corporizando instituições, nos contextos urbanos, de Paris a Roma: todas estas formulações reencontram caminhos já batidos por Santa Cruz, desde o Românico. E são também precisamente “romanizantes” as expressões senhorialistas em Portugal durante todo o gótico tardio, como vimos.

Nada indica, no entanto, que a Ordem tenha retirado força dessa sintonia cultural e tenha trabalhado

---

<sup>467</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 108, 132-135.

<sup>468</sup> Ver nota 310 deste capítulo.

consistentemente sobre ela (há mais continuidade em relação a estereótipos recentes que antigos), embora ela possa explicar que, mesmo que de forma não sistemática, a sua herança resista nos trabalhos empreendidos nas suas Casas – volumes “caixa” apoiados na tectónica da parede densa, a torre única, associada à entrada-filtro, a sequência espacial longitudinal – e que, pelo menos em Santa Cruz de Coimbra, se respeite a fisionomia anterior, traduzindo a imagem turriforme e alegórica da sua fachada templar. Por outro lado, a convergência coletiva com a significação e os modos de expressão undecentistas dos Agostinhos conduzirá a que essa tradição dê paradoxalmente frutos importantes na arquitetura portuguesa dos séculos XV a XVI.

Algumas repercussões possíveis poderão ser circunstanciais. Em Barcelos, o paço condal, implantado numa elevação e pousado sobre a cortina muralhada, estabelece uma relação com a igreja matriz similar à que existe em Leiria, de duas entidades compactas ligadas por um passadiço<sup>469</sup>; a imitação será dirigida à obra régia e não à crúzia, mas não há dúvida que repete daquela a dicotomia dos conjuntos, ligados em ponte, e mesmo o templo compacto, com torre lateral maciça; esta igreja é aliás um dos expoentes da resistência “românica” do reinado de D. João I<sup>470</sup>. Um outro desses templos joaninos agarrados a modos edificatórios ancestrais, e neste caso tendo também apenas uma nave<sup>471</sup> além da torre singular, é a matriz de Ponte de Lima, na proximidade das canónicas de Refoios do Lima, Bravães, Crasto e Muía, em que pelo menos as últimas três teriam então nave e torre única lateral, de feição românica ou arcaizante.<sup>[fig.42]</sup> Evidentemente, daí a dizer que esse Gótico tradicionalista, ou o estereótipo da igreja paroquial de nave simples, sem transepto e com campanário lateral, se *devem* ao precedente crúzio, vai um passo demasiado grande<sup>472</sup>.

Já no que toca ao traço mais distintivo – ou pelo menos o mais óbvio – do património edificado regente, a fachada-torre, ter-se-á gerado, pelas suas ilações cruzadísticas e ligação à Fundação, uma glosagem surpreendente. O primeiro a falar da ocorrência de igrejas de fachada com torre central no Gótico tardio é Mário Tavares Chicó, em 1948, referindo-se a Nossa Senhora da Assunção de Elvas e Santa

---

<sup>469</sup> Mário Jorge Barroca in Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Gótico*, op. cit., pp. 10-11.

<sup>470</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 355.

<sup>471</sup> As suas atuais naves laterais datam de 1590 - Paulo Amaral, “Igreja Paroquial de Ponte de Lima / Igreja de Santa Maria dos Anjos”, 2004, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 3-6-2014].

<sup>472</sup> Embora algum papel seguramente tenha tido: lembremo-nos que entre os séculos XIII e XIV os cónegos são praticamente os únicos a manter-se fiéis ao tema da torre e de que pelo menos Santa Cruz de Coimbra é considerada como estando na origem da tipologia de nave única/cabeceira única do manuelino (ver nota 37 deste capítulo). Paradoxalmente, papel partilhado, mas fulcral, pode ter tido Santa Cruz de Coimbra no reaparecimento da fachada de torres simétricas: Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos defende que é o nó Santa Cruz/Sé da Guarda (obras com frontarias similares, simultâneas e de comum promotor, D. Pedro Gavião, e talvez com Boytac intervindo em ambas) que se faz a passagem das fachadas rematadas a botaréis do Tardo-Gótico a uma forma com dois campanários (*As portas da Jerusalém celeste – sintese formal e tipológica da evolução histórica das fachadas de duas torres na arquitectura religiosa portuguesa*, dissertação de licenciatura em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura-FCT da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2001, pp. 64-70); mas a isso voltaremos em capítulo posterior.<sup>[fig.43]</sup>

Maria Madalena de Olivença, achando contudo ser essa disposição pouco frequente<sup>473</sup>; ainda assim, associa-lhe também, na Índia, as igrejas goesas de Santa Catarina e Nossa Senhora do Rosário, e a de São Tomé de Meliapor<sup>474</sup>. Em 1954 já chama “tipologia” a essa disposição, crê-a associada ao Sul de Portugal, e, além de repetir a sua expansão na Índia, nota que terá prolongamento no tempo, de que é testemunho a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Atalaia<sup>475</sup>. O tema, ausente da bibliografia historiográfica de síntese posterior, tanto sobre o Gótico em geral como o Manuelino em particular, é repegado sistematicamente por Paulo Pereira, desde 1995, e é ele quem lhe atribui (além da ligação ao Midi francês, feita por José Custódio Vieira da Silva<sup>476</sup>) uma filiação crúzia<sup>477</sup>, e uma significação ligada à Fundação e à Reconquista; também adiciona à lista dos seus tipos a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Pedrógão Grande, e nota que a tipologia, embora a date entre 1517 e 1540, se estende no tempo, suportando uma “*atualização renascentista*” em algumas destas obras<sup>478</sup>. Mas é num autor a que Paulo Pereira se reporta<sup>479</sup>, António Nunes Pereira, que encontramos o resumo deste elenco e mesmo dados para a sua ampliação, em particular no que toca às igrejas indianas, sendo Goa o seu território de investigação: além de Elvas, Olivença, Atalaia e Pedrógão, em Portugal, de Santa Catarina e do Rosário de Goa, e da matriz de Meliapor, acrescenta São José de Baçaim ao rol, e, lembrando que, na mesma cronologia, terão tido pelo menos nárteces incluídos na fachada as igrejas do Espírito Santo do convento de São Francisco de Goa, e a também franciscana de Cochim, permite imaginar que há ainda mais dois enunciados relacionáveis à série. Em resumo, por ordem cronológica, nela teríamos as igrejas paroquiais portuguesas de Elvas (1517-1537, por Francisco de Arruda)<sup>480</sup>, Olivença (a Madalena, da mesma época, embora posterior a Elvas)<sup>481</sup>, Atalaia (1528-1529, por João de Castilho)<sup>482</sup> e Pedrógão (1536-1553)<sup>483</sup>; em território indiano, as de Santa Catarina de Goa

---

<sup>473</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 254 e nota 1.

<sup>474</sup> *Idem*, pp. 273-277; Mário Tavares Chicó estaria então a preparar missão à Índia de 1951 (António Nunes Pereira, *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, p. 23).

<sup>475</sup> Mário Tavares Chicó, *A arquitectura gótica em Portugal*, op. cit., pp. 18 e 22.

<sup>476</sup> José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal...*, op. cit., p. 131; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 462.

<sup>477</sup> Como já vimos no ponto 6.1.3.

<sup>478</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 461-462.

<sup>479</sup> *Idem*, nota 32, p. 506.

<sup>480</sup> Artur Goulart de Melo Borges, “A igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas”, in SOUSA, Luís Macedo (dir.), *Monumentos*, n.º 28, Dezembro, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, p.102; Pedro Dias, “A arquitectura manuelina”, op. cit., p. 115; Vítor Manuel Serrão, op. cit., p. 41; Paulo Pereira, “De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius”, op. cit., p. 85, e *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 461.

<sup>481</sup> Paulo Pereira, “De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius”, op. cit., *ibidem*; Artur Goulart de Melo Borges, *idem, ibidem*.

<sup>482</sup> Vítor Manuel Serrão, op. cit., p. 65.

<sup>483</sup> Obra talvez igualmente ligada a João de Castilho, e pelo menos empreitada de colaborador seu, Jorge Brás (Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, op. cit., vol. V, p. 170; Vítor Manuel Serrão, op. cit., p. 67; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., p. 462).

(1515-1531)<sup>484</sup>, Meliapor (1523)<sup>485</sup>, do Rosário de Goa (c. 1543-c. 1549)<sup>486</sup>, de Baçaim (de 1546 a pelo menos 1550)<sup>487</sup> – e talvez as de Cochim (c. 1516)<sup>488</sup> e do Espírito Santo de Goa (1518-c. 1527)<sup>489</sup>. Eu afirmaria, porém, que esta tipologia terá ainda mais manifestações, inícios mais precoces, prolongamentos mais tardios e uma abrangência geográfica, metropolitana e ultramarina, ainda mais vasta. Primeiro, ainda dentro das balizas temporais já estabelecidas, faltará referir-se Nossa Senhora da Assunção de Torre de Moncorvo (iniciada em 1544)<sup>490</sup> e Nossa Senhora da Graça de Areias (antes de 1548, talvez por 1540, devida também a João de Castilho)<sup>491</sup>. Adicionalmente, a já filipina igreja de Santa Maria do Castelo de Olivença (1584-1627), a cuidada matriz duriense de São João Batista de Lobrigos, de c. 1638, e mesmo a igreja de São Pedro de Amarante (que atingiu a sua configuração final c. 1727), dizem-nos que a tipologia pode ter hipotéticas repercussões bem para além da primeira metade de Quinhentos. Mais claramente ainda, as suas origens devem remontar ao século XV, como testemunha a arquitetura da Ordem de Santiago. Já anteriormente falámos das semelhanças entre obras espatárias e crúzias, duas Ordens que partilham afinidades de Regra, de espiritualidade e de mentalidade cruzadística<sup>492</sup>, pelo que me parece óbvio ver a torre-nártex quatrocentista de Santa Maria de Faro como um antecedente, em forma e significação, destas fachadas templares unitorreadas do século XVI.<sup>[fig.44]</sup> Em conclusão, acredito também que, na cruzada do Oriente, a tipologia que simbolizaria esse espírito não se ficou pelas já comprovadas costas ocidental e oriental do subcontinente. Em Malaca, a igreja portuguesa quinhentista de Nossa Senhora do Monte, atualmente denominada por Saint Paul, parece ter tido um campanário único e axial, mesmo que posterior e não frontal; a sua posição dominante na

---

<sup>484</sup> António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 79-83.

<sup>485</sup> *Idem*, p. 86.

<sup>486</sup> *Idem*, pp. 88-92.

<sup>487</sup> *Idem*, p. 91, Paulo Varela Gomes in MATTOSO, José (dir.), *Património de origem portuguesa no mundo - arquitetura e urbanismo: Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 167-168.

<sup>488</sup> António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 86; registre-se que Helder Carita acredita (embora não o justifique) que esse nártex seria um volume saliente, só mais tarde assimilado ao corpo da igreja, in MATTOSO, José (dir.), *Património de origem portuguesa no mundo...*, *op. cit.*, pp. 376-377.

<sup>489</sup> António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 84-88, e mesmo autor in MATTOSO, José (dir.), *Património de origem portuguesa no mundo...*, *op. cit.*, p. 256.

<sup>490</sup> Júlio Gil, *As mais belas igrejas de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Verbo, 1992, vol. I, p. 188; Ernesto Jana, "Igreja Paroquial de Torre de Moncorvo / Igreja de Nossa Senhora da Assunção", 1994, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 3-6-2014].

De referir também, relativamente perto de Torre de Moncorvo, as fachadas turiformes de São Bento de Mêda, de c. 1507 (Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", in RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, *op. cit.*, vol. 9, p. 113; Paula Figueiredo, "Igreja Paroquial de Mêda / Igreja de São Bento", 2006, in S.I.P.A., *op. cit.*, consultado em linha a 3 de Junho de 2014), Nossa Senhora do Pranto de Vila Nova de Foz Côa, de c. 1514-1530 (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 115; Margarida Alcada, "Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa / Igreja de Nossa Senhora do Pranto", 2003, in S.I.P.A., *op. cit.*, consultado em linha a 3 de Junho de 2014) e a igualmente quinhentista São Martinho de Ranhados, talvez da década de 1540 (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 113; Ana Filipe, "Igreja Paroquial de Ranhados / Igreja de São Martinho", 2010, in S.I.P.A., *op. cit.*, consultado em linha a 3 de Junho de 2014); são edifícios que Maria de Lurdes Craveiro associa a outros exemplos contemporâneos de recusa do campanário lateral, referindo-se aos casos de Atalaia, Areias e Pedrógão (*idem*, p. 115).

<sup>491</sup> Rafael Moreira, *op. cit.*, p. 170; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 67.

<sup>492</sup> Paulo Pereira não deteta precedente crúzio para Palmela (ver nota 292 deste capítulo) mas na mesma obra realça as conexões dos freires da Ordem de Santiago com a Regra e espiritualidade agustiniana, e o modo de vida canonical ("Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, p. 27).

cidade e a função defensiva que teve, mais se adequam à simbologia associada a esta configuração<sup>493</sup>.

[fig.45] Numa carta do Japão de c. 1581, que se diria representar jurisdições territoriais (administrativas? paroquiais? diocesanas?)<sup>494</sup>, todas as sessenta e sete subdivisões mostram uma igreja figurada por uma fachada com torre central; se a profusão e elaboração das imagens torna difícil acreditar que se tratem de representações de edifícios existentes, que este seja o *símbolo* cartográfico escolhido, indica ainda assim que essa configuração tinha ao tempo um valor icônico estabelecido<sup>495</sup>. [fig.46]

Assim, é uma tipologia de recuperação de formas românicas regantes, que tem origem entre uma Ordem que partilha o carisma crúzio e numa época, a de D. Afonso V, de fervor cruzadístico e tendências estilísticas revivalistas, tendências essas que têm apogeu no reinado de D. Manuel (que as retoma e amplia), no momento em que as conquistas no Oriente atingem o seu pico e após as obras de Santa Cruz de Coimbra terem devolvido protagonismo e a terem tornado conhecida a vários mestres de obras importantes; um deles, João de Castilho, é autor de pelo menos dois dos exemplos conhecidos desta tipologia. Longe de ser um fenómeno regional, distribui-se por grande parte do interior de Portugal, Norte e Sul, com preferência pelas áreas de fronteira (o Ribacôa, a raia alentejana, o extremo Sul do Algarve); no Império, acompanhou igualmente a expansão das fronteiras e da fé, do golfo de Cambaia ao mar do Japão, e bem para além do reinado d' *O Venturoso*. [fig.47]

Uma última repercussão no panorama nacional da arquitetura crúzia, que interessa destacar, é a que

---

<sup>493</sup> Uma simples capela pouco posterior à tomada da cidade, em 1511, depois sob alçada da Companhia de Jesus, a igreja será renovada entre 1561 e 1564, pelo padre Cristóvão da Costa, e ampliada, bem como o colégio anexo, em 1577, pelo visitador jesuíta Alessandro Valignano; Pedro Dias acredita que nessa última data já possuiria o seu campanário, atrás da sacristia, a que se acedia pela capela-mor (in MATTOSO, José (dir.), *Património de origem portuguesa no mundo...*, op. cit., pp. 452-453). No entanto, em placa no local diz-se que a torre só foi erigida em 1590, data que também é avançada por Maria Fernanda Matias para a finalização de obras de Nossa Senhora do Monte; é também ela quem refere a sua função defensiva, integrando inclusive peças de artilharia, em GARCIA, João Pedro, MATIAS, Maria Fernanda, *O património histórico de origem portuguesa no mundo e a Fundação Calouste Gulbenkian*, catálogo da exposição homónima, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço Internacional, 2011, p. 56.

A silhueta unitorreada de Nossa Senhora do Monte (apesar das divergências de representação) aparece tanto nos desenhos de Pedro Barreto de Resende para o *Livro de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, de António Bocarro (c. 1635), como em gravuras posteriores à conquista holandesa, como a que ilustra o *Oost-Indische Voyagie* de Wouter Schouten (publicado em 1676, em Amsterdão), ou a de Jacques-Nicolas Bellin no *Histoire Générale des Voyages* de Antoine François Prévost (editado em Paris, entre 1746 e 1759). [fig.41]

<sup>494</sup> José César Vasconcelos Quintão chama a atenção para as questões que essa carta levanta (em *Fachadas de igrejas portuguesas de referente clássico – uma sistematização classificativa*, Porto, FAUP publicações, 2005, pp. 217-219) e acredita que se deva a Fernão Vaz Dourado. O cartógrafo goês, filho de mãe indiana, e particularmente ativo nas décadas de 1560 e 1570 (Alfredo Pinheiro Marques, *A cartografia portuguesa do Japão (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996, p. 22) acrescentaria uma ligação interessante à cidade onde mais foi cultivada a tipologia que discutimos, mas Alfredo Pinheiro Marques, seguindo Armando Cortesão, atribui a autoria do mapa, mesmo que com dúvidas, a Inácio Moreira. A carta, que está no Archivio di Stato de Florença, veio para a Europa na embaixada japonesa ao papa de 1585 e será de c. 1581 (*idem*, pp. 52-53). É o período em que a evangelização do Japão, começada em 1549 com o desembarque ali de S. Francisco Xavier, atinge o seu pico - entre 1571 e o início das resistências à sua ação, por 1587, oposição que se tornou sistemática em 1614. 1581 é assim o momento de maior entusiasmo proselitista e de estruturação eclesiástica mais expandida, o que esta carta ilustrará (Miguel de Oliveira, op. cit., p. 150; João Paulo Oliveira e Costa, "Japão", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, op. cit., vol. III, pp. 10-15).

<sup>495</sup> Em 1595, uma carta do Japão de Luís Teixeira, incluída no *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius (o desenho original será de 1591/1592), as cidades nipónicas aparecem referenciadas com um ícone que parece ser também uma igreja, mas agora já as vemos multitorreadas e em alguns casos em composições de fachada com campanários laterais simétricos (Alfredo Pinheiro Marques, op. cit., pp. 170-171).

encontramos no mosteiro dos Jerónimos. Duma análise da progressão das duas empreitadas parecerá concluir-se que Santa Maria de Belém se adianta sempre em relação a Santa Cruz de Coimbra: o propósito de iniciar a construção junto ao Tejo é de 1495<sup>496</sup>, e em Coimbra só emerge aquando da visita de 1502; o início de trabalhos concretos também decorre, respetivamente, em 1501-1502<sup>497</sup> face a 1506<sup>498</sup>; enfim, se ambos os projetos sofrem uma ampliação simultânea em 1513, o projeto hieronimita terá tido a sua configuração final entre 1516 e 1517<sup>499</sup>, onde o crúzio só estabilizará entre 1517 e 1519<sup>500</sup>. Concordantemente, Diogo de Boytac trabalhará em Belém talvez desde o lançamento da primeira pedra<sup>501</sup> e em Coimbra apenas uns 5 anos mais tarde, a partir de 1507, assim como João de Castilho está na obra dos Jerónimos em 1516 e a dirige em 1517, e só surge em Santa Cruz em 1518. Tudo indicaria, por conseguinte, que as opções projetuais são mais precoces na capital, feitas por mestres ali primeiramente envolvidos; inclusivamente, vimos que há decisões em Santa Cruz que podem refletir definições hieronimitas (e que Arronches muito lhe deve) e veremos no próximo capítulo que outras posteriores lhe poderão ser imputadas.

Contudo, uma análise mais atenta põe em relevo que:

a)-a igreja crúzia está interiormente pronta em 1513 e a hieronimita só em 1522, sendo o desenho da primeira o que Boytac terá decidido logo em 1507, onde na segunda é de crer que ele o teria alterado em 1513 (apesar de o arranque das paredes já estar avançado<sup>502</sup>) e é certo que João de Castilho o fez em 1517;

b)-a fachada frontal de Santa Cruz, mesmo que só se termine em 1522, fazendo-se o portal daí até 1525 (onde em Belém os portais se rematam entre 1517 e 1518<sup>503</sup>), estaria igualmente decidida desde 1507, ou inclusive antes, que não no que toca a aposições escultóricas, enquanto que nos Jerónimos deverá ter havido inflexões importantes, ao menos em 1513, na fachada axial, nomeadamente com o início da execução ala de celas que se estende dele para ocidente<sup>504</sup>;

c)-o claustro hieronimita ter-se-á seguramente iniciado antes do crúzio, mas deve ter-se alterado em

---

<sup>496</sup> Desse ano é o pedido para a fundação do mosteiro à Santa Sé, e a resposta de Alexandre VI é de 1496 (Paulo Pereira, "Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, p. 58, e *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, p. 434).

<sup>497</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>498</sup> Estabilizando-se a empresa em Belém em 1503, com a atribuição da *virtena* das especiarias da Índia (*idem, ibidem*), e em Coimbra em 1507, com a nomeação de D. Pedro Gavião.

<sup>499</sup> Paulo Pereira, "Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, pp. 60-61, e *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, p. 435.

<sup>500</sup> Da contratação formal de Marcos Pires, à de Diogo de Castilho, após presença de João de Castilho e nomeação do vedor de obras, Gregório Lourenço.

<sup>501</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, p. 435; embora possa ter havido outro mestre de obras anterior, Pêro Travaços, até 1503, que este autor refere em 1995-1997 ("Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, p. 60), mas não em 2011 (*Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*).

<sup>502</sup> Paulo Pereira, "Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, p. 61, e *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, p. 435.

<sup>503</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial, op. cit.*, pp. 443-444.

<sup>504</sup> Paulo Pereira, "Do «modo» Gótico ao Manuelino...", *op. cit.*, p. 60.

1513 e foi-o certamente em 1517<sup>505</sup>, quando em Santa Cruz se define de uma vez por todas na primeira data (1513) e está pronto em 1521.

Assim, e partindo das diferenças observáveis de Santa Maria de Belém com o partido arquitetónico do convento de Jesus de Setúbal, que terá estado na base das definições originais de composição<sup>506</sup>, creio que é lícito propor que a resolução de algumas das novidades do mosteiro hieronimita podem ter referentes crúzios, e serem mais um testemunho do impacto que o mosteiro conimbricense tem na época. Por um lado, se bem que nunca executado completamente, o remate ocidental do corpo eclesial dos Jerónimos, com um tramo denso, destacado em planta e alçado, coroado por uma torre octogonal de teto piramidal, similar a um botaréu (e que deveria ter, em projeto, um par simétrico<sup>507</sup>), e precedido por uma galilé, tem claras analogias com soluções regrentes e com a interpretação que Diogo de Boytac fez da frontaria de Santa Cruz, baseada na pré-existência.<sup>[fig.48]</sup> Igualmente, se em Setúbal o claustro tem um lavabo de ângulo, como em Lisboa e Coimbra, a solução de o abrigar sob um “canto cortado” só existe nestes dois últimos; ora, tanto pelo que observámos em c), como porque a linguística nos ensina que enunciação mais resumida e menos claramente estruturada é normalmente a original<sup>508</sup>, inclino-me para acreditar que a peça de detalhe em Santa Cruz precederá a de Belém, onde a solução é homogeneizada por simetria a todo o espaço.<sup>[fig.49]</sup>

**6.5.2 *Zeitgeist* e automitificação:** Anteriormente, os Crúzios tinham lido o ar do tempo através da preponderância da automitificação, em fidelidade às formas como tinha sido feita até aí; agora, a mitificação da Ordem é lida *através* do ar do tempo, do que é novo e colhe a aceitação da Coroa. Interessantemente, este mesmo tempo viu e cultivou as capacidades de mitificação da imagem que Santa Cruz, afinal, já não cultivava ela própria, pelo menos sistematicamente. Embora não deixe de haver permanências – São Vicente de Fora, que quando muito *acentua* a sua fisionomia românica, Santa Cruz mantendo uma *sugestão* de torre frontal – e continuidades – os vários exemplos de evolução do sintagma da fachada de torre lateral, alpendre e coro alto – há múltiplos sinais de uma “fuga para a frente”, de recurso a expressões alheias (o *status* dos cônegos lateranenses, o cerimonial público da vida cortesã) e do empréstimo de imagens inéditas em voga (da Batalha, do Paço da Ribeira, de

---

<sup>505</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, op. cit., pp. 440-441.

<sup>506</sup> *Idem*, p. 436.

<sup>507</sup> Essa é a opinião de Albrecht Haupt (*A arquitetura do Renascimento em Portugal*, op. cit., p. 83); na introdução crítica à mesma obra (p. XIV), Manuel Cardoso Mendes Atanázio transcreve também um relato de Fr. Jacinto de São Miguel, de inícios de Setecentos, que se refere ao cadeiral do coro alto em Belém como “*mettido entre as duas torres dos sinos*”.

<sup>508</sup> Os princípios metodológicos de *lectio brevior* e *lectio difficilior* da crítica textual clássica.



Tomar, dos Jerónimos<sup>509</sup>), em vez de uma auto-referenciação, que insistisse em traduzir valores como a “antiguidade” ou um carácter militarizado retórico, que paradoxalmente encontramos com frequência na arquitetura nacional do Gótico tardio.

Esta notória quebra, voluntária ou contingente, com o passado – com o *seu* passado – não deixará de ser frutuosa, num futuro que percorreremos a seguir. Um trabalho de sapa, mesmo que desestruturado, é feito sobre novos caminhos: um conceito de privacidade e de relação com a cultura poderá estar a ser maturado, no que vão recebendo da *devotio moderna* e da vida escolar universitária; desta e da participação do projeto dos Estudos conimbricenses do infante D. Pedro, modelos de discurso arquitetónico podem ter sido absorvidos; da praça de folgedos urbanos preparar-se-á o *adro/atrium* posterior, como espaço apropriado de transição para o sagrado, assim como o jardim de recreio tem em si simbolismos místicos que o tornam didático e rapidamente integrável num discurso religioso; finalmente, as experiências entre a colocação da comunidade canonical em coro alto ou retrocoro, e, concomitantemente, da combinação de altar, coro e função tumular na capela-mor, lançam sementes que virão a dar frutos. Essas germinações futuras eram, contudo, invisíveis a olhos coetâneos, a quem se apresentaria apenas o solo revolvido.

Escrita em tempos de crise económica e institucional concreta, dum cenóbio em particular, a frase “*E asy vai o Mosteiro de pyor em pyor*” reflete afinal também como, aos olhos dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, o que se observaria então era um panorama geral de insegurança e dúvida identitária (e, logo, de discurso), traduzidas na maneira como as várias iniciativas e expressões haviam perdido coesão estratégica e sentido de síntese.

---

<sup>509</sup> Note-se que o dormitório coletivo da Batalha, o paço em “L” entre praça e jardins do Palácio da Ribeira, a ligação capítulo-altar de Tomar, ou o pseudo-transepto, entre ousia e congregação, dos Jerónimos, são configurações inovadoras (ou pelo menos dissonantes em relação aos hábitos edificatórios da época) em edifícios que comportavam muitas opções quase “revivalistas”, e algumas talvez devedoras de práticas crúzias.

## CAPÍTULO VII

### *Sãta Cruz sin las galãterias*<sup>1</sup>

a arquitetura cenobítica crúzia entre 1527 e 1556

#### **7.1 | Renascimento: a reforma dos cónegos regrantes portugueses**

Vinte e nove anos apenas compõem o foco de análise deste capítulo, centrado na reformação quinhentista crúzia, partindo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e arribando à definição de uma entidade coletiva, a congregação canonical que dele tomou o nome. Não chegará este tempo senão para estabelecer os rudimentos dessa entidade, mas é tempo suficiente para definir uma rota de futuro que perdurará e mesmo para explorar alguns caminhos paralelos que se experimentam. Chegados a 1556, há inflexões e perdas, mas também a génese de um discurso que consegue ser tanto inovador como recuperar velhos paradigmas identitários da Ordem portuguesa.

**7.1.1 Bases para a definição do intervalo:** Os limites deste intervalo, 1527 e 1556, são de importância relativamente consensual e, pelo menos aparentemente, auto-explanatórios: o início da reforma do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, decretada por D. João III, e a proclamação formal da instituição da Congregação de Santa Cruz de Coimbra por Paulo IV. Entre elas decorre a intervenção do hieronimita Fr. Brás de Braga<sup>2</sup>, de âmbito disciplinar, espiritual, cultural, económico e de infraestruturas, inicialmente em Coimbra mas depois estendendo-se às canónicas de São Salvador de Grijó e São Vicente de Fora (para além de fundações colegiais), e da qual resulta a transformação definitiva da orgânica da Ordem canonical augustiniana, dum modelo ainda herdeiro (e vítima) de formulações gregorianas, para uma nova instituição centralizada. Como veremos adiante, essa narrativa, no que parece implicar de progresso positivo, uno e linear, poderia mais estritamente resumir-se de 1527 até 1539, em que a reforma está genericamente implantada e a congregação já existe *de facto*, contando até com reconhecimento escrito da Cúria.

A escolha de 1556 não é, no entanto, nenhum preciosismo “legalista”. Até essa data o percurso

---

<sup>1</sup> Passagem extraída do contrato para a execução do púlpito do refeitório do colégio de Nossa Senhora da Graça, celebrado em 22 de Setembro de 1545, entre Fr. Luís de Montoya, Geral e reformador da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, e os pedreiros Pero Luís, João Luís e Jerónimo Afonso, em que se diz que aquele há de ser “conforme al pulpito do Refit° de sãta cruz sin las galãterias” e feito “a contento de di° del castillo” (Fr. Luís de Montoya, *Livro das Obras*, 1543-1548, Arquivo Distrital de Braga, Ms. 1019, fólho 34, verso; citado por Maria de Lurdes Craveiro, em: “A reforma joanina e a arquitectura dos colégios”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 8, Março, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, p. 24 e nota 18 na p. 25, e em *O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte, Coimbra, edição da autora, 2002, vol. I, p. 261).

<sup>2</sup> O nome do reformador aparece muitas vezes como Fr. Brás de Barros, mas ele assinava “de Braga”, de onde era natural (Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, in *Estudos Vários*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972, p. 233), pelo que será o vocativo que utilizarei.

ascensional de renovação vai enfrentar problemas profundos, à medida que reformador e reformados se afastam mais e mais, sendo aquele destituído finalmente em 1554, que D. João III (e os familiares próximos que ele instaura como priores comendatários em Santa Cruz e noutros mosteiros agostinhos) se parecem desinteressar do processo crúzio ou mesmo pôr-lhe entraves, e que algumas das premissas de base da intervenção na instituição – desde logo a sua expansão a cenóbios da mesma inspiração, mas também da relação daquela com a universidade – parecem estar em risco. Na realidade, é da constatação que o movimento renovador não colapsa após essa viragem da década de 40, e que os seus mecanismos sobrevivem, reagem e funcionam, depois de removida a condução de Fr. Brás, retirada a benevolência da Coroa e amputados os rendimentos e influência da Ordem, que se conclui que uma nova solução autónoma de continuidade foi atingida, um novo discurso crúzio estruturado. E a confirmação papal de 1556 é, assim, um reconhecimento da resistência dessa força vital.

Acrescente-se que, como fomos vendo anteriormente, a definição de um período autonomizável no percurso dos Regrantes suporta sempre afinidades cronológicas com o momento histórico, acima de tudo o português. Obviamente, salta à vista que este intervalo engloba o *essencial* do reinado de D. João III, estendendo-se desde que se verifica uma demarcação nítida em relação ao legado de D. Manuel – simbolizada pela mudança de política imperial que o tratado de Saragoça consagra em 1529 (e cujas negociações decorriam desde 1524) – até praticamente à morte do rei, ocorrida em 1557. Por outro lado, a inflexão de um espírito de Reforma Católica, baseada num humanismo cristão, para um de Contra-Reforma tridentina, que modulam a tónica da governação joanina, é síncrona e indissociável das duas dinâmicas de que se reveste a reformação crúzia, espelhando por sua vez fenómenos de âmbito europeu mais alargado.

O reconhecimento destas demarcações na historiografia institucional regrante, é, como disse, relativamente consensual, embora não se encontre tratada como momento paradigmático no sentido definido acima. Os cronistas agostinhos seiscentistas, talvez pela sua genérica animosidade em relação ao reformador, tendem a focar-se mais na iniciativa de beneficiação régia e na mudança de estatuto jurídico, quer da substituição dos priorados vitalícios por trienais, quer da passagem a congregação<sup>3</sup>, mas o intervalo 1527-1556 acaba por se reconhecer nos seus escritos<sup>4</sup>. Nesses dois eventos já são

---

<sup>3</sup> Nicolau de Santa Maria dá destaque às obras manuelinas e joaninas (*Chronica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668, livro VII, caps. XXII e XXIII, pp. 88-95) e assinala a mudança de estatuto dos priores e da instituição (*idem*, livro X, p. 287); Timóteo dos Mártires descreve e critica a reforma de Fr. Brás (*Crónica de St.ª Cruz*, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955/58, t. I, pp. 103-105) e realça quer o começo da eleição de priores trienais em 1539, quer a instituição da Congregação (*idem*, t. I, pp. 107-111).

<sup>4</sup> O cronista Leonardo de São José é o exemplo mais claro, dizendo sumariamente que D. João III fez reformar o mosteiro de Santa Cruz e que daí se veio a chegar à criação da Congregação, sem sequer nomear Fr. Brás (*Roseto agustiniano, plantado no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica*, Lisboa, Domingos Carneiro, 1671, p. 104).

centrados os dois parágrafos que Miguel de Oliveira dedica aos Crúzios para o período da *História Eclesiástica* entre D. João I e D. João IV<sup>5</sup>, assim como encabeçam o último parágrafo – tanto sobre a instituição como o mosteiro conimbricense – que lhes reserva o *Guia Histórico* das Ordens religiosas até ao concílio de Trento<sup>6</sup>. Nos historiadores que se dedicaram monograficamente à história institucional dos Cónegos Regrantes, ambas as datas são inevitavelmente referidas, mas colhendo normalmente o início da reforma mais realce que a formalização da congregação<sup>7</sup>, com a exceção talvez de Aires Gomes Fernandes, que a escolhe como limite final da sua tese de doutoramento, diluindo pelo contrário a cesura de 1527 no processo longo das perturbações dos Crúzios desde o fim do século XV<sup>8</sup>. Autores fundamentais para o estudo da renovação quinhentista de Santa Cruz, como Mário Mendes Brandão, José Sebastião da Silva Dias e Cândido Augusto Dias dos Santos tendem por sua vez a concentrar-se mais na figura e ofício de Fr. Brás de Braga<sup>9</sup> e/ou na relação entre a sua ação e a história cultural da altura<sup>10</sup>, que num panorama da evolução da Ordem.

Assim, não sendo polémica, a definição deste intervalo e da sua importância para a análise carregam uma dose relativa de opção individual.

**7.1.2 Corpus:** A família crúzia, nos anos sobre os quais nos debruçamos agora, sofre uma evolução complexa, tanto se expandindo como sendo amputada<sup>11</sup>, mas também subdividindo-se em subconjuntos distintos.<sup>[fig.01a,01b]</sup>

Logo em 1528, Santa Marinha da Costa é entregue definitivamente à Ordem de São Jerónimo, depois de

---

<sup>5</sup> Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1994, p. 158.

<sup>6</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 175 e 191.

<sup>7</sup> António Domingues de Sousa Costa, “Cónegos Regrantes” in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, vol. II, pp. 150-151; José Mattoso, “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra” in PELLICIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, col. 144; Saul António Gomes, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, vol. I, pp. 435-436; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto e GOMES, Ana Cristina da Costa (dirs.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 270.

<sup>8</sup> Leia-se “Do caos à criação da Congregação”, em *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011, pp. 51-54.

<sup>9</sup> Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit., passim*; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, dissertação de agregação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra- Instituto de Estudos Filosóficos, 1969, vol. I, pp. 489-528; Cândido Augusto Dias dos Santos, “De reformador dos estudos a bispo de Leiria, ou o itinerário de um contemplativo: D. Frei Brás de Barros”, separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 36, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, *passim*.

<sup>10</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra, edições da Universidade de Coimbra, 1960, pp. 106-118; Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições dos colégios de Santa Cruz de Coimbra (1534-1540)”, separata de AAVV., *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, vols. 3/4, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1973-1974, pp. 89-104.

<sup>11</sup> Digo “amputada” porque a partir de agora raramente são as comunidades a decidirem da reforma, mas sim poderes externos; aliás, essas comunidades por vezes não transitam para a nova realidade decretada, são as Casas e as suas posses que são transferidas para um outro regime, ou mesmo uma instituição diferente.

uma longa resistência – fora em 1448 que pela primeira vez um seu patrono, D. Afonso V, exprimira a intenção de lhe mudar a afiliação. Será apenas década e meia mais tarde, e portanto na segunda metade deste período, que veremos mais 4 cenóbios abandonar a vida canonical: a colegiada de Santa Maria da Pena está sem residentes em 1542 e é secularizada definitivamente em 1545, com a criação do bispado de Leiria; ao fim de 8 anos de oposição da comunidade e da Santa Sé, D. João III entrega São João de Longos Vales à Companhia de Jesus em 1551; São Salvador de Valdreu está também secularizado por volta de 1549/1550, assim como estará, em data incerta após 1514, mas plausivelmente até meados da centúria, Santa Eulália de Rio Covo. Não se consumando até 1556, pesava também sob São Salvador de Freixo de Baixo a cobiça da Ordem de São Domingos, que o reclamava desde 1551/1552.

Com estas 5 extinções a implantação crúzia a Sul do Douro resume-se às Casas de Lisboa, Coimbra e Arganil e a mancha regional do Entre-Douro-e-Minho torna-se cada vez mais descontínua, com a presença residual de São Salvador de Paderne junto ao rio Minho e um pequeno núcleo no vale do Lima, mantendo densidade apenas a Sul do Ave<sup>12</sup>.

Após a intervenção de Fr. Brás de Braga em Santa Cruz de Coimbra<sup>13</sup>, com as fundações colegiais<sup>14</sup> e a extensão da reforma a São Salvador de Grijó e a São Vicente de Fora, emergirá até 1539 um grupo autónomo dentro dos cónegos regrantes de Santo Agostinho portugueses, formado por canónicas reformadas/congregadas<sup>15</sup>. A este elenco deve-se ainda acrescentar Santa Maria de Cárquere, que desde cerca de 1555 está em processo de adesão à Congregação. É fácil de perceber que esta rede, na sua primeira fase da década de 1530, se concentra à volta das cidades principais em que os Regrantes já tinham pontos de implantação (multiplicando a presença central em Coimbra, aproximando-se do Porto, pela deslocação do mosteiro de São Salvador de Grijó para Vila Nova de Gaia), posicionando-se simbolicamente a Centro, Norte e Sul. A estratégia de investimento em Cárquere, por sua vez, parece ser já outra, eventualmente devida à importância simbólica do mosteiro, ligado à lenda de D. Afonso Henriques.

**7.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia:** Se percorrermos a historiografia da arte em Portugal que se debruce sobre a primeira metade de Quinhentos, e em particular aquela que estabelece visões de síntese, como temos vindo a fazer noutras cronologias, encontraremos quase inevitavelmente presente o

---

<sup>12</sup> Existirão também extinções colegiais, como veremos, mas elas não afetam esta distribuição territorial.

<sup>13</sup> Que pode ter implicado, numa primeira fase, que a colegiada de Santa Maria da Pena, em Leiria, também fosse por inerência reformada.

<sup>14</sup> Sobre se os colégios de fundação crúzia constituirão instituições cenobíticas e/ou se serão estritamente “crúzios” em regime de vida, será discutido mais à frente (veja-se ponto 7.4.3).

<sup>15</sup> Não querendo dizer que os cenóbios crúzios não reformados sejam entidades fósseis sem força vital: não só algumas casas estão bem económica e espiritualmente em 1528, como haverá nalguns deles movimentos reformadores, mais ou menos em emulação de Santa Cruz, mas não originados pelo reformador apostólico (como se verá adiante).

mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. No entanto, nem sempre nos aparece como sendo sequer relevante arquitetonicamente, menos ainda como fruto de um projeto com algum grau de coerência e intenção, e muito raramente como produto de uma cultura institucional própria e precedente; cumulativamente, é bastante dispar o reconhecimento da extensão da experiência crúzia do mosteiro de Coimbra em outras iniciativas na cidade e na Ordem, tal como a avaliação da sua importância no Renascimento português. Albrecht Haupt, em 1890-1895, Mário Tavares Chicó, em 1948, e Flórido de Vasconcelos, em 1972, aludem a Santa Cruz nesta época predominantemente ao falar do percurso dos escultores de origem francesa ativos em Coimbra a partir da década de 1520<sup>16</sup>. Haupt refere-se também ao mosteiro da Serra do Pilar, mas não realça a sua filiação crúzia e crê que todo o edifício, mesmo que iniciado no século XVI, é sobretudo seiscentista<sup>17</sup>. Nos dois outros autores, as investigações entretanto desenvolvidas por Mário Mendes Brandão<sup>18</sup> e Vergílio Correia<sup>19</sup>, entre os anos 20 e 40 do século XX, sobre a canónica conimbricense e o processo edificatório que acompanhou a reforma de Fr. Brás de Braga, não parecem ter eco<sup>20</sup>. Já figuram, no entanto, na bibliografia compulsada por George Kubler para o seu influente *Portuguese Plain Architecture*, saído em 1972, em que o relevo dado a Santa Cruz muda definitivamente: não só a intervenção joanina em Santa Cruz é agora assinalada como produzindo o momento inaugural da arquitetura de referência ao Antigo (em rigor, erradamente, não se conhecendo então a atuação de D. Miguel da Silva), como ele a dá como sendo criação de Fr. Brás de Braga e produto da sua reforma, de que exprime os conceitos simbólicos<sup>21</sup>; ao mesmo tempo avalia a sua qualidade como suficiente para ter sido fonte de inspiração para a fonte escurialense do Pátio dos Evangelistas<sup>22</sup> e integra São Salvador da Serra do Pilar no processo reformista crúzio, atribuindo-o à mesma “equipa”<sup>23</sup>.

Entre 1986 e 1991, com Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, primeiro<sup>24</sup>, e José Eduardo

---

<sup>16</sup> Albrecht Haupt, *A arquitetura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença, 1986, particularmente pp. 209-225; Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal* – volume II, Porto, Portucalense Editora, 1948, pp. 291-297; Flórido de Vasconcelos, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Verbo, 1972, pp. 69-71.

<sup>17</sup> Albrecht Haupt, *idem*, p. 241.

<sup>18</sup> Pelo menos o já citado “Cartas de Frei Brás de Braga...”, originalmente de 1937, e o *Actas dos capítulos do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra* (Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu da Universidade de Coimbra, 1946).

<sup>19</sup> De *Uma descrição quinhentista do mosteiro de Santa Cruz* (Coimbra, Tipografia Imprensa da Universidade, 1930) ao conjunto de estudos seus coligidos em *Obras* (Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946), entre muitos outros. Em boa verdade, Mário Tavares Chicó refere-o (*op. cit.*, p. 291) mas não a propósito de Santa Cruz, e sim para discordar de que certos aspetos da Sé de Braga e da Matriz Caminha marquem o início do Renascimento em Portugal.

<sup>20</sup> Ainda assim, Flórido de Vasconcelos fala de São Salvador da Serra, dando notícia da sua composição em duplo círculo, remetendo-a para o precedente do palácio granadino de Carlos V, e até dando a autoria do projeto original a Diogo de Castilho, mas fá-lo apenas ao abordar o Barroco – considerando como Haupt que o grosso do edifício é do século XVII - e sem indicar a filiação institucional do mosteiro (*História da Arte em Portugal, op. cit.*, p. 88).

<sup>21</sup> George Kubler, *Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521-1706*, Middletown, Wesleyan University Press, 1972, p. 9.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>23</sup> *Idem*, pp. 65-67.

<sup>24</sup> “O Renascimento”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 6.

Horta Correia, depois<sup>25</sup> – já beneficiando das contribuições de Rafael Moreira<sup>26</sup>, que ambos referem<sup>27</sup>, e talvez das de Silva Dias e Dias dos Santos<sup>28</sup> – registamos novos progressos no enquadramento da arquitetura crúzia. Por um lado, o Renascimento português emerge como uma categoria classificativa autónoma, revalorizada e separada do vasto domínio da *Arquitetura Chã* de Kubler, o que permite uma atenção redimensionada à produção regente deste intervalo<sup>29</sup>. Por outro lado, solidificam-se e elaboram-se os vetores analíticos anteriores:

a)-da relevância de Santa Cruz na arquitetura renascentista conimbricense (mormente focada quase exclusivamente na fonte do Claustro da Manga), agora apoiada na formulação de um esquema explicativo da mudança estilística como apoiada em focos regionais relativamente autónomos, com sinergias individuais<sup>30</sup>;

b)-da reforma de Fr. Brás como fazendo derivar uma arquitetura de uma proposta espiritual<sup>31</sup>, e a produção dessa arquitetura como fruto da colaboração de um núcleo de intervenientes restrito (o reformador, Diogo de Castilho, Nicolau Chanterene e João de Ruão)<sup>32</sup>;

c)-da reprodução desse processo, pelo menos na Serra do Pilar<sup>33</sup>.

Adicionalmente, no que toca às repercussões do processo crúzio, a maior inovação que se verifica poderá ser a relação que estes autores já estabelecem – particularmente Horta Correia – entre a arquitetura regente e o processo de definição da tipologia dos colégios universitários de Coimbra<sup>34</sup>.

Na seguinte *História da Arte* portuguesa, dirigida por Paulo Pereira e editada entre 1995 e 1997, é o próprio Rafael Moreira que assume a tarefa de escrever sobre a nossa arquitetura renascentista. Não contestando integralmente nenhum dos parâmetros enumerados, mas num enquadramento em que os atores individuais são uma linha de força da interpretação histórica, Rafael Moreira prefere ver a mutação estilística em geral e o foco renascentista conimbricense em particular, como fruto de um conjunto de protagonistas singulares, artísticos e mecénáticos, mais do que projetos coletivos. Consequentemente,

---

<sup>25</sup> *Arquitetura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Lisboa, editorial Presença, 1991.

<sup>26</sup> Pelo menos “A igreja de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III?”, in *Boletim cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, n.º 1, Tomar, Câmara Municipal de Tomar, 1981, pp. 93-100, e “Arquitetura”, in MACEDO, Jorge Borges de (ed.), *Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, vol. 4/” *Arte Antiga-1*”, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 307-352.

<sup>27</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, por exemplo, falando de D. Miguel da Silva (*op. cit.*, pp. 40-41), e José Eduardo Horta Correia, ao abordar a mesma personagem (*op. cit.*, pp. 24-25) e sobre a leitura da igreja da Conceição de Tomar como panteão régio (*idem*, p. 32).

<sup>28</sup> Ver notas 9 e 10 deste capítulo.

<sup>29</sup> Dagoberto Markl escolherá a fonte do Claustro da Manga como exemplo principal em “O humanismo e os Descobrimentos: o impacto nas artes”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2007 (reimpressão da edição de 1995-1997), vol. VI, p. 44.

<sup>30</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, “O Renascimento”, *op. cit.*, pp. 40-42; José Eduardo Horta Correia, *Arquitetura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 27-28.

<sup>31</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 41; José Eduardo Horta Correia, *idem*, pp. 28 e 32.

<sup>32</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 43; José Eduardo Horta Correia, *idem*, p. 33.

<sup>33</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, *idem, ibidem*.

<sup>34</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 44; José Eduardo Horta Correia, *idem, ibidem*.

valoriza a reforma crúzia, mas apenas como ação de Fr. Brás de Braga, aliás feita *em oposição* à “velha casa dos Agostinianos”, que ele “purga” do seu passado medieval<sup>35</sup>. De qualquer forma, apesar de destacar partes específicas das obras do mosteiro de Santa Cruz – a fonte do Claustro da Manga, o coro alto da igreja canonical, a igreja de São João – considera taxativamente que as intervenções não relevam de um projeto sistemático e compositivamente coeso<sup>36</sup>. Na mesma linha interpretativa, a nova igreja da Serra do Pilar vem na consequência das reformas de Santa Cruz, mas essencialmente por ser devida a Fr. Brás<sup>37</sup>, e os colégios universitários ligam-se àquelas por partilharem a participação de Diogo de Castilho<sup>38</sup>. Ainda assim, Rafael Moreira vem acrescentar dois novos elementos à consideração da extensão da participação dos Regrantes neste novo momento estilístico: regista a intervenção de Fr. Brás de Braga em São Vicente de Fora (embora fale de projetos de 1548 e a declare falhada pela oposição dos cônegos)<sup>39</sup> e, mesmo que sem lhe mencionar a filiação, acredita que o mosteiro de Santa Maria dos Anjos de Landim terá tido uma renovação pela mão de D. Miguel da Silva, que ali foi prior comendatário<sup>40</sup>. Além disso, quanto a repercussões dessa participação, estabelece ainda umnexo, através de Fr. Brás, entre as obras crúzias e a posterior catedral de Leiria, de que aquele foi o primeiro bispo<sup>41</sup>.

Entretanto, de 1995 a 2002, uma série de estudos, parcelares e/ou especializados, que se relacionam com a arquitetura renascentista crúzia viram a luz do dia. A revista *Monumentos*, editada pela então Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, publicará as suas edições n.ºs 2 (de 1995), 8 e 9 (em 1998), com dossiês monográficos dedicados respetivamente a São Vicente de Fora, a Coimbra e ao mosteiro da Serra do Pilar. Na primeira publicação, Manuel Luís Real, embora focado prioritariamente na sua interpretação do mosteiro românico vicentino, dá elementos da renovação quinhentista que de facto ali aconteceu, sob a condução de Fr. Brás de Braga, por volta de 1538-1539<sup>42</sup>; na segunda, José Eduardo Horta Correia e Maria de Lurdes Craveiro aprofundarão a análise das ligações entre as reformas crúzia e universitária e das suas consequências arquitetónicas, diretas e indiretas<sup>43</sup>. O número subsequente da revista, igualmente de 1998, resume, amplia e divulga muito do que se tinha vindo a investigar sobre o cenóbio de Vila Nova de Gaia, com acrescentos de inteligibilidade sobre a inovação,

---

<sup>35</sup> Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa, op. cit.*, vol. V, pp. 171-172.

<sup>36</sup> *Idem*, pp. 172-173.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 171.

<sup>38</sup> *Idem*, pp. 176-177.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 172.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 166.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 172.

<sup>42</sup> Manuel Luís Real, “O Convento Românico de S. Vicente de Fora”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 14-23.

<sup>43</sup> José Eduardo Horta Correia, “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses” (pp. 14-19), e Maria de Lurdes Craveiro, “A reforma joanina e a arquitectura dos colégios” (pp. 20-25), in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 8, *op. cit.*



mas também as heranças crúzias da obra<sup>44</sup>; não beneficiará, no entanto, das hipóteses levantadas por Susana Matos Abreu<sup>45</sup> na sua tese de mestrado sobre o mesmo mosteiro, apresentada no ano posterior<sup>46</sup>. O mesmo acontecerá com Paulo Varela Gomes, que submete a sua dissertação doutoral dedicada à planta centralizada no século XVII, ainda em 1998<sup>47</sup>. Sendo a sua cronologia de estudo mais tardia, a visão que apresenta do projeto original de Vila Nova de Gaia, de que analisa o devir seiscentista, é sobretudo guiada pela ótica de Rafael Moreira (que o orientou), e centrada em Fr. Brás de Braga, mas progride na análise das relações de conceção entre Santa Cruz de Coimbra, São Salvador da Serra do Pilar, São Vicente de Fora<sup>48</sup> e a Sé de Leiria. Vítor Manuel Serrão – que o mesmo Varela Gomes coloca como contribuição mais importante à sua investigação, após Rafael Moreira<sup>49</sup> – no volume da *História da Arte em Portugal* da editora Presença, de 2002, mantém uma abordagem de *personagens*, uma valorização de elementos isolados na reconstrução de Santa Cruz de Coimbra (a inevitável fonte da Manga), e uma ligação contida de contiguidade e afinidade entre a reforma regrante, a implantação da universidade em Coimbra e a difusão da tipologia dos claustros castilhanos<sup>50</sup>.

Caberá a Maria de Lurdes Craveiro o ponto de síntese seguinte nesta série, em 2009, à luz das conclusões da sua tese de doutoramento sobre o Renascimento em Coimbra, de 2002<sup>51</sup>. Em “A arquitectura «ao romano»”<sup>52</sup>, colocará o foco de penetração renascentista conimbricense como só precedido no tempo pela ação mecenática de D. Miguel da Silva e como derivando principalmente da intervenção que decorre em Santa Cruz; explicará essa intervenção como gestão por Fr. Brás de Braga de um património simbólico e uma tradição institucional dos Regrantes, mostrá-la-á refletida num plano global para o mosteiro, numa intervenção urbana na Rua da Sofia, na génese da tipologia colegial (e nas suas derivações, em tipologias claustrais e eclesiais)<sup>53</sup> assim como na edificação da Serra do Pilar. Destacará ainda o possível papel de

<sup>44</sup> Em particular Marta Maria Peters Arriscado Oliveira, “O mosteiro do Salvador: um projecto do século XVI”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 14 e 23, nota 16.

<sup>45</sup> Embora ela participe, mas falando de um aspeto mais parcelar: Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões ou a Cerca do Mosteiro”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, pp. 8-13.

<sup>46</sup> *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1999.

<sup>47</sup> Publicada três anos mais tarde, como *Arquitectura, religião e política em Portugal, no século XVII – a planta centralizada*, Porto, FAUP Publicações, 2001.

<sup>48</sup> Informado aliás pelo artigo já referido de Manuel Luís Real (cf. Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 35).

<sup>49</sup> Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 11.

<sup>50</sup> “O Renascimento experimental (1530-1550)”, in Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, editorial Presença, 2002, pp. 47-76; Apesar da obra ser dedicada a José Eduardo Horta Correia (*idem*, p. 9) o autor que Serrão mais cita na bibliografia, além de si próprio (19 referências - *idem*, pp. 291-292) é Rafael Moreira (12 referências - *idem*, p. 288); Horta Correia tem 5 referências na bibliografia (*idem*, p. 286).

<sup>51</sup> *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*

<sup>52</sup> In RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 9.

<sup>53</sup> Refira-se que já existiam, antes dos dois textos de Maria de Lurdes Craveiro, os trabalhos de Rui Pedro Lobo, que ela usa: *Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo – evolução e transformação no espaço urbano*, dissertação final de licenciatura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1994, Coimbra, EDARQ, 1999, e *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*, dissertação para as Provas de Aptidão Pedagógica e de Capacidade Científica, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2000 (publicada em Coimbra, pela edições do DARQ, em 2006).

Santa Cruz na evolução das quintas de recreio, adiantando o caso da Quinta do Marujal como um dos seus mais precoces exemplos<sup>54</sup>. Maria de Lurdes Craveiro é também o único autor a fornecer pistas para uma posição discursiva crúzia em arquitetura, após o fim da reforma e a mudança de mentalidade da década de 1540: uma persistência do ornamento, apesar da predominância anti-icónica chã<sup>55</sup>.

Finalmente, em 2011, a panorâmica sobre a Arte Portuguesa assinada por Paulo Pereira volta, pouco compreensivelmente, a secundarizar a arquitetura de Santa Cruz e a não lhe dar relevo como fenómeno estruturado – o Renascimento em Coimbra é visto sob a perspetiva de “A escultura como experiência”<sup>56</sup> e elencado por uma sucessão de obras circunscritas (a fonte da Manga será o mais perto de um “edifício” que se analisa) e dos seus produtores, maioritariamente escultores, mas com Fr. Brás incluído. Atribui-se-lhe ao menos a abertura da Rua da Sofia, mesmo que brevemente, “para aí instalar os colégios coimbrões”<sup>57</sup>. O processo de renovação espiritual espelhado num conjunto arquitetónico, que escolhe analisar em profundidade, é antes a reforma hieronimita do convento de Cristo de Tomar<sup>58</sup>, de que aquela empreendida por Fr. Brás aparece quase como uma extensão<sup>59</sup>, e da qual faz derivar em exclusivo a tipologia dos claustros castilhanos...<sup>60</sup>

Entre avanços e recuos, e alternâncias de perspetiva, parece-me no entanto lícito concluir que está razoavelmente estabelecida uma hipótese explicativa sobre a arquitetura crúzia entre 1527 e 1556 que correlaciona um *desígnio* (uma confluência do espírito do tempo e da identidade regente), um *desenho* (a remodelação integrada do mosteiro de Santa Cruz) e várias *desinências*, tanto internas à Ordem (em mosteiros reformados e não reformados, em colégios crúzios, em quintas de recreio) como em continuidades exteriores.

## 7.2 | As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio

### 7.2.1 O momento: Se a escolha de descrever todo o período do século XIV ao XVI como tardo-

---

<sup>54</sup> “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 110-112 (ver também *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 171-175); na sua abrangente e profunda visão da contribuição artística crúzia renascentista, falha-lhe ainda assim, ao falar de portal renascentista da igreja canonical de Arronches (“A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 60), relacioná-lo com Santa Cruz, que o encomendou ao marceneiro e escultor Francisco Lorete, por volta de 1541-1542 (mas que ela põe na órbita de Chanterene, e datando de c. 1550) segundo comprovava Pedro Flor em 2004 – *apud* Direção Geral do Património Cultural, “Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Arronches”, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 30-6-2015].

<sup>55</sup> “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 50 (ver também *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 418).

<sup>56</sup> *Arte Portuguesa – história essencial*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, pp. 517-522.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 518.

<sup>58</sup> *Idem*, pp. 536-544.

<sup>59</sup> “A iniciativa de reforma *estendera-se* a outras ordens antigas, como a de Santo Agostinho (os Crúzios, de Coimbra), (...)” (*idem*, p. 536; sublinhado meu).

<sup>60</sup> *Idem*, p. 544.

medieval, no capítulo anterior, pode ter parecido pecar por excesso de duração, dir-se-á serôdio falar agora da primeira metade de Quinhentos, e em particular do segundo quartel da centúria, como o período humanista europeu. Ambas as assunções têm origem na tentação de depreender mudanças de mentalidade como simultâneas a factos pontuais (por mais significativos que sejam, em perspetiva) e de nivelar processos localizados (independentemente da sua pujança) com perceções generalizadas. A verdade é que o nosso raciocínio parece esbarrar repetidamente contra a evidência de que em 1450 já o regime dos Medici, a filosofia de Nicolau de Cusa e a arte de Brunelleschi tinham visto a luz do dia, e de que em 1517 já se iniciara a ação de Martinho Lutero.

A estranheza que se pode sentir assenta também numa mitologização, tão frequentemente desmontada como firmemente persistente, do Renascimento<sup>61</sup>. Mesmo não falando de expressões artísticas, que dela seriam uma manifestação, a época renascentista continua a aparecer-nos como uma *revolução*, uma mudança política, económica e cultural com um sinal claro. Um eixo explicativo que parte da emergência das cidades como locais de ordem e liberdade<sup>62</sup>, derivada da ascensão da burguesia<sup>63</sup>, que democratiza a cultura e faz triunfar o espírito do indivíduo<sup>64</sup> e da Razão<sup>65</sup>, num processo apoiado no inovador retorno às fontes clássicas e ao seu pensamento<sup>66</sup>, em alternativa ao espírito medieval<sup>67</sup>, constrói a narrativa heroica dum admirável mundo novo, perenemente sedutora, especialmente quando lida sob a pena de Jacob Burckhardt, em *Die Kultur der Renaissance in Italien* (1860)<sup>68</sup>. A crítica, já velha de quase um século, a essa noção, não implica que o Renascimento não tenha tido nenhum desses atributos, de que em alguns casos foi a consumação, mas certamente rejeita que os inaugurou e o fez por um fenómeno de *rutura*. Vimos aliás, em capítulos precedentes, como a revolução urbana, a ascensão da burguesia, a evolução do conceito de individualidade, a redescoberta de autores antigos e a liberalização do ensino, são linhas de força do pensamento e da vida medievais e ocorrem gradualmente a partir do século XII. Assim, culturalmente, as *humanidades*, a *humanização* e o *humanismo* confluem, mas são apenas estritamente originais em algumas das suas dimensões. No primeiro caso, o culto das línguas e das fontes (embora não forçosamente a sua crítica<sup>69</sup>), cresce e diversifica-se, mas não é inédito; mais inédito será que essa apetência se comece a consagrar fora das estruturas eclesiais e universitárias, em academias

<sup>61</sup> Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *Guia de História da Arte*, Lisboa, Estampa, 1992, pp. 32-33, 63.

<sup>62</sup> Para uma crítica a esta ideia, veja-se, por exemplo, Lewis Mumford, *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Londres, Secker & Warburg, 1961, pp. 345-348.

<sup>63</sup> Para uma crítica a esta ideia, veja-se, por exemplo, Arnold Hauser, *História social de la literatura y del Arte*, Madrid, Guadarrama, 1978, vol. I, pp. 333-347.

<sup>64</sup> Para uma crítica a esta ideia, veja-se, por exemplo, Darrin McMahon, *Uma história da felicidade*, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 152-153.

<sup>65</sup> Para uma crítica a esta ideia, veja-se, por exemplo, Umberto Eco, *Arte e Beleza na estética medieval*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 2000, pp. 162-163.

<sup>66</sup> Para uma crítica a esta ideia, veja-se, por exemplo, Erwin Panofsky, *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*, Lisboa, Presença, 1981.

<sup>67</sup> Para uma crítica a esta ideia, retorne-se a Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 162-163.

<sup>68</sup> Cf. Darrin McMahon, *op. cit.*, pp. 155-156.

<sup>69</sup> Despontam, aliás, novas formas de fideísmo - é famosa a desmistificação da "doação de Constantino", de Lorenzo Valla, mas a mesma época aceita entusiasticamente a veracidade do *Corpus Hermeticus*... (Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 162-163).

e grupos de discussão<sup>70</sup>. Por outro lado, uma visão positiva do Homem e da sua dignidade também tem largos precedentes (e a contrária terá agora representantes importantes)<sup>71</sup> mas é de registar realmente uma humanização, o concluir duma deriva antropocêntrica da *Weltanschauung* – não uma laicização, mas uma colocação da figura humana no centro ativo do drama religioso, no cerne da Criação<sup>72</sup>; como consequência, emerge também uma reavaliação das possibilidades da ação individual, da ideia de progresso (e de utopia)<sup>73</sup>. Enfim, o humanismo filosófico, o seu retorno ao platonismo e a Agostinho, com a reanimação dum misticismo pansemiótico e da alegoria, sendo definidores deste momento, não são em si mesmo revolucionários; que eles se revistam de um carácter hermético e mágico (o que na Escolástica se procurava clarificar e racionalizar, é no Neoplatonismo para iniciados)<sup>74</sup> é mais peculiar, assim como o é uma estetização da linguagem e a formalização da alegoria (nomeadamente na tendência para a tradução iconográfica, e *geométrica*, do simbolismo)<sup>75</sup>.

As veleidades de uma “idade libertária” não resistem também a uma análise das dinâmicas sociológicas no período entre os séculos XV e XVI. O rearranjo do equilíbrio de poderes, que vimos observando desde a reforma gregoriana, vai desembocar agora numa quase inversão de papéis entre a Igreja e os monarcas, e aos prenúncios do Regalismo: em Espanha já entre 1478 e 1481 se reanimara a Inquisição, como um tribunal largamente sujeito ao poder civil e de sua iniciativa<sup>76</sup>; em França, a Concordata de Bolonha de 1516, mesmo que moderando a sanção pragmática de Bourges (1438), mantém a Igreja em França sob tutela régia<sup>77</sup>; em 1526, Carlos V pode declarar guerra ao papa e à Liga de Cognac, em parte *como* defensor do catolicismo<sup>78</sup>, e os príncipes alemães (como depois os soberanos europeus em geral) passarão a definir a confissão religiosa dos seus súbditos pela sua, prática consagrada no princípio do *cuius regio, eius religio*, na Paz de Augsburg de 1555<sup>79</sup>. Evidentemente, o esvaziamento da autoridade da Igreja talvez abra áreas de liberdade antes fechadas, mas o poder régio agora é mais absoluto que o fora aquela, pelo menos nos últimos séculos. O conceito do direito divino está agora estendido ao

---

<sup>70</sup> Walter Rüegg, “O alvorecer do humanismo”, in RÜEGG, Walter (cord.), *Uma história da Universidade na Europa*, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Fundação Eng. António de Almeida, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1996, vol. I, pp. 449-453.

<sup>71</sup> Darrin McMahon, *op. cit.*, pp. 152-153.

<sup>72</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, p. 163.

<sup>73</sup> A *Utopia* de Tomás Morus, de 1516, marca precisamente a emergência dessa ideia de progresso (Darrin McMahon, *op. cit.*, pp. 173-174; António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12.ª ed., Porto, Porto Editora, 1982, p. 175).

<sup>74</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 180-181.

<sup>75</sup> Sylvie Deswarte-Rosa, “Neoplatonismo e arte em Portugal”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, *op. cit.*, vol. VI, p. 144.

<sup>76</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 132-133; August Franzen, *Breve História da Igreja*, Lisboa, editorial Presença, 1996, p. 347.

<sup>77</sup> Leo Kelly e Benedetto Ojetti, “Concordat”, in *The Catholic Encyclopedia*, Nova York: Robert Appleton Company, 1908, vol. 4, [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 27-8-2014].

<sup>78</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 137-138.

<sup>79</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 299, 345-46; aliás, Lutero demonstrou claramente a sua fidelidade à autoridade monárquica contra movimentos populares de revolução política inspirados precisamente pela sua Reforma Protestante (*idem*, pp. 291-292).

despotismo, e a glorificação do individualismo e da agência humana dão também origem a Maquiavel<sup>80</sup>. O paradigma do empreendedorismo burguês não é uma verdadeira opção a esse controle e estatização, sobrevivendo, apesar de ligeiras diferenças de discurso, apenas quando se torna oligarquia financeira (os Függer) ou autocracia política (os Medici)<sup>81</sup>.

O desejo de controle e o pragmatismo do poder régio estão também ligados quer à gênese do humanismo quer à sua definitiva divulgação europeia. Uma das razões avançadas para a precocidade do seu desenvolvimento em Itália é o interesse dos estados vizinhos a Roma em criar uma classe administrativa independente da Igreja (que já levava à larga ausência de estudos sérios de teologia nas universidades da região)<sup>82</sup>. Por outro lado, a mobilidade de humanistas além dos Alpes é suscitada pela captação de preceptores nas coroas europeias, assim como é por imposição delas que na maioria dos casos se implantaram as novas concepções pedagógicas e curriculares nas universidades, processo que se inicia nos fins do século XV, mas só está completo pela década de 1520<sup>83</sup>.

Só a conjugação de monarcas de poder centralizado – Francisco I de França reina desde 1515, Carlos de Habsburgo é rei de Espanha em 1516 e sacro imperador romano-germânico em 1519, D. João III sobe ao trono em 1521 – e da renovação universitária darão origem ao humanismo cristão, como um verdadeiro movimento europeu, que a imprensa triunfante divulga<sup>84</sup>. Com Erasmo de Roterdão, Juan Luís de Vives e Tomás Morus, este humanismo corporizará o esforço de uma “reforma católica” de que já víamos sinais desde o século XV<sup>85</sup>, nomeadamente na *devotio moderna*, que tocara Nicolau de Cusa e que ainda enforma a visão de Erasmo<sup>86</sup>. Erasmo apela para o regresso às fontes e para o ensino não escolástico das humanidades, para uma espiritualidade pessoal e menos mediada pela Igreja, para uma renovação moral desta e uma redução do seu poder<sup>87</sup>: tem portanto os ouvidos dos letrados, do poder político e capta mesmo as aspirações de camadas mais alargadas da população.

Este é o cerne das décadas de 1520 e 1530 e a sua identidade alargada. Evidentemente, é também o momento da Reforma protestante, mas cumpre dizer-se que esta se gerou nas mesmas linhas de preocupação que o erasmismo – e que de Erasmo ela colheu simpatia inicial – e que constitui assim

---

<sup>80</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 178; Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 345-346.

<sup>81</sup> Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. I, pp. 350-358; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 171-172.

<sup>82</sup> Walter Rüegg, “O alvorecer do humanismo”, *op. cit.*, pp. 455-456; Notker Hammerstein, “As relações com as autoridades”, *idem*, vol. II, p. 141.

<sup>83</sup> Walter Rüegg, “Temas”, *idem*, vol. II, pp. 30-33; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 175-176.

<sup>84</sup> Walter Rüegg, “O alvorecer do humanismo”, *op. cit.*, pp. 466-468; Hilde de Rydder-Symoens, “Gestão e recursos”, *idem*, vol. II, pp. 466-468. Erasmo é aliás um dos primeiros autores que poderá viver da publicação.

<sup>85</sup> August Franzen subdivide os movimentos religiosos da passagem à Idade Moderna em reforma católica, Reforma (protestante) e Contra-Reforma; sobre a reforma católica leia-se *Breve História da Igreja*, *op. cit.*, pp. 268-269, 322-324.

<sup>86</sup> Erasmo que, relembremo-lo, foi educado em Deventer, no vale do Ijssel, sob a influência dos Irmãos de Vida Comum (August Franzen, *op. cit.*, pp. 272-273).

<sup>87</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 273-274; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 26-31.

uma ramificação do humanismo cristão<sup>88</sup>, sendo por conseguinte parte integral e não dissonante do espírito do tempo. Além disso, as 95 teses de Lutero de 1517 são ainda um apelo à reforma católica, não uma secessão<sup>89</sup>. As suas declarações à Dieta de Worms, perante Carlos V (em 1521), podem marcar o momento real, sem retorno, da rutura com Roma<sup>90</sup>, mas Erasmo ainda dialoga com ele até 1524, e em 1531, na Dieta de Augsburgo, apoiará Filipe Melâncton e a sua *confessio augustana* (por mais irrealista que fosse a sua exequibilidade), que parece abrir uma porta à conciliação entre as fações católica e protestante, hipótese em que Erasmo insistirá até à morte, em 1536. O acordo de Augsburgo falhará, mas as negociações não serão abandonadas até pelo menos a reunião seguinte, em Ratisbona, já em 1541<sup>91</sup>. Em retrospectiva, a irreversibilidade da Reforma e a irredutibilidade de Martinho Lutero e outros reformadores estão precocemente consumadas, mas a *perceção* geral europeia de então não é forçosamente essa. Não só o papado longa e grosseiramente subvaloriza a crise – Leão X (p. 1513-1521) dirá que se tratam de “questões de monges”<sup>92</sup> – como seria então razoável crer, em limite até à década de 1540, que a conciliação era possível ou que a dissensão recuava, até pelos conflitos entre as suas fações: Zúinglio parece isolado até 1528, não consegue unir forças com Lutero em 1529, e é derrotado e morto na batalha de Kappel frente a forças católicas, em 1531; Henrique VIII separa-se da autoridade de Roma em 1534, mas permanecerá, até à sua morte em 1547, teologicamente conservador (a sua excomunhão, lembremo-lo, não é por heresia, mas por cisma); Calvino só se pronuncia por 1534-1535, e, se em 1538 estabeleceu uma base territorial para a sua proposta (e apenas em Genebra), ainda dali será expulso, só se impondo definitivamente em 1541<sup>93</sup>.

Assim, a possibilidade de uma reforma humanista católica, apoiada pelos príncipes cristãos, permaneceu plausível durante as décadas de 1520 e 1530<sup>94</sup>. Aliás, talvez o tivesse sido efetivamente, não fora o triângulo insolúvel de interesses entre o papado, Carlos V e os reis franceses, que fomentaram a desunião, afastaram o imperador longamente dos territórios germânicos e impediram a realização de um

---

<sup>88</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 274-275; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 22-23; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 177-178.

<sup>89</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 276-277, 279-281.

<sup>90</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *D. João III, 1502-1557*, Rio de Mouro, Temas & Debates, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2008, pp. 102-103.

<sup>91</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 274, 282-297.

<sup>92</sup> *Idem*, p. 260.

<sup>93</sup> *Idem*, pp. 302-322.

<sup>94</sup> Em Portugal, Jorge Coelho, de que falaremos adiante, ainda adota uma visão otimista no seu poema *Consecratio*, de 1536, em que relata as aflições da cristandade - a presença dos turcos em Rodes e na Hungria, as lutas entre cristãos e o saque de Roma, os papas de moral repreensível (note-se o tom de crítica erasmista à instituição eclesial), as revoltas protestantes alemãs e apostasia de Henrique VIII - mas que contrabalança com a liderança de grandes príncipes católicos esclarecidos, cantando as vitórias europeias e mediterrânicas de Carlos V contra os otomanos, e os triunfos militares e o apostolado português no Oriente (Sebastião Tavares de Pinho, “O poema *Consecratio* de Jorge Coelho e a origem da palavra lusíadas”, separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 33, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1985, p. 333).

concílio geral, que só ocorrerá em Trento, em 1545<sup>95</sup>.

Em rigor, mesmo Trento ainda se iniciará com a ténue possibilidade de um encontro de posições com o protestantismo, que só se esgotará formalmente na sua segunda série de sessões, entre 1551-1552, quando enfim se deslocam ali representantes alemães. Porém, já no primeiro período conciliar (1545-1548) Paulo III manobrou para fazer da reunião uma demarcação defensiva. Até 1552, de qualquer forma, o concílio selará a partição definitiva da cristandade europeia, procedendo a uma reforma interna e não aberta, assente no reforço da doutrina católica, e nomeadamente naquilo que a separava dos protestantes: impor a Escritura e a tradição como fontes de fé (contra o *sola scriptura* protestante), reforçar a teoria da justificação (em antítese ao *sola fide*) e valorizar o mérito individual na Salvação (negando o *sola gratia*), e ainda defender a doutrina dos sacramentos, que fora um dos pontos de contestação da Reforma<sup>96</sup>. Paulo III também instituiu, pela altura em que acede a convocar o concílio, a Congregação do Santo Ofício em Roma (1542)<sup>97</sup>. Adicionalmente, embora a última ronda conciliar, entre 1562 e 1563, venha a prenunciar caminhos mais positivos e produtivos para a Contra-Reforma, nomeadamente pela instituição de dispositivos de persuasão, as décadas de 1540 e 1550 são de entrincheiramento, conservadorismo, rigorismo, vigilância e coação.

É assim possível divisar uma época europeia socioculturalmente humanista, assim como é perceptível que esta se articula num período de ascensão e resistência (*grosso modo* entre 1516 e 1536-1541), primeiro, e de desagregação, depois (particularmente entre 1545 e 1556). Em 1516 Erasmo de Roterdão publica a sua edição crítica do Novo Testamento em grego, tornando-se a referência europeia do humanismo e biblicismo<sup>98</sup>; em 1517 está associado à criação do Colégio Trilingue de Lovaina, uma espécie de modelo dos novos ideais universitários<sup>99</sup>, e é nesse ano também que Martinho Lutero inicia o seu percurso de dissensão. Em 1536 morre Erasmo e acirram-se os movimentos protestantes, e em 1541, na Dieta de Ratisbona, cessa definitivamente o sentimento de confiança numa recomposição da unidade da fé. Em 1545, com o início do concílio de Trento, o setor católico aceita, efetiva e estruturadamente, o partido de um percurso individual, e não convergente, e em 1556 abdica Carlos V, esgotado, numa concessão de derrota<sup>100</sup>.

---

<sup>95</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 297-299, 324-328.

<sup>96</sup> *Idem*, pp. 328-332.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 347; Ana Isabel Carvalho Buescu, *op. cit.*, p. 307.

<sup>98</sup> August Franzen, *op. cit.*, p. 273.

<sup>99</sup> Walter Rüegg, "O alvorecer do humanismo", *op. cit.*, p. 465; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 107, nota 5; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 176. Em 1518 publica também uma apologia de um novo método de ensino, o *Ratio sive methodus compendii parveniendi ad veram theologiam* (Cândido Augusto Dias dos Santos, "Humanismo e teologia nos meados do séc. XVI", *in* separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 508).

<sup>100</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 299, 301-302.

Existem todavia, e apesar dessa clivagem, pontos estruturantes gerais da visão do mundo nesta primeira metade de Quinhentos, em grande parte consagrações do percurso que analisámos no capítulo anterior: o *indivíduo* (da idiossincrasia ao despotismo) e a *linguagem* (as línguas, o texto, a alegoria; a interpretação e a descodificação; o signo como elemento estético); esses campos de significado articulam-se por uma reavaliação da ação, que é tanto iniciativa pragmática (do indivíduo) como o é o pendor gnóstico, incluindo a cabalística, o amuleto, a magia (isto é a crença que o conhecimento das relações do cosmos, da sua *linguagem*, permitem influenciá-lo<sup>101</sup>).

**7.2.2 O meio:** O Portugal no qual se desenrola a reforma congregacionista de Santa Cruz é essencialmente o país de D. João III, que, pela sua personalidade e sob as circunstâncias que o afetam, irá de uma mundividência tardo-medieval até ao mundo contrarreformista.

O levantamento e aclamação do rei são a 19 de Dezembro de 1521<sup>102</sup>, mas tardarão alguns anos até que se defina um cunho pessoal da sua governação. Com efeito, o 15.º monarca português começará por manter largamente as políticas e a equipa governativa de seu pai, D. Manuel, tal como aquele expressamente determinara em codicilo ao seu testamento<sup>103</sup>. Alguns factos, no entanto, determinarão rapidamente afastamentos sensíveis dessa rota pré-estabelecida: os anos, pelo menos de 1521 a 1525, serão de surtos de peste e sobretudo de más colheitas, que forçam a Coroa sucessivamente a uma política interventiva de compra de grandes quantidades de cereais no norte da Europa<sup>104</sup>; em 1522 chega Sebastião de Elcano a Sevilha, com o que restava da expedição de Fernão de Magalhães, carregado de especiarias recolhidas nas *Ilhas do Maluco* (então produtoras exclusivas do cravinho e noz-moscada), o que ameaça o domínio português desse comércio<sup>105</sup>; no mesmo ano, face ao crescimento das atividades dos corsários franceses, Portugal é obrigado a entabular negociações com Francisco I<sup>106</sup>.

A partir de 1524, algumas ações e inflexões substanciais são já visíveis. Nesse ano, em Abril, parte para a Índia Vasco da Gama como vice-rei, e encontra-se no rio Caia a junta de astrónomos das duas potências ibéricas, que pretende aclarar em qual dos hemisférios definidos em Tordesilhas se encontram as

---

<sup>101</sup> Umberto Eco, *op. cit.*, pp. 172-180.

<sup>102</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 128 e segs.

<sup>103</sup> Pelo menos as políticas domésticas, como veremos a seguir - *idem*, pp. 149-150; João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I (1469-1521) – um príncipe do Renascimento*, “Reis de Portugal”/XIV, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 259; Joaquim Romero Magalhães, “D. João III”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. III, p. 530.

<sup>104</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 139.

<sup>105</sup> *Idem*, pp. 154-155.

<sup>106</sup> Francisco I que justificava o corso aos navios lusos pela guerra que o opunha a Carlos V (os barcos portugueses transportariam fazendas castelhanas), mas que também contestava Tordesilhas e a doutrina do *mare clausum*, por “não estarem no Testamento de Adão” e que queria tomar parte nas descobertas e na colonização do globo (*idem*, pp. 155-156).



Molucas. O descobridor parte para o subcontinente como parte de uma reorganização da administração imperial e com a missão de alienar ou dismantlar uma série de praças improdutivas e onerosas, entre as quais Malaca e Ormuz, mas morrerá logo em Dezembro desse ano, em Cochim; a equipa de especialistas também não chegará a nenhuma conclusão fiável em Badajoz<sup>107</sup>, mas ambas as manobras testemunham que uma alteração da gestão e da conceção do império está em marcha, fortalecendo a centralização<sup>108</sup> e focalizando-se na gestão lucrativa do comércio mais do que num messianismo global. Na sequência desse processo, em 1529, D. João III tanto está pronto para despende uma soma importante para selar o tratado de Saragoça e (literalmente) adquirir os proventos do arquipélago das Molucas<sup>109</sup>, como equaciona seriamente o abandono de algumas fortalezas em Marrocos<sup>110</sup>, e procede a inspeção de todas elas, de que encarrega João de Castilho<sup>111</sup>. Ainda em 1524, o *pragmatismo* e *dirigismo* do rei evidenciam-se também na conclusão das negociações para o seu próprio casamento com a irmã de Carlos V, Catarina de Áustria<sup>112</sup>, na publicação da sua primeira Pragmática<sup>113</sup>, regulando e contendo o luxo (em consonância com a suspensão das obras de construção herdadas d'*O Venturoso*<sup>114</sup>), e na alteração da sua nomeação, passando a usar o “eu” em vez do “nós” até aí usual<sup>115</sup>. Nestas duas últimas determinações, aliás, uma outra dimensão caracterizadora de D. João III é palpável: a importância do *discurso*. Na delimitação das demonstrações exteriores de riqueza, além de um objetivo económico (pragmático) e uma demonstração de controle (dirigista), está uma definição visual dos atributos de classe; na titulação que utiliza está uma concretização da pessoa régia, uma *individualização*.

Da mesma forma que vimos que alguns sinais de 1524 terão consequências concretas em 1529, assim os anos de 1525 a 1527 continuarão a conter passos introdutórios de políticas futuras, formando, em conjunto, um prelúdio da governação propriamente joanina: em 1525 o rei pede à Santa Sé a instituição do Santo Ofício em Portugal<sup>116</sup>; em 1526 instaura uma enérgica política de bolsas para estudantes

---

<sup>107</sup> *Idem*, pp. 156, 271.

<sup>108</sup> D. João III pouco uso faz de cortes, só convocando três (Torres Novas, em 1525; Évora, em 1535, e Almeirim, em 1544) e não para ouvir o povo; e implementa claramente mais burocracia central (*idem*, pp. 187-188, 220-222).

<sup>109</sup> *Idem*, p. 156.

<sup>110</sup> *Idem*, p. 275.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 256.

<sup>112</sup> Contrato matrimonial em Burgos, a 19 de Julho, e desposórios por procuração a 10 de Agosto de 1524; a rainha chega a Portugal em Fevereiro do ano seguinte, sendo a confirmação presencial do casamento em S. Francisco de Estremoz (*idem*, pp. 176, 181, 185).

<sup>113</sup> A 7 de Julho de 1524; outras se seguirão a 2 de Novembro de 1534, 13 de Junho de 1535 e 13 de Janeiro de 1550: Nicolau Francisco Xavier da Silva, *Discurso político, histórico e jurídico...*, apud Luís Fernando de Carvalho Dias, “Luxo e pragmáticas no pensamento económico do séc. XVIII”, in RIBEIRO, J. J. Teixeira (dir.), *Boletim de Ciência Económicas*, vol. V, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1956, p. 91.

<sup>114</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 259.

<sup>115</sup> Alteração decidida a 17 de Junho de 1524 (Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 184).

<sup>116</sup> *Idem*, p. 232.

portugueses em Paris<sup>117</sup> (e secundariamente em Itália<sup>118</sup>) e conduz uma pré-reforma no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, entregando-a ao prior crasteiro, D. Brás Lopes<sup>119</sup>; em 1527 inicia um *numeramento* populacional, o primeiro censo nacional não subordinado a apuramentos fiscais ou recrutamentos militares específicos, que se traduzirá numa reorganização de comarcas<sup>120</sup>. Em 1527, claro, também se inicia formalmente a primeira grande reforma cenobítica do seu reinado, a dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

Estatização, controle, racionalização, pessoalização. O rei chama a si a definição do território e da sua organização, quer controlar as consciências e as condutas; quer dirigir a educação (feita através da Coroa e fornecendo um corpo formado para a administração civil e religiosa), quer subordinar a vida eclesiástica – secular<sup>121</sup> e regular – à vontade e objetivos do Estado. Não está em causa nenhuma laicização, nem se equaciona qualquer separação da Igreja, mas antes que a missão do soberano, nesta época (como vimos no ponto anterior), é também uma missão religiosa, pelo menos dentro da sua soberania.

Estes vetores englobarão todo o percurso de D. João III. No entanto, e em sintonia com o contexto alargado que já percorremos, é visível uma clivagem entre a maneira como persegue estes objetivos do fim da década de 1520 à da seguinte, e o que se passará a partir de 1540. As mesmas dimensões têm uma natureza construtiva e flexível, de humanismo cristão, numa primeira fase, e depois integrista e severa, sendo positivamente contrarreformistas a partir de 1549.

De 1527 a 1537, pelo menos, estamos no âmago do Portugal erasmista<sup>122</sup> e duma abertura renascentista

---

<sup>117</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, vol. I, p. 347.

<sup>118</sup> De que só conhecemos três; o mais famoso será Francisco de Holanda (Flórido de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 71), mas também Gonçalo Baião (que faz para o rei a maquete do coliseu romano) e o engenheiro Isidoro de Almeida (Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 53); existem igualmente registos de boseiros em Lovaina e Bordéus (José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 350-351).

<sup>119</sup> *Idem*, pp. 106-107; Armando Alberto Martins, “A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 59-60; Saul António Gomes, “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”, in AMORIM, Norberta, PINHO, Isabel, PASSOS, Carla (cord.), *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 272; Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011, p. 53).

D. Brás Lopes é também bacharel, formado em Paris (Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, p. 239); já falámos dele no contexto da intervenção manuelina, no capítulo anterior, e dessa experiência anterior virá a confiança do rei no cónego.

<sup>120</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 227-228; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 75-76.

<sup>121</sup> Através do Padroado, da apresentação de bispos pelo rei, e da reserva do título cardinalício apenas a membros da família real (*idem*, pp. 230-231; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 139, 143-144, 154).

<sup>122</sup> Há mesmo um convite do rei a Erasmo, em 1533, para que venha ensinar em Portugal (José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 421; António Rosa Mendes, “A vida cultural”, in MATTOSO, José (dir.), *op. cit.*, vol. III, p. 383), e o humanista faz dedicatória a D. João III no *Chrysostomi lucubrations*, na sua primeira edição, de 1527, assim como o faz Luís de Vives no seu *De disciplinis*, sobre a reforma universitária, em 1531 (António Rosa Mendes, *op. cit.*, *ibidem*).

ao conhecimento<sup>123</sup>. O rei, no ambiente humanista de Évora, onde reside continuamente de 1531 a 1537<sup>124</sup>, continua o processo de definição territorial, organização sociocultural e coordenação eclesiástica. No primeiro caso, após o tratado de Saragoça estabelecer os limites orientais do império português, em 1529, e na conclusão do numeramento de 1527-1532, far-se-á o primeiro levantamento topográfico da área metropolitana (de 1531 a 1539, aproximadamente<sup>125</sup>) e demarcar-se-ão definitivamente as fronteiras com Espanha; além-mar, se se volta a ponderar uma diminuição da presença em Marrocos<sup>126</sup>, não cessa o investimento ultramarino, mesmo que racionalmente redirigido: em 1530 parte uma armada sob o comando de Martim Afonso de Sousa que explora a costa do Brasil, que será subdividido em capitânias por decisão de 1531, efetivada entre 1533 e 1534<sup>127</sup>; no Oriente, além de se assegurarem as Molucas, ainda se instalam os portugueses em Baçaim e Diu, em 1534 e 1535, embora se tratem de aquisições feitas sem necessidade de esforços bélicos<sup>128</sup>. No campo sociocultural, novas Pragmáticas se proclamam em 1534 e 1535<sup>129</sup>, a Inquisição – numa versão moderada estatutariamente e com alvos mais sociais que culturais<sup>130</sup> – é concedida em 1536<sup>131</sup>, e refundam-se os Estudos Gerais, em Coimbra, em 1537, no formato original de os sediar no mosteiro de Santa Cruz. No domínio religioso, D. João III vigia de perto as reformas regulares dos Crúzios (1527) e dos Freires de Cristo (1529), mas permite reformas relativamente independentes em Cister (de 1531 a 1533)<sup>132</sup>, nos Gracianos (desde 1535)<sup>133</sup>, na Ordem de São Paulo Eremita (em 1536)<sup>134</sup>; no clero secular, a reorganização diocesana que obtém

---

<sup>123</sup> Tanto o dos eruditos clássicos como o dos empiristas ligados à Expansão - grupos, no entanto, bastante estanques entre si (cf. Dagoberto Markl, “O humanismo e os Descobrimentos...”, *op. cit.*, pp. 37-40; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 181-184; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 297-303).

<sup>124</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 289-290 (para uma descrição do ambiente eborense de então, leia-se Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, pp. 174-175, e Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 72-74).

<sup>125</sup> Consagrada em carta de Fernando Álvares Seco, publicada em Veneza, em 1561 (Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 229).

<sup>126</sup> Em 1529, como já vimos, e de novo em 1534, quando Safim é cercada (*idem*, p. 276).

<sup>127</sup> *Idem*, p. 279.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 273.

<sup>129</sup> Ver nota 113 deste capítulo.

<sup>130</sup> A instituição do tribunal destina-se sobretudo a controlar a burguesia, e dentro desta, os cristãos-novos (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 134-135; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 174).

<sup>131</sup> Já fora na realidade concedida em 1531 (pela bula de Clemente VII, *Cum ad nihil magis*), mas impedimentos vários - como a renitência do confessor do rei em aceitar ser inquisidor (embora venha depois a sê-lo) - levam à sua não aplicação. Será definitivamente instaurada em 23 de Maio de 1536, por bula com o mesmo *incipit*, de Paulo III (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 133-134; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 232-233).

<sup>132</sup> É uma reforma promovida centralmente pela Ordem de Cister internacional, e conduzida por D. Edme de Salieu, abade de Claraval, a quem Alcobaça estava sujeita, e por consequência, todos os mosteiros bernardinos portugueses (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 93; Joaquim Veríssimo Serrão, “Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, um caso de rivalidade cultural?”, separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano: actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, p. 97).

<sup>133</sup> A reforma dos Eremitas de Santo Agostinho durará até 1569, mas terá ímpeto apenas por 1541, com a visita do Geral da Ordem, centralizada em Itália, Jerónimo Seripando - Hieronymi Seripandi, *Diarium de vita sua (1513-1562)*, in “Analecta Augustiana”/vol. XXVI, Roma, *edit ac notis instruxit David Gutierrez*, O.S.A., 1963, pp. 46-47; Balbino Rano, p. 92; Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000-2002, vol. II, p. 19; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, pp. 121-123; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 421.

<sup>134</sup> Por intervenção papal, moderada (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 131); também em 1536, rei atribui a gestão de todos os hospitais do reino aos Lóios, renovando a Ordem, ao dar-lhe novo sentido - afirmar-se-ão como cônegos regulares com função assistencial, para além da sua vocação de reforma do clero e o apostolado nas Descobertas (*idem*, p. 236; ver nota 151 deste capítulo, igualmente).

em 1534, cria os bispados de Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa (subordinados ao do Funchal, tornado metrópole) e estende e legitima definitivamente o direito de Padroado, que faz do rei chefe eclesiástico *de facto* em boa parte do globo<sup>135</sup>; entre esse direito e o poder civil-religioso do Santo Ofício (mas agora em desafio claro à Cúria) também já criara D. João III em 1532 a Mesa da Consciência, arrogando-se a julgar civilmente casos nacionais do foro eclesial<sup>136</sup>.

Um outro espírito se revela após 1540. Antes de mais, é o próprio espírito do monarca que se altera; há, a partir desta altura, um cansaço que se instala<sup>137</sup>, que o leva a depender cada vez mais da rainha<sup>138</sup>. A tal não serão alheias razões pessoais: dos 9 filhos que o casal real teve, entre 1526 e 1539, em 1540 apenas dois sobreviviam – a infanta D. Maria, que casaria em 1543 com o futuro Filipe II de Espanha (e morreria de trabalho de parto em 1545...) e o enfermiço príncipe herdeiro D. João<sup>139</sup>. Mesmo o seu filho natural, D. Duarte, prior-mor de Santa Cruz e arcebispo de Braga designado, morre em 1543<sup>140</sup>. As perspetivas da presença ultramarina também se ensombram: por volta de 1540 a velha rota do comércio de especiarias do Levante, terrestre e mediterrânica, reanima-se, e concorre com a do Cabo, operada pelos portugueses<sup>141</sup>; em Marrocos, agiganta-se a revolta dos xarifes, que culminará na unificação do país sob o xarife de Fez, em 1549, e a formação da dinastia Sádida, e que levará à evacuação de Safim e Azamor, em 1541, assim como à perda de Santa Cruz do Cabo de Gué, em 1542, tomada pelo xarife do Suz<sup>142</sup>.

Não é que cessem as iniciativas culturais humanistas ou que termine a exploração do classicismo em arquitetura. Mas manifesta-se um desejo crescente de normatividade e de conformidade, que se substitui aos experimentalismos anteriores. João de Barros pudera ser polémico no *Ropicapnefma*, em 1531 (que acabará no *Index*, meio século mais tarde), mas em 1540 está a escrever opúsculos moralistas<sup>143</sup>, antes de se dedicar à ultraformalista historiografia das *Décadas da Ásia*, que começarão a ser editadas em 1552<sup>144</sup>; Damião de Góis fora objeto de uma curiosidade positiva em 1533 por ter jantado com Lutero, mas em 1545, quando regressa definitivamente a Portugal, já é julgado suspeito e impróprio para

---

<sup>135</sup> Ver nota 121 deste capítulo; é de considerar que o rei aspirou até a controlar a Cadeira de Pedro, quer pela candidatura do seu irmão D. Afonso, cardeal desde 1512 (efetivo em 1526) mas morto em 1540, quer pela de D. Henrique, mais tarde (Sebastião Tavares de Pinho, *op. cit.*, pp. 335-336).

<sup>136</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 226; Miguel de Oliveira *op. cit.*, p. 129.

<sup>137</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 251.

<sup>138</sup> O nuncio papal em Lisboa diz mesmo que é ela quem governa, em 1545 (*idem*, p. 248; Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, pp. 530-531).

<sup>139</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 91-98 e 202-206.

<sup>140</sup> *Idem*, pp. 209-214.

<sup>141</sup> *Idem*, p. 273.

<sup>142</sup> *Idem*, pp. 276-277.

<sup>143</sup> Como o *Diálogo da viciosa vergonha* e o *Diálogo de Joam de Barros com dois filhos seus sobre preceptos morais em modo de jogo*, ambos de 1540 (António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 299).

<sup>144</sup> *Idem*, pp. 286-290.

educar o príncipe herdeiro (e pior o esperará mais tarde)<sup>145</sup>. Em Coimbra, a experiência de subordinar os Estudos ao mosteiro de Santa Cruz começa a não satisfazer D. João III por 1540/1541, e o projeto de criar um ensino preparatório e universitário em instituições mais convencionais e análogas aos moldes europeus emerge: em 1543 André de Gouveia é chamado a criar o colégio das Artes, que abrirá em 1547, e a Universidade ganha uma reitoria independente, com Fr. Diogo de Murça<sup>146</sup>. Da mesma forma, a concentrada apetência pelos tratados de arquitetura, editados em Lisboa (Diego de Sagredo, em 1541 e 1542) ou traduzidos, por pedido direto do rei (Vitrúvio, por Pedro Nunes, em 1541, Alberti e Frontino, por André de Resende, em 1542)<sup>147</sup>, não tem já nada de particularmente revolucionário, mas sim de redução, com algum voluntarismo, a um padrão normalizado e internacional.

Crescente regulação e convencionalidade também se detetam na política eclesiástica da década de 1540: cessam as grandes reformas cenobíticas, que não intervenções casuísticas em alguns mosteiros (por vezes falhadas, como em Alcobaça) pedidas a Fr. António de Lisboa, o reformador de Tomar<sup>148</sup>; Fr. António dá entretanto aos Freires (em 1544) umas Constituições de modelo beneditino, que os reduzem ao monasticismo<sup>149</sup>; também se multiplicam as sedes episcopais (Leiria e Miranda do Douro em 1545, Portalegre em 1549), e se agiliza a estrutura da sua coordenação (tornando Évora em 1540 no terceiro arcebispado, a Sul, a par de Braga e Lisboa, a Norte e Centro)<sup>150</sup>, mas é um investimento metropolitano, não ultramarino. No império, mais do que a hierarquia ordinária, e em vez das missões pelas Ordens tradicionais portuguesas<sup>151</sup>, o rei aposta na jovem Companhia de Jesus, e essa nova representante da ortodoxia católica internacional faz o apostolado no Oriente, por S. Francisco Xavier, entre 1541 e

---

<sup>145</sup> *Idem*, pp. 293-294; Ana Isabel Carvalho Buescu, *op. cit.*, pp. 304-305, 309-310.

<sup>146</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 523, 528, 530, 533-534, 537.

<sup>147</sup> O tratado de Serlio chega a Portugal igualmente por 1540 (Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, p. 48; Marta Maria Peters Arriscado Oliveira Cabral, *Bom Jesus de Valverde - um estudo da igreja e do claustro do convento*, Porto, edição da autora, 1988, p. 39; Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 178; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 53-54; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, p. 16).

<sup>148</sup> Fr. António conduzirá intervenções em vários mosteiros cistercienses, beneditinos e cruzados desde 1536; em Alcobaça, entre 1545 e 1548, é incapaz de vencer as obstruções de D. Henrique, comendatário da abadia; também reformará os Trinitários de forma mais ou menos expedita, com um "transplante" de cônegos cruzados, em 1545 (Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal - das origens aos fins do século XVII*, tese de doutoramento em história moderna e contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1977, pp. 301 e 311-316; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 439).

<sup>149</sup> *Idem*, pp. 303-306.

<sup>150</sup> Évora torna-se sede metropolitana por bula *Gratiae divinae premium*, de 24 de Setembro de 1540; as dioceses novas são instituídas por três bulas com o mesmo *incipit*, *Pro excellenti apostolicae sedis*, duas de 22 Maio de 1545 e a terceira de 21 de Agosto de 1549 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 143; Ana Isabel Carvalho Buescu, *op. cit.*, p. 229; Mário Mendes Brandão, "Cartas de Frei Brás de Braga...", *op. cit.*, pp. 242-249). Sinal do desejo de estreitar e descentralizar a rede diocesana (e talvez diminuir o poder de cada sede, por desmembramento) é desejo, por volta de 1545, de criar outros bispados, como Viana, Freixo de Espada à Cinta e Covilhã (Avelino de Jesus da Costa, "A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)" in AAVV, *Actas do I colóquio Galaico-Minhoto*, vol.1, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, p. 148).

<sup>151</sup> Sobretudo providas pelos mendicantes, como vimos no capítulo anterior, mas também com efetivos canonicais, pelos Cônegos Regulares de São João Evangelista (Lóios), que fazem expedições de missão ao Congo em 1490, 1508 e 1520, e se responsabilizam pela educação em Portugal do filho do rei congolês, D. Henrique, que virá a ser bispo de Útica (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, pp. 236, 242).

1552, e no Brasil a partir de 1549, com Manuel da Nóbrega<sup>152</sup>. Enfim, entre 1539 e 1547 redefine-se e radicaliza-se a Inquisição: em 1539 é feito inquisidor-mor o infante D. Henrique, substituindo o anterior e brando D. Fr. Diogo da Silva, e por essa altura se inicia a censura prévia dos livros; em 1547, após anos de oposição frontal do núncio e da Santa Sé, Paulo III cede enfim e isenta o tribunal português de todas as limitações que tentara antepor-lhe, pela bula *Meditatio cordis*, e no mesmo ano se formaliza o *Index*; os autos de fé tinham já começado em 1540<sup>153</sup>.

Em 1548 encerra-se a primeira fase do concílio de Trento. Extingue-se igualmente a falida feitoria de Antuérpia<sup>154</sup>, marcando o fim de um ciclo de prosperidade e cortando o que fora o elo de ligação principal ao humanismo cristão europeu<sup>155</sup>. A inflexão da segunda metade do reinado de D. João III consuma-se: em 1549 chegam a Portugal os participantes da reunião tridentina, transmitindo os novos ventos prevaletentes<sup>156</sup>; ao mesmo tempo, termina a experiência das capitânias brasileiras, sendo a administração centralizada num governador, Tomé de Sousa, e integrada na burocracia do Estado metropolitano<sup>157</sup>; uma outra medida desse ano, a lei das ordenanças sobre os cavalos e as armas, arregimenta a sociedade no seu todo, tornando recrutáveis todos os homens entre os 20 e os 65 anos<sup>158</sup>. Em 1550 são abandonadas Alcácer-Ceguer e Arzila, ficando a presença lusa em Marrocos reduzida a Ceuta, Tânger e Mazagão<sup>159</sup>; em 1551 extingue-se o arcebispado do Funchal, submetendo as suas sufragâneas a Lisboa e deixando de haver metrópoles fora de Portugal continental<sup>160</sup>; no mesmo ano são definitivamente integradas na Coroa as Ordens militares (de Cristo, de Avis, de Santiago)<sup>161</sup>, e o rei dá sinais de uma preocupação com a memória e a sacralização régia, encenando a trasladação dos seus pais para o mosteiro dos Jerónimos (aliás com aparato que contraria as últimas vontades de D. Manuel)<sup>162</sup>. Pressente-se uma consciência de fim de reinado – D. João III casa o seu filho D. João com

---

<sup>152</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 146-150 e 151-153.

<sup>153</sup> *Idem*, pp. 134-136; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 233-234.

<sup>154</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 273-274; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 122.

<sup>155</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 296.

<sup>156</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 430; António Rosa Mendes, *op. cit.*, p. 388 (sobre os representantes portugueses no concílio, leia-se Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 176-177). Os primeiros decretos emanados de Trento terão sido publicados em Lisboa em 1551 (José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988, p. 36).

<sup>157</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 280; Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, p. 518; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, pp. 71-72.

<sup>158</sup> A medida não terá completa aplicação prática, mas a sua ideia em si já é expressiva: Joaquim Romero Magalhães, "A guerra: os homens e as armas", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, pp. 108-109.

<sup>159</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 276.

<sup>160</sup> O Funchal (aonde único arcebispo designado nunca fora) deixa de ser metrópole em 1551; nesse ano cria-se diocese da Baía, mas todas as sedes ultramarinas estão subordinadas a Portugal continental (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 154).

<sup>161</sup> Sendo os territórios de além-mar da jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo, estes passam a ser de posse *absoluta* da coroa (*idem*, p. 164; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, pp. 99-100; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 236).

<sup>162</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 75 e 333.

Joana, filha de Carlos V, em 1552<sup>163</sup>, e não mais sairá sequer da capital desde então<sup>164</sup>. Entretanto, o sucesso fulminante da Companhia de Jesus mede-se por, até meados da década de 1550, tanto se ter posicionado junto ao centro do poder, como disseminado por todo o império, e já dominar quase em absoluto o ensino, e esse sucesso é paradigmático deste fim de ciclo. Se em 1545 tinham obtido o lugar de preceptores do príncipe herdeiro, tornar-se-ão depois diretores espirituais da rainha e manobrarão nesta década para se substituírem aos confessores do rei<sup>165</sup>; já os víamos estabelecerem o seu prestígio nas missões ultramarinas, mas até 1553 tinham, entre as suas primeiras seis províncias, a de Portugal (1546, a primeira da Ordem), de Goa (1549) e do Brasil (1553)<sup>166</sup>; 1553 é aliás um ano de charneira, em que tomam conta dos estudos eborenses, criam o seu primeiro colégio (Santo Antão) e a sua primeira casa professa (São Roque)<sup>167</sup>. Em 1555 apossam-se por fim do colégio das Artes e da formação pré-universitária em Coimbra, num processo que tinham iniciado paulatinamente em 1542<sup>168</sup>.

O processo da reforma dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho é *parte* e *reflexo* deste quadro. Mais especificamente, pode quase dizer-se que primeiro é sobretudo parte integrante do projeto joanino e seu elemento atuante, até à fundamental e alargada mudança de curso da década de 1540, sofrendo-lhe depois os reflexos, de forma mais passiva; há no entanto, nessa altura, sinais de uma tomada de iniciativa da instituição, de uma passagem do testemunho.

É, como já vimos, a primeira intervenção numa Ordem regular do reinado de D. João III. À primeira vista parece até ser uma extensão daquela que o seu pai efetuara, não só pelo curto intervalo que as separa – é este monarca que remata os trabalhos no mosteiro ordenados por D. Manuel, em 1525, e em 1526 já está a promover uma nova tentativa de reforma – como pela manutenção de alguns pressupostos e agentes em que se tinha apoiado a ação d’*O Venturoso*. Renovar a instituição é possível porque o rei de Portugal tinha, desde 1506, autoridade para nomear os priores-mor de Santa Cruz, e porque desde 1516 os designados são sempre seus familiares próximos e menores de idade<sup>169</sup>, permanecendo por

---

<sup>163</sup> *Idem*, pp. 204-205.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 287.

<sup>165</sup> *Idem*, p. 261; Joaquim Romero Magalhães, “D. João III”, *op. cit.*, p. 539.

<sup>166</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 152 e 167.

<sup>167</sup> *Idem*, p. 167.

<sup>168</sup> *Idem*, pp. 166-167; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 209-210; António Rosa Mendes, *op. cit.*, p. 390. Em 1550, os professores que André de Gouveia atraiu para Coimbra – João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Buchanan – já tinham sido presos pela Inquisição (Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 309).

<sup>169</sup> O infante D. Afonso é prior-mor entre 1516 e 1524 (é designado com 7 anos); D. Henrique entre 1524 e 1539 (inicia-se com 12 anos), e D. Duarte de 1539 a 1540 (a partir dos seus 15 anos, logo no limite do que à época era considerada a maioridade). O segundo D. Duarte, o filho ilegítimo do rei, sê-lo-á de 1540 a 1543, e, recebendo o título com cerca de 17/20 anos, é o único a ser maior (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, pp. 83-90; Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, p. 212; Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, *op. cit.*, p. 306; Saul António Gomes, “Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma...”, *op. cit.*, p. 271).

consequente as decisões concretas nas mãos do soberano. Reencontraremos também uma série de nomes com que já nos cruzámos, como D. Brás Lopes, transitoriamente, e Diogo de Castilho e João de Ruão, se bem que em papéis diferentes, como analisaremos adiante. Não cabem dúvidas, porém, de que se trata de um processo novo, diverso em propósitos, métodos e condutores, e disso é testemunho o esforço de D. João III de encerrar o ciclo da iniciativa manuelina para poder dar início a outro, seu, que com toda a probabilidade já ia preparando.

Mas porque se volta o rei afinal para Santa Cruz? José Sebastião da Silva Dias, ao explorar o nexos da política cultural joanina, oferece a resposta mais plausível: como *meio* para a reforma dos estudos<sup>170</sup>. Sedar a universidade na próspera canónica conimbricense é garantir-lhe os fundos necessários, e pô-la duplamente sob autoridade da Coroa, uma vez que o rei é por inerência Protetor dos Estudos Gerais<sup>171</sup> e que na prática controla a cadeira prioral de Santa Cruz. Os Regrantes, por outro lado, conjugavam uma série de pré-condições, para além dos seus rendimentos, que eram únicas e os adequavam a esta missão: a sua implantação e predisposição urbanas, a sua ligação à cultura e ao ensino, e eventualmente os seus recursos de rede<sup>172</sup>. Estavam em Coimbra e bem dentro da sua malha urbana, e Coimbra, além de central ao território português, e mais do que tendo uma tradição universitária, tinha sido sede de estudos superiores até não muito tempo antes – a iniciativa do infante D. Pedro, que durara de meados a finais do século anterior. Santa Cruz participara com toda a probabilidade na fundação petrina, e mantivera a sua escola monástica, de que, pelo menos, herdara uma biblioteca apreciável, se não efetivos docentes; outros efetivos crúzios poderiam existir noutros cenóbios, nomeadamente em São Vicente de Fora, que conservara igualmente ativa a formação no mosteiro. É uma confluência de requisitos que não se verificava nos mosteiros de Alcobaça e de Belém, ou no convento de Cristo, mesmo que então se pudessem aproximar do mosteiro de Santa Cruz em poder económico.

A segunda questão a colocar é, obviamente, porque escolheu D. João III a Ordem de São Jerónimo como instrumento da reconversão de Santa Cruz para suporte da renovação dos estudos universitários. Não é certamente por uma tradição de ensino ou estudo, e (por consequência) de qualquer inclinação

---

<sup>170</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 580-581.

<sup>171</sup> Os monarcas portugueses são-no definitivamente desde D. Manuel, embora já D. Afonso V o tivesse sido, e que o cargo tivesse recaído sempre sobre infantes ou personagens próximas à coroa (Saul António Gomes, *D. Afonso V – o Africano*, “Reis de Portugal”/XII, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006 p. 214; João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 204-208; Notker Hammerstein, “As relações com as autoridades”, in RÜEGG, Walter, *op. cit.*, vol. II, p. 124).

<sup>172</sup> Além de ligações institucionais entre mosteiros crúzios, ainda antes de congregados, recursos da Ordem eram também controlados pela existência de comendas partilhadas pelos infantes: D. Henrique terá (embora nem todas simultaneamente, e algumas efemeramente) as comendas de Santa Cruz, Moreira da Maia, Caramos, São Jorge, Refoios do Lima, Muia, Crasto, Ancede e Longos Vales; D. Duarte, por sua vez, será comendatário de Santa Cruz, Caramos, Longos Vales e Cárquere (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 88; Saul António Gomes, “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma...”, *op. cit.*, p. 271; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 167, 241, 242, 383, 477).



humanista demonstrada por essa Ordem, que não tinha e nunca demonstrara<sup>173</sup>. Introduzir alguém de fora entre os Regrantes poderia fazer genericamente sentido, numa lógica de distanciamento e neutralidade face aos alegados vícios instalados ali, ao mesmo tempo que escolher alguém originário dum instituto de Regra e espiritualidade augustiniana<sup>174</sup> poderia ajudar a estabelecer pontes de compreensão<sup>175</sup>. O precedente de o ramo espanhol dos Jerónimos ter, no século XV, reformado Casas canonicais importantes (San Isidoro de León, Santa Maria Real de Párraces e a Ordem premonstratense)<sup>176</sup>, pode ter influído na decisão, mas mais terão pesado na balança os fatores que garantiam ao rei uma assistência fiel, fiável e maneável. Os Hieronimitas, até pela sua origem eremítica, tinham sido uma força de reconversão moral no clero ibérico ao longo de Quatrocentos<sup>177</sup>, proibidade que a relativa juventude da instituição, bem como a sua modéstia patrimonial (se excluirmos o caso extraordinário e ainda recente de Santa Maria de Belém), tinham ajudado a manter. Em 1527 a Ordem não tinha o peso e a teia de fidelidades de um instituto plurissecular, possuía apenas 7 mosteiros (3 dos quais só criados sob D. Manuel) e à ausência de pingues proventos deveriam a circunstância excecional de não estarem sujeitos a quaisquer comendas<sup>178</sup>. Se alguma fidelidade tinham, era ao rei, sendo aliás uma Ordem ligada à celebração régia, aquém e além das nossas fronteiras<sup>179</sup>. Eram portanto uma organização escorreita, compacta e leal à Coroa. A familiaridade de D. João III com os Jerónimos era também um prolongamento de relações pessoais: dos três frades que nomeia como reformadores apostólicos de Santa Cruz, pelo menos Fr. António de Lisboa e Fr. Brás de Braga moviam-se em círculos próximos ao rei. O primeiro, descendente de Egas Moniz, era filho do secretário do infante D. Fernando, pai de D. Manuel, e teria por conseguinte

---

<sup>173</sup> A criação de ensino na Ordem de São Jerónimo é posterior à reforma de Santa Cruz (ou pelo menos próxima a ela), e quiçá com ela correlacionada; entre os Hieronimitas estava fortemente presente uma mentalidade de *devotio moderna*, mas em rigor não de humanismo (Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., pp. 117-118). Não se trata, aliás de uma circunstância portuguesa; em Portugal como em Espanha, a Ordem não era associada à erudição: quando Filipe II de Espanha cria a esplêndida biblioteca de São Lourenço do Escorial, por volta da década de 1570, uma das acusações que se fazem é a de que entregue esse espólio aos Jerónimos, que não estavam, como os dominicanos ou agostinhos, ligados ao saber e aos estudos (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, Lisboa, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010, p. 268).

<sup>174</sup> *Idem*, p. 284; I. de Madrid, "Jerónimos", in ALDEA VAQUERO, Quintin, MARIN MARTINEZ, Tomas, VIVES GATTEL, José (dir.), *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, Madrid, Instituto Enrique Florez – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1972, vol. II, p. 1230.

<sup>175</sup> Note-se que D. João III parece demonstrar muito mais compreensão e respeito pelo carisma e cultura crúzios, que restaura, do que fará no caso dos freires de Cristo, cuja identidade ignora e transforma totalmente (ver nota 150 deste capítulo); quiçá tal se possa dever também à sua formação ter sido feita por D. Diogo Ortiz de Vilhegas, prior de São Vicente de Fora e bispo de Tânger (sucendendo em ambos os cargos a D. Nuno Álvares de Aguiar, personagem discutida no capítulo anterior), seu primeiro mestre de gramática latina, desde 1509-1510, e nesse posto provavelmente até 1518 (Ana Isabel Carvalho Buescu, op. cit., pp. 35-36; Francisco da Silva Cristóvão, "O *cathecismo pequeno* de D. Diogo Ortiz Vilhegas", in FERREIRA, José Ribeiro (dir.), *Humanitas*, vol. 50, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, t. II, pp. 687-700).

<sup>176</sup> Acrescente-se que os Jerónimos espanhóis também tinham reformado os Cavaleiros de Santiago, o que seria um precedente para a intervenção na Ordem militar de Tomar (I. de Madrid, "Jerónimos", op. cit., p. 1230).

<sup>177</sup> *Idem, ibidem*, José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, op. cit., pp. 94-95.

<sup>178</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., p. 326; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, op. cit., p. 98.

<sup>179</sup> Pode ter sido precisamente essa a razão que levou *O Venturoso* a patrociná-los, num quadro de união ibérica que perseguiu - leia-se Paulo Pereira, "Do «modo» Gótico ao Manuelino (séculos XV-XVI)", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, op. cit., vol. IV, p. 58.

uma educação e frequência cortesãs<sup>180</sup>. Certamente educado na corte fora Fr. Brás, e na Casa da *Rainha Velha* (D.<sup>a</sup> Leonor, viúva de D. João II e irmã de D. Manuel), como filho (embora bastardo) de Valentim de Barros, morgado de Amoreira, e deve ter conhecido D. João desde a infância deste<sup>181</sup>. De Fr. Jorge de Évora estamos certos pelo menos de que, se o não conheceu antes, igual confiança lhe merecia, já que poucos anos depois o rei lhe entrega a missão delicada de ser o preceptor do seu filho ilegítimo D. Duarte<sup>182</sup>.

A opção por este triunvirato, designado em aparente igualdade no alvará de reformação passado pelo rei em nome do infante D. Henrique (ainda menor), prior-mor de Santa Cruz, mas que se traduzirá na prática apenas na atuação de Fr. Brás de Braga, carece mais ainda de uma explicação cabal. Não é difícil concordar com o raciocínio de Cândido Augusto Dias dos Santos<sup>183</sup>, que acredita que a nomeação poderia dirigir-se formalmente a Fr. António de Lisboa (que era além de tudo Provincial da Ordem e portanto superior de Fr. Brás), que delegaria no seu confrade subordinado, como aliás Fr. Brás dirá textualmente<sup>184</sup>; Fr. António tinha as responsabilidades do seu posto em que pensar (terá que as abandonar quando se tornar reformador em Tomar, em 1529<sup>185</sup>) e, sendo homem de pouca formação literária<sup>186</sup>, não tinha as credenciais universitárias de Fr. Brás de Braga para se mover numa Ordem erudita e que se destinava a albergar os Estudos portugueses. Já a nomeação, aparentemente sem reflexos concretos, de Fr. Jorge de Évora não tem até agora sido justificada. Ocorre-me pensar que associar Fr. Jorge a Santa Cruz poderá estar ligado à intenção, quiçá já formulada, de colocar D. Duarte à sua guarda, e a um projeto de vir a dar ao seu filho, como de facto o fez, o priorado-mor do mosteiro, posto no qual encaixaria e daria frutos o particular cuidado posto na sua educação, sem paralelo sequer nos infantes reais<sup>187</sup>; mas é, obviamente, apenas uma especulação.

Seja como for, após o diploma de comissão, passado a 8 de Outubro de 1527, Fr. Brás de Braga, acompanhado de alguns frades hieronimitas, entra em Santa Cruz de Coimbra a 13 de Outubro, reúne o Capítulo canonical e assume a chefia temporal e espiritual da Casa, poderes reforçados pela concessão

---

<sup>180</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., p. 296, nota 2, e “Estudantes e constituições...”, op. cit., p. 90.

<sup>181</sup> Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, op. cit., pp. 233-234; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, op. cit., vol. I, pp. 333-336; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, op. cit., p. 276.

<sup>182</sup> Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, op. cit., p. 235, e “Inácio de Morais”, in *Estudos Vários*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972, pp. 282-294; Ana Isabel Carvalhão Buescu, op. cit., pp. 209-210.

<sup>183</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., pp.152-153.

<sup>184</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições...”, op. cit., p. 89.

<sup>185</sup> *Idem*, p. 90, e em *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., p. 298.

<sup>186</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições...”, op. cit., p. 90, e *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., p. 153; Claude de Bronseval, que o conheceu, assim o diz (*Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., p. 316). Longe portanto do “eminente humanista” de Vítor Manuel Serrão (op. cit., p. 64)...

<sup>187</sup> Em vez de ter preceptores, como os infantes, para ele praticamente se cria um colégio no mosteiro da Penha Longa, em 1535, sob a égide de Fr. Diogo de Murça, que depois se amplia no Mosteiro de Santa Marinha da Costa, a partir de 1537, para onde se muda por conveniência de D. Duarte (Ana Isabel Carvalhão Buescu, op. cit., pp. 210-212; Mário Mendes Brandão, “Inácio de Morais”, op. cit., pp. 282-294).

adicional das rendas da Mesa Prioral<sup>188</sup>. Tem a confiança absoluta de D. João III, que nunca perderá completamente, apesar das suas comprovadas dificuldades de caráter, sendo apenas demitido das suas funções *in extremis*, em 1554.

Este longo consulado divide-se antes de mais nada em duas partes, quase iguais em tempo, a primeira ascendente e a segunda de desagregação. O período inicial, de cerca de 13 anos, é por sua vez, com admirável nitidez, articulado em fases sucessivas de atenção concentrada em objetivos particulares – na reforma do mosteiro, dos estudos e da congregação.

Percorramos em resumo essas fases iniciais:

a)-a reforma do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 1527-1530<sup>189</sup>/1533 – instalado na canónica em 1527, transplantando para a comunidade alguns confrades seus, Fr. Brás começa por capinar o terreno, e os cônegos que foram discordando da mutação que lhes propõe são livres de abandonar o mosteiro; tê-lo-ão feito uma dezena (seriam perto de 32, restaram 22)<sup>190</sup>, entre os quais D. Brás Lopes, em 1528<sup>191</sup>. É de crer que fiquem, portanto, mais de dois terços da comunidade. A separação do trigo do joio e a definição e habituação a uma nova forma de vida far-se-ão até 1530, em que convém a 8 de Fevereiro o primeiro Capítulo reformado, marcando a normalização e adoção de novos costumes<sup>192</sup>. Em perfeita consonância, a reforma do edifício está em execução em 1528, em que se firma o contrato de pedraria, e em consolidação em 1530, de que data o contrato de carpintaria, de que falaremos adiante. Esta fase tem no entanto um prolongamento relativo no tempo, já que o Breviário da Ordem sai em 1531 e as novas Constituições só se publicam em 1532<sup>193</sup>; neste último ano ainda estão em função regras disciplinares de exceção, testemunhando Claude de Bronseval, secretário do já referido D. Edme de Saulieu<sup>194</sup>, que a disciplina era então extrema, ao ponto de se encontrarem seladas as portas para o horto, mantendo os cônegos, entretanto tendo engrossado as suas fileiras para sete dezenas, em estágio hermético<sup>195</sup>. Em 1533, por fim, contratualiza-se a pedra de fecho da renovação edificatória, a fonte

---

<sup>188</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 104; Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, pp. 235-236, 239-241; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, pp. 106-107.

<sup>189</sup> José Sebastião da Silva Dias já identifica este período como o cerne da reforma (*Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 109).

<sup>190</sup> Eram 32 os cônegos em fins do séc. XV (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 270); D. Manuel pretendia aumentar a comunidade, mas as instalações do mosteiro estavam ainda por acabar à sua morte (como vimos no capítulo anterior) e dificilmente o teria feito; D. João III, que herdou essa missão, deve ter seguramente esperado pelo efetivação da nova reforma, pelo que os habitantes da canónica não hão de ter variado muito desde o início de Quinhentos. O guia histórico das Ordens religiosas dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa adianta que após a chegada de Fr. Brás aceitaram a reforma 22 elementos (*op. cit.*, p. 191) embora parta do princípio que estariam então em Santa Cruz os 72 cônegos desejados por D. Manuel.

<sup>191</sup> Ainda assim, apenas quando termina o seu triénio (1525-1528) como prior claustral (Saul António Gomes, “Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma...”, *op. cit.*, p. 272; Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, pp. 239-239, e nota 1, p. 239).

<sup>192</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 109.

<sup>193</sup> José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica...*, *op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>194</sup> Ver nota 132 deste capítulo.

<sup>195</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, “Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaca...”, *op. cit.*, p. 95, e *História de Portugal*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Verbo, 1980, vol. 3, p. 340; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 109, nota 1; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 270.

do Claustro da Manga, que, pelo seu espírito parenético e erudito é também já afim duma orientação dirigida ao melhoramento intelectual.

b)-a reforma do ensino superior, 1530-1537 – três anos passados sobre a chegada do hieronimita já os representantes portugueses na Cúria negociam a concessão do estatuto de ensino superior à formação ministrada em Santa Cruz<sup>196</sup>; também em 1530 se renova o prelo do mosteiro<sup>197</sup>, vindo de Lisboa o tipógrafo Germão Galharde para treinar os Agostinhos, e ali ficando até ao ano seguinte<sup>198</sup>. Em 1534, pelo menos, reabrem os estudos públicos na Canónica e começa a planear-se a criação de uma estrutura de colégios<sup>199</sup>; em 1535 já funcionam os colégios de Santo Agostinho e São João Batista, acoplados a Norte e a Sul da igreja do mosteiro<sup>200</sup>, e decorrem os trabalhos dos de São Miguel e de Todos os Santos, exteriores ao edifício<sup>201</sup>, dando início, por consequência, ao projeto de estruturação de uma rua colegial (para a qual as compras de terrenos se iniciam no ano seguinte)<sup>202</sup>; no mesmo ano de 1535 se estabelecem diligências para a contratação de mestres em Alcalá e talvez Paris<sup>203</sup>. Em 1536 elaboram-se os estatutos colegiais de Santa Cruz, de pendor humanista, aprovados pela Santa Sé no ano seguinte<sup>204</sup>. Em 1537 torna D. João III pública e efetiva a trasladação da universidade para Coimbra, pondo-a na prática sob condução de Fr. Brás de Braga<sup>205</sup>. Esse *status quo* manter-se-á até ao início da década seguinte.

c)-a reforma congregacional crúzia, 1535-1539/1542 – como um elo de ligação sub-reptício entre a reforma da cabeça e a união desta aos seus membros naturais, é logo em 1533, quando se conclui, como vimos acima, a intervenção principal em Santa Cruz, que o rei discute com Fr. Brás a união

---

<sup>196</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, op. cit., vol. II, p. 490; pode praticamente nunca ter parado o ensino em Santa Cruz, inclusive pela permanência de parte importante da comunidade, em que se poderiam incluir mestres (*idem*, p. 489).

<sup>197</sup> Talvez existisse desde 1465, com um impressor vindo de Nuremberga - segundo Armando Carneiro da Silva, em *A criação e levantamento do Colégio da Sapiência (vulgo Colégio Novo ou dos Orfãos)*, "Publicações do meio milénio da Misericórdia coimbrã", Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1992, p. 10 - mas deveria ali estar pelo menos antes de 1530 (Joaquim Veríssimo Serrão, "Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça...", op. cit., p. 95); aliás outros mosteiros menores o tinham – Santa Eulália de Rio Covo, por exemplo, como vimos no capítulo anterior.

<sup>198</sup> Galharde já exercia o ofício em Lisboa, pelo menos desde 1509, e para lá voltará em 1532 - Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, Lisboa, Presença, 1987, p. 43; Joaquim Veríssimo Serrão, "Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça...", op. cit., p. 95; António Nogueira Gonçalves, *Mosteiro de St.ª Cruz*, Coimbra, Epartur, 1977, p. 16; José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica...*, op. cit., pp. 4, 15.

<sup>199</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., p. 155; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, op. cit., vol. II, p. 589. As despesas de 1534-1535 mostram aquisições de livros humanistas e uma atualização da biblioteca de Santa Cruz (Cândido Augusto Dias dos Santos, *idem*, pp. 160-161, e "De reformador dos estudos a bispo de Leiria...", op. cit., p. 321).

<sup>200</sup> António Nogueira Gonçalves, op. cit., p. 15.

<sup>201</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, op. cit., vol. II, pp. 589-591; Maria de Lurdes Craveiro, "A reforma joanina e a arquitectura dos colégios", op. cit., p. 22.

<sup>202</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 23; Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., p. 71; Walter Rossa, "A Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da universidade portuguesa", in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, 2008, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 19.

<sup>203</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, op. cit., vol. II, p. 491.

<sup>204</sup> Pela bula *Ut respublica christiana*, de 23 de Março (Cândido Augusto Dias dos Santos, "Estudantes e constituições...", op. cit., pp. 98-102, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., pp. 155-157, "Humanismo e teologia nos meados do séc. XVI", op. cit., pp. 510-511).

<sup>205</sup> Havia, de qualquer forma, um reitor da Universidade, pelo que quase existiam "duas universidades" (José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, op. cit., vol. II, pp. 580-589).

institucional do cenóbio conimbricense a outras Casas crúzias<sup>206</sup>. É no entanto entre 1535 e 1536 que, já posta em marcha o grosso da estrutura preparatória de acolhimento dos Estudos Gerais, se iniciam as providências para incluir na reforma outros cenóbios canonicais: em 1535 D. Fernando de Meneses e Vasconcelos, prior-mor de São Vicente de Fora, desiste da comenda e é eleito o primeiro prior trienal, D. Francisco Mendanha<sup>207</sup>; em 1536 é o comendatário de São Salvador de Grijó – D. João Subtil, bispo de Safim – que morre, sendo o priorado consignado a um cônego crúzio, D. Bento de Abrantes; o rei abdica, também, do padroado régio sobre o mosteiro<sup>208</sup>. No final de 1537, iniciado o ano letivo em Coimbra, passa Fr. Brás das disposições preparatórias à ação. D. Bento de Abrantes entrega Grijó à reforma<sup>209</sup>, sendo decidida a transferência do cenóbio para junto à cidade do Porto – em 6 de Dezembro de 1537 o hieronimita já administra os bens de São Salvador<sup>210</sup> e será nessa data que provavelmente lança a 1.<sup>a</sup> pedra do novo edifício na serra de Quebrantões, em Vila Nova de Gaia<sup>211</sup>; em 12 de Dezembro passa o bispo do Porto, D. Baltazar Limpo, uma provisão que autoriza a realocação, mantendo a isenção episcopal de que gozava o mosteiro<sup>212</sup>. Umas semanas depois, a 23 de Janeiro de 1538, é a vez de ser emitida a bula de reformação de São Vicente de Fora<sup>213</sup>, e em Abril está Fr. Brás em Lisboa, conduzindo a renovação espiritual com um grupo de 8 cônegos de confiança e intervindo no edifício<sup>214</sup>. Em 1539 regularizam-se o estatuto jurídico das reformas locais e da interligação entre os cenóbios: são recebidos os breves de união e reformação de São Salvador de Grijó<sup>215</sup>, assim como aquele que aprova a orgânica da eleição secreta de priores trienais e já não vitalícios<sup>216</sup>; a 17 de Junho o bispo do Porto confirma a sua

---

<sup>206</sup> Em carta de 27 de Maio (Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, p. 13, nota 16); o arcebispo bracarense D. Diogo de Sousa já pedira ao rei em 1531 ajuda para reformar mosteiros da sua diocese (Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 51), o que incluiria o grosso dos mosteiros regrantes e, nomeadamente, São Salvador de Grijó, por onde a ampliação da reforma se iniciará.

<sup>207</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, pp. 100-101.

<sup>208</sup> *Idem*, t. 2, p. 152 e t. 3, p. 1; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, pp. 91-92.

<sup>209</sup> António Domingues de Sousa Costa, *idem*, p. 92; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 201.

<sup>210</sup> António Domingues de Sousa Costa, *idem, ibidem*.

<sup>211</sup> Haverá duas cerimónias de início das obras? Será esta de fundação/sagração do local, e de efetiva construção (1.<sup>a</sup> pedra propriamente dita) a de 28 de Agosto de 1538, dia de Santo Agostinho, de que também há notícia? [cf. Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 152-153; Cândido Augusto Dias dos Santos, *O Censual da Mitra do Porto – Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1973, pp. 87-88; Fernanda Alcântara e João Pedro Xavier, “O Mosteiro de S. Salvador da Serra como *Imago Mundi*”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, Setembro de 1998, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 27; Carlos Ruão, “A edificação da dupla-rotunda do mosteiro de Santo Agostinho”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, p. 33-34 e nota 5, p. 39]

<sup>212</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 201.

<sup>213</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 103; José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 109; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santo Agostinho, Cônegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 281; Maria Rosário da Costa Bastos, “Um caminho de mudança: subsídios para o estudo da reforma dos crúzios em Portugal”, in TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (dir.), *Discursos: Ângua, cultura e sociedade*, III série, n.º 1, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 96.

<sup>214</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>215</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 153; Maria Rosário da Costa Bastos, *op. cit.*, p. 96.

<sup>216</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 107.

anuência à refundação de Grijó<sup>217</sup> e sobretudo realiza-se em Coimbra o 1.º Capitulo da Visitação, que junta as três canónicas intervencionadas e aprova a obediência coletiva às leis e Constituições de Santa Cruz<sup>218</sup>. Está assim formada de facto a congregação, e aprovada pelo Sumo Pontífice, que, não lhe tendo passado certidão formal, já a refere nos documentos que emite; em 1540, além disso, já existe em Roma um cardeal protetor da congregação, António Pucci, cardeal dos Santos Quatro Mártires Coroados<sup>219</sup>. Chega também em 1540, a 26 de Fevereiro, a sanção pontifícia à realoção do mosteiro de Grijó<sup>220</sup>. Coroando este ciclo de transformações a que os Regrantes são sujeitos, o filho natural do rei, D. Duarte, é feito prior-mor de Santa Cruz de Coimbra, a 13 de Dezembro<sup>221</sup>.

A entrada na década de 40 de Quinhentos, que já vimos ser de charneira a vários níveis, é-o igualmente aqui. Na mesma altura em que se vêm sinais de conclusão desta primeira parte do processo intervencionista joanino e das suas várias dimensões de articulação, manifestam-se prenúncios de desagregação: o modelo institucional universitário implementado começará a desapontar o rei, entre 1540 e 1541<sup>222</sup>, em 1542 convidará o igualmente hieronimita Fr. Diogo de Murça<sup>223</sup> para o reitorado de uns Estudos Gerais mais convencionalmente autónomos<sup>224</sup> e já ponderará separar do mosteiro crúzio os estudos preparatórios, entregando-os a André de Gouveia, de fama parisiense e bordalesa, o que formalmente decretará em 1543, suspendendo aliás o programa de bolsas que vinha de 1526<sup>225</sup>. A 5 de Novembro de 1543 é nomeado oficialmente o novo reitor da universidade conimbricense<sup>226</sup>, da qual promulgará

---

<sup>217</sup> António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, *op. cit.*, p. 92.

<sup>218</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, pp. 107-109; Maria Rosário da Costa Bastos, *op. cit.*, p. 96; Geraldo J. A. Coelho Dias, "O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia - história e arte", in MELO, António Maria Mendes (coord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, p. 27.

<sup>219</sup> A ele e a esse título, é dedicada a descrição de Santa Cruz de D. Francisco Mendanha, em 1540 (Israel Salvator Révah em *Descripçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, Coimbra, edição fac-simile, Coimbra, Coimbra editora, 1957, p. 6); existe correspondência entre Fr. Brás e o cardeal (Mário Mendes Brandão, "Cartas de Frei Brás de Braga...", *op. cit.*, p. 275, nota 4). António Pucci fora núncio em Portugal de 1513 a 1515 (Miguel de Oliveira, p. 293); fora executor das Comendas Novas de Cristo em 1514, cargo em que lidou com mosteiros crúzios (disso se falou no capítulo anterior; cf. Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, "As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina", in FONSECA, Luís Adão da (dir.), *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*, Porto, CEPESE e Civilização Editora, 2009, p. 110, nota 26; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 40). As referências historiográficas a um cardeal "Santiquatro" devem ser sobre ele (seria, em italiano, cardeal *dei Santi Quattro Coronati*), o que implica que era simultaneamente cardeal protetor de Portugal, útil a D. João III na Cúria; teria falecido em 1544 (Mário Mendes Brandão, *idem*, pp. 242-246). Uma coincidência curiosa é que a Basílica titular deste cardeal, em Roma, não tem transepto e tem torre axial sobre entrada, características muito crúzias.

<sup>220</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 154; Carlos Ruão, *op. cit.*, p. 34.

<sup>221</sup> Pelo breve *Cum nos*, de 13 de Dezembro de 1540 (Geraldo J. A. Coelho Dias, *op. cit.*, p. 30).

<sup>222</sup> Ver nota 146 deste capítulo.

<sup>223</sup> Vinha do colégio da de Santa Marinha da Costa, criado para educação de infante D. Duarte, entretanto terminada com a sua nomeação ao priorado de Santa Cruz (ver nota 187 deste capítulo).

<sup>224</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, "Humanismo e teologia nos meados do séc. XVI", *op. cit.*, pp. 508-509.

<sup>225</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 530-533.

<sup>226</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, *op. cit.*, p. 175, e "De reformador dos estudos a bispo de Leiria...", *op. cit.*, p. 321.

estatutos em 1544<sup>227</sup>, ano em que abandonam Santa Cruz as últimas faculdades<sup>228</sup>. Em 1547 iniciam-se as aulas no colégio das Artes – ocupando e transformando os colégios crúzios de São Miguel e de Todos os Santos – e os Regrantes deixam de ter qualquer regência ou exclusividade sobre os níveis de ensino ministrados em Coimbra<sup>229</sup>.

Fr. Brás de Braga aperceber-se-á desta mudança de maré, que incide afinal sobre o cerne (provável causa e maior e mais demorada obra) da reforma que lhe tinha sido pedida. Em Julho de 1541 (como já o fizera em Março de 1537) abandona intempestivamente a canónica e a cidade, refugiando-se nos rigores ermos do mosteiro hieronimita da Misericórdia da Berlenga, contra a vontade do rei, só voltando sob admoestações do seu antigo superior, Fr. António de Lisboa<sup>230</sup>. É verdade que não abandonará o cargo e que recuperará a iniciativa: mas acabará por se afastar de Coimbra, vivendo junto à obra do novo mosteiro do Salvador, em Gaia, entre Outubro de 1541 e Dezembro do ano seguinte (quando aquelas estão suficientemente estabilizadas para permitir a mudança dos cónegos de Grijó)<sup>231</sup>. Em 1542 ainda se abrem as portas do colégio de São Miguel<sup>232</sup>, mas, dali a 1544, o processo de esvaziamento de liderança de Santa Cruz que percorremos acima, está completo; em 1543, ainda mais, morrerá inesperadamente o prior-infante D. Duarte (a 11 de Novembro)<sup>233</sup> e D. João III pede sem demora à Santa Sé a extinção do priorado-mor e a aplicação dos seus rendimentos à Universidade de Coimbra<sup>234</sup>. Praticamente redundante em 1544<sup>235</sup>, Fr. Brás é, a pedido do rei, feito bispo da nova diocese de Leiria em 1545, para a manutenção da qual se subtrai à Canónica conimbricense o seu velho e lucrativo priorado de Santa Maria da Pena<sup>236</sup>. O hieronimita deixa Santa Cruz e muda-se para a capital, estabelecendo residência em

---

<sup>227</sup> Esses Estatutos perderam-se, mas sabemos-los baseados nos de Santa Cruz (Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições...”, *op. cit.*, pp. 102-103).

<sup>228</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, *op. cit.*, p. 175.

<sup>229</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 537.

<sup>230</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 154, 301-302, 306, “Estudantes e constituições...”, *op. cit.*, pp. 91-92, 187, e “De reformador dos estudos a bispo de Leiria...”, *op. cit.*, p. 321.

<sup>231</sup> Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 23 e 32.

<sup>232</sup> Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, p. 87.

<sup>233</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 214.

<sup>234</sup> Na realidade, logo uma semana depois do falecimento de D. Duarte, a 17 de Novembro de 1543 (José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 581; Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, pp. 242-243); tratar-se-ia de um plano que já tinha amadurecido, perdido o objetivo estratégico para que concebia o priorado e já tão só interessando na sustentação financeira da Universidade, agora independente? A transferência dos réditos será enfim concedida pela bula *Cum attente*, de Paulo III, em 1545 (Saul António Gomes, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, *op. cit.*, p. 435).

<sup>235</sup> Ter-se-ia Fr. Brás queixado ao rei, já em 1541, segundo escreve D. João III a Fr. António de Lisboa, de que “não tem que fazer e não faz nada em Santa Cruz” (Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, *op. cit.*, p. 154, e “De reformador dos estudos a bispo de Leiria...”, *op. cit.*, p. 321).

<sup>236</sup> É criada sede episcopal em Leiria, como já vimos, pela bula *Pro excellenti apostolicae sedis*, de 22 de Maio de 1545, e na mesma data feito Fr. Brás seu bispo pela bula *Gratiae divinae*, e o priorado anexado à diocese pela *Decret romanum pontificem* (Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, pp. 246-247); o mesmo acontecerá com o priorado crúzio de Arronches, inserido no bispado de Portalegre em 1549 (ver nota 150 deste capítulo).

São Vicente de Fora até se poder instalar na sua sede episcopal<sup>237</sup>, e tem durante 1545 disponibilidade suficiente para assistir Fr. António de Lisboa na reforma da Ordem da Santíssima Trindade, para a qual forma noviços em São Vicente<sup>238</sup>. Paralelamente, perdida a justificação e as solicitações da sua função como arquiteto de Santa Cruz de Coimbra, Diogo de Castilho passa a sê-lo da Universidade, em 1547<sup>239</sup>. Este aparente epílogo, porém, não corresponde ao que acontece na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, e uma força vital própria manifestar-se-á, tornando a chancela pontifícia de 1556, mais do que um ato legal quase extemporâneo, num reconhecimento de continuidade. Antes de mais, Santa Cruz contestará judicialmente, acerrimamente, em Portugal e em Roma, as perdas institucionais e patrimoniais de 1543, 1545 e 1549, lutando também pelos privilégios, mais ou menos formais, que pôde manter na Universidade<sup>240</sup>. Em 1553, quando o ainda reformador, já indisposto com o cabido leiriense, regressa a São Vicente de Fora e dá mostras do seu despotismo característico, já não será tolerado e os protestos crúzios, arrastados aos tribunais, obterão do rei a sua destituição definitiva, em 29 de Novembro de 1554<sup>241</sup>. Os cônegos augustinianos tinham entretanto tentado forjar uma proximidade autónoma ao monarca, contrabalançando a sua belicosidade face a várias decisões dele: em 1550 tinham-no recebido aparatosamente em Coimbra (rivalizando com a Universidade)<sup>242</sup> e em 1556 iniciarão as diligências para a canonização de D. Afonso Henriques<sup>243</sup>, valorizando o seu património simbólico e convergindo ao mesmo tempo com as preocupações memorialistas e de celebração régia do fim do reinado de D. João III. Institucionalmente também, iniciativa e investimento simbólico serão observáveis: após uma intervenção de Fr. António de Lisboa (provavelmente em 1536 ou 1541)<sup>244</sup>, e assim que a superintendência de Fr. Brás é terminada, os Regrantes conseguem obter a concessão de Santa Maria de Cárquere, local lendário de referência ao Fundador, para a Congregação, em 1555<sup>245</sup>. Sinal de que nesta altura a Ordem,

<sup>237</sup> Em Janeiro está Fr. Brás em São Vicente de Fora (Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, p. 33); tomará posse da cátedra, em Leiria, a 28 de Julho de 1545 (Cândido Augusto Dias dos Santos, "De reformador dos estudos a bispo de Leiria...", *op. cit.*, p. 324).

<sup>238</sup> Ver nota 148 deste capítulo.

<sup>239</sup> Maria de Lurdes Craveiro, "A reforma joanina e a arquitectura dos colégios", *op. cit.*, p. 24.

<sup>240</sup> Saul António Gomes, "Cónegos Regulares de Santa Cruz", *op. cit.*, p. 435; Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 270; Mário Mendes Brandão, "Cartas de Frei Brás de Braga...", *op. cit.*, pp. 248-249.

<sup>241</sup> Mário Mendes Brandão, *idem*, pp. 249, 252-262, 270; Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 270; AAW., *O Jardim da Manga, Coimbra*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 89, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Setembro 1957, pp. 15-16.

Fr. Brás de Braga morre a 31 de Março de 1561 e está enterrado no mosteiro hieronimita da Pena (Mário Mendes Brandão, "Cartas de Frei Brás de Braga...", *op. cit.*, p. 274).

<sup>242</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 289, 313, 322.

<sup>243</sup> *Idem*, pp. 333, 338-339; Saul António Gomes, "Cónegos Regulares de Santa Cruz", *op. cit.*, p. 437; Idalino da Costa Brochado, "Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques", in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 8, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, pp. 312-315.

<sup>244</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos referencia uma intervenção de Fr. António de Lisboa em Cárquere - pelo menos em *Os Jerónimos em Portugal*, figura num mapa de cenóbios dessa categoria (*op. cit.*, pp. 314-315); Aires Gomes Fernandes (*op. cit.*, p. 53) diz ter lido essa informação no mesmo autor, em fonte que não consegui confirmar sem adiantar nada mais. Dias dos Santos refere viagens de visitas monásticas de Fr. António em 1536 e 1541 (*idem*, pp. 300-301 e 306); em 1541 Santa Maria de Cárquere seria comenda de D. Duarte, pelo que talvez essa seja a data mais provável.

<sup>245</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 167, 465.



independente, atrai respeito como projeto viável, é que, em 1557, o comendatário de São Jorge de apar de Coimbra, Jorge Coelho (de que falaremos adiante), tenha querido entregar o antigo mosteiro crúzio à nova orientação de Santa Cruz<sup>246</sup>, e que D. João III, antes de morrer, poderá ter feito o mesmo com Santo André de Ancede<sup>247</sup>.

**7.2.3 Os agentes:** Os atores identificáveis das transformações ocorridas nos edifícios Crúzios organizam-se em dois conjuntos. Por um lado o grupo interrelacionado que protagoniza a reforma espiritual e arquitetónica de Santa Cruz, plenamente identificado pela historiografia, como já verificámos: D. João III, Fr. Brás de Braga, Diogo de Castilho e João de Ruão<sup>248</sup>. Por outro, uma série de comendatários de canónicas regrantes, mais ou menos próximos ao processo conduzido a partir de Coimbra, mas que parecem estabelecer autonomamente uma conjugação entre a renovação dos hábitos e a das estruturas edificadas.

Façamos portanto um levantamento de pistas biográficas que nos indiquem coordenadas para as opções arquitetónicas destes indivíduos.

Sobre D. João III já fomos analisando alguns traços de carácter, bem como ao seu percurso como monarca e reformador. Mas que elementos nos permitirão caracterizar a sua mentalidade arquitetónica? É verdade que o rei nunca viajou fora das fronteiras nacionais – que não uma romaria ao mosteiro hieronimita cacereño de Santa Maria de Guadalupe, em 1528<sup>249</sup> – e se deslocou pouco internamente. A sua itinerância, na continuidade dos seus antecessores, reduz-se essencialmente a Lisboa, Sintra, Santarém, Almeirim, Salvaterra de Magos, Tomar, Coimbra e Évora<sup>250</sup>. É marcadamente urbana – sendo Sintra, Almeirim e Salvaterra locais na órbita de urbes maiores – e em todas estas cidades o rei encontrará e/ou reforçará a marcação da silhueta urbana por edifícios régios, quer por serem topográfica e volumetricamente salientes (a alcáçova de Coimbra, o convento de Cristo em Tomar), quer por se localizarem na face de abordagem das mesmas (os Jerónimos e o Paço da Ribeira sobre o Tejo, o paço de São Francisco de Évora junto à muralha e na direção da estrada proveniente de Montemor-o-Novo, e por conseguinte de Lisboa e Santarém). Nas suas residências, o rei demonstra também uma preferência distintiva por localizações de visibilidade e associadas a vias de acesso, mas excêntricas:

---

<sup>246</sup> Esse desiderato será aparentemente impedido pelo cardeal D. Henrique (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, pp. 156-157).

<sup>247</sup> *Idem*, livro VI, cap. XII, p. 327; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 180.

<sup>248</sup> Como se verá adiante, e na continuidade do que acontecera na empreitada manuelina, João de Castilho pode ter participado deste processo, nomeadamente no desenho inicial da renovação de Santa Cruz de Coimbra, mas o peso do programa de Fr. Brás sobre esse desenho e evolução autónoma posterior do projeto levam-me a já não o considerar um agente central deste intervalo.

<sup>249</sup> Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 262.

<sup>250</sup> *Idem*, p. 283.

em Lisboa, apesar de herdar e continuar as obras no palácio da Ribeira, pousará com mais frequência em Santos-o-Novo, no Paço dos Estaus e em Xabregas<sup>251</sup>, isto é, nos limites Oeste, Norte e Leste da aglomeração, junto ao rio ou no ponto de chegada da estrada setentrional. Em conjunto com estas inclinações de localização e implantação, é de salientar que D. João III teve entre mãos, logo ao início do reinado, uma série de obras complexas e de grande dimensão, rematando os estaleiros manuelinos de Belém, do Terreiro do Paço, de Santa Cruz de Coimbra e mesmo dos paços eborenses, que lhe terão moldado o gosto e aperfeiçoado as competências de gestão. Sem cair aqui no mito do “rei-arquiteto”, é adicionalmente evidente que D. João III aprecia a arquitetura, e é possível afirmar que tem dela alguma visão conceptual, e não puramente “cenográfica”; precisamente por não ter viajado, socorre-se da tratadística e sabemos que conseguiu uma maquete do Coliseu<sup>252</sup>, o que poderá indicar alguma sensibilidade a ideias abstratas e a modelos idealizados. De facto, em Tomar e em Santa Cruz, o conceito e a estrutura globais do edificado são mais fortes que um qualquer alçado dominante.

Realcem-se, para completar um panorama das suas referências e contactos privilegiados, a importância da feitoria de Antuérpia, e os dois eixos mais fortes da sua diplomacia: Roma e a monarquia espanhola.

Fr. Brás de Braga de certa forma complementa, pelo seu percurso, as experiências que o rei não tinha. Nascido entre 1485 e 1486<sup>253</sup>, de ascendência fidalga, embora ilegítima, teve uma educação cortesã e pode ter conhecido o futuro D. João III desde a infância deste, como já vimos<sup>254</sup>. Juntaria ao refinamento social a destreza nas armas<sup>255</sup>, de que terá feito uso em África, onde esteve antes de se inclinar para a vida religiosa. Por volta dos seus 30 anos, a 30 de Setembro de 1516, professa como frade hieronimita no mosteiro da Penha Longa, em Sintra, e sai de Portugal no ano seguinte para perseguir uma formação superior. Na companhia do seu já referido confrade D. Diogo de Murça, vai inicialmente para Paris e depois para Lovaina, onde terá obtido graus académicos<sup>256</sup>. Nas duas cidades ter-se-á instalado em mosteiros ligados à reforma canonical de Windesheim: na primeira em São Vítor, que a ela tinha aderido em 1516, e depois no mosteiro de Sint-Maartensdal (*Vallis Sancti Martini* ou Vale de São Martinho), igualmente da mesma congregação<sup>257</sup>. Regressado a Portugal em 1525, confirma solenemente a sua

---

<sup>251</sup> *Idem*, pp. 284-287.

<sup>252</sup> Ver nota 118 deste capítulo.

<sup>253</sup> Em 1969, José Sebastião da Silva Dias propunha a data de 1496 (*A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, p. 333), mas a hipótese anterior de Mário Mendes Brandão, de 1937, que sigo, tem sustentação documental (“Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, p. 234).

<sup>254</sup> Ver nota 181 deste capítulo.

<sup>255</sup> Mais do que simplesmente ter frequentado a corte e prestado serviço militar, assim o dizia D. Gabriel de Santa Maria, cónego crúzio entre o século XVI e o XVII (Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, p. 234).

<sup>256</sup> *Idem*, p. 233; Cândido Augusto Dias dos Santos, “De reformador dos estudos a bispo de Leiria...”, *op. cit.*, pp. 317-318, José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, p. 333.

<sup>257</sup> José Sebastião da Silva Dias, *idem*, vol. I, p. 334.

profissão na Ordem de São Jerónimo, desta vez no mosteiro da Pena, a 15 de Agosto. Era, no ano da sua convocação para Santa Cruz, prior na Penha Longa<sup>258</sup>.

Pela Ordem a que adere, pelos locais onde estuda (e quando o faz, e onde escolhe residir), duas coordenadas intelectuais se lhe podem atribuir: uma proximidade à *devotio moderna* e, se não ao erasmismo, pelo menos ao humanismo cristão<sup>259</sup>. As suas opções na reforma crúzia e na organização do ensino superior em Coimbra confirmam estas asserções, assim como a sua decisão de traduzir e editar, numa das primeiras publicações do prelo de Santa Cruz, o *Espelho da Perfeição* de Henrique Hárffio (Hendrik Herp)<sup>260</sup>, ligado aos Irmãos de Vida Comum e discípulo de Ruysbroek<sup>261</sup>. De algumas das mesmas referências se intui uma familiaridade ao canonicalismo, na relativamente nova tradição dos cónegos de Windesheim, e na longa história do mosteiro de São Vítor de Paris, que acompanhámos anteriormente; a proximidade das Constituições de Santa Cruz de Coimbra às da abadia de Notre-Dame de Livry<sup>262</sup> – mosteiro de cónegos augustinianos, uma quinzena de quilómetros a Nordeste de Paris, que pertencera à antiga congregação vitorina – reforça a existência desse conhecimento e inclinação em Fr. Brás.

Familiarizado com a etiqueta da corte e os esforços da guerra, habituado a viagens e experimentado na gestão conventual, pró-ativo e dirigista até ser septuagenário, Brás de Braga é enfim quase o oposto do “contemplativo” que Cândido Augusto Dias dos Santos quis ver nele.

À dupla de condutores das opções programáticas contrapõe-se outra, de criadores e executores das soluções construtivas. Destes, o de contribuição mais longa e abrangente, precedendo aliás o intervalo que agora percorremos, é Diogo de Castilho.

Nascido por volta de 1493<sup>263</sup> na Cantábria e bastante mais novo que o seu irmão João, deve tê-lo seguido e trabalhado sob a sua autoridade, dada a sua juventude<sup>264</sup>. É aceitável que, com perto de 15 anos, possa ter já acompanhado João nas obras da Sé de Braga (1508-1509), e quiçá até nos estaleiros de Burgos e Sevilha, por 1507. A altura em que nos aparece documentado pela primeira vez, como chefe de empreitada no mosteiro dos Jerónimos, em 1517, poderá marcar o momento do início da sua aprendizagem séria da arquitetura, mesmo que deva tardar ainda em ter a maturidade e a experiência

---

<sup>258</sup> Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, p. 233; Cândido Augusto Dias dos Santos, “De reformador dos estudos a bispo de Leiria...”, *op. cit.*, pp. 317-318; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, p. 334.

<sup>259</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 111.

<sup>260</sup> Em 1533 – José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica...*, *op. cit.*, p. 17.

<sup>261</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, p. 118.

<sup>262</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, *op. cit.*, p. 317; José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 334-336.

<sup>263</sup> Domingos Tavares, *António Rodrigues – renascimento em Portugal*, Porto, Dafne Editora, 2007, p. 24.

<sup>264</sup> Como já se discutiu no capítulo anterior, seguindo a opinião de Maria de Lurdes Craveiro.

para passar da concretização à conceção. A 26 de Janeiro de 1519 encontramos-o em Coimbra, como mestre de pedraria do mosteiro de Santa Cruz, cargo que acumulará com funções idênticas para os paços reais de Coimbra em 1524, como vimos no capítulo anterior. Por esta época começa a criar laços com a cidade do Porto, onde possuía propriedades em 1525 e se tinha casado com Isabel de Ilharco; confirmando essa relação com o burgo, a 1 de Dezembro 1527 o rei concede-lhe a dignidade de cidadão portuense. Iniciada a reforma crúzia em Outubro desse ano, Diogo retoma as suas responsabilidades em Santa Cruz e assina o contrato que estabelece o programa de renovação do mosteiro meses depois, a 5 de Março de 1528. A escala da empreitada e a sua replicação noutras encomendas farão com que invista agora em bens de raiz na cidade do Mondego, como atestam múltiplos documentos, pelo menos a partir de 1530. A renovação da sua posição de mestre de pedraria da canónica (15 de Maio de 1531) marca essa fidelização. Daí ao início do processo da construção colegial, em 1535, pode datar-se enfim a sua maturidade como arquiteto, além da expansão dos seus horizontes de atuação<sup>265</sup>. Detalhe interessante, revelador dessa evolução, tanto profissional como social e intelectual, é que o encontremos, também em 1535, em Évora, a ser padrinho da filha de Miguel de Arruda, em batizado oficiado por André de Resende<sup>266</sup>. Em 1537 regressa ao Porto, para meter mãos à obra da Serra do Pilar, e por lá se manterá frequentemente presente; em 1539, por exemplo, dá um parecer sobre a segurança da torre dos paços do concelho do Porto. Chegados a 1543, ano que já vimos ser de inflexão dos processos de renovação crúzio e universitário (e do fim da interligação entre ambos), Diogo de Castilho começa a frequentar menos as obras de Santa Cruz; em 1546 está ao serviço da Companhia de Jesus<sup>267</sup>, e em 1547 troca a titularidade de mestre de obras dos Regrantes por idêntico cargo junto da Universidade agora autónoma. A partir dos finais da década de 1550 abandonará as últimas responsabilidades que detinha junto dos Crúzios e fortalecerá laços com outras instituições da cidade, como a Câmara (onde é vereador entre 1559 e 1569) e a Misericórdia (de que será eleito provedor em 1563 e 1566). Morre em 1574 e volta ainda assim a Santa Cruz, onde é enterrado a 18 de Agosto<sup>268</sup>.

João de Ruão é o segundo autor que podemos associar ao discurso arquitetónico crúzio. Sabemos infelizmente menos do seu percurso. Conhecemos-lhe a origem na cidade arquiépiscopal normanda, onde

<sup>265</sup> A Capela de São João Batista ou dos Carneiros da igreja de São Francisco do Porto (de 1530-1534) pode não ser dele, mas caso o seja, será das suas obras de conceção autónoma mais precoce (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 431, notas 22 e 23).

<sup>266</sup> Marta Maria Peters Arriscado Oliveira Cabral, *Bom Jesus de Valverde...*, op. cit., p. 87.

<sup>267</sup> É seu o primeiro projeto para instalação do colégio de Jesus na Alta de Coimbra, de 1546, e continuará a trabalhar com os Jesuítas – de quem merece, enfim, o título formal de *arquitecto* – até pelo menos 1566, quando é posto em causa o seu desenho (Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal 1542-1759: arte, culto, vida quotidiana*, Porto, edição do autor, 2014, pp. 290-291).

<sup>268</sup> Excetuando as notas anteriores sobre situações específicas, esta biografia baseia-se em Francisco Sousa Viterbo (*Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 170-181), Vitor Manuel Serrão (op. cit., pp. 70-72), e sobretudo Maria de Lurdes Craveiro ("O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz", in AAVV., *Igreja de Santa Cruz de Coimbra – história, conservação e restauro da fachada e arco triunfal*, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPA, 2001, pp. 28-29, e *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 429-438).

se acredita ter nascido por 1500, e é possível que tenha feito o seu tirocinio nas obras renascentistas do Château de Gaillon<sup>269</sup>, promovidas pelo italianizado Georges d'Amboise, arcebispo de Ruão e ministro de Luís XII<sup>270</sup>. Aparece-nos pela primeira vez em Portugal, trabalhando como escultor, com João de Castilho, na igreja da Atalaia, cerca de 1528, e em Coimbra e numa obra já praticamente de arquitetura, em 1530, na construção da Porta Especiosa da Sé, para o bispo D. Jorge de Almeida<sup>271</sup>. Ali casará com Isabel Pires, de família ligada à área da construção, e estabilizará a sua situação adquirindo propriedades. Pelo menos em 1531 já colabora com Diogo de Castilho na obra da Matriz de Góis e em 1533 aparecerá como autor do projeto da fonte do Claustro da Manga, com contrato de execução de 7 de Setembro<sup>272</sup>, denotando certamente que a sua aproximação a Fr. Brás de Braga era anterior. Vê-lo-emos surgir de novo nessa qualidade e associação em 1537, aquando da construção do mosteiro crúzio em Vila Nova de Gaia, e talvez também na portaria em templete das dependências do mosteiro de Santa Cruz, dando para o Largo do Sansão (erigida algures entre 1529 e 1540), se a ele se dever essa peça, como propõe Rui Pedro Lobo<sup>273</sup>; em 1547, também ele espelhando a desaceleração da iniciativa edificatória na canónica conimbricense, ainda o encontramos a trabalhar como arquiteto, mas agora com André de Gouveia, no autonomizado colégio das Artes. Por falta de mecenato adequado e/ou por maiores solicitações de trabalho como escultor, o francês parecerá projetar muito pouco ou nada até à sua morte, em 1580<sup>274</sup>.

Será preciso também ter em conta relações e contactos da instituição crúzia de forma genérica (ou pelo menos não atribuíveis a agentes individuais), incluindo persistências ativas que precedem a renovação joanina e dinâmicas que a ultrapassam, particularmente à medida que a Congregação se autonomiza face ao reformador apostólico.

Da mesma maneira como foi a Paris que Fr. Brás rumou, quando quis adquirir uma formação académica, e até pelos subsídios manuelinos e depois joaninos ali focados, o mesmo terá acontecido com outros cónegos agostinhos portugueses, pelo menos antes reforma dos estudos em Coimbra, de que é exemplo, como já vimos, D. Brás Lopes; se ele acabará por sair dos muros de Santa Cruz, outros poderão ter

---

<sup>269</sup> Domingos Tavares, *António Rodrigues...*, *op. cit.*, p. 22.

<sup>270</sup> Pierre Lelièvre, *L'architecture française*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963, p. 80; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 140.

<sup>271</sup> Ambas estruturas turriformes, "habitáveis", funcionando como portas, e em configuração centralizada (sendo a Porta Especiosa virtualmente em quincunce).<sup>[fig.02]</sup>

<sup>272</sup> João de Ruão é nomeado como tal em registos de pagamentos do livro de despesas de 1534-1535 (Maria Helena da Cruz Coelho, "Receitas e despesas do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, em 1534-35", separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VI, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984, p. 420; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 126-127).

<sup>273</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 136-141; Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, pp. 37-38.

<sup>274</sup> Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 65, 69-70, 146-152; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 62-64; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 518-519. Resta de qualquer forma possibilidade de se lhe dever a capela dos Reis Magos do mosteiro de São Marcos, de 1572, estrutura central e cupulada, demonstrando a perenidade dos seus temas formais como arquiteto, e da sua fusão numa plástica maneirista.

ficado, assim como testemunhos ou livros seus podem ter tido influência posterior. Influxos gauleses são adicionalmente notórios na chegada de vários artistas dali provenientes, como o barrista Filipe Odarte (atestado em Coimbra desde 1530) e o escultor/marceneiro Francisco Lorete (detetável a partir de 1531), sucedendo às presenças de Nicolau Chanterene e João de Ruão<sup>275</sup>; parece adicionalmente haver uma dominância de artistas do Norte de França – se bem que se crê que Odarte seria de Toulouse, os dois últimos eram normandos<sup>276</sup> e é plausível supor que Lorete tenha origem na zona do atual Passo de Calais<sup>277</sup>.

Inevitável e reforçada é também a ponte com a Sé romana, que acompanha a reforma regrente, a quem os cónegos recorrem, como aliás o tinham feito sempre ao longo da sua história, para ultrapassar jurisdições eclesiásticas e estatais portuguesas<sup>278</sup>, e onde passaram a ter, já o vimos, um cardeal protetor da Congregação. Parece-me igualmente lógico que a ligação a Roma incluisse relações com os Cónegos Regrantes Lateranenses, a Ordem canonical então mais prestigiada<sup>279</sup>, como discutimos no capítulo anterior.

Num outro tipo de coordenadas, e embora numa listagem já do século XVIII, sabemos que existiram na biblioteca de Santa Cruz uma série de tratados de arquitetura em edições do intervalo que estamos a estudar, e uma boa parte delas ultrapassando o período de influência mais estreita de Fr. Brás de Braga. Entre as mais antigas temos a do tratado de fortificações de Dürer, de 1535<sup>280</sup>, e o *Medidas del romano* de Diego de Sagredo, de 1541 (a primeira edição portuguesa, em Lisboa, por Luís Rodrigues). Já do período de maior afastamento de Fr. Brás achamos o *De architectura libri decem* de Vitruvius (Roma, Officina Knoblochiana, 1544), o *I quattro primi libri di Architettura* de Pietro Cataneo (Veneza, Figlioli di Aldo, 1554), o *Libro appartenente a l'architettura nel qual si figurano alcune notabili antichità di Roma*, de Antonio Labacco (editado pelo próprio em Roma, em 1557), e quatro dos *I sette libri dell'Architettura*, de

<sup>275</sup> A presença de mestres franceses, incluindo das artes da madeira, e a sua preponderância na introdução da Renascença nesta altura são também comuns a Espanha, havendo aliás artistas que atuam em ambos os países - leia-se Pedro Luis Echeverría Goñi, "Protagonismo de los maestros galos de la talla en la introducción y evolución del Renacimiento en Navarra", separata de FERNÁNDEZ GRACIA, Ricardo (cord.), *Príncipe de Viana*, ano LXXIII, n.º 256, Pamplona, Gobierno de Navarra, Maio-Agosto de 2012, pp. 515-548.

<sup>276</sup> Chanterene era quase certamente de Caen (Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 139).

<sup>277</sup> O cronista D. José de Cristo sugere que uma das razões para a vinda de artistas franceses para Portugal seria a fuga a guerras (Joana Filipa Fonseca Antunes, *Uma epopeia entre o sagrado e o profano: o cadeiral de coro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, edição da autora, 2010, vol. I, pp. 102-103); ora, antes das posteriores Guerras Religiosas, são os conflitos entre Francisco I e Carlos V que afetam França, e que têm efeitos territoriais nessa área do Passo de Calais - após a Paz das Damas, em 1529, Francisco I é forçada a ceder o Artois e a Flandres francesa ao imperador, o que seria passível de gerar movimentos migratórios; essa é aliás a justificação que Pedro Luis Echeverría Goñi apresenta para movimentos congêneres tendo como destino Espanha (*op. cit.*, pp. 525-527).

<sup>278</sup> Veja-se o exemplo relatado por Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, em *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

<sup>279</sup> Em Nicolau de Santa Maria ainda será a primeira Ordem a ser referida, ao enumerar ordens agostinhas canonicais (ele quer vê-la como formada em 440, sendo portanto a mais precoce), e a que toma mais páginas: *op. cit.*, livro III, cap. I, pp. 111-115.

<sup>280</sup> *De urbibus, arcibus, castellisque condendis, ac muniendis rationes aliquot, praesenti bellorum necessitati accommodatissimae: nunc recens e lingua germanica in latinam traductae*, Paris, oficina de Christiani Wecheli, 1535 (Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, "A livraria de um letrado do séc. XVI", separata de *Boletim bibliográfico da Universidade de Coimbra*, n.º 8, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1927, p. 86).

Sebastião Serlio (editados entre Veneza e Paris, de 1534 a 1547)<sup>281</sup>. Note-se que a proveniência destes livros, que não o de edição portuguesa, se distribui entre Paris, Roma e Veneza, áreas de contactos cruzios que reencontramos, e que os de origem italiana são todos anteriores a 1558, data de pelo menos uma viagem de enviados cruzios, que efetivamente passou por Roma e Veneza<sup>282</sup>.

Consideremos adicionalmente que entre 1527 e 1556, para além do que se passa nas canónicas reformadas, existe – e existirá, pelo menos até ao final do século – um grupo de Casas agostinhas sob comenda, que é até muito mais numeroso que aquele que integra a Congregação, onde sobrevive uma outra possibilidade de discurso cruzio<sup>283</sup>. Esse universo regrante alternativo está longe de não ter expressões construídas, promovidas por agentes que é de igual modo necessário referir. Como comendatários, gostaria de qualquer forma de distinguir aqueles que pouca ou nenhuma ligação teriam à mundivisão cruzia, mesmo se as suas iniciativas arquitetónicas venham a integrar mais tarde o património da Congregação de Santa Cruz de Coimbra (e possam portanto influenciar o seu curso), daqueles outros que pelo contrário tinham uma relação mais próxima ao espírito canonical agostinho, ou mesmo uma simpatia pela reforma a ser conduzida a partir de Coimbra.

No primeiro grupo consideraria D. Miguel da Silva e D. Pedro da Costa, no segundo D. Martim Pinheiro, D. Ambrósio Brandão Pereira e D. Jorge Coelho.

A biografia do bispo de Viseu e cardeal D. Miguel da Silva é já sobejamente conhecida, assim como do papel pioneiro na introdução da arquitetura *ao romano* em Portugal, durante a sua estadia em território luso, de 1525 a 1540<sup>284</sup>. Enquanto prior comendatário de Santa Maria de Landim<sup>285</sup>, Rafael Moreira sustenta que D. Miguel fez obras ali<sup>286</sup> e Emília Nóvoa Faria quer localizá-las na fachada eclesial, torre sineira e nave lateral<sup>287</sup>. Independentemente da discussão sobre a plausibilidade e extensão desses trabalhos, não vejo em D. Miguel, chegado de Itália, acumulando cargos eclesiásticos e comendas em

---

<sup>281</sup> Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *op. cit.*, pp. 81-92; Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, p. 24, nota 3. Fr. Diogo de Murça, seu companheiro de ordem e de estudos, também tinha Alberti na sua biblioteca pessoal (Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *idem*, p. 17).

<sup>282</sup> Ver nota 278, acima; a listagem de compras expressa nessa viagem não regista, no entanto nenhum destes livros (Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *op. cit.*, pp. 31-34); mas é de crer que várias outras viagens equivalentes tenham acontecido, e que o itinerário desta não seria incomum.

<sup>283</sup> Veja-se ponto 7.1.2.

<sup>284</sup> Leiam-se, entre outros: José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 76-105; Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, pp. 40-41; Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, vol. 5, pp. 95-97 e 160-161; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 57-58; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, pp. 74-77; Ana Isabel Carvalhão Buescu, *op. cit.*, pp. 230-231.

<sup>285</sup> José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural...*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 79-80; D. Miguel da Silva foi também prior de São Simão da Junqueira, mas muito brevemente (Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 152).

<sup>286</sup> Ver nota 40 deste capítulo; é verdade, ainda assim, que o bispo de Viseu aparece como reedificador de Landim num obituário (Sílvia Teles, *A igreja e o mosteiro de Santa Maria de Landim – trajetória dos tempos*, dissertação de estágio profissional realizado na DREM, Porto, edição da autora, 2004, p. 21).

<sup>287</sup> António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, edição dos autores, 2002, pp. 44-45.

várias Ordens, alguém que construísse dentro duma esfera de *compreensão* do espírito regnante<sup>288</sup>. Não obstante, o legado geral das suas intervenções arquitetónicas, e se calhar sobretudo das que faz no Porto, onde residia então Diogo de Castilho, serão elementos a considerar nas referências das obras promovidas por Fr. Brás de Braga.

Sobrinho pelo lado materno de D. Jorge da Costa, o cardeal Alpedrinha, D. Pedro da Costa (c. 1485-1563) também residia em Roma, com o seu tio, quando ascendeu ao sólio episcopal português, em 1507, sucedendo aliás ao seu irmão, Diogo da Costa. D. Pedro só chegou ao Porto em 1511 e ali se manteve apenas até 1526, ano em que acompanhou a infanta D. Isabel a Espanha, como seu capelão-mor, para o casamento com Carlos V; de lá só regressaria em 1534, sendo designado então bispo de Leão, e terminando o seu episcopado e presença no Porto em 1535. Será bispo leonês até 1539 e depois titular de Osma, onde falecerá. Possuiu, entre outras comendas, a de São Salvador de Moreira (de 1524 a 1544) e a de Santa Maria de Oliveira (entre 1552 e 1563)<sup>289</sup>. D. Pedro da Costa trouxe de Roma pelo menos um artista, o escultor francês conhecido como Juan de Juni, que terá depois uma carreira importante em Espanha. Igualmente demonstrativo do seu interesse pela arte, e em particular pela arquitetura (entre outras referências não verificáveis de cronistas) está o seu envolvimento na urbanização da Rua de Santa Catarina das Flores, no Porto, onde o seu brasão ainda figura nalgumas casas de origem quinhentista – a mesma rua onde vivia então Diogo de Castilho. Em Moreira e Oliveira, enquanto sob sua autoridade, ver-se-ão paralelas manobras de revalorização da dignidade e tradição dos cenóbios: em Moreira, entre 1524 e 1526, achar-se-á miraculosamente, escondida no altar, uma relíquia do Santo Lenho, entrada no mosteiro no século XI ou XII, que se julgava há muito perdida, e em Oliveira será encontrado o corpo intacto de um antigo prior, Fernão Pires Coelho, criando uma nova devoção também ligada à história da Casa. Esta última descoberta acontecerá no decurso da construção de um novo claustro (que já decorria em 1556 e estará terminada em 1559), mas, nem que feita sob impulso do prior, este estava já ausente, e dificilmente terá tomado decisões muito específicas sobre a empreitada<sup>290</sup>.

---

<sup>288</sup> Ainda assim, há algum investimento no património simbólico da Casa, como revela a descoberta “providencial” em 1548 do corpo incorrupto de um prior undecentista, D. Paio Garcia (fenómeno similar ao que veremos também no mosteiro de Oliveira), mas tal acontece já quando D. Miguel fugiu do país e estando o mosteiro à guarda do seu sobrinho D. António da Silva (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *op. cit.*, pp. 92-93 e 96).

<sup>289</sup> Maria Rosário da Costa Bastos, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira” in FERNANDES, Agostinho Peixoto (dir.), *Boletim cultural*, II série, n.º 16, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, p. 12.

<sup>290</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. X, p. 317; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 144-145; Flório de Vasconcelos, “D. Pedro da Costa: subsídios para a biografia de um bispo do Porto do século XVI”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista de História*, vol. 2, Porto, Centro de História e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 269-273; José Vieira de Carvalho, *O mosteiro de S. Salvador de Moreira: instituição valorizadora da terra da Maia*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969, p. 49; Geraldo J. A. Coelho Dias, *op. cit.*, p. 33; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 37, 367 e 504. A construção de dependências para uma comunidade em Oliveira deve marcar também uma reanimação do cenóbio, que em 1549 o Dr. João de Barros encontrara sem cônegos residentes (*Geographia d’Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes*, in “Coleção de manuscritos inéditos agora dados à estampa”/V, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, p. 53).



Já D. Martim Pinheiro, prior de São Simão da Junqueira de 1555 a 1589, mesmo que não lhe conheçamos qualquer aproximação à reforma de Santa Cruz, é alguém que conduziu obras partindo de uma posição de envolvimento próximo à canónica que geria. Parte de uma “dinastia” de priores daquele mosteiro (era neto e sobrinho de dois comendatários anteriores, respetivamente D. Diogo Pinheiro e D. Rodrigo Pinheiro, sucedendo diretamente a este último), D. Martim, apesar de ter tido outros cargos, residia em casas junto ao cenóbio, como atesta uma visitação de 1568, e investiu numa renovação importante das dependências claustrais que já decorria nessa altura, podendo também ter feito obras urbanísticas ao redor do mosteiro<sup>291</sup>.

Outro exemplo deste segundo grupo de priores comendatários poderá ser também D. Ambrósio Brandão Pereira. Com uma biografia cheia de dúvidas, é difícil estabelecer-se-lhe um local de nascimento (Porto ou Cartaxo?), uma filiação religiosa (cónego regrante agustiniano ou eremita de Santo Agostinho?) e uma formação (terá cursado teologia em Paris?). Sabe-se que foi feito bispo titular de Rusiona em 1519, que é nomeado deão da casa real e bispo auxiliar de Lisboa, cerca de 1523, gerindo a diocese em nome do infante D. Afonso, então com 14 anos; em 1538 torna-se comendatário do convento de Santo Antão da Benespera, na Guarda, cabeça dos Cónegos Regulares de Santo Antão em Portugal, de que dependiam todas as outras Casas da Ordem. É para ceder essa comenda à Companhia de Jesus<sup>292</sup> – dando-lhes um ponto de implantação em Lisboa (onde os cónegos de Santo Antão tinham uma Casa) – que, a pedido de D. João III, em 1541, faz a permuta por posto homólogo em Santa Maria de Cárquere, que pertencia ao filho natural do rei, D. Duarte. A transação está feita por 1543 (até porque morre o infante) e D. Ambrósio passa a fazer uma gestão próxima e eficiente do mosteiro crúzio, de que resultarão obras, nomeadamente na igreja do conjunto. Em 1555 renuncia à comenda sobre Cárquere em benefício de um cónego de Santa Cruz de Coimbra, D. António Nogueira, e retira-se para Grijó, onde virá a terminar os seus dias, em 1559, tendo sido enterrado em Cárquere<sup>293</sup>. Aqui, o comendatário que renova o mosteiro parece preparar a reforma congregacional, sendo até possível que existisse uma relação anterior dele com os Regrantes e muito provável que estivesse ligado a uma espiritualidade agustiniana.

Finalmente, há o caso de D. Jorge Coelho. Filho do bailio Francisco João Coelho, doutorou-se em Cânones em Salamanca. Regressado a Portugal em 1534, foi cónego da Sé de Évora e tornou-se secretário privado

---

<sup>291</sup> António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 2.ª ed., Braga, Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869, t. I, p. 321; José Augusto Ferreira, *Villa do Conde e seu alfoz: origens e monumentos*, Porto, edições Marques Abreu, 1923, p. 41, e *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos: Santo Agostinho e o Mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense, 1913, p. 95; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 447-448.

<sup>292</sup> Os Cónegos Regulares de Santo Antão portugueses serão de facto integrados na Companhia de Jesus em 1550, por Júlio II (Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, pp. 217-222).

<sup>293</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XII, p. 328; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 167-168 e 464-467; Augusto Dias, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Beira e Douro, 1976, pp. 35, 47-48, 61-65. É de referir que este referido retiro para Grijó levanta algumas questões, estando nessa altura o mosteiro realocado para a Serra do Pilar, e Grijó possivelmente abandonado.

do infante D. Henrique, habitando por ambas as razões principalmente na cidade alentejana. Antes da ascensão de D. Henrique a arcebispo ali (1540), encontramos Jorge Coelho em Coimbra em 1536, onde publica, na imprensa de Santa Cruz, o seu poema *Consecratio*. Recebe a comenda de São Jorge de apar de Coimbra em 1547, por cedência do seu patrono real, que a detinha desde 1541, e será ali prior até ao seu falecimento, a 28 de Agosto de 1563. Saliente humanista, autor de poesia bucólica em latim, correspondeu-se com Damião de Góis, André de Resende, Gaspar Barreiros e Jerónimo Cardoso, assim como com Nicolau Clenardo, Pietro Bembo e Erasmo; colaborou ainda com Francisco de Holanda no *Da pintura antiga*, publicado em 1548<sup>294</sup>. Erasmismo<sup>295</sup>, augustinismo<sup>296</sup>, neoplatonismo (e aplicado à teorização estética)<sup>297</sup> são sensíveis no enquadramento da sua obra. Interveio no mosteiro a que presidiu, e essas obras são interessantes não só à luz dessa mentalidade como também pela sua simpatia pela reforma regrante, expressa na sua vontade de a ela entregar o cenóbio em 1557<sup>298</sup>.

### **7.3 | A língua arquitetónica na primeira metade do século XVI**

**7.3.1 A viragem europeia para a arquitetura *all'antica*:** Falar de uma arquitetura renascentista implica, necessariamente e antes de mais nada, discutir a construção feita sobre a sua natureza e génese. Na continuidade direta do que foi discutido antes, em termos de circunstâncias e mentalidade<sup>299</sup>, é sobretudo a descrição recorrente de um momento artístico “revolucionário” e de “rutura” que é preciso modular.

Ao contrário de uma metáfora persistente que parece sugerir que o fenómeno artístico renascentista é equiparável à substituição de línguas rudes pelo latim clássico<sup>300</sup>, eu diria que o que se passa, em rigor, é que as línguas vulgares se separam definitivamente do latim bárbaro e emergem como idiomas codificados e maduros, mesmo que sob o exemplo da gramática latina. É, pelo menos em termos

---

<sup>294</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, pp. 156-157; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, p. 84; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 183; Sebastião Tavares de Pinho, *op. cit.*, pp. 336-338; Jerónimo Cardoso, *Obra literária - Tomo I: prosa latina*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, notas 312 e 744, pp. 322 e 379; Angel González Gracia, “Introdução”, in HOLANDA, Francisco, *Da pintura antiga*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. XXIII.

<sup>295</sup> Ver nota 94 deste capítulo.

<sup>296</sup> O seu *De patientia Christiana*, de 1540, pode ser baseado no *De patientia* de Agostinho (Carlota Miranda Urbano, “«Cidade dos Deuses» e «Cidade dos Homens» numa epopeia hagiográfica neolatina: o *De patientia christiana* de Jorge Coelho (1540)”, in *Humanitas*, vol. 60, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 234-235); também há referências ao *Civitas Dei* no *Da pintura antiga* de Francisco de Holanda, em que ele colaborou (Angel González Gracia, *op. cit.*, p. XXIII).

<sup>297</sup> A colaboração com Francisco de Holanda no *Da pintura antiga* é afinal em obra que é a primeira de neoplatonismo convicto e realmente interessada em Platão que se encontra em Portugal (Sylvie Deswarte-Rosa, *op. cit.*, p. 151).

<sup>298</sup> Ver nota 246 deste capítulo.

<sup>299</sup> Ver ponto 7.2.1.

<sup>300</sup> É uma visão que ainda é sensível na *História da Literatura Portuguesa*, de António José Saraiva e Óscar Lopes (*op. cit.*, p. 179, por exemplo).

linguísticos, literalmente o que acontece<sup>301</sup>. Ao assumir este paralelo entre as línguas europeias e a arte emergem duas implicações: que se trata de um processo de evolução e que esse processo tem em conta fatores nacionais. Isto é particularmente claro no caso italiano<sup>302</sup>, o paradigma convencionado deste movimento e onde ele se afirma mais precocemente. Em limite, o *Quattrocento* pode ser descrito como um epifenómeno do Tardo-Gótico, ou pelo menos como o desenvolvimento peculiar de uma matriz tardo-gótica. Se recuarmos ao que foi dito no capítulo anterior sobre essa matriz, os tópicos fundamentais da sua definição serão um espírito de nacionalização/regionalização, e tendências tanto para a simplificação espacial e volumétrica, como para a complexificação decorativa, dirigida a uma maior iconicidade alegórica. Assim, na península itálica, uma síntese românico-gótica peculiar e local evoluirá, por *racionalização*<sup>303</sup>, para uma ainda maior depuração formal e compositiva, adjetivada por um código morfológico – as ordens clássicas – bem como pelo reforço da imagem aposta (os frescos, a escultura, os grutescos). Quando surge, em Florença, a arquitetura renascentista vem na sequência da tradição anterior e não contra ela: muitos dos motivos brunelleschianos estão presentes nas práticas pré-renascentistas florentinas, e não há nenhuma diversidade *radical* entre, por exemplo, a espacialidade da sua obra de San Lorenzo e a da catedral românica de Pisa, assim como entre a articulação compositiva da fachada de Alberti para Santa Maria Novella e a da frontaria ducentista de San Miniato al Monte<sup>304</sup>. Ainda mais, o próprio enquadramento de costumes arquitetónicos anteriores numa linguagem de matriz clássica rigorosa é também a *regularização* dum uso que nunca fora abandonado em Itália. Ao mesmo tempo, essa operação é – por isso e por envolver formas associadas historicamente à Itália – um sinal de nacionalismo; a crítica de Vasari ao Gótico é à arquitetura que vem de fora<sup>305</sup>, e é aliás politicamente motivada, transferindo para os Godos germânicos (como germânico era o exército imperial que saqueara Roma em 1527) a origem de um estilo que, quando muito, se deveria atribuir aos Francos<sup>306</sup>.

---

<sup>301</sup> Maria Leonor Carvalhão Buescu, "Introdução", in LEÃO, Duarte Nunes, *Ortografia e origem da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 13-23; Hernâni Cidade, *Portugal Histórico-Cultural*, 3.ª ed., Lisboa, editora Arcádia, 1972, pp. 118-120.

É de notar que os arquitetos são parte deste processo e mentalidade: Leon Battista Alberti interessou-se pela dignificação da língua toscana, na senda de Petrarca, Dante ou Boccaccio (John Onians, *Bearers of meaning: the classical orders - in Antiquity, the Middle Ages and the Renaissance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 132-133), e Donato Bramante era admirador de Dante e escrevia ele próprio poesia apenas em língua vulgar (Domingos Tavares, *Donato Bramante – arquitetura da ilusão*, Porto, Dafne Editora, 2007, p. 34).

<sup>302</sup> No resto da Europa o fenómeno, envolvendo importações da moda italiana, tem sempre um quociente de "estrangeiramento", mas é preciso lembrar que essas importações começam por aparecer subordinadas e em simbiose a modos tardo-góticos (em alguns edifícios flamejantes franceses, no Isabelino e Plateresco espanhóis, no Manuelino português, e aliás nunca eclipsando o Gótico nos territórios do Sacro Império) e que características artísticas nacionais permanecerão mesmo após o triunfo da linguagem clássica – como os resquícios de arquitetura militar nos *châteaux* franceses, ou a continuidade do modelo da igreja medieval de três naves, em Portugal.

<sup>303</sup> Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. I, pp. 346-347.

<sup>304</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, p. 115; Leonardo Benevolo, *Storia dell'Architettura del Rinascimento*, apud Luciano Patetta, *Storia dell'architettura - antologia critica*, 2.ª ed., Milão, Etas Libri, 1983, p. 124.

<sup>305</sup> A descrição que Vasari faz é aliás pouco aplicável ao Gótico praticado em Itália (pelo menos a central), na referência a um emaranhado de perfis e à complexidade de decoração (cf. Giorgio Vasari, *Le vite*, apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 109).

<sup>306</sup> Joaquín Arnau Amo, *La teoría de la arquitectura en los tratados - Alberti*, Madrid, Tebas Flores, 1988, pp. 9-10, 13; é uma linha explicativa que já vem de Filarete, Serlio ou Rafael (apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 108).

Da mesma maneira que não há corte epistemológico na origem do novo modo, não há um *scarto* na sua definição: é notória uma progressão expressiva gradual ao longo do século XIV, de consolidação mas também de avanço propriamente dito, mesmo que os seus parâmetros diferenciadores essenciais se manifestem muito cedo, em embrião<sup>307</sup>. É o próprio Vasari quem primeiro distingue diferentes subfases na evolução estilística, separando uma *prima maniera*, dos precursores (como Giotto), uma *seconda maniera*, do primeiro Renascimento (com Brunelleschi) e a *terza maniera*, de Bramante a Miguel Ângelo, de maturidade plena<sup>308</sup>. Reconhecendo o mesmo raciocínio, mas precisando a argumentação, Christian Norberg-Schulz descreve a evolução substancial da articulação arquitetónica usando exemplos, religiosos e civis, atribuíveis a Brunelleschi, Alberti e Bramante e momentos cronológicos do primeiro quartel de Quatrocentos, dos meados da centúria e do início do século seguinte. Evidencia a diferença entre a marcada distinção interior/exterior das obras mais precoces, em que só as fachadas internas recebem elementos expressamente clássicos, dependendo a imagem urbana de valores tectónicos parietais (sublinhados pelo rusticado ou pelo menos por afirmações volumétricas de superfície)<sup>309</sup>, contrastando com a enunciação de todos os paramentos por ordens clássicas, em sobreposição canónica e mesmo com a introdução de ordens colossais, e com uma pesquisa amadurecida sobre os ritmos horizontais, por variação dos intercolúnios, que encontramos no limiar de Quinhentos<sup>310</sup>. Da mesma forma, há uma enorme diferença vocabular e espacial, que vai do uso quase único da ordem coríntia (aquela que, em todas as suas distorções, perdurara na prática medieval)<sup>311</sup> e em desenho ainda não arqueologicamente correto, até ao recurso e conjugação de todas as ordens, em configurações já praticamente indistintas de exemplos romanos antigos<sup>312</sup>; de igual forma se deteta a distância que vai da planta centralizada usada apenas em espaços ancilares ou comemorativos, de menor dimensão, até à possibilidade de a aplicar à maior igreja da cristandade<sup>313</sup>.

Acrescente-se ainda a constatação da existência e persistência de um pseudo-renascimento, tanto paralelamente (fora dos centros de maior pesquisa, em mestres ainda fiéis a hábitos tardo-góticos) como

---

<sup>307</sup> Já estão presentes na sacristia velha de San Lorenzo, de Brunelleschi, iniciada por 1421: uso de membros antropomórficos clássicos, relações geométricas e composição central (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 115).

<sup>308</sup> Giorgio Vasari, *Le vite*, apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 150; cf. Domingos Tavares, *Giulio Romano – a terceira maneira*, Porto, Dafne Editora, 2012, p. 14.

<sup>309</sup> Isso acontece até na arquitetura religiosa: Santo Spirito, segundo reconstituição de Piero Sanpaolesi, teria uma “não-fachada” (uma continuação de volumes absidais sem composição de um paramento de frontispício) e até a basílica de São Pedro projetada por Bramante não tem uma fachada propriamente dita (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 123, 127). Na arquitetura civil, note-se que a exceção de *loggia* dos inocentes de Florença, que Christian Norberg-Schulz salienta (*op. cit.*, p. 120), corresponde a um espaço que, como praça, é uma espécie de *salão*, um “espaço interior” da cidade.

<sup>310</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 118-119, 120-121.

<sup>311</sup> Leonardo Benevolo, *Storia dell'Architettura del Rinascimento*, apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 125; Flavio Conti, *Como reconhecer a arte do Renascimento*, Lisboa, Edições 70, 1984, p. 14.

<sup>312</sup> Nicole Dacos, “Arte italiana e arte antica”, in FOSSATI, Paolo (cord.), *Storia dell'arte italiana*, Turim, Giulio Einaudi, 1983, vol. 3, pp. 31-36.

<sup>313</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 118-119 e nota 6.

convivendo no interior da obra e pensamento de figuras do primeiro Renascimento, como é notório em Francesco di Giorgio Martini ou Antonio di Pietro Averlino Filarete, e mesmo em Leon Battista Alberti<sup>314</sup>. Como tal, é difícil falar de uma linguagem distinta, integralmente definida e estabilizada, e com alguma difusão, anterior a meados (ou finais) do século XV. A chegada do novo modo a Roma – não antes de Nicolau V (p. 1447-1455), só mais seguramente a partir de Sisto IV (p. 1471-1484) e com realizações arquitetónicas e urbanísticas mais elaboradas apenas sob Júlio II (p. 1503-1513)<sup>315</sup> – será um marco essencial na divulgação da arquitetura renascentista, inclusive para lá dos Alpes, por mão da Igreja. Se é portanto defensável que o novo estilo atinge a “idade adulta” e predomínio em Itália mais tarde do que muitas vezes assumimos, é indiscutível que não veremos sinal dele no resto da Europa antes dos finais de Quatrocentos. Na Flandres, apesar da chamada “Renascença do Norte”, a arquitetura *ao antigo* manifesta-se apenas a partir do segundo quartel de Quinhentos; a arte de Jan van Eyck, quase um século antes, pode procurar o realismo (na correção perspetiva e na objetividade da representação) e exprimir um conceito de individualidade (na diferenciação retratística como na afirmação do autor, que assina as obras e se toma a si mesmo como tema, em autorretrato), mas esses desenvolvimentos, que são partilhados com os artistas renascentistas itálicos, são aqui (ainda mais diretamente do que ali) corolários últimos de dinâmicas tardo-góticas<sup>316</sup>. Em França, o movimento não existe verdadeiramente antes das primeiras guerras italianas de Carlos VIII (1494-1497) e só tem expressões eruditas com Francisco I (r. 1515-1547)<sup>317</sup>. Em Espanha terá início formal com o túmulo do Cardeal Mendoza na catedral de Toledo, de 1495 (obra aliás feita em Itália, “transplantada” em Espanha, e não produto de um processo local) e tardará décadas a ser assimilada – a designação de “ao romano” só está documentada após 1505<sup>318</sup> e será com o regresso de Diego de Siloé de Nápoles, em 1519, que se verá surgir uma prática consumadamente renascentista<sup>319</sup>. Assim, só podemos falar de um Renascimento pleno na arquitetura italiana na segunda metade da centúria de quatrocentos, e dele como um gosto internacional estabelecido ao aproximarmos-nos da década de 1520, o que o torna cronologicamente síncrono com a divulgação do humanismo cristão, como apurámos anteriormente.

---

<sup>314</sup> Federico Zeri, “Rinascimento e Pseudo-Rinascimento”, in FOSSATI, Paolo (coord.), *op. cit.*, vol. 5, pp. 547-552.

<sup>315</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *Historia del Urbanismo*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1984, pp. 527-528; Enrico Guidoni e Angela Marino, *Historia del Urbanismo - el siglo XVI*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1985, pp. 209-211; Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. I, pp. 426-428; Domingos Tavares, *Donato Bramante...*, *op. cit.*, pp. 119-121.

<sup>316</sup> A. L. J. van De Walle, *Belgique gothique - architecture, art monumental*, “Histoire de l’Architecture de Belgique”/vol. 2, Bruxelas, Marc Vokaer, 1971, p. 67; Rolf Toman, “Introdução”, in TOMAN, Rolf (ed.), *A Arte do Gótico – Arquitectura, Escultura, Pintura*, Colónia, Köneman, 2000, p. 17.

<sup>317</sup> Pierre Lelièvre, *op. cit.*, pp. 78-81; Domingos Tavares, *Philibert Delorme – profissão de arquiteto*, Porto, Dafne Editora, 2004, pp. 16-17, 19-20.

<sup>318</sup> A expressão “ao antigo” aparecerá em 1494, a de “ao romano” em 1505, segundo Rafael Moreira (“Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 145); a *Historia del Arte Hispánico* documenta esse aparecimento em 1515 (Santiago Sebastián, Maria Concepción Garcia Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *El Renacimiento*, “Historia del Arte Hispánico”/III, Madrid, Alhambra, 1980, p. 12).

<sup>319</sup> Fernando Chueca Goitia, *Historia de la arquitectura española*, Ávila, Diputación de Ávila, Fundación Cultural Santa Teresa, 2001, vol. 2, pp. 7, 30-31; Santiago Sebastián, Maria Concepción Garcia Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *op. cit.*, p. 30.

Como igualmente já vimos, é verdade que os eixos da mentalidade humanista começam a ser erodidos na mesma altura. Também em arquitetura, inclusive por essas inflexões culturais, vemos surgir uma nova forma de desenho, particularmente após o desaparecimento de Bramante e Rafael Sanzio (1514 e 1520, respetivamente) e com epicentro simbólico no saque de Roma (1527), que é já o Maneirismo<sup>320</sup>. É um facto que a produção projetual por toda a Europa se vai alimentar de figurinos e tratadística maneiristas, pouco depois de se verificar a viragem *ao romano*. No entanto, tal como no projeto humanista europeu, há um momento, em limite um par de decénios – em França pelo menos até 1532 ou 1541<sup>321</sup>, em Espanha sensivelmente até 1537, ou mesmo 1559<sup>322</sup> – em que o *espírito* de otimismo metafísico e a pesquisa linguística são consistentemente renascentistas, mesmo que estilisticamente híbridos, quer por goticismos que perduram, quer por motivos maneiristas que se infiltram.

Durante esse intervalo a arquitetura ocidental chega portanto, gradualmente mas de forma abrangente, a uma conceção de *língua* que, pelo menos no seu formato final, é nova. E se lhe procurarmos os pontos essenciais em que ultrapassou a medievalidade, encontraremos, mais do que a atitude antropocêntrica<sup>323</sup>, essa própria consciência linguística: a consciência da arquitetura como linguagem em si mesma (codificada, com uma regra tendencialmente fixa<sup>324</sup>), como afim a outras (as aproximações estruturais a linguagens diferentes são recorrentemente experimentadas – encontramos homotetias em relação à música, em Francesco di Giorgio, Francesco Colonna ou Luca Paccioli, ou à poesia, também em Francesco di Giorgio e sobretudo em Leonardo da Vinci<sup>325</sup>) e como produtora de *signos* concretos, substituindo definitivamente o espaço espiritualizado do Gótico clássico por um espaço contentor objetivo<sup>326</sup>, mesmo que possa traduzir *significados* espirituais.

O novo *sistema arquitetónico* (no sentido que Emil Kaufmann atribui à expressão) pode assim ser definido pela concatenação de propriedades a que chega:

a)-no campo da semântica, a *mensagem* arquitetónica estrutura-se em torno de valores de *racionalismo*

---

<sup>320</sup> Ainda assim, mesmo em Itália, apesar da emergência do Maneirismo, é significativo que, para São Pedro do Vaticano, os papas (apesar de terem considerado o projeto de Sangallo) se agarrem ainda ao desenho de Bramante, ou pelo menos à sua opção de composição central, até à proposta de Miguel Ângelo, em 1546 (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 127; Domingos Tavares, *Michelangelo – aprendizagem da arquitectura*, Porto, Dafne Editora, 2012, pp. 129-134).

<sup>321</sup> Datas do projeto para o *Hôtel de Ville* de Paris, de Domenico da Cortona, o *Boccador*, e da chegada de Serlio a França (Pierre Lelièvre, *op. cit.*, pp. 85-86, 89).

<sup>322</sup> Datas da nomeação de Alonso de Covarrubias para mestre das obras do rei, e da designação de Juan Bautista de Toledo para cargo homólogo, mas já sob o nome de *arquitecto* (Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, vol. 2, pp. 163-164; Santiago Sebastián, Maria Concepción Garcia Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *op. cit.*, p. 48).

<sup>323</sup> Veja-se discussão do ponto 7.2.1.

<sup>324</sup> Joaquin Arnau Amo, *op. cit.*, p. 12; Leonardo Benevolo, *Storia dell'Architettura del Rinascimento*, apud Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 124-125.

<sup>325</sup> John Onians, *op. cit.*, pp. 181, 209, 214, 224; João Pedro Xavier, "Geometria e proporção" in Domingos Tavares, *António Rodrigues...*, *op. cit.*, pp. 114-115.

<sup>326</sup> Federico Zeri, *op. cit.*, p. 546; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 115.

(como processo mental, como afirmação de opções justificadas e logicamente integradas, mas não forçosamente de forma realista/científica, acolhendo fortes pendores entre o místico e o mágico<sup>327</sup>), de *antropocentrismo* (de reabilitação do Homem, como entidade física e como ser atuante, como já vimos), e finalmente de *otimismo*, (metafísico e ontológico, traduzido em clareza/harmonia/serenidade);

b)-no campo da morfologia, o *vocabulário* arquitetônico é agora constituído por um lado por volumes geométricos euclidianos, em conclusão de uma deriva anterior (substituindo-se definitivamente a superfície ao esqueleto), e por outro lado pelos elementos igualmente objetivos das ordens clássicas<sup>328</sup>; ambos os conjuntos devem idealmente coincidir, mas não são indissociáveis<sup>329</sup>, e os primeiros, até porque precedentes, assumem muitas vezes primazia, nomeadamente no primeiro Renascimento<sup>330</sup>;

c)-no campo da sintaxe, as “palavras” nas quais se baseia o discurso arquitetônico têm regras de *articulação* características – a relação entre sólidos assim como aquela entre os constituintes das ordens são determinadas por relações matemáticas e geométricas (e preferencialmente por dispositivos cujas virtudes matemáticas sejam traduzíveis por configurações geométricas)<sup>331</sup>; além disso, mais especificamente, nota-se que a combinação volumétrica demonstra uma preferência gradual pela composição centralizada<sup>332</sup>, e é de realçar que a ligação dos vocábulos nas ordens clássicas, diferentemente da que encontrávamos no esqueleto Gótico, faz-se por descontinuidade e por contraposição (ao fuste, linear e vertical, adiciona-se o elemento pontual do capitel, a que sucede a entidade linear horizontal do entablamento, em vez do prolongamento dinâmico do colunelo na nervura);

d)-nos mecanismos de *escrita*, o recurso à coordenação de desenhos analíticos, prescrito por Alberti<sup>333</sup>, sob precedente de Vitruvius<sup>334</sup>, continuando o uso de modelos tridimensionais<sup>335</sup> e acrescentando-lhe o da perspetiva<sup>336</sup>, fazem emergir o *projeto* como entidade quase autónoma, que regista a ideia e antevê o

<sup>327</sup> A arquitetura, e a arte em geral, adquirem uma conotação de *amuleto*, de objeto mágico, funcionando como uma intervenção cabalística, manipuladora e reordenadora do mecanismo do cosmos (Umberto Eco, *op. cit.*, p. 167; veja-se aliás a importância e a extensão que Filarete dedica à astrologia no seu tratado - Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, p. 559), ou potenciador da sincronia do homem com esse mecanismo (como o é em Francesco di Giorgio Martini - John Onians, *op. cit.*, p.178). Não longe desse investimento “mágico” da arquitetura, e como instrumento, está a defesa do seu poder de influência psicológica sobre os indivíduos, defendido nomeadamente por Alberti (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 130).

<sup>328</sup> A aposição de elementos clássicos à parede produz um “esqueleto” meramente virtual, diagramático (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 115), o que é uma concordância com o Românico (ver capítulo IV).

<sup>329</sup> Leon Battista Alberti distingue *beleza* (das proporções) de *ornamento* (onde se incluem as ordens clássicas) - *Decem libri de re aedificatoria*, VI, 2 (*apud* John Onians, *op. cit.*, pp. 152-153; cf. Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 130).

<sup>330</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 120 e notas 10 e 130.

<sup>331</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, pp. 530-531.

<sup>332</sup> Rudolf Wittkower, *Architectural principles in the Age of Humanism*, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 118-119.

<sup>333</sup> Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 20-21, e Juan de Herrera – *disciplina na arquitetura*, Porto, Dafne Editora, 2005, p. 40.

<sup>334</sup> Em Vitruvius, a *idea* (projeto) é composta por *ichnographia* (planta), *orthographia* (alçado) e *scaenographia* (perspetiva) - *De Architectura libri decem*, I, 2, 2 (*Vitruvius, tratado de arquitetura*, Lisboa, IST Press, 2006, p. 37).

<sup>335</sup> Vignola virá a deplorar a manutenção de hábito de representar projetos através de plantas e maquetes em vez da coordenação de plantas, cortes e alçados (Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, p. 40).

<sup>336</sup> Referida em Vitruvius (ver nota 334, acima), a perspetiva desaparecera como processo normal e codificado de representação, sendo “reinventada” por Brunelleschi (Piero Sanpaulesi, *Brunelleschi, apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 123-124; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 123), codificada por Alberti e Piero della Francesca (Domingos Tavares, *Donato Bramante...*, *op. cit.*, pp. 15, 18-19).

produto final, e que, passível de ser impresso e integrado no contexto da tratadística, permite a divulgação alargada do desenho e do desígnio dos criadores<sup>337</sup>; saliente-se também, que – como em todas as linguagens – os meios de grafia influenciam a sua substância, e os próprios métodos de desenho contribuem para um pendor de geometria, evidenciada e favorecida pela representação bidimensional; e)-*in terminum*, na conceção e estatuto do próprio *autor*, este passa a afirmar-se como um criador (único, original e canalizando um *genius*)<sup>338</sup> e um erudito (adicionando conhecimentos teóricos – históricos, científicos, herméticos – aos saberes práticos tradicionais)<sup>339</sup>, separando-se e elevando-se acima dos mestres de obras, na novel designação/distinção de *arquitecto* (*archi-tekton*, o super/supra-construtor), o que consagra também uma ascensão social<sup>340</sup>.

Por consequência, o edifício renascentista concretiza-se como um corpo plástico no espaço, autónomo e autossuficiente, quer se trate de um bloco introvertido (como é caracteristicamente o caso das construções civis) ou de um conjunto de volumes hierarquizados em equilíbrio centrípeto (solução mais complexa que encontramos nos edifícios de culto). Esta presença exterior tem como complemento um espaço interior com um fulcro central (no *cortile*, sob a cúpula) mas que é virtualmente destituído de tensões dinâmicas, afirmando-se como homogéneo, quase isotrópico, e de leitura clara (inclusive pela distribuição da luz), racional e imediata. À entrada num espaço renascentista, o observador abrange a totalidade do espaço, de que se pretende que capte a composição (uma vez que está reduzida a volumes elementares) e a articulação (por recurso a relações dimensionais simples)<sup>341</sup>. A este texto principal, acrescentam-se os subtextos das ordens clássicas, do ornamento, da pintura e da escultura<sup>342</sup>.

Estas esculturas-contentores individualizados, quando não isolados na paisagem (como Santa Maria della Consolazione, em Todi) entretecem com outras entidades arquitetónicas uma relação em que não existe nunca uma supressão da sua autonomia. Das tábuas de Urbino, nas últimas décadas de Quatrocentos, às cenografias de Serlio no Livro II do seu tratado (1545), o ambiente urbano aparece como um conjunto de entidades dissimilares (e sempre com espaços intersticiais), mesmo que não muito contrastantes em cêrcea e alinhamento; estão em equilíbrio e diálogo, mas não em subordinação entre si. Encontramo-los arranjados em esquemas aproximadamente simétricos, por vezes focalizados em edifícios-fulcro, de

<sup>337</sup> Manfredo Tafuri, *L'Architettura dell'Umanesimo*, apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 131.

<sup>338</sup> Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. I, pp. 407-412.

<sup>339</sup> *Idem*, pp. 400-403; Flavio Conti, *op. cit.*, p. 5.

<sup>340</sup> É uma ascensão paralela à da burguesia, e como no caso desta rapidamente adquirindo conotações de elitismo (Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. I, pp. 394-399, 405-406); repare-se em como Alberti propõe a segregação de certas profissões e de forasteiros em algumas zonas urbanas (Vittorio Pardo, p. 537), ou Leonardo da Vinci, que numa cidade "ideal" descrita no *Codice Atlantico*, relega o povo e "cose fetide" para áreas subterrâneas, reservando a superfície apenas aos gentis-homens (apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 119; cf. Domingos Tavares, *Donato Bramante...*, *op. cit.*, pp. 67-68).

<sup>341</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 115, 129-130.

<sup>342</sup> Mais uma vez de forma análoga ao Românico (ver nota 328 deste capítulo).



contorno ou silhueta mais elaborados (uma rotunda, um arco triunfal, um templo cupulado). Na cidade real é isso mesmo que encontramos: quer a Piazza della Santissima Annunziata, em Florença, quer a Strada Nuova, em Génova, são composições de edifícios homólogos mas não homogêneos, em que a harmonia se faz com uma percentagem de liberdade dentro de uma regra geral, numa comunhão de princípios estéticos e funcionais<sup>343</sup>. Diferente como linguagem e como produto de projeto, a intervenção urbanística renascentista é quase sempre fragmentar, e uma espécie de clarificação geométrica de uma realidade existente, um redesenho da cidade medieval<sup>344</sup>. Claro que, para além da cidade possível e apenas realizada pontualmente, existe a cidade ideal da tratadística. Consideremos, ainda assim, como essa visão, particularmente a desenhada, se está distante da cidade espontânea medieval, o está menos das *bastides*<sup>345</sup>; por outro lado, lembremo-nos o quanto, para além dessas imagens, certas prescrições (em Alberti, por exemplo) defendem princípios de desenho urbano medievais<sup>346</sup>. De qualquer forma, nos projetos urbanos teóricos tendemos a encontrar conjuntos delimitados, centrípetos e geometrizados, que insistem de forma diferente na composição central. É ainda o recinto da cidade medieva, em que a fortificação até se complexificou (com a introdução da piroballística), mas em vez da comunidade com a igreja no seu coração, o ponto focal da aglomeração regrada de unidades autónomas é agora o palácio do poder autocrático<sup>347</sup>, e nem que ambas as formas urbanas sejam expressões da ordem cósmica, passámos do *esquema* para o *mecanismo*<sup>348</sup>.

Ao nível do território, a antiga expansão abstrata estruturada por vias continua a tornar-se concreta, através do avanço da representação paisagística e cartográfica<sup>349</sup> e da conclusão de uma colonização independente dos centros urbanos, que pontua a paisagem de duas novas tipologias plenamente amadurecidas: o forte estritamente militar e a *villa*/quinta de recreio. Entre estes dois casos, não só se desmultiplicam as funções residencial e defensiva dos castelos senhoriais (e das cidades), como se desenvolvem dois dos campos de maior pesquisa urbanística deste período: a fortificação e o jardim<sup>350</sup>.

Para concluir, no que diz respeito à arquitetura cenobítica religiosa (monástica/conventual e colegial), para além da continuidade das dinâmicas já assinaladas no capítulo anterior (em particular a deriva para

<sup>343</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, p. 549; Enrico Guidoni e Angela Marino, *op. cit.*, p. 62; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 117.

<sup>344</sup> O que leva Lewis Mumford ao ponto de dizer que não existe realmente uma cidade renascentista (*op. cit.*, p. 348). Note-se que mesmo em Ferrara, que de facto sofreu uma intervenção urbanística alargada e ambiciosa em finais de Quatrocentos, apesar do espírito de ordem dominante, o que existe é construção pontual numa implantação topológica que foge à ortogonalidade (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 129).

<sup>345</sup> Particularmente as cidades ideais que não são circulares/centralizadas, como há vários exemplos em Francesco di Giorgio (Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, p. 563).

<sup>346</sup> *Idem*, pp. 535-536.

<sup>347</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 345-346; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 116-117, 118.

<sup>348</sup> Enrico Guidoni e Angela Marino, *op. cit.*, p. 61; Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 345.

<sup>349</sup> Enrico Guidoni e Angela Marino, *op. cit.*, pp. 103, 134; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 115-116.

<sup>350</sup> Enrico Guidoni e Angela Marino, *op. cit.*, p. 95; Flavio Conti, *op. cit.*, pp. 25-26.

a privacidade dos espaços e a emergência dos espaços privados<sup>351</sup>), e das reformulações discursivas produzidas pela evolução geral da linguagem renascentista, algumas acentuações e inovações são de registar, em termos de implantação no espaço, de configuração de conjunto e de articulação interior.

Na sua relação com o exterior, os edifícios cenobíticos renascentistas trabalham dispositivos simultaneamente de filtro e de visibilidade. A fachada, em particular, cumula a longa evolução da presença cenobítica nas cidades, em que uma composição regular e repetitiva, estruturada mas neutra, acentua tanto a função de face como de fronteira. O trabalho sobre estas fachadas, que se impõem aos espaços exteriores, mas raramente se abrem a eles, é acompanhado pelo tratamento dos espaços exteriores, ruas e praças, igualmente de acesso e transição. Basta pensar nos conjuntos conventuais que cercam o centro de Florença, todos intervencionados no primeiro Renascimento, das frontarias eclesiais dos Dominicanos de Santa Maria Novella, de Alberti (ecrã tão imponente como efetivamente pouco perfurado), e dos Servitas de Santissima Annunziata (onde Michelozzo construiu um pátio-tampão entre a praça e a igreja), às fachadas, fenestradas mas sem entradas, das dependências conventuais beneditinas da *Badia* (de D. Gomes Eanes)<sup>352</sup> ou as do convento de Santa Maria Novella. Nos colégios salmantinos cresce igualmente a importância das fachadas urbanas<sup>353</sup>, e o papel destes institutos nas cidades vê-se por exemplo na ocupação gradual por eles dos arruamentos centrais em Oxford, notória em meados de Quatrocentos<sup>354</sup>, assim como em Paris se estrutura uma seção de cidade integralmente universitária<sup>355</sup>, e em que alguns colégios se implantam em torno de ruas privadas<sup>356</sup>.

Como complexos edificados, os cenóbios reencontram uma formulação unificada, em que os organismos tentaculares tardo-medievais se voltam a fechar numa entidade completa, composta de vários pátios/ claustros no interior de um contorno quadrangular, desenvolvida a partir do precedente tratadístico de Filarete para o Hospital Maior de Milão, assim como de experiências concretas em tipologia hospitalar, particularmente na Península Ibérica<sup>357</sup>.

---

<sup>351</sup> As celas cenobíticas, defendidas por Cluny, censuradas por Cister e recuperadas pelas Ordens Mendicantes, são finalmente universais: o problema da quebra de um ponto da regra beneditina, que prescrevia o dormitório comum, fora já resolvido por Martinho V (p. 1417-1431), e em 1666 até a abadia de Montecassino será reconvertida para celas, por licença de Alexandre VI (Michel Bouttier, *Monastères: des pierres pour la prière*, "Patrimoine vivant", Paris, Rempart, 1984, pp. 40-41 e Dom Maur Cocheril, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1972, p. 32).

<sup>352</sup> Mosteiro de que falámos no capítulo anterior; na mesma lógica, noutro cenóbio central florentino, que D. Gomes também viria a dirigir, em 1439, Santa Maria dos Anjos, dos Camaldulenses, será edificada uma capela de planta circular, de Brunelleschi, de espetacular presença na rua, mas só com acesso pelo interior do complexo (Domingos Tavares, *Filippo Brunelleschi – o arquitecto*, Porto, Dafne Editora, 2003, p. 118).

<sup>353</sup> Rui Pedro Lobo, "Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica", in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, 2008, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 35.

<sup>354</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, pp. 379-381.

<sup>355</sup> *Idem*, p. 379; Aleksander Gieysztor, "Gestão e recursos", in Walter Rüegg, *op. cit.*, vol. I, p. 135.

<sup>356</sup> Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, pp. 67, 79, e "Rua da Sofia - um campus universitário em linha", in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, 2008, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 26.

<sup>357</sup> Domingos Tavares, *Donato Bramante...*, *op. cit.*, pp. 82-83, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 24-25, e *António Rodrigues...*, *op. cit.*, pp. 17-18.

Enfim, na caracterização dos espaços interiores parece haver um novo investimento numa orgânica assente em significações intrinsecamente cenobíticas, mesmo que sob a interpretação do tempo: quer a sensação de despojamento e interioridade dos claustros renascentistas, quer a afirmação do amor pelas letras, na monumentalização das bibliotecas (que nesta época mudam radicalmente de modelo espacial<sup>358</sup>), por vezes deslocadas para as fachadas principais, como é o caso das Escolas Maiores da Universidade de Salamanca<sup>359</sup>.

**7.3.2 A adoção da matriz renascentista em Portugal:** Pelo sustentado acima, assim como pelo exposto no capítulo anterior, não posso concordar com a perspetiva global de Rafael Moreira sobre o Renascimento português, em particular tal como apresentada no seu texto para a *História da Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira, em 1995-1997. Classificá-lo como a “mais radical transformação da visão plástica ocorrida até à arte dos nossos dias”<sup>360</sup>, ou como “um *corte* na história da arquitectura portuguesa – talvez o mais profundo e de consequências mais duradouras até ao Estilo Internacional do século XX”<sup>361</sup>, encenar uma “luta” contra um Manuelino diabolizado (“último e desesperado estertor” da Idade Média<sup>362</sup>), lendo “hagiograficamente” a postura de protagonistas do período (João de Castilho seria alguém que, impolatamente, “roçou sem cruzar o manuelino”<sup>363</sup>), é uma atitude apenas compreensível como apologia apaixonada<sup>364</sup>. Ademais, a arquitetura cruzia, como veremos, também desmente essa suposta natureza de rutura. Não obstante, para além dos extremos retóricos, o fundamental é o quanto a advocacia de Rafael Moreira é incontornável para a compreensão da nossa arquitectura renascentista. Existe um antes e um depois do seu aparecimento neste campo historiográfico, e bem a montante desta publicação de síntese, nas suas contribuições desde o início da década de 1980<sup>365</sup>, sem as quais

---

<sup>358</sup> As bibliotecas como salas de leitura, e não apenas de armazenamento de livros, só emergem nos séculos XIV e XV, pela introdução do atril como peça de mobiliário, cumprindo ambas as funções e substituindo as arcas e armários anteriores; o século XVI, por sua vez, marca o avanço para uma espacialidade unificada para essas salas, eliminando a subdivisão por pilares (James W. P. Campbell, *The Library: a world history*, Londres, Thames & Hudson, 2013, pp. 85-87, 98, 107-110).

<sup>359</sup> Aleksander Gieysztor, “Gestão e recursos”, in Walter Rüegg, *op. cit.*, vol. I, p. 137, Rui Pedro Lobo, “Os colégios universitários de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 35; Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, vol. 2, pp. 30-31, 37.

<sup>360</sup> Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 134 (sublinhado meu).

<sup>361</sup> *Idem*, p. 160 (sublinhado meu).

<sup>362</sup> *Idem*, p. 135.

<sup>363</sup> *Idem*, p. 175 (sublinhado meu).

<sup>364</sup> Diga-se que a ideia é tão persistente que Vítor Manuel Serrão, em 2002, ainda diz (*op. cit.*, p. 47) que o Renascimento é o “mais aprofundado movimento de *aggiornamento* jamais verificado na arte e na cultura portuguesas” (para não falar que o diz ser “uma espécie de *ordem na arquitectura*, oposta a essa generalizada «arte das trevas e da barbárie» que era o Gótico” - *idem*, p. 50).

<sup>365</sup> Nomeadamente no que diz respeito a Tomar, à integração da arquitectura militar na perspetiva sobre o Renascimento e a uma nova visão de síntese sobre o período: “A igreja de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III?”, in *Boletim Cultural e Informativo de Tomar*, n.º 1, Tomar, Câmara Municipal de Tomar, Março de 1981, pp. 93-100; “A arquitectura militar do Renascimento em Portugal”, in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica: actas do simpósio internacional*, Coimbra, EPARTUR, 1981, pp. 281-305; “Arquitectura”, in ANDRADE, Sérgio Guimarães de, MACEDO, Jorge Borges de (cord.), *Catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Concelho da Europa*, Arte Antiga - vol. I, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 307-352.

seria impossível termos tido os enquadramentos mais temperados de Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira (de 1986)<sup>366</sup>, de José Eduardo Horta Correia (de 1991)<sup>367</sup>, ou qualquer uma das posteriores. Rafael Moreira corrigiu, ampliou e especificou os critérios de percepção do processo de aparecimento e desenvolvimento da arquitetura *ao romano*, face aos que o antecederam, de forma, ela sim, radical.

Assim, entre 1890 e 1895, Albrecht Haupt, embora titulando ostensivamente a sua obra como tratando da arquitetura da Renascença em Portugal, e apesar de já existirem então os estudos paradigmáticos de Jacob Burckhardt e Georg Voigt, concebe essa arquitetura renascentista (quicá como não italiano) no contexto dos hibridismos com o Gótico de que ela se revestiu em toda a Europa cisalpina, e, na realidade, fala sobretudo da nossa arquitetura tardo-gótica<sup>368</sup>. Em 1948, Mário Tavares Chicó, pela mão de Vergílio Correia, vê uma aproximação nacional ao Renascimento igualmente em edifícios manuelinos (talvez na Matriz de Caminha e nas intervenções na Sé de Braga, mas certamente nos Jerónimos), reconhece-a em João de Castilho (mas parece-lhe que aquele nunca se liberta do figurino medieval, exceto porventura na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Tomar, que ele não está certo de lhe poder atribuir); anexa também, sem as referir no texto, imagens da igreja das dominicas de Elvas e da de Bom Jesus de Valverde, mas fala pouco do período, atendo-se sobretudo a manifestações escultóricas<sup>369</sup>. Vinte e quatro anos mais tarde, Flórido de Vasconcelos, apesar de muito brevemente, já tem bases historiográficas para ampliar um pouco a interpretação, quer salientando a infusão no Manuelino de aportações platerescas pelos mestres biscaínhos, quer o intercâmbio com Itália advindo da política cultural de D. João III, e desfia um elenco entretanto alargado de obras inspiradas pelo novo modo, embora ainda fale de um momento atrasado em relação à cronologia internacional, e sem consciência correta da estética italiana até meados do século XVI<sup>370</sup>. Também em 1972, George Kubler, advogando a existência de um processo longo, que englobaria o pensamento edificatório português entre Quinhentos e Setecentos, vê integralmente as experiências projetuais do reinado de D. João III como função de uma mentalidade de austeridade e uma linguagem autónoma (senão oposta) dos ditames itálicos<sup>371</sup>. Enfim, numa outra apologia, Jorge Henrique Pais da Silva, em *Estudos sobre o Maneirismo* (1983), descreve o Renascimento em Portugal como um momento breve, experimental e estrangeirado<sup>372</sup>.

---

<sup>366</sup> "O Renascimento", *op. cit.*

<sup>367</sup> *Arquitetura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão, op. cit.*

<sup>368</sup> Albrecht Haupt, *A arquitetura do Renascimento em Portugal, op. cit.*, pp. 3-11 (cf. com introdução de Manuel Cardoso Mendes Atanázio, *idem*, p. II).

<sup>369</sup> Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal, op. cit.*, pp. 291-297 (com imagens nas pp. 320 e 321).

<sup>370</sup> Flórido de Vasconcelos, *História da Arte em Portugal, op. cit.*, pp. 69-78.

<sup>371</sup> George Kubler, *Portuguese plain architecture...*, *op. cit.*, pp. XV e 3-7.

<sup>372</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, *Estudos sobre o Maneirismo*, 2.ª ed. corrigida e aumentada, Lisboa, Estampa, 1986, pp.131, 155, 187 e 217, por ex.). Rafael Moreira citá-lo-á aliás, para protestar contra essa percepção ("Arquitetura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 133).

De qualquer forma, a partir dos anos 80 do século XX, como dizia, esboçou-se uma outra narrativa que pode ser exposta, pese embora uma ou outra discrepância de interpretação, em quatro estágios principais:

-*primum*: um período de aproximação gradual à mentalidade humanista e à estética *all'antica*, promovida pelos intercâmbios comerciais, académicos, diplomáticos e eclesiais – diretamente com Itália e indiretamente com outros centros europeus, assim como pela chegada a Portugal de livros e de artistas estrangeiros.

Quanto a balizas temporais, Dagoberto Markl acha que o Renascimento que já se manifesta em embrião em 1385 e se solidifica entre D. João II e D. Manuel<sup>373</sup>; José Eduardo Horta Correia concentra-se mais nos sinais concretos já do período manuelino<sup>374</sup>; Rafael Moreira volta a recuar o ponto de partida e elenca encomendas italianas desde D. João I, mas também vê um estágio de consolidação sob o seguinte monarca joanino<sup>375</sup>; Vítor Serrão tende a concordar com Horta Correia e não acha que se possa falar de mudança de sentido artístico antes dos finais do século XV<sup>376</sup>; Maria de Lurdes Craveiro inclina-se pelo contrário a ver prenúncios desde 1415, embora marque manifestações nítidas só em pleno reinado manuelino<sup>377</sup>; Paulo Pereira, finalmente, desconstrói a definição estrita de “revolução artística/civilizacional” e põe a emergência prática de um modo *ao romano* entre D. João II e D. Manuel<sup>378</sup>. Tal parece-me mais objetivo: uma evolução de fundo, dum Gótico Pleno a Tardio, pode confluir para valores formais e espaciais que caracterizarão o Renascimento, ao mesmo tempo que dinâmicas sociológicas se afastam da medievalidade, até ainda antes de Aljubarrota<sup>379</sup>; por outro lado, muitas referências clássicas quatrocentistas podem não ter uma mentalidade humanista e muitas importações italianas podem não ser de carácter renascentista. Mas obviamente que sob D. João II e D. Manuel, pelas questões pragmáticas e de estatuto que a Expansão levantara, uma maior perceção dos fenómenos europeus, técnicos e de moda, se instala. Com D. João III, enfim, uma moderação da euforia imperial pode ter facilitado uma abertura mais ampla ao que vem de fora. A arquitetura militar, em dispositivos como em composição, já revela um espírito explicitamente novo, sob D. João II<sup>380</sup>, e são inegáveis as concordâncias latas entre

---

<sup>373</sup> “O Renascimento”, *op. cit.*, pp. 19-24; este texto é escrito em colaboração com Fernando António Baptista Pereira, mas este não parece partilhar essa ideia: em 1992 chama-lhe movimento curto, e vê-lhe prenúncios, quando muito, sob D. Manuel - Fernando António Baptista, *História da Arte Portuguesa: época moderna (1500-1800)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992, pp. 23-24 e 34.

<sup>374</sup> *Arquitetura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão, op. cit.*, pp. 23-24.

<sup>375</sup> “Arquitetura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, pp. 136-146.

<sup>376</sup> *Op. cit.*, pp. 49-51.

<sup>377</sup> “A arquitetura «ao romano””, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>378</sup> *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 507.

<sup>379</sup> Ver capítulo anterior, ponto 6.3.2.

<sup>380</sup> Paulo Pereira, “De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius”, in SOUSA, Luís Macedo (dir.), *Monumentos*, n.º 28, Dezembro, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 82-91.

arquitetura renascentista e manuelina<sup>381</sup>, assim como a presença nesta última de motivos decorativos especificamente italianos<sup>382</sup>.

*-secundum*: o aparecimento de focos mecenáticos autónomos com uma consciência específica da linguagem clássica (nem que não exclusiva, nem que imperfeita) e um impulso experimentalista.

Aqui praticamente não existe nenhuma discordância na historiografia contemporânea, identificando-se, na primeira metade do reinado de D. João III, um conjunto de associações entre prelados ou titulares de nobreza e artistas, muitas vezes com laços internacionais.

Em precocidade, a primazia parece ir para a ação de D. Miguel da Silva, a partir do momento em que é feito bispo de Viseu e prior comendatário do mosteiro beneditino de Santo Tirso, em 1526, conduzindo um programa de obras com recurso a arquiteto privado italiano, Francesco da Cremona, quer na sede da diocese (na Sé, paço episcopal e quinta de recreio do Fontelo), quer no mosteiro tirsense e no seu couto de São João da Foz<sup>383</sup>, que era também porto de chegada marítimo à comenda (entre outras que teve no Norte<sup>384</sup>) e à sua cátedra, e que ele dotou de estruturas práticas (um farol no Alto da Luz?<sup>385</sup>), votivas (quer a capela/farol de São Miguel-o-Anjo, quer um templete a Portumnus, na barra do Douro) e de administração paroquial (a igreja velha de São João Batista)<sup>386</sup>. Em proximidade geográfica, algo posteriormente, o Noroeste português verá outros encomendadores irem promovendo arquitetura *all'antica*, e arquitetos assinarem obras desse cariz: em Braga, o arcebispo D. Diogo de Sousa (b. 1505-1532)<sup>387</sup>, de conhecida ação urbanística e laços biscaínhos (por ali parecem ter chegado os irmãos Castilho a Portugal), faz executar o seu túmulo, por volta de 1530, já em modo renascentista<sup>388</sup>; em Caminha, pela mesma data, na órbita de D. Fernando de Meneses, senhor da vila e marquês de Vila Real, e sob influxos galegos (e igualmente biscaínhos), a Capela dos Mareantes e o portal lateral da igreja matriz exibem sinais claros desta viragem<sup>389</sup>; em Viana, mais tarde e talvez na sequência do foco caminhense, encontraremos a obra de João Lopes-o-Velho (como a Casa das Lunas, de c. 1545)<sup>390</sup>.

---

<sup>381</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira referem o espaço unitário, isotrópico e com iluminação homogênea; o retorno às massas horizontalizadas; o regresso ao arco de volta perfeita e à separação da cobertura relativamente às paredes, apoiando-a em mísulas, nas igrejas-salão manuelinas como precedendo práticas renascentistas ("O Renascimento", *op. cit.*, pp. 33-34).

<sup>382</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 382-393; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 522-523.

<sup>383</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 52.

<sup>384</sup> como os mosteiros crúzios de Landim e Junqueira (ver nota 285 deste capítulo).

<sup>385</sup> Rafael Moreira acredita que o farol da Luz faria parte do programa de D. Miguel ("Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 164), mas Mário Jorge Barroca duvida, achando-o claramente posterior (*As fortificações do litoral portuense*, Lisboa, Inapa, 2001, p. 49).

<sup>386</sup> Sobre o programa construtivo da Foz leia-se Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, pp. 164-166 (mas também Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, pp. 40-41; José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 25; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 57-58, Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, pp. 74-77; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 508-509).

<sup>387</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 299.

<sup>388</sup> Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 162.

<sup>389</sup> Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 61-63, Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 524-525.

<sup>390</sup> Rafael Moreira, *idem*, p. 151; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 63; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, pp. 117-121.

Mas, cronologicamente, após D. Miguel da Silva, a seguinte operação do novo signo é de encomenda régia, e é nos edifícios de Santa Cruz de Coimbra, que já decorre em 1528. Também pela mão de D. João III será a renovação do convento de Cristo de Tomar, iniciada por João de Castilho em 1530, no âmbito da reforma conduzida por Fr. António de Lisboa, desde 1529<sup>391</sup>, assim como o florescimento clássico em Évora, pelo menos desde 1531, quando a corte ali toma residência<sup>392</sup>. Perto de Évora e em contraponto à munificência real, os duques de Bragança D. Jaime I e, particularmente, D. Teodósio I, promoverão experiências inovadoras, em especial no campo da arquitetura militar, desde a estilisticamente transicional alcáçova de Évora Monte (de Diogo e Francisco de Arruda, c. 1531/1532) ao castelo artilheiro da sede ducal, Vila Viçosa (realizado a partir de 1535, com colaboração de Francisco de Arruda, mas projetado por Benedetto de Ravena)<sup>393</sup>.

Completando este quadro múltiplo, com ligação a promotores menores (ou ainda não investigados), também pelos inícios da década de 30 de Quinhentos, há a registar o já chamado “Epirenascimento Algarvio”, com proximidades à Andaluzia – ele próprio subdivisível em círculos menores, como uma escola de Lagos, talvez até de finais dos anos 20, e as campanhas em que encontramos André Pilarte, já no decénio de 1540<sup>394</sup> – assim como uma série de edifícios centrada na Beira Interior, desde a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Atalaia (c. 1528, por João de Castilho e João de Ruão) à de Nossa Senhora do Pranto, de Vila Nova de Foz Côa (pelo menos de 1530)<sup>395</sup>.

-*tertium*: uma universalização relativa da utilização da linguagem clássica, um esforço pela sua normalização e compreensão, em sintonia com a tratadística e acompanhada de estruturas de ensino. Além da continuidade dos centros de produção regionais já referidos, uma preocupação centralizada de correção (e conformidade) teórica e estética deteta-se a partir do final da década de 1530. De 1536 será a fundação de uma academia científica cortesã, herdeira do núcleo de discussão que existira à volta do infante D. Luís<sup>396</sup>, e, como já vimos, de 1541 em diante verifica-se um esforço pela edição e tradução de tratados de arquitetura<sup>397</sup>. Simultaneamente, obras de maior pureza e correção linguística surgirão: por derivação da reforma crúzia, o processo urbanístico e arquitetónico da Rua da Sofia,

---

<sup>391</sup> Rafael Moreira, *idem*, p. 176; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 52-53; Paulo Pereira, *idem*, pp. 536-537.

<sup>392</sup> Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 72-73; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 56-59; Paulo Pereira, *idem*, pp. 527-528.

<sup>393</sup> Paulo Pereira, *idem*, pp. 526-527 e 544-547.

<sup>394</sup> José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 28-30; Rafael Moreira, *idem*, p. 162; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 63-64; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 123-127.

<sup>395</sup> Sobre esta série de exemplos, do Ribatejo a Trás-os-Montes, leiam-se: Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, “O Renascimento”, *op. cit.*, p. 48 (que os relacionam com as igrejas-salão manuelinas e as igrejas mendicantes); Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 170 (que vê neles um desenvolvimento das igrejas mendicantes, apesar de simultaneamente tentar apresentar este grupo como uma tipologia sem precedentes nem modelos...); Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 113-115 (que os coloca no contexto da experimentação sobre fachadas não enquadradas por campanários laterais).

<sup>396</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 94 e 131; Marta Maria Peters Arriscado Oliveira Cabral, *Bom Jesus de Valverde...*, *op. cit.*, p. 39.

<sup>397</sup> ver nota 147 deste capítulo.

desde 1536, dará origem ao interior depurado do colégio da Graça (a partir de 1542)<sup>398</sup>, e, frente ao Porto, o claustro jónico do mosteiro de São Salvador (após 1537) já não exhibe resquícios medievais; em Tomar, nas salas do noviciado (a partir de 1546)<sup>399</sup>, João de Castilho elimina definitivamente os vestígios platerescos; em Évora, da fachada da igreja do convento da Graça (em obras em 1540, de traça atribuível a Chanterene)<sup>400</sup> ao templo do conventinho de Bom Jesus de Valverde (c. 1544, talvez de Miguel de Arruda), igual incremento de erudição é visível<sup>401</sup>, tal como o é na fachada urbana do paço ducal de Vila Viçosa, aparentemente pronta em 1542<sup>402</sup>.

*-quartum*: uma viragem maneirista, no momento em que a mentalidade especulativa e construtiva do humanismo deixa de ser sustentável e em que as experiências arquitetónicas anticlássicas, italianas e não só, já podem ser integralmente assimiladas.

Como no hiato entre Bramante e Miguel Ângelo, o ápice do Alto Renascimento português é contíguo ao germinar do Maneirismo, temporalmente e em termos de desenho. O domínio perfeito do código traduz-se em obras sofisticadas, que, quer como produto implícito da complexidade dessa mesma sofisticação, quer pela adoção premeditada de jogos virtuosísticos de linguagem, começam a afastar-se da simplicidade e legibilidade racionais que estão no âmago do espírito renascentista. É um fenómeno que se deteta subtilmente, para o primeiro caso, nas obras finais de João de Castilho (da Sala dos Reis Magos do convento de Cristo, de 1549-1550<sup>403</sup>, à igreja de Nossa Senhora da Conceição de Tomar, de 1547-1551<sup>404</sup>), e, para o segundo caso, na forma lúdica, consciencializada, de Diogo de Torralva, tanto nas oposições plásticas de exterior/interior do açougue de Beja (1548?-1550)<sup>405</sup>, como na desconstrução em estratos sobrepostos dos paramentos do Claustro Grande do convento de Cristo (após 1554)<sup>406</sup>.

Em paralelo e em simultâneo, um outro caule arquitetónico manifestar-se-á também, já explicitamente contrarreformista e anticlássico, nas novas Sés joaninas, concebidas em desenho afim, entre 1547, em

---

<sup>398</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 236-239.

<sup>399</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, p. 42; Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 176; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 66; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, p. 53.

<sup>400</sup> Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, pp. 174-175; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 74; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, p. 62; História Essencial, pp. 528-529.

<sup>401</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, p. 49; Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 179; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 74; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, p. 93; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 529-531.

<sup>402</sup> Paulo Pereira, *idem*, pp. 534-535.

<sup>403</sup> *Idem*, pp. 543.

<sup>404</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, p. 42; Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 176; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 68-69; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, p. 55; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 543.

<sup>405</sup> Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 180; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 558.

<sup>406</sup> Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, "O Renascimento", *op. cit.*, p. 51; Rafael Moreira, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *op. cit.*, p. 181; Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 66, 185; Maria de Lurdes Craveiro, "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, p. 54; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 559.



que se sabe que um primeiro esquema para Miranda do Douro é apresentado ao rei, e 1551, em que é encomendada a traça para Leiria<sup>407</sup>.

Num resumo transversal, linhas múltiplas de exploração tipológica percorrem este intervalo de análise. No registo eclesial, se as fórmulas centralizadas captam a atenção dos historiadores, é inegável que se trata de casos experimentais, excepcionais e restritos (aliás daí vem a sua atração); contudo, desde o início<sup>408</sup> e com mais ocorrências a registar, se vê a reinterpretação da igreja longitudinal de três naves, de origem pelo menos mendicante<sup>409</sup>, e com descendência possível nas igrejas-salão tardo-joaninas e sebásticas. Uma terceira hipótese, de algum modo intermédia – juntando novas dinâmicas e permanências tardo-góticas – será corporizada nas igrejas de nave única e capelas laterais, que vemos primeiro nos colégios conimbricenses da década de 1540, e que estará também na raiz de evoluções futuras. Em consonância com o que Enrico Guidoni afirmou sobre a arquitetura renascentista italiana<sup>410</sup>, também em Portugal os avanços das sub-linguagens da arquitetura militar e da arte do jardim informam o enriquecimento das tipologias paços e cenobíticas: as *villae* aristocráticas vivem uma nova relação com espaços de transição para o exterior e com os elementos naturais<sup>411</sup>, ao mesmo tempo que exploram o formato do “palácio-fortaleza”<sup>412</sup>, e os quadriláteros cenobíticos aparecem associados a explorações paisagísticas, e às declinações de áreas de *atrium*, pátio, claustro, jardim, e quinta de recreio<sup>413</sup>.

**7.3.3 | Arquétipos e protótipos para os Cruzios:** Em continuidade com o exposto sobre a evolução da cultura e da língua neste período, as matrizes da formulação do espaço e dos objetos construídos de referência que estariam subjacentes ao discurso arquitetónico cruzio procedem dos arquétipos tardo-góticos anteriores, que largamente se mantêm em conceito, evoluindo sobretudo a sua enunciação.

Dos arquétipos renascentistas dos Regrantes faz parte ainda, nos termos de que dele falámos no capítulo anterior, o recinto, como expressão de interioridade; esse conteúdo semântico, no entanto, evolui, por

---

<sup>407</sup> Paulo Pereira, *idem*, pp. 572-573.

<sup>408</sup> Afinal D. Miguel da Silva constrói, a curta distância, tanto a igreja paroquial longitudinal de São João como a capela centralizada de São Miguel.

<sup>409</sup> Ver nota 395 deste capítulo.

<sup>410</sup> Ver nota 350 deste capítulo.

<sup>411</sup> Facto pouco salientado entre historiadores de arte, que não os que se dedicaram especificamente aos jardins, como Ilídio Alves de Araújo (ver *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas - Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, pp. 82-85, e “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, separata de RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista de História*, vol. 2, Porto, Centro de História e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 7-8), ou Helder Carita e António Cardoso (*Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*, 2.ª ed., Lisboa, Quetzal e Bertrand, 1998, pp. 45-65).

<sup>412</sup> Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 60-61; Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 110.

<sup>413</sup> Sobre exemplos cenobíticos (nomeadamente cruzios) da exploração dos jardins em formato renascentista, leia-se Ilídio Alves de Araújo (*Arte paisagista...*, *op. cit.*, p. 62, e “Jardins, parques e quintas de recreio...”, *op. cit.*, p. 14) ou Helder Carita e António Cardoso (*Tratado da grandeza dos jardins em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 46-49); sobre quintas de recreio associadas a Ordens regulares, Maria de Lurdes Craveiro (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p.172; “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 110-112) e Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, pp. 59-61).

crescente racionalização e objetivização, em termos morfológicos e sintáticos. O recinto é corporizado em objetos e qualificado pela natureza da forma desses objetos assim como da relação lógica (geométrica, matemática) entre eles; a interioridade implícita na noção de recinto tende a consagrar-se, em espírito idêntico, numa centralidade concreta. Embora o regresso definitivo a uma composição por agregação de formas euclidianas sugira uma recuperação de práticas românicas, é na associação destas por *equilíbrio*, gerando espaços com reduzidas tensões dinâmicas, que uma aproximação diferente é visível. Por outro lado, embora tectonicamente isso não seja rigorosamente verdade, o que encontramos agora *expresso* não é a parede (sólida, matéria), é a superfície, não são corpos densos, são volumes abstratos. É notório também que, embora o culto da composição centralizada se traduza por edifícios com um eixo vertical nuclear, essa direção está em proporção (harmónica) com as acentuações horizontais, decrescendo a torre como elemento arquetípico dominante.

Uma das corporizações desta evolução sobre uma base tardo-gótica pode ver-se na representação durante este período do Templo, que vai substituindo o valor simbólico de Jerusalém<sup>414</sup>. Por volta de 1470, Jean Fouquet – um artista proto-renascentista e familiarizado com Itália – ao ilustrar as *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo, representa tanto o Templo em construção como a sua destruição pelas tropas de Nabucodonosor. Apesar da sua feição tardo-gótica, é visível que se trata de um edifício isolado, sem torres, centralizado (com entradas nas várias faces) e composto como um cubo coberto por uma calote proto-esférica.<sup>[fig.03]</sup> Um outro iluminador quatrocentista, para uma edição do *Fleur des Histoires* de Jean Mansel, em que repete muito detalhadamente a configuração cenográfica de Fouquet, transforma mesmo o edifício num volume cilíndrico cupulado<sup>415</sup>.<sup>[fig.04]</sup> Numa versão também do último quartel do século XV, mas mais diretamente renascentista, o painel de Perugino para a Capela Sistina (ela própria baseada nas proporções bíblicas do Templo), *A entrega das chaves a São Pedro* (c. 1481-1482)<sup>416</sup>, encontramos um edifício octogonal com zimbório, configuração templar que Perugino reutilizará e será retomada por outros artistas, como Rafael.<sup>[fig.05]</sup> Um exemplo ainda mais tardio, proveniente de outra geografia e noutra *medium*, é a representação do Templo numa imagem de Jerusalém, datada de 1493 (edição tipográfica do *Liber Cronicarum*, por Hartmann Schedel, em Nuremberga)<sup>417</sup>; claramente transicional em termos estilísticos, o desenho mostra-nos o edifício como centro físico da cidade concêntrica, de planta circular

---

<sup>414</sup> Ver ponto 6.3.3, no capítulo anterior.

<sup>415</sup> François Avril (dir.), “Fouquet, peintre et enlumineur du XV<sup>e</sup> siècle”, in Bibliothèque nationale de France, *Expositions*, 2003 [em linha] disponível em <http://expositions.bnf.fr/fouquet/> [consultado em 2-4-2015].

<sup>416</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, p. 527; Francesco Papafava (dir.), *La Chapelle Sixtine*, Florença, Monumenti, Musei e Gallerie Pontificie/Scala, Istituto Fotografico Editoriale, 1986, pp. 3-5 e 16-20.

<sup>417</sup> fl. XXVII - versão digital in Bibliothèque nationale de France, *Gallica* [em linha] disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2200022x/f25.item> [consultado em 2-4-2015]. O *Liber Cronicarum* tem o interesse acrescido de ter circulado em Portugal e ter sido fonte iconográfica para vários pintores quinhentistas portugueses (Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 87-90).

também ele, e coroado por um tambor polilobulado com cúpula.<sup>[fig.06]</sup>

Outra manifestação arquetípica do recinto é a ideia do jardim. O Humanismo, de Dante a Ariosto, recupera o conceito clássico do *locus amoenus*, dum lugar natural alternativo ao século, cenário do possível reencontro com uma arcádica Idade de Ouro<sup>418</sup>. Na *Utopia* (1516), não só o diálogo do marinheiro português com Tomás Morus tem lugar num jardim, como a descrição que aquele lhe faz sobre a perfeita república fala de uma capital, Amaurota, em que as habitações contrapõem à via pública vastos jardins privados, locais de aprendizagem prática da agricultura e de prazer estético<sup>419</sup>. Como arquitetura, a arte dos jardins, no seu lado técnico como na sua relação com a privacidade das *villae*, é já tratada no *De re aedificatoria* (1452)<sup>420</sup>. Alberti equilibra uma relação umbilical relativamente à casa com a abertura visual para a paisagem, mas o jardim renascentista é ainda delimitado, e estruturado arquitetonicamente<sup>421</sup> – basta olharmos para o *Belvedere* vaticano, de Bramante (1504), jardim conformado por edifícios, unindo a *villa* papal, no alto da colina, e o palácio pontifício, junto à basílica<sup>422</sup>.<sup>[fig.07]</sup> Em Portugal, o tema literário e filosófico do *locus amoenus* está exemplarmente em Sá de Miranda, logo desde o início da sua produção, precisamente em 1527; quando se retira para a sua comenda minhota de Duas Igrejas, em 1530 (donde se corresponde, entre outros, com D. João III), a sua escrita tinge-se de *aurea mediocritas* e fala da superioridade moral da vida rural à cortesã, assim como da independência individual que permite<sup>423</sup>.

Que este arquétipo epocal do jardim é assumido por Santa Cruz no contexto da sua reforma, e tanto na sua aceção de local espiritual privado, como na de encontro entre o natural e a criação humana, é-nos explicitamente transmitido pelas Constituições promulgadas por Fr. Brás de Braga, em 1532, em que, abrindo logo a primeira parte das prescrições, se compara a vida religiosa a um deleitoso vergel, tanto belo como útil (tanto com flores como frutos), que tem como todos os hortos de ser protegido por uma cercadura; é ainda para o *hortus conclusus* do *Cântico dos Cânticos* que o texto remete, mas a continuidade com o *topos* literário do *locus amoenus* está presente<sup>424</sup>.

Percorramos também, como temos feito, possíveis referências prototípicas concretas que podemos ligar

---

<sup>418</sup> Susana Alves, “*Locus amoenus*”, in CEIA, Carlos (dir.), *E-Dicionário de termos literários*, [em linha] disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/> [consultado em 3-4-2015].

<sup>419</sup> Tomás Morus, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 28 e 83.

<sup>420</sup> No livro I (*apud* Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista...*, *op. cit.*, p. 57).

<sup>421</sup> Enrico Guidoni e Angela Marino, *op. cit.*, p. 90.

<sup>422</sup> Domingos Tavares, *Donato Bramante...*, *op. cit.*, pp. 112-116.

<sup>423</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 255-260.

<sup>424</sup> Dizem as Constituições: “Costumam aquelles que sabedormente q̄rem plâtar algum horto ou deleytoso vergeu: primeyro prover de cerco com temor dos [de]vastadores (...) que de ctinuo vigiam por lhe roubar as flores iũtamẽte cõ os fructus. E portãto ante as plãtas de nossos costumes, escrevemos estas dous: de clausura & silencio: assy como cerquo de todo o horto da religiam. Estes cercos nos ãnsina a fazer o spiritusancto per boca de Salamãõ: razoando co a igreja madre dos spirituaes: dizẽdo. hortus conclusus soror mea: hortus conclusus &c.” (Fr. Brás de Braga, *Constituições dos cônegos regrantes de Sto. Agostinho*, Coimbra, 1534, parte I, cap. 1, fl. 1).

aos Regrantes, nomeadamente pelos protagonistas do seu discurso arquitetónico.

Ao rei dificilmente lhe atribuiríamos referentes específicos. É inevitável pensar que, ao apreciar projetos para Santa Cruz teria em mente a experiência precedente que teve na obra dos Jerónimos, e posteriormente a empreitada paralela do convento de Cristo, e quiçá do convento da Graça de Évora, mas, mais que protótipos, creio que se trata de exemplos *análogos*, com os quais estabeleceria comparações. O único edifício em relação ao qual lhe conhecemos uma relação de admiração expressa é afinal o Coliseu, de que já vimos que quis possuir uma maquete – um sólido oco de planta central, com faces vazadas por aberturas e estruturadas em estratos sobrepostos<sup>425</sup>. É no entanto previsível que D. João III recebesse de Roma também informações, nem que genéricas, sobre novas iniciativas construtivas. Da mesma forma deveria estar a par de algumas empreitadas arquitetónicas de Carlos V, particularmente da sua decisão de construir um palácio integrado no conjunto do Alhambra, em Granada – não só por constituir uma das obras de maior escala que patrocinou em Espanha, mas também porque a decisão foi feita na sequência do seu casamento com D. Isabel, irmã do rei português, com quem passou a lua de mel na cidade andaluza, em 1526. O edifício, primeiramente projetado por Pedro Machuco entre 1527 e 1529, e com plano definitivo de 1542, é um exercício da inserção de um vazio circular dentro de uma massa quadrada, com um impressionante pátio porticado e de arquitraves planas, em dois pisos<sup>426</sup>; menos referido, mas igualmente interessante para nós, é que esse pátio se relacione com uma capela octogonal, tangente ao círculo e de duplo pé-direito, criando uma relação entre duas formas centralizadas de diâmetros diferentes.<sup>[fig.08]</sup> Não seria impossível também, dado o eixo privilegiado da diplomacia portuguesa com Espanha, que D. João III possa ter tido conhecimento do ambicioso programa edificatório do Secretário de Estado do imperador, Don Francisco de los Cobos y Molina, para a cidade igualmente andaluza de Úbeda, particularmente a capela-panteão do Salvador, desenhada por Diego de Siloé, c. 1536<sup>427</sup>. É uma igreja cruciforme, de nave única secundada por capelas laterais, mas com um original remate numa cabeceira em rotunda; localizada periurbanamente, no topo de uma encosta que estabelece o limite oriental de Úbeda, o cilindro cupulado da cripta aparece na paisagem de forma particularmente marcante.<sup>[fig.09]</sup>

É um pouco mais fácil estabelecer hipóteses quanto a edifícios marcantes a que possa ter estado exposto Fr. Brás, em particular nas suas viagens a Paris e Lovaina, entre 1517 e 1525. É verdade que Paris não

---

<sup>425</sup> Ver nota 118 deste capítulo.

<sup>426</sup> Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, vol. 2, pp. 113-116; Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 18-23. A fachada do palácio é mais maneirista que o seu pátio interior, e será aliás executada mais tarde que o pátio (Santiago Sebastián, María Concepción García Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *op. cit.*, p. 35).

<sup>427</sup> O plano do Salvador de Úbeda é também uma depuração do da catedral de Granada, templo longitudinal com capela-mor centralizada, rematado pelo mesmo Siloé, a partir de 1528, com uma inflexão estilística que teve de justificar pessoalmente a Carlos V, o que lhe terá acrescentado notoriedade (Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, vol. 2, pp. 118-120 e 124-126; Santiago Sebastián, María Concepción García Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *op. cit.*, p. 33).

será, neste intervalo, a sede de novas edificações salientes, mas relembremos que o frade hieronimita se instalou num mosteiro, São Vitor, que tinha afinidades arquitetónicas com as práticas crúzias (implantação periurbana, igreja de torre axial única e capela-mor profunda, mas sem transepto, como vimos em capítulos anteriores) e que terá podido observar o formato e papel urbano das construções colegiais parisienses<sup>428</sup>. Frequentando a capital francesa sob o reinado de Francisco I, e a ela chegando vindo de Sul, não é implausível supor que possa ter conhecido o vale do Loire e nele a grande obra real de Chambord, iniciada em 1519 (e quiçá começada a ser projetada em 1515). Quintessencialmente francês, na sua permanência de planta acastelada, com torres de ângulo (e nos remates pinaculares de cobertura que virá a receber – mas essas Fr. Brás nunca poderia ter chegado a ver), tem no entanto uma planta centralizada e simétrica, de cilindros em quincunce sobre um quadrado, que exprime de forma exemplar a racionalização geométrica do novo tempo<sup>429</sup>.<sup>[fig.10]</sup> Desaparecida a abadia de Livry, assim como o mosteiro de mosteiro lovaniense de Sint-Maartensdal, são duas referências que nos escapam. Curiosamente, em Lovaina, vizinho ao local do mosteiro que acolheu Fr. Brás, subsistem restos da canónica augustiniana de Sint-Geertrui, cuja igreja tardo-gótica é antecedida de um campanário frontal e axial, e não possui transepto, destacando-se do corpo eclesial apenas a capela-mor profunda com cadeiral.<sup>[fig.11]</sup> Tendo sido soldado, acrescente-se que Fr. Brás teria também tido experiência, e talvez afinidade, com a arquitetura militar<sup>430</sup>, mas não há notícia de em que fortalezas terá estado estacionado. Um pouco como o que afirmei sobre D. João III, em Diogo de Castilho, cuja formação não parece derivar de fontes eruditas ou de uma mundividência (direta ou indireta) particular, o que encontramos é uma experiência prática e quase simultânea à sua atividade projetual. Isso retira parte do distanciamento e carácter ideal de protótipos aos edifícios com que contactou, que ainda assim serão a base do seu património concetual. Diogo de Castilho gozou tanto da aprendizagem em Santa Maria de Belém e nas obras manuelinas de Santa Cruz de Coimbra, como um conhecimento próximo das campanhas de Tomar (dirigidas pelo irmão João), provavelmente das que D. Miguel da Silva e D. Pedro da Costa promoveram no Porto (onde Diogo era então morador) e certamente das que ocorreram em Évora – em particular, recordemo-nos que o convento da Graça deverá ser obra do seu compadre Miguel de Arruda, coadjuvado pelo seu antigo colaborador na execução do portal de Santa Cruz, Nicolau Chanterene. Diogo de Castilho está assim plenamente a par dos desenvolvimentos estilísticos e construtivos das décadas de 20 e 30 do século XVI, e partilha nessas áreas os repertórios interpretativos do rei, o que lhe pode aliás ter facilitado o diálogo com ele.

---

<sup>428</sup> Ver notas 355 e 356 deste capítulo.

<sup>429</sup> Domingos Tavares, *Philibert Delorme...*, *op. cit.*, pp. 22-26; Pierre Lelièvre, *op. cit.*, pp. 82-83.

<sup>430</sup> O que poderia ajudar a justificar a presença na livraria de Santa Cruz do tratado de fortificações de Dürer (ver nota 280 deste capítulo).

João de Ruão, por sua vez, transportaria consigo a imagem de uma série de edifícios paradigmáticos da capital normanda. Em primeiro lugar, o castelo de Gaillon, onde teria feito a sua aprendizagem<sup>431</sup>. Residência de Verão dos arcebispos de Ruão, tinha sido reformado de forma já sensível ao Renascimento italiano aproximadamente entre 1502 e 1508, isto é, na infância de João de Ruão. Em Gaillon, embora o complexo se encontre muito delapidado, salienta-se como o quadrilátero castelar é dotado de um pavilhão de entrada que é em si mesmo um conjunto centralizado, de planta quadrada e cubelos octogonais, com panos murais já articulados por linguagem clássica;<sup>[fig.12]</sup> outro ponto de investimento notório estava na associação de jardins em terraços murados, rodeando o edifício principal<sup>432</sup>. Nas vistas dele que integram o primeiro volume de *Les plus excellents bastiments de France*, de Jacques Androuet du Cerceau (1576), é particularmente interessante o jardim mais diretamente anexo ao castelo, quadrangular e rodeado por frentes edificadas, e centrado num templete octogonal cupulado, com quatro volumes menores adjacentes, numa composição em quincunce, abrigando uma fonte.<sup>[fig.13]</sup> Maria de Lurdes Craveiro chamou a atenção igualmente para o Palácio do Parlamento da Normandia (atual Palácio de Justiça de Ruão), também ligado ao arcebispo Georges d'Amboise, e em obra entre 1499 e 1526; nesse edifício, mesmo que se encontre hoje muito alterado, ainda encontramos um elemento interessante: animando a fachada, um corpo octogonal adossado, e como que “porticado”<sup>433</sup>.<sup>[fig.14]</sup> Outras duas obras ruanesas marcantes, iniciadas em vida do nosso escultor-arquiteto e possivelmente terminadas antes da sua partida para Portugal<sup>434</sup>, são os remates superiores da torre Sul da fachada da catedral e da torre cruzeira da abadia de Saint-Ouen (respetivamente chamadas a *Tour du Beurre* e a *Tour couronnée*), ambas certamente prontas em 1524<sup>435</sup>. Nos dois casos se verifica o abandono da possibilidade de prolongar as torres por flechas, e a preferência por um coroamento por um jogo de volumes geométricos interrelacionados, o que é característico do Gótico tardio<sup>436</sup> e anuncia uma linha de continuidade com as preferências linguísticas renascentistas<sup>437</sup>; na *Tour du Beurre*, aliás, a obra detém-se em 1499 e as duas opções são explícita e longamente discutidas, com apelo a especialistas<sup>438</sup>. As duas torres, quadradas, exibem no topo uma composição articulando um volume octogonal ao centro e quatro volumes subsidiários

<sup>431</sup> Ver nota 269 deste capítulo.

<sup>432</sup> Domingos Tavares, *Philibert Delorme...*, *op. cit.*, pp. 19-21; Pierre Lelièvre, *op. cit.*, pp. 80-81.

<sup>433</sup> *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 139-141. É de feição explicitamente tardo-gótica, mas com grutescos *ao romano*.

<sup>434</sup> Estão certamente terminadas antes de João de Ruão aqui chegar, em 1528; não o estariam antes da sua partida da Normandia, se for mesmo ele o artista homónimo documentado na cidade basca de Vitória, em 1523, mas essa não é uma indicação segura (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 140 e nota 22).

<sup>435</sup> Ambas figuram concluídas na vista da cidade do frontispício do *Livre des fontaines*, de Jacques Le Lieur, de 1524 – François Verdier, “Le beurre et la couronne - la Tour de Beurre et la Tour Couronnée, deux chefs-d'œuvre de la fin du Moyen Age à Rouen”, in VERDIER, Hélène (dir.), *In situ*, n.º 1, Paris, Ministère de la Culture et de la Communication - Direction Générale des Patrimoines, 2001, parágrafo 1, fig. 1 [em linha] disponível em <http://insitu.revues.org/1148> [consultado em 7-4-2015].

<sup>436</sup> A mesma preferência se manifesta também nos campanários flamengos (A. L. J. van De Walle, *Belgique gothique...*, *op. cit.*, p. 65).

<sup>437</sup> Assim defende François Verdier, *op. cit.*, *passim* e particularmente no parágrafo 28.

<sup>438</sup> *Idem*, parágrafo 7.

nos ângulos, ligados àquele por arcobotantes diagonais. Na catedral o volume central é cupulado e na abadia os cantos são ocupados por torrelas cilíndricas com espaço interior e encimadas por zimbórios semiesféricos.<sup>[fig.15]</sup>

Outros edifícios, adicionalmente, podem também ter assumido um papel prototípico, sendo conhecidos através das relações institucionais da Ordem e da Congregação de Santa Cruz. Em particular isso poderia ter ocorrido no contexto da ligação à Santa Sé em Roma; a série incessante de diplomas pontifícios que são requeridos e obtidos desde o início da reforma, em 1527, terão implicado viagens frequentes, e, como sabemos, algumas empreendidas por iniciativa de Santa Cruz e por representantes crúzios<sup>439</sup>. Mesmo que nenhum dos decisores centrais do processo arquitetónico regante tenha feito essa deslocação, é perfeitamente aceitável que pelo menos algumas obras mais salientes, ou as ligadas aos seus contactos nevrálgicos, tenham captado a atenção desses emissários, e que destas tenha chegado a Portugal a notícia de ao menos os seus aspetos mais característicos e/ou inovadores.

Assim, é muito difícil de acreditar que não tenha sido relatada, com mais ou menos detalhe, a decisão do papado, em 1505, de salientar a sua sede pela ereção, no topo da colina vaticana, de uma nova grande basílica centralizada, marcada por uma monumental cúpula<sup>440</sup>; não estando a basílica construída, não seria impossível que conhecessem a espécie de “versão em microescala” já realizada pelo mesmo arquiteto, Donato Bramante: o *tempietto* do claustro do convento de padres espanhóis de San Pietro in Montorio (c. 1500-1502)<sup>441</sup>, composto por dois cilindros concêntricos escalonados, sendo o mais alto encimado por uma calote semiesférica<sup>442</sup>. Dependendo dos rumores que circulassem em Roma e de quão informados e interessados fossem os enviados, poderiam os Regrantes ter sabido que existia o plano de renovar esse claustro para um plano circular, em conformidade geométrica com o *martyrium* central<sup>443</sup>,<sup>[fig.16]</sup> e terem descrito a renovação geral do conjunto do Vaticano como articulando quase no mesmo eixo o templo cupulado com o longo retângulo de pátios ajardinados do Belvedere, ambos simultâneos e do mesmo arquiteto.<sup>[fig.17]</sup> Se a monumentalização arrojada (e algo mais *fabulosa*, porque ainda não realizada) do epicentro da cristandade tinha tudo para ter integrado o imaginário crúzio, que Bramante tivesse realizado uma obra para os seus congéneres canonicais mais prestigiados, também na Cidade Eterna, não deve ter-lhes escapado. Se muitas das subtilezas proporcionais e linguísticas do

---

<sup>439</sup> Ver nota 278 deste capítulo.

<sup>440</sup> O que persiste mesmo no projeto de Miguel Ângelo, em 1546 (ver nota 320 deste capítulo).

<sup>441</sup> Ainda mais sendo a basílica vaticana para marcar o local de enterramento de São Pedro, e o templete do Janículo no local da sua crucificação, e sendo os dois edifícios próximos entre si, nas colinas da margem direita do Tibre.

<sup>442</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 115, Domingos Tavares, *Donato Bramante...*, *op. cit.*, pp. 95-100.

<sup>443</sup> Domingos Tavares, *idem*, pp. 97-98.

claustro de Santa Maria della Pace (c. 1500), sede dos Cónegos Lateranenses, podem não ter chegado a Coimbra, qualquer resumo essencial deveria incluir a sua forma perfeitamente quadrada (e com repetição ostensiva, mesmo para o olho não treinado, de quadrados) e a organização em dois andares, com o piso térreo em arcadas, dominado pela ordem jónica<sup>444</sup>. [fig.18] Adicionalmente, deveria ter sido comentada a intervenção urbana papal em Roma, pela abertura de uma série interligada de grandes ruas retilíneas na passagem do século XV ao XVI, particularmente a Via Alexandrina, entre a basílica de São Pedro e o Castelo Sant'Angelo (inaugurada em 1499) e as vias Giulia e della Lungara, paralelas ao Tibre, nas margens esquerda e direita (iniciadas por 1507, e devidas igualmente ao desenho de Bramante)<sup>445</sup>. [fig.19]

## 7.4 | A fala arquitetónica crúzia

**7.4.1 Enunciados-tipo e estereótipo:** Ao procurar os edifícios onde primeiramente e com mais empenhamento se tentou exprimir o discurso institucional crúzio, e se terão refletido as tendências linguísticas da época, mediadas pelos agentes da ação crúzia, a escolha recai sobre três exemplos: o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o mosteiro de São Salvador da Serra do Pilar e o colégio de Nossa Senhora da Graça. Santa Cruz é a primeira empreitada da reforma regante, é a canónica mais importante da Ordem e é a sede da Congregação; São Salvador é o primeiro mosteiro construído de origem, sobre terreno virgem, e Nossa Senhora da Graça o primeiro colégio do projeto universitário conimbricense a ser integralmente edificado<sup>446</sup>. É verdade que o colégio da Graça pertence a uma outra Ordem (augustiniana ainda assim), mas é construído sob as regras urbanísticas e arquitetónicas instituídas por Fr. Brás de Braga, projetado por Diogo de Castilho (com execução por uma série de artistas que tinham trabalhado com ele) e conduzido por um graciano que sabemos querer expressamente emular as obras de Santa Cruz<sup>447</sup>.

---

<sup>444</sup> *Idem*, pp. 87-95. Domingos Tavares atribui a pertença do edifício a “canónicos dominicanos” (*idem*, p. 87), o que é desmentido, se por mais não o fosse, pela inscrição monumental que preenche o friso da arquitrave entre os dois pisos, e proclama “*canonicis qz regularibus congregationis lateranensis*”, em toda a face nascente do claustro.

<sup>445</sup> Vittorio Franchetti Pardo, *op. cit.*, p. 527; Domingos Tavares, *idem*, pp. 119-122.

<sup>446</sup> Os colégios de São Miguel e de Todos os Santos também são edifícios universitários para vida comum, e são anteriores ao da Graça. O colégio da Graça é no entanto melhor exemplo de análise, não só porque manifestamente sabemos muito pouco sobre os dois colégios regantes, mas também porque aqueles, como adjacentes a Santa Cruz, poderiam ter sido concebidos como “anexos” e não entidades totalmente autónomas, com todas as valências; poderiam ser só estruturas de alojamento (Rui Pedro Lobo sugere-o em *Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo...*, *op. cit.*, pp. 7-8, e toda a construção de dependências funcionais por André de Gouveia parece apoiar essa ilação) e sabemos que pelo menos provisoriamente houve inscritos desses colégios a residir nas dependências do mosteiro de Santa Cruz (Vergílio Correia, “Os colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos”, in *Obras, op. cit.*, p. 288; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971, vol. II, p. 502). São Miguel e de Todos os Santos abrigavam também colegiais que eram cónegos seculares ou mesmo leigos (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 169), pelo que regime de vida comum, além de não ser crúzio (o que na Graça, sendo augustiniano, também não o é), deveria ser menos rigoroso, e a sua expressão arquitetónica pode ter sido correspondentemente menos definida.

<sup>447</sup> Sobre Montoya como reformador, leia-se Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 421, e Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 168 e 185, assim como “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 46.



Estes três enunciados-tipo não só exprimem os ensaios definidores de vários registos cenobíticos (monástico e colegial), e em escala ambiciosa, como exemplificam subfases contextuais e estilísticas deste período, nomeadamente a linha de festo essencial que ocorre por volta de 1540. Santa Cruz, reformulado no essencial entre 1528 e 1535, e São Salvador, definido entre 1537 e 1542, são produto dum primeiro momento, de erasmismo político do reino, de impulso reformador na Ordem, de experimentações mais livres do figurino renascentista em arquitetura; a Graça, construindo-se entre 1542 e 1555, já percorre o caminho que vai da viragem conservadora ao contrarreformismo explícito, e duma maior conformidade de desenho a expressões eruditas no limiar do Maneirismo arquitetónico. Faltará um caso que reflita a atitude discursiva dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho quando tentam reencontrar a sua voz independente<sup>448</sup>, pelo menos a partir de 1545. A verdade é que há sinais dessa pesquisa, mas – até por limitação de meios financeiros disponíveis – não se concretiza nenhum enunciado integralmente desenvolvido que a exprima, neste intervalo; será preciso esperar pelo menos até à década de 60, como analisaremos no próximo capítulo.

A renovação física de Santa Cruz de Coimbra, ao contrário do que acontecerá em Tomar, não pôde inclinar-se para uma abordagem de tábua rasa<sup>449</sup>. A canónica tem apenas terreno livre para Este, ao longo do encaixado vale da Ribela. Tem a cidade baixa estabilizada a Ocidente, a encosta do burgo muralhado a Sul e a pendente de Montarroio a Norte, já ocupada por uma série de dependências do mosteiro que o rei insta explicitamente a que se mantenham<sup>450</sup>. No mesmo espírito de economia de intervenção, as muito recentes obras manuelinas, pelo menos nas suas áreas de maior investimento (as alas Sul e Nascente do Claustro do Silêncio, como vimos no capítulo precedente), teriam de ser minimamente respeitadas. Com

---

<sup>448</sup> Uma voz independente do rei (a quem contestam decisões que os afetam) e de Fr. Brás de Braga (que se afastara para Leiria), e talvez de Diogo de Castilho (que começará a trabalhar para os Jesuítas em 1546, e para a Universidade em 1547) e de João de Ruão (que assiste André de Gouveia no colégio das Artes em 1547).

<sup>449</sup> Santa Cruz de Coimbra tem também uma tradição e um projeto de futuro com ela relacionados, o que em Tomar foi praticamente eliminado. Tal descomprometimento favorece ali um projeto fabuloso, mas que não toma em consideração especificidades ou pré-existências (que não a igreja, tão recente e ligada ao próprio João de Castilho; já as dependências henriquinas são ignoradas, não se estabelecendo com elas qualquer relação). O convento de Cristo, se exprime conceitos de ordem, regularidade, imponência, institucionalidade, fá-lo de forma neutra, não personalizada; na sua elegância arquitetónica, nenhum dos claustros de Tomar tem uma mensagem densa, como o Claustro da Manga.

<sup>450</sup> No texto do contrato de 1528 (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 123, nota 51).

estas condicionantes depara Fr. Brás de Braga nos finais de 1527<sup>451</sup>. Daí a meados da década seguinte se desenhará a configuração renascentista de Santa Cruz, num processo sensivelmente divisível em três estágios cumulativos:

a)-em 1528, o lançamento das obras, insistindo nos vetores essenciais das fachadas Poente e Norte do cenóbio;<sup>[fig.20a]</sup>

b)-por volta de 1530 e até 1533, além de inflexões quanto ao disposto em 1528, uma reconfiguração do complexo em unidade fechada, pela definição de um segundo claustro, o da Manga;<sup>[fig.20b]</sup>

c)-entre 1534 e 1536 (e até 1540<sup>452</sup>), enquanto certas áreas se rematam, a concretização do projeto universitário coimbricense implicará a construção de colégios, primeiro integrados em Santa Cruz (os de Santo Agostinho e São João Batista), depois como unidades anexas (os de São Miguel e de Todos os Santos), e que terão continuidade alargada na intervenção urbana consagrada na Rua da Sofia, rua universitária semi-privada, “à europeia”, assim como *rua nova* do urbanismo tardo-gótico português.<sup>[fig.20c]</sup>

As intenções iniciais estão registadas no contrato de pedraria assinado a 5 de Março de 1528, provavelmente em Almeirim, entre o vedor régio Bartolomeu de Paiva e Diogo de Castilho, mestre de pedraria do mosteiro<sup>453</sup>, mas referindo textualmente orientações de D. João III e designando a autoridade de Fr. Brás para decisões não prescritas pelo documento. É um instrumento de condução de obra já de carácter renascentista, como salientou Maria de Lurdes Craveiro, pela maneira como pressupõe a existência de um debuxo de projeto<sup>454</sup>, como estabelece prescrições concretas, baseadas, mais do que num esquema, em medidas rigorosas e em indicações de forma (como a descrição de compartimentos

---

<sup>451</sup> Na explicação sobre este enunciado-tipo, procuro concentrar-me no processo da sua transformação e no esquema obtido (funcional, espacial e volumétrico) e menos em precisões de medida ou na desmontagem dos documentos, que recolho da bibliografia existente. Como tal, baseio-me nas reconstituições e análises já publicadas por Mário Mendes Brandão (*Actas dos capítulos do mosteiro...*, *op. cit.*, pp. 169-172), Vergílio Correia (*Obras*, *op. cit.*, pp. 239-298) e Pedro Dias (transição, pp. 153-173), mas muito especialmente nas de Rui Pedro Lobo (*Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, pp. 42-54) e Maria de Lurdes Craveiro (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 108-149; “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 37-47; *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011, pp. 33-45); como esses autores e através deles, baseio-me também, e inevitavelmente, nos contratos publicados por Prudêncio Quintino Garcia, nas descrições de D. Francisco Mendanha (1540) e de D. José de Cristo (c. 1624), e na planta e vistas do largo do Sansão de José Carlos Magne (1796), mas realço a importância do pouco explorado património fotográfico, através do qual temos (pelo menos) imagens da parte Poente do mosteiro antes da construção da Câmara Municipal de Coimbra (fotografia de Thurston Thompson, de 1873 - Centro Português de Fotografia, ref. PT/CPF/CNF-CALVB/0052/000034), do Claustro da Manga e da torre dos priores antes da sua demolição (AAVV., *O Jardim da Manga, Coimbra*, *op. cit.*, fig. 8, p. 40; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*, Coimbra, edição do autor, 1982, fig. 88, p. LXI), e mesmo do interior dos dormitórios (SIPA FOTO.00094996, in Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, fig. 27, p. 52).

<sup>452</sup> Havia obras ainda em curso nos colégios, na descrição de D. Francisco Mendanha, de 1540 (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 148, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, p. 40).

<sup>453</sup> A autoria do “debuxo” que o contrato menciona pode ser, como sugere Maria de Lurdes Craveiro, de João de Castilho (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 122-124; *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, p. 36), apesar do irmão Diogo ser o mestre de obras. É uma situação que já aconteceria antes e veremos que há elementos de projeto que concordam com essa atribuição (ver nota 248 deste capítulo).

<sup>454</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 120-122; “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 39; *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, p. 35. Da normalização do uso do desenho planimétrico - mas também da perspetiva, nem que de forma não rigorosa - falam os desenhos fornecidos pelo mosteiro como elementos para um pleito judicial de 1540 (Cátia Teles e Marques, “Na torre dos sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um tesouro de moedas medievais e dois desenhos quinhentistas”, in *Revista de História da Arte*, n.º 9, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 166-170 e figs. 13 e 14).

quadrados ou as chamadas de atenção para o uso de ortogonalidade)<sup>455</sup> e de repetição de padrões (janelas e compartimentos definidos são indicados para módulo a usar noutros espaços)<sup>456</sup>.

O contrato começa pelas indicações para o novo dormitório, que é também literalmente o elemento de maior dimensão da obra<sup>457</sup>: formaria um grande “T” deitado, cuja haste se sobrepõe à pré-existente ala Nascente do Claustro do Silêncio<sup>458</sup>; os longos braços simétricos Oeste-Este criavam uma nova e monumental fachada, virada a Norte, prolongando-se bem para além do contorno anterior do cenóbio, ao longo do terreiro que fechava o vale da Ribela<sup>459</sup> e que tinha, do lado de Montarroio, entre outras oficinas, as hospedarias, a torre prioral<sup>460</sup> e parte das enfermarias do mosteiro<sup>461</sup>. O dormitório conteria 76 celas ladeando corredores centrais (54 no eixo Oeste-Este, 22 na haste para Sul) iluminados por quatro grandes janelas (provavelmente nos topos)<sup>462</sup>. Subordinadas a esta peça aglutinadora define-se depois a ocupação das alas Nascente e Norte do Claustro do Silêncio. Na primeira, o refeitório manuelino térreo parece atribuído a dormitório dos noviços<sup>463</sup> e o dormitório dos cónegos que existia acima, também da campanha anterior, ser reconvertido para o conjunto de instalações que comporiam uma área de enfermaria<sup>464</sup>, que se estendia para o lado Nascente, sobre arcos<sup>465</sup>. Na ala Norte da quadra se construiria o novo refeitório (onde já em tempos deveria ter estado, onde mais se acercava da nova concentração de dependências utilitárias<sup>466</sup>), que implicava a definição dos espaços de que

<sup>455</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 118, nota 34. Já a ideia proposta pela autora de existirem nas definições do contrato proporções “aproximadamente” de ouro (*idem*, p. 121) é uma ideia pouco conciliável com o próprio espírito do uso das proporções matemáticas.

<sup>456</sup> A repetição da configuração de celas no dormitório e na enfermaria, ou a referência a uso do mesmo formato de janelas nesses mesmos dois espaços, assim como do uso de vãos iguais em várias partes da enfermaria, no contrato de 1528 como no de 1530 (*idem*, pp. 119-120, notas 35, 36 e 40).

<sup>457</sup> Precedência realçada por Rui Pedro Lobo (*Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., pp. 42-43).

<sup>458</sup> A ala Nascente abrigava o refeitório térreo manuelino e talvez o dormitório canonical no piso superior, dando para a galeria do Claustro do Silêncio (veja-se o capítulo anterior); como o novo refeitório agora também decidido é mais alto que a galeria, o “T” do dormitório a construir, que assenta sobre ele, ficaria à cota da cobertura da ala pré-existente, criando um terceiro nível.<sup>[fig.21]</sup>

<sup>459</sup> Esse terreiro tinha a porta de carros a Poente e duas portas, para a quinta e o horto, do lado oposto (*Descriçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 15.ª página do microfilme).

<sup>460</sup> A antiga torre tivera melhorias interiores entre 1530 e 1539, provavelmente para se adequar a voltar a ser residência prioral, e o acrescento dos sinos e de um relógio, talvez o manuelino de que falámos no capítulo anterior, que se vêem na vista de Coimbra de Pier Maria Baldi, de 1668/1669 (Mário Mendes Brandão, *Actas dos capítulos do mosteiro...*, op. cit., p. 162; Cátia Teles e Marques, “Na torre dos sinos...”, op. cit., pp. 162, 164-166).<sup>[fig.22]</sup>

<sup>461</sup> O costumeiro de Santa Cruz exige enfermarias distintas para pacientes externos e internos ao mosteiro (Agostinho Figueiredo Frias, “O costumeiro e a regulação da vida interna do mosteiro”, in AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*, 2.ª série, vol. 15-16, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, p. 22); a enfermaria continuará ali em extensões posteriores.

<sup>462</sup> Este dormitório primeiramente projetado em Santa Cruz é a imagem quase rigorosa daquele que será construído alguns anos depois em Tomar, em forma, em medidas gerais, no abobadamento de madeira em canhão, no remate dos corredores por janelas de topo; coincidente é até a localização do refeitório por baixo do dormitório, no braço Poente. Tal proximidade mais fortalece atribuição do debuxo inicial de Santa Cruz a João de Castilho (ver nota 453 deste capítulo). Rui Pedro Lobo deteta essa similitude (*Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., p. 45), mas, que eu saiba, a historiografia não se tem debruçado sobre o assunto.<sup>[fig.23]</sup>

<sup>463</sup> Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, op. cit., p. 161.

<sup>464</sup> A enfermaria interna, herdeira distante do hospital de São Nicolau, que estivera nessa área e em relação com as mesmas áreas funcionais.

<sup>465</sup> A diferença até à cota do terreno do horto (que será depois a do Claustro da Manga) permitia instalar dependências utilitárias ao nível térreo.

<sup>466</sup> A isso se deverá a realocação, e não por acentuação da clausura (tese de Maria de Lurdes Craveiro - cf. *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 108, “A arquitectura «ao romano»”, op. cit., p. 38), clausura que aliás parece diminuir, agora que se põe o refeitório mais ligado a espaços exteriores, assim como o dormitório, que ganha vistas para a cidade e o bulício do terreiro setentrional (esse aumento de acessibilidade e abertura ao exterior parece-me tanto mais notório quanto discordo igualmente da hipótese que Maria de Lurdes Craveiro defende, de a portaria principal do mosteiro ter antes sido do lado Sul do complexo).

dependia funcionalmente: a *pataria* (espaço intermédio, de copa, e também de acesso ao terreiro exterior setentrional) e a cozinha, que se estendiam para Poente, já saindo do alinhamento do dormitório<sup>467</sup>. O contrato detalha, finalmente, a organização desta área Poente, entre a antiga frente do corpo do mosteiro e a fachada saliente da igreja canonical, sobre o Largo do Sansão. Esta era a faixa onde se implantava ainda o mosteirinho feminino de São João das Donas<sup>468</sup>; dele se manterá a igreja (no flanco da igreja principal de Santa Cruz, perdendo a função de culto) e quiçá uma memória do claustro, uma vez que o programa proposto, de usos associados à portaria, se articula em torno de um espaço aberto<sup>469</sup>. Entre o antigo templo das cónegas e a nova cozinha, entre o mundo exterior e o ambiente vedado do Claustro do Silêncio, a nova entrada principal do complexo<sup>470</sup> desembocaria num claustro que continha a cela diurna/"gabinete" do prior crasteiro (á direita, logo atrás da fachada), e na ala Sul as casas do Despacho e da Fazenda; frontalmente ao acesso, na fronteira com o núcleo do mosteiro estaria a capela do São Vicente e á direita desta o parlatório, onde os cónegos podiam comunicar com visitantes externos. Do lado esquerdo deste pequeno claustro estavam divisões mais utilitárias: junto ao acesso, à esquerda, estava a rouparia, o lado Norte era ocupado, como vimos, pela cozinha (que também tinha porta para este claustro), a que se seguia a casa da lenha (com acesso interno à cozinha e pataria). Sobre esta zona térrea ocidental, um piso superior, alinhado com o topo do dormitório e estendendo-se até à nave da igreja de Santa Cruz, definia em altura o volume interno da canónica e continha a livraria e o cartório; acedia-se-lhe pela galeria Poente do Claustro do Silêncio, mas virava as suas janelas para a cidade e o claustro da portaria<sup>471</sup>.

No começo da década seguinte, aquando do contrato de carpintaria entre a canónica e Pero Anes,

---

<sup>467</sup> A cozinha de planta quadrada deveria deixar alguma área livre até à nova fachada ocidental, que poderia conter espaços de apoio a esta divisão (ou a continuação da zona da rouparia, que sabemos que tinha duas divisões sucessivas - *Descriçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra, op. cit.*, 11.ª página do microfilme); D. Francisco de Mendanha fala também da cozinha e suas dependências (*idem, ibidem*). Maria de Lurdes Craveiro parece, no entanto, acreditar que um pátio das hospedarias (que é o terreiro a Norte), fosse ali, uma vez que escreve que este foi suprimido pelo posterior avanço do dormitório (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 138), o que é manifestamente impossível.

<sup>468</sup> As cónegas saem dali em 1529 indo para convento crúzio próximo de Santa Ana (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença, op. cit.*, p. 160; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 134, nota 2, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, p.41).

<sup>469</sup> É o que sugere Pedro Dias (*idem*, p. 130).

<sup>470</sup> Embora, como já o disse em capítulos anteriores, acredite que desse lado tivesse havido já uma entrada antes.

<sup>471</sup> A livraria tinha quatro janelas para Poente, e só um portal e uma fresta para o Claustro do Silêncio (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 116 e nota 2). Esta orientação a Poente não é a canónica - Vitruvius, nomeadamente aconselha a iluminação Nascente (*De Architectura libri decem*, I, 2, 7; VI, 4, 1 - *Vitruvius, tratado de arquitectura, op. cit.*, pp. 39, 231) - e deve refletir a importância dada à afirmação do espaço da biblioteca por uma fachada visível do exterior do mosteiro (ver nota 359 deste capítulo). A mudança de localização e de dimensões da biblioteca de Santa Cruz reflete portanto o incremento de visibilidade que se passou a associar a esses espaços, assim como a mudança para o seu uso como salas de leitura e não apenas de armazenamento de livros, mais do que um simples aumento do espólio a guardar (ver nota 358 deste capítulo; não é de espantar que não esteja no contrato de carpintaria de 1530 a execução de atrás, indispensáveis ao novo formato, uma vez que seriam obra de marcenaria/talha). Sinal de modernidade pode ser também espaço de cobertura única, que parece ter emergido no século XVI, em substituição de salas colunárias tripartidas (James W. P. Campbell, *The Library: a world history, op. cit.*, p. 98). A antiga livraria fica para os noviços (Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, "A livraria de um letrado do séc. XVI, *op. cit.*, p. 5).

de 26 de Setembro de 1530, a empreitada tinha avançado mas também algumas definições já se alteravam. Depreende-se, pela descrição dos espaços para onde se encomendam trabalhos, uma série de mudanças no grande “T” estruturante de 1528:

-no eixo Nascente-Poente, o dormitório principal dos cônegos (presbíteros e diáconos), que se estava a rematar, é aparentemente um conjunto longitudinal de 54 celas<sup>472</sup>, há portanto uma morfologia simplificada e menos celas, mas também um esquema lumínico alterado, visto que em vez das quatro grandes janelas axiais, que permitiriam abóbodas ininterruptas mas obscureceriam o espaço, se preveem agora oito – uma em cada topo (Francisco Mendanha refere como delas se viam dum lado o rio e a cidade, e do outro o horto<sup>473</sup>) e três pares organizadas em “transeptos” ao corredor central (o que Rui Lobo chama *terças*<sup>474</sup>), de que ainda nos chegaram dois, que enquadram a largura do Claustro do Silêncio, faltando aquele que marcava sensivelmente o meio do Claustro da Manga<sup>475</sup>.<sup>[fig.24a,24b]</sup> No topo Poente, o contrato determina a construção de um corredor de ligação (em segundo nível sobre o Claustro do Silêncio<sup>476</sup>) na direção da igreja canonical, que estabeleceria a ligação ao coro alto, passando sobre as capelas laterais e as abóbodas da antiga igreja de São João das Donas<sup>477</sup>; desse acesso ao coro se poderia descer ao primeiro piso, onde estava a biblioteca, e dali ao andar térreo, pelas escadas que ainda hoje existem.<sup>[fig.25]</sup>

-na haste Norte-Sul, pode-se concluir que a enfermaria ainda não está feita, mas que se prevê agora que, com novas dimensões, passe a ser térrea ao lado Nascente; isso implicaria a subdivisão em meios pisos do antigo refeitório e deve indicar, na abertura de acessibilidades diretas ao espaço para Este, que essa zona já seria protegida, encerrada, e que se assume por conseguinte a existência de um segundo

---

<sup>472</sup> Há inconsistências de medidas no texto que podem indicar que ainda se pensava vir a fazê-lo em dois troços perpendiculares, mas aqui, como na descrição de Mendanha de 1540, o dormitório é descrito como uma estrutura axial simples (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 116-117; *Descrição e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 14.ª página do microfilme); vir-se-á a construir um piso ao mesmo nível do dormitório, na ala entre os claustros (como se vê em fotografia), mas deverá ser mais tardia ou pelo menos não ser ocupada por celas. Quanto ao número de celas, em 1540 também são só se fala de 50 unidades, talvez porque destas 54 se anulam algumas para outras funções (oratório, barbearia, etc.) e para introduzir acessos, nomeadamente verticais.

<sup>473</sup> *Descrição e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 15.ª página do microfilme.

<sup>474</sup> *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., p. 44; Maria de Lurdes Craveiro segue-o (*O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 115) e Paulo Varela Gomes também usa termo (op. cit., pp. 78 e 87).

<sup>475</sup> Estabelecendo assim uma métrica do conjunto integral e das suas subpartes, nem que não geometricamente rigorosa. Ao contrário de Maria de Lurdes Craveiro (*O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 116-117) acredito que as terças que encontramos no Claustro do Silêncio deverão ser as originais, não só porque de adequam à distribuição prescrita no contrato, mas porque precisamente a seu recorte estilístico me parece improvável em Seiscentos, época dos dormitórios a que ela, por comparação, quer fazer corresponder os elementos que sobrevivem.

Acho igualmente imprecisa a descrição de que o dormitório seria simétrico, embora nele existisse *regularidade modular*; é relevante que – como se pode ver pelas portas que ainda existem (e pelas fotografias anteriores à demolição do dormitório) – a distribuição das entradas nas celas fosse desencontrada, garantindo a privacidade e produzindo uma distribuição de luz mais uniforme no corredor (cf. Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., p. 93).

<sup>476</sup> *Descrição e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 14.ª e 15.ª página do microfilme; Vergílio Correia, “Acheegas para a topografia conventual de Santa Cruz”, in *Obras*, op. cit., pp. 292-293. A fotografia de Thurston Thompson, de 1873, mostra que esse corredor de ligação era sobre varanda do Silêncio (Maria de Lurdes Craveiro parece achar que era na própria varanda: *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 117, nota 30).

<sup>477</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem, ibidem*.

claustro, que será o da Manga<sup>478</sup>. Datará desta altura, com toda a probabilidade, a atribuição aos noviços do dormitório velho, onde de facto virão a estar, ocupando também o lanço Norte do novo claustro, contíguo e à mesma cota daquele<sup>479</sup>.

Como este contrato de carpintaria já subentende, a adição de um coro alto à igreja de Santa Cruz estava em curso em 1530, tal como estaria a empreitada da nova igreja paroquial de São João, a Sul do templo principal, substituindo a do mosteiro das cónegas, exígua e agora absorvida no corpo do mosteiro. Ambos os estaleiros se encerrarão por 1531, como atesta a realização de nova encomenda, desta vez de marcenaria e talha, firmada por Fr. Brás e o vedor das obras (agora Fernandes Ribeiro) com Francisco Lorete, a 26 de Junho, para remoção do cadeiral da capela-mor para o coro, e sua ampliação de 50 lugares para 64<sup>480</sup>. De 1531 é também o contrato de vidraria<sup>481</sup>. Em 1532, novo serviço é pedido a Francisco Lorete<sup>482</sup>: substituir o órgão da igreja (talvez ainda o de D. Gomes Eanes), por um novo. Ligado também aos acessos a Norte da igreja de Santa Cruz, este órgão coroaria o portal das capelas laterais setentrionais, envolvido por pilastras e arquitrave clássicas, e decorado por medalhões de della Robbia, que se fez na mesma altura<sup>483</sup>. Este portal, o seu simétrico, e a face para a nave do coro alto, formariam um conjunto coordenado e simétrico de estruturas análogas, de arco e arquitrave *ao romano*, em que o órgão renascentista se integrava formalmente<sup>484</sup>. [fig.26]

Por volta de 1533, em conclusão, se confirma que o Claustro da Manga está conformado e adquiriu uma identidade na orgânica do cenóbio, uma vez que a 7 de Setembro desse ano se contrata com Pero de Évora, Diogo Fernandes e Fernão Luís a realização dos “cubelos”, tanques e respetivas canalizações

---

<sup>478</sup> Nada se determina claramente em 1528; poderia ter-se começado por prever que o antigo horto passasse a ser ladeado pelo corpo solto do dormitório; depois, a criação da tipografia em 1530, que ocupará o lado sul do atual Claustro da Manga (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 125-126), ajudaria a conformar esta quadra. É de lembrar que esse lado das oficinas de prelo não era ortogonal ao conjunto (AAVV., *O Jardim da Manga*, *op. cit.*, p. 40), o que também é consentâneo com uma evolução gradual desta área para um claustro.

<sup>479</sup> *Descriçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, 14.ª página do microfilme. Relembremo-nos que a antiga biblioteca, no topo desse dormitório, fica para eles, o que torna os dois dormitórios do mosteiro analogamente ligados a bibliotecas, aliás como já fora o dormitório canonical manuelino. É um sinal qualitativo interessante que o dormitório dos noviços permaneça em espaço único, sem celas, até 1578 (Mário Mendes Brandão, *Actas dos capítulos do mosteiro...*, *op. cit.*, p. 112).

<sup>480</sup> Joana Filipa Fonseca Antunes, *op. cit.*, vol. I, 106-108. Acabarão por ser 66: 38 cadeiras altas, para os cónegos, e 28 cadeiras baixas para noviços e, mais tarde, escolares (*idem*, vol. I, pp. 45-46, 82). A este conjunto se deveria referir, indistinta e arredondadamente, Claude de Bronseval ao falar de 70 indivíduos em Santa Cruz; nada parece confirmar, entretanto, que se tenha chegado ao número “mítico” (da fundação do mosteiro, e a que já D. Manuel quisera devolver os efetivos) de 72 cónegos; aliás, pelas 54/50 celas que se previram/existiram, se vê que não se esperava tal aumento da comunidade. É verdade que as 50 celas adiantadas por D. Francisco de Mendanha parecem também não bater certo com os 38 assentos superiores do cadeiral, mas lembrem-nos que o coro alto poderia não se destinar a sentar todos os cónegos, uma vez que alguns teriam de assegurar o serviço da capela-mor e das capelas laterais da igreja, à hora dos ofícios.

<sup>481</sup> Com o mestre Pedro Picardo, da Batalha (Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença*, *op. cit.*, p. 168); segundo D. José de Cristo, a livraria e os espaços no claustro da portaria teriam vidraças já em 1530 (*idem*, p. 160; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 135, nota 4).

<sup>482</sup> Em contrato de 22 de Outubro (Joana Filipa Fonseca Antunes, *op. cit.*, vol. I, pp. 109-110).

<sup>483</sup> Pedro Dias, *idem*, p. 169. As arquitraves ainda lá parecem estar; este arcos dentro de pilastras arquivadas são talvez uma prefiguração do portal da Igreja de Arronches, também dele, de c. 1541-1542 (ver nota 54 deste capítulo).

<sup>484</sup> O coro alto tem igual estrutura e óculos florentinos, de João de Ruão, na sua face para a nave (Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, pp. 47-48), e o contrato especifica que a caixa do órgão será *ao romano* (Joana Filipa Fonseca Antunes, *op. cit.*, vol. I, p. 110).

da fonte da quadra; no livro de despesas de 1534-1535, se regista também o pagamento de trabalhos de cantaria a Jerónimo Afonso e de imaginária a João de Ruão para a mesma estrutura<sup>485</sup>. A *fons vitae*, rodeada de quatro torreões de meditação, no centro dos quatro rios dum paraíso recriado pelo pomar de árvores de fruto ali instalado<sup>486</sup>, e em contraponto ao *memento mori* da capela dos ossos da arcada setentrional, era a chave de fecho, simbólica<sup>487</sup> e compositiva, de um recinto onde convergiam o noviciado, a enfermaria<sup>488</sup>, a tipografia, a construção de instrumentos e a prática da música<sup>489</sup>. Vida e Morte, trabalho e lazer, música e livros, formação e meditação, complementavam-se assim num espaço alternativo ao Claustro do Silêncio.<sup>[fig.27]</sup>

Após 1534, além de fechos de campanhas anteriores (com evoluções de conceito) o principal vetor de novo investimento tem a ver com equipamentos de ensino, e, por consequência, com a ligação do complexo ao exterior. No que toca a remates, saliente-se como, em continuidade com o papel parenético que se associou à definição funcional no Claustro da Manga, uma série de dependências parecem ter adquirido uma forma eclesial, adicionada à sua finalidade prática. Exemplo primeiro é o refeitório que, além de ampliado em comprimento, passando a ter quatro tramos de abóboda (como a igreja de Santa Cruz), recebe uma capela axial, ladeada de púlpitos de leitura, para onde Odarte fará a escultura da Última Ceia, glosando a atribuição funcional do espaço<sup>490</sup>. Mas, pela descrição de Francisco de Mendanha, de 1540, percebemos que também a casa do concelho (que ocupou o espaço do parlatório) adquiriu uma orientação longitudinal para uma “capela-mor”, ao ser ligada à capela de São Vicente (agora do Espírito

---

<sup>485</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 125-127; o contrato de remate de forros do teto das alas do Claustro da Manga e do dormitório dos noviços é com João Afonso, a 22 de Outubro de 1535 (*idem*, p. 127).

<sup>486</sup> Helder Carita e António Cardoso, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal...*, op. cit., pp. 46-48.

<sup>487</sup> A analogia a uma construção fortificada (aliás pela terminologia do contrato, que chama “cubelos” aos torreões, e pelo facto que a eles se acesse por pontes levadiças), até pela composição em quincunze conforme a modelos castelares da época, foi várias vezes apontada pela historiografia para esta fonte (Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira, “O Renascimento”, op. cit., p. 58; Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, op. cit., p. 38; Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, op. cit., p. 45); um investimento simbólico numa “Igreja militante” pode estar aqui realmente traduzido - afinal, a capela dos ossos, para onde apontava eixo maior dos tanques da fonte, continha os despojos de cavaleiros mortos pela fé (*Descriçãam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 13.ª página do microfilme). Outras análises ao conteúdo iconográfico foram ensaiadas por George Kubler (*Portuguese plain architecture...*, op. cit., pp. 9-12), Dagoberto Markl (“O humanismo e os Descobrimentos...”, op. cit., p. 44), Susana Matos Abreu (“A Fonte do Claustro da Manga, «espelho de perfeçãam»: uma leitura iconológica da sua arquitectura”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. VII-VIII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008-2009, pp. 33-52) ou ainda, herdando destes contributos e aplicando-o a um domínio específico, Catarina Alexandra M. F. Barreiras (*Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*, tese de doutoramento em Belas Artes na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição da autora, 2010, vol. II, pp. 562-599).

<sup>488</sup> Deverá ser agora que a enfermaria passa a estar no corpo mais a Oriente; mantinha assim acesso ao horto, donde se forneceria a botica, e ficava entre dois jardins e com facilitadas condições de ventilação e quarentena.

<sup>489</sup> *Descriçãam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 13.ª página do microfilme; Ana Isabel Carvalho Buescu, op. cit., p. 313.

<sup>490</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 109-110, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, op. cit., p. 34.

Craveiro afirma que o contrato é só de 1534 (*O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 110), mas Vítor Manuel Serrão escreve que a encomenda é em 1530, estando pronto o trabalho em 1534 (op. cit., p. 153); Rafael Moreira também data o grupo escultórico de 1534 (“Arquitectura: Renascimento e classicismo”, op. cit., p. 154).

Santo), que lhe era contígua<sup>491</sup>; da mesma forma, a sala capitular teria como fulcro axial uma capela de São Teotónio, antepassada da atual<sup>492</sup>. Fenómeno paralelo de acentuação da focalização do espaço num santuário (e num *memento mori*) se dá afinal também na própria igreja do mosteiro, onde, concluída a transferência do cadeiral, se removem os túmulos régios para a capela-mor (em 1535, sendo adaptados ao novo local por Nicolau Chanterene)<sup>493</sup>, concentrando num só ponto todos os ícones de celebração do templo<sup>494</sup>.

Começados de raiz encontramos, por outro lado, os colégios de Santo Agostinho e São João Batista (a partir de c. 1534)<sup>495</sup>. Volumes adicionados respetivamente a Norte e a Sul da igreja de Santa Cruz, juntam essa vizinhança simbólica, a visibilidade no Largo de Santa Cruz, a possibilidade de acesso pelo exterior<sup>496</sup> e a implantação sobre percursos existentes, em proximidade simultaneamente à livreria<sup>497</sup> e ao coro alto, onde os colegiais assistiriam aos serviços religiosos. Enquadrando a fachada da igreja canonical e quase no seu alinhamento frontal, a exemplo da nova igreja paroquial de São João<sup>498</sup>, deveriam, por simetria com ela, ser corpos altos adossados à área da antiga torre-nártex, elevando-se até ao arranque dos botaréus octogonais<sup>499</sup> [fig.30,31a,31b]

Logo a seguir, senão simultaneamente, inicia-se o grande projeto de dar corpo a uma estrutura universitária na cidade, como uma *extensão* do mosteiro de Santa Cruz; o cerne da iniciativa é a Rua da Sofia, mas a sua génese e rótula de ligação à pré-existência está nos novos colégios de São Miguel e

<sup>491</sup> O Retábulo do Pentecostes, de Grão Vasco (1534-1535), ilustrava esta capela, a que Maria de Lurdes Craveiro chama a “capela-mor” da sala do conselho (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 144-145). A escolha da tela manifesta mais uma vez afinidade temática, entre uma imagem da atribuição bíblica do dom das línguas e uma sala de reunião, um lugar de diálogo; Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, p. 103) nota também no retábulo a presença de livros - e mesmo de um copista - como uma adequação ao carácter do mosteiro (a versão quase idêntica do mesmo tema que o pintor fez mais tarde para a Sé de Viseu não inclui estes elementos, embora seja igualmente “personalizada”, nesse caso com uma referência à abóboda de nós da catedral). [fig.28]

<sup>492</sup> *Descriçãem e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, 10.ª e 11.ª páginas do microfilme; deteta-se também “eclesialização” da enfermaria, com os enfermos a poderem ver a eucaristia dos leitos, em capela no topo do espaço (*idem*, 14.ª página do microfilme; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 125, nota 3); a livreria pode ter tido uma estrutura análoga, estando ligada por um portal à divisão mais pequena do cartório, no seu topo Sul (*idem*, p. 118, nota 32).

<sup>493</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, pp. 65-66 (sobre essa intervenção, leia-se o capítulo anterior, no ponto 6.4.1).

<sup>494</sup> A área do “transepto” que antecede a capela-mor, definida pela alta grade metálica instalada em 1520 (ver capítulo anterior, no ponto 6.4.1), também acolherá esta nova dimensão escolar de Santa Cruz: é pelo menos ali que em 1570 D. Sebastião assiste a uma cerimónia de atribuição de doutoramento (Augusto Mendes Simões de Castro, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570, e do modo como foi recebido pela Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 36).

<sup>495</sup> O arranque dos colégios é geralmente colocado em 1535, mas o primeiro ano letivo é o de 1534-1535 (Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições...”, *op. cit.*, p. 93).

<sup>496</sup> Em pórtico reentrante de arquivada reta sobre colunas, como o convento da Graça de Évora (ligação já feita por Rafael Moreira, segundo Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 135), mas igualmente, no uso de entablamento, como o templete central da fonte da Manga, e como a “galilé”/alpendre de entrada, na portaria de Santa Cruz. [fig.29]

<sup>497</sup> Biblioteca para a qual se compram livros, nesse período de 1534-1535 (ver nota 199 deste capítulo), o que também dirá que deve estar pronta, em estrutura e recheio, aliás para cumprir o seu papel de apoio aos Estudos.

<sup>498</sup> De que o colégio que se lhe sobrepôs tomou afinal a invocação.

<sup>499</sup> No desenho de José Carlos Magne os edifícios a Norte são mais altos, mas toda essa fachada deve ter posteriormente crescido em altura; acredito mais, até por respeito à fachada da igreja canonical, que a cota do volume do atual café de Santa Cruz (com um piso adicionado sobre a igreja de São João, como sempre se vê nas fotografias e gravuras antigas) fosse igual do lado oposto; atrás desses volumes mais largos haveria ligações mais estreitas ao núcleo do mosteiro: atrás do colégio de São João Batista teria havido a casa do sacristão (em 1.º piso, sobre a sacristia) e dali, pela biblioteca manuelina (o *armarium*), ao noviçado; atrás do colégio de Santo Agostinho, o acesso ao coro e à biblioteca nova, e um pátio sobre a cobertura da antiga igreja das Donas.



Todos os Santos, para os quais se compram terrenos em Setembro de 1535, decorrendo já a construção em Novembro<sup>500</sup>; a ideia da abertura da nova rua, no entanto, já fora discutida entre Fr. Brás de Braga e D. João III entre Fevereiro e Abril desse ano, ao decidir a edificação dos colégios<sup>501</sup>. O conjunto articulado destes dois institutos resolvia a torção entre o corpo da canónica crúzia e o alinhamento da nova via, assim como estabeleceria uma continuidade de cércea entre ambas<sup>502</sup>. A Rua da Sofia, entretanto, começara a concretizar-se em 1536, com a compra de terrenos entre Setembro desse ano e Novembro do seguinte, e em 1538, em Março, já estava definido o seu nome, a sua extensão e a sua organização, e se aforavam terrenos para construção<sup>503</sup>. Nova em forma e em função, a rua é ainda assim mais uma das que convergiam no adro de Santa Cruz<sup>504</sup>, e afinal uma versão planeada da antiga Rua Direita, substituindo-lhe a função de entrada em Coimbra para quem vinha de Norte, e criando mesmo novo limite formal, a porta de Santa Margarida.<sup>[fig.32]</sup>

Face à relativa abundância de notícias sobre a alteração e topografia dum edifício largamente desaparecido, com que deparamos em Coimbra, em Vila Nova de Gaia temos bastante pouca informação concreta sobre a forma original do cenóbio que coroa hoje o relevo de Quebrantões. Mais ainda, o edifício magnífico que ainda ali encontramos – e que muito mais que Santa Cruz captou o favor crítico da nossa historiografia – tem pouco ou nada que possamos seguramente atribuir ao segundo terço de Quinhentos: o dormitório, tal como está, será obra de 1660, a igreja data de 1669, as atuais forma e implantação do claustro jónico estabilizaram em 1692<sup>505</sup>, e as dependências da sacristia e refeitório são setecentistas<sup>506</sup>; em boa verdade, o único elemento do mosteiro que será da primeira campanha de obras e que se encontra no seu local original será o campanário, que já existiria em 1552<sup>507</sup>.<sup>[fig.33]</sup>

---

<sup>500</sup> Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., p. 70; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 149-150.

<sup>501</sup> Rui Pedro Lobo, *idem*, pp. 70-72; Walter Rossa, “A Sofia...”, op. cit., p. 19.

<sup>502</sup> Na vista de Magne, como já disse acima, o mosteiro é mais alto que os colégios, mas tinha menor cércea em 1535 (até porque o dormitório, faceado com a biblioteca, era em plano recuado e não chegava então à frontaria); a Rua da Sofia e a nova portaria de Santa Cruz são coordenadas de forma a ficarem no mesmo alinhamento (segundo D. Francisco de Mendanha, *Descripçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 9.ª página do microfilme), que, com o seu formato cilíndrico, absorvia a torção entre o eixo da via e a orientação do mosteiro; no enfiamento da rua da Sofia, atrás da portaria, erguia-se o volume do colégio de Santo Agostinho.

<sup>503</sup> Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., pp. 73-74, 78; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 166-169; Walter Rossa, “A Sofia...”, op. cit., pp. 19-20.

<sup>504</sup> Também ele regularizado e urbanizado (com a cobertura do ribeiro da Runa e a instalação de uma segunda fonte, de São João, frente à portaria), assim como o são outras ruas a ele conduzindo, como a de Montarroio, entre as dependências de Santa Cruz e os colégios anexos, e a rua das Figueirinhas, limítrofe ao Mosteiro (*Descripçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, op. cit., 4.ª página do microfilme; Mário Mendes Brandão, *Actas dos capitulos do mosteiro...*, op. cit., pp. 169-170; Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, op. cit., pp. 36-37; Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, op. cit., p. 87; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 11; Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 15 e 151).

<sup>505</sup> Paulo Varela Gomes, op. cit., pp. 73-74.

<sup>506</sup> À porta da sacristia está gravado “1755, Ano do Terramoto”; todo o bloco tem feições pombalinas plenas e terá sido feito após danos do terramoto, e a inscrição será a marcação da efeméride que lhe deu origem e não do remate da obra, como veremos no capítulo IX.

<sup>507</sup> George Kubler, citando Fr. Marcos da Cruz, *Portuguese plain architecture...*, op. cit., p. 67.

Que sabemos nós sem sombra de dúvida sobre a primeira fase de existência de São Salvador da Serra?<sup>508</sup>

I – o intervalo e amplitude da empreitada – é certo que a transferência da canónica de Grijó para junto do Porto teve início em 1537/1538 e que toda a menção de despesas relativas a obras cessa em 1555, não retomando antes da década seguinte<sup>509</sup>; também o é que a refundação da terceira Casa em importância dos Regrantes pretende ser um complexo com todas as valências<sup>510</sup>, que se fez a implantação do conjunto completo desde o início e que Fr. Brás de Braga o considerava um objeto arquitetónico de relevo, chegando ao ponto de dizer que poderia rivalizar com a cabeça da Congregação, em 1541<sup>511</sup> (data em que as obras em Coimbra tinham atingido a sua dimensão definitiva, o que torna a afirmação ainda mais enfática);

II – a implantação e acessos do mosteiro – são bem conhecidos o processo de aquisição de terrenos para a cerca, a sua infraestruturização, assim como os limites e ligações ao exterior<sup>512</sup>; uma via de acesso funcional principal estendia-se para Sul, ao longo da atual Rua dos Polacos e em direção a São Cristóvão de Mafamude, indo mais longe confluir com a estrada de Coimbra e Lisboa, que seguia para Vila Nova de Gaia; a essa vila, outro acesso mais cerimonial<sup>513</sup> ligava o mosteiro, descendo a encosta até ao Douro;<sup>[fig.34]</sup> inquestionável também é que, no encontro desses dois percursos, no alto do monte de São Nicolau e ao longo da falésia, vendo e sendo visto de Gaia, do Porto e do rio (a montante e a jusante), se implantou

---

<sup>508</sup> Genericamente, para este enunciado-tipo (que não casos específicos destacados adiante), uso a informação consistentemente documentada e analisada por Eugénio de Andrea da Cunha Freitas (“O mosteiro da Serra do Pilar no séc. XVI - notas de História e de Arte”, in *O mosteiro da Serra do Pilar*, “Monumentos de Vila Nova de Gaia/1”, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 7-18); Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves (“Nótula para a História do mosteiro de Sto. Agostinho da Serra”, in separata da *Revista da Universidade de Letras*, 2.ª série, vol. 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 297-305, e “O novo corpo da igreja do Mosteiro de St.º Agostinho da Serra e a deslocação do Claustro (1690-1691)”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, pp. 41-45), Carlos Ruão (*op. cit.*, pp. 33-39), e sobretudo Susana Matos Abreu (“Uma *Civitas Dei* em Quebrantões..., *op. cit., passim*, e *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit., passim*, mas nomeadamente pp. 14-50).

<sup>509</sup> Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, p. 24; é de lembrar que Fr. Brás saiu dali em fins de 1542 e se tornou bispo de Leiria em 1545, que Diogo de Castilho se começa a afastar de Santa Cruz em 1546/1547, e que João de Ruão está ocupado com André de Gouveia e o colégio das Artes em 1547.

<sup>510</sup> Os registos falam pelo menos da enfermaria, iniciada Setembro 1542 e pronta em 1566 (o que, com paragem de obras por volta de 1555/1560 deve querer dizer que foi grandemente feita antes - Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 22-24; Carlos Ruão, *op. cit.*, pp. 34-35); há uma referência a uma escola, em 1541, e a hospedaria estaria pronta em 1549 (George Kubler, *Portuguese plain architecture...*, *op. cit.*, pp. 65-67), ou pelo menos em 1576 (Susana Matos Abreu, *idem, ibidem*).

<sup>511</sup> Carlos Ruão, *op. cit.*, pp. 34-35.

<sup>512</sup> Joaquim António Gonçalves Guimarães, *A Serra do Pilar: património cultural da Humanidade*, Vila Nova de Gaia, Fundação Salvador Caetano, 1999, pp. VIII-XV; Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões..., *op. cit., passim*, e *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 15-16, 21-22.

<sup>513</sup> Descia a encosta em direção a Vila Nova de Gaia um caminho, que foi de procissão, e que virá a ter via sacra (Joaquim António Gonçalves Guimarães, *A Serra do Pilar...*, *op. cit.*, pp. XIII-XV, 52; Marta Maria Peters Arriscado Oliveira, “O mosteiro do Salvador..., *op. cit.*, p. 22); era acesso mais direto ao mosteiro, mas menos confortável, devido à pendente. O Rio Douro é também via processional, entre a capela do Senhor de Além, na cerca do mosteiro, e a Foz, local das obras de D. Miguel da Silva (Marta Maria Peters Arriscado Oliveira, *idem*, pp. 16-19), assim como via de chegada, do mar, certamente, mas ao mesmo tempo do interior duriense, na direção de outros mosteiros cruzios, como Ancede e Cárquere, precisamente em disputa entre Cruzios e outras Ordens, nesta altura (Susana Matos Abreu transcreve testemunho, de 1566, que identifica São Salvador da Serra como etapa de ligação facilitando as viagens para as canónicas do Norte do país – *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 14-15 e nota 14).

a canónica<sup>514</sup>;

III – alguns dados sobre o edificado – com solidez, parecemos apenas poder afirmar duas coisas, sendo uma a feitura quinhentista da referida torre sineira (que nos dá por conseguinte um vértice e um alinhamento do conjunto)<sup>515</sup> e outra a existência inicial, e pelo menos parcial construção, de um templo circular no topo do cabeço, pela incontornável descrição do Dr. João de Barros, em 1549, que o diz “redondo e de arte mui nova, e em lugar donde se vê o mar e a cidade”<sup>516</sup>.

Algumas outras afirmações, embora com maior grau de inferência, podem fazer-se adicionalmente:

IV – que existiu um dormitório ao longo da crista de Quebrantões antes da notícia de demolição e reconstrução de um dormitório em 1660<sup>517</sup>, mesmo podendo ter sido mais curto, ou tendo tido só um renque de celas, viradas para o rio<sup>518</sup>;

V – que o claustro do desenho original deve ter sido maior que o presente<sup>519</sup> e que pode ter tido dois

<sup>514</sup> A necessidade de mudar a ermida que existira no topo do cabeço di-lo (Susana Matos Abreu, *idem*, p. 15 e nota 15). A implantação do cenóbio segue a tratadística acessível aos cruzios: por um lado ecoa as recomendações de Vitruvius para a localização de cidades fortificadas, em locais dominantes, particularmente sobre rios e com acesso por mar (*De Architectura libri decem*, I, 4, 1; I, 5, 1; *Vitruvius, tratado de arquitectura, op. cit.*, pp. 41-42, 45-46 – como nota Susana Matos Abreu, *idem*, p. 16) mas também para templos extraurbanos, que deveriam ter visão abrangente sobre as cidades vizinhas (*De Architectura libri decem*, IV, 5, 2; *Vitruvius, tratado de arquitectura, op. cit.*, p. 153), por outro, assemelha-se às fortalezas e bastiões circulares que ilustram predominantemente o tratado de Dürer (*De urbibus, arcibus, castellisque condendis...*, *op. cit.*, por ex. fls. 23-24, 37-38, 43-44, 64-65).<sup>[fig.35]</sup> Ao mesmo tempo, a opção pode refletir memórias de mosteiros hieronimitas, quer na ocupação do topo de montes, como na Pena, em Sintra, quer mesmo na relação direta de visibilidade sobre o rio de Santa Maria de Belém (Susana Matos Abreu, *idem*, p. 15, nota 15).

<sup>515</sup> A presença do campanário não quer dizer que ali, na posterior portaria, fosse a igreja primitiva/provisória, como acha Paulo Varela Gomes (*op. cit.*, p. 81); Susana Matos Abreu rejeita essa hipótese (*idem*, p. 26) e, de facto, o edifício existente não parece ter nada a ver com Quinhentos; note-se que em Santa Cruz, a igreja e a torre dos sinos não são nem adjacentes, nem sequer próximas. Esta torre, apesar da muito menor dimensão e inexistência de espaços interiores habitáveis, tem semelhanças com a de Coimbra, com o estrato com as arcadas das sineiras sobre um volume maciço, quase cego, e sem articulação por elementos de linguagem clássica (cf. Cátia Teles e Marques, “Na torre dos sinos...”, *op. cit.*, pp. 164-165).

<sup>516</sup> *Geographia d'Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, op. cit.*, p. 37. Além disso, como diz Paulo Varela Gomes, a época em que se fez a igreja atual não adotaria facilmente aquele partido arquitetónico, o que mais sustenta a tese de uma reconstrução, pelo menos em algum grau (*op. cit.*, pp. 79-80, 82; Carlos Ruão também usa o mesmo argumento, em *op. cit.*, p. 39).

Esta morfologia e colocação na paisagem dariam à igreja de São Salvador da Serra o carácter de uma torre de vigia, ou mesmo um farol, e portanto um remate da cenografia da entrada na barra, de uma série de corpos centralizados cupulados, feita por D. Miguel da Silva, uma década antes.<sup>[fig.36]</sup>

<sup>517</sup> Que existia um dormitório em 1542 é indubitável, pelas referências documentais, que relatam a primeira missa da comunidade transferida como tendo ocorrido numa cela (Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 23-24, 49-50; cf. Carlos Ruão, *op. cit.*, pp. 34-35); que se localizasse na crista do Quebrantões é o que se depreende da crónica de Fr. Marcos da Cruz, de 1636, que fala da visibilidade sobre a cidade, rio, mar e montes, conjunção só possível ali (*apud* Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões...”, *op. cit.*, p. 9), assim como da descrição de Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro VI, cap. XV, p. 342), que é certamente anterior a 1660, embora publicada depois, dado que a primeira das licenças (o *imprimatur* do prior-geral cruzio) é de 1657, antes das obras de “reconstrução” (cf. Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, pp. 107-110).

A descrição de Nicolau de Santa Maria é aliás eloquente: “(...) o Dormitorio, que fica abaixo pera a parte de Norte com as janellas das cellas pera a dita cidade do Porto & sobre o Rio Douro (...)”.

<sup>518</sup> Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, p. 49; as considerações de Fr. Marcos da Cruz (referidas na nota anterior) que destacam a paisagem como alívio da clausura, também teriam mais lógica se as celas na Serra do Pilar nunca estivessem viradas para o interior e privadas portanto dela.

<sup>519</sup> Assim parece, no contrato de 1582 (Susana Matos Abreu, *idem*, pp. 47-48); isso tornaria o projeto original num exercício da relação círculos de *diferentes* diâmetros, ao contrário da relação de uniformidade que se produziu após as obras seiscentistas. Essa matriz compositiva, além de abrir outras analogias com referentes tratadísticos (*idem*, pp. 87-89) tornaria substancialmente mais diretas as aproximações já feitas por Rafael Moreira e Paulo Varela Gomes entre o mosteiro da Serra e as então descobertas câmaras circulares, das termas romanas da chamada Casa de Sertório, em Évora, cidade onde Diogo de Castilho tinha estado pelo menos em 1535 (Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 82), assim como com a posterior capela de Santo Amaro, em Lisboa (relação distantemente sugerida por Marta Maria Peters Arriscado Oliveira, em “O mosteiro do Salvador...”, *op. cit.*, p. 20, e Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 83), tradicionalmente atribuída a Diogo de Torralva, mas de que Paulo Pereira dá a autoria precisamente a Diogo de Castilho (*Arte Portuguesa, op. cit.*, p. 533).

[fig.37]

andares<sup>520</sup> – como já era norma então e como quase necessariamente teria de ter, quer porque um conjunto desta dimensão (enquanto foi a nova sede do mosteiro de Grijó, pelo menos) necessitaria de mais do que um piso para acolher os espaços necessários ao seu funcionamento, quer porque, pela topografia do local, as construções a Sul ficariam automaticamente um nível acima, tendo o claustro de resolver essa diferença de cotas;

VI – que o organigrama à volta do claustro, sendo o dormitório a Norte e a igreja a Oeste, deveria quase necessariamente implicar (sabendo nós que nele havia quatro portas antes da desmontagem de 1690<sup>521</sup>) que a sala capitular fosse a Sul, por proximidade à igreja, e o refeitório a Este, opondo-o àquela, como é preceito monástico e como tinha acabado de se repor em Santa Cruz<sup>522</sup>; o refeitório ficaria assim em ligação ao dormitório e poderia ter cozinha do lado do terreiro de acesso ao mosteiro, onde ela aliás permaneceu<sup>523</sup>;

VII – tomando igualmente como premissa a lógica de acessos e de funcionalidade, postularia também a provável existência de um quadrilátero fechado – as hospedarias e enfermarias previstas, assim como as inevitáveis oficinas agrícolas e espaços de armazenamento teriam de estar do lado da cerca e de acesso principal, o que levaria à existência de uma frente edificada a Sul, e, existindo duas alas paralelas (até para estabelecer a clausura, até pelo precedente de Coimbra), é difícil de acreditar que se não encerrasse o topo Nascente; isso teria resultado numa dicotomia entre claustro formal e pátio de apoio, o que pelo menos existiu mais tarde<sup>524</sup>.

---

<sup>520</sup> Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 73.

<sup>521</sup> Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, p. 43 (Paulo Varela Gomes, cuja data da tese é anterior à de Susana Matos Abreu, diz que havia uma porta e se manda copiar quatro vezes no contrato de alteração do claustro de 1690 - *op. cit.*, p. 79).

<sup>522</sup> Isto também implicaria que se entraria no coro axialmente, pelo extremo oriental, o que pode ter precedentes na capela-mor manuelina de Santa Cruz (como vimos no capítulo anterior).

<sup>523</sup> O projeto de um claustro de dois pisos, além de sugerir a configuração do coliseu romano, deveria traduzir-se por um quadrilátero com um vazio cilíndrico, como o palácio de Carlos V e como o convento de San Pietro in Montorio (tal como originalmente projetado); por sua vez, a relação desse corpo com o cilindro da igreja manteria uma semelhança com Tomar, e a articulação do claustro de Santa Bárbara com a igreja (paralelo adiantado por Marta Maria Peters Arriscado Oliveira, em “O mosteiro do Salvador...”, *op. cit.*, p. 21), e mesmo, em volumetria, se bem que não em distribuição funcional, com a igreja de São João da Foz (relação sugerida, embora pensando apenas na associação entre nave e capela-mor, por Marta Maria Peters Arriscado Oliveira, *idem*, pp. 18-19, e Rafael Moreira, *op. cit.*, p. 171), assim como o Salvador de Úbeda (Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 88, e Vítor Manuel Serrão, citando Rafael Moreira, *op. cit.*, p. 71) e, ainda mais proximamente, com o mesmo palácio de Carlos V em Granada.

<sup>524</sup> Pelo menos assim seria c. 1657, pela já referida descrição de Nicolau de Santa Maria (ver nota 517 deste capítulo) que diz: “(...) corredor das oficinas do Mosteiro que fica pera a parte de Sul está em lugar mais alto, & emineite que o Dormitorio, que fica abaixo pera a parte de Norte com as janellas das cellas pera a dita cidade do Porto & sobre o Rio Douro; & em meyo do dito corredor de cima & do dormitorio (que ambos são de hum comprimento) ha hũa aprazivel orta, & jardim de murtas. limoeiros & laranjeiras, & dentro da mesma horta um grande tanque de agoa, sobre o qual corre hũa fonte prerennemente.” (*op. cit.*, livro VI, cap. XV, p. 342).

Sobre outras hipóteses se pode ainda especular, á luz do que fora feito em Santa Cruz: a ter-se planeado uma escola, como refere George Kubler (ver nota 510 deste capítulo) poderia ela ter existido sobre o adro, a Sul, acoplado à igreja? e a “portaria” que os documentos registam como planeada corresponderia a um *claustr*o de portaria, como aparece literalmente escrito em documento de 1583 e como reforça a referência de 1580 a uma “varanda” ali?

Veja-se Isabel Sereno, João Santos e Paula Noé, “Mosteiro da Serra do Pilar”, 1994-1998, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 8-7-2016].

Se um projeto global houve, atribuível a João de Ruão em parceria com Diogo de Castilho<sup>525</sup>, e foi marcado integralmente no terreno, com abertura de alicerces, os trabalhos de levantamento do complexo seguiram um faseamento pragmático. Existia um dormitório dividido em celas em 1542, quando os cônegos se transferiram de Grijó para ali<sup>526</sup>, e, para que essa mudança acontecesse, algumas dependências funcionais de suporte à subsistência existiriam igualmente. Mas, no intervalo em que analisamos, os cônegos utilizariam apenas um pequeno templo provisório, retangular ou cruciforme<sup>527</sup>, quiçá resultado de adaptação de um espaço destinado a outra função posterior.<sup>[fig.38a,38b]</sup>

No colégio de Nossa Senhora da Graça temos enfim um caso onde é bastante sólida quer a informação sobre o decurso da edificação – através do *Livro de Obras*, redigido entre 1543 e 1548 pelo seu responsável e reformador dos Eremitas de Santo Agostinho, o já referido Fr. Luís de Montoya – quer a presença de testemunhos físicos herdados de Quinhentos<sup>528</sup>.<sup>[fig.39]</sup>

Também aqui, como nos enunciados estereotípicos que abordámos antes, se conclui a existência de um desenho geral desde o início, antes de encetado o *Livro* de registo, e portanto datável de 1542<sup>529</sup>. Atesta-se também, pelas anotações de Fr. Luís, que o conjunto incorpora, além das estritamente colegiais (salas de aula e livraria), todas as valências expectáveis de um complexo conventual: as de culto (igreja e sacristia), de suporte da comunidade interna (dormitório, capítulo, refeitório e cozinhas, enfermaria, anexos agrícolas) e de interação com o mundo exterior (a referida enfermaria, que deveria pelo menos aceitar alguns doentes externos, e a hospedaria). A sequência de execução da empreitada é de igual modo consistente com os exemplos anteriores, concentrando-se primeiro esforços, logo em 1543, nas dependências de abrigo e destinadas à função colegial do edifício<sup>530</sup>, seguidas dos espaços dedicados à

---

<sup>525</sup> As referências documentais só atestam incontestavelmente que ambos trabalham na obra; é discutível (e voltarei a isto adiante) se autoria é apenas de João de Ruão, com Castilho como empreiteiro, mas é certo que Ruão tem papel importante (cf. Carlos Ruão, *op. cit.*, p. 34; Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 37-40).

<sup>526</sup> Ver nota 517 deste capítulo.

<sup>527</sup> Carlos Ruão, *op. cit.*, pp. 34-35, Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 80-81, Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 24 e 28, nota 31.

<sup>528</sup> Para analisar o colégio da Graça, baseio-me na reconstituição de Rui Pedro Lobo (*Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, pp. 93-94, e “Os colégios universitários de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 37-38, nomeadamente a planta que fornece na p. 37) e na leitura dos documentos e do edificado de Maria de Lurdes Craveiro (“A reforma joanina e a arquitectura dos colégios”, *op. cit.*, pp. 24-25, e sobretudo *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 236-271), pelo que, como nos enunciados-tipo anteriores, me escuso de certos detalhes.

<sup>529</sup> Diogo de Castilho é pago logo várias vezes pelo seu trabalho em 1543 (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 239).

<sup>530</sup> No dormitório (de 1543 a Agosto de 1548); na livraria e salas de aulas (desde Abril de 1543 e prontas em Setembro de 1544); na portaria (de Outubro de 1543 a Novembro de 1546). Ao mesmo tempo, estes são espaços que ocupariam a frente da rua da Sofia, concretizando visualmente a ocupação e delimitação do lote; faz-se também precocemente uma igreja provisória (entre Outubro de 1543 e Janeiro de 1544), chamada “capela” na documentação e de muito rápida execução (pelo que, pela cronologia, poderia ser uma cela ou um compartimento de aula adaptado). Do início é igualmente a hospedaria (de Abril de 1543 a Dezembro de 1545). Veja-se Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 257-260, 263-264, 264-265, 238-239, 266.

subsistência (no início de 1544)<sup>531</sup>, vindo o claustro e dependências formais a ele associadas um pouco depois, mas ainda nessa fase<sup>532</sup>, e elevando-se a igreja claramente no final, em tempo já posterior ao *Livro de Obras*, entre 1548 e 1555<sup>533</sup>.

A partir das permanências quinhentistas no imóvel atual, bem como das referências documentais, é possível descrever razoavelmente a organização formal projetada no colégio da Graça. O conjunto definiria um quadrângulo longo, ortogonal e encerrado<sup>534</sup>. Não tendo em conta distorção de eixo principal do retângulo (que é mais Sudeste-Nordeste que Sul-Norte), pode dizer-se que a igreja ocupava o lado Sul e as dependências cenobíticas se desenvolviam para Norte, à volta de, sucessivamente, um claustro quadrado e um pátio alongado; o dormitório e espaços diretamente colegiais ficavam a Poente, o primeiro ao longo do pátio, os segundos acedidos pelo claustro, distribuídos em dois pisos<sup>535</sup>. No lado oposto tínhamos a sacristia e o capítulo sucedendo à igreja, no claustro, e certamente as dependências ligadas à agricultura, com acesso aos terrenos a Nascente, mais adiante. O septo interno entre o claustro e o pátio continha o complexo dos refeitórios (o principal e o dos moços), cozinhas e despensas, no nível térreo. As fachadas longas (sendo as outras de meiação) estabeleciam os interfaces com o exterior. A Rua da Sofia ficava a Oeste e para ela davam o alpendre da portaria<sup>536</sup>, no nó das zonas do claustro e do pátio, e a porta da igreja. A entrada de carros, pelo contrário, era a Este<sup>537</sup>, dando para caminho à cota alta da Conchada, que era alternativa à Rua da Sofia, e ligava à medieval *via antiqua* e à estrada de Viseu, contornando a quinta de Santa Cruz por Montarroio<sup>538</sup>. Nessa encosta ficava a cerca do colégio, que teria áreas diferenciadas de quinta e horta, e eventualmente jardim<sup>539</sup>. [fig.40]

A dúvida reside na implantação da enfermaria e hospedaria referidas no *Livro de Obras*. Maria de Lurdes Craveiro acha que, por exclusão de partes, teriam de ser forçosamente na ala Nascente e, sabendo pelo *Livro de Obras* que a hospedaria está entre enfermaria e colégio setentrional de S. Pedro, inclina-se

<sup>531</sup> O refeitório (de Janeiro de 1544 a Fevereiro de 1546), seguido das cozinhas (de Abril de 1546 a Agosto de 1547) e do refeitório dos moços (em Outubro de 1547). Também a partir do início de 1544 se organiza a cerca (é murada até meados de 1544 e um olival é comprado a Julho de 1544) e se constroem o lagar, adega, celeiro e cisterna (de 1544 a 1547). *Idem*, pp. 237 e nota 35, 257, 260-263, 270.

<sup>532</sup> O claustro propriamente dito (de Agosto de 1544 a Junho de 1548), a sacristia (de Agosto de 1544 a Agosto de 1548), o capítulo (igualmente de Agosto de 1544 a Agosto de 1547) e mais tarde ainda a enfermaria (de Outubro de 1544 a Fevereiro de 1547). *Idem*, pp. 249-252, e 267-270.

<sup>533</sup> *Idem*, pp. 238-240.

<sup>534</sup> A planta topográfica de Coimbra de Izidoro Emílio da Expectação Baptista, de 1845, mostra na Graça uma ala a Nascente e pelo menos parte a Norte. Se o bloco se encontrava truncado, por inacabamento ou por ruína, creio que é lícito crer que um projeto quinhentista nunca preveria essa irregularidade.

<sup>535</sup> Sobre a rua haveria lojas; as salas de aula e a livraria seriam acima, ao nível do claustro. As salas de aula poderiam ocupar outras alas do claustro (nas áreas vazias na reconstrução de planta de Rui Pedro Lobo) e nos dois andares, assim como seria plausível que no claustro ficassem as salas de despacho e fazenda (no piso térreo e junto aos acessos) e talvez a residência dos mestres, separada da dos colegiais (no piso superior?).

<sup>536</sup> As arcadas atuais da portaria são posteriores; em meados de Quinhentos haveria um pórtico, que poderia ser de arquivada reta (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, p. 265).

<sup>537</sup> Vê-se no contrato, que se fez “cerca de carro” pela parte da Conchada” (*idem*, p. 257).

<sup>538</sup> É o que se depreende de planta de Coimbra de 1845 (cf. Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, op. cit., p. 169).

<sup>539</sup> Já vimos que havia um olival na quinta (ver nota 531) e há uma referência documental a uma “cerca da horta” (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 257); a gravura de Bráunio sobre Coimbra, de finais do século XVI, mostra jardins formalizados na encosta atrás do colégio da Graça.

para que ambas as valências partilhem sucessivamente o corpo Este<sup>540</sup>. Eu proporia a possibilidade de a hospedaria ocupar o topo Norte, que a autora não considera: essa ala permitiria o acesso quer pela porta de carro, quer pela Rua da Sofia<sup>541</sup>, o que me parece funcionalmente lógico, e estaria de acordo com a referência documental; além disso, que a hospedaria fizesse parte de fachada Poente justifica a cronologia de edificação, em sincronia com todas as instalações desse lado, enquanto a enfermaria, por seu turno, se faz quando estão em obra outras construções a Nascente<sup>542</sup>. [fig.41a,41b,41c]

A igreja do colégio é uma caixa oblonga coberta por abóboda de canhão e tripartida longitudinalmente – a primeira seção abriga uma outra abóboda intermédia, suportando o coro alto, a segunda, e mais ampla, é a nave da igreja e a terceira, delimitada por um arco triunfal pouco saliente, a capela-mor. Este volume dominante é secundado por dois conjuntos de três capelas laterais intercomunicantes, de ambos os lados da nave única; abertas em arcos iguais para a nave, as capelas junto à cabeceira diferenciam-se por terem uma abóboda de canhão, armada no sentido transversal da do corpo da igreja, enquanto as restantes estão cobertas em cruzaria, e por estarem mais fechadas em relação às capelas vizinhas<sup>543</sup>. [fig.42] No seguimento das três capelas do lado do Evangelho, entre a igreja e as dependências cenobíticas, o espaço lateral ao tramo do coro alto é ocupado por uma divisão que pode ter sido uma portaria secundária (colegial?), sobre a qual se ergueu uma torre sineira; o espaço oposto, à direita da fachada, permanece inacabado, mas poderia ter vindo a ter um campanário simétrico<sup>544</sup>. A frontaria do templo parece, aliás, incompleta e/ou chegada a nós de forma truncada. Elevada e recuada sobre a rua, com um portal tardio e quase certamente remodelado<sup>545</sup>, é plausível supor que possa ter sido provida de um alpendre que resolvesse as diferenças de cota e alinhamento<sup>546</sup>. [fig.43] Se o volume único eclesial e a sua subdivisão (assim como a torre lateral sobre portaria e mesmo o possível alpendre) ecoam a configuração da então recentíssima igreja conventual dos Eremitas Agostinhos em Évora<sup>547</sup>, é inegável

---

<sup>540</sup> *Idem*, pp. 266-267.

<sup>541</sup> Poderia ter uma entrada pelo nível térreo, debaixo do dormitório, formando uma segunda portaria; a hospedaria teria dessa forma janelas para o pátio.

<sup>542</sup> A enfermaria deveria ser em andar superior, eventualmente sobre o topo Este da hospedaria e sobre oficinas ligadas à quinta; não teria sentido que a mesma ala tivesse cronologias diferentes de edificação.

<sup>543</sup> Formando uma espécie de transepto pouco/não assumido, como pode ter sido o caso também em Santa Cruz, tanto no período românico como manuelino.

<sup>544</sup> Possibilidade levantada por Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 241; o paralelo com a fachada tardo-gótica de Santa Cruz, que o precede, e a frequência posterior do uso de duas torres nos colégios conimbricenses, reforçam a plausibilidade da hipótese (ver notas 546 e 565 deste capítulo).

<sup>545</sup> *Idem*, p. 243.

<sup>546</sup> Maria de Lurdes Craveiro sugere-o, apoiando-se em Walter Rossa (*idem*, pp. 243-244); essa hipótese faria da Graça o elo de ligação entre os dois tipos de fachadas de igrejas colegiais propostos por Rui Pedro Lobo (*Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo...*, op. cit., p. 56) - as de campanário lateral e fachada em empena e as de duplo campanário com nártex aberto, integrado na fachada.

<sup>547</sup> É de considerar que as alterações depois do desabamento do teto da igreja de Évora, em 1884, aumentaram a leitura de continuidade da nave, dando-lhe, em 1961, uma cobertura que parece de pseudo-canhão, quando haveria antes uma abóboda com lunetas de penetração, se não de arestas; ainda assim, a situação em 1884 já não seria a original, que desconhecemos, uma vez que tinha havido outro colapso, em 1603 – ver Manuel Branco e Paula Amendoeira, “Convento e Igreja da Graça de Évora”, 1993-1998, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 7-7-2015]. [fig.44]

ver o quanto ela coincide igualmente com a igreja de Santa Cruz, de onde quase certamente herdou a composição das capelas laterais, que não existem no convento de Évora<sup>548</sup>.

Também entre a abordagem dos Gracianos no convento de Évora (que aliás pode ter sido edificado simultânea ou posteriormente ao colégio conimbricense<sup>549</sup>) e a dos Regrantes em Coimbra e em Gaia, está o longo dormitório compondendo um alçado unitário sobre a Rua da Sofia. No colégio da Graça não existem as terças como em Santa Cruz, uma vez que, só tendo um renque de celas, o corredor pode ser iluminado por vãos diretos para o pátio interior. Neste dormitório surge (tanto quanto sabemos, pela primeira vez<sup>550</sup>) uma inovação: a atribuição a cada cela de dois vãos diferenciados, uma fresta e uma janela<sup>551</sup>, um de contacto com o exterior e outro de iluminação de uma área de estudo<sup>552</sup>. Na Graça pode adicionalmente estar o exemplo acabado mais antigo do chamado claustro castilhiano<sup>553</sup>, de dois pisos (o térreo em arcaria e abobadado, o superior com arquivada plana e cobertura em madeira, ambos apoiados em colunas), com tramos de vão duplo, intercalados por contrafortes, e cantos chanfrados; também, numa variação que marcará a tipologia colegial, as colunas do andar inferior são uma aproximação (não canónica) à ordem jónica, de associações tratadísticas ao estudo e erudição.<sup>[fig.46]</sup>

A partir destes enunciados-tipo é possível extrair, portanto, alguns parâmetros definidores do novo estereótipo crúzio. A implantação que o caracteriza é periurbana ou intraurbana excêntrica, isto é, claramente indissociável da cidade e sendo nela marcante, mas mantendo uma preferência pela presença no limite de fronteira<sup>554</sup>. No edifício, em concordância com as tendências linguística da época, a matriz do cenóbio regrante define-se a partir de corpos plásticos autónomos no espaço; em particular,

---

<sup>548</sup> Talvez não seja despendendo recordar igualmente que a continuidade entre a nave principal e a capela-mor, que encontramos nas Casas gracianas de Évora e Coimbra, também existe na igreja crúzia de Nossa Senhora da Assunção de Arronches (anterior, mas em que ainda há obras do consulado de Fr. Brás - ver notas 54 e 453 deste capítulo).

<sup>549</sup> A parte conventual do convento da Graça de Évora será posterior a 1540 (Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 74), e provavelmente a 1541 (só parece haver avanço das obras após se iniciar o patrocínio de D. Francisco de Portugal, concedido a partir de 1541 - cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 430), ou mesmo a 1542 (Manuel Branco e Paula Amendoeira, *op. cit.*, põem o claustro a ser construído em 1542 e as dependências restantes ainda mais tarde). Assim, o dormitório eborense pode até derivar do dormitório crúzio em "T" de Coimbra.<sup>[fig.45]</sup>

<sup>550</sup> Na Serra do Pilar, que também pode ter tido dormitório só com celas para a fachada e seria anterior ao da Graça, existe agora uma dupla fenestração, mas não sabemos como seria, originalmente.

<sup>551</sup> Essa diferenciação parece estar no contrato, em 1545 (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 258); os dois tipos de vãos ainda estão na fachada atual e correspondem a celas mais largas que profundas.

<sup>552</sup> Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, pp. 86-111, e particularmente p. 96, nota 85.

<sup>553</sup> A não aceitar como exemplo do modelo do claustro da portaria de Santa Cruz, como propôs Rui Pedro Lobo (*Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, p. 37) e o que Maria de Lurdes Craveiro tem repetido como plausível (*idem*, p. 143; *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, *op. cit.*, p. 44; "A arquitectura «ao romano»", *op. cit.*, pp. 49-50). O claustro do colégio da Graça seria mais completo que o da Hospedaria de Tomar, de 1541-1542 (que não tem cantos chanfrados, nem utiliza a ordem jónica - como concorda Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 71-72) e mais antigo que o do convento da Assunção de Faro, que se fez entre 1545 e 1548 - ver João Neto e Daniel Giebels, "Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção / Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique / Museu Municipal de Faro", 1991-2005, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 8-7-2015].

<sup>554</sup> Mesmo em Santa Cruz, o mosteiro permanece charneira entre zona totalmente urbana da Baixa, a Poente, e terrenos inteiramente rurais e extraurbanos, da cerca (aliás, como o colégio da Graça).



um bloco unitário, ortogonal e introvertido (a zona vivencial) e uma entidade contrastante, um conjunto de volumes hierarquizados, em equilíbrio centrípeto, a igreja<sup>555</sup>. O primeiro componente é maior em superfície e exprime uma direção dominante horizontal, nomeadamente pela composição do alçado do dormitório, invariavelmente remetido para o eixo mais extenso, sempre composto como longitudinal (inclusive pelo uso de celas mais largas que profundas<sup>556</sup>); o componente eclesial, subordinado em área mas mais escultórico, tende a acentuar o eixo vertical em contraposição, pelo menos superando a cêrcea das dependências. Quanto à ligação entre ambos, a julgar pelos dois enunciados-tipo criados de raiz (o mosteiro da Serra do Pilar e o colégio da Graça), a colocação do templo sobre o eixo maior de simetria das dependências é preferencial, nem que isso não se traduza forçosamente por um rígido acesso axial coincidente. De forma secundária, compositivamente, volumetricamente e em escala, um corpo de penetração no conjunto é adicionado<sup>557</sup>.

Estes blocos articulados entre si relacionam-se com o exterior pela definição (ou escolha) de certos espaços de abordagem. Do lado dos acessos principais um *adro*<sup>558</sup> urbanizado e ligado a eixos viários; lateralmente ao conjunto, dentro da cerca, existe um *terreiro* de serviço; próximo a este recinto e também adjacente ao cenóbio está o *horto/jardim*, e além de ambos a *quinta*. O interface interior-exterior é concentrado em três pontos, arquitetonicamente significados por elementos de transição: o acesso à igreja (com alpendre, ou pelo menos subcoro/nártex), a portaria canonical (com alpendre ou pórtico reentrante) e a porta de carro<sup>559</sup>.

As dependências vivenciais organizam-se interiormente à volta de espaços abertos centralizados<sup>560</sup>, com um carácter gradativo: um claustro de portaria, de filtragem, um *claustro do silêncio*, formal e cerimonial, e um *pátio*, mais privado<sup>561</sup>. [fig.47]

É possível adicionalmente, embora não se possa falar de uma localização rígida fixa, identificar nos exemplos-tipo algumas relações funcionais com traduções estereotípicas em distribuição espacial:

---

<sup>555</sup> Para usar os termos do ponto 7.3.1; as igrejas cumpririam estes parâmetros quer em formato centralizado (na Serra do Pilar, tomando a igreja atual em "corte basilical" como indicação possível da intenção original, reforçada pela concordância com a volumetria da ermida de Santo Amaro e mesmo a do *tempietto* de Bramante), quer no longitudinal (como Santa Cruz e a Graça).

<sup>556</sup> Assim eram na Graça e em Santa Cruz (eram-no nas determinações do contrato de pedraria de 1528, seriam quadradas no de carpintaria de 1530, e podem ter sido levemente mais sobre o largo no edifício definitivo, onde as celas tinham uma profundidade de 3,45m e a largura total entre as janelas é de 3,70m), e assim são em São Salvador da Serra, atualmente (Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., pp. 87-88, e anexo 1.4.a).

<sup>557</sup> Como na zona da portaria, em Santa Cruz, talvez em São Salvador da Serra (se tiver existido um claustro da portaria, mas até com corpo-átrio atual), e de certa forma no colégio da Graça (se considerarmos a possibilidade de um alpendre frente à igreja, que serviria uma entrada que dá para a zona do claustro).

<sup>558</sup> Espaços que adquirem conotações de *atrium* a praça (aliás, mesmo a rua da Sofia é uma espécie de pátio alongado).

<sup>559</sup> Porta de carro que, pelo menos em Santa Cruz - que é a única sobre a qual é possível especular sequer - parece ter sido uma estrutura arquitetónica densa e não um simples vão num muro de limite (pelo menos na vista de José Carlos Magne).

<sup>560</sup> Em Santa Cruz pelo menos, todos têm esse centro marcado por fontes ou poços, e com composição de alçados e espaços obedecendo a esse centro de composição, pelo menos nos que são introduzidos *ex-novo* (a terça do dormitório sobre o eixo de simetria do Claustro da Manga, assim como a capela dos ossos, e quiçá também capela do Espírito Santo no claustro da portaria).

<sup>561</sup> Os conjuntos eram precedidos pelo adro, sucedidos pelo jardim, sugerindo um "percurso de atravessamento" com paralelo no que estava implícito na sequência adro-terreiro-jardim/quinta.

- a)-a igreja e o refeitório encontram-se em posições diametralmente opostas no claustro principal (quer seja transversal ou longitudinalmente ao claustro);
- b)-o capítulo aparece no seguimento da cabeceira da igreja, à volta do claustro principal;
- c)-o dormitório implanta-se entre o claustro e o pátio secundário, mas mais fortemente sobre este último; tem sempre relações visuais com a paisagem, e *predominantemente* a paisagem urbana<sup>562</sup>;
- d)-a cozinha é naturalmente anexa ao refeitório (com uma copa/*pataria* de permeio), mas nunca se localiza longe do terreiro;
- e)-a hospedaria fica entre acesso viário (normalmente a porta de carro) e zona interna da quinta, podendo estar em edifício autónomo<sup>563</sup> ou no quadrângulo do cenóbio, e nesse caso ligada ao pátio;
- f)-a zona de enfermaria aparece ligada ao pátio e adjacente ao terreiro e/ou ao jardim, sendo possível supor que, na diferenciação entre as áreas de enfermaria externa e enfermaria canonical, esta última goze de uma relação privilegiada com o jardim<sup>564</sup>;
- g)-os colégios, existindo, eram visíveis e acessíveis da rua, e próximos à igreja; pelo menos visível do exterior seria a biblioteca neles incluída.

Sistemático também parece ser o faseamento da construção, começando pelas componentes de abrigo e subsistência (mas também pela fachada dominante), seguindo-se a área de articulação do claustro, e erigindo-se a igreja claramente no final – quando nas obras manuelinas de Santa Cruz se verificara quase rigorosamente o inverso.

Finalmente, ao nível da definição e qualificação arquitetónica dos pontos mais individualizados dos edifícios, algumas opções permanecem em aberto, em fluxo, neste paradigma estereotípico:

- a)-tanto encontramos aproximações à igreja de duas torres simétricas como à frontaria monovolumétrica/turriforme<sup>565</sup>;
- b)-o uso de retrocoro e coro alto, ambos experimentados antes entre os Crúzios, permanece sem uma

---

<sup>562</sup> Por conseguinte, com o espaço interno mais informal e com a realidade externa.

<sup>563</sup> É em edifícios autónomos em Santa Cruz, mas é uma situação pré-existente; não é de descartar no entanto a hipótese de poder ter sido assim na Serra do Pilar, dado que há um edifício solto, no lado de acesso ao mosteiro (isto é, no terreiro), visível nas plantas do Porto do século XIX, como por exemplo a de Francisco José de Paiva, de antes de 1824 (Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões..., *op. cit.*, fig. 5, p. 11), ou a que apresenta Francisco Sousa Lobo em “A fortaleza do convento”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, fig. 2, p. 54.

<sup>564</sup> Assim era em Santa Cruz, onde as duas áreas hospitalares são fisicamente separadas; o mesmo pode ter acontecido na Serra do Pilar – se a enfermaria canonical fosse a Este, em ângulo reto com o dormitório, seria a eixo de uma zona ajardinada em talhões geométricos que se vê nas plantas, à direita do caminho de acesso ao terreiro do mosteiro.

<sup>565</sup> Santa Cruz poderia exemplificar ambas - seria o elo intermédio entre os botaréis de ângulo tardo-góticos, nomeadamente alentejanos, e a recuperação de torres catedralícias gémeas, na Sé da Guarda (segundo o raciocínio já referido no capítulo anterior, de Joaquim Santos, *Portas da Jerusalém celeste*, pp. 66-70); a fachada de São Salvador da Serra seria turriforme e a da igreja do colégio da Graça pode ter sido uma ou outra - uma espécie de empena verticalizada ou um alçado de torres simétricas (embora esta última pareça mais lógica, até pelo desenvolvimento posterior do modelo colegial).

preferência nítida por qualquer uma das hipóteses<sup>566</sup>;

c)-a utilização sequencial de alpendre e subcoro como espaços transicionais gradativos para o interior da igreja, igualmente com tradição regrante, é postulável para esta fase, mas não totalmente clara<sup>567</sup>;

d)-se um claustro de dois pisos parece ser agora a norma, e a coluna (particularmente a jónica) o elemento vocabular de referência, há hesitações entre um modelo com arcaturas térreas e presença de contrafortes, ou uma variante integralmente porticada com arquitraves planas<sup>568</sup>.

É de notar como estas opções (e outras, como a estrutura eclesial em nave única com capelas laterais ou mesmo o claustro castilhiano<sup>569</sup>) reutilizam consistentemente procedimentos arquitetónicos que vimos em fases anteriores da arquitetura crúzia, algumas inclusive que pareciam ter sido descontinuadas em momentos mais recentes, constituindo em si mesmas um *regresso às fontes*.

**7.4.2 Repertórios interpretativos:** Estabelecemos portanto mais uma vez um modelo textual abstraído das realizações emergentes, informado pelas coordenadas de língua da época e pelo património de referências dos agentes em presença. Mas de que fala e o que quer dizer este modelo, e que instrumentos de enunciação prefere?

Fomos verificando até aqui a existência e variação de eixos semânticos dominantes e de preferências vocabulares e sintáticas, isto é, os repertórios interpretativos do discurso regrante. Mas uma novidade, a montante dessa fenomenologia pragmática, é postulável neste intervalo: que passa a existir uma consciencialização abrangente da linguagem como entidade, como *mecanismo* de significação, e consciência que os agentes edificatórios crúzios (arquitetos e promotores) partilham, inclusive para além do domínio da sua profissão.

Lembremo-nos que a discussão tardo-medieval sobre os Universais fora sobretudo uma discussão

<sup>566</sup> Em Santa Cruz dir-se-ia que se substitui um pelo outro, e na Graça também parece preferir-se o coro alto (embora a capela-mor permaneça espaçosa e com acesso direto pelo claustro e sacristia o que pode indicar presença de cantores – logo, de alguma forma, *coro* - nesse espaço), mas na Serra do Pilar opta-se pelo retrocoro, mantendo-se hipoteticamente resquícios de outra hipótese (existiu um “micro coro alto” de madeira na igreja atual, entretanto removido, talvez o mesmo pudesse acontecer no projeto quinhentista).

Sobre este assunto, já disse, em capítulos anteriores, que discordo da hipótese de trabalho de Paulo Varela Gomes de que o início do uso do formato do coro alto se encontra no século XV, por não ter em consideração os precedentes românicos e mesmo do Gótico inicial; devo acrescentar agora que também me parece incorreto pôr a sua consagração no âmbito das novas Sés joaninas (Paulo varela Gomes, “*In choro clerum*. O coro nas Sés portuguesas dos séculos XV e XVI”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (dir.), *Museu*, IV série, n.º 10, Porto, Circulo José Figueiredo, 2001, pp. 41-49), ignorando o anterior processo conimbricense - e crúzio - renascentista, que estabilizou a tipologia desse elemento arquitetónico.

<sup>567</sup> Santa Cruz não tem alpendre, só subcoro; a Graça pode ter tido ambos como intenção (o que acontecerá depois em muitos outros colégios); na Serra do Pilar é impossível de dizer (embora na igreja atual haja um alpendre “virtual” – as colunas adossadas podendo representar a compressão de um pórtico – e tenha havido um “micro-subcoro”...).

<sup>568</sup> Essa opção pode também dever-se à dualidade de autores presente, e ser portanto entre um claustro *castilhiano* (como a historiografia consagrou) e um claustro “ruanesco”, como discutirei adiante.

<sup>569</sup> Os paralelos entre o claustro castilhiano e o Claustro do Silêncio de Santa Cruz, são até mais claros (em particular no uso de contrafortes que atravessam os dois pisos) que os desse modelo com o Claustro de Afonso V da Batalha, já indicado como raiz distante da tipologia (José Eduardo Horta Correia, “Os Colégios Universitários..., *op. cit.*, p. 17); aliás, vimos no capítulo anterior como o Claustro do Silêncio, do mestre batalhino Marcos Pires, pode ser um desenvolvimento do de D. Afonso V, pelo que poderemos falar aqui de uma linha evolutiva.

sobre a natureza da linguagem<sup>570</sup>. Reflexões linguísticas elaboradas foram obviamente parte da filosofia clássica e medieval, mas a pronúncia antirrealista do Nominalismo, que descreve o conhecimento como discurso, tem relevância suficiente para iniciar a modificação do ensino universitário escolástico<sup>571</sup> e até para ser um dos germes da crise religiosa quinhentista<sup>572</sup>. O Nominalismo, em conjunto com o Humanismo (na forma como o regresso às fontes foca a atenção nos fenómenos de língua e dá origem à crítica exegetica), tornam por esta altura a reflexão linguística num domínio central da visão do mundo e não uma área especializada e secundária do conhecimento. Entre o século XV e o XVI essa temática está além disso presente na consciência dos arquitetos. E não é só que a amplificação da divulgação, e a gradual independência da discussão teórica em relação ao território fechado das universidades, lhes deem acesso à polémica, agora que a sua identificação profissional com a erudição se consagra – é que o sistema maduro da arquitetura renascentista tem as suas maiores originalidades nos vetores vocabulares e sintáticos, isto é, estritamente *linguísticos* (e não apenas retóricos), e que essa é a reflexão maioritariamente consagrada pela tratadística que se associa a este período. Por outro lado, a exploração do paralelismo da arquitetura com outras linguagens e a participação de arquitetos no processo de reflexivo de emancipação das línguas locais, mais acrescentam a este panorama<sup>573</sup>.

Todas estas dimensões epocais se detetam no processo crúzio. É conhecida a formação humanística de Fr. Brás, que se confirma no seu programa para os Estudos conimbricenses, que incluem a preocupação com as línguas sagradas, e portanto com a leitura das fontes<sup>574</sup>; é plausível atribuir-lhe também um interesse pelo Nominalismo<sup>575</sup>. No campo da normativa arquitetónica, já falámos também do interesse de D. João III, e da presença na biblioteca de Santa Cruz de obras que podem ser até anteriores ao esforço editorial conduzido pelo rei<sup>576</sup>. Por último, a dignificação e modernização do português, pela sua regularização linguística, tem no primo do reformador crúzio, João de Barros, um dos mais lídimos

---

<sup>570</sup> Katherine H. Tachau, *Vision and certitude in the age of Ockham: optics, epistemology and the foundations of semantics*, Leiden, E. J. Brill, 1988, pp. 16-20; Patrick Hochart, “Guilherme de Occam - o signo e a sua duplicidade”, in CHÂTELET, François (org.), *A Filosofia Medieval - do séc. I ao séc. XV*, “História da Filosofia”/2, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, *passim*; Maria Leonor Carvalhão Buescu, “Introdução”, in LEÃO, Duarte Nunes, *op. cit.*, pp. 7-9.

<sup>571</sup> Ver capítulo anterior, tópico 6.2.1.

<sup>572</sup> Segundo August Franzen é um dos pressupostos da Reforma Protestante e o “que mais contribuiu para o esvaziamento do conceito de Igreja” (*op. cit.*, pp. 271-272).

<sup>573</sup> Veja-se a discussão nos pontos 7.2.1 e 7.3.1.

<sup>574</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições...”, *op. cit.*, p. 103; Diogo de Murça, o seu colega de estudos, também tinha a nova tradução das obras completas de Agostinho, por Erasmo, reveladores desse regresso crítico às fontes (Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, “A livraria de um letrado do séc. XVI”, *op. cit.*, p. 10).

<sup>575</sup> Ioannes Majoris (John Main), mestre nominalista do colégio parisiense de Montaigu, figurava pelo menos na biblioteca de Diogo de Murça (Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *idem*, p. 22).

<sup>576</sup> Ler a discussão no ponto 7.2.3.

representantes<sup>577</sup>.

Não será portanto sem algum grau de intencionalidade assumida que os Cónegos Regrantes utilizam a arquitetura como linguagem, como um instrumento para exprimir alguma coisa; o jardim e fonte do Claustro da Manga (e, como vimos, todo o claustro, de forma integrada) serão o exemplo mais celebrado da transmissão de uma mensagem através de espaço, forma e imagens, mas não foram o único, nem se trata de um caso isolado dentro do complexo de Santa Cruz de Coimbra<sup>578</sup>.

Com essa alteração de enquadramento acrescentada, creio que é possível voltar a olhar para os repertórios interpretativos que temos vindo a utilizar na progressão discursiva dos Regrantes – o agostinismo, o canonicalismo e o nacionalismo – numa ótica reforçada:

### I – Agostinismo

Para além do seu papel formal como patrono institucional, dimensões essenciais da filosofia de Agostinho encontram-se nitidamente na autodefinição dos Cónegos portugueses: a ligação entre Fé e Razão, um regresso à alegoria como expressão da teofania, uma valorização do individualismo como função do livre arbítrio.

Assim, é claro nesta época um culto da erudição entre os Regrantes, numa *docta pietas* inspirada no Hiponense e tão cara a Erasmo<sup>579</sup>; já vimos também que o estereótipo crúzio assenta sobre a ordem geométrica conjugada com a metáfora espacial<sup>580</sup>. De Santo Agostinho procede também a doutrina da Graça em relação ao livre arbítrio, que está no centro da disputa do humanismo cristão, e da cisão protestante<sup>581</sup>; além disso, a focalização no indivíduo manifesta-se de forma autónoma em Santa Cruz: a adesão à reforma joanina é um processo de conversão individual<sup>582</sup> e em que se estimula a meditação

---

<sup>577</sup> Há uma grande modernidade na aproximação linguística de João de Barros, sem sujeição cega ao latim ou culto de etimologia e arqueologia ortográfica - aliás, faz a defesa das virtudes e mesmo da superioridade do português sobre outras línguas (Hernâni Cidade, *op. cit.*, pp. 118-119; Maria Leonor Carvalho Buescu, "Introdução", *in* LEÃO, Duarte Nunes, *op. cit.*, pp. 13-15; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 184 e 284); note-se que os dois primos frequentam os mesmos círculos, nomeadamente os do futuro D. João III, enquanto jovem (Hernâni Cidade, *idem*, pp. 101-106).

<sup>578</sup> Ao contrário do que acha Rafael Moreira (ver nota 36 deste capítulo).

<sup>579</sup> Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 10-11; a formação de Camões, sobrinho de um prior de Santa Cruz, D. Bento de Camões, será um testemunho eloquente dessa erudição (António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 323; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, p. 502).

<sup>580</sup> Encontramos em Santa Cruz espaços verdadeiramente metafóricos (como aqueles que adotam uma configuração eclesial, de que falei no ponto anterior), e não apenas o espaço regular de linguagem classicizada, como em Tomar; a maior insistência e investimento em espaços ajardinados, com significações densas, é outro exemplo dessa tendência discursiva assumida (ver nota 423 deste capítulo).

<sup>581</sup> Ela constitui o cerne da discussão entre Erasmo e Lutero: Erasmo escreveu o seu *De libero arbitrio* em 1524, e Lutero, respondeu-lhe violentamente um ano depois com o *De servo arbitrio*, que marcou a rutura da conciliação entre ambos. Martinho Lutero reconheceu aliás que só Erasmo captara o núcleo da sua doutrina (August Franzen, *op. cit.*, p. 274); Lutero, frade dos Eremitas de Santo Agostinho de Erfurt, constrói a sua teologia como uma leitura extrema de Agostinho (Marianne Schaub, "Tomás Müntzer: a nova imagem de Deus e o problema do fim da História", *in* CHÂTELET, François (org.), *A Filosofia do Mundo Novo - séc. XVI e XVII*, "História da Filosofia"/3, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, p. 21).

<sup>582</sup> É um processo que se quer voluntário (querendo-se que, pelo menos formalmente, sejam as comunidades a pedir a reforma e dando-se a escolha aos cónegos que dela querem participar, como já vimos) e que parece ser tolerante quanto à diferença (como revelam os registos da manutenção de grupos de "cónegos velhos", que permaneceram fiéis aos velhos hábitos, junto de comunidades reformadas: cf. Leonardo de São José, *Roseto agustiniano...*, *op. cit.*, pp. 106-107).

privada<sup>583</sup>. Sinal dessa espiritualidade, será o renovado sucesso do *Confissões* (editado em português em 1554 e 1555, por iniciativa dos Eremitas de Santo Agostinho, e única obra de Agostinho registrada nas publicações entre 1527 e 1556)<sup>584</sup>, em conjunto com as epístolas de São Jerónimo (editadas em Santa Cruz, logo em 1536)<sup>585</sup> e com a *Imitação de Cristo*, de Thomas Kempis, o “manual” absoluto da espiritualidade intimista, que sai em prelos lusos em 1542, 1555 e 1556<sup>586</sup>. De salientar a propósito a recorrência dos *topoi* do jardim nas *Confissões*<sup>587</sup>, e da cela em Kempis<sup>588</sup>, em ambos significando locais de procura e crescimento espiritual, dois temas de insistência arquitetónica no estereótipo regente.

Já se viu na espiritualidade crúzia deste período uma veia pietista<sup>589</sup> – certamente não o posterior movimento específico que assumiu esse nome, mas uma postura genérica de rigorismo, ascetismo, misticismo<sup>590</sup> – assim como uma influência da espiritualidade observante franciscana<sup>591</sup>. Creio que em ambas as leituras se sobreavalia a tónica da exclusão do Mundo, que Santo Agostinho recusava e que não ocorre agora entre os Crúzios, como já sugere o estereótipo e como veremos a seguir, e que os distingue dessas sensibilidades<sup>592</sup>.

## II – Canonicalismo

No contexto da reforma apostólica de Fr. Brás de Braga, mesmo que com certas inclinações, os elementos definidores do carisma canonical mantêm-se e reafirmam-se na Congregação de Santa Cruz.

---

<sup>583</sup> Nos eremitérios da fonte da Manga, evidentemente, mas também nas celas canonicais.

<sup>584</sup> Que não a Regra agustiniana, editada explicitamente por Santa Cruz em 1536 (José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica...*, op. cit., pp. 18, 43 e 48). Não se sabe se o *Confissões* existia na livraria de Santa Cruz no período medieval, mas há dele registo em Alcobaça no século XII, e foi citado na prosa quatrocentista do rei D. Duarte e do infante D. Pedro; neste momento estava, além das novas edições, pelo menos na biblioteca de Diogo de Murça (J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, pp. 20-22). É preciso lembrar que é uma obra fundamental nesta época, através de Petrarca, para quem o *Confissões* foi a chave da conciliação entre Saber e Fé e que lhe inspirou o texto fundamental sobre a ascensão ao Monte Ventoux (Meredith J. Gill, *Augustine in the Italian Renaissance - Art and Philosophy from Petrarch to Michelangelo*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 99-100).

<sup>585</sup> José A. de Freitas Carvalho (dir.), *idem*, p. 18. Se excluirmos a *História eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, editada em 1541, 1553 e 1554, por dominicanos (*idem*, pp. 23, 41, 43), o *Confissões* e as *Epístolas* - duas obras de expressão intimista, psicologista e biográfica - são as únicas publicações de patristica que sabemos ter havido neste intervalo, em Portugal.

<sup>586</sup> José A. de Freitas Carvalho (dir.), *idem*, pp. 24, 49, 50 (as primeiras de quase uma vintena de edições nos séculos XVI e XVII).

<sup>587</sup> É num jardim de Milão que se trava o momento decisivo da luta espiritual da adesão ao cristianismo de Agostinho (*Confessiones*, livro VIII, n.º 8 - *Confissões*, Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 2008, pp. 231-233) e é sob uma figueira, onde se retirou solitariamente, que acontece a sua conversão definitiva (*Confessiones*, livro VIII, n.º 12 - *idem*, p. 241), assim como é contemplando um jardim interior, em Óstia, que tem um êxtase místico em companhia da mãe, Santa Mónica (*Confessiones*, livro IX, n.º 10 - *idem*, pp. 269-272).

<sup>588</sup> Entre outras referências, saliento esta: “(...) *No silêncio do teu quarto acharás o que muitas vezes perdes por fora. A cela continuada causa doçura e pouco frequentada causa enfado. Se no princípio da tua conversão te afeiçoares a ela, se bem souberes guardá-la, ser-te-á depois companhia amorosa e consolação suave.*” (*De imitatione Christi*, livro I, cap. XX - *A imitação de Cristo*, Lisboa, editorial Verbo, s.d. p. 31; cf. Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., p. 96).

<sup>589</sup> Nomeadamente por causa da edição crúzia de Háfrio (José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, op. cit., p. 118, nota 3).

<sup>590</sup> Lauchert, Friedrich, “Pietism”, in *The Catholic Encyclopedia*, Nova York: Robert Appleton Company, 1911, vol. 12, [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 17-6-2015].

<sup>591</sup> Cândido Augusto Dias dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal...*, op. cit., pp. 317-318; Susana Matos Abreu, “A Fonte do Claustro da Manga, «espelho de perfeçam...», op. cit., pp. 36-38.

<sup>592</sup> A própria Susana Matos Abreu, explorando proximidades e consonâncias do Claustro da Manga com a obra de Henrique Háfrio, conclui também da diferença da conceção da contemplação, que naquele exclui o uso da analogia e o recurso a imagens definidas (quando a Manga é isso mesmo) e conclui por uma atitude mais consentânea com Santo Agostinho e com defesa da alegoria icónica que desperta a iluminação espiritual (*idem*, pp. 48-49).

Concluimos, no capítulo IV, que os vetores desse carisma se centram numa participação significativa, tanto quanto possível com autonomia institucional, na estrutura eclesial, numa missão de intervenção social e na proposta de um modo de vida de dignidade individual; temos igualmente vindo a ver como essa natureza se foi desviando, quer em monaquização quer em afidalgamento.

Eclesiasticamente, os Cónegos recuperam agora um estatuto como corpo, ao congregar-se; mantêm a sua atuação clerical nas paróquias que administram<sup>593</sup>, e reformulam a sua ligação à Santa Sé, através nomeadamente do seu protetor cardinalício em Roma, e sempre sem o filtro da integração em qualquer hierarquia regular internacional. É verdade que a sua autonomia permanecia limitada pela existência da comenda do priorado-mor, mas a atribuição dessa posição a D. Duarte, arcebispo de Braga em 1542, garantiria um ascendente importante à Ordem dentro da Igreja portuguesa, de que o prior ocuparia discutivelmente o topo (ainda que apenas a título honorífico, por antiguidade e tradição) e com jurisdição diocesana sobre a quase totalidade dos institutos crúzios<sup>594</sup>.

No campo da intervenção social, e num caminho que se vinha trilhando há muito, a Congregação sublinha o seu papel urbano (como se verifica na sua prioridade de adesões e se acentua na mudança de Grijó para uma localização periurbana ao Porto) e encontra um campo de investimento de grande dimensão e visibilidade ao dedicar-se ao ensino, à frente da única instituição de ensino superior do país. É verdade que esse reviver numa vocação atuante de grande escala não faz restaurar anteriores valências caras aos Crúzios, e que se consoma a perda de uma dimensão relevante de assistencialismo ou de apostolado militante, que originalmente os tinham identificado. Mas talvez seja preciso ver isso também como uma opção, uma estratégia de demarcação de outros institutos coetâneos que disputavam parte do seu campo de significação: em competição com os Gracianos, enquanto herdeiros e interpretes legítimos de Agostinho, e talvez com os Cónegos de São João Evangelista, como movimento de renovação canonical<sup>595</sup>, Santa Cruz afastou-se quer do protagonismo assistencial, em que os Lóios investiram, dominando nomeadamente a administração hospitalar<sup>596</sup>, quer da ideia de cruzada e missionação, que ambas as outras Ordens prosseguiram além-mar<sup>597</sup>. Os estudos universitários são também uma hipótese de permanecer num regime de elite que sempre se associou à autodefinição dos Regrantes

---

<sup>593</sup> É verdade que não aumentam essas atribuições e que há perda de jurisdições episcopais – em Leiria e Portalegre – mas tal acontece contra a vontade dos Crúzios e com a sua manifesta e tenaz resistência (e que essa diminuição de ação clerical acontece quando o projeto de D. João III para eles já está a mudar).

<sup>594</sup> Tendo Braga como sufragâneas as dioceses do Porto, Coimbra e Viseu, só Santa Cruz, São Vicente de Fora e Santa Maria da Pena estavam fora do seu território – todos cenóbios com isenção episcopal, aliás – Santa Cruz e Leiria estavam isentos de jurisdição diocesana, e São Vicente de Fora tem a sua paróquia com isenção renovada em 1541 (Isabel M. R. Mendes Drummond Braga, “Os monges de São Vicente de Fora na Época Moderna”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 44).

<sup>595</sup> E não só na reforma moral do clero, como na precocidade no congregacionismo: os Lóios são congregação logo em 1431 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 162-163; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, pp. 236-237).

<sup>596</sup> Vão, por determinação de D. João III, adquirindo a gestão de todos os hospitais régios, a partir de c. 1536 (ver nota 134 deste capítulo).

<sup>597</sup> Ver nota 151 deste capítulo.

como movimento canonical.

O reencontro com uma conceção da vida cenobítica em regime temperado e com respeito pela privacidade é por sua vez obviamente facilitado pela mentalidade alargada que os rodeava, da *devotio moderna* à *aurea mediocritas* (e à filosofia augustiniana), mas é preciso salientar a tradição anterior dessa ideia no canonicalismo, e referir como ainda agora não a encontramos como generalizada, nomeadamente nos movimentos de estrita observância, também populares então. Diga-se que ao afirmar a inclinação dos Regrantes por esse figurino existencial em Quinhentos, preciso de exprimir a minha discordância com a linha de interpretação que parece ver a clausura como núcleo duro da reforma joanina. Maria de Lurdes Craveiro<sup>598</sup>, por exemplo, seguindo como outros José Sebastião da Silva Dias<sup>599</sup>, tem visto o programa de Fr. Brás, plasmado nas *Constituições*, como um eixo de clausura-silêncio-recolhimento, o que pareceria tornar os Cónegos numa Ordem contemplativa (como os Jerónimos). A verdade é que, como acabámos de recordar, os Crúzios não desistiram da *cura animarum* e procuram uma função pública, no ensino superior centralizado, e a verdade é igualmente que onde se vê clausura como “restrição”, se deverá reconhecer antes culto da *privacidade*<sup>600</sup>; onde está silêncio, em vez de “imposição disciplinar” é preciso ver igualmente *serenidade*<sup>601</sup>, e que o recolhimento, mais que “isolamento”, é criação de condições de *meditação*<sup>602</sup>.

### III – Nacionalismo

A fidelidade a um conjunto de significados de nacionalismo é igualmente visível. A Congregação de Santa Cruz de Coimbra forma-se como uma entidade intrínseca e exclusivamente portuguesa, e como tal se reconfigura territorialmente, guiada pela estrutura do país de então e não pela tradição pura (como o

---

<sup>598</sup> *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 106, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 37-38. Isso leva-a a ver dispositivos de reforço da clausura e do controle em coisas que manifestamente não o são, como a realocização do refeitório de Santa Cruz de Coimbra (ver nota 466 deste capítulo).

<sup>599</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso...*, *op. cit.*, pp. 112-116.

<sup>600</sup> As constituições definem a clausura como proteção ao “horto da religião” figurado no mosteiro (ver nota 424 deste capítulo); a definição de períodos de brévia são uma disposição de quebra dessa clausura - mencionados como para “recrear” e não descansar - e são imediatamente mencionadas (Fr. Brás de Braga, *Constituições dos cónegos regrantes de Sto. Agostinho*, Coimbra, 1534, parte I, cap. 1, fls. 1v e 2) até porque já havia tradição longamente estabelecida de saídas lúdicas autorizadas para os cónegos (Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, pp. 296-297); o investimento na construção das instalações para essas brévias, assim como a diferença destas em relação aos mosteiros para onde se defende essa clausura é revelador igualmente da importância da moderação desse preceito, como veremos adiante.

<sup>601</sup> As constituições definem prática de silêncio como uma segunda proteção, como a clausura, e não como valor em si; o silêncio é amplamente prescrito, mas é-o sempre por respeito aos locais, sagrados ou de trabalho (Fr. Brás de Braga, *idem*, parte I, cap. 1, fls. 2 e 2v), ou devido a momentos especiais, entre os quais os de dedicação à oração (*idem*, parte I, cap. 1, fls. 3, 3v); Lembremo-nos do Claustro da Manga como local de paz, sensorialmente (e sensualmente) sugerida, pela presença de música e pelo ambiente de jardim, mais do que em acções de ascese e privação.

<sup>602</sup> A proteção das celas em relação à devassa, nas constituições, é uma defesa da inviolabilidade do indivíduo e do seu espaço, tornando excepcionais e absolutamente legisladas as circunstâncias da ocorrência do contrário: é culpa grave entrar em cela alheia e se o prior as tem de inspecionar duas vezes por ano, tem de fazê-lo com testemunhas (Fr. Brás de Braga, *idem*, fls. 100v e 101v). As celas em Santa Cruz, na Serra do Pilar e na Graça não se viram preferencialmente para o interior “recolhido”, mas sim para a paisagem e a cidade, o que lhes retira o sentido de isolamento. Além disso, de acordo com Kempis, o recolhimento é o local da meditação, inspirada pela contemplação do Mundo: “*Se não te puderes recolher muitas vezes, recolhe-te, pelo menos, algumas vezes no dia, a saber: pela manhã e à noite. Pela manhã, propõe, e, à noite, examina as tuas acções (...)*” (*De imitatione Christi*, livro I, cap. XIX - *A imitação de Cristo*, *op. cit.*, p. 28) e “*(...) Não podes ver noutra parte o que vês no teu recolhimento: pois neste vês o Céu, a Terra, e todos os elementos de que foram feitas todas as coisas.*” (*De imitatione Christi*, livro I, cap. XX - *idem*, p. 32).



prova o abandono do vetusto cenóbio de Grijó) ou pela distribuição geográfica das Casas de que era herdeira e que perspetivaria vir a integrar em si. Traduz portanto ativamente uma consciência de grupo e espaço nacionais.

Por outro lado, a ligação à Coroa volta a ter ecos de um militantismo possível na construção do *Reino*: movimenta-se para assistir ao rei, num projeto cultural nacional (à escala da nação e em concorrência a centros de ensino estrangeiros); prepara-se para ser gerida por um filho do rei, e volta a investir na sua afirmação como custodiante dos despojos dos fundadores, transferindo-lhes os túmulos para a capela-mor da sua igreja primacial e engrandecendo-os no processo<sup>603</sup>.

Finalmente, a liderança desse projeto cultural (e mesmo os laços pessoais de Fr. Brás, como já se referiu) deverá ter consciencializado os Regrantes para a emergência da língua portuguesa madura, regularizada, e dessa mentalidade pode vir a referência arquitetónica que já encontrámos a combinações espaciais tradicionais, agora geometrizadas, ou à manutenção de certos dispositivos tardo-góticos *racionalizados* – como o abobadamento polinervurado de Diogo de Castilho<sup>604</sup> – sem que encontremos nunca um excessivo tratadismo em soluções ou na linguagem clássica<sup>605</sup>.

**7.4.3 Os enunciados:** Chegados aqui, se a convergência formal e expressiva, entre os edifícios mais significativos que derivam da ação da Congregação de Santa Cruz, nos permitiu extrapolar um estereótipo bastante detalhado e atribuir-lhe propriedades semânticas, o elenco de enunciados arquitetónicos que poderão ter glosado esses referentes discursivos é bastante exíguo em número.

Além de São Salvador de Grijó, Fr. Brás de Braga só reforma outra canónica, São Vicente de Fora, onde o investimento é menor, sendo nomeadamente as obras mais contidas (e mais difíceis de especificar quanto à sua configuração compositiva detalhada). Adicionalmente, funda e dá sede a quatro institutos ligados ao estudo: os colégios de Santo Agostinho, São João Batista, São Miguel e de Todos os Santos, de que já falámos. No entanto muitos *caveat* se levantam quanto a considerar esses colégios como iterações autónomas e representativas do discurso crúzio congregacional.

Por um lado, os dois primeiros são fisicamente parte integrante do complexo de Santa Cruz de Coimbra e não unidades completas e delimitáveis. É mesmo discutível se seriam verdadeiros cenóbios – as

---

<sup>603</sup> Esse militantismo e esse papel de proteção de património imemorial podem contribuir para as ilações militares na arquitetura crúzia, quer no Claustro da Manga (ver nota 487 deste capítulo), quer na Serra do Pilar (ver notas 514 e 516 deste capítulo) ou mesmo na Quinta do Marujal (de que se falará adiante).

<sup>604</sup> Como defende Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 326-342.

<sup>605</sup> Em resumo, se vassalagem é raiz original de uma forma rudimentar de nacionalismo, a consciência territorial e de língua, e a justificação pela história serão precisamente características associadas mais tarde à emergência plena do conceito (Josep R. Llobera, *O deus da modernidade: o desenvolvimento do nacionalismo na Europa ocidental*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p. 82; Anne-Marie Thiesse, *La création des identités nationales – Europe XVIII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2001, pp. 11 e 14; David Miller, *Sobre la nacionalidad: autodeterminación y pluralismo cultural*, Barcelona, Paidós, 1997, pp. 40-42), e todas estas estão presentes nas coordenadas de mentalidade de Santa Cruz.

constituições escolares de 1536 nada dizem de concreto sobre alojamento, e é de depreender que os alunos os frequentassem em regime externo<sup>606</sup>. Ainda assim, estes colégios (ou um deles em particular) também dariam formação aos noviços de Santa Cruz<sup>607</sup>, pelo que parcialmente podem ter tido uma dimensão de vida comum relativamente a esse grupo, residente no mosteiro e constituindo um subconjunto de indivíduos com espaços relativamente distintos dos cônegos, sendo assim a gênese institucional do colégio crúzio que virá a desenvolver-se mais tarde, e manterá a designação de Santo Agostinho.

Por outro lado, os colégios de São Miguel e de Todos os Santos, sendo comunidades de vida comum abrigadas em edifícios próprios, podem ou não ter contido todas as valências necessárias ao seu funcionamento autónomo<sup>608</sup>; quanto ao seu regime cenobítico, que não conhecemos, deveria ser menos elaborado e definido que o dos Crúzios, até porque se destinaria a escolares de proveniências e projetos de vida não canonicais<sup>609</sup>.

Como vimos, a Congregação agostinha envidará ainda esforços por reformar o mosteiro de Santa Maria de Cárquere, já depois da exoneração de Fr. Brás, mas, relembremo-nos, aquele ficará pouco tempo sob a alçada dos Regrantes (1555-1562), não há registos de a sua adesão a Santa Cruz ter tido sanção pontifícia e as obras que sofre por essa altura, se bem que conduzidas por um prior que seria simpatizante da Ordem, decorrem *antes* da entrega da sua gestão àquela.

Havendo padrões linguísticos a detetar em todas estas Casas, São Vicente de Fora é assim *naturalmente* o exemplar mais importante para aquilatar da reprodução do discurso crúzio em arquitetura. Aliás, num certo sentido, a brevidade dos trabalhos que sofreu inicialmente – Fr. Brás esteve no mosteiro em 1538, podendo em limite lá ter estado até meados do ano seguinte<sup>610</sup> – pode até ser reveladora, uma vez que ali devem ter sido feitos apenas os melhoramentos considerados indispensáveis, devendo pois corresponder ao *essencial* desse discurso. Não é de descartar, no entanto, que o reformador possa

---

<sup>606</sup> Até pela manifesta ausência de referências a celas nestas áreas colegiais (onde aliás dificilmente caberiam) e pela implausibilidade de se acolherem estudantes leigos ou de outros ordens nos dormitórios do mosteiro.

<sup>607</sup> Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, p. 71. Já vimos que o colégio de São João Batista teria plausivelmente uma ligação física ao noviciado do mosteiro (ver nota 499 deste capítulo).

<sup>608</sup> Já se viu que podem ter sido estruturas quase só de alojamento (ver nota 446 deste capítulo).

<sup>609</sup> Pelo exemplo das inscrições de 1534 a 1540 em colégios crúzios, em que houve 13 franciscanos, 2 dominicanos, 5 carmelitas, 1 graciano e 1 fidalgo educado por Lóios (Cândido Augusto Dias dos Santos, “Estudantes e constituições...”, *op. cit.*, p. 95).

<sup>610</sup> Chega lá em Abril de 1538, e em Junho de 1539 é o Capítulo da Visitação, em Coimbra, em que teria de comparecer; este intervalo máximo também não foi certamente ininterrupto, até porque terá estado, pelo menos, no lançamento solene das obras de São Salvador da Serra, no Porto, em 28 de Agosto de 1538 (ver notas 211 e 218 deste capítulo). Há obras documentadas em 1540 e 1541, que poderão ser de continuidade às de 1538 (António de Oriol Vazão Trindade, *A arquitectura maneirista em Portugal – da capela-panteão de Santa Maria de Belém ao real Mosteiro de São Vicente de Fora*, Lisboa, edição do autor, 2000, p. 250).

ter feito acrescentos relevantes posteriores<sup>611</sup>. Manuel Luís Real identificou em que terão consistido as intervenções, a partir da famosa planta de levantamento de João Nunes Tinoco: a capela-mor da igreja e espaços a ela anexos, a Nascente; a área do claustro da portaria e a ala que se projeta para Sul, a Sudeste do claustro principal<sup>612</sup>. Eu chamaria a atenção ainda, por análise da mesma planta e das gravuras quinhentistas já referidas, para mais duas indicações: um outro arranque de uma ala, também para Sul, no ângulo Sudoeste do corpo românico, e a existência de um piso superior ao claustro principal, amplamente fenestrado e com vãos distribuídos regularmente, em cujo cobertura se destacam uma série de “saliências”.<sup>[fig.48]</sup>

Analisando essas adições e o seu resultado global, São Vicente parece afinal ter sido alterado (mesmo que de forma inacabada) para acompanhar com bastante rigor a mudança de estereótipo:

- a)-o complexo passa a ser constituído por duas unidades principais – a eclesial e a vivencial – e uma subsidiária, de portaria;
- b)-o conjunto vivencial, pelas ampliações para Sul, procurava provavelmente redefinir-se na dualidade de claustro/pátio em quadrângulo alongado, embora este tenha ficado por fechar;
- c)-apesar da aparente descontinuidade do ângulo Sudeste na planta de Tinoco, a indefinição do levantamento nessa área (e a sugerida continuidade da ala do claustro sobre outro pátio, na vista “axonométrica” de Bráunio<sup>613</sup>) deixa acreditar que a construção desse corpo corresponda à introdução de um dormitório alongado, unificando a fachada voltada a Nascente; os referidos elementos sobre os telhados poderiam ser terças, e, no primeiro piso, as celas teriam ampla vista do Tejo e do arrabalde oriental de Lisboa (assim como teria a eventual janela de topo dum corredor central); a localização relativa da sacristia, sala capitular e refeitório são igualmente estereotípicas<sup>614</sup>;
- d)-o conjunto eclesial mantém a fachada turriforme, com os espaços inseridos de alpendre, subcoro e coro alto, e vê ser-lhe acrescentado um retrocoro;

---

<sup>611</sup> Fr. Brás voltará a São Vicente depois, pelo menos de Janeiro a Julho de 1545 (ver nota 237 deste capítulo). Rafael Moreira acha que Fr. Brás fará novas intervenções em 1548, mas não encontrei nenhuma outra menção a tal na bibliografia compulsada; os registos dizem-nos sim que ainda executa novos trabalhos entre 1553 e 1554, querendo renovar extensamente o conjunto (incluindo a igreja), chegando a fazer demolições no capítulo, sacristia e necessárias, e refazendo o dormitório dos noviços (Mário Mendes Brandão, “Cartas de Frei Brás de Braga...”, *op. cit.*, p. 268; AAVV., *O Jardim da Manga, Coimbra, op. cit.*, p. 14; ver notas 39 e 241 deste capítulo); poderão dever-se a essa campanha inacabada os sinais de arranques de alas que analisaremos em seguida.

<sup>612</sup> Manuel Luís Real, “O Convento Românico de S. Vicente de Fora”, *op. cit.*, pp. 19 e 23, nota 16. O autor também considera desta fase a urbanização do adro e o coroamento da torre-nártex; eu, pelo menos no caso do coruchéu (que não encaixa estilisticamente na época, nem concorda com outras intervenções de Fr. Brás), tenho fortes dúvidas, e já disse no capítulo anterior que o largo frontal poderia ser igualmente obra tardo-gótica.

<sup>613</sup> Já se falou no capítulo IV do pouco rigor dessa representação, que choca com dados da outra gravura de Lisboa no *Civitates Orbis Terrarum*, assim como da vista da biblioteca de Leiden. Acredito, no entanto, como Manuel Luís Real, que há distorção e dislexia na representação, mas que os elementos representados serão reais; assim, vemos ali um espaço mais baixo com porta, um claustro com arcaturas e outro espaço encerrado mais sumário, que corresponderão à portaria, claustro e pátio do mosteiro, mesmo se a sua colocação e orientação são desconexas.

<sup>614</sup> Mais ainda, pela entrada do refeitório como aparece representada na planta de Tinoco, existiria também um espaço de copa/*pataria* que o precedia e a cozinha estaria a Nascente, junto a uma área exterior que identifiquei como um terreiro (como veremos adiante) - o que aumenta a coincidência com o estereótipo.

e)-pela posição da portaria, cumprir-se-ia a sequência espacial de claustro da portaria/claustro do silêncio/pátio, embora não axialmente;

f)-as áreas exteriores adjacentes também respeitam a tipologia e a distribuição estereotípica, com um adro urbanizado nos pontos de acesso<sup>615</sup>, um terreiro, entre o mosteiro e a muralha fernandina<sup>616</sup>, e uma quinta mais resguardada<sup>617</sup>; será também hipoteticamente possível que a Sul do conjunto vivencial uma área de jardim existisse, já que será ali que mais tarde encontramos o jardim da botica<sup>618</sup> e que a vista de Lisboa de Bráunio mostra uma área murada e arborizada junto ao postigo do arcebispo (atual largo do Outeirinho da Amendoeira, limite Sul do complexo vicentino)<sup>619</sup>.

Face a esta coincidência quase total, as indicações que podemos levantar dos outros integrantes da congregação, são comparativamente esparsas, mas ainda assim com algumas afinidades:

a)-os quatro colégios de iniciativa crúzia afirmam-se como volumes ortogonais compactos (os de São Miguel e de Todos os Santos foram-no de facto, os de Santo Agostinho e São João Batista assim *apareciam*, como sólidos destacados na mole de Santa Cruz);

b)-destes, pelos menos os dois institutos integrados no mosteiro de Santa Cruz, têm uma confrontação com a igreja canonical que, mesmo que virtualmente, espelha a matriz estereotípica (o colégio de São Miguel teve uma igreja propriamente colegial, mas não sabemos a sua implantação e configuração<sup>620</sup>);

c)-a definição de uma área destacada de portaria pode ter acontecido em Cárquere (no que hoje se chama “o conventinho”, à direita da igreja)<sup>621</sup> e é sugerida pelo pórtico do colégio de Santo Agostinho, recortado no paralelepípedo colegial;

d)-a dicotomia claustro/pátio parece ter existido no colégio de São Miguel (pelo menos por 1560 assim se testemunha, embora possa resultar de edificações aquando da conversão em colégio das Artes –

---

<sup>615</sup> Ou mesmo dois, um frontal, ligado à porta da igreja e à portaria conventual, e outro lateral, frente à entrada Norte da igreja e talvez à porta de carro; formaria assim um conjunto de adros múltiplos, com gradação de tratamento urbanístico, como existiam em Coimbra.

<sup>616</sup> Os novos anexos que lhe ficam a Norte poderiam ser hospedarias; o dormitório seria portanto ao longo desse terreiro, como em Santa Cruz; também como em Coimbra, incorpora uma possível torre senhorial anterior (como vimos no capítulo IV) que tem agora sinos, como se veem nas gravuras quinhentistas.

<sup>617</sup> A cerca era uma zona murada, fora da muralha, visível numa das gravuras de Bráunio (a “não-axonométrica”); a escada para a muralha a partir do terreiro do mosteiro, na planta de Tinoco, servia de acesso privado à cerca (Augusto Vieira da Silva, *A cerca fernandina de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, vol. 2, p. 59) e indica que existia a ligação estereotípica entre estes dois espaços, apesar da sua aparente separação física.

<sup>618</sup> Maria Paula Basso e João Neto, “O Hospital e a Botica”, in BASSO, Maria Paula, NETO, João (dir.), *A Botica de São Vicente de Fora*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 14-15; aliás, a botica que conhecemos de levantamentos posteriores é um conjunto exterior e dissemelhante ao novo edifício filipino (Fernando Pereira, “A escavação arqueológica da Botica”, *idem*, p. 27) e poderia precedê-lo.

<sup>619</sup> Ver também Augusto Vieira da Silva, *op. cit.*, vol. 2, p. 64.

<sup>620</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 154.

<sup>621</sup> Em Santa Maria de Cárquere é difícil de dizer em que consistiram as obras de D. Ambrósio Brandão Pereira, e é defensável que não tenham sido muito mais do que a continuação das obras manuelinas de que falámos no capítulo anterior; no entanto, e até por analogia ao estereótipo arquitetónico crúzio, é plausível que tenha havido uma portaria e que o pátio lateral, entre o mosteiro e anexos, possa ter sido equivalente ao terreiro estereotípico; é igualmente possível que o alpendre, com colunas clássicas, que aqui existia seja desta empreitada.<sup>[fig.49]</sup>

ainda assim, em obras pela mão de João de Ruão sobre precedentes de Diogo de Castilho<sup>622</sup>); e)-enfim, a formulação do dormitório longitudinal com renques de celas ladeando um corredor central existiu no colégio de Todos os Santos<sup>623</sup>.

Além destes pontos de contacto realce-se também, pela análise das tabelas 1d, 2d, 3d e 4d<sup>1</sup>, o quanto a frequência da ocorrência de elementos estereotípicos segue a categorização quanto ao grau de participação no projeto congregacional regente, nomeadamente na concordância “unânime” com as preferências de localização e implantação, e o reforço nítido das componentes urbanas face às naturais (de que São Salvador da Serra, como única fundação fora dos limites duma cidade, fornece uma exceção, ainda que instrumentalizando a paisagem para fazer predominar o mosteiro face ao Porto e a Vila Nova de Gaia).<sup>[fig.50a,50b]</sup>

A partir destes enunciados, não obstante as limitações da amostra, é postulável um paralelismo com os registos de discurso em evolução na época, noutras linguagens. A consolidação da afirmação dos textos arquitetónicos em entidades unitárias (mesmo que articuladas) é paralela à passagem da composição polifónica à harmónica<sup>624</sup>, e a recorrência de unidades espaciais ao longo dos conjuntos (como os vários claustros porticados e com fontes, ou as diversas salas orientadas para um subespaço focal<sup>625</sup>) parece prenunciar uma composição em harmonia tonal submetida a uma tónica. Um parentesco de mentalidade também é postulável com a prosa; o favor renascentista pelo género literário do diálogo, como forma pedagógica que evolui da multiplicidade para uma conclusão (sem eliminação das partes em contraste)<sup>626</sup> traduz-se também na sucessão e gradação espaciais do estereótipo arquitetónico cruzio, assim como na conciliação das várias partes num todo condensado. A mesma afinidade é também visível no dormitório de Santa Cruz (sinédoque do mosteiro, de que define concordantemente o alçado maior, e que qualifica pela *regularidade*) como estrutura linear direcional (como uma linha expositiva), mas não inteiramente simétrica, intercalando as portas das celas individuais, como falas singulares.

Estilisticamente, já aqui falei de “regresso às fontes” na arquitetura regente<sup>627</sup> e de recuperação da alegoria em “simbolismo geometrizado” (como encontramos no Claustro da Manga). Há de facto mais *analogia* (inclusive cósmica) agora, que *citação* iconográfica, como houve no Tardo-Gótico, e as

---

<sup>622</sup> Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a Rua da Sofia...*, *op. cit.*, p. 69; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 153-157.

<sup>623</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 151.

<sup>624</sup> Diga-se que sinais da evolução e da difusão de consciência teórica musical em Portugal são sensíveis a partir da segunda metade do século XV: Manuel Pedro Ferreira, “Antes de 1500: mil anos de música em Portugal”, in COSTA, Jorge Alexandre (coord.), *Olhares sobre a história da música em Portugal*, Vila do Conde, Verso da História, 2015, pp. 66-69.

<sup>625</sup> Em Santa Cruz, como já vimos, a capela-mor face à nave, na igreja; as capelas do refeitório, de sala capitular, de sala do conselho, e mesmo capelas dos ossos e de São Vicente, nos claustros da Manga e da portaria, ou o cartório em relação à biblioteca.

<sup>626</sup> Cf. Rita Rolim, “Diálogo”, in CEIA, Carlos (dir.), *E-Dicionário de termos literários*, [em linha] disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/> [consultado em 2-7-2015].

<sup>627</sup> Ver ponto 7.4.1.

recorrências de configurações volumétrico-espaciais referidas acima (assim como as regularidades entre enunciados crúzios diferentes), são entre entidades análogas e não imagens. Ainda assim, em termos de vocabulário, mesmo que os volumes euclidianos definidos por superfícies neutras predominem (intercalados por interjeições isoladas – vãos individualmente delimitados por estruturas arquivadas inseridos em paredes uniformes, por exemplo), a afirmação do *alto* como parte descontínua e membrana texturada (mesmo quando reduzida a simplicidade geométrica e linguagem clássica, como na abóboda da igreja do colégio da Graça ou na do corredor do dormitório de Santa Cruz) é uma permanência de práticas anteriores.

Contraponto a este discurso institucional relativamente definido e coeso, a arquitetura cenobítica dos Regrantes não congregados parece evidentemente mais casuística – reflexo da sua ausência de coesão institucional – embora com proximidades fragmentares (e quiçá apenas ocasionais) ao novo modo linguístico crúzio. Temos também muito poucos dados concretos sobre o que se realizou nessas canónicas, embora não caibam dúvidas que houve atividade edificatória. Logo em 1528, na visitação às casas monásticas da diocese de Braga decretada por D. Diogo de Sousa, dos 8 mosteiros crúzios inquiridos, ordena-se aos priores comendatários de 6 deles (os de Caramos, Freixo, Junqueira, Mancelos, Oliveira e Roriz) que procedam a obras, e quase todas nas dependências vivenciais<sup>628</sup>. Como pelo menos Caramos, Freixo, Junqueira e Roriz tinham rendas razoáveis e não registavam abusos da comenda<sup>629</sup>, é normal que aí essas determinações tenham sido cumpridas, mas o seu resultado é-nos desconhecido. Em São Simão da Junqueira (após 1555) e em Santa Maria de Oliveira, entre 1556 e 1559, como já vimos<sup>630</sup>, renovações importantes serão feitas no edifícios, abrangendo (de novo?) as áreas denunciadas em 1528 – respetivamente o claustro e a sala capitular. Na Junqueira, é de realçar que, das poucas informações que temos, sabemos que o claustro construído por D. Martim Pinheiro teria dois andares, e que o novo dormitório se localizava no primeiro piso, sobre o refeitório e a cozinha<sup>631</sup>, no que decalca ainda assim a distribuição programática de Santa Cruz de Coimbra. Em Oliveira, só a ala oriental subsiste do claustro que é então edificado. Inclui reaproveitamentos de elementos anteriores, nomeadamente tardorromânicos, mas acreditaria que a introdução de um primeiro piso pode ser quinhentista, assim como o óculo da sala capitular que abre para Nascente e indica algum investimento não estritamente

---

<sup>628</sup> Apenas as determinações de reparações do coro, em Roriz, e do campanário, em Caramos, têm algo a ver com as igrejas canonicais – Franquelim Neiva Soares, “Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in FONTES, Carlos Alberto de Oliveira (cord.), *Bracara Augusta – revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLI, n.º 91-92 (104-105), Braga, Câmara Municipal de Braga, 1988-1989, pp. 119-120.

<sup>629</sup> Franquelim Neiva Soares, *idem*, p. 111.

<sup>630</sup> Ver notas 290 e 291 deste capítulo.

<sup>631</sup> Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 448.

funcional.<sup>[fig.51]</sup>

Em Landim (que foi igualmente visitado em 1528, mas cujos registos se perderam<sup>632</sup>), Rafael Moreira acredita que D. Miguel da Silva interveio, e Maria Emília Nóvoa acha que a ele se deverá o essencial do projeto que se executará no século seguinte(!)<sup>633</sup>. Eu hesito em ir tão longe, mas aceitaria que algumas opções de base pudessem datar desta altura, ao menos no que diz respeito à igreja da canónica: a definição da nave lateral Norte (embora um espaço pudesse já ter existido nesse lugar, como discutimos no capítulo IV), e talvez a introdução de uma torre sineira lateral e dum nártex, aberto ao exterior mas inserido no corpo eclesial; a escolha de um exonártex já se verificara em São João da Foz – é um motivo inovador na arquitetura portuguesa e pode ter estado na origem de desenvolvimentos futuros entre os Regrantes<sup>634</sup>. É no entanto para mim óbvio que a feição final deste espaço em Landim é impossível de ser atribuída ao segundo quartel do século XVI ou a Francesco de Cremona, como veremos no capítulo seguinte.<sup>[fig.52]</sup>

Também São Jorge de apar de Coimbra merece alguma atenção. O mosteiro chegara ao período que agora analisamos no momento de encerramento de uma renovação de instalações, aproximadamente entre as datas de 1510 e 1526 (como se deu notícia no capítulo anterior), que abrangeu tanto a igreja e campanário, como algumas dependências funcionais (o lagar e a adega, pelo menos). Por 1538, talvez em continuidade com essas campanhas, o prior comendatário Cristóbal Barroso terá intervindo no claustro<sup>635</sup>. D. Jorge Coelho teria pois encontrado a canónica em bom estado físico e não requerendo investimentos de fundo. Uma sua adição de pormenor, no entanto, suscita questões interessantes. Em São Jorge – como em Santa Cruz – a residência prioral ocupara a antiga torre medieva de características senhoriais, voltada ao Mondego e aos campos agrícolas; também de forma análoga ao seu congénere próximo, a casa do priorado (a acreditar numa permanência genérica da mancha edificada do mosteiro e das áreas ao seu redor) localizar-se-ia sobre um terreiro semi-interno ao mosteiro, em posição recuada. É no sólido destacado desse priorado que D. Jorge Coelho introduz, entre 1547 e 1563, além de alterações interiores, uma *loggia* toscana, de 3x2 tramos, no prolongamento da largura da torre pré-existente<sup>636</sup>.<sup>[fig.53]</sup> Colocada no lado oposto ao terreiro, disfrutava portanto de maior recato e de uma vista imperturbada sobre a amena várzea do rio. É inevitável ver, na correção da linguagem clássica, na opção pela ordem

<sup>632</sup> Franquelim Neiva Soares, *idem*, p. 104.

<sup>633</sup> Ver notas 40, 286 e 287 deste capítulo.

<sup>634</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 163; as limitadas semelhanças compositivas entre São João da Foz e Landim diminuem mais ainda se se aceitar a revisão por Rafael Moreira da sua reconstituição inicial da igreja da foz do Douro, de 3 naves para nave única (cf. José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra: *consuetudo*, *sprezzatura* e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI”, in AAVV, *II Congresso Histórico de Amarante: Actas*, vol. II, t. 1, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2009, pp. 173-174).

<sup>635</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, p. 156.

<sup>636</sup> *Idem*, livro VIII, cap. XV, pp. 156-157; não é de ignorar que toda a residência prioral foi profundamente intervencionada entre 1653-1656 (*idem*, livro X, cap. L, p. 427), mas acho crível que esta *loggia* seja essencialmente a original, como o próprio Nicolau de Santa Maria a indica.

toscana e na atmosfera daquela varanda, uma correlação com a erudição e o culto do bucolismo por D. Jorge Coelho<sup>637</sup>. Mas uma outra associação emerge, entre este *locus amoenus* e a quinta de recreio de Santa Cruz, no Marujal<sup>638</sup>. Esta possível Casa Brévia<sup>639</sup> (mas certamente de retiro bucólico<sup>640</sup>) voltava para o mesmo Mondego, uns quilómetros a jusante, outra varanda com colunas de aspeto toscano<sup>641</sup> sobre plintos, igualmente em contraponto a blocos turriformes maciços (embora aqui, em obra de raiz, enquadrando simetricamente a *loggia*)<sup>642</sup>. Maria de Lurdes Craveiro data pelo menos alguns elementos da casa, assim como a capela de Santa Leocádia, de meados de Quinhentos, pelo menos a partir de 1541. É por conseguinte possível que a casa do Marujal preceda a do priorado de São Jorge, o que

---

<sup>637</sup> Quiçá sinal desse mesmo bucolismo, e talvez indicação de obras de arranjos exteriores e jardinagem, pode ser a construção por sua iniciativa de uma capela, dedicada a São Marçal, na cerca, a Sudoeste do mosteiro, em 1558 (Tânia Andrade Saraiva, *O Mosteiro de São Jorge*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2000, p. 66, nota 116).

<sup>638</sup> Em Maria de Lurdes Craveiro (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 171-178) me baseio para estas observações, até porque o edifício se encontra hoje num estado lamentável de quase total destruição...

<sup>639</sup> As Casas Brévias já existiam antes e aparentemente já com implantação típica litoral ou ribeirinha – afinal D. Miguel da Silva alojava-se, na Foz do Douro, em Brévia do mosteiro beneditino de Santo Tirso (Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 165) – e noutras Ordens se fará delas também pretexto de explorações renascentistas (como na Quinta da Cardiga, da Ordem de Cristo – Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 110-111).

Santa Cruz consagra nas suas Constituições a necessidade dos tempos de retiro (ver nota 600 deste capítulo) e construirá várias Brévias, pelo menos associadas aos mosteiros de maior dimensão: **Santa Cruz de Coimbra** poderá ter tido a do Marujal até 1546 (quando passará para a posse da Universidade), e terá certamente, a partir de 1572, a de Verride, com enobrecimento do edifício em 1644-1647 pelo prior-geral D. Leonardo de Santo Agostinho (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLVII, p. 422; Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, *op. cit.*, p. 185; Francisco Jesus, “Convento de Almiara / Mosteiro de Verride”, 1999, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, em linha, disponível em <http://www.monumentos.gov.pt>, consultado em 7-7-2015); paralelamente e em data incerta também terá ainda a Casa da Ribela, dentro da própria cerca do mosteiro, e que existiu até construção da Associação Académica (Nelson Correia Borges, *idem*, p. 117); **São Salvador da Serra do Pilar** comprará a quinta do Antero, em Canidelo, em 1627, e construirá a Brévia no triénio seguinte, sendo ali prior o mesmo D. Leonardo de Santo Agostinho (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLVII, pp. 419-420; Isabel Sereno, “Casa Santa Isabel / Brévia dos frades da Serra do Pilar”, 1998, in S.I.P.A., *op. cit.*); **São Vicente de Fora** adquire a Quinta da Abelheira, junto a propriedades suas em São Julião do Tojal, em 1751 (Fernanda Ferreira, Frederico Pinto, Madalena Neves e Manuel Villaverde, “Palácio da Quinta da Abelheira / Casas da Quinta da Abelheira”, 2013, in S.I.P.A., *op. cit.*); **Grijó** constrói a Casa Brévia na sua granja litoral de São Félix da Marinha, por volta de 1758 (António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, *op. cit.*, p. 100), e **Moreira da Maia**, no século XVIII, tinha a Quinta da Lavra, com a capela de São Silvestre do Couço, junto ao rio Leça (Geraldo J. A. Coelho Dias, *op. cit.*, p. 34; A.N.T.T., “Fundo do mosteiro do Salvador de Moreira”, DIGITARQ, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Direção Geral de Arquivos, 2008, em linha, disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/>, consultado em 7-7-2015). Também deveria ter existido alguma estrutura para o mesmo fim em **Refoios do Lima**: pelo menos Augusto Pinho Leal refere a existência nas imediações do mosteiro e junto ao rio numa *Fonte da Brévia (Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. VIII, p. 98).

Os Cruzios adotarão para estas residências um discurso arquitetónico inteiramente diferente do das canónicas e colégios, mais residencial e palaciano, e sem claustros ou outros sinais de uma disciplina de vida em comum, isto é, *cenobítica* (daí não me debruçar sobre as Casa Brévias nesta dissertação), o que só acentua o quanto deveriam ser desejadas como uma quebra da Regra e da clausura. É um tema claramente ainda por estudar.

<sup>640</sup> Maria de Lurdes Craveiro encontra comprovação de o Marujal ter sido desde 1534 residência alugada de Diogo Afonso, secretário do cardeal-infante D. Afonso, ali se mantendo após a passagem da quinta para a posse da Universidade (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 173-174).

<sup>641</sup> Maria de Lurdes Craveiro acha-as dóricas (*idem*, p. 177). Podem sê-lo, se lidas segundo Sagredo (que representa as colunas toscanas com capitéis elaborados, quase compostos, e dispostas com intercolúnios estreitos - *Medidas del romano*, fls. b4-b4v, e 8); no entanto, com a divulgação do tratado de Serlio (e portanto ao tempo da *loggia* de São Jorge) a mesma aparência e espaçamento designarão a ordem toscana e não a dórica (John Onians, *op. cit.*, p. 271). Ainda assim, o uso de colunas sob arquitraves de madeira, como aqui no Marujal, também se associa ao toscano, em Vitruvius (*De Architectura libri decem*, IV, 7, 4 - *Vitruvius, tratado de arquitectura*, *op. cit.*, p. 157).

<sup>642</sup> Um porticado contraposto a massas cegas, e nomeadamente entre volumes turriformes de ângulo (de distantes alusões castelares), pode ter sido um estereótipo formal das Casa Brévias cruzias entre os séculos XVI e XVII: além da Quinta do Marujal, assim era Casa da Ribela (como se vê numa gravura de George Vivian, “Coimbra - looking over the gardens of Santa Cruz”, desenho litografado por Louis Haghe, in *Scenery of Portugal & Spain*, Londres, P. & D. Colnaghi & Co./Ackerman, 1839), e pode ter sido Casa Brévia de São Salvador da Serra, se acreditarmos que a atual feição oitocentista de Casa de Santa Isabel manteve a distribuição de massas original (ver nota 539 deste capítulo). [fig.54]



o desenho das colunas, menos canónico, e a sua articulação mais elementar, parecem confirmar<sup>643</sup>. Assim, a simpatia de D. Jorge Coelho pela reforma de Santa Cruz pode ter-se estendido a emulações arquitetónicas.<sup>[fig.55]</sup>

Uma última referência isolada pode caber neste intervalo, e é o portal de aparência possivelmente renascentista da igreja de Santa Maria de Refoios do Lima. O portal tem sido datado de 1581, altura da reforma geral do mosteiro<sup>644</sup>, mas pelo menos alguns elementos parecem não pertencer a datação tão tardia (como os óculos florentinos e as urnas sobre o entablamento) e toda a composição destoa do resto da reconstrução maneirista<sup>645</sup>.<sup>[fig.56]</sup>

Note-se enfim como, em menos de três décadas e num *corpus* que se fixará em 27 cenóbios (se contarmos com os colégios geridos pelos Cruzios), até 17 deles deverão ter tido obras, isto é, praticamente 60%.

## **7.5 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1527 e 1556**

**7.5.1 Contrapontos e repercussões:** Explorada a sua consistência, analisemos enfim a autonomia e impacto do discurso arquitetónico regente. Discutir-lhe a “originalidade” requer sempre o cuidado de ter presente o quanto os processos edificatórios nacionais se centralizam no rei, em termos decisórios, e consequente e simultaneamente se globalizam, com a Coroa fazer uso de agentes exteriores à Ordem e que têm intervenções paralelas noutros contextos institucionais. É uma dinâmica que já vinha acontecendo no período que analisámos anteriormente. Dito isto, e contrariamente ao que sucedera até 1527, a Congregação de Santa Cruz dá resposta projetual a um processo próprio, apoiando-se em dois autores cuja maioria artística tem lugar no seu seio e cuja produção a ela maioritariamente se destina, não havendo agora lugar a transplantes literais e não integrados de expressões alheias. Além disso, quer o processo, quer os projetos que o corporizam, recuperam o património simbólico especificamente crúzio, mesmo que numa perspetiva aberta à modernidade.

Há, sem sombra de dúvidas, heranças a registar. No capítulo anterior defendi a provável influência de Santa Cruz sobre o mosteiro de Santa Maria de Belém, nomeadamente no que diz respeito a opções

---

<sup>643</sup> A solução do cunhal da varanda, em São Jorge, aglomerando duas colunas e um pilar de ângulo (que lembra a do claustro de Bom Jesus de Valverde) é mais trabalhada. A casa do Marujal, segundo Maria de Lurdes Craveiro, partilha familiaridades com a da Cardiga e o Paço de Salvaterra de Magos (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 172), mas a cronologia dessas obras será coetânea, e provavelmente posterior ao Marujal, pelo que não deverão ser as fontes de inspiração desta (cf. Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 61 e 74, e Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 94 e 110-111).

<sup>644</sup> António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, in AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoio: onde será instalada a Escola Superior Agrária*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p. 38.

<sup>645</sup> Creio que Carlos Alberto Ferreira de Almeida pressente essa diferença, ao classificar o portal como sendo “de tradição renascentista”, quando chama especificamente “maneirista” o retábulo-mor da igreja de Refoios, e não o ligando na descrição às dependências conventuais (*Alto Minho*, “Novos guias de Portugal”/5, Lisboa, editorial Presença, 1987, p. 116).

de estruturação do claustro e da fachada ocidental, havendo algumas emulações em sentido contrário (das inovações de composição volumétrica e espacial da igreja dos Jerónimos sobre Santa Cruz de Coimbra). Outras apertações hieronimitas existem agora. Já aludi ao precedente das implantações roqueiras típicas daqueles relativamente a São Salvador da Serra, assim como do posicionamento em massa horizontal e paralela ao rio do mosteiro hieronimita de Lisboa, que ocorre em Gaia<sup>646</sup>. Algo mais específico é adicionalmente transportado, com esta última abordagem à paisagem, de Belém para a arquitetura dos Cónegos: o dormitório longitudinal, unitário, estruturado sobre corredor central com terças, subdividido em celas individuais e colocado em primeiro piso como afirmação dominante do cenóbio<sup>647</sup>. [fig.57] A sistematização e reprodução desse modelo, sustentada por tradições renovadas sobre a privacidade e a dignidade da comunidade, e uma acentuação do caráter urbano, revelam uma apropriação bem assimilada, mas a solução de base estava pronta numa obra com que o rei, o reformador e o(s) arquiteto(s) tinham laços diretos. Do mosteiro dos Jerónimos pode ainda ter chegado a Coimbra o figurino do pórtico térreo recortado sob volume da fachada, que existia no acesso ao colégio de Santo Agostinho; é ainda assim, refira-se, um motivo com origem distante em Santa Cruz e captado de novo no âmbito dum interesse crúzio perene nas formas de tratamento da filtragem entre interior e exterior. Também ao nível da adjectivação arquitetónica Santa Cruz integra o círculo conimbricense de experimentação escultórica *all'antica* – e dele participa desde o início da década de 1520 – e incorpora o novo modo a partir de um processo que não lhe é exclusivo e que discutivelmente não domina, mas fá-lo no seio de uma qualificação espacial programática e não meramente decorativa.

De qualquer forma, essas importações particulares (e a sintonia geral com o panorama da adoção da arquitetura *ao romano*) são sobretudo função de uma posição única, aglutinadora, em que se encontram os Regrantes no segundo quartel de Quinhentos na teia de relações geradas pelos agentes da sua

---

<sup>646</sup> Relação com o rio que também se espelha na silhueta da Rua da Sofia face ao Mondego - ainda hoje é possível perceber a presença do alçado Nascente da rua, a partir da margem oposta, apesar das construções recentes de maior cêrcea, entre a rua e a margem.

<sup>647</sup> Maria do Rosário Gordalina, “As obras revivalistas do século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém”, in AAVV., *Romantismo – da mentalidade à criação artística*, atas do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, vol. I, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, p. 252; José da Felicidade Alves, *O mosteiro dos Jerónimos – I descrição e evocação*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 162-163, e *O mosteiro dos Jerónimos – II das origens à actualidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 275-276.

A longa fachada de Belém poderia até ser face de um grande quadrângulo, se o plano original de Jerónimos fosse de vários claustros, como se parece depreender do documento de 1517 que chama ao claustro dos Jerónimos a “crasta premeyra”, pressupondo outros, afinal não realizados (José da Felicidade Alves refere que teriam sido três); os sinais de uma expansão edificada, para Norte, do claustro existente, podem desmentir a possibilidade desse grande quadrângulo Este/Oeste, mas podem dever-se também a uma mudança de planos castilhana, já que o corpo do dormitório funcionou originalmente como alpendrada térrea, sem função monástica, até pelo menos 1516 (Paulo Pereira, “Do «modo» Gótico ao Manuelino...”, *op. cit.*, p. 62, e *Arte Portuguesa, op. cit.*, p. 437; José da Felicidade Alves, *O mosteiro dos Jerónimos – I...*, *op. cit.*, pp. 111, 158-169 e 165). O cotejo do dormitório dos Jerónimos com o de Santa Cruz está também presente em fontes crúzias, e Nicolau de Santa Maria, falando da extensão seiscentista da ala conimbricense, salienta que era então definitivamente mais longa e larga que a dos Hieronimitas de Lisboa (*op. cit.*, livro X, cap. XLII, p. 411).

A planta e alçado do levantamento de 1860, pelo arq. Rafael da Silva Castro (quando se iniciam as renovações do mosteiro pela Casa Pia) demonstram também a cela larga e o desalinamento de portas no corredor, como em Coimbra (Maria do Rosário Gordalina, *idem, ibidem* e p. 282, e José da Felicidade Alves, *idem, ibidem*).

reforma e pelos laços próprios da instituição. Nenhum outro círculo desse momento estabelece tantas pontes como Santa Cruz, que é charneira entre quase todos os focos da mudança estilística em Portugal:

a)-as obras de D. Miguel da Silva no Porto foram testemunhadas por Diogo de Castilho, que terá absorvido a utilização de corpos geométricos turriformes e cupulados na paisagem, como orientadores de aproximação ao Douro, para lhes dar sequência e conclusão na igreja circular de São Salvador da Serra, rio acima; o bispo de Viseu, paralelamente, terá deixado sementes na canónica de Landim<sup>648</sup>;

b)-mesmo que episodicamente, nesta datação ou mais tarde, o portal de Refoios do Lima mostra uma interseção ao renascimento do Noroeste, e plausivelmente ao círculo dos Lopes<sup>649</sup>, assim como a reprodução em São Gonçalo de Amarante do estereótipo crúzio (ou pelo menos do estereótipo colegial conimbricense)<sup>650</sup> mostra influências possíveis na direção inversa;

c)-obviamente, como ainda há pouco se referiu, Santa Cruz foi participante central do foco de escultura renascentista de Coimbra, do qual captou Nicolau Chanterene primeiro e João de Ruão depois, e deu origem ao ciclo da arquitetura colegial, discutivelmente o mais fecundo da nossa arquitetura de sinal renascentista<sup>651</sup>;

d)-pela sua relação precedente com João de Castilho, e atual com a Ordem de São Jerónimo e o rei, a Congregação esteve certamente a par das obras do convento de Cristo, que aliás deve ter influenciado; sem as limitações de espaço e de programa que existiram em Coimbra, o plano geral de Tomar diverge

---

<sup>648</sup> Para uma discussão sobre laços possíveis entre a ação de D. Miguel da Silva e a arquitetura coimbrã, em particular a de Diogo de Castilho e João de Ruão, leia-se também José Ferrão Afonso (“A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra...”, *op. cit., passim*, mas sobretudo pp. 173-179, 180-188).

<sup>649</sup> As similitudes do portal de Refoios com a Casa das Lunas e dos Sá Sotomaior, e/ou o portal de São Gonçalo de Amarante, isso indicam, e Ponte de Lima era área de ação de João Lopes-o-Velho e dos seus descendentes e discípulos oficiais: leia-se Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 63, 199-202, e Susana Matos Abreu, “A formação dos artistas na difusão das formas e a recepção da sua arte pelo meio sócio-cultural do século XVI: notas metodológicas”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (cord.), *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*, Porto, CEPESE, 2008, pp. 240-43. Sabemos também que João Lopes-o-Velho trabalhou no Porto na década de 1530, altura em que Diogo de Castilho ali vivia e que, mais tarde, João Lopes-o-Moço trabalhou na obra da igreja circular da Serra do Pilar (José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 211-212; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão» - o ciclo filipino”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, *op. cit.*, vol. VI, p. 29).<sup>[fig.56]</sup>

<sup>650</sup> São Gonçalo de Amarante conjuga a dualidade do conjunto eclesial e um corpo vivencial longo, compostos axialmente; a organização do quadrângulo das dependências por um claustro (pseudo-castilhiano) e por um pátio menos formal, e a existência de um dormitório longitudinal definindo toda a fachada Este, com transeptos no corredor para entrada de luz e dupla fenestração em celas.<sup>[fig.58]</sup>

Ligações entre Diogo de Castilho e artistas presentes na obra amarantina, e o carácter castilhiano do claustro foram aliás já sugeridas por José Ferrão Afonso (“A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 183-184, 221; “Manuel Luís, um mestre pedreiro quinhentista entre o Porto, Amarante e Braga”, in AAVV, *Amarante Congresso Histórico 98: Actas*, vol. III, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000, pp. 7 e 11-12).

<sup>651</sup> Sobre a tipologia colegial conimbricense e a sua relação com Santa Cruz, leiam-se, entre outros, desde as contribuições seminais de António Nogueira Gonçalves (“Os colégios universitários e o desenvolvimento da arte”, in *A sociedade e a cultura no Renascimento - atas do simpósio*, Coimbra, Epartur, 1982, pp. 223-238), às já referidas de José Eduardo Horta Correia (*Arquitetura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 32-33; “Os Colégios Universitários...”, *op. cit.*, pp. 16-19), Maria de Lurdes Craveiro (“A reforma joanina e a arquitetura dos colégios”, *op. cit.*, pp. 24-25) e Rui Pedro Lobo (*Santa Cruz e a rua da Sofia...*, *op. cit.*, pp. 87-99). Embora alguns sinais do modelo colegial experimentada na rua da Sofia (pelo menos, além da Graça, nos colégios de São Pedro, do Carmo e do Espírito Santo) se prolonguem no tempo, é verdade que, à medida que nos aproximamos do fim da década de 1540 e que o centro da Universidade se desloca para a Alta de Coimbra, uma segunda tipologia - a que Rui Pedro Lobo chama *palaciana*, por oposição à original, *conventual* - emergirá, sem o duplo claustro ou a grande igreja virada ao exterior, como se começa a ver no colégio de São Tomás de Aquino, iniciado em 1549 por Diogo de Castilho. Note-se no entanto como o mesmo Castilho, no tardio colégio de São Jerónimo (iniciado em 1565 e na Alta) ainda regressa ao modelo conventual, parecendo até ter querido realizar uma configuração de duplo claustro e dormitório longo, com terças (Rui Pedro Lobo, *Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo...*, *op. cit.*, pp. 53, 64-65, e “Os colégios universitários de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 36-38).

fundamentalmente do de Santa Cruz, mas já disse como acredito que o plano original para o dormitório da canónica, de 1528, é a base quase literal daquele que se fez no convento dos freires, após 1530; e)-pela proximidade a D. João III e pelos laços à corte e à sua Ordem de Fr. Brás (e pelas relações anteriores de Diogo de Castilho a Santa Maria de Belém), é inevitável que se estivesse entre os Crúzios ao corrente das experiências artísticas em Lisboa;

f)-da mesma forma, as mesmas razões punham Santa Cruz em contacto com Évora – a ligação ao rei, que ali residia, a relação de Diogo de Castilho com Chanterene e dele, e da Congregação, aos Eremitas de Santo Agostinho, que levarão às intertextualidades que fomos vendo com o convento da Graça eborense; da cidade alentejana, já vimos também, pode ter vindo um dos protótipos da planimetria composta à volta de dois círculos de raios diferentes que pode ter existido em Vila Nova de Gaia e que Diogo de Castilho voltará a ensaiar em Santo Amaro de Alcântara<sup>652</sup>.

Assim, num panorama inicial de centros regionais de experimentação artística, os cónegos agostinhos podem dizer-se o catalisador de uma síntese nacional, a que só escapa totalmente, tanto quanto sabemos, o Epi-renascimento Algarvio<sup>653</sup>, e, de alguma forma, o eixo centrado na Beira Interior – ainda assim com raízes confluentes com a tipologia de fachadas templares unitorreadas, de inspiração crúzia, de que falámos no capítulo anterior<sup>654</sup>, e com intervenção de João de Ruão, pelo menos na igreja da Atalaia.

Também confluem em Santa Cruz as vias internacionais de aprendizagem do *romano* em Portugal: a hispânica (pelos Castilho), a francesa (com Chanterene, Ruão, Lorete, Odarte) e mesmo a italiana (dada a frequência das viagens de elementos da Ordem a Roma e talvez a solidariedade com os seus congéneres Lateranenses). É portanto natural que a arquitetura crúzia pareça não se distinguir de outras realizações do momento, tanto porque se relaciona com quase todo o universo produtivo, quer porque (como atesta a precocidade quase absoluta da sua ação) é fonte de reproduções que entretanto se generalizam, “diluindo” de alguma forma o que ali fora original no panorama global.

Percorramos resumidamente as contribuições estruturais de conceção arquitetónica que têm origem e/ou maturação definitiva entre os Regrantes e difusão comprovada:

a)-o cenóbio retangular com sequência de claustro e pátio – creio que o regresso a uma composição

---

<sup>652</sup> Ver nota 519 deste capítulo; a ermida de Santo Amaro exhibe outros elementos de possível proveniência crúzia, como o alpendre, e a fachada algo “turriforme”, com a sua acentuação axial (inacabada) e sineira central. É de notar que em Santo Amaro, sobre a porta, se exhibe o brasão da irmandade de São João de Latrão, à qual pertenciam os 14 doadores que edificaram a ermida (Albrecht Haupt, *A arquitetura do Renascimento em Portugal, op. cit.*, p. 74), o que pode ser outro indicador de uma conexão da obra aos Regrantes.

<sup>653</sup> De qualquer forma, o Convento da Assunção de Faro e o seu claustro castilhiano são fruto de campanhas promovidas pela rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III (João Neto e Daniel Giebels, “Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção / Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique / Museu Municipal de Faro”, 1991-2005, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, em linha, disponível em <http://www.monumentos.gov.pt>, consultado em 8-7-2015), pelo que alguma ligação, nem que episódica, pode ter existido.

<sup>654</sup> Tipologia que, como vimos no capítulo anterior, se prolonga para o intervalo que agora analisamos, e mesmo para além dele. Ver nota 395 deste capítulo, igualmente.

compacta, sem alas tentaculares, e a sua estruturação axial, por gradação de espaços interiores abertos (por oposição aos blocos quadrangulares organizados em grelha isotrópica, ou pelo menos sem leitura sequencial, que vai do Hospital de Todos os Santos ao convento de Cristo) é uma proposta crúzia, consistentemente aplicada aos colégios conimbricenses e com ecos noutras Ordens, como já vimos;

b)-o claustro castelhano – o mais antigo claustro conhecido que exhibe *todas* as características deste figurino encontra-se no colégio da Graça<sup>655</sup>, filho direto da arquitetura crúzia, e isto se o primeiro ensaio a ele conducente não tiver sido o claustro da portaria de Santa Cruz, projetado por João ou Diogo de Castilho, numa empreitada que está definida antes do início da de Tomar; em Santa Cruz está também o elo de ligação, no Claustro do Silêncio<sup>656</sup>, entre os protótipos já adiantados para o claustro castelhano, o nacional Claustro de D. Afonso V, na Batalha, e o italiano claustro de Santa Maria della Pace, dos cónegos regantes agostinhos de Latrão<sup>657</sup>; [fig.59]

c)-o claustro “ruanesco” – se a historiografia consagrou o modelo precedente, creio que há razões para defender a existência de um outro<sup>658</sup>, definido pelo entablamento plano e contínuo, sobre colunas, composição intuída nos pórticos da portaria de Santa Cruz e do colégio de Santo Agostinho (e mesmo na fonte da Manga) e realizado como tal na Serra do Pilar, de autoria atribuível a João de Ruão; tendo presença aparentemente secundária neste segundo quartel de Quinhentos, é um enunciado que terá grande popularidade na mais tarde, na Congregação e não só (como veremos no capítulo seguinte);

d)-o dormitório longo criando alçado urbano unitário, com terças, dupla fenestração nas celas e modularidade complexa – primeiro experimentado, como vimos acima, no mosteiro dos Jerónimos, é em Coimbra que se refina como face urbana dum edifício/instituição, e com mecanismos de expressão de uma privacidade mais trabalhada, em particular pelos duplos vãos das celas, exprimindo a dicotomia estudo/contemplação, introspeção/digressão, e Céu/Terra (que encontramos no colégio da Graça) e pela composição modular das celas de forma a evitar a simetria estrita e a confrontação de portas de

---

<sup>655</sup> Ver nota 553 deste capítulo.

<sup>656</sup> Ver nota 569 deste capítulo.

<sup>657</sup> José Eduardo Horta Correia, “Os Colégios Universitários...”, *op. cit.*, p. 18. Como esse claustro de Bramante, o claustro castelhano faz uso de arcada no piso térreo e de arquitrave reta no andar superior, da ordem jónica ao nível da quadra e de uma composição que repete quadrados. É verdade que uma raiz dessa proporção 1/1 é a prescrição de Sagredo aplicada a intercolúnios dóricos (como demonstra Paulo Pereira para o Claustro da Hospedaria de Tomar - *Arte Portuguesa, op. cit.*, p. 541), e que sagrediana é a morfologia dos elementos clássicos destes claustros de meados de Quinhentos, mas é de salientar que a mesma proporção não se aplica ao uso da ordem jónica (cf. Diego de Sagredo, *Medidas del romano*, fls. b3-b4v, e d7-d8), como acontece em Coimbra, e daí a referência romana poder não ser despcienda.

<sup>658</sup> Em rigor, poderemos dizer que existe um terceiro modelo de claustro renascentista português, de arcaria sequente sobre colunas, cujo protótipo se encontra no claustro da Sé de Viseu - e que poderíamos, por coerência de titulação, chamar “cremonês” - mas é um modelo sem descendência neste período (cf. Nuno Miguel Maia da Silva, *Claustros serlianos em Portugal: 1558-1635*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2012, Coimbra, edição do autor, 2012, p. 130).

entrada (como foi feito em Santa Cruz e encontramos reproduzido no “cruzeiro” de Tomar)<sup>659</sup>;

e)-a igreja de nave única com capelas laterais comunicantes – existindo precedentes góticos não crúzios a esta disposição (como a igreja franciscana eborense) o renascer classicizado desta conjugação volumétrico-espacial, de enorme sucesso futuro, ocorre no colégio graciano de Coimbra<sup>660</sup>, bebido na vizinha igreja de Santa Cruz e na memória românica regrante, onde primeiro entre nós foi utilizada;

f)-o alçado frontal eclesial bitorreado com espaços de transição – neste último ponto, nem os Crúzios chegam a um texto arquetípico unívoco, nem protagonizam uma maturação individual de possibilidades; a (re-)emergência da frontaria com torres laterais simétricas é um processo partilhado (com o mudejarismo alentejano, com a Sé da Guarda, com o mosteiro dos Jerónimos, com os colégios conimbricenses) e desperta hesitações entre os Regrantes, que parecem simultaneamente recuperar o formato turriforme (em Gaia), e que experimentam vários dispositivos de transição entre exterior e interior, o alpendre, o pórtico reentrante e o nártex aberto; seja como for, o contributo dos Cónegos é fulcral, até pela longa insistência sobre estes temas edificatórios<sup>661</sup>.

Como última nota sobre as repercussões do discurso regrante, refiram-se dois desenvolvimentos post-crúzios pela mão de agentes desse discurso: os elementos particulares da catedral de Leiria no contexto das novas Sés joaninas, atribuíveis a Fr. Brás de Braga (o desenvolvimento axial do complexo, com o claustro atrás da capela-mor, como em Gaia, e mesmo a fachada-bloco, com contrafortes de canto em vez de torres<sup>[fig.60]</sup>)<sup>662</sup>, e o projeto de Diogo de Castilho para o colégio de Jesus de Coimbra, em que se aproxima do partido de massa do convento de Cristo, mas permanece fiel a uma hierarquização dos pátios, faz uso de terças e de coordenação modular não simétrica das celas no dormitório, e opta por uma igreja de nave única e capelas laterais comunicantes, sem transepto e com coro alto<sup>663</sup>.<sup>[fig.61]</sup>

**7.5.2 Zeitgeist e automitificação:** Como acabamos de ver, o modo de abordagem dos repertórios interpretativos dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, na sua oscilação entre a adoção do que é novo no espírito do tempo ou a fidelidade a uma identidade própria longamente estabilizada, atinge

---

<sup>659</sup> Um outro exemplo vindo na sequência das obras do mosteiro de Santa Cruz e do colégio da Graça – e também ligado a D. João III – da utilização de um dormitório como grande fachada urbana unitária existia na desaparecida face Nascente do Mosteiro da Batalha. Fruto de uma campanha iniciada c. 1551, que incluía uma portaria porticada como a Graça, e um longo alçado regular no piso superior (dos aposentos priorais e do dormitório axial dos frades professos), com fenestração regular (embora não duplicada) interrompida por janelão encimado por óculo, e alteamentos da fachada (uma espécie de terça, no topo de um corredor interno). Leia-se Pedro Redol e Nidia Vieira, “Dois claustros desconhecidos do Mosteiro da Batalha”, in GOMES, Saul António (cord.), *Estudos Leirienses*, n.º 3, Dezembro, Leiria, Textiverso, 2014, *passim* e particularmente pp. 224 e 233.

<sup>660</sup> Isto, recordemo-lo, se não tiver tido uma tradução em formato centralizado na Serra do Pilar (ver nota 555 deste capítulo).

<sup>661</sup> Veja-se o ponto 7.4.1. Este é um tópico a desenvolver no capítulo seguinte.

<sup>662</sup> A reforma joanina do mosteiro da Batalha, além de semelhanças arquitetónicas (ver nota 659 acima), pode também ter contribuições de Fr. Brás de Braga, que procedeu à visitação do convento, como bispo de Leiria, em 1547 (Pedro Redol e Nidia Vieira, *op. cit.*, pp. 223-224).

<sup>663</sup> Pelo menos a acreditar no plano de 1568 conservado na Biblioteca Nacional de França (cf. Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, p. 289).

entre 1527 e 1556 um ponto de equilíbrio, sendo os dois impulsos convergentes e coerentes. A maior originalidade da Ordem, neste período (e não só em arquitetura), é que o seu projeto de modernidade se baseia na continuidade e na recuperação.

Assim, quando Fr. Luís de Montoya escreve desejar para o colégio de Nossa Senhora da Graça algo “*de sãta cruz sin las galãterias*”, tanto diz expressamente como traduz inadvertidamente a natureza deste intervalo. Ao nível literal, como Santa Cruz será o púlpito do refeitório do colégio graciano, obviamente, mas também todo o colégio, e um bom número dos colégios conimbricenses. Sob outro ponto de vista, como Santa Cruz mas sem a sua densidade de mensagem (que requeria “galanterias” de decoração a que a Ordem se manterá fiel) é muita da arquitetura renascentista e post-renascentista portuguesa. Finalmente, como Santa Cruz, nem que de forma depurada, serão os ensaios novos de discurso crúzio e nisso reside a sua afirmação unitária.

## CAPÍTULO VIII

### *no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica*<sup>1</sup>

a arquitetura cenobítica crúzia entre 1556 e 1685

#### **8.1 | Estabilização: a congregação dos cónegos regrantes portugueses**

Da segunda metade do século XVI aos finais da centúria seguinte, a instituição crúzia é ativa e coesa. A eficiência da mecânica congregacional e a riqueza da sua identidade, reavivada durante o processo de reforma apostólica, permitem-lhe uma extraordinária estabilidade e uma consistente expressão arquitetónica durante todo este período, que pode aparecer como de drásticas mudanças (nomeadamente políticas), mas é também detentor de grandes continuidades culturais.

É o momento de maturidade de um discurso *autónomo*, mesmo se ele se irá visivelmente esgotando como tal, com a aproximação a Setecentos.

**8.1.1 Bases para a definição do intervalo:** Em algum contraste com a constatação anterior, de esta ser uma época de força institucional (que deveria ter atraído os estudiosos), após 1556 deixamos, para o suporte de uma periodização regrante, de ter disponíveis quaisquer trabalhos monográficos profundos<sup>2</sup>. Restam-nos sobretudo as informações contidas nas histórias eclesiásticas ou nas entradas enciclopédicas dedicadas à Ordem.

No primeiro caso, a abordagem de Fortunato de Almeida, entre 1910 e 1928, e a de Miguel de Oliveira, por 1940, embora procurando sistematicamente acompanhar a evolução das instituições regulares principais<sup>3</sup>, sofrem do seu carácter extraordinariamente sintético no que toca a Santa Cruz nesta cronologia, e de basearem a abordagem em subdivisões mais vastas, dependentes da história política: Fortunato de Almeida insere o momento em análise no seu Livro III, cobrindo os reinados de D. Manuel I a D. João V<sup>4</sup>, e Miguel de Oliveira no que designa por “segundo período”, entre D. João I e D. João IV<sup>5</sup>. Fortunato de Almeida é bastante omissivo sobre a instituição como entidade unitária, e escreve sobretudo sobre a história de alguns cenóbios principais (Sapiência, São Jorge, Pilar, São Vicente, São

---

<sup>1</sup> Extrato do título da crónica apologetica crúzia de D. Leonardo de São José, *Roseto agustiniano, plantado no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica*, editada em Lisboa, por Domingos Carneiro, em 1671.

<sup>2</sup> A tese doutoral de Aires Gomes Fernandes termina ali (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, edição do autor, 2011); com a mesma profundidade de análise à instituição só voltará a haver, quando muito (e não se assumindo como tal), a obra de Margarida Sobral Neto, mas apenas para os séculos XVIII e XIX (*Terra e conflito – Região de Coimbra, 1700-1834*, Viseu, Palimage, 1997).

<sup>3</sup> Modelo que não segue a História dirigida por Carlos Moreira de Azevedo (*História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000-2002).

<sup>4</sup> *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971, vol. II.

<sup>5</sup> *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 5.ª ed., Lisboa, publicações Europa-América, 1994, pp. 127-194.



Teotónio de Viana, Santa Cruz)<sup>6</sup>. Miguel de Oliveira, ainda assim, em dois parágrafos sobre os Cónegos Regrantes, dedica o primeiro ao percurso até à reforma de Fr. Brás de Braga, e o segundo à evolução da Congregação após o seu início formal em 1556, até pelo menos o primeiro terço de Seiscentos<sup>7</sup>; mas saltará posteriormente para os desafios da Ordem sob o regime pombalino<sup>8</sup>.

No que toca a textos dicionarísticos, pesem ainda as limitações desse formato em extensão, são úteis as contribuições de António Domingues de Sousa Costa (em 1971)<sup>9</sup>, e sobretudo de José Mattoso (em 1975)<sup>10</sup>, Saul António Gomes (em 2000)<sup>11</sup> e Armando Alberto Martins (em 2010)<sup>12</sup>, embora todas elas sejam pouco estruturadas segundo subdivisões no tempo. De qualquer forma, não deixa de ir emergindo nelas um núcleo de autonomia da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, de meados do século XVI ao século XVIII. A montante desse momento, se José Mattoso ainda parece apresentar a solidificação congregacionista como parte indistinta do processo da reforma de D. João III<sup>13</sup>, os dois últimos autores demarcam as perdas de estatuto (no ensino superior, nomeadamente) e danos patrimoniais que precedem a formalização e subsequente crescimento da congregação crúzia, sugerindo uma cesura no interior do ciclo<sup>14</sup>, de acordo com o que vimos no capítulo anterior. A jusante, quase todos concordam em pôr uma nova encruzilhada pelo menos no reinado de D. João V, com a reforma institucional dos Regrantes iniciada em 1723<sup>15</sup>; Armando Alberto Martins, no entanto, dá antecedentes a essa intervenção, e precisa que há apelos internos à reforma desde 1680, e uma primeira tentativa concreta em 1684-1685, conduzida pelo núncio papal Marcello Durazzo<sup>16</sup>.

---

<sup>6</sup> *Op. cit.*, vol. II, pp. 137-141. De qualquer forma, aproxima-se de uma história da Ordem ao falar do mosteiro que a encabeçava, e aí, se não dá realce à fundação da congregação, passa das perdas de posses e rendimentos da década de 1540 para a reforma de D. João V, o que indicia, por omissão, que acha o período intermédio estável (*idem*, pp. 140-141).

<sup>7</sup> *Op. cit.*, p. 158.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 211.

<sup>9</sup> “Cónegos Regrantes”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, vol. II, pp. 149-151; António Domingues de Sousa Costa também só faz história de mosteiros individualmente.

<sup>10</sup> “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra”, in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 141-145.

<sup>11</sup> “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000, pp. 429-434.

<sup>12</sup> “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 266-274.

<sup>13</sup> José Mattoso, “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra”, *op. cit.*, col. 144; António Domingues de Sousa Costa nem sequer refere Frei Brás...

<sup>14</sup> Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 435 (embora inicie esta entrada pela reforma de Fr. Brás, separando-o da história medieval da Ordem, que merece verbete separado), Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 270. Refira-se também a obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa, que fecha intervalo de análise com Concílio de Trento, mas faz referência sucinta à data de 1556, e a que o processo de consolidação congregacional crúzio se estende pelo século XVII (*Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 175).

<sup>15</sup> José Mattoso, “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra”, *op. cit.*, col. 145; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, pp. 437-438; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 271; António Domingues de Sousa Costa, como os historiadores eclesiásticos que o precederam, salta para os problemas da Ordem sob o governo do Marquês de Pombal (“Cónegos Regrantes”, *op. cit.*, p. 151).

<sup>16</sup> Armando Alberto Martins, *idem, ibidem* (cf. com Timóteo dos Mártires, *Crónica de St.ª Cruz*, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955/1958, t. II, pp. 66-67).

Diga-se que eu próprio, em 1998, encontrei alguma unidade na definição canonical existente entre 1527 e 1640<sup>17</sup>, o que parece estar em desacordo com as escolhas que faço agora. É de notar que essa balização era então definida em função da existência duma consciência e uma reflexão sobre a(s) linguagem(ns) como estruturadoras da visão do mundo, antes da perspectiva cientifista chegada com Copérnico e Galileu<sup>18</sup>, e também da identificação de uma fase de renovação e experimentação entre os Crúzios, de que o período posterior à Restauração seria um eco e uma diluição gradual; todavia, a marcação de uma descontinuidade entre as décadas de 1530 e 1550 era já plenamente feita, em várias dimensões: dentro da evolução do conceito de movimentos religiosos regulares<sup>19</sup>, do agostinismo e do canonicalismo agostinho<sup>20</sup>, da estruturação da arquitetura cenobítica (e da afirmação nela dos espaços privados)<sup>21</sup>, e, obviamente, das dinâmicas da Ordem crúzia<sup>22</sup>. O limite de 1640, porém, é que me parece agora indiscutivelmente errado, por demasiado precoce<sup>23</sup>.

Assim, e à luz dos critérios que fui encontrando nas demarcações informadas que sustentam os capítulos anteriores, que acabaram quase sempre por reconhecer movimentos de reforma como sinais de mudança de mentalidade e crises de funcionamento institucional, parece-me defensável estender o momento de estabilidade congregacional de 1556 a 1685, quando o impulso de renovação se manifesta e a primeira tentativa de intervenção externa ocorre.

**8.1.2 *Corpus*:** Em 1556 havia em Portugal 24 institutos de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Extinta a última colegiada em 1545 (Santa Maria da Pena de Leiria), tratavam-se de 23 mosteiros e de 1 colégio, o de Santo Agostinho de Coimbra, sedado no mosteiro de Santa Cruz. Este grupo incluía então, recordemos, 4 canónicas congregadas (Santa Cruz e o colégio de Santo Agostinho, São Salvador da Serra, São Vicente de Fora) e uma sob reformação provisória, Santa Maria de Cárquere. Continuavam a existir, além dessas, 19 mosteiros ainda herdeiros da orgânica crúzia medieval, e em regime de comenda.

Esse panorama tinha-se, por assim dizer, invertido em 1685: o total de cenóbios nacionais com

---

<sup>17</sup> *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998.

<sup>18</sup> *Idem*, pp. 37-38.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>20</sup> *Idem*, pp. 50-51.

<sup>21</sup> *Idem*, pp. 34 e 36-37.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>23</sup> É verdade que em 1639 se iniciou um período de cerca de 5 anos de conflitos internos, com eleições priorais contestadas e chegando a requerer intervenção papal (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 19-20), mas a Restauração parece ter rapidamente devolvido à Congregação um sentido de corpo, não havendo então uma verdadeira mudança de ciclo.

comunidades canonicas augustinianas era agora de 21, mas sendo 20 destes membros da Congregação de Santa Cruz (19 mosteiros e 1 colégio) e apenas hipoteticamente permanecendo São Salvador de Ribas no modelo não reformado e sob comendatários.<sup>[fig.01a,01b]</sup>

A distribuição desse processo no tempo, apesar de obedecer a uma cronologia complexa, a que voltaremos mais tarde, pode ser resumida, se nos ativermos apenas às datas de decisões administrativas formais, a três momentos: um, inicial (que concentra a maior parte das ocorrências), até aos começos da década de 1570; um segundo, no fim do século XVI, e um último, no arranque do segundo quartel de Seiscentos. No primeiro momento verifica-se a totalidade do afastamento de mosteiros da vida canonical, ou pelo menos da reforma congregacional: em 1559 é entregue aos Dominicanos de Amarante e de Vila Real de Trás-os-Montes o mosteiro de São Martinho de Mancelos; em 1560 também Santo André de Ancede passa à alçada dos Pregadores, mas agora do convento de Lisboa; em 1562 a Mesa Prioral de Santa Maria de Cárquere é atribuída ao sustento do colégio jesuíta de São Paulo de Braga (se bem que a comunidade canonical ainda resistirá até 1576); por volta de 1565 serão os esforços para recuperar o controle de São Salvador de Ribas a serem gorados; em 1569 será São Salvador do Freixo a ser entregue ao convento dominicano de São Gonçalo de Amarante, e, finalmente, em 1573 ainda virá a ser concedido São Pedro de Roriz por prazo indeterminado (que se revelará eterno) ao colégio inaciano de São Paulo de Braga, como Cárquere<sup>24</sup>. Em quase sincronia, como veremos adiante, também se reinicia neste primeiro momento um movimento de expansão da Congregação: em 1563 tem autorização papal a reanimação de São Salvador de Grijó, cindindo-se do mosteiro da Serra do Pilar, que passará à denominação de Santo Agostinho em 1599; em 23 de Junho de 1567, letras apostólicas de Pio V reconfirmam a Congregação e a sua orgânica, e abrem a porta à integração em Santa Cruz dos mosteiros de Santa Maria dos Anjos de Landim, São Salvador de Moreira, São Jorge de apar de Coimbra e São Salvador de Refoios do Lima; entre 1569 e 1572 decidir-se-á em capítulo-geral a construção de um edificio em Coimbra para a autonomia física (que consagra a institucional) do colégio de Santo Agostinho, ou colégio da Sapiência. A seguinte formalização de novas adesões a Santa Cruz será feita pela bula *Pro apostolicae servitutis*, de Clemente VIII, de 19 de Maio de 1594<sup>25</sup>, que de uma só assentada implica 10 mosteiros: os de Paderne,

---

<sup>24</sup> Ler, em geral Aires Gomes Fernandes (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 115, 125, 134-135, 167-168 e 180-182); para o caso de Ribas, veja-se a obra dirigida por Lúcia Maria Cardoso Rosas (*Rota do Românico*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014, vol. 1, pp. 426-427), e para Roriz o Boletim da DGEMN dedicado ao mosteiro (AAVV., *Igreja de São Pedro de Roriz*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 9, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Setembro 1937, pp. 11-12).

<sup>25</sup> Nicolau de Santa Maria (*Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, officina Joam da Costa, 1668, livro VI, cap. IV, p. 289) e Timóteo dos Mártires (*op. cit.*, t. I, pp. 135-136) dizem-na de 23 de Maio, mas a cópia existente no bulário episcopal de Braga está datada de 19 de Maio - cf. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e António de Sousa Araújo, *Bulário Bracarense - Sumários de Diplomas Pontificios dos Séculos XI a XIX*, Braga, Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho, 1986 [em linha], disponível em <http://www4.di.uminho.pt/~jcr/PROJS/bb/BBOnline/bbcts.html> [consultado a 04-05-2017], verbete n.º 536.

Vila Nova de Muía, Crasto, Oliveira, Caramos, Vilarinho, Vila Boa do Bispo, Vilela, Junqueira e Folques.

Uma terceira e última expansão da Ordem, pela derradeira fundação de toda a sua história, ocorrerá três décadas mais tarde, quando se aventa em capítulo congregacional de 1624 a criação de um novo cenóbio, que virá a ser São Teotónio de Viana, e que iniciará a sua vida comunitária *in loco* em 1642.

Assim, sensivelmente a meio do intervalo que vamos analisar, estão estabilizados o elenco e a distribuição das Casas regrentes: um grupo mais concentrado e numeroso entre os vales do Douro, Ave e Tâmega (10 mosteiros, metade do efetivo total), conjuntos relevantes ao longo do Lima (4 mosteiros) e na órbita de Coimbra (2 mosteiros e 1 colégio), e presenças residuais, com uma só Casa, na fronteira com a Galiza, na Beira Interior e no Centro-Sul (em Lisboa).

**8.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia:** Pegando mais uma vez na produção historiográfica de síntese, versando sobre a arquitetura na segunda metade do século XVI e a centúria seguinte, uma variação (ou uma nova combinação) de diagnósticos anteriores desta tese se nos apresenta, apesar de alguns aspetos inéditos.

Por um lado, e nisso será realmente uma primeira vez, constata-se que a obra singular à qual inegavelmente se atribui maior influência e se dedicam mais páginas é crúzia: São Vicente de Fora<sup>26</sup>. Verifica-se também que nunca, senão relativamente à época undecentista e ducentista, tantos edifícios regrentes figuraram regularmente nos exemplos invocados para caracterizar a evolução arquitetónica do período. Pelo menos em metade dos textos considerados estão presentes Santa Cruz de Coimbra<sup>27</sup>, o colégio da Sapiência<sup>28</sup>,

---

<sup>26</sup> O mosteiro de São Vicente aparece em todas as obras-chave da amostragem que seleccionei: Albrecht Haupt, *A arquitectura do Renascimento em Portugal* (Lisboa, Presença, 1986, p. 63); Reynaldo dos Santos, *História da Arte em Portugal* – volume III (Porto, Portucalense Editora, 1953, pp. 18, 19, 21, 22, 33 e 41); Flório de Vasconcelos, *História da Arte em Portugal* (Lisboa, Verbo, 1972, p. 74); George Kubler, *Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521-1706* (Middletown, Wesleyan University Press, 1972, pp. 80-82); Jorge Henrique Pais da Silva, *Estudos sobre o Maneirismo* (Lisboa, Estampa, 1986, pp. 23, 123, 131-132, 167-169, 188, 220, 232, 236-246 e 255); José Eduardo Horta Correia, em “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal* (Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 7, pp. 117, 119-122 e 128), e em *Arquitetura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão* (Lisboa, editorial Presença, 1991, pp. 57-58); Fernando António Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa: época moderna (1500-1800)* (Lisboa, Universidade Aberta, 1992, p. 60); Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão» - o ciclo filipino”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa* (Rio de Mouro, Temas e Debates, 2007, vol. 6, pp. 11-13); Paulo Varela Gomes, *Arquitetura, religião e política em Portugal, no século XVII – a planta centralizada* (Porto, FAUP Publicações, 2001, pp. 35, 157-160); Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, (“História da Arte em Portugal”/3, Lisboa, Presença, 2002, pp. 202-207); Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX* (Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 10, pp. 11-18); Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial* (Lisboa, Temas e Debates, 2011, pp. 589-591).

<sup>27</sup> Reynaldo dos Santos (*op. cit.*, p. 38); Flório de Vasconcelos (*op. cit.*, p. 77); José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 128); Miguel Soromenho (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 22 e 23 e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 55); Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, pp. 220-221). Todos os autores falam da sacristia de Santa Cruz, mas Soromenho refere também a capela capitular de São Teotónio.

<sup>28</sup> Albrecht Haupt (*op. cit.*, pp. 61 e 225); Reynaldo dos Santos (*op. cit.*, p. 17); George Kubler (*op. cit.*, pp. 82-83); Jorge Henrique Pais da Silva (*op. cit.*, pp. 169, 226); José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 98); Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, p. 206); Miguel Soromenho (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 59).

São Salvador de Grijó<sup>29</sup>, Santo Agostinho da Serra do Pilar<sup>30</sup> e São Salvador de Moreira da Maia<sup>31</sup>. Uma outra edificação promovida pelos Cónegos Regrantes, embora não do domínio da arquitetura cenobítica, é ainda referida em 2002, por Vítor Serrão: a igreja de Nossa Senhora da Tocha, em Cantanhede<sup>32</sup>.

Acrescentando-se positivamente a essa constatação de uma presença numericamente significativa, está também o rastreio do leque de temáticas a que esses edifícios aparecem associados: São Vicente forma, com o Paço da Ribeira, os pilares centrais sobre os quais assenta a estratégia da marcação física da presença filipina em Portugal<sup>33</sup>; ao mesmo tempo é uma das peças-chave da definição de novas matrizes de composição espacial e de fachada das igrejas contrarreformistas<sup>34</sup> (em que Grijó também tem alguma importância<sup>35</sup>); a capela-mor de Nossa Senhora da Tocha e a igreja do mosteiro da Serra são elos da recuperação da planta centralizada, na segunda metade do século XVII<sup>36</sup>; o claustro deste mosteiro, e particularmente os dos de Grijó e Moreira, ilustram a tipologia baseada em arquivoltas planas sobre colunas<sup>37</sup>, enquanto o do colégio da Sapiência integra uma outra, baseada na serliana<sup>38</sup>; a fachada da igreja em Grijó é por sua vez um exemplo essencial do fulgor do flamenguismo decorativo<sup>39</sup>. Por último, conclui-se adicionalmente que os casos referidos se distribuem pelas várias subfases do intervalo que analisamos – Grijó é um projeto sebástico, São Vicente é a epitome da arquitetura filipina, e a Serra do Pilar é um bom exemplo de certas dinâmicas da arquitetura da Restauração.

Porém, voltando ao que já vimos em capítulos anteriores, e até talvez mais do que em qualquer outra época, à recorrente alusão a obras canónicas e ao reconhecimento da sua relevância não corresponde

---

<sup>29</sup> Flório de Vasconcelos (*op. cit.*, p. 75); George Kubler (*op. cit.*, pp. 69-72); Jorge Henrique Pais da Silva (*op. cit.*, p. 219, 255); José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 117, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 56); Fernando António Baptista Pereira (*op. cit.*, p. 65); Miguel Soromenho (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 25 e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 48); Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, p. 200).

<sup>30</sup> Albrecht Haupt (*op. cit.*, p. 241); Reynaldo dos Santos (*op. cit.*, p. 18); George Kubler (*op. cit.*, pp. 65-69); Jorge Henrique Pais da Silva (*op. cit.*, pp. 117, 170-171 e 255); Miguel Soromenho (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 25 e 29); Paulo Varela Gomes (*op. cit.*, pp. 78-89); Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 638).

<sup>31</sup> Flório de Vasconcelos (*op. cit.*, p. 75); George Kubler (*op. cit.*, p. 72); Jorge Henrique Pais da Silva (*op. cit.*, pp. 219 e 255); José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 118); Miguel Soromenho (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 25, e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 48); Vítor Manuel Serrão (*op. cit.*, p. 200).

<sup>32</sup> Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 70, 214 e 217.

<sup>33</sup> Leia-se, por exemplo: José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 118-122, ou Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 9-13.

<sup>34</sup> Por exemplo: Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 242-246, ou José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 57-60.

<sup>35</sup> Por exemplo: Flório de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 75; George Kubler, *op. cit.*, p. 69; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 118.

<sup>36</sup> Por exemplo: Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 214; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 638.

<sup>37</sup> Por exemplo: José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 118; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 25.

<sup>38</sup> Por exemplo: Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 169 e 226; José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 98; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 63.

<sup>39</sup> Por exemplo: George Kubler, *op. cit.*, pp. 70-71; Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 219, nota 7; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 117, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 56; Fernando António Baptista Pereira, *op. cit.*, p. 65; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 25.

igual menção da sua filiação institucional, e muito menos qualquer consideração dessa nas análises conduzidas. A referência à pertença cruzia destes exemplos arquitetónicos distribui-se entre o lapso, a imprecisão e a omissão.

Da primeira hipótese, felizmente mais rara, sofreu o claustro do colégio da Sapiência, que é apresentado como sendo “da Misericórdia” em 1895, por Albrecht Haupt<sup>40</sup>; se a data do seu trabalho e a nacionalidade do autor parecem desculpar a designação, uma vez que a Misericórdia de Coimbra ocupava então de facto o colégio cruzio, o mesmo já não se aplica a Jorge Henrique Pais da Silva, que faz o mesmo em textos de 1957-1958<sup>41</sup>, e até de 1975-1976<sup>42</sup>, claramente depois da correta denominação e adesão regular do colégio conimbricense terem sido recordadas e se encontrarem presentes na bibliografia de referência, quanto mais não for pela mão de Reynaldo dos Santos, em 1953<sup>43</sup>.

Mais disseminada é a utilização – não forçosamente fruto de ignorância, mas certamente criadora de equívocos – do termo “agostinhas” para classificar obras regnantes. Para além de outras Ordens que em rigor também seguem regras e espiritualidade agustinianas (como os Dominicanos, Jerónimos e Lóios), a designação presta-se à confusão sobretudo com os Eremitas Calçados de Santo Agostinho portugueses, ou Gracianos, tanto mais que a sua atividade edificatória tem relevância neste mesmo período: assim, o mesmo Pais da Silva tanto diz que são de agostinhos as igrejas de São Vicente de Fora e de Grijó<sup>44</sup>, como a igreja graciana de Goa<sup>45</sup>; George Kubler aplica o epíteto de “*augustinian*” a todas as obras cruzias<sup>46</sup>, mas usa-o igualmente para a igreja graciana de São João Novo, no Porto<sup>47</sup>; Paulo Varela Gomes escreve que o mosteiro da Serra do Pilar é “dos agostinhos de Gaia” e que o colégio dos Eremitas de Santo Agostinho em Coimbra é o “colégio agostinho da Graça”<sup>48</sup>, e Miguel Soromenho, em 2009, ainda por cima tratando de um grupo restrito (de claustros influenciados pelo Claustro Grande tomarense), diz que o da Sapiência é “dos Agostinhos” e o do convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, é “de agostinhos”<sup>49</sup>... O recurso indistinto a essa mesma designação adquire, embora de forma inconsciente, laivos duma ironia histórica quando sabemos da intensa rivalidade que povoou a relação entre as duas Ordens nesta fase, e de sobremaneira quando se lê, na crónica de Dom Nicolau de Santa

---

<sup>40</sup> Albrecht Haupt, *op. cit.*, pp. 61 e 225.

<sup>41</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, “Sobre a arquitectura maneirista”, *in op. cit.*, p. 169.

<sup>42</sup> “Nota acerca da arquitectura em Coimbra”, *idem*, p. 226.

<sup>43</sup> Reynaldo dos Santos, *op. cit.*, pp. 17-18; ressalve-se que em texto da década de 1970, embora não publicado até 1983, Pais da Silva já lhe chama claustro da Sapiência (*op. cit.*, pp. 254 e 257).

<sup>44</sup> “Em torno da arquitectura maneirista no Noroeste de Portugal”, texto de 1967, apresentado publicamente, mas só publicado na década seguinte (*in op. cit.*, pp. 219 e 220).

<sup>45</sup> “Notas sobre a igreja de São Vicente de Fora”, *in op. cit.*, p. 246.

<sup>46</sup> George Kubler, *op. cit.*, pp. 9 (Santa Cruz), 65 (Pilar), 69 (Grijó), 72 (Moreira), 80 (São Vicente) e 82 (Sapiência).

<sup>47</sup> *Idem*, p. 142.

<sup>48</sup> Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 73 e 123.

<sup>49</sup> Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 63.

Maria, entre outras queixas de usurpações por parte dos Gracianos, um protesto precisamente contra o uso deliberadamente impreciso de “Ordem de Santo Agostinho”<sup>50</sup>!

O mais das vezes encontramos sobretudo a omissão da filiação religiosa, de que o caso mais paradigmático é o mais famoso, na pluma dos seus maiores analistas: São Vicente de Fora, em Jorge Henrique Pais da Silva e Miguel Soromenho. O primeiro, referindo-se ao mosteiro em nove dos textos coligidos em *Estudos sobre o Maneirismo*, não lhe denuncia a obediência canonical em sete deles<sup>51</sup>, fica-se por lhe chamar “igreja agostinha” num outro<sup>52</sup>, e apenas naquele que deverá ser o último que assinou (de 1976-1977, portanto pouco antes do seu falecimento) enuncia a sua integração nos “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”<sup>53</sup>. Soromenho, por sua vez, nas suas sùmulas sobre a arquitetura filipina de 1995-1997 e 2009, em que atribui subdivisões da exposição exclusivamente ao templo vicentino, *nunca* se refere explicitamente à sua filiação<sup>54</sup>; quando muito, na publicação mais recente é possível depreender qual ela fosse, uma vez que recorre a Nicolau de Santa Maria, como “cronista dos cónegos regrantes”<sup>55</sup>.

Esta desvalorização do papel da instituição cruzia na arquitetura das suas Casas, conduz a ocasionais limitações interpretativas, nomeadamente nesses mesmos historiadores. Jorge Henrique Pais da Silva fala por exemplo de semelhanças entre São Vicente de Fora e Santo Agostinho da Serra do Pilar, chega a aventar a plausibilidade de ambas serem obras de Filipe Terzi, mas não ressalta que são mosteiros da mesma Ordem<sup>56</sup>. Miguel Soromenho, por sua vez, assinala a existência de um núcleo regional nortenho de claustros arquivados, “raríssimos a Sul”, ocorrendo na Serra do Pilar, em Grijó, em Moreira, no convento de Jesus de Aveiro e em São Gonçalo de Amarante; não se focando nas filiações institucionais, não se aperceberá que a maioria desses exemplos são cruzios, nem terá sido levado a verificar que há mais casos dessa incomum disposição em outros mosteiros regrantes (como Landim e Refoios do

---

<sup>50</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro II, cap. XXV, “Em que se mostra que por Ordem de Santo Agostinho absolutamente nomeada se ha de entender sòmente a Ordem dos Conegos Regrantes” (pp. 103-106).

<sup>51</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 23, 123, 131, 167 e 170, 188, 232, 255.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 220.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 242.

<sup>54</sup> Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 10-13 e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 11-18.

<sup>55</sup> Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 14. Note-se que cónegos regrantes também seriam, por exemplo, os Lóios. Em contribuições menos generalistas, Soromenho já especifica com rigor a instituição em “Do Escorial a S. Vicente de Fora: algumas notas sobre Filipe II e a Arquitectura Portuguesa”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 2 (Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, p. 26) e em “Hum dos Mayores e Magníficos Templos não só de todo o Reyno mas da Europa: A Obra Filipina”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História* (Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, pp. 130, e 139), mas toma-a em consideração de forma desigual – curiosamente, dá mais relevo ao papel da Ordem (ou pelo menos do prior do mosteiro em discussão, São Vicente de Fora) no texto mais antigo do que no segundo, em que a menoriza.

<sup>56</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 170-171; noutro lugar, debruçando-se sobre motivos decorativos, ressalta o uso de “pontas de diamante” em Moreira da Maia, Grijó e São Bento da Vitória, sem mencionar que dois desses exemplos são cruzios (*idem*, p. 219, nota 7). Note-se que Pais da Silva o faz após Reynaldo dos Santos, e este sim deteta a filiação ao aventar autorias terzianas em vários mosteiros cruzios (*op. cit.*, pp. 18 e 21).

Lima)<sup>57</sup>. Também Vítor Serrão, ao descrever a peculiaridade de a capela-mor da igreja da Tocha reproduzir o templete central do Claustro da Manga, não adianta a informação (a todos os títulos relevante) de o templo ser de iniciativa do próprio mosteiro de Santa Cruz<sup>58</sup>.

Dir-se-á que tal comportamento espelha uma convicção de que, nesta cronologia, a influência das Ordens religiosas sobre os edifícios é negligenciável, uma vez que geralmente é a Coroa e os seus arquitetos que os produzem para elas – posição discutível, enunciada em alguns textos<sup>59</sup> – mas tal colide estranhamente com certas práticas discursivas instituídas na mesma historiografia de arte. O prisma da existência de algumas regularidades arquitetónicas derivadas do contexto institucional, inclusive para além do caso “excepcional” da Companhia de Jesus, já se insinua em Reynaldo dos Santos<sup>60</sup>, Flório de Vasconcelos<sup>61</sup> e Pais da Silva<sup>62</sup>, geralmente por referências a obras beneditinas. Com José Eduardo Horta Correia, a consideração de algumas individualidades na arquitetura das Ordens religiosas adquire foros de tópico autónomo e expande-se: em 1986 ele analisa características recorrentes na arquitetura dos Beneditinos, Cistercienses e Carmelitas Descalços<sup>63</sup>, e em 1991 atribui entradas quer à arquitetura de certas Ordens sob os Filipes (beneditina e carmelita) quer na Restauração (as Clarissas)<sup>64</sup>. Depois disso, a prática está instituída (mesmo em alguns textos sintéticos<sup>65</sup>) e tem grande expressão precisamente em Miguel Soromenho, que se esforça por levantar padrões arquitetónicos de maior ou menor importância num conjunto alargado de instituições cenobíticas – Beneditinos, Cistercienses, Carmelitas, Cartuxos e Cavaleiros de Cristo<sup>66</sup> – mas resiste a fazer o mesmo quanto à Congregação de Santa Cruz de Coimbra. Reencontramos também agora a tendência para não valorizar os conjuntos cenobíticos como complexos projetados de forma integrada e integral, quiçá (ainda) menos justificada num momento em que temos

---

<sup>57</sup> Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 25; também é de lamentar que noutro texto, a partir da função de panteão régio de São Vicente de Fora, refira precedentes de espaços funerários, começando por Santa Cruz, sem fazer correlações (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 18).

<sup>58</sup> Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 217. Serrão lamenta nesse texto que não exista informação sobre a obra, nomeadamente sobre autores e mentores, mas custa a acreditar que não conhecesse o boletim monográfico da DGEMN sobre a igreja da Tocha, em que se detalha que o templo é de iniciativa do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, substituindo uma ermida de 1610 que se tornara local de peregrinação; adianta-se aí também que a 1.ª pedra foi colocada em 1661, pelo prior-geral crúzio D. José, e que estaria pronta por 1670, uma vez que então se traslada para o edifício a imagem de Nossa Senhora da Tocha que estava na origem da devoção (AAVV., *Igreja da Tocha - Cantanhede*, “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 93, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Setembro 1958, pp. 12-13 e 15-16).

<sup>59</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 173 e 189; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 15, e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 32.

<sup>60</sup> *Op. cit.*, pp. 39 e 42-43.

<sup>61</sup> *Op. cit.*, p. 75 (honra-lhe seja feita, apesar de se tratar de uma nota breve, menciona os Crúzios, além dos Beneditinos, como entidades relevantes na divulgação de motivo da abóboda de berço).

<sup>62</sup> *Op. cit.*, pp. 173 e 179.

<sup>63</sup> “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão””, *op. cit.*, pp. 124-127.

<sup>64</sup> *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 62-63 e 64-66.

<sup>65</sup> Apesar de escrito como uma sebenta escolar, o texto de Fernando António Baptista Pereira para a Universidade Aberta fala dos Beneditinos, Carmelitas, Clarissas e Arrábidos (*op. cit.*, p. 68).

<sup>66</sup> “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 26-46; em “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, falara apenas de beneditinos e carmelitas (*op. cit.*, pp. 21-22).



acesso a esses projetos e de que os exemplares edificados mais frequentemente nos chegaram ainda de pé. Ao falar de mosteiros dificilmente se vai além das igrejas, e certamente não se passa dos claustros.

## **8.2 | As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio**

**8.2.1 O momento:** Esta segunda metade de Quinhentos e a grande parte da centúria seguinte correspondem ao período da preponderância espanhola sobre a Europa e a nível praticamente global.

Evidentemente, tal asserção começa a ser contestada logo com o início da revolta flamenga, em 1568, dando origem à Guerra dos Oitenta Anos contra os Países Baixos, assim como com o fracasso da Armada Invencível em neutralizar a Inglaterra protestante, em 1588, mas só está seguramente abalada após a Paz dos Pirenéus (1659), que confirma o novo ascendente francês na política europeia. Aliás, mesmo com esses percalços, o último quartel do séc. XVI é indiscutivelmente o zénite do poderio dos Áustrias ibéricos, que comandam a Santa Liga em Lepanto (1571), incorporam o reino de Portugal em 1580 e obtêm vitórias muito relevantes, pela mão do duque de Parma, na Flandres (particularmente entre 1584-1585) e nas Guerras da Religião francesas, em 1590. Se o tratado de Vervins (1598) com a França borbónica, ou a trégua de 1609-1621 com as Províncias Unidas, não são sucessos para a Coroa espanhola, são ainda assim um prolongamento do *status quo*. Só com o aproximar da década de 1640 vemos esse estatuto seriamente fraquejar: a decisão do cardeal Richelieu de intervir diretamente na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) gera a subsidiária Guerra Franco-Espanhola (1635-1659), onde os exércitos franceses, entre a tomada de Arras (9 de Agosto de 1640) e a batalha de Rocroi (18 de Maio de 1643), se impõem aos temidos *tercios*; em Maio de 1640 estala a revolta da Catalunha e em Dezembro a secessão portuguesa; em 1647-1648 são Nápoles e Palermo que se amotinam contra os Áustrias, e em 1648 a Paz de Vestefália traduz-se em perdas territoriais e estratégicas, nomeadamente no reconhecimento *de jure* da independência das Províncias Unidas neerlandesas.

Não obstante, a instalação desta situação de crise não é ainda a derrota, e o Sul de Itália será pacificado em 1649, a Catalunha recuperada em 1652. O próprio tratado dos Pirenéus de 1659, entregando a Luís XIV o Artois e o Rossilhão, garante pelo menos a manutenção da Catalunha e do Franco-Condado, em cuja tentativa de conquista a França se envolvera diretamente – a Fronde também refreia o impulso gaulês. No fim de contas, até à sua morte em 1665, Filipe IV ainda pôde acreditar na vitória sobre Portugal, e mesmo o enfermiço Carlos II consegue contra todas as probabilidades sobreviver até ao seu trigésimo oitavo aniversário, em 1700: uma grande máquina cai devagar<sup>67</sup>.

Seja como for, para as balizas deste capítulo, se o ano de 1556 é exatamente o da subida ao trono

---

<sup>67</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *Atlas histórico – da Pré-História aos nossos dias*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, pp. 166-167.

espanhol de Filipe II, o percurso de fulgor da Monarquia Católica, depois de atingir o topo cerca de 1580 e estando em crise por volta de 1640, está na prática encerrado na década de 60 do século XVII, e por conseguinte sensivelmente antes do limite do intervalo que agora analisamos. No entanto, só precisamente em meados dos anos de 1680 veremos emergir de forma sistematizada e rematada um *paradigma* alternativo de Estado, sob Luís XIV. Filho e consorte de infantas espanholas (Ana de Áustria e Maria Teresa de Áustria, irmã e filha de Filipe IV), Luís começa a governar pessoalmente após a morte de Mazarino, em 1661, e tem Colbert a revolucionar os conceitos económicos de administração económica de 1665 a 1683, mas é em 1682 que consegue do clero francês a declaração dos quatro artigos das *liberdades galicanas*, e que transfere o governo e “sequestra” a nobreza em Versalhes, e é em 1685 que revoga o Édito de Nantes, substituindo-o pelo de Fontainebleau, forçando a homogeneidade religiosa do reino. É também nesta década, em 1683, que morre Maria Teresa, simbolicamente encerrando os seus laços diretos aos Habsburgos<sup>68</sup>. Em alguns traços, Luís é um digno sucessor de Filipe II, em particular no eixo duma majestade sacralizada, significada por um protocolo todo-poderoso; porém, o código cortesão de Versalhes, como espetáculo e exibição do rei, assim como o distanciamento de Roma pelo Regalismo, e a conceção do Estado-Nação capitalista do Mercantilismo, já são o oposto do que fora a mentalidade espanhola anterior, desde meados de Quinhentos: um Estado imperial, em simbiose com a Igreja universal, baseado na extração e acumulação de riqueza, expresso num código cujas notas dominantes são a conformidade (e não a dissidência ou individualidade) e a inacessibilidade/invisibilidade régias<sup>69</sup>. É verdade que, antes da solidificação do novo sistema político-social do absolutismo francês, existem outros modelos dissidentes do regime habsburgo, como é o caso holandês e inglês, que dele se distanciam religiosa e economicamente, e em termos do hieratismo do Estado e das suas aspirações pan-europeias. Ainda assim, e apesar do sucesso da sua oposição, será difícil não reconhecer que representam uma posição não dominante (desafiam a hegemonia existente, mas não a substituem), e que partilham alguns dos elementos constitutivos da visão do mundo identificada com os Áustrias: quer seja a intolerância religiosa inglesa (mesmo que tal não se verifique nas Províncias Unidas), tornada plataforma política efetiva pelo menos entre a Guerra Civil (1642-1646) e a Restauração monárquica (1660), quer seja um elogio moral da severidade, ou pelo menos da frugalidade, presentes tanto nos puritanos britânicos, como no *ethos* da Idade de Ouro neerlandesa; finalmente, a rigidez codificada da imagem de Isabel I também suporta aproximações à majestade dos monarcas espanhóis<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 186-187; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 193-194.

<sup>69</sup> Cf. Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin (*op. cit.*, *ibidem*) e August Franzen (*Breve História da Igreja*, Lisboa, Presença, 1996, pp. 357-358), com Fernando Bouza Álvarez (*D. Filipe I, “Reis de Portugal”/XVIII*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010, pp. 230-238); ver também António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12.ª ed., Porto, Porto Editora, 1982, pp. 469-470.

<sup>70</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 168 e 178; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 467-469.

Tal rigorismo, prevalente na mentalidade tardo-seiscentista e setecentista, assenta na espinha dorsal geral do tempo: uma perspectiva *pessimista* sobre o Mundo. Tanto quanto o Renascimento fora fundamentalmente otimista (mesmo, como vimos, face à recrudescência do Protestantismo), quanto a Deus, à Criação e até ao Homem e à sua ação, o tempo agora é de receio e dúvida, no estado das coisas como no seu enquadramento mental. É porque o mundo e a natureza humana podem não ser benignos, e porque o mal se parece manifestar a cada passo, que o controle e a resistência à mudança parecem imperativos<sup>71</sup>.

O fim da unidade religiosa é evidentemente a pedra de toque para esta *Weltanschauung*, quer no que significa em termos de rutura do quadro mental, quer no que implicará em aspetos concretos. Por um lado o desaparecimento desse laço, discutido, mas nunca renegado, desencadeia o medo do herege externo como o interno, e a firme regulação tridentina é expressão não de uma certeza, mas de uma *incerteza* metafísica<sup>72</sup>. Tal incerteza adquire, aliás, foros de crise epistemológica, à medida que a apetência pelo saber humanista desemboca no início da revolução científica propriamente dita, cujos produtos parecem ser perturbadoramente negativos, e instituidores de mais dúvida e desordem. O caso mais exemplar é obviamente o que se refere à discussão em Astronomia. A enunciação da teoria heliocêntrica por Copérnico, em 1543, desmonta uma linha explicativa fácil, congruente tanto com o senso comum como com conceitos filosófico-religiosos longamente implantados. Tycho Brahe, na viragem do século, tenta repor certezas anteriores respeitando dados objetivos, mas só através de uma formulação complexa, em que a Terra permanece como centro imóvel do universo com o sol a girar à sua volta, mas os restantes planetas orbitam o sol; já Kepler, por volta de 1609, volta a reforçar a concordância do sistema copernicano aos dados observáveis, e ainda introduz uma nova hipótese de “imperfeição”: que as trajetórias planetárias não são circunferências elementares, mas elipses. Por fim, quando um estudioso católico, Galileu, vem reafirmar o heliocentrismo, em 1632, a Igreja assume uma posição de intolerância. A discussão astronómica não é só relevante por ilustrar o começo da desconfiança entre a fé e a ciência, que durará séculos, bem como a atitude de recusar factos e os tentar eliminar, nomeadamente pelo *Index* (estabelecido centralmente pela Igreja em 1564, mas com precedentes locais vários), mas também por ser testemunho duma época em que a investigação levanta questões, mais do que estabelece certezas – lembremo-nos que só com o tratado de Newton, em 1687, uma explicação lógica, robusta e completa do universo voltará a estar disponível – assim como as respostas que adianta são mais complexas e

---

<sup>71</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 184; Arnold Hauser, *História social de la literatura y del Arte*, 14.ª ed., Madrid, Guadarrama, 1978, vol. 2, pp. 18-19 e 30-33.

<sup>72</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 344-345; aliás, a última fase do Concílio de Trento debruça-se essencialmente sobre a burocracia e a imagem institucional (*idem*, pp. 332-333); Inácio de Loyola vai no mesmo sentido, de agir em vez de questionar, da prática sobre a ideia, manifestando-se contra uma *ecclesia spiritualis* e substituindo-a por um misticismo do serviço atuante (*idem*, p. 341).

aparentemente menos harmoniosas que as precedentes<sup>73</sup>.

Por outro lado, a Reforma está na origem, ou faz-se acompanhar, por um quadro de acontecimentos reais, pragmáticos, que transportam a insegurança para a vida comum: a violência “normalizada” do Santo Ofício, os conflitos internos europeus, a ameaça externa turca e uma crise económica e financeira. O grau acrescido de absurdo, crueza e natureza fratricida das conflagrações deste período reforçaram-lhes a ressonância. O precedente fora estabelecido logo em 1527, com o saque de Roma, um incaracteristicamente longo e invulgarmente violento episódio de pilhagem e carnificina (nomeadamente abatendo-se sobre santuários e instituições religiosas), conduzido por tropas católicas, no centro da Cristandade. Entre católicos e protestantes huguenotes, mas pondo franceses contra franceses, e de ímpar crueldade e número de vítimas, outro exemplo traumático é o massacre de São Bartolomeu de 1572, que é adicionalmente perturbador pela sua duração de semanas e pelo alastramento descontrolado pelo país. As guerras centro-europeias de fins de Quinhentos e de Seiscentos forneceram igualmente novos standards dos horrores dantescos, da Flandres (onde o saque de Antuérpia de 1576 foi uma das origens da *leyenda negra* da Espanha como um “império do mal”)<sup>74</sup> à Guerra dos Trinta Anos, simultaneamente guerra civil, guerra de religião e campo de ensaio de interesses estranhos, onde uma multidão de atores (Habsburgos austríacos e espanhóis, dinamarqueses, suecos, franceses) se digladiam sucessivamente, durante décadas, por interesses geoestratégicos complexos e sobrepostos, lançando uma orgia caótica e interminável de destruição sobre a população do Sacro Império, que chega a diminuir mais de 65% em certas regiões<sup>75</sup>.

A Europa está em guerra, quase continuamente, sempre neste misto de guerras civis e internacionais, ao longo de todo este intervalo: as Guerras da Religião sacodem a França de 1562 a 1598; a Guerra dos Oitenta Anos desenrola-se na Flandres e globalmente onde quer que houvesse interesses espanhóis, de 1568 a 1648; no território alemão é a referida Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648 (e com a seqüela, de que já se falou igualmente, da Guerra Franco-Espanhola de 1635-1659); na Península Ibérica também, entre 1640 e 1668, com as secessões da Catalunha (1640-1659) e de Portugal (1640-1668); na Inglaterra, a guerra civil de 1642-1649; na França, a Fronde, entre 1648 e 1653. A interminável lista de conflitos ainda se estende com as guerras protagonizadas por Luís XIV, nomeadamente a Guerra da Devolução (1667-1668) e a Guerra Franco-Holandesa (1672-1678); só com o Tratado de Nimega, que encerra esta última, a nova posição dominante da França permite finalmente um interregno de paz

---

<sup>73</sup> Jean-Toussaint Desanti, “Galileu e a nova concepção da Natureza”, in CHATELET, François (org.), *A Filosofia do Mundo Novo - séc. XVI e XVII*, “História da Filosofia”/3, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, pp. 66-73.

<sup>74</sup> George Kubler, *op. cit.*, pp. 95-96.

<sup>75</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 164-165, 170-171, e 173.

européia relativa, pelo menos por uma década<sup>76</sup>.

Um carácter acessório frequentemente presente nestas convulsões é um espírito de corte total com os parâmetros de ordem longamente estabelecidos, da abjuração da monarquia pelas Províncias Unidas (1581) à execução do monarca pelo revolucionários ingleses (1649), da iconoclastia holandesa (a *Beeldenstorm* de 1566) ao igualitarismo social dos *Levellers* e outros puritanos ingleses radicais, de meados do século XVII<sup>77</sup>.

Simultaneamente, a ameaça otomana paira sob a Europa durante a mesma cronologia. Pouco depois do saque de Roma, Solimão está às portas de Viena em 1529, e se Carlos V consegue rechaçá-lo, será preciso esperar por um segundo cerco, em 1683, para que o perigo turco comece definitivamente a esfumar-se. Na realidade, do século XVI ao XVII, depois dos Balcãs, o Mediterrâneo parece ir sendo engolido pelo Crescente: em 1529 Argel integra definitivamente o Império Otomano, expulsos os espanhóis; em 1565, Malta é atacada, e em 1569 Túnis é tomada (depois de uma tentativa em 1534, que forçará uma intervenção de Carlos V); entre 1570 e 1571, Chipre é subtraída ao domínio de Veneza. A batalha de Lepanto, em 7 de Outubro de 1571, será uma clara vitória europeia, mas está longe ainda de ser o golpe definitivo: na sequência de Lepanto, Túnis é recuperada pela Monarquia Católica, mas apenas para ser perdida de uma vez por todas em 1574, e a centúria de seiscentos, além de testemunhar o pico do flagelo dos corsários berberes, ainda verá Creta deixar de ser veneziana (entre 1645 e 1669) e a mencionada nova investida balcânica de 1683<sup>78</sup>.

Esta situação de permanente esforço bélico tem, obviamente, consequências económicas directas, pelas despesas ruinosas e pela delapidação de bens e colheitas, meios de produção e recursos humanos. Indirectamente, a situação ajuda a levar à rutura o paradigma de exploração ultramarina ibérico, drenando-lhe os lucros de forma não produtiva, e levando ao ataque aos interesses imperiais portugueses e espanhóis pelos holandeses e ingleses (com modelos de exploração mais eficientes, baseadas nas companhias comerciais) e à contestação dos fundamentos desses interesses (a doutrina legal do *mare liberum*, defendida com sucesso pelo holandês Hugo Grotius, em 1609, invalidando Tordesilhas). Nem os proventos fabulosos da prata das minas de Potosí, no seu apogeu entre os meados de Quinhentos e os de Seiscentos, impediram as bancarrotas espanholas de 1557, 1575 e 1596, e esse afluxo de riqueza que inunda os mercados contribuiu adicionalmente, em conjunto com práticas similares portuguesas,

---

<sup>76</sup> *Idem*, pp. 172-173; Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI, "Reis de Portugal"/XXII*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 37.

<sup>77</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 467-469; Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. 2, pp. 37-38; Darrin McMahon, *Uma história da felicidade*, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 184-186.

<sup>78</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 174-175; CRUZ, Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião, "Reis de Portugal"/XVI*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2009, pp. 255 e 273-277.

para uma situação de deflação, que se estende pelo século XVII (sendo o intervalo de 1660-1680 um momento agudo). Finalmente, um fator independente coincide com estes: toda a centúria seiscentista, e particularmente a sua segunda metade, correspondem a uma “pequena Idade do Gelo”, que mais afeta a produtividade agrícola<sup>79</sup>.

Assim, os eixos semânticos dominantes de todo este intervalo de análise são a erupção da complexidade e da imperfeição (se não do caos), a proliferação da violência e da crueldade, e uma sensação de insegurança e angústia. Esse pessimismo prevalente exprime-se em duas direções: um *militantismo* interventivo, circunspecto, que, aceitando o quadro negativo, pretende dominá-lo (pela disciplina imposta como pela expiação pessoal, algures entre Filipe II e Filipe IV), ou um *cinismo* “realista”, por vezes lúdico (a *Realpolitik* de Richelieu).

**8.2.2 O meio:** Se globalmente, *caveats* à parte, não é difícil encontrar os eixos de continuidade políticos e culturais europeus, já no que toca a Portugal, de 1556 a 1685 o país dir-se-ia seguir um percurso que é tudo menos unitário e antes sujeito a cortes, mudanças e anomalias.

A sinopse parece efetivamente falar por si: o rei cansado que morre em 1557, sem que lhe sobreviva nenhum dos 11 filhos que engendrou (9 legítimos, 2 bastardos), sucedido pelo neto, um menino de 3 anos, nascido *in extremis*, 18 dias após a morte do próprio pai, o infante D. João Manuel; a longa regência dividida de forma pouco pacífica entre a avó espanhola, D. Catarina de Áustria (de 1557 a 1562) e o tio-avô, o cardeal D. Henrique (de 1562 a 1568); a assunção do trono por Sebastião, adolescente de 14 anos, que morrerá aos 24, fora de Portugal e de forma violenta, sem deixar descendência; o reinado de 17 meses do sexagenário cardeal, dominado pela crise de sucessão iminente; a instalação *manu militari*, se bem que juridicamente legitimada, da dinastia espanhola; os três monarcas ausentes – ou apenas episodicamente presentes – regendo por 60 anos a nação a partir de Madrid, e atraindo sobre Portugal e as suas possessões os ataques dos inimigos da Monarquia Católica; a sedição e secessão do país em 1640, seguidas de quase três dezenas de anos de guerra ibérica intermitente, bem como de luta ultramarina; posteriormente, após a morte do primeiro rei brigantino, um novo rei adolescente (Afonso VI tinha 13 anos à morte do pai), uma nova regência por uma rainha-mãe espanhola, D. Luísa de Gusmão (1656-1662), terminada por golpe de mão do valido do rei, o conde de Castelo Melhor – até nova conspiração substituir o rei pelo seu irmão, D. Pedro, em 1667; enfim, a longa regência de D.

---

79 Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, p. 166; Arnold Hauser, *op. cit.*, vol. 2, pp. 21-23; Pierre Deyon, *O Mercantilismo*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 28-29, 31-32 e 50-51.

Pedro, até à morte de Afonso (12 de Setembro de 1683), mantendo o rei preso (na Terceira, até 1674, e seguidamente em Sintra), depois de o declarar judicialmente incompetente (e impotente) e lhe tomar a ex-mulher, Maria Francisca de Saboia, por esposa...

Mais ainda, além destas mudanças dinásticas, problemas sucessórios e querelas palacianas, que pintam uma imagem de contrastes, é preciso reconhecer que também inflexões de maior arco têm lugar: o fim do império asiático como cerne da política global portuguesa, assim como do encerramento definitivo da dimensão cruzadística marroquina; o esgotamento, conexo aos anteriores, do ciclo económico das especiarias orientais e do ouro da Mina, substituído pelo açúcar, o tabaco e o tráfico negreiro atlânticos, enquanto se assiste ao desaparecimento da posição dominante sobre a navegação índica.

Seja como for, não obstante os *volte-faces* e os virar de páginas, é preciso afinal ver que há igualmente uma sólida base de continuidades socioculturais a unificar estes 129 anos que analisamos, e para além do alinhamento com Espanha e os Habsburgos<sup>80</sup>.

§ Politicamente, encontramos um *conceito pré-absolutista de Estado*. A centralização e celebração régias, baseadas na doutrina do direito divino, que fomos vendo evoluir, estão agora indiscutivelmente assimiladas, mas são ainda enquadradas dentro dum princípio corporativista, e são mesmo corrigidas – relativamente à deriva renascentista – pelo Tacitismo católico.

Assim, a conceção da soberania é ainda de que aquela provém de um acordo social original, estabelecido e confirmado por cortes onde os constituintes da sociedade são representados; isso justificaria em última instância a desobediência, quando se rompem essas leis pactadas e se instala a tirania (é aliás um dos argumentos legais levantados aquando da Restauração ou do afastamento de Afonso VI). Além desta limitação ao poder absoluto, a definição da missão régia como centrada na defesa da Fé e da Igreja, restringe o pragmatismo político com pelo menos considerações morais essenciais, pelas doutrinas sob inspiração de Tácito, surgidas em oposição ao pensamento de Maquiavel; *O Príncipe* estava no *Index* desde 1559<sup>81</sup>, e ao maquiavelismo se antepõe o tacitista *Della ragion di Stato* de Giovanni Botero (1589), amplamente difundido em Portugal e Espanha<sup>82</sup>. Essas coordenadas doutrinárias começarão precisamente a alterar-se no último vinténio de Seiscentos. Gradualmente, nas cortes de 1674, 1679 e 1697-1698, derrogar-se-ão as disposições provenientes das cortes de Lamego (lendárias, mas então aceites como

---

<sup>80</sup> Além dos 60 anos de incorporação na coroa dos Habsburgos, já em 1518 D. Manuel casara com Leonor de Áustria, irmã de Carlos V; em 1525 será D. João III a casar com a irmã da sua madrastra e do imperador, D. Catarina, e dar a sua irmã Isabel como esposa a Carlos; finalmente, casará a filha Maria Manuela com Filipe II (filho de Carlos V), em 1543, e o seu filho João Manuel com a irmã de Filipe (e sua sobrinha), Joana de Áustria. Não é de esquecer que a esposa do duque de Bragança tornado rei D. João IV, Luísa de Gusmão, não sendo da casa real, era espanhola, da importante casa ducal de Medina-Sidónia.

<sup>81</sup> António Oliveira, *D. Filipe III, "Reis de Portugal"/XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2011, p. 71.

<sup>82</sup> Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, "A representação da sociedade e do poder", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, pp. 127-128 e 133-134.

fundacionais), extinguindo a virtude desses parlamentos para confirmar a sucessão, e a necessidade de as convocar para alteração de decisões coletivas, como as que definiam a fiscalidade; de facto, as cortes nunca mais serão convocadas após 1698 – até às revolucionárias e autoconvocadas Cortes Constituintes de 1820 – e estará aberto o caminho para o absolutismo.

§ No que toca a um *compromisso confessional*, poucos países terão feito dele o eixo da sua política tanto e tão longamente como Portugal. Se há rebates regalistas, pelo menos durante a Restauração, é preciso vê-los como conjunturais, reações à hesitação do papado em aceitar a nova dinastia lusa<sup>83</sup>; pelo contrário, após o restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé (1669), é significativo que D. Pedro tenha anuído à decisão de Roma de suspender a Inquisição de 1674 a 1681<sup>84</sup>. De resto, o panorama geral é eloquente: em Setembro de 1564, sob a regência de D. Henrique, Portugal é das primeiras nações a reconhecer, e das poucas a proclamar sem restrições, as conclusões do concílio de Trento<sup>85</sup> (e começara a publicar-lhe as deliberações, também pela mão do cardeal-infante, em 1553, ainda antes da sua aprovação pelo papa<sup>86</sup>); D. Sebastião permite a assunção de poderes civis pelos tribunais eclesiásticos diocesanos<sup>87</sup> (e, mesmo que corrigindo a decisão, nunca cessará a colaboração com a vigilância e intervenção das autoridades episcopais e inquisitoriais, sobre a moral e a cultura<sup>88</sup>); sob os Filipes, suporte económico e braço armado da Igreja e dos Estados Papais, o reino é maioritariamente governado por clérigos, inquisidores e nuncios<sup>89</sup>. De facto, só com D. João V virá a haver uma demarcação de esferas e uma separação de meios<sup>90</sup>.

---

<sup>83</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 195-197 e 199; José Pedro Paiva, "Igreja e Estado - II. Época Moderna", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, vol. 2, pp. 400-401. D. João IV pode ser desafiador e afirmar que "não necessita" de ser legitimado pelo papa, mas deseja a sua bênção (Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV, "Reis de Portugal"/XXI*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2008, p. 218).

<sup>84</sup> Miguel de Oliveira *op. cit.*, p. 204; Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II, O Pacífico (1648-1706)*, "Reis de Portugal"/XXIII, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2007, pp. 268-270. Relembre-se que Inquisição, embora sob autorização pontifícia e lidando com falhas religiosas é, e sempre fora, um tribunal sobretudo do interesse (e iniciativa) régia, e não eclesiástica - aliás, contando por vezes com a oposição do clero, nomeadamente no seu momento inicial (Amélia Polónia, *D. Henrique - o cardeal-rei, "Reis de Portugal"/XVII*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 119).

<sup>85</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 129; Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião, op. cit.*, p. 126.

<sup>86</sup> O papa Júlio III censurá-lo-á inclusive (Amélia Polónia, *D. Henrique..., op. cit.*, p. 89).

<sup>87</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião, op. cit.*, p. 195.

<sup>88</sup> Joaquim Ramos de Carvalho, "Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna", in MATTOSO, José (dir.), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, vol. II, pp. 50-52 e 54-55.

<sup>89</sup> Já D. Henrique, cardeal e rei de 1578 a 1580, fora enquanto regente e já cardeal, inquisidor-mor, arcebispo de Évora e de Lisboa, e legado papal *a latere* (de 1562 a 1578). Na dinastia filipina, o Arquiduque Alberto de Áustria, vice-rei de Portugal de 1583 a 1593, é cardeal em 1578, legado papal em 1583, e desde 1586 é também inquisidor-mor em Portugal (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I, op. cit.*, p. 197, e *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 122-123). Responsabilidades episcopais, inquisitoriais e governativas voltarão a reunir-se em D. Pedro de Castilho (filho de Diogo de Castilho), bispo de Leiria, inquisidor-mor e vice-rei (entre 1604-1607 e de novo entre 1612-1614); também ocuparão o vice-reinado um bispo de Coimbra (D. Afonso de Castelo Branco, entre 1603 e 1604), um arcebispo de Braga (D. Frei Aleixo de Meneses, de 1614 a 1615) e dois de Lisboa (D. Miguel de Castro, em 1615-1616, e D. João Manuel Ataíde, em 1633). Ler Fernanda Olival (*D. Filipe II, de cognome "o pio"*, "Reis de Portugal"/XIX, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2008, p. 182, 193-194, 201, 202-203) e António Oliveira (*D. Filipe III, op. cit.*, p. 55).

<sup>90</sup> Miguel de Oliveira *op. cit.*, pp. 197-198 e 199-200.



§ Extensão desse confessionalismo militante, mas também reflexo do espírito do tempo, é o *militarismo* de Estado, uniformemente presente durante este intervalo. Já víamos no capítulo anterior, um sinal dessa dinâmica na lei das ordenanças sobre os cavalos e as armas de D. João III (1549), que tentara envolver extensamente a sociedade nacional no recrutamento militar; é rigorosamente essa lei que D. Sebastião recuperará, em 1569, complementando-a em 1570 segundo o exemplo dos *tercios* espanhóis<sup>91</sup>. O rei, representado desde a infância em armadura<sup>92</sup>, é conhecido pelo seu pendor castrense, infundido por uma educação que insistiu mais no treino militar que no administrativo<sup>93</sup>, e pelo significado cruzadístico que atribuía à guerra, traduzidos na importância que D. Sebastião dará ao facto de participar na guerra pessoalmente, como dever e atributo régio – o que fez em Alcácer-Quibir, obviamente, mas também numa caprichosa surtida a Ceuta e Tânger, em 1574<sup>94</sup>. Mas já na(s) regência(s) da sua infância houvera manifestações da apetência para iniciativas militares: sob D. Catarina, as campanhas do vice-rei D. Constantino de Bragança na Índia e em Ceilão, em 1559-1560 (bem marcadas pela rudeza e intolerância religiosa)<sup>95</sup>, são expressão disso, assim como o sobressalto “patriótico” de mobilização aquando do cerco de Mazagão pelo xarife Mulei Abdalá, em 1562<sup>96</sup>; passado o testemunho a D. Henrique, a disponibilidade para intervir na Etiópia e em Orão, e a expedição à Guanabara de 1563-1565, para expulsar os franceses ali instalados, e fundando São Sebastião do Rio de Janeiro<sup>97</sup>, denotam igualmente da inclinação para intervenções voluntaristas, grandemente ausentes desde D. Manuel I. Com a dinastia filipina, introduzida desde logo pelas violências do duque de Alba e mantida com guarnições permanentes<sup>98</sup>, Portugal vê-se continuamente envolvido nas guerras europeias da Monarquia Católica – incluindo a participação na Armada Invencível (1588)<sup>99</sup> – mas sê-lo-á em particular após o programa do conde-duque de Olivares para a União de Armas (1624) e com acentuação ao eclodir da guerra de Espanha com a França, em 1635<sup>100</sup>; o país é sobretudo forçado a suportar e defender ataques ingleses e holandeses nas suas

---

<sup>91</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião, op. cit.*, pp. 189, 198 e 215-221.

<sup>92</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>93</sup> *Idem*, pp. 98-101.

<sup>94</sup> *Idem*, pp. 279-280 e 283.

<sup>95</sup> *Idem*, pp. 74 e 77; a relíquia islâmica de um dente do profeta, capturada em Jafanatapão, será destruída apesar do resgate oferecido pelo rei de Pegu, assim como serão arrasados vários templos “pagãos”.

<sup>96</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião, op. cit.*, p. 111; em cortes subsequentes, em 1562-1563, os apelos à intervenção em Marrocos dominam esmagadoramente pronunciamentos sobre defesa, e até se sugere extinguir Universidade de Coimbra e consignar os seus bens à constituição de um exército para África (*idem*, p. 115).

<sup>97</sup> *Idem*, pp. 119-120 e 122.

<sup>98</sup> Aquarteladas desde o início, em Lisboa, nos Açores e no Entre-Douro-e-Minho, mas criando-se mais guarnições, depois (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I, op. cit.*, pp. 162-163; Carlos Margaça Veiga, *A herança filipina em Portugal*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2005, pp. 17-24).

<sup>99</sup> Carlos Margaça Veiga, *idem*, p. 46.

<sup>100</sup> António Oliveira, *D. Filipe III, op. cit.*, pp. 65-66 e 69; Carlos Margaça Veiga, *idem*, pp. 38-41; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 133.

possessões ultramarinas<sup>101</sup>, bem como sofrer o curso doméstico e o bloqueio de barras metropolitanas<sup>102</sup>. A Restauração verá esse empenhamento militar imperial prolongar-se até ao tratado com a Holanda de 1669<sup>103</sup>, e trará a guerra para o território metropolitano, até 1668<sup>104</sup>. Só na regência e reinado de D. Pedro se instalará a paz e se desmontará (nem que temporariamente) essa mentalidade bélica.

§ Se a guerra, ou pelo menos a defesa, é assumida como a função central do Estado, e a monopolização e consolidação das estruturas militares permanentes é a maior fonte dos seus encargos, o perfil de gestão do poder central também se arregimenta, profissionalizando-se burocraticamente. A fusão em 1560 da Casa dos Contos do Reino com a Casa dos Contos de Lisboa, assim como a integração das vedorias no Conselho da Fazenda, em 1591, são sinais dessa coordenação acrescida, e da definitiva transformação institucional do Estado patrimonial medieval (cujos rendimentos derivavam sobretudo da acumulação de bens, nomeadamente fundiários) para um *Estado fiscal*, suportado por impostos e taxas aduaneiras, e através destes intervindo na economia nacional. É outro modelo que tem, coincidentemente com a cronologia em análise, alterações no último quartel de Seiscentos, com as políticas mais diretamente mercantilistas, de fomento industrial, promovidas pelo conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, enquanto vedor da fazenda (1675-1690)<sup>105</sup>.

§ As despesas com soldos e infraestruturas, o desvio de mão de obra para funções militares (improdutivas), e os danos à produção e comércio que os conflitos trouxeram, em conjunto com essa dependência tributária, falam-nos também numa situação de *crise económica*, que existirá de facto e contribui para a psicologia deste momento. É preciso, no entanto, delimitar e diferenciar as realidades económicas presentes no Portugal de entre os séculos XVI e XVII.

A Coroa é quem sofre mais e mais prolongadamente golpes ao seu rendimento. A falência e encerramento da feitoria portuguesa de Antuérpia (1548) e a posterior guerra hispano-holandesa farão retirar a nossa marinha do comércio europeu. O império, embora genericamente autossuficiente (e portanto

---

<sup>101</sup> As fases mais intensas são 1598-1605 (em 1598 fazem os holandeses corso no Atlântico, atacam a Baía e estão efemeramente em São Tomé; em 1604 há ataques holandeses na Baía, em Macau e na ilha de Moçambique; em 1605 é a tomada de Amboino pelos holandeses) e sobretudo 1622-1663 (de 1622 é a tomada anglo-persa de Ormuz; em 1624 é a Baía tomada pelos holandeses, que a detêm por um ano; em 1625 há um ataque neerlandês na Mina; e os mesmos holandeses tomam Olinda em 1630; a Paraiba em 1634, a Mina em 1637, o Ceará em 1638, São Tomé, Luanda e Malaca em 1641, o Ceilão em 1657, e Cochim e Cananor em 1663), com a trégua de 1609-1621 de interregno. Ler: Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 35-36; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 133, 140-141, 146-147 e 470-471; Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, *op. cit.*, pp. 217-218; António Oliveira, *D. Filipe III*, *op. cit.*, pp. 66, 73; Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 178, 224-230.

<sup>102</sup> Em 1598 é o bloqueio inglês à barra de Lisboa (Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, *op. cit.*, p. 103; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal...*, *op. cit.*, p. 470), há ataques holandeses na costa portuguesa em 1622, e Francis Drake faz corso nas águas nacionais c. 1650 (Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 284-285); entre 1657 e 1661 decorre o bloqueio dos portos metropolitanos por navios holandeses (Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, *op. cit.*, p. 78; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal...*, *op. cit.*, p. 472).

<sup>103</sup> Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *idem*, pp. 70, 78-79 e 91-92; Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 157 e 471-472.

<sup>104</sup> Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 130 e 181-182; Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *idem*, pp. 75-76, 81-83, 142-151 e 213; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 153-156.

<sup>105</sup> Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 126-127, 145 e 180-190.

não ruinoso) desde meados de Quinhentos, não faz todavia transferências de fundos para os cofres metropolitanos, e necessita regularmente, e cada vez mais, de auxílio à defesa, o que faz crescer as despesas extraordinárias; os monopólios comerciais do Estado sofrem decréscimos notórios a partir de 1570, como é o caso do ouro captado em São Jorge da Mina (que já diminuía desde a década de 1530) e especialmente da pimenta, cujo preço se desvaloriza ao mesmo tempo que a Carreira da Índia se torna mais onerosa (por má gestão e aumento dos naufrágios, devidos a sobrecargas e ao corso), e cuja negociação escapa definitivamente do domínio luso para o neerlandês por 1610; o trato do cravinho e noz-moscada das Molucas ou da canela de Ceilão permanecerão lucrativos mais tempo, mas serão subtraídos pelas Províncias Unidas, entre 1605-1641 e 1657, respetivamente (a Mina também o fora, em 1637). A prerrogativa régia sobre o sal, o açúcar e os escravos compensará parcialmente essas perdas, mas todos eles sofrerão quebras significativas após o fim da trégua na Guerra dos Oitenta Anos, em 1621 – os holandeses eram afinal os principais clientes do sal, e atacam quer as costas negreiras africanas, quer a região brasileira dos engenhos. Sobre este comportamento negativo do Estado-comerciante, é preciso acumular os contínuos desastres da guerra: a sangria dos resgates de prisioneiros após Alcácer-Quibir, as contribuições para os conflitos sustentados pela Espanha na União Dinástica, as despesas defensivas da Restauração<sup>106</sup>.

No que toca aos atores económicos privados, porém, o quadro não é tão negro. Na realidade, no final da dinastia de Avis a burguesia nacional não sofre economicamente. Assim, se a Carreira da Índia – que não é financiada pelos comerciantes – transporta especiarias gradualmente desvalorizadas, carrega também têxteis do Extremo Oriente, com elevadíssimas margens de lucro para os negociadores independentes; por outro lado, a malograda expedição de D. Sebastião, que os burgueses não financiaram e em cujas hostes não figuravam, não lhes traz prejuízos. A monarquia dual ser-lhes-á também largamente benéfica (e sê-lo-á mais para a burguesia portuguesa do que para a espanhola), pelo menos até 1621, quando os perigos de navegação, perda de feitorias e pesos tributários, finalmente invertem essa prosperidade<sup>107</sup>. Mesmo a nobreza, chamada a pegar em armas e dependente de favores e subsídios régios, e sendo portanto mais suscetível de ecoar os infortúnios da Coroa, tem também um período autónomo de prosperidade, dada a enorme generosidade conciliatória de Filipe I, aquando da instauração da União<sup>108</sup>. O clero, por seu lado, sendo igualmente sensível às flutuações da prodigalidade dos monarcas, tinha apesar de tudo fontes fiscais e patrimoniais próprias, e quando muito será afetado quando o regime brigantino vier a pedir-lhe contribuições ao esforço de guerra restauracionista, a que ainda assim se

---

<sup>106</sup> *Idem*, pp. 110-113, 124-125, 127-129, 134, 140 e 153-156; Amélia Polónia, *D. Henrique...*, *op. cit.*, p. 201.

<sup>107</sup> Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 114-116, 134-139 e 141; Amélia Polónia, *D. Henrique...*, *op. cit.*, p. 203.

<sup>108</sup> Amélia Polónia, *idem*, p. 223; Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, *op. cit.*, pp. 112-113.

consegue furtar parcialmente<sup>109</sup>.

Finalmente, a situação económica é territorialmente assimétrica: a faixa litoral sofre mais com as perdas comerciais e alfandegárias, e depende mais do abastecimento de cereais estrangeiros que o interior; os portos algarvios vêm fugir mais tráfego que os da Estremadura e sobretudo que os do Noroeste, que até prosperam nitidamente (Vila do Conde com o comércio de escravos e a produção de velame, Aveiro e Viana do Castelo com o açúcar), pelo menos até à referida data-charneira de 1621 (piorando ainda mais com a Restauração); a faixa raiana, e particularmente a do Alentejo, suporta as depredações bélicas entre 1640 e 1668, que mal tocam o Entre-Douro-e-Minho, e esta última região, já em surto portuário, beneficia mais que outras regiões da indústria à volta do linho e do suplemento dietário da expansão da cultura mais eficiente do milho mais – o cereal não tem o valor de mercado do trigo, culturalmente valorizado, mas constituirá na prática uma melhoria das condições de sobrevivência das populações<sup>110</sup>.

Na generalidade e em resumo, os sobressaltos político-militares e estas tensões económicas conduzem a uma situação contínua de *ansiedade identitária*, entre as várias preocupações sucessórias e as incertezas relativamente ao nosso estatuto internacional (ou a fobia omnipresente ao *diferente*, do herege ao gentio). O tempo aparentemente contrastante que decorre de meados do século XVI à década de oitenta de Seiscentos, sumariza-se afinal por uma atitude cultural que responde a essa ansiedade de forma assinalavelmente constante, quer na *substância* das suas atitudes quer na *forma* de que se revestem. Os campos de significado dominantes cruzam-se no integrismo, e não só na sua asserção de conservadorismo relativamente a valores que se creem/afirmam como fundamentais, mas também no que já se pode com propriedade chamar “revivalismo”, uma inclinação para considerar um passado mais ou menos distante como sendo preferível ao presente, e um modelo a que seria desejável regressar. Por outro lado, a expressão desses valores faz-se num registo de rigorismo e circunspeção, um modo altamente (e defensivamente) codificado e cuja gravidade é, em si mesma, sinal de um tempo pesado, imperfeito.

Essa fixação temática no passado como fonte de valores genuínos, religiosos e culturais, que norteiem/justifiquem o presente, percorre todo este intervalo: fora precisamente em 1556, que D. João III, em fim de reinado e em momento de inflexão de atitude, se empenhou na primeira tentativa formal de

---

<sup>109</sup> Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV, op. cit.*, p. 193; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 162-163.

<sup>110</sup> Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *idem*, p. 284; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 83-84, 88-91, 98-99 e 146.

canonização de D. Afonso Henriques<sup>111</sup>; após a sua morte, nas cortes de Lisboa de 1562-1563, uma das preocupações dominantes é que a formação do jovem rei sucessor siga os hábitos portugueses (no falar, no trajar e até na alimentação!) e sugere-se a impressão de crónicas de reis nacionais para a sua educação<sup>112</sup>; D. Sebastião viverá de facto em idolatria das virtudes morais e bélicas dos monarcas lusos<sup>113</sup>, regressará aos velhos paços do castelo de São Jorge<sup>114</sup>, e em 1570, quando vê em Santa Cruz de Coimbra a espada de D. Afonso Henriques (que levará para Alcácer-Quibir), ter-se-á lamentado sobre quão mais bravos eram os varões da Fundação, que tinham repellido o mouro com lâminas tão curtas<sup>115</sup>; Filipe I de Portugal terá a preocupação de proteger a arquivística e promover a cronística nacional (como também fizera em Espanha), certificando-se de que a Torre do Tombo não seja danificada na invasão de 1580 (assim como o panteão dos Jerónimos), reorganizando-a e provendo-a de guardas-mor, restaurando o posto de cronista do reino em 1593 (encomendando a Francisco de Andrade as crónicas a partir de D. João III), criando em 1595 uma Torre do Tombo em Goa<sup>116</sup>; Filipe II estimulará o renovado fervor despertado pela redescoberta das relíquias paleocristãs de S. Vicente na Sé de Lisboa, em 1614 (era afinal um santo natural de Aragão, com culto patrocinado pelo Fundador português, e portanto um exemplo histórico e místico dos laços peninsulares)<sup>117</sup>; a sua consorte, Margarida de Áustria, patrocinará por sua vez a causa da santidade da rainha santa Isabel (outra figura aragonesa com significativo papel na história lusitana, e um precedente de confluência dinástica), que Filipe III e o seu valido, Olivares, levarão à canonização em 1625<sup>118</sup>; a Restauração, por seu lado, não só se estriba na justificação histórico-providencialista da autonomia<sup>119</sup>, como invoca a quebra da tradição para

---

<sup>111</sup> Como vimos no capítulo anterior (ponto 7.2.2). Os Crúzios continuarão a insistir no tema, quer com D. Sebastião, em 1578 (Augusto Mendes Simões de Castro, *El-Rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*, Coimbra, Typografia de Coimbra, 1924, p. 8; Idalino da Costa Brochado, "Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques", in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 8, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, p. 317), quer com todos os que podem divulgar a sua causa - o religioso espanhol Fr. Jerónimo Roman, depois de visitar Santa Cruz de Coimbra em 1589, está convencido pelos cônegos da santidade de *O Fundador* (Vergílio Correia, *Uma descrição quincentista do mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, Tipografia Imprensa da Universidade, 1930, p. 17).

<sup>112</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 112-114.

<sup>113</sup> Em particular de D. João II: D. Sebastião visita locais que lhe são associados, e fará abrir o túmulo do rei na Batalha para lhe contemplar os seus restos mortais (fará o mesmo relativamente a outros reis, em Alcobça). Maria Augusta Lima Cruz, *idem*, pp. 98, 191-192, 223 e 259.

<sup>114</sup> *Idem*, pp. 184-185.

<sup>115</sup> Segundo Nicolau de Santa Maria, teria exclamado: "Bom tempo, em que se pelejaua com espadas tão curtas!" (*op. cit.*, livro X, cap. XX, p. 352). Dada a proveniência do relato, a sua veracidade será duvidosa, mas em última instância não deixa de referir a mentalidade desta época - se não a de D. Sebastião em 1570, a do cronista em meados do século XVII.

<sup>116</sup> Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 70-75; no Escorial igualmente, Filipe criará uma importante biblioteca, mas vedará prudentemente o acesso a ela, e a partir do seu espólio editará fontes históricas, depois de cuidadosamente expurgadas (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, *op. cit.*, p. 269).

<sup>117</sup> Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, p. 81. O pai já reavivara o culto de S. Hermenegildo, desde 1570 (Filipe II, aliás, fora batizado Filipe Hermenegildo), como santo, filho de rei visigodo Leovigildo, que levara à conversão do irmão, Recaredo, e por conseguinte à cristianização *ortodoxa* de toda a Península e da sua monarquia visigótica *unificada* (Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, *op. cit.*, p. 24).

<sup>118</sup> Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 81-83; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 124.

<sup>119</sup> Já antes da Restauração a cronística lusa derivara para uma literatura proto-autonomista, pela justificação providencialista da existência de Portugal (António José Saraiva e Oscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 452-455 e 475; Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 73-74; Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 184-189).

o levantamento<sup>120</sup>, tal como D. João IV baseará nas tradições passadas não só a austeridade como o seu conservadorismo cultural<sup>121</sup>. Outro exemplo desse nacionalismo assente em fenómenos estabilizados pelo tempo pode ser a crescente defesa da língua e da sua superioridade e antiguidade, levando ao fim do bilinguismo corrente até então<sup>122</sup>. Adicionalmente, a emergência e dominância em todo este período da Neoescolástica, de que as Universidades de Coimbra e Évora são focos cimeiros entre todo o mundo contrarreformista<sup>123</sup>, é um outra manifestação de um regresso a velhas certezas, numa fórmula filosófica medieval cuja pedra basilar é a inquestionabilidade da *auctoritas*, das afirmações de autores consagrados, mais uma vez, pela tradição.

A Neoescolástica, aliás, serve bem de exemplo tanto dos vetores predominantes de conteúdo como dos de estrutura, na mentalidade portuguesa entre os séculos XVI e XVII, exibindo no seu formalismo retórico, imutável e pré-definido, o rigorismo prevalecente. Rigidez e circunspeção caracterizam também o protocolo régio, baseado na imutabilidade, na imperturbabilidade e na distância (e mesmo invisibilidade) dos soberanos<sup>124</sup>; da mesma forma, as leis Pragmáticas do período são mais sobre a codificação social (e quando muito sobre a moralização dos costumes), que instrumentos de real intervenção económica<sup>125</sup>. O fausto tem o seu lugar, apesar de recorrentes apologias da simplicidade<sup>126</sup>, mas até o luxo se exprime

---

<sup>120</sup> Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *idem*, p. 326.

<sup>121</sup> A sua Lei Pragmática de 1643, ao impor limites ao luxo, refere o exemplo do rei e pede o regresso aos usos dos “portugueses seus antepassados” (*idem*, p. 258), e apesar de D. João IV, enquanto duque, ter mostrado interesse numa atualização relativa do protocolo de Vila Viçosa pelo modelo da corte de Madrid, voltará ao código definido pelo pai, como mais nacional e antigo (*idem*, pp. 61-62).

<sup>122</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 24-25 e 423; Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 59-62; Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, *op. cit.*, pp. 214-215. Do nacionalismo, baseado na história e refletido na língua, nos falamos três obras e autores definidores deste intervalo nos seus cambiantes: os sebásticos *Lusíadas*, rematados por Camões em 1556 e publicados em 1572 (epítome da erudição e do refinamento da língua, mas também da apologia pela história, não sem uma certa nostalgia do desafio do começo puro da Expansão); a filipina *Corte na Aldeia* por Francisco Rodrigues Lobo, de 1619 (relato duma travessia do deserto, dispersa entre a etiqueta, a história e a língua portuguesa, mas também um elogio da modéstia), e finalmente os *Sermões* restauracionistas do Padre António Vieira, publicados entre 1679 e 1697 (em que a erudição e o preciosismo se fundem num conceptismo nascente, e em que o passado e futuro surgem como exemplo e promessa de tempos moralmente melhores que o presente).

<sup>123</sup> António Camões Gouveia, “Estratégias de interiorização da disciplina”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. IV, pp. 425-426; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 185-186; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 170-171 e 174.

<sup>124</sup> Se associamos tal matriz aos Áustrias (Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes...*, *op. cit.*, pp. 67-69, 181; do mesmo autor, *D. Filipe I*, *op. cit.*, pp. 217-228; Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, *op. cit.*, p. 10; António Oliveira, *D. Filipe III*, *op. cit.*, pp. 134-135), o protocolo brigantino não altera esse traço geral (Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 61-62 e 164-165), e mesmo a chegada da francesa Maria Francisca de Saboia, rainha-consorte de Afonso VI e Pedro II, não altera o pendor espanholizante dos hábitos da corte portuguesa, chegando a rainha a ser uma defensora do protocolo e do trajar que encontrou em uso em Portugal (Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...*, *op. cit.*, pp. 157-158).

<sup>125</sup> Esse tipo de legislação só passará realmente a ter um objetivo prático, no seio de uma real estratégia financeira, com ministério do conde da Ericeira, nas Pragmáticas de 1686 e 1698 (Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 183-184).

<sup>126</sup> D. Sebastião não aprecia o luxo da indumentária e as cerimónias elaboradas, dizendo preferir o convívio dos simples e os divertimentos populares (como as lutas de canas e touradas), mas conservará uns opulentos arreios (peça de joalheria fabulosa, de feitura indiana, oferecida pela avó) quando vende outras posses para custear expedição a Marrocos, quiçá programando o seu regresso triunfal, para que teria havido também uma armadura de aparato (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 101-102, 142 e 109); Filipe III é sinceramente devoto, e adepto estrénuo (assim como cumpridor exímio) dos rigores protocolares, mas também é um grande colecionador de arte, um entusiasta de teatro e festas, e um sedutor inveterado (António Oliveira, *D. Filipe III*, *op. cit.*, pp. 104-105, 134-135 e 268-270); D. João IV é conhecido pelo seu desprezo pelo traje e censura a toda a música não religiosa, o que não o impede de gastar somas consideráveis no espólio da sua monumental biblioteca musical privada e de cultivar o cerimonial e fausto da capela real, e é suficientemente apreciador dos prazeres da mesa para chegar a quebrar o jejum de dias santos (Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 164, 168-169, 170). A seriedade e compostura dominantes também têm o seu contraponto e válvula de escape nos bobos e na atração por monstros e anões, nesta época (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, *op. cit.*, pp. 277-283).

preferencialmente pela severidade, de que a epítome são os caros têxteis negros da indumentária seiscentista<sup>127</sup>.

O comportamento da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1556 e 1685, empenhada de forma consistente na sua consolidação institucional – do seu estabelecimento formal à sua primeira tentativa de reforma orgânica – traduz essa atitude cultural, na substância e na forma, sendo pois os parâmetros definidos acima perfeitos para descrever a sua ação.

#### *-Integrismo*

O esforço continuado para reinvestir nos valores originários da Ordem é perfeitamente discernível:

a)-na procura de uma proximidade privilegiada ao rei – regressar a uma posição de afinidade afetiva, se não de influência efetiva, é algo perseguido de forma sistemática pelos Regrantes. Com D. João III será compensando a acrimónia dos seus pleitos judiciais frente à Coroa com a receção extremosa ao rei na sua ida a Coimbra de 1550, e uma sintonia com as preocupações memorialistas joaninas, ao propor a canonização de D. Afonso Henriques, em 1556; igualmente entre mostrar carinho ao velho rei e lançar as bases de uma relação com o seu neto e sucessor, pode ser vista a participação dos Crúzios numa procissão noturna *ad hoc*, quando que se inicia o parto da princesa D. Joana de Áustria (20 de Janeiro de 1554), com a relíquia do braço de São Sebastião que pertencia a São Vicente de Fora<sup>128</sup>; após a maioridade de D. Sebastião (declarada aos 14 anos, a 20 de Janeiro de 1568)<sup>129</sup>, a Congregação consegue, apesar de contestações a decisões governativas que lhe diziam respeito, estabelecer um laço pessoal com o rei aquando da sua visita a Coimbra em 1570 (provavelmente pensada por D. Henrique para admoestar os belicosos Crúzios, mas tornada em sedução do rei, que visita o mosteiro quatro vezes, com nítido enlevo)<sup>130</sup>. A associação da Ordem à empresa de Alcácer-Quibir, pelo empréstimo da espada e escudo de D. Afonso Henriques, é do mesmo cariz, poderia ter tido frutos caso o desenlace tivesse

---

<sup>127</sup> Fernando Bouza Álvarez, *idem*, p. 19; Annemarie Jordan Gschwend, “Reconstructing the Rua Nova: the life on a global street in Renaissance Lisbon”, in GSCHWEND, Annemarie Jordan, LOWE, Kate J. P. (eds.), *The global city - on the streets of renaissance Lisbon*, Londres, Paul Holberton publishing, 2015, p. 107 e nota 2, na p. 118. A gama cromática seiscentista, como se verá em Arte, tende a ser mais restrita (branco, preto, vermelho, ouro), mas é inegável que assenta estrategicamente num contraste extremo de tons e por conseguinte na maximização do efeito gráfico da paleta.

<sup>128</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 28-29. Diga-se autora não o refere a propriedade da relíquia pelo mosteiro crúzio; subtraída durante o saque de Roma, fora adquirida por D. João III em Milão e confiada a São Vicente de Fora, com posse legitimada pelo papa Clemente VII em 1531 (José da Felicidade Alves, *O mosteiro de São Vicente de Fora*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 20; António de Oriol Vazão Trindade, *A arquitetura maneirista em Portugal – da capela-panteão de Santa Maria de Belém ao real Mosteiro de São Vicente de Fora*, Lisboa, edição do autor, 2000, p. 250). A intervenção propiciatória por um nascimento cujo sucesso foi visto então como milagroso, e que justificará o nome do infante, não deixará de ter sido um ponto a favor dos Regrantes.

<sup>129</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, p. 161.

<sup>130</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 220-225; Augusto Mendes Simões de Castro, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570, e do modo como foi recebido pela Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, *passim*.

sido diferente<sup>131</sup>, e poderá ter sido coroada por um desejo de D. Sebastião de ser sepultado em Santa Cruz se morresse em Marrocos<sup>132</sup>. Verificado o desaire militar (e não se cumprindo o aventado intento de inumação), os Regrantes ainda apostarão em ver coroado D. António, prior do Crato (que fora educado em Santa Cruz<sup>133</sup>), abrigando-o em Coimbra quando rompe com o cardeal-rei D. Henrique, em 1579<sup>134</sup>, apoiando-o no seu levantamento contra Filipe II de Espanha em 1580, e escondendo-o em Landim e na Serra do Pilar, com a companhia pessoal do prior-geral da congregação, D. Lourenço Leite<sup>135</sup>. Muito pragmaticamente, no entanto, quando Filipe se torna legitimamente rei português, a Ordem depõe o prior-geral e consegue congregar-se com os novos senhores<sup>136</sup> o suficiente para que a canónica de Lisboa se torne o panteão (formal) da dinastia, em 1582<sup>137</sup> e receba do monarca a renovação da promessa sebástica de lhe entregar antigos mosteiros crúzios ainda sob comenda<sup>138</sup>; o reinado do nosso primeiro Filipe também verá Santa Cruz receber solenemente um importantíssimo conjunto de relíquias, “salvas” dos hereges no mosteiro flamengo de São Marcos e agasalhadas em Coimbra<sup>139</sup>, no que constitui não só

---

<sup>131</sup> Também é de 1578, de 15 de Janeiro – logo, antes do pedido da espada henriquina, feito a 14 de Março (Augusto Mendes Simões de Castro, *El-Rei D. Sebastião e a espada...*, op. cit., pp. 4-5) – o contrato dos “mosteiros novos” em que o rei se comprometia a entregar à reforma os 10 mosteiros que viriam a ser incorporados oficialmente em 1594 (Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro VIII, cap. XVI, p. 159; José Augusto Ferreira, *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos: Santo Agostinho e o Mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense, 1913, p. 97). Aliás, não acredito num período negativo para a Congregação sob D. Sebastião, como sugerem Saul António Gomes (“Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, op. cit., p. 436) e Armando Alberto Martins (“Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, op. cit., p. 271); na realidade, a perda do monopólio da água em Coimbra é em rigor sob a regência/dominância de D. Henrique, e este contrato e a simpatia pessoal do rei mostram antes um reinado favorável, mesmo que com frutos possíveis reduzidos por Alcácer-Quibir.

<sup>132</sup> Definindo-se que os seus restos esperaríamos provisoriamente em São Vicente de Fora, enquanto se preparasse jazigo definitivo em Coimbra (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, op. cit., p. 321, José da Felicidade Alves, *O mosteiro de São Vicente de Fora*, op. cit., p. 22); o empréstimo da espada também seria na condição de o rei insistir de novo na canonização de D. Afonso Henriques junto da Santa Sé (Augusto Mendes Simões de Castro, *El-Rei D. Sebastião e a espada...*, op. cit., p. 8).

<sup>133</sup> Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, op. cit., p. 271; Vergílio Correia, “Os de Santa Cruz e os do Prior do Crato”, in *Obras*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946, vol. I, p. 311.

<sup>134</sup> Amélia Polónia, *D. Henrique...*, op. cit., p. 236.

<sup>135</sup> O mesmo prior-geral que recebera D. Sebastião em 1570, entretanto três vezes reeleito. Ver: Timóteo dos Mártires, op. cit., t. I, pp. 127-128; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, op. cit., p. 271; Joaquim Veríssimo Serrão, *Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaca, um caso de rivalidade cultural?*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, p. 100; António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, António Martins e Emília Nóvoa Faria, 2002, pp. 94 e 102-103; Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1999, nota 18, pp. 24-25.

<sup>136</sup> Renomeando em Maio de 1581 D. Pedro da Assunção (que fora prior-geral entre 1575 e 1578); D. Pedro era pró-espanhol e próximo de Filipe I e do cardeal-arquiduque Alberto de Áustria, (vice-rei de Portugal entre 1583 e 1593); os Regrantes voltarão a eleger esse candidato estratégico mais duas vezes durante o reinado de Filipe I, em 1587-1590 e em 1596-1599 (Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro X, caps. XXII, XXIV, XXVI e XXXI, pp. 359, 367, 368 e 387). Diga-se, por comparação, que os monges Jerónimos, cujo antigo Geral, Fr. Heitor Pinto, é feroz e vocal opositor da União Ibérica, também não serão sancionados, uma vez exilado aquele religioso - quer pelo prestígio de Fr. Heitor Pinto, quer por pragmatismo diplomático face à Ordem que acolhia o panteão real de Avis, e cuja congénere espanhola era tão próxima a Filipe (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, op. cit., pp. 111-112).

<sup>137</sup> Miguel Soromenho (“Hum dos Mayores e Magníficos Templos não só de todo o Reyno mas da Europa: A Obra Filipina”) e Paulo Dias (“Corpo e Alma: sepultamentos e memória”), in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, op. cit., pp. 132-133 e 209, respetivamente.

<sup>138</sup> Em 25 de Janeiro de 1582, segundo José Augusto Ferreira (*A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos...*, op. cit., pp. 97-98; ver nota 131 deste capítulo, também); a ser dessa data, tal colocaria o contrato exatamente na véspera do lançamento pelo rei do padrão de juro na alfândega de Lisboa que se destina à reconstrução de São Vicente de Fora e que já o identifica como sepulcro dinástico (Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, op. cit., pp. 130-132).

<sup>139</sup> Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro VII, caps. XIX e XX, pp. 74-78 e 79-83; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, op. cit., p. 436; Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 48.



uma evidência do favor do monarca, como dum aval público dos Regrantes à “guerra santa” travada pela Monarquia Católica. O afastamento de Filipe II e III do território português, tornarão mais difíceis tais atos salientes de proximidade, mas é significativo que os Crúzios consigam de Filipe II o privilégio exclusivo da impressão das Ordenações que o seu antecessor começara a preparar<sup>140</sup> (ligando-se assim, nem que mais uma vez de forma sobretudo simbólica, à administração régia), e que vão demonstrando nas suas maiores Casas, desde os inícios de Seiscentos, abertura a devoções espanholas, como Nossa Senhora do Pilar (com culto em São Vicente de Fora e Santo Agostinho da Serra)<sup>141</sup> ou a Senhora de Atocha (na órbita de Santa Cruz de Coimbra)<sup>142</sup>. Consistentemente, a seguinte mudança dinástica trará nova inflexão e novas expressões de adesão, desde encabeçar as celebrações da notícia da Restauração em Coimbra<sup>143</sup>, até manter o monopólio da impressão do código legal nacional, corrigido e renomeado<sup>144</sup>, e conseguir que D. João IV converta em jazigo dinástico o mesmo mosteiro de São Vicente<sup>145</sup>; seguidamente, os Regrantes aderirão ao culto joanino de Nossa Senhora da Conceição<sup>146</sup> e participarão pela sermonária no elogio restauracionista, assistindo sempre que possível, e tão perto quanto possível, à família real – sabemos que D. Afonso VI, ao receber a notícia da vitória das Linhas de Elvas em 1659, ouvia um sermão do cónego D. Próspero dos Mártires, sobre os agravos do governo castelhano<sup>147</sup>, e que no funeral da rainha-mãe D. Luísa de Gusmão, em 1666, dos quatro tocheiros que acompanham o féretro, dois são dominicanos e dois agostinhos regrantes (um deles o mesmo D. Próspero dos Mártires, o outro o cronista crúzio D. Leonardo de São José)<sup>148</sup>. Não sei se por algum legitimismo da Ordem, os registos de presença crúzia diminuem após o golpe palaciano de D. Pedro, que enquanto regente não cumprirá o voto de D. João IV de dar descanso aos seus descendentes em São Vicente de Fora (não sepultando ali nem a mãe,

---

<sup>140</sup> As impressões far-se-ão na tipografia de São Vicente de Fora: Isabel M. R. Mendes Drumond de Braga, “Os monges de São Vicente de Fora na Época Moderna”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, op. cit., p. 41.

<sup>141</sup> Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro X, cap. XLVIII, p. 424; Carlos Margaça Veiga, op. cit., p. 84; Teresa de Campos Coelho, *Os Nunes Tinoco: uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Documenta, 2018, p. 307; Joaquim António Gonçalves Guimarães, *A Serra do Pilar: património cultural da Humanidade*, Vila Nova de Gaia, Fundação Salvador Caetano, 1999, p. XIX. O culto da Virgem do Pilar em São Vicente, com reprodução da imagem venerada em Saragoça, trazida por um militar castelhano, é do triénio 1636-1639, embora o altar que lhe é dedicado só seja executado c. 1660; no Porto, Joaquim Guimarães relaciona culto com período filipino, mas Paulo Varela Gomes afirma que devoção só se terá fixado formalmente (vinda de São Vicente de Fora) em 1677, ganhando altar próprio em 1678 (op. cit., p. 74).

<sup>142</sup> Culto da Senhora de Atocha fazia-se em ermida de 1610, não erigida, mas adotada, por Santa Cruz, que depois a reedificará (Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, Lisboa, Presença, 1987, p. 161; AAV., *Igreja da Tocha - Cantanhede...*, op. cit., pp. 12-13; ver nota 58 deste capítulo, igualmente).

<sup>143</sup> Puxando mais uma vez da carta de acolher os restos do Fundador, dada a coincidência de a comunicação chegar ao Mondego no dia do aniversário da morte de Afonso Henriques (Lígia Cruz, “Alguns contributos para a história da Restauração em Coimbra – reinado de D. João IV”, separata d’*O Arquivo Coimbrão*, vol. XXIX-XXX, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1982-1983, pp. 10-11).

<sup>144</sup> As Ordenações saíram exclusivamente das prensas de São Vicente até 1726 (Isabel M. R. Mendes Drumond de Braga, “Os monges de São Vicente de Fora na Época Moderna”, op. cit., p. 42).

<sup>145</sup> Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, op. cit., pp. 323-324.

<sup>146</sup> Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, op. cit., p. 436.

<sup>147</sup> Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 82.

<sup>148</sup> *Idem*, p. 130.

nem o irmão, nem a primeira esposa)<sup>149</sup>, mas que fará executar o túmulo do pai e determinará depois, em testamento, o seu próprio enterramento na igreja vicentina<sup>150</sup>.

b)-na recuperação do alinhamento com a Santa Sé – evocando o seu *modus operandi* ducentista e trecentista, e depois de dois séculos em que as letras papais sobre a Ordem pareciam obtidas por e *para* a autoridade Régia (como vimos nos dois capítulos anteriores), os Regrantes, com a acumulação de agravos desde a década de 40 do século XVI, recuperam a sua voz própria e investem na advocacia em Roma, quer cultivando a relação com o seu cardeal-protetor na Cúria, (em 1540 era António Pucci, como vimos no capítulo anterior, e pelo menos em 1561 Pio IV nomeia Carlos Borromeu, cardeal de Santa Prassede, para esse cargo<sup>151</sup>), quer enviando procuradores à corte papal. Sabemos especificamente que houve emissários crúzios em Roma entre 1558 e 1561, de 1564 a 1569, assim como em 1581, 1592 e 1605, a tratar com razoável sucesso de questões gerais da Congregação e de queixas particulares<sup>152</sup>;

---

<sup>149</sup> Nem mais tarde a filha Isabel Luísa (m. 1690), que tivera com a primeira mulher, Maria Francisca de Saboia, e que fora longo tempo filha única e herdeira jurada da coroa, mas que parece querer afastar da visibilidade pública, depois de já não ser essencial para a sucessão (*idem*, p. 279; Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...*, *op. cit.*, p. 171).

<sup>150</sup> Assim como faz inumar em São Vicente a segunda esposa, Maria Sofia de Neuburgo (m. 1699), e os filhos entretanto falecidos que com ela teve, pelo menos a partir de 1688 (Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, p. 324; Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...*, *op. cit.*, pp. 188, 194, 195, 199 e 290-292).

<sup>151</sup> Terá sido nomeado em 21 de Maio de 1561 (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 123); há pelo menos referência de um possível recurso à sua intercessão no caso da entrega de Landim à congregação, c. 1564 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. VII, p. 303). O cardeal já fora brevemente comendatário de Refoios, entre 1559 e 1560, desistindo dela a pedido de D. João III – o rei queria-o para D. Julião de Alva, que passara de bispo de Portalegre a bispo de Miranda – em troca de uma pensão (*idem*, livro X, cap. XVI, p. 339; Aires Gomes Fernandes, *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 515-516). Deve ter deixado ser protetor da Congregação c. 1572, quando parece ter desistido de todos os cargos dessa categoria, incluindo o de protetor de Portugal e de “diversas religioells, & congregaçoells de regulares”; Francisco Peña escreve que Carlos Borromeu pediu essa dispensa a Pio V (p. 1566-1572) mas só o conseguiu de Gregório XIII (p. 1572-1585) - ler *Relaçãõ summaria da vida, morte, milagres, e canonizaçam de Sam Carlos Borromeu Cardeal de Santa Praxede, Arcebispo de Milão, Protector do Reyno de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1616, cap. XXIV, fl. 24.

<sup>152</sup> A primeira destas delegações, em 1558-1561, procura obter despachos relativos ao então ainda chamado mosteiro de São Salvador da Serra, a São Vicente de Fora e a Santa Cruz de Coimbra, e bloquear a manobra do cardeal D. Henrique, que procurava tomar ao prior-geral o cargo de Cancelário da Universidade. Conseguem pelo menos esta última demanda (trazendo um breve de Paulo IV a confirmar a inerência e perpetuidade do cargo) e parte dos pedidos referentes aos mosteiros (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XIII, p. 329; Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp. 5-6).

A segunda, de 1564 a 1569, deverá ter servido para a reconfirmação da Congregação e a anexação dos mosteiros de Landim, Moreira, São Jorge e Refoios à Ordem, firmada em 1567 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XVI, p. 339); durante as mesmas diligências terão também apresentado protestos quanto à transferência (efetivada em 1565) dos edifícios dos antigos colégios de São Miguel e de Todos os Santos para a posse do Santo Ofício, sem consulta aos seus legítimos donos (tinham sido cedidos pelos Crúzios para o Colégio das Artes em 1543 – colégio que, estando na mão dos Jesuítas desde 1555, se mudava para os edifícios novos na Alta da cidade que estes tinham edificado). Os Regrantes obterão, se não a devolução, ainda assim uma indemnização, em 1571.

Em 1581 enviam-se de novo procuradores, para pedir letras de união dos 10 mosteiros já prometidos em 1578 por D. Sebastião. Em 1592/1593 estão em Roma procuradores que trazem esses escritos, e em 1605 conseguir-se-á de Paulo V a revogação de uma alteração dos estatutos congregacionais feita por breve de Clemente VIII, que tornara mais centralizada a eleição dos priores dos mosteiros e abria a porta a um controle episcopal sobre a Ordem, o que já causara problemas com o bispo de Coimbra. Ver: Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, cap. XIX, p. 76, e livro X, caps. XXX e XXXIII, pp. 383 e 394; António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, pp. 101-104; Geraldo J. A. Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia - história e arte”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, pp. 29-30.

As reiteradas queixas pela extinção do priorado-mor (em 1543) e pela perda dos réditos a ela associados, podem ter-se encerrado pela posição de força de Filipe II de Portugal, que impõe a desistência da causa e o silêncio sobre ela aos Crúzios, em 1606, mas não será sem que a Universidade se comprometa a pagar uma renda anual compensatória de 211000 réis, o que deverá ser atribuído à tenacidade das pressões pela Ordem em Roma (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 270).

a chegada posterior de decisões pontifícias sustenta a plausibilidade da repetição de tais missões<sup>153</sup>.

c)-no militantismo nacionalista – igualmente à imagem do período de fundação da Ordem e da nação, é evidente que há uma forma elementar de nacionalismo na associação crúzia à pessoa e às ações dos soberanos, assim como à administração do reino (nem que simbolicamente), que analisámos acima; do mesmo modo o são, e quiçá até mais claramente, as iniciativas de celebração da autonomia (advogando a canonização do fundador dessa autonomia, não aceitando automaticamente a sua perda e aderindo à sua restauração)<sup>154</sup>.

d)-no militantismo eclesiástico – creio que é de ver um retomar da ação apostólica junto da população, quer no investimento na prédica, em vários mosteiros crúzios (e não apenas nos centros de influência política), quer na manutenção duma gestão paroquial às vezes exemplar<sup>155</sup>; reflexo do reforço post-tridentino da autoridade diocesana, é visível que a Congregação de Santa Cruz procura relacionar-se com a hierarquia do clero secular, criando uma delegação fixa junto da mitra de Braga<sup>156</sup>, e conseguindo participar nessa hierarquia<sup>157</sup>.

e)-no militantismo institucional – pela primeira vez desde a centúrias iniciais da sua existência, os

---

<sup>153</sup> Ao menos até à rutura com o papado na Restauração, altura em que realmente não parece haver letras pontifícias dirigidas a Santa Cruz; os diplomas retomam na década de 1670, mas então já por intercessão junto do Núncio (como em 1675, em pedido para constituição de priorado no mosteiro de São Teotónio de Viana do Castelo, de que resultará sentença favorável da nunciatura em 1681: Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 49-50 e 69).

<sup>154</sup> É de ressaltar que mesmo na colaboração com os Habsburgos, Santa Cruz tende a fazê-lo num âmbito nacional: os Regrantes recebem o panteão dos Filipes *enquanto* reis de Portugal e imprimem as leis *para* Portugal; ao mesmo tempo, não se conhece presença relevante (ou pelo menos fixa) de cônegos na corte de Madrid e formalmente a procuradoria de assuntos da Ordem junto da Coroa é em Lisboa, em São Vicente de Fora. Embora mais circunstanciais, também existem indícios de participação nas guerras restauracionistas: um prior de Paderne, D. Simão da Paixão, que é também capitão de ordenanças do couto de Paderne, conduz resistência a forças espanholas com sucesso e é feito Cavaleiro de Cristo em 1650 (Augusto Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. VI, p. 402).

<sup>155</sup> O isento episcopal crúzio de Coimbra, Landim e Moreira continuam a existir (António Gomes da Rocha Madahil, *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1940, pp. 74-75; António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descrição topografica do famoso Reyno de Portugal...*, 2.ª ed., Braga, Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869, t. 1, pp. 292 e 321), assim como a administração direta de paróquia de São Vicente em Lisboa. Essa paróquia, disputada até 1541, é mantida sob tutela regrante por decisão de arcebispo (e ex-prior crúzio) D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (ver nota 157, a seguir), e as visitas a que foi sujeita (fiscalizações tornadas mais apertadas desde Trento) demonstram repetidamente a boa gestão, nas 6 que se conhecem, de 1579 a 1689 (Carlos Manuel Guardado da Silva, *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*, Lisboa, Colibri, 2008, p. 208; Isabel M. R. Mendes Drumond de Braga, “Os monges de São Vicente de Fora na Época Moderna”, *op. cit.*, pp. 44-45 e 52). É no entanto claro que a vertente assistencialista da Ordem na comunidade é residual e limitada a uma prática formalizada.

<sup>156</sup> Terá sede na Casa do Igo, localizada situação urbana saliente, a Oeste da Sé, numa das quatro saídas principais de Braga. Essas saídas, nos quatro pontos cardeais, serão todas marcadas por Ordens importantes da Contrarreforma: além dos Regrantes, os Jesuítas estarão a Sul, os Oratorianos a Leste, os Gracianos a Norte. A casa da procuração regrante é construída em terrenos comprados para esse fim no priorado-geral de D. Dionísio da Misericórdia (1612-1615), com configuração grandemente definida pelo prior-geral D. Leonardo de Santo Agostinho, entre 1653-1656 (com refeitório e oratório, algumas celas e varanda sobre quintal), e é obra rematada até finais do século XVII. Leia-se: Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXXVII e L, pp. 403-404 e 427; Catarina Oliveira, “Casa de Santa Cruz do Igo”, 2006, *in* DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 8-4-2017]; Sónia Basto, “Casa de Santa Cruz do Igo”, 2012, *in* S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 8-4-2017]; sobre este prior, ver notas 219 e 645 deste capítulo, igualmente.

<sup>157</sup> O arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (b. 1540-1564), que fora bispo de Lamego entre 1513 e 1540 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 306 e 308); era cônego e fora prior de São Vicente de Fora, onde sempre residiu, mesmo durante a sua prelazia arquiépiscopal (Baltazar Matos Caeiro, *Os conventos de Lisboa*, Sacavém, Distri, 1989, p. 136; Augusto Vieira da Silva, *A cerca fernandina de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, vol. 2, p. 65 – este último autor dá-lhe o nome “D. Fernando de Vasconcelos e Sousa”, mas as datas são indubitáveis). D. Fernando é o responsável pelo início da edificação do palácio da Mitra, residência de vilegiatura dos arcebispos, por volta de 1554, no Tojal – local onde crúzios vicentinos tinham propriedades há séculos e onde mais tarde constroem uma casa brévia, em São Julião do Tojal (Bastos Pinto, Fernanda Ferreira, Manuel Villaverde, “Conjunto monumental de Santo Antão do Tojal/Palácio da Mitra/Palácio dos Arcebispos”, 2010, *in* S.I.P.A., *op. cit.*, consultado em 8-4-2017).

Regrantes empenham-se tenazmente na expansão da Ordem, com meios próprios; convencem priores comendatários de casas canonicais a abdicar da sua posição, indemnizando-os e obtendo depois sanção pontifícia para a adesão destas Casas à sua congregação<sup>158</sup>, ou reservam para Santa Cruz, por decreto papal, institutos de tradição agustiniana, esperando pela desistência ou falecimento dos que os tinham em comenda; num como noutro procedimento, fazem-no muitas vezes com a participação mais ou

---

<sup>158</sup> Dos quatro mosteiros incorporados em 1567, conhecemos negociações com comendatários em Landim, Moreira e Refoios, e tudo indica que o mesmo tenha acontecido em São Jorge e São Vicente de Fora.

No caso de **Landim**, as negociações com o cardeal Alexandre Farnésio (*Alessandro Farnese*), que tinha o priorado em comenda, começam em 1560 e em 1562 inicia-se reforma nos costumes de Santa Cruz, com anuência papal (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, pp. 93-94; Timóteo dos Mártires data a reforma de 1563 - *op. cit.*, t. III, p. 46).

Em **Moreira**, o comendatário D. Fulgêncio de Bragança cede o priorado interinamente à Congregação em 22 de Julho de 1563, sendo-lhe anualmente pagos 350 000 réis até 1567 (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 117, e t. III, p. 27; Geraldo J. A. Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: os Cruzios em Moreira da Maia...”, *op. cit.*, p. 35; ver nota 592 deste capítulo, igualmente). Já a afirmação paralela de Timóteo dos Mártires de que a reforma acontece com falecimento de comendatário (*idem*, t. III, pp. 25-26) não tem cabimento – D. Fulgêncio só morrerá na década de oitenta (José Vieira de Carvalho, *O mosteiro de S. Salvador de Moreira: instituição valorizadora da terra da Maia*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969, p. 32).

Em **Refoios**, a reforma inicia-se por permissão concedida em rescrito de comendatário, o bispo D. Julião da Alva, em 26 de Julho de 1564, após cedência ao prelado de umas casas junto a São Vicente de Fora (que tinham sido residência do já referido arcebispo cruzio de Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos); D. Julião pretendia ali habitar, agora que D. Catarina de Áustria o fizera capelão-mor de D. Sebastião (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XVI, p. 339; Aires Gomes Fernandes, *op. cit.*, p. 238; António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, in AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo/ Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p. 37). Timóteo dos Mártires fala da posse provisória de Refoios com autorização papal em 1564 (*op. cit.*, t. III, pp. 65-66), mas erra em atribuir de novo o desbloqueamento da situação à morte do prior comendatário, o que só acontecerá em 1570.

Por sua vez, em **São Jorge**, que estava comendado ao cardeal D. Henrique, não há registo de negociações. Sabe-se apenas que o cardeal emite alvará autorizando a reforma em 16 de Outubro de 1563, e que a introdução dos costumes cruzios se inicia com posse interina em Fevereiro de 1564, confirmada por breve de Pio IV em Junho ou Julho desse ano (as datas exatas não coincidem nas várias fontes). No entanto, a consignação das rendas da Mesa Prioral em 1566 – isto é, antes da posse canónica do ano seguinte – ao colégio jesuíta de Évora (selada pela bula *Ex solita*, de Pio V, em 20 de Maio) parece sinalizar um *quid pro quo* entre o antigo e os novos administradores do cenóbio: cf. Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, pp. 157-158; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 86-87; Nelson Correia Borges, *op. cit.*, p. 125; A.N.T.T., “Mosteiro de São Jorge de Coimbra”, in DIGITARQ, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Direção Geral de Arquivos, 2011 [em linha] disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/>, consultado em 11-5-2017. Ainda assim, só parece haver integração plena, com prior designado, em 1568 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XV, pp. 157-158; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. I, p. 123; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 271).

Em **São Vicente**, finalmente, a renúncia do prior-mor comendatário, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, permitindo a reforma (como vimos no capítulo anterior), e a sua posterior residência no mosteiro, enquanto arcebispo, parecem indicar algum tipo de acordo mútuo (ver notas 155 e 157, acima).

Este processo negocial não é exclusivo a Santa Cruz: a Congregação Beneditina Portuguesa, instituída em 1567 e que também teve de incorporar mosteiros autónomos que seguiam a sua tradição – e enfrentar similares resistências da parte do cardeal D. Henrique – chegou a acordos com uma série de comendatários, incluindo alguns acima referidos: o cardeal Farnésio renunciou em 1588 à sua comenda sobre Santo Tirso de Riba d’Ave em troca de um estipêndio anual e D. Fulgêncio de Bragança cedeu São Salvador de Travanca à reforma de São Bento em 1569, vindo a receber uma pensão; nesta outra Ordem antiga em processo de renovação congregacional, D. Henrique também quererá entregar o mosteiro beneditino de Paço de Sousa à Companhia de Jesus, em 1569, e o de Bustelo aos Dominicanos, em 1585 (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*, Porto, CITCEM-FLUP e Edições Afrontamento, 2011, pp. 166-178 e particularmente pp. 172 e 174-175).

menos informal das comunidades crasteiras no processo<sup>159</sup>. Efetivada a posse plena de 19 cenóbios pré-existentes em 1615<sup>160</sup>, a Congregação ainda dará um passo mais à frente, fundando em Viana do Castelo um mosteiro *ex novo*, em 1624<sup>161</sup>; a exemplo do que fizera no século XII, também se filiará espiritualmente numa Ordem canonical prestigiada, a Congregação de São Salvador de Latrão, união instituída por Pio V em 1566, e definitivamente confirmada por Gregório XIII, em 1573<sup>162</sup>.

f)-na afirmação do seu papel e *perfil* cultural – mesmo que a Universidade de Coimbra se encontre nesta altura dominada pela Companhia de Jesus, os Regrantes defendem encarniçadamente o seu papel residual na gestão dos Estudos, agarram-se aos privilégios que a autonomia universitária lhes conservou<sup>163</sup> e investem no ensino, quer reanimando o colégio de Santo Agostinho, quer, parece,

<sup>159</sup> Essa participação prévia à legitimação da posse integral já acontecera em Grijó e Cárquere, ocorre agora em Landim, Moreira, Refoios e São Jorge (ver nota anterior), e ainda pode ter tido lugar na **Junqueira** (pelo menos à morte do último comendatário, D. Martim Pinheiro, o arquiduque Alberto, vice-rei e legado papal, “congela” o mosteiro, só permitindo que ali haja 1 prior e 1 religioso, até provimento papal da posse cruzia: José Augusto Ferreira, *Villa do Conde e seu alfoz: origens e monumentos*, Porto, edições Marques Abreu, 1923, p. 41, e *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos...*, *op. cit.*, pp. 96-97), em **Vilela** (quando morre António Brandão em 1590 e não se renova comenda: Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XI, p. 323; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, p. 126; José João Rigaud de Sousa, “Factos e documentos para a história do Mosteiro de Santo Estevão de Vilela em Paredes”, in MACHADO, Paulo Sá, MARQUES, José Augusto Maia (cord.), *Maia, história regional e local – actas do congresso*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol. II, p. 161), em **Folques** (em 1591 ou 1592, conforme se dê crédito a Nicolau de Santa Maria e Timóteo dos Mártires, ou a Regina Anacleto – respetivamente *op. cit.*, livro X, cap. XXVI, p. 369, e *op. cit.*, t. III, p. 103, ou *Arganil*, Lisboa, Presença, p. 66) e em **Oliveira** (pelo menos Timóteo dos Mártires diz que ali a reforma precede a integração, devendo a tomada de posse congregacional de 17 de Fevereiro de 1595 referida por ele, ser ainda provisória: *op. cit.*, t. III, pp. 98-99, e 145-146). Aires Gomes Fernandes também acredita que **Vila Boa do Bispo**, **Vilarinho** e **Craсто** entraram igualmente em reforma em 1595 (*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, p. 55).

Parecem assim ser os mosteiros maiores ou mais prósperos que têm uma dinâmica mais interventiva da parte da Congregação, esperando esta pela morte de comendatários em cenóbios mais pequenos e decaídos.

<sup>160</sup> Nessa data é a reconfirmação da Congregação e dos seus efetivos por Pio V, assim como desse ano é a aprovação das Constituições cruzias, após um período de revisão (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 271); 1615 marca assim o encerramento do processo de reforma.

Além das incorporações que vimos no capítulo anterior (Santa Cruz, Grijó/Pilar, São Vicente, Sapiência) e das analisadas acima (Landim, Moreira, São Jorge, Refoios), a cronologia de integração dos 10 mosteiros concedidos pela bula de 1594 estender-se-á de 1595 a 1615.

Uma primeira sucessão de 6 tomadas de posse será efetuada num roteiro encabeçado pelo prior-geral D. Cristóvão Botelho/de Cristo no começo de 1595: **São Pedro de Folques** em Janeiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XVI, p. 159; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 98-99; Armando Alberto Martins, *idem*, p. 271; Regina Anacleto, *idem*, p. 66, e também *Concelho de Arganil: história e arte*, Arganil, Santa Casa da Misericórdia de Arganil, 1983, p. 70); **São Salvador de Paderne** em 29 de Janeiro (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 98-99; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*); **Santa Maria de Vila Nova de Muia** em 2 de Fevereiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. IX, p. 315; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*); **Santo Estevão de Vilela** em 9 de Fevereiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. IX, p. 323; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*; António Nogueira Gonçalves, “A destruída igreja medieval do Mosteiro de Vilela (Pôrto)”, in *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp. 2 e 7); **São Martinho de Caramos** em 12 de Fevereiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. VI, p. 300; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*); **São Simão da Junqueira** em 7 de Fevereiro ou 1 de Maio (respetivamente segundo Nicolau de Santa Maria ou Timóteo dos Mártires – livro VI, cap. XI, p. 322, ou *idem, ibidem*); nesta viagem pode também ter sido entrada em reforma de **Santa Maria de Oliveira** (ver nota anterior).<sup>[fig.02a,02b]</sup>

Seguir-se-ão a posse de 4 canónicas mais espaçadamente, provavelmente ao ritmo do passamento dos seus priores comendatários: **Santa Maria de Oliveira** talvez em 1599 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. X, p. 318; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*); **Santa Maria de Vila Boa do Bispo** em 12 de Setembro de 1605 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. IV, p. 289; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*; António Couto, “Raízes históricas”, p. 84); **São Miguel de Vilarinho** em Agosto de 1610 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. X, p. 319; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*), e finalmente **São Martinho de Craсто** em 1615 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. IX, p. 316; Timóteo dos Mártires, *idem, ibidem*; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*).

<sup>161</sup> Embora seja clara a tibieza desta fundação única, e de realçar que esta incide sobre uma área consolidada da sua influência e não numa ampliação da presença geográfica; é também claro o pragmatismo, já que se escolhe o Noroeste, que é zona menos depauperada, e Viana porque é porto próspero até então.

<sup>162</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXI, p. 357.

<sup>163</sup> Relembremos a luta com o cardeal D. Henrique pelo posto de cancelário da universidade (Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma...*, *op. cit.*, p. 6; ver nota 152 deste capítulo).

procedendo a atualizações da sua biblioteca; a produção intelectual nacional entre 1556 e 1685 conta com representantes crúzios importantes, e contribuições suas celebrando Santo Agostinho<sup>164</sup>; uma segunda área de interesse, cultivada na Ordem desde São Teotónio, mas que encontra agora um momento alto (e neste caso na dianteira do panorama coetâneo, tanto religioso como laico) é a da produção musical, em qualidade e diversidade<sup>165</sup>. Saliente-se que quer os estudos, quer a música, se cultivam noutras Casas além de Santa Cruz de Coimbra e que se parece procurar fazer desses interesses uma empresa da Ordem<sup>166</sup>.

### - "Revivalismo"

Ao mesmo tempo, algumas dessas dinâmicas revelam um pendor de valorização preferencial do passado sobre o presente:

a)-no investimento honorífico e devocional – a advocacia da causa da santidade de D. Afonso Henriques, a centralização das cerimónias à volta do seu túmulo e os atos de beneficiação do mesmo, parecem captar mais investimento do que acontece em São Vicente de Fora, quando o cenóbio se torna panteão da nova dinastia filipina, ou quando acolhe os despojos d'O Restaurador<sup>167</sup>; por outro lado, contrariamente à sua

---

<sup>164</sup> Manuel Augusto Rodrigues, "Os estudos teológicos e bíblicos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no séc. XVI. A figura de D. Pedro de Figueiró", in AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, *passim*; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 172. Mencionem-se também as edições da Regra de Santo Agostinho pelos Regrantes, em 1561 e 1563: ver José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988, pp. 62 e 69.

<sup>165</sup> Essa produção reveste-se de formas musicais diferentes do panorama coevo, é original em gama de instrumentos, e destaca-se em número de compositores ativos e na política de fazer da música eixo da formação dos noviços (e mesmo fator na sua admissão), havendo também uma dinâmica de aquisição de partituras e obras teóricas estrangeiras. Ler: Rui Vieira Nery, "A música portuguesa na era da Contra-Reforma: o longo século XVII", in COSTA, Jorge Alexandre (cord.), *Olhares sobre a história da música em Portugal*, Vila do Conde, Verso da História, 2015, pp. 103-105, 110 e 113; António Maria Mendes Melo, "Os Crúzios, a sociedade e a música: notas cronológicas em torno de um órgão de 1701", in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, *op. cit.*, pp. 80-84; Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma...*, *op. cit.*, p. 31.

Em Santa Cruz fabricam-se instrumentos (Israel Salvator Révah, *Descrição e debuxo do mosteyro de St.ª Cruz de Coimbra*, Coimbra, Coimbra editora, 1957, 13.ª página do microfilme), há melhoramentos em 1559 ao órgão instalado sob Fr. Brás, e nova reforma ao aparelho em 1615 (António Maria Mendes Melo, *idem*, pp. 81 e 84). O investimento na música também permitia ao mosteiro e à Ordem uma distinção vantajosa no seio da comunidade universitária conimbricense – na visita de D. Sebastião de 1570, os Jesuítas dominam o programa comemorativo e organizam uma representação teatral, mas a parte musical da mesma será ainda assim feita por mestre crúzio (Augusto Mendes Simões de Castro, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião...*, *op. cit.*, pp. 36-37).

<sup>166</sup> O colégio de Santo Agostinho está por exemplo sediado em São Jorge em 1578-1581 – Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 127; Nelson Correia Borges, "Colégio de Santo Agostinho – Espaços Monástico-Escolares", separata de SANTOS, Maria José Azevedo (cord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 130-131. No que à música diz respeito, há produção compositiva musical em Santa Cruz e São Vicente de Fora (Rui Vieira Nery, "A música portuguesa na era da Contra-Reforma...", *op. cit.*, pp. 103-104), e investimento num órgão na Serra do Pilar, pelo menos em 1688 (António Maria Mendes Melo, "Os Crúzios, a sociedade e a música...", *op. cit.*, pp. 88-89).

<sup>167</sup> Os registos da viagem a Coimbra de D. Sebastião mostram como Santa Cruz distingue vários visitantes convidando-os a participar de cerimónias elaboradas junto aos túmulos régios (Augusto Mendes Simões de Castro, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião...*, *op. cit.*, pp. 32, 34 e 35), cujo adorno não descaram, dando-lhes novas grades em 1561, e emoldurando-os com cortinas (Mário Mendes Brandão, *Actas dos capítulos do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu da Universidade de Coimbra, 1946, pp. 60-61 e 140). Em Lisboa, o sepulcro de pedra de D. João IV é feito por Pedro II em 1671, e, se esteve colocado na capela-mor, em breve aquele e mais caixões com despojos reais (sem monumentos de pedra) ficarão aglomerados e ocultados numa sala fechada, embora contígua à capela-mor (Paulo Dias, "Corpo e Alma: sepultamentos e memória", *op. cit.*, pp. 210-212).

estratégia entre os séculos XII e XIII, face a análogas flutuações da sua visibilidade, parece concentrar-se mais na recuperação do culto de São Teotónio do que em devoções populares e mais recentes (como fizera, por exemplo, com os Mártires de Marrocos no século XIII)<sup>168</sup>;

b)-nalguns valores culturais – como na insistência no augustinismo<sup>169</sup> nesta época superiormente tomista (embora compreensível e não isenta de exemplos fora da Ordem<sup>170</sup>), ou a inclinação de D. Pedro de Figueiró (1523-1592) pelo Antigo Testamento e pelos textos em hebraico e aramaico (e não a *Vulgata*, que Trento tornara fonte oficial)<sup>171</sup>; é curiosa também a recuperação do barrete para o hábito cruzio, que fora suprimido aquando da reforma de Fr. Brás, e que o prior-geral D. Paulo de Santo Agostinho reintroduz em 1633-1636<sup>172</sup>;

c)-no impulso memorialista – o surto de cronística, quase sempre apologética, sempre fazendo recuar no tempo as origens da Ordem e das suas Casas, que percorre a Congregação de Santa Cruz (de D. Teotónio de Melo, ainda antes de Seiscentos, até D. Leonardo de São José, em 1671, entre muitos outros)<sup>173</sup>, tendo companhia em quase todas as Ordens religiosas da altura, é dos mais intensos que encontramos nesta época.

#### *-Rigorismo*

A tradução dessas áreas de interesse manifesta-se em procedimentos que se caracterizam pela regra, o controle, a precisão, por vezes em contradição discreta com os ostensivos regressos às origens:

a)-no funcionamento da congregação – quer na maneira como a procura de adesões incide sobre os mosteiros por ordem de importância, dos mais prestigiados e prósperos aos mais modestos<sup>174</sup>, quer na regularidade irrepreensível e formalidade hierárquica dos capítulos gerais trienais (e da quase extinção das antigas autonomias gregorianas<sup>175</sup>), quer na execução da Regra e Constituições, chegando estas últimas a ser revistas a fundo em 1599-1601 e corrigidas entre 1607 e 1615, com alguns cuidados

---

<sup>168</sup> Nomeadamente ao dedicar o único novo mosteiro da Congregação a São Teotónio, ou em preferências editoriais, como a biografia do santo por D. Timóteo dos Mártires, em 1650, que aliás também assina hagiografias de outros cônegos agustinianos, em 1648. Ver: José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade...*, *op. cit.*, pp. 318 e 324.

<sup>169</sup> J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, pp. 28-29. Lembre-se também a mudança de invocação na Serra do Pilar, de São Salvador para Santo Agostinho.

<sup>170</sup> Como Fr. Heitor Pinto ou o Padre António Vieira (que os Cruzios aliás convidam a fazer um panegírico a Agostinho, no seu dia festivo de 1648, em São Vicente de Fora) - J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, *op. cit.*, pp. 22-23 e 27.

<sup>171</sup> Manuel Augusto Rodrigues, “Os estudos teológicos e bíblicos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 133-134. Talvez aí possa haver um quociente de resistência humanista, mas isso entre os Cruzios significará também a ligação a um momento passado mais feliz, no percurso da Ordem.

<sup>172</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLV, p. 414v. (sobre este prior, ver notas 219, 222, 645 e 697 deste capítulo).

<sup>173</sup> Como D. Gabriel de Santa Maria, D. Marcos da Cruz, D. José de Cristo, D. Nicolau de Santa Maria, D. Timóteo dos Mártires (J. M. da Cruz Pontes, *idem*, pp. 28-31; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 436).

<sup>174</sup> Como nota Maria Rosário da Costa Bastos, em “Um caminho de mudança: subsídios para o estudo da reforma dos cruzios em Portugal”, in TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (dir.), *Discursos: língua, cultura e sociedade*, III série, n.º 1, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 97.

<sup>175</sup> Ainda assim, entre outros sinais de resistência identitária discreta, inclinam-se de qualquer maneira para algum equilíbrio nessa centralização, combatendo nomeadamente decisões pontifícias que tentavam tornar eleições prioritais dependentes da Congregação (ver nota 152 deste capítulo).

quanto à delimitação da clausura<sup>176</sup>;

b)-nas relações com poderes exteriores – do estabelecimento de procuradorias fixas em Braga, Lisboa e Roma (nas cortes arquiépiscopais, real e papal), ao levantamento exaustivo de chancelaria referente aos seus direitos<sup>177</sup>, passando pela incessante defesa da sua posição em tribunais civis e canónicos;

c)-na administração das propriedades e rendimentos – a gestão coletiva capitular de que acabamos de falar caracteriza-se também pelo estabelecimentos de prioridades de investimento dos réditos congregacionais, nomeadamente no que diz respeito a campanhas edificatórias<sup>178</sup>, assim como outra faceta da precisão cartorial acima referida será a atualização e sistematização de cadastros fundiários (o que Santa Cruz de Coimbra fará, apesar de ser uma empresa difícil e onerosa, entre 1614 a 1637<sup>179</sup>).

A circunspeção será quiçá a vertente deste intervalo que se manifesta mais dubiamente entre os Regrantes. Debaixo da severidade das normas, a vida canonical aristocratizar-se-á crescentemente<sup>180</sup>, com uma propensão para o lazer (com a construção de Casas Brévia, por exemplo<sup>181</sup>) e um espírito de alegria sensível (como se nota na produção musical), numa Ordem que de facto não sofrerá muito economicamente, pelo menos até às taxações restauracionistas<sup>182</sup>. A arquitetura crúzia, como veremos, exprime a mesma contradição.

---

<sup>176</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXVIII, p. 405; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 4-5; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 436; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 271.

Saul António Gomes e Armando Alberto Martins salientam o aumento de rigorismo e separação dos cónegos do papel de apostolado nas últimas Constituições (1615), mas eu sou forçado a discordar. Desde logo, Nicolau de Santa Maria descreve uma revisão estatutária, emitida de Roma, a que os Regrantes pedem correções a determinações sobre a clausura, mas no sentido de *manter* hábitos crúzios estabelecidos; D. Timóteo dos Mártires fala da introdução em 1615 do voto de clausura no juramento da profissão dos noviços, o que não se fazia antes, mas não denuncia nenhuma especial severidade. Essas adendas de 1615, remetidas ao nuncio/coletor pontifício Octávio Accoramboni, figuram de facto nas Constituições de 1615 (*Constituições dos cónegos regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 68, p.198), e se o voto aparece acrescentado à profissão dos noviços (*idem*, p. 35), a argumentação sobre a clausura repete quase *ipsis verbis* a que se encontrava nas Constituições de 1601 (cf. *idem*, p. 17, e *Constituições dos cónegos regulares do nosso patriarca Sto. Agostinho dos reinos de Portugal da Congregação de S. Cruz de Coimbra*, Lisboa, oficina de Pedro Crasbeeck, 1601, fls. 7v e 8); as duas versões, aliás, para além de desdobramentos pontuais e alterações de sequência, variam pouco entre si, pelo menos quando se comparam com as de 1558, ainda bastante presas ao enunciado definido por Fr. Brás de Braga. Por outro lado, das inclusões novas no texto de 1615, ausentes dos anteriores, faz parte precisamente um capítulo dedicado à missão da pregação (“Dos pregadores da Ordem”, in *Constituições dos cónegos regulares da Congregação...*, *op. cit.*, parte I, cap. VIII, pp. 12-15), o que reforça e não diminui, a tónica do apostolado, dando-o expressamente como inerente ao carisma crúzio.

As Constituições crúzias foram-se tornando mais extensas (em 1558 tinham 56 fls. e 52 caps.; em 1601 89 fls. e 51 caps., e em 1615 são 196 pp. e 62 caps.), e são mais rigoristas/burocráticas, sem serem necessariamente mais *rigorosas*. Note-se também como Fr. Brás começou o texto estatutário pela clausura, enquanto as Constituições de 1601 e 1615 se iniciam pelos ofícios e rituais. Creio que reforço monasticizante da clausura só acontecerá verdadeiramente na reforma quinto-joanina posterior, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>177</sup> Como em Landim, que obtém traslado dos documentos que lhe dizem respeito existentes na Torre do Tombo, em 1607 (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, pp. 98-99).

<sup>178</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 48.

<sup>179</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 54.

<sup>180</sup> Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 271 (embora me pareça que esta asserção se refere sobretudo ao fim do século XVII e ao século XVIII).

<sup>181</sup> Pelo menos a Brévia de Santa Cruz em Verride, em 1572, com ampliações e melhoramentos em 1644-1647, e a de Santo Agostinho da Serra em Canidelo, em 1627-1630 (ler nota 639, do capítulo VII, e ver nota 219 deste capítulo); mas haveria outras (ver notas 157 e 461 deste capítulo).

<sup>182</sup> Ver nota 109 deste capítulo.



Seja como for, o grande sucesso na construção de um aparelho institucional e no seu funcionamento e sustentabilidade, não esconde o êxito relativo e desigual da luta pela sua visibilidade e influência, apesar de esforços meritórios. Além disso, é preciso mencionar que há insucessos insofismáveis perante o antagonismo de certos agentes políticos e à concorrência de outras Ordens religiosas.

Logo em meados de Quinhentos, D. Catarina de Áustria, muito influente na governação tardia de D. João III e primeira regente após a sua morte, favorece entre o clero regular os Dominicanos e Gracianos, então em processos de reforma conduzidos por religiosos espanhóis que lhe eram próximos – Fr. João de Salinas (de 1551 a 1556) e Fr. Luís de Granada (de 1556 a 1560) nos Pregadores, e Fr. Francisco de Vila Franca e Fr. Luís de Montoya nos Eremitas de Santo Agostinho (de 1535 a 1569)<sup>183</sup>. O seu poderoso cunhado que a substituirá na regência, D. Henrique, talvez partilhe o favor da rainha pela ordem de São Domingos (como Inquisidor-Mor)<sup>184</sup>, mas a sua preferência, apesar de reticências iniciais, é clara e crescentemente atribuída à Companhia de Jesus<sup>185</sup>. Concordantemente, enquanto D. Catarina segura as rédeas do país é a dominicanos que são entregues os mosteiros que abandonam a vida canonical (Mancelos e Ancede), e com D. Henrique, é logo aos Inacianos que se outorga Cárquere (1562), e é destes para as mãos do Santo Ofício que passam os edifícios dos colégios de São Miguel e Todos os Santos (1565)<sup>186</sup>. Os protestos na Cúria feitos pelos Regrantes não impediram estes revezes, e, se asseguraram sucessos como a bula de adesão de Landim, Moreira da Maia, Refoios do Lima e São Jorge à Congregação, em Junho de 1567<sup>187</sup>, serão ultrapassados pela obtenção por D. Henrique (que além de cardeal, era então legado papal) de duas letras pontifícias: a bula *Ex iniunctum*, logo em Outubro do mesmo ano (em que Pio V o autoriza a entregar mosteiros crúzios, beneditinos e cistercienses aos Dominicanos, Jesuítas, Gracianos, Carmelitas ou Jerónimos), e o breve *Exponi nobis*, de 11 de Julho de 1572, que faz dele responsável pela visitação dos mosteiros da Congregação de Santa Cruz de

---

<sup>183</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 371 e 421; Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 89-93. O confessor espanhol que D. Catarina de Áustria trouxe no séquito, D. Julião de Alva, também será favorecido, nomeadamente através dos Regrantes: não só inaugurará o bispado de Portalegre (1549-1560), sustentado com os rendimentos do ex-priorado crúzio de Arronches, como lhe será entregue a comenda de Refoios, quando se muda para a cátedra de Miranda do Douro, onde estará de 1560 a 1564 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 300 e 308; também sobre os laços do prelado com Santa Cruz, ver notas 151 e 158 deste capítulo).

<sup>184</sup> Os Dominicanos precederam as iniciativas do cardeal, criando autonomamente o *Index* em Lisboa (Amélia Polónia, *D. Henrique...*, *op. cit.*, p. 120).

<sup>185</sup> Amélia Polónia, *idem*, p. 127.

<sup>186</sup> Ler ponto 8.1.2 e ver nota 152 deste capítulo. Ainda assim, a Ordem de São Domingos também receberá mais tarde o mosteiro de Freixo de Baixo (ver nota 190, adiante).

<sup>187</sup> Ver nota 152 deste capítulo; dentre estes, diga-se São Jorge é cedido precisamente por D. Henrique, que era seu comendatário, mas fora-o já interinamente em 16 de Outubro de 1563 – cumpriria o cardeal o desejo do seu secretário Dr. Jorge Coelho de 1557? – sendo a posse provisória crúzia de 4 de Fevereiro de 1564, após ter havido aparentemente negociações para o compensar (ver nota 158 deste capítulo).

Coimbra<sup>188</sup>. Sintomaticamente, não mais, até à mudança dinástica, haverá captação de adesões para os Crúzios<sup>189</sup>, e ainda serão entregues São Salvador de Freixo de Baixo aos Pregadores (1569) e São Pedro de Roriz aos Inacianos (1573)<sup>190</sup>.

Entre a parte final do reinado de D. João III e a maioria de D. Sebastião, os Crúzios são também excluídos da educação do príncipe herdeiro<sup>191</sup> e da participação nas delegações portuguesas a Trento: no primeiro período do concílio (1545-1547) serão enviados oficialmente três dominicanos; ao segundo (1551-1552) irá uma embaixada de juristas e canonistas, incluindo Diogo de Gouveia, *o Moço*<sup>192</sup>, e nas sessões finais (1561-1563) estiveram presentes três prelados, um dominicano e dois gracianos<sup>193</sup>.

O período filipino é mais favorável a Santa Cruz, mas a concorrência com a Companhia de Jesus e

---

<sup>188</sup> Cf. Jayme Constantino de Freitas Moniz, *Corpo diplomático português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1891, t. X, pp. 277-283 e 450-452. Visões panorâmicas da Ordem neste período têm ignorado estas disposições pontifícias e a sua possível influência no hiato de expansão e de iniciativas construtivas até morte do cardeal (os textos referidos de António Sousa Costa, José Mattoso, Saul António Gomes e Armando Alberto Martins não falam delas), embora os diplomas sejam referidos a propósito dos Regrantes por Geraldo Coelho Dias ("O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia...", *op. cit.*, pp. 29-30) e Amélia Polónia (*D. Henrique...*, *op. cit.*, pp. 90-91).

<sup>189</sup> A última fora a do mosteiro de Refoios, confirmada definitivamente cerca de um mês antes deste breve, e em posse oficiosa desde 1567, também logo antes da primeira bula, que aumentava os poderes de D. Henrique sobre os Crúzios.

<sup>190</sup> Também a autonomização do colégio da Sapiência se decide em 1572, mas nada ou pouco se faz de concreto até à chegada dos filipes, quando se escolhem terrenos em 1590 (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 128; Nelson Correia Borges, "Colégio de Santo Agostinho...", *op. cit.*, pp. 130-131; Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 51). A entrega isolada de Freixo de Baixo aos Dominicanos em 1569 (e não aos Jesuítas) não parece encaixar tão bem nesta linha explicativa, mas não só os Pregadores não deixam de ser uma das ordens referidas na bula de 1567, como é igualmente preciso lembrar que a concessão do mosteiro do Freixo é um processo que já vinha de 1551-1552 (período de influência quase decisiva de D. Catarina no governo de D. João III). Por comparação, noutra Ordem antiga em processo de renovação congregacional, D. Henrique também quererá entregar o mosteiro beneditino de Paço de Sousa à Companhia de Jesus, e o de Bustelo aos Dominicanos (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges eram uma civilização...*, *op. cit.*, pp. 169, 175 e 176).

<sup>191</sup> D. Catarina queria os castelhanos Fr. Luís de Granada ou Fr. Luís de Montoya para essa missão (ver nota 183 deste capítulo), mas será o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara a assumi-la, secundado por confrades; o padre Luís já fora mestre do pai de D. Sebastião, o príncipe D. João Manuel (Ana Isabel Carvalho Buescu, *D. João III, 1502-1557*, Rio de Mouro, Temas & Debates, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2008, p. 261; Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 89-93). O jesuíta será até simultaneamente preceptor e confessor do rei menor, a partir de 1560, com Luís de Montoya a substituí-lo num intervalo de ausência em 1566-1568 (Maria Augusta Lima Cruz, *idem*, pp. 150-151).

<sup>192</sup> Certamente um opositor às visões humanistas da reforma universitária inicial protagonizada por Fr. Brás de Braga, uma vez que o seu tio homónimo o propunha então contra o seu outro sobrinho, André de Gouveia, para o Colégio das Artes. É possível portanto que não fosse favorável a Santa Cruz. Ler, sobre ele, António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, *op. cit.*, p. 181, e Maria de Lurdes Craveiro, "O Colégio das Artes", in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, 2008, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 47.

<sup>193</sup> Respetivamente o arcebispo de Braga, D. Bartolomeu dos Mártires, o bispo de Coimbra, D. Fr. João Soares, e o bispo de Leiria, D. Fr. Gaspar do Casal (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 176-177; Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, p. 73). Note-se a escolha dominante de dominicanos e gracianos, em tempo de influência de Catarina de Áustria. Os Crúzios, interessadamente, procuram então informar-se sobre estas instituições concorrentes: pelo menos os procuradores enviados pela Congregação a Roma em 1558-1561 adquirem precisamente livros detalhando os privilégios canónicos acumulados por ambas as Ordens (Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma...*, *op. cit.*, p. 34).

os Eremitas de Santo Agostinho prosseguirá<sup>194</sup>, recrudescendo com a Restauração: os Gracianos asseguravam já o panteão dos Braganças em Vila Viçosa<sup>195</sup>, e os Jesuítas tomarão a peito a causa brigantina<sup>196</sup>, especialmente pela advocacia do Padre António Vieira, influente sob D. João IV e confessor do infante D. Pedro<sup>197</sup>.

A história da Congregação neste intervalo é por isso uma de esforço sustentado e *eficiente*, mas não de triunfo.

**8.2.3 Os agentes:** Sinal dessa eficiência e consistência interna é a constatação de que, com a ressalva *única* da reconstrução de São Vicente de Fora, a Ordem como corpo é o agente exclusivo das suas iniciativas e opções edificatórias. As decisões de construir são internas, sujeitas a estratégias institucionais, decididas em capítulos gerais, administradas segundo o orçamento coletivo congregacional<sup>198</sup> e realizadas por arquitetos locais independentes, escolhidos autonomamente. Note-se que a defesa da existência de outras exceções que não a inquestionável, da obra vicentina<sup>199</sup>, tem tradição longa na historiografia – as atribuições do desenho do colégio da Sapiência a Filipe Terzi ou da sacristia de Santa Cruz de Coimbra a Pedro Nunes Tinoco<sup>200</sup>, arquitetos da esfera régia que poderiam sujeitar as empreitadas à interferência programática e estética da Coroa, e cujo gabarito os tornaria menos dispostos a submeter-se a cumprir conceções cruzianas. São no entanto autorias, podendo remontar ambas aos impulsos de

---

<sup>194</sup> É sustentável, porém, que os Regrantes não são realmente suplantados. Note-se que os Jesuítas portugueses – e espanhóis – são desfavoráveis à União Ibérica (Amélia Polónia, *D. Henrique...*, *op. cit.*, p. 228; Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, *op. cit.*, pp. 116-118), e talvez por isso ocorra a contestação à monarquia dual na universidade de Coimbra (muito embora a de Évora, inteiramente jesuíta, permaneça neutra: Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 76-77). Recalcitrantes ou não, os Jesuítas permanecerão ao leme das universidades de Coimbra e Évora (António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 185-186), mesmo se Filipe I resiste – punitivamente? – a entregar à universidade de Coimbra os paços régios até 1597, que aquela pedia desde 1583 (Carlos Margaça Veiga, *idem*, p. 77).

Os Gracianos parecem mais claramente ter menos sucesso neste momento, apesar de patrocinarem, como os Cruzianos, devoções espanholas – como a Senhora da Penha (Carlos Margaça Veiga, *idem*, p. 84) – e de se recensear um prelado graciano, D. Fr. Aleixo de Meneses, que fora arcebispo de Goa (e governador da Índia) e o foi depois de Braga, assim como vice-rei de Portugal (1614-1615), integrando mais tarde o Conselho de Portugal em Madrid, até falecer em 1617 (Fernanda Olival, *D. Filipe II...*, *op. cit.*, pp. 200-201; ver nota 89 deste capítulo, também).

Joaquim Veríssimo Serrão acha que também a Ordem de Cister é preferida a Santa Cruz, por causa da nomeação de bernardinos como cronistas do reino (*Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, um caso de rivalidade cultural?*, *op. cit.*, pp. 100-101), mas no cotejo entre as duas Ordens, ambas famosas pelos seus sepulcros régios e *scriptoria* medievais, dar a uma cronicado e a outra o panteão (e a impressão de códigos legais) parece-me uma distribuição que está longe de flagrantemente desequilibrada.

<sup>195</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 427. O prior do convento graciano de Nossa Senhora da Penha de Lisboa tem também papel relevante nas exéquias da rainha D. Luísa de Gusmão (Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, *op. cit.*, p. 130).

<sup>196</sup> Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, pp. 193-195.

<sup>197</sup> *Idem*, pp. 184-189, Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *idem*, pp. 109-111; Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II...*, *op. cit.*, p. 232.

<sup>198</sup> Ver nota 178 deste capítulo.

<sup>199</sup> Ainda assim uma obra, como veremos mais tarde, mais sujeita a opções cruzianas do que se tem apresentado.

<sup>200</sup> Atribuições que eu próprio já aceitei (*A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, pp. 64, 78, 79 e anexos 1.2.a e 9.2.a).

engrandecimento dos cronistas, que são contestadas ou relativizadas hoje em dia<sup>201</sup>. No rol conhecido dos arquitetos ativos por esta altura em canónicas regrantes, não figura de facto nenhum autor de âmbito nacional: rastreiam-se Tomé Velho<sup>202</sup> e Manuel João<sup>203</sup> em Santa Cruz; Jerónimo Francisco<sup>204</sup> na

---

<sup>201</sup> O sempre pouco fiável Nicolau de Santa Maria indica Filipe Terzi como autor da traça do colégio da Sapiência (*op. cit.*, livro VII, cap. XXIV, p. 96), o que será muito improvável – não só não há disso nenhum registo documental, ou sequer outro testemunho (ao contrário do caso de Jerónimo Francisco), como me parece extremamente difícil de conciliar que ele tenha feito um projeto de instalação dos Estudos Gerais na Alta de Coimbra, para a Universidade, e fizesse um outro para um colégio dos contestatários Crúzios, simultaneamente e *para o mesmo sítio*, como tem explicado Maria de Lurdes Craveiro (“O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 68; *O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*, Coimbra, edição da autora, 2002, vol. I, pp. 273-264; *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 51). Estilisticamente, não repugna atribuir a Terzi o claustro da Sapiência, por cotejo com Tomar, mas há igualmente argumentos em contrário (ver nota 615 deste capítulo).

D. José de Cristo é o responsável menos suspeito da atribuição da sacristia de Santa Cruz (Teresa de Campos Coelho, *op. cit.*, p. 186), onde pode ter realmente havido *alguma* mão de Pedro Nunes Tinoco, pelo menos no lavabo (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 54). Teresa de Campos Coelho aceita Tinoco como o traçador da sacristia crendo que o cronista é fiável (e acompanhou a obra), sabendo que o arquiteto esteve em Coimbra em 1622 e noutras datas durante a obra, e convencida de que os Regrantes desejariam associar o prestígio de um profissional da Coroa ao seu mosteiro (*op. cit.*, pp. 188-191), mas reconhece que o espaço e a sua decoração são muito pouco consonantes com o que Tinoco realizou alhures (*idem*, pp. 186 e 193), relata que o prior-geral é dado nos registos como tendo imposições muito específicas sobre a configuração do projeto, e interpreta o desenho como devendo ser informado por iconografia adquirida autonomamente pelos cônegos em Itália (*idem*, pp. 193-195), o que nos deixa com elevada possibilidade de Tinoco ter tido um papel muito marginal, ou meramente oficial, como criador. A referência de D. José de Cristo e os raciocínios da autora podem também ser explicados se o mestre régio tiver sido integrado na empreitada como autor apenas do lavabo, quiçá para lhe captar o prestígio de forma inócua.

Na discussão da estratégia crúzia de contratações, Miguel Soromenho também duvida da autoria de Tinoco na sacristia (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 22-23) e da de Terzi na Sapiência (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 59), mas noutro lado defende que os Crúzios fazem gala em contratar arquitetos régios, nem que para tarefas menores, que enumera (“Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, p. 139); porém, a mesma informação/afirmação, em boa verdade, serve para sustentar que eles parecem contratá-los APENAS para tarefas menores (obtendo assim a sanção de prestígio sem haver real interferência externa), como dizia acima.

<sup>202</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 50, e *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 510-511; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 115; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 23, e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 55. **Tomé Velho** remata igreja de São Salvador de Bouças (hoje do Bom Jesus de Matosinhos), da autoria de João de Ruão, em 1576; é autor da Misericórdia de Tentúgal, em construção desde inícios de década de 1580 até 1592, onde também assegura imaginária; faz a capela de São Teotónio, no capítulo de Santa Cruz, de 1582 a 1588 (mas não a imagem ou a escultura do arco atuais); também se lhe deve a capela de Duarte de Melo na Sé Velha (1583-1584). Em 1585 aparece registado na obra do convento de Nossa Senhora do Carmo em Tentúgal, traçado por Jerónimo Francisco; faz o retábulo para a capela-mor da igreja matriz de Cantanhede de 1589 a 1590, e, entre 1599 e 1621, terá estado ligado à construção da Misericórdia de Aveiro, de Gregório Lourenço. Miguel Soromenho chega a atribuir-lhe capela dos Reis Magos do mosteiro de São Marcos, de 1574 (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 23), mas exprime dúvidas mais tarde (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 55).

<sup>203</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 54, e *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 515-519; Teresa de Campos Coelho, *op. cit.*, p. 187. A primeira referência provável a **Manuel João** é de 1586, na obra do convento de Nossa Senhora do Carmo de Tentúgal (onde se encontra, portanto, entre Jerónimo Francisco e Tomé Velho – ver nota anterior). Na viragem do século está na obra do colégio do Carmo de Coimbra, e em 1606 tem ligações à empreitada do colégio de São Bento (atr. a Baltazar Álvares). Em 1619 já aparece como arquiteto e é nomeado a 24 de Novembro mestre das obras régias da cidade de Coimbra, em substituição do há muito falecido Jerónimo Francisco; a 21 de Julho de 1623 é também escolhido pelo cabido episcopal para mestre de obras da Sé, e nesse mesmo ano, em contrato de 7 de Agosto, aparece como responsável pela direção da obra da sacristia de Santa Cruz. Morre a 24 de Março de 1628.

<sup>204</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 51, e *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 488-497; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 59. **Jerónimo Francisco** já é pedreiro em 1567 e surge como mestre das obras do colégio do Espírito Santo de Coimbra em 1569 (a que poderia ainda estar ligado em 1574); de 1569 a 1579, pelo menos, é procurador da Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra, em matérias de arquitetura e engenharia, e será mais tarde mestre de obras da cidade. É pedreiro dos paços de Coimbra em 1572 e mestre de obras dos mesmos, substituindo Diogo de Castilho, em 19 de Julho de 1575; também o pode ter substituído na direção da obra do colégio do Carmo, c. 1574. A partir da década de 80 já aparece em documentos como mestre de obras e já dirige estaleiros e aprendizes de pedraria. Em 1580 constrói a ponte de Serpins, e em 1585 está em Tentúgal, para desenhar convento de Nossa Senhora do Carmo (em que será sucedido por Tomé Velho, que terá alterado projeto). De 1589 a 1605 será o projeto não realizado para Misericórdia de Coimbra, de que era membro; em 1592 dirige a reformulação de fonte do Sansão e talvez tenha participado da renovação do paço episcopal por D. Afonso de Castelo Branco. Deu traças (embora seja discutido de que natureza) para o colégio da Sapiência. Em 1593 conduz obras nesse colégio e na sacristia e capela-mor da igreja de Ansião (nas partes do templo sob tutela do mosteiro de Santa Cruz), e em 1594 faz trabalhos em casa do Largo Feira, para a Universidade, de que é mestre de obras titular até c. 1605 (ano em que se nomeia substituto). De 1595 são duas obras para Montemor-o-Velho: a igreja de Santa Olaia e a capela da Quinta da Aboboreira (ou quinta da Fôja, de propriedade do mosteiro de Santa Cruz). Terá falecido entre 1598 e 1605.

Sapiência; Francisco Velásquez e Gonçalo Vaz em Grijó<sup>205</sup>; João Lopes-o-Moço<sup>206</sup> e Jerónimo Luís<sup>207</sup> no Pilar, e Gregório Lourenço em Moreira<sup>208</sup>. É também interessante que alguns destes mestres tenham tido laços com os agentes principais da criação do anterior discurso renascentista de Santa Cruz, Diogo de Castilho e João de Ruão, o que os faria conhecedores desse discurso<sup>209</sup>: Tomé Velho trabalhou a partir de 1576 na igreja de São Salvador de Bouças, em Matosinhos, projeto de Ruão<sup>210</sup>; Jerónimo Francisco terá feito a aprendizagem com Castilho e ter-lhe sucedido em várias responsabilidades<sup>211</sup>, e Jerónimo Luís continuou o trabalho de Ruão na Serra do Pilar<sup>212</sup>.

Aliás, quanto a outras contribuições régias para este processo, só se sabe que para a renovação de

---

<sup>205</sup> Como veremos mais adiante. **Gonçalo Vaz** (act. 1581-1620, e talvez até 1632): referido como mestre de pedraria em 1581, é mestre de obras de Grijó desde 1581 ou 1582, e pelo menos até 1601 (dele serão pelo menos claustro e casa capitular; Vítor Manuel Serrão acha-o mesmo autor do projeto geral). Em 1604 faz o chafariz das Congostas no largo portuense de São Domingos (que agora está frente à igreja da Trindade); participa na construção do mosteiro de São Bento da Vitória e do de São João Novo, por 1606, e pode ter dirigido a obra do colégio de São Lourenço, c. 1616. Talvez tenha trabalhado na construção da Misericórdia de Penafiel, por 1622. Ler: Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1574-1636*, dissertação de mestrado, Lisboa, edição do autor, 1988, pp. 73-76; Miguel Soromenho, "A arquitectura do ciclo filipino", *op. cit.*, p. 48; Carlos Ruão, "A edificação da dupla-rotunda do mosteiro de Santo Agostinho", in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, Setembro de 1998, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 37; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 200; José Ferrão Afonso, "A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra: *consuetudo, sprezzatura* e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI", in AAVV, *II Congresso Histórico de Amarante: Actas*, vol. II, t. 1, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2009, pp. 226-227, 236, e "Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias do Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana (1534-1622)", in AAVV, *Actas das II Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias: As Misericórdias Quinhentistas*, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 146-151. **Francisco Velásquez**, originário de Valhadolid e com obra na região de Toro, é em 1560 empreiteiro na obra da Sé de Miranda do Douro; de 1572 é o projeto do mosteiro de Grijó. Morre em 1576 e é enterrado na catedral de Miranda. Ler: Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vol. III, p. 170; George Kubler, *op. cit.*, p. 69; Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, pp. 72-73, Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, p. 200.

<sup>206</sup> José Ferrão Afonso, "A herança do *muratore*...", *op. cit.*, pp. 205-206 e 211-212; Susana Matos Abreu, "A formação dos artistas na difusão das formas e a recepção da sua arte pelo meio sócio-cultural do século XVI: notas metodológicas", in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (cord.), *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*, Porto, CEPESE, 2008, pp. 240-243; Miguel Soromenho, "Classicismo, italianismo e «estilo chão»...", *op. cit.*, p. 29; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 583. **João Lopes-o-Moço** (1530-act. até 1595), filho de João Lopes-o-Velho, patriarca da dinastia dos Lopes, e seu principal continuador a partir de 1560 (em criança, com ele terá habitado no Porto na década de 1530 e conhecido obras de D. Miguel da Silva, onde pai trabalhou). O seu trabalho tem um raio de ação largo, embora no Entre-Douro-e-Minho: colabora na obra de São Domingos de Viana, na década de 1560, e na colegiada (hoje Sé) de Viana em 1563-1564 (nomeadamente na capela do Santíssimo Sacramento); em 1573 faz a torre da matriz de Vila do Conde, e nas décadas de 70 e 80 terá estado com Jerónimo Luís na Serra do Pilar (pelo menos em Outubro-Dezembro de 1573, entre 1577-1578, e em 1582); Carlos Ruão acha porém que as referências documentais serão de outro "João Lopes", pedreiro local ("A edificação da dupla-rotunda...", *op. cit.*, p. 35). Talvez trabalhe na Misericórdia de Viana em 1585-1594 (no hospital do conjunto).

<sup>207</sup> Ler José Ferrão Afonso ("A herança do *muratore*...", *op. cit.*, pp. 187, 212, 224; "Regressando a Alberti...", *op. cit.*, pp. 144-145; "Manuel Luís, um mestre pedreiro quinhentista entre o Porto, Amarante e Braga", in AAVV, *Amarante Congresso Histórico 98: Actas*, vol. III, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2000, pp. 13-14) e Carlos Ruão ("A edificação da dupla-rotunda...", *op. cit.*, p. 35). **Jerónimo Luís** dirige a obra do mosteiro da Serra do Pilar entre 1577 e 1583 (onde remata o claustro), e está em Pombeiro c. 1600 (onde terá introduzido a galilé e as duas torres). Em 1602, ainda trabalhando em Pombeiro, acompanha Manuel Luís em vistoria à obra da Misericórdia de Guimarães, com ele sugerindo alterações à fachada que se erigia. Pela sua presença na região e pelas semelhanças de desenho, José Ferrão Afonso também sugere a sua autoria para pelo menos a fachada ocidental da igreja de Landim, e considera serem da mesma época as renovações da capela-mor e nave lateral – José Ferrão Afonso e Gonçalo Vasconcelos de Sousa, "Arquitetura", in OLIVEIRA, Marlene Teixeira de Castro (cord.), *IV Festival Internacional de Polifonia Portuguesa*, Vila Nova de Famalicão, Fundação Cupertino de Miranda, 2014, p. 71.

<sup>208</sup> Ler José Ferrão Afonso ("A herança do *muratore*...", *op. cit.*, p. 226, nota 154, e "Regressando a Alberti...", *op. cit.*, pp. 140-142), Miguel Soromenho ("A arquitectura do ciclo filipino", *op. cit.*, p. 48) e Carlos Ruão ("A edificação da dupla-rotunda...", *op. cit.*, p. 37). **Gregório Lourenço** (act. 1576-1629): c. 1593 tem a cargo projeto de Moreira da Maia; em 1599 trabalha na Misericórdia de Vila do Conde, e é o autor da Misericórdia de Aveiro, em 1600.

<sup>209</sup> Como nota Miguel Soromenho ("A arquitectura do ciclo filipino", *op. cit.*, p. 55).

<sup>210</sup> Ver nota 202 deste capítulo.

<sup>211</sup> Ver nota 204 deste capítulo.

<sup>212</sup> José Ferrão Afonso, "A herança do *muratore*...", *op. cit.*, p. 187; João de Ruão teria tido uma relação próxima com um possível familiar de Jerónimo, Manuel Luís.

Moreira da Maia houve uma provisão de D. Filipe I, de 22 de Fevereiro de 1591, que financiava o fornecimento de mão de obra e materiais de construção<sup>213</sup>; tal subsídio destina-se no entanto a apoiar financeiramente uma empreitada já começada, e em nada indica uma intromissão na sua definição. Claro que, internamente ao mecanismo coletivo de produção arquitetónica, existiram impulsos individuais. Haverá voluntarismos, em maior ou menos grau, de priores – como D. Jorge, prior trienal do mesmo São Salvador de Moreira, que toma a iniciativa de reconstruir o mosteiro, mas que a sujeita aos canais da Ordem, aprovando-a em capítulo conventual, a 25 de Julho de 1584, e que a poderá ter levado ao capítulo-geral de 1587<sup>214</sup>. Da mesma forma, o prior-geral D. Pedro da Assunção, concentra nos seus priorados grandes campanhas edificatórias em Santa Cruz de Coimbra, mais que os seus homólogos contemporâneos, e já tinha sido o ímpeto por trás da reconstrução de Grijó (e talvez outras, como se verá)<sup>215</sup>. Noutro exemplo de outro prior-geral, igualmente com obra relevante em Santa Cruz, D. Miguel de Santo Agostinho<sup>216</sup>, o seu empenho relativamente à edificação de um novo mosteiro regrante, que será São Teotónio de Viana do Castelo, poderá denunciar igualmente um certo grau de investimento pessoal: ele conduz (sendo reeleito várias vezes<sup>217</sup>) tanto as diligências iniciais da fundação e implantação, como a inauguração solene da Casa (incompleta), providenciando a transferência duma relíquia do braço do seu santo tutelar, em 1642, e contribuindo igualmente para a biblioteca da nova canónica; ainda assim, as decisões sobre São Teotónio são sancionadas nos capítulos gerais de 1624, 1627 e 1630, e a primeira pedra é colocada por um outro Geral da congregação, D. Jerónimo da Cruz<sup>218</sup>. Assim, é sempre de lamentar que não conheçamos grandes indicações biográficas sobre estes indivíduos, mas é aceitável

---

<sup>213</sup> José Vieira de Carvalho, *O mosteiro de S. Salvador de Moreira...*, *op. cit.*, pp. 63-64.

<sup>214</sup> Que o início da empreitada só ocorra em 1588 pode indicar que o projeto definitivo tenha sido entretanto aprovado centralmente; a posterior anexação do mosteiro da Junqueira ao de Moreira, no 26.º capítulo-geral, em 1612, por 12 anos, mais fala da interdependência no interior da Congregação e da fiscalização institucional dos processos individuais. As obras decorrem oficialmente até 1622, mas prolongam-se durante o século XVII. Cf. Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXVII, p. 404; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 2; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. I, p. 321; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. V, p. 545; José Vieira de Carvalho, *O mosteiro de S. Salvador de Moreira...*, *op. cit.*, pp. 33 e 64-65; Geraldo J. A. Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia...”, *op. cit.*, pp. 35 e 37-38; José Marques, “Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante”, in MELO, António Mendes (coord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, *op. cit.*, p. 16 e 23 (ver nota 219 deste capítulo, também).

<sup>215</sup> De quem já falámos, como o prior pró-espanhol (ver nota 136 deste capítulo): **D. Pedro da Assunção** era natural de Almada, filho de João Figueira e Maria da Costa, pessoas gradas daquela vila; tomou o hábito em São Vicente de Fora e estudou em Santa Cruz, antes de ser prior de Grijó (1572-1575) e prior-geral da Congregação várias vezes, sendo a primeira em 1575 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXII, XXIV, XXVI e XXXI, pp. 358-359, 367, 368-369 e 387).

<sup>216</sup> Nascido em Évora, **D. Miguel de Santo Agostinho** era filho natural de Diogo Peçanha Falcão, cidadão influente. Tomou hábito em São Vicente de Fora, em 22 de Julho de 1577, e foi para Santa Cruz iniciar os seus estudos, que não concluiu, sendo nomeado entretanto prior de Refoios do Lima; foi a Roma como procurador da Congregação por volta de 1605 (ver nota 152 deste capítulo), e também ele era aparentemente bem relacionado politicamente, gozando da confiança do vice-rei D. Cristóvão de Moura (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXVI, pp. 399-401).

<sup>217</sup> Nos triênios de 1609-1612, 1618-1621, 1627-1630 e 1639-1642 (*idem*, livro X, cap. XXXVI, p. 399, cap. XXXIX, pp. 406-407, cap. XLII, pp. 410-411, e cap. XLV, pp. 416-417).

<sup>218</sup> *Idem*, livro VI, cap. XVI, pp. 343-345; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 2, 4-5, 10, 12, 14 e 20; António Carvalho da Costa, *op. cit.*, t. I, p. 169; Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. X, p. 404; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os crúzios de Viana do Castelo e sua expressão artística”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. V-VI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006-2007, pp. 468-471 e 481.

considerar que o impacto das suas personalidades no discurso arquitetónico canonical terá sido filtrado pelo espírito e procedimentos coletivos da Congregação de Santa Cruz<sup>219</sup>.

Sobre a Ordem, a partir do que vimos no tópico anterior, é possível identificar rapidamente os eixos principais dos seus contactos internacionais, e, por conseguinte, da sua mundivisão aplicável à arquitetura: a Roma papal e a Espanha dos Áustrias. As frequentes deslocações à Cúria implicaram, como sabemos pelo itinerário registado em 1558-1561, a passagem noutros centros urbanos relevantes; parece digno de nota que escolham uma rota de regresso que é mais longa para tocar em Veneza, assim como o facto de Milão ser etapa da ida e do regresso; Bolonha, Florença e Pádua também servem de escala<sup>220</sup>. O mesmo percurso, naturalmente, implica a travessia de Espanha (referenciando-se Valhadolid, Saragoça e Salamanca<sup>221</sup>), mas a União Ibérica há de ter por si só forçado os Regrantes a ter em atenção e mesmo a deslocar-se, em demandas junto dos três Filipes, a Madrid e ao Escorial, e a Valhadolid (capital entre 1601 e 1606)<sup>222</sup>. As referências na livraria de Santa Cruz a obras tardo-quincentistas e seiscentistas – particularmente as da órbita da arquitetura – confirmam estas asserções, reunindo várias obras publicadas em Roma e Veneza, e pelo menos uma em Bolonha e outra em Madrid; em menor grau, o catálogo bibliográfico inclui edições flamengas<sup>223</sup>.

Registe-se que estes vetores de contacto exterior flutuam com o tempo: Espanha, mesmo que nunca tenha estado muito longe da consciência portuguesa, há de se ter naturalmente agigantado como referencial durante a terceira dinastia, e, pelo contrário, ter sido praticamente excluída após 1640; Itália,

---

<sup>219</sup> Mencionem-se outros priores “edificadores” que não realço tanto: **D. Paulo de Santo Agostinho**, aparece como prior de São Jorge em 1627-1630, onde fecha a sobreclaustra(?) do mosteiro; em 1630-1633 é prior de São Teotónio de Viana (isto é, na fase de construção da canónica). É prior de Moreira da Maia em 1633-1636 (e ali edifica a fonte e dois lanços do sobreclaustra) e prior-geral de Santa Cruz em 1636-1639, continuando nesse triénio a construção da nova enfermaria com a colocação da varanda da fachada, e retirando a vegetação ao claustro do Silêncio, que faz lajear (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLV, pp. 414-415v; sobre este prior, ver notas 172, 222, 645 e 697 deste capítulo); **D. Leonardo de Santo Agostinho** foi prior de Santo Agostinho da Serra em 1627-1630 (onde faz construir a Brévia); é reitor do colégio da Sapiência em 1636-1644 (presidindo portanto ao fim das obras de construção do complexo), sendo em 1644-1647 prior-geral (investindo na ampliação da Brévia de Almiara, em Verride). No triénio de 1650-1653 é eleito prior de São Vicente de Fora, e no de 1653-1656 outra vez prior-geral, finalizando em Coimbra a enfermaria, fazendo obras na Casa dos Priores do mosteiro de São Jorge e na Casa do Igo, em Braga (*idem*, livro X, caps. XLVII e L, pp. 418-422 e 425-427; ver notas 156 e 645 deste capítulo, também). D. Paulo e D. Leonardo são ambos resolutos construtores, mas fazem predominantemente alterações pontuais, continuam obras anteriores ou impulsionam obras não especificamente cenobíticas (em anexos e casas brévias).

Deverá haver naturalmente também contribuições externas individualizadas pontualmente, levando à contratação de certos profissionais ou adoção de certos traços arquitetónicos, advindas de contactos pessoais e regionais, como veremos adiante para Grijó, onde é possível ter havido influências de D. Julião de Alva ou da arquitetura de São Domingos de Viana, por via de Fr. Bartolomeu dos Mártires e através de São Carlos Borromeu (e mesmo influxos espanhóis e flamengos politicamente motivados), mas acredito que os programas conceptuais hão de ter sido maioritariamente de origem interna institucional.

<sup>220</sup> Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma...*, *op. cit.*, pp. 8-9, 11-12 e 53-55.

<sup>221</sup> *Idem*, pp. 8 e 55.

<sup>222</sup> Sabe-se pelo menos que prior-geral D. Cristóvão de Cristo foi a Madrid em 1593, agradecer a Filipe I a sua intercessão na iminente concessão papal da união de 10 mosteiros à Congregação (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VII, cap. XIX, p. 76), assim como prior-geral D. Lourenço Soares foi em 1605 a Valhadolid pedir intervenção de Filipe II em diferendos com o bispo de Coimbra (*idem*, livro X, cap. XXXIII, p. 394; sobre este caso, ver nota 152 deste capítulo), e que o prior-geral D. Paulo de Santo Agostinho vai a Madrid em 1639 (*idem*, livro X, cap. XLIV, p. 414; sobre este prior, ver notas 172, 219, 645 e 697 deste capítulo).

<sup>223</sup> Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A livraria do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, pp. 87-89, 91-92 e 94-95. Voltaremos a este catálogo ao falar dos arquétipos de discurso arquitetónico.

com a interrupção de relações entre o Reino e a Santa Sé, da Restauração até 1669, terá estado mais distante, e, no que toca aos Crúzios, pode nunca ter voltado a ser destino de deslocações tão frequentes, com a canalização de diligências para a nunciatura, como vimos. Assim, Santa Cruz ter-se-á encontrado menos exposta à arquitetura internacional desde o alçamento de D. João IV.

Falta, de qualquer maneira, introduzir neste mapa a contribuição do grupo de agentes externos à Congregação que teve um papel preponderante na obra incontornável de São Vicente de Fora, e, através dela, no direcionamento do discurso crúzio em arquitetura: Filipe I de Portugal, Juan de Herrera, Filipe Terzi e Baltazar Álvares.

Como quando discutimos D. João III, é preciso afastarmo-nos do mito do “rei-arquiteto”<sup>224</sup>. Certamente que, como D. João III, Filipe se interessa pela arquitetura – além do mais, a conversão renascentista da arquitetura numa ciência erudita tornara-a indispensável numa formação cuidada – e que, como ele, perceberá o seu papel na construção de uma imagem, na expressão de uma postura; mas ainda mais do que ele, como homem da burocracia e do protocolo, tenderá para a regulamentação da sua produção e para a regularização do seu perfil<sup>225</sup>. O lado de “verniz cultural” de que esse tema tinha, e o prestígio transversal que a linguagem clássica adquirira em toda a Europa (mesmo em territórios com fortes persistências medievais), e obviamente, de forma acrescida em Itália, então na órbita de poder dos Habsburgo e centro referencial do catolicismo, hão de lhe ter feito aparecer o classicismo como inquestionável, e indispensável para afirmação do seu estatuto. De qualquer maneira, o registo das suas experiências diretas e as manifestações das suas preferências pessoais não privilegiam particularmente a arquitetura de matriz italiana. Filipe (1527-1598) esteve fora da Península Ibérica por duas vezes, em duas viagens europeias prolongadas, ambas bastante anteriores à sua acessão ao trono português: uma, ainda infante, quando chamado à Flandres por seu pai, Carlos V, entre 1548 e 1551, e uma segunda, entre 1554 e 1559, iniciada para realizar os seus esponsais com Maria Tudor de Inglaterra, e que incluirá estadas prolongadas nos Países Baixos<sup>226</sup>. Na primeira jornada, pensada pelo imperador como uma apresentação do filho como candidato ao trono do Sacro Império, o jovem Habsburgo percorreu as possessões dinásticas: saiu de Barcelona por mar em Outubro, desembarcou em Génova, visitou Milão (de que era duque) e Mântua, e entrou em território imperial por Trento, no início de 1549, seguindo

---

<sup>224</sup> Cf. Domingos Tavares, *Juan de Herrera – disciplina na arquitectura*, Porto, Dafne Editora, 2005, pp. 12-13.

<sup>225</sup> Na sequência de organização do setor já iniciada por Carlos V, desde 1537 – passará assim a haver um arquiteto régio que centraliza as decisões edificatórias da Coroa, e estabelecer-se-ão mecanismos de formação de arquitetos. Ambas as coisas também levam à fixação de uma imagem de marca muito definida. Cf. Domingos Tavares, *idem*, pp. 18 e 28, e Vitor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 202-203.

<sup>226</sup> Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I, op. cit.*, pp. 294-295; Francisco Javier Pizarro Gómez, *Arte y espectáculo en los viajes de Felipe II (1542-1592)*, Madrid, Ediciones Encuentro, 1999, pp. 9-12.



para Norte por Innsbruck, Munique, Augsburg, Ulm, Heidelberg e Espira, até Bruxelas; daí fez com o pai um périplo flamengo, antes de se deslocarem à Dieta de Augsburg em 1550 (onde se gorará o propósito de sucessão de Carlos V). Na segunda saiu da Corunha para Inglaterra em 1554, casou com a rainha inglesa em Winchester e residiu em Hampton Court, perto de Londres; em 1555, no entanto, já se encontra em Bruxelas, onde o seu pai abdica nele, primeiro da coroa dos Países Baixos, e no ano seguinte da de Espanha e domínios anexos; voltará às ilhas britânicas em 1547, mas estará de novo na Flandres logo no ano seguinte, para as exéquias fúnebres de Carlos V e para conduzir a guerra com Henrique II de França, na qual triunfará em 1559, regressando então a Espanha. É fácil apurar destes roteiros que o território que percorreu mais longa e profundamente foi o dos Países Baixos, e do predomínio geral de regiões de fraca implantação de uma cultura arquitetónica clássica (que não em arquitetura móvel, nomeadamente a efémera, que marcou as suas entradas solenes nas cidades percorridas, cujos dispositivos decorativos aparecem na arquitetura ibérica de então<sup>227</sup>). Em boa verdade, destes oito anos de viagens, só esteve uns meses em apenas três cidades italianas, nenhuma delas particularmente dominada por espaços urbanos ou edifícios de tradição renascentista: em Génova, a Strada Nuova só é projetada após a sua estada (c. 1549-1551) e concluída em finais do século<sup>228</sup>; em Milão, as obras bramantinas da cabeceira de Santa Maria delle Grazie e dos claustros da basílica de Santo Ambrósio estavam integradas em edifícios medievais que se impunham ao observador, e do complexo monástico de Santo Ambrósio (cuja conformação em organismo de pátios múltiplos suporta comparações com o Escorial) apenas um dos claustros, o Jónico, estaria levantado<sup>229</sup>; a pequena igreja, igualmente de Donato Bramante, de Santa Maria presso San Satiro, em todo o seu engenho projetual, é um edifício exteriormente insignificante e dificilmente um modelo para uma arquitetura “imperial”, escala à qual mais facilmente corresponderiam as moles eclesiais, monásticas, palaciais e castrenses que visitou na Alemanha e na Flandres, e que conhecia em Espanha. Ainda assim, a passagem por Mântua pode ser mais relevante. Por um lado, a presença de duas igrejas de projeto albertiano, mesmo que inacabadas, pode ter atraído a atenção do príncipe, e terem-no marcado quer a forma compacta, cúbica, parietal e severa, de San Sebastiano, quer a escala de San Andrea e as soluções aí utilizadas, tanto no exonártex autónomo, em formato de arco triunfal, como na síntese entre uma seção basilical, e uma nave única com capelas laterais<sup>230</sup>. Acima de tudo, no entanto, sabemos que o furiosamente maneirista Palazzo Te,

---

<sup>227</sup> Francisco Javier Pizarro Gómez, *idem*, pp. 59-61.

<sup>228</sup> Enrico Guidoni e Angela Marino, *Historia del Urbanismo - el siglo XVI*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1985, pp. 534-535.

<sup>229</sup> Domingos Tavares, *Donato Bramante – arquitectura da ilusão*, Porto, Dafne Editora, 2007, pp. 78-79 e 82-85.

<sup>230</sup> Já o atual formato, cruciforme e cupulado, de San Andrea é que não existiria, pelo menos não construído. Ler: Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, p. 124; António Nunes Pereira, “1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, *in* SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, *op. cit.*, pp. 122-123.

de Giulio Romano, o impressionou<sup>231</sup>. Será discutível até que ponto as licenciosidades linguísticas do palácio terão sido compreendidas por Filipe, mas há originalidades genéricas no edifício que não pode deixar de ter captado – a massa horizontal, quadrada, isolada em campo aberto<sup>232</sup>, quase castrense, até pela robustez das fachadas, com poucas aberturas, rusticamente texturadas e sobre-estruturadas (na sobreposição de suportes, pilastras, arquitraves, mísulas, lintéis, arcos ciclópicos)<sup>233</sup>.<sup>[fig.03]</sup>

Para Espanha, dos seus itinerários europeus, sabe-se afinal que Filipe trouxe o gosto por alguns elementos muito específicos: os telhados em ardósia de grande pendente e o ajardinamento flamengo e inglês, em grandes perspetivas, com alinhamentos de árvores (que não correspondia nem ao jardim meridional ibérico, nem ao jardim à italiana)<sup>234</sup>. Filipe, em arquitetura, aderiria a uma matriz clássica e à grande escala de volumetria destacada, por afirmação de prestígio e estatuto; tenderia para a ordem e a austeridade por ilação retórica, quer de moral religiosa quer de conceito de soberania, e inclinar-se-ia, por gosto próprio, para uma expressividade das coberturas e um tratamento paisagístico em que o edifício aparece isolado numa natureza cuidada, mas relativamente pouco artificializada para os padrões da época.

Quem moldou um discurso definido dentro dessas preferências gerais, foi, no entanto, Juan de Herrera. Nascido na Cantábria em 1530, era descendente de pequena nobreza, mas com um pai que era filho segundo (logo desapossado da herança familiar) e que se sustentava com uma oficina de ferreiro, arte que Juan pode ter aprendido, e pela qual virá a demonstrar interesse mais tarde. Por 1547 está em Valhadolid, prosseguindo a sua dignificação pela carreira militar e pela proximidade à corte, o que consegue integrando a casa do príncipe Filipe. Nada indica que tenha feito estudos formais, e para o seu aprofundamento não teria tido tempo, já que em 1548 já segue no séquito do seu senhor, na viagem de que falámos acima, e à qual – sendo ele como Filipe ambos observadores não especializados (e ele quiçá menos ainda) – eu aplicaria os mesmos comentários<sup>235</sup>. Regressado a Espanha em 1551, estará de volta ao Noroeste italiano em 1553 donde irá para a Flandres, lutando na guerra entre Henrique II de França e Carlos V. Acompanhará o imperador no exílio até Yuste, em 1556, e aí entabulará uma relação com Juanelo Turriano, relojoeiro, matemático e engenheiro, com quem terá outras colaborações futuras. Após a morte de Carlos V, em 1558, será reintegrado no serviço de Filipe, que não mais abandonará. Em Madrid, no início da década de 60, ilustrará para o erudito Honorato Juan a edição das obras de

---

<sup>231</sup> Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, p. 34.

<sup>232</sup> Lembremos que a exedra e a maior parte dos anexos que encontramos hoje no palácio são posteriores (Domingos Tavares, *Giulio Romano – a terceira maneira*, Porto, Dafne Editora, 2012, p. 92).

<sup>233</sup> Domingos Tavares, *idem*, pp. 79-80 e seguintes.

<sup>234</sup> Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 30, 75-76 e 83-85.

<sup>235</sup> Uma realidade muito distante, portanto, das descrições de Vítor Manuel Serrão de uma “requintada educação erasmista e neovitruviana” para Herrera, ou da qualificação de “périplo italiano”, para o troço cisalpino da viagem que faz com Filipe (*op. cit.*, pp. 202 e 203).

astronomia de Afonso X, aproximando-se pela primeira vez do desenho, e em 1563 (por confiança do rei? pelo seu sentido de disciplina? pelo seu saber prático já combinado com alguma formação técnica e geométrica?) é nomeado ajudante de Juan Bautista de Toledo no estaleiro de São Lourenço do Escorial, onde se preocupou com a gestão e maquinaria de obra e se ocupou dos desenhos de trabalho, e no contexto do qual se foi aproximando da tratadística, talvez com ajuda de Arias Montano, o bibliotecário do mosteiro; por 1567 já o rei o denominava informalmente como arquiteto. Juan Bautista morre nesse ano, Filipe recorre cada vez mais aos conselhos e à gestão de Herrera para várias obras no reino e em 1572 este passa a ter autoridade efetiva sobre todas as obras da Coroa, sendo oficialmente o “arquiteto do rei” em 1579. Acompanhando Filipe I na sua estada em Portugal, terá mão sua a transferência da Academia de Matemática, que protegeu em Madrid, promovendo o ensino da arquitetura, que aquela incluía, e estendendo a sua marca das obras executadas à formação de futuros profissionais<sup>236</sup>.

Como tal, com um saber que começou por ser técnico e pragmático, e que evoluiu depois para mecânico-científico e finalmente incorporou a erudição, chegando à arquitetura indo da prática ao desenho, e só depois à teoria disciplinar, Herrera é um arquiteto que foi antes funcionário, gestor, engenheiro, geómetra, e cuja abordagem linguística parece afinal tratadística e esquemática, mais lógica rígida aprendida que dialeto interiorizado, como aliás o enquadramento das suas viagens demonstra.

Com outro funcionário pragmático nos deparamos ao falar de Filipe/*Filippo* Terzi (1520-1597). Nascido em Bolonha, toda a sua formação decorreu em Pesaro, onde se iniciou também a sua atividade como construtor. Chegado a Portugal, via Roma, em 1577, acompanhou D. Sebastião na expedição fatal a Marrocos do ano seguinte, provavelmente como engenheiro militar que era. Feito prisioneiro em Alcácer-Quibir, diz do seu poder de iniciativa que se tenha evadido por meios próprios e que, ao reaparecer em Ceuta, tenha espontaneamente procedido a uma avaliação das estruturas de defesa da cidade, desenhando-lhe melhoramentos, que entregará ao novo rei, o cardeal D. Henrique. O reconhecimento dessas qualidades ajudará a explicar que Filipe I o capte imediatamente para os seus serviços, em 1580, e faça dele o responsável *de facto* das suas obras em Portugal, embora só o nomeando arquiteto-mor formalmente em 1590<sup>237</sup>; tinha, entretanto, acumulado o cargo de mestre de obras das Ordens militares. Embora nado, criado e profissionalizado em Itália, nada do que conhecemos de seguramente atribuível

---

<sup>236</sup> Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 33-48; Vítor Manuel Serrão, *op. cit.*, pp. 202-203.

<sup>237</sup> Mantendo António Rodrigues nominalmente no cargo até ao seu falecimento (Domingos Tavares, *António Rodrigues – renascimento em Portugal*, Porto, Dafne Editora, 2007, pp. 39-40).

a Filipe Terzi dá a entender uma absorção de uma linguagem clássica sofisticada<sup>238</sup>; tendo trabalhado muito em Portugal, a maior parte da sua obra é do domínio da arquitetura militar e da engenharia (hidráulica, de pontes), e o que reporta à arquitetura paçã e religiosa é mais escasso, e divide-se entre remates de obras pré-desenhadas (Tomar), intervenções pontuais (?) e projetos partilhados, integrando uma estrutura de produção (como será o caso da renovação filipina do Paço da Ribeira)<sup>239</sup>.

Em Baltazar Álvares (1560-1624), enfim, se deparamos com mais um infatigável arquiteto régio, a sua formação e inclinações distinguem-se das figuras anteriores. De origem portuguesa e de primeira formação nacional, provavelmente prática e em contexto familiar (seria sobrinho de um dos grandes representantes da Arquitetura Chã, Afonso Álvares), Baltazar poderá ter estado em Itália entre 1575 e 1578 (e portanto já com sensibilidade e experiência no campo da arquitetura). As primeiras atribuições que se lhe podem fazer como projetista são a traça inicial para o colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo, em Lisboa, a pedido do cardeal D. Henrique (1579), e possivelmente uma participação na do colégio conimbricense de São Bento, não muito depois de 1576. Tendo herdado em 1580 o cargo de Mestre de Obras da Comarca do Alentejo por morte do seu tio (em 1578), e sido nomeado em 1581 Mestre dos Paços de Santarém, Almeirim e Salvaterra, assim como do Mosteiro da Batalha, é como arquiteto régio já com cargos importantes, com obra feita e com uma cultura, se não erudita, pelo menos aberta à realidade internacional, que o encontramos em São Vicente de Fora. Acrescente-se também um apontamento de carácter, tão raramente disponível para estas personagens: há razões para crer que Baltazar Álvares era não só taciturno (o “*mozuelo triste*” de que falava o duque de Alba em 1580), como de feitio difícil e combativo, como se vê pelo conflito que entreteve com os cônegos cruzios<sup>240</sup>.

### 8.3 | A língua arquitetónica entre os séculos XVI e XVII

**8.3.1 A arquitetura maneirista:** O Maneirismo é, na História da Arte, provavelmente a categoria analítica mais recente a ganhar corpo. Mesmo que resultando, em denominação e essência, da

---

<sup>238</sup> A começar pelas suas obras italianas: o reordenamento integral do centro urbano e das fortificações de Barchi, em pleno florescimento da cultura arquitetónica pesarense sob o mecenato requintado dos della Rovere, sendo testemunho da sua capacidade técnica e de realização, seguramente não o é de elegâncias de volumetria ou linguagem. É talvez característico dos pontos fortes de Terzi que a modelação da estrutura defensiva da cidade seja o que mais se afirma, aquilo em que há mais cuidado formal, em todo o conjunto. Cf. com Rafael Moreira, “Arquitectura militar”, in DIAS, Pedro (dir.), *História da Arte em Portugal*, op. cit., p. 150.<sup>[fig.04]</sup>

<sup>239</sup> Francisco Sousa Viterbo, op. cit., vol. III, pp. 96-100; Reynaldo dos Santos, op. cit., pp. 16-18; George Kubler, op. cit., pp. 76-77; Rafael Moreira, “Arquitectura militar”, op. cit., p. 150; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, op. cit., pp. 9-10 e 32; Vitor Manuel Serrão, op. cit., p. 206; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 513-514; Amélia Polónia, *D. Henrique...*, op. cit., p. 197; Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal 1542-1759: arte, culto, vida quotidiana*, Porto, edição do autor, 2014, p. 334.

<sup>240</sup> Francisco Sousa Viterbo, op. cit., vol. I, p. 15; George Kubler, op. cit., pp. 83-85, 131; Rafael Moreira, *idem*, p. 150; Miguel Soromenho, *idem*, pp. 15-21, e “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, op. cit., pp. 133-137 e nota 19, p. 151; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, vol. I, pp. 527-530; Fausto Sanches Martins, *idem*, pp. 317-319.

constatação feita em meados de Quinhentos por Giorgio Vasari, numa mudança de modo artístico post-bramantina – uma *terza maniera* caracterizada pelo individualismo e inventividade – o autor das *Vite* viu este desenvolvimento como parte integrante do Renascimento, de que seria mesmo o apogeu<sup>241</sup>. Por outro lado, as obras dos artistas e arquitetos que parecem definir um espírito maneirista foram acolhidas com críticas logo no século XVI (como as dirigidas a Serlio e Pontormo<sup>242</sup>, ou mesmo Miguel Ângelo<sup>243</sup>), sendo algumas das censuras ao perfil dessas manifestações feitas por autores que teríamos de considerar igualmente como protagonistas desse período (como Philibert Delorme<sup>244</sup>, Andrea Palladio<sup>245</sup> ou Inigo Jones<sup>246</sup>). A condenação do que era visto como excessos gratuitos pontuais, *amaneiramentos*, só cresceu com a centúria seguinte, na pena de Teofilo Gallacini e especialmente de Giovanni Pietro Bellori, que marcaram a visão sobre certos artistas quinhentistas, vistos como frívolos e excessivos<sup>247</sup>. Assim, chegados aos finais do século XIX, era ainda possível a Heinrich Wölfflin (em *Renaissance und Barock*, de 1888) explicar genericamente o desenvolvimento estilístico como indo da Renascença ao Barroco, diretamente, através da obra de Miguel Ângelo<sup>248</sup>.

Será preciso esperar pelas décadas de vinte a quarenta do século XX para que a emergência de um conceito estruturado e positivo de Maneirismo se consolidasse. Entre Walter Friedländer e Anthony Blunt, passando por Max Dvorak, Rudolf Wittkower, Erwin Panofsky, e Nikolaus Pevsner, o Maneirismo incorpora uma reavaliação da identidade artística autónoma que é sensível em quase todo o século XVI e parte do seguinte. A sua caracterização varia (é notoriamente mais restrita em Dvorak e Panofsky), mas é interessante que logo com Friedländer o seu eixo de definição seja a quebra do classicismo num contexto de crise, e que se inclua no movimento dinâmicas opostas – um Maneirismo mais transgressor e um posterior Anti-Maneirismo, reagindo ao primeiro. A valorização desta entidade estilística atinge o seu ponto máximo com Arnold Hauser, que quer ver nele um período revolucionário que prefigura a arte moderna (*Der Manierismus. Die Krise der Renaissance und der Ursprung der modernen Kunst*, de 1964)<sup>249</sup>.

Mas o final dos anos de 1960 marca também o refluxo dessa aceitação crescente, por autores como

---

<sup>241</sup> Giorgio Vasari, *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori ed architetti italiani*, apud Luciano Patetta, *Storia dell'architettura - antologia critica*, 2.ª ed., Milão, Etas Libri, 1983, p. 150; cf. Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 34.

<sup>242</sup> Eugenio Battisti, "Storia del concetto di Manierismo in Architettura", apud Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 147.

<sup>243</sup> Eugenio Battisti, *idem, ibidem*, mas também Pirro Ligorio, *Trattato*, c. 1570, apud Luciano Patetta, *idem*, p. 137.

<sup>244</sup> Philibert Delorme, *Premier tome de l'Architecture*, apud Luciano Patetta, *idem*, p. 154.

<sup>245</sup> Andrea Palladio, *I Quattro Libri*, apud Luciano Patetta, *idem*, pp. 144-145, cf. Eugenio Battisti, *idem*, p. 148.

<sup>246</sup> Domingos Tavares, *Inigo Jones – classicismo inglês*, Porto, Dafne Editora, 2005, pp. 63-65 (sobre Inigo Jones como maneirista, ver nota 289, adiante).

<sup>247</sup> Eugenio Battisti, *op. cit.*, p. 148.

<sup>248</sup> Saliente-se que Heinrich Wölfflin fazia na altura a reabilitação do próprio Barroco, então igualmente vilipendiado (Luciano Anceschi, "Wölfflin e l'avvio degli studi storici sul Barocco", apud Luciano Patetta, *idem*, pp. 165-166).

<sup>249</sup> Eugenio Battisti, *op. cit.*, pp. 148-149; Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 32-35; Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *Guia de História da Arte*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 33.

Wolfgang Lotz, John Shearman e Manfredo Tafuri, que desvalorizam a rutura com o Renascimento, cuja pesquisa veem continuada pelos artistas maneiristas, e que preferem análises de continuidade mais alargada, não “espartilhada” por barreiras estilísticas<sup>250</sup>. Com essa cautela ou simplesmente apoiando-se em hábitos mais antigos, muita historiografia de arte recente, nomeadamente de raiz anglo-saxónica, elide inteiramente o Maneirismo como período<sup>251</sup>, e a literatura gaulesa dispensa-o, recorrendo normalmente a uma classificação que se aplica estritamente à França, fazendo suceder o “Classicismo”, ou o “*Grand Siècle*”, à Renascença<sup>252</sup>.

Em Portugal, uma discussão paralela ocorreu e continua a ocorrer, sobre o Maneirismo. Adotado de forma pioneira como paradigma explicativo por Jorge Henrique Pais da Silva<sup>253</sup>, desde a década de 50 do século passado (época de maior consenso crítico internacional sobre o conceito, como vimos<sup>254</sup>) até ao seu falecimento, em 1977, a visão do autor estabeleceu-se no panorama da nossa historiografia sobretudo após a publicação antológica dos seus textos em 1983<sup>255</sup>. Esse é exatamente o momento em que o Maneirismo vê surgir em Portugal o seu defensor mais acérrimo, Vítor Manuel Serrão, assim como o seu analista mais ponderado, José Eduardo Horta Correia<sup>256</sup>. Ambos dão corpo, em 1986, à síntese sobre a expressão portuguesa do período, contida no volume VII da *História da Arte em Portugal* da editora Alfa<sup>257</sup>. No entanto, outro autor emergente na década de 1980, Rafael Moreira, que contribuíra igualmente para o mesmo tomo dessa obra<sup>258</sup>, virá a encabeçar a rejeição do Maneirismo. Na *História da Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira, saída em 1995-1997, o capítulo que assina postula uma continuidade de “um século de arquitectura do Renascimento Português” entre D. João II e a

---

<sup>250</sup> Eugenio Battisti, *op. cit.*, p. 149; Maurizio Fagiolo, *Guia de História da Arte, op. cit.*, pp. 66-68 (este último em direta oposição a Giulio Carlo Argan, com quem partilha a autoria desta obra de 1977). São as mesmas queixas que as de certos historiadores portugueses, como veremos.

<sup>251</sup> David Watkin, em *A History of Western Architecture*, Londres, Barrie & Jenkins, 1986 (lido na 4.ª edição: Londres, Lawrence King Publishing, 2005), vai de “Renaissance harmony” (pp. 211-282) a “Baroque expansion” (pp. 283-368) – é o mito do “super-Renascimento” de que falei no capítulo anterior.

<sup>252</sup> Pierre Lelièvre, por exemplo, em *L'architecture française* (Paris, Presses Universitaires de France, 1963), vai de “La Renaissance” (pp. 75-92) a “Les débuts du classicisme” (pp. 93-110).

<sup>253</sup> É verdade que Mário Tavares Chicó comparara Torralva ao “maneirismo de Palladio e Sebastião Sêrlio” (*História da Arte em Portugal* – volume II, Porto, Portucalense Editora, 1948, p. 298) e mais adiante cita Wittkower e fala de Sêrlio e “outros arquitectos do maneirismo” (*idem*, p. 324); também Adriano Gusmão, em 1952-1953, usará essa categoria para a pintura (Fernando António Baptista Pereira, “Introdução”, *in* Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 13); mas Reynaldo dos Santos, pelo contrário, vai do Renascimento diretamente ao Barroco, que coloca a iniciar-se com Baltazar Álvares e Filipe Terzi (*op. cit.*, pp. 10-15). O conceito de Maneirismo só reaparecerá, levemente, em Flório de Vasconcelos, em 1972 (já depois de ação pedagógica de Pais da Silva, mas antes da sua divulgação bibliográfica definitiva), que diz, por exemplo, que a igreja do Espírito Santo de Évora é “a mais original igreja da época maneirista” (*op. cit.*, p. 75; menções igualmente nas pp. 77 e 87).

<sup>254</sup> Jorge Henrique Pais da Silva refere os autores internacionais que definiram a categoria estilística, e também já se apercebe de críticas que se opõem ao Maneirismo, presentes desde a década de 1940 (*op. cit.*, pp. 32-33).

<sup>255</sup> *Estudos sobre o Maneirismo, op. cit.*

<sup>256</sup> Fernando António Baptista Pereira, que coligira os textos de Jorge Henrique Pais da Silva, descreve, em 1992, José Eduardo Horta Correia como o autor que integrara as análises abrangentes de George Kubler e Pais da Silva, distinguindo e relacionando a Arquitectura Chã e o Maneirismo (*História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 59).

<sup>257</sup> Vítor Manuel Serrão coordena o volume, José Eduardo Horta Correia assegura a seção sobre arquitetura (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão””, *op. cit.*, pp. 94-135).

<sup>258</sup> Chegando então a usar a denominação de “fortificação maneirista portuguesa” (“A arquitectura militar”, *op. cit.*, p. 137).

chegada de Filipe Terzi. Criticando Pais da Silva<sup>259</sup>, só se refere ao Maneirismo, em minúscula e entre aspas, para se opor à sua existência<sup>260</sup>, quer porque vê uma mudança em continuidade, dentro do sistema renascentista (a que chama *classicismo*), quer porque lhe acha preferível o “estilo chão” (*sic*) de Kubler, como “não-estilo”<sup>261</sup>. Miguel Soromenho, que se segue a Rafael Moreira na mesma *História da Arte Portuguesa*, analisando a arquitetura do ciclo filipino, embora se abstenha de questionamentos historiográficos, retoma ostensivamente as designações de Classicismo e “estilo chão” (*sic*, igualmente)<sup>262</sup> e nunca alude ao Maneirismo. Está lançada a querela e definidos os campos: de meados dos anos 1990 até ao início deste século, novas vozes se pronunciarão pela adequação da catalogação maneirista (como Carlos Ruão<sup>263</sup> ou António de Oriol Vazão Trindade<sup>264</sup>) e Vítor Manuel Serrão produzirá mais uma visão panorâmica do Renascimento e Maneirismo portugueses, em 2002<sup>265</sup>; pelo contrário, na seguinte iteração de uma História da Arte nacional, em 2009, é Maria de Lurdes Craveiro que volta a propor uma longa unidade fluída de “cultura classicizante” (surgindo já sob D. Manuel e só se esgotando, em limite, na Restauração)<sup>266</sup> e descreve o Maneirismo como “um conceito mais ou menos desactivado na historiografia além fronteiras”<sup>267</sup>. É secundada por Miguel Soromenho, que integra o mesmo projeto editorial para abordar de novo a arquitetura sob os Filipes, e se demora desta vez a justificar a natureza insatisfatória do Maneirismo como categoria, internacionalmente e sobretudo nacionalmente<sup>268</sup>, nomeadamente após as abordagens em *tempo longo* de George Kubler, Rafael Moreira e Paulo Varela Gomes<sup>269</sup>. Finalmente, na mais recente revisão da visão global da nossa História da Arte, em 2010, Paulo

---

<sup>259</sup> Rafael Moreira, “Arquitetura: Renascimento e classicismo”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, op. cit., vol. 5, p. 133 (por defesa de Renascimento, como vimos no capítulo anterior).

<sup>260</sup> *Idem*, pp. 183, 188 (embora descreva a capela-mor dos Jerónimos como “classicismo maneirista” - *idem*, p. 183).

<sup>261</sup> *Idem*, pp. 183 e 187-188. É de referir que Kubler se perfila contra ideia de estilos, mas sobretudo contra a existência de estilos uniformes em todo o contexto europeu, ou a predominância de um centro artístico único, como a Itália, sobre esse contexto (George Kubler, op. cit., pp. 3-4) o que não é totalmente conciliável com a italo-filia e a defesa do Renascimento presentes em Rafael Moreira; lembremo-nos também, a propósito, que ele não fala de um “Estilo Chão” – embora se baseie nessa expressão, de Júlio de Castilho, no *Lisboa Antiga* – mas que ele muda expressamente para *Arquitetura Chã* (*idem*, pp. 3-5); é verdade que ele titula o quarto capítulo da obra “«Plain Style» and Flemish Ornament”, mas apenas com aspas (*idem*, pp. 56-72).

<sup>262</sup> “Classicismo, italianismo e «estilo chão» - o ciclo filipino”, op. cit..

<sup>263</sup> *Arquitetura Maneirista no Noroeste Peninsular de Portugal – Italianismo e Flamenguismo*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 1995.

<sup>264</sup> *A arquitetura maneirista em Portugal...*, op. cit..

<sup>265</sup> O já citado *O Renascimento e o Maneirismo*, da “História da Arte em Portugal” da editorial Presença.

<sup>266</sup> “A arquitetura «ao romano»”, in RODRIGUES, Dalila (cord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, op. cit., vol. 9, pp. 7-8.

<sup>267</sup> *Idem*, p. 134 (também já argumentara contra a categoria maneirista em *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 18-19). O Maneirismo será, como se viu, uma categoria em discussão, mas não defunta: a título de exemplo, uma das sessões temáticas da conferência anual da Society of Architecture Historians, ocorrida em Pasadena, entre 6 e 16 de Abril de 2016 foi dedicada a “Accounting for Mannerism in 20th-Century Architectural Culture” (em linha, disponível em <https://sah.conference-services.net/programme.asp?conferenceID=4574>, consultado 26 Junho 2016).

<sup>268</sup> “A arquitetura do ciclo filipino”, op. cit., pp. 7-10.

<sup>269</sup> *Idem*, p. 8. Maria de Lurdes Craveiro também se referira a Paulo Varela Gomes no mesmo sentido, em “A arquitetura «ao romano»”, op. cit., p. 106. O invocado Varela Gomes, na realidade, até se mostra relativamente neutro nesta querela, chegando a destacar aliás como a crítica dos conceitos abstratos na historiografia artística portuguesa se fez tomando o Maneirismo como alvo privilegiado, em nome de uma interpretação abusiva da designação de George Kubler, e traduzindo *Plain Architecture* por “Estilo Chão” (*Arquitetura, religião e política...*, op. cit., pp. 22-23; ver nota 261, acima, também), o que reforça paradoxalmente o conceito de estilo, que pareceria ser o cerne das objeções.

Pereira também evita a nomenclatura (usando antes *Contrarreforma*), e subdivide a arquitetura deste intervalo em “classicismo erudito”, “empirismo português” e “empreitadas filipinas”<sup>270</sup>; contudo, ele quebra efetivamente a continuidade defendida por Rafael Moreira e Maria de Lurdes Craveiro, indo pelo menos do Renascimento joanino à arquitetura sebástica, definindo uma fronteira em 1550.

São de três ordens de razão, as objeções levantadas pelo partido anti-maneirista:

a)-o espartilhamento artificial da(s) categoria(s), face a uma continuidade observável nas manifestações arquitetónicas<sup>271</sup>;

b)-a natureza contraditória da definição de Maneirismo<sup>272</sup>;

c)-a sua não aplicabilidade ao processo português<sup>273</sup>.

Eu, admito, não adiro esse argumentário, por uma conjunção de constatações que passo a enumerar:

-acredito na utilidade da periodização<sup>274</sup> (especialmente uma que seja transversal a todas as expressões de uma época)<sup>275</sup>, mas acredito simultaneamente no carácter de permanente construção da sua definição (e que certamente os observadores da altura são os menos imparciais nessa discussão); acredito também, como terá ficado claro em capítulos anteriores, na inexistência de ruturas ou de

---

<sup>270</sup> *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, respetivamente pp. 556-566, 572-586 e 586-591 – ecoando, portanto, a terminologia de Rafael Moreira, Maria de Lurdes Craveiro e Miguel Soromenho, e como eles referindo-se ao Maneirismo quase sempre em minúscula e entre aspas (*idem*, pp. 553, 556, 557, 569, 582, 583, 585). Excetuam-se quatro ocasiões em que dispensa as aspas, sendo curiosamente quatro delas para abordar expressões não arquitetónicas (uma sobre a teoria artística em Francisco de Holanda, outra sobre a retratística tardo-quincentista, uma terceira sobre a *terribilità* em pintura e ainda uma sobre a estilística literária camoniana - *idem*, pp. 553, 569 e 571) e outra em que se refere à arquitetura não portuguesa (escrevendo “monumentalidade maneirista «à italiana»” - *idem*, p. 590).

<sup>271</sup> George Kubler, *op. cit.*, p. 3; Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 183; Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano””, *op. cit.*, pp. 7, 101 e 134; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 8. Por conseguinte, as mesmas vozes que defendem a rutura inconciliável Manuelino/Renascimento e não têm problemas com a diferença subsequente do Barroco; aliás, se a continuidade defendida é a do arquiteto como erudito/artista, do uso coletivo da morfologia clássica e duma sintaxe geométrica, como colocar uma rutura antes do fim do Neoclássico? Afinal, alguns pressupostos linguísticos durarão toda a Idade Moderna, até ao Ecletismo e à intromissão do pitoresco e da tecnologia industrial (cf. a discussão de Giulio Carlo Argan, *Guia de História da Arte*, *op. cit.*, pp. 35-36).

<sup>272</sup> George Kubler, *op. cit.*, p. 57; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 19, e “A arquitectura «ao romano””, *op. cit.*, p. 135; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 7-9.

<sup>273</sup> George Kubler, *op. cit.*, pp. 4 e 57; Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, pp. 184, 187 e 188; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 10, 48 e 52 (Paulo Varela Gomes também se aproxima deste argumento, *op. cit.*, pp. 23-24). É de lembrar que, como no Tardo-Gótico, é a não existência de um cânone unificado que caracteriza este período, ou pelo menos, que se a referência italiana tem capital simbólico, não parece haver problemas em associá-la (em Portugal ou noutras geografias) a gostos fortemente regionais, até pela revalorização da tradição que domina esta época. O argumento conexo de que, no panorama português, “não há compreensão suficiente da regra para haver quebra da regra” (por exemplo, em Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 513), também dificilmente colhe, vinda de quem defende frequentemente a tratadística e a origem erudita para certas opções (como o mesmo Paulo Pereira, no mesmo tópico, um par de páginas adiante - *idem*, p. 515) e mesmo certas transgressões (como as “mísculas triglifadas” de São Vicente de Fora - Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 12, e “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, p. 149).

<sup>274</sup> Concorro com a avaliação de Giulio Carlo Argan (*Guia de História da Arte*, *op. cit.*, pp. 31-32) e gostaria de lembrar as palavras de Ernst Gombrich: “A linguagem serve-se necessariamente de conceitos, de universais. A maneira de se ultrapassar este problema não é refugiarmo-nos no nominalismo, isto é, na recusa de usar palavras que não sejam nomes de objectos ou de indivíduos singulares; como todos aqueles que se exprimem por meio de uma linguagem, também o historiador de arte deve antes admitir que a classificação é um instrumento necessário, mesmo se por vezes se possa tornar um mal igualmente necessário. Ela ser-lhe-á bastante útil no seu trabalho quotidiano, na condição de nunca se esquecer de que é obra do homem, e pelo homem pode ser ajustada e mudada, como de resto acontece em todas as linguagens” (trecho citado por Maurizio Fagiolo a propósito dos problemas teóricos levantados pela periodização, *idem*, p. 55).

<sup>275</sup> E não me parece coerente, portanto, aceitar o Maneirismo em filosofia, literatura e pintura e não em arquitetura... (a título de exemplo, ver nota 270, acima)



limites rigorosos entre esses períodos, e que tais períodos artísticos podem certamente acontecer em cronologias não inteiramente síncronas, conforme o evoluir distinto de contextos regionais;

-partindo desse pressuposto, acho inegável a existência de um desses intervalos autonomizáveis, que em Portugal se afirma após a alteração de dinâmicas detetada c. 1540/1550 (já discutida no capítulo anterior) e mantém uma unidade de atitude até, em limite, a década de 1680 (como vimos nos pontos 8.2.1 e 8.2.2)<sup>276</sup>; escusado será dizer que vejo essa atitude também na arquitetura crúzia, e que tal contribui para esta convicção.

-constatando essa realidade, nada tenho contra o termo Maneirismo para a descrever (não é mais pejorativo do que Gótico, nem mais ideologicamente contaminado do que Renascimento, e tem de facto uma tradição estabelecida, nem que polémica, de uso); ao mesmo tempo, tenho algumas objeções às alternativas propostas – “Classicismo” é uma designação enganosa, uma vez que existem classicismos antes e depois do século XVI, e “Contrarreforma”, por seu lado, parece-me uma titulação imperfeita, dado que os sinais de mudança ocorrem antes da reação contrarreformista como tal se estruturar<sup>277</sup>;

-finalmente, não encontro nenhum problema insanável na definição do conceito, que pode ser muitas vezes simplificado e mal apresentado (mas assim o são todos<sup>278</sup>), mas cuja noção operativa de *arte de crise*, se aplica perfeitamente a Portugal nesta cronologia, como vimos.

Assim, e clarificando, trabalho sobre a definição duma atitude artística como corolário lógico da *Weltanschauung* já analisada, cujo centro significativo e núcleo unificador é o *pessimismo*. É como leque de diferentes respostas expressivas a uma mesma condição pessimista que fenómenos aparentemente contraditórios encontram umnexo. Uma situação de descrença, de dúvida, como esta, tanto gera reações de cinismo e escapismo, como de militantismo intervencionista. Manifestações de afastamento (contestação ou superação) dos ideais plásticos de equilíbrio e racionalidade anteriores, são apenas uma via alternativa àquelas que reforçam (ou endurecem) a regra, a estabilidade e a inteligibilidade unívoca. Isto é tão válido para o campo de um posicionamento ideológico estritamente arquitetónico, como para o papel reservado à arquitetura pelos promotores edificatórios, exteriores ao desenho. Para o primeiro

---

<sup>276</sup> Relembro, a propósito, o que argumenta José Eduardo Horta Correia, ao discutir as críticas ao Maneirismo: “Entendemos, todavia, conscientes da realidade insofismável do fenómeno maneirista e da sua evidente precocidade (embora pontual), relevância e longevidade no caso português, mas também da necessidade de estabelecer balizas cronológicas definidas (se bem que convencionais), que um critério de arrumação baseado em pressupostos mais genericamente estético-culturais e não exclusivamente formais ou estilísticos se apresenta mais apropriado ao fim em vista, que é o entender de uma realidade concreta e, até certo ponto, original, a arquitectura portuguesa” (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 96).

<sup>277</sup> Como lembra Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 35. Quanto à Arquitectura Chã, sendo uma categoria útil, nem os anti-maneiristas a usam como tão abrangente que possa englobar todas as manifestações desta cronologia.

<sup>278</sup> Veja-se o Barroco persistentemente dito como “arte do excesso” (por exemplo, a título de *vox populi*, no verbete a ele dedicado da *Wikipedia*, em que o epíteto aparece logo na introdução das versões em inglês, em francês e em espanhol, em 2016), que é o que ele dificilmente é.

caso, na prática arquitetónica como na discussão teórica, em parte vemos ocorrer um simples cansaço da “ordem”, “harmonia” e “simplicidade” e da relativa indiferenciação projetual a que isso levava, fazendo emergir uma ânsia de contraste, de sofisticação<sup>279</sup>; adicionalmente surge uma constatação arqueológica de que arquitetura antiga não correspondia afinal àquele ideal de estrita racionalidade depurada, e vemos por conseguinte aparecer o entusiasmo, quicá malicioso, pela cópia de precedentes romanos, provocatórios, rebuscados, dissonantes<sup>280</sup>. Por outro lado, também detetamos a substituição do idealismo quatrocentista pela erudição formal, em que norma é superior e expurgada (e logo independente) relativamente à realidade histórica<sup>281</sup>, e/ou casos em que defesa expressa do ideal se faz com concessões claras na ação construtiva concreta<sup>282</sup>. Já no que diz respeito aos agentes promotores e não produtores da arquitetura, convivem (por vezes nos mesmo indivíduos) seja um desejo de corporização da *majestade* régia ou do *decoro* eclesiástico, acentuando a circunspeção e a tradição, seja do hedonismo cortesão, exuberante, inventivo e erotizado<sup>283</sup>.

Não existe portanto nenhuma contradição em considerar tão maneirista Giulio Romano (1499-1546)

---

<sup>279</sup> Mesmo a estrutura virtual das ordens clássicas é agora, como no Tardo-Gótico, usada para criar uma saturação de sinais sobrepostos (com ordens de várias escalas, e a “reverberação” da frequente presença simultânea da coluna isenta, frente à coluna adossada, sobre a pilastra) e uma textura de pele (falsas estereotomias, rusticados). Cf. Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 137-138.

<sup>280</sup> Do uso de modelos da conturbada escultura tumular romana como referente erudito para os seus ambientes decorativos bizarros, à plasticidade sobrecarregada e algo ilógica (com vãos parecendo colocar-se sobre suportes) da fachada do palácio Branconio dell’Aquila, de Rafael, “anti-clássico” embora copie trechos de exemplos clássicos (o Panteão, o Templo de Vesta, o mercado de Trajano). Nicole Dacos, “Arte italiana e arte antiga”, in FOSSATI, Paolo (coord.), *Storia dell’arte italiana*, Turim, Giulio Einaudi, 1983, vol. 3, pp. 35-36; Maurizio Fagiolo, *Guia de História da Arte*, *op. cit.*, p. 145; Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 22-25.

<sup>281</sup> Como Giacomo Barozzi da Vignola, cujo tratado (*Regola delle cinque ordini d’architettura*, de 1562) cria um sistema que vai para além de Vitruvius, sistematizando-o e uniformizando-o, após constatar que obras romanas observáveis não seguem um cânon fixo: Santiago Sebastián, Maria Concepción García Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *El Renacimiento*, “Historia del Arte Hispánico”/III, Madrid, Alhambra, 1980, p. 41; Luigi Vagnetti, “Il Trattato (o «manuale») del Vignola”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 159.

<sup>282</sup> Veja-se Andrea Palladio e a diferença entre projetos teóricos e o pragmatismo das construções concretas (como a basílica ideal de Vicenza nos *Quattro Libri*, e o edifício tão adaptado à pré-existência que envolve, na realidade): James S. Ackerman, *Palladio*, Madrid, Xarait ediciones, 1981, pp. 81-82, 99 e 115-116; Erik Forssman, “Palladio e l’Antichità”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, p. 142, Domingos Tavares, *Andrea Palladio – a grande Roma*, Porto, Dafne Editora, 2008, pp. 104-106.

<sup>283</sup> Leia-se a descrição de Marguerite Yourcenar do entrelaçar de festas cenografadas de forma opulenta e picaresca durante as chacinas das Guerras Religiosas, por Catarina de Médicis (*A benefício do inventário*, Lisboa, Difel, 1988, pp. 49-52), a mesma figura que empreende a renovação da imagem régia, solene e erudita, com as Tulherias (Domingos Tavares, *Philibert Delorme – profissão de arquitecto*, Porto, Dafne Editora, 2004, pp. 121-123).

como Andrea Palladio (1508-1580)<sup>284</sup>, e certamente Miguel Ângelo Buonarroti (1475-1564)<sup>285</sup>; da mesma forma, os expressivamente originais Philibert Delorme (1514-1570)<sup>286</sup> e Cornelis Floris (c. 1514-1575)<sup>287</sup> não o são menos que o severo Juan de Herrera (1530-1597)<sup>288</sup> e mesmo Inigo Jones (1573-1652)<sup>289</sup>. Já foi sugerido integrar essa multiplicidade num processo de ação/reação no tempo, de *maniera* e *contra-maniera*, e é normal que haja uma maior tendência de conformidade post-tridentina<sup>290</sup> ou no contexto de aproximação ao absolutismo<sup>291</sup>, mas manifestações “simétricas” existem simultaneamente desde cedo (por exemplo, entre Vasari e Vignola<sup>292</sup>) e o lado heterodoxo e rebuscado do Maneirismo tem lugar entre arquitetos mais tardios, como Bartolomeo Ammannati (1511-1592)<sup>293</sup>. Variações diferentes das circunstâncias no tempo também têm naturalmente de ser tomadas em conta – uma menor pressão

---

<sup>284</sup> Sobre Giulio Romano como maneirista: Arnold Hauser, “Il cocetto di spazio e l’architettura manieristica (Gli Uffizi, la Laurenziana, le opere di Giulio Romano)”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 149-151; Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 60-61; Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 11-12. Sobre Andrea Palladio: Giulio Carlo Argan (*Guia de História da Arte*, *op. cit.*, p. 33, e “Anticlassicismo di Palladio”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 141-142); Lionello Puppi, “Drammaticità nel linguaggio anticlassico di Palladio”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 145-146; Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 63-66 e 147.

Os dois arquitetos representam respetivamente a corte urbana dos Gonzaga em ascensão (Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 33-34) e a respeitável aristocracia veneziana regressando a rendimentos agrícolas seguros, face a flutuações do comércio levantino (James S. Ackerman, *op. cit.*, pp. 53-54 e 64-73); assim, oferecem-nos tanto transgressões lúdicas exibicionistas (do lazer cortesão e da sua exibição perante convidados famosos) como o elogio da respeitabilidade, da norma e da funcionalidade.

<sup>285</sup> Um caso muito especial, unindo as duas opções principais de atuação no espírito da época: o individualismo rebelde e o serviço moralizante. Miguel Ângelo é o artista sincera e seriamente comprometido com o catolicismo, mas exprimindo o drama da situação (e os conflitos da sua personalidade), e exibindo tanto as distorções e subversões linguísticas, como o regresso à tradição, mas ambas como parte de uma manipulação catequética do espectador. Leia-se Paolo Portoghesi, “La biblioteca Laurenziana di Michelangelo”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 137-139; Bruno Zevi, “Attualità di Michelangelo architetto”, *idem*, pp. 139-140; Giulio Carlo Argan, *Guia de História da Arte*, *op. cit.*, p. 33; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 138-143; Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 22, 72-75.

<sup>286</sup> Domingos Tavares, *Philibert Delorme...*, *op. cit.*, pp. 36-37 e 43. Mesmo David Watkin (*A History of Western Architecture*, *op. cit.*), que não reconhece o Maneirismo como período estilístico, refere-se a Delorme como “capricious” e “inventive and experimental”, contrastando com os seus antecessores, como Pierre Lescot (pp. 257-258), e usa mesmo os termos “Mannerist rhythms” e “Mannerist caprice” a propósito do seu discípulo, Jean Bullant (pp. 259 e 260).

<sup>287</sup> Introdutor de um decorativismo pseudoclássico, intenso e cenográfico, sobre formas e proporções góticas, que terá como continuadores Hans Vredeman de Vries e Wendel Dietterlin (David Watkin, *op. cit.*, pp. 271-272).

<sup>288</sup> Veja-se Fernando Chueca Goitia, *Historia de la arquitectura española*, Ávila, Diputación de Ávila, Fundación Cultural Santa Teresa, 2001, vol. 2, p. 223, e Santiago Sebastián, María Concepción García Gainza e J. Rogelio Buendía Muñoz, *El Renacimiento*, *op. cit.*, pp. 48-50.

<sup>289</sup> Obviamente, o paladianismo de Inigo Jones já não pode ser a introdução do “Alto Renascimento” (como estranhamente pretende, mesmo reconhecendo a cronologia extremamente tardia, David Watkin, *op. cit.*, pp. 277), nem o primeiro dos neopaladianos do Neoclassicismo (nem que estes o olhem com respeito), até porque tem o Barroco de Wren, Vanbrugh e Hawksmoor de permeio (Domingos Tavares, *John Nash –arquitetura urbana*, Porto, Dafne Editora, 2010, p. 20). Inigo Jones é paladiano sem ser neo, e tem outras influências contemporaneamente maneiristas, de Serlio à arquitetura francesa (Domingos Tavares, *Inigo Jones...*, *op. cit.*, pp. 37-38, 40, 102, 121 e 122-123).

<sup>290</sup> Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, vol. 2, pp. 164-165; Vítor Manuel Serrão, “Sobre o conceito artístico de Maneirismo e a sua experiência na Arte Portuguesa (1540-1600)”, Lisboa, edição do autor, Março de 1997, pp. 2-3, e *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 168-170; leia-se também Anthony Blunt sobre Carlos Borromeu e o seu tratado como expressão de conformidade: “Il Concilio di Trento e l’arte religiosa. (S. Carlo Borromeo e l’Architettura)”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 156-158.

<sup>291</sup> Manfredo Tafuri, “La vicenda europea nel ‘500”, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 160-161. Um exemplo claro dessa relação é Jacques Lemercier (1585-1654) e o seu trabalho, concordantemente vinholesco, para Richelieu (David Watkin, *op. cit.*, pp. 260-261; Domingos Tavares, *Louis Le Vau – a dimensão do infinito*, Porto, Dafne Editora, 2008, pp. 26-27).

<sup>292</sup> Giorgio Vasari (1511-1574) e Giacomo Barozzi da Vignola (1507-1573), rigorosamente contemporâneos e até colaboradores em Roma, na Villa Giulia (c. 1550-1555), exibem diferenças polares de atitude, por exemplo entre o cinético e bizarro Palácio dos Uffizi (1560-1573) e a compacta e correta Villa Farnese de Caprarola, de 1559-1575 (Arnold Hauser, “Il concetto di spazio e l’architettura manieristica...”, *op. cit.*, p. 150; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 133, 135; Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 125 e 126-129).

<sup>293</sup> Veja-se o seu *nymphaeum* na Villa Giulia, a fachada desproporcionada e “desconstruída” virada ao jardim na Villa Medici, em Roma, ou as subversões entre rusticado e elementos clássicos no pátio do Palácio Pitti de Florença (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 137; Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 132-136).

direta do movimento protestante e um entusiasmo ainda recente pela arquitetura *all'antica* na Península Ibérica podem ter protelado a manifestação dos sinais desta psicologia e da consciência desta deriva formal, que surge mais precocemente em Itália, terreno das guerras de hegemonia entre a França e o Sacro Império (entre 1521 e 1559), ou na França de Henrique II (r. 1547-1559), a braços com essas guerras, vizinha dos focos de origem da Reforma (a Inglaterra, a Alemanha, a Suíça) e com um forte movimento huguenote interno. Pela mesma linha de raciocínio, é compreensível que o Barroco se manifeste mais cedo, logo ao início do século XVII, numa Itália já segura e próspera, sob a proteção dos Habsburgo (contra o Protestantismo e a ameaça otomana), e que o Maneirismo se atarde na Espanha, que se agarra à sua posição de potência dominante, que sente em desagregação, ou no Portugal que luta pela sua autonomia, em dificuldades de toda a ordem.

No Maneirismo, se a estrutura linguística geral definidora da arquitetura na Idade Moderna, criada no Renascimento, se mantém em certos pontos, o modo da sua utilização varia assinalavelmente. Ao espaço uno e isotrópico, à volumetria em equilíbrio renascentistas, sucede uma espacialidade subdividida, dinâmica (pelo menos na tensão entre estas sub-entidades), consagrada em volumes contrastantes, contrapondo escalas, por vezes entre o esmagador e o minúsculo<sup>294</sup>. Analogamente, da expressão racionalista e progressista anterior, passamos ao elogio quer da tradição (como conformidade e pragmatismo), quer da invenção (como provocação, sensação). Em vez do idealismo, em suma, encontramos o natural (o costumeiro, o funcional, o sóbrio) e o que é da natureza (na sua materialidade, complexa e perecível – do rusticado à ruína e ao inacabado), em asserções moralistas ou niilistas; o próprio conceito da criação artística como *ars naturans*, que realiza o novo e não repete uma essência pré-definida e imutável, justifica o *artefacto*/artificial como sendo o produto dum processo afinal como o da Natureza, que se renova e reinventa continuamente<sup>295</sup>.

A todos os níveis da criação arquitetónica se revela esta nova atitude. Na arquitetura civil, do corpo autónomo, articulado, em equilíbrio centrípeto, do palácio maduro renascentista, derivamos para uma axialidade marcada (como no Palazzo Farnese, de Antonio da Sangallo e Miguel Ângelo<sup>296</sup>), em última instância centrífuga (veja-se a Villa Rotonda, de Palladio<sup>297</sup>), numa massa que se afirma quer densificada (o bloco castrense da Villa Farnese de Caprarola, de Vignola), quer distorcida (a fachada

---

<sup>294</sup> Arnold Hauser, "Il concetto di spazio e l'architettura manieristica...", *op. cit.*, pp. 149-151; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 147-148.

<sup>295</sup> Vitor Manuel Serrão, "Sobre o conceito artístico de Maneirismo...", *op. cit.*, p. 1, Manfredo Tafuri, "Il mito naturalistico nell'architettura del '500, *apud* Luciano Patetta, *op. cit.*, pp. 151-153.

<sup>296</sup> Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 29-30.

<sup>297</sup> As *villas* paladianas deixam de ter um centro de repouso e são dominadas pelo percurso de atravessamento, coordenado com o exterior; na Villa Rotonda é o próprio que a descreve como um belvedere determinado pela, e orientado para, a paisagem, e o salão central - alto, encerrado, escuro - é um espaço desconfortável que suscita a saída (cf. Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 137, e Domingos Tavares, *Andrea Palladio...*, *op. cit.*, pp. 46-47 e 83-84).

curva do Palazzo Massimo *alle colonne*, de Baldassare Peruzzi<sup>298</sup>) ou truncada (a transformação do quadrilátero em “U”, na Villa Farnesina, do mesmo Peruzzi<sup>299</sup>). Na arquitetura religiosa, parte destes procedimentos volumétricos também se encontram, e o jogo de sólidos tende para uma acentuação axial, na dicotomia entre valores horizontais (as naves) e verticais (o presbitério cupulado)<sup>300</sup>, tanto por redução inovadora à caixa (como na borromaica San Fedele de Milão, de Pellegrino Tibaldi), como regressando à conjugação basilical contrafortada, medieval (que se vê no Gesù<sup>301</sup>), e por vezes incluindo fachadas bitorreadas (como a que Giacomo della Porta desenhou para a Trinità dei Monti, em 1580<sup>302</sup>); sobretudo, de espaço de inteligibilidade e experiência da harmonia cósmica, a igreja maneirista passa a ser de novo o local de uma negociação da redenção (simbolizado pelo percurso) e de contemplação do seu mistério<sup>303</sup>. A cidade imaginada pelo *Quattrocento*, centralizada, estática, previsível, transparente, também se metamorfoseia num organismo mais encerrado, em *conflito* com o exterior, pelo contorno denteado, a amplitude e a robustez crescente das muralhas (e a sua crescente inevitabilidade, neste período tão belicoso)<sup>304</sup>, preenchido por sistemas dinâmicos condicionados<sup>305</sup> entre espaços tensos (do “palácio-rua” dos Uffizi, à “praça-ilha” do Campidoglio<sup>306</sup>), ou por células estanques de ordem impositiva (as *plazas mayores* castelhanas)<sup>307</sup>. No próprio tratamento paisagístico, após os jardins delimitados, de uma Natureza ordenada, benigna, do Renascimento, vemos surgir uma natureza caprichosa, de percursos de descoberta, que se funde na topografia (vejam-se as villas Montalto ou Lante)<sup>308</sup>, e adquire por vezes aspetos de labirinto e atmosferas de inquietação (desde logo, no *sacro bosco* de Bomarzo<sup>309</sup>). Em grande medida, a arquitetura cenobítica, da segunda metade de Quinhentos à centúria subsequente, é um caso sintético destas coordenadas. Junta templos do tipo descrito acima, embora por vezes com reforço de dispositivos espaciais destinados à separação dos religiosos (os retrocoros, os coros altos e as tribunas, monásticos e colegiais, e os seus circuitos reservados de acesso interno – além da consignação

---

<sup>298</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 137-138.

<sup>299</sup> *Idem*, pp. 135-137.

<sup>300</sup> O modelo não é inédito (foi usado pelo menos por Alberti) - assim como, obviamente, o cruciforme não o é (e para versões renascentistas basta recordarmos Brunelleschi) - mas o contraste formal e o sublinhar da fronteira entre ambos tem uma acentuação nova (as naves criptocolaterais comunicantes, de reforço longitudinal, não existiam em Alberti, e a separação nave-presbitério também não está em Brunelleschi): Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 127, 138 e 146; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 32-33.

<sup>301</sup> A Igreja de Jesus também recupera o esquema lumínico medieval, reintroduzindo o clerestório (com janelas recortadas na abóboda) e a acentuação da iluminação no cruzeiro (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 146-147).

<sup>302</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 147, Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 315.

<sup>303</sup> Vejam-se os protótipos maiores da época: a basílica de São Pedro, na versão miguel-angelesca, ou a Igreja de Jesus de Roma (cf. Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 127-128, 132, e 145-147).

<sup>304</sup> *Idem*, p. 148.

<sup>305</sup> Como o plano (mesmo que não a sua concretização, que será já barroca) de Sisto V para Roma, feito de vias e rótulas, não de praças (*idem*, pp. 134-135).

<sup>306</sup> *Idem*, pp. 135 e 141-143.

<sup>307</sup> Figurino que dará ainda origem às *places royales* francesas – Enrico Guidoni e Angela Marino, *Historia del Urbanismo - el siglo XVI*, *op. cit.*, p. 434.

<sup>308</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 133-134 e 143-145.

<sup>309</sup> Geoffrey Jellicoe e Susan Jellicoe, *The Landscape of Man: shaping the environment from Prehistory to the present day*, Londres, Thames & Hudson, 1995, pp. 165-166.

dos fiéis a áreas centrais, delimitadas por balaustradas, como toda a arquitetura eclesial do tempo<sup>310</sup>), a edifícios institucionais tendencialmente compactos, monumentalizados pela sua escala saliente e pela marcação das portarias, embora opacos, impessoais<sup>311</sup>. As determinações do Concílio de Trento tinham reforçado o regresso a alguns fundamentos da vida regular, nomeadamente de rigor estatutário, vida comum e governação capitular, mecanismos de visitação canónica e controle de movimentos dos religiosos<sup>312</sup>. Ainda assim, o período de adaptação da igreja católica, antes e depois de Trento, gerara também abordagens reformadoras, dotadas, em nome da eficiência apostólica, de notável flexibilidade. Esse é o caso paradigmático da Companhia de Jesus, com a sua libertação da *stabilitas loci* e da observação das horas canónicas<sup>313</sup>, mas também de outras formas de relativa liberdade de votos com vista à operatividade pastoral, como é o caso da Congregação do Oratório<sup>314</sup>; o velho modelo canonical (de que aliás esses novos Institutos são devedores) tem também ressurgências notáveis, quer na ação encabeçada pela Ordem que se arrogava como sustentáculo mais antigo dessa tradição – a Congregação dos Cónegos Regulares Lateranenses<sup>315</sup> – quer no aparecimento de novas, como os Clérigos Regulares da Divina Providência (ou Teatinos)<sup>316</sup>. O rigorismo das Ordens monásticas e o pragmatismo das de fundo canonical, coincidem de forma geral nessa expressão de massas densas e repetitivas, e na sua presença (e preferência) urbana<sup>317</sup>. Tal não impede que as igrejas cenobíticas, na função catequética da população, não exibam um certo esplendor severo (desde logo, o Gesù, tal como era originalmente<sup>318</sup>), ou que as dependências não vejam crescer os dispositivos de privacidade, no caminho iniciado pela

---

<sup>310</sup> Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, p. 246.

<sup>311</sup> Michel Bouttier, *Monastères: des pierres pour la prière*, "Patrimoine vivant", Paris, Rempart, 1984, p. 98; Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, p. 34. Wolfgang Braunfels realça nessa tendência o caso especial ibérico da conjugação de entidades cenobíticas com residências régias (*Arquitectura monacal en Occidente*, Barcelona, Barral, 1974, pp. 232-237), que mais lhe favorecem a afirmação institucional e a monumentalização, até pela confluência com as tendências formais da arquitetura palaciana que analisámos.

<sup>312</sup> Claire Lesegretain, *Les grands ordres religieux - Hier et aujourd'hui*, Paris, Fayard, 1995, pp. 50-51; Anabela Ramos e Paulo João da Cunha Oliveira, "Mosteiro de São Martinho de Tibães: dos abades comendatários à afirmação da Congregação de São Bento (1530-1601)", in AAVV., *Património – Estudos*, n.º 5, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPAR, 2003, pp. 57-58.

<sup>313</sup> Fausto Sanches Martins, *op. cit.*, pp. 234-236 e 245-246. A Companhia de Jesus traz quatro grandes originalidades, segundo Fausto Sanches Martins: a não delimitação da finalidade da Ordem; a não aplicação da estabilidade monacal; a liberdade estrutural (sem usar hábito que não o de padres, sem recitar horas canónicas, sem Capítulo como sistema), e a unidade sem uniformidade entre os braços da Ordem.

<sup>314</sup> Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 51-53; August Franzen, *op. cit.*, pp. 337 e 338-339; Donald Attwater, "Filipe Néri", in *Dicionário de Santos*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992, pp. 158-159.

<sup>315</sup> Claire Lesegretain, *idem, ibidem*. Além da sua importância e antiguidade reais, e o seu renascimento então, os Lateranenses estavam à época envolvidos numa lenda ainda mais dignificante: segundo as Constituições cruzias de 1601 (*Constituições dos cónegos regulares do nosso patriarca...*, *op. cit.*, Proêmio, 1.ª página) e a crónica de Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro III, cap. I, pp. 111-115), a Ordem teria sido fundada pelo papa São Silvestre, quando o palácio de Latrão é dado aos pontífices por Constantino para a criação da primeira igreja da cristandade. Note-se também da atualidade arquitetónica dos Cónegos Lateranenses, recorrendo a Bramante antes, em Roma (em Santa Maria della Pace), e agora a Palladio em Veneza (em Santa Maria della Carità), e a Pietro da Cortona em Roma (de novo em Santa Maria della Pace).

<sup>316</sup> Claire Lesegretain, *op. cit.*, pp. 51-53; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 305-307.

<sup>317</sup> Um breve de Sisto V (p. 1585-1590) consagra isso mesmo, determinando a mudança para cidades dos institutos em locais ermos (Anabela Ramos e Paulo João da Cunha Oliveira, "Mosteiro de São Martinho de Tibães...", *op. cit.*, p. 58); os Jesuítas e Oratorianos concorrerão claramente na ocupação de pontos neurálgicos dos centros urbanos (Enrico Guidoni e Angela Marino, *Historia del Urbanismo - el siglo XVI*, *op. cit.*, pp. 617-618).

<sup>318</sup> Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 146.

introspeção individual da *devotio moderna* – as celas crescem em área<sup>319</sup> e a contemplação da paisagem exterior suplanta frequentemente o tradicional recolhimento sobre o claustro<sup>320</sup>.

**8.3.2 As arquiteturas de espírito maneirista em Portugal:** A arquitetura portuguesa, nos cerca de 130 anos em análise, não tem para mim um cotejo problemático com as coordenadas gerais descritas acima, mesmo nas suas expressões mais individualizadas. Por outro lado, uma parte do evoluir das propostas a que se assiste desde meados de Quinhentos suporta mesmo uma comparação ao processo internacional e ao referencial italiano. No capítulo anterior comparei a cúspide tardia do nosso Renascimento ao que se verifica em Itália, onde a maturidade bramantina antecede em pouco o despontar do Maneirismo. Pela mesmo paralelo, diria que Diogo de Torralva (c. 1500-1566) tem um papel parecido ao de Rafael Sanzio, sendo em rigor ainda um renascentista, mas criando as soluções seminais do Maneirismo<sup>321</sup>, cuja enunciação teórica é feita por um émulo possível de Vasari, Francisco de Holanda (1517-1584)<sup>322</sup>. Na esteira de Torralva surgirão António Rodrigues (1525?-1590)<sup>323</sup> e Jerónimo de Ruão (1531-1601)<sup>324</sup>, como uns lusos Giacomo Vignola e Giulio Romano<sup>325</sup>, ilustrando quer a via dum classicismo sóbrio e metódico, quer a de uma licenciosidade efusiva. Arrastando ainda um pouco mais essa homotetia, Baltazar Álvares (1560-1624) será quiçá um della Porta (o continuador algo mais

---

<sup>319</sup> Michel Bouttier, *op. cit.*, p. 95. Relembremo-nos que é nesta época que se completa a universalização das celas em espaços cenobíticos, sendo a última resistência em Cister, só introduzindo as celas em Montecassino em 1666, após autorização de Alexandre VII, pela bula *In Suprema* (Dom Maur Cocheril, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1972, p. 32). Sabemos também que o alargamento das celas foi uma das exigências de prior do Escorial, e que levou a alterações projetuais (Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 65-66).

<sup>320</sup> Michel Bouttier, *op. cit.*, p. 95; Fausto Sanches Martins, *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas em Portugal-1542/1759*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, p. 894, e *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, p. 242. Carlos Borromeu ainda aceita a recuperação da tradição dos dormitórios comuns com partições sumárias, sem janelas para o exterior nos espaços individuais e orientado exclusivamente ao claustro, mas fá-lo apenas no que toca a conventos femininos, que é sempre um caso ultra-restritivo: *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*, Milão, 1577, livro I, cap. XXXIII - lido em *Charles Borromeo's Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae, 1577*, tradução e comentários de Evelyn Carol Voelker, pp. 123-124 [em linha] disponível em <http://evelynvoelker.com/> [consultado em 2-8-2015].

<sup>321</sup> O açougue de Beja, a capela-mor da Madre de Deus de Lisboa e o claustro de Tomar são a nossa Villa Madama e Palazzo Caffarelli-Vidoni (as duas obras de Rafael que Christian Norberg-Schulz escolhe para falar da génese do espírito espacial e compositivo do Maneirismo - *op. cit.*, pp. 132-133, 137); a associação comprovada de Torralva ao desenho de base da igreja do colégio do Espírito Santo de Évora em 1566 (Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 216 e 337) acrescenta-lhe importância ainda nos caminhos que sucedem à transição estilística para o Maneirismo.

<sup>322</sup> O paralelismo estende-se inclusive à inclinação pelo biografismo - e na idolatria por Miguel Ângelo - e o fantasismo: Sylvie Deswarte-Rosa, "Neoplatonismo e arte em Portugal", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, *op. cit.*, vol. 6, pp. 148-151; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 172-176; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 553-556.

<sup>323</sup> Que esteve ligado à obra de Tomar; era também do círculo do estribeiro-mor de D. João II, D. Pedro de Mascarenhas, que convivia com Holanda, portanto talvez espelhando os laços de Vignola a Vasari (Domingos Tavares, *António Rodrigues...*, *op. cit.*, pp. 32-36; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 192; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 564; ver nota 292 deste capítulo, para o paralelo).

<sup>324</sup> Nos Jerónimos depois de Diogo de Torralva, e provavelmente trabalhando sobre projeto dele para capela-mor (Paulo Pereira, *idem*, p. 561).

<sup>325</sup> Da mesma forma, curiosamente, a relação de Vignola a Rafael é indireta (trabalhou em São Pedro, mas após a morte de Rafael e a vigência de Antonio da Sangallo e Miguel Ângelo) e a de Romano é direta (colaborando na Villa Madama, e na decoração das *stanze* vaticanas): Domingos Tavares, *Giulio Romano...*, *op. cit.*, pp. 50-59.

grandiloquente de Vignola<sup>326</sup>) e Filipe Terzi (1520-1597) um Domenico Fontana (gestor e engenheiro brilhante, mas arquiteto de reduzida personalidade); já o círculo dos Lopes, distante e autónomo ao centro cortesão, teria de se equiparar à fantasia, alternativa à italiana, de Delorme, Bullant, du Cerceau. Há porém um ramo de arquitetos portugueses que não se conforma de forma alguma a esse jogo de genealogias comparadas: o braço gerado entre Miguel de Arruda (ativo 1534-1563), Afonso Álvares (at. 1550-1575), João Turriano (1611-1679) e João Nunes Tinoco (at. 1641-1691), protagonistas e continuadores do que se chamou Arquitetura Chã. Essa entidade estilística, não constituindo um *unicum* absoluto português, como já se pretendeu<sup>327</sup>, tem ainda assim uma força no panorama nacional que não tem equivalência europeia<sup>328</sup>. Não deixa, contudo, de ser uma outra expressão possível da austeridade anticlássica moralizante, do militarismo e tradicionalismo retóricos, que encontramos, noutras gradações, em várias manifestações maneiristas<sup>329</sup>.

Existem assim, desde finais da década de 1540, uma série de modos alternativos de tradução da nova mentalidade pessimista (ansiosa, integrista e rigorista), que não serão inteiramente superados até ao último quartel do século XVII. A primeira grande divisão de águas é, conseqüentemente, a que se estabelece entre um Maneirismo afim ao panorama internacional<sup>330</sup> e uma Arquitetura Chã consolidada sobre processos mais autóctones<sup>331</sup>; a um segundo nível, a primeira vertente, mais convencionalmente maneirista, articula-se – e, como vimos acima, tanto aqui como internacionalmente – entre um Maneirismo “Contido” (rigorista e circunspecto, de António Rodrigues, Filipe Terzi, Baltazar Álvares, Diogo Marques

---

<sup>326</sup> Baltazar Álvares poderá ter conhecido Rodrigues, que ensinava arquitetura na Escola dos Moços Fidalgos do Paço da Ribeira à altura da formação de Baltazar, e que sucedeu ao tio Afonso Álvares como mestre de todas as obras da fazenda régia (Domingos Tavares, *António Rodrigues...*, *op. cit.*, pp. 36-41; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 191-192; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 564-565).

<sup>327</sup> Como explica Paulo Varela Gomes, referindo inclusive outras arquiteturas feitas de forma chã em Itália e Espanha nos séculos XVI e XVII (*op. cit.*, pp. 22-23).

<sup>328</sup> O Chão não é um equivalente do *Desornamentado* espanhol, que precede e relativamente ao qual é menos convencionalmente erudito, apoiando-se menos na via tratadística e italiana (George Kubler, *op. cit.*, pp. 3 e 170; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 94, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 46).

<sup>329</sup> George Kubler claramente não a definiu assim, mas antes como uma via portuguesa autónoma ao Maneirismo, movimento cuja definição ele pretende não perceber, e que, na prática, parece reduzir à argumentação duma sujeição de toda a arquitetura europeia aos modelos italianos (*op. cit.*, pp. 3-4 e 171; cf. com ponto anterior deste capítulo); José Eduardo Horta Correia, temperando a análise kuberiana, continua ainda assim a aceitar o pressuposto do Chão como movimento paralelo, fundamentalmente diverso, ainda que convivendo com um Maneirismo português (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 95-96, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 42). Mesmo sem falar dos anti-maneiristas, até António de Oriol Vazão Trindade se fica por manter essa perspetiva, embora acreditando em contaminações por proximidade (*A arquitectura maneirista em Portugal...*, *op. cit.*, p. 8), e só Vítor Manuel Serrão vê o Chão como uma forma nacional de *contra-maniera* (*O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 213), o que, como já disse, me parece também não ser exato, não sendo uma reação *posterior* a outras expressões maneiristas, nomeadamente mais “licenciosas”.

<sup>330</sup> Diga-se que aí haverá mais sintonia e ocasional citação, que dependência; creio que as referências internacionais *legitimam* mais do que criam tendências nacionais; fornecem modelos, embora estes não sejam integralmente transferidos. Mesmo edifícios particularmente próximos a protótipos internacionais, que são raros, vêm em consonância com linhas de exploração nacionais (como é o caso do palácio Corte-Real, quicá do convento das Comendadeiras, relativamente à arquitetura espanhola, que são ainda assim a expressão de uma deriva nacional para a “caixa”; como veremos, São Vicente de Fora também não pode ser lido liminarmente como modelo importado).

<sup>331</sup> No fundo, é também a dicotomia “classicismo”/“estilo chão” dos anti-maneiristas.



Lucas) e um Maneirismo “Exuberante” (ansioso, mas pletórico e espirituoso<sup>332</sup>, representado por Francisco de Holanda e Jerónimo Ruão, e, de certa forma, por João Lopes-o-Moço e Mateus Lopes)<sup>333</sup>. Os raios de incidência destes três maneirismos são maioritariamente determinados por uma grelha sociológica, que os faz ser mais fortes em circunstâncias e geografias diferentes, desde o início. Por um lado, a inflexão de atitude de D. João III na última década da sua vida, leva-o a adotar uma nova postura como encomendante: para obras áulicas, um classicismo de prestígio (tanto conformemente erudito, como exprimindo decoro) é preferido, como já detetámos nas últimas adições que conduziu em Tomar, que abrem caminho ao Maneirismo “Contido”<sup>334</sup>; já para infraestruturas, nomeadamente as de cobertura eclesiástica do território, mais onerosas pela sua multiplicação, mais periféricas e sobretudo destinadas à população comum (isto é, ao alvo focal das apologias da seriedade e tradição que começavam a chegar de Trento), o rei inclina-se para o pragmatismo dos arquitetos/engenheiros militares, e para a compreensibilidade das soluções de raiz medieval, ou seja, para a Arquitetura Chã, como a das Sés de Miranda, Leiria e Portalegre. Por seu lado, a rainha, D. Catarina de Áustria, amante do luxo e da sofisticação<sup>335</sup>, representará desde a morte do marido o patrocínio dum Maneirismo “Exuberante”, sendo ela, enquanto regente, quem reanima a construção do claustro tomarense de Torralva (em 1558) e se empenha na ereção da nova capela-mor do mosteiro de Santa Maria de Belém (1562-c.1572), que dará a conhecer os jogos virtuosísticos de Jerónimo de Ruão. Fora da esfera diretamente cortesã – e também fora da órbita geográfica de Lisboa – cabe sobretudo às autoridades eclesiásticas<sup>336</sup> o papel coordenador de iniciativas edificatórias relativamente autónomas. Destacam-se nomes como o de Fr. Bartolomeu dos Mártires (1514-1590, arcebispo de Braga de 1558 a 1581), ou D. Afonso de Castelo Branco (1522-1615, bispo do Algarve entre 1581 e 1585, de Coimbra de 1585 a 1615). O primeiro, mais subordinado a um programa de reforma eclesiástica (de que participou na definição, no Concílio italiano) e associado à prosperidade dos contactos europeus dos portos do Noroeste português, protagoniza uma conjugação de italianismo, decorativismo flamengo e francês, e de programas espaciais de tradicionalismo depurado,

---

<sup>332</sup> De decorativismo e classicismo rebuscados, mas também produtor de espaços sobrecarregados, vagamente opressivos, e sem se afastar de decorosas volumetrias secas e despidas, exteriormente, como na capela-mor dos Jerónimos, ou na cabeceira da Luz de Carnide (ainda assim, exteriores não confundíveis com a Arquitetura Chã, bastando atentar na fineza da cornija misulada e balaústres da primeira, e nos nichos e rusticados da segunda).

<sup>333</sup> José Eduardo Horta Correia, embora fale de uma sucessão do sebástico Chão por um Maneirismo posterior (*Arquitetura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 14-15), também sugere que há uma convivência simultânea entre um classicismo asséptico (na igreja das Onze Mil Virgens, de António Rodrigues) e um maneirismo internacionalizado (na nova capela-mor dos Jerónimos) - “A arquitetura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 95-96, e *Arquitetura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 42.

<sup>334</sup> Em João de Castilho, certamente; em Diogo de Torralva é mais dúbio - alguns dos seus jogos são demasiado lúdicos, mesmo que sem sobrecarga decorativista (como Rafael, mais uma vez, dá exemplo para os dois caminhos estéticos).

<sup>335</sup> A sua apetência por joias, o seu sistema de compradores e pesquisadores do mercado global - europeu, indico, extremo-oriental - são lendários, o que se estendia a uma voracidade sumptuária pela promoção de arquiteturas: Annemarie Jordan Gschwend, “Global consumption in renaissance Lisbon”, in *The global city...*, *op. cit.*, pp. 147-150; Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, p. 109 e 133, Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes...*, *op. cit.*, p. 28.

<sup>336</sup> Em particular as episcopais, reforçadas pela regulação tridentina, inclusive no controle sobre as Ordens religiosas (ver notas 88 e 312 deste capítulo).

numa confluência, original e alternativa, de Maneirismo “Exuberante” e de Chão<sup>337</sup>; o segundo, gravitando em direção ao Poder até se tornar vice-rei (1603-1604), ir-se-á sintomaticamente aproximando do Maneirismo “Contido”, na continuidade que vai entre a despojada, embora já “herreriana”, Misericórdia de Faro (1582) e a “vinholesca” *loggia* do paço episcopal de Coimbra<sup>338</sup>.

Esse quadro evolui no tempo dentro da lógica destas conexões iniciais: sob a regência de D. Henrique (1562-1568), na década de poder efetivo de D. Sebastião e no curto reinado do mesmo D. Henrique (1578-1580), o Maneirismo “Exuberante” persiste na corte principalmente no mecenato de três senhoras ricas e independentes – a referida D. Catarina de Áustria (m. 1578), a nunca casada infanta D. Maria (m. 1577) e a viúva D. Simoa Godinha (m. 1594), rica dama negra emulando o comportamento social da alta nobreza<sup>339</sup> – assim como na preferência de núcleos regionais alternativos, em processos de continuidade de gosto decorativista, em particular o conimbricense (com Tomé Velho na esteira de João de Ruão) e o noroestino (no evoluir do grupo dos Lopes)<sup>340</sup>; a encomenda da Coroa, sob a mão do prelado ferozmente contrarreformista e a do rei pio e cruzadista, pode parecer pender para um domínio da Arquitetura Chã, mas não esqueçamos que é D. Henrique quem nomeia António Rodrigues mestre de todas as obras da fazenda régia em 1564, que reintegra Terzi após Alcácer-Quibir e que encomenda a Baltazar Álvares o plano de Santo Antão-o-Novo, em 1579, mantendo portanto a orientação de um Maneirismo “Contido” para representação do Estado e suas emanações na capital<sup>341</sup>; como o seu falecido irmão, no entanto, reserva para um figurino mais Chão as empreitadas infraestruturais regionais, com relevo para o Alentejo, onde Henrique é simultaneamente arcebispo eborense (de 1548 a 1564, e de novo em

---

<sup>337</sup> Se lhe descontarmos o preconceito anti-maneirista, é o que afirma Miguel Soromenho (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 52-54); a relação eclética entre o Chão e áreas de tradição decorativista também surge em José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 114).

<sup>338</sup> José Eduardo Horta Correia, *idem*, p. 122; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 59.

<sup>339</sup> Como analisa Kate Lowe (“The global population of Renaissance Lisbon: diversity and its entanglements”, *in The global city...*, *op. cit.*, p. 70). Uma outra mulher, viúva e rica, D. Filipa de Sá, condessa de Linhares, ainda imporá em 1612 a Santo Antão uma versão de capela-panteão com retrocoro diretamente baseada na Igreja da Luz, embora já estilisticamente revista no Maneirismo “Contido” de Baltazar Álvares (Ricardo Lucas Branco, “A igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo: estudo de um paradigma desaparecido”, *Revista de História da Arte*, n.º 9, Lisboa, Instituto de História da Arte/FCSH-UNL, 2012, pp. 23-25). Rafael Moreira chega aliás a ver neste gosto decorativista uma “elegância feminil” (“Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 183). O que é inevitável é ver nele, pelo menos por parte de D. Catarina, uma opção voluntariamente diferente do pendor esteticamente comedido do seu rival político, o cardeal D. Henrique (*idem, ibidem* e António de Oriol Vazão Trindade, *op. cit.*, pp. 49-53).

<sup>340</sup> Ainda assim, existem algumas continuidades diretas entre o núcleo cortesão e os focos locais, como na “cópia” da cabeceira de Belém feita na igreja da Misericórdia do Porto, e nas derivações do facto de Jerónimo de Ruão ser filho de João de Ruão, que tinha tido obra no Porto e deixara laços e herança entre arquitetos locais (Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 218-219; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 180; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 195; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 48; José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore*...”, *op. cit.*, p. 187-188; ver notas 202, 210 e 212 deste capítulo, igualmente).

<sup>341</sup> O figurino final da igreja do colégio de Santo Antão, mais similar a São Vicente de Fora, só será construído a partir de 1612, sendo o plano original provavelmente mais similar à igreja de São Roque (Ricardo Lucas Branco, “A igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo...”, *op. cit.*, p. 18), mas isso não quer dizer que não fosse desenhado numa linguagem “Contida” desde o início, como aliás São Roque o é.

1574-1578)<sup>342</sup>. Em seguida, sob a dinastia filipina, a política edificatória inclina-se quase exclusivamente para um formulário classicista austero, representando a *majestade* régia (católica e pan-europeia)<sup>343</sup>, e estendendo nacionalmente o Maneirismo “Contido” pela política de generosidade institucional inaugurada pelo primeiro Filipe, a par do enquadramento burocraticamente centralizado das obras da Coroa por ele instalado. Isso não quer dizer que procedimentos chãos não perdurem<sup>344</sup>, pelo seu pragmatismo ou pela sua persistência em camadas profissionais de segunda linha, e mesmo em fenómenos de resistência ou diferenciação estilística de centros secundários e de poderes alternativos, como os duques de Bragança em Vila Viçosa. Movimento inverso, por entranhamento desse gosto depurado, por contenção económica acrescida e por desejo de diferenciação ideológica “nacionalista”, se verificará com o advento da dinastia brigantina, com a linguagem clássica reduzida a uma expressão simbólica, e um vernacularismo chão dominante<sup>345</sup>, temperado aqui e ali por revivalismos manuelinos<sup>346</sup> e renascentistas<sup>347</sup>, ou por antecipações barrocas<sup>348</sup>, que lhe fornecem um raro toque *exuberante*<sup>349</sup>.

---

<sup>342</sup> É ainda assim defensável um certo reforço do Chão: D. Henrique, no colégio inaciano de Évora começa por um edifício “Contido” (1550-c. 1561) e mais tarde já o complementa em Chão (igreja Espírito Santo, 1566-1577); D Sebastião praticamente não se dedica a arquitetura cortesã (a avó, D. Catarina, fazia a cabeceira-panteão dos Jerónimos, o tio-avô patrocinava empreitadas da Companhia de Jesus e a cobertura paroquial alentejana), mas a única obra relevante que encabeça, a igreja de São Sebastião, no Terreiro do Paço (decidida em 1569, iniciada em 1571 e única obra não suspensa, com os Jerónimos, em contenção de gastos de 1570), é obra Chã, de Afonso Álvares (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião, op. cit.*, pp. 160-161, 187-188, 196, 199, 236).

<sup>343</sup> Como disse Miguel Soromenho, os Filipes procuravam em arquitetura sobretudo essa “majestade”, em vez de um “estilo” específico (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 13).

<sup>344</sup> Nomeadamente em estruturas anclares; veja-se o colégio português de São Lourenço, projetado em 1571 e com construção concreta entre 1579 e 1627 (Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 28-37), muito classicista na igreja e *loggia* posterior, muito chão nas dependências, a começar pela portaria anexa à fachada principal, radicalmente contrastante.

<sup>345</sup> Já Reynaldo dos Santos o notara (*op. cit.*, p. 46), e na senda de George Kubler (*op. cit.*, pp. 146-148 e 169-170), essa percepção é praticamente consensual (José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 128-130; Vitor Manuel Serrão, *O Barroco*, Lisboa, editorial Presença, 2003, pp. 143-145; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 642-643).

<sup>346</sup> Como os portais de nós em Évora e Vila Viçosa, o cordame na fachada do colégio jesuíta de Santarém, os vãos filigranados do palácio dos viscondes de Carreira em Viana, ou mesmo a evocação planimétrica dos Jerónimos em Santa Clara-a-Nova de Coimbra: ler Reynaldo dos Santos, *op. cit.*, pp. 39-40; José Fernandes Pereira, “O Barroco do século XVII: transição e mudança”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa, op. cit.*, vol. 7, p. 37; Vitor Manuel Serrão, *O Barroco, op. cit.*, pp. 127 e 147; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 227-229.

<sup>347</sup> Quer se trate do regresso às cúpulas, em geral (como a monumental da igreja do Carmo de Évora), quer da preferência por igrejas centralizadas, em particular (como a da Piedade, em Santarém), e além de ecos projetuais mais específicos (a composição rítmica de alçados, inspirada em Torralva, usada por Fr. João Turriano em Santa Clara-a-Nova e noutros templos, ou o exemplo das dominicas, transposto do convento renascentista de Elvas para as novas igrejas octogonais do século XVII restauracionista): cf. George Kubler, *op. cit.*, p. 151; Fernando António Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, pp. 68 e 72; José Fernandes Pereira, “O Barroco do século XVII...”, *op. cit.*, pp. 35-36; Vitor Manuel Serrão, *O Barroco, op. cit.*, pp. 127-128; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 93 e 228-229.

<sup>348</sup> As cúpulas e experiências centralizadas antes referidas podem também ser um prenúncio barroco, assim como o serão a acentuação de policromia pética nos interiores, ou as contaminações no Norte do país de certos decorativismos de fachada, por via galega. Outras importações estilísticas, e algumas diretamente de Itália, mesmo que por via das artes aplicadas (pintura, talha, azulejo) são ainda mais claras e precoces: George Kubler, *op. cit.*, pp. 157-158; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 128; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 72; Vitor Manuel Serrão, *idem*, pp. 191-192 e 564-565; José Fernandes Pereira, “Estética barroca I: arquitectura e escultura”, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX, op. cit.*, vol. 12, p. 17.

<sup>349</sup> Ainda assim, um exemplo como o muito restauracionista Palácio de Fronteira parece ser a sobrevivência tardia dum Maneirismo “Exuberante” pleno; António Filipe Pimentel vê nele essa exuberância, que não identifica como sendo já barroca (“Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa”, in AAVV, *Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*, atas do VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte, Badajoz, Gabinete de Iniciativas Transfronteiras - Junta de Extremadura CEXECL, 1995, p. 87), e Paulo Pereira, continua a detetar no palácio o lastro estilístico de Cerceau e Serlio (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 632); da mesma forma, o santuário do Senhor do Outeiro, ainda mais tarde, será testemunho do prolongado apego regional a esse formulário (entre outras recuperações, Vitor Manuel Serrão ali vê um eco da capela-mor dos Jerónimos: *O Renascimento e o Maneirismo, op. cit.*, p. 195, e *O Barroco, op. cit.*, pp. 147-148).

Se esta divisão de sensibilidades permanece, apesar das suas oscilações de favor, como um dos traços identificadores deste período, a unidade do mesmo período é por outro lado confirmada pelas características de base que todas elas partilham:

- a)-como já vimos, todas compartilham, nem que em graus e sentidos diferentes, uma preocupação de erudição e decoro (e às vezes este através daquela)<sup>350</sup>, e apelos à tradição eclesial<sup>351</sup> e ao militarismo<sup>352</sup>;
- b)-a redução volumétrica à caixa e a prática de uma “composição celular” dos espaços interiores<sup>353</sup>;
- c)-a exploração da proporção não harmónica<sup>354</sup>, associada à distorção de elementos arquitetónicos<sup>355</sup>;
- d)-uma preferência por um ambiente lumínico de baixa intensidade e com fontes luminosas quase exclusivamente a cotas altas<sup>356</sup> (entre a recuperação dos clerestórios<sup>357</sup>, a iluminação através das tribunas<sup>358</sup>, as janelas terminais superiores aos entablamentos<sup>359</sup>, os pontos de luz no topo de cúpulas<sup>360</sup>);
- e)-a acentuação do contraste interior/exterior (desde logo, embora não exclusivamente, pela presença indissociável de outras artes, em particular as artes aplicadas, nos espaços internos)<sup>361</sup>.

Na realidade, é quase apenas na adjetivação arquitetónica das superfícies murárias que estes modos

---

<sup>350</sup> Este traço é relativamente claro nas tendências mais convencionalmente maneiristas (afinal de contas, é a essas que os anti-maneiristas chamaram “classicismo”, e Paulo Pereira “classicismo *erudito*”), mas também está presente na Arquitetura Chã, desde logo nos jogos matemáticos da planta da Sé de Leiria, na possível raiz serliana da fachada de Portalegre, ou na composição em  $\sqrt{2}$  e no desenho jónico em Santa Maria do Castelo de Estremoz.

<sup>351</sup> Na acentuação da longitudinalidade e verticalidade dos espaços, na recuperação de transeptos, de formas basilicais em versão erudita (incluindo clerestórios, e, por arrasto, de outros esquemas de iluminação afins aos medievais, como veremos a seguir); existe mesmo uma reutilização de formatos eclesiais anteriores concretos, como encontraremos em Santa Cruz.

<sup>352</sup> O militarismo exprime-se não só em geral, na forma fechada e densa, com um só acesso principal, dos edifícios, ou na articulação dos ângulos das massas por torreões, mas também, mais especificamente, na presença de guaritas coroando edifícios (na chã Sé de Miranda, na exuberante capela-mor dos Jerónimos, na noroesteira igreja de São Domingos de Viana, no contido torreão do paço da Ribeira) ou mesmo no gradual monopólio das gárgulas em formato de canhão entre o meio e o terceiro quartel do século XVI (veja-se Catarina Alexandra M. F. Barreiras, *Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*, tese de doutoramento em Belas Artes na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição da autora, 2010, vol. I, pp. 81, 86, 87, 94 e 155).

<sup>353</sup> George Kubler, *op. cit.*, p. 7; Fernando António Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 65.

<sup>354</sup> Não só as de raiz medieval (como a proporção sesquiáltera), como as configurações de grande contraste entre as dimensões de comprimento e largura (como o duplo quadrado), das Sés Novas a Santa Clara-a-Nova (George Kubler, *op. cit.*, pp. 33-34 e 151).

<sup>355</sup> Nas radicais diferenças dimensionais entre andares (como vemos nos alçados da Sé de Portalegre, ou de Santo Antão-o-Novo), no uso de contrafortes-“apilastrados” (por exemplo em Santa Maria do Castelo de Estremoz), de chaves-de-fecho “em negativo” (na abóbada do tão erudito claustro tomarense de Torralva), em torres espalmadas à face (como em Santa Maria da Graça de Setúbal) ou esticadas em profundidade (como na Sé de Miranda).

<sup>356</sup> Promovendo a teatralidade e o drama de rituais iluminados por velas, convidando ao recolhimento na penumbra (ambas com base em práticas tradicionais), ao mesmo tempo que a libertação das paredes ao nível do observador permite a captação do olhar por adições catequéticas em decoração iconográfica, nomeadamente pela retabulária. Carlos Borromeu, aconselha precisamente janelas altas e pouco numerosas, que não na cabeceira, usando o argumento de impedir que haja olhares do exterior sobre o espaço sagrado (*Instructiones fabricae et suppellectilis ecclesiasticae*, *op. cit.*, livro I, cap. VIII, p. 24).

<sup>357</sup> Encontramo-los na exuberante cabeceira dos Jerónimos, na chã igreja de Santo Antão de Évora, ou na contida fábrica de Santo Antão-o-Novo.

<sup>358</sup> George Kubler, *op. cit.*, p. 60.

<sup>359</sup> *Idem*, p. 53.

<sup>360</sup> Vejam-se a Sé de Portalegre, o colégio de Jesus de Coimbra, ou São Gonçalo de Amarante. Carlos Borromeu também menciona e prescreve esta fonte de luz, em conjunto com as janelas altas (*op. cit.*, livro I, cap. VIII, p. 24).

<sup>361</sup> E tanto em arquitetura religiosa como civil: refira-se o contraste entre interior e exterior da capela-mor de Belém, desde logo, ou o de Santa Maria do Castelo de Estremoz, mas também entre as pesadas e sóbrias fachadas palacianas e a opulência e colorido interior - como nota Michele Bonelli, o Cardeal Alexandrino, em 1571, sobre o paço de Vila Viçosa (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, p. 261) ou Giovanni Battista Confalonieri, em 1593, sobre os palácios de Lisboa (Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, “Princess of the Seas, Queen of the Empire: configuring the city and port of renaissance Lisbon”, in *The global city...*, *op. cit.*, p. 29), ou como é ainda notório entre a fachada da rua do Palácio Fronteira e a sua face interna para os jardins.

maneiristas divergem fundamentalmente entre si<sup>362</sup>: o Maneirismo “Contido” inclina-se por uma *armação* da parede, articulando-a através de suportes e lintéis de grande dimensão<sup>363</sup>, enquanto o “Exuberante” a transforma em *textura*, sobrepondo camadas múltiplas membratura clássica de menor escala e integrando a escultura e o relevo nesse tecido<sup>364</sup>; a Arquitetura Chã, por seu lado, afirma a parede como *massa*, reforçada ou perfurada pontualmente, e só nesses pontos (e esparsamente) usando sinalética de raiz clássica ou pseudoclássica<sup>365</sup>.

Interessa ainda, para descrever a linguagem arquitetônica portuguesa deste intervalo, perceber que, além das modalidades expressivas de que falámos, há também regularidades nos géneros edificatórios, e recorrências de famílias de estereótipos, mais reforçados por uma tendência notória para a “estandardização”<sup>366</sup>. Na arquitetura civil, o palácio tardo-gótico em “L” evolui na direção de rodear espaços exteriores privados, quer na configuração em “U”<sup>367</sup>, quer no *palácio-bloco*<sup>368</sup>, e ambas simultaneamente, em formas que conjugam o pátio fechado com o pátio semi-aberto em “U”<sup>369</sup>; elemento transversal destas formas *continentes* é a o torreão de ângulo/topo, entre o reforço da rótula e a alusão castelar<sup>370</sup>.<sup>[fig.05]</sup> Na arquitetura religiosa, são três matrizes morfológicas espaciais e três paradigmas de

---

<sup>362</sup> Por vezes, mais de um modo é sensível no mesmo edifício; a Sé de Angra, muito chã no exterior e mesmo no corpo da igreja, é muito erudita na capela-mor (António Rodrigues, seu possível autor, é afinal o criador uma espécie de “Chão-classicizado”, em ponte com o Maneirismo “Contido”). Também a adjetivação de espaços arquitetónicos com recurso a outras artes, não raro em tempos e segundo decisores diversos, combina muitas vezes sensibilidades diferentes de Maneirismo - por exemplo, a azulejaria “Exuberante” em estruturas “Contidas”, como na igreja de São Roque (Vitor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 273-274).

<sup>363</sup> Veja-se a membratura clássica forte em Santo Antão-o-Novo, em São Roque, na igreja do colégio de Jesus de Coimbra.

<sup>364</sup> Vejam-se a cabeceira dos Jerónimos, a igreja da Luz, a capela da Conceição Velha, a capela do Santíssimo Sacramento da Sé Velha de Coimbra, os portais dos Lopes e a *loggia* da Misericórdia de Viana.

<sup>365</sup> Olhe-se a igreja do Espírito Santo de Évora e as suas molduras em pedra como reforço de cunhais ou vãos, entre a massa caiada contínua.

<sup>366</sup> Sobre esta estabilização de soluções-tipo, e mesmo de sub-séries de edifícios em quase réplica, como as Sés Novas ou as igrejas colunárias alentejanas, leia-se José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chã»”, *op. cit.*, p. 100, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 48 e 50).

<sup>367</sup> O Palácio da Ribeira, exemplo do “L” tardo-gótico, seria transformado num conjunto em “U” pela igreja quadrangular de D. Sebastião, colocada frente ao rio e ligada ao paço por uma ponte (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, p. 236; ver nota 342 deste capítulo), e possivelmente o mesmo aconteceria igualmente nos projetos filipinos para a ampliação do palácio (António Filipe Pimentel, *op. cit.*, pp. 89-90; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 72-73). Exemplos do mesmo esquema planimétrico são também o palácio dos duques de Aveiro, sob a dinastia filipina, ou a Quinta do Calhariz restauracionista; de forma relativamente autónoma, os solares nortenhos adotarão longamente o modelo (António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 86, Carlos de Azevedo, *Solares portugueses - introdução ao estudo da casa nobre*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 55 e 57-58; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chã»”, *op. cit.*, pp. 132-134; Marcus Binney, *Casas Nobres de Portugal*, Lisboa, Difel, 1987, pp. 9 e 12; Fernando António Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 68).

<sup>368</sup> Como realça Miguel Soromenho (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 80) não é preciso ver o formato exclusivamente como uma importação espanhola: embora fosse uma tipologia menos comum na Idade Média em Portugal, o paço dos duques de Bragança em Guimarães, e mesmo a alcáçova de Leiria, eram exemplos góticos do mesmo; Água de Peixes talvez seja outra, manuelina; o palácio da Bacalhoa, erigido ainda em plena voga do formato em “L”, já sugeria massa cubiforme (escondendo o pátio), e a Quinta do Marujal já o era (como vimos no capítulo anterior), assim como Quinta das Torres (sebástica). Depois virão o Paço dos Arcos (filipino) ou o Palácio Fronteira (da Restauração). Leia-se: António Filipe Pimentel (*op. cit.*, *passim* e particularmente pp. 84-88), mas também Carlos de Azevedo (*op. cit.*, p. 50) ou Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro (“As grandes casas”, *in História da vida privada em Portugal*, *op. cit.*, vol. II, pp. 207-211).

<sup>369</sup> Como acontece logo no palácio Corte-Real, e ainda se vê no da Palhavã (Carlos de Azevedo, *op. cit.*, p. 62; António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 87).

<sup>370</sup> Ambos os tipos (mais o híbrido) conjugam essa afirmação de fachada (e de composição planimétrica); todos eles, como diz António Filipe Pimentel, sendo diferentes, sugerem exteriormente uma entidade maciça (*op. cit.*, p. 89). Inicia-se também nesta altura uma revalorização simbólica e estética da torre senhorial - efetivamente medieval ou recriada - em solares do Norte (Carlos de Azevedo, *op. cit.*, p. 56, e Marcus Binney, *op. cit.*, p. 8).

fachada que constituem um vocabulário estruturante sujeito a inúmeras combinações, que transcende os modos estilísticos. As formas de igrejas-salão (evoluindo a partir dos precedentes manuelinos, nas variantes com pilares cruciformes ou colunárias)<sup>371</sup>, igrejas basilicais “em caixa” (ponto de chegada da simplificação dos modelos mendicantes, através das matrizes sem transepto manuelinas e da série quinhentista de igrejas beirãs)<sup>372</sup>, e igrejas baseadas em nave única/principal (com ou sem capelas anexas, de abóbada simples ou teto plano, descendentes das tipologias colegiais conimbricenses<sup>373</sup>), constituem três formas axiais compactas simultâneas<sup>374</sup>, nas opções entre espaço *uno* pontuado por suportes, espaço *unificado* dividido em naves e espaço *único* desimpedido<sup>375; [fig.07]</sup> as fachadas templares,

---

<sup>371</sup> George Kubler, *op. cit.*, pp. 28-30; Flório de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 73; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 102-104, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 46-48; Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 187; Vitor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 188-190; Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 100-102; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 572-578.

George Kubler sugere precedentes espanhóis do primeiro terço do século XVI para esta configuração e Paulo Pereira, invocando a origem no processo manuelino, di-la literalmente “à espanhola”, mas tal parece-me forçado e que a tipologia já deveria estar nacionalizada nesta cronologia; por outro lado, que a sua geografia (mesmo a precoce) não seja exclusivamente alentejana, como por vezes temos tendência a pensar (basta lembrarmos a Matriz de Torre de Moncorvo de 1544 e a Misericórdia de Santarém de 1559, até à Sala dos Reis de Alcobaca de 1590) menos favorece um laço direto a Espanha, por proximidade. O Alentejo não é, além disso, monopólio do modelo da igreja-salão, manifestando-se ali simultaneamente o formato mais basilical (da Matriz de Fronteira à Conceição de Vila Viçosa) e o de nave única (nomeadamente em Santa Clara e São Tiago de Évora).

<sup>372</sup> Veja-se o que discutimos no capítulo anterior. Não é um modelo só explorado por António Rodrigues, nem de ocorrência exclusivamente alentejana, ou só sebástica: encontramos-lo em Santa Maria de Óbidos (1571), no Salvador de Bouças/Senhor de Matosinhos (1559-1579), na Sé de Angra do Heroísmo (1570-1642), ou na igreja de São João Batista da mesma cidade (1642-1657); José Eduardo Horta Correia identifica-a na Estremadura e no Algarve, além de Angra (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 50, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 50 e 64).

<sup>373</sup> O que Jorge Henrique Pais da Silva chama de igrejas em “bloco rectangular” (*op. cit.*, p. 185), e George Kubler *plain box church* (*op. cit.*, p. 57); Kubler faz ainda uma diferenciação algo redundante entre templos em *box* e *salon*, e chama confusamente *plain box* à igreja eborense do Espírito Santo, que parece corresponder ao que ele designa por *basilical* mais adiante (*idem*, p. 159, fig. 37).<sup>[fig.06]</sup> A origem deste formato nas igrejas colegiais de Coimbra é assinalada por José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 113), Maria de Lurdes Craveiro (“A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 104-106) e Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 578-585). A hipótese de uma genealogia com raiz na igreja velha de São João da Foz parece-me mais difícil (tratando-se de uma obra única e bastante pouco conhecida, especialmente fora do panorama regional), mas também é possível (Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, pp. 339-340; para uma análise da hipótese ver também José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore*...”, *op. cit.*, pp. 173-75); São João da Foz pode de qualquer maneira ter tido um papel neste processo, nem que seja indiretamente e a montante desta cronologia, se tiver sido uma das fontes que Diogo de Castilho usou para conceber a tipologia das igrejas colegiais (como vimos no capítulo anterior). Destas igrejas centradas na nave única (que muitas vezes têm marcação, nem que secundária, de áreas de transepto) saem natural e localmente exemplos pseudo-cruciformes (eliminando uma capela lateral e ligando o seu espaço à nave, sem ter de romper a “caixa” geral) – veja-se São Domingos de Viana e São Gonçalo de Amarante, ou São Vicente de Fora e a Sé Nova de Coimbra; os transeptos surgem assim nestas tipologias como variações dum esquema modular.<sup>[fig.07]</sup>

<sup>374</sup> As Sés novas joaninas em igreja-salão podem parecer preceder em dominância as outras formas, mas todas estas matrizes características se iniciam pela década de 1550 (quer seja em São Salvador de Bouças/Senhor de Matosinhos, por exemplo, para igrejas basilicais “em caixa”, ou nas dos colégios coimbrões, para as baseadas em nave única), e não há por conseguinte uma superação de soluções em três naves por uma posterior preferência pela nave única (como concorda Maria de Lurdes Craveiro, “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, pp. 101-102), bastando olhar para a tardia e basilical Sé de Angra para o confirmar a jusante. Da mesma forma, não existe uma dicotomia depois dessa suposta superação, entre um “modelo nacional”, derivado das igrejas do Espírito Santo e de São Roque, e um “modelo romano” introduzido por São Vicente de Fora, como veremos mais tarde. Esse “italianismo” da igreja vicentina é uma ideia já sugerida em Reynaldo dos Santos (*op. cit.*, p. 19) e George Kubler (*op. cit.*, pp. 80-82), mas teoria completa da dicotomia é de Jorge Henrique Pais da Silva (*op. cit.*, pp. 123, 131-132, 164-169, 188-189, 210-212 e 233), e foi profusamente repetida depois da sua divulgação: cf. José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 119-120 e também mais tarde em *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 58), Fernando António Baptista Pereira (*História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 60), Vitor Manuel Serrão (*O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 206-207) e mesmo Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 578-581 e 589-590).

<sup>375</sup> Saliente-se que a globalidade espacial e a redução à “caixa” não querem dizer isotropia, como aliás seria incaracterístico no Maneirismo: há axialidade, gradações de espaço, subdivisões simbólicas por suportes/arcs torais e transeptos, assim como os alvéolos circundantes aos espaços nucleares, determinam uma *orientação* e *diferenciação* espacial.

por suas vez, oscilam maioritariamente entre três soluções<sup>376</sup>, igualmente com precedentes locais e tradicionais (mesmo que confluentes com desenvolvimentos internacionais): a fachada bitorreada<sup>377</sup>, a fachada-topo de volumes simples<sup>378</sup> e a fachada de volumes escadecados ligados por aletas<sup>379</sup>, que depois serão frequentemente combinadas<sup>380</sup>. [fig.08]

Um terceiro género edificatório é a arquitetura cenobítica, com as suas linhas evolutivas próprias, nem que incluindo necessariamente templos das variantes referidas, e confluindo na tendência paçã para os volumes compactos, com cantos em torreão<sup>381</sup>. Três genealogias percorrem este intervalo, tendo semente possível nas três grandes experimentações em conjuntos cenobíticos da primeira metade do século XVI: Santa Maria de Belém, Santa Cruz de Coimbra e o Convento de Cristo, respetivamente uma *desconstrução* do modelo tradicional de uma igreja ladeada por um corpo à volta de um claustro, uma *ampliação* desse mesmo modelo (igreja ladeada de um corpo uno com múltiplos claustros) e um formato *revisto*, em que a igreja se encontra inserida no centro da massa edificada<sup>382</sup>. [fig.09]

---

<sup>376</sup> Haveria um quarto modelo maneirista de fachada, além dos que irão ser referidos: o *paladiano*, obtido pela sobreposição de fragmentos de fachadas templares com frontão (como aponta António Nunes Pereira, em “1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, *op. cit.*, p. 118-120), mas não lhe conheço qualquer manifestação em Portugal.

<sup>377</sup> Cujas recuperação quincentista tem possível origem crúzia, por intermédio da Sé da Guarda e dos colégios universitários (veja-se capítulo anterior). George Kubler (p. 131), José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 108-110; *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 50) e Vítor Manuel Serrão (*O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 192) notam a sua existência nacional sem influxo italiano, embora não as vejam separadamente ao uso de nártexes abertos com serlianas, de via erudita. Alternativamente, seguindo Paulo Varela Gomes, vários autores vêm na fachada da Sé de Miranda e da de Portalegre outra emergência de exemplos bitorreados, numa recuperação do modelo medieval catedralício, nem que sob o prisma de Serlio (Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 187; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 575). Ambas as possibilidades não impedem, como veremos, que se continue a repetir que fachada de São Vicente de Fora é um precedente total no panorama português, que só pode, portanto, ser importado (também ver nota 374 acima).

A fachada em “H”; pode ser realizada de forma *forte* (com tramo lateral específico acrescentado, como em Miranda, ou na Graça de Setúbal) ou ambígua (com torre/templete acrescentada sobre o entablamento - quase como uma coroação aposta sobre uma fachada-topo - como acontece nos colégios conimbricenses ou em igrejas-salão alentejanas).

<sup>378</sup> De soluções articuladas por elementos estruturais (quer reais, com contrafortes - como na Sé de Leiria - quer virtuais, com porticado sugerido - como São Paulo de Braga) à pura empena com portal apostado (como a Misericórdia de Braga). Este paradigma de fachada não é porém indissociável das igrejas em simples *plain box*: pode ser conseguida secundarizando as naves cripto-colaterais (quer tornando discretos os volumes anexos, como na actual Sé de Aveiro ou em São Domingos de Viana, quer escondendo-os em massas construídas, como em São Roque de Lisboa) ou abrangendo a seção basilical de naves por perfil em duas águas (como na igreja da Conceição de Vila Viçosa), no que aliás tem vários precedentes manuelinos (José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 50).

<sup>379</sup> Segundo o modelo romano, de Vignola e della Porta, estas fachadas emergirão em Portugal entre templos jesuítas de Santo Antão-o-Novo e o Colégio de Jesus de Coimbra (Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 17), mas o processo não necessita mais uma vez de ser inteiramente importado e pode ser tão simples como uma evolução da tradução na fachada frontal dos contrafortes/arcobotantes (como se vê aproximadamente no mosteiro da Batalha - e como, de facto, acontece no Gesù). Além disso já fora de certa forma nacionalizado na igreja da Graça de Évora (c. 1535-1555, cuja fachada pode ter sido lida no Vitruvius de Cesariano ou em Serlio - Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 528), que faz uma espécie de ligação em “aleta reta” entre volumes escadecados, o que também ocorre inquestionavelmente nas igrejas de São Vicente (c. 1550 a 1560) e do Espírito Santo (1566-1577), todas em Évora.

<sup>380</sup> Famosa na nossa historiografia é a combinação entre a fachada com aletas e a bitorreada (entre outros, de Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 170, a Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 206-208), mas encontramos também a da fachada-topo com a de aletas (na actual Sé de Santarém) e da de topo com a bitorreada (em Santo Antão de Évora, por exemplo).

<sup>381</sup> Por exemplo, de São Bento da Saúde a Santa Clara-a-Nova. Note-se que (sem ser necessário ver nisto emulações escorialenses) os paços também por vezes se “monasticizam”: o Paço da Ribeira sebástico, ao anexar igreja de São Sebastião, como sede de uma nova Ordem militar (a da Frecha, criada em 1576) de que o rei era fundador e cavaleiro, transforma-se numa espécie de convento (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 268-269 e 303; Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, p. 111; ver notas 311, 342 e 367 anteriores).

<sup>382</sup> Cujas relações e génese analisámos no capítulo anterior.

Compreensivelmente, dada a tendência formal geral desta época, a hipótese hieronimita, de extensão longitudinal desligada do cerne claustral, tem menos seguidores<sup>383</sup>; ainda assim, a longa face Norte de Tomar (1618-1690), fachada nova de entrada, como um ecrã elidindo as disparidades entre as dependências tardo-medievais e as renascentistas, tem afinidades com aquela, e o convento de Santa Clara-a-Nova de Coimbra (1648-1677) retoma quase literalmente o partido de Belém<sup>384</sup>. A maior parte das ocorrências, porém, joga-se previsivelmente entre corpos compactos, tanto com igrejas laterais como com igrejas centrais a esses corpos; se João de Castilho parece estar ligado à génese dos cenóbios prototípicos de Coimbra e Tomar<sup>385</sup>, o seu irmão Diogo parece ter experimentado os desenvolvimentos sugeridos por eles, no desenvolvimento da tipologia colegial, entre os colégios da Graça e o de Jesus<sup>386</sup>. No período sebástico, o modelo com templo lateral, prossegue, por exemplo, no colégio de São Bento, também em Coimbra, e o de templo centralizado no colégio inaciano de Santo Antão-o-Novo, em Lisboa<sup>387</sup>. Esta divisão – que a certo nível é também entre “tradicional” e “novo” – pode parecer depender da dicotomia entre Ordens antigas e a jovem Companhia de Jesus<sup>388</sup>, mas não constitui uma divisão clara: o colégio jesuíta do Espírito Santo, iniciado numa disposição simétrica por 1554, acabará por ter uma igreja lateral depois de 1566<sup>389</sup>, e o mosteiro de São Bento da Saúde, em Lisboa (em desenho de c. 1598), terá uma igreja ao centro. A inclinação por esta última solução também não releva de nenhum influxo espanholizante, escorialense: o consulado filipino verá tanto as igrejas laterais de São Vicente de Fora (1582), São Bento da Vitória (1604) e São Martinho de Tibães (1626), como os planos simétricos das Comendadeiras de Santos-o-Novo (1598-1629) e do Hospital da Luz (1601-1618). Com a Restauração,

---

<sup>383</sup> Apesar de se rastrear em fontes coevas o desejo/aceitabilidade de se libertar as celas do claustro (ver nota 320 deste capítulo). Relembremos que a planimetria dos Jerónimos pode ser uma configuração ocasional e não planeada, resultado de um projeto incompleto (como vimos no capítulo anterior) ou acontecer num estágio intermédio (como pode ter sido dormitório saliente de Santa Cruz de Coimbra no projeto de 1528, antes de se ter decidido fazer o claustro da Manga), e sendo provável que não resultasse do projeto original de D. Manuel (José da Felicidade Alves, *O mosteiro dos Jerónimos – I descrição e evocação*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 158-159).

<sup>384</sup> Além de incorporar uma reprodução do palácio da Ribeira (António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 90), que tinha tido ele próprio afinidades com os Jerónimos, como vimos, na altura da sua conceção contemporânea (ver capítulo VI). Algo similar a este formato decorrerá doutras adições aos dormitórios em Grijó, Refoios e Santa Marinha da Costa, de que falaremos mais à frente, ou São Bento de Santo Tirso, ainda mais tarde.

<sup>385</sup> Ver capítulo anterior.

<sup>386</sup> O processo arquitetónico universitário engloba aliás várias experimentações de ambos os estereótipos, no que Rui Lobo chama de tipologias colegiais “conventual” e “palaciana”, formas alternativas sem diferenciação temporal ou de destinatários, apenas de implantação em diferentes tecidos urbanos de Coimbra: “Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 25, 2008, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 36-37.

<sup>387</sup> Embora este colégio tenha vindo a existir como um (claramente inacabado) conjunto de dois pátios acoplado à direita da igreja, o plano original do complexo, com 7 pátios, deveria quase necessariamente implicar uma duplicação do volume das dependências, que teriam de ser para a esquerda, onde havia terreno livre e onde aliás caberiam, como se vê ainda hoje e se comprova no levantamento setecentista de Tomás Caetano de Sousa, que projeta então a adaptação do edifício a hospital, precisamente simetrizando o corpo existente (Ricardo Lucas Branco, “A igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo...”, *op. cit.*, pp. 17-19 e fig. 1, p. 18).

<sup>388</sup> É verdade de facto que o programa funcional inaciano típico, conjugando em cada Casa um núcleo colegial e um conventual (Fausto, *Jesuítas*, pp. 114-116), facilita uma disposição simétrica à volta da igreja.

<sup>389</sup> Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, p. 216; Rui Pedro Lobo, *op. cit.*, p. 43; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 112. Fernando António Baptista Pereira também deteta a existência de soluções jesuíticas tanto com igreja lateral como ao centro (*História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 60).



também, a dualidade persiste (e amplia-se, como vimos acima), como demonstram convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa (1635-1677) face ao colégio de Nossa Senhora da Conceição de Santarém (1647-1679).

Uma última palavra para a relação com o exterior desta arquitetura tardo-quincentista e seiscentista, ou a sua quase ausência. Depreende-se facilmente que a preponderância das massas compactas, castrenses, indique uma interioridade defensiva e uma relação com a cidade de “emergência-ilha”<sup>390</sup>; é sintomático que não haja investimentos assinaláveis em novos espaços públicos de encontro e abertura (isto é, praças) e que a maior iniciativa de desenvolvimento imobiliário que encontramos neste período, o Bairro Alto de São Roque, seja um tecido urbano unicamente baseado na rua funcional, focado num volume dominante (a igreja) e não no informe e reduzido largo (que não é de forma alguma uma praça) que a antecede<sup>391</sup>. Sistemáticamente, os novos edifícios oferecem às ruas a fachada (atrás do qual se protege o pátio fechado) ou o muro (que encerra o “U”). Os próprios jardins, da contemplação de um recinto ordenado (como o fora o Claustro da Manga), derivam para a exploração duma Natureza caprichosa e num conceito de “jardim cripto-mágico”, experiencial, de meditação e descoberta<sup>392</sup>.

**8.3.3 Arquétipos e protótipos para os crúzios:** Percorremos os figurinos linguísticos europeus e nacionais que balizam a língua arquitetónica em vigor neste período, informando os eixos de seleção e combinação disponíveis. Para compreender as opções do discurso crúzio, é preciso mais uma vez verificar que arquétipos e protótipos influenciavam essas opções.

Temos vindo a discutir a evolução de certos nexos espaciais gerais, compartilhados pelos Regrantes, e vimos a transformação do “caminho+fulcro”, na “rede de espaços de abrigo” e no “recinto interiorizado”, depois refinado no “espaço centralizado definido por objetos”. Um dos sinais da não-continuidade entre o Tardo-Gótico/Renascimento e esta época maneirista é como esse processo, *grosso modo* evolutivo, sofre uma viragem. O conceito essencial de composição espacial passa agora a ser o do *bloco celular*

---

<sup>390</sup> José Fernandes Pereira, “O Barroco do século XVII...”, *op. cit.*, pp. 41-43. Leia-se também a enumeração de iniciativas urbanas desta época, feitas de edifícios emergentes e não espaços abertos, por Vítor Manuel Serrão, em *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 217-223.

<sup>391</sup> Noutro exemplo, veja-se também Angra do Heroísmo (c. 1570), que em vez de praça central das vilas medievais tem um lote com a Sé, e cujo tecido tem apenas uma praça (periférica), da Câmara Municipal. Cf. José Eduardo Horta Correia (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 135; *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 53-54), Miguel Soromenho (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 26-28) e Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 593).

<sup>392</sup> Denominação de Helder Carita e António Cardoso (*Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*, 2.ª ed., Lisboa, Quetzal e Bertrand, 1998, p. 82); são jardins organizados em terraços em sucessão, mas sem relação com exterior: ler Ilídio Alves de Araújo, “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, separata de RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista de História*, vol. 2, Porto, Centro de História e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, p. 8. Também do início do século XVII é o surgimento de uma outra forma peculiar de tratamento paisagístico em percurso de meditação: as vias sacras (*idem*, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas - Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, p. 103).

*atravessável*<sup>393</sup>. Na ideia de cidade como na ideia de edifício, predominam entidades compactas e densas, perfuradas por alvéolos espaciais interligados, contrastantes. Em vez da rua-praça renascentista (como a Rua da Sofia) temos agora a rua-pátio (como no palácio dos Uffizi) ou mesmo a rua-túnel (como seriam as ruas estreitas de fachadas contínuas da Roma de Sisto V); no lugar da praça-salão (como a piazza della Santissima Annunziata), ou dum negativo resultando das relações entre objetos diferentes e soltos (como a praça Pio II, de Pienza), encontramos a praça-saguão (como a do Campidoglio, espaço nodal, mas encerrado e invisível do exterior), ou uma célula introspetiva que impõe uniformidade às suas fronteiras (como a Place des Vosges);<sup>[fig.10]</sup> onde se tinham cultivado espaços e volumes transparentes orbitando um núcleo (como em Santo Spirito), prefere-se um conjunto de sub-espços hierarquizados em profundidade (como no Redentore)<sup>394</sup>.

Arquitetonicamente, as concretizações arquetípicas dessa matriz paradigmática abstrata consubstanciam-se em três entidades: o Templo de Jerusalém, a basílica primitiva e o castelo. Significativamente, as três dependem dum investimento no *fundamento* e na *tradição*, valores mentais que são tridentinos por excelência<sup>395</sup>. Há assim uma certa recuperação arqueológica em todos estes modelos, embora ainda não mimética. A imagem do Templo, arquitetura *revelada* e proposta fonte de toda a arquitetura, é exemplificada pelo trabalho do jesuíta Juan Bautista Villalpando, publicado no seu *Ezechielem Explanationes et Apparatus Urbis, ac Templi Hierosolymitani* (1596-1605). Patrocinado por Filipe II de Espanha e influenciado pela obra de São Lourenço do Escorial, o desenho de Villalpando atribui características herrerianas aos preceitos bíblicos, mas algumas propriedades genéricas ressaltam: a massa compacta (e contrafortada), destacada e isolada; a estrutura celular, simétrica mas já não centralizada; a simbiose entre santuário, cenóbio e túmulo<sup>396</sup>.<sup>[fig.11]</sup> A basílica dos primeiros cristão, por sua vez, é um referente sancionado por São Carlos Borromeu, no *Instructiones fabricae et suppellectilis ecclesiasticae* (1577), onde ele as invoca como modelo original de opções sobre as plantas e as coberturas<sup>397</sup>, mas também

---

<sup>393</sup> Mais até do que “penetrável”; os volumes palacianos incorporam um eixo de atravessamento para os jardins (como na Villa Rotonda ou no Palazzo Te), e as cabeceiras eclesiais podem ser vistas como uma saída virtual para uma outra dimensão (sendo os retábulos como pórticos, no fundo do espaço-túnel das capelas-mor).

<sup>394</sup> Confrontar com o que foi dito no ponto 8.3.1.

<sup>395</sup> Como já analisámos; aliás, a discussão conciliar sobre o culto dos santos, as suas relíquias e as imagens - com tão grandes ilações artísticas - assenta no argumento de serem práticas existentes “(...) conforme a praxe da Igreja Catholica, e Apostolica, recebida desde os tempos primitivos da Religião Christã”: João Baptista Reyceud (ed.), *O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim, e portuguez*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781, t. II, sessão XXV, cap. I, p. 347. Note-se que os mesmos princípios, se vistos nas suas variações de “originário” e “autêntico”, são igualmente eixos significantes das preocupações reformistas protestantes.

<sup>396</sup> Santiago Sebastián, Maria Concepción Garcia Gainza, J. Rogelio Buendía Muñoz, *El Renacimiento*, *op. cit.*, pp. 51-52; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 671-672. Maria de Lurdes Craveiro (*O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 231) afirma que Villalpando propõe o Templo como um edifício centralizado, mas não sei em que se baseia para o dizer (a não ser que o diga por as reconstruções do *Ezechielem Explanationes* colocarem o santuário no meio/“centro” de um complexo, o que é notoriamente diferente).

<sup>397</sup> Livro I, caps. II e V (*Charles Borromeo's Instructiones fabricae...*, *op. cit.*, pp. 6 e 15). Sobre o revivalismo bizantino e paleocristão no período post-tridentino, ver Anthony Blunt, “Il Concilio di Trento e l'arte religiosa...” (*op. cit.*, pp. 156-158) e Paulo Varela Gomes (*op. cit.*, pp. 29-35).

de elementos menores (portas, colocação de relíquias, lampadários, ambões)<sup>398</sup>, e dos santuários a conceber ortodoxamente: destacados do que os circunda (elevados e isolados)<sup>399</sup>, filtrados do exterior (com átrio, pórtico ou pelo menos alpendre)<sup>400</sup>, longitudinais e com presbitério (de coro ou retrocoro e altar) separado por grades e degraus<sup>401</sup>. Finalmente, o castelo é tanto o símbolo atávico, agora reforçado, do *miles christianus*, poligonal e torreado<sup>402</sup>, como a representação duma interioridade preciosa, defendida, plenamente ilustrada no *Las moradas del castillo interior*, de Santa Teresa de Ávila (1577), em que o castelo é a própria alma, subdividido em moradas que é preciso explorar até se chegar ao cerne, onde está Deus<sup>403</sup>. Todas estas figurações, de temas já anteriormente explorados pelos Crúzios, foram parte do seu imaginário: com promotores na Ordem deste historicismo bíblico, como D. Pedro de Figueiró<sup>404</sup>, e tendo tido contacto com o tratado de Villalpando<sup>405</sup>; sendo o Borromeu protetor da Congregação<sup>406</sup>, e dada a proximidade augustiniana e popularidade do opúsculo da reformadora carmelita<sup>407</sup>.

Num segundo nível de referentes, mais concreto, poderão ter funcionado como protótipos uma série de obras em cidades visitadas pelos Cónegos, particularmente aqueles associados à promoção de indivíduos e instituições a que os Crúzios se sentiam próximos. Assim, segundo o que apurámos no ponto 8.2.3, vale a pena cruzar as cidades de Roma, Veneza, Milão, Madrid e Valhadolid, e os edifícios emblematicamente caucionados nesta cronologia pela Santa Sé, o Cardeal Carlos Borromeu (bispo de Milão entre 1564 e 1584), os Cónegos Lateranenses (a quem, lembremos, os Crúzios se tinham formalmente associado) e outras Ordens canonicais que então se destacavam, como é o caso já referido dos Teatinos, e verificar

---

<sup>398</sup> Livro I, caps. VII, XVI, XVIII e XXII (*Charles Borromeo's Instructiones fabricae...*, *op. cit.*, pp. 19, 20, 55, 63 e 80).

<sup>399</sup> Livro I, cap. I (*idem*, p. 1); Carlos Borromeu também justifica essa autonomia volumétrica como sancionada pelos *Antigos*.

<sup>400</sup> Livro I, cap. IV (*idem*, p. 14).

<sup>401</sup> Livro I, caps. X, XI, XII (*idem*, pp. 28-29, 30-31 e 33); uma vez mais, Borromeu justifica a separação do coro segundo a prática dos "edifícios antigos".

<sup>402</sup> António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 81. Leia-se também Arnold Hauser sobre o fenómeno afim do renascer do cavaleirismo (*História social de la literatura y del Arte*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 59-64); concordantemente, em Portugal continua e renova-se a voga de literatura cavaleiresca até ao século XVII (António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 405-409).

<sup>403</sup> *Las moradas del castillo interior*, Toledo, 1577 (lido em *Moradas do castelo interior*, "Amadis"/5, Lisboa, Assirio & Alvim, 1988). Note-se a similaridade com o Templo bíblico: a gradação de cerca/castelo/moradas da alegoria de Santa Teresa ecoa a do átrio/altar/*sanctum* (*idem*, p. 128). Outro exemplo deste investir do castelo como ilustrador de uma interioridade ligada ao indivíduo são os *castra doloris* (isto é, "castelos da dor"), estruturas turriformes erigidas à volta de catafalcos (Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 160-171). Na segunda metade do século XVII, a representação por Lucas Vorsterman da Imaculada Conceição, padroeira e protetora de Portugal, associada à Torre de David, em representação militar, prolonga essa simbologia mística da fortaleza (*idem*, p. 137; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 637-638). Este eixo semântico converge também com o elogio de interioridade *resguardada*, que encontramos em Thomas Kempis ou Fr. Heitor Pinto - ambos místicos augustinianos, já agora (cf. Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, pp. 95-97).

<sup>404</sup> Ver nota 171 deste capítulo.

<sup>405</sup> António de Oriol Vazão Trindade, *op. cit.*, pp. 327-329.

<sup>406</sup> Ver nota 151 deste capítulo.

<sup>407</sup> Teresa, que iniciou a sua educação religiosa entre cónegas agostinhas - Benedict Zimmerman, "St. Teresa of Avila", in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, Nova York: Robert Appleton Company, 1908, vol. 14, [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 8-8-2016] - baseia o seu tratado numa metáfora muito próxima à que Santo Agostinho faz nas *Confissões* (onde apresenta a alma como "O Palácio da Memória": *Confissões*, Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 2008, parte II, livro X, pp. 295-299) e cita este mesmo texto e passagem de Santo Agostinho (*Las moradas del castillo interior*, "Moradas quartas", cap. III, *op. cit.*, pp. 76-77).

As *Moradas* terão tido 4 edições portuguesas entre 1616 e 1654: José A. de Freitas Carvalho (dir.), *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade...*, *op. cit.*, pp. 210, 260, 330, 333; Ilídio Jorge Silva, *idem*, p. 97.

que traços arquitetónicos são recorrentes.

Em Roma, captando todas as atenções, estaria obviamente a renovação da igreja exemplar da cristandade papal, São Pedro do Vaticano. Atravessando a fase maneirista e barroca, polarizadas no projeto de Miguel Ângelo e o de Carlo Maderno<sup>408</sup>, a empreitada faz algumas afirmações estruturais: no primeiro desenho (1546-1556)<sup>409</sup> ressalta o corpo compacto, em cruz axializada, remetendo altar para o extremo oriental (quase um retrocoro<sup>410</sup>), com a sua particular atmosfera de luz contida<sup>411</sup>; no segundo (1603-1615), o reforço da cruz latina por um corpo com as três naves tradicionais (incluindo um clerestório na principal), e uma fachada palacial (retangular e “habitada”), com nártex (sob uma espécie de coro alto) e com duplo campanário previsto<sup>412</sup>.<sup>[fig.12]</sup> Em Roma também, a canónica lateranense de Santa Maria della Pace, de que já falámos no capítulo anterior, teve a sua igreja quatrocentista gradualmente renovada e, mesmo excluindo o célebre arranjo barroco da fachada e exterior (1656)<sup>413</sup>, teria nesta altura uma disposição espaço-volumétrica particular: um corpo-caixa retangular, com nave e capelas laterais, especialmente separado dum presbitério sob cúpula octogonal, com profundidade acentuada ainda por uma capela-mor espaçosa, da mesma largura da nave.<sup>[fig.13]</sup>

Em Veneza, os Cónegos de Latrão sedeavam em Santa Maria della Carità, e envolveram-se num ambicioso plano de renovação do cenóbio, entregue a Andrea Palladio (c. 1561-1570). O desenho, embora nunca completamente executado, previa um conjunto retangular de dependências, acoplado à compacta igreja gótica frente ao Grande Canal, organizado numa sucessão linear de claustros (um menor, junto à igreja e dois maiores, para o interior do quarteirão); é interessante destacar que os claustros grandes “gémeos” teriam entre si uma relação de transparência visual, pela continuidade das alas laterais, e que são separados por uma sala única, que seria o refeitório<sup>414</sup>.<sup>[fig.14]</sup> Se o arquiteto dos seus congéneres em Veneza tivesse chamado a atenção dos Regrantes, não seria impossível que as duas obras religiosas principais daquele na mesma cidade – San Giorgio Maggiore (1560-1565) e Il Redentore (1576-1580) – lhes merecessem uma visita mais atenta; se não mais, pelo menos a sua organização comum,

---

<sup>408</sup> Embora a intervenção de Bernini, no interior da basílica e na praça, ocorra entre 1624 e 1667 (Domingos Tavares, *Francesco Borromini – dinâmicas da arquitetura*, Porto, Dafne Editora, 2004, pp. 37-38; Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 151) – isto é, no intervalo aqui em análise – não a considero como influente, sendo a última grande empreitada cruzia de 1624/1631, em Viana, e decorrendo ela num contexto de possível redução de contactos com Roma, que pouco depois diminuirão ainda mais drasticamente (ver nota 153 deste capítulo).

<sup>409</sup> Domingos Tavares, *Michelangelo – aprendizagem da arquitetura*, Porto, Dafne Editora, 2012, pp. 128-137.

<sup>410</sup> Já quando Miguel Ângelo propusera em 1505 que o túmulo de Júlio II se localizasse sob a cúpula do projeto de Bramante, pressupunha que o altar principal fosse remetido para um topo, além do cruzeiro, mas ao que Bramante se opusera (Domingos Tavares, *Michelangelo...*, *op. cit.*, pp. 71-73).

<sup>411</sup> Apenas com janelas nos topos e no tambor e com lanternim sem entrada de luz (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, pp. 127-129).

<sup>412</sup> Domingos Tavares, *Francesco Borromini...*, *op. cit.*, pp. 22-27.

<sup>413</sup> *Idem*, p. 68; também ele demasiado tardio para ter tido reflexo nos Regrantes.

<sup>414</sup> O projeto é pelo menos de 1561, foi descrito por Vasari em 1568, e figurava – embora numa planta não evidenciando a sua ligação à igreja – na edição de 1570 do tratado de Palladio (Lionello Puppi, *Andrea Palladio*, Milão, Electa, 1989, pp. 333-335; James S. Ackerman, *op. cit.*, pp. 35 e 152-153; Domingos Tavares, *Andrea Palladio...*, *op. cit.*, pp. 42 e 110; Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, p. 81).

contrastando um corpo-caixa (de nave central e capelas laterais intercomunicantes) e um presbitério autonomizado, em ambos os casos com retrocoro, pode ter sido apreendida; adicionalmente, o mosteiro de San Giorgio, após a reorganização paladiana, era também composto de dois claustros quase iguais, tendo como septo uma sala única (aqui, a biblioteca)<sup>415</sup>.<sup>[fig.15]</sup>

Milão foi o campo de exploração das orientações do Concílio de Trento pelo cardeal Borromeu e um centro religioso e arquitetónico importante. O bispo milanês lançou a sua sombra sobre a construção eclesiástica na cidade, mas empenhou-se pessoalmente em dois edifícios de raiz, em parceria com o seu arquiteto de eleição, Pellegrino Tibaldi: a igreja inaciana de San Fedele (1567-1643)<sup>416</sup> e o templo votivo de San Sebastiano (1577-1617)<sup>417</sup> – por um lado, mais um caso de corpo eclesial como bloco quadrangular, a que se sucede axialmente um presbitério sob cúpula e com retrocoro,<sup>[fig.16]</sup> por outro, uma experiência de planta circular oitavada, em dois tambores concêntricos (o espaço central de nave, e as capelas circundantes em estrato inferior), que mais tarde receberá um retrocoro.<sup>[fig.17]</sup> Na cidade e durante o episcopado de Borromeu, o esquema contrastante de corpo-presbitério, com capela-mor sucedendo a um cruzeiro/transepto não saliente, realizou-se igualmente nas igrejas canonicais dos Lateranenses, Santa Maria della Passione (1550-1580)<sup>418</sup>,<sup>[fig.18]</sup> e dos Teatinos, Sant'Antonio Abate (1584-1612)<sup>419</sup>,<sup>[fig.19]</sup> e fora ainda escolhida, antes da chegada do bispo, por Galeazzo Alessi para San Barnaba (1561-1576), dos Clérigos Regulares de São Paulo<sup>420</sup>.<sup>[fig.20]</sup> Todas estas igrejas milanesas post-tridentinas concordam igualmente nas configurações de fachada-topo articulada por membratura clássica e do corpo eclesial centrado numa nave principal ladeada de capelas (só na igreja lateranense existem naves laterais propriamente ditas, embora previsivelmente reservadas aos clérigos); dividem-se, pelo contrário, entre coroar o presbitério/cruzeiro por cúpulas oitavadas (circular com oito tramos em San Fedele e San Sebastiano, octogonal em Santa Maria), ou em cruzamentos de abóbadas de canhão (em San Barnaba e Sant'Antonio).

Entre as capitais dos Áustrias ibéricos, os Crúzios teriam deparado com modelos autoritativos para a

---

<sup>415</sup> James S. Ackerman, *op. cit.*, pp. 35, 133-134, 143 e 151-152; Domingos Tavares, *idem*, pp. 114-124; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, pp. 32-33.

<sup>416</sup> O projeto é de 1567, e de 1569-1586 é a construção da nave por Tibaldi; entre 1586 e 1643 erige-se a cabeceira, em projeto revisto por Martino Bassi e Francesco Richini (Maria Teresa Fiorio, *Le chiese de Milano*, Milão, Electa, 1985, pp. 149-155). Paulo Varela Gomes (*op. cit.*, p. 30) refere-se a um projeto tibaldiano inicial, de planta centrada, mas não encontro referências a tal; esse não é pelo menos o desenho que se executa desde 1569.

<sup>417</sup> Datação refere-se ao intervalo desde o desenho até ao fecho da cúpula, já com alterações por Fabio Mangone ao projeto de Tibaldi, depois da morte deste em 1586 (Maria Teresa Fiorio, *idem*, pp. 340-342).

<sup>418</sup> Santa Maria della Passione é mosteiro de Lateranenses desde 1485, com dependências primitivas em construção por volta de 1486-1490; c. 1550 começa a erigir-se uma igreja em cruz grega (a cúpula data de 1555), à qual se acrescenta uma nave axial desde 1573, em projeto de Martino Bassi; o segundo claustro é de 1608 (Maria Teresa Fiorio, *idem*, pp. 206-213).

<sup>419</sup> No local existia um mosteiro anterior, construído entre séculos XIV e XVI, de dois claustros; Sant'Antonio é entregue aos Teatinos em 1577, que refazem a igreja desde 1584 até c. 1612, sob traça de Dionigi Campazzo (*idem*, pp. 240-244).

<sup>420</sup> *idem*, pp. 185-188.

arquitetura paçã, eclesial e cenobítica: os palácios do Alcazar (renovado entre 1562 e 1621)<sup>421</sup> e do Buen Retiro (1633)<sup>422</sup>, em Madrid;<sup>[fig.21]</sup> a catedral de Valhadolid (1580-1595)<sup>423</sup>,<sup>[fig.22]</sup> e o palácio-mosteiro de San Lorenzo de El Escorial (1561-1584)<sup>424</sup>.<sup>[fig.23]</sup> As residências reais madrilenas, reiteram, no seu longo arco temporal, a afirmação do palácio-bloco, quadrangular e encerrando pátios, oferecendo ao exterior longas fachadas repetitivas rematadas a torreões de ângulo, o que aliás se repete no Escorial. O mosteiro hieronimita, por sua vez, insiste também num arranjo das dependências conventuais que já encontrámos em Veneza, colocando, lateralmente à igreja, um longo retângulo de duplo quadrado (aqui re-dividido em quatro no lado ocidental), com continuidades visuais entre claustros sucessivos, e septos constituídos por espaços únicos; a igreja do conjunto (quadrângulo cupulado de que apenas se projeta a capela-mor) é precedida de coro alto e exonártex, e tem uma fachada bitorreada, mas que destaca volumetricamente o corpo central, como se de uma fachada-topo se tratasse. Na posterior proposta (nunca rematada) para a catedral valisoletana, e num projeto não partilhado com outros autores, Herrera mantém-se fiel à imagem do corpo retangular com torres de esquina, mas abandona o espaço pseudo-centralizado do Escorial, e giza uma igreja em cruz latina (mas de transepto não saliente), com três naves claramente definidas e contrafortadas, com um cruzeiro sem zimbório (de cúpula abatida ou em cruzamento de abóbodas) e com o coro do cabido colocado *atrás* do altar; a fachada, mesmo que sem nártex ou coro alto (embora sugerindo um alpendre térreo), repete a formulação dúbia escorialense, algures entre ser bitorreada e ter uma fachada-topo destacada, em planta e em volume, correspondendo à nave central.

Uma última fonte, virtual e não experiencial, de protótipos ou asserções prototípicas, é, evidentemente, a tratadística arquitetónica disponível nas livrarias regnantes. Já vimos, no capítulo anterior, que existiam em Santa Cruz de Coimbra, em edições anteriores a 1556, os tratados de Vitruvius, Serlio, Labacco e Cataneo (entre outros); na segunda metade do século XVI e início do seguinte juntar-se-lhes-ão ainda: o *Regola delli cinque ordini d'architettura di M. Iacomo Barozzio da Vignola* (em edição pelo menos de 1593) e o *Dell'idea della architettura universale*, de Vincenzo Scamozzi (1615), além duma obra ilustrada por Matteo Greuter sobre o projeto miguel-angelesco de São Pedro do Vaticano, de 1613; de proveniência flamenga, achamos um *Perspective* de Jan Vredeman de Vries (1604), secundado pelo *Opera Mathematica*, do seu seguidor Samuel Marolois (1614)<sup>425</sup>. Este catálogo permite algumas ilações:

---

<sup>421</sup> António Oliveira, *D. Filipe III*, *op. cit.*, pp. 75-77; António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 81.

<sup>422</sup> António Oliveira, *idem*, p. 75; António Filipe Pimentel, *idem*, *ibidem*.

<sup>423</sup> Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 127-135.

<sup>424</sup> A decisão da construção é de 1561, o projeto de Juan Bautista de Toledo de 1562; lança-se a 1.ª pedra em 1563 e em 1567 Juan de Herrera assume a obra (AAVV., *Juan de Herrera, arquitecto real*, Barcelona, Lunwerg editores, 1997, p. 29; Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 54-82; Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, *op. cit.*, p. 268).

<sup>425</sup> Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A livraria do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 88, 89, 91, 92 e 95.

confirma, em primeira análise, o interesse *informado* na obra vaticana; em segundo lugar, sublinha a consciência quer da plástica serliana quer da flamenga, mas também uma presença clara de fontes dum *tom* de Maneirismo “Contido” (da severidade de Cataneo<sup>426</sup> ao paladianismo expurgado de Scamozzi, passando pelo rigorismo vinholesco).

## 8.4 | A fala arquitetónica crúzia

**8.4.1 Enunciados-tipo e estereótipo(s):** A primeira obra de fundo da cronologia em análise, e portanto o primeiro enunciado-tipo do discurso crúzio nesta altura, é o renascido mosteiro de São Salvador de Grijó. Abandonado desde a transferência definitiva para a Serra do Pilar, em 1542, é pedida a sua reanimação uma vintena de anos depois, alegando a insalubridade da Serra – como décadas antes o tinham feito quanto a Grijó – e a quebra da assistência paroquial aos fregueses do antigo local, o que Pio IV autoriza em 1563. O capítulo-geral da Congregação implementa essa decisão em 1564, devolvendo a Grijó a sua precedência hierárquica, por antiguidade, acima do mosteiro de Gaia, e a seguinte reunião, em 1566, sanciona a divisão de rendas e efetivos entre os dois mosteiros; neste último ano, Pio V reconfirma a separação final dos cenóbios. Simbolicamente reocupado em 1564, para eleição canónica do primeiro prior, só em 1568 são reparadas provisoriamente as antigas dependências, a Norte da igreja atual, para albergar os cônegos, embora a transferência integral da comunidade só deva ter acontecido em 1599, quando o novo edifício já os pode receber, e sendo apenas então que a canónica junto ao Porto muda a sua invocação de São Salvador para Santo Agostinho, para se distinguir de Grijó<sup>427</sup>.

O desenho para um novo mosteiro, de Francisco Velásquez, surge em 1572<sup>428</sup>, e a primeira pedra é lançada em 1574, num processo conduzido no priorado de D. Pedro da Assunção (1572-1575)<sup>429</sup>; referenciado pelas suas simpatias e excelentes contactos com o partido espanhol aquando da União Ibérica, é interessante que recorra a um arquiteto espanhol, anteriormente ao serviço do igualmente

---

<sup>426</sup> Anthony Blunt, “Il Concilio di Trento e l’arte religiosa...”, *op. cit.*, p. 158; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 30.

<sup>427</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XVI, p. 339; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 154-155; Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, pp. 24-26 e 32-33; Carlos Ruão, “A edificação da dupla-rotunda...”, *op. cit.*, p. 37; António Nogueira Gonçalves, “O claustro do mosteiro da Serra do Pilar na arquitectura Portuguesa”, in *O mosteiro da Serra do Pilar*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 30-31; Maria Inês Ferreira de Amorim, *O mosteiro de Grijó. Senhorio e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Braga, edição da autora, 1997, pp. 158-159.

<sup>428</sup> A atribuição é feita pelo cronista D. Marcos da Cruz, e tem sido genericamente aceite (George Kubler, *op. cit.*, p. 69; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 117; Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, p. 25); em particular, Celso Francisco Santos analisa a autoria no contexto do seu estudo monográfico e também se inclina por ela, dada unidade de desenho e as repetidas advertências dos visitantes para que se respeitasse o debuxo (*A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, pp. 33, 41, 42 e 110-113). Já Vítor Manuel Serrão rejeita a hipótese, apoiando-se em Carlos Ruão, e atribui a traça de Grijó a Gonçalo Vaz (*O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 200; ver notas 205 e 438 deste capítulo, também).

<sup>429</sup> Celso Francisco Santos, *idem*, p. 33. A data do projeto e de início da construção são também anos de capítulo-geral, o que pode indicar, mais uma vez, o funcionamento coletivo das decisões sobre processos edificatórios.

castelhano (e protegido de D. Catarina) D. Julião de Alva, na Sé de Miranda<sup>430</sup>. A continuada ligação de D. Pedro a Grijó (em 1587, como prior-geral da Congregação, ainda oferece ao mosteiro uma relíquia dos Mártires de Marrocos) ajuda quiçá também a clarificar como a fachada de Grijó obteve uma expressão flamenguista tão nitida<sup>431</sup>. Recordemos que o momento em que este processo decorre é também o do arcebispado de Fr. Bartolomeu dos Mártires em Braga (1558-1581)<sup>432</sup>, que é próximo da conclusão do Concílio de Trento, em 1563 (onde o arcebispo estivera), e numa altura de influência privilegiada de São Carlos Borromeu – protetor dos Regrantes até provavelmente 1572 (e amigo de Fr. Bartolomeu<sup>433</sup>), reformando a arquitetura religiosa milanesa desde 1565 e editando o seu tratado em 1577.

Que pretendia dizer-se com o novo mosteiro de São Salvador? Antes de mais, claro está, afirmar a sua identidade: uma identidade *recuperada*, uma identidade *renovada*, e, por natureza, uma identidade *diferenciada*. Do lado da recuperação, reatar uma tradição e reocupar um estatuto institucional; do lado da renovação, acentuar esse regresso com sinais de atualidade e gosto informado; por último, dada cisão com Santo Agostinho da Serra, afastar-se dessa associação, distanciando-se portanto da sua imagem. Adicionalmente, é previsível que este conjunto interligado de desideratos fosse limitado por algumas dificuldades económicas, dadas as perdas da Ordem em 1545 e 1549, o processo em curso da sua expansão, e a divisão de rendas deste mosteiro com Santo Agostinho da Serra. É assim que, quase por dedução lógica, nos surge o programa do projeto de 1572: um conjunto de dimensão controlada, compacto onde a Serra do Pilar era extensivo (de igreja longitudinal onde aquele era centrado, de claustro quadrangular onde aquele era circular), e numa organização “elementar” de igreja e claustro único, que não é difícil de acreditar que seria a medieval pré-existente. Simultaneamente, essa sobriedade e tradicionalismo vinham de encontro ao espírito da época, assim como a configuração do conjunto, em bloco quadrangular<sup>434</sup>, prenuncia o pendor castrense que dominará a arquitetura residencial e cenobítica, como vimos<sup>435</sup>. Contrabalançando a simplicidade de base, o decorativismo flamengo exterior

---

<sup>430</sup> D. Julião de Alva, que a rainha fizera capelão-mor de D. Sebastião em 1564 e que passara a morar então junto a São Vicente de Fora, após negociar com Santa Cruz a entrega da sua comenda em Refoios para reforma do mosteiro (ver notas 151, 158 e 183 deste capítulo).

<sup>431</sup> George Kubler (*op. cit.*, p. 69), acha-a aprendida em modelos de De Vries, com o que José Eduardo Horta Correia concorda (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 118). Já vimos também que os Cruzios possuíam obras do flamengo e do seu círculo (ver nota 425 deste capítulo).

<sup>432</sup> O que faz dele, por conseguinte, o metropolitano diocesano do mosteiro do Salvador de Grijó.

<sup>433</sup> José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra, edições da Universidade de Coimbra, 1960, vol. I, pp. 81-82; José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore*...”, *op. cit.*, p. 209 e nota 92 (sobre a relação do cardeal com os Cruzios, ver nota 151 deste capítulo).

<sup>434</sup> Não o sendo, em rigor, quando visto do lado oriental, era assim que se *apresentava* o mosteiro a quem chegava, a Oeste.

<sup>435</sup> Com precedentes cruzios igualmente, como já discutimos, mas que ia tomando forma como tendência no Alcazar de Madrid e no Escorial.



e o classicismo erudito interior (na igreja e no claustro principal, nomeadamente<sup>436</sup>),<sup>[fig.24,25]</sup> tanto se alinham com tendências regionais, como com práticas cortesãs de prestígio<sup>437</sup>. É claro que o tempo de construção pode ter tido um papel no reforço destes acentos estilísticos: embora lançada em 1574, a obra avança lentamente<sup>438</sup>, e os edifícios principais só serão realizados sob a dinastia filipina, em que há um recrudescimento do Maneirismo “Contido”<sup>439</sup> (o claustro, c. 1593-1607<sup>440</sup>, e a igreja, c. 1612-1636<sup>441</sup>, arrastando-se a fachada até 1644-1655, ou mesmo até ao início do séc. XVIII<sup>442</sup>).

Um referente importante para alguma das opções específicas aqui tomadas de início é o Convento de São Domingos de Viana, obra-chave de representação da nova ortodoxia tridentina, sancionada por dois prelados influentes: Fr. Bartolomeu, que o construiu e escolheu para residência (terrena e eterna), e o cardeal Borromeu, que o parece ter inspirado pela sua proximidade ao arcebispo<sup>443</sup>. Com traças de autoria incerta, talvez com conselho de Fr. Julião Romero, mas produto mais provável do círculo “dos Lopes”<sup>444</sup>, erigiu-se, na sua formulação original, entre 1561 e 1576<sup>445</sup>. Compartia com Grijó, desde logo, o plano “minimalista”, de igreja e dependências de um só claustro e dois pisos, em conjunto-bloco

---

<sup>436</sup> George Kubler nota aliás o correto intercolúnio jónico do claustro (*op. cit.*, p. 71). Em boa verdade, apesar de essa ser a tónica, não é só no interior que há classicismo, como se vê (o que é raro) no rigor do uso de entablamento e pilastras nas fachadas laterais da igreja; da mesma forma, também se deteta flamenguismo no interior - no claustro, o intradorso de arquivadas também tem motivos em diamante e *rollwerk*.

Parece haver também aqui uma teoria de ordens hierarquizada: toscano no claustro de portaria e no nível térreo da fachada, dórico no andar nobre e na nave (note-se os triglifos, misulados e simplificados na fachada, e quase canónicos, com *guttae*, na parede testeira), jónico no claustro e coríntio no arco triunfal, como peça destacada (assinada pela descontinuidade do entablamento).

<sup>437</sup> Além de estas escolhas estilísticas sinalizarem possíveis solidariedades políticas - é preciso lembrar que, neste momento inicial, o partido de D. Catarina (que se inclina pela exuberância) é também o partido anti-D. Henrique, cuja relação com os Regrantes está longe de ser positiva (ver nota 188 deste capítulo).

<sup>438</sup> Provavelmente devido à saída de D. Pedro da Assunção para prior-geral, em 1575. A morosidade levará o capítulo congregacional de 1578 pedir ao mosteiro que reavalie se o projeto original não seria muito ambicioso (Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, p. 34). Não acredito no entanto, como disse (ver nota 428 acima), que o projeto tenha sido grandemente alterado - aliás, se 1578 marca o afastamento de D. Pedro do priorado-geral, 1581 verá o seu regresso por outro triênio, para congraçar a Ordem com castelhanos, e certamente trará de novo o seu apoio ao projeto que iniciara; o prior retornará para um terceiro mandato à frente da Congregação (1587-1590), de novo dando sinais de interesse por Grijó, e haverá ainda uma quarta eleição, entre 1596 e 1599 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXII, XXIV, XXVI, XXXI, pp. 359, 367, 368 e 389), isto é, precisamente até ao momento em que o mosteiro está suficientemente avançado para que se efetue a mudança definitiva da comunidade para o local. A preponderância de D. Pedro da Assunção na instituição até fins de Quinhentos mais sustenta a hipótese de o projeto inicial de Francisco Velásquez ter sido respeitado.

<sup>439</sup> As obras do claustro são também feitas quase integralmente pela mão de Gonçalo Vaz, o que, dados os seus laços ao Porto e até possivelmente ao mosteiro da Serra do Pilar (José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore...*”, *op. cit.*, pp. 226, 236, e nota 155, pp. 226-227), pode ter trazido as semelhanças de linguagem clássica entre este claustro e o da Serra, que teria sido terminado por Jerónimo Luís e João Lopes-o-Moço em 1583 (ver notas 206 e 207 deste capítulo).

<sup>440</sup> Celso Francisco Santos, *idem*, pp. 48-49; os painéis azulejares do claustro são datáveis de c. 1630, o que indica uma fase de acabamentos, posterior (João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p.37).

<sup>441</sup> Celso Francisco Santos, *idem*, pp. 42-45.

<sup>442</sup> *Idem*, pp. 45-47.

<sup>443</sup> Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 123; José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore...*”, *op. cit.*, p. 209, notas 92 e 93.

<sup>444</sup> Afastada a hipótese de Rafael Moreira de uma atribuição integral a Julião Romero (cf. Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *op. cit.*, pp. 339-340 versus José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore...*”, *op. cit.*, pp. 174-175 e 179-180), tem havido quem se incline por Mateus Lopes (Vitor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 199; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 582); José Ferrão Afonso reconhece presença de Mateus Lopes e João Lopes-o-Moço, e portanto a sua possível autoria, mas acha ainda possível que ela possa ser de Manuel Luís (*idem*, pp. 180 e 205-214).

<sup>445</sup> É em 1561 o início da obra do convento, e de 1566 o começo dos trabalhos na igreja; já abrigando missa desde 1571, o remate da fachada só tem lugar em 1576 (José Ferrão Afonso, *idem*, pp. 179-180). Por conseguinte, relembremos, João Lopes-o-Moço dirige a obra desta igreja *antes* de estar presente no estaleiro do mosteiro da Serra do Pilar (ver nota 206 deste capítulo).

retangular<sup>446</sup>.<sup>[fig.26]</sup> Mas é a composição do templo dominicano, por coincidência dedicado à Santa Cruz, que tem originalidade mais destacada, e que se terá refletido na do Salvador. É um dos primeiros exemplos a pegar na matriz morfológica das igrejas baseadas em nave única<sup>447</sup>, consagrada nas igrejas colegiais conimbricenses, e apresentar uma versão revista, apelando à tradição (com volumetria pseudo-basílica, transepto e clerestório) e introduzindo-lhe separações espaciais simbólicas (como o próprio transepto, dividindo a nave da cabeceira, ou o estreitamento da capela-mor, mais baixa e mais estreita que a nave, como um “túnel” escavado na parede fundeira); a resolução depurada da relação nave-transepto, em “T”, com simples cruzamento das meias-canais dos tetos, é outra das afirmações a reter<sup>448</sup>. Finalmente, saliente-se a fachada-topo<sup>449</sup>, retangular, vertical, pétreo e retabular<sup>450</sup>.<sup>[fig.27]</sup>

Todos estes dispositivos compositivos se encontram em Grijó<sup>451</sup>.<sup>[fig.28]</sup> Porém, há razões para dizer que os Cónegos foram mais borromaios que o arcebispo de Braga<sup>452</sup>, e sobretudo que procuraram incorporar elementos característicos do discurso arquitetónico crúzio anterior. Salta à vista, primeiramente, que a canónica recorre a uma linguagem mais classicista, em sintonia com o que preconizava o bispo de Milão, onde o convento vianense é, com exceção da peça isolada do portal, notoriamente chão<sup>453</sup>. No mesmo sentido, note-se que São Domingos de Viana tem ainda um claustro castilhano, onde Grijó prefere claustros ruanescos<sup>454</sup>, diferenciação que é também passível de ser vista como seleção de um formato mais recente na tradição crúzia e mais linguisticamente erudito<sup>455</sup>. É também evidente que a fachada

<sup>446</sup> Assim seria originalmente: as dependências dominicanas tiveram ampliações por volta de 1582, 1716 e 1744, e provavelmente também com a instalação ali dum liceu, em 1851-1853. Estas renovações acrescentaram também ao conjunto um piso (c. 1582) e a nova torre sineira, em 1607 (Paula Noé, “Convento de São Domingos/Igreja de Santa Cruz/Igreja Paroquial de São Domingos”, 1998, in S.I.P.A., *op. cit.*, consultado em 8-4-2017). Além disso, pelo menos na planta de Viana do Castelo de 1756-1758, o convento ainda só se apresenta com um claustro (Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 42).

<sup>447</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 582-583. Note-se que a igreja de Santa Cruz do convento dominicano de Viana é começada no mesmo ano que da do Espírito Santo de Évora (1566), mas o projeto inicial do cenóbio (de 1561) podia já incluir a solução.

<sup>448</sup> Em morfologia análoga, recordemos, ao que vimos em exemplos borromaios italianos, que os Crúzios conheceriam diretamente.

<sup>449</sup> Ambigualmente, tem volumes laterais ligados por aletas ao plano principal, mas estes são claramente secundarizados visualmente (ver nota 378 deste capítulo).

<sup>450</sup> José Ferrão Afonso vê nela o reflexo do precedente de Santa Cruz de Coimbra (“A herança do *muratore*...”, *op. cit.*, p. 208); Paulo Pereira acha-a antes descendente de Santa Maria de Pontevedra, embora a primeira a recuperar modelo, que virá realmente a ter outras iterações galegas nesta altura (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 582-583).

<sup>451</sup> Incluindo uma pequena aleta residual (sem voluta!) à direita do alçado, ou a afirmação do pano quadrangular de fachada, reforçando a força do entablamento com uma balaustrada superior e recuando a empena da cobertura de duas águas. Saliente-se, para compreendermos esta emulação, que os Crúzios, além de terem ligações a Fr. Bartolomeu e São Carlos Borromeu, se sentem mais próximos dos Dominicanos do que, por exemplo, dos Jesuítas; Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro IV, cap. VIII, p. 192) e Leonardo de São José (*op. cit.*, pp. 54-56) repetem que os Pregadores são quase cónegos regrantes e foram fundados por um cónego agostinho, Domingos de Gusmão.

<sup>452</sup> Num exemplo de detalhe, note-se que embora Santa Cruz de Viana do Castelo e San Barnaba/Sant’Antonio Abate, em Milão, usem formas de evitar a grandiloquência das cúpulas de cruzeiro, a igreja dominicana portuguesa é mais radicalmente chã e interseta a abóboda da nave com a do transepto com uma simples solução de arestas, onde as milanesas usam abobodamentos autonomizados para o cruzeiro, que é o que acaba por acontecer em Grijó, fazendo uso de uma abóboda quadrangular de cruzaria, descontinua das abóbodas que ali confluem.

<sup>453</sup> Os dois prelados defendem a tradição como guia e as basílicas paleocristãs como referentes, mas o italiano deriva disso a aceitabilidade da linguagem clássica (e a sua necessidade em termos de prestígio), onde o português parece desconfiar dela como de expressão gentia. Também é sintomática a diferença da opção pelo teto de madeira em vez da abóboda de pedra (José Ferrão Afonso, “A herança do *muratore*...”, *op. cit.*, pp. 208-209 e notas 92 e 93).

<sup>454</sup> Em Grijó, ruanescos são o claustro do Silêncio, jónico, que ainda existe, e o de portaria, toscano, de que sobra apenas uma das quadras.

<sup>455</sup> Para as raízes crúzias do claustro ruanescos, releia-se o capítulo anterior.

vianense é um ecrã liso, quase um espaldar, a que está aposta uma máquina retabular, destacada, onde a igreja do Salvador possui um verdadeiro *Westwerk*, um módulo tridimensional, turriforme<sup>456</sup>, com alguma autonomia, que serve de filtro com o exterior (incorporando o nártex e o coro alto), e que apresenta uma face integralmente decorada<sup>457</sup>. Aqui, o paralelo com Santa Cruz de Coimbra é inevitável (incluindo o janelão vertical que ambas possuem), quiçá complementado pelo exemplo das fachadas colegiais de raiz castilhana, que adotaram o nártex/sub-coro<sup>458</sup>. De procedência distintamente crúzia são também uma série de elementos da *abordagem* ao mosteiro (isto é da sua apresentação ao visitante), como a existência de um claustro de portaria toscano, volume secundário adossado ao bloco conventual (análogo aos que Fr. Brás adicionara a Santa Cruz e São Vicente de Fora), e como a sua conformação urbanizada<sup>459</sup>. Grijó tem um adro/*atrium* de chegada (ecoando o largo do Sansão mas aproximando-se às prescrições do *Instructiones fabricae*<sup>460</sup>), precedido de uma via axial (como a Rua da Sofia)<sup>461</sup>, [fig.29b] e ainda um fundo terreiro de serviço, a Sul do adro, do lado do refeitório, acedido pela porta de carros,

---

<sup>456</sup> George Kubler (*op. cit.*, pp. 71-72), realça a sua extrema verticalidade, compara-a a San Fedele de Milão e vê aqui uma expressão de racionalidade geométrica, também presente no “segundo alçado”, a parede fundeira da nave.

<sup>457</sup> A frontaria exterior e a parede fundeira são também fachadas-retábulo, figurando São Pedro e São Paulo no exterior, e o Salvador no arco triunfal (Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, pp. 99 e 101) - isto é, as figuras tutelares da Igreja Católica à entrada, a invocação do mosteiro na cabeceira.

<sup>458</sup> George Kubler (*op. cit.*, p. 69), põe em paralelo o uso desse elemento em Grijó ao colégio do Carmo de Coimbra. O nártex colegial poderá, lembremos, ter sido inspirado nos nártexes crúzios românicos (e em particular no de Santa Cruz), incorporando a crescente abertura e transparência desse elemento de transição que vimos ocorrer nos intervalos 2.º e 3.º da existência da Ordem. O exemplo de São João da Foz, conhecido de Castilho e talvez plasmado por D. Miguel da Silva em Landim, poderá ter influenciado os modelos colegiais e os estereótipos desta fase que agora analisamos, mas não pode ser a sua raiz única ou indispensável.

<sup>459</sup> Aparecendo a igreja a eixo, tem as hospedarias à direita e a casa da procuração e a cadeia, à esquerda; aliás, as edificações que conformam este adro, a cerca e as portas desta, são das primeiras empreitadas a arrancar, em 1575, até antes do mosteiro propriamente dito (Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, pp. 38-39), similarmente afinal ao que fizera Fr. Brás de Braga na Serra do Pilar (Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões..., *op. cit., passim*, e *Docta pietas...*, *op. cit.*, pp. 21-23). Atualmente há também à esquerda uma torre dos sinos, mas colocada ali muito mais tarde, em 1915 (Isabel Sereno, João Santos, Filomena Bandeira, Paula Noé e Patrícia Costa, “Mosteiro de Grijó e Túmulo de D. Rodrigo Sanches/Mosteiro de São Salvador”, 2003, , *in* S.I.P.A., *op. cit.*, consultado em 8-4-2017), transferida da sua localização primitiva, no ângulo Sudoeste do terreiro das hospedarias (onde ainda a mostrará uma fotografia que existe no mosteiro de Grijó, parte da coleção da sr.ª Fernanda Amorim, de proveniência incerta). [fig.29a]

<sup>460</sup> George Kubler (*op. cit.*, p. 71), compara o *atrium* de São Salvador de Grijó ao quadripórtico de Santa Maria presso San Celso e às prescrições borromaicadas das *Instructiones*; em Grijó, de facto, há uma maior preservação/filtragem de privacidade do que na praça urbana de Coimbra.

<sup>461</sup> A rua (atual Avenida do Mosteiro de Grijó) é rematada no topo oposto pela capela de Santo António (talvez seiscentista?); fazia a ligação à estrada real, ou “estrada mourisca”, assim como ao caminho para a Brévia do mosteiro, junto ao mar, passando na igreja paroquial de São Félix da Marinha. A Casa Brévia da Granja tem aliás a entrada e fachada principal voltada a Nascente, isto é, para estrada que leva a Grijó, e não para o mar. Sobre a relação do mosteiro com as vias próximas e sobre a Brévia, leia-se: Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. III, pp. 164 e 322; Celso Francisco Santos, *idem*, pp. 18-19; António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p. 100.

contendo as hospedarias e sendo dominado por uma forte torre sineira<sup>462</sup> (portanto, a todos os títulos análogo ao de Coimbra).<sup>[fig.29c]</sup>

A esta primeira configuração do mosteiro regente, será adicionada até c. 1633, um elemento significativo, que confirma estas asserções e abre novas possibilidades: uma ala de dormitório é construída a Sul do claustro grande, prolongando-se para Nascente do contorno do núcleo quinhentista<sup>463</sup>. Essa longa fachada aproximar-se-ia das que tinham existido em Santa Cruz e na Serra do Pilar (refeitas e/ou estendidas em ambos os casos, em Seiscentos, como veremos) e até, mas mais distantemente, da que será projetada em São Vicente de Fora; fica também, como em Coimbra, na continuidade do terreiro e em direção à quinta monástica<sup>464</sup>.

São Salvador de Grijó estabelece assim um primeiro estereótipo crúzio deste intervalo. Embora também seja uma redução do estereótipo renascentista (dele mantendo estratégias de abordagem) e possa proceder a “revivalismos” adicionais (como a fachada turriforme, texturada e *habitável*, ou a sala capitular profunda, com capela axial), funciona na prática como um modelo novo, afirmando um conjunto-bloco quadrangular, de igreja baseada na nave única (com ou sem transepto, com ou sem capelas laterais, mas com capela-mor profunda<sup>465</sup>) e com fachada-topo/*Westwerk* (albergando coro alto e nártex), anexada lateralmente a dependências de dois pisos (o térreo funcional e o superior privado), à volta de um único claustro ruanesco. A disposição dos espaços cenobíticos interiores é igualmente uma simplificação das práticas anteriores<sup>466</sup>, mas inclinando-se pelo essencial e o funcional, e colocando em edifícios independentes outras funções, à medida das necessidades, preservando a “pureza” do bloco

---

<sup>462</sup> Ver nota 459 acima. Uma segunda torre, de que só resta a base, aparece integrada no corpo das hospedarias (António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 126-129), e poderá porventura preceder até a reconstrução do mosteiro (aparece militarizada e rematada por ameias num desenho que vi reproduzido em Grijó, na heteróclita coleção reunida pela sr.ª Fernanda Amorim; se se trata de uma efabulação interpretativa sobre o arranque da torre é difícil de dizer – esta torre permanece de qualquer forma inacabada na fotografia em José P. S. Ventura, “Mosteiro de S. Salvador de Grijó”, *in Ilustração Portuguesa – revista semanal dos acontecimentos da vida portuguesa*, 2.ª série, II semestre, n.º 41, 3 de Dezembro, Lisboa, O Século, 1906, pp. 559 e 560). Celso Francisco Santos (*idem*, pp. 34, 38 e 55) não clarifica as dúvidas sobre este assunto: refere uma torre anterior, sem a localizar, e fala de uma solução provisória, de 1576-1579, que seria uma simples espadana com ventanais para os sinos, “(...) isolada da igreja, a sudoeste” (*idem*, p. 55); essa referência tanto pode indicar um acréscimo a esta torre se ela for pré-existente (como Fr. Brás fizera em Coimbra), ou apontar para o local de uma segunda torre, já de obra nova mas então incompleta, que então seria quase certamente a que foi transferida para o adro em 1915 (que Celso Santos acha ser do século XX); note-se que quer a torre truncada das hospedarias, quer a torre sineira atual, quando na sua posição original, ficariam a sudoeste da igreja monástica, podendo ambas corresponder à referência documental.

<sup>463</sup> Celso Francisco Santos também aqui não é muito claro; quase parece acreditar que as 21 celas a Sul que a documentação regista serão adjacentes ao claustro, e também que dormitório meridional é reconstruído logo após um incêndio em 1608, mas com tal lentidão que só se rematam as celas, por azulejamento, em c. 1633 (*idem*, p. 50), o que me parece improvável. Acredito mais numa reconstrução após 1608 e numa obra totalmente nova, de ampliação e sob projeto diferente, extravasando o quadrângulo claustral, que se termina por 1633; não acho, porém, que aquela de que ainda encontramos restos no local corresponda diretamente a essa obra, devendo ter sido profundamente reformada, já no séc. XVIII, época de que data a capela que lhe está apenas (António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador...*, *op. cit.*, pp. 129 e 187-188).

<sup>464</sup> E, se o jardim barroco a Sul tiver mantido a localização de um jardim anterior, e o dormitório reformado ecoar, no seu acesso, um uso precedente, haveria uma ligação direta dormitório-jardim, análoga à de São Vicente de Fora e do colégio da Sapiência.

<sup>465</sup> Podendo abrigar cadeiral, em complemento ao do coro alto.

<sup>466</sup> Ver ponto 7.4.1.

cenobítico central. Assim, partindo da capela-mor e no sentido dos ponteiros do relógio, sucedem-se no piso térreo a sacristia, o capítulo profundo<sup>467</sup>, os acessos aos pisos superiores; na ala perpendicular, oposta à igreja, fica o refeitório (com cozinha para o lado posterior do conjunto, por vezes saliente ao quadrado das dependências), e, no braço virado à entrada do mosteiro, inserem-se espaços funcionais de receção (como a portaria formal<sup>468</sup>) e de armazenamento. No piso superior existe uma divisão modular adaptável, ocupando as celas preferencialmente o lado sobre a ala do capítulo e a do refeitório, e sendo as unidades da face fronteira por vezes associadas e transformadas em livraria e cartório<sup>469</sup>. [fig.30a,30b]

Se São Salvador de Grijó nos oferece uma refinada redução ao essencial, digerindo a tradição e a modernidade (e a modernidade da tradição, na época), São Vicente de Fora, a seguir, vai explorar uma solução *maximalista*, mas afinal muito similar em pensamento<sup>470</sup>.

A formulação de um *desígnio* para São Vicente de Fora, parte de uma estratégia arquitetónica de implantação e legitimação dinástica, pode ter sido feita ainda antes da tomada efetiva do reino. Antes de o seu exército entrar em Portugal (a 28 de Junho de 1580), e antes da batalha de Alcântara (a 25 de Agosto), que selou a tomada de Lisboa, tinha Filipe II de Espanha chamado a Badajoz Filipe Terzi, a 8 de Junho. Entre Outubro e Novembro desse ano, ainda não estando o território continental inteiramente submetido, já Baltazar Álvares e Giovanni Battista Antonelli fazem levantamentos de uma série de paços reais, e se encontram com Juan de Herrera. A primeira entrevista é, que se saiba, para discutir fortificações da barra do Tejo, e a segunda missão terá diretamente a ver com as acomodações do (futuro) rei, mas a definição de um plano geral de obras prioritárias parece implícita. Filipe de Habsburgo está em Elvas em Janeiro de 1581, torna-se Filipe I de Portugal nas cortes de Tomar, em Abril, e entra em Lisboa em Junho. O *desenho* específico para a reformulação de São Vicente, por sua vez, já tinha tomado forma em 26 de Janeiro de 1582, quando o rei assina uma carta de padrão de juro da alfândega de Lisboa, de 2500 cruzados anuais, para subsídio da reedificação<sup>471</sup>. Nesse diploma, o valor simbólico do edifício é invocado – falando da sua instituição pelo rei Fundador, como primeiro templo

---

<sup>467</sup> Como o Capítulo manuelino de Santa Cruz, e com uma capela axial, como a que será renovada também em Coimbra, em 1582, pelo mesmo prior D. Pedro da Assunção; o possível responsável por uma sala capitular em Folques, igualmente profunda, por 1590 (ver notas 597 e 605 deste capítulo).

<sup>468</sup> A parte conventual tem sempre uma portaria separada para os seus visitantes, distinta do claustro de portaria, destinado a negócios seculares, que é aliás espaço vedado aos cônegos sob pena de sanções, nas Constituições de 1601 (*Constituições dos cônegos regulares do nosso patriarca...*, *op. cit.*, parte II, cap. XV, fl. 82) e nas de 1615 (*Constituições dos cônegos regulares da Congregação...*, *op. cit.*, parte II, cap. XII, p. 99).

<sup>469</sup> Assim acontece em Grijó (Celso Francisco Santos, *idem*, pp. 50-52); esta livraria e cartório têm, portanto, uma localização similar à das livrarias de Santa Cruz e especialmente da do colégio da Graça (como vimos no capítulo anterior).

<sup>470</sup> Bibliografia geral de referência para parágrafos que se seguem, sobre a história da obra: Miguel Soromenho, “Do Escorial a S. Vicente de Fora...”, *op. cit.*, pp. 24-26; “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 10-15, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 11-18, e “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, pp. 129-153; António de Oriol Vazão Trindade, *op. cit.*, pp. 250-269; Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 111-117.

<sup>471</sup> O prior e os cônegos do mosteiro obrigavam-se por sua vez a contribuir com 2000 cruzados anuais (Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, p. 112), isto é, quase 45% dos custos, o que evidentemente lhes acrescentava legitimidade para influir sobre a obra.

da cidade reconquistada, e referindo os melhoramentos de D. João III – assim como o seu investimento em herdeiro da igreja que D. Sebastião quisera erigir ao seu santo homónimo no Terreiro do Paço<sup>472</sup>, cujos materiais e orago recebia<sup>473</sup>; também se alude ao novo papel que se quer que mosteiro represente, reservando-o para panteão da Casa Real<sup>474</sup>. Contudo, e mais ainda, são referidos no mesmo documento a fachada bitorreada e o enterramento no cruzeiro e capela-mor, o que atesta a existência então de um projeto concreto. Em Março de 1582 já se procede à remoção de materiais da Ribeira para São Vicente, e a primeira pedra da empreitada é solenemente lançada a 25 de Agosto, na presença do cardeal-arquiduque Alberto (estando o rei indisposto com gota), de Baltazar Álvares, prelados, nobreza e oficiais régios e municipais<sup>475</sup>. Filipe I sai de Lisboa a 11 de Fevereiro de 1583, mas pedirá pelo menos que lhe enviem novo conjunto de desenhos para aprovação em 1590, arbitrará diferenças sobre a obra entre os cônegos e Baltazar Álvares em 1592/1593, e conferenciará com o arquiteto, de novo, em 1596. Filipe II ainda aprovará ajustes em 1608 (a introdução de confessionários entre as pilastras geminadas da nave da igreja) e, é de supor, uma alteração de fachada em 1615.

No que toca a trabalhos concretos, embora possam ter ocorrido antes, só deles temos notícia em 1591 (após a revisão dos desenhos pelo rei), em que a ereção da nova cabeceira, a Leste da original<sup>476</sup>, implica um pedido para a demolição de um troço da muralha fernandina; em 1605, a ousia e transepto já estão prontos o suficiente para albergar serviços religiosos, embora a capela-mor só se dê por terminada em 1609, gizando-se o retábulo respetivo entre 1611 e 1612. Nos vinte anos seguintes procede-se à demolição da igreja antiga, levanta-se o corpo da nova, com a respetiva frontaria, e fecha-se a abóboda,

---

<sup>472</sup> Igreja que D. Henrique, seu direto antecessor no trono, ainda patrocinara com outra carta de padrão de juro, em 10 de Fevereiro de 1579, de um conto de réis anual (Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, p. 111). É curioso notar que Filipe I oferece exatamente a mesma quantia (1 conto = 1 milhão de réis = 2500 cruzados, dado que 1 cruzado equivalia a 400 réis) para a obra bem mais extensa do mosteiro; assinala-se igualmente que a prestação da Coroa terá constantes atrasos, que poderão ser a razão para o mal-estar sentido em 1609, aquando da transferência do Santíssimo para o novo templo, feita com ostentação e com presença pessoal do vice-rei, Cristóvão de Moura, a quem Filipe II agradece ter acalmado os cônegos (Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, p. 141 e nota 37, p. 152).

<sup>473</sup> São Vicente de Fora já tinha uma relíquia importante de São Sebastião, como vimos (ver nota 128 deste capítulo), e a que D. Filipe se refere no diploma do padrão de juro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XII, p. 146), e uma ligação próxima a D. Sebastião. A transferência de invocação é confirmada por Sisto V (p. 1585-1590): Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, p. 109.

<sup>474</sup> Obviamente, com a necrópole escorialense em construção, Filipe não pretendia fisicamente inumar a sua dinastia em Lisboa. O gesto será simbólico, mas não precisa de ser visto como inteiramente vácuo: da mesma forma que exéquias do soberano eram conduzidas pelos seus reinos ou em Roma, como se de funerais de corpo presente se tratassem, a ereção de cenotáfios em Lisboa pode ter sido uma possibilidade. A realização das exéquias de Filipe I no mosteiro dos Jerónimos, a 22 de Dezembro de 1599 (Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, *op. cit.*, p. 105; Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 161) não contradiz essa intenção do rei, já que atraso da obra nessa altura impedia o uso da igreja de São Vicente de Fora.

<sup>475</sup> No aniversário, portanto, da sua tomada de Lisboa (deverá ser esse aniversário, de quase “refundação” simbólica, que impede que a cerimónia se faça a 28, dia de Santo Agostinho).

<sup>476</sup> Dada a maior dimensão da nova igreja, e também pragmaticamente permitindo funcionamento da anterior. Note-se no entanto que a nova igreja não é exponencialmente maior que a anterior (em rigor, só o retrocoro e o nártex ultrapassam a igreja românica/renascentista, e a torre-nártex medieval teria possivelmente altura aproximada da nova frontaria), sendo necessário temperar as afirmações recorrentes de um aumento de escala radicalmente novo imposto à cidade, que muitos autores realçam (Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 169 e 238; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 203; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 13, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 14, e “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, p. 142). A possibilidade de ter havido um projeto de Fr. Brás de Braga para um duplo claustro, parcialmente executado (como discutimos no capítulo anterior), também reduz a novidade e incremento de escala das dependências.

sendo o templo inaugurado a 28 de Agosto de 1629, dia de Santo Agostinho. O ímpeto dos trabalhos esmorece significativamente então, ao que não serão alheias as perdas alfandegárias que se registam após 1621, e os problemas económicos da Monarquia Católica<sup>477</sup> (a que se seguirão os da dinastia brigantina), para só retomarem em força por 1670, feita a paz com a Espanha e as Províncias Unidas. Será um exagero, contudo, crer que não houve progressos nesses 41 anos – o tambor da cúpula foi sendo realizado desde a década de 30, e algumas das dependências conventuais. Por volta de 1657, D. Nicolau de Santa Maria ainda descreve a canónica como tendo em uso o claustro da portaria e o claustro grande originais<sup>478</sup>, mas em 1669, o desenho de Lisboa de Pier Maria Baldi mostra a calote da cúpula a iniciar-se, e pelo menos parte substancial das dependências já de pé<sup>479</sup>.<sup>[fig.31]</sup> Em 1684 está pronto o terreiro frontal, em 1688 estão os dormitórios avançados, e daí a 1691 o essencial da construção estará rematada. Se cruzarmos esta cronologia com a dos responsáveis pela empreitada, verificaremos que a estabilização do desenho e a concretização do volume eclesial ocorrem maioritariamente até ao falecimento de Baltazar Álvares, em 1624<sup>480</sup>, e que a parte vivencial do conjunto é realizada sob Pedro Nunes Tinoco (mestre da obra desde 1624) e sobretudo pela mão do seu filho, João Nunes Tinoco (responsável de 1641 a 1690), o que explica a variação de tom entre as duas partes, mais chão nas zonas mais tardias<sup>481</sup>. Não será despiciendo também que os nódulos de progressão do desenho de base vicentino – 1582, 1590 e 1596 (o “anteprojecto”, o projecto desenhado e a sua última revisão por Filipe I) – coincidam com priorados-gerais de D. Pedro da Assunção (1581-1584, 1587-1590 e 1596-1599)<sup>482</sup>. Resta, evidentemente, discutir como se chegou ao risco de São Vicente de Fora, e a quem creditar a sua criação. É relativamente pacífico, no estado da arte atual, concordar com a existência de uma hierarquia

---

<sup>477</sup> Já existiam pelo menos em 1609 (ver nota 472, acima).

<sup>478</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VIII, cap. XII, pp. 148-149.

<sup>479</sup> Angel Sanchez Rivero, Angela Mariutti Sanchez Rivero (eds.), *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Madrid, Centro de Estudios Históricos da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1933, estampa LIII; indicação referida também por Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 157. Segundo esse desenho, dir-se-ia que a parte Leste das dependências está por terminar, dada a proporção entre a igreja e a fachada virada ao rio, ali iguais, quando na realidade o convento é significativamente mais longo.

<sup>480</sup> Filipe Terzi é o oficial responsável até morrer em 1597; Baltazar sê-lo-á depois, mas já aparece como aparelhador no lançamento solene da obra, segundo a crónica de D. Marcos da Cruz (António de Oriol Vazão Trindade, *op. cit.*, p. 260; Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, p. 136).

<sup>481</sup> Pedro Nunes Tinoco morre em 1640, mas o filho só é nomeado para lhe suceder em 8 de Fevereiro de 1641; João Nunes Tinoco, por seu lado, terminará os seus dias em 1690, sendo igualmente o seu cargo atribuído ao filho, Luís Nunes Tinoco, a 23 de Junho desse ano (Teresa de Campos Coelho, *op. cit.*, pp. 220, 224, 291, 303-306 e 349); Miguel Soromenho chama a atenção para essa disparidade estilística dentro do edifício (“Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, p. 141); note-se a diferença de delicadeza das pilastras e de esbelteza dos pináculos de coroação, entre a igreja e as dependências. Não me espantaria também que o projecto original, a ter sido executado sob os Áustrias, tivesse previsto coberturas piramidais como as do palácio Corte-Real (ou em cruzamento de abóbodas, como o da Ribeira, que os remates dos campanários de São Vicente imitam em micro-escala), o que a finalização restauracionista não manteve.

<sup>482</sup> Ver notas 136 e 215 deste capítulo. D. Pedro da Assunção tomara hábito ali. Sublinhe-se, já agora, que o único conflito grave na empreitada acontece num momento em que ele não rege a Congregação, em 1592-1593 (ver nota 485, a seguir).

de responsabilidades, que varia em grau e em género, do fastígio à base<sup>483</sup>:

a)-Filipe I *concebeu* a iniciativa, definindo-lhe o objetivo e o carácter; quis uma grande instituição religiosa que assegurasse o culto dinástico, velando pelo novo panteão régio, e desejou certamente que possuísse a majestade necessária a cumprir esse propósito, antevendo certamente que teria de possuir a visibilidade, a escala, e os atributos de dignidade arquitetónica e eclesiástica correspondentes;

b)-Juan de Herrera, conhecendo-o e sendo o seu arquiteto-chefe, *interpretou* esse desiderato, que, pelo que sabemos da sua produção, se traduziria numa volumetria geométrica simples e emergente, num classicismo de prestígio, atualizado, e numa certa “ortodoxia” eclesiástica, entre a tradição e alguma italianidade post-tridentina, preferencialmente sóbrias; também saberia que o gosto do rei seria satisfeito por certas alusões castrenses, e notas flamengas na decoração e no papel escultórico das coberturas;

c)-Filipe Terzi foi depositário deste caderno de encargos, de que *fiscalizou* a implementação, como responsável geral das obras em Portugal; é aceitável que tenha mostrado abertura, como transalpino, a que a concretização da encomenda exibisse um maior italianismo de desenho (e, como bolonhês, que acolhesse bem referências da Itália do Norte), e, como competente engenheiro, deverá ter tido um papel na definição pragmática, infraestrutural, da mole vicentina<sup>484</sup>;

d)-Baltazar Álvares, inserido neste grupo e ativo na obra desde o seu início, foi certamente quem *desenhou* a sua configuração; natural nele é indubitavelmente o timbre de Maneirismo “Contido” que aquela possui, e mesmo um certo italianismo informado.

A autoria será portanto, nem que diferentemente, de todos estes atores. O que me parece omisso nas análises disponíveis é a evidência de que a *criação* não se esgota neles, na precisa medida, aliás, de que muitos das singularidades de São Vicente divergem sensivelmente do que estes agentes teriam inclinação para escolher, ou do que resultaria da soma ou intercessão direta das suas preferências. Parece-me também cientificamente empobrecedor que não se considere nunca como relevante o “dono

---

<sup>483</sup> José Eduardo Horta Correia, embora em 1986 ainda apoiasse a teoria de autoria de Juan de Herrera (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 122), já em 1991 defende esta confluência de intervenientes (*Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 57), e desde aí, com exceção de Vítor Manuel Serrão, que ainda se inclina em 2002 pela predominância de Herrera (*O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 202-205), a autoria coletiva é genericamente aceite: cf. António de Oriol Vazão Trindade (*op. cit.*, pp. 258-259), Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 590) e sobretudo Miguel Soromenho (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 10-11; “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 14, e “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, pp. 133-139).

<sup>484</sup> Não me espantaria que a ele se devessem a definição do “módulo” de composição, com o claustro ocidental a tomar a dimensão do precedente, para reaproveitar fundações e reutilizar a cisterna ainda recente, assim como a preocupação em pavimentar a atual Rua do Arco Grande de Cima, para controlar águas pluviais e impedir infiltrações no estaleiro e novo edifício (cf. Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, pp. 139-140).



da obra” e financiador substancial da empresa<sup>485</sup>.

Percorramos, portanto, o mosteiro, tentando colmatar essa falha.

-Quanto à organização do conjunto<sup>486</sup>:

a)-é indiscutível, olhando de Sul para a implantação dominante e o volume paralelepípedo (com torreões de ângulo e um central), do qual sobressaíam dois campanários gémeos e uma cúpula sobre tambor, que há uma sugestão escorialense no partido de massas; não é de duvidar que essa similitude pode ter sido pedida pelo promotor e o seu intérprete, e que os executantes e utentes a procurassem, nem que fora por lisonja cortesã, mesmo se os primeiros a não requeressem<sup>487</sup>; é claro porém que Filipe I não quis integralmente reproduzir o seu mosteiro de São Lourenço e separou em Lisboa o cenóbio do palácio, o que, como se esperaria de *O Prudente*, foi razoável em termos de custos e dificuldades<sup>488</sup>, e tático tendo em vista uma nota de continuidade e respeito face aos costumes e à fisionomia identitária de Lisboa<sup>489</sup>;

b)-é igualmente evidente que mesmo a seção conventual do Escorial tem diferenças fundamentais face a São Vicente – não se trata aqui de uma igreja encostada a um grande retângulo, mas *embebida* nele; faceia com a fachada ocidental em vez de ser recuada e a cabeceira está envolvida pelas dependências; os torreões das dependências, nem que originalmente pudessem ter coberturas piramidais que os

---

<sup>485</sup> Até sabendo que as pressões dos monges hieronimitas levaram a alterações em São Lourenço do Escorial (Domingos Tavares, *Juan de Herrera...*, *op. cit.*, pp. 65-66); Miguel Soromenho (“Do Escorial a S. Vicente de Fora...”, *op. cit.*, p. 26), reconhece isso quanto ao Escorial e aventa que o mesmo poderia ter ocorrido em Lisboa, mas desvaloriza os cônegos crúzios como pouco esclarecidos, ecoando as queixas de Baltazar Álvares por volta de 1593. Gostaria de lembrar que os Jerónimos castelhanos tinham uma posição muito menos influente, até porque a ligação à obra do rei e do seu arquiteto era no Escorial muito mais apertada; por outro lado, a revolta de Baltazar contra mostrar os seus desenhos aos cônegos, vociferando que aqueles não percebiam de arquitetura (Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes...*, *op. cit.*, p. 30; António de Oriol Vazão Trindade, *op. cit.*, pp. 260-262; Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, nota 17, p. 151), parece-me que demonstra sobretudo que os Regrantes o pressionavam, que o pressionavam contra as suas preferências, e provavelmente até sugere que discutiam questões de teoria de arquitetura, pondo-o em causa e instigando o seu atestado mau génio.

<sup>486</sup> Quase ninguém fala do conjunto monástico como projeto global, ficando-se as análises normalmente pela igreja; Miguel Soromenho é ainda assim a exceção, adiantando dados sobre as obras das dependências e referindo-se ao papel urbano do complexo, mas não dando sobre o mosteiro e o seu desenho muito mais que umas notas sobre a variação estilística mais chã do edifício acabado (ver nota 481, acima). Paulo Pereira literalmente só se refere à “Igreja de São Vicente de Fora” e só dela fala, datando essa referência, aliás, entre génesis do projeto e morte de Baltazar Álvares, datas que coerentemente correspondem, quando muito, ao templo (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 589-591).

<sup>487</sup> A mudança de partido de base, do projeto inacabado de duplo claustro em direção Norte-Sul de Fr. Brás (que vimos no capítulo anterior), para um bloco Oeste-Este, também favorece essa sugestão e efeito.

<sup>488</sup> Já vimos que o rei não ultrapassou o valor que o erário já destinara anteriormente a uma obra religiosa (ver nota 472 deste capítulo).

<sup>489</sup> Este é o rei que é cauteloso na manutenção da estrutura legislativa portuguesa, que se veste à portuguesa (contra o seu gosto e situação particular de luto pela esposa Ana de Habsburgo), que corta a barba “à portuguesa”, que quer que os filhos aprendam português (Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes...*, *op. cit.*, p. 74; Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 27, 59-60 e 75), e que reedifica o Paço da Ribeira – mesmo se dando-lhe ares de palácio-bloco ou de *plaza mayor* – com alusões à sua forma manuelina anterior (George Kubler, *op. cit.*, pp. 77-78; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 118; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 9, e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, pp. 71-72). Note-se que a função funerária é também pensada desde o início de forma diferente da do Escorial (que tem cripta) e mais similar aos panteões portugueses dos Jerónimos e de Santa Cruz - precedente nacional que Miguel Soromenho nota, mas relacionando o formato do panteão de São Vicente com a moda dos enterramentos da elite portuguesa da época, sem o fazer produto também de uma tradição crúzia ou destacar a diferença com o Escorial (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 21).

destacassem, não rompem a linha de cornija superior<sup>490</sup>; acrescenta-se que essa organização volumétrica de base não está *nunca* nas obras anteriores ou posteriores de Baltazar Álvares<sup>491</sup>, nem se verifica nos modelos italianos possíveis<sup>492</sup>; o único caso similar relevante para os intervenientes de uma volumetria quadrangular longitudinal, de duplo claustro, com igreja embebida na massa e faceando a frontaria, é Santa Cruz de Coimbra;

c)-adicionalmente, o esquema funcional das dependências vivenciais tem maiores afinidades com Santa Cruz e Grijó, ou com referentes mais próximos e familiares aos Regrantes, que aos outros agentes – a organização em dois claustros no volume principal, com claustro de portaria diferenciado, anexo frontalmente<sup>493</sup>, tinha sido introduzida por Fr. Brás em Santa Cruz e São Vicente<sup>494</sup>, e não existe em *nenhum* dos paralelos invocados<sup>495</sup>; mesmo restringindo-nos à sequência em profundidade de dois claustros quadrados, se ela se verifica aproximadamente no Escorial (mas em subdivisão mais complexa), plasma-se mais literalmente nos mosteiros venezianos da Carità e de San Giorgio<sup>496</sup>, enquanto não tem congêneres na obra de Baltazar Álvares; finalmente, a formulação de um longo dormitório, com corredor central e terças, de tradição crúzia, que não existiu no Escorial, nem no colégio de São Bento de Coimbra, nem em Santo Antão-o-Novo, está de forma simplificada em São Vicente, indo ao ponto de afirmar a sua fachada de topo na frontaria ocidental, em alusão direta ao que aconteceria em Santa Cruz<sup>497</sup>. [fig.32]

-Quanto à composição da igreja:

a)-não tendo a mesma planta de base que a basílica escorialense (centralizada) ou que a catedral valisoletana (de três naves com capelas laterais), a igreja de São Vicente (de nave central com naves

---

<sup>490</sup> Que os Crúzios não os tenham executado, se alguma vez estiveram previstos, ou rematado os torreões em cruzamento de abóbodas, como ainda aconteceu em Santa Clara-a-Nova, pode ser sinal duma vontade de manter a semelhança com os grandes telhados lineares de Santa Cruz, ou mesmo de Grijó.

<sup>491</sup> Baltazar preconiza ou igrejas no cerne da massa (como fez em Santo Antão-o-Novo antes, e em São Bento da Saúde, nas Comendadeiras e no Hospital da Luz, depois), ou as igrejas acopladas a um paralelepípedo conventual, em posição destacada (como realizou em São Bento de Coimbra antes, e em Tibães depois).

<sup>492</sup> A configuração não se verifica no Vaticano, nem Santa Maria della Pace, nem no convento da Carità, nem em San Giorgio, nem em San Fedele (e também não no Gesù, onde anexos mais baixos envolvem, mas não escondem/absorvem a ábside da igreja inaciana).

<sup>493</sup> Este claustro figura no projeto de 1590 e seria então *expressamente* refeito, não sendo um simples reaproveitamento do que existira e fora introduzido por Fr. Brás de Braga. Embora atualmente seja apenas um pátio, tendo ficado aberto e descoberto, O desenho sumário dos suportes das quadras na planta quinhentista (e até o facto de ali haver ainda hoje colunas soltas) podem indicar ter sido claustro ruanesco.

<sup>494</sup> E, no que toca ao claustro de portaria, recuperado pela Congregação em São Salvador de Grijó, apenas uns anos antes.

<sup>495</sup> Quando muito, de forma apenas aproximativa, é sugerido em Santa Maria della Carità, que reproduz a casa romana com o seu *atrium* de entrada antes dos claustros-peristilos interiores. O que São Vicente de Fora tem dos vários protótipos internacionais e que não virá de Coimbra é a transparência entre claustros, com um espaço único (a sacristia) como septo.

<sup>496</sup> Isto é, da cidade que crúzios frequentavam e os outros intervenientes desconheceriam, sendo um desses mosteiros da Ordem a que os Regrantes estavam afiliados, e o outro do mesmo arquiteto que trabalhava para esses seus congêneres. Acrescente-se que a afirmação é válida mesmo se pensarmos na subdivisão do grande retângulo em dois por um septo englobando um espaço único, que se encontra claramente nos mosteiros venezianos e em Lisboa (ver nota anterior) e está mais distantemente no Escorial - ou seja, seria dispositivo *aceitável* para Filipe e Herrera, mas que não parece ser a sua opção natural.

<sup>497</sup> Já assim seria mesmo antes de Santa Cruz ter refeito zona frontal do complexo, quiçá para por sua vez emular mais de perto São Vicente, como veremos adiante.

criptocolaterais) é sistematicamente comparada e dada como derivação do Gesù de Roma<sup>498</sup>; sendo possível o cotejo, a ilação de que a importação é evidente e se deve aos internacionalizados Filipe e Herrera, ao italiano Terzi e ao viajado Álvares, parece-me sobrevalorizada, dado que os Regrantes já tinham usado o mesmo esquema em Grijó, e tinham tido amplas oportunidades de apreender antes a solução em Milão (em San Barnaba e San Fedele) ou Veneza (em San Giorgio)<sup>499</sup>; por outro lado, nem que respaldado pela sua voga em Itália, não existe qualquer motivo para assumir que se tratou de um transplante simples, uma vez que essa solução espacial estava implícita na Santa Cruz manuelina e explícita no estereótipo colegial renascentista, de origem crúzia, já reutilizado pelo menos na igreja dominicana de Viana e no Espírito Santo eborense;

b)-um outro elemento romano e jesuítico (e alvarino) poderia ser o transepto<sup>500</sup>, contido na caixa do corpo da igreja mas expresso volumetricamente, à escala da nave principal, numa forma que não existe na linha evolutiva Santa Cruz-colégios-Espírito Santo (onde o transepto é quando muito sugerido por uma variação da última capela lateral); ainda assim, um formato afirmado, mas compacto, de transepto fora experimentado entre São Domingos de Viana e Grijó, procedendo de inspirações mais uma vez não necessária ou exclusivamente romanas; a não existência em São Vicente dos quatro espaços secundários que preenchem os ângulos do cruzeiro do Gesù (gerando tramos de transição para a zona da cúpula) também torna mais plausível a inspiração nos modelos do Norte de Itália e mais similar a composição planimétrica com Grijó;

c)-a um segundo nível de análise, o que acontece na igreja inaciana de Roma e na basílica do Escorial (mas também em San Andrea de Mântua, ou em Il Redentore) é que os quatro arcos do cruzeiro são iguais, ao contrário da configuração em “T” (com arco triunfal menor, recortado na parede fundeira) dos Dominicanos de Viana e de Grijó; tal é inegável, mas também o é que nas quatro igrejas estrangeiras

---

<sup>498</sup> Reynaldo dos Santos já invocara a similaridade (*op. cit.*, p. 19), mas o cotejo não surge posteriormente em George Kubler ou Flório de Vasconcelos, em 1972. É Jorge Henrique Pais da Silva quem consagra o paralelo, desde a década de 1950, integrando-o num modelo explicativo entre uma tipologia autóctone originada no Espírito Santo e uma importada de Itália, plasmada em São Vicente (ver nota 374 deste capítulo, também); desde então, a invocação da igreja jesuíta romana para falar de São Vicente passou a ser ubíqua (José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 119, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 58; Fernando António Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 60). Pais da Silva, ainda assim, nos últimos textos, de 1977, já modulou a interpretação do carácter “transplantado” de São Vicente, aceitando a influência de práticas nacionais coetâneas (*op. cit.*, p. 246), e Miguel Soromenho, desde 1995, além de ver essas continuidades portuguesas, chama à colação precedentes da Itália setentrional (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 12), que passarão a fazer parte do cânone interpretativo de São Vicente de Fora, mas sem nunca eliminar a referência ao Gesù (veja-se Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 158; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 204-205; Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, pp. 147-149; António Nunes Pereira, “1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, *op. cit.*, pp. 122-123 e 125; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 590). O atavismo da persistência da referência colide, no entanto, com a lógica cronológica (o esquema de nave central com capelas laterais aparece primeiro no Norte de Itália e não em Roma) e assenta num duvidoso prestígio da fonte invocada sobre os agentes da obra vicentina, já que os Jesuítas podiam não gozar de especial favor junto de Filipe (ver nota 194 deste capítulo) e certamente não da parte dos Crúzios.

<sup>499</sup> Lembremo-nos que as igrejas milanesas são posteriores à passagem única e breve de Filipe e Herrera, que não foram a Veneza, e que nenhuma das cidades fez, tanto quanto se sabe, parte dos itinerários de Filipe Terzi (que associamos a Bolonha, Pesaro e Roma).

<sup>500</sup> Mais uma vez, o que não parece ser é muito claramente herreriano: se tomarmos o modelo da catedral de Valholid, vemos que o transepto, mesmo sendo inscrito, dado o plano de 5 baías, se estende para além das naves.

acima referidas, a capela-mor é um apêndice exterior (e por conseguinte descontínuo) em relação ao quadrângulo do corpo da igreja, e que o prolongamento do perfil da nave principal para a capela-mor, dentro de um retângulo longo<sup>501</sup> que abarca corpo e cabeceira, é uma originalidade distintiva de São Vicente, ausente de forma plena em qualquer uma delas<sup>502</sup>; ora esse formato em “caixa total” com prolongamento da nave para a cabeceira, a ter precedentes aproximados, tem-nos mais uma vez (mesmo que sem transepto) em Santa Cruz e nos colégios universitários<sup>503</sup>;

d)-ainda à volta do cruzeiro, um outro elemento revolucionário e de filiação no Gesù seria a cúpula de São Vicente<sup>504</sup>, que é menos vulgar na tradição crúzia e portuguesa, mas não ausente<sup>505</sup>; de qualquer forma, e correndo o risco de me repetir, não só é muito pouco herreriana<sup>506</sup>, como o seu formato oitavado tem inúmeros precedentes alternativos (como a lateranense Santa Maria della Pace), e nomeadamente os de Milão, que lhe são morfologicamente mais próximos<sup>507</sup>;

e)-uma última opção “original” destacada nesta arquitetura eclesial é o retrocoro<sup>508</sup>, que afinal existira antes em São Vicente<sup>509</sup> e em Santa Cruz de Coimbra (e talvez na Serra do Pilar), e que sobrevivera nas capelas-mores largas e profundas dos colégios universitários e de Grijó; em Portugal, fora do âmbito

---

<sup>501</sup> Num cálculo sumário a partir das plantas, a proporção comprimento/largura da igreja de São Vicente de Fora é de c. 2,85 (em Grijó é de 3,09). No Gesù ronda os 1,97 (mesmo contando com a abside destacada do retângulo dominante) e na catedral de Valhadolid de 1,82; já em San Barnaba é de 2,50 e em San Fedele de 2,52. Mesmo tendo em conta possíveis inexactidões dos desenhos, as diferenças (e as proximidades relativas) são assim expressivas.

<sup>502</sup> Além dessa configuração em “caixa total”, que é altamente original (mesmo que não “anómala” ou “revolucionária”, no contexto duma cultura formal de reduções ao bloco), o próprio prolongamento sugerido entre nave e capela-mor ocorre menos no Gesù (dada a resistência jesuíta a capelas-mores profundas - Fausto Sanches Martins, *Jesuitas de Portugal...*, op. cit., pp. 177-178 e 245-246) e mais nos exemplos de Veneza e Milão; verifica-se no Escorial por reprodução de São Pedro do Vaticano, que poderia ser um modelo também para os Crúzios, sem necessidade de transmissão espanhola. O prolongamento espacial da nave na cabeceira, *cruzando um transepto*, é também raro em Portugal - quando muito, encontrá-lo-íamos na igreja da Luz de Carnide.

<sup>503</sup> Também não será um procedimento típico de Baltazar Álvares: se for de sua autoria, a igreja de colégio de São Bento seria disso o único exemplar pleno; também em zona de influência do modelo colegial, surge (aceitando-se a atribuição), em versão residual, no Colégio de Jesus de Coimbra, de capela-mor rasa (como jesuitas exigiriam; lembremos que a atual cabeceira da Sé Nova resulta duma ampliação no século XVIII, para servir ao uso catedralício - José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, op. cit., p. 123). Baltazar usa, porém, um puro modelo em “T” em Santo Antão-o-Novo, e desenha capelas-mor mais estreitas que a nave em São Bento da Saúde e em Tibães. Veja-se também a discussão sobre esta questão em António Nunes Pereira, “1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, op. cit., pp. 124-125.

<sup>504</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, op. cit., pp. 132, 169, 238 e 246; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, op. cit., p. 120; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, op. cit., p. 12.

<sup>505</sup> Ainda assim, a cúpula é um *Leitmotiv* da obra de João de Ruão (usado na fonte do claustro da Manga e no alpendre de portaria de Santa Cruz, preconizado em maiores dimensões para a Serra do Pilar, e atribuindo-se-lhe, mais tarde mas antes de São Vicente, a capela dos Reis Magos de São Marcos de Coimbra); além de presente em várias micro-experiências renascentistas portuguesas (em Valverde, em Elvas, na Penha Longa, em Salvaterra de Magos, etc), tinha sido usada na Sé de Portalegre, na igreja das Onze Mil Virgens de Alcácer do Sal e em São Vicente de Évora. É verdade que em quase todas surgindo sem tambor, que não no Bom Jesus de Valverde, ou, talvez, em São Salvador da Serra do Pilar (que estava, porém, pelo menos inacabada por esta altura).

<sup>506</sup> A cúpula vicentina, de planta octogonal com pilastras simples nas arestas, era diferente da do Escorial (e por consequência do Vaticano), que é circular e com pilastras geminadas; a catedral de Valhadolid, essa sim projeto original de Herrera, nem cúpula tinha.

<sup>507</sup> Como nota Paulo Varela Gomes, op. cit., p. 158.

<sup>508</sup> Dado frequentemente como importação espanhola e/ou herreriana, ou como paladiana ou do Norte de Itália (George Kubler, op. cit., p. 82; Jorge Henrique Pais da Silva, op. cit., pp. 169 e 238; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, op. cit., p. 120).

<sup>509</sup> Manuel Luís Real identificou-o em 1995 como elemento das renovações renascentistas de Fr. Brás em São Vicente de Fora, distinguindo-o das bases românicas do mosteiro (“O Convento Românico de S. Vicente de Fora”, in *Monumentos*, n.º 2, op. cit., p. 19), o que Paulo Varela Gomes também referiu em 2001 (op. cit., p. 35) e Paulo Almeida Fernandes expandiu em 2010 (“*Hoc templum aedificavit Rex portugalliae Alphonsus I: o mosteiro medieval*”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, op. cit., pp. 86-87). Não obstante, Miguel Soromenho - que colaborou na primeira e na última destas publicações - ainda diz em 2010 das obras vicentinas imediatamente anteriores às filipinas que “pouco delas se sabe e ainda menos restou” (“Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, op. cit., p. 130).

crúzio, surgia então apenas de forma aproximada<sup>510</sup> ou episódica<sup>511</sup>, e tinha pouco sucesso em Roma, mas fora prescrito pelo cardeal Borromeu e tinha tido várias concretizações venezianas e milanesas; do lado espanhol, Juan de Herrera desenhou um para a catedral de Valhadolid, mas não como um espaço isolado no extremo oriental, e antes rodeado por um deambulatório, à imagem da ousia de várias catedrais medievais espanholas<sup>512</sup>. [fig.33]

-Quanto ao formato da fachada:

a)-é igualmente estranho que a fachada bitorreada vicentina tenha sido considerada uma afirmação de rutura (por inédita e/ou estrangeirada)<sup>513</sup>; existiriam paralelos romanos<sup>514</sup>, e é inevitável pensar nos duplos campanários do Escorial e Valhadolid<sup>515</sup>, mas, como já discutimos, o modelo tinha uma tradição nacional mediévia<sup>516</sup>, que tinha renascido<sup>517</sup> e estava em vias normalização para usos não catedralícios<sup>518</sup>; é natural que São Vicente tenha representado uma consagração prestigiante do alçado bitorreado, mas ele advém de um grupo alargado e solidificado de casos nacionais, num processo em que os Rebrantes têm uma participação relevante<sup>519</sup>;

b)-especificamente, a silhueta em “H” forte e num único plano de fachada tem equivalente mais próximo

---

<sup>510</sup> Nos cadeirais para os cabidos nas novas Sés episcopais (sendo particularmente desenvolvido em Miranda), combinados com coro alto, pelo qual parece haver preferência (cf. Paulo varela Gomes, “*In choro clerum*. O coro nas Sés portuguesas dos séculos XV e XVI”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (dir.), *Museu*, IV série, n.º 10, Porto, Circulo José Figueiredo, 2001, pp. 41-49, e Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, p. 147).

<sup>511</sup> Sendo a igreja de São Domingos de Benfica mais tardia, só me ocorrem a igreja da Madre de Deus (de certa forma) e a de Nossa Senhora da Luz em Carnide; a reprodução desta última, à escala menor, imposta pela condessa de Linhares em Santo Antão-o-Novo, já depois de iniciada São Vicente, será também a única recorrência do retrocoro na obra de Baltazar Álvares (ver nota 339 deste capítulo).

<sup>512</sup> Como as de Leon ou Salamanca (esta mais recente e igualmente de planta quadrangular). Claro, as catedrais góticas espanholas tinham o coro capitular nos tramos da nave principal adjacentes ao cruzeiro (isto é, entra os fiéis e o altar), mas, à luz dos preceitos tridentinos, realocizá-los no espaço atrás do altar permitia a visão pública da celebração.

<sup>513</sup> Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, pp. 132 e 170; George Kubler, *op. cit.*, p. 82; Flório de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 74. Pais da Silva, tardiamente, já acha a proveniência estrangeira dúbia (*idem*, pp. 238 e 246) e passou a ser normal na historiografia registar a existência de precedentes medievais, mas manter a tónica da “novidade” e/ou “estrangeirismo” para a sua presença em São Vicente (António de Oriol Vazão Trindade, *op. cit.*, p. 344; António Nunes Pereira, “1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, *op. cit.*, pp. 114-115; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 590-591).

<sup>514</sup> A já referida igreja da Trinità dei Monti, quicá os projetos para São Pedro de Bramante e Sangallo (embora muito distantes de São Vicente em forma e integração das torres, estando em 1580 “apagados” pela reformulação de Miguel Ângelo, que as não tinha, e ainda longe de Carlo Maderno as recuperar).

<sup>515</sup> Já o discutimos (ver ponto 8.3.3); em ambos os casos as torres não formam um “H” compacto - existe uma fachada-topo central e as torres são separadas por sub-corpos - de certa forma como em projetos vaticanos de Bramante e Sangallo, mas sobretudo como nas catedrais góticas de Leon ou Toledo. A distância entre as obras de Lisboa e Valhadolid é notada por Domingos Tavares (*Juan de Herrera...*, *op. cit.*, p. 45) e Miguel Soromenho, que também reconhece que o formato não será repetido por Baltazar Álvares (“Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 11, e “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, *op. cit.*, p. 145).

<sup>516</sup> Nas sés românicas (Braga, Lisboa, Porto) e góticas (Évora, Silves), e até em igrejas não catedralícias (como a matriz de Viana do Castelo).

<sup>517</sup> Entre Santa Cruz de Coimbra e a Sé da Guarda, passando nos mosteiros dos Jerónimos e de Vilar de Frades, até obviamente às novas sés de Miranda e Portalegre - e mais tarde as de Angra e Goa (ver nota 377 deste capítulo).

<sup>518</sup> Quer nos colégios conimbricenses (incluindo o projeto de Diogo de Castilho para colégio de Jesus, segundo a planta de 1568, que contém dois volumes com escadas, na posição das torres atuais: Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, p. 289), nas igrejas-salão alentejanas, nas igrejas basilicais “em caixa” (ver nota 377 deste capítulo); em última instância, aliás, até igrejas que expressamente não tinham campanários - o Espírito Santo de Évora, São Roque de Lisboa, Santa Cruz dos Dominicanos de Viana (e Moreira da Maia) - usaram as torres geminadas, nem que de forma inteiramente original, nas traseiras. Não concordo, portanto, com “ano zero” proposto por António Nunes Pereira (*op. cit.*, pp. 110-121) e acho que São Vicente realmente liberalizou um formato, não o *tipo*. O que não implica que a solenidade vicentina não jogue com a alusão a uma dignidade pseudo-episcopal, de que os priores de São Vicente tinham ademais alguns atributos desde a Idade Média (quer cerimoniais, como uso de mitra, anel e báculo, quer de jurisdição paroquial).

<sup>519</sup> Pela fachada manuelina de Santa Cruz e a sua influência na Sé da Guarda, nos Jerónimos e nos colégios conimbricenses (como discutimos nos dois capítulos anteriores).

na Sé de Miranda do Douro, onde o Francisco Velásquez de Grijó fora mestre de obras, e, aqui como em Grijó e Santa Cruz, constitui uma fachada-retábulo<sup>520</sup>, nem que com o estatuto acrescentado pelas ilações de prestígio do duplo campanário e do caráter “palaciano” da frontaria<sup>521</sup>, e num registo de classicismo erudito;<sup>[fig.34]</sup>

c)-diferentemente do Gesù (que tem um fachada de parede simples), do Escorial (que tem um alpendre apostado à fachada, e um coro alto com subcoro, já inseridos no corpo eclesial) e da catedral de Valhadolid (que apenas sugere um pórtico e não tem coro alto), mas de forma análoga a Grijó<sup>522</sup>, São Vicente de Fora tem também um *Westwerk*<sup>523</sup> com nártex aberto e coro alto<sup>524</sup>, com a particularidade de sabermos que foram os cônegos que solicitaram a Baltazar Álvares em 1615 que eliminasse um então previsto recuo da parte central da fachada, que deixava uma varanda entre as torres (isto é, uma “galilé-alpendre”), dando esse espaço ao coro alto<sup>525</sup>.<sup>[fig.35]</sup>

-Em opções de linguagem:

a)-as pilastras geminadas, presentes na fachada e colossais no alçado interior, são uma característica marcante em São Vicente; existem, obviamente, também na basílica escorialense e na sé valisoletana (mas secundariamente) assim como na igreja jesuíta romana<sup>526</sup>; Álvares *voltará* a usá-las em Santo Antão, em Santos-o-Novo e no Colégio de Jesus de Coimbra; estão todavia também no projeto da basílica

---

<sup>520</sup> A iconografia da escultura na fachada de São Vicente de Fora (apesar de só ser realizada de 1703 à década de 1740, o seu programa será anterior) inclui São Vicente, Santo Agostinho e São Sebastião sobre entrada (os oragos e o patrono); Santo António e São Bruno na torre esquerda, São Domingos e São Norberto de Xanten na direita (Sandra Costa Saldanha, “A escultura em São Vicente de Fora: projecto, campanhas e autores”, in *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, op. cit., pp. 190-193). Por conseguinte, se analisarmos a distribuição, encontramos o orago antigo do templo e um santo-cônego português/vicentino à esquerda, o orago novo e um santo-cônego espanhol à direita, e os santos-cônegos mais distantes da realidade portuguesa ficam mais acima.

<sup>521</sup> Como a classifica Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, op. cit., pp. 590-591), apresentando-se assim em sintonia/antecipação do modelo vaticano de Maderno (ver nota 412 deste capítulo).

<sup>522</sup> Aplicando-se-lhe, portanto, os raciocínios que fizemos aí, nomeadamente quanto à genealogia cruzada do dispositivo.

<sup>523</sup> José César de Vasconcelos Quintão, analisando a solução compositiva de alçado em São Vicente, destaca a transformação ali do plano de fachada numa entidade tridimensional, como se encontrássemos um “edifício” apostado ao corpo de igreja (*Fachadas de igrejas portuguesas de referente clássico – uma sistematização classificativa*, Porto, FAUP publicações, 2005, p. 147).

<sup>524</sup> George Kubler acha a combinação de nártex e coro alto paladiana e herreriana (op. cit., p. 82) e José Eduardo Horta Correia escorialense (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, op. cit., p. 122); pelo contrário, Jorge Henrique Pais da Silva vê-a como portuguesa (op. cit., p. 169) e Manuel Luís Real explica o seu uso análogo anterior pelos Cruzios (como vimos no capítulo IV); António de Oriol Vazão Trindade (op. cit., pp. 299 e 302) e Paulo Varela Gomes (*Arquitectura, religião e política...*, op. cit., p. 158) referem pelo menos a sua pré-existência em São Vicente, que é a todos os títulos relevante.

<sup>525</sup> Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magníficos Templos...”, op. cit., p. 144. É uma referência muito interessante embora com algo de estranho: o coro alto de São Vicente insere-se logo acima de arcos do nártex, atrás das edículas de santos, e a seção recuada deveria mais plausivelmente ser acima de entablamento, onde então não perturbaria diretamente o coro. Baltazar Álvares pode ter feito algo similar a esse desenho original em São Bento da Saúde, onde havia uma pequena varanda sobre o nártex da igreja (visível ainda quando o edifício era Palácio das Cortes); em São Bento de Coimbra, pelo contrário, a julgar pela planta, pode ter-se pensado um corpo de duas torres, com nártex e coro alto, a exemplo do que acontecia noutros colégios (mas é de salientar que não se fizeram as torres que a planta sugere, e que Baltazar nunca mais repetiu a configuração).<sup>[fig.36]</sup> É porventura relevante também que, em 1615, se completava em Roma o alçado análogo de São Pedro, de Carlo Maderno.

<sup>526</sup> António Nunes Pereira, por exemplo, atribui o seu aparecimento aqui ao Gesù (“1582: ano zero na arquitectura religiosa portuguesa?”, op. cit., p. 125), e Paulo Pereira di-las de “evidente inspiração romana”, quer recolhidas no Gesù ou em São Pedro (*Arte Portuguesa...*, op. cit., p. 590).

de São Pedro desde Bramante<sup>527</sup>, em San Giorgio Maggiore<sup>528</sup>, e aparecem na fachada de Grijó<sup>529</sup>;

b)-as pilastras do primeiro nível de São Vicente já foram classificadas como toscanas (no exterior)<sup>530</sup> e coríntias (no interior)<sup>531</sup>; creio que deveríamos considerar a membratura térrea exterior e interior (que têm sensivelmente a mesma altura) como dórica, nem que decididamente não canónica<sup>532</sup>; o dórico fora consagrado por Serlio para invocações masculinas e santos guerreiros<sup>533</sup> (adequando-se a um templo dedicado a São Vicente e São Sebastião), e o dórico é a única ordem que possui tríglifos no entablamento (aqui presentes expressamente no interior e de forma simplificada no exterior<sup>534</sup>) e para a qual existia a opção de uma cornija com modilhões retangulares, como vemos no interior vicentino<sup>535</sup>;[fig.37] se o dórico pode ter aqui uma função expressiva, semantizados estão também os capitéis das pilastras interiores, que exibem, no sobredimensionado friso entre o equino e o astrágalo, as flechas do suplicio de São

---

<sup>527</sup> Note-se que no desenho de Miguel Ângelo as pilastras têm nichos entre elas, como acontece na capela-mor de São Vicente, mas não no Escorial. Paulo Pereira (ver nota anterior) aceita uma fonte vaticana para o seu uso, assim como Miguel Soromenho ("Classicismo, italianismo e «estilo chão»..., *op. cit.*, p. 12).

<sup>528</sup> António de Oriol Vazão Trindade acha as pilastras geminadas vicentinas uma referência paladiana, embora de fonte miguel-angelesca (*op. cit.*, p. 338).

<sup>529</sup> Também já tinham sido usadas extensamente no colégio conimbricense da Santíssima Trindade, de c. 1562 (Nuno Miguel Maia da Silva, *Claustros serlianos em Portugal: 1558-1635*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2012, p. 132). A origem tratadística da solução também não seria impossível, e George Kubler radica a ideia do uso vicentino das pilastras geminadas em Alberti (*op. cit.*, p. 82).

<sup>530</sup> Miguel Soromenho, "Classicismo, italianismo e «estilo chão»..., *op. cit.*, pp. 12-13 (onde o autor acha que são toscanas, sendo dóricas as do 2.º nível), e "Hum dos Mayores e Magníficos Templos..., *op. cit.*, p. 145 e nota 52, p. 153 (onde já se inclina pela leitura de um toscano correto no piso térreo e do uso de vocabulário sintético, sem ordem precisa, acima).

<sup>531</sup> Miguel Soromenho, "Hum dos Mayores e Magníficos Templos..., *op. cit.*, p. 146.

<sup>532</sup> No exterior, José Eduardo Horta Correia até chega a ver uma sobreposição de dórico-jónico-coríntio na fachada ("A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»", *op. cit.*, p. 122) e António de Oriol Vazão Trindade também identifica uma ordem dórica no piso térreo, com uma jónica presente no 1.º andar (*op. cit.*, p. 317). No interior, Albrecht Haupt classifica a ordem como sendo dórica, embora com um ábaco coríntio (*op. cit.*, p. 63), e Paulo Varela Gomes também sugere que se tratam de pilastras dóricas (*Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, p. 158).

<sup>533</sup> John Onians, *Bearers of meaning: the classical orders - in Antiquity, the Middle Ages and the Renaissance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 273.

<sup>534</sup> Na fachada estão delineados sobre as pilastras térreas, e nas do segundo nível, sem capitel, aparece uma espécie de mísula que pode ser igualmente uma versão não canónica de um tríglifo; o mesmo parece suceder no piso térreo do claustro, onde as pilastras também sem capitel são sobrepujadas por um entablamento com uma seção de caneluras sobre elas, sugerindo os sulcos de um tríglifo. As ordens superiores da fachada e as dos claustros serão assim simplificações gradativas do dórico ou ordens amorfológicas, neutras (nisso concordo com Miguel Soromenho, em particular dada a coincidência com prescrições borromaias: ver nota 530 deste capítulo). O uso do jónico na moldura dos vãos do primeiro nível da fachada também aponta para que o térreo seja dórico, pela regra de sobreposição (note-se que Santo Antão-o-Novo e a Sé Nova de Coimbra também têm uma sobreposição dórico-jónico).

<sup>535</sup> Usando como referência de "ortodoxia" o tratado de Vignola de 1562-1563, que pertenceu a São Vicente de Fora (*Regola delli cinque ordini d'architettura*, fls. X, XIII e XVIII); aí também vemos que os triângulos arqueados em baixo-relevo da arcatura do nártex e dos claustros vicentinos, aparecem no dórico e em ordens mais elaboradas, mas não no toscano (cf. *idem*, fls. V, VI versus fls. X, XVI, XVIII, XXII e XXIII). Acrescente-se que as famosas "mísulas triglifadas" de proveniência serliana, são por ele prescritas para a ordem dórica (cf. Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 169; Miguel Soromenho, "Classicismo, italianismo e «estilo chão»..., *op. cit.*, p. 12, e "Hum dos Mayores e Magníficos Templos..., *op. cit.*, p. 149); vulgarizadas por Peruzzi, as ditas "mísulas triglifadas" são aqui mais *triglifos misulados*, já que não aparecem sobre as pilastras (onde são tríglifos convencionais) mas apenas sobre os arcos, onde o entablamento recua, sendo portanto uma solução de continuidade com uma cornija muito pronunciada e sem recortes.

Sebastião<sup>536</sup> entre o que podem ser palmas martiriais<sup>537</sup>; <sup>[fig.38]</sup> os Crúzios seguiriam portanto aqui o mesmo princípio de significação que vimos promoverem antes nos colégios castilhanos com o jónico, o que é um processo oposto do *desornamentado* castelhano<sup>538</sup>, e que é algo dissonante do classicismo expurgado do maneirismo romano e do Gesù, mas tem plena expressão nos meios borromaios lombardos<sup>539</sup>;

c)-é de referir que os caixotões em grelha irregular das abóbodas de Lisboa<sup>540</sup>, que condizem com outras distorções de que já falámos, são inteiramente não herrerianos, não parecem ser usadas nos referentes italianos a que temos apelado<sup>541</sup>, nem noutras obras de Baltazar Álvares<sup>542</sup>, mas estão também em Grijó;<sup>[fig.39b]</sup>

d)-São Vicente de Fora não faz uso extensivo de janelas termiais<sup>543</sup>, que aparecem muito mais recorrentemente noutros desenhos alvarinos (como Santo Antão-o-Novo), e, mais uma vez, não precisaria de os ter recebido de Espanha ou da arquitetura inaciana, sendo nomeadamente frequentes em Palladio<sup>544</sup>, e figurando em San Barnaba (e São Domingos de Viana);

e)-a composição dos claustros em porticado de pilastras com arcaria em segundo plano (*grosso modo* reproduzindo o alçado da nave, aliás), é uma solução bastante nova na arquitetura crúzia, e é natural

---

<sup>536</sup> Nem que não sejam reaproveitamento direto da obra de São Sebastião da Ribeira (o que Miguel Soromenho rejeita em “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, p. 146 e nota 55, p. 153), a primeira pedra da igreja do Terreiro do Paço tinha de facto essa iconologia, que era o emblema da Ordem da Frecha criada por D. Sebastião (Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, *op. cit.*, pp. 236 e 303). Além de ser mais uma asserção marcial (associada ao dórico) pode querer sugerir um certo cruzadismo crúzio e vicentino.

<sup>537</sup> No dizer de Nicolau de Santa Maria, “palmas de São Vicente, & setas de São Sebastião” (*op. cit.*, livro VIII, cap. XII, p. 147; passagem também citada por Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, p. 158). Se esse friso era comum em capitéis dóricos e incluía correntemente decoração (voltemos ao Vignola na posse de São Vicente: *op. cit.*, fl. XIII), está aqui claramente distorcido em altura, embora não muito diferentemente do que variação dórica vista por Antonio Labacco na igreja de Santo Adriano em Roma (*Libro appartenente a l'architettura nel qual si figurano alcune notabili antichità di Roma*, Roma, in casa nostra, 1559, fls. 17 e 18 – tratado existente quer na biblioteca vicentina quer na de Santa Cruz de Coimbra). Distorcidos estão também os ábacos, que se apresentam côncavos como é característico apenas no coríntio e compósito; é verdade que esse ábaco e a aparência e colocação da folhagem, semelhante aos acantos do coríntio, sugerem catalogação de Miguel Soromenho (ver nota 531, acima), mas creio que, como vimos, a presença de outros elementos desmente essa classificação.

<sup>538</sup> São Lourenço do Escorial tem pilastras dóricas, mas canónicas e austeras.

<sup>539</sup> Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, pp. 158-160; Miguel Soromenho, “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 16, e “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, p. 149.

<sup>540</sup> George Kubler dá-os como distintamente portugueses (*op. cit.*, p. 82), e Jorge Henrique Pais da Silva, algo depois, vê igualmente essa originalidade como portuguesa (*op. cit.*, p. 278). José Eduardo Horta Correia nota que no Colégio de Jesus de Coimbra já o ritmo dos caixotões é regular outra vez (“A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, p. 123).

<sup>541</sup> São similares ainda assim ao abobadamento de São Pedro, provavelmente desde o projeto miguel-angelesco, pelo menos segundo as gravuras de Dupérac (Christian Norberg-Schulz, *op. cit.*, p. 127), mas em Lisboa têm mais variações dimensionais (o ritmo no projeto maneirista de São Pedro é apenas em A-b-A-b, embora se complexifique na nave de Carlo Maderno, posterior ao desenho vicentino).<sup>[fig.39a]</sup>

<sup>542</sup> Não parecem estar em São Bento de Coimbra, segundo os desenhos de Albrecht Haupt (*op. cit.*, p. 223), nem estavam em Santo Antão-o-Novo (Ricardo Lucas Branco, “A igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo...”, *op. cit.*, p. 20, fig. n.º 5, p. 22 e fig. n.º 6, p. 23), assim como não estão no Colégio de Jesus, onde são sempre regulares (ver nota 540, acima).

<sup>543</sup> Surgem apenas, de forma truncada, nos transeptos, e no pano interior da fachada axial, ocultada aí por vãos retangulares do exterior (a alteração da fachada desejada pelos Crúzios – ver nota 525, acima – pode ter assim incluído literalmente a *rejeição* deste elemento).

<sup>544</sup> George Kubler (*op. cit.*, p. 82), José Eduardo Horta Correia, (*Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 58), Vitor Manuel Serrão (*O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 120) e António de Oriol Vazão Trindade (*op. cit.*, pp. 338, 342 e 344) dizem-nas certamente paladianas (embora também herrerianas...).



que funcione como uma afirmação de erudição e internacionalismo<sup>545</sup>, e mesmo de alusão ao Pátio dos Evangelistas escorialense; todavia, a composição seria para os cónegos também familiar como aquela que se encontrava proeminentemente nos claustros lateranenses de Roma e especialmente no de Veneza;

f)-uma última observação sobre a percebida “frieza” do mosteiro vicentino<sup>546</sup> – na mentalidade genérica desta época e sendo este mosteiro certamente um panteão régio e até certo ponto um *martyrium*, um certo grau de sobriedade é inevitável e certamente foi desejado; porém, no que diz respeito ao interior da igreja, essa asserção (ou mesmo “acusação”) é imerecida e deve ser relativizada, considerando a policromia pétreia (em amarelos e rosas) que preenche os caixotões jogando com as suas variações dimensionais<sup>547</sup>, acompanhada de acentos flamenguistas de decoração (“diamantes” e “pérolas” em cartelas), e dado também o impacto da presença original de talha dourada e panejamentos carmesins<sup>548</sup>; o desaparecimento de parte do recheio com que foi pensado e o embotamento da sujidade do tempo explicam parte dessa percepção, aumentada pela transformação luminosa que a ruína do zimbório em 1755 trouxe<sup>549</sup>; uma opulência forte, e fortemente colorida e luminosa, deveriam surgir aos olhos de quem ali entrava em Seiscentos.

Por conseguinte, aceitando a excecionalidade de São Vicente de Fora na arquitetura crúzia e nacional, não me parece que aquela seja evidentemente ou predominantemente escorialense, herreriana, romana, jesuítica, e mesmo baltazarina – pelo menos não menos do que portuguesa e crúzia, e sendo em certas opções *exclusivamente* crúzia – além de que, de forma alguma, ela constitua “uma novidade absoluta”<sup>550</sup>. Há calculada sugestão de elementos de gosto do rei e do seu arquiteto, há invocação de modelos italianos dignificadores, mas sobre uma sólida base de discurso regrante.

---

<sup>545</sup> Ainda assim, o esquema também pode ter surgido sob influência do claustro bramantino de Santa Maria della Pace, que os Crúzios já podiam ter conhecido e referenciado antes (como vimos no capítulo anterior); a evolução do claustro castilhiano, muito usado pelos Regrantes, chega também a soluções aproximadas, como se evidencia em São Gonçalo de Amarante ou no da Madre de Deus de Lisboa, embora estes mantenham o arcaísmo de a pilastra entre arcos ser ainda ser um contraforte saliente (cf. Nuno Miguel Maia da Silva, *Claustros serlianos em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 128-134); a solução em São Vicente de Fora é também possivelmente uma síntese, sendo de entablamento plano, como nos claustros ruanescos, combinado com a arcaria sequente dos claustros cremoneses, embora com colunas convertidas em pilares (logo, em linha com os post-castilhanos). Os claustros serlianos serão uma síntese alternativa das soluções de base renascentista (em arcaria e com entablamento, sobre colunas e sobre pilares), e os claustros de arcaria sequente uma simplificação posterior.<sup>[fig.40]</sup>

<sup>546</sup> Miguel Soromenho realça que não vê ali um pauperismo geral, mas antes uma “distribuição hierarquizada de programas decorativos”, aliás muito ao espírito borromaioco (“A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 16).

<sup>547</sup> Como bem nota - e repete - Reynaldo dos Santos (*op. cit.*, pp. 21 e 37).

<sup>548</sup> Expressamente encomendados por Filipe I para o altar-mor e as capelas laterais (Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, p. 114).

<sup>549</sup> Nicolau de Santa Maria ressalta o zimbório “tam alto, & magestoso, que leva apozsi os olhos” (*op. cit.*, livro VIII, cap. XII, p. 148; passo também citado por Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, p. 157), e António Carvalho da Costa, que ainda o viu de pé, fala de um “alegre cruzeyro” (*op. cit.*, t. III, p. 255). A sensação de elevação e a luz forte alterariam sensivelmente o carácter do interior que conhecemos hoje.

<sup>550</sup> Como diz Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 10 (repetido por Vitor Manuel Serrão, em *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 203).

Pode concluir-se, finalmente, um outro estereótipo crúzio desta segunda obra relevante: um conjunto-bloco retangular de três pisos<sup>551</sup>, de igreja-caixa embebida na massa, baseada na nave única, com transepto cupulado e capelas laterais intercomunicantes, capela-mor profunda e retrocoro, e fachada bitorreada em *Westwerk* (albergando coro alto e nártex); o paralelepípedo organiza-se em duplo claustro de pilastra-arco, com soluções de continuidade visual/espacial entre eles, mas uma gradação hierárquica (o anterior mais de serviço, o posterior mais cerimonial e privado); os dormitórios são alas lineares modulares, com segmentos divididos por terças, definindo a fachada maior do conjunto (e eventualmente em “L”, evitando o lado frontal), e aparecendo sinalizados no exterior.<sup>[fig.41a,41b]</sup> Aposto ao volume principal aparece um claustro de portaria de cêrcea menor, e várias outras funcionalidades podem ter lugar em edifícios independentes dentro da cerca<sup>552</sup>. Os circuitos de penetração no complexo dividem-se entre o acesso dos fiéis (pelo nártex), o acesso conventual (pela portaria), e os acessos de serviço (pelo claustro de portaria e a porta de carros, dando acesso ao terreiro). Como estereótipo monumental e urbano, manifesta uma sensibilidade ao espaço exterior do adro e ao seu acesso por uma via privilegiada<sup>553</sup>, naturalmente de modo menos reservado do que o que vimos em Grijó.<sup>[fig.42]</sup>

É interessante que estes dois estereótipos sejam respetivamente uma glosa *minimalista* e *maximalista* do estereótipo renascentista precedente, com declinações aportadas pela mudada mentalidade maneirista, mas mantendo em essência a sua vigência, como um ícone identitário.

**8.4.2 Repertórios interpretativos:** Já se poderá intuir, pelo que fomos vendo dos vetores de ação da Ordem e das opções por ela feitas em enunciados arquitetónicos destacados, da existência de núcleos de significados recorrentes e de certas práticas discursivas dominantes. Verificámos que as dinâmicas epocais de integrismo, revivalismo e rigorismo encontraram genericamente eco nos esforços de afirmação da Congregação de Santa Cruz de Coimbra<sup>554</sup>. É altura de fazer algumas reflexões sobre como essas linhas fortes de mentalidade foram apropriadas e moduladas, através dos conjuntos interdependentes de

---

<sup>551</sup> O térreo funcional e os superiores residenciais (com uma gradação de importância: alguns espaços funcionais seriam reservados aos noviços no 1.º piso, os dormitórios dos cônegos e do prior seriam tipicamente acima).

<sup>552</sup> Em São Vicente o terreiro interno já existia, mas ainda é alargado a Nascente sobre campo de Santa Clara, por pedido de 1664, autorizado pela Câmara de Lisboa em 1672 (Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, p. 142 e nota 44, p. 153). O pedido é feito formalmente para preservar clausura do dormitório, mas também permitirá abrir uma ampla porta de carros do lado Este. Nesse terreiro ficavam edifícios autónomos de várias funcionalidades de apoio, como a Botica (Maria Paula Basso e João Neto, “O hospital e a botica”, e Fernando Pereira, “A escavação arqueológica da Botica”, in BASSO, Maria Paula, NETO, João (dir.), *A Botica de São Vicente de Fora*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 15-15 e 28).

<sup>553</sup> Baltazar Álvares faz o projeto do adro regular com escadórios-filtro cenográficos e os cônegos fazem defesa firme de uma das suas ruas de acesso nobre, atual Rua da Voz do Operário, permitindo a passagem de carruagens, em 1649, além de procederem a várias pavimentações viárias circundantes, em 1593, e entre 1600-1606 (Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, *op. cit.*, pp. 142-143).

<sup>554</sup> Ver ponto 8.2.2.

significados (augustinismo, canonicalismo, nacionalismo) que estruturaram perenemente a explicação da instituição crúzia sobre si mesma.

Há traços de uma postura integrista quanto ao augustinismo, na intensificação (para não dizer obsessão) em se pronunciarem como verdadeiros intérpretes de Agostinho, face a outras Ordens, e mesmo de fazer das ideias de Agostinho a súpula de propostas iniciais do cristianismo; o historicismo bíblico de D. Pedro de Figueiró está em direta relação com a afirmação de abertura nas Constituições de 1601, que o hiponense foi o *restaurador* dum espírito original<sup>555</sup>, e que é para seguirem “a perfeição dos seus *primeiros* progenitores”<sup>556</sup> que aquele texto existe; diretamente ligado a este argumento, o carisma canonical, é defendido pela sua antiguidade e no seu formato primitivo<sup>557</sup>, e a aliança aos Lateranenses é aludida obliquamente nos estatutos crúzios pelo elogio da primazia daqueles<sup>558</sup>. De igual sorte é sensivelmente fundamentalista a visão do nacionalismo, como construção cruzadística do Reino de Deus, e em que os fundadores são mais homenageados que os seus presentes sucessores/restauradores, ou quando se defende o candidato português ao trono apesar da maior legitimidade do castelhano. O regresso a um “mosteiro arquetípico”, em Grijó, pode ser uma tradução dessa modalidade de integrismo augustinista, assim como a teoria de santos cónegos da fachada de São Vicente o é dum integrismo canonical, e o “dórico sebastianista” do seu interior remete, senão para o rei desaparecido, pelo menos para a sua Ordem militar da Frecha, e genericamente para uma visão martirial e cruzadística da ideia igualmente integrista de Portugal.

Analogamente, além do retorno às origens, ao essencial, se apresentam os atos de “saudosismo”, de devoção a elementos objetivos do passado, e a lamentação das perdas que o tempo traz: já disse que a inclinação por uma continuidade humanista através do culto do augustinismo pode ser um sintoma revivalista<sup>559</sup>, da mesma forma o será a fidelidade a um classicismo que repete mimeticamente vocabulário, ou mesmo trechos integrais, anteriores (como o faz o claustro de Grijó, como farão mais

---

<sup>555</sup> “e querendo o mesmo Deos alevantar ao cume de sua primeira spiritual perfeição, inspirou no grande Patriarcha S. Agostinho [...] para que como de novo a tornasse à primeira pureza” (*Constituições dos cónegos regulares do nosso patriarca...*, *op. cit.*, Proêmio, 1.ª e 2.ª páginas).

<sup>556</sup> *Idem*, Proêmio, 3.ª página (sublinhado meu).

<sup>557</sup> Em Leonardo de São José esse argumentário adquire a curiosa (e insistente) utilização do hábito canonical como ilustração e comprovação da afirmação: a sua túnica branca de base é a mais *essencial* e mais antiga, pois será herdada dos apóstolos, tal como o fizeram os papas e bispos (*Roseto augustiniano...*, *op. cit.*, pp. 1-2, 5-7 e 32-39), o que demonstra sua anterioridade aos Beneditinos, que se vestem de negro (*idem*, pp. 8-9), assim como atesta a génese e pertença canonical dos Dominicanos (*idem*, pp. 54-56), dos Cartuxos (*idem*, pp. 56-57) e doutras ordens cujo hábito assenta sobre uma túnica branca (*idem*, pp. 106-109).

<sup>558</sup> “[A] sagrada religião de conegos regulares, que sendo primeiro instituido per Christo Redemptor nosso em Ierusalem, & por são Marcos seu Evangelista transplantada em Alexandria per orde de são Pedro, & depois augmentada em Roma poo os mesmos Apostolos, & continuada pollos summos Pontífices tẽ o grande são Sylvestre (todos professos della) por cujo favor o Emperador Cõstãtino lhe largou seus paços in Laterano, aonde floreceo esta sagrada orde por muitos annos: & por esta razão inda agora he chamada Lateranense.” (*Constituições dos cónegos regulares do nosso patriarca...*, *op. cit.*, página de abertura do Proêmio). Em 1615, embora o Proêmio tenha desaparecido, algumas edições das Constituições declaram os Regrantes como uma congregação lateranense (*Constitutiones Canonicorum Regularium lateranentium Congregationis Sanctae Crucis Collimbriensis*, BNP, Ms. PBA. 12; sublinhado meu).

<sup>559</sup> Ver nota 171 deste capítulo.

tarde a igreja da Tocha<sup>[fig.43]</sup> e vários segmentos do mosteiro do Pilar). O militantismo canonical e o surto memorialista (que também incide sobre configurações passadas de cenóbios crúzios) têm equivalência na alusão à fachada de Santa Cruz feita na de Grijó, e mesmo à recuperação do *Westwerk* presente em ambos os estereótipos dos Regrantes; percebem-se menos sinais arquitetônicos de um revivalismo nacionalista, que não a mesma referência a Santa Cruz (umbilicalmente ligada à Fundação e à independência), ou talvez um certo aspeto castrense dos enunciados-tipo que vimos, embora seja possível especular, da reserva da cabeceira de São Vicente de Fora para necrópole régia, sobre a possibilidade de se ter querido fazer uma recriação “nacionalista” dos túmulos de Coimbra em Lisboa.

Finalmente, quanto ao rigorismo, vimos no ponto 8.2.2 que a relação da Congregação com esta dimensão é subtilmente ambígua. Por um lado, os aspetos identitários do nacionalismo e do canonicalismo são também vistos numa perspetiva legalista e burocrática – da relação institucional com os poderes eclesiásticos e estatais, e da associação à edição do código legislativo português, até à definição constitucional mais casuística, e mais centrada no formal, no ritual, no exterior<sup>560</sup>. O carácter compacto, geométrico, repetitivo, austero e hierárquico dos edifícios que analisámos é aparentemente a imagem arquitetónica dessas atitudes. A discrepância surge quando, em consonância com a sua peculiar produção musical e a pouco circunspeta vida interna, nos apercebemos que há um particular apreço crúzio pelo lúdico, o sensorial e o *ilustrado*, em arquitetura; a resistência, e mesmo o regresso à decoração metafórica<sup>561</sup>, o uso de um simbolismo erudito e a inclinação por um tom positivo, benevolente, podem ser manifestações de augustinismo e da sua filosofia sobre a teofania e a equação do Verbo com o Belo, a Razão e a Graça<sup>562</sup>. Central à teologia de Santo Agostinho é também, como vimos, a doutrina do livre arbítrio<sup>563</sup> e da dignidade individual<sup>564</sup>. É possível que a fidelidade a uma longa tradição, em rigor anti-ascética, de tolerância quanto à privacidade, ajude a explicar o que leva os Regrantes a não resolver o contraste entre a sobriedade exterior e uma certa opulência interior, ou entre as massas constrictivas e anónimas das canónicas, e as espaçosas celas individuais (como em São Vicente<sup>565</sup>).

## Duas observações gerais sobre a organização dos repertórios interpretativos dos Cônegos Regrantes de

<sup>560</sup> Ver nota 176 deste capítulo sobre a extensão crescente das Constituições e a alteração da ordem (e logo, da importância) das partes, de 1558 a 1615; lembremos também a fixação de Leonardo de São José no hábito canonical (ver nota 557 acima).

<sup>561</sup> É “a persistência do ornamento” detetada por Maria de Lurdes Craveiro: “A arquitectura «ao romano»”, *op. cit.*, p. 50; *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 418.

<sup>562</sup> Ver capítulo IV, ponto 4.4.2.

<sup>563</sup> Analisámos já como esse é um dos pontos essenciais da divergência de Lutero e da resistência de Erasmo (ver ponto 7.4.2) assim como da demarcação tridentina, reforçando a doutrina da justificação e do papel do mérito na Salvação (ver capítulo VII, ponto 7.2.1).

<sup>564</sup> Que, com o Concílio de Trento, não obstante a profissão de princípio em defesa do livre arbítrio, e como produto do pessimismo sobre a natureza humana, esta é sujeita a uma vigilância e coerção sistemática (ver notas 71 e 88 deste capítulo).

<sup>565</sup> Na realidade, no dormitório renascentista de Santa Cruz de Coimbra as celas tinham uma área de aproximadamente 12,46 m<sup>2</sup>, enquanto que no mosteiro maneirista de Grijó chegam aos 18,59 m<sup>2</sup> e no de São Vicente de Fora a 29,61 m<sup>2</sup> (Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, p. 113).

Santo Agostinho são ainda possíveis. Em primeiro lugar, que dentre a multiplicidade analisada ressalta uma linha de coerência suplementar: a dum discurso de classe em arquitetura, convergente com o elitismo da Ordem, que unifica as escolhas de vocabulário como estando ligadas à cúpula da Igreja (nos ecos preferenciais de São Pedro ou da ação edificatória de São Carlos Borromeu), à Ordem canonical vista como mais tradicional e prestigiada (os Lateranenses, até pela sua ligação histórico-lendária ao papado), ou quando muito à Coroa (os remoques do Escorial, as alusões ao Palácio da Ribeira); sintomaticamente, não há aproximações à casa nobre (e ao plano em “U” aberto) nem uso dos sinais indissociáveis de outras instituições religiosas, nacionais ou internacionais – não há igrejas no centro do corpo das dependências, não há igrejas-salão colunárias, nem igrejas basilicais “em caixa” (e, naquelas baseadas na nave única, nunca se recorrerá ao teto plano). Em segundo lugar, e servindo de instrumento para as práticas acima, permanece uma consciência da arquitetura como linguagem manipulável, e neste caso para além do que decorre da dominância do uso dum código clássico e tratadístico nesta altura; não só o processo de citações selecionadas indica uma visão analítica, e um jogo estilístico metafórico, como parece nítido que há uma adequação do *nível de língua* como parte da mensagem – a erudição e o decorativismo são em si mesmos uma afirmação, em particular no panorama nacional (como o é o registo de desenho de Grijó, sendo produzido no Noroeste português e no contexto sebástico).

**8.4.3 Os enunciados:** Falemos portanto de como o discurso crúzio se corporiza nos enunciados edificados da Congregação de Santa Cruz de Coimbra<sup>566</sup>. Como o fizemos antes, a leitura integrada destes enunciados pressupõe a apuração da relevância sistémica do papel de cada um dos participantes no discurso institucional como um todo.

Neste momento que analisamos, o grau de participação no projeto congregacional é definido em termos expressos. As Constituições de 1601 estabelecem uma hierarquia, com efeitos na disposição dos representantes das diferentes Casas nas assembleias dos capítulos gerais, formalmente determinada pela data de adesão à Congregação, e que nomeia 8 cenóbios: Santa Cruz, São Vicente, Grijó, Serra

---

<sup>566</sup> Falo aqui apenas da Congregação; Cárquere temporariamente (e quiçá Ribas), continuarão um modo de vida canonical agustiniano sob comenda, mas não conheço ali obras para este período (e aliás dificilmente teriam usado os Crúzios – a instituição e a sua arquitetura – como referência). Falo também de *toda* a Congregação (todos os mosteiros surgem nas tabelas, incluindo a de localização) porque o período posterior a 1556 é ponto de renovação e reinvenção de todos eles, mesmo de Santa Cruz.

do Pilar, Moreira, Landim, Refoios e São Jorge (por esta ordem)<sup>567</sup>. São naturalmente excluídas as canónicas com estatuto de presidência, uma vez que, não tendo autonomia (sendo *presididas* por outros mosteiros, como o nome indica, e não tendo prior interno), não têm assento capitular próprio<sup>568</sup>. A “neutralidade” burocrática de tal categorização interna, não esconde o facto, de que já falámos, de a cronologia das incorporações parecer ter sido ela própria determinada por uma avaliação da relevância dos mosteiros visados, e que mesmo esse princípio cronológico não é escrupulosamente seguido: desde logo, embora os processos de adesão quase se sobreponham, São Salvador de Grijó integrara, em rigor, a Congregação antes de São Vicente de Fora<sup>569</sup>; por outro lado, dessa seriação não fazem parte quer institutos com existência jurídica anterior (e sede física em execução), como o colégio da Sapiência<sup>570</sup>, quer aqueles que integravam as fileiras crúzias e teriam priores próprios, mas eram de associação recente (pelo menos Caramos e Junqueira, reformados em 1595)<sup>571</sup>. Considerações de prestígio (de tradição assim como de influência) devem ter sido portanto tidas em conta, assim como avaliações de menoridade se parecem ter feito dos neófitos. Por conseguinte, ao estabelecer uma categorização (tabela n.º 1e), “corrijo” a sucessão temporal de adesão congregacional tanto por essa hierarquia assumida, como pela importância extra conferida a cenóbios que são objeto de investimento especial pelos Crúzios (a atribuição de sede individual ao colégio da Sapiência e a fundação *ex novo* de São Teotónio) ou que

---

<sup>567</sup> As Constituições definem o princípio de antiguidade das Letras de União à Congregação para a hierarquia dos mosteiros (*Constituições dos cônegos regulares do nosso patriarca...*, *op. cit.*, parte I, cap. XI, fl. 14), fixam uma correspondência ao assento dos seus representantes em capítulo-geral (*idem*, parte III, cap. II, fl. 55, e também *Constituições dos cônegos regulares da Congregação...*, *op. cit.*, parte III, cap. II, p. 141), e listam os mosteiros nessa ordem ao referir priorados específicos (*Constituições dos cônegos regulares do nosso patriarca...*, *op. cit.*, parte II, cap. VI, fls. 29 e 29v); também António Martins e Emília Nóvoa Faria dão essa sequência (*Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, p. 102). Em capítulo de 1644 (terminado o processo de adesões), a lista já aparece como sendo: Santa Cruz, São Vicente, *Sapiência*, Grijó, Pilar, Moreira, Landim, Refoios, São Jorge, *Caramos*, *Vila Boa* (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLVII, p. 418).

<sup>568</sup> Esta é a definição em Timóteo dos Mártires para as presidências, como “mosteiros pequenos” sem prior, expressa em capítulo de 1602 (*op. cit.*, t. I, pp. 141-142; também em Maria Rosário da Costa Bastos, “Um caminho de mudança...”, *op. cit.*, p. 97). À data da edição das *Constituições* de 1601, os cenóbios neste estatuto seriam Paderne (presidido pela Sapiência), Folques (igualmente presidido pela Sapiência), Vilela (já decidido segundo breve papal para presidência pelo Pilar, embora só efetivo em 1612 – António Nogueira Gonçalves, “A destruída igreja medieval...”, *op. cit.*, p. 7), Muía (presidido por Refoios), Oliveira (presidido por São Vicente); Vilarinho estaria sob padroado de Landim desde D. Sebastião (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *idem*, p. 86), mas, só tendo sido legalmente concedido à Congregação em 1594 e de facto anexado em 1610/1612, é pouco claro se seria formalmente uma presidência ou não. Diga-se que à data do capítulo no qual se estabeleceu o texto a publicar (1599) só Muía e Oliveira seriam efetivamente presidências, mas aceite-se que poderia ter havido atualização até à impressão.

<sup>569</sup> Grijó é entregue à reforma e efetivamente intervencionado em Dezembro de 1537, enquanto a bula de reorganização de São Vicente e as primeiras obras ali são de Janeiro e Abril de 1538; não obstante, é verdade que o breve formal de união e reorganização de Grijó só chega em 1539 (ver capítulo VII, ponto 7.2.2).

<sup>570</sup> A questão não deixa de estar em discussão na Congregação: o prior-geral D. Lourenço Soares (em 1570-1573, logo, antes de construção do colégio fisicamente autónomo), de forma provocatória, levanta a questão de a Sapiência, tendo sido fundada em Santa Cruz sob a reforma joanina, ser anterior na Congregação a São Vicente de Fora e quer outorgar-lhe o lugar de honra logo após o do prior-geral, que o prior de São Vicente ocupava, nos capítulos congregacionais (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXIII, p. 394). Após Constituições de 1601, no capítulo-geral de 1609, aplica-se a solução de compromisso de se sentar o prior de São Vicente à direita de prior-geral, e o reitor da Sapiência à esquerda (lugar levemente menos privilegiado). Em 1615 o diferendo é resolvido formalmente declarando o colégio como praticamente anexo ao priorado-geral, mesmo se o seu reitor tem equiparação às prerrogativas prioritais (*Constituições dos cônegos regulares da Congregação...*, *op. cit.*, parte II, caps. 6 e 7, pp. 73-83); assim, o reitor pode ladear o prior-geral – como seu subordinado e não como hierarquicamente próximo a São Vicente – e a mesma ordem de assento se repete pelo menos em 1644 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXXVI e XLVII, pp. 399 e 418).

<sup>571</sup> Exceto em mosteiros muito pequenos, arruinados e sem cônegos, parece ter havido sempre um período inicial com prior próprio, que poderia ser na prática um gestor da transição, em termos de bens e rendimentos e também de uma avaliação das possibilidades de uma autonomia real futura.

gozam de períodos alargados de autonomia como priorados. A existência e a dimensão de intervenções edificatórias é aqui um parâmetro de confirmação, até porque neste modelo organizacional centralizado (e ao contrário das largas autonomias que tinham existido anteriormente), as decisões de investir em renovações arquitetónicas são em si mesmas avaliações da importância das Casas visadas<sup>572</sup>. Apuram-se, pelo mesmo processo, três categorias, que são de estatuto honorífico mas também de ação (em capítulos, por exemplo): dos mosteiros mais importantes, *determinantes* (categoria A); daqueles que permanecem consistentemente autodeterminados e *relevantes*, mas que não atingem a influência dos anteriores (categoria B)<sup>573</sup>, e os cenóbios *menores* e dependentes (categoria C).<sup>[fig.44a]</sup>

Partindo dessa hierarquia como grelha interpretativa (tabela n.º 2e) começa logo por ser visível uma relação nítida com a localização dos institutos crúzios: à exceção de Santa Maria de Landim, todos os que integram a categoria A são urbanos, enquanto que, pelo contrário, os que constituem a categoria C são universalmente de localização rural<sup>574</sup>. Um adicional reforço dessa leitura acontece se considerarmos apenas as canónicas que escolheram a sua localização neste período.<sup>[fig.44b,44c]</sup> Assim, e na sequência da fundação precedente da Serra do Pilar, o colégio da Sapiência e o mosteiro de São Teotónio são claramente urbanos<sup>575</sup>; adicionalmente (e também como em Gaia), a preferência parece inclinar-se para a situação periurbana, com larga tradição na Ordem; em Viana o mosteiro fica na franja Norte da cidade, e em Coimbra o colégio, mesmo que intramuros, está diretamente sobre a muralha e junto a uma das suas portas, assim como no acesso a uma zona ainda não densificada (a vasta quinta crúzia do vale da Ribela). Acrescente-se ainda que sabemos que existiu em 1564 a intenção, no mosteiro suburbano

---

<sup>572</sup> De qualquer forma, certas reformas nas igrejas (e adros) podem acontecer mesmo em mosteiros menores (como Paderne, que também teve prior da Restauração que pode ter feito algumas obras comemorativas - cf. notas 153 e 597 deste capítulo), dado o papel social (e rendimentos consequentes) da orientação paroquial. Se considerarmos os seus coutos, e de maneira reforçada com a "revolução do milho" (como lhe chama Paulo Pereira, em *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 721 – embora para falar de mosteiros beneditinos entre os séculos XVII e XVIII) também certas Casas rurais crúzias, pouco atraentes para comunidades fixas, podem ter sido mesmo assim lucrativas, podendo custear-se essas obras de visibilidade que afirmavam a sua dignidade e autoridade (como pode ter sido o caso em Muia – ver nota 593, adiante).

<sup>573</sup> É apenas uma proposta interpretativa, mas coloco o colégio da Sapiência na categoria B dada a avaliação dúbia que se fez da sua importância (ver nota 570, acima), por só ser totalmente autónomo em menos de dois terços do intervalo, e pela maneira como é gerido alternadamente pelo "partido" de Santa Cruz ou o de São Vicente, logo sendo um cenóbio cobiçado mas sem autonomia real – ler Armando Carneiro da Silva, *A criação e levantamento do Colégio da Sapiência (vulgo Colégio Novo ou dos Orfãos)*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1992, pp. 23-24.

<sup>574</sup> É verdade que se nos reportarmos à tabela homóloga do primeiro período da Ordem alguns dos mosteiros aqui vistos como rurais eram então considerados claramente suburbanos, mas essa diferença deve-se ao posterior diferencial de crescimento populacional e económico entre o litoral urbano e o interior rural, e a uma evolução da definição do que é "cidade", a que muitos centros menores já não correspondem agora, porque nunca evoluíram nessa direção. Na perspetiva inversa, o desenvolvimento de certos polos urbanos e da sua área de influência também reforçou o carácter urbano de certos mosteiros, como é o caso de São Jorge em relação a Coimbra (onde se torna quase periurbano), ou de Grijó em relação ao Porto (João de Barros, em 1549, inclui-o no elenco da sua descrição da região entre os rios Douro e Minho dizendo "ainda que está na banda de além o contamos nesta conta per estar tao lunto ao Porto" - *Geographia d'Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes*, "Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa"/V, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, p. 123).

<sup>575</sup> Estão também no Noroeste e em Coimbra, zonas tradicionais de localização crúzia. Viana é para além disso, como já discutimos, uma opção lógica ao tempo, como cidade em crescimento económico e populacional (ver nota 161 deste capítulo).

de Refoios, de se transferir para mais perto de Ponte de Lima<sup>576</sup>, isto é, para aumentar o seu grau de urbanidade.

Se olharmos seguidamente para como, segundo as mesmas categorias, se distribuem as unidades de contexto que classificam as variáveis de implantação específica (tabela n.º 3e), algumas ilações podem também ser retiradas:

a)-os elementos lineares/vias predominam na definição da implantação, sendo as estradas e ruas as unidades de contexto com maior ocorrência, e seguindo-se os eixos de deslocação de rios/vales; em igual frequência a estes últimos se encontra a implantação em área de meia encosta e em terceiro lugar encontramos a presença de nós de cruzamentos/praças;

b)-desses elementos mais frequentes, a predominância de entidades lineares, seguida pela preferência pela implantação em meia encosta, demonstram uma continuidade com as afirmações discursivas que apuramos desde a fundação da Ordem<sup>577</sup>;

c)-é de notar, porém, que a *qualificação* de todos esses elementos dominantes na estruturação das implantações se modifica grandemente – os que são resultado de intervenção humana têm um carácter vincadamente mais urbanizado<sup>578</sup>, e os que fazem parte da definição natural dos sítios (vales/rios e meia encosta), são reforçados em imagem por limites e pontos de referência que os destacam<sup>579</sup>.

Os dois casos de nova implantação confirmam mais uma vez estas conclusões. Depois de se ter equacionado mantê-lo na Rua da Sofia, por volta de 1565 (recuperando o usufruto do colégio de Todos os Santos)<sup>580</sup>, ou talvez mesmo dar-lhe sede suburbana (tendo funcionado em São Jorge entre 1578-1581) – isto é, duas opções recuperando pacificamente *loci* com tradição na Ordem – a escolha dos terrenos atuais para o Colégio Novo de Santo Agostinho, em 1592, é feita com argúcia, entre a continuidade e a inovação. A colocação a cota superior na pendente Noroeste da colina da Alcáçova, permite recuperar a

---

<sup>576</sup> Isto é, mal o comendatário o entrega à reforma, e antes da confirmação papal da mesma (Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. VIII, p. 100; Alberto Antunes de Abreu, “O Mosteiro de Refoios e os seus bens de raiz”, in AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios...*, *op. cit.*, p. 63; Manuel Gonçalves Vale, “Os arquivos do Mosteiro de Refoios”, *idem*, p. 103).

<sup>577</sup> Essa continuidade derivará, obviamente, da composição do elenco cruzado ser esmagadoramente feita por cenóbios de implantação antiga (e daí que diferenciação de categorias seja menos evidente nesta análise), mas é confirmada pelos que escolhem uma nova: São Teotónio e a Sapiência são a meia encosta, dominando o vale de um rio navegável (Viana não segue a orientação canónica para voltar a frontaria ao rio, e São Vicente abandona a expansão Norte-Sul esboçada em 1538, para dispor a massa na direção Este-Oeste, faceando o rio), e numa posição articulada com vias relevantes.

<sup>578</sup> As vias consideradas são mais ruas que estradas, e as praças/adros apresentam-se como nós mesmo onde não há reais cruzamentos de estradas, os atravessamentos que dominam são raramente relativamente a rios (anteriores posições relevantes perto de pontes ou vaus foram suplantadas por núcleos urbanos adjacentes a esses nós, ou esses atravessamentos perderam uso com o tempo e a diminuição de densidade populacional), surgindo pelo contrário (agora ou pouco antes) situações de marcação de entradas urbanas: Santa Cruz e porta Santa Margarida, São Vicente e arco do arcebispo, a Sapiência e a Porta Nova, ou mesmo Viana e o largo dos Crúzios, com o chafariz da Carreira.

<sup>579</sup> Mais do que na fase inicial, os enunciados que compõem agora a Congregação exibem esses elementos (limites atingem 50% de ocorrência, quando então não chegavam a 40%, pontos de referência andam nos 45%, onde antes se ficavam por aproximadamente 30% dos casos). Isto apesar de alguns pontos de referência originais (castros, necrópoles) terem por esta altura sido apagados pelo tempo (tanto fisicamente como na sua importância cultural).

<sup>580</sup> Ver nota 152 deste capítulo.



visibilidade sobre o Mondego<sup>581</sup>, que o mosteiro de Santa Cruz já tivera, mas perdera com a urbanização da Baixa conimbricense; ainda mais claramente, mesmo não estando como a casa-mãe no trajeto da estrada de acesso vinda de Norte, o colégio da Sapiência surge frontalmente, imediatamente acima de Santa Cruz, na perspetiva de quem entrava em Coimbra pela porta de Santa Margarida, descendo a Rua da Sofia, ligando assim visualmente a Alta e a Baixa da cidade (e os dois polos dos Estudos) e efetivamente coroadando uma apropriação crúzia da imagem urbana e universitária<sup>582</sup>. A força icónica de tal posição é reforçada pela associação dessa perspetiva ao ponto de referência natural do topo da colina (que a mole do colégio “substitui” na perspetiva do observador) e o limite da muralha, sobre cuja cortina se debruça, sublinhando o edifício como um embasamento ciclópico.<sup>[fig.45a]</sup> A Sapiência também urbaniza outro acesso, acoplando-se ao nó da Porta Nova (que usava como ponte para a sua cerca e como origem do percurso estruturante do jardim<sup>583</sup>) e faceando toda a rua que parte dessa entrada, assim como criando/rematando a confluência entre a Rua de Sub-Ripas (que liga à Porta de Almedina) e a Rua dos Coutinhos (que vai dar diretamente à Sé).<sup>[fig.45c]</sup> É uma implantação de virtudes multidimensionais (como já o era ao nível da localização, subtilmente entre periurbana e intraurbana), que dá continuidade a perenes estratégias crúzias, mas que reforça os elementos urbanizados, já que falamos de ruas e não de estradas, e em que a implantação é mais diretamente conduzida pelas ruas que pelo rio.

Em Viana do Castelo, em 1627-1630, a decisão do local para construir o mosteiro de São Teotónio usa as mesmas variáveis, nem que naturalmente em combinações diversas. Mais uma vez, a área de meia encosta põe o cenóbio em claro destaque a partir do rio, estando levemente acima da cidade construída na várzea, e acentua essa visibilidade associando o edifício ao vértice do Monte de Santa Luzia, ponto de referência que surgiria atrás do mosteiro para quem entrasse na barra do Lima – nas palavras de Nicolau de Santa Maria, ficava assim em “*lugar alto, e eminente à mesma villa*”<sup>584</sup>. A implantação não deixa porém de se apoiar em elementos lineares, nós e pontos de referência de criação humana: a associação ao rio é concretizada pelo alinhamento da Rua dos Rubins, então o único traçado viário contínuo de Sul-Norte na zona ocidental da cidade, indo do Cais do Santo Homem Bom, então erigido no Lima, aos arrabaldes exteriores da Viana de Seiscentos; o cruzamento dessa rua com a estrada radial de Viana (a Rua da Carreira,

<sup>581</sup> Especialmente para quem subisse o rio desde a foz, mas mesmo para quem chegasse à cidade pela ponte sobre o Mondego.

<sup>582</sup> Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, pp. 135-136.

<sup>583</sup> Com intervenções já no século XVI, criava um percurso longitudinal até uma capela (onde ainda ali hoje existe uma, mesmo que a edificação atual seja setecentista), esboçando um jardim cripto-mágico, baseado num caminho de descoberta (ver nota 392 deste capítulo) com origem no dormitório e estendendo a sua privacidade/recolhimento para um espaço exterior de meditação: Nelson Correia Borges, *idem*, pp. 149-150; Sara Almeida *et alii*, “Cerca de Santo Agostinho, Coimbra: estudo preliminar das fases evolutivas e linhas para a sua recuperação”, in TEIXEIRA, André, BETTENCOURT, José António (coord.), *Velhos e Novos Mundos - estudos de arqueologia moderna*, vol. I, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, pp. 491-493 (e fig. 5, p. 492).<sup>[fig.45b]</sup> Embora não tenhamos testemunhos de outros jardins maneiristas crúzios, é lícito pressupor que algo semelhante acontecesse noutros mosteiros, e desde logo em Lisboa, onde o acesso é tão semelhante, e a cerca tem o mesmo carácter encerrado e topograficamente isolado da sua envolvente.

<sup>584</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XVI, p. 345.

hoje Avenida Conde Carreira), gera um largo (ainda mantendo o nome de Largo dos Cruzios) assinalado pelo chafariz da Carreira e por um solar nobre manuelino, a Casa Melo Alvim; uma nota interessante é que o próprio Monte de Santa Luzia estava marcado, “realçado”, por um farol de navegação<sup>585</sup>.<sup>[fig.46]</sup> Nas Casas que mantêm a sua localização, por sua vez, as intervenções sobre a implantação, incidindo sobre as vias, nós e pontos de referência construídos, adquirem foros de um fenómeno recorrente e padronizado, *estereotípico*. Já vimos, nos enunciados-tipo de Grijó e São Vicente, o investimento na abordagem dos conjuntos<sup>586</sup>. Em Grijó, logo no início das obras, procede-se à conformação do adro, de planta regular alongada, pontuado por dois cruzeiros, delimitado a Poente por um arco de acesso (datado de 1624) e enquadrado a Nascente pelos edificios de relação com o mundo exterior (a própria igreja, o claustro de portaria, as hospedarias e a Casa da Procuração); mais tarde, em data incerta, ter-se-á regularizado a rua que conduz axialmente a essa porta, ladeada pelos muros da cerca e rematada no topo oposto por uma capela, no ponto de cruzamento das estradas para o Porto e para a costa (e a Casa Brévia do mosteiro).<sup>[fig.29b]</sup> Em Lisboa, o largo fronteiro à igreja faz parte do projeto de Baltazar Álvares e também tem as suas faces definidas pelas edificações monásticas (o templo e o claustro de portaria) e é precedido por ruas regularizadas: a Rua do Arco Grande de Cima (entre o muro da cerca cenobítica e o pano lateral do mosteiro, e finalizada pelo Arco de São Vicente<sup>587</sup>, reinterpretando a porta de entrada da muralha da cidade), e o cruzamento entre Rua de São Vicente e a Rua da Voz do Operário<sup>588</sup>.<sup>[fig.42]</sup> Em ambos os casos encontramos a rua fortemente longitudinal, com margens quase cegas, reforçando a tensão entre topos (rua-túnel) e/ou o adro alongado circunscrito (rua-pátio)<sup>589</sup>; é notória a presença de elementos de atravessamento/filtro (portas, arcos, escadórios) e de referência pontual (capelas, cruzeiros). É evidente que São Vicente tenta marcar uma nova centralidade dentro duma envolvente já relativamente densificada, onde Grijó tem de criar essa envolvente, sugerindo um núcleo de micro-urbanidade em terreno livre. Concordantemente, o único outro cenóbio intraurbano a que se coloca

---

<sup>585</sup> Hugo de Amorim Reis, *Evolução da estrutura urbana de Viana do Castelo - Factores de transformação e elementos de continuidade*, dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, Porto, edição do autor, 2008, pp. 31-34, 40-41 e anexo 3, p. XIX. Aquando do recebimento da relíquia do seu patrono, São Teotónio, e a realização da primeira missa no cenóbio, em 1642, a procissão terá feito pleno uso deste percurso, chegando o relicário por barco e subindo o cortejo até ao mosteiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XVI, pp. 343-344; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os cruzios de Viana do Castelo e sua expressão artística”, *op. cit.*, pp. 469-470).

<sup>586</sup> Surgem em ligação a uma tradição de adro-porta-rua(s), manifesta entre os Regrantes desde o Tardo-Gótico (plasmada em Santa Maria da Pena de Leiria e em Santa Cruz Coimbra, dos séculos XIV-XV ao início do século XVI, assim como provavelmente também em Muía, Cárquere, e em São Vicente de Fora, na mesma cronologia) e até ao Renascimento (em Santa Cruz, São Vicente e mesmo na Serra do Pilar). Mas natureza dos espaços de abordagem é agora mais claramente maneirista (ver pontos 8.3.1 e 8.3.3), como veremos.

<sup>587</sup> Encontrei várias vezes a datação para este arco, que liga o mosteiro à sua cerca, como sendo de 1806; Augusto Vieira da Silva desmente essa cronologia, que atribui a António Joaquim Moreira, referindo menções ao edifício pelo menos setecentistas (*A cerca fernandina de Lisboa, op. cit.*, vol. 2, pp. 62-63). O arco está, além disso, na planta de João Nunes Tinoco de 1684 (que seria cópia de original de c. 1590), estando portanto previsto desde início, e deve ter sido feito aquando da construção desse setor do edifício, entre c. 1657 e 1691.

<sup>588</sup> Rua então chamada Travessa das Bruxas, e mais tarde Travessa de São Vicente (Augusto Vieira da Silva, *idem*, vol. 2, pp. 59-60) e pode ter sido pela sua não obstrução que lutaram os Cônegos (ver nota 553 deste capítulo).

<sup>589</sup> Ver ponto 8.3.3; o largo de São Vicente é tanto um “espaço-saguão” construtivo, como um nó/cruzamento alargado.

a mesma necessidade que em Lisboa, o colégio da Sapiência, repete quase literalmente a estratégia vicentina, enquanto todos os mosteiros extraurbanos onde se deteta uma requalificação da implantação se aproximam da configuração gaiense. Na Sapiência, uma porta-arco-ponte encastrada no topo do edifício dá entrada a uma rua-túnel entre uma fachada alta e os muros de suporte, e desembocaria num largo da confluência de acessos relevantes da cidade<sup>590</sup>. Temos por outro lado uma série de exemplares de adros alongados, por vezes articulados com ruas-corredor, definidos entre mosteiros rurais e estradas próximas, neste período. Em Refoios, uma praça profunda vai da estrada e dum cruzeiro até um topo oriental rematado pela igreja e ladeado por dependências conventuais e do couto<sup>591</sup>. Em Moreira da Maia, a seguir, o largo entre a igreja e o muro da cerca é ponto de chegada de uma rua iniciada na antiga estrada real, onde se erigiu um padrão em 1566, anunciando o mosteiro aos viandantes<sup>592</sup>; em Muia, no final de Quinhentos, também deve ter sido estruturado o espaço entre a estrada e o edifício da canónica (existe mais uma vez um cruzeiro no acesso e se erige uma moldura de dependências no topo oriental)<sup>593</sup>; já no século XVII, em São Teotónio de Viana, também uma rua se define entre o nó com a Rua da Carreira, aqui marcado por um chafariz, e o volume da igreja (que não segue a orientação canónica de modo a voltar a fachada a este acesso<sup>594</sup>); mais perto do fim deste intervalo, em Caramos, um cruzeiro marca a rótula de direções entre a velha calçada romana, que desemboca frente à igreja, e um terreiro que se estende lateralmente até à estrada para Felgueiras<sup>595</sup>. Sem elementos de datação, mas parecendo ser contemporâneo dos casos anteriores, também o mosteiro de Landim é precedido de um adro que o une à estrada para Famalicão, emoldurado a Sul, em três lados, pela igreja, o muro da

---

<sup>590</sup> Um projeto ambicioso nunca terminado por oposição imediata da Câmara, do Cabido episcopal e da Universidade, em cuja esfera e prerrogativas se imiscuia, e apagado hoje em dia pela ocupação edificada entre ruas dos Coutinhos e a de Sub-Ripas (Armando Carneiro da Silva, *A criação e levantamento do Colégio da Sapiência...*, op. cit., pp. 19-21; Nelson Correia Borges, "Colégio de Santo Agostinho...", op. cit., p. 134; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., vol. I, pp. 276-277).

<sup>591</sup> Na planta do inventário de extinção de Refoios de 1770, esses edifícios são celeiros e uma adega, talvez naquela posição exterior para servirem também à recolha de dízimos; a obra de regularização do adro deve ser por volta de 1582, quando se renova o mosteiro e há referência à trasladação do túmulo do antigo prior D. Mendo do adro para o claustro, o que pode querer dizer que se altera nessa altura o espaço exterior (António Matos Reis, "O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima", op. cit., pp. 37-41 e fig. 12, p. 57; Paula Noé, "Mosteiro de Refoios do Lima/Igreja Paroquial de Refoios do Lima/Igreja de Santa Maria", 1992 e 1996, in S.I.P.A., op. cit., consultado em 25-1-2017).

<sup>592</sup> A definição dessa articulação deverá ser entre essa data e 1622, quando o grosso da reedificação do mosteiro termina; o padrão/cruzeiro, ainda obra do último comendatário, D. Fulgêncio de Bragança, foi mudado de local em 1864, provavelmente do eixo de uma das vias para a posição lateral que agora ocupa (ver nota 158 deste capítulo, igualmente).

<sup>593</sup> A obra da fachada da igreja, conduzida pelo comendatário António Martins, será de antes de 1592, e a parte superior do campanário também é quinhentista: António Meneres e José João Rigaud de Sousa, "Notas sobre o mosteiro de St.ª Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)", in *Mínia*, 2.ª série, Ano III, n.º 4, Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1980, p. 171).

<sup>594</sup> A importância dessa frente vê-se também por ser construída primeiro, mesmo a da igreja, em vez de se começar pela cabeceira, como era norma.

<sup>595</sup> Esta modelação mínima do espaço exterior há de ter acontecido entre renovação do conjunto em 1636 (como diz Francisco Xavier da Serra Craesbeeck e é aceitável, em *Memórias resuscitadas da província de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. II, pp. 21-22) e a data cronografada no cruzeiro, 1685.

cerca e um edifício anexo (de celeiros e/ou hospedarias<sup>596</sup>), e rematado a Norte pela capela de São Brás, com o seu alpendre virado para o mosteiro. Muito hipoteticamente, a associação em Folques entre o adro monástico e a estrada para Arganil, sublinhada pelo contraponto entre a fachada da igreja e uma capela que com ela se alinha a uma centena de metros, pode ser mais uma iteração destes micro-espços longitudinais, urbanizados pelos Regrantes para gerar uma imagem mental mais forte da implantação das suas Casas<sup>597</sup>.<sup>[fig.48]</sup>

Num registo completamente diferente, mais devedor das conceções paisagísticas que diretamente urbanísticas, estaria a hoje desaparecida via sacra que unia o mosteiro da Serra do Pilar ao burgo de Vila Nova de Gaia; obra restauracionista, este percurso de meditação inserido na topografia, está em perfeita consonância com o espírito do jardim maneirista, e prenuncia também os *sacri monti* barrocos<sup>598</sup>.<sup>[fig.49]</sup>

Cumulativamente, a importância dada neste período à renovação dos edifícios centrais de cada uma destas implantações regrantes comprova-se sem dificuldades, já que dentre os 20 cenóbios congregados, pelo menos 17 (85%) registam alguma intervenção, e que em 9 (45%) se trata de edificações novas ou reconstruções quase integrais. Ao mesmo tempo, é evidente também a importância relativa dessas intervenções: todas as Casas da categoria A sofrem obras de alguma relevância e quase todas as da categoria B as têm também, embora sejam de pouca monta as que se podem detetar em São Pedro de Folques e ainda menos em São Salvador de Paderne<sup>599</sup>; na categoria C, pelo contrário, só conhecemos renovações arquitetónicas em 3 dos 6 mosteiros, e aparentemente ainda por iniciativa de

---

<sup>596</sup> António Martins e Emília Nóvoa Faria dizem ser ali a hospedaria (*Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, pp. 46-47), Augusto Carneiro de Sá identifica-o como celeiro – “O mosteiro de Santa Maria de Landim” in FERNANDES, Agostinho (dir.), *Boletim cultural de Vila Nova de Famalicão*, n.º 2, Junho, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1981, pp. 91-115.

<sup>597</sup> Não só não é claro se a intervenção é deste período, como uma proposta de datação para ela é difícil: as datas mais plausíveis podem ser logo após 1590, quando Santa Cruz adquire voluntariamente a gestão interina do mosteiro de Arganil, e D. Pedro da Assunção, tão dinâmico arquitetonicamente em Grijó e Santa Cruz, se faz eleger prior ali (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXVI, p. 369), ou talvez em 1644, quando Folques readquire autonomia como priorado (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, p. 105), apesar de ter sido integrado *in perpetuum* no colégio da Sapiência em 1620, por breve de Paulo V de 1616 (Regina Anacleto, *Arganil*, *op. cit.*, p. 67). A capela do cemitério, se pertenceu ao mosteiro, não aparece (ainda?) referida no auto de posse de 1620, pelo que, a sê-lo, deveria talvez ser de feitura posterior (Augusto Nunes Pereira, “O mosteiro de S. Pedro de Folques”, in AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*, Coimbra, Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, p. 171).

<sup>598</sup> Joaquim António Gonçalves Guimarães, *A Serra do Pilar...*, *op. cit.*, pp. XIII-XV e 52; Ana Cristina Leite, “Alegorias do Mundo: a arte dos jardins”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, *op. cit.*, vol. 8, p. 38.

<sup>599</sup> Quando muito há uma campanha de azulejamento de elevada qualidade (de que sobra o forro da entrada de uma das capelas absidais, mas há sinais de que ali são usadas sobras de outras intervenções), com material de possível origem do centro de Portugal, mas com sobretudo muito fortes afinidades com as realizadas em Grijó. Já foi avançada para ela uma datação de entre 1594 e 1640, da adesão à Congregação ao começo das guerras da Restauração: ler Luís de Magalhães Fernandes Pinto, “Os Azulejos do Mosteiro de Paderne - Um revestimento integrado num monumento românico”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, Setembro, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 99-101.<sup>[fig.50]</sup>

As campanhas azulejares seiscentistas em Santa Cruz de Coimbra são pelo menos entre 1600-1630 (ver nota 605 deste capítulo), e em Grijó entre 1624 e 1636 (Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, *op. cit.*, pp. 41-42), o que remeteria as intervenções em Paderne para pelo menos os finais da década de 1630, mas não seria impossível que fossem mais tardias, e devidas à celebração dos sucessos nos conflitos restauracionistas (ver nota 154 deste capítulo).

comendatários<sup>600</sup>.

A unidade de *modo* na concretização dessa intenção salta igualmente à vista: a planimetria de corpo principal com duplo claustro de São Vicente de Fora é aplicada no colégio novo da Sapiência e reforçada, com outras citações vicentinas, em Santa Cruz de Coimbra e Santo Agostinho da Serra do Pilar; a formulação compacta à volta de um único claustro, de São Salvador de Grijó, repete-se pelo menos em Santa Maria de Refoios do Lima, São Salvador de Moreira da Maia, Santa Maria de Landim, e também – mesmo que com nuances – em São Martinho de Caramos e Santa Maria de Vila Boa do Bispo.<sup>[fig.51]</sup> São Teotónio de Viana do Castelo é um caso híbrido, tudo indicando ter sido originalmente pensado para ter apenas um claustro, mas exibindo muitos dos sinais do estereótipo de Lisboa<sup>601</sup>. A divisão de adesões a um e outro dos estereótipos que analisámos não parece ter uma relação direta entre estatuto hierárquico/económico e dimensão edificada (Grijó e Refoios estavam certamente acima da Sapiência, nesses dois parâmetros). A opção de maior escala parece sim ser indissociável de uma localização intra ou periurbana (aparecendo em Lisboa, Coimbra e Porto), ocorrendo a configuração uniclaustral em locais suburbanos e rurais. A afirmação de massa pode portanto depender de uma relação de escala com as cidades com que se confronta<sup>602</sup>, e pode ser motivada por necessidades representativas, de afirmar o capital simbólico da Ordem nos maiores centros políticos e sociais do reino; é também plausível supor que uma relação funcional existisse, dado que essa localização urbana deveria ser desejada por mais cónegos, conferindo a esses cenóbios a necessidade de abrigar maior número de residentes. Nos mosteiros extraurbanos os valores de modéstia aparente e até de reconhecibilidade como grupo homogéneo, inclusive regional – os 5 edifícios reformados com grande proximidade ao estereótipo menor estão afinal todos no Entre-Douro-e-Minho – podem ter reforçado a inclinação por esta solução<sup>603</sup>.

Se uma grande continuidade se observa nessa fidelidade à dicotomia de formatos genéricos, e mesmo a algumas das suas propriedades secundárias, as glosas aos estereótipos evoluem naturalmente no tempo, sendo particularmente claro um salto desde a década de 30 de Seiscentos, que poderá estar relacionado com a crise económica que se generaliza a partir de 1621, e com a mudança/acentuação

---

<sup>600</sup> Ainda assim, em Muia e Vilela as obras conhecidas são muito próximas no tempo à reforma, podendo ser contemporâneas dos processos de transição; em Moreira da Maia, por exemplo, o último comendatário edifica o padrão/cruzeiro em 1566, já depois de cedência do mosteiro à reforma, em 1563 (ver notas 158 e 592 deste capítulo).

<sup>601</sup> Como veremos adiante, das 20 Casas da Congregação, além destas 12, também há sinais de possível intervenção estereotípica em São Jorge e Folques, e na Junqueira e em Paderne aplicar-se-á o modelo de Grijó não muito depois deste intervalo; Muia, Crasto, Vilarinho e Vilela parecem ser os únicos que não são adaptados ao modelo, mas porque permanecem virtualmente intocados.

<sup>602</sup> Talvez por isso também não suceda em Viana, cidade em desenvolvimento, mas claramente menor.

<sup>603</sup> O edifício-icone do mosteiro, compacto e contido, podia ser complementado por volumes anexos em mosteiros com mais necessidade de infraestruturas, como vimos em Grijó, que tem claustro de portaria, hospedarias, espaços de administração do couro (Casa da Procuração e cadeia) e de gestão agrícola, presentes como anexos “discretos” e eclipsáveis, face ao volume principal.

de mentalidade que levará à Restauração<sup>604</sup>.

Começamos pelo modelo vicentino:

a)-em Santa Cruz de Coimbra, em obras soltas, com as de maior vulto sobretudo concentradas entre 1582 e 1630<sup>605</sup> (logo posteriores ao projeto de Lisboa), procede-se a uma aproximação ao novo estereótipo; sendo Santa Cruz o precedente que provavelmente mais informou a conceção da estrutura de São Vicente de Fora, incorpora agora alguns elementos novos que ali se realizaram: o prolongamento do dormitório dos cônegos até ao Largo do Sansão, e a subida da cêrcea no corpo ocidental do claustro da portaria, geram uma fachada alta mais contínua, mas com a frontaria da igreja e o topo do dormitório destacados, como em Lisboa; a regularização do lado Sul do Claustro da Manga – e a subida anterior da altura da ala de septo entre claustros – concorrem com as alterações da face do conjunto para produzir

---

<sup>604</sup> Ver ponto 8.2.2.

<sup>605</sup> As intervenções em Santa Cruz de Coimbra, aparentemente congeladas desde a década de 1540 (como vimos no capítulo anterior), recomeçam timidamente na década de 1560 e vão atingindo várias áreas do complexo: a 1 de Novembro de **1561** decide-se fazer **grades** novas para os túmulos régios (Mário Mendes Brandão, *Actas dos capítulos...*, *op. cit.*, pp. 60-61); em 9 de Maio de **1569** decide-se a trasladação de São Teotónio para o **capítulo** (*idem*, p. 85) e a 3 de Março de 1582 decreta-se o revestimento por azulejos da sala capitular e a renovação da capela do santo na mesma (*idem*, pp. 129, 131; Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região...*, *op. cit.*, p. 85), o que Tomé Velho executará daí até 1588 (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 50), sendo o forro azulejar de c. 1607 (João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal...*, *op. cit.*, p. 58); de 4 de Junho de **1575** é o propósito de construir um **dormitório para os novos** e a 11 de Novembro de 1578 determina-se que se divida em celas o pré-existente dormitório abaixo, que fora o anteriormente ocupado pelos noviços, entre os dois claustros principais (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XII, p. 359; Mário Mendes Brandão, *idem*, pp. 102 e 112; ver capítulo anterior igualmente); a 4 de Maio de **1579** dá-se ordem para azulejar o **refeitório**, que tem janelas ampliadas no triénio de 1599-1602, e há nova ordem de azulejamento (renovação ou adição?) em 1630-1633 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXXII e XLIII, pp. 390 e 412; Mário Mendes Brandão, *idem*, p. 116); em 21 de Dezembro de **1582** estabelece-se o levantamento de uma **nova sacristia**, (e/ou obras na antiga) o que só será concretizado entre 1622 e 1624, ou havendo uma segunda intervenção nessas datas (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXIV, p. 367; Mário Mendes Brandão, *idem*, p. 129; Nelson Correia Borges, *idem*, p. 85; Teresa de Campos Coelho, *op. cit.*, pp. 184 e 187-191; ver notas 200 e 201 deste capítulo, também); delibera o capítulo-geral em 18 de Junho de **1591** construir um **novo dormitório de dois pisos** com celas, que tronque na enfermaria interna (Mário Mendes Brandão, *idem*, p. 150; estando o lado Norte já feito desde a década de 1540, suponho ser a ala Sul do claustro da Manga, e ser o dormitório à frente do dormitório grande de que fala Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXVIII, p. 376); a partir de **1599** substituem-se vitrais da **igreja** por vidro claro e doura-se a abóboda, em 11 de Abril de 1600 planeia-se azulejar a nave e capela-mor (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXII, p. 390; Mário Mendes Brandão, *idem*, p. 165) e em 1611 Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão fazem um novo altar-mor para a mesma (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 50); por **1609** começa-se a intervir sobre o **terreiro** de serviço do mosteiro, primeiro nas hospedarias e construindo-se depois, junto à antiga torre prioral, uma nova enfermaria, a partir de 1633 e até 1656 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXVII, p. 402; Vergílio Correia, "Acheegas para a topografia conventual de Santa Cruz", *in Obras*, *op. cit.*, pp. 259 e 261; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 54; Nelson Correia Borges, *idem*, p. 115); entretantes, de **1618 a 1622** faz-se a extensão da **ala principal dos dormitórios**, (azulejados até 1630) e alteia-se fachada ente ele e a igreja com um novo piso; entre 1630-1633, ligado ao topo oposto do dormitório principal, a Nascente, faz-se um terraço descoberto, virado ao horto, com uma fonte de tanque oitavado (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXXIX, XLII e XLIII, pp. 407, 410-411 e 411-412; Vergílio Correia, *idem*, pp. 260-261; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 50); em **1638** substitui-se a fonte do **Claustro do Silêncio** (ao mesmo tempo que se retiram árvores de fruto e se lajeia o espaço), e será seiscentista também a fonte do lavabo, hoje deslocada para a escadaria a Sul do Jardim da Manga (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLIV, p. 415v; Nelson Correia Borges, *idem*, p. 85; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 123). Deteta-se ainda uma flutuação de investimento no **adro exterior**: a fonte de São João é desativada sob D. Sebastião (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, pp. 11 e 61), após a perda dos direitos sobre as nascentes de água, mas em 1592 a fonte do Sansão ganha a estátua de imaginário Manuel Fernandes que lhe deu o nome (Nelson Correia Borges, *idem*, p. 83).

Note-se que o prior D. Pedro da Assunção, impulsionador da obra de Grijó e provavelmente influente junto da de São Vicente (e talvez Folques), como já vimos, é o responsável pelo arranque das empreitadas do dormitório dos noviços, da capela da sala capitular e talvez da intenção de refazer a sacristia (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XII e XXIV, pp. 359 e 367), e que D. Miguel de Santo Agostinho (com papel relevante em São Teotónio de Viana) promove a obra de extensão do dormitório e reformulação da fachada do Sansão, no seu priorado-geral de 1618-1621, rematando o primeiro quando reeleito para 1627-1630 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXXIX e XLII, pp. 406-407 e 410-411).

um volume geral paralelepípedo mais monolítico<sup>606</sup> [fig.52a] Santa Cruz rivalizava assim com a afirmação de massa de São Vicente, adquiria uma fachada de dormitório mais longa que a de Lisboa e acrescentava, com a nova sacristia, um espaço que, no requinte da linguagem clássica e no arrojo construtivo da abóboda, suportava de alguma forma o cotejo com a atualização filipina na capital<sup>607</sup> [fig.52b]

b)-na Sapiência, com traça definida em 1592<sup>608</sup>, e obras concentradas em dois períodos importantes – de 1593 a 1604<sup>609</sup> e c. 1630-1637<sup>610</sup> – encontramos um misto de soluções cruzias conimbricenses

---

<sup>606</sup> A nova enfermaria no terreiro, de 1633-1656 (ver nota anterior), com corredor central abobadado, entre renques de celas simétricos, com entradas de luz no centro e nos topos da fachada, em fenestranças diferenciadas e com pináculos piramidais (só mais tarde iluminado por claraboias e com capela ocupando uma dessas entradas de luz - a central, frente à varanda), é também estruturada como o dormitório de São Vicente de Fora (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XLIV, XLV e L, pp. 413v-414, 415v, 426).

<sup>607</sup> Note-se o pormenor, inclusive, dos capiteis das pilastras dóricas da sacristia exibirem uma faixa sobredimensionada entre o equino e o astrágalo, como os da nave de São Vicente de Fora (ver nota 537 deste capítulo). Também a atualização do espaço da igreja de Santa Cruz, quiçá necessária pelas instruções tridentinas para a visibilidade do cerimonial, é talvez estimulada pelo aparecimento da grande nave aberta de São Vicente e far-se-á removendo a grade metálica medievalizante que dividia a nave da área de “cruzeiro”; as grades decididas para os túmulos reais de 1561 podem aliás vir na previsão dessa alteração, até porque já tinha havido algumas reflexões sobre cerimonial da missa na sessão XIII do Concílio, que fora em 1551 (*O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento...*, *op. cit.*, t. I, pp. 241 e 253-257), e deveriam estar na publicação das conclusões de Trento feita em 1553 pelo cardeal D. Henrique (ver nota 86 deste capítulo). A grande grade da nave ainda é mencionada por Fr. Jerónimo Rôman em 1589/1590 (Vergílio Correia, *Uma descrição quinhentista...*, *op. cit.*, p. 14), e a sua desmontagem definitiva pode ter tido lugar aquando dos trabalhos posteriores a 1599, nomeadamente quando se azulaja nave (ver nota 605, acima).

<sup>608</sup> A primeira decisão capitular para a edificação é de 1569, segundo D. Marcos da Cruz (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 274 e “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 69), e a definitiva de 1572 (Mário Mendes Brandão, *Actas dos capítulos...*, *op. cit.*, p. 94; Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 130); as decisões sobre a sua implantação, e talvez outras sobre a empreitada, uma vez que já se definem quotas a ser pagas por outros mosteiros (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXIX, p. 378; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 276 e nota 13, e “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 69, nota 8), datarão dentre 1572 e 1578, havendo compra de terrenos declaradamente para esse fim, junto a lotes à Porta Nova que Cruzios já possuíam desde 1552 (Armando Carneiro da Silva, *A criação e levantamento do Colégio da Sapiência...*, *op. cit.*, pp. 16-17; Mário Mendes Brandão, *idem*, pp. 94 e 109; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, nota 8 da p. 275, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 51). O processo avança portanto antes do projeto de São Vicente de Fora (na retoma de iniciativa cruzia durante o reinado efetivo de D. Sebastião), mas o largo intervalo até ao registo da existência de um risco, de Jerónimo Francisco, em finais de 1592 (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 278-279, e “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, pp. 69-70), às últimas compras de terrenos, em 27 de Março de 1593 (Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 276), e ao arranque oficial da obra, a 30 de Março seguinte (Mário Mendes Brandão, *idem*, p. 153; Armando Silva, *A criação...*, p. 19; Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, vol. I, p. 279), devem indicar que a definição arquitetónica concreta é post-vicentina e parte do ímpeto gozado pela Ordem no reinado de Filipe I.

<sup>609</sup> Isto é, do lançamento da 1.ª pedra, a 30 de Março de 1593, à mudança dos cônegos para as novas instalações, a 15 de Julho de 1604 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXIX, p. 378; Armando Carneiro da Silva, *A criação e levantamento do Colégio da Sapiência...*, *op. cit.*, p. 22; Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 135), e incluindo esse intervalo a construção do claustro principal, terminado por 1596 (Nelson Correia Borges, *idem*, p. 138; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 282 e nota 13, “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 72, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 53), assim como o deve ter sido a portaria Nordeste, dada a inutilização da frente Sul e do acesso por ali, talvez logo com o embargo das obras de 22 de Dezembro de 1592 a 20 de Fevereiro de 1593 (Armando Carneiro da Silva, *idem*, p. 23; Nelson Correia Borges, *idem*, p. 134; Maria de Lurdes Craveiro, “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 68, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 51).

<sup>610</sup> Desse intervalo são conclusões de espaços da parte Sul do colégio, uma vez que, segundo Nicolau de Santa Maria (*op. cit.*, livro X, cap. XXIX, p. 382; mas também Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 156; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 280-281, “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 71, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 53) as obras incidem no claustro da portaria, na sacristia, nos “Dormitórios altos” (dormitórios que tanto podem ser topo Sudeste do dormitório longitudinal, como a ala de celas sobre igreja, identificada na reconstrução integrada no dossier de candidatura a património mundial da Universidade de Coimbra – “Colégio de Santo Agostinho | College of Santo Agostinho”, 2014, in UC.PT *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Inventário*. [em linha] disponível em [http://www.uc.pt/ruas/inventory/mainbuildings/santo\\_agostinho](http://www.uc.pt/ruas/inventory/mainbuildings/santo_agostinho) [consultado em 26-1-2017]). Da mesma altura são as decorações interiores da igreja, sagrada em 5 de Maio de 1637 (Armando Carneiro da Silva, *A criação e levantamento do Colégio da Sapiência...*, *op. cit.*, p. 23, Nelson Correia Borges, *idem*, p. 135; Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 280-281, “O Colégio das Artes”, *op. cit.*, p. 71, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 53). Os estuques dos tetos do claustro principal serão igualmente contemporâneos destes trabalhos (Nelson Correia Borges, *idem*, p. 139).

Trata-se de um surto de obras da mesma cronologia do arranque de São Teotónio de Viana e da ação de D. Miguel de Santo Agostinho (ver notas 216, 217 e 605 deste capítulo), marcando uma fase ativa dos Regrantes, iniciada logo antes da Restauração.

e olissiponenses.<sup>[fig.53]</sup> Umbilicalmente ligado ao mosteiro de Santa Cruz<sup>611</sup> e surgido na sequência das iniciativas universitárias regrantes, é aos enunciados-tipo locais (e de certa forma ao estereótipo anterior) que o colégio de Santo Agostinho se parece referir primariamente, desde logo na planimetria retangular em dicotomia claustro-pátio, com claustro e zona de portaria diferenciados e templo no eixo maior do conjunto; também como Santa Cruz e o colégio da Graça, o claustro principal fica a Norte da igreja – que é ela própria muito similar à igreja do colégio da Graça (que tomara como matriz a de Santa Cruz) – e como em ambos os casos a livraria é colocada sobre a frontaria<sup>612</sup> e o refeitório no lado oposto à igreja, no claustro<sup>613</sup>. De sabor vicentino, porém, é a volumetria tendencialmente compacta de mole urbana, particularmente como se apresenta na fachada alta Nascente, rematada além disso por um arco-ponte, a Norte, e destacando-se o corpo de dormitório no topo Sul, como em Lisboa<sup>614</sup>;[fig.54] por cotejo à canónica da capital deve ter surgido igualmente a fisionomia erudita de Maneirismo “Contido” do claustro principal<sup>615</sup>, mas talvez também a formulação em arcaria sobre pilares do claustro da portaria<sup>616</sup>;[fig.55] outros sinais estão na confluência de vários precedentes – a dupla fenestração que existiu na fachada ocidental<sup>617</sup> tanto pode provir da arquitetura colegial e do colégio da Graça, como do dormitório de São Vicente de Fora e da sua grande fachada sobre a cidade, e o portal de sabor serliano/vinholesco que acabará por ser a portaria principal da Sapiência tem uma posição análoga à da portaria colegial do colégio graciano, e um desenho que tanto reflete Grijó (no rusticado que envolve as pilastras e se sobrepõe ao entablamento)

---

<sup>611</sup> Associado em imagem urbana e adjacente em implantação a Santa Cruz, como já vimos (para não falar da ligação em túnel entre os dois cenóbios de que fala Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXXVII, p. 402; também referida por Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra...*, *op. cit.*, vol. I, p. 278, e Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 149), e talvez partilhando valências, como a enfermaria (Nelson Correia Borges, *idem*, p. 144), e sendo os graus de pré-doutoramento dos colegiais dados no mosteiro (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XXIX, pp. 379-380).

<sup>612</sup> É térrea e próxima da entrada, como deve ter sido a do colégio da Graça (como vimos no capítulo anterior e tal como repara Nelson Correia Borges, *idem*, p. 146).

<sup>613</sup> Será um costume monástico geral, mas é um hábito crúzio particular, que já vimos e que Nelson Correia Borges reconhece, ao analisar a Sapiência (*idem*, p. 144).

<sup>614</sup> Não conhecemos a fachada a Sul que se quis fazer em 1592, mas tudo indica que o topo da ala da sacristia e dormitórios se afirmasse como um tramo vertical destacado (tal como ainda veio a acontecer após os remates da década de 1630), à semelhança do que teria sido traçado para São Vicente de Fora, e viria a ser reproduzido em Santa Cruz, em 1618-1622 (ver nota 497, antes, e nota 626, a seguir).

<sup>615</sup> Também o facto de ser empedrado o diferencia dos “jardins monásticos interiores” de Santa Cruz (que só em 1638 lajeará o claustro do silêncio - ver notas 219 e 605 deste capítulo) e do colégio da Graça; sem chegar a assemelhar-se ao utilitário pátio colegial jesuítico (como analisa Nelson Correia Borges, *idem*, p. 138), essa opção também aproxima a Sapiência de São Vicente de Fora. A composição baseada na serliana, com coluna isentas antepostas aos tramos de arquitrave reta, tem continuamente chamado à comparação com o Claustro Grande do Convento de Cristo (ver nota 201 deste capítulo), que Filipe Terzi rematou entre 1584 e 1597, acrescentando parece, ao original de Diogo de Torralva, similares colunas pareadas; se o paralelo à obra reiniciada com patrocínio de Filipe I é possível (e pode ter sido desejado pelos Regrantes), as diferenças são ainda assim notórias: em Coimbra permanece o murete medievalizante perimetral, e a linguagem é de sabor diferente (o desenho do dórico é mais rigoroso, vinholesco, ao mesmo tempo que a resolução dos cunhais é mais simplista) e o primeiro piso encerrado é dum espírito muito original e completamente diferente do de Tomar; este claustro serliano com piso superior fechado em ritmo diferenciado de janelas/portas de sacada lembra também outro claustro, contemporâneo e olissiponense - o do convento de Nossa Senhora da Graça, vizinho de São Vicente (embora ele não chegue às mesmas conclusões, cf. com dados e análise de Nuno Miguel Maia da Silva, em *Claustros serlianos em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 68-112, 144 e 148-150).

<sup>616</sup> O claustro de portaria da Sapiência é de c. 1630 (ver nota 610, acima), data em que, terminada a igreja de São Vicente em 1529, deveria estar definitivamente assente a configuração também em arcaria dos claustros, com vista à sua construção subsequente.

<sup>617</sup> Como se vê na gravura de Nogueira da Silva no *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Castro Irmão e C.ª Lda., vol. VIII, fascículo 5, 1865, p. 33 ou na fotografia de Joaquim Possidónio da Silva de 1861 (cf. Nelson Correia Borges, *idem*, pp. 141, fig. 3, e 142).<sup>[fig.66]</sup>



como São Vicente (nos tríglifos convertidos em cartelas, com *guttae* substituídas por “aventais”)<sup>618</sup>.<sup>[fig.56]</sup>

c)-na Serra do Pilar, depois da suspensão de todos os trabalhos por volta de 1555, os sinais de retoma edificatória começam em 1566; a uma primeira fase de continuação do projeto ruanesco e castilhiano, até inícios da década de 1580<sup>619</sup>, sucede um momento de inovação no priorado de D. Acúrcio de Santo Agostinho (eleito em 1596)<sup>620</sup>, em que se prossegue, mas redesenha, o plano do complexo, mexendo nas peças nucleares da igreja e do claustro principal<sup>621</sup>; como em São Vicente e na Sapiência, há um intervalo de esmorecimento, mas de 1660 à década seguinte<sup>622</sup> essas obras têm conclusão e mesmo ampliação, pela reconstrução do dormitório que define a face da canónica<sup>623</sup>.<sup>[fig.57]</sup> Se a simplificação geométrica de 1597-1598 já sugere uma analogia de desenho com São Vicente de Fora (a dupla circunferência remetendo para o duplo quadrado<sup>624</sup>), ao mesmo tempo que permanece fiel à memória da traça original

---

<sup>618</sup> Este portal, comparado ao de Grijó, tanto se assemelha aos ornamentos rústicos que Sebastiano Serlio exemplifica num portal toscano (ver *Five Books of Architecture*, Londres, Robert Peake, 1611, livro IV, cap. V, fl. 10v. - lido na edição fac-símile, Nova York, Dover publications, 1982) como ao desenho de Antonio Labacco (*op. cit.*, fl. 7) do portal da Villa Farnese, de Vignola.

O misto contrastante do exterior Chão e o claustro em Maneirismo “Contido” (que até faz Nelson Borges especular sobre a presença de duas mãos: *idem*, p. 136), e que deve vir já do projeto inicial, adicionado aos remates decorativos seiscentistas da igreja e das abóbodas do claustro, em Maneirismo “Exuberante”, são uma marca coimbrã e nortenha, e crúzia também, dada a sua implantação nas regiões desses focos (e dada a proveniência local de decisores internos e artistas secundários envolvidos). Falam-nos também duma certa resistência à circunspeção de que já falei (levando à “persistência do ornamento” entre os Regrantes - ver nota 561 deste capítulo).

<sup>619</sup> Em 1566, o dormitório e enfermaria do mosteiro da Serra são finalizados; em 1568 é o dormitório ladrilhado e o lavabo do refeitório finalizado. Em 1575 há obras na portaria; em 1576, obras no claustro, já com participação de Jerónimo Luís; em 1577 fecha-se o abobadamento do claustro principal e faz-se a canalização para a sua fonte. Em 1581 e 1583 registam-se obras no claustro da portaria, e em 1581 procede-se também ao lajeamento do claustro principal, que está terminado em 1583. Leia-se: Eugénio de Andrea da Cunha Freitas, “O mosteiro da Serra do Pilar no séc. XVI - notas de História e de Arte”, in *O mosteiro da Serra do Pilar*, *op. cit.*, pp. 15-16 e 18; Carlos Ruão, “A edificação da dupla-rotunda...”, *op. cit.*, pp. 34-35; Susana Matos Abreu, *Docta pietas...*, *op. cit.*, pp. 25-29; Isabel Sereno, João Santos e Paula Noé, “Mosteiro da Serra do Pilar”, 1994-1998, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 25-1-2017].

É um período de finalização de espaços, portanto - a portaria ainda não é a atual e parece ter um claustro; o claustro do Silêncio deve ainda seguir o esquema renascentista, com diâmetro maior que o atual e previsivelmente maior que o da igreja (como analisámos no capítulo anterior), e quando muito pode ter-se desistido de um segundo piso (ou simplesmente não se o ter feito, ficando por rematar - aliás, a coroação com platibanda e guarnições acima do entablamento só se fará em 1692).

<sup>620</sup> Note-se que este priorado renovador em Vila Nova de Gaia coincide com uma das reeleições de D. Pedro da Assunção para líder da Congregação (ver nota 482 deste capítulo); por outro lado, D. Acúrcio de Santo Agostinho fora prior-geral no triénio de 1590-1593 e voltará a sê-lo no de 1599-1602 (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XXVIII e XXXII, pp. 375 e 379) tendo realizado obras em Santa Cruz de Coimbra (ver nota 605 deste capítulo), o que fala da sua experiência, inclinação e influência institucional.

<sup>621</sup> A igreja é iniciada em 1598, segundo Nicolau de Santa Maria, ou em 1597, segundo Timóteo dos Mártires, que também refere “fundação” de claustro redondo nessa altura (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro VI, cap. XV, pp. 340-343; Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 6-7; ler também Eugénio de Andrea da Cunha Freitas, *idem*, p. 11; Carlos Ruão, *idem*, p. 37; Susana Matos Abreu, *idem*, p. 29). Embora menção à feitura do claustro tenha sido normalmente considerada errônea, acredito, seguindo Susana Matos Abreu (*idem*, pp. 47 e 48), que poderá refletir uma alteração profunda ao edificado em/até 1583, reduzindo-o em diâmetro.

A dupla (re)fundação da igreja e claustro circulares, mesmo que fiel ao conceito de base de 1537, deve ter-lhes atribuído assim a geometria de equivalência que existe hoje; ao mesmo tempo, a estrutura de base da igreja, em duplo tambor octogonal, pode refletir a caução borromaica da igreja de San Sebastiano em Milão, com plano definido entre 1577 e 1586 (ver nota 417 deste capítulo).

<sup>622</sup> Em 23 de Fevereiro de 1660 é lançada 1.ª pedra de novo dormitório, sendo demolido o anterior (ainda há uma referência a essas obras em 1661, mas trabalhos parecem ter sido muito rápidos). Em 1669 é a igreja terminada, com missa inaugural dita ali em 17 de Julho de 1672, e havendo nota da realização de retábulos de 1676 a 1711 (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 11-13; Carlos Ruão, *idem*, p. 37; Susana Matos Abreu, *idem*, pp. 29-31; Paulo Varela Gomes, *Arquitetura, religião e política...*, *op. cit.*, pp. 79-81; Natália Marinho Ferreira, “Em torno da talha da igreja”, in *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, p. 47).

<sup>623</sup> Sigo nesta subdivisão o esquema geral de Susana Matos Abreu (*idem*, pp. 24-29), que estrutura a sua dissertação sobre o mosteiro em três núcleos: da criação por Fr. Brás à rutura com Grijó, o tempo das fundações de D. Acúrcio de Santo Agostinho, e depois as finalizações setecentistas.

<sup>624</sup> Adicionalmente, eliminação do volume do 2.º piso do claustro traduzir-se-ia numa silhueta simplificada para uma base quadrangular com um zimbório emergente, também no mesmo espírito de Lisboa.

de Fr. Brás,<sup>[fig.58a]</sup> os remates post-restauracionistas acentuam essa dicotomia, em tom de revivalismo: o renovado dormitório, com corredor central e terças, parece olhar para Santa Cruz e para o estereótipo renascentista<sup>625</sup>, ao mesmo tempo que a sua ampliação<sup>626</sup> e a simetria de alçado que adquire, se assemelham ao projeto filipino em Lisboa;<sup>[fig.58b]</sup> a igreja do mosteiro, herdeira de Quinhentos no partido circular, é claramente vicentina na sua fisionomia final, dos flamenguismos e variações cromáticas da cúpula, às pilastras gigantes geminadas com nichos intermédios, em dórico semantizado exatamente da mesma forma que em Lisboa<sup>627</sup> (aqui em alusão a Santo Agostinho<sup>628</sup>), assim como similares são os triglifos simplificados, misulados no interior e com “aventail” em vez de *guttæ* no exterior<sup>629</sup>.<sup>[fig.59]</sup>

d) em Viana, finalmente, o novo mosteiro, primeiramente planeado em 1624, é formalmente decidido em capítulo-geral de Abril de 1627 (já com uma provisão régia de Janeiro de 1627, e durando as negociações com a Câmara limiana entre 1627-1628), anexando-se-lhe as rendas de Crasto, Muía e Junqueira<sup>630</sup>; tem arranque de obras em 1630 ou 1631<sup>631</sup>, murando-se a cerca, abrindo-se os alicerces e construindo-se a ala Sul das dependências conventuais, que se sabia conter uma grande portaria abobadada (com dignidade para servir de capela provisória) e 6 celas, prontas para acolher em Julho de 1642 o grupo de cônegos que já fora criado em 1633, e sendo celebrada a primeira missa em 5 de Agosto<sup>632</sup>; entre 1646 e 1756 parece estar a empreitada parada e a cerca ao abandono, apesar da iniciativa de converter São Teotónio em priorado, pelo menos entre 1675 e 1681, o que não parece

---

<sup>625</sup> Note-se que este dormitório pode também ser apenas uma versão “corrigida” do dormitório original, até pela brevidade de execução (ver nota 622 acima); a dupla fenestração que exhibe tanto pode ser referência à sua fisionomia anterior, como à arquitetura colegial (incluindo a da Sapiência), ou a São Vicente.

<sup>626</sup> Há uma expansão virtual do dormitório para a fachada ocidental, onde a portaria atual, que deverá ser desta altura também, parece visualmente o topo da ala, evidenciado assim na fachada como no desenho de São Vicente de 1582, o da Sapiência de 1592, e o de Santa Cruz de 1618. Igualmente como Santa Cruz de Coimbra, a transformação da fachada para uma face mais compacta (sem os volumes menores que parecem ter caracterizado o estereótipo renascentista) é espelho da nova matriz de discurso cruzado cenobítico.

<sup>627</sup> Considero dóricas as pilastras pelas mesmas razões apresentadas para São Vicente de Fora, que como ali têm a mesma distorção do ábaco curvo, a mesma decoração da faixa entre equino e o astrágalo, igualmente com palmas martiriais e o emblema iconológico da invocação do templo – o coração trespassado pela flecha, que é o emblema de Santo Agostinho. Paulo Varela Gomes nota essa semelhança (*Arquitectura, religião e política...*, op. cit., p. 84) embora interprete erradamente a representação nos capiteis de Gaia como sendo o Coração de Cristo, o que não é lógico, por rebuscado, nem seria ortodoxo, já que esse tema é representado com os sinais da Paixão, especialmente a coroa de espinhos, e não uma seta única.

<sup>628</sup> Ver nota anterior. Essa referência também sugere que o esquema decorativo não seja de um projeto de 1597-1598, já que a mudança de invocação de São Salvador para Santo Agostinho é de 1599.

<sup>629</sup> A “sugestão” de uma galilé na porta da igreja é também um paralelo possível.

<sup>630</sup> Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro VI, cap. XVI, p. 345; Timóteo dos Mártires, op. cit., t. II, pp. 10 e 12; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os cruzados de Viana do Castelo e sua expressão artística”, op. cit., pp. 468-469 e 486. Nicolau de Santa Maria sugere que foi chamado a opinar o arquiteto d’el Rei (Luís de Frias, então arquiteto-mor de Filipe II, como sugere Isabel Tavares de Pinho? o arquiteto das obras na Coroa na cidade de Viana?), mas a fonte é como sabemos de pouca confiança, e a alusão tão vaga mais a descredibiliza.

<sup>631</sup> Como já vimos no capítulo III, a 1.ª pedra foi lançada a 8 de Agosto de 1630 segundo Timóteo dos Mártires (op. cit., t. II, p. 14) ou a 5 de Agosto de 1631, segundo Nicolau de Santa Maria (op. cit., livro VI, cap. XVI, p. 345); José Augusto Ferreira ainda diz 15 de Agosto de 1631, mas pode ser simplesmente um lapso (*Villa do Conde e seu alfoz...*, op. cit., p. 42, nota 1).

<sup>632</sup> Nicolau de Santa Maria, op. cit., livro VI, cap. XVI, pp. 343 e 345; Timóteo dos Mártires, op. cit., t. II, p. 20; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *idem*, pp. 469-471.

ter desbloqueado a situação<sup>633</sup>; reanimada a construção em 1756, far-se-á parte da ala ocidental ao claustro, erigindo-se uma ampla escadaria na zona do ângulo Sudoeste e provavelmente o refeitório, para onde se muda então o culto religioso<sup>634</sup>; a igreja permanece inacabada e parece aliás ter a sua área expandida<sup>635</sup>. Conhecemos a face principal da canónica por um desenho de 1877 de Luís Figueiredo da Guerra, e a descrição que dela faz em artigo publicado no *Archivo Vianense* em 1895<sup>636</sup>; toda esta frontaria é *explicitamente* vicentina<sup>637</sup>, com uma igreja bitorreada em 5 tramos (com os tramos das torres separados por pilastras emparelhadas, como em Lisboa), tendo possivelmente um nártex<sup>638</sup>, e uma parte vivencial longa e sugerindo três andares<sup>639</sup>. É no entanto um complexo uniclaustal de dois pisos, com o refeitório no lado oposto à igreja, e com essa igreja de nave única, talvez inicialmente sem transepto, e com capelas acopladas não comunicantes (quase nichos), em vez dum formato pseudo-basílica.<sup>[fig.60]</sup>

O estereótipo mais compacto, originado em Grijó, exhibe porventura uma ainda maior unidade, nem que com algumas evoluções graduais, e uma inflexão notória após 1630.

Em Refoios do Lima (entre 1571 e 1614)<sup>640</sup>, em Moreira da Maia (essencialmente de 1584 a 1622)<sup>641</sup> e em Landim (depois de 1583 e provavelmente por volta de 1602)<sup>642</sup>, os complexos canonicais são reformulados na matriz uniclaustal compacta, com semelhanças de detalhe e mesmo uma proximidade dimensional; a partir de 1627, como vimos, também São Teotónio de Viana exhibe laços com este

<sup>633</sup> Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. II, pp. 49-50 e 69; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *idem*, pp. 471-472. É possível que o priorado se mantenha até c. 1687, uma vez que só então se parece desanexar de Viana o mosteiro da Junqueira (Ier José Augusto Ferreira, em *Villa do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 42; e *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos...*, *op. cit.*, p. 101).

<sup>634</sup> Augusto Pinho Leal, *op. cit.*, vol. X, p. 441; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *idem*, pp. 472-475.

<sup>635</sup> Compram-se terrenos e tem de se fechar um caminho em 1757, para se construir cabeceira (Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *idem*, p. 472), o que indica que o seu traçado deverá ir além dos alicerces de 1630 e dos terrenos então assegurados. Deve corresponder assim a uma mudança de planos o desenho de uma igreja com transepto saliente (eventualmente cupulada) que se vê claramente nas plantas de Viana de 1868-1869 e 1877 (*idem*, p. 484; Hugo de Amorim Reis, *Evolução da estrutura urbana de Viana do Castelo...*, *op. cit.*, p. XXII; Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português...*, *op. cit.*, p. 43), mas que não parece existir na planta setecentista de Manuel Pinto de Vilalobos, ou na posterior de 1756-1758 (Hugo de Amorim Reis, *idem*, p. XIX; Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *idem*, pp. 41 e 42).

<sup>636</sup> Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *idem*, p. 470, nota 14 da p. 472, e p. 485. Teria 78 metros de comprimento, ocupando a igreja 30 e as dependências 48 (o que é muito perto das medidas de São Vicente); estas tinham 15 de altura, em dois pisos, com 10 fieiras e três níveis de vãos. A não correlação de pisos com os níveis de vãos não tem de ser lapso, como aventa a autora: nada impede que espaços mais altos do piso térreo não tivessem duas aberturas sobrepostas, sendo as janelas superiores as do piso de celas.

<sup>637</sup> Lembremos que igreja de São Vicente é inaugurada em 1629, logo estaria *visível* e mais impacto teria na Ordem.

<sup>638</sup> Observando a planta de 1868-1869 (ver nota 635, acima), parece destacar-se a área entre torres em relação ao espaço da nave.

<sup>639</sup> A existência de uma portaria monumental pode ser também uma emulação de Lisboa, assim como a colocação da escadaria, que tem paralelo em São Vicente, mas não era vulgar no modelo de Grijó, em que ficava por sistema na ala oposta ao acesso. São Teotónio tem a parte conventual à esquerda da igreja, ao contrário de São Vicente e como Santa Cruz e a Sapiência, mas essa disposição também pode aqui ter a ver com a colocação da igreja junto ao arruamento pré-existente, a Nascente, além de se poder ter desejado colocar a massa lateral do mosteiro em visão à distância, como em Lisboa.

<sup>640</sup> Entre a data inscrita na cornija do claustro (1571) e data de sagração da nova igreja (1614), passando pela data gravada no contraforte Norte de capela-mor (1581); Timóteo dos Mártires diz porém que a 1.ª pedra é de 14 de Setembro de 1585 (será só uma cerimónia formal?). Leia-se: Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, pp. 67, 69 e 71; António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, *op. cit.*, pp. 37-38 e 40; Paula Noé, “Mosteiro de Refoios do Lima/Igreja Paroquial de Refoios do Lima/Igreja de Santa Maria”, *op. cit.*, consultado a 1-3-2017.

<sup>641</sup> Ver notas 208, 213 e 214 deste capítulo.

<sup>642</sup> Isto é, entre Jerónimo Luís estar livre dos trabalhos na Serra do Pilar e ser Mestre de Obras de Pombeiro (ver nota 207 deste capítulo); há de ter demorado a ser concluída, já que Timóteo dos Mártires, escrevendo por 1686, diz que a renovação foi feita “apenas recentemente” (*op. cit.*, t. III, p. 40).

estereótipo. Na década seguinte, este formato altera-se e cria um sub-estereótipo: à frontaria faceada que fora norma, sucede uma separação entre o volume da igreja e o das dependências, avançando estas e delimitando, em ângulo com o templo, um adro; simultaneamente, desaparecem os claustros ruanescos, substituídos por quadras definidas por arcaria sequente sobre pilares<sup>643</sup>. A variação planimétrica desta nova matriz “grijoense-B” regista-se pela primeira vez seguramente em Caramos (c. 1636)<sup>644</sup>, embora talvez possa ter sido introduzida em São Jorge antes (por volta de 1627-1630?)<sup>645</sup>, e está em Vila Boa do Bispo (por 1678)<sup>646</sup>, assim como virá a aparecer em intervenções posteriores a este intervalo de análise<sup>647</sup>. [fig.51]

A genealogia e a evolução deste estereótipo podem analisar-se cronologicamente nas unidades de contexto eclesiais e nas dependências destes mosteiros (ver também tabela n.º 4e):

a)-nas fachadas templares canonicais, o *Westwerk* turriforme com nártex e coro alto de Grijó só se verá repetido em Moreira da Maia, provavelmente pela grande proximidade entre os cenóbios, e o papel de placa giratória de ideias e artistas que o Porto tinha<sup>648</sup>; em Refoios do Lima, cuja renovação deve anteceder a de Moreira, opta-se por uma fachada-topo, um simples plano liso de empena com portal apostado<sup>649</sup>, mesmo se um coro alto interior ainda identifica uma área de transição (mas que não constitui um corpo demarcado); em Landim, por sua vez, encontramos a fachada-topo com campanário lateral de Refoios, mas ainda o nártex de Grijó/Moreira<sup>650</sup>; no sub-estereótipo mais tardio, a fachada-topo lisa com portal apostado é realizada em Caramos *ex novo* e aplicada em Vila Boa do Bispo, sobre o frontispício românico<sup>651</sup>. [fig.61]

---

<sup>643</sup> Relembremos que da década de 1630 também é o claustro de arcaria na portaria da Sapiência, talvez inspirado na configuração programada dos claustros de São Vicente de Fora (a igreja terminara em 1629 e deveria finalizar-se então o desenho para a construção das dependências).

<sup>644</sup> Ver nota 595 deste capítulo.

<sup>645</sup> Nicolau de Santa Maria diz que o prior D. Paulo de Santo Agostinho (p. 1627-1630) ali remata sobreclaustra “com janelas”, o que pode ser a primeira ocorrência de um piso superior encerrado (*op. cit.*, livro X, cap. XLV, p. 414v; sobre este prior, ver notas 172, 219, 222 e 697 deste capítulo), mas refere igualmente obras do prior-geral D. Leonardo de Santo Agostinho em 1653-1656, embora estas pareçam ater-se à Casa dos Piores (*idem.*, livro X, cap. L, p. 427; sobre este prior, ver notas 156 e 219 deste capítulo). Não obstante, uma boa parte do que está em São Jorge de apar de Coimbra hoje deve ser, quase certamente, setecentista.

<sup>646</sup> Data cronografada na porta do mosteiro. As obras deverão ter tido lugar entre a reanimação do priorado autónomo, em 1624 (Timóteo dos Mártires, *op. cit.*, t. III, p. 164) e essa data.

<sup>647</sup> Em São Simão da Junqueira logo a seguir, a partir de 1687, e em Paderne mais tarde (entre os séculos XVII e XVIII), como veremos no capítulo seguinte.

<sup>648</sup> Em sintonia de referências com Grijó, em São Salvador de Moreira, para acorrer à necessidade de um campanário, também se irá buscar a solução dos dominicanos de Viana, com dupla torre na cabeceira (que aqui também serve para anunciar o cenóbio a quem passasse na estrada real, a Leste).

<sup>649</sup> Este portal é possivelmente pré-existente (como discuti no capítulo anterior), o que talvez tenha ajudado a motivar a opção, para a qual também pode ter concorrido o exemplo de São Domingos de Viana, numa leitura alternativa (e mais direta) da que a que foi feita em Grijó; se o portal de Refoios se dever ao círculo dos Lopes, pode haver também uma relação de executores entre os dois edifícios. O remate superior da fachada foi alterado na centúria de setecentos.

<sup>650</sup> As soluções de base apenas, uma vez que a torre está em posição diferente e o nártex é de arcaria sobre colunas, em vez de pilares. Em ambas as situações, também pré-existências podem ter pesado na configuração final, nomeadamente possíveis obras de D. Miguel da Silva em Landim (ver capítulo anterior).

<sup>651</sup> Ainda assim, exibindo o rasgo vertical que vemos em Grijó e Moreira (e mais tarde na Junqueira). São Teotónio de Viana não é considerado nos paralelos, já que neste ponto segue São Vicente, e a igreja de São Jorge, embora também seja de empena lisa, será dificilmente do XVII, e é portanto uma continuidade mais tardia, quando muito.

b)-no que diz respeito ao corpo das igrejas<sup>652</sup>, a configuração pseudo-basilical com transepto ligado à nave principal em “T”, de Grijó, nunca se repetirá integralmente; em Refoios e Moreira mantém-se a afirmação do transepto, mas por volumes adossados, mais baixos que a caixa da nave, e as capelas laterais são apenas duas (uma de cada lado), também acopladas<sup>653</sup>; na variante de Caramos resta apenas a caixa simples da nave única<sup>654</sup>.<sup>[fig.62]</sup>

c)-ainda no que toca às igrejas, a cabeceira com capela-mor única de planta quadrangular funda, de Grijó, repete-se nas que são construídas em Refoios, Moreira e Caramos (e Junqueira)<sup>655</sup>, mas aparentemente sem o cadeiral para o coro<sup>656</sup>.

d)-no edifício vivencial, o claustro ruanesco jónico, com quadras abobadadas, de Grijó, tem eco próximo em Refoios, Moreira e Landim<sup>657</sup>,<sup>[fig.63a]</sup> mas em ordem toscana e com tetos planos de madeira; a estes três claustros muito similares entre si, sucedem dois outros que parecem ter-se replicado por sua vez, em arcaria e teto de madeira, em Caramos e Vila Boa<sup>658</sup>.<sup>[fig.63b]</sup>

e)-peça principal no claustro, a sala capitular de Grijó – funda, ultrapassando o contorno do edifício vivencial e focada numa capela axial – aparece reproduzida em Moreira e talvez em Refoios<sup>659</sup> e Folques<sup>660</sup> (e mais tarde na Junqueira<sup>661</sup>); mas após a inflexão da década de 1630, passa a ser um salão largo e embebido na massa das dependências, em Caramos e Vila Boa do Bispo<sup>662</sup>.<sup>[fig.64]</sup>

---

<sup>652</sup> Excluindo, portanto, Landim e Vila Boa do Bispo, que são de feitura antiga, e de novo São Jorge, que será posterior.

<sup>653</sup> Em Moreira da Maia o tramo do transepto diferencia-se da capela lateral única que lhe sucede, em Refoios há duas capelas virtualmente idênticas junto à parede fundeira. É de referir que Grijó pode ter começado por não ter uma feira inteira de capelas ao longo da nave, uma vez que em 1630 um visitador da Congregação determina que se acrescentem mais duas capelas laterais ao projeto original (Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó...*, op. cit., pp. 41 e 44).

<sup>654</sup> Em São Teotónio de Viana (como uma versão estilizada de naves cripto-colaterais de São Vicente e Grijó?) preconizou-se uma feira de capelas pouco fundas e não comunicantes inseridas na parede lateral, e em São Simão da Junqueira uma junção desta solução com o transepto apostó, como em Refoios e sobretudo como Moreira (já que tem um vão interior diferenciado – ver nota precedente).

<sup>655</sup> As ousias de Landim e Vila Boa do Bispo eram românicas e só serão alteradas mais tarde; o que se planeou neste intervalo para Viana é incerto (em meados de XVIII será realmente quadrangular e funda), e a de São Jorge, mantendo a configuração, é posterior.

<sup>656</sup> A dicotomia cadeiral/coro alto que deve ter existido em Grijó, paralela ao coro/retrocoro de São Vicente de Fora, não se repete, parecendo os outros cenóbios ficar-se pela opção de Santa Cruz, e mais simples, de reter apenas o coro alto. Quando muito, poderá ter existido na Serra do Pilar e ter sido pensada para Viana, mas muito mais tarde.

<sup>657</sup> Reproduzindo inclusive a solução dos ângulos, com colunas adossadas a um pilar de cunhal.

<sup>658</sup> Usando a descrição de Caramos feita por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck em 1726 (op. cit., vol. II, pp. 21-23); inclusive, ambos teriam 4 arcos e 3 janelas em cada face. Posteriormente, São Jorge e a Junqueira usam a composição em arcaria intervalada por pilastras (que não existe em Vila Boa do Bispo), como nos claustros de São Vicente. De Viana nada se sabe.

<sup>659</sup> O capítulo pode ter sido alterado e tem atualmente uma planta quase quadrada, mas de orientação perpendicular à quadra, e com um nicho axial, saliente no exterior.

<sup>660</sup> Em Folques parece ler-se uma sala capitular profunda e saliente na planta; pode corresponder, como já vimos, ao priorado de D. Pedro da Assunção (e, por conseguinte, a uma cronologia pré-1630), que se ativera a esse modelo em Grijó e em Santa Cruz (ver notas 467, 597 e 605 deste capítulo).

<sup>661</sup> Será uma peça anterior reintegrada nas obras de 1687? Será, como vão vertical na fachada ou o espaço em “T” da igreja, uma recuperação grijoense tardia, entre proximidades mais óbvias a São Vicente de Fora?

<sup>662</sup> Como o era em São Vicente de Fora. Em Landim o capítulo terá sido alterado para este formato no século XVII (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, op. cit., p. 46; Sílvia Teles, *A igreja e o mosteiro de Santa Maria de Landim – trajetória dos tempos*, dissertação de estágio profissional realizado na DREM, Porto, edição da autora, 2004, p. 25); São Jorge também virá a ter mais tarde uma sala capitular em quadrângulo largo.

f)-o andar superior das dependências cenobíticas, de dormitório<sup>663</sup>, está em Grijó disposto numa varanda aberta à volta do claustro, em “U” limitado pela igreja<sup>664</sup>; as celas que compartimentam o espaço entre a galeria e a fachada são estreitas e profundas (tornando possível o volume geral compacto)<sup>665</sup> e com apenas um vão de entrada de luz<sup>666</sup>; esta solução compositiva é utilizada quase certamente em Refoios<sup>667</sup> e provavelmente em Moreira<sup>668</sup>; mas, se não em Moreira, pelo menos em Landim uma alteração de desenho começa a emergir, e os corredores ainda avarandados que faziam o claustro prolongam-se até à fachada exterior, dando origem a um arranjo que eu chamaria de “helicoidal”; a planimetria está posteriormente no dormitório de Vila Boa do Bispo, mas ali com a galeria voltada ao claustro encerrada, com janelas<sup>669</sup> [fig.67]

g)-finalmente, também como em Grijó, outros mosteiros crúzios acrescentarão ao edifício uniclaustal uma ala longitudinal de dormitório voltada ao interior da cerca monástica<sup>670</sup>, como Refoios do Lima, talvez por volta de 1683<sup>671</sup>, e São Jorge, em data incerta, embora quase certamente posterior a este intervalo. [fig.68]

A transformação no tempo deste estereótipo mais compacto acontece assim, em larga medida, por processos de simplificação, quer ela seja formal (na redução à igreja-caixa com fachada-topo em

---

<sup>663</sup> Pode-se considerá-lo genericamente como tal, sendo uma área modularmente dividida em unidades celulares, embora mantendo presente que outras funções - igualmente de uso restrito da comunidade - podem ocupar uma ou várias dessas celas (barbearia, necessárias, oratório, biblioteca, cartório, etc).

<sup>664</sup> Ou em “Ω”, uma vez que a quadra que bordeja a igreja se estende até às fachadas exteriores, sendo ali assinalada por vãos diferenciados.

<sup>665</sup> Depreendendo a sua planta da espessura da ala *versus* a distância entre janelas (uma vez que compartimentação foi muito alterada); no dormitório longitudinal a Sul as celas têm 4,58mx4,06m (mas podem ser mais tardias). São assim, ao contrário de celas quase quadradas de Santa Cruz (3,45mx3,705m, incluindo a espessura das paredes divisórias), ou as largas do Colégio da Graça (de acordo com a planta de levantamento), de São Vicente de Fora (5,045mx5,87m) e da Serra do Pilar (3,52mx5,5m), em alas que exprimiam a planimetria longitudinal pelo longo alçado (medidas em Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., p. 113). Neste estereótipo, a cela funda com uma só janela permite a expressão exterior de uma massa compacta, de uma uniformidade repetitiva e mesmo de modéstia (sugerindo um espaço pequeno, pela proximidade dos vãos), embora a real área das celas não diminua em relação ao período renascentista. [fig.65]

<sup>666</sup> O duplo vão celular da arquitetura crúzia/colegial renascentista reaparece no estereótipo biclaustal, nos dormitórios de cela larga de São Vicente de Fora (por inspiração colegial) e da Serra do Pilar (por revivalismo ou imitação de São Vicente), e mesmo em algumas celas fundas da Sapiência (por se tratar de um colégio?). Surge também nos exemplos uniclaustais posteriores de São Jorge e Paderne, mas só em áreas específicas do claustro, que não dão para rua/externo (ao contrário do colégio da Sapiência, embora se virem à cidade) – serão celas de mestres? módulos convertidos em bibliotecas? [fig.66]

<sup>667</sup> O formato em “Ω” é detetável, apesar das alterações de todo o piso superior em volta do claustro, pelos vãos diferentes nos alçados frontal e tardoz; a correlação entre a espessura do edifício e a distância entre janelas indica-nos a modulação funda das celas. O primeiro andar deverá ter sido originalmente avarandado, como se nota pela descoordenação entre as janelas que hoje existem e o porticado térreo (estão às vezes colocadas sobre as colunas, às vezes no intercolúnio, e sem qualquer alinhamento consonante).

<sup>668</sup> Apesar de o edifício estar muito alterado, pelo menos a diferença de vãos parece estar lá, e a distância entre janelas parece indicar celas profundas.

<sup>669</sup> Caramos tinha também o primeiro andar encerrado, mas não é possível especular sobre o esquema das circulações; São Jorge teve um plano helicoidal e o piso superior fechado, mas a configuração completa será resultado de adições mais tardias (o piso pode ter sido encerrado neste intervalo – ver notas 219 e 645 deste capítulo – mas o arranjo atual dos corredores é setecentista). A rejeição das varandas abertas tornar-se-á norma, e assim serão mais tarde também reconstruídos os mosteiros da Junqueira e Paderne, tal como a essa imagem serão fechadas as galerias originais de Refoios e Landim.

<sup>670</sup> De forma, portanto, sensivelmente diferente da de Santa Cruz e da Serra do Pilar renascentistas, e até da de São Vicente de Fora maneirista (onde o dormitório fica do lado do terreiro privado, mas se vira para, e é visível da cidade). Ainda assim, em Grijó e Refoios essas alas longitudinais exibem um alçado de topo destacado no lado da face da igreja, como em Lisboa - como se atesta quer por fotografias, em Grijó (fotografia de 1906 em José P. S. Ventura, “Mosteiro de S. Salvador de Grijó”, in *Ilustração Portuguesa*, op. cit., p. 560), quer pelo desenho esquemático de Refoios do Lima, no levantamento para o inventário da extinção de 1770 (António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, op. cit., p. 41 e fig. 12, p. 57). [fig.66]

<sup>671</sup> Essa é uma data de obras ali, uma vez que está marcada na taça superior de fonte do claustro (a parte inferior é mais antiga); é de crer, pelo menos, que o dormitório novo será do século XVII (António Matos Reis, *idem*, pp. 40-41).

empena, na eliminação da discrepância volumétrica das salas capitulares), construtiva (na opção por tetos de madeira nas igrejas e nas galerias dos claustros) ou expressiva (na contenção do toscano face à preferência inicial pelo jónico, e na ainda maior elementaridade da membratura visível das soluções em arcaria). Há, ainda assim, sensíveis mudanças de rumo, em particular após 1630, com inflexões quer por genuína inovação (a robustez e a condensação expressiva dos claustros em arcaria, após quase um século de inclinação pela articulação fina; a quebra do volume unificado igreja-dependências)<sup>672</sup>, quer inflexões de sentido revivalista (o dormitório “helicoidal” é já um regresso ao dormitório espacialmente expansivo da reforma renascentista, depois da afirmação centrípeta e introspectiva de Grijó, e os dormitórios lineares “tangenciais” aos claustros são-no ainda mais literalmente)<sup>673</sup> [fig.69]

Já vimos como algumas das iterações arquitetónicas crúzias traduzem os repertórios de significados do seu discurso institucional<sup>674</sup>, agora, apuradas as enunciações dos seus arquétipos edificatórios internos, é possível rastreamos também a sintonia com dinâmicas linguísticas gerais da época. Uma dessas afinidades é a natureza *apologética* do discurso arquitetónico dos Regrantes. Aonde a fachada românica de Santa Cruz de Coimbra fora uma sugestão alegórica da Jerusalém celeste, e a sua reformulação tardogótica produzia um envolvimento narrativo da criação do Reino de Deus<sup>675</sup>, as fachadas-retábulo de Grijó, São Vicente de Fora e Landim<sup>676</sup> apresentam um conteúdo informativo, um “registo de autoridade”, feito de patronos e representantes, que é predominantemente uma argumentação da dignidade da Ordem e da Igreja, e não uma reflexão direta sobre a Salvação. Da mesma forma, a dignidade e circunspeção dos mosteiros, e mesmo a sua uniformidade de imagem, são – inclusive na relativa superficialidade dessas afirmações – uma defesa do perfil moral dessas Casas e do seu estatuto institucional. Uma segunda coincidência de modo está num pendor nascente de *concretismo*, paralelo ao que ocorre na literatura portuguesa, de Heitor Pinto a Rodrigues Lobo<sup>677</sup>. A distribuição iconológica do programa escultórico na fachada de São Vicente, nas relações complexas (quase crípticas) entre posição e hierarquia dos representados (e que também está no elenco que preenche os nichos da nave da igreja da Serra do Pilar), possui a elaboração típica desse tempo. Similarmente, uma série de recursos estilísticos favorecidos

<sup>672</sup> É verdade que inovação no desenho claustral pode ter origens internas, na novidade finalmente visível dos claustros de São Vicente, e que a nova solução sintética de conformar os adros pode ser derivada dos adros no ângulo entre as massas principais dos mosteiros e o volume dos claustros de portaria, de São Vicente e Grijó, mas são ainda assim transformações indistigáveis da enunciação seguida até aí e de algumas das suas afirmações expressivas mais fortes (como a “delicadeza erudita” e o “bloco castrense”).

<sup>673</sup> Como o é exemplarmente o dormitório de Santo Agostinho da Serra do Pilar, da mesma cronologia.

<sup>674</sup> Ver ponto 8.4.2.

<sup>675</sup> Ver capítulos IV e VII anteriores.

<sup>676</sup> Já falámos do esquema iconográfico de Grijó e São Vicente de Fora (ver notas 457 e 520 deste capítulo); Santa Maria dos Anjos de Landim tem nichos na fachada com São Teotónio e Santo Agostinho (significando a Ordem) e, acima, com a imagem da invocação, Nossa Senhora da Assunção (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, op. cit., p. 45; Augusto Carneiro de Sá, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, op. cit., p. 93).

<sup>677</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, op. cit., pp. 439-442 e 503.

pelos concetistas<sup>678</sup> aparecem em arquitetura, quer os que incidem na manipulação morfológica (do *neologismo* dos tríglifos misulados e dos “aventais” em vez de *guttae*, à *elisão* dos capiteis, aglomerados aos entablamentos), na sintática (do rusticado que se sobrepõe às ordens clássicas, em Grijó e na Sapiência, em *hipérbato*, à *elipse* gradual de elementos componentes do dórico na fachada e no claustro de São Vicente) ou na semântica (na *antítese* entre expressão interior e exterior em Grijó e na Sapiência, ou as várias *hipérboles* neste mesmo colégio – do exagero da massa construída pelo embasamento/muro de suporte, à sugestão de uma enorme fachada da igreja). Em ambos os casos há uma substituição do idealismo pela erudição formal, o que também se traduz numa mutação linguística de certas práticas discursivas: alguns vocábulos ou associações frásicas (como a torre/*Westwerk*), com tradição entre os Cruzios, permanecem em uso, mas sofrem transformações de etimologia (da torre densa, de associação em última instância militar, ao templete sineiro sobre plinto, de código clássico<sup>679</sup>) e de significado (de um signo senhorial para uma alusão catedralícia)<sup>680</sup>.

## 8.5 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1556 e 1686

**8.5.1 Contrapontos e repercussões:** Parece-me, portanto, inquestionável que a expressão arquitetónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho atinge, entre os séculos XVI e XVII, um elevado grau de unidade e sistematização, em que mesmo os referentes internacionais sofrem uma seleção idiossincrática, o que é relativamente raro no panorama coetâneo português.

Dois outros focos se destacam então como exemplares de paralela definição discursiva autónoma: a arquitetura da nova Ordem inaciana, obviamente, e aquela que se associa aos ramos renovados e mais observantes da esfera mendicante (nomeadamente os Carmelitas e os franciscanos Capuchos)<sup>681</sup>. A afirmação identitária destes dois contrapontos ao procedimento crúzio rege-se porém por eixos linguísticos diferentes. Entre a Companhia de Jesus, a *semântica* é o fio condutor da ação edificatória: no *Modo Nostrum* são as afirmações de circunspeção e funcionalidade que guiam as opções, e é a vigilância sobre esses valores que determina a avaliação centralizada pelo *Consiliarius Aedificiorum*<sup>682</sup>, assim como a gestão/

---

<sup>678</sup> *Idem*, pp. 507-508.

<sup>679</sup> Leia-se a análise de São Vicente de Fora por José César de Vasconcelos Quintão, em *Fachadas de igrejas portuguesas de referente clássico...*, pp. 59-60 e 142-149.

<sup>680</sup> Note-se o desaparecimento das torres-campanário isoladas, que mantinham um ar pseudo-militar, depois de Grijó; mesmo na igreja de Moreira da Maia, com *Westwerk* como Grijó, há torres traseiras de expressão eclesial, tal como vistas à distância.

<sup>681</sup> Os Beneditinos, apesar de uma atividade de escala importante e de atingirem um formato reconhecível, parecem ser menos “originais” e mais devedores de modelos de outros atores. O novo figurino dos mosteiros de São Bento, à exceção do seu colégio de Coimbra (que é herdeiro de tipologia colegial crúzia), desenvolve-se mais tarde, datando de finais de Quinhentos (aquando da construção de São Bento da Saúde), e é gerado por Baltazar Álvares, depois de ter tido atividade entre os Jesuítas e Cruzios, e dessas experiências usando os sinais inovadores, que não tinham ligação significativa à tradição beneditina (cf. José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 124-126, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 58-60 e 62; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, pp. 21-22, e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 32).

<sup>682</sup> Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 113-114 e 296-300.



adaptação dos projetos (nem que de produção externa à Ordem) por padres jesuítas<sup>683</sup>. As regularidades que se observam são assim uma consequência da clareza das necessidades e da concentração interna das decisões, não de uma tradição (que ainda não tinham) ou de uma matriz estética pré-definida<sup>684</sup>. Diferentemente, os mendicantes de regras mais estritas que ganham força nesta época<sup>685</sup>, tendem a recorrer à repetição quase serial de um *enunciado-tipo* minimalista (e não das propriedades de um estereótipo), quer ele seja o projeto de Francisco de Mora para o Carmelo de Nossa Senhora dos Remédios de Évora (1602), reproduzido noutras Casas dos frades Marianos e das Albertas<sup>686</sup>, quer seja o modelo do *Modo Capucho*, gerado c. 1569<sup>687</sup> e eventualmente fixado em estatutos (pelo menos em 1698, na Província da Arrábida), inclusive no que toca a disposição funcional e alguns dimensionamentos<sup>688</sup>; e todos convergem no bloco uniclaustal compacto, com igreja-caixa de fachada-topo/empena com nártex aberto. A confrontação destes dois discursos “fortes” com o dos Regrantes, em busca de trocas estilísticas, revela saldos tão distintos como as metodologias que ambos identificam. Os formatos mendicantes rigoristas, mais rigidamente repetitivos, são praticamente impermeáveis a influências externas relevantes, e portanto às canónicas<sup>689</sup>. No sentido contrário, não seria impossível pensar que estes pudessem ter sugerido aos Cruzios a imagem de marca de um “mosteiro essencial”, que se concretizou no estereótipo grijoense, que eles precedem; no entanto, o carácter *evidente* desta redução ao menor denominador comum não necessita dessa referência para acontecer, e muito facilmente será apenas revelador

---

<sup>683</sup> O arquiteto jesuíta Silvestre Jorge, por exemplo, tanto faz programas de base que podem ter contribuições de outros autores em partes específicas, como no colégio de São Lourenço (*idem*, p. 232), como corrige/adapta projetos externos que se revelam inadequados, como faz em Santo Antão-o-Novo sobre traça de Baltazar Álvares, em 1581-1587 (*idem*, p. 360), ou no colégio de Coimbra em 1569, sobre projeto de Diogo de Castilho (*idem*, pp. 288-292 e 359).

<sup>684</sup> É verdade que a Companhia de Jesus tentou definir internamente “traças universais” como esquema-tipo, mas tratou-se de uma experiência passageira (c. 1573-1575) e sem consequências práticas (*idem*, pp. 114 e 296).

<sup>685</sup> Os Franciscanos de Estrita Observância, ou Capuchos, entram em Portugal pela primeira vez em 1500, estabelecendo-se em Vila Viçosa, e formam a primeira Província portuguesa, a da Piedade, em 1517; a segunda, da Arrábida, de origem diferente, cria-se em 1560 (pelo nome do convento fundado em 1539), e a terceira, de Santo António, por conversão de conventos simplesmente observantes, em 1568. Outras Províncias nacionais, as da Soledade e a da Conceição, virão de desdobramento destas, em 1673 e 1706 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 159; António Montes Moreira, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, *op. cit.*, vol. II, pp. 275-276; Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, p. 258). Os Carmelitas Descalços, fruto da reforma de Santa Teresa de Ávila iniciada em 1535, e canonicamente autonomizados em 1580, chegam a Portugal em 1581, no ramo masculino ou dos *Marianos*, e 1584, no ramo feminino das *Albertas* (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 160-161, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *idem*, pp. 405-407, Carlos Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 65 e 87-89).

<sup>686</sup> Sendo o convento eborense ele próprio a reprodução do modelo madrileno do Real Monasterio de la Encarnación (Vitor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, p. 212; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, *op. cit.*, pp. 126-127, e *Arquitectura Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 62; Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e «estilo chão»...”, *op. cit.*, p. 22, e “A arquitectura do ciclo filipino”, *op. cit.*, p. 34).

<sup>687</sup> Data do Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo, o primeiro construído de raiz entre os Capuchos da Província de Santo António: Ana Paula Valente Figueiredo, *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição: análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*, tese de doutoramento em História (Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, edição da autora, 2009, pp. 106-107; o figurino corresponde a uma época de ajustes post-tridentinos, em processo explícito de definição de um *modo*, que só culminará entre o século XVII e o XVIII. Ler, da mesma autora: *Património Arquitectónico - edifícios conventuais capuchos*, “KITS-património/05(1.0)”, Sacavém, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, p. 12 [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/> [consultado em 06-03-2017].

<sup>688</sup> Ana Paula Valente Figueiredo, *idem*, *ibidem*, e *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição...*, *op. cit.*, pp. 108-111.

<sup>689</sup> Há exceções, de que falaremos adiante, mas são isso mesmo, exceções (e maioritariamente ocorrem em elementos secundários e não definidores das imagens dos cenóbios capuchos).

de uma sintonia com o espírito epocal. A arquitetura da Companhia de Jesus, pelo contrário, como arquitetura em formação, acolhe (entre outros) contributos específicos de Santa Cruz: em primeiro lugar, da arquitetura colegial conimbricense em geral (e até diretamente de Diogo de Castilho, no primeiro edifício da Companhia *ab novo*, o colégio de Jesus), que são a raiz do processo Espírito Santo/São Roque, mediado ou não pela igreja de São Francisco de Évora; em segundo lugar, da igreja cruciforme e cupulada, com fachada-retábulo bitorreada, de São Vicente de Fora, que será incorporada – com mão possível, pelo menos inicial, de Baltazar Álvares, depois da experiência vicentina<sup>690</sup> – nos colégios de Coimbra (igreja 1598, fachada de 1639)<sup>691</sup>, Lisboa (após 1612)<sup>692</sup> e Porto (traça 1571, fachada 1690-1709)<sup>693</sup>. Dos Inacianos para a arquitetura crúzia, o inverso não acontece<sup>694</sup>; dos sinais inequivocamente de origem jesuítica e transplantados de Itália – a fachada-topo em duas águas, com superfície articulada por membratura clássica superficial, inspirada em Giovanni Tristano (que se espelhou no colégio de Braga, e provavelmente nos frontispícios originais de Santo Antão-o-Novo e São Roque), ou o posterior uso de aletas em voluta, colhidos de della Porta (vista na configuração final de Santo Antão e nos colégios de Coimbra, Porto e Santarém)<sup>695</sup> – nenhum deles ocorre em cenóbios augustinianos<sup>696</sup>; da mesma forma, uma das evoluções mais originais da Companhia de Jesus em obras portuguesas – o teto plano de São Roque e da Conceição de Santarém – está igualmente ausente da arquitetura crúzia.

Não sendo um discurso arquitetónico estruturante desta cronologia, a produção edificada dos Eremitas de Santo Agostinho tem aqui um interesse especial, dada a relação de proximidade e competição entre as duas Ordens augustinianas<sup>697</sup>. Relativamente mal estudada, e quiçá ainda menos valorizada enquanto expressão institucional do que a dos Regrantes, a arquitetura cenobítica Graciana conjuga uma série de programas construtivos ambiciosos entre 1556 e 1685, cujo cotejo com Santa Cruz revela transferências

---

<sup>690</sup> Sobre uma avaliação realista e moderada do papel de Baltazar Álvares na arquitetura inaciana, leia-se Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 317-319, e Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, *op. cit.*, pp. 210-211.

<sup>691</sup> Fausto Sanches Martins, *idem*, p. 278.a

<sup>692</sup> Ver nota 341 deste capítulo.

<sup>693</sup> Fausto Sanches Martins, *idem*, p. 232. O projeto de conjunto será de Silvestre Jorge, mas Fausto Sanches Martins reconhece que fachada não o é (*idem*, p. 359); será difícil também que a opção de cobertura da igreja, por abóboda de cruzaria na intercessão da nave e do transepto, ecoando Grijó, e apenas popular nesta região (sendo usada nos templos vizinhos de São João Novo e São Bento da Vitória), lhe possa ser atribuída.

<sup>694</sup> Nem provavelmente de modelos jesuíticos romanos, como vimos antes (ver nota 498 e ponto 8.4.2).

<sup>695</sup> Fausto Sanches Martins, *idem*, pp. 175-177.

<sup>696</sup> Nos Crúzios ou encontramos a fachada-topo em ecrã (não articulada por membratura clássica, incluindo no cimafrente, que não possui entablamento ou frontão) ou se aproxima de fachada-topo com rejeição das duas águas (com o remate horizontal em balaustrada que se vê quer em Grijó, quer São Vicente de Fora); mesmo a fachada de Landim, que inclui uma estrutura retabular integrando aletas em voluta, não deixa de ser uma fachada-topo, delimitada por contrafortes e pelos rampantes do telhado, apenas com elementos clássicos colados/soltos sobre superfície desse ecrã.

<sup>697</sup> Tanto existe um ambiente de competição recorrente (ver notas 50 e 194 deste capítulo), como ambas as Ordens, entre outras afinidades, chegam a ter prioros-mor que são irmãos: é o caso de D. Paulo de Santo Agostinho, prior de mosteiros crúzios importantes desde 1627 e prior-geral em 1636-1639 (sobre este prior, ver notas 172, 219, 222 e 645 deste capítulo), que é irmão do prior provincial dos Eremitas de Santo Agostinho de 1643-1645, Fr. António da Silva (portanto perto ou durante as obras gracianas dos mosteiros de Braga, Porto e Vila Viçosa, como veremos a seguir). Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLV, pp. 414-415v; Carlos Moreira de Azevedo, *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 94.

prováveis. Nela destacaria<sup>698</sup>: a renovação do convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, cabeça da Ordem (em obras desde c. 1547, com igreja reconstruída entre 1556 e 1566, e trabalhos nas dependências até c. 1611)<sup>699</sup>; a ereção por iniciativa episcopal do novo convento de Nossa Senhora do Pópulo, em Braga (fundado em 1595, construído maioritariamente até cerca de 1689)<sup>700</sup>; a obra igualmente de raiz do convento do Porto, dedicado a São João Novo (fundado c. 1592/1593, em obras entre 1613 e 1638, com a igreja atual construída entre 1672 e 1726)<sup>701</sup>, e a reformulação integral do convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, como panteão ducal brigantino (entre 1635 e c. 1677)<sup>702</sup>. Todos estes conventos, inclusive os de nova fundação (Braga e Porto) são periurbanos, o que seria natural em institutos mendicantes; ainda assim, a presença urbana da Casa de Lisboa espelha a silhueta do mosteiro da Serra do Pilar (o alçado longo na crista da elevação, rematado por torre sineira separada da igreja) e a do Porto sugere a de São vicente de Fora (o paralelepípedo palaciano largo, a meia encosta, voltado ao rio). A estrutura biclaustral/retangular dos complexos em Lisboa e Braga (e a inexistência de composições com a igreja no centro da massa conventual) pode indicar também uma emulação dos Crúzios, mas, a sê-lo, parecem mais continuar o estereótipo renascentista (e já previamente absorvido pelos Eremitas agostinhos)<sup>703</sup>; só o caso de São João Novo, com a igreja lateral *embebida* na massa horizontalizada (apesar de ter um só claustro), imita procedimentos vicentinos característicos, que analisámos antes. No espaço eclesial, se deixarmos de lado a incógnita do hoje alterado convento da Graça<sup>704</sup>, e a auto-referenciação da igreja do Pópulo (que repete o “espaço-túnel” do colégio da Graça de Coimbra), os templos do Porto e de Vila Viçosa remetem respetivamente para Grijó e a sua composição

---

<sup>698</sup> Note-se que do intervalo em análise é também o convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches, iniciado em 1570. Mais modesto que aqueles que destaque, é um convento graciano em terra crúzia e um edifício com heranças deles, mas sobretudo um exemplar que ainda prolonga matrizes da primeira metade de Quinhentos, com um coro sobre pórtico que tanto espelha o do colégio de Santo Agostinho (quando integrado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra) e o convento da Graça de Évora, como a tipologia unitorreada tardo-gótica de origem crúzia, de que ainda utiliza os contrafortes angulares de recordação manuelina (ver capítulos VI e VII).

<sup>699</sup> Paula Noé, Albertina Belo, Mónica, Paula Figueiredo e Júlio Grilo, “Convento da Graça/Convento de Nossa Senhora da Graça/Igreja Paroquial da Graça/Igreja de Santo André e Santa Marinha”, 1990-2006, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 14-4-2017].

<sup>700</sup> Antes das alterações setecentistas que lhe deram a fisionomia presente (José Ferrão Afonso, “Manuel Luís..., *op. cit.*, pp. 16-18).

<sup>701</sup> Rosário Carvalho, “Igreja e Mosteiro de São João Novo, incluindo a Capela de Nossa Senhora da Esperança”, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 14-4-2017].

<sup>702</sup> Castro Nunes, Paula Correia, Lina Oliveira, Filipa Avellar e Pereira de Lima, “Convento dos Agostinhos/Convento de Santo Agostinho/Panteão dos Duques de Bragança/Seminário de São José e Igreja de Nossa Senhora da Graça da Ordem de Santo Agostinho”, 1994-2006, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.pt> [consultado em 14-4-2017].

<sup>703</sup> Ver capítulo anterior.

<sup>704</sup> Destruída pelo terramoto de 1755 e mal conhecida, a igreja do convento seria cruciforme e há a referência de que teria três naves, pelo que, sendo anterior a São Vicente e da década de 1550 (ver nota 699, acima), poderia ter tido um formato similar às novas sés joaninas.

em “T”<sup>705</sup>, e para a cruz cupulada São Vicente de Fora<sup>706</sup>. Nestes dois conventos gracianos – que mantêm as fachadas originais das suas igrejas – encontramos o *westwerk* bitorreado contendo coro alto, de São Vicente de Fora; é verdade que o nártex aberto por arco abatido de Vila Viçosa pode dever algo a certos formatos minimalistas das galilés capuchas (dada a forte presença regional e proteção brigantina desse ramo da Ordem franciscana<sup>707</sup>), e que o frontispício portuense evoca a desmontagem jesuíta do perfil escadeado basilical (como se vê nos seus colégios de Coimbra e do Porto), mas é de notar que o primeiro continua a ser uma simplificação chã da galilé que de facto existe em São Vicente, e que no segundo caso estão ausentes as aletas em voluta, imagem de marca inaciana.

Além destas referências, do lado das repercussões do discurso arquitetónico crúzio, e mesmo esquecendo o modelo da igreja colegial de nave central com criptocolaterais, de capelas intercomunicantes (anterior a esta cronologia e já coletivamente apropriado quando a ela chegamos), é interessante analisar a difusão de alguns dos seus “motivos” realmente distintivos e ancorados no seu processo individual<sup>708</sup>.

No estereótipo grijoense original, há duas passagens icónicas: o *Westwerk* turriforme, com coro alto sobre nártex aberto, e o claustro ruanesco de dois pisos. O primeiro, sendo a sùmula da história longa de Santa Cruz e da sua relação com o alçado unitorreado, é também uma espécie de ponto final; não só apenas se repete como tal em São Salvador de Moreira da Maia, como já observámos, mas também não parece ter inspirado quaisquer reproduções integrais noutros promotores<sup>709</sup>. Ainda assim, não tendo estado na sua origem, creio que *contaminou* o figurino das fachadas da série tipológica das Misericórdias do Noroeste português, através de artistas que trabalharam para os Regrantes. Tendo talvez tido origem na fachada da igreja velha de São João da Foz, de Francesco da Cremona, o modelo para o alçado principal das Misericórdias está estabilizado com a construção da sua sede em Braga (1561-1564), pela mão de Manuel Luís<sup>710</sup>, e conflui com a fachada retabular, que já analisámos, da igreja dominica de Viana do

---

<sup>705</sup> A semelhança vai até ao uso de uma abóboda quadrangular de cruzeiro, e não a simples intercessão em arestas, como nos dominicos de Viana (ver notas 451 e 692 deste capítulo). Também se assemelha naturalmente ao colégio de São Lourenço no Porto, mas este, por sua vez, também funde referências a Grijó (no interior) e a São Vicente (na fachada); além disso, há a possibilidade de essa ligação se ter sido influenciada por Gonçalo Vaz, mestre de obras de Grijó, que trabalhou seguidamente em São João Novo (c. 1606) e a *seguir* em São Lourenço, por 1616 (ver nota 205 deste capítulo), altura próxima da conclusão do interior da igreja, que datará de c. 1625-1627 (Fausto Sanches Martins, *Jesuítas de Portugal...*, op. cit., pp. 36-37 e 232).

<sup>706</sup> Santo Agostinho de Vila Viçosa, sendo panteão brigantino, tomará referências da capela-mor dos Jerónimos (o panteão de Avis), como a crítica tem assinalado (George Kubler, op. cit., p. 147; José Eduardo Horta Correia, “A arquitetura - maneirismo e «estilo chão»”, op. cit., p. 130, e *Arquitectura Portuguesa...*, op. cit., p. 64; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, op. cit., pp. 126-127); todavia, isso passa-se quase só no formato e implantação das arcas tumulares. Lembremos que São Vicente era também panteão (filipino) e nomeadamente que o seria na sua capela-mor.

<sup>707</sup> António Montes Moreira, “Franciscanos”, op. cit., p. 276; Ana Paula Valente Figueiredo, *Património Arquitectónico - edifícios conventuais capuchos*, op. cit., p. 12.

<sup>708</sup> Sublinhando que um discurso – e o discurso regrante, por consequência – é um complexo integrado de nexos e formulações de vários níveis, mas atendendo a elementos icónicos inconfundíveis.

<sup>709</sup> A fachada setecentista de São Francisco de Beja parece corresponder a esta formulação, mas trata-se mais prosaicamente de uma versão inacabada (sem remate das duas águas na empena frontal) de estereótipo capucho/carmelita.

<sup>710</sup> José Ferrão Afonso, “Regressando a Alberti...”, op. cit., pp. 126-139; Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, op. cit., pp. 200-201.

Castelo<sup>711</sup> (1561-1576, atr. João Lopes-o-Moço e Mateus Lopes<sup>712</sup>); o esquema compositivo sugere um porticado de dois pisos (utilizando colunas isentas), rematado superiormente por elementos formando um registo mais estreito, aproximando-se assim do perfil escadeado da face de um edifício basilical, aparecendo destacado sobre um ecrã neutro. Ao longo do tempo, porém, essa máquina retabular vai-se condensando num bloco retangular de dois pisos apilastrados, cada vez mais similar ao *Westwerk* de Grijó: basta olhar a sequência entre as Misericórdias de Guimarães (iniciada em 1588, com participação de Jerónimo Luís, depois de trabalhar Serra do Pilar)<sup>713</sup>, a de Aveiro (iniciada cerca de 1600, de Gregório Lourenço, vindo de Moreira)<sup>714</sup>, e sobretudo a de Penafiel, iniciada em 1622 e atribuível a Gonçalo Vaz<sup>715</sup>, que fora precisamente mestre de obras de Grijó.<sup>[fig.70]</sup>

Pelo contrário, o claustro ruanesco, herdeiro das experiências renascentistas e estabilizado entre Grijó e a Serra do Pilar tardo-quincentistas, tem uma difusão relativamente alargada. Por um lado, é divulgado pelo processo à volta das Misericórdias e dos artistas com proximidade aos crúzios: alpendres colunários de arquitrave plana surgem nos pátios da Misericórdia de Viana (1585 a 1594, que será do João Lopes-o-Moço ativo no mosteiro da Serra do Pilar), no palácio arquiépiscopal de Braga (c. 1595, por Manuel Luís)<sup>716</sup>, na Misericórdia de Aveiro (como vimos acima, ligada ao Gregório Lourenço de Moreira) e na Misericórdia de Ponte de Lima (1648-1651)<sup>717</sup>, tão semelhante em composição ao claustro do vizinho mosteiro de Refoios)<sup>[fig.71]</sup> Por outro lado, em arquitetura cenobítica propriamente dita, o claustro ruanesco pode ter colhido aprovação pela sua contenção expressiva, aparecendo sempre em Ordens conotadas com a sobriedade, nos 23 exemplares que conheço<sup>718</sup>. A única Ordem contemplativa que edifica um é a cisterciense (São Bernardo de Tabosa, iniciado em 1685, com claustro construído entre 1703-1704)<sup>719</sup>,<sup>[fig.72]</sup> e todos as outras 22 são da esfera mendicante. Um pertenceu a freiras dominicas

---

<sup>711</sup> Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 199-200.

<sup>712</sup> Ver notas 444 e 445 deste capítulo.

<sup>713</sup> Ver nota 207 deste capítulo.

<sup>714</sup> Ver nota 208 deste capítulo.

<sup>715</sup> José Ferrão Afonso, "Regressando a Alberti...", *op. cit.*, pp. 148-151.

<sup>716</sup> José Ferrão Afonso, "Manuel Luís...", *op. cit.*, pp. 15-16. Manuel Luís, lembremo-lo, teria laços próximos com o Jerónimo Luís que trabalhou na Serra do Pilar (ver nota 207 deste capítulo).

<sup>717</sup> Catarina Oliveira, "Igreja da Misericórdia de Ponte de Lima", 2005, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 26-4-2017].

<sup>718</sup> Excluo, ao contrário de Miguel Soromenho (ver nota 57 deste capítulo), o de São Gonçalo de Amarante, que tem arcos entre contrafortes no piso térreo e é mais uma evolução do claustro castilhaniano, de forma análoga ao claustro da Madre de Deus em Lisboa, de Diogo de Torralva (cf. Nuno Miguel Maia da Silva, *Claustros serlianos em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 134-136).

<sup>719</sup> Rosário Carvalho, "Convento de São Bernardo", in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 21-4-2017]; João Carvalho e Paula Figueiredo, "Convento de São Bernardo/Convento de Nossa Senhora da Assunção", 1996-2004, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 21-4-2017].

(no convento de Jesus de Aveiro, provavelmente de c. 1592-1600)<sup>720</sup>,<sup>[fig.73]</sup> 4 a conventos franciscanos observantes (em São Francisco de Guimarães, de fins do século XVI, por Gonçalo Lopes<sup>721</sup>; em Santo António da Lourinhã de entre 1601 e c. 1642<sup>722</sup>; no convento das Flamengas de Alcântara, de 1626<sup>723</sup>, e no convento de São Francisco de Castelo de Vide, provavelmente em Seiscentos<sup>724</sup>),<sup>[fig.74]</sup> e 17 a franciscanos capuchos<sup>725</sup>.<sup>[fig.75]</sup> Evidentemente, outros nexos de associação funcional<sup>726</sup>, de autorias/promoção<sup>727</sup> e de proximidade a exemplos relevantes do modelo<sup>728</sup><sup>[fig.76]</sup> terão jogado um papel neste fenómeno, mas o seu levantamento detalhado ultrapassa o âmbito desta investigação; é contudo importante referir, no sentido da argumentação que aqui faço, que não encontrei nenhum caso que preceda a maturidade do claustro ruanesco crúzio (mesmo não levando em conta os precedentes das iniciativas de Fr. Brás de Braga, esse

---

<sup>720</sup> Não se lhe conhece a data de edificação; não concordando com a designação de “renascentista” que vejo usada para este claustro (todos os casos de desenho análogo são tardo-quincentistas) e consequentemente com a datação de 1525-1534/1548 (em que de facto há obras no convento), colocá-lo-ia mais facilmente na época em se renovam os muros da cerca e se reedifica capela-mor: cf. Margarida Alçada e Carlos Ruão, “Mosteiro de Jesus/Museu de Santa Joana/Museu de Aveiro”, 1983-1996, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 21-4-2017]; Rosário Carvalho, “Mosteiro de Jesus, compreendendo o túmulo de Santa Joana”, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 21-4-2017].

<sup>721</sup> Nuno Miguel Maia da Silva, *Claustros serbianos em Portugal...*, op. cit., pp. 129 e 132.

<sup>722</sup> Catarina Oliveira, “Igreja Matriz da Lourinhã”, 2005, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 26-4-2017]. Catarina Oliveira erra, no entanto, ao chamar-lhe capucho – aliás, menciona a sua fundação pelo Convento do Bom Jesus de Peniche, que não era capucho, mas de Franciscanos Observantes da Província dos Algarves: veja-se Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, op. cit., p. 313.

<sup>723</sup> Data da renovação do conjunto por Teodósio de Frias (que será enterrado no convento): Teresa Vale, Carlos Gomes e Paula Figueiredo, “Mosteiro de Nossa Senhora da Quietação/Mosteiro das Flamengas/Igreja de Nossa Senhora da Quietação”, 1995/2012, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 26-4-2017].

<sup>724</sup> A edificação de base do convento é de 1585-1589, mas inclino-me mais para que pertença à renovação que sofreu no século XVII: Helena Mantas e Marta Gama, “Igreja e Convento de São Francisco/Convento de Nossa Senhora da Conceição/Igreja de Nossa Senhora da Esperança”, 2000, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 26-4-2017].

<sup>725</sup> Os conventos de São José de Ribamar (1595-c. 1617), São Francisco de Lamego (1599), Nossa Senhora da Conceição da Azóia (século XVII), Santo António da Pedreira (c. 1602), Santo António de Charnais (1606), Santo António de Viana (1612-1625), Nossa Senhora da Conceição de Alferrara (c. 1639), Espírito Santo de Mealhada (c. 1644), Santo António de Penela (não anterior a meados do século XVII), Santo António de Leiria (1657), Santo António de Guimarães (1662-1668), Santa Maria da Ínsua (c. 1676), São Miguel de Gaeiras (c. 1700), Madre de Deus de Verderena (construído entre 1591-1658, mas em que o claustro pode datar de renovação de 1707-1708), Santo António de Vila Cova de Alva (1713-1736), Santa Maria de Mosteiró (c. 1729), São Francisco do Monte (1751-1759) – todas as datações são referenciadas a dados em S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, e DGPC, *Património Cultural*, op. cit. [em linha, consultados em 26-4-2017].

<sup>726</sup> O primeiro claustro arquitravado capucho a ser construído e o primeiro do seu género na zona de Lisboa, no convento de São José de Ribamar, de 1595-c. 1617, tornar-se-á o colégio da Província da Arrábida em 1619 (António Montes Moreira, “Franciscanos”, op. cit., p. 276); se obra tiver sido feita com essa função em mente, pode haver uma ligação implícita à arquitetura colegial de Coimbra e de Santa Cruz.

<sup>727</sup> Gonçalo Lopes (irmão do João Lopes-o-Moço presente na Serra do Pilar; e do círculo dos Lopes que talvez tenham feito obra em Refoios) é o tracista do claustro de São Francisco de Guimarães (ver nota 721, acima). Diogo Marques Lucas será o arquiteto da quadra de Santo António de Viana, sendo a empreitada realizada pelo referido João Lopes-o-Moço (Ana Paula Valente Figueiredo, *Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição...*, op. cit., pp. 121-125). Teodósio de Frias conduz a construção do convento das Flamengas, em 1626 (e virá a fazer Agostinhos de Vila Viçosa, mais tarde) depois de ter trabalhado em São Vicente de Fora, em 1608-1612, onde faz retábulo-mor e insere confessionários entre as pilastras da nave: Vitor Manuel Serrão, *O Barroco*, op. cit., pp. 126-127; Miguel Soromenho, “Hum dos Mayores e Magnificos Templos...”, op. cit., p. 141 e nota 39, pp. 152; Teresa Vale, Carlos Gomes, Cecília Matias e Luísa Cortesão, “Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora/Igreja Paroquial de São Vicente de Fora/Igreja de São Vicente, São Tomé e Salvador/Paço Patriarcal de São Vicente”, 1994-2005, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 26-4-2017].

<sup>728</sup> A distribuição geográfica dos claustros arquitravados não crúzios coincide genericamente com as áreas de presença e passagem frequente da Congregação de Santa Cruz de Coimbra (exceto os casos de São Francisco de Lamego, São Bernardo de Tabosa e São Francisco de Castelo de Vide).

estádio atinge-se entre o projeto para Grijó, de 1572, e o remate do claustro no Pilar, em 1583)<sup>729</sup>, nem outra entidade em que a opção por este desenho seja tão sistemática<sup>730</sup>.

No estereótipo vicentino, as características mais identificativas da estruturação das dependências vivenciais têm uma difusão meramente episódica. Evidentemente encontramos outros claustros contemporâneos de dois pisos em arcaria, mas tal formato não tem uma genética cruzia; há certamente outros grandes blocos monásticos fenestrados, mas esse gigantismo traduz uma apetência coeva, não nascida necessariamente da emulação de São Vicente de Fora; como São Vicente, outros cenóbios se organizam em duplo claustro, mas muito raramente com as igrejas englobadas num retângulo de base. As situações em que realmente se conjugam várias propriedades de proveniência inconfundível do estereótipo regante são muito escassas: no Porto, além do convento de São João Novo, de que já falámos, o vizinho mosteiro de São Bento da Vitória tem também uma grande fachada de proporção horizontal (de dormitório faceando dois claustros), virada ao rio e escondendo o templo, e usando a dupla fenestração em cada cela<sup>731</sup>; em Lisboa, a monumental frontaria Nascente do mosteiro de Santa Maria do Desterro (c. 1592, por Baltazar Álvares<sup>732</sup>) parece seguir a vicentina, dados os torreões de ângulo e

---

<sup>729</sup> Há casos dúbios que poderiam ser muito precoces, ou até anteriores, mas que não acredito que o sejam. Já falámos do convento de Jesus de Aveiro e do de São Francisco de Castelo de Vide (ver notas anteriores 720 e 724). Outros exemplos se identificam entre os Capuchos: Alferrara é fundado em 1576, mas aspeto atual data de entre 1600 e 1639 (Vitor Manuel Serrão e José Meco, *Palmela histórico-artística: um inventário do património artístico concelhio*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2007, pp. 291-303); São Francisco do Monte, sendo cenóbio ainda mais antigo, terá obras neste período logo em 1584, mas o desenho já barroco dos pilares pseudo-jónicos do claustro tem de ser muito mais tardio e deve datar das obras generalizadas no convento de meados de Setecentos (Ana Paula Valente Figueiredo, *idem*, p. 113); Azóia tem um patrono que inicia reforma da igreja, sendo ali enterrado em 1588, mas é o seu filho que deve reformular o convento propriamente dito, no século XVII – Helena Rodrigues, “Convento de Pirescoxe/Convento de Nossa Senhora da Conceição de Azóia”, 2003, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 26-4-2017].

<sup>730</sup> Os claustros arquivados cruzios, mesmo sendo só 6 os confirmados (descontando o claustro de portaria de São Vicente de Fora, apesar da probabilidade de ter sido ruanesco, ainda assim têm uma presença perfazendo 30% dos efetivos totais da Ordem), encontram-se em *todas* as obras de fundo entre 1572 e 1630/1636. Os Capuchos, embora já referidos como indissociáveis do figurino (por Fernando António Baptista Pereira, em *História da Arte Portuguesa: época moderna...*, *op. cit.*, p. 68), e tendo exemplares em número aparentemente dominante, não exibem uma representatividade percentual que ateste efetivamente uma clara preferência, antes pelo contrário: apurei 89 de 102 conventos capuchos que terão existido (13 não se conseguem encontrar ou não se conseguem imagens dos claustros), dos quais existem ainda 57 (pelo menos os claustros); desse total, 2 nunca tiveram claustro formalizado, 38 são de arcaria e 17 são arquivados - isto é, 29% do universo de análise certificado. Destes 17 só 7 datam de antes da Restauração (quando os Regrantes deixam de os fazer) e 5 foram feitos após o fim do intervalo que estudamos. De mencionar ainda que desse elenco de 17, 6 dos claustros são de apenas um piso (Azóia, Pedreira, Verderena, Mealhada, Leiria e Gaeiras) e 3 têm o piso superior fechado (Ribamar, Charnais e Alferrara), o que nos deixa com 8 claustros estruturalmente similares aos cruzios: os de Lamego, Viana, Penela, Guimarães, Ínsua, Vila Cova de Alva, Mosteiró e São Francisco do Monte (sendo os três últimos muito tardios). A pesquisa de imagens dos claustros capuchos foi feita nos sítios em linha do S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, e da DGPC, *Património Cultural*, e complementada pelos inventários *online* de património arquitetónico das Câmaras Municipais, entre 6 e 12 de Março de 2017, segundo a elencação apurada pelo cruzamento das listas em Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens religiosas em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 338-354 (que inclui conventos fundados até 1567), e em Ana Paula Valente Figueiredo, *Património Arquitectónico - edifícios conventuais capuchos*, *op. cit.*, pp. 75-76.

<sup>731</sup> O mosteiro portuense foi decidido em capítulo congregacional de Tibães de 1596, anexando-se-lhe definitivamente em 1599 as rendas e o título abacial do mosteiro de São João Baptista de Alpendurada, que era o Colégio de Artes da congregação beneditina desde 1575. Pode ter mantido essa atribuição, uma vez que a comunidade se muda para o Porto, vindo a fenestração das celas numa associação ao modelo colegial. Curiosamente, com o regresso de monges a Alpendurada, o mosteiro é reconstruído com a mesma dupla fenestração no dormitório, entre 1611 e 1662 (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges eram uma civilização...*, *op. cit.*, pp. 294-297; Sérgio Esteves da Costa, *O Mosteiro de Tibães: as alas de dormitórios e celas*, Barcelos, Ancora Editora, 2010, pp. 39-41).

<sup>732</sup> Ricardo Lucas Branco, “A obra filipina do mosteiro de N.ª Senhora do Desterro: processo construtivo e concepção arquitectónica”, in CARREIRAS, José Albuquerque (dir.), *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*, Alcobaça, Jorlis/Associação Portuguesa de Cister, 2013, t. II, pp. 107-116. Tal não impede que a planimetria do mosteiro, com igreja centralizada no núcleo da construção, divirja claramente da de São Vicente de Fora.

a marcação do eixo de simetria global por janelas de sacada; em Évora, o convento carmelita oferece à rua um alçado que, embora de muito menor escala, mantém a presença de bloco ao baixo, de torreões definidos por pilastras e com dois vãos avarandados, assim como aberturas celulares em janela/postigo.

<sup>[fig.77]</sup> Entre o modelo de São Vicente e o da Serra do Pilar (reformulado com claras aportações daquele, como vimos), encontramos outro instituto carmelita, o convento do Carmo de Lisboa, que, pelo menos em 1745<sup>733</sup>, tinha a sua longa fachada virada ao vale do Rossio, marcada por terças e por fenestração dupla nas celas<sup>734</sup>.<sup>[fig.78]</sup>

Quanto à popularidade à época da outra versão cruzia do *Westwerk*, a bitorreada, ela dispensa grandes explicações. Já falámos da sua incorporação, com maior ou menor hibridismo, na arquitetura jesuítica, beneditina e graciana, e podemos acrescentar-lhe a sua utilização entre os Cistercienses, quer no mosteiro do Desterro<sup>735</sup>, quer no de Santa Maria de Seíça (igualmente em finais do século XVI, por Mateus Rodrigues)<sup>736</sup>. Mas destacaria ainda, como reproduções superiormente fiéis à configuração original, a igreja paroquial de São João Baptista de Abrantes (1588-1633, Pedro Sanches)<sup>737</sup>, o templo do convento dos cônegos Lóios do Beato (fins do século XVI a c. 1622)<sup>738</sup>, a igreja conventual dos Terceiros franciscanos de Nossa Senhora de Jesus, em Santarém (1615-1649, atr. Mateus do Couto)<sup>739</sup>, e a dos Carmelitas de Évora (1665-1691)<sup>740</sup>.<sup>[fig.79]</sup> É também uma versão, manipulada mas curiosamente próxima, do alçado de São Vicente de Fora (e até certo ponto, da sua silhueta cupulada na cidade), que marca a

<sup>733</sup> Veja-se a gravura de Guilherme Francisco Lourenço Debrie, in SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas*, Lisboa, Officina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão, t. I, 1745, p. 571.

<sup>734</sup> A longa ala de dormitório do ex-mosteiro cruzio de Santa Marinha da Costa, em Guimarães (edificada de 1654 a 1676 em extensões sucessivas), é ainda mais semelhante ao alçado de Santo Agostinho da Serra e com ele partilha afinidades planimétricas, como a composição da ala em tramos de 3+5+5 celas (cf. Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., p. 109). Embora iniciado antes da reformulação da Serra do Pilar, o dormitório da Costa é feito por adição de extensões, até 1676, pelo que aspeto unitário pode resultar do remate do processo. É também mais um caso de possível de associação significante desta dupla fenestração com o funcionamento de um colégio: Santa Marinha da Costa já abrigara um colégio, até 1553 (como vimos no capítulo anterior), e voltou a fazê-lo pelo menos em 1678 e 1727. AAVV., *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, “*Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*”/n.º 130, Lisboa, D.G.E.M.N., 1985, p. 47; Paula Noé, Maria Guimarães e Joaquim Gonçalves, “Mosteiro de Santa Marinha da Costa/Igreja Paroquial da Costa/Pousada de Santa Marinha”, 1998-2005, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 25-4-2017].

<sup>735</sup> Ricardo Lucas Branco, *idem, ibidem*.

<sup>736</sup> Catarina Oliveira, “Mosteiro de Santa Maria de Seíça”, 2006, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 25-4-2017].

<sup>737</sup> O arquiteto é contratado em 1584, mas a ordem de construção é de 1588 pelo que o projeto não será anterior; acrescente-se que corpo da fachada difere tão fortemente do Maneirismo “Exuberante” do interior, que pode a fachada ser de tracista diferente e posterior ao resto do templo: ver Vítor Manuel Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, op. cit., p. 193; Carlos Margaça Veiga, op. cit., pp. 130-131; Rosário Gordalina, Isabel Mendonça e Cecília Matias, “Igreja Paroquial de Abrantes/Igreja de São João Baptista”, 1990-2007, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 25-4-2017]; Catarina Oliveira, “Igreja de São João Baptista”, 2005, in DGPC, *Património Cultural*, [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 25-4-2017].

<sup>738</sup> Teresa Vale, Carlos Gomes, Laura Figueirinhas e Lobo de Carvalho, “Convento de São João Evangelista/Convento do Beato António/Fábrica da Antiga Companhia Industrial de Portugal e Colónias”, 1994-1998, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 25-4-2017].

<sup>739</sup> Rosário Gordalina e João Seabra, “Igreja do Hospital de Santarém/Igreja de Jesus Cristo”, 1990-1999, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 25-4-2017].

<sup>740</sup> George Kubler, op. cit., p. 148; José Eduardo Horta Correia, “A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»”, op. cit., p. 130; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, op. cit., p. 127.



chegada definitiva da plástica barroca à arquitetura portuguesa, em Santa Engrácia (1683).<sup>[fig.80]</sup>

**8.5.2 *Zeitgeist* e automitificação:** Emerge, por conseguinte, desta longa marcha da estabilização congregacional, uma sólida sinergia entre o consciencializado auto-conceito dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e a participação na mundivisão coeva e nas dinâmicas da sua expressão. Sem querer repetir o que já analisámos sobre a relação crúzia com os eixos semânticos do tempo (nos pontos 8.2.2 e 8.4.2), saliente-se que, em síntese, se a instituição segue tónicas, modos e modas, é no campo da seleção (e da rejeição) de preferências vocabulares e textuais que se mantém fiel à sua identidade e se distancia de outras. É particularmente interessante, e original, a sua relativa relutância em abraçar inteiramente a circunspeção prevalente, da música à persistência da decoração, pelo menos no ponto onde ela se poderia tornar miserabilista e desumanizadora (e, portanto, anti-augustiniana).

Certamente que os Regrantes procedem a importações de referências estrangeiras – operação em que a Ordem tinha aliás precedentes históricos – mas gravita (como igualmente o fizera na sua origem) para sinais associados à Santa Sé, pelos popularizados pelo seu protetor cardinalício, e os encontrados nas Ordens congéneres prestigiadas, em particular os Cónegos Regulares de Latrão (e recusando mais distintamente os Jesuítas e Oratorianos). Mesmo no panorama português, Santa Cruz inclina-se pelo Maneirismo “Contido” tanto quanto o classicismo é prestigiantemente culto e áulico (o que sempre fez parte da maneira como se definiu), mas tempera-o de Maneirismo “Exuberante”, na medida em que se apega á comunicação alegórica, numa relação com as tendências de gosto dos seus territórios tradicionais de implantação (Coimbra e o Noroeste) e talvez por vezes em subteis manifestações de oposição, como pode sê-lo em tempos de influência do cardeal D. Henrique (no flamenguismo de Grijó) e quiçá sob a regência de D. Pedro (no espelhamento de São Vicente filipino em Santo Agostinho da Serra). Tal não impede que a massa exterior de Grijó, da Sapiência e mesmo da Serra do Pilar, sejam expressamente de Arquitetura Chã.

Mas, *essencialmente*, é na continuidade e redescoberta de temas e práticas arquitetónicas anteriores, incluindo auto-revivalismos literais (como na igreja e no dormitório de Gaia, ou na capela-mor da igreja da Tocha), que o discurso da Ordem encontra a sua base de definição, e é na reprodução sistemática dos seus estereótipos que afirma a sua consistência. O sucesso de algumas das suas formulações originais entre outros agentes, nem que desigual, pode vir dessa alteridade e da constância nela.

Tal constatação não impede que nos demos conta de que a evolução dos enunciados crúzios por simplificação, mormente a originalidade dos estereótipos de partida e a sua coerência de percurso, desemboca lentamente na dissolução da mensagem, na sua indistinguibilidade face ao panorama

coetâneo de final de Seiscentos.

Será isso, inclusive, porque a sustentação ativa desse código genético está notoriamente em recessão: não obstante esforços detetáveis, o papel dos Regrantes no assistencialismo, na *cura animarum* e no ensino é inegavelmente residual; a força motriz do esforço notável que realiza agora é a própria expansão e consolidação da Congregação, sem que tal entidade possua uma missão concreta à escala dessa importância almejada. Será ainda, acrescentado ao vazio no âmago do seu carisma, porque a existência de certos triunfos dessa afirmação pública – a simpatia (inconsequente) de D. Sebastião, o favor (formal) de Filipe I, o sinal (simbólico) de D. João IV – não se traduz finalmente no estatuto único, privilegiado, diferenciador, que tivera no início da dinastia borgonhesa, e porventura fugazmente sob D. João III. O mesmo se pode dizer, acrescentando-se, de qualquer veleidade de beneficiar de uma relação especial com a Cúria ou os Lateranenses.

No capítulo VI falei das sementes plantadas para um segundo ciclo da arquitetura de Santa Cruz; essas sementes, germinadas no Renascimento, medraram inquestionavelmente no Maneirismo. Porém, chegados aqui, é difícil não ver que o *jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica*, malgrado a cor e o viço, parece já não ser capaz de gerar frutos substanciais.

## CAPÍTULO IX

### *Memória sobre a existência do Real Mosteiro*<sup>1</sup>

a arquitetura cenobítica crúzia entre 1685 e 1834

#### **9.1 | *Novissima verba*: ataraxia (1685-1752) e reação (1752-1834) nos cónegos regrantes portugueses**

O epílogo do percurso dos Regrantes desenrola-se num longo século e meio. Em rigor, este não é um intervalo uno e simples. A atitude da Ordem divide-se sensivelmente entre, pelo menos, um primeiro momento de astenia e outro, final e mais longo, de combatividade. Por outro lado, além dessa diferença de postura detetável, o balanço geral da ação da Congregação de Santa Cruz de Coimbra nesta cronologia está longe de poder ser reduzido a uma mera agonia contínua e irreversível. O mesmo se pode dizer da arquitetura que produz, a que não falta a diversidade e em que nunca desaparece a ambição, até aos anos derradeiros.

Aquilo que está grandemente ausente das dinâmicas institucionais, e – como seria previsível – também do seu discurso edificado, é um sentido de mensagem diferenciada e/ou inovadora. E é isso que justifica o englobar-se a análise destes dois subperíodos num único capítulo.

**9.1.1 Bases para a definição do(s) intervalo(s):** Como já vimos no capítulo precedente, para a cronologia a partir do século XVI deixamos de ter disponíveis estudos modernos aprofundados que se debrucem sobre a história dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal. Ficamos, por conseguinte, reduzidos às histórias eclesiásticas e às entradas enciclopédicas, narrações necessariamente mais sintéticas e verificadamente não se estruturando em periodizações analíticas.

Em sequência temporal de produção, esses textos começam com Fortunato de Almeida (1910-1928)<sup>2</sup>, e prosseguem com Miguel de Oliveira (1940)<sup>3</sup>, António Domingues de Sousa Costa (1971)<sup>4</sup>, José Mattoso (1975)<sup>5</sup>, Saul António Gomes (2000)<sup>6</sup> e Armando Alberto Martins (2010)<sup>7</sup>. No quadro que traçam, estes

---

<sup>1</sup> Extrato do título da obra apologética do egresso crúzio João da Madre de Deus Araújo, *Memoria sobre a existencia do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, suprimido por um decreto no anno de 1834*, Lisboa, Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho, 1839.

<sup>2</sup> *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971.

<sup>3</sup> *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 5.ª ed., Lisboa, publicações Europa-América, 1994.

<sup>4</sup> "Cónegos Regrantes", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, vol. II, pp. 149-151.

<sup>5</sup> "Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra", in PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, vol. II, Roma, Edizione Paoline, 1975, cols. 141-145.

<sup>6</sup> "Cónegos Regrantes de Santo Agostinho", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Circulo de Leitores, 2000, pp. 429-434.

<sup>7</sup> "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", in FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 266-274.

trabalhos subdividem-se em dois grupos: os três primeiros identificam 1630 como o ponto culminante da expansão da Ordem, após a reforma quinhentista, e contrapõem-lhe a decadência no século XVIII, exemplificada pelo encerramento forçado de mosteiros em 1770, e consumada na extinção definitiva em 1834<sup>8</sup>; os mais recentes detalham o percurso, referindo a reforma conduzida por Fr. Gaspar da Encarnação (1723-1752), especificam as atribulações sob o regime pombalino, mencionam algumas recuperações durante a *Viradeira*, mas também que o reinado de D. Maria I continuou o “saneamento” dos institutos regulares, num percurso descendente acelerado pelas depredações causadas pelas invasões francesas, e encerrado com a vitória liberal sobre o absolutismo, em 1834<sup>9</sup>.

Há porém uma diferença qualitativa na contribuição aduzida por Armando Alberto Martins, e é sobretudo nele – regressando ao que aconteceu nos primeiros períodos estudados – que me baseio para propor esta última distinção, para o que ocorre entre os Crúzios antes e depois de 1752<sup>10</sup>. O autor, por um lado, estabelece um nexo de continuidade entre os apelos à morigeração de 1680-1685 e a reforma joanina, dando uma unidade de modo ao intervalo que decorre daí até 1752 (e salientando a fragilidade comum das intervenções quer de 1684-1685, quer de 1723-1752)<sup>11</sup>, e por outro distingue o espírito prevalente na “continuação” do processo de reformação de Fr. Gaspar, por D. Francisco da Anunciação, de 1752 a 1760, como mais pragmático que o do antecessor; salienta ainda que o Marquês não consegue o controle total da Congregação, sugere esforços de retoma de iniciativa institucional, com novas constituições canonicais em 1783 e com resistência judicial à contestação dos seus direitos, antes do embate sucessivo da Guerra Peninsular e da Guerra Civil Portuguesa.

Em boa verdade, Armando Alberto Martins suscita assim, mas não chega a enunciar, esta diferenciação com rótula por volta de 1752 que proponho aqui, juntando-lhe pistas de obras tangenciais à história da instituição<sup>12</sup>, que pintam um quadro de mobilização e resistência que, embora em última instância incapaz de alterar a sua desapareção final, mostra iniciativa (e sucessos relativos) dos Regrantes até aos seus últimos momentos.

---

<sup>8</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, pp. 137-141, *versus* vol. III, pp. 235-237; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 158 *versus* 211; António Domingues de Sousa Costa, *op. cit.*, p. 151.

<sup>9</sup> José Mattoso, *op. cit.*, col. 145; Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 438; Armando Alberto Martins, *op. cit.*, pp. 271-276.

<sup>10</sup> Reconheça-se que Fortunato de Almeida também divide a sua narração a meio do século XVIII, mas essa é quase uma coincidência, já que se atém à diferença de paradigma nas relações entre Estado e Igreja, primeiramente desde a Restauração até à morte de D. João V (1750), em comparação com o período que vai do reinado de D. José à República (mesmo se a mudança entre as luzes católicas joaninas e o despotismo iluminado josefino é importante também no processo de evolução das Ordens religiosas, e de Santa Cruz em particular, como veremos adiante).

<sup>11</sup> Armando Alberto Martins acha que o desejo de mudança de 1680 se prolonga nos apelos à reforma do início de Setecentos, e diz que a ação de Marcello Durazzo na pseudo-reforma de 1685 não tem efeitos, e que a de Fr. Gaspar da Encarnação é inconsistente em termos normativos, e incoerente em espírito (*op. cit.*, pp. 271-272).

<sup>12</sup> Em particular o que nos diz sobre Santa Cruz o trabalho de história rural regional (carreando ampla informação económica e político-judicial) de Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito – Região de Coimbra, 1700-1834*, Viseu, Palimage, 1997.

**9.1.2 Corpus:** A composição da Ordem foi sujeita a várias flutuações entre 1685 e 1834; contudo, a variação dos seus efetivos tem sido persistentemente apresentada de forma confusa ou mesmo enganosa. Desde logo, para descrever o percurso de Santa Cruz de Coimbra, Fortunato de Almeida cunhou o tropo explicativo de que a Congregação atingira as 20 Casas no segundo quartel do século XVII mas chegaria a 1770 com apenas 13<sup>13</sup>, paralelo que foi depois frequentemente repetido<sup>14</sup>, como demonstração de uma linha longa de declínio, que se prolongaria sob D. José I. A asserção, por mais consolidada que esteja<sup>15</sup>, é uma falácia. Dos 20 cenóbios crúzios que estavam de facto congregados c. 1630 (como vimos no capítulo anterior), só um, São Teotónio de Viana, tinha depois sido legalmente extinto, em 1767, e ainda assim estando com os seus bens posteriormente sob custódia de Santa Maria de Refoios do Lima<sup>16</sup>. É verdade que em 1770 outros 6 mosteiros não abrigavam uma comunidade canonical, tendo sido convertidos em presidências (e não “abandonados”, como escrevem certos autores): Refoios presidia a Santa Maria de Vila Nova de Muía e a São Martinho de Crasto; São Miguel de Vilarinho era presidido por Santa Maria de Landim; Santo Estêvão de Vilela por Santo Agostinho da Serra; São Pedro de Folques pela Sapiência; Santa Maria de Oliveira por São Vicente de Fora. Porém, das 20 canónicas recenseadas em 1630, também só 12 eram nessa altura priorados, sendo presidências Paderne, Muía, Crasto, Vilarinho, Oliveira, Junqueira, Vilela e Folques. Por conseguinte, tinha-se passado de 20 Casas e 12 priorados efetivos em 1630, para 19 Casas e 13 priorados em 1770, o que está longe de traduzir uma atrofia institucional.

Adicionalmente, a composição quantitativa e qualitativa da Ordem teve outras variações, entre essas balizas. Já vimos que Paderne se autonomizara em 1644. Ao entrarmos no presente intervalo de análise, deve ter-se reposto o priorado em São Simão da Junqueira, desanexando-o de São Teotónio de Viana, por volta de 1687<sup>17</sup>.<sup>[fig.01a]</sup> Em meados de Setecentos, na mesma altura em que D. Francisco da Anunciação se converte em reformador apostólico da Congregação, há renovações edificadas de grande escala pelo

---

<sup>13</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, p. 137 e vol. III, p. 235.

<sup>14</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 158 e 211; António Domingues de Sousa Costa, *op. cit.*, p. 151; Saul António Gomes, *op. cit.*, pp. 436 e 438.

<sup>15</sup> Ainda assim, não é repetida nos textos acima referidos de José Mattoso e Armando Alberto Martins, que dão mais detalhe e profundidade ao elenco crúzio desta época.

<sup>16</sup> Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os crúzios de Viana do Castelo e sua expressão artística”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. V-VI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006-2007, pp. 472-473. A mudança de cônegos de Viana do Castelo para Vila Nova de Muía em Janeiro de 1768 gerará, aliás, uma reanimação “oficiosa” e temporária da vida comunitária no mosteiro de Santa Maria.

<sup>17</sup> A cronologia é confusa: como vimos no capítulo precedente, Viana voltara a ser priorado, pelo menos entre 1675 e 1681, sem que mudança de estatuto propiciasse avanço das obras e consolidação da canónica, e em 1687 (logo, dois triénios/capítulos-gerais depois) inicia-se reconstrução da Junqueira, claramente destinada a acolher uma comunidade autónoma (José Augusto Ferreira, em *Villa do Conde e seu alfoz: origens e monumentos*, Porto, edições Marques Abreu, 1923, p. 42; e *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos: Santo Agostinho e o Mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense, 1913, p. 101); não obstante notícias de inversão da relação entre os mosteiros, passando Viana a presidência da Junqueira, mas indicando que pelo menos c. 1703 se teria revertido à situação anterior (segundo Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, *op. cit.*, p. 471), José Augusto Ferreira enumera exaustivamente os priores de São Simão da Junqueira desde 1687 à extinção de 1770 (*Villa do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 44).

menos em Vilela (em 1752), Viana (em 1756) e Folques (c. 1760), que podem corresponder a uma conversão em priorados independentes desses mosteiros, nem que temporariamente<sup>18</sup>. [fig.01b]

Em 1770, a instâncias de D. José, Clemente XIV extinguirá 9 canónicas regrantes: Paderne, Refoios, Junqueira, Moreira, Landim, Caramos, Vila Boa, Grijó e São Jorge (e, por consequência, sendo também alienadas aquelas a que estas presidiam – Viana, Muía, Crasto<sup>19</sup>), entregando-lhes em compensação o convento de Mafra, que passaria a ser sustentado pelas rendas dos mosteiros suprimidos. Se outros bens fundiários e alguns direitos senhoriais não o foram, os edifícios e cercas diretas destes cenóbios serão efetivamente vendidos na sua maioria até 1772<sup>20</sup>, ano em que São Vicente de Fora é também transferido – mas, rigorosamente, não extinto<sup>21</sup> – de Lisboa para Mafra, cedendo a sua sede à Patriarcal.

[fig.01c]

Com o reinado de D. Maria I há uma relativa recuperação de fileiras. Logo no seu início, de 1777 a 1780, providencia-se à reversão da extinção e venda de São Salvador de Grijó e Santa Maria de Refoios do Lima<sup>22</sup>, obtendo este último a recuperação de São Teotónio de Viana e licença para a sua conversão em hospício também em 1780<sup>23</sup>. No entanto, os cônegos de São Vicente de Fora permanecem solidamente

---

<sup>18</sup> **São Teotónio de Viana** será extinto, já o vimos, em 1767. De acordo com as Memórias Paroquiais, **Vilela** estará incorporado (de novo?) na Serra do Pilar em 1758 – Patrícia Costa e Paula Figueiredo, “Mosteiro de Vilela/Igreja Paroquial de Vilela/Igreja de Santo Estêvão”, 2002-2012, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 6-9-2017]. **Folques**, se deixou de ser – vimos no capítulo anterior que isso já acontecera pelo menos entre 1644 e 1681 – voltará a ser posse do colégio da Sapiência, onde permanecerá até 1834 (Regina Anacleto, *Arganil*, Lisboa, Presença, p. 68), escapando à extinção e venda em 1770 (ao contrário do que erradamente afirmei em 1998, em *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cônegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998, anexo 12). Outra hipótese para estas beneficiações – pelo menos em Vilela e Folques, de relativamente menor escala – é que elas derivem do seu possível uso como Casas Bréviás.

<sup>19</sup> Vilarinho, que estava até então incorporado em Landim, não é posto à venda, sendo convertido em hospício subordinado a São Vicente de Fora, em 1770: Isabel Sereno, João Santos e Paula Figueiredo, “Mosteiro de Vilarinho/Igreja Paroquial de Vilarinho/Igreja de São Miguel de Vilarinho”, 1994-2012, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 6-9-2017].

<sup>20</sup> A transação de **Moreira** em 1772 nunca é consumada, por falta de pagamento do comprador – Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: os Crúzios em Moreira da Maia - história e arte”, in MELO, António Maria Mendes (coord.), *O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*, Maia, Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000, p. 36 – e **Muía** e **Crasto** só são vendidos em 1774: A.N.T.T., “Mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muía” e “Mosteiro de São Martinho de Crasto”, in DIGITARQ, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Direção Geral de Arquivos, 2017 [em linha] disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/> [consultado em 6-9-2017]. A venda do mosteiro da **Junqueira** é considerada inaceitável pelo baixo preço auferido, e haverá tentativa judicial de a anular, mas os Crúzios perdem definitivamente o processo em 1796 (José Augusto Ferreira, *A Igreja e o Estado...*, op. cit., pp. 107-108 – ao contrário do que eu assumi, a partir da constatação da gestão dos bens do mosteiro pela Ordem, em “O Mosteiro de S. Simão e S. Judas Tadeu da Junqueira: carácter, reutilização e reabilitação” in atas do *IV Encontro de história de Vila do Conde - “O património edificado – memória versus reabilitação”*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2006, pp. 24-25).

<sup>21</sup> O mosteiro usa um Livro de Assentos autónomo desde 3 de Dezembro de 1772 a 20 de Maio de 1834 (Luiz de Pina Manique, *S. Vicente de Fora: as invasões e a guerra civil na vida do mosteiro*, Lisboa, s.e., 1947, p. 7), e, no documento de 1792 em que o futuro D. João VI, como regente, pede a restituição de São Vicente para que os cônegos regressem a Lisboa, especifica-se que o edifício nunca fora efetivamente doado à Patriarcal (António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder - o Real Edifício de Mafra*, Coimbra, Instituto de História da Arte - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, anexo II, pp. 406-408).

<sup>22</sup> António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p. 112; António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, in AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p. 42; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador...”, op. cit., p. 30.

<sup>23</sup> Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os crúzios de Viana do Castelo...”, op. cit., p. 474.

em Mafra<sup>24</sup>, só em 1792 regressando a Lisboa (isto é, já estando o reino sob regência oficiosa do futuro D. João VI), e sendo apenas então pedida a confirmação papal da reanimação de Grijó e Refoios<sup>25</sup>. Dentro deste período será também resgatado São Jorge de apar de Coimbra, readquirido aos seus compradores por Santa Cruz, mas não é claro quando ou que estatuto administrativo adquire posteriormente<sup>26</sup>. No final do século haverá portanto pelo menos 6 priorados (7, se São Jorge tiver voltado a sê-lo), e outros 7 ou 8 mosteiros a eles anexos – as presidências de Muía e Crasto (de Refoios)<sup>27</sup>, Vilela (da Serra do Pilar), Folques (da Sapiência), Moreira (de São Vicente de Fora) e talvez São Jorge (também de São Vicente?), assim como os hospícios de Vilarinho e Viana. Embora em perfil diferente, note-se que a presença dos Regrantes no território é ainda prolongada na gestão das propriedades dos mosteiros desaparecidos depois de 1770, assim como na manutenção de direitos de apresentação de párcos<sup>28</sup>.<sup>[fig.01d]</sup>

**9.1.3 Arquitetura crúzia na historiografia:** Menos de meia dúzia de obras crúzias, nem sempre denunciadas como tal, surgem na literatura de história da arquitetura que descreve, de forma panorâmica, a produção portuguesa nessa área, entre o fim do século XVII e o início do século XIX. *Mutatis mutandis*,

---

<sup>24</sup> Demonstrando que a solução não é vista como provisória, à mesma data ainda se renova o ensino no colégio crúzio integrado no mosteiro mafrense, como novos estatutos – Júlio Ivo, “O Real Colégio de Mafra”, in *Revista de Arqueologia*, tomo 3, Lisboa, s.e., 1936-1938, pp. 218-222 e 247-253. [em linha] disponível em <http://www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual/julio-ivo-o-real-colegio-de-mafra> [consultado em 30-01-2018]; também o marquês de Bombelles, embaixador francês junto de D. Maria I, relata em 1787 que a rainha resiste a manobras da nora, Carlota Joaquina, para devolver o cenóbio aos Franciscanos arrábidos – apud Manuel J. Gandra (org.), *Monumento de Mafra: visto por estrangeiros, seen by foreigners, vu par étrangers, visto por extranjeros (1716-1908)*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2005, pp. 24-25.

<sup>25</sup> Como disse acima (ver nota 21), o documento pedindo devolução de São Vicente e confirmação do retorno já anteriormente decidido para Refoios e Grijó, é já da responsabilidade do príncipe, embora em nome de D. Maria I (António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, op. cit., anexo II, pp. 407-410), logo posterior Dezembro de 1791, quando se instala a demência da rainha (Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I, “Reis de Portugal”/XXVI*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2007, p. 212); o breve *Expositum nobis* de Pio VI, em resposta positiva a esse pedido, é expedido em 3 de Abril de 1792 (António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, op. cit., p. 42).

<sup>26</sup> A recuperação do cenóbio terá de ser depois de 1777-1780 e provavelmente entre essas datas e 1792, quando se efetivam reanimações e regressos a outros mosteiros suprimidos/requisicionados, e se tentam sem sucesso outras (ver nota 20, acima); em 1787, em capítulo-geral, ainda só Santa Cruz, Mafra, Sapiência e Pilar são referidos como priorados (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, op. cit., p. 272), o que pode indicar que São Jorge ainda não fora readquirido; por outro lado, não é impossível também que o tivesse sido, mas fosse uma presidência – é verdade que pelo menos parte das suas rendas são recebidas por São Vicente de Fora em 1794: Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, Lisboa, Presença, 1987, p. 125; Armando Alberto Martins, *idem*, p. 276; A.N.T.T., “Mosteiro de São Jorge de Coimbra”, DIGITARQ, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Direção Geral de Arquivos, 2011 [em linha] disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/> [consultado em 6-9-2017].

Em 30 de Novembro de 1822, a *Gazeta Universal* ainda refere que a Congregação tinha 7 Casas, pelo que poderá ainda estar ativo este mosteiro, em conjunto com Santa Cruz, São Vicente, a Sapiência, Grijó, Pilar e Refoios – ver Isabel Nobre Vargas e Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Os liberalismos”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, vol. V, p. 224.

<sup>27</sup> As vendas dos mosteiros de Muía e Crasto são anuladas em 1783, o que é confirmado legalmente em 1793, em conjunto com a do mosteiro presidente, Refoios (A.N.T.T., “Mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muía” e “Mosteiro de São Martinho de Crasto”, op. cit.).

<sup>28</sup> Além da gestão de outros bens, permanecerá a apresentação paroquial em **Oliveira**; o mosteiro, que não fora extinto em 1770, por estar unido *in perpetuum* a São Vicente de Fora, terá sido alienado algum tempo depois (em 1792?) uma vez que se conhecem a contestação dos compradores ao direito de apresentação de São Vicente, em 1797 e de 1817 a 1825: Manuel Bernardino Araújo Abreu, “Subsídios para a história da fundação e vida do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, que foi do termo de Barcelos”, in ABREU, Manuel Bernardino Araújo (dir.), *Revista de Guimarães*, vol.99, Janeiro-Dezembro, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1989, p.172. Os Crúzios recorrem ainda da perda de padroado das paróquias de **Landim** (o processo decorre de 1780 a 1787, sem sucesso – António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, edição dos autores, 2002, pp. 132-133) e da **Junqueira** (intenciam a demanda em 1819, perdem-na em 1821 – José Augusto Ferreira, *A Igreja e o Estado...*, op. cit., p. 108), após o insucesso em invalidar a venda do mosteiro em 1796 (ver nota 20, acima).

o diagnóstico do troço final do discurso dos Regrantes é um a que já chegámos noutros intervalos de análise. Todavia, será preciso conceder que, não sendo negligenciável, a contribuição dos Regrantes é agora secundária, em impacto, se não em quantidade.

O peso referencial de São Vicente de Fora, dominante na centúria precedente, reverbera ainda em Setecentos, e é frequentemente invocado como possível origem de soluções plasmadas na basilica do palácio-convento de Mafra, quer em termos da fachada<sup>29</sup>, quem de composição interior<sup>30</sup>. Em cronologias mais tardias, é ainda a São Vicente que assacam precedentes para o desenho de certos traços das igrejas resultantes da reconstrução pombalina de Lisboa<sup>31</sup>. Curiosamente, é da sua influência em Santa Engrácia, mais próxima no tempo à sua construção, que menos vezes e menos nitidamente se fala<sup>32</sup>. Sem surpresa, e na continuidade do que analisámos no capítulo anterior, quando se alude ao conjunto vicentino é da sua igreja que se fala, e não se menciona a filiação institucional do cenóbio<sup>33</sup>.

Já do mosteiro de São Vicente em si mesmo, como obra em curso, as referências são esparsas e não sistemáticas: José Fernandes Pereira chama duas vezes à narração o programa escultórico da fachada, ainda do reinado de D. Pedro II<sup>34</sup>, e Vítor Manuel Serrão, ainda falando da arquitetura restauracionista, deteta no portal da sacristia, de Luís Nunes Tinoco (de c. 1691) sinais de uma aproximação ao Barroco<sup>35</sup>; no contexto do posterior Barroco joanino, Reynaldo dos Santos relata de passagem que Ludovice recebe a direção das obras de São Vicente em 1720<sup>36</sup>, e Serrão<sup>37</sup> e Nelson Correia Borges<sup>38</sup> indicam, na biografia de Carlos Mardel, o seu projeto do retábulo pétreo da capela das Onze Mil Virgens, em 1740<sup>39</sup>.

---

<sup>29</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, p. 60; Nelson Correia Borges, "O Barroco joanino", in AAVV., *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 9, p. 20.

<sup>30</sup> José Fernandes Pereira, *idem*, p. 62, e "Da estética barroca ao fim do classicismo", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2007, vol. 7, p. 60; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa – história essencial*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 672.

<sup>31</sup> Flório de Vasconcelos, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Verbo, 1972, p. 103; José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 139; Nelson Correia Borges, "O período Rococó", in AAVV., *História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, vol. 9, p. 109.

<sup>32</sup> O paralelo intui-se, mas não se enuncia, em José Fernandes Pereira ("Da estética barroca ao fim do classicismo", *op. cit.*, p. 38), e em Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 654); Paulo Varela Gomes diz explicitamente que a parte central da fachada principal de Santa Engrácia virá de São Vicente, mas parece delimitar o cotejo aí (*Arquitectura, religião e política em Portugal, no século XVII – a planta centralizada*, Porto, FAUP Publicações, 2001, p. 288).

<sup>33</sup> Em eco de várias práticas que detetámos no capítulo VIII, Paulo Pereira, numa das poucas vezes que designa São Vicente como "mosteiro" no seu *Arte Portuguesa - história essencial*, a propósito do programa decorativo da portaria (logo exterior à igreja), di-lo "da Ordem de Santo Agostinho" (*op. cit.*, p. 685).

<sup>34</sup> Em "Da estética barroca ao fim do classicismo", *op. cit.*, pp. 84-85, e em "Estética Barroca I: arquitectura e escultura", in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, vol. 12, p. 100.

<sup>35</sup> Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, "História da Arte em Portugal"/4, Lisboa, editorial Presença, 2003, p. 136.

<sup>36</sup> Reynaldo dos Santos, *História da Arte em Portugal – volume III*, Porto, Portucalense Editora, 1953, p. 56.

<sup>37</sup> Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, p. 197.

<sup>38</sup> Nelson Correia Borges, "O período Rococó", *op. cit.*, p. 98.

<sup>39</sup> Referências em secções não de arquitetura, mas de interesse, são menções à azulejaria e ao fresco da portaria de São Vicente, por Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 685 e 704) e Vítor Manuel Serrão (*O Barroco*, *op. cit.*, pp. 250-251), e de Nelson Correia Borges ao órgão de meados do século XVIII, em incomum posição axial, no fundo do retrocoro ("A escultura e a talha", in AAVV., *História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, p. 59).



Santa Cruz de Coimbra marca presença exclusivamente<sup>40</sup> por causa do chamado Jardim da Sereia, que surge nos escritos de vários autores<sup>41</sup>, por esse e por outros nomes<sup>42</sup>, com relevância variável<sup>43</sup> e algumas vezes sem lhe ser dada qualquer relação clara com o mosteiro<sup>44</sup>. A cerca de São Salvador de Moreira é também usada por Nelson Correia Borges como um entre outros exemplos de jardins monásticos do Barroco do reinado de D. João V<sup>45</sup>.

Integrada na obra-símbolo da ação d' *O Magnânimo*, a esplendorosa biblioteca mafrense, cuja fisionomia atual se deve aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (e é largamente posterior à morte do monarca), sendo quase inevitavelmente mencionada<sup>46</sup>, nem sempre é distinguida da primeira fase de edificação (cronológica ou estilisticamente)<sup>47</sup> ou se atribui a sua feitura aos Regrantes<sup>48</sup>.

Finalmente, numa obra de referência (a *História da Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira), mas numa seção não dedicada à arquitetura, Ana Cristina Leite, entre outros exemplos crúzios de paisagismo, oferece-nos ainda a interessante nota de considerar o tratamento da aproximação ao mosteiro de Santo Agostinho da Serra do Pilar como um exemplo precoce de tendências barrocas, análogas ao figurino da igreja de peregrinação<sup>49</sup>.

## 9.2 | As condições de produção do discurso arquitetónico crúzio

### 9.2.1 O momento: Ao tentar encontrar uma unidade básica de significação para o período barroco

<sup>40</sup> O Santuário das Relíquias do mosteiro de Santa Cruz tem vindo a ser evidenciado por Maria de Lurdes Craveiro, mas não nestas obras de síntese (veja-se *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011, pp. 146-149, e *Obras-primas da arte portuguesa: arquitectura*, Lisboa, Athena, 2011, pp. 116-117). Muito tangencialmente, Santa Cruz é mencionada adicionalmente por Nelson Correia Borges, ao falar do arquiteto coimbrão Gaspar Ferreira, dizendo que ele também fez trabalhos para o mosteiro, que não especifica ("O Barroco joanino", *op. cit.*, p. 26).

<sup>41</sup> Flório de Vasconcelos, *História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, p. 94; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 158; "Estética Barroca I...", *op. cit.*, p. 60); Nelson Correia Borges, "O Barroco joanino", *op. cit.*, pp. 36-37; Ana Cristina Leite, "Alegorias do Mundo: a arte dos jardins", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, *op. cit.*, vol. 8, pp. 41, 47, 50 e 52; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, pp. 244-245; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 706-707.

<sup>42</sup> Surge como "Jogo da Bola" em Flório de Vasconcelos e Ana Cristina Leite; como "Quinta de Santa Cruz" em José Fernandes Pereira (no "Estética Barroca I...", *op. cit.*) e Nelson Correia Borges, e como "Jardim da Sereia" em José Fernandes Pereira (no *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*), Vítor Manuel Serrão e Paulo Pereira.

<sup>43</sup> Só Nelson Correia Borges, Ana Cristina Leite e Paulo Pereira realmente individualizam o jardim como obra, e relacionando-o com os seus promotores.

<sup>44</sup> José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 158) e Vítor Manuel Serrão (*O Barroco*, *op. cit.*, p. 244) só dizem que se situa em Coimbra; Paulo Pereira, falando do "Jardim da Sereia de Coimbra", refere-o como produto de uma remodelação da cerca monástica (não referindo de que mosteiro...) por "Frei Gaspar da Encarnação, após reforma monástica dos Crúzios" – que diz adiante serem "da Ordem de Santo Agostinho" – misturando precisão rara com, ainda assim, omissão (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 706-707).

<sup>45</sup> Nelson Correia Borges, "O Barroco joanino", *op. cit.*, p. 37; na mesma obra, Moreira é também referido por Ana Cristina Leite, em artigo especificamente sobre jardins ("Alegorias do Mundo...", *op. cit.*, p. 41).

<sup>46</sup> Reynaldo dos Santos, *op. cit.*, p. 57; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 67; "Da estética barroca ao fim do classicismo", *op. cit.*, p. 65; "Estética Barroca I...", *op. cit.*, p. 26); Nelson Correia Borges, "O Barroco joanino", *op. cit.*, p. 20; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, p. 186; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 675.

<sup>47</sup> Não o fazem Reynaldo dos Santos, Vítor Manuel Serrão ou Paulo Pereira.

<sup>48</sup> Dos referidos, só José Fernandes Pereira faz a atribuição explicitamente (em *Arquitectura Barroca em Portugal*, e "Estética Barroca I..."); Nelson Correia Borges refere a presença crúzia de 1771-1792, e diz que biblioteca se completa após o reinado joanino, mas não liga as duas coisas.

<sup>49</sup> Ana Cristina Leite, "Alegorias do Mundo...", *op. cit.*, p. 38 (já o referi no capítulo anterior, sendo da época da Restauração).

no seu todo, Christian Norberg-Schulz começou por dois eixos essenciais: os regimes institucionais de centralização e o *esprit de système*, diagnosticado já em 1751 por d'Alembert como indissociável da identidade do tempo<sup>50</sup>.

Os ciclos do Absolutismo – eclesiástico e monárquico – e do Racionalismo cobrem de facto a extensão da mentalidade barroca, vista em sentido lato. *A Ecclesia Triumphans*, já na ofensiva mais que na defensiva, começa a materializar-se com o militantismo de Filipe II (nomeadamente com a Guerra dos Oitenta Anos, de 1568 a 1648) ou a mobilização católica que permitiu a vitória de Lepanto sobre os Otomanos (1571), e que produziram a segurança necessária à “idade de ouro” romana do início de Seiscentos<sup>51</sup>. A centralização política francesa faz parte por sua vez de uma segunda vaga, que toma corpo entre a assunção do poder pessoal efetivo por Luís XIV, em 1661, e a cristalização de um paradigma político-social, no início da década de 1680; a substituição de um sistema de soberania, já centralizado, mas ainda de conceção corporativista, por uma concentração autocrática providencialista, perdurará, entre mutações e crises, até à sua última formulação, já reacionária, no Congresso de Viena, em 1815<sup>52</sup>. Por seu lado, a escola racionalista em Filosofia define-se desde René Descartes (1596-1650) e o seu *Método* (1637) até à renovação trazida por Immanuel Kant (1724-1804), ao que corresponde, nas ciências – ou, como se diria então, na *filosofia natural* – ao período que surge com Galileu, está consolidado com Isaac Newton (1643-1727) e os seus *Principia* (1687) e vai até, em extremo, Auguste Comte (1798-1857) e o *Cours de Philosophie Positive* (1830-1842)<sup>53</sup>.

Estes princípios de unidade geral, iniciados antes, mas consolidados definitivamente pelo último quartel de Seiscentos, e desagregando-se de 1789 às primeiras décadas de Oitocentos, não são, no entanto, monolíticos no seu curso.

Politicamente, a formulação do Estado começa por se traduzir no que se poderia chamar um “Absolutismo

---

<sup>50</sup> *Arquitectura Occidental*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004, p. 151. Se ele introduz o tema com essas considerações, regressa a d'Alembert para as encerrar (*idem*, p. 168). Voltará a ele, como veremos mais adiante, para especificar as subdivisões do período (Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardia y Rococó*, Madrid, Aguilar, 1973, p. 9).

<sup>51</sup> Mesmo que, como vimos no capítulo anterior, não seja possível a grande parte da Europa partilhar dessa nova sensação de segurança ainda por um longo tempo. Note-se que, não tendo o mesmo perfil, porque não assumindo o poder temporal dos papas, as Igrejas protestantes também ganham na mesma altura uma crescente estabilidade institucional, quer seja a consolidação de uma ortodoxia luterana (entre a fixação do credo em 1577, com a Fórmula de Concórdia, e a pacificação posterior à Guerra dos Trinta Anos), a solidificação de uma estrutura eclesiástica calvinista (o primeiro sínodo episcopal é de 1571, e a própria clarificação de um catecismo unitário só tinha ocorrido também após a Paz de Vestefália, em 1648), ou a diferenciação definitiva da Igreja Anglicana (começada sob Isabel I, após 1570, mas só tomando a forma estável em 1662) – ler: August Franzen, *Breve História da Igreja*, Lisboa, editorial Presença, 1996, pp. 318 e 321-322; James Moyes, “Anglicanism”, William Barry, “Calvinism”, John McHugh, “Lutheranism”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, Nova York: Robert Appleton Company, 1907, vol. 1, 1908, vol. 3, 1910, vol. 9 [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 14-9-2017].

<sup>52</sup> Já analisámos esta mutação no capítulo anterior; ver também August Franzen, *op. cit.*, pp. 356-358, e Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *Atlas histórico – da Pré-História aos nossos dias*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, pp. 186-187, 212-213 e 214-217.

<sup>53</sup> Jean-Toussaint Desanti, “Galileu e a nova concepção da Natureza”, in CHÂTELET, François (org.), *A Filosofia do Mundo Novo - séc. XVI e XVII*, “História da Filosofia”/3, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, pp. 73-75; “Racionalismo” e “Positivismo”, in José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1989, pp. 259-260 e 243; Darrin McMahon, *Uma história da felicidade*, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 214-216.

sacral”, quer no domínio diretamente eclesiástico (à maneira de Paulo V ou Urbano VIII), quer na consagração definitiva da monarquia de direito divino, formatada por Luís XIV, reproduzida em escala menor pelo seu neto Filipe V de Espanha (r. 1700-1746) ou pelo seu rival Vítor Amadeu II de Saboia (duque de 1675 a 1732), e espelhada por outros, como Carlos XI da Suécia (r. 1660-1730)<sup>54</sup>. A esta fórmula ritualizada de providencialismo sucederão, até meados de Setecentos, dois registos alternativos: um *Absolutismo régio iluminado*, em que o soberano se coloca como provedor progressista do bem público, e um *Estado absoluto iluminista*, em que os reis delegam a ação governativa a “especialistas” (políticos ou técnicos). A epítome do primeiro caso será Frederico II da Prússia (r. 1740-1786), um “rei-soldado” (na prática, mais que o pai) que é ao mesmo tempo um rei-funcionário, mas também outros monarcas reformistas, como José II da Áustria (r. 1741-1790), Carlos III de Espanha (r. 1759-1780) ou Catarina II da Rússia (1762-1796); no segundo modo, encontramos os governantes que se substituíram – ou quase se opuseram – ao poder real que serviam, como William Pitt (entre 1746 e 1768), Pombal (1750-1777), o duque de Choiseul (1758-1770) ou mesmo Godoy (c. 1792-1808)<sup>55</sup>.

A estas duas formas de evolução “tecnocrática” do Antigo Regime, mas ainda de governo em concentração total de poder, sucederá, sob o impacto das revoluções americana (1774-1783) e francesa (1789), e do império napoleónico (1804-1815), o surgimento de formas, mais ou menos duradouras, de limitação de prerrogativas régias por leis essenciais, ainda assim largamente simbólicas na Europa do Congresso de Viena, que dá preeminência ao restauracionismo monárquico conservador<sup>56</sup>.

Também no campo filosófico, a prevalência de uma abordagem racionalista em postura, e do discurso demonstrativo retórico, verificáveis ao longo de toda esta cronologia, não oculta uma evolução e desmultiplicação de formulações<sup>57</sup>. O cartesianismo seiscentista – fundamentalmente unitário, apesar das discussões de detalhe entre Descartes, Espinosa ou Leibniz – é ainda uma posição metafísica e em última instância religiosa; porém, à chegada ao século XVIII, se a confiança na razão como instrumento

---

<sup>54</sup> Verifica-se também uma mudança de um ciclo tardo-maneirista de predominância de uma só potência – com a França sucedendo à Espanha – para um de ascensões alternadas e/ou paralelas da Suécia, Prússia, Áustria, Rússia e Grã-Bretanha; o paradigma imperial muda também – a França e a Inglaterra juntam o modelo português, apoiado em feitorias/guarnições e suportado por supremacia naval, à gestão neerlandesa de comércio por companhias, superando os atores originais, embora aqueles ainda permaneçam no terreno (Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 186-195; Pierre Deyon, *O Mercantilismo*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 34-48; António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12ª ed., Porto, Porto Editora, 1982, pp. 467-470).

<sup>55</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 196-199; Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “A representação da sociedade e do poder”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. IV, pp. 137-138.

<sup>56</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in MATTOSO, José (dir.), *op. cit.*, vol. V, p. 45. Em Portugal, por exemplo, a Carta Constitucional de D. Pedro IV é mais conservadora que a Constituição de 1820 e é um regresso à iniciativa régia, que a outorga à nação com alterações não referendadas, em vez de reconhecer o movimento de bases; similarmente, em Espanha, mesmo a revolucionária constituição gaditana de 1812 é mais conservadora que as congéneres francesa e americana, ou do que as que se lhe seguirão, após a vaga mais expressamente liberal de meados do século XIX (Isabel Nobre Vargas e Luís Portugal, “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in MATTOSO, José (dir.), *op. cit.*, vol. V, p. 72).

<sup>57</sup> Ver artigos “Racionalismo”, “Empirismo” e “A priori”, in José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, *op. cit.*, pp. 259-260, 92-93 e 28-29.

analítico livre de apriorismos permanece, a mentalidade dominante é sobretudo irreligiosa, quando não oposta à transcendência, e as escolas diferenciadas de pensamento de meados da centúria são bem representadas pelo diferendo entre Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, isto é, entre uma posição progressista com uma espiritualidade essencialmente ética, e uma suspeita sobre a civilização e o desejo de uma “religião natural”<sup>58</sup>.

Tal esquema evolutivo, em que uma forma sintética inicial se bifurca em sucedâneos de tónicas diferentes, podemos encontrá-lo noutras áreas e reflete um padrão que no informa sobre a deriva de mentalidade no ciclo longo que analisamos.

Desde logo, no cruzamento entre a política e a filosofia, esse padrão está nas questões eclesiásticas e devocionais, onde um primeiro ascendente contrarreformista do modo jesuíta (flexível às realidades locais mas centralista e ultramontano, intelectualista mas pragmático em teoria moral<sup>59</sup>) vem a ser fortemente contestado por movimentos localizados, de que o mais famoso é o Jansenismo francês (regalista porque episcopalista, anti-intelectual e moralmente rigorista)<sup>60</sup>, ou ultrapassado por misticismos populistas e populares (como o culto do Sagrado Coração de Jesus ou o de São Vicente de Paulo), por vezes com acentos regionalistas e de tradição local arraigada (como a popularidade centro-europeia de São João Nepomuceno)<sup>61</sup>. Noutra manifestação do *ethos* da época, a nova ciência da Economia, assistindo à política como uma disciplina racional, vai dum primeiro credo mercantilista quase universal (dos escolásticos espanhóis a Colbert e os seus seguidores) para uma diferenciação de abordagens na segunda metade do século XVIII, na mudança de tónica do Fisiocratismo (do voluntarismo estatal para a lei natural, da acumulação pecuniária para a produção agrícola) e na emergência do Liberalismo económico (também um anti-mercantilismo, mas menos ruralista que os fisiocratas e aceitando o papel do Estado como interveniente, pelo menos no controle contra os monopólios)<sup>62</sup>.

Assim, em sùmula, o século XVII é o tempo da instalação de um sistema totalizante<sup>63</sup>, em que a razão e a sedução, a coerção e a persuasão convergem, a que depois sucede, ao longo da primeira metade

---

<sup>58</sup> “Racionalismo”, *idem, ibidem*; Darrin McMahon, *op. cit.*, pp. 239-250 e 187-196; August Franzen, *op. cit.*, pp. 360-361; António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 470-471.

<sup>59</sup> Jerónimo Trigo, “Moral”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal, op. cit.*, vol. III, p. 261.

<sup>60</sup> Zília Osório de Castro, “Jansenismo”, *idem*, vol. III, pp. 7-10; August Franzen, *op. cit.*, pp. 357-359; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 193. Encontramos movimentos rigoristas similares na *Jacobeia* portuguesa (Zília Osório de Castro, *idem*, p. 6) e análogos no Pietismo protestante face ao Luteranismo institucional – Friedrich Lauchert, “Pietism”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia, op. cit.*, vol. 12.

<sup>61</sup> August Franzen, *op. cit.*, pp. 338-339; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 193; Jean Bainvel, “Devotion to the Sacred Heart of Jesus”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia, op. cit.*, vol. 7; Antoine Dégert, “St. Vincent de Paul”, *idem*, vol. 15; Johann Peter Kirsch, “St. John Nepomucene”, *idem*, vol. 8.

<sup>62</sup> Pierre Deyon, *O Mercantilismo, op. cit.*, pp. 57-85.

<sup>63</sup> De sistemas absolutos *em si*, embora haja vários sistemas concorrentes, nomeadamente entre o catolicismo romano e os protestantismos (Ier Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental, op. cit.*, p. 151, e também “Sistema”, in José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia, op. cit.*, pp. 288-289).

da centúria seguinte, uma desmultiplicação ou decomposição dessas soluções, instaurando-se uma pluralidade entre intervencionismos baseados na avaliação duma realidade positiva (mais regra e ciência) e uma insatisfação, entre a utopia e o essencialismo (mais sentimento e fantasia), que de certa forma se traduzirão mais tarde na dicotomia entre Positivismo e Romantismo<sup>64</sup>.

**9.2.2 O meio:** O regresso proactivo europeu a uma postura de segurança, pela recuperação de velhas certezas e a construção racional de novas, tem clara repercussão na mentalidade portuguesa. A percepção de uma “decadência” nacional, que é já uma ideia prevalecente em Seiscentos – então vista como consequência de um afastamento da identidade *natural* do país, para no século seguinte vir a recair no efeito do mau governo<sup>65</sup> – dá origem, sob o espírito analítico e prescritivo do tempo, a uma sucessão de estratégias de intervenção para “reabilitar” Portugal, acompanhando (e às vezes mesmo protagonizando) as tendências concetuais internacionais coetâneas.

Politicamente, foram personificações desse desiderato quer o Absolutismo sacral de D. João V (já preparado sob D. Pedro II<sup>66</sup>), quer o Estado absoluto iluminista instaurado por Sebastião José de Carvalho e Melo em nome de D. José I, quer o Liberalismo que irrompe no tempo de D. João VI e se consuma pela mão de D. Pedro IV. Em última instância, até o regime de compromisso, dum Absolutismo régio iluminado, de D. Maria I, e o efémero Absolutismo reacionário de D. Miguel são projetos de reabilitação nacional com referentes exteriores: D. Maria não desiste realmente das reformas pombalinas, que até prossegue, embora procure um retorno a uma “normalidade” moderada, nomeadamente com a Santa Sé<sup>67</sup>, e poderia ter como modelos naturais a reformista conservadora que foi Maria Teresa de Áustria (que ainda reinava quando D. Maria acedeu ao trono) ou o progressista prudente (ou hesitante, conforme a perspetiva) Luís XVI<sup>68</sup>; D. Miguel, por sua vez, não deixa de ser um representante dos novos *ultras* monárquicos que saem da “revisão” da Europa conduzida pelo Congresso de Viena, aliás chegando ele próprio ao trono após um exílio austríaco<sup>69</sup>.

---

<sup>64</sup> Pierre Vidal-Naquet e Jacques Bertin, *op. cit.*, pp. 198-199.

<sup>65</sup> Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, “A identidade portuguesa”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, op. cit.*, vol. IV, pp. 32-33.

<sup>66</sup> António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 17-18, 23-25; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José: na sombra de Pombal, “Reis de Portugal” / XXV*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 30-31.

<sup>67</sup> Sobre a continuidade, ler: Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I, op. cit.*, pp. 69-70, 83 e 89-91; quanto à conciliação com Santa Sé: idem, pp. 139-140; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 208, 209.

<sup>68</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*, Porto, CITCEM-FLUP e Edições Afrontamento, 2011, p. 214.

<sup>69</sup> Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel, “Reis de Portugal” / XXIX*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 68-101. O exílio austríaco implicou aliás proximidade e convivência de D. Miguel com o chanceler von Metternich, o arquiteto central do Congresso de Viena e campeão da resistência ao Liberalismo político, que “fiscaliza” a sua estadia, o recebe em casa e se pronunciava sobre os esforços de formação que o príncipe empreende em Viena (*idem*, pp. 74-76).

Estes conceitos de soberania interventiva articularam-se com políticas económicas e eclesiásticas mais consciencializadas. Em estratégia económica, o reinado efetivo de D. Pedro II (1683-1706) verá, com o ministério de D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, enquanto vedor da fazenda (1675-1690), o começo da adoção de medidas de pendor mercantilista, de substituição de importações, por limitações alfandegárias e estímulo a manufaturas nacionais<sup>70</sup>. É um formulário que será recuperado por D. João V (particularmente nas décadas entre 1720 e 1740)<sup>71</sup>, mas só assumido de forma sistemática com a ascensão ao poder do futuro marquês de Pombal, que faz uso de todos os instrumentos clássicos do Mercantilismo, que ele observara em ação como diplomata em Londres: controlo de circulação de capitais, manipulação de pautas alfandegárias, limitação das importações e reforço manufatureiro, nomeadamente por companhias comerciais monopolistas<sup>72</sup>. Como é característico da segunda metade de Setecentos, há também já sensibilidades fisiocratas na administração josefina, que se reforçam com D. Maria I<sup>73</sup>, e o reinado do seu filho verá até surgir sugestões conjunturais de Liberalismo económico, na abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808. Porém, por necessidade e por atavismo, o Portugal liberal nunca o será em gestão económica, perenemente adotando o nacionalismo produtivo e aduaneiro, e mais tarde voltando inclusive a um comércio colonial fechado, desta vez com as possessões africanas<sup>74</sup>. A situação financeira portuguesa é suportada, obviamente, pelas remessas de ouro brasileiro, desde 1701 e durante todo o século XVIII<sup>75</sup>, mas a estrutura produtiva tem ganhos significativos na área vinícola, ganhos interessantes na continuação da “pequena revolução agrícola” do milho mais (especialmente no Noroeste), e não desprezáveis, embora de pequeno âmbito, na produção industrial. Na realidade, até c. 1821-1822, Portugal não está em situação deficitária e os períodos de crise orçamental não se devem à queda de arrecadação do quinto aurífero brasileiro ou aos prejuízos da sujeição aos interesses económicos britânicos, mas simplesmente aos eventos perturbadores

---

<sup>70</sup> Especialmente a partir das Pragmáticas de 1686 e 1698 (Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 126-127, 145 e 180-190).

<sup>71</sup> *Idem*, pp. 240-242; Miguel Gonçalves e Susana da Fonseca Ribeiro, “Portugal, 1759-1772: a mão visível? Instituição do sistema educativo estatal, com especial referência a Pombal e ao ensino da contabilidade”, in LAVARDA, Carlos Eduardo Facin (dir.), *Universo Contábil*, vol. 11, n.º 3, Blumenau, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Julho/Setembro 2015, p. 175.

<sup>72</sup> Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 266-276; Miguel Gonçalves e Susana da Fonseca Ribeiro, *idem*, p. 176.

<sup>73</sup> Vejam-se os memorialistas da Academia Real das Ciências, de meio/fins XVIII, com juízos agraristas sobre a decadência e meios de recuperação da economia através do fomento rural, influenciados por correntes internacionais, nomeadamente de Espanha; o espírito fisiocrático é também sensível noutras instituições culturais, como a Sociedade Económica de Ponte de Lima, criada em 1777 sob patrocínio do Arcebispo de Braga, o *menino da Palhavã* D. Gaspar de Bragança, e reconhecida por alvará régio de 1780 (Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 233-234; Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 104-106 e 109-111).

<sup>74</sup> Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 330-333.

<sup>75</sup> Tendo pico na década de 1760, logo em pleno reinado de D. José, quando se tende a assumir o contrário, e também se verificando uma acumulação contínua de *stocks* auríferos durante todo o século, e não um derramamento incontido, nomeadamente para cofres ingleses (Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 256-260). Os primeiros carregamentos terão chegado em c.1695 (José Fernandes Pereira, *Arquitetura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 46), 1699 (José Fernandes Pereira, “Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitetura religiosa e civil”, in AAVV., *História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, vol. 8, p. 40) e/ou 1701 (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 663).

extraordinários: a Guerra da Sucessão Espanhola (1704-1713), o terramoto de 1755, o envolvimento na Guerra dos Sete Anos com a Guerra Fantástica com Espanha (1761-1763), o ciclo de conflitos entre a Revolução Francesa e o Império em que Portugal se envolveu – a Campanha do Rossilhão (1793-1795), a Guerra das Laranjas (1801), as invasões napoleónicas (1807-1808, 1809 e 1810-1811) – e finalmente a Revolução Liberal (1820) e a subsequente Guerra Civil Portuguesa (1831-1834)<sup>76</sup>.

Em política eclesiástica, e apesar de flutuações de conceito, o eixo estruturante da relação em Portugal entre o Estado e a Igreja ao longo deste intervalo é o Regalismo. Existiram, como vimos em capítulos anteriores, práticas de limitação da jurisdição pontifícia em território nacional ou de arrogação de poderes eclesiásticos pela Coroa portuguesa, desde o período tardo-medieval, nomeadamente com a instituição do beneplácito régio (ativo entre D. Pedro I e D. João II) e do direito de Padroado sobre territórios ultramarinos (consolidado entre meados do século XV e o início do século seguinte). Não obstante, desde a eclosão da Reforma, o Reino colocara-se em estrita adesão ao confessionalismo católico e, por conseguinte, no reconhecimento formal da supremacia romana.

Com D. João V – quer respaldado no Galicanismo do seu modelo absolutista, Luís XIV, quer reparando a humilhante demora do Vaticano em reconhecer a Restauração brigantina (agora que se encontrava numa posição de força) – interrompe-se definitivamente essa orientação. Tanto com demonstrações de intransigência (não hesitando, quando contrariado, em romper relações diplomáticas com a Cúria, entre 1728 e 1731), como ocorrendo benevolentemente em seu auxílio (assistindo na luta contra os Turcos no Mediterrâneo com duas armadas, em 1716 e 1717, tendo a segunda obtido a vitória na batalha de Matapão), ao mesmo tempo que impressionava a corte romana com a prodigalidade da sua embaixada de 1716, *O Magnânimo* conseguiu assegurar privilégios extraordinários para a Igreja portuguesa<sup>77</sup>, submetê-la *de facto* à sua autoridade<sup>78</sup> e não fazer em troca qualquer cedência. Este primeiro “Regalismo devoto”, ostensivamente católico – nisso divergindo das ambivalências do *Rei-Sol* – não deixa, portanto, de ser resolutamente oposto ao ultramontanismo. O esplendor da Igreja lusa é

---

<sup>76</sup> Nem mesmo a abertura dos portos ou a independência do Brasil têm um efeito tão pesado (Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *idem*, pp. 246-256, 278-288, 290-300 e 340-345).

<sup>77</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 197-198, 199-200 e 206-207; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 34; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 114-115. D. João V conseguiu: a pré-aprovação dos nuncios para Portugal e a ascensão ao cardinalato destes, após a legatura (pedido em 1707, conseguido definitivamente em 1731); que a Capela Real fosse erigida em colegiada de S. Tomé (1710) e depois em igreja metropolitana e basílica patriarcal (1716); a preeminência do patriarca e dos seus cônegos sobre todo o clero português, incluindo o arcebispo primaz de Braga – entre inúmeros outros privilégios especiais, muitos sobre prerrogativas ostentatórias, de *visibilidade*, entre 1717-1720 (o rei procura aliás retirar a priores cruzios de Santa Cruz, São Vicente, Grijó e Refoios, o privilégio de báculo e mitra enquanto o patriarca os não tem – José Marques, “Figurino cruzio visto da segunda metade do século XVIII”, separata de *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. I, Porto, Universidade do Porto, 1991, pp. 536-537). Esse esforço é coroado pela anuição da Santa Sé a dar dignidade cardinalícia aos patriarcas (1737) e da sua transformação em arcebispos únicos de Lisboa (1740); passa a haver também provimento régio dos bispados (1740), e finalmente os monarcas portugueses recebem a titulação deferencial de *reis fidelíssimos* (1748), rivalizando com os *reis católicos* espanhóis, os *reis cristianíssimos* franceses e os *reis apostólicos* austríacos.

<sup>78</sup> Entre as prerrogativas do Padroado do Oriente, o direito de apresentação de bispos e pré-aprovação de nuncios, e o recurso sempre possível ao beneplácito régio (como em 1728): Miguel de Oliveira, *idem, ibidem*.

afirmado em contraposição (para não dizer em rivalidade) com a Igreja Universal<sup>79</sup>, e portanto na medida em que ela celebra o reino e o rei.

Com D. José, esse capital simbólico perde primazia, e é num Regalismo de espírito jansenista que se formulam as relações com o papado – incrementam-se as demonstrações de irredutibilidade<sup>80</sup>, ao mesmo tempo que não se vê utilidade na magnanimidade e não se reconhece (entre o rigorismo e o racionalismo) importância intrínseca ao ritualismo antes cultivado. A *Viradeira* pode depois assinalar uma inflexão devocional, e até mesmo conciliatória com a Santa Sé, mas a rainha não abdica das prerrogativas acumuladas, e faz pleno uso do direito adquirido de intervir na instituição eclesial: uma “reformadora *fidelíssima*”, mas não menos assumindo jurisdições que são, por definição, regalias<sup>81</sup>. Não carece de explicação que, sem alterações de fundo (antes uma acentuação da tendência), o pêndulo das atitudes oscilará resolutamente de novo para a intransigência, com a Revolução Liberal de 1820 ou a vitória de D. Pedro IV em nome da filha em quem abdicara – se a monarquia deixa de ser absoluta, a sua recusa das liberdades e isenções eclesiais só se reforça<sup>82</sup>.

Culturalmente, enfim, repetem-se estas oscilações: a um ciclo joanino de *Luzes Católicas*, contornando as Universidades sob controle da Companhia de Jesus (quer apoiando o ensino e a investigação alternativos de instituições eclesiais menos centralizadas, como os Oratorianos e Teatinos, quer patrocinando a autónoma Academia Real da História Portuguesa, sob o exemplo francês)<sup>83</sup>, seguir-se-á o momento pombalino de *Iluminismo* propriamente dito, atacando diretamente o sistema escolar jesuítico (tentando substituí-lo por um modelo público)<sup>84</sup>; sob o híbrido regime mariano, tanto há renovação do impulso

---

<sup>79</sup> Miguel de Oliveira, *idem*, pp. 206-207; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 114-115.

<sup>80</sup> D. José I não cumpre o protocolo na felicitação da eleição de Clemente XIII; como o núncio papal se opõe a políticas de Pombal e à extinção dos Jesuítas de 1759, não é convidado para o casamento de princesa D. Maria (1760), expulsando-o depois, por não ter colocado luminárias comemorativas do enlace no seu palácio; seguir-se-ão a expulsão de pessoal da nunciatura e o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé, com reposição do beneplácito régio. Em 1767, Portugal recusa os esforços de conciliação de Clemente XIII, não aceitando ele a supressão internacional da Companhia de Jesus; em 1768 procede-se à substituição das censuras episcopais e inquisitoriais pela estatal, através da Real Mesa Censória, e há ainda uma restrição das isenções do foro eclesiástico em 1769 (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 198-199 e 200-203; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 137-139 e 202-204).

<sup>81</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 209, 211; Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 86-87; Isabel Nobre Vargas e Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Os liberalismos”, *op. cit.*, p. 224.

<sup>82</sup> Sob D. Miguel, inclusive, que manteve o beneplácito e não respeitou as isenções eclesiásticas à taxaçoão ou à justiça laica (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, pp. 289-290; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 228-229 e 231-233).

<sup>83</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V: 1689-1750*, “Reis de Portugal”/XXIV, Rio de Mouro, Circulo, pp. 128-129; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 47-49, 71; António Camões Gouveia, “Estratégias de interiorização da disciplina”, in MATTOSO, José (dir.), *op. cit.*, vol. IV, pp. 430-431. Sobre o papel dos Oratorianos, ler: Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, pp. 241-246; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 215; Miguel Gonçalves e Susana da Fonseca Ribeiro, “Portugal, 1759-1772...”, *op. cit.*, p. 173.

<sup>84</sup> O governo pombalino começará em 1758, com um alvará fundando aulas públicas para indígenas do Grão-Pará e Maranhão brasileiros; em 1759, funda-se a Aula do Comércio e, com a expulsão de Jesuítas do ensino, criam-se classes de gramática latina e retórica em todas as cabeças de comarca; em 1761 promove-se o Colégio dos Nobres (que abrirá em 1766); em 1762 a Aula de Náutica, no Porto, e a Aula de Desenho, assim como a Aula teórico-prática de artilharia de São Julião da Barra, em Lisboa; em 1768 surge a Real Mesa Censória para controle da informação disponível; em 1770 forma-se a Junta da Providência Literária, para análise do ensino superior, de que resultarão os novos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772; nesse mesmo ano é publicado um mapa de professores para uma rede de escolas primárias nacionais, e dá-se a fundação de um segundo colégio para nobres, o Real Colégio de Mafra – Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 192, 249-251; Miguel Gonçalves e Susana da Fonseca Ribeiro, “Portugal, 1759-1772...”, *op. cit.*, pp. 177-180; António Camões Gouveia, “Estratégias de interiorização da disciplina”, *op. cit.*, pp. 432 e 436-438; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 215-216.



académico elitista (com a Real Academia de Ciências – criada em 1779, “Real” em 1793<sup>85</sup>) como outras iniciativas de desenvolvimento de uma educação civil nacional<sup>86</sup>. Contrastantemente, manifestar-se-ão correntes de misticismo rigorista (como a Jacobeia), ou de devocionalidade populista (da multiplicação de exemplos de santidade auto-penitenciais ao culto do Sagrado Coração de Jesus), tendencialmente anti-intelectuais<sup>87</sup>.

Nenhum destes impulsos reformistas (políticos, económicos, eclesiásticos) é favorável ao fenómeno cenobítico. Os regimes joanino e josefino não gostam pelo menos da independência e poderes próprios acumulados pelos institutos de Vida Religiosa; D. João V aceita-os ainda assim como parte inevitável do *status quo*, o que Sebastião José de Carvalho e Melo já não faz necessariamente. O Estado pombalino e especialmente o movimento liberal não vêm utilidade nas Ordens religiosas e acham-nas uma força de bloqueio, inclusive económico<sup>88</sup>. Os Inacianos vão de ignorados pelo *Magnânimo*<sup>89</sup> a ativamente perseguidos, até à extinção, pelo conde de Oeiras<sup>90</sup>; os Congregados começam por beneficiar da perda de popularidade jesuítica (inclusive já sob o reinado de D. José), para serem alvo de igual suspeita e ataque, pelo mesmo poder assim adquirido<sup>91</sup>. Ordens sólidas e até em expansão, mas de segunda linha em termos de protagonismo sociopolítico, como os Gracianos e os Beneditinos, passam mais longamente incólumes à reprovação do Estado absolutista, mas não ficam isentos de punições pombalinas<sup>92</sup>. A

<sup>85</sup> Note-se ainda assim a deslocação da História (humanidades) para as Ciências, nesta sucessão de academias, sinal em si mesmo iluminista, até porque o projeto para criação duma Congregação Geral da Ciência está já nos estatutos pombalinos para Universidade de Coimbra de 1772 (Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 102-106).

<sup>86</sup> Há continuação de projeto pombalino de reforma da Universidade e da estruturação da instrução média e secundária, inclusive feminina (de 1777 a 1792); procede-se à criação do ensino clínico em Lisboa (a Junta do Protomedicato, em 1782), e nos Hospitais de Chaves, Porto, Elvas e Tavira (1789); dá-se impulso ao ensino artístico com as Aulas de Debuxo e Desenho, no Porto (1779) e a Academia do Nu em Lisboa (1780); e faz-se o mesmo na formação militar, pela fundação da Academia Real da Marinha (1779) e da Academia de Fortificações, Artilharia e Desenho (de 1790, que também formava arquitetos) – Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 112-115; António Camões Gouveia, “Estratégias de interiorização da disciplina”, *op. cit.*, p. 435).

<sup>87</sup> Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 221 e 222-223.

<sup>88</sup> Isabel Nobre Vargas e Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Os liberalismos”, *op. cit.*, pp. 223-224; José Marques, “O Mosteiro de Paderne em 1770”, separata de *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 337.

<sup>89</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, p. 157; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 71; José Fernandes Pereira, “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 55.

<sup>90</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, pp. 280-326; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 200-203.

<sup>91</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, pp. 241-246; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, pp. 203, 212 e 215; Miguel Gonçalves e Susana da Fonseca Ribeiro, “Portugal, 1759-1772...”, *op. cit.*, p. 173.

<sup>92</sup> Os **Gracianos** têm primazia no movimento da Jacobeia, entre os quais aquele se gerou (António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de Dom João V e de Dom José I*, Braga, Franciscana, 1964, pp. 50-61; Zília Osório de Castro, “Jacobéia”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, *op. cit.*, vol. III, p. 5), mas não comandam publicamente o movimento, nem são tão próximos do poder; ainda assim, são alvo de repreensões logo em 1753 e sujeitos a purgas na universidade, quando estala a segunda questão sigilista, no final da década, de que falaremos adiante (António Pereira da Silva, *idem*, pp. 382 e 406-407); os **Beneditinos**, na sua neutralidade de congregação eminentemente rural, não são igualmente um alvo primordial, mas, participando da Jacobeia desde o seu início (*idem*, pp. 117-121), serão também destinados a ser cerceados (são incluídos na purga universitária de 1768, afetados pela proibição de aceitação de noviços em 1762, e existe mesmo um plano de reduzir a Congregação de 22 para 6 mosteiros, que esteve para ser aplicado em 1777, e é sustida apenas com apelo direto a D. José, agonizante); haverá também uma extinção parcial dos **Cistercienses**, c. 1775 (*idem*, pp. 406-407; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges...*, *op. cit.*, pp. 181-182; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 186; José Marques, “O Mosteiro de Paderne em 1770”, *op. cit.*, pp. 337-338 e nota 136).

capa de inocuidade e subserviência dos Franciscanos, protegê-los-á mais eficazmente, mas à custa de humilhações relativas<sup>93</sup>.

Pelo seu lado, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho passam genericamente os reinados de D. Pedro II e D. João V em ataraxia e os dos seus cinco sucessores em modo reativo. Essa asserção tem, porém, cambiantes internos e fronteiras discutíveis.

Primeiramente, *ataraxia* é um termo que pode ser utilizado tanto no sentido de impassibilidade como de torpor, e que tem ambas as manifestações entre os Crúzios. Vimos no capítulo anterior como as iniciativas da Congregação se esbatem com a regência de D. Pedro e que se instala mesmo um mal-estar interno que leva à intervenção do núncio Marcello Durazzo em 1684-1685. Se esse sinal é marcante e terá novas iterações, a instituição prossegue imperturbavelmente o *modus operandi* anterior (inclusive, como analisaremos, em arquitetura), até à intervenção joanina decretada em 1723. Atualizam-se os tombos da instituição entre 1715 e 1724, como se fizera um século antes<sup>94</sup>, continua-se a investir na investigação (D. Caetano de Santo António, boticário de Santa Cruz, publica em 1704 a *Farmacopeia Lusitana*, a primeira entre nós<sup>95</sup>) e na música (a ímpar escola de música de Santa Cruz continua ativa e o órgão do mosteiro é renovado em 1694 e em 1719-1724<sup>96</sup>, enquanto que se cultiva uma atualização italianizante em São Vicente de Fora, após a chegada a Portugal de Domenico Scarlatti, em 1719<sup>97</sup>), assim como nas causas simbólicas dos Regrantes, como a defesa da canonização de D. Afonso Henriques (que conseguem inserir nos quesitos da famosa embaixada do marquês de Abrantes ao papa, em 1716<sup>98</sup>).

---

<sup>93</sup> Mafra é-lhes entregue por D. João V, mas é uma homenagem pouco honrosa: a dádiva mostra ignorância, se não desprezo, pelo seu modo de vida (impondo-lhes a opulência, a concentração multitudinária e a exposição à corte; o rei obriga-os mesmo ao cantochão, que eles não cultivavam, porque lhe agrada mais), assim como o edifício não revela grande esforço para evidenciar que lhes é dedicado, referindo-os parcamente na iconografia da fachada da basílica (exibe a invocação a Santo António, mas talvez por aquele ser o padroeiro de Lisboa; há um S. Francisco, mas também um São Domingos...) e omitindo-os em absoluto na galilé (que não inclui santos propriamente arrábidos, quando devoções e fundadores de inúmeras outras Ordens, algumas recentes, são referenciados) – José Fernandes Pereira, “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 61, e *Arquitectura e escultura de Mafra: retórica da perfeição*, Lisboa, Presença, 1994, p. 237; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, p. 228.

O convento mafrense é subsequentemente retirado aos Arrábidos, sob D. José (segundo escreve D. João VI, por serem os Cónegos Regrantes mais adequados à magnificência do edifício – António Filipe Pimentel, *idem*, p. 406) e dele são mantidos afastados por D. Maria I (ver nota 24 deste capítulo).

<sup>94</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 106-119; seguem-se aos levantamentos feitos entre 1614 a 1637, que vimos no capítulo anterior.

<sup>95</sup> D. Caetano de Santo António prosseguirá depois a investigação e as reedições da *Farmacopeia*, como boticário de São Vicente de Fora, de 1709 a 1730, mosteiro onde aliás o edifício da botica data da viragem de XVII/XVIII – Maria Paula Basso e João Neto, “O Hospital e a Botica”, in BASSO, Maria Paula, NETO, João (dir.), *A Botica de São Vicente de Fora*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 14-15. Em Teologia, continuam a ser publicadas obras de Leonardo de São José, em 1692 e 1693 (*José A. de Freitas Carvalho (dir.)*, *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700*, Porto, Faculdade de Letras do Porto e Instituto de Cultura Portuguesa, 1988, pp. 445 e 448) e os escritos místicos de D. Fernando da Cruz, com 9 obras publicadas, e algumas reeditadas, entre 1685 e 1698 (*idem*, pp. 425, 434, 437, 438, 440, 444, 447, 449, 451 e 459).

<sup>96</sup> António Maria Mendes Melo, “Os Crúzios, a sociedade e a música: notas cronológicas em torno de um órgão de 1701”, in MELO, António Maria Mendes (cord.), *O Mosteiro Cruzio de Moreira...*, *op. cit.*, p. 81; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 272; Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 55.

<sup>97</sup> António Maria Mendes Melo, “Os Crúzios, a sociedade e a música...”, *op. cit.*, p. 94, e “Na esteira de Santo Agostinho: eremitas e cónegos regrantes”, in MACHADO, Paulo Sá, MARQUES, José Augusto Maia (cord.), *Maia, história regional e local – actas do congresso*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol. II, pp. 155-156; Manuel Carlos de Brito, “A música portuguesa no século XVIII”, in COSTA, Jorge Alexandre (cord.), *Olhares sobre a história da música em Portugal*, Vila do Conde, Verso da História, 2015, p. 129.

<sup>98</sup> Idalino da Costa Brochado, “Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 8, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, p. 317.

Todavia, pela mão do reformador designado por Inocêncio XIII a pedido de D. João V<sup>99</sup>, Fr. Gaspar da Encarnação, a Ordem cai em apatia, não obstante algumas vozes dissonantes de protesto<sup>100</sup>. A inflexão é indissociável do movimento espiritual da Jacobeia, a que Fr. Gaspar ostensivamente submeteu Santa Cruz, embora ela se manifeste entre os Crúzios antes da sua chegada (podendo aliás ter-lhe dado origem) e comece a mudar de expressão antes do fim do seu consulado – será ainda jacobeu o perfil regrante até 1768, mas num registo muito diferente e já proactivo.

A Jacobeia é uma corrente rigorista, que propunha a renovação religiosa pela acentuação das práticas devocionais, sobretudo individuais, como a oração mental, a confissão exaustiva e outros exercícios espirituais; prescrevia nomeadamente a meditação mística, frequente e prolongada, sobre obras pias, mas estava menos aberta à especulação teológica. Paralelamente, manifestava uma insistência sobre o cumprimento obsessivo de comportamentos rituais e uma certa preocupação com a visibilidade da humildade, ambas estimuladas por um ambiente de vigilância e “correção fraternal”. Dessa forma, exprimia uma suspeição sobre a natureza humana, distinguindo severamente os indivíduos entre os “espirituais” e os “mundanos”, os salvos e os condenados, em oposição tendencialmente maniqueísta<sup>101</sup>. A disponibilidade total que exigia, a separação radical dos poucos eleitos face aos pecadores e ao Mundo, e o recurso à mentalidade de grupo para detetar e expurgar as constantes e ativas “vexações do demónio”<sup>102</sup>, deram à Jacobeia como habitat natural ou preferencial as comunidades cenobíticas, vistas como ambientes fechados; assim, embora não inteiramente destituído de proselitismo, o movimento pautou-se na prática, dadas as suas convicções nucleares, por um apostolado elitista, maioritariamente intraeclesial e sobretudo inter-monástico.

Embora existam versões diversas da sua história, coetaneamente registadas, a Jacobeia terá tido provavelmente origem em Coimbra, no nosso conhecido colégio de Nossa Senhora da Graça, dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, por volta de 1707, à volta de um grupo de religiosos que começaram juntar-se num grupo informal de reflexão, e que se reuniria nas escadas do coro alto, a que os monges apelidavam de “jacobeias”, em referência à passagem do *Genesis* (28; 10-19), em que o patriarca Jacob sonha com uma escada que une o céu e a terra, e em que os anjos sobem e descem. Dessa simples

---

<sup>99</sup> Pelo breve de reforma *Ex iniuncto nobis*, de 24 de Abril de 1723 (José Mattoso, “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra”, *op. cit.*, col. 145; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, pp. 271-272; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 437; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador...”, *op. cit.*, pp. 30-31; António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 109-113).

<sup>100</sup> Ainda existem duas cartas anónimas de protesto, datáveis de c. 1725-1726, escritas a Fr. Gaspar da Encarnação, e uma outra de 1741, dirigindo ao rei queixas sobre o reformador; não se lhe conhecendo a autoria, António Pereira da Silva inclina-se pelo cónego D. Joaquim de Santa Ana Bernardes – António Pereira da Silva, *idem*, pp. 155-164; Maria Rosário da Costa Bastos, “Um caminho de mudança: subsídios para o estudo da reforma dos crúzios em Portugal”, in TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (dir.), *Discursos: língua, cultura e sociedade*, III série, n.º 1, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, pp. 99-101.

<sup>101</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 123-139; Zília Osório de Castro, “Jacobeia”, *op. cit.*, p. 6.

<sup>102</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 109-113 e 139-142.

referência espacial, a designação será mais tarde re-significada acolhendo diretamente o simbolismo de progressão espiritual da escada bíblica, e associando-se-lhe também o relato da luta de Jacob com o Anjo (*Genesis*: 32; 22-32), como figuração da sua luta difícil pela Salvação<sup>103</sup>. O grupo dos Jacobeus do colégio da Graça foi rapidamente liderado por Fr. Francisco da Anunciação (1668-1720), que, apesar de alguma repressão interna inicial, acabou por conseguir converter a sua Ordem à nova corrente; no ambiente universitário conimbricense também criou discípulos noutros institutos de estudo, como o colégio crúzio da Sapiência, a partir de 1710, assim como fez aderir à sua causa um missionário enviado à cidade pelo Seminário Apostólico do Varatojo, atraindo à Jacobeia os Franciscanos Observantes<sup>104</sup>. Terá sido dos conversos da Sapiência que terão chegado a D. João V novos pedidos de reforma dos Regrantes<sup>105</sup>, e será ao convento do Varatojo que o rei irá buscar para a liderar o seu conhecido e ainda parente Fr. Gaspar da Encarnação, fazendo da congregação crúzia um centro da doutrina e prática jacobeias. Todavia, essa foi uma reformulação dificilmente consentânea com a identidade profunda da Ordem. Embora surgida num meio agustiniano, a Jacobeia não se debruçou expressamente sobre a doutrina do Hiponense (com a qual, ao bordejar o encratismo, é aliás dificilmente conciliável), e seguramente teria mais pontes com a espiritualidade eremítica ou mendicante (e logo com os Gracianos e os Menores observantes em que medrou) que com o modo canonical, e com as suas coordenadas perenes de tolerância com a fraqueza humana e de missão interventiva na sociedade, assim como de apreço pela dimensão racional da Fé<sup>106</sup>. Adicionalmente, a vivência desse conjunto de convicções protagonizada pelo missionário varatojano em Santa Cruz reveste-se de aspetos paradoxais, que mais diminuem a consistência do projeto de vida proposto – não só a sua implantação se fez com o que se pode classificar de desleixo, nunca dando origem a documentos geradores de um novo código (não se elaborando Constituições ou um Costumeiro nas quase três décadas de vigência da reforma<sup>107</sup>), como

---

<sup>103</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 50-64; Zília Osório de Castro, *idem*, p. 6.

<sup>104</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 61-79, 98, 108 e 117-120; Zília Osório de Castro, *idem*, p. 5.

<sup>105</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 108 e 113; Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 271.

<sup>106</sup> Como analisámos no capítulo IV.

<sup>107</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 109-113; Armando Alberto Martins, *idem*, p. 272.

a apologia da clausura<sup>108</sup>, da disciplina<sup>109</sup>, da pobreza<sup>110</sup> e da simplicidade intelectual<sup>111</sup>, conviveram com o florescimento *intra muros* da opulência e do lazer<sup>112</sup>, assim como com as ambições cortesãs e governativas do próprio Fr. Gaspar<sup>113</sup>.

Seja como for, sob o Absolutismo sacral d'*O Magnânimo*, a primeira encarnação da Jacobeia, como um movimento sentimentalmente místico, mas de sensibilidades aristocráticas, e pragmaticamente de afastamento do Mundo – e logo de menorização da ação cenobítica no temporal – convinha ao programa de submissão e instrumentalização eclesial do rei. A opinião pública virar-se-á gradualmente contra os Jacobeus por parecerem personificar, se não um orgulho farisaico, pelo menos uma condenação (incluindo a *condenação eterna*) do “laxismo” de todos os que não se regiam pelos seus elevados padrões de observância religiosa<sup>114</sup>, e esse desagrado encontrará expressão nas suspeitas de coação e quebra do sigilo da confissão por aqueles. Apoiando-se em rivalidades despertadas pela infiltração dos seus partidários nas altas hierarquias eclesiásticas, a antipatia e a suspeita darão origem à intrincada Questão Sigilista, que começa por se manifestar entre 1745 e 1749. Envolvendo o cardeal patriarca D. Tomás de Almeida, o inquisidor-mor cardeal D. Nuno da Cunha, uma série de bispos nacionais jacobeus e o papa Bento XIV, é uma disputa que é mais jurisdicional e de querelas entre indivíduos, que de matéria religiosa, ou sobre averiguar e castigar infrações concretas. Reveladoramente, D. João V não toma expressamente partido e abstém-se grandemente de intervir na questão<sup>115</sup>.

---

<sup>108</sup> Nas queixas anónimas que já referimos (ver nota 100, acima) os cônegos queixam-se “*de hum Reformador, e de hum Geral, ambos inimigos declarados da nossa Congregação*” que os afastam da missão tradicional de *cura animarum* da Ordem, de “*pregar e confessar, administrar sacramentos e ensinar os povos*”, “*com o pretexto de que sendo os ditos sermoens em parte donde não houvesse caza de religião e houvessem de dormir fora*”, quando “*a nossa obrigação he pregar e o principal objecto desta reforma he fechar-nos a porta*”, o que os transformava em “*Capuchos*”: (António Pereira da Silva, *idem*, p. 155; Maria Rosário da Costa Bastos, “Um caminho de mudança...”, *op. cit.*, p. 100).

<sup>109</sup> Entre as “*exorbitantes violências*” de que se lamenta o autor das cartas de 1725 e 1741, estará certamente o recurso a um sistema de vigilância e punição coletiva, ou “*correção fraternal*”, imposta por Fr. Gaspar (António Pereira da Silva, *idem*, pp. 157 e 160; Maria Rosário da Costa Bastos, *idem*, pp. 100-101).

<sup>110</sup> As queixas internas insurgem-se contra o ridículo de “*tunicas pelo cortelho (...) murças pela cintura [e] outros trages totalmente oppostos à gravidade*” de tal forma que “*El Rey Nosso Senhor hindo honrar nos com a sua presença a S. Vicente vio-nos e rio-se*”; protesta também contra a avareza das refeições relatando “*que nos poem tanto limite no sustento pois faz que pareça culpa na Congregação mais rica o que se licitamente se observa na comunidade mais pobre*” (António Pereira da Silva, *idem*, p. 156; Maria Rosário da Costa Bastos, *idem*, pp. 100-101).

<sup>111</sup> Os libelos anónimos denunciam que “*chegou a dizer o Padre Geral publicamente em hum capitulo que lhe pezava do tempo que tinha gasto em os estudos da predica, porque só era bem empregado que se consumia nos exercicios espirituais*”, e relatam que “*nas letras he o que se vê, as aulas não tem estudantes, as cadeiras não tem mestres, os pregadores desampararam os pulpitos*”. Atente-se também no empobrecimento tacanho da biblioteca de Santa Cruz de Coimbra, conduzido por Fr. Gaspar, *queimando* livros com “*letra que já ninguém sabia ler*”, e no encerramento da escola musical que tão fundamental e original fora na música portuguesa seiscentista (Armando Alberto Martins, *idem*, p. 272; António Pereira da Silva, *idem*, p. 157; Maria Rosário da Costa Bastos, *idem*, p. 100).

<sup>112</sup> A reforma gasparina, como analisaremos adiante, coincide com culto dos jardins lúdicos (incorporando locais para o jogo de pela e o bilhar, ambos distrações aristocráticas), com o hábito de concertos italianizantes, nos modelos trazidos por Scarlatti, e com a transferência e cenografia da biblioteca nova (depurada de obras esdrúxulas, como vimos), integrada em alojamentos palaciais para o reformador.

<sup>113</sup> Incluindo no governo da Ordem, onde suspende eleições, nomeando diretamente todos os cargos (Armando Alberto Martins, *idem*, p. 272).

<sup>114</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 160-164; Zília Osório de Castro, *idem*, p. 6.

<sup>115</sup> António Pereira da Silva, *idem*, pp. 196-361; Zília Osório de Castro, *idem*, pp. 6-7; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 43. Ainda assim, no final da querela, em 1749, o rei acaba por se inclinar por apoiar prerrogativa da Inquisição para perseguir infratores ao sigilo e não as dioceses (António Pereira da Silva, *idem*, pp. 354-361), o que é compreensível, sendo a Inquisição uma organização mais dependente do poder régio que o eclesial.

No que aos Crúzios diz respeito, essa crise em si poderá ser maioritariamente irrelevante, mas coincide (o que pode não ser despreciando) com os primeiros indícios de uma inflexão de curso. Antes do estalar da Questão Sigilista, com a apoplexia que deixou D. João V hemiplégico, em 1742, Fr. Gaspar passara à capital e vai conseguir converter-se em valido do rei em 1746<sup>116</sup>. Com isso poderá ter protegido a Ordem das repercussões da contenda, ao mesmo tempo que, absorvido nos negócios do reino, pode ter começado a deixar campo livre para que outros poderes se fossem manifestando em Santa Cruz.

Assim, em 1747, após décadas de marasmo cultural, surge o primeiro sinal de iniciativa regrante na área, com o acolhimento no colégio da Sapiência de uma Academia Litúrgica pontifícia, que é a primeira do mundo católico e um projeto caro ao papa Bento XIV<sup>117</sup>, e que virá a ter grande sucesso em Coimbra<sup>118</sup>. A fundação da Academia traz também o regresso da imprensa a Santa Cruz de Coimbra<sup>119</sup> e acompanha uma nova reanimação da empresa da canonização d'*O Fundador*, conduzida pelos Cónegos<sup>120</sup>. Estes sucessos surgem no cruzamento entre a diplomacia nacional, as intrigas político-eclesiais e a afirmação institucional crúzia<sup>121</sup>. No centro físico dessas dinâmicas e no ponto comum entre esses resultados está o padre jesuíta Manuel de Azevedo (1713-1796), que, após estudar Humanidades e Filosofia em Coimbra (de 1730 a 1736) e Teologia em Évora (em 1741), foi terminar os estudos a Roma (entre 1742 e 1746). Estalada a polémica do Sigilismo, torna-se por então uma espécie de representante no Vaticano da Jacobeia, sendo procurador romano de uma série de bispos jacobeus (e crúzios) e dos Regrantes (e adicionalmente postulador da canonização de D. Afonso Henriques)<sup>122</sup>; dando-se o caso de o líder jacobeu e reformador crúzio ter alcançado o valimento junto do rei, Azevedo será portanto o agente de

---

<sup>116</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, pp. 85 e 153; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 42-46.

<sup>117</sup> Carlos Cabecinhas, "A Ciência Litúrgica como disciplina universitária. Manuel de Azevedo S.J. (1713-1796) e as primeiras cátedras de ciência litúrgica", in *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*, n.º 40, 2010, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 120-126; Armando Alberto Martins, *idem*, p. 272; Saul António Gomes, "Cónegos Regrantes de Santo Agostinho", *op. cit.*, pp. 437-438; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 185-186. É a primeira cadeira universitária de ciência litúrgica que existiu – o mesmo Bento XIV criara uma academia autónoma dedicada a esse tema logo no ser eleito em 1740, mas a escola do colégio romano (a *Schola Sacrorum Rituum*, que já pertence formalmente ao ensino superior), e que será ministrada por Manuel de Azevedo, só é criada depois, em 1748 (embora na realidade inicie atividade logo no mesmo ano, e, portanto, antes da de Coimbra): Carlos Cabecinhas, *idem*, pp. 113-117 e 120-123.

<sup>118</sup> Chega pelo menos a ser invocada, por Teófilo Braga, como a razão do esvaziamento da faculdade de Teologia de Coimbra, nessa altura (Carlos Cabecinhas, *idem*, p. 125).

<sup>119</sup> Saul António Gomes, "Cónegos Regrantes de Santo Agostinho", *op. cit.*, p. 438. A imprensa regressada (a que existira em Santa Cruz tinha sido transferida para São Vicente de Fora sob D. Sebastião) publica produção crúzia, como a *Historia Ecclesiae Lusitanae*, de D. Tomás da Encarnação da Costa e Lima, 1759-1763 (Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 272).

<sup>120</sup> Novas diligências são feitas entre 1747 e 1752 (Idalino da Costa Brochado, "Tentativas de canonização...", *op. cit.*, pp. 317 e 325-326).

<sup>121</sup> Ao rei interessava tanto o favor do papa em geral (ser-lhe-á ainda concedido o *fidelíssimo* em 1748), como a sanção da monarquia lusa pela santidade do seu fundador, e mitigar o poder dos culturais dos Jesuítas, fomentando novos focos de ensino; aos jacobeus importava atrair o papa à sua defesa na querela à volta do Sigilismo e reforçar o poder político de Fr. Gaspar, o seu líder; os Crúzios, por sua vez, desejavam recuperar a ligação ao papado, enaltecer o panteão que abrigavam e fortalecer a sua posição na universidade.

<sup>122</sup> Sobre a biografia de Manuel de Azevedo, ler Carlos Cabecinhas, *op. cit.*, pp. 117-118; o encarregado da causa da canonização afonsina em Portugal é um irmão de Azevedo, o cónego crúzio D. João de Santa Maria de Jesus (um terceiro irmão integra também a congregação regrante, D. Joaquim da Encarnação, o que ajuda a explicar os seus laços privilegiados com a Ordem): cf. Carlos Cabecinhas, *idem*, p. 119, com Idalino da Costa Brochado, *idem*, pp. 315-316 e 327-328.

um leque alargado de interesses. A iniciativa de acolhimento da Academia dedicada a uma disciplina teológica que Bento XIV propugnava desde a sua eleição (1740) terá sido crúzia e montada à volta dos desejos deste papa amante da erudição: em 4 de Agosto de 1746 Fr. Gaspar escreve ao pontífice oferecendo os préstimos da Ordem para custear a publicação das suas obras completas, traduzidas para latim e editadas por Manuel de Azevedo, e a 24 do mesmo mês liga essa edição à criação de uma academia litúrgica conimbricense que teria tais textos como manual de estudo. De 1747 até 1751 Azevedo conseguirá tratar e fazer imprimir as *Opera Omnia* em 12 tomos<sup>123</sup>, e em 22 de Junho de 1747, pela bula *Gloria Domini*, Bento XIV funda a Academia sob seu patrocínio pessoal, sendo nela representado por Fr. Gaspar, e depois dele pelo prior-geral de Santa Cruz, D. Francisco da Anunciação (seu sobrinho); a bula entregava ainda os estatutos ao cuidado do bispo crúzio de Coimbra, D. Miguel da Anunciação<sup>124</sup>. O fulcro da Academia, nem que a sua negociação tenha passado necessariamente por Fr. Gaspar e que ele seja dela formalmente o patrono delegado, é decididamente conimbricense, entre o bispo da diocese, que a estrutura, e D. Francisco, que deve tê-la comandado de facto, até porque era então também reitor e reformador da Universidade (foi-o entre 1745 e 1757)<sup>125</sup>.

À volta de D. Francisco da Anunciação, portanto, e ainda antes do desaparecimento de Fr. Gaspar da Encarnação, assiste-se assim a um renascer de eixos de ação crúzios: proximidade à Santa Sé, influência episcopal, preponderância universitária, produção cultural<sup>126</sup>. Com a morte do rei e do reformador, D. Francisco consegue, apesar da oposição interna se ter feito ouvir em Roma, a renovação do breve de reforma e a sua designação para lhe dar continuidade, o que fará formalmente até 1760<sup>127</sup>. A degradação da percepção pública da Jacobeia pode ter sido também um motor para o perfil da atuação mais pragmática do reformador: além do que vimos acima, a Ordem receberá enfim novas constituições

---

<sup>123</sup> Carlos Cabecinhas, *idem*, p. 120. O tempo de produção ajuda a justificar também o compasso de espera para o início das aulas, que só acontece em 1758 (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 272).

<sup>124</sup> Os estatutos são enviados a Roma em 1747, e aprovados em 1748 (Carlos Cabecinhas, *idem*, pp. 119-120 e 122-125).

<sup>125</sup> Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*.

<sup>126</sup> Estes esforços são continuados, entretanto, com a nomeação de um bibliotecário erudito, D. Pedro da Encarnação, em 1748 (António Gomes da Rocha Madahil, *D. Pedro da Encarnação e a Livraria de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Coimbra editora, 1937, pp. 13-19; Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A Livraria do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, p. 81); mais tarde, haverá outros sinais de reanimação cultural na produção teológica já associada à Academia, com a importante obra de espírito agustiniano e anti-aristotélico de D. António da Anunciação, *M. P. Augustini Philosophia Eclectica Christiana*, de 1757-1758 (J. M. da Cruz Pontes, “Augustinismo em Portugal”, separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, pp. 31-32), e também na música, com renovação de órgãos de São Vicente, em 1765 (António Maria Mendes Melo, “Os Crúzios, a sociedade e a música...”, *op. cit.*, pp. 96-97), e, no mesmo ano, do de Landim (Sílvia Teles, *A igreja e o mosteiro de Santa Maria de Landim – trajectória dos tempos*, Porto, edição da autora, 2004, p. 34).

<sup>127</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 375-376; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 272; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 438. Note-se que, permanecendo em Santa Cruz depois de encerrada a reforma, terá ainda prolongado o seu ascendente na instituição até à intervenção de Pombal, em 1768.

reformadas em 1757<sup>128</sup>, e verá tanto o regresso a uma gestão realista<sup>129</sup> como investimentos na renovação física e institucional pelo menos dos mosteiros de Vilela, Viana e Folques<sup>130</sup>. É uma quebra da passividade, nem que a sintonia com o Absolutismo sacral permaneça, entre o resguardo da neutralidade política, as *Luzes Católicas* e o esplendor eclesial que a arquitetura confirma<sup>131</sup>.

Quer porque Fr. Gaspar tentara impedir a sua ascensão política<sup>132</sup>, quer na continuidade do seu programa ideológico geral de cercear todos os poderes fora do Estado e, por conseguinte, de retirar o ensino à esfera eclesial, a Jacobeia e os Cónegos Regrantes acabarão eventualmente por ser o alvo da perseguição de Sebastião José de Carvalho e Melo. A primeira, como defensora da autonomia eclesial, metamorfoseara-se em possível oposição ultramontana (inclusive pelo seu comportamento durante a Questão Sigilista, em que industriara a Cúria tentando obter o seu apoio), os segundos não só eram indissociáveis do movimento, como eram orgulhosos, autónomos e atuantes. Dava-se ainda o caso de, chegados à década de 1760<sup>133</sup>, o último protagonista sobrevivente da polémica – falecidos D. João V, Bento XIV, Fr. Gaspar, o patriarca, o inquisidor-mor e vários bispos jacobeus – ser o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, que era crúzio e fora prior-geral. Pombal vai extinguir a Academia Litúrgica em 25 de Agosto de 1767, alegadamente por a bula *Gloria Domini* não ter sido submetida a beneplácito régio<sup>134</sup>, e prender D. Miguel por ter publicado a 8 de Novembro de 1768 uma pastoral condenando a divulgação, com sanção da Real Mesa Censória, de teólogos regalistas (pastoral igualmente sem o *placet* da Coroa<sup>135</sup> além de ofender uma entidade régia). Com uma rudeza que é em si própria uma mensagem, chegaram a Coimbra a 8 de Dezembro desembargadores com escolta militar; cercaram o paço episcopal, o mosteiro de Santa Cruz e o colégio da Sapiência, onde entraram ao raiar da madrugada

---

<sup>128</sup> Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*.

<sup>129</sup> D. Francisco cria uma caixa comum, para que todos os cenóbios contribuíssem, e estabelece um *numerus clausus*, fixando o máximo de efetivos da Ordem em 380 cónegos e 75 conversos, e um mínimo de 15 religiosos por cada Casa (Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 166).

<sup>130</sup> Ver nota 18 deste capítulo.

<sup>131</sup> Visível até na indumentária: em manuscrito de 1762, de D. Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte, regista os requintados costumes da Ordem, enaltecendo os privilégios do traje crúzio (embora já em tom defensivo, de quem se sente sob ameaça, até porque os Jesuítas já tinham sido expulsos): José Marques, “Figurino crúzio...”, *op. cit.*, pp. 532-537.

<sup>132</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 52.

<sup>133</sup> Com a autoridade consolidada de Pombal, após o terramoto, dá-se então o início do seu programa político de estabelecimento de exclusividade de poder estatal, investindo sobre a nobreza e a Igreja (*idem*, pp. 74-76, 83 e 85-87). O atentado a D. José permitirá usar os Távoras como exemplo para a aristocracia (1758), e dará pretexto à expulsão da Companhia de Jesus (1759), servindo de aviso análogo para o clero; num acumular de ironias, os Jesuítas são acusados também de sigilistas, eles que tinham sido anti-jacobeus na primeira polémica do Sigilismo, e vão ser agora defendidos pelo jacobeu arcebispo de Évora, D. Fr. Miguel de *Távora* (António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 192, 383-384 e nota 304).

<sup>134</sup> Carlos Cabecinhas, *op. cit.*, p. 126. Embora aquela bula seja de 1747 e o beneplácito só tenha sido reintroduzido em 1760 (ver nota 80 deste capítulo); em 22 de Dezembro de 1767 também a justiça régia decide pesadamente contra os Crúzios, intimando-os a abandonar São Teotónio de Viana no prazo de 8 dias, confiscando mosteiro e a sua cerca, por uma acusação de ocupação abusiva de baldios (Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os crúzios de Viana do Castelo...”, *op. cit.*, pp. 472-473).

<sup>135</sup> Quando, até 1795, as pastorais estavam isentas de beneplácito (António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 390-395; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 203; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 204; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 186).



seguinte; prenderam o bispo e outros oficiais diocesanos, o ex-reformador crúzio e quatro cônegos<sup>136</sup>, devassando os edifícios, revistando e interrogando os seus ocupantes durante todo o dia. No dia seguinte chega ao vigário do mosteiro uma carta de D. José, que confirma a exoneração de D. Francisco, contesta a sua legitimidade como reformador, condena a sua atuação como tal e revoga todas as disposições por ele tomadas, devendo regressar-se às constituições de 1615, tal como revistas pelo nuncio Durazzo em 1685<sup>137</sup>. Seguidamente, a propósito da pastoral e doutros escritos de D. Miguel, recuperar-se-á oportunisticamente o fantasma do Sigilismo, ao abrigo do qual, desde então até Julho de 1769, se condenará a Jacobeia e todos os seus partidários, procedendo-se a purgas na universidade, e no clero secular e regular<sup>138</sup>. Em 1770, pelo breve apostólico *Sacrosanctum Apostolatus ministerium*, de 4 de Julho, Clemente XIV concede ao governo de D. José (com quem apenas em Janeiro conseguira reatar relações diplomáticas), a redução dos Regrantes pela supressão de 9 mosteiros (e 3 presidências a eles anexos), num texto que refere “abusos, desordens e excessos” crúzios e invoca expressamente a distância desses mosteiros à corte como um problema – embora também aos povoados e aos seus superiores regulares – ao ditar a necessidade do que é transparentemente um saneamento *punitivo*<sup>139</sup>. A aparente compensação oferecida, outorgando aos Agostinhos o convento de Mafra, foi também uma tentativa de mover a sede da Congregação para ali, onde – estando o cenóbio sob patrocínio real – D. José passaria conseqüentemente a designar o prior-geral<sup>140</sup>. Finalmente, em 5 de Janeiro de 1772, o edifício do mosteiro de São Vicente de Fora é requisitado para albergar a Patriarcal, desalojada sucessivamente

---

<sup>136</sup> Pelo menos o prior-geral, o mestre de noviços e o procurador da Ordem (Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 186).

<sup>137</sup> D. Francisco ficará em prisão domiciliária em São Vicente de Fora, até morrer, em 1771 (António Pereira da Silva, *idem*, pp. 399-405; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 203; Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 186; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 272).

<sup>138</sup> Pelo menos entre os Gracianos, Beneditinos e Oratorianos (António Pereira da Silva, *idem*, pp. 406-425; Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 186); como já vimos, os Cistercienses serão ainda parcialmente extintos em 1775 e Beneditinos quase sofreram a mesma sorte em 1777 (ver nota 92 deste capítulo).

<sup>139</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, pp. 235-239; Miguel Oliveira, *op. cit.*, p. 199; Margarida Sobral Neto, *idem*, pp. 186-187; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*; António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, pp. 113-114; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador...”, *op. cit.*, p. 30; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, p. 405.

Numa referência dissonante, José Augusto Ferreira diz que o breve de 1770 é o *Cunctis ubique sit notum (Villa do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 43).

<sup>140</sup> Embora não se tenha tornado efetivo o intento, Margarida Sobral Neto refere que durante o priorado-geral de D. Bernardo de Nossa Senhora da Porta, este residiu em Mafra e foi ali prior, quase cumprindo a planeada decapitação da Ordem; a autora não fornece, no entanto, pistas bibliográficas que permitissem explorar essa notícia e localizá-la com rigor no tempo (terra e conflito, pp. 187-188; cf. com Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, nota 3, p. 238, e Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 272); ainda assim, sei que em Outubro de 1772 D. Bernardo era de facto prior-geral da Congregação e prior de Mafra (Júlio Ivo, “O Real Colégio de Mafra”, *op. cit.*).

de vários locais<sup>141</sup>, e a comunidade tem de se transferir para Mafra<sup>142</sup>.

Um movimento de reação canonical a esta crise tem lugar muito rapidamente, misturando obediência irrepreensível aos ditames do Marquês – e mesmo colaboração no seu projeto nacional – com uma resistência discreta. Logo em 1769, o Secretário de Estado decreta a obrigatoriedade da inventariação das bibliotecas monásticas, o que D. Pedro da Encarnação fará diligentemente até ao ano seguinte, em Santa Cruz de Coimbra<sup>143</sup>. Em 1770, as supressões de Casas processar-se-ão com total apoio dos cônegos, e com enorme rigor processual<sup>144</sup>, o que abaliza os Crúzios a não se coibirem de contestar vendas irregulares e de reclamar direitos que não consideram extintos, como já vimos. Em 1772, apesar da nova penalização da cedência do mosteiro de São Vicente<sup>145</sup>, o desvelo do acolhimento crúzio de Pombal, quando vai a Coimbra proclamar os novos estatutos da Universidade (29 de Setembro de 1772)<sup>146</sup>, é mais que uma adulação timorata e atesta como os Regrantes foram surpreendentemente de adversários a aliados, por meio do campo cultural: pouco mais de um mês antes, a 18 de Agosto, fora criado por alvará régio o Real Colégio de Mafra (um complemento do Colégio dos Nobres, o que punha os Crúzios a assistir no programa iluminista de educar a aristocracia para o serviço público)<sup>147</sup>; além disso, na refundação universitária tinham conseguido a proeza de introduzir o currículo da sua extinta academia de liturgia numa nova cátedra, assegurando a sua transmissão também por mestres da

---

<sup>141</sup> A Patriarcal, expulsa primeiro do Terreiro do Paço pelo terramoto, fora realocada para um templo novo onde é hoje o Jardim do Príncipe Real, pronto em 1757, e da autoria de João Pedro Ludovice (filho de João Frederico); ocupava também o antigo noviciado jesuíta da Cotovia, antes de o edifício ser outorgado ao Colégio dos Nobres em 1766. A igreja patriarcal arde em 1769, usando-se então transitoriamente outros edifícios, como o convento de São Bento da Saúde: cf. Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, pp. 106-107; Baltazar Matos Caeiro, *Os conventos de Lisboa*, Sacavém, Distri editora, 1989, p. 137, e José da Felicidade Alves, *O mosteiro de São Vicente de Fora*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 32.

<sup>142</sup> Os cônegos crúzios dos mosteiros suprimidos tomam posse de Mafra em 3 de Maio de 1771, saindo então os Arrábidos (José Augusto Ferreira, em *Villa do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 43; Manuel J. Gandra, *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2003, p. 61; Armindo Ayres de Carvalho, *A antiga botica do convento de Mafra e o material actualmente existente*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1948, p. 21); pelo seu lado, os religiosos vicentinos já estariam em Mafra em 3 de Dezembro de 1772, pelo que serão sem fundamento as referências várias na literatura que dão a sua entrada como tendo sido em 1773 (como em Baltazar Matos Caeiro): cf. Ricardo Aniceto, “De cenóbio a Cúria Patriarcal. Dialéctica de um lugar durante os séculos XIX e XX”, in SALDANHA, Sandra Costa (coord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora - Arte e História*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, p. 55 e notas 2 e 8, p. 70; Baltazar Matos Caeiro, *Os conventos de Lisboa*, *op. cit.*, p. 137; José da Felicidade Alves, *O mosteiro de São Vicente de Fora*, *op. cit.*, p. 32.

<sup>143</sup> António Gomes da Rocha Madahil, *D. Pedro da Encarnação...*, *op. cit.*, p. 13; Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A livraria do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 81 (ver nota 126 deste capítulo, igualmente).

<sup>144</sup> A inventariação e venda dos mosteiros suprimidos foi acometida pelo breve pontifício ao cardeal João Cosme da Cunha, que professara como cônego crúzio em 1715, antes de assumir as cadeiras episcopais de Leiria e Évora, chegando a inquisidor-mor em 1770 (António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, p. 114), o que pode eventualmente ter facilitado a comunicação no processo executório. A exemplo do rigor dos procedimentos, leia-se sobre a inventariação e evacuação dos mosteiros de Paderne em José Marques (“O Mosteiro de Paderne em 1770”, *op. cit.*, p. 338), do de Refoios em António Matos Reis (“O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, *op. cit.*, p. 41), do de Moreira da Maia em Geraldo José Amadeu Coelho Dias (“O mosteiro de São Salvador...”, *op. cit.*, p. 30), ou do de Landim em António Martins e Emília Nóvoa (*idem*, pp. 115-119).

<sup>145</sup> A que eles de alguma maneira obviavam nunca extinguindo a pessoa jurídica do mosteiro, mesmo que acolhidos em Mafra (ver nota 21 deste capítulo).

<sup>146</sup> João Sebastião de Carvalho e Melo sai a 15 de Setembro de Lisboa, chega a Coimbra uma semana depois, e fica um mês alojado no paço episcopal (Nuno Gonçalves Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 249-251; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 188).

<sup>147</sup> Júlio Ivo, “O Real Colégio de Mafra”, *op. cit.*; Miguel Gonçalves e Susana da Fonseca Ribeiro, “Portugal, 1759-1772...”, *op. cit.*, p. 180.

Ordem, e mantendo igualmente a atribuição do cargo de Cancelário ao seu prior-geral<sup>148</sup>. Selando esta curva de 180°, em 1774 será obtida a autorização régia para se prover cargos vagos na Ordem desde 1768, normalizando definitivamente o funcionamento autónomo da Congregação<sup>149</sup>.

Nova adaptação se perfila com a ascensão de D. Maria I. À primeira vista dir-se-ia que é tão fácil quanto sumamente benigna para a Congregação, que já se encontrava em situação confortável, mas podia explorar a mudança para maiores ganhos. A *Viradeira* trará a reversão imediata da venda do mosteiro de Grijó (em 1777)<sup>150</sup> e mais tarde da de Refoios (em 1780), recuperando-se ao mesmo tempo São Teotónio de Viana (como hospício)<sup>151</sup>; em 1778 é restaurada a isenção episcopal de Santa Cruz<sup>152</sup> e em 1780 os Regrantes conseguirão novos Estatutos para o Real Colégio de Mafra, promulgados a 27 de Outubro, obtendo, entre outras alterações, um aumento de cargos subvencionados pelo Estado e a sua atribuição em exclusivo aos Cónegos<sup>153</sup>. Provavelmente encorajados por esta vaga de concessões, Santa Cruz tentará judicialmente no mesmo ano a recuperação do padroado da igreja do extinto mosteiro de Landim<sup>154</sup>.

No entanto, já em 1780 podem ter havido sinais inspiradores de cautelas: D. Maria I obteve então de Pio VI um breve para o reatamento da reforma apostólica cruzia de Fr. Gaspar da Encarnação, entregando-a ao bispo de Viseu, D. José António Barbosa Soares (b. 1778-1782)<sup>155</sup>, o que recolocava de alguma forma a Ordem sob jugo exterior. Os Regrantes reformularão as suas constituições em 1781, conseguindo a

---

<sup>148</sup> Isso terá querido dizer que podem ter colaborado em algum momento com a Junta da Providência Literária, que preparou a reforma, e que tal terá ocorrido muito pouco depois de serem objeto da ira do ministro, sendo aquela criada em 23 de Dezembro de 1770 (Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 249); dela fazia pelo menos parte um ex-aluno da Academia Litúrgica, D. Francisco de Lemos, Reitor da Universidade (Carlos Cabecinhas, *op. cit.*, pp. 126-128). O prior-geral de Santa Cruz era por inerência cancelário da Universidade, e como tal se manteve até pelo menos 1805 (Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 270).

<sup>149</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 188. Deprendendo-se, portanto, que esta autorização se concede cumpridos apenas três anos da chegada dos cónegos a Mafra (1771-1774). Esse triénio corresponderá presumivelmente apenas ao priorado-geral de D. Bernardo de Nossa Senhora da Porta – prazo tradicional do mandato – e que depois se regressou à eleição canónica e à sede no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (ver nota 140, acima).

<sup>150</sup> Ver nota 22 deste capítulo. Isto é, pouco tempo depois da morte de D. José (a 24 de Fevereiro de 1777), da demissão de Pombal (4 de Março) e da aclamação da nova rainha (13 de Maio), e antes da instituição de um processo ao Marquês (só iniciado em 1778, com primeiro interrogatório a 9 de Outubro de 1779): Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 260 e 277; Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 64, 74 e 83-84.

<sup>151</sup> Ver notas 22 e 23 deste capítulo. Na sequência do processo do ex-Secretário de Estado (ver nota anterior), o decreto (geral) de reversão das supressões pombalinas data de 11 de Abril de 1780; a provisão sobre Refoios é de 29 de Maio, o alvará de conclusão é em 3 de Junho (sendo ressarcido o comprador, o mestre de campo da milícia de Ponte da Barca Pedro Malheiro Pereira Marinho), e o auto de posse ocorre em 26 de Agosto – António Matos Reis, "O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima", *op. cit.*, p. 42; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, "O mosteiro de São Salvador...", *op. cit.*, p. 30. Sobre a recuperação de rendimentos na década de 1780 e até ao fim da centúria, leia-se Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 247-248, 253, e 415.

<sup>152</sup> Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 247.

<sup>153</sup> O regulamento original admitia a também a nomeação de mestres da Universidade (Júlio Ivo, "O Real Colégio de Mafra", *op. cit.*; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, pp. 237-238).

<sup>154</sup> Ver nota 28 deste capítulo.

<sup>155</sup> Armando Alberto Martins, "Regrantes de Santa Cruz, Cónegos", *op. cit.*, p. 276; Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 311.

sua aprovação pela Santa Sé em 1783, já após a morte do bispo de Viseu<sup>156</sup>. Em 1783 recuperam-se ainda a posse dos edifícios e das cercas de Muía e Crasto<sup>157</sup>, mas o final da década trará novos motivos para preocupação: sem nunca ter sido pedida a confirmação papal da devolução de Grijó e Refoios, em 1787 perderão os Crúzios o processo relativo a Landim, e a rainha retomará a investida sobre o clero cenobítico, procedendo a averiguações preliminares sobre a situação material dos institutos religiosos nesse ano e instituindo, a 21 de Novembro de 1789, a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares<sup>158</sup>. O organismo terá um reforço de poderes em 1791 e será decretada nesse ano a proibição de admissão de noviços<sup>159</sup>. À incapacidade mental da monarca, efetiva em Dezembro de 1791 e declarada medicamente em 22 de Fevereiro do ano seguinte<sup>160</sup>, sucede a regência do príncipe D. João, que continua o afastamento em relação aos Regrantes, com a reposição dos Franciscanos arrábidos no convento-palácio de Mafra (onde os cônegos se pareciam sentir bem e ser bem-vindos<sup>161</sup>), mesmo que isso traga, por compensação, a devolução do mosteiro de São Vicente de Fora<sup>162</sup>, a redistribuição dos rendimentos das Casas extintas que estavam consignados a Mafra e o remate do processo canónico de reativação de Grijó e Refoios<sup>163</sup>. A gestão congregacional será concordantemente

---

<sup>156</sup> Impressas em 1784, serão as últimas da Ordem (Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*). Creio que as estas constituições corresponderá o manuscrito Ms 517, sem data, titulado *Constitutiones Canonice Regularium Congregationis Sanctae Crucis Colimbiensis*, da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Conhecidos os textos homólogos precedentes (que vimos em capítulos anteriores), este documento deveria, por exclusão de partes, representar as revisões de 1757 ou 1781-1783, únicas sem fonte identificável. A estrutura do texto é em muito pontos similar às constituições de 1615-1685, com alguns capítulos movidos entre partes e com a autonomização dos preceitos relativos ao colégio da Sapiência numa *Pars Tertia* (fls. 141-172). Dada essa semelhança, será talvez mais provável que estas *Constitutiones* sejam as post-pombalinas, corrigindo, mas mantendo-se na linha das que tinham estado em uso desde 1768 (parecendo mais estranho que o reformador jacobeu tivesse seguido tão de perto as disposições anteriores, e mesmo que ao Marquês de Pombal parecesse tão importante revogá-las). O tipo de letra, ademais, remete para uma cronologia entre o século XVIII e início do seguinte, como me confirmou a prof. doutora Maria Cunha da Universidade do Porto, como especialista em paleografia e diplomática (em *e-mail* pessoal de 8 de Outubro de 2019), o que mais facilmente designará esta última redação.

<sup>157</sup> Muía fora vendido em 1774 (Crasto era-lhe anexo); em 1780 decidira-se que os proventos dessas presidências recuperadas reverteriam para Mafra, e entre 1792/1793 são entregues a Refoios, com a saída de Mafra da posse dos Crúzios.

<sup>158</sup> Madalena Costa Lima, “O património histórico-artístico das ordens religiosas no debate sobre a reforma dos regulares entre 1789 e 1830”, in SERRÃO, Vítor (dir.), *ARTIS ON*, n.º 3, Lisboa, ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Outubro de 2016. [em linha] disponível em <http://artison.letras.ulisboa.pt/> [consultado em 06-02-2018], pp. 9-10; Isabel Nobre Vargas e Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Os liberalismos”, *op. cit.*, p. 224; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 249.

<sup>159</sup> A proibição durará na regência de D. João, embora isso não parece ter sido acatado em Santa Cruz, usando exceções no diploma (José Mattoso, “Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra”, *op. cit.*, col. 145; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, p. 272; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 438; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges...*, *op. cit.*, p. 216).

<sup>160</sup> Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 211-215; Jorge Pedreira e Fernanda Dores Costa, *D. João VI, O Clemente*, “Reis de Portugal”/XXVII, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e Temas e Debates, 2009, p. 9.

<sup>161</sup> Visitantes, como o já referido Marc Marie, marquês de Bombelles e embaixador francês, Don Francisco Perez Bayer (mestre dos Infantes de Espanha e bibliotecário-mor da biblioteca real de Madrid) e William Beckford, aludem à vaidade dos Crúzios de estadear em Mafra – Manuel J. Gandra (org.), *Monumento de Mafra: visto por estrangeiros...*, *op. cit.*, pp. 24-27, 76-79 e 112-122; D. Maria I também resistiu a retirá-los, segundo o testemunho do mesmo marquês de Bombelles, em 1787 (*idem*, pp. 24-25). Já D. João VI aprecia a companhia dos frades arrábidos, vindo refugiar-se entre eles em momentos de abatimento (Jorge Pedreira e Fernanda Dores Costa, *D. João VI...*, *op. cit.*, p. 146).

<sup>162</sup> A devolução é concedida em Março de 1792 e os cônegos já estão em Lisboa pelo menos em Julho (Ricardo Aniceto, “De cenóbio a Cúria Patriarcal...”, *op. cit.*, nota 8 da p. 57, na p. 70). Nesse processo, os cônegos vicentinos de alguma forma “transferem” o seu colégio, criando as Reais Escolas de São Vicente de Fora, instituídas por carta régia de 24 de Setembro de 1792; as aulas abrem a 7 Março 1793 e duram pelo menos até 1826 – e a sua qualidade é reconhecida ainda em 1822 por Manuel Fernandes Tomás, que outorga acesso direto à universidade aos formados ali (Ricardo Aniceto, *idem*, pp. 56-57; José da Felicidade Alves, *O mosteiro de São Vicente de Fora*, *op. cit.*, pp. 32-33).

<sup>163</sup> Ver notas 150 e 151 deste capítulo.

prudente desde 1787, estabelecendo limites aos efetivos das canónicas<sup>164</sup>, e porfiando na recuperação de direitos fundiários, com recuperação efetiva de rendimentos até à viragem do século, mesmo se os focos de contestação popular, que já vinham do reinado de D. José, nunca mais serão extintos<sup>165</sup>.

Neste modo de resistência, alternadamente passiva e ativa, serão passadas as primeiras décadas de Oitocentos, e as últimas de existência dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho: primeiro aguentando o embate das invasões francesas, depois tenazmente lutando por reaver terreno perdido; aparentando docilidade à eclosão da revolução liberal, para *in ultima ratio* jogar tudo, unindo o seu destino à causa absolutista de D. Miguel.

Ainda antes da Guerra Peninsular, já a nova centúria trouxera a aplicação da Décima ao clero, aquando da Guerra das Laranjas (1801), assim como um inverter dos relativos sucessos judiciais anteriores<sup>166</sup>. A primeira invasão francesa, liderada pelo general Junot em 1807, verá extorsões diversas (nomeadamente em São Vicente de Fora<sup>167</sup> e possivelmente nas Casas de Coimbra e do Porto<sup>168</sup>) e a confiscação da prata das igrejas para o esforço de guerra<sup>169</sup>, assim como primeiras expressões liberais nacionais, chegando a ser sugerida a Napoleão a supressão do monaquismo em Portugal<sup>170</sup>. A chegada de Wellesley em 1808 não terminará de todo a exploração dos recursos cenobíticos (apenas mudam os agentes)<sup>171</sup>, e a Convenção anglo-francesa de Sintra (30 de Agosto de 1808) permitirá às forças imperiais que retirem com os espólios acumulados<sup>172</sup>. Na segunda invasão, a Norte, pelo marechal Soult, os mosteiros da Serra do Pilar e de Grijó estarão no centro de batalhas e mudarão de mãos entre o lado gaulês e britânico

---

<sup>164</sup> Procede-se a uma redução do *numerus clausus* para mosteiros da Ordem em capítulo geral de 1787: a Congregação deveria limitar-se em efetivos a 250 cónegos e 54 conversos; em Santa Cruz, respetivamente 80 e 23, em Maфра 106 e 20; na Sapiência 36 e 5, na Serra do Pilar 28 e 6 (Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 272; por comparação com o limite anterior, ver nota 129 deste capítulo).

<sup>165</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 248, 253 e 257-281.

<sup>166</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, *op. cit.*, p. 21; Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 253; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 276. O que não quer dizer de forma alguma que se instale na Congregação uma situação desesperada – nomeadamente, existe confiança suficiente para a grande renovação de Refoios, iniciada em 1802, e com renovado fôlego após 1810, como veremos.

<sup>167</sup> São Vicente acolhe tropas francesas de Dezembro de 1807 a Outubro de 1808, faz contribuições de guerra no início de 1808, e vê-se constringido a agradecer o general Thiebaut e os seus oficiais com um jantar celebratório (e pressionado à oferta de um painel da Festa de Baltazar, abertamente cobiçado pelo militar) em Abril desse ano (Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, pp. 7-10).

<sup>168</sup> O general Caraffa, sob ordens de Junot, ocupa Coimbra em 12 de Dezembro de 1807 (Mário Mendes Brandão, “Prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa”, *in Estudos Vários*, vol. II, Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, 1974, p. 2); o general Francisco Taranco invade a partir da Galiza e vem até Porto (Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *idem*, p. 24).

<sup>169</sup> Arrolamento já fora feito em 1776, pelo Marquês, e recuperado em 1801, por D. João VI (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges...*, *op. cit.*, p. 185; Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *idem*, p. 28).

<sup>170</sup> Há pedidos liberais anti-monásticos em 1808 (Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *idem*, pp. 30-32).

<sup>171</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 335-336; Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, pp. 10-12.

<sup>172</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *idem*, p. 38.

entre Março e Maio de 1809<sup>173</sup>, e a produção agrícola do Entre-Douro-e-Minho (sustentáculo central de canónicas mais distantes) será afetada<sup>174</sup>. Na derradeira invasão, comandada pelo Marechal Masséna, é – no que aos Crúzios diz respeito – Coimbra a receber o impacto das operações; a cidade é evacuada a 30 de Setembro de 1810, e, embora Masséna se esforce por proteger os edifícios das instituições da cidade, quando faz a sua entrada no dia seguinte, há alguns episódios de saque quando o contingente de Junot se lhe reúne, nessa noite, assim como ocorrem as costumeiras “requisições” de bens móveis, até se retirarem, a 6 de Outubro<sup>175</sup>.

Se é de supor que os prejuízos foram múltiplos e relevantes, é de salientar que, logo a partir de 1811, a Ordem se mobiliza mais uma vez, em pleitos judiciais e na reposição de elos de gestão, com sucesso e recuperação de proventos, e que a saúde financeira das canónicas se parece manter até ao final da década<sup>176</sup>. Porém, neste contínuo virar de marés, a eclosão da revolta liberal do Porto, a 24 de Agosto de 1820, volta a pôr os Regrantes na defensiva: o prior-geral, em conjunto com as outras autoridades locais de Coimbra, jurará obediência à Junta Provisional do Governo portuense, em 31 de Agosto, e São Vicente de Fora organizará celebrações da chegada da Junta a Lisboa, acolhendo o regimento 24 de infantaria do Exército do Norte, a 1 de Outubro (e outros destacamentos em anos seguintes)<sup>177</sup>. O processo constitucional (1821-1823) não lhe é, no entanto, favorável – há queixas dos foreiros sobre a Congregação às cortes<sup>178</sup>, que emitem a Lei dos Forais (3 de Junho de 1822) reduzindo as rendas senhoriais<sup>179</sup>, e a 24 de Outubro aprovam uma reforma monástica que implicaria a redução da Congregação de 7 para 4 canónicas<sup>180</sup>. A Abridada e a Vilafrancada, em 1823 e 1824, sustiveram a

---

<sup>173</sup> O bispo do Porto, D. António de São José de Castro, ativo na resistência armada aos franceses em 1808 (*idem*, p. 36), refugia-se no mosteiro da Serra do Pilar a 29 de Março de 1809, e foge no dia seguinte, concretizando-se a entrada dos franceses na cidade, indo embarcar em Aveiro; é de pressupor que cónegos podem tê-lo acompanhado, ou passado dissabores por o albergar. A 30 de Março de 1809, os generais Franceschi, Mermet e Thomières passam o Douro e estabelecem um quartel-general em Grijó; a 10 de Maio começam recontros com tropas de Wellesley e a 11 há um grande confronto perto de Grijó; os generais franceses ainda almoçam no mosteiro, mas as tropas inglesas já o ocupam ao jantar – Miguel de Oliveira, “A campanha de entre Douro e Vouga na segunda invasão francesa”, in MADAHIL, António Gomes da Rocha (dir.), *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XI, n.º 43, Aveiro, 1945, pp. 162-164. São Salvador de Grijó será hospital durante essas batalhas (Margarida Lencastre, “O Mosteiro de São Salvador de Grijó”, in *Património – Estudos*, n.º 1, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPAR, 2001, p. 159). Santo Agostinho da Serra do Pilar pode ter sido depois sujeito a depredações aquando da chegada de tropas inglesas a Gaia, que ocupam o mosteiro no dia 12, de manhã, e o usam como plataforma de tiro sobre a cidade, antes de reconquista do Porto, à tarde – Miguel de Oliveira, *idem*, p. 165; Francisco Sousa Lobo, “A fortaleza do convento”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, Setembro, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, p. 56.

<sup>174</sup> Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, p. 10.

<sup>175</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *idem*, p. 40; Mário Mendes Brandão, “Prejuízos causados à Universidade...”, *op. cit.*, pp. 7-15.

<sup>176</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 373-374. Apesar de São Vicente continuar a endividar-se, por albergar regimentos e como consequência de empréstimos contraídos durante as invasões (Luiz de Pina Manique, *idem*, pp. 14-15).

<sup>177</sup> Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 378; Luiz de Pina Manique, *idem*, pp. 15-20.

<sup>178</sup> Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 378.

<sup>179</sup> Mário Reis Marques, “As estruturas jurídicas”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. V, p. 168; Margarida Sobral Neto, *idem*, p. 392.

<sup>180</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, pp. 131-132; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, *op. cit.*, p. 245; Madalena Costa Lima, “O património histórico-artístico das ordens religiosas...”, *op. cit.*, p. 12; Aida Maria Reis da Mata e Paulo João da Cunha Oliveira, “O processo de extinção do mosteiro de São Martinho de Tibães”, in *Património – Estudos*, n.º 7, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPAR, 2004, p. 103.

aplicação dessas disposições e de novo veremos Santa Cruz a quebrar a resistência dos rendeiros e a recuperar as suas fontes de sustento nos anos subsequentes<sup>181</sup>.

Enfim, com o pronunciamento absolutista de D. Miguel, os Crúzios passam uma última vez à ofensiva: o prior-geral dos Regrantes e o abade-geral de Cister são os únicos superiores regulares (que não os mestres de Avis e Palmela, organicamente ligados à Coroa) a participarem das Cortes de Junho/Julho de 1828<sup>182</sup>; será crúzio o pregador régio da capela do palácio da Bemposta, D. Francisco do Santíssimo Coração de Maria, que porá a sermonária ao serviço do rei, pintando-o como providencial<sup>183</sup>; Santa Cruz de Coimbra – em conjunto com Braga e em réplica de Alcobaça – será ponto central dum itinerário ritualizado de promoção de D. Miguel como herdeiro do “Portugal eterno”, invocando a proteção dos restos mortais d’O Fundador e o talismã da sua espada, enquanto o rei parte a combater os liberais desembarcados já a 8 de Julho de 1832, no Mindelo<sup>184</sup>; de 7 a 26 de Maio de 1833 o último prior-geral crúzio, D. João da Assunção, terá mesmo liderado um corpo de voluntários miguelistas, e de 7 para 8 de Maio de 1834 juntar-se-á, com outros 4 cônegos, às tropas absolutistas que retiram definitivamente de Coimbra, à aproximação dos liberais<sup>185</sup>.

Contudo, o percurso vitorioso de D. Pedro na guerra civil vai passo a passo construir a extinção sem recurso da instituição: o ministério de Mouzinho da Silveira nas pastas da Justiça e Fazenda já na ilha Terceira demonstrara as intenções adversas dos liberais quanto ao cenobitismo, suprimindo mosteiros e direitos senhoriais em 1829<sup>186</sup>; pouco depois do desembarque no continente, faz passar uma nova e definitiva Lei dos Forais a 13 de Agosto de 1832<sup>187</sup>; a 29 de Julho do ano seguinte, os seus sucessores (José da Silva Carvalho e Joaquim António de Aguiar) abolem todos os privilégios eclesiásticos, sujeitando o clero à justiça comum<sup>188</sup>; a 31 de Julho é formada a Comissão de Reforma Eclesiástica, que decide a 5 de Agosto por nova proibição de aceitação de noviços e a extinção automática de todos os mosteiros

---

<sup>181</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 133; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal, op. cit.*, p. 245; Mário Reis Marques, “As estruturas jurídicas”, *op. cit.*, p. 168; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, pp. 399 e 402.

<sup>182</sup> Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel, op. cit.*, pp. 303.

<sup>183</sup> *Idem*, pp. 16 e 164-167.

<sup>184</sup> D. Miguel faz duas excursões que incluem um pendor claro de propaganda: uma viagem à Batalha (com abertura do túmulo de D. João II, e exibição da sua espada, assim como do elmo de D. João I), a Aljubarrota, a Alcobaça (onde vê a espada de Afonso IV no Salado) e a Mafra, de 5 a 14 de Agosto de 1830; e uma viagem ao Norte, iniciada em 16 de Outubro de 1832, parando em Coimbra de 20 a 29 de Outubro, chegando a Braga a 29. O cônego pregador acompanha o rei, pontuando a viagem com alocações (Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *idem*, pp. 157-160 e 162-167; António Gomes da Rocha Madahil, “Inventário do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra à data da sua extinção”, *in* separata de *O Instituto*, n.º 101/143, ano IV, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1943, pp. 7-11).

<sup>185</sup> António Gomes da Rocha Madahil, *idem*, pp. 12-14.

<sup>186</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 133; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal, op. cit.*, p. 245.

<sup>187</sup> Mário Reis Marques, “As estruturas jurídicas”, *op. cit.*, p. 168; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 408.

<sup>188</sup> Vitor Neto, “O Estado e a Igreja”, *in* MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, op. cit.*, vol. V, p. 267.

abandonados pelos seus religiosos ou em que aqueles tivessem colaborado com o usurpador<sup>189</sup>; a 9 de Agosto decreta que todos os cenóbios cessam de obedecer a supraestruturas regulares e ficam apenas dependentes dos bispos locais<sup>190</sup>; a 30 de maio, por fim, 4 dias depois da Convenção de Évora Monte, que põe fim à guerra, todos os institutos regulares masculinos são liminarmente suprimidos por diploma de Joaquim António de Aguiar, ficando os femininos em compasso de espera, até à morte natural das suas ocupantes<sup>191</sup>.

A Congregação de Santa Cruz de Coimbra cessa pois legalmente de existir como instituição a 9 de Agosto de 1833. Antes disso, a 5 de Agosto, já estaria formalmente extinto o mosteiro de Santo Agostinho da Serra do Pilar, abandonado pelos cónegos na noite de 8 para 9 de Julho de 1832 e entretanto ocupado pelos liberais<sup>192</sup>; Grijó, evacuado em 1833, terá tido o mesmo destino<sup>193</sup>, e da mesma maneira estará suprimido, por deserto e traidor, o de Santa Cruz de Coimbra, a 8 de Maio de 1834<sup>194</sup>. A 21 de Janeiro de 1834, com Lisboa já ocupada pelo Duque da Terceira (desde 24 de Julho de 1833), o mosteiro de São Vicente de Fora – apesar de derradeiros golpes de rins para tentar agraciá-lo na nova situação<sup>195</sup> – é expropriado em favor da Patriarcal, sendo a comunidade transferida para Mafra<sup>196</sup>. Em Maio de 1834, afinal, só Mafra e o colégio da Sapiência estariam provavelmente ocupados por uma comunidade

---

<sup>189</sup> São 4 decretos do mesmo dia: o 1.º declara extintos os cenóbios abandonados; o 2.º declara extintos os considerados colaboradores/traidores; o 3.º extingue os padroados eclesiásticos, e o 4.º proíbe universalmente a aceitação de noviços (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 134; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, *op. cit.*, p. 232; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges...*, *op. cit.*, p. 219 e 225).

<sup>190</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, pp. 134-135; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, *op. cit.*, p. 232; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges...*, *op. cit.*, p. 225.

<sup>191</sup> Redigido e assinado pelo “Mata-Frades” logo a 28 de Maio, e assinado por D. Pedro a 30 de Maio de 1834, apesar da oposição do Conselho de Estado, que preferia a reforma e não a extinção das Ordens. Será aplicado em força a partir do início de Junho – Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 146; Miguel de Oliveira, *idem*, pp. 233 e 245-246; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *idem*, p. 188; António Martins da Silva, “A desamortização”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. V, p. 341.

<sup>192</sup> Sendo seguidamente peça fundamental das operações militares do cerco (Francisco Sousa Lobo, “A fortaleza do convento”, *op. cit.*, pp. 56-57).

<sup>193</sup> Silvestre Lacerda (ed.), *Fundos monásticos. Inventários*. Porto, Arquivo Distrital do Porto, 1993, p. 79. Grijó, para mais localizado na estrada real, deve ter sido abandonado com o avanço do exército liberal para Sul; estivera ocupado pelo general Santa Marta, comandante miguelista, enquanto o cerco do Porto dura, até Agosto de 1833 (Francisco Sousa Lobo, *idem*, pp. 56-57).

<sup>194</sup> Como acha António Gomes da Rocha Madahil (“Inventário do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, pp. 19 e 25). É de mencionar que, segundo o testemunho de Alexandre Herculano (“Os egressos – petição humilíssima a favor de uma classe desgraçada”, in *Opúsculos*, Lisboa, Viúva Bertrand & Cia., 1873-1908, tomo I, pp. 149-152 – texto a que Madahil também se refere), o mosteiro não estaria, em rigor, integralmente deserto, tendo pelo menos permanecido ali os cónegos idosos e inválidos.

<sup>195</sup> Os cónegos de São Vicente de Fora recebem D. Pedro a 29 de Julho de 1833, que vai ao mosteiro visitar o túmulo do pai, que considera agora “vingado” (Eugénio dos Santos, *D. Pedro IV - liberdade, paixões e honra*, “Reis de Portugal”/XXVIII, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 231), mas a visita não terá dado azo a empatia mútua; os religiosos ainda se decidem a reabrir a botica monástica em inícios de 1834, na esperança de captar a simpatia popular (Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, p. 31).

<sup>196</sup> O auto de expropriação consigna a orientação espiritual dos cónegos vicentinos ao Patriarca (uma vez que já não existe legalmente a Congregação de Santa Cruz de Coimbra) e retira-lhes guarda do panteão régio; os cónegos já saberiam da transferência forçada em finais de 1833 e terão saído de Lisboa em Fevereiro de 1834 (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. III, p. 135; Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, p. 31; Ricardo Aniceto, “De cenóbio a Cúria Patriarcal...”, *op. cit.*, p. 60). O convento arrábido mafrense já tinha sido entretanto extinto, uma vez que o edifício fora encontrado abandonado pelos frades franciscanos em 25 de Agosto de 1833, e ainda nesse ano se faz o inventário das existências, na presença de 46 frades arrábidos, provavelmente já no intuito da entrega do cenóbio aos cónegos: Álvaro Ferrand de Almeida Fernandes, “A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra”, separata de ALMEIDA, Manuel Lopes de Almeida (dir.), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano II, Coimbra, Atlântida, 1956, p. 9; Armindo Ayres de Carvalho, *A antiga botica do convento de Mafra...*, *op. cit.*, pp. 10 e 13-18.



regrante legítima, e sujeitos à extinção geral decretada<sup>197</sup>.

**9.2.3 Os agentes:** No período institucional anterior (1556-1685), tínhamos verificado que, não obstante se detetassem alguns catalisadores individuais, as iniciativas edificatórias dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho resultavam de um processo interno e coletivo, gerido sobretudo pelos mecanismos colegiais da Congregação e preferindo mesmo criadores locais, independentes da Coroa. É esse ainda o *modus operandi* entre 1685 e 1723, e a ele se retorna rapidamente após 1768. Só a intervenção de D. João V vai quebrar esse padrão, introduzindo uma liderança externa e individualizada, na pessoa de Fr. Gaspar da Encarnação, e que subordina também a Ordem à fação jacobea. Essa dupla sujeição prolongar-se-á para além da morte d'*O Magnânimo* e do reformador original, pelo seu sucessor, D. Francisco da Anunciação, mas também pela proximidade do bispo crúzio e jacobeu de Coimbra, D. Miguel da Anunciação; acresça-se ainda que o metropolitano do bispado – e pastor das dioceses onde se implantavam a quase totalidade das canónicas regrantes – o arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança (b. 1758-1789), tem também relações muito próximas com os Regrantes. Assim, além dos laços institucionais, será útil elencar o perfil e contactos destes atores, para destrinçar a sua pegada no discurso arquitetónico crúzio.

Já, pelo contrário, não creio que seja preciso considerar nessa perspetiva os soberanos deste intervalo. D. Pedro II permanece distante; D. João V é o motor de uma reforma canonical, mas não se envolve na sua prossecução; D. José preside a um saneamento pombalino inicialmente radical, mas o rei e Secretário de Estado folgam rapidamente as rédeas impostas à instituição; D. Maria I e especialmente D. João VI têm pouco mais do que uma relação formal, pouco diferenciada, com Santa Cruz (promovendo a rainha uma reforma breve e também ela pouco mais do que burocrática), e D. Miguel, sendo o único que parece desejar uma proximidade especial com os Crúzios – e o único que visitou a sede da Congregação – não terá longevidade no trono, nem estabilidade enquanto o ocupa, para influir em iniciativas construtivas

---

<sup>197</sup> Acredito que Refoios estaria provavelmente deserto, e logo extinto, talvez desde as operações militares de Saldanha no Minho, em 1833 (António Martins da Silva, “A vitória definitiva do Liberalismo e a instabilidade constitucional: Cartismo, Setembrismo, Cabralismo”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, op. cit.*, vol. V, p. 92), e os outros mosteiros do Noroeste, presididos por São Vicente, tinham sido por sua vez declarados suprimidos e confiscados, por abandono, entre 4 de Fevereiro e 20 de Maio de 1834 (Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, p. 31). Estranhamente, em Santo Estêvão de Vilela, segundo Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, haveria à data da extinção ainda uma comunidade de 6 cónegos, incluindo um prior (*Portugal antigo e moderno: dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, archeológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1890, vol. XI, p. 1423); ou as obras registadas ali em 1783 são sinal de que o mosteiro voltou a ser um priorado (o que ainda assim não bate certo com a listagem de priorados de 1787, que não inclui Vilela – ver nota 26 deste capítulo), ou talvez que aqueles 6 religiosos sejam parte da comunidade da Serra do Pilar, refugiados no mosteiro a que presidiam, desde a fuga de Julho de 1832.

O colégio da Sapiência só foi abandonado no mês seguinte ao decreto de extinção (Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho – Espaços Monástico-Ecolares”, separata de SANTOS, Maria José Azevedo (cord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, p. 159) e Mafra, após um inventário de supressão, é definitivamente entregue em Setembro (Manuel J. Gandra, *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, op. cit.*, pp. 79-80).

dos cônegos, e que aliás de todo não existem durante o seu reinado. Mais ainda, no que diz respeito aos dois mosteiros individualmente sob patrocínio régio direto – São Vicente de Fora e Mafra – o primeiro está virtualmente pronto na década de 1680 e não recebe da Coroa senão acrescentos pouco mais que decorativos, e o segundo é obra alheia, tardiamente ocupado pelos cônegos, e de que estes se apropriam com algumas intervenções que, como veremos mais tarde, não alinham com o gosto pombalino, pelo que devem testemunhar independência e não subordinação ao poder do Estado. É óbvio que o gosto joanino e o projeto mafrense, e mais tarde até o figurino do Pombalismo, influenciarão escolhas crúzias – é da natureza do seu espírito absolutista e produto do seu tom grandiloquente – mas fá-lo-ão ao redefinir o modo linguístico geral da época e oferecendo aos Regrantes protótipos textuais, e não por via de uma ação direta, pessoalizada.

Percorramos os agentes individualizáveis, portanto.

*Fr. Gaspar da Encarnação*<sup>198</sup> – nascido em Lisboa a 17 de Maio de 1685 no seio da primeira nobreza de corte como D. Gaspar Moscoso da Silva, era filho do 4.º conde de Santa Cruz e parente de D. João V; o seu irmão viria ainda a juntar à família o marquesado de Gouveia. Estudou em Coimbra como porcionista do colégio de São Pedro, doutorando-se em Cânones, após o que foi rapidamente Deão da Sé de Lisboa (com dispensa de idade mínima), deputado do Santo Ofício, sumilher da Cortina e membro do Conselho de el-Rei; em 1710 é nomeado reitor e reformador da Universidade de Coimbra – necessitando nova dispensa pela sua juventude – e reconduzido no cargo em 1713. Neste contínuo acumular de benesses, teria sido posteriormente considerado para patriarca de Lisboa e para a dignidade cardinalícia, mas em 1716, supostamente captado pelas missões apostólicas de missionários varatojanos em Coimbra, vestirá o hábito franciscano, a 21 de Junho, na presença do rei e dos grandes da corte, tomando então a invocação da Encarnação; no convento do Varatojo repete-se a sua lépida ascensão, e foi sucessivamente mestre de noviços (1717), vigário (1720) e finalmente guardião, o cargo máximo, em 1723. É após a sua entrada em religião que D. João V o encarrega de velar pelos seus filhos bastardos varões<sup>199</sup>, e é

---

<sup>198</sup> Sobre Fr. Gaspar, ler: António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 97-102, 109-113, 120-121 e 375-376; Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, pp. 236-237; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 43-46; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cônegos”, *op. cit.*, pp. 271-272; Saul António Gomes, “Cônegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 438; Zília Osório de Castro, “Jacobeia”, *op. cit.*, p. 5; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 36 e 150; Isabel Meyer Godinho Mendonça, “As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga (um desenho inédito de Carlos Amarante)”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *op. cit.*, 1.ª série, vol. III, 2004, p. 256.

<sup>199</sup> Só um deles tinha nascido antes, em 1714 – D. António, filho da dama supostamente de origem francesa, D. Luísa Inês Antónia Machado Monteiro, recolhida mas aparentemente não professa no mosteiro de Odivelas. O filho que tivera em 1716 era o primeiro de amor estritamente “freirático” e poria talvez mais problemas de escândalo, o que pode ter apressado a necessidade de resolução. A inflexão de vida de D. Gaspar, de uma carreira de altos cargos eclesiásticos para a tomada de votos cenobíticos – com que a sua posterior conduta em nada parece concordar – será talvez explicável pelo encargo de tutorar os reais bastardos, assim como na decisão da reforma crúzia pode ter influído a possibilidade de colocação dos filhos numa instituição com longos precedentes de educação de filhos ilegítimos (o que lhe dá até um paralelo com a reforma de 1527).

como superior geral do convento que é designado por ele para reformador de Santa Cruz de Coimbra, ao que a Santa Sé anui por breve apostólico de 24 de Abril de 1723, sendo os seus poderes ampliados por nova letra pontificia, de Bento XIII, de 11 de Agosto de 1725, permitindo-lhe a nomeação direta do prior-geral e demais oficiais da Congregação. Fr. Gaspar leva do seminário franciscano dois secretários e começa por se instalar na capital, em São Vicente de Fora; em 1727 muda-se para Coimbra com os seus assistentes<sup>200</sup> e reais protegidos, e lá acolhe na Ordem uma série de noviços de sua escolha<sup>201</sup>, depois procedendo também à visitação pessoal das Casas da Sapiência, São Jorge, Pilar e Moreira<sup>202</sup>. Com a doença que afetou o rei, em Maio de 1742, e o levou a procurar alívio nas Caldas, Fr. Gaspar vai ao seu encontro, acompanhado dos dois mancebos reais mais velhos, e insta o monarca a reconhecer os filhos, o que ele faz por escrito, após consulta do seu diretor de consciência e apesar da resistência da rainha, na condição de só se tornar público o documento após a sua morte. Fr. Gaspar passará à capital com os três infantes, retomando residência no mosteiro de São Vicente em 16 de Dezembro de 1742, e alimentará a sua proximidade ao rei, assumindo gradualmente poder político, e tornando-se *de facto* valido d’*O Magnânimo* a partir do falecimento do cardeal da Mota, em 1747, *et pour cause* simultaneamente chefe consumado da facção jacobea, em período da primeira questão sigilista – fazendo do mosteiro crúzio de Lisboa uma espécie de centro nevrálgico eclesiástico e estatal<sup>203</sup>. Com o falecimento de D. João V, a 31 de Julho de 1750, o ascendente governativo de Fr. Gaspar desaparece rapidamente, se bem que permanecendo à frente dos Regrantes; morre em 25 de Novembro de 1752 e é enterrado na capela de Nossa Senhora da Encarnação do claustro de São Vicente de Fora, onde já repousava o coração de D. João V, e onde serão mais tarde inumados dois dos seus educandos, entretanto apelidados de Meninos da Palhavã, designação que se associa hoje ao espaço.

*D. Francisco da Anunciação*<sup>204</sup> – filho da irmã de Fr. Gaspar, Maria Leonor de Lencastre e Moscoso, e de Aires de Saldanha de Albuquerque (que foi governador da capitania do Rio de Janeiro), D. Francisco Xavier de Saldanha estudou teologia em Évora, onde era porcionista do prestigiado Real Colégio da Purificação em 1721. D. Francisco fez parte dos noviços aristocráticos acolhidos pelo reformador crúzio

---

<sup>200</sup> Fr. Gaspar mantém assistentes varatojanos e esses assistentes hão de ter mantido poder – um deles, Fr. Veríssimo da Anunciação, ainda será pensado para o suceder, permanecendo nesse caso D. Francisco como prior-geral (António Pereira da Silva, *idem*, p. 376).

<sup>201</sup> Entre eles D. Miguel e D. Francisco, de que falaremos a seguir.

<sup>202</sup> Isto é, são todas canónicas em órbita urbana aquelas que visita, entre Lisboa, Coimbra e Porto.

<sup>203</sup> São Vicente de Fora é então na prática a sede da secretaria de Estado e convergem ali também os superiores graciosos, beneditinos, cistercienses, carmelitas e dos Eremitas de São Paulo, além do prior de Tomar; Fr. Gaspar também teria influência na nomeação de bispos, cujo direito de apresentação pertencia à Coroa.

<sup>204</sup> Sobre D. Francisco, ler: António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 101, 375-376 e 404-405; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 272; Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, *op. cit.*, p. 438; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 186; António Caetano de Sousa, *História genealógica da casa real portuguesa*, Lisboa, Officina Sylviana, 1739-1748, t. XII, parte II, p. LXVIII; António Alberto Banha de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, 1965, p. 29.

por volta de 1727 e pela mão do tio chegará a reitor e reformador da Universidade de Coimbra (1745-1757), assim como ao priorado-geral da Congregação, de que já está investido, se não quando Fr. Gaspar se estabelece na capital<sup>205</sup>, pelo menos em 1747, quando coordena com o bispo de Coimbra a criação da Academia Pontifícia de Liturgia, como vimos. À morte do visitador varatojano, as diligências do procurador jacobeu na Santa Sé, Fr. José de Santa Maria, levam a melhor sobre as objeções do enviado dos cônegos insatisfeitos com a reforma (Fr. Marcos da Costa) e a sucessão de Fr. Gaspar por D. Francisco da Anunciação é definitivamente oficializada por um breve de a 19 de Fevereiro de 1754, estendendo-se a sua vigência até 1760. D. Francisco permanecerá, no entanto, em posição de autoridade em Santa Cruz, até à sua detenção às ordens de D. José, em 9 de Dezembro de 1768, ficando depois sob prisão domiciliária em São Vicente de Fora, até falecer em 1771.

*D. Miguel da Anunciação*<sup>206</sup> – nascido no século como Miguel Carlos da Cunha Ataíde, viu a luz em Lisboa em 1703, sendo filho do primeiro conde de Povolide e descendente dos Távoras pelo lado materno. Estudou Cânones em Coimbra como porcionista do colégio de São Paulo desde 1719, doutorando-se em 1725 e tornando-se docente universitário, mas deu entrada como noviço no mosteiro de Santa Cruz em 1728, sob os auspícios de Fr. Gaspar. Foi nomeado pelo reformador prior-geral da Congregação em 1737 e apresentado por D. João V para bispo conimbricense em 1739, recebendo a sagração na igreja de Santa Cruz, em 1741. Entre 1742 e 1745 acumulou ainda a gestão da diocese de Leiria, pela avançada idade do bispo vigente, D. Álvaro de Abranches e Noronha. A partir de 1747 envolve-se no processo de criação da Academia Pontifícia de Liturgia, como vimos, e em 1748 dá início à construção do seminário diocesano de Coimbra, demonstrando o seu empenho na formação religiosa, a par da sua exigência como condutor episcopal. Preso em Dezembro de 1768 pela publicação, um mês antes, da pastoral que já discutimos, foi encarcerado no forte de Pedrouços em Lisboa, em condições muito severas; embora D. José tenha enviado ao seu cabido uma carta régia determinando a sua *damnatio memoriae*, e que os seus escritos tenham sido condenados pela Real Mesa Censória, D. Miguel nunca foi formalmente julgado nem jamais abdicou do sólio conimbricense, pelo que não foi substituído pela Santa Sé. Foi finalmente perdoado por D. José I, em nota escrita pelo próprio punho do rei, agonizante, em 21 de Fevereiro de 1777, três dias antes de falecer. Libertado no dia 25 desse mês, foi de imediato agradecer pessoalmente à rainha D. Maria, que a 10 de Julho instruiu o cabido mondeguintino para anular as censuras lançadas sobre D. Miguel. O bispo saiu de Lisboa em 12 de Agosto e deu entrada

---

<sup>205</sup> Que é quando D. Miguel da Anunciação deixa de ser prior-geral e assume o bispado (1741), como veremos a seguir.

<sup>206</sup> Sobre D. Miguel, ler: António Pereira da Silva, *idem*, pp. 101, 115-116, 390-400, 407-413 e 427-429; Carlos Cabecinhas, *op. cit.*, pp. 119-120 e 122-125; Miguel de Oliveira, *História eclesíastica de Portugal*, *op. cit.*, pp. 203 e 216; Zília Osório de Castro, "Jacobeia", *op. cit.*, p. 5; Armando Alberto Martins, *idem, ibidem*; Margarida Sobral Neto, *idem*, pp. 185-186 e 247; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, p. 204; Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, *op. cit.*, pp. 84-85.

triunfalmente na sua sede a 22, tendo passado a sua primeira noite na cidade sob o teto do mosteiro de Santa Cruz. Tentará depois recorrer da decisão condenatória da Mesa Censória, e, apesar das sevícias sofridas durante mais de oito anos de cativo, retomou no terreno a atividade pastoral (no decurso da qual terá reencontrado, e tratado benevolmente, o seu antigo inimigo), morrendo aliás em visitação ao convento de Santa Maria de Semide, em Miranda do Corvo, a 29 de Agosto de 1779. Está sepultado na igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

*D. Gaspar de Bragança*<sup>207</sup> – irmão do meio entre os três filhos naturais de D. João V, e o primeiro gerado em amores freiráticos *stricto sensu*<sup>208</sup>, D. Gaspar era filho da monja cisterciense do mosteiro de São Dinis de Odivelas, D.<sup>a</sup> Madalena Máxima de Miranda Henriques. Foi batizado como Manuel a 13 de Outubro de 1716 na freguesia de São Nicolau, em Lisboa, recebendo só com o crisma o nome de Gaspar. Entregue aos cuidados de Fr. Gaspar da Encarnação como os seus dois irmãos, passará a infância e primeira juventude em São Vicente de Fora (até c. 1727) e Santa Cruz de Coimbra (desde então até 1742), regressando depois à canónica da capital; estudou Teologia em Coimbra, completando a sua formação em Lisboa. Levado pelo seu tutor com o irmão António às Caldas, para instar o monarca doente a reconhecer a paternidade aos três rapazes, regressou a São Vicente de Fora logo em Dezembro de 1742, uma vez conseguido o atestado d'*O Magnânimo* nesse sentido, onde foi mantido com grande despesa, condizente ao seu estatuto, pelos cônegos. Em 1747, o mosteiro de São Vicente, por ordem do rei, aluga o palácio da Palhavã, pertença dos condes de Sarzedas, para alojar condignamente os três infantes já adultos, que receberão então o epíteto de “Meninos da Palhavã”. Em 1750, dias antes de morrer, D. João V outorga aos filhos (mas à discrição de Fr. Gaspar) uma pensão de 66 mil cruzados anuais. O reconhecimento oficial, por D. José, só se concretiza contudo a partir de 1751<sup>209</sup>, confirmando o novo rei a pensão joanina em 1753 e só recebendo os meios-irmãos à sua presença nos inícios de 1755, após uma cerimónia em São Vicente de Fora. No ano seguinte, D. Gaspar de Bragança é o primeiro dos legitimados a preparar-se para seguir um curso independente, sendo indicado por decreto régio de 23 de Agosto de 1756 para arcebispo de Braga. A bula de confirmação terá chegado a 13 de Março de 1758, sendo D. Gaspar sagrado na capela do palácio da Palhavã a 25 de Julho seguinte, e entrando faustosamente na sua diocese a 28 de Outubro de 1759. Tendo recebido o sôlio arquiépiscopal logo antes

---

<sup>207</sup> Sobre D. Gaspar, ler: Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, pp. 55-57 e 153; Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José...*, *op. cit.*, pp. 16 e 147-149; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito...*, *op. cit.*, p. 247; Isabel Meyer Godinho Mendonça, “As exéquias de D. Gaspar de Bragança...”, *op. cit.*, pp. 255-258; Paulo Drumond Braga, “Os pobres dos «meninos de Palhavã»: esmolas para gentes de Lisboa”, in SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da (dir.), *Lusíada. História*, série II, n.º 09-10, 2013, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, pp. 149-151; Cândido Augusto Dias dos Santos, *Jansenismo e Antijansenismo nos Finais do Antigo Regime*, Porto, CITCEM e Edições Afrontamento, 2011, pp. 78 e 83-85.

<sup>208</sup> Ver nota 199 deste capítulo.

<sup>209</sup> Em 1751 segundo Paulo Drumond Braga, em 1752 segundo Isabel Meyer Godinho Mendonça. A segunda data poderia indicar que se esperou pelo desaparecimento de Fr. Gaspar, para ele não poder lucrar do novo estatuto dos educandos; D. José, seja como for, só toma passos mais definitivos após a morte do religioso, como analisaremos adiante.

do atentado contra D. José (3 de Setembro de 1758), estando fora de Lisboa aquando da proscrição da Companhia de Jesus (3 de Setembro de 1759), e já instalado na cátedra e no senhorio bracarense à altura da quebra de relações com Roma (15 de Junho de 1760), D. Gaspar escapa à primeira onda de medidas antieclesiásticas pombalinas; ao mesmo tempo, está entretanto distante quando os irmãos D. António e D. José (este último feito inquisidor-mor em 1758) caem em desgraça e são banidos para o convento do Buçaco (a 21 de Junho de 1760), o que poderia tê-lo afetado. Em Braga, D. Gaspar, mais que obedecer apenas à expulsão dos Inacianos, une a sua voz à condenação daqueles. Curiosamente, um muito iluminista programa do prelado para reformar os missais e breviários diocesanos, expurgando-os de santos apócrifos e de efemérides e hagiografias fabulosas, empreendido entre 1769 e 1771, é bloqueado pela Real Mesa Censória, subitamente do lado da superstição, ou apenas adversa ao arcebispo – a entrada do ano de 1769 é afinal o momento de uma segunda investida do conde de Oeiras sobre a Igreja, desde a prisão do bispo de Coimbra e dos superiores dos Cónegos Regrantes (a 9 de Dezembro do ano anterior) às represálias sobre os Oratorianos (a 3 de Janeiro de 1769). À acessão de D. Maria ao trono, que logo em Maio de 1777 autoriza os exilados meninos da Palhavã a saírem do Buçaco e retornarem à Casa da sua criação, o mosteiro de Santa Cruz, D. Gaspar abandona a sua contenção e encontra-se com os irmãos em Coimbra, em Junho<sup>210</sup>. Bibliófilo e mecenas artístico, o arcebispo inclinar-se-á pelas novidades culturais, apoiando a Sociedade Económica de Ponte de Lima (criada em 1777)<sup>211</sup> e patrocinando – ou mesmo orientando, ao expô-lo à obra de Jacques-François Blondel – o percurso de Carlos Amarante na década de 1780, na sua aproximação ao Neoclassicismo, antes de falecer a 18 de Janeiro de 1789.

Estamos assim perante quatro figuras encadeadas, descendentes da alta nobreza, oriundos da capital do reino e formadas no reinado de D. João V, sem nunca saírem das fronteiras nacionais. Na sua ligação e relativa contemporaneidade, é preciso distinguir ainda assim, no que aos Regrantes diz respeito, várias modulações: uma primeira fase, dominada por Fr. Gaspar da Encarnação (pelo menos entre 1723 e 1742), autocrática e aristocrática; depois, uma passagem do testemunho na década de 1740 para o eixo D. Miguel/D. Francisco da Anunciação, mais pragmáticos e mais diretamente ativos em Coimbra, a que se virá juntar o arcebispo bracarense por volta de 1759 (num período de mais delicadas relações com o regime josefino, até à rutura de 1768); finalmente, passados os momentos mais ásperos das censuras à Congregação e sobretudo após a inflexão de D. Maria I, a influência de D. Gaspar de Bragança pode ter sido relevante entre 1777 e 1789.

---

<sup>210</sup> Voltará a vê-los uma última vez em 1779, em Lisboa, onde tinham retomado residência na Palhavã.

<sup>211</sup> Ver nota 73 deste capítulo.

Sobre a Ordem como corpo – e como entidade autónoma, pelo menos até 1723 e após 1774 – apenas duas observações são de registar, quanto a interesses que extravasem o âmbito nacional (e maioritariamente focado entre Lisboa e Coimbra). A primeira é um retomar dos contactos (nem que indiretos, por procuradores externos à instituição) com Roma, de que tinham desaparecido registos desde pelo menos a Restauração, e que se reatam na conjunção da ascensão de Fr. Gaspar a Secretário de Estado e da reanimação da causa da canonização de D. Afonso Henriques, c. 1747, e que terão durado pelo menos até à suspensão de relações diplomáticas do reino com a Cúria, em 1760; a italianização musical logo na década de 1720 também confirma uma certa atenção ao mundo transalpino. Uma segunda nota é a de indícios de uma aproximação dos Crúzios à cultura gaulesa, que decoram São Vicente de Fora com painéis de azulejaria de gosto francês (quando não reproduzindo gravuras específicas dessa proveniência), entre c. 1710 e meados do século<sup>212</sup>, e que ensinam francês no Real Colégio de Mafra (1772 a 1792)<sup>213</sup> e nas Reais Escolas de São Vicente de Fora (de 1793 a pelo menos 1826)<sup>214</sup>.

### 9.3 | A *língua* arquitetónica entre os séculos XVII e XIX

**9.3.1 Do Barroco ao Neoclássico:** Analisámos, no ponto 9.2.1, como o século XVII se caracterizou por um regresso à segurança existencial, pela construção racional de sistemas totalizantes que englobam o indivíduo; o Barroco é tanto a expressão como o *instrumento* dessa nova mentalidade. O Barroco surge, assim, de uma evolução da atitude contrarreformista, possibilitada por uma reencontrada situação de conforto do papado (que a celebra), mas encontrando o seu cerne significante na superação da posição de prudência, moralizante e conservadora, com que o espírito tridentino se começara por afirmar, assim como da atitude de vigilância e castigo que primeiramente adotara<sup>215</sup>. É o momento de prescindir da pose defensiva e avançar para uma campanha ofensiva, de dar precedência à *Propaganda Fide*<sup>216</sup> sobre a Inquisição. Não é que se esqueçam os recursos a que antes se lançou mão: a regra e o condicionamento do militantismo maneirista estão bem vivos, mas são temperados, e sobretudo *potenciados*, pela sedução afetiva e pela persuasão conciliadora, tal como o poder comunicativo da tradição persiste, mas numa reavaliação mais ampla da história em geral, e da história estilística em particular. Como tal, o Barroco

---

<sup>212</sup> Há ali painéis inspirados em gravuras de Jean Lepautre e Bernard Picart, e azulejos ao gosto Luís XIV e Regência; adicionalmente, se forem de iniciativa crúzia, e não dos patriarcas que ocuparam o edifício de 1772 a 1792, refiram-se os azulejos remetendo para as fábulas de La Fontaine do claustro – José Meco, “A azulejaria no mosteiro de São Vicente de Fora”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, op. cit., pp. 244-250, 255-256 e 257-259.

<sup>213</sup> Júlio Ivo, “O Real Colégio de Mafra”, op. cit. (ensinavam então também inglês e italiano).

<sup>214</sup> Único idioma ensinado, exceto línguas antigas e portugueses (Ricardo Aniceto, “De cenóbio a Cúria Patriarcal...”, op. cit., p. 57).

<sup>215</sup> José Fernandes Pereira, “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, op. cit., p. 11.

<sup>216</sup> Nome latino da Congregação da Promoção da Fé, destinada a agir quer em áreas protestantes quer no mundo extra-europeu, começa a ser estudada sob Gregório XIII (p. 1572-1585) e é formalmente criada em 1622: Umberto Benigni, “Sacred Congregation of Propaganda”, in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, op. cit., vol. 12.

tem uma atitude sumamente inclusiva, e não só lança mão do efeito manipulativo da ordem a que um certo Maneirismo recorrera, mas também percebe o potencial apelativo de soluções artificiosas que coexistiram na mesma época; ao mesmo tempo, reconhece o impacto benigno da serena afirmação de harmonia formal do Renascimento. Mais ainda, capitaliza também o património de familiaridade e de reverência que certas formas românicas e paleocristãs concentram, e compreende como o dinamismo e imaterialidade da composição gótica pode traduzir significados psicológicos eficazmente. A consciencialização linguística da arquitetura, despoletada pela adoção renascentista do código clássico, e ultrapassada uma certa desconfiança semântica surgida no Maneirismo, evoluiu agora para o seu corolário: a possibilidade de explorar estilisticamente, *literariamente*, de forma cada vez mais livre, essa linguagem<sup>217</sup>. Nomeadamente, vai-se agora estender o reconhecimento tridentino do poder das imagens, ou a codificação do *decorum* de Carlos Borromeu, para uma deliberada utilização *propagandística* das suas virtualidades. A estratégia de comunicação católica evolui para a ostensiva afirmação, com o concurso de todas as Artes, de uma *Ecclesia triumphans* (nem que para cumprir ainda os objetivos da *Ecclesia militans*), juntando à tradição a novidade, à solenidade o júbilo, e à doutrina o afeto<sup>218</sup>.

A um nível estrutural, a norma linguística barroca é feita da cuidadosa e calculada conjugação de uma regra formatadora de base, e da variação lúdica que a tempera. Nunca como agora a composição espacial e volumétrica esteve tão sujeita a um ordenamento matemático-geométrico, submetido a conceitos de hierarquização (entre o que é principal e o que é subordinado, o que é focal e ancilar) e integrada em sistemas potencialmente infinitos (que faz depender o espaço interior da imagem exterior, põe esta a determinar o espaço urbano e este prolongar-se em eixos paisagísticos)<sup>219</sup>; no entanto, sobre este condicionamento totalizante, desenvolve-se um jogo plástico que o adoça, recorrendo ao dinamismo e à curva, à maleabilidade e à distorção, e mesmo ao humor e ao truque ilusionístico. Embora esta dicotomia tenha já implicações semânticas, o Barroco faz ainda, a um segundo nível, um esforço de comunicação mais direto, essencial, com o público – quer se trate da articulação de mensagens legíveis, por imagens e símbolos<sup>220</sup>, quer se trate de abordagens psicologistas menos literais, tanto fazendo uso do realismo (solidarizando-se com os fiéis pelo recurso ao conhecido, ao vernacular, ao popular), quer da magia (o miraculoso, o espetacular, o opulento)<sup>221</sup>. É o que permite que San Carlino alle Quattro Fontane seja,

---

<sup>217</sup> Além de apogeu, será também remate, indo mais tarde até dispensar esse código clássico, como nota Paulo Pereira (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 606).

<sup>218</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, pp. 151-152 e 168.

<sup>219</sup> Traduzindo a integração/unificação/concatenação e gradação/centralização que Émil Kaufmann identifica como propriedades de base do sistema arquitetónico no Barroco (*La Arquitectura de la Ilustracion*, Barcelona, Gustavo Gili, 1974, pp. 5, 11 e 25), e que se estende a uma interdependência entre interior e exterior (*idem*, p. 17).

<sup>220</sup> É a revalorização da metáfora como típica do Barroco, como diz Umberto Eco (*Arte e Beleza na estética medieval*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 2000, p. 181). Na conciliação de opostos típica do Barroco, há também um apreço por comunicação que fala a vários níveis, que pode ser coletivamente, popularmente, percebida, mas ser ao mesmo tempo um “enigma figurado”, subtil e elitista (Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 612 e também pp. 704-707).



simultaneamente e sem contradição, uma cruz grega ludicamente distorcida, mas que essa distorção se conforme a traçados geométricos racionais; que ao mesmo tempo o jogo plástico exprima e *signifique* um campo de forças que dirige a atenção para o eixo longitudinal (o altar, como um portal para o Além) e o vertical (da luz que desce do Alto), e que a carga sensorial seja estimulante, mas doseada para o efeito (pela redução cromática ao branco, que equilibra a elaboração formal e decorativa)<sup>222</sup>. Tal *conciliação* de opostos é um dos vetores dominantes do Barroco, e vemo-la ocorrer, portanto, entre coação e persuasão, tradição e inovação, ordem e espetáculo, complexidade e elementaridade, geometria e distorção, centralidade e longitudinalidade, Renascimento e Maneirismo, expressão clássica e medieval<sup>223</sup>.

As igrejas barrocas não contrapõem ou optam entre a centralidade renascentista e a longitudinalidade tradicional e beneficiam com gáudio do melhor de dois mundos, voltando-se para formatos de “planta longitudinal centralizada”, ou de “planta central alongada”<sup>224</sup>. Na arquitetura residencial, o palácio axializado, claustrofóbico e centrífugo, do Maneirismo, dá lugar a um dispositivo de resolução de conflitos, de ligação da cidade ao campo, da negociação solene da aproximação e penetração, em que os espaços de movimento (a escadaria e a galeria) e de receção encenada (o salão) são fulcrais<sup>225</sup>. Os edifícios representativos são por sua vez focos significantes de um planeamento territorial integrado e intercomunicante, indissociáveis de episódios urbanizados irradiantes (praças, terreiros, esplanadas), nódulos por sua vez de linhas estruturantes que se prolongam idealmente até ao infinito (alinhamentos e percursos)<sup>226</sup>, e de que resultam extensões unificadas (malhas regulares e frentes urbanas contínuas)<sup>227</sup>. Esta matriz expressiva geral tem, evidentemente, variações de tónica em circunstâncias diferentes e processos de difusão que a fazem variar no tempo e segundo a sua procedência. O primeiro Barroco, da intervenção de Carlo Maderno em São Pedro (1602) à morte de Gian Lorenzo Bernini (1680), é romano e eclesiástico, privilegia a arquitetura religiosa e acentua a emotividade – e daí a intensidade plástica – para falar da Redenção no seio da Igreja; o Barroco francês, detetável como forma madura em

---

<sup>221</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, pp. 153-160.

<sup>222</sup> Para uma análise de San Carlino: Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 153, 157 e 163; Domingos Tavares, *Francesco Borromini – dinâmicas da arquitectura*, Porto, Dafne Editora, 2004, pp. 86-90.

<sup>223</sup> Mais além, portanto, do que a *coincidentia oppositorum* de Nicolau de Cusa, a *simultaneidade* dos opostos de que falámos no Tardo-Gótico (ver capítulo VI) passando agora a uma síntese: Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 152, 162 e 167-168.

<sup>224</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, p. 153, e *Arquitectura Barroca Tardia y Rococó*, *op. cit.*, p. 60; Domingos Tavares, *Guarino Guarini – geometrias arquitectónicas*, Porto, Dafne Editora, 2010, pp. 20-21.

<sup>225</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, pp. 154-155; Lewis Mumford, *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*, Londres, Secker & Warburg, 1961, pp. 382-385; Domingos Tavares, *Balthasar Neumann – o último arquitecto barroco*, Porto, Dafne Editora, 2003, pp. 65-67.

<sup>226</sup> Até onde a vista alcança, ou virtualmente até onde se estende a influência do centro significativo – como a França vista como um *pré-carré* de Luís XIV por Vauban, entre Paris, o fulcro, e as fronteiras com pontos fortificados, em vez da ideia medieval de uma rede de fortalezas por todo o território: ler Isabelle Warmoes, “Vauban et l’art de la fortification”, in WARMOES, Isabelle, SANGER, Victoria (dir), *Vauban – bâtisseur du Roi-Soleil*, Paris, Cité de l’Architecture et du Patrimoine, Musée des Plans-Reliefs / Somogy Éditions d’Art, 2007, pp. 190-194.

<sup>227</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, pp. 152-153 e 160-162; Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 367-371; Enrico Guidoni e Angela Marino, *Historia del Urbanismo - el siglo XVII*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1982, pp. 11-14.

Vaux-le-Vicomte, de Le Vau (1656-1661), e consagrada a sua diferenciação quando Luís XIV pretere o desenho do mesmo Bernini para o Louvre (1665), em função de arquitetos franceses e de continuidades acadêmicas autóctones, erige a tipologia palacial como tema principal e associa-se sobretudo a uma solenidade de conteúdo mais político<sup>228</sup>. Em Inglaterra, a Restauração monárquica (1660) abriu espaço a uma forma artística de elogio régio<sup>229</sup>, e o primeiro protagonista do Barroco britânico foi Christopher Wren, que concordantemente fez a sua experiência direta do estilo em França (e testemunhou a visita malograda de Bernini), e ofereceu a Carlos II uma retórica contida, mas rivalizando (e aludindo) à imponência vaticana<sup>230</sup>. Em Espanha, o prolongamento da agonia da dinastia dos Habsburgos traduz-se numa persistência do herrerianismo até finais de Seiscentos – muito embora o país goze de uma ligação direta à península itálica e à sua veia barroca, por via dos seus vice-reinos de Nápoles e da Sicília<sup>231</sup> – vendo-se o novo modo emergir e adquirir consistência, com um pendor acentuado para o *pathos* religioso, a partir da arquitetura efémera e da retabulística (de Alonso Cano e a fachada da catedral de Granada, de 1667, aos Churrigueras, trazendo a sua fluência iconográfica para a arquitetura a partir do fim da década de 1680)<sup>232</sup>. Na Áustria, enfim, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) implicará severas perdas e uma longa recuperação (e um afastamento da França), que só se tornará definitiva depois da derrota e expulsão definitiva dos Otomanos, após o cerco de Viena em 1683; o Barroco surgirá portanto tarde, e com uma clara afinidade com a arquitetura italiana, que é política, mas também de coincidência de apostolado católico<sup>233</sup>.

Mas se, por alturas da nossa data de referência de 1685, a Europa está, na sua variação de abordagens, convertida genericamente ao novo modo, daí à primeira metade do século XVIII vai registrar-se, acompanhando as inflexões de circunstâncias e mentalidade que já discutimos, uma mutação das

---

<sup>228</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 151-152, 160-162 e 167-168; Émil Kaufmann, *op. cit.*, pp. 153-161; Domingos Tavares, *Louis Le Vau – a dimensão do infinito*, Porto, Dafne Editora, 2008, pp. 127-134.

<sup>229</sup> Já no primeiro assomo absolutista de Carlos I (r. 1625-1649) a pintura inglesa, entre as encomendas a Rubens e a obra de Anthonis van Dyck, tinha introduzido uma concordante sensibilidade barroca (Lawrence Gowing, *Les peintures du Louvre*, Paris, Éditions de La Martinière, 1994, pp. 322 e 404; Domingos Tavares, *Inigo Jones – classicismo inglês*, Porto, Dafne Editora, 2005, p. 87).

<sup>230</sup> Invocando São Paulo *versus* São Pedro, na catedral de Londres, espelhando nela a cúpula e os duplos campanários romanos (entre o plano original de Maderno para a fachada da basílica vaticana e as torres de Santa Agnese), mas também articulando-a em classicismo filo-francês – Peter Kidson, Peter Murray e Paul Thompson, *A history of English architecture*, Hardmondworth, Penguin, 1965, pp. 186-203; Domingos Tavares, *John Nash – arquitetura urbana*, Porto, Dafne Editora, 2010, pp. 15-19.

<sup>231</sup> Que trouxe à arte espanhola Jusepe/José de Ribera, por exemplo (Lawrence Gowing, *idem*, p. 424), ou mesmo a introdução da pintura de tetos em *quadratura*, na década de 1650, por artistas italianos convidados por Velásquez (Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, p. 192).

<sup>232</sup> Fernando Chueca Goitia, *Historia de la arquitectura española*, Ávila, Diputación de Ávila e Fundación Cultural Santa Teresa, 2001, vol. II, pp. 247-248, 309-313 e 343-345. José Fernandes Pereira quis ver na ocorrência de plantas ovais na primeira metade de Seiscentos um sinal da maior precocidade do Barroco em Espanha, até relativamente a Portugal (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 45-46), mas creio que Paulo Varela Gomes já desmistificou essa associação direta (*Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, pp. 17-22 e 29-32) e contextualizou, nomeadamente, a ocorrência do formato em Espanha segundo fontes vinholescas lidas por arquitetos do *desornamentado* (*idem*, pp. 181-192).

<sup>233</sup> Eberhard Hempel, *Baroque Art and Architecture in Central Europe*, Baltimore, Penguin Books, 1965, pp. 62-86.

coordenadas estilísticas.

A reação à morte de Luís XIV em 1715 ilustra esta metamorfose. O passamento do velho rei dá azo à manifestação dum cansaço da grandiloquência e do contínuo “estar em pose”, faz regressar a corte de Versalhes para Paris, deixa-a sem um maestro aparente durante a menoridade do sucessor, e permite ao governo da Regência tentar flexibilizar a administração e concentrar-se em recuperar as finanças esgotadas pela “política de glória” do anterior monarca. A arquitetura francesa volta-se, por conseguinte e simultaneamente, tanto para a personalização, o conforto, o luxo galante dos *hôtels particuliers* da nobreza “emancipada”, como para uma arquitetura institucional, engenheirística, pragmática, ortodoxa, do *Corps des Ponts et Chaussées* e duma *Académie Royale d'Architecture* cada vez mais rígida, nomeadamente na sequência da *querelle des anciens et des modernes* (em arquitetura, sobretudo entre 1672-1680), na qual o académico Nicolas-François Blondel defende a regra (dos antigos) contra a invenção sustentada por Claude Perrault (o moderno, barroco)<sup>234</sup>. Esta depurada retórica do decoro e da racionalidade será em essência o Tardo-Barroco, aquele novo impulso para a fantasia sensorial será uma base do Rococó. Regressando a Christian Norberg-Schulz (que tenho genericamente seguido como fio condutor), que se debruçou detalhadamente sobre este período<sup>235</sup>, ele estabeleceu a existência deste subperíodo autonomizando-o como reflexo do pluralismo do século XVIII, precisamente pela substituição do Racionalismo cartesiano pela crítica iluminista, e pela superação da retórica de persuasão militante, religiosa e política; invocando de novo o diagnóstico de d'Alembert, em meados de Setecentos, lembra que ele reconhece o *esprit de système* que caracteriza a mentalidade do seu tempo, mas deteta a sua substituição por um *esprit systématique*<sup>236</sup>. Norberg-Schulz afirma a pluralidade expressiva deste subperíodo, nomeadamente aceitando a existência de um novo modo estilístico, que é o Rococó. Hesita, porém, em dar-lhe maioridade arquitetónica, pronuncia-se pela dificuldade em separá-lo, na prática, do Tardo-Barroco, e encontra-o mais facilmente em elementos individuais ou espaços (interiores) isolados<sup>237</sup>. Nesse ponto sou obrigado a inclinar-me pela avaliação do autor a que Norberg-Schulz curiosamente

---

<sup>234</sup> Pierre Lelièvre, *L'architecture française*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963, pp. 135-137; Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, op. cit., pp. 9, 40 e 85; Flavio Conti, *Como reconhecer a arte Rococó*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 6-8 e 18; Domingos Tavares, *Claude-Nicolas Ledoux – formas do iluminismo*, Porto, Dafne Editora, 2011, pp. 12-18; Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, op. cit., p.91.

<sup>235</sup> Em *Architettura Tardobarocca*, Milão, Electa editrice, 1971 (edição original), lido na já referida tradução (*Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, op. cit.), que interessantemente destaca o Rococó, pondo-o em paridade com o Tardo-Barroco no título, muito a contracorrente da análise que o autor faz na obra.

<sup>236</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 9 e 12-13.

<sup>237</sup> *Idem*, pp. 8, 13 e 85-88 (cf. *Arquitectura Occidental*, op. cit., pp. 157, 160 e 168). Salvaguardadas as devidas diferenças e a superior análise, ele parece refletir ainda uma espécie de preconceito sobre o Rococó como uma modalidade menor, fugaz e estritamente do âmbito da decoração e artes aplicadas – como, por exemplo, faz claramente Pierre Lelièvre, que lhe dedica somente um parágrafo taxativo na sua história da arquitetura francesa: “*S'il est exact que l'art français a connu au XVIII<sup>e</sup> siècle une période «rococo», encore convient-il d'en fixer les limites. C'est essentiellement le style des objects, du meuble et du décor intérieur; il a pour matériaux privilégiés le métal et singulièrement le bronze doré, le fer forgé, le bois, le stuc. C'est le triomphe des formes courbes, de la serpentine, de la coquille, de la «chicorée». Art d'orfèvre et d'ébéniste qui, dans le décor intérieur, limite l'emplacement de la peinture aux plafonds et aux dessus de porte, aux trumeaux de cheminée où la glace lui dispute sa prééminence. Mais les formes de l'architecture, les volumes extérieurs restent simples et les matériaux sobres.*” (*L'architecture française*, op. cit., pp. 136-137).

atribui a melhor leitura do Rococó – Hans Sedlmayr<sup>238</sup>. Sedlmayr conclui por uma série de proposições que subscrevo: que o Rococó não é uma fase estilística do Barroco, clássico ou tardio; que mesmo que possa ter-se desenvolvido no ambiente barroco e a partir dele, na realidade se lhe *opõe* estilisticamente; que o Rococó não é uma moda de decoração, mas um código arquitetónico integral, e que, embora possa estar ausente de certos edifícios (e mesmo tipos de edifícios, sendo um *Genos-Stile*<sup>239</sup>), ou apenas presente secundariamente noutros, produziu obras de corpo inteiro<sup>240</sup>.

O Tardo-Barroco é portanto uma evolução barroca, mas em que a retórica persuasiva se converte em demonstrativa, acentuando o carácter racionalista da composição e da construção sobre o lado lúdico, no percurso teórico que vai do referido Nicolas-François Blondel a Jean-Louis de Cordemoy (1655-1714), Carlo Lodoli (1690-1761) e Marc-Antoine Laugier (1713-1769), terminando noutro Blondel, Jacques-François (1705-1774)<sup>241</sup>. É uma arquitetura de sobriedade imponente mas seca, por vezes conservadora; de edifícios civis burocratizados e de obras religiosas “secularizadas” (quase estatizadas, nos regimes regalistas)<sup>242</sup>.

O Rococó, pelo contrário, mais do que apenas uma “simétrica” acentuação da sedução sobre a regra, persegue objetivos completamente novos e quase inversos ao Barroco. Em vez do intervencionismo (público, político) barrocos, inclina-se pelo *escapismo*, compraz-se na utopia<sup>243</sup>, no exotismo<sup>244</sup>, no revivalismo<sup>245</sup> e em geral na heterotopia<sup>246</sup>; desvalorizando a representação barroca, descobre o *intimismo* (a personalização, o isolamento, o segredo, o conforto, o informal)<sup>247</sup>; em lugar da base racional barroca,

---

<sup>238</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, op. cit., pp. 8 e nota 14 da p. 13, que reenvia para p. 359.

<sup>239</sup> Isto é, um estilo que apenas se adequa a certos espíritos e perfis arquitetónicos, que apenas se manifesta como expressão de certas variedades de mentalidade.

<sup>240</sup> *Rococó*, Enciclopedia Universale dell'Arte, vol. XI, Roma-Veneza, Sansoni, 1963 (“Caratteri del Rococó”, apud Luciano Patetta, *Storia dell'architettura - antologia critica*, Milão, Etas Libri, 1983, p. 183). A obra, aliás, especificamente aconselhada por Schulz (ver nota 238, acima).

<sup>241</sup> Giusta Nicco Fasola, “Illuminismo architettonico: Gallaccini, Lodoli e l'Encyclopédie”, apud Luciano Patetta, op. cit., pp. 187-188; Émil Kaufmann, op. cit., pp. 164-166; Kenneth Frampton, *História crítica da arquitetura moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2003, pp. 5-6; Domingos Tavares, *Claude-Nicolas Ledoux...*, op. cit., pp. 18-22; Paulo Varela Gomes, “Expressões do Neoclássico”, in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa...*, op. cit., vol. 14, p. 85.

<sup>242</sup> Na arquitetura religiosa, constata-se um regresso ao corte basilical e ao duplo campanário: Pierre Lelièvre, *L'architecture française*, op. cit., p. 142; Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, op. cit., pp. 291-292.

<sup>243</sup> Por exemplo, o idílio pastoral de Maria Antonieta, o *hameau de la Reine*, em Versailles (Richard Mique, 1783-1786) – “Le Hameau de la Reine”, in Catherine Pégard (dir.), *Château de Versailles – site web officiel*, [em linha] disponível em <http://www.chateauversailles.fr/> [consultado em 19-6-2018].

<sup>244</sup> Basta pensar, entre outros exotismos da época (turcos, tártaros), a *chinoiserie* da aldeia chinesa de Catarina, a *Grande*, no palácio de Tsarskoe Selo (c. 1780) – “The Chinese Village”, in Olga V. Taratynova (dir.), *The Tsarskoe Selo State Museum and Heritage Site*, [em linha] disponível em <http://http://eng.tzar.ru/> [consultado em 19-6-2018].

<sup>245</sup> Como o neo-gótico *All Souls College* de Hawksmoor, de 1716-1735 (Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, op. cit., p. 88).

<sup>246</sup> Em toda uma gama de sítios “impossíveis” ou ideais, incluindo quer uma natureza idílica, “hiper-natural”, quer uma artificialidade absoluta, bem exemplificada na factícia gruta setecentista de Neptuno, nos jardins da Villa Garzoni, em Collodi, decorada para parecer submarina (Geoffrey Jellicoe e Susan Jellicoe, *The Landscape of Man: shaping the environment from Prehistory to the present day*, Londres, Thames & Hudson, 1995, pp. 174-175).

<sup>247</sup> Estas coordenadas incluem, note-se, pesquisas que são o oposto da futilidade persistentemente associada a este estilo – o Rococó é responsável pelo início de uma conceção dos espaços segundo a sua adequação especializada ao cliente e à função, de forma integrada (conjugando espaço, materiais, mobiliário) e ergonómica. Christian Norberg-Schulz, *idem*, p. 76; Flavio Conti, op. cit., pp. 15-17; Lewis Mumford, op. cit., pp. 382-385.

a tónica dominante é a *sensualidade* (uma sugestão de êxtase ou de abandono; de sobre-estimulação, frémito, cor saturada, ou de moleza, macieza, aconchego, tons pastel); diferentemente da calculada imponência barroca, é seduzido pelo *luxo* propriamente dito (a profusão do caro, do precioso, do raro). A linguagem rococó concebe a parede como membrana orgânica, leve, não articulada ou constringida por membratura clássica (que só aparece de forma esparsa e decorativa) e profusa e livremente perfurada por vãos<sup>248</sup>; caracteriza-se pelo culto de variáveis como a assimetria, a curva irracional, a dissolução estrutural; os efeitos de metamorfose, decomposição, vibração; a procura da pequena escala, do detalhe, da delicadeza, mas também do inusitado, do surpreendente e do rebuscado. Os seus materiais e técnicas preferidos são os que lhe permitem as suas fantasias e lhe exprimem os seus apetites: o estuque e a talha (mais livres de moldar, com menos limitações estruturais); a folha metálica que sugere massas de ouro; o *marmorino* e *scagliola*, que reproduzem expeditamente pedras e madeiras (e tecidos, e até doçaria) requintados; a cerâmica (nomeadamente a de Delft, azul e branca) que imita a porcelana chinesa, os cristais e espelhos, que, valiosos em si mesmos, tanto aludem ao lapidado e ao brilho das joias, como jogam com a luz e alteram a espacialidade física. Rococó é a arquitetura dos ambientes fechados e hedonistas das cortes, mas também da privacidade familiar burguesa, ou duma religiosidade estritamente emotiva, pessoal ou popular<sup>249</sup>.

Evidentemente, Rococó e Tardo-Barroco convivem nas mesmas geografias (em combinações e relações de força variáveis) e por vezes no mesmo local<sup>250</sup>, na mesma obra<sup>251</sup> ou em obras diferentes dos mesmos autores<sup>252</sup>, e em iniciativas distintas dos mesmos encomendantes<sup>253</sup>. Como salgado e doce, sendo antagónicos, não são inconciliáveis, e não se anulam forçosamente quando combinados.

Em Itália, ainda antes do desaparecimento de Luís XIV – mas depois da morte de Borromini (1667), Cortona (1669) e Bernini (1680) – o Tardo-Barroco vai emergindo numa Roma que desistiu das suas

---

<sup>248</sup> Hans Sedlmayr, “Caratteri del Rococó”, *op. cit.*; Flavio Conti, *op. cit.*, pp. 9-13. Ao contrário do Barroco, o Rococó não sente a necessidade da interdependência sistemática entre interior/exterior/infinito e aprecia até a proteção e o choque duma pele exteriormente neutra e não forçosamente refletindo a forma e carácter do interior – o que quer dizer que fachadas contidas não são sempre sinais de prevalência do Tardo-Barroco, como pretende Pierre Lelièvre (ver nota 237, acima). Ao mesmo tempo, a implantação rococó é mágica e topofílica: os santuários bávaros alcandorados em montanhas não são Versalhes terraplanando e subordinando axialmente a paisagem visível (Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 15-20).

<sup>249</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 13 e 85-88, e *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, p. 157; Flavio Conti, *op. cit.*, pp. 3 e 14-15; Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, pp. 91-92.

<sup>250</sup> Pense-se em Versalhes – com os artificiosos pavilhões dos jardins para lá do palácio, e, na cidade a Este, a catedral de Saint-Louis (de 1752), severamente clássica, retornando ao alçado do *Gesú*, e mais ainda ao perfil bitorreado e ao espaço basilical de três naves (ver nota 242, acima).

<sup>251</sup> Como na *Residenz* de Wurtzburgo (Balthasar Neumann, c.1719-1749), clássica e quase versalhesca na fachada urbana de representação, furiosamente rococó na escadaria com os frescos de Tiepolo, na *Weisser Saal* com os estuques de Antonio Bossi, e na capela palatina rematada por Lukas von Hildebrandt (Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardia y Rococó*, *op. cit.*, p. 274; Domingos Tavares, *Balthasar Neumann...*, *op. cit.*, pp. 49-57 e 84-89).

<sup>252</sup> Veja-se Germain Boffrand, tanto sugerindo o seiscentista Château de Maisons-Lafitte no seu Château de Lunéville, entre 1708 e 1723, como inventando ousadias rococó nos interiores do Hôtel de Soubise, de 1735 (Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 77, 85-88 e 298).

<sup>253</sup> Basta lembrar Frederico da Prússia, em Potsdam, oscilando entre o palácio de *Sanssouci*, de lazer privado, escondido nos jardins (Georg Wenzeslaus von Knobelsdorff, 1745-1747) e o solene *Neues Palais*, que o rei diz ter feito como uma “*fanfaronnade*”, virado ao exterior (Johan Gottfried Büding e Heinrich Ludwig Manger, 1755-1766); Eberhard Hempel, *Baroque Art and Architecture in Central Europe*, *op. cit.*, pp. 270-272.

ambições de preponderância política, através de Carlo Fontana (1638-1714), cuja arquitetura (correta, eclética, repetitiva, como um eco árido do Barroco classicizante francês) domina o panorama oficial; ainda assim, irrompem exceções, lúdicas e sensuais, como a *piazza Sant'Ignazio*, o *porto di Ripetta* ou a *scalinatta di Spagna*<sup>254</sup>. Ao Sul, em Nápoles e sobretudo na Sicília, áreas mais isentas de uma pressão representativa, uma plástica mais rebuscada e descomprometida sobrepuja o anterior equilíbrio barroco, especialmente após o terramoto de Messina de 1693<sup>255</sup>; em contraste, no orgulhoso e ascendente Piemonte dos Saboia, Filippo Juvarra (1678-1736) dota a arquitetura oficial de um classicismo áulico exterior, mas de contrastante verve interior, aberta ao Rococó<sup>256</sup>; ao mesmo tempo, Bernardo Vittone (1704-1770), sobretudo para um público extraurbano, constrói interiores devocionais, secretos e ilusionistas, ampliando a lição borromini-guariniana<sup>257</sup>. Nos territórios múltiplos do Sacro Império, na recuperação da autoridade dos príncipes e na re-evangelização católica depois da Guerra dos Trinta Anos, a arquitetura dos finais de Seiscentos e primeira metade de Setecentos, joga-se entre o tronco de Fontana e Juvarra (particularmente exemplificado pela *Staatkunst* austríaca)<sup>258</sup> e os ramos do misticismo de Vittone, da elegância francesa de Boffrand, e duma releitura da tradição local<sup>259</sup>, construindo sínteses do Tardo-Barroco e Rococó, ou pelo menos misturas de concentrações variáveis, dominados por um ou o outro modo<sup>260</sup>. Em Espanha, o churriguerismo inflama-se num Rococó autóctone, mas convive igualmente, sob o regime borbónico, com o influxo da formalidade tardo-barroca francesa e italiana, visível nomeadamente na obra de Ventura Rodríguez<sup>261</sup>. Em Inglaterra, por último, John Vanbrugh e Nicholas Hawksmoor partem do classicismo barroco de Wren, mas acrescentam-lhe fantasias quer de pompa, quer de revivalismo e exotismo, enquanto James Gibbs se mantém num eixo entre Wren e Fontana<sup>262</sup>.

Esta dualidade multiplamente entrelaçada vai enfim resolver-se (temporariamente) no Neoclassicismo<sup>263</sup>, para onde confluem o desejo de regra, a cientificidade (arqueológica) e o historicismo, já explícitos no

---

<sup>254</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 39-40 e 302-305; Flavio Conti, *op. cit.*, p. 20.

<sup>255</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 305-308; Domingos Tavares, *Guarino Guarini...*, *op. cit.*, pp. 47-59.

<sup>256</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 85, 302-305, e *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, p. 160; Flavio Conti, *op. cit.*, p. 22; Domingos Tavares, *idem*, pp. 128-131.

<sup>257</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, *op. cit.*, pp. 60 e 274; Domingos Tavares, *idem*, pp. 12-14 e 46.

<sup>258</sup> A arquitetura mais contida e até historicista de Fischer von Erlach, mas também a de Lukas von Hildebrandt, (Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 60-65, 93).

<sup>259</sup> Tanto a "sensibilidade espiritualizada" da arquitetura religiosa dos Dientzenhofer e dos Zimmermann, como a graciosidade cortesã de François de Cuvilliers ou Georg Wenzeslaus von Knobelsdorff, mas também as criações neo-góticas (com notas de tradição eslava) de Johann Santini Aichel (*idem*, pp. 65, 88, 93 e 279).

<sup>260</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 60-76, 93, 274-279, e *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, p. 163; Eberhard Hempel, *idem*, pp. 87, 95, 126 e 229-233; Flavio Conti, *op. cit.*, pp. 22-31.

<sup>261</sup> Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*, *op. cit.*, pp. 308-311; Flavio Conti, *op. cit.*, pp. 20; Fernando Chueca Goitia, *op. cit.*, vol. II, pp. 374-375 e 541-543; E. Valdivieso, R. Otero, e J. Urrea, *El Barroco y el Rococó*, "Historia del Arte Hispánico"/IV, Madrid, Alhambra, 1980, pp. 50-63.

<sup>262</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 88, 281-285 e 344; Peter Kidson, Peter Murray e Paul Thompson, *op. cit.*, pp. 209-212; Flavio Conti, *op. cit.*, p. 19.

<sup>263</sup> Christian Norberg-Schulz, *idem*, p. 88.

Tardo-Barroco<sup>264</sup>, assim como a aspiração pelo conforto simples e a nostalgia revivalista implícitos no Rococó<sup>265</sup>.

Em sùmula, salientemos ainda algumas notas sobre a arquitetura cenobítica, entre o fim do século XVII e os alvares do XIX. Não sendo um período de criação tipológica, mas antes de mutação dos paradigmas renovados da centúria de Quinhentos, o discurso arquitetónico cenobítico do Barroco ao Iluminismo tem alguns eixos característicos<sup>266</sup>. O mais genérico é a monumentalidade, quer pelo acréscimo de dimensão, real ou sugerida, quer pelos atributos qualitativos de imponência. As mais das vezes, essa deriva equaciona-se como uma “palacialização” dos conjuntos, emulando os dispositivos de implantação e acesso daqueles (a aproximação axial, a inserção do edifício entre praça e jardim<sup>267</sup>), assim como a volumetria emergente, a composição simétrica (e quase sempre colocando os templos no centro da massa e das fachadas principais), a organização espacial e a plasticidade dos alçados<sup>268</sup>. A pluralidade de mentalidades e expressões do século XVIII vai diversificar as asserções dessa tendência global, inclinando-se para as “sedes institucionais” algo burocráticas e solenes, os “aquartelamentos de refúgio”, introvertidos e austeros<sup>269</sup>, mas também os “castelos da Fé”, fantasiosos e altaneiros<sup>270</sup>.

**9.3.2 O arco do Barroco em Portugal:** Entre nós, a arte barroca manifestou-se, obviamente, bem antes do intervalo agora em análise. Adicionalmente, e como noutras épocas, o novo modo emergiu desfasadamente nas várias expressões plásticas, e nomeadamente de forma mais precoce nos campos associados a artigos mais móveis, de produção mais rápida e de menor investimento financeiro comparativo, como a pintura – basta pensar que o discurso consumadamente sentimental e sensorialista de Josefa de Óbidos tem início registado em 1646, pouco depois da Restauração<sup>271</sup>. Em arquitetura,

---

<sup>264</sup> Veja-se a igreja de Sainte-Geneviève, de Jacques-Germain Soufflot (1757) – abeirando-se do Neoclássico pela sua vontade de seriedade e lógica (Domingos Tavares, *Claude-Nicolas Ledoux...*, *op. cit.*, pp. 27-30).

<sup>265</sup> Como acontece no Petit Trianon (Ange-Jacques Gabriel, 1761) – refúgio galante para uma vida privada idealizada, mais informal (*idem*, pp. 22-24).

<sup>266</sup> Claire Lesegretain, *Les grands ordres religieux - Hier et aujourd'hui*, Paris, Fayard, 1995, p. 54; Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, *op. cit.*, pp. 34-35.

<sup>267</sup> Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 375-377.

<sup>268</sup> Pense-se no mosteiro de Val-de-Grâce, de François Mansart, criando uma praça/*cour d'honneur*, voltada ao eixo viário, com a igreja no centro, entre o cenóbio e um palácio (não realizado), e extensos jardins à francesa no lado oposto (Domingos Tavares, *Louis Le Vau...*, *op. cit.*, pp. 24-27). Nas inovações da distribuição interior, predominam o salão e galeria, e vulgariza-se o uso de corredores (por conforto, mas também permitindo a aglutinação de áreas funcionais numa forma que se afasta definitivamente da distribuição simbólica dos modelos medievais): Michel Bouttier, *Monastères: des pierres pour la prière*, Paris, Rempart, 1984, pp. 95-98; James W. P. Campbell, *The Library: a world history*, Londres, Thames & Hudson, 2013, pp. 133-135.

<sup>269</sup> Como respetivamente, defenderam as congregações dos Mauristas e da Trappe – um espaço reservado dentro da cidade, ou o isolamento no campo, quase um “complexo de apartamentos” nos primeiros, *versus* uma inclinação pré-romântica pelo medievalismo (Claire Lesegretain, *idem*, pp. 55-56; Michel Bouttier, *idem*, p. 94).

<sup>270</sup> Como na abadia de Melk (1702-1718), onde domina o pitoresco e o luxo, erigindo um conto-de-fadas no alto do monte: Christian Norberg-Schulz, *idem*, pp. 20; James W. P. Campbell, *The Library...*, *op. cit.*, pp. 174-179.

<sup>271</sup> Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, pp. 30-36; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 646-649.

porém, a dinastia brigantina adotou um tom reforçadamente chão (quicá mais até do que em tempos tardo-joaninos e sebásticos), temperado de alusões revivalistas, como vimos no capítulo anterior. Não é que as obras restauracionistas não possam suportar uma leitura de prenúncios (ou de perceções discretas) dum Barroco já enunciado noutras paragens, quer as apelidemos de “proto-barrocas” ou não<sup>272</sup>; mas, mais ainda, é preciso reconhecer que mesmo o discurso tectónico predominantemente sóbrio foi, na prática, gradualmente redefinido por uma adjetivação com recurso a elementos de campos para-arquitetónicos, como a mesma pintura, mas sobretudo a azulejaria e a talha, quando estas evoluíram mais precocemente para modos efetivamente barrocos: nessa categoria cabem o azulejo figurativo em azul e branco (aparecendo, por importação da Holanda, no palácio Fronteira em 1667 e nacionalizando-se com o trabalho de Gabriel del Barco, sobretudo na última década da centúria)<sup>273</sup> e a talha em “estilo nacional” (a partir de 1669, pelo menos)<sup>274</sup>. Houve por conseguinte espaços de um Barroco “orgânico”, pelo menos por volta do último terço do século XVII<sup>275</sup>. Ainda assim, o Barroco arquitetónico como tal só emerge propriamente com a década de 80 de Seiscentos, com João Antunes e o projeto da reedificação da igreja de Santa Engrácia – decidida em 1681, com traças de 1683 e em obra c. 1692<sup>276</sup> – como acabam por reconhecer quase todos os autores, independentemente das diversidades de interpretação

---

<sup>272</sup> É uma discussão que já foi feita no capítulo anterior, onde ela era relevante, até pela existência de uma arquitetura crúzia que era preciso enquadrar, o que acontece menos neste momento.

<sup>273</sup> Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 119-124; José Fernandes Pereira, “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 35-36, e “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 19.

<sup>274</sup> Talha que, nesse registo inspirado pelo Românico, ainda cumpre o figurino de revivalismo nacionalista da arquitetura da Restauração: Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 95-114; Paulo Pereira, *idem*, pp. 643-646; José Fernandes Pereira, “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 11-13.

<sup>275</sup> Sintomaticamente, os exemplos já nítidos aparecem por alturas do tratado de Lisboa, que restabeleceu a paz com Espanha (1668), e deu portanto início à mesma estabilidade que sempre esteve associada ao início do Barroco em toda a Europa; os casos típicos invocados na historiografia são a desaparecida igreja de Nossa Senhora do Loreto (c. 1668, feita pela comunidade italiana em Lisboa, com material largamente importado), a igreja do convento dos Cardais (1681-1692), e as igrejas bracarenses de São Vítor (1686) e São Vicente (c. 1689-1691), afinal maioritariamente posteriores a Santa Engrácia. Note-se que muitos dos exemplares restauracionistas anteriores, sustentavelmente “proto-barrocos”, se aproximam também desta cronologia, ou pelo menos se seguem às vitórias militares quase definitivas do Ameixial (1663) e de Montes Claros (1665), como é o caso da igreja da Piedade de Santarém (c. 1664), a do Carmo de Évora (1665-1691) e do Palácio Fronteira (c. 1668-1678).

Ler: José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 17-29; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 13-39; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 10-37; “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 11-17); Fernando António Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa: época moderna (1500-1800)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992, pp. 68-72; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 141-141, 152; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, “Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *op. cit.*, 1.ª série, vol. IV, 2005, p. 139; Paulo Pereira, *idem*, pp. 630-646.

<sup>276</sup> Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, pp. 270-289; Paulo Pereira, *idem*, pp. 652-654; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 155 e 160-162; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 72-75; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 31-37; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 40-45; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 38-39; “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 17 e 76). Note-se que a obra surge quando a legitimidade da dinastia está reconhecida, se define quando o reinado de D. Pedro II se torna efetivo, e passa à prática quando a economia recupera (pouco antes, aliás, do começo do desembarque do Quinto aurífero) e a sucessão do trono está assegurada (com o nascimento do futuro D. João V, em 1689).



estilística<sup>277</sup>.

Santa Engrácia, como peça de sedução arquitetónica (abordando convidativamente o observador exterior, maravilhando-o no interior, e emergindo como uma escultura do tecido urbano) e, portanto, como instrumento de proselitismo religioso e de afirmação política (sinalizando a Restauração no perfil de Lisboa), é um protótipo acabado do novo modo, incluindo nas suas alusões romanas (nem que em leitura francesa), transplantado para o ambiente luso<sup>278</sup>. Mesmo que minimamente aclimatado ao panorama nacional (referindo, para com ela rivalizar, a igreja de São Vicente de Fora<sup>279</sup>, e refletindo o gosto restauracionista pelos mármore policromos, incorporando a mestria de João Antunes para a entársia<sup>280</sup>) e não deixando de ter algumas repercussões – na obra do seu executor<sup>281</sup> (de quem constituiu a formação arquitetónica)<sup>282</sup> e noutros<sup>283</sup> – foi um projeto inacabado e relativamente rejeitado no panorama nacional<sup>284</sup>. Iniciou, de qualquer forma – estabelecendo-lhe uma fasquia alta de referência – o que podemos chamar de o ciclo do Barroco cortesão português, um pouco mais erudito e plasticamente contido que outras dinâmicas contemporâneas nacionais, e que se estende sensivelmente até à morte de D. João V, em 1750<sup>285</sup>. Este figurino de prestígio, próximo da Coroa, terá naturalmente uma encarnação

---

<sup>277</sup> Reynaldo dos Santos acha que há um “Barroco severo” desde Afonso Álvares (*op. cit.*, pp. 8-10) mas assinala novo ciclo com João Antunes (*idem*, pp. 36-38); Flório de Vasconcelos segue-o, mas também põe uma rótula em Santa Engrácia (*História da Arte em Portugal, op. cit.*, pp. 87-89); José Fernandes Pereira tem defendido um “período de experimentação” ou de “arquitetura como suporte decorativo”, de 1650 a 1690 (e mesmo desde 1605), mas põe frequentemente Santa Engrácia como assinalando a consolidação estilística (*Arquitetura Barroca em Portugal, op. cit.*, p. 31; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 40; “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 20); Fernando António Baptista Pereira, um pouco mais claramente, diz que há tentativas anteriores, mas que a renovação acontece com Santa Engrácia (*op. cit.*, p. 72); Vítor Manuel Serrão é o mais convicto, e quer mesmo ver um *scarto*, uma pequena revolução sem antecedentes claros e da qual não haverá regresso, neste projeto (*op. cit.*, p. 155); Paulo Pereira opta por afastar-se dessa teoria e volta a datar o Barroco (ou “o «estilo» católico”, como escreve) de pelo menos 1642 (“O barroco «nacional»”, *in Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 615), mas diz ao mesmo tempo que “Um dos monumentos barrocos portugueses *mais precoces* é a Capela de São Gonçalo no Mosteiro de São Domingos de Benfca, Lisboa (c. 1680-1685, atribuída a João Antunes).” (*idem*, p. 638; sublinhado meu), pelo que destaca afinal João Antunes, e se parece fixar na cronologia de Santa Engrácia, para uma plena arquitetura barroca.

<sup>278</sup> Paulo Varela Gomes demonstrou como o partido de Santa Engrácia será baseado em projetos de arquitetos franceses apresentados ao concurso clementino de 1677 na Accademia di San Lucca de Roma (em união com a Académie Royale galesa), embora aceite a influência complementar e menos direta da planta proposta para São Pedro de Peruzzi, divulgada por Serlio no Livro III do seu tratado (*Arquitetura, religião e política...*, *op. cit.*, pp. 276-285; ver também Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 652-654).

<sup>279</sup> Ver nota 32 deste capítulo; voltaremos a esta questão mais adiante.

<sup>280</sup> José Fernandes Pereira, “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 46, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 17-20; Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 288-289; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco, op. cit.*, p. 156; Paulo Pereira, *idem*, p. 654.

<sup>281</sup> Nomeadamente na igreja do Bom Jesus da Cruz, de Barcelos (1704): José Fernandes Pereira (*Arquitetura Barroca em Portugal, op. cit.*, pp. 43-44, “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 39, “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 21); Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 75; Paulo Varela Gomes, *idem*, p. 291 e 292; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 162-163.

<sup>282</sup> Que não tinha antes (Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 270-276).

<sup>283</sup> O exemplo mais claro – se não único – é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Congregados de Estremoz (1697): José Fernandes Pereira (*Arquitetura Barroca em Portugal, op. cit.*, pp. 153-154; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 45; *Arquitetura e escultura de Mafra...*, *op. cit.*, p. 32; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 39, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 21); Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 167.

<sup>284</sup> José Fernandes Pereira (*Arquitetura Barroca em Portugal, op. cit.*, pp. 36-37; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 41; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 38-39, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 21) e Paulo Varela Gomes, *idem*, p. 288.

<sup>285</sup> O que José Fernandes Pereira chamou, no Barroco, a “arquitetura dos arquitectos” e a “arquitetura da Corte no período joanino” (*Arquitetura e escultura de Mafra...*, *op. cit.*, p. 25, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 21 e 23).

*petrina*, pela mão sobretudo de João Antunes<sup>286</sup>, e uma, subsequente, *joanina*, encabeçada por Johann Friedrich Ludwig/João Frederico Ludovice<sup>287</sup>. A primeira, mais expressamente contrarreformista e nacionalizada<sup>288</sup>, caracteriza-se pela elaboração de uma série de soluções de revisão de protótipos maneiristas, através de processos de manipulação formal lúdica e sugestão de centralização, simultaneamente engenhosos e pragmáticos<sup>289</sup>. A segunda, por seu lado, de expressão absolutista e internacionalizante, alegoriza a grandeza sacral do rei e do reino, insistindo numa adjetivação romana<sup>290</sup>,

---

<sup>286</sup> Reynaldo dos Santos, *op. cit.*, pp. 36-54; Flório de Vasconcelos, *idem*, pp. 87-89; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal, op. cit.*, pp. 31-51; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 33-40 e 50-54; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 38-39 e 52, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 17-21); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 9-10; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 72-75; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 155-168; Paulo Pereira, *idem*, pp. 638-639 e 652-659.

<sup>287</sup> Reynaldo dos Santos, *op. cit.*, pp. 54-57; Flório de Vasconcelos, *idem*, pp. 90-91; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal, op. cit.*, pp. 53-100; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 52 e 56-57; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 49-64, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 22-33); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 7-8, 11 e 14-27; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 75-80 e 84-85; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 181-194; Paulo Pereira, *idem*, pp. 668-681; Eduardo Duarte, “De França à Baixa, com passagens por Maфра – as influências francesas na arquitectura civil pombalina”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 21, Setembro, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 83-84.

<sup>288</sup> Não deixam porém de ser plausíveis um conjunto de influências internacionais (apesar de opinião em contrário de José Fernandes Pereira, em “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 38-39), mesmo para além, e quiçá mais fortemente até, que a que chega de Itália (não obstante a relevância que certos autores atribuem à precoce importação de colunas salomónicas e outros elementos decorativos para a igreja lisboeta do Loreto, em 1671 – José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal, op. cit.*, p. 18; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, pp. 14 e 39, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 17; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 152).

A possibilidade mais forte será a de um influxo francês, dada a aliança militar durante as guerras restauracionistas, que se traduzirá nomeadamente no casamento de Afonso VI em 1666 com Maria Francisca de Saboia (Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV, “Reis de Portugal”/XXI*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2008, pp. 109, 212-213, 221, 303-304 e 332; Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI, “Reis de Portugal”/XXII*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 79-80, 92, 165-175 e 200-201; Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II, O Pacífico (1648-1706)*, “Reis de Portugal”/XXIII, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2007, pp. 143); não faltam, além disso, registos de contactos artísticos com a França (Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 342-355; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 151) e é indiscutível a presença entre nós de muitos engenheiros-arquitetos franceses, entre outros artistas (nomeadamente o influente Miguel de L’École/Lescolle e Claude Laprade; ler: Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 138-142 e 170-173; Paulo Pereira, *idem*, pp. 625-627); são reconhecidos também traços franceses na arquitectura civil da segunda metade de Seiscentos (Carlos de Azevedo, *Solares portugueses - introdução ao estudo da casa nobre*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 57; Marcus Binney, *Casas Nobres de Portugal*, Lisboa, Difel, 1987, p. 10; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 145-146).

Não é de afastar igualmente alguma importância da arquitectura inglesa, dada a aliança renovada com a Grã-Bretanha e o casamento em 1662 de D. Catarina de Bragança com o rei Carlos II, e o seu regresso a Portugal em 1693 (Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *idem*, pp. 91-95; Maria Paula Marçal Lourenço, *idem*, pp. 219-224; Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, p. 20).

Ambas as ligações podem ter ajudado a reforçar a formulação de um barroco volumétrica e tectonicamente contido, e uma predisposição para reavaliar, mais do que ultrapassar, os modelos maneiristas, como o são notoriamente os barrocos nesses dois países – aliás com relações de proximidade entre si, como já vimos.

<sup>289</sup> É possível perceber os motes anteriores que, depois de trabalhados, dão origem aos enunciados-tipo antuninos: **Santa Engrácia** (1683-1692) é também uma glosa ao projeto de São Vicente de Fora (ver notas 32 e 279; voltaremos a esta questão adiante); **Atouguia da Baleia** (1694-1698) deriva em grande parte das igrejas basilicais “em caixa” de que falámos no capítulo anterior, da Graça de Setúbal a São João Batista de Angra (José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Lisboa, editorial Presença, 1991, p. 71, José Fernandes Pereira, “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 58; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 163); a solução plasmada em **Santo Elói** (1694) e no **Menino-Deus** (1711) espelha São Roque, da planta com 4 capelas em cada lado e púlpito a meio da nave, ao alçado interior com arcadas, sobre as quais há uma galeria com janelas de sacada e a cobertura em teto plano, com a aplicação de uma torção a 45º das capelas laterais extremas (Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 302-304); o **Bom Jesus da Cruz** (1704), por sua vez, aprende por um lado com Santa Engrácia (ver nota 281, acima), mas também revisita a cruz grega com cruzeiro de cantos cortados, executado na igreja da Piedade de Santarém (como constata – separadamente, sem fazer a relação direta – Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 253-254, 291 e 302-304).

<sup>290</sup> Reynaldo dos Santos, *idem*, p. 57; Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 90; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal, op. cit.*, pp. 47-49; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 56; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 51 e 58, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 22); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 7-8 e 15-16; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 78; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 182-185; Paulo Pereira, *idem*, pp. 669-670 e 672-673.

ainda que não isenta de sinais nacionalistas<sup>291</sup>, e mesmo, secundariamente, germânicos e franceses<sup>292</sup>. Em paralelo, o Barroco orgânico autóctone, ligado à encomenda de círculos não cortesãos e regionais<sup>293</sup>, permanece e vai absorvendo e transformando os modelos antuninos durante o reinado de D. João V<sup>294</sup>, preenchendo-os a estuque e mármore a Sul, forrando-os a cantaria a Norte<sup>295</sup>, revestindo-os a talha (já joanina)<sup>296</sup> e azulejo<sup>297</sup>, e ilustrando-os por *quadratura*<sup>298</sup>, em todo o país.

Ainda durante o reinado d'*O Magnânimo*, porém, começa a ser sensível a iminente eclosão da mutação estilística de que já falamos a nível internacional, iniciando uma segunda fase deste período. Sendo ela própria baseada em modelos já tardo-barrocos, de Carlo Fontana – tal como o nosso Renascimento se alimentara de tratadística e exemplos já maneiristas – a arquitetura joanina começa gradualmente

---

<sup>291</sup> Bastará ver-se, em Mafra, epitome e apogeu da arquitetura joanina, a citação do torreão do palácio da Ribeira, as sugestões de São Vicente de Fora, e até um certo aspeto de “castelo”, sinais que ultrapassam uma aparente exclusividade de refentes estrangeiros; por outro lado, o gosto arreigado pelos mármore policromos, tão presente em Mafra, não deixa de ser uma persistência de preferências da arquitetura da Restauração e do Barroco petrino (ver nota 280, acima).

<sup>292</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 90; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 47-48; “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 52; *Arquitectura e escultura de Mafra...*, *op. cit.*, pp. 152-154, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 22); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 7-8; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 211-213 e 216; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 78-80; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 181-182; Paulo Pereira, *idem*, pp. 669-671. Sendo obviamente secundárias à caução primordial dos empréstimos romanistas, é difícil não aceitar que, voltando a Mafra, não esteja ali a *ideia* das abadias-palácio, prestigiadas pela emergente Coroa austríaca, com que D. João V tinha laços familiares próximos (e com exemplos contemporâneos importantes na Suábia, onde nascera e estudara Ludovice, como Weingarten, Marchtal ou Ottobeuren). Sem cotejos diretos, também não vejo porque não reconhecer que D. João V, admirador confesso de Luís XIV, teria considerado o confronto de Versalhes neste imenso palácio suburbano com um vasto parque; há mesmo sugestões próximas – os apartamentos do rei e da rainha, à esquerda e direita de quem chega, e a igreja com abóboda de penetrações, como era recorrente na arquitetura francesa (e existe na capela de Versalhes).

<sup>293</sup> Das sociedades de mestres-pedreiros e “curiosos de arquitetura”, que asseguram tarefas de projeto ao nível local, aos inúmeros “padres-arquitetos” que produziam no contexto de Ordens religiosas, sequazes de gostos regionais e tradicionalismos estilísticos: Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 168-170; Paulo Pereira, *idem*, pp. 695-696.

<sup>294</sup> Dentre os principais modelos antuninos, **Santa Engrácia** é a único com reprodução ainda petrina (e isolado, como vimos), na igreja dos Congregados de Estremoz (1697-1718); **Atouguia da Baleia** dará o mote ao Santuário dos Milagres de Leiria (iniciado em 1732, datando a sua feição atual de 1740-1750), à Capela de Nossa Senhora da Encarnação, também em Leiria (com grandes alterações de c. 1761-1769), e talvez ao Santuário da Nazaré (c.1717?); a matriz de **Santo Elói/Menino Deus** terão, no Portugal metropolitano, sequência na Igreja dos Navegantes de Cascais (c.1729), em Santo Ildefonso no Porto (c.1730), Santo Estêvão em Alfama (1734), São João Batista de Campo Maior (1734), na igreja de São Caetano dos Teatinos de Lisboa (antes de 1748), e mesmo, já filtradamente, nos exemplos do Senhor da Pedra de Óbidos (1747), na igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas (1753) e em Nossa Senhora da Assunção de Messejana (c.1758), três casos que juntam ao figurino torres frontais a 45°. A planta do **Bom Jesus da Cruz** pode ser a raiz da composição interior de Nossa Senhora das Barrocas em Aveiro (1722), do mesmo Senhor da Pedra de Óbidos (1747), de Santa Madalena da Falperra (antes de 1753) e da igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas (1753).

Cf. Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 160, 163-164, 168, 169, 186, 188 e 270; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. p. 157 e 160, e “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 75); Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, “Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica...”, *op. cit.*, pp. 140 e 144-145; Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 302-304 e 368-370; Rosário Carvalho, “Capela de Nossa Senhora da Encarnação”, in D.G.P.C., *Património Cultural*, s. d. [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 21-6-2018]; José Falcão e Ricardo Pereira, “Ermita de Nossa Senhora da Assunção/Igreja de Nossa Senhora da Assunção”, 1996, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 19-6-2018].

<sup>295</sup> Como a própria igreja do Bom Jesus da Cruz, com azulejos e talha aplicados após 1725-1730 (José Fernandes Pereira, “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 21; Paulo Pereira, *idem*, p. 657), mas também a de Santo Ildefonso, no Porto, por volta de 1730 (Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, p. 140) e até Santa Madalena da Falperra, cujo edifício é de antes de 1753, de Manuel Fernandes da Silva, e é faceado por André Soares, depois (Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 270); no que diz respeito ao Sul do país, pense-se, por exemplo, nos estuques da igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas, de 1753 (José Fernandes Pereira, “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 75; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 188), ou de Messejana, c. 1758 (José Falcão e Ricardo Pereira, *idem*).

<sup>296</sup> O modo joanino na talha surge c. 1706 e é dominante por volta de 1720 (Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 195-205; Paulo Pereira, *idem*, pp. 696-701).

<sup>297</sup> O “ciclo dos grandes mestres”, da primeira metade XVIII, com ponto alto em António de Oliveira Bernardes e seu filho Policarpo de Oliveira Bernardes, trabalhando de Almancil a Viana (Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 209-225; Paulo Pereira, *idem*, pp. 701-704).

<sup>298</sup> O género é cultivado da chegada de Vincenzo Baccherelli em 1702 até fundamentalmente ao terramoto (Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 246-263).

a acolher a plástica rococó<sup>299</sup>, embora sobretudo mostrando sinais de evoluir para uma mentalidade tardo-barroca, nomeadamente na realização tecnicista e pragmática, de engenheiros, por exemplo no sistema das Águas Livres, a partir de 1731<sup>300</sup>, assim como nalguma arquitetura residencial e urbanismo colonial<sup>301</sup>. Nos circuitos alternativos de encomenda, é pelo contrário a abertura ao Rococó que se vai maioritariamente detetando, tanto em paragens meridionais (olhe-se para a igreja de São João Batista de Campo Maior, de 1734<sup>302</sup>, o santuário de Nossa Senhora de Aires, de 1743-1760<sup>303</sup>, a igreja do Carmo de Faro, de c. 1747<sup>304</sup>, ou Câmara de Vila Viçosa, de 1754<sup>305</sup>), como, e especialmente, no Norte do território.

Do Vouga ao Minho, no núcleo duro duma primaz arquidiocese de Braga, relegada agora para segundo plano pelo patriarcado quase papal de Lisboa<sup>306</sup>, e coutada duma nobreza antiga mas não diretamente cortesã, reforça-se uma identidade alternativa<sup>307</sup>, duma mentalidade mais emocional e introspetiva, onde se misturam orgulho periférico (agarrando-se ao Barroco orgânico e não ultrapassando as soluções de João Antunes, que ainda produzira para Aveiro, Barcelos e Braga) e contactos internacionais autónomos. Se a arquitetura de iniciativa joanina é ostensivamente romana, o cabido do Porto chamou por 1725 Niccolò/Nicolau Nasoni, um italiano setentrional (nascido na Toscana em 1691, formado artisticamente

---

<sup>299</sup> Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, p. 92; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 80; José Fernandes Pereira, “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 26 e 33.

<sup>300</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 79-80; Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 22; Vitor Manuel Serrão, *idem*, pp. 191-194; Paulo Pereira, *idem*, pp. 678-679; Walter Rossa, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 21, *op. cit.*, pp. 32-36; Helena Murteira, “Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755)”, in *idem*, pp. 52-56.

<sup>301</sup> Na obra de João Frederico Ludovice, já são consistentemente tardo-barrocos, e particularmente prefiguram o Pombalino, a Quinta da Alfarrobeira (1727) ou o Palácio Ludovice (1747), por exemplo (Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 80; Eduardo Duarte, *idem*, pp. 81-82; José Fernandes Pereira, “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 45). Igualmente antecipadoras de formalizações posteriores são a planificação de Vila Boa de Goiás (1736), de Mariana (1745) e Vila Boa da Santíssima Trindade (1746-1752), entre outras iniciativas (Vitor Manuel Serrão, *idem*, pp. 189-190).

Sinal paradigmático dessa pluralidade de aberturas do Barroco joanino é também a capela de São João Batista da igreja de São Roque (1742-1751), que a historiografia já quis ver como ilustrando uma, outra, ou ambas as sensibilidades: em Flórido de Vasconcelos, é suposto anunciar o Neoclássico (*idem*, p. 103); José Fernandes Pereira começa por concordar com ele, em 1986, hesita em 1997, e em 2009 admite a presença simultânea na capela de classicização e Rococó (respetivamente: *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 95-99; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 55-56, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 24-26); Nelson Correia Borges já em 1986 se inclinava por essa dicotomia (“O Barroco joanino”, *op. cit.*, p. 24), escrevendo na mesma obra em que Regina Anacleto continuava a ver a capela como um dos primeiros indícios de Neoclassicismo (“Neoclassicismo e Romantismo – Arquitectura”, in AAVV., *História da Arte em Portugal*, *op. cit.*, vol. 10, pp. 24-25); Vitor Manuel Serrão, em 2003 (*idem*, pp. 207-208), avalia-a estilisticamente como tardo-barroca e “de retoma classicista”, acrescentando que o faz por pensar “ao contrário do que já se tem afirmado, vendo na obra uma precoce afirmação do figurino *rocaille*”, mas – na mesma página – admite que contém soluções decorativas pontuais, “algumas já de sabor *rocaille*”...

<sup>302</sup> Flórido de Vasconcelos, *idem*, p. 94; José Manuel Pedreirinho, “Arte Rococó em Portugal”, in Flavio Conti, *op. cit.*, p. 64 (sobre a obra: José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 154).

<sup>303</sup> Flórido de Vasconcelos, *idem*, *ibidem*; José Manuel Pedreirinho, *idem*, *ibidem*; Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 25-26 (sobre a obra: José Fernandes Pereira, *idem*, pp. 154-155).

<sup>304</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 156; Vitor Manuel Serrão, *idem*, p. 177.

<sup>305</sup> Flórido de Vasconcelos, *idem*, *ibidem*; José Manuel Pedreirinho, *idem*, *ibidem*; José Fernandes Pereira, “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 95.

<sup>306</sup> Ver nota 77 deste capítulo.

<sup>307</sup> É interessante lembrar que já víamos um fenómeno paralelo, em causas e conseqüências artísticas, no início da dinastia de Avis, dentro do Tardo-Gótico.

em Bolonha e Siena entre 1713 e 1720), vindo até nós após estágio no extremo Sul, em Malta (c. 1723-1724)<sup>308</sup>; contra a prevalência transalpina em geral, a *Nova Bracara* barroca prefere alimentar-se de sugestões alemãs e francesas<sup>309</sup>; em vez da quadrícula urbanística e da “praça universal”<sup>310</sup>, o Norte inclina-se para uma plástica escultórica de silhueta urbana<sup>311</sup> e de topofilia paisagística<sup>312</sup>.

A definição de uma arquitetura que gravita para o Rococó, no Norte, tem duas fases sensíveis: uma inicial, de transição, em que soluções estruturalmente barrocas (e por vezes quase epimaneiristas) acolhem o ornato *rocaille*<sup>313</sup>, e uma subsequente em que a plástica tectónica, o espírito espacial e a abordagem urbana já incorporaram uma mentalidade integralmente Rococó<sup>314</sup>. A primeira tem início no Porto com a sede vacante da diocese (1716-1741), e eclode em Braga no decurso da prelatura de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728); corresponde à obra de António Pereira e Nicolau Nasoni, a partir da Invicta, e de Manuel Fernandes da Silva, na cidade dos arcebispos. O período posterior está instalado pela década de 50 de Setecentos, na obra tardia de Nasoni<sup>315</sup> e na inicial de José de Figueiredo Seixas, e sobretudo no trabalho de André Soares e Fr. José de Santo António Vilaça.

É, portanto, já no reinado de D. José I que um Rococó de pendor germânico e gálico domina assumidamente a arquitetura nortenha, instalando-se assim no país uma situação de pluralismo estilístico que espelha a multiplicidade sociológica nacional. Com o regime pombalino e o terramoto de 1755, em Lisboa e

---

<sup>308</sup> Com uma certamente breve passagem em Roma – Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 91; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 114-116; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 68, e “Estética Barroca I..., *op. cit.*, pp. 71-73); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, p. 28; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 80; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 267; Paulo Pereira, *idem*, p. 713.

<sup>309</sup> Em André Soares e Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, as fontes iconográficas são as gravuras parisienses de Juste-Aurèle Meissonnier, Abraham Bosse, Charles-Étienne Briseux e de Charles-Antoine Jombert, assim como gravuras de Augsburg, dos irmãos Klauber, de Jeremiah Wolf, Martin Engelbrecht e de Franz Xaver Habermann (Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 92; Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, p. 92; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 269 e 275; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, p. 141; José Fernandes Pereira, “Estética Barroca I..., *op. cit.*, p. 78; Paulo Pereira, *idem*, pp. 726-727).

<sup>310</sup> Paulo Pereira, *idem*, p. 681 – sobre D. Tomás de Almeida, e a sua obra no Tojal como ilustração dessa ideia, *idem*, pp. 680-681; note-se, nesta diferenciação entre Centro e Norte, que este Patriarca é o mesmo que no Porto não consegue impor uma “plaza mayor” (embora o projeto, de 1691, o antecederesse), quando ali foi bispo, entre 1707 e 1717 (José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 80-81, “Resistências e aceitação do espaço barroco..., *op. cit.*, pp. 62-63, “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 44-45; “Estética Barroca I..., *op. cit.*, p. 40).

<sup>311</sup> No Porto, essa abordagem da iconográfica da massa é bem traduzida na introdução do Paço Episcopal e do conjunto dos Clérigos, em particular pela torre.

<sup>312</sup> Exemplarmente nos *sacri monti* do Bom Jesus e de Nossa Senhora dos Remédios, mas também nas portuenses igrejas “simétricas” de topo de colina dos Clérigos e Santo Ildefonso, e em geral na implantação de solares e torres na paisagem do Entre-Douro-e-Minho.

<sup>313</sup> Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 66-68; Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 91; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 103-113; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 68-70; “Estética Barroca I..., *op. cit.*, pp. 62-71 e 76-78); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 28-32 e 39; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 80-83; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 266-267; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, pp. 138-141; Paulo Pereira, *idem*, pp. 710-718.

<sup>314</sup> Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 69-73; Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 92; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 113-116, 118-120 e 122-133; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 70-75; “Estética Barroca I..., *op. cit.*, pp. 73 e 78-83); Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, pp. 111-116; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 80-84; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 268-272; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, pp. 136 e 140-141; Paulo Pereira, *idem*, pp. 715-716 e 718-728.

<sup>315</sup> Nomeadamente na fachada da igreja da Misericórdia do Porto (1749); o complexo dos Clérigos percorre toda a evolução do arquiteto – de neófito em afirmação, recorrendo a soluções barrocas marcadamente italianas, sofisticadas e de prestígio na igreja (da planta oval ao altar marmóreo e não em talha), a mestre estabelecido, aplicando processos de distorção formal e dissolução estrutural rococó sobre um esquema de classicismo elementar, no campanário tardio (composta por *podium*/andar apilastrado com ventanal/platibanda, atrás da qual surge uma “cúpula” sugerida, com templete avarandado).

na sua área de influência, o governo vai patrocinar um Tardo-Barroco pleno, iluminista, com notas de academismo francês (e dos movimentos ingleses e italianos com ele sintonizados)<sup>316</sup>, enquanto a corte e a Igreja cultivarão um Rococó de escapismo<sup>317</sup>, ainda italianófilo, por vezes revivalista<sup>318</sup>; longe da capital, diferentemente das suas escolhas e a par do figurino alternativo do Norte<sup>319</sup>, o Rococó continua a misturar-se ao Barroco vernacularizado, do Alentejo ao Algarve<sup>320</sup>.

A *Viradeira* mariana, em arquitetura como em política, será um regime de síntese, equilibrando um “regresso a Mafra” com uma discreta continuidade do pragmatismo pombalino, e finalmente acolhendo uma resolução classicista, gradual, das diferentes sensibilidades estéticas nacionais, assim convergindo com processos paralelos das outras geografias estilísticas portuguesas<sup>321</sup>. Se o trono e o altar se reúnem sob D. Maria I, e lentamente aceitam afinal um novo gosto internacional neoclássico, o antecedente sistema edificatório do Estado pombalino, mais programático que estético, incorporará facilmente o emergente formato, racional e regrado por natureza (como se vê na obra de William/Guilherme Elsdén em Coimbra)<sup>322</sup>; aliás, um fenómeno curioso ocorrera na intervenção pombalina no Porto, conduzida pelo primo do Marquês, João de Almada e Melo (e depois pelo seu filho, Francisco de Almada e Mendonça), entre 1757 e 1804, em que um planeamento urbanístico feito no espírito da reconstrução de Lisboa, vai, sob influência da forte comunidade britânica e do cônsul John Whitehead,

---

<sup>316</sup> Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 193-194; Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 103; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 135-140; “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 40-47); Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, pp. 94-100; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 88-91; José-Augusto França, *O Pombalismo e o Romantismo*, “História da Arte em Portugal”/5, Lisboa, editorial Presença, 2004, pp. 14-27; Paulo Pereira, *idem*, pp. 728-739. Ler também, sobre as influências internacionais no Pombalino: Walter Rossa, *idem*, pp. 36-38; Leonor Ferrão, “Um oficial do Génio e a Nova Lisboa”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 21, *op. cit.*, pp. 71-72; Eduardo Duarte, *idem*, pp. 76-86.

<sup>317</sup> Que se vê logo, e até no programa, na Ópera do Tejo (1755), mas também no palácio de Queluz (nas obras de Robillon, a partir de 1758), na Igreja da Memória (1760) e talvez ainda na ideia original do convento e basílica da Estrela (c.1760): Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 194-198; Flório de Vasconcelos, *idem*, pp. 92-94; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 141-146; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 81; “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 48-53); Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, pp. 100-103 e 109; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 91; Paulo Pereira, *idem*, pp. 728 e 740-744.

<sup>318</sup> Além de um revivalismo relativo, de recuperação mafrense, o revivalismo *stricto sensu*, como na neogótica reconstrução do Convento do Carmo de Lisboa, entre outros exemplos: Raquel Henriques da Silva, “Arquitectura religiosa pombalina”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 21, *op. cit.*, pp. 112 e 113; Paulo Pereira, *idem*, p. 765.

<sup>319</sup> O Rococó túrgido, gordo, vibrante (olhando para a Alemanha e a França) setentrional, *versus* o Rococó suave, cremoso, flutuante (filo-italiano), do Sul.

<sup>320</sup> Além do que já falámos antes (ver notas 302 a 305, acima), a talha dourada torna-se rococó, no Sul, entre as décadas de 1750 e 1770 (Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, p. 94; Vítor Manuel Serrão, *idem*, pp. 276-278).

<sup>321</sup> Ao regime corresponde uma estilística plural, que tanto regressa ao Barroco de Mafra, como na basílica da Estrela (Mateus Vicente de Oliveira e Reinaldo Manuel dos Santos, 1778-1789) como envereda pela classicização do Picadeiro Real de Belém (Giovanni Giacomo Azzolini, c. 1787) e do Erário Público (José Costa e Silva, 1789) – Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 196-201; Flório de Vasconcelos, *idem*, pp. 93-94; José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 146-148; “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 82-84; “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, pp. 53-54); Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, pp. 103-110; Regina Anacleto, *idem*, pp. 8 e 25; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 91-92; José-Augusto França, *idem*, pp. 31-36; Paulo Varela Gomes, “Expressões do Neoclássico”, *op. cit.*, p. 7, e “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 21, *op. cit.*, p. 136; Paulo Pereira, *idem*, pp. 744-746.

<sup>322</sup> Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, p. 111; Regina Anacleto, *idem*, pp. 39-40, e “O arquitecto José do Couto em terras da Beira”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 652-653; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, pp. 91-92; Rui Pedro Lobo, *Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo – evolução e transformação no espaço urbano*, Coimbra, EDARQ, 1999, pp. 67-75; Paulo Pereira, *idem*, pp. 755 e 765. Elsdén que, dando mais um passo na evolução estilística, também faz Neogótico na sala dos reis de Alcobaça, em 1792 (Paulo Pereira, *idem*, pp. 765-766).

ser de forma precoce realizado arquitetonicamente em classicismo neo-paladiano<sup>323</sup>. Em simultâneo, e sob a influência do arcebispo D. Gaspar de Bragança (quicá ele próprio procurando uma alternativa diferenciadora, face aos predecessores e à imagem pombalina), a própria arquitetura nortenha de raiz eclesiástica se converte a um modo classicizante, com Carlos Amarante, que contribuirá ele também para a nova face do Porto almadino<sup>324</sup>. Em rota igualmente convergente, no extremo meridional oposto, o bispo de Faro, D. Francisco Gomes de Avelar (b. 1789-1816), toma a iniciativa de convidar o genovês Francesco Saverio/Francisco Xavier Fabri, que conduz uma renovação neoclássica de Faro por volta de 1790<sup>325</sup>.

O fim do arco do Barroco e a aproximação ao Neoclássico acontecem assim, e enfim, pela sintonia dos diferentes focos da segunda metade do século XVIII, e este último está consagrado por alturas da regência do futuro D. João VI, pelas mãos de Costa e Silva e Fabri, ainda antes das convulsões napoleónicas e liberais, que virão a dar ao classicismo um sentido ideológico<sup>326</sup>.

É curioso, em conclusão, verificar como o estereótipo arquitetónico de Maфра – em planimetria e disposição volumétrica – foi um nódulo operativo nesta segunda metade do século. Tendo o complexo joanino, se bem que iniciado em 1717, só tomado forma definitiva (e visível) entre 1729 e 1744<sup>327</sup>, e dada a paradigmática décalage de absorção da novidade em arquitetura, é compreensível que só por meados de Setecentos a disposição volumétrico-funcional mafrense tenha sido emulada (muito embora os ecos em arquitetura estritamente eclesial se tenham feito sentir mais rapidamente); é, no entanto, lícito aceitar que houvesse igualmente um quociente de resistência na aparição de ecos de Maфра por volta da mudança para o reinado josefino, até pela sua sistemática associação a encomendadores não diretamente ligados ao centro do poder estatal: nessa classe encontramos o Seminário de Coimbra (1748-1765, de Fr. João da Soledade, por promoção de D. Miguel da Anunciação)<sup>328</sup>, a ampliação de

---

<sup>323</sup> Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 205-206; Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 105; José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 120-122; Regina Anacleto, “Neoclassicismo e Romantismo...”, *op. cit.*, pp. 11-22; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 92; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, pp. 147-150; José-Augusto França, *idem*, pp. 39-42; Paulo Varela Gomes, “Expressões do Neoclássico”, *op. cit.*, pp. 14-17; Paulo Pereira, *idem*, pp. 738 e 754-756.

<sup>324</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, pp. 105-106; José Fernandes Pereira, *idem*, pp. 120 e 133-134; Regina Anacleto, *idem*, pp. 15-16; José-Augusto França, *idem*, pp. 42-44; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, pp. 142 e 150-151; Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 85-89; Paulo Pereira, *idem*, p. 756.

<sup>325</sup> Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, p. 110; Regina Anacleto, *idem*, pp. 24-39; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 92; Paulo Pereira, *idem*, p. 758.

<sup>326</sup> Reynaldo dos Santos, *idem*, pp. 194-205; Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 104; Regina Anacleto, *idem*, pp. 11-22; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 92; José-Augusto França, *idem*, pp. 35-39 e 49-51; Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 7-12; Paulo Pereira, *idem*, pp. 756-759.

<sup>327</sup> António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 178-186.

<sup>328</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 158, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 60; Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, p. 27.

Alcobaça após 1755 (que coloca o templo no centro numa aparente massa quadrangular)<sup>329</sup> e o noviciado jesuíta de Monte Olivete, à Cotovia (tal como era em 1755)<sup>330</sup>. No processo da reconstrução de Lisboa surgem reflexos latos da plástica mafrense na arquitetura religiosa da Baixa (e mais nítidos em iniciativas construtivas sacras fora da área de intervenção)<sup>331</sup>, assim como um projeto de conjunto comparável, no plano de reconversão de Santo Antão-o-Novo para hospital (1764, por Caetano Tomás de Sousa)<sup>332</sup>, igualmente fora da quadrícula pombalina e de autoria de um arquiteto da velha escola joanina. A Mafra se reporta evidentemente o projeto da reação mariana, a Basílica de Estrela (com génese no voto da princesa logo em 1760, embora só iniciado em 1778, quando já rainha)<sup>333</sup>, assim como outras empreitadas cortesãs, de meio até ao fim do século, como a reformulação do Paço da Bemposta por Manuel Caetano de Sousa (1755-1780)<sup>334</sup> e o Asilo de Inválidos Militares em Runa (José Costa e Silva, 1792)<sup>335</sup>. Mais interessante ainda é o recurso a esse formulário no processo de classicização da arquitetura do último quartel da centúria, surgindo na mole reedificada do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (Henrique Ventura de Sousa Lobo, 1778)<sup>336</sup>, no Hospital de São Marcos de Braga, promovido por D. Gaspar de Bragança (1787-1798)<sup>337</sup>, no Convento dos Lóios (Teodoro de Sousa Maldonado?, 1790-1798) e na Academia Real da Marinha (José da Costa e Silva, 1803/Carlos Amarante, 1807) do Porto<sup>338</sup>, no mesmo Asilo de Runa (1792) e, em última instância, até no partido de base do palácio da Ajuda (em 1795 como em 1802)<sup>339</sup>, que marca a assunção definitiva do Neoclássico.

<sup>329</sup> Ampliação para Este será de c. 1716-1725, mas a simetria da fachada principal é posterior a 1755 e durará talvez até à década de 70: Dom Maur Cocheril, *Alcobaça, abadia cisterciense de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, pp. 20 e 67; Luís Teixeira, Lina Marques e Margarida Elias, "Mosteiro de Alcobaça/Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça", 1992-2002-2013, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 20-6-2018].

<sup>330</sup> O "ar de Maфра" do noviciado pode ter sido também dado por Carlos Mardel, c. 1761-1766, na adaptação para Colégio dos Nobres (uma iniciativa pombalina, mas entregue a arquiteto joanino e destinada a clientela nobre): José Manuel Garcia, "A dinâmica da ocupação do espaço em Lisboa pela Companhia de Jesus", in MARADO, Catarina Almeida (ed.), *Monastic architecture and the city*, "CEScontexto-debates/06", Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 134-135 [em linha] disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/ces> [consultado em 20-06-2018].

<sup>331</sup> Raquel Henriques da Silva, "Arquitectura religiosa pombalina", *op. cit.*, pp. 110-113.

<sup>332</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 93; Nelson Correia Borges, "O período Rococó", *op. cit.*, p. 106; Ricardo Lucas Branco, "A igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo: estudo de um paradigma desaparecido", *Revista de História da Arte*, n.º 9, Lisboa, Instituto de História da Arte/FCSH-UNL, 2012, pp. 18-19 e nota 13.

<sup>333</sup> A igreja e a volumetria do conjunto são mafrenses, mas as fachadas secundárias dir-se-iam facilmente muito pombalinas (José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 146, e "Estética Barroca I...", *op. cit.*, p. 53; Fernando António Baptista Pereira, *idem*, p. 92). Adicionalmente, note-se que chegou a projetar-se a duplicação do convento em 1791, colocando igreja em centro da massa como acontece em Maфра (Sandra Costa Saldanha, "Uma «Nova e Real Praça» para o Convento do Coração de Jesus à Estrela: projecto urbano da Lisboa Mariana", in MARADO, Catarina Almeida (ed.), *Monastic architecture and the city*, *op. cit.*, pp. 82-94).

<sup>334</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 94; Nelson Correia Borges, "O período Rococó", *op. cit.*, p. 108; Paulo Pereira, *idem*, p. 746.

<sup>335</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 104; Regina Anacleto, *idem*, p. 32; José-Augusto França, *idem*, pp. 36 e 44.

<sup>336</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 107; Regina Anacleto, *idem*, p. 22; Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, *idem*, p. 142; Joaquim Pacheco Neves, *Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2010, pp. 46-48.

<sup>337</sup> Flório de Vasconcelos, *idem*, p. 105; José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 133; Nelson Correia Borges, "O período Rococó", *op. cit.*, p. 116; Regina Anacleto, *idem*, p. 16; José-Augusto França, *idem*, p. 44; Paulo Varela Gomes, *idem*, p. 88; Paulo Pereira, *idem*, p. 756.

<sup>338</sup> Dois projetos que começaram por ter uma fachada templar ao centro de um grande bloco urbano, antes de se converter no modelo neoclassicizante de corpo central com frontão (João Diogo Romão Dias Pato Briosa, *O Convento dos Lóios no Porto, 1789-1798 – um processo de projecto ocorrido no contexto das transformações políticas e urbanas do final do século XVIII*, Coimbra, edição do autor, 2012, pp. 133-141).

<sup>339</sup> José-Augusto França, *idem*, pp. 44-47; Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 7-8; Paulo Pereira, *idem*, pp. 756-757.



**9.3.3 Arquétipos e protótipos para os Crúzios:** Se a evolução do conceito arquetípico do espaço existencial europeu tinha manifestado uma inflexão no período maneirista<sup>340</sup>, o período alargado de vigência do Barroco vai, fiel à sua *Weltanschauung*, proceder à recuperação e síntese abrangente de soluções fortes anteriores<sup>341</sup>. A focalização no *bloco*, como acontecimento formal emergente, permanece, mas a sua natureza centrífuga é temperada por um regresso relativo ao recinto de dinâmica centralizada renascentista – relativo porque a matriz de subdivisão em espaços celulares perdura, embora a relação entre eles seja fluída e convergente para o centro. Ao mesmo tempo, a oposição ao espaço exterior é dissolvida, não só por um prolongamento dessa fluidez espacial entre entidades diferenciadas, gerando áreas de acolhimento, mas por uma recuperação da ideia medieval dos caminhos que convergem em fulcros significantes; não se retorna, porém, à estrutura reticular da paisagem mental medieval: o sistema barroco concebe sempre uma imagem de centros-capitais que emanam eixos (infinitos) organizadores da extensão territorial<sup>342</sup>.

O discurso arquitetónico enuncia, em iterações macro e micro, essa matriz de progressão dinâmica (a avenida, a alameda de jardim, a escadaria, a galeria) e de espaços-foco de chegada (a praça, o *parterre*, o salão). O arquétipo do bloco, por sua vez, concretiza-se também no que se pode chamar o “edifício-cidade”, instrumentalizando esse paralelismo de espaços entre escalas. Numa época que viu uma desvalorização de Aristóteles (pela da escolástica) e uma nova atenção augustiniana (logo tendencialmente neoplatónica)<sup>343</sup>, os complexos construídos tanto parecem ilustrar a cidade ideal da *República* de Platão (nos palácios) como a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho (nos mosteiros), e, não raramente, ambas simultaneamente<sup>344</sup>.

A adoção pelos Cónegos Regrantes destes arquétipos epocais é notória ao longo dos séculos XVII a XIX, e inclusive antes do intervalo agora em análise. Com efeito, já na inflexão das concretizações do estereótipo maneirista com origem em Grijó, sensível a partir da década de 1630, algumas destas coordenadas

---

<sup>340</sup> Ver tópico 8.3.3.

<sup>341</sup> Ver tópico 9.3.1.

<sup>342</sup> A Europa pode ser policêntrica (e polissistémica) mas cada polo significativo *aparece* como único, nomeadamente quando se está na sua proximidade, sob a sua influência (Christian Norberg-Schulz, *Arquitectura Occidental*, *op. cit.*, pp. 152-153).

<sup>343</sup> Já vimos, a propósito, que há sinais anti-aristotélicos entre os Regrantes (ver nota 126 deste capítulo) e, embora dubiamente respeitadora do seu espírito profundo, a Jacobeia não deixa de ser um movimento que pretende ser augustinista.

<sup>344</sup> António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, p. 207; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, p. 183; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 670-671. Em metáforas relacionadas com estas – como metafórico é de novo o discurso barroco (ver nota 220 deste capítulo) – a significação urbana nos edifícios prolonga o recurso à imagem do castelo, nem que de forma abstrata (atente-se à longevidade – e ténue aplicabilidade – da designação de *château*); nos conceitos contíguos à Jerusalém celeste, claro que ainda há ressaibos e permanências do Templo como referente (considere-se a persistência das ideias de Juan Bautista Villalpando, tal como analisa Paulo Pereira, *idem, ibidem*), muito embora revisto nas coordenadas compositivas desta época, e uma paralela reapreciação do Éden como natureza positiva, primeiro virtuosa porque submetida à ordem (no Barroco), depois como benigna por si mesma, nem que espontânea (no Rococó) – Ilídio Alves de Araújo, “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, separata de RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista de História*, vol. 2/”Actas do colóquio «O Porto na Época Moderna»”, Porto, Centro de História e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 9-11.

arquetípicas se detetam, nem que as obras crúzias tenham estilisticamente uma acentuação chã<sup>345</sup>. Assim, o desalinhamento afirmado entre as massas das igrejas canonicais e a das dependências cria um espaço de receção, ao mesmo que tempo que dota o volume vivencial de uma fachada proto-palaciana para a área pública, assinalada aliás por uma generosa varanda sobre o adro, em Vila Boa do Bispo<sup>346</sup>; nos claustros, o encerramento do andar superior, substituindo o porticado aberto que os circundava por corredores que se prolongam até ao exterior, com janelas de sacada para a quadra, não só dota esse alçado de um aspeto residencial e apalaçado, como outorga às circulações um carácter de *galerias* longitudinais; da mesma forma, o aparente abandono das salas capitulares em profundidade e com capela axial, optando por espaços amplos, em largura, afasta-as do figurino de capelas e aproxima-as do de *salão*. Pese embora a sua conceção maneirista, também os indícios de uma preocupação em ligar diretamente a jardins os dormitórios – pelo menos em São Vicente de Fora e no colégio da Sapiência – tem afinidades com a mentalidade barroca que se seguirá.

Essa consonância “presciente” tem continuidade claramente demonstrável: afinal de contas, as poucas obras de relevo do longo período de Reforma de Fr. Gaspar no mosteiro-chefe da Congregação, Santa Cruz de Coimbra, são, arquetipicamente, como veremos adiante, um *palácio* (prioral), uma *galeria* (a biblioteca nova), um *salão* (o Santuário das Relíquias) e pelo menos um *jardim* (o “da Sereia”). Após a reforma joanina, e como exemplo de um dos poucos projetos inovadores de conjunto, a ambiciosa renovação do mosteiro de Refoios do Lima, encetada já na centúria de oitocentos, procura ainda transformar o cenóbio num grande *bloco-cidade*.

No entanto, o que também é claro neste momento final da existência regente, é que a apropriação dessas preferências linguísticas não parece ser feita pela relação individual da Ordem com um conjunto de protótipos autonomamente selecionados e absorvidos e diversos de outras entidades nacionais. Como vimos no tópico 9.2.3, os agentes da ação construtiva crúzia, bem como a instituição como corpo, embora demonstrem algum interesse e atualização cultural relativamente a fenómenos extra-nacionais (nomeadamente quanto a Itália e a França), não parecem ter contactos pessoais, diretos, privilegiados, *in loco*, com locais ou edifícios identificáveis. Dos atores relevantes que elencámos, nenhum deles saiu de Portugal, e uma boa maioria moveu-se quase exclusivamente na zona entre Lisboa e Coimbra, com exceções pontuais que atingem Évora (onde D. Francisco da Anunciação fez estudos universitários), a

---

<sup>345</sup> Ver tópico 8.4.3.

<sup>346</sup> Santa Maria de Vila Boa do Bispo é o único mosteiro desse sub-estereótipo, antes de 1685, de que conhecemos uma imagem fiável para o exterior; ainda assim, em São Martinho de Caramos, na descrição de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, de 1726, haveria duas janelas grandes para o adro, no edifício que ele data de c. 1636 (*Memórias ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992, vol. II, p. 22).

área do Porto (onde Fr. Gaspar da Encarnação terá estado episodicamente em missão de visitação) e a cidade de Braga (de que D. Gaspar de Bragança foi senhor e arcebispo).

Fruto da relação de subordinação a D. João V que a certo momento se instala (e que por ele é deliberadamente instalada), o único protótipo que parece ter servido difusamente de referente aos Crúzios é afinal o mesmo palácio-convento de Mafra que eles virão a ocupar mais tarde – contra a sua vontade, mas em última instância não a contragosto<sup>347</sup> – presença que pode ainda ter prolongado a sua influência, tanto ou mais que o persistir de uma eventual memória positiva do regime d' *O Magnânimo*<sup>348</sup>. O Real Edifício tem uma relação complexa e multiforme com os Cónegos, como já fomos vendo e como analisaremos mais à frente, podendo ter sido originalmente influenciado pela arquitetura dos Regrantes, e tendo por eles sido relevantemente intervencionado mais tarde; não deixa, no entanto, de ser uma matriz nacional, criada para se impor como tal, e que Santa Cruz vai adotando sem grande distinção crítica, entretanto já evidenciada por outras entidades/grupos socioculturais coetâneos<sup>349</sup>.

Como protótipo dominante (e independentemente do seu perfil estilístico ou de soluções formais específicas) Mafra é a realização de uma série de propriedades cardinais: à distância, e originalmente isolado numa paisagem erma<sup>350</sup>, o aglomerado compacto figura a imagem fantasiosa de um “mosteiro medievo”<sup>351</sup> e, de sobremaneira (com os seus torreões de canto e o seu “caminho de ronda”<sup>352</sup>), a de um “castelo”<sup>353</sup>; é ao mesmo tempo, obviamente, um bloco-cidade (na sobreposição de entidades sociológicas, na grelha complexa *intramuros*, feita de corredores imensos, pátios, salões)<sup>354</sup>; é um nó territorial, igualmente, unindo gradativamente o infinito (o mar, visível à distância, no eixo frontal), o terreiro-praça de chegada, o palácio penetrável (no interface da basilica, nomeadamente, e também pelos portais na base dos campanários), e, para além dele, o jardim estruturado, primeiro (o Jardim do Cerco, horto e jardim lúdico), e a Tapada “natural”, depois<sup>355</sup>.<sup>[fig.02a,02b]</sup> O mesmo acontece em termos de

---

<sup>347</sup> Ver nota 161 deste capítulo.

<sup>348</sup> Embora não sem reservas: D. Inácio da Boa Morte, escrevendo em 1762, não deixa de fazer queixas sobre a intervenção de D. João V na Ordem, retirando prerrogativas eclesiásticas a Santa Cruz (ver nota 77 deste capítulo).

<sup>349</sup> Como é exemplarmente o caso da arquitetura acima da bacia do Douro, no tempo de D. João V.

<sup>350</sup> Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, p. 14; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 668. O duque de Châtelet visita Mafra em 1777 e ressalta como o lugar lhe parece isolado e desolador: Manuel J. Gandra (org.), *Monumento de Mafra: visto por estrangeiros...*, *op. cit.*, pp. 21-22.

<sup>351</sup> António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 203-204.

<sup>352</sup> Como parecem demonstrar as visitas aos terraços do Real Edifício, frequentemente oferecidas aos visitantes, desde o século XVIII – entre outros, William Beckford em 1787 e James Murphy em 1790 – Manuel J. Gandra (org.), *Monumento de Mafra: visto por estrangeiros...*, *op. cit.*, pp. 118 e 127.

<sup>353</sup> Sobre o palácio-convento visto como “castelo”, ler: José Fernandes Pereira, *Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, p. 59; António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, p. 221; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, p. 181. Adicionalmente, essa proto-romantização da silhueta, associada a uma implantação topofílica, denunciam uma aproximação ao pensar paisagístico rococó.

<sup>354</sup> Sobre o palácio-convento visto como “cidade”, ler: José Fernandes Pereira, *idem*, p. 61; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 180; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 670-671.

<sup>355</sup> José Fernandes Pereira (*idem*, pp. 62 e 67, e “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 60); Nelson Correia Borges, “O Barroco joanino”, *op. cit.*, p. 14; Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 186; Paulo Pereira, *idem*, pp. 675-676; AAVV., *Jardins Históricos de Portugal – projecto piloto de valorização cultural e turística: Jardins Botânicos da Ajuda, Lisboa; Jardim do Cerco, Mafra*, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo – Fundo do Turismo, 1995, pp. 17-18.

desenho, quer na composição com acentuação volumétrica do centro e dos ângulos (tanto frontal como no tardo), quer na presença icónica da grande igreja cruciforme, cupulada e bitorreada<sup>356</sup>, assim como do inevitável salão oval (na Casa do Capítulo)<sup>357</sup>. [fig.03]

## 9.4 | A fala arquitetónica crúzia

**9.4.1 Enunciados-tipo e estereótipo(s):** Se existe uma anormal ausência de referentes internacionais detetáveis no discurso edificatório crúzio de 1685 a 1834, também – atípica mas reveladoramente – são escassas as possibilidades de identificar novos enunciados-tipo e consequentes estereótipos reguladores, na arquitetura deste período.

No que toca ao perfil arquitetónico de expressão regante, podemos, em consonância com história da Congregação no intervalo em análise<sup>358</sup>, encontrar duas fases e quatro subperíodos: na fase de ataraxia institucional, existe um momento de impassibilidade (1685-1723) e um de apatia (1723-1746/1752), e a fase seguinte, de reação, inicia-se por um intervalo ainda sob a Jacobeia (1746/1752-1768) e outro, posterior, que se estende até à extinção (1768-1834).

O subperíodo de ataraxia-impassibilidade caracteriza-se, coerentemente, por uma manutenção dos estereótipos maneiristas anteriores (embora quiçá usados mais indistintamente), ainda derivados das renovações de São Salvador de Grijó e de São Vicente de Fora. Nessa cronologia, este último cenóbio continuará a ser beneficiado, como panteão real que era, sendo nomeadamente suporte para campanhas inovadoras, quer seja o começo da realização do programa escultórico da fachada,<sup>[fig.04]</sup> no reinado de D. Pedro II (desde 1703)<sup>359</sup>, quer a obra pioneira de quadraturismo joanino na portaria canonical, a *Apoteose de Santo Agostinho*, por Vincenzo Baccherelli (1710)<sup>360</sup>,<sup>[fig.05]</sup> e mesmo o *tour de force* de entársia marmórea da sacristia, talvez devido a Luís Nunes Tinoco (já iniciado c. 1691, grandemente realizado por

---

<sup>356</sup> José Fernandes Pereira (*Arquitetura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 63-65, e “Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, p. 66); Nelson Correia Borges, *idem*, p. 18; Fernando António Baptista Pereira, *op. cit.*, p. 78; Paulo Pereira, *idem*, pp. 670 e 672.

<sup>357</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitetura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 65-66; Paulo Pereira, *idem*, p. 675; Maria de Lurdes Craveiro, *Obras-primas da arte portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 114-116.

<sup>358</sup> Ver tópico 9.2.2.

<sup>359</sup> José Fernandes Pereira (“Da estética barroca ao fim do classicismo”, *op. cit.*, pp. 84-85, e “Estética Barroca I...”, *op. cit.*, p. 100), Sandra Costa Saldanha, “A escultura em São Vicente de Fora: projecto, campanha e autores”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, *op. cit.*, pp. 189-191

<sup>360</sup> A portaria, atribuível a Luís Nunes Tinoco, terá sido iniciada c. 1691 e só terminada em 1712, já com a pintura executada (Teresa de Campos Coelho, *Os Nunes Tinoco: uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Documenta, 2018, pp. 350 e 353-355); Baccherelli ainda receberá uma segunda encomenda em São Vicente de Fora, para pintar o teto da capela-mor, mas resultará num desaire, gerando uma contenda à volta dos incómodos da montagem de andaimes, que azedará o relacionamento com os cônegos, e será definitivamente cancelada em 1719: Nuno Saldanha, “Transitoriedade e permanência – a pintura de São Vicente de Fora”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *idem*, pp. 159 e 166-169, Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, pp. 250-251.

1703, mas só rematado em 1716)<sup>361</sup>.<sup>[fig.06]</sup> Não obstante o relevo dessas adições, é de salientar que se devem à iniciativa direta dos patronos régios e ao risco de arquitetos por eles escolhidos, pelo que mais dificilmente poderia o São Vicente *coetâneo* constituir-se como um revisto enunciado-tipo do discurso crúzio; o que se confirma, ademais, pelo facto de que não encontremos então repercussões dessas peças setecentistas específicas noutros mosteiros da Ordem.

Com o início da intervenção de Fr. Gaspar, deteta-se uma mudança de rumo. Se bem que o volume de empreitadas construtivas pareça claramente diminuir, e de não surgirem quaisquer exemplos de realizações de fundo, é mais possível considerar o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sede congregacional e morada do reformador apostólico, como um enunciado-tipo “fragmentário”. Sofrendo apenas melhoramentos pontuais, embora ambiciosos em si, e grandemente sequazes de modas aristocráticas do tempo, não se constitui como um modelo estrutural de discurso, mas uma espécie de conjunto de *frases feitas*.<sup>[fig.07]</sup> Nesta definição cai, desde logo, a transformação da enfermaria seiscentista (ensolarada e já de si imponente) em palácio prioral<sup>362</sup>. Sem uma cronologia precisa – mas tendo de datar essencialmente de entre 1727, quando Fr. Gaspar se muda para Coimbra, a 1742, em que se instala de novo em Lisboa<sup>363</sup> – a configuração da residência dos priores-mor também não nos é conhecida com rigor<sup>364</sup>; sabemos que a “cela dos gerais” era constituída por uma sucessão de espaços em *enfilade* hierárquica<sup>365</sup>, e é de pressupor que a livraria ali instalada tivesse uma organização similar, quiçá simétrica<sup>366</sup> – a tanto nos conduz quer o constrangimento do espaço hospitalar pré-existente (com

---

<sup>361</sup> Vítor Manuel Serrão, *idem*, p. 136; Teresa de Campos Coelho, *op. cit.*, pp. 350-352; Sandra Costa Saldanha, “A escultura em São Vicente de Fora...”, *op. cit.*, pp. 194-196; Maria João Pereira Coutinho, “A magnificência do mármore: obras de embutidos de pedraria policroma”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *idem*, pp. 273-276. Como vimos no capítulo anterior, a casca murária da sacristia já deveria estar pronta nos finais da década de 1660, pelo avançar das obras registado na vista de Lisboa de Pier Maria Baldi, pelo que os trabalhos atribuídos a Luís Nunes Tinoco serão de remate/beneficiação do espaço, no momento em que as dependências do mosteiro se completam, precisamente c. 1691.

<sup>362</sup> António Gomes da Rocha Madahil, “Inventário do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra...”, *op. cit.*, p. 127; Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, *op. cit.*, p. 117.

<sup>363</sup> Ver tópico 9.2.3.

<sup>364</sup> Uma vez que foi alterada logo em 1839 para instalação da Roda dos Expostos, depois para a Escola Industrial de Avelar Brotero e finalmente para a atual Escola Secundária Jaime Cortesão: Cecília Matias, “Enfermaria de Santa Cruz/Escola Secundária Jaime Cortesão”, 2003, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 27-6-2018].

<sup>365</sup> Segundo a descrição de 1832, que fala de sequência de salas que terminavam com aposentos privados no topo do edifício (António Gomes da Rocha Madahil, *idem*, p. 9). Desta adaptação funcional devem provir os lanternins alinhados que ainda hoje existem, sobre o corredor central, e que Maria de Lurdes Craveiro diz serem do século XVIII (*O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 54); as entradas de luz já lá estavam pelo menos na gravura de George Vivian de 1839 (George Vivian, “Convent of Santa Cruz”, desenho litografado por Louis Haghe, in *Scenery of Portugal & Spain*, Londres, P. & D. Colnaghi & Co./Ackerman, 1839; gravura referida e comentada por António Gomes da Rocha Madahil, *idem*, p. 127).

<sup>366</sup> É possível acreditar que ocupasse o lado Norte do edifício (orientação com luz mais favorável a uma biblioteca), deixando os espaços de maior largura e insolação para o uso residencial. O renque Norte, nomeadamente o troço a Nascente da capela central, poderia ter sido transformado num espaço de galeria, marcadamente longitudinal. Outra hipótese seria que ocupasse a metade Nascente da fachada Sul (que ostentava a fenestração a dois níveis que se tornará característica das bibliotecas setecentistas), uma vez que os alojamentos priorais ocupavam o topo Poente. É de lembrar que esta devia ser uma biblioteca de exibição e não de verdadeira bibliofilia, como demonstra a destruição e dispersão de livros conduzida por Fr. Gaspar da Encarnação (ver nota 111 deste capítulo), trivialidade que não é incomum na época, mesmo em bibliotecas monásticas, inclusive no aspeto de se usar cenograficamente uma coleção na realidade limitada (James W. P. Campbell, *The Library...*, *op. cit.*, pp. 183-187).

corredor axial entre renques de celas)<sup>367</sup>, quer o estereótipo dos espaços bibliotecários setecentistas (em salões de aparato em formato sistematicamente axial, por vezes com subdivisões longitudinais sugeridas)<sup>368</sup>, e mesmo o modelo áulico, próximo e contemporâneo, da Biblioteca Joanina universitária (1717-1728, atr. Gaspar Ferreira), espaço processional em três baias sucessivas, até ao “altar-mor” do retrato do rei<sup>369</sup>. O palácio que foi criado, que se afastava da massa construída da canónica, estendendo-se em direção à quinta monástica, incluía também um jardim formal murado no topo Nascente (isto é, no lado onde deveria localizar-se a cela do prior-geral), com uma entrada ostentatória, em arco entre torreões, e uma fonte monumental<sup>370</sup>.<sup>[fig.08]</sup> Reflexo ou modelo desse jardim, em maior escala e luxo amplificado (chegando a ser escandaloso à época), é o igualmente difícil de datar “Jardim da Sereia”<sup>371</sup>. Conjunto delimitado dentro da cerca rural e florestada de Santa Cruz, perto da Casa da Ribela (residência estival dos priores)<sup>372</sup>, o jardim era precedido de uma escadaria de treze degraus, ao cimo da qual, entre dois pavilhões-torreões, se abre a entrada em triplo arco, com grutescos no intradorso e coroado por estátuas da Fé, Esperança e Caridade; dava acesso a uma extensão longitudinal, o campo do jogo de

---

<sup>367</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem, ibidem*.

<sup>368</sup> James W. P. Campbell, *The Library...*, *op. cit.*, pp. 153-207.

<sup>369</sup> *Idem*, pp. 155 e 158.

<sup>370</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 57. A autora acha que jardim seria para recreio dos enfermos, o que não creio, dada a nova atribuição do edifício nesta cronologia. O espaço verde ainda se vê na gravura de Vivian – faceando e prolongando o horto que ficava no lado Este do mosteiro (esse ligado ao dormitório e à enfermaria “de dentro”, da comunidade) – assim como parece estar representado num painel azulejar do terceiro piso do mosteiro de São Jorge, o que atestaria do prestígio do edifício dentro da Ordem – ver FOTO.00679030, no *menu* “arquivos e colecções” da ficha de Maria João, Fernando Grilo, Rosário Gordalina e Margarida Silva, “Mosteiro de São Jorge de Milreus/Escola Universitária Vasco da Gama”, 1996-2005, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 29-6-2018].

Creio que o arco que existia entre os torreões do jardim prioral talvez seja o “guarda-vento” colocado mais tarde frente à igreja de Santa Cruz (por medição no local, o arco cabe de facto entre os torreões do jardim prioral, hoje na Escola Secundária Jaime Cortesão, desde que se excluem os contrafortes laterais, claramente acrescentados). Maria de Lurdes Craveiro acha o arco estilisticamente plausível de pertencer à reforma de Fr. Gaspar, mas aquele não estava no sítio atual na planta e vistas do largo do Sansão de José Carlos Magne (1796), nem em gravura de 1840 (Maria de Lurdes Craveiro, *idem*, p. 83, e “O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz”, in AAVV., *Igreja de Santa Cruz de Coimbra – história, conservação e restauro da fachada e arco triunfal*, Lisboa, Ministério da Cultura e IPPA, 2001, p. 42); já ali se encontrava, contudo, em 1867 (na descrição de Augusto Mendes Simões de Castro, no seu *Guia histórico do viajante em Coimbra e arredores, apud* Regina Anacleto, “O arquitecto José do Couto...”, *op. cit.*, p. 653 e nota 13), e é visível na planta dos irmãos Goullard, de 1873-1874 (Rui Pedro Lobo, *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*, Coimbra, EDARQ, 2006, p. 43). Como tal, para que em 1867 Augusto Mendes Simões já não tivesse memória da sua origem, o traslado deve ter sido logo perto de 1840, isto é, na altura da adaptação de espaço do palácio prioral para Roda dos Expostos, em 1839 (ver nota 364, acima) e do pedido e autorização estatal para abertura da atual rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, em 1838-1839 (António Gomes da Rocha Madahil, *idem*, pp. 116 e 131). A atribuição do arco a José do Couto dos Santos Leal é só feita, segundo tradição oral, por Augusto Mendes Simões de Castro, em 1867 (Regina Anacleto, *idem, ibidem*) e parece-me que obra dele não se coaduna com a plástica rococó do arco, embora nada impeça que ele não tenha tratado da sua trasladação e recolocação.<sup>[fig.09]</sup>

<sup>371</sup> Terá sido construído entre 1727-1742, como o palácio prioral? Também seria aceitável que date do período final da vida de Fr. Gaspar, quando a Ordem cresce em influência com o valimento do reformador, quando o mais dinâmico (e mais dedicado a edificar para a vida cenobítica interna) D. Francisco da Anunciação gere o mosteiro e quando se reativa a causa da canonização de D. Afonso Henriques (que é referenciado no programa decorativo interior dos pavilhões de entrada do jardim) – cf. Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região, op. cit.*, p. 117; Maria Armada de Almeida e Sousa, *O mosteiro de Santa Cruz: especial incidência sobre o jardim de Santa Cruz (ou Sereia)*, Coimbra, APPACDM e Gráfica de Coimbra, 2000, p. 29).

<sup>372</sup> Como vimos no capítulo VII, tópico 7.4.3.

pela, que rematava por uma fonte com molduras pousadas sobre uma cascata rusticada<sup>373</sup>, a partir da qual a esplanada axial e plana se desmultiplicava e ascendia para o bosque “silvestre” de odoríferos citrinos e loureiros, entre monumentais cedros e carvalhos, no modelo paradigmático do *jardim de percurso*, de exploração/meditação com etapas assinaladas por elementos decorativos devocionais<sup>374</sup>.

[fig.10] Finalmente, nas dependências dos cônegos propriamente ditas, a principal adição arquitetónica<sup>375</sup> é o sumptuoso salão oval do Santuário das Relíquias, espécie de câmara de tesouros restrita, alcandorada no alto do edifício, a eixo da igreja canonical e visível do claustro do Silêncio<sup>376</sup>. Há duas hipóteses identificáveis para a sua gênese: 1727, com a presença de Ludovice em Coimbra, e 9 de Novembro de 1731, altura de um contrato com Gaspar Ferreira, cujo objeto desconhecemos<sup>377</sup>. Seja como for,

---

<sup>373</sup> A “catedral silvestre”, como lhe chamou Eugénio de Castro (*apud* Vergílio Correia, “O Parque de Santa Cruz”, in *Obras*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946, p. 300); a semelhança metafórica a um espaço eclesial – com dois “campanários”, “três naves” e um “altar-mor” – também é pressentida por Ana Cristina Leite (“Alegorias do Mundo...”, *op. cit.*, p. 48). O jardim da cerca de Santa Cruz é um conjunto paisagístico absolutamente rococó, juntando prazer e ludicidade (a presença de citrinos, e logo de frutos e do seu aroma, do jogo da pela e da ilha no lago, com acesso por pequenos barcos) à utopia da natureza benévola e sacralizada, e jogando artificialmente com a metamorfose rústica e a distorção de um modelo arquitetónico basilical. Lembremo-nos, como referente para Coimbra, que em Mafra também havia um jogo da pela no jardim do Cerco, área cuja plantação deverá ter sido iniciada logo em 1717; pelo menos em 1750 já se falava encomiasticamente das fontes dos jardins do convento mafrense – Jacal, “Jardim do Cerco – horta e tapada”, in SIMÕES, Rui Manuel Nogueira (dir.), *O Carrilhão*, ano X, n.º 232, Mafra, Associação de Cultura e Informação Regional de Mafra, 1 de Abril de 1990, p. 9; AAV., *Jardins Históricos de Portugal*, *op. cit.*, p. 17; Manuel J. Gandra (org.), *Poética barroca do monumento de Mafra*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p. 113.

<sup>374</sup> I. de Vilhena Barbosa, “Coimbra – Quinta de Santa Cruz”, in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Castro Irmão e C.ª Lda., vol. VII, fascículo 32, 1864, pp. 252-254; Ilídio Alves de Araújo (*Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas - Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, pp. 165-168; “Jardins, parques e quintas de recreio...”, *op. cit.*, p. 14); Helder Carita e António Cardoso, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*, 2.ª ed., Lisboa, Quetzal e Bertrand, 1998, pp. 158-169; Nelson Correia Borges (“O Barroco joanino”, *op. cit.*, pp. 36-37, e *Coimbra e Região*, *op. cit.*, pp. 115-118); Ana Cristina Leite, *idem*, pp. 41 e 47-55; Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 56; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 706-707.

O jardim de Coimbra também joga com a gradação jardim/tapada de Mafra (cf. AAV., *Jardins Históricos de Portugal*, *op. cit.*, p. 18) e do palácio das Necessidades (de c. 1730), e sugere dispositivos de certos palácios lisboetas, como a Quinta Real de Caxias, nas suas grutas, cascatas e “naturalismos artificiais” (Ana Cristina Leite, *idem*, p. 49).

<sup>375</sup> Excluo a talha (incluindo o órgão já referido – ver nota 96 deste capítulo) e os azulejamentos figurativos e azul e brancos, generosamente aplicados na igreja (c. 1740) e noutros espaços, sem os alterar em essência, onde ainda subsistem (João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, edição revista e atualizada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 206; Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 55, 90 e 124; Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, *op. cit.*, p. 84), e mesmo a alteração do portal principal da igreja de Santa Cruz, devida à degradação do precedente manuelino ou à necessidade de uma entrada mais ampla para os faustos setecentistas (Maria de Lurdes Craveiro, “O labirinto das formas...”, *op. cit.*, p. 42, e *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, p. 55).

<sup>376</sup> António Carvalho da Costa, que muito elogia mosteiro na sua *Corografia portuguesa* (como veremos mais adiante), fá-lo nomeadamente pelas suas relíquias (*Corografia portuguesa*, Braga, Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869, t. II, p. 8) e no capítulo V, “Da reza, & dos Santos e relíquias de Coimbra.” só fala de Santa Cruz (e não da Sé) que tem tesouros de primeira grandeza (*idem*, t.II, pp. 22-23), dando justificação à vaidade que impulsiona esta realização.

<sup>377</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *op. cit.*, pp. 56, 146-149, e *Obras-primas da arte portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 116-117. Achando muito implausível o alvitre de Nelson Correia Borges de que esta sala seja do final do século (*Coimbra e Região*, *op. cit.*, p. 85 – embora, em rigor, uma datação estilística de meados de Setecentos não fosse indefensável), dentre estas hipóteses de Maria de Lurdes Craveiro inclino-me mais para data de 1731 e uma autoria de Gaspar Ferreira. A sala conimbricense é notoriamente mais luxuosa que a de Ludovice; o esquema de branco/ouro/escaiola, em vez de estuque/mármore, é mais rococó e menos diretamente ligada ao Tardo-Barroco romano; a modelação do espaço é mais elementar (uno em Coimbra, onde em Mafra sugere uma cruz grega distorcida) e a articulação dos panos murários em Santa Cruz é de formato mais simples (de pilastras encimadas por arquitrave contínua). Está por outro lado mais perto, na utilização de membratura clássica, de obras atribuídas a Gaspar Ferreira, como a biblioteca Joanina e a igreja das Barrocas (o uso de volutas como mísulas, dos arcos da biblioteca, também é similar a suportes de relicários no Santuário); além disso, em 1727 o capítulo mafrense não estava ainda feito, enquanto que em 1731 poderia estar começado, e a biblioteca da universidade (1717-1728) estava pronta, dando base para a reinterpretação que vemos no Santuário.

Refira-se que o Santuário, como “sala-ilha”, com todo o seu perímetro liberto de encostos a massas edificadas, e com estruturação parietal em porticado sugerido de pilastras sob arquitrave horizontal, também pode ter paralelismos com (e querer superar) a sacristia recém-terminada de São Vicente de Fora.

o Santuário é uma relativamente óbvia sugestão de Mafra, pelo menos nos seus traços gerais<sup>378</sup>, e recorre a um arquiteto envolvido numa opulenta obra joanina, em ambos os casos possíveis, fechando coerentemente este conjunto de edificações parcelares, evadas de uma religiosidade sensual e galante, de óbvio sabor cortesão, emulando o rei e as suas obras, e aqui e ali o próprio Real Edifício, em particular.<sup>[fig.11]</sup>

O consulado de D. Francisco da Anunciação, mais pródigo em campanhas edificatórias de escala, e mais preocupado com estruturas cenobíticas propriamente ditas, manifesta uma recuperação de estereótipos internos à Ordem, embora – por ilações de prestígio ou por manifestação de solidariedades ideológicas – não desdenhe ocasionais citações mafrenses, e por vezes de dimensão impositiva. A afirmação do estatuto regrante, que é um dos eixos da renovação das Casas canonicais, desvia também essa auto-referenciação sobretudo para o mais imponente figurino vicentino, mesmo quando aplicada a conjuntos uniclaustrais<sup>379</sup>.

No período final de existência da Congregação, após a intervenção pombalina anti-jacobeia de finais de 1768, quase tudo o que encontramos parece agora concentrar-se em incorporar características estereotípicas mafrenses, desde o carregado Rococó (neo-)joanino realizado pelos cónegos precisamente em Mafra, na biblioteca monástica, até ao grande projeto saído da restauração da Ordem após a *Viradeira*, em Santa Maria de Refoios do Lima.

Retomada a posse desse cenóbio a 26 de Agosto de 1780 e sendo confirmada pela Santa Sé em 3 de Abril de 1792 (mesmo ano em que lhe são devolvidas as rendas das presidências de Crasto e Muía)<sup>380</sup>, os cónegos minhotos, que só então encerram definitivamente o regresso a Refoios do Lima<sup>381</sup>, terão começado a planear refazer o seu mosteiro<sup>382</sup>. A empreitada arranca em 1802, sob traça do arquiteto

---

<sup>378</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *Obras-primas da arte portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 116-117.

<sup>379</sup> Como já vimos no capítulo anterior a acontecer em São Teotónio de Viana (ver tópico 8.4.3) – se o que ali se fez será um precedente, se o resultado sobretudo da campanha setecentista ali ocorrida, é difícil de dizer de forma absoluta, mas é perfeitamente plausível que seja um misto de ambas as coisas.

<sup>380</sup> Ver notas 22, 25 e 27 deste capítulo.

<sup>381</sup> António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, *op. cit.*, p. 42; Paula Noé atribui esse regresso a 1784 – “Mosteiro de Refoios do Lima/Igreja Paroquial de Refoios de Lima/Igreja de Santa Maria”, 1992-1996, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 29-6-2018]; essa asserção colide, no entanto, com o registo de que em 1787 o mosteiro de Refoios ainda não figura como priorado autónomo em capítulo-geral da Congregação (ver nota 26 deste capítulo).

<sup>382</sup> Sinal desse ímpeto celebratório, ou pelo menos do orgulho crúzio, são os azulejos já neoclássicos do capítulo, de c. 1800-1805/1807, que retratam os hábitos de outras Ordens canonicais agustinianas, assim como os painéis do *De Profundis*, que ilustravam a história do mosteiro (António Matos Reis, *idem*, pp. 44-45; Paula Noé, *idem, ibidem*; João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII, op. cit.*, pp. 93-94). Também celebrando a “família canonical” e provavelmente da mesma autoria que estes, são os azulejos do antecoro de Santa Cruz de Coimbra, por sua vez estilisticamente análogos aos do claustro do Silêncio, que são de c. 1800 (Maria de Lurdes Craveiro, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, op. cit.*, p. 124; João Miguel dos Santos Simões, *idem*, pp. 206-207).<sup>[fig.12a]</sup>



José do Couto dos Santos Leal<sup>383</sup>, e prossegue em grande força até 1807 (o ano de maior intensidade de trabalhos); quase se detém durante as invasões napoleónicas (embora haja registos de atividade em 1809) mas retoma o ímpeto até 1819, em que há mesmo um novo contrato para remate das obras, o que a Revolução Liberal não virá no entanto a permitir<sup>384</sup>. Prevendo a ampliação do conjunto para um massivo quadrilátero fechado (de que o claustro maneirista constituiria o quadrante Nordeste, e a ala do dormitório seiscentista a mediatriz<sup>385</sup>), o edifício completo teria dois claustros a Norte e um grande pátio funcional, em formato de duplo quadrado, a Sul. Executadas as mais necessárias obras da área do pátio – albergando a cozinha e as tulhas, e permitindo a extensão dos dormitórios para um formato em U, voltado ao rio Lima – foi o novo claustro do ângulo Noroeste (possivelmente de portaria e hospedarias) o que nunca foi executado. Face expressiva deste projeto – até porque ficou integralmente por realizar aquela que deitaria para o adro da igreja – é o alçado Poente, que, se rematado, com os seus quatro pisos e mais de 60m de comprimento, transmitiria um efeito de grande escala, sublinhado pela composição do alçado, com um corpo central com pilastras colossais e frontão saliente (e uma escadaria que dava acesso direto ao piso nobre), e alas laterais simétricas, com andar ático sugerido e acentuação dos topos por janelas-porta de sacada, sobrepostas.<sup>[fig.12b]</sup> Mafrense em volumetria geral, na planimetria complexa (de dois claustros e um pátio grande) e no alçado com acentuação central<sup>386</sup>, Refoios também remete para a obra joanina pelo acesso direto, em ponte<sup>387</sup>, entre os dormitórios e o jardim formal (de c. 1811-1818, ocupando a anterior zona de hortas), destacado do resto da cerca agrícola e florestal, que se estendia para além dele. Não é porém impossível ver aqui, alternativamente – ou também – um arroubo do mosteiro barroco de São Martinho de Tibães (próximo no tempo e no espaço, e concorrente regional em preeminência), que, de forma simplificada, também pode ser descrito como um quadrilátero com dois claustros (o do Cemitério e o do Refeitório) e um pátio em duplo quadrado (o conjunto do pátio de

<sup>383</sup> Por vezes referido apenas como José do Couto, o arquiteto (de que já falámos – ver nota 370 deste capítulo), aparece referido pela primeira vez, entre 1772 e 1777, como assistente de Guilherme Elsdon nas campanhas associadas à renovação pombalina da Universidade de Coimbra (nomeadamente na adaptação do colégio de Jesus, em 1772-1776, e depois na realização do Jardim Botânico, até 1818). Entre 1802 e 1824 há registo de várias obras suas, de tipologias distintas – privadas e civis (em arquitetura residencial nobre), de engenharia (nomeadamente de hidráulica), e religiosas (como a Matriz de Midões, de 1822, e a Matriz de Nogueira do Cravo, de 1805) – pelo que poderá ser impróprio apelidá-lo, como já foi feito, de Mestre de Obras de Santa Cruz (pelo menos no sentido de exclusividade), embora tenha, nas primeiras décadas de Oitocentos, executado várias obras para os Cruzios. Se não o guarda-vento da igreja de Santa Cruz, como já discutimos, desde logo o projeto de Refoios do Lima, mas também obras nas hospedarias da Serra do Pilar (de que falaremos mais à frente) e provavelmente outros trabalhos menores. Será mais tarde oficialmente mestre de obras da Universidade, entre 1824 e 1829, quando se poderá ter retirado ou falecido (Regina Anacleto, “O arquitecto José do Couto...”, *op. cit.*, pp. 652-661).

<sup>384</sup> Sobre obra de Refoios do Lima, ler: António Matos Reis, *idem*, pp. 43-48, e Paula Noé, *idem, ibidem*.

<sup>385</sup> As janelas de verga reta do corpo central da fachada ocidental (onde todas as das adições claramente oitocentistas são arqueadas) devem ser sobrevivências do topo do dormitório longitudinal anterior, concordando aliás com as perfurações do alçado registado na planta de inventário de 1770 (cf. António Matos Reis, *idem*, fig. n.º 12, p. 57).

<sup>386</sup> Em particular se considerarmos o alçado posterior de Mafra (com corpo central saliente e fenestranças verticais nos topos), frontaria que englobava a biblioteca feita pelos Regrantes e para onde se viravam parte das celas monásticas.

<sup>387</sup> A escada exterior de Refoios entronca no corredor do dormitório e passa em ponte sobre o caminho de acesso tangente à fachada, assim como sabemos que jardim do Cerco em Mafra era unido ao dormitório por um passadiço direto na fachada posterior, também a partir do 1.º piso (Jacal, “Jardim do Cerco...”, *op. cit.*, p. 9).

São João e o pátio de Jericó, apenas separados por um passadiço), mas é clara a distância de tratamento exterior, que no complexo beneditino permanece no campo de grande casarão barroco, quando muito de tom solarengo, mas não palaciano.<sup>[fig.12c]</sup>

Refoios, saído do risco de um homem atestadamente derivando entre o Pombalino e o Neoclassicismo nascente, não surpreende na sua expressão classicizante mas ainda tardo-barroca, que está também em linha com a deriva estilística suportada pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança, próximo, como vimos, dos Crúzios, e ainda regendo a arquidiocese no momento da reativação da canónica limiana. Bracarenses são, aliás, algumas notas do seu traçado, como é o caso do desenho da membratura clássica do corpo central da fachada ocidental, em três tramos separados por pilastras, com o pano mediano acentuado por fenestração vertical, e a interromper o entablamento do frontão com um óculo circular. Esta matriz compositiva, muito rara em Portugal<sup>388</sup>, tem precisamente paralelos em Braga: por um lado, é muito próxima da fachada da igreja quinhentista jesuíta de São Paulo<sup>389</sup>, mas também tem afinidades – na acentuação do eixo central e com vão associado à interrupção do entablamento – com a igreja de Santa Cruz (cuja fachada data de 1732-1735)<sup>390</sup> e mesmo o vizinho Hospital de São Marcos (iniciativa direta do arcebispo brigantino, lançada em 1780 e já avançada em 1805)<sup>391</sup>.<sup>[fig.12d]</sup>

Enunciado-tipo possível para um estereótipo novo, de superação dos modelos maneiristas uni e biclaustais crúzios – mas também interrompendo uma linha de evolução autocentrada, em favor de uma sugestão externa à Ordem – a proposta espelhada em Refoios terá, contudo, por contingências históricas, pouca repercussão integral na arquitetura regente.<sup>[fig.13]</sup>

**9.4.2 Repertórios interpretativos:** Os modelos e fórmulas textuais que os cônegos augustinianos escolhem, nestas duas subfases em análise, de entre os recursos de língua em uso entre os séculos XVII e XIX, são obviamente o espelho do sistema de ideias que define a sua *representação* de si mesmos, do Mundo e da sua posição nele.

Mesmo ao nível *instrumental*, as práticas discursivas crúzias revelam em si uma série de ilações, desde logo solidariedades de classe e com outros agrupamentos sociais, e padrões de atitude expressiva, que são significantes por si mesmos. A fala crúzia é genericamente elitista neste intervalo (como o foi perenemente) mas tem particularidades e variações no tempo: sendo-o crescentemente por sinais

---

<sup>388</sup> Segundo José César Vasconcelos Quintão, *Fachadas de igrejas portuguesas de referente clássico – uma sistematização classificativa*, Porto, FAUP publicações, 2005, p. 175.

<sup>389</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>390</sup> Joaquim Gonçalves, “Igreja de Santa Cruz e Hospital da Irmandade de Santa Cruz”, 2002, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 29-6-2018].

<sup>391</sup> Ver nota 337 deste capítulo. Um projeto de Carlos Amarante, é uma composição igualmente mafrense mas claramente mais barroca que Refoios; não ostenta um óculo no eixo central, mas um nicho, e tem uma superfície convexa; ainda assim, sugere a mesma ideia de interrupção do entablamento.

que aludem à Coroa e à nobreza, ao longo da primeira fase de ataraxia (referindo-se a São Vicente de Fora, de padroado régio, e depois imitando formas e comportamentos diretamente cortesãos), inflete depois para registos que sublinham mais claramente a excecionalidade da Ordem, e, por sinédoque, do estado clerical regular de forma mais geral<sup>392</sup>; em reação a uma percebida rutura da aliança com o Trono, as mesmas citações vicentinas e mafrenses que surgiam antes, têm contextualmente de ser lidas posteriormente mais como afirmações do prestígio regrante (que ocupa/ocupava esses edifícios-símbolo), ou críticas veladas aos regimes presentes, antepondo-lhes memórias de tempos melhores. Contextualmente também – e dinamicamente – tem de ser percebida a expressão dos laços da Congregação com as várias realidades sociológicas dentro de Portugal, nomeadamente a da esfera de influência da capital e a diferenciação do Norte do país, entre as quais a implantação das suas Casas faz a ponte. É fácil ver, na aposição de elementos de Santa Cruz, São Vicente e Mafra aos edifícios do Entre-Douro-e-Minho, uma subordinação da periferia pelo centro; é porém preciso compreender, em linha com o que digo acima, que essas menções arquitetónicas se convertem mais numa afirmação de corpo, de orgulho institucional, na fase mais tardia deste intervalo. É de salientar, igualmente, que essa intertextualidade não deixa de ocorrer no sentido contrário e com implicações interessantes: é o caso do Jardim da Sereia, que, solidarizando-se com práticas aristocráticas, também ecoa o jardim de percurso mais característico do paisagismo eclesiástico nortenho, e mesmo a fixação setentrional no escadório devocional (em contraposição ao jardim de plataformas, dominante no Sul em Setecentos)<sup>393</sup>; é também o que se vê acontecer na definição da biblioteca mafrense, em que a talha (que deveria ter sido dourada) se aproxima mais do espírito do Barroco do Norte, e o faz quase de forma serôdia. Em ambos os casos, o facto pode significar a expressão de uma diferença identitária residual, que se vai tornando protestativa, pelo menos no segundo exemplo<sup>394</sup>. O próprio “tom” expressivo da arquitetura regrante oscila entre a adesão e resistência à novidade – na primeira fase a postura é de modernidade expressa, mas agarrada a certos pergaminhos<sup>395</sup>, enquanto na segunda é de conservadorismo defensivo

---

<sup>392</sup> Em todo este segundo momento se detetam programas iconográficos com revivalismos que incidem indiscutivelmente sobre o património da Ordem, tanto no período de D. Francisco da Anunciação – na casa do Paço de Landim (onde figuram Telo e Teotónio, *ambos* identificados como santos: João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII, op. cit.*, p. 143), no retrocoro de São Vicente de Fora (com representações de São Teotónio e D. Afonso Henriques: Nuno Saldanha, “Transitoriedade e permanência...”, *op. cit.*, pp. 160-164; ver notas 396 e 440 deste capítulo) e talvez no Jardim da Sereia, se for dessa época (igualmente com programa afonsino: ver nota 371) – como durante a permanência em Mafra (José Fernandes Pereira, *Arquitectura e escultura de Mafra...*, *op. cit.*, p. 263; ver nota 451), e mesmo já em Oitocentos (no ciclo de painéis canónicos de Refoios ou de Santa Cruz – ver nota 382).

<sup>393</sup> Como analisam Helder Carita e António Cardoso (*Tratado da grandeza dos jardins em Portugal...*, *op. cit.*, p. 158; cf. com *idem*, pp. 143-153 e 226-227).

<sup>394</sup> O jardim da cerca de Santa Cruz pode ser uma ligeira expressão de dissensão (quanto mais não for, de originalidade) relativamente a italianismo classicizante de Mafra, mas a biblioteca é-o certamente (com o acrescento de o ser tanto ou mais claramente em relação ao Tardo-Barroco pombalino), assim como é a expressão de um grupo deslocado que vem sobretudo do Norte.

<sup>395</sup> Há atualização estética barroca em São Simão da Junqueira, mas com referências claras a Grijó e São Vicente; o mesmo sentimento pode estar por trás das referidas alusões ao Norte, base da Ordem, no jardim da cerca de Santa Cruz, assim como das referências iconográficas a D. Afonso Henriques e à devoção restauracionista de Nossa Senhora da Conceição que ali existem (Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região, op. cit.*, p. 117; Maria Armada de Almeida e Sousa, *O mosteiro de Santa Cruz...*, *op. cit.*, p. 29).

por trás de progressões dircursivas<sup>396</sup>. Uma mudança de atitude geral é também sensível nas preferências linguísticas crúzias: há uma menor consciência *específica* da linguagem arquitetónica, que é agora mais difusamente poético-literária (metafórica, icónica) e menos técnico-tratadística. Entre outras semelhanças que existem entre este intervalo e o que decorre entre os séculos XIV e XVI, é notória a prática de citações arquitetónicas, transplantes fragmentares miméticos, identificáveis<sup>397</sup>.

Quanto ao nível propriamente *representacional*, voltemos ainda uma vez mais aos conjuntos articulados de significados que temos usado para descrever o sistema que orienta os atos comunicativos da Ordem: augustinismo, canonicalismo e nacionalismo.

Sendo indiscutivelmente ligada a meios augustinianos, a emergência da Jacobeia em Coimbra e a sua posterior implantação em Santa Cruz traduzem-se, como já analisámos, por um afastamento dos vetores existenciais derivados da herança de Santo Agostinho<sup>398</sup>. À necessidade da Razão para a Fé, os jacobeus antepõem uma espiritualidade sobretudo mística e anti-erudita, e à preponderância da meditação sobre a relação entre a Graça e o livre arbítrio (de que deriva um conceito abrangente e modulado de dignidade humana), preferem quer uma enunciação rigorista farisaica, quer um resvalar da *aurea mediocritas* para um hedonismo prático. É certo que o conceito-chave da teologia do Hiponense, a do Mundo como *teofania*, imagem reveladora, pedagógica, de Deus, pode ainda ser visto na conceção alegórica dos espaços interiores e paisagísticos atribuíveis à reforma de Fr. Gaspar, se bem que em registo algo frívolo e concetista, e que um tropo frequente do mosteiro como Cidade de Deus tem origem agostinha, mas essas recorrências não são distintivas dos Crúzios, mas prevalentes à época<sup>399</sup>. Alguma mudança de orientação é mais uma vez perceptível após 1746, com um novo investimento na produção cultural (e até científica<sup>400</sup>), no pensamento augustiniano (anti-aristotélico<sup>401</sup>, anti-molinista<sup>402</sup>, anti-jansenista<sup>403</sup>), e talvez uma reavaliação menos lúdica da Jerusalém celeste cenobítica, mas agora pelo contrário afirmando-se como uma utopia divorciada da realidade, encerrada, por vezes nostálgica,

---

<sup>396</sup> Daí pode vir a recorrência de referências muito claras a São Vicente de Fora na arquitetura regante do tempo de D. Francisco da Anunciação (assim como realce ostensivo da associação a D. Afonso Henriques no programa decorativo de retrocoro de São Vicente, de 1768, em época de desinteresse josefino por essa temática – Nuno Saldanha, “Transitoriedade e permanência...”, *op. cit.*, pp. 161-162), ou os arroubos de Mafra (e em modo pomalino) em Refoios, o que, sendo inovador entre os crúzios e até no Norte, diverge algo da aproximação mais clara ao Neoclássico, da época e da região.

<sup>397</sup> Compare-se com o que observámos no tópico 6.4.2.

<sup>398</sup> Ver tópico 9.2.2.

<sup>399</sup> Ver nota 344 deste capítulo. É verdade também que há alguma consciência desses desvios e diluições, a crer nos protestos internos de c. 1725 (ver notas 100 e 108 deste capítulo).

<sup>400</sup> De que é exemplo a *Farmacopeia Lusitana* (ver nota 95 deste capítulo) ou os para-raios instalados em 1786 em Mafra, após exposição teórica de cônego D. Joaquim da Assumpção Velho, membro da Academia das Ciências de Lisboa (José Fernandes Pereira, *Arquitetura e escultura de Mafra...*, *op. cit.*, p.137).

<sup>401</sup> Como a tese D. António da Anunciação, *M. P. Augustini Philosophia Eclectica Christiana*, de 1757-1758 (ver nota 126 deste capítulo).

<sup>402</sup> Por exemplo, as teses académicas de D. Leonardo de Almeida, em 1779, e D. António da Visitação, c. 1783 (Cândido Augusto Dias dos Santos, *Jansenismo e Antijansenismo...*, *op. cit.*, pp. 79-80).

<sup>403</sup> Como as teses de cônegos regantes D. Marcelino da Encarnação, de 1781 (*idem*, p. 79 nota 37), e de D. José de Jesus Maria, em 1796 (*idem*, pp. 12-13 e 17-21).

e não interventiva, ou progressista.

No que ao canonicalismo diz respeito, como núcleo de significado articulado, aquilo que de mais genérico se pode dizer é que a sua definição parece ter-se apagado nestas duas últimas subfases da existência regrante. A consciência da alteridade do movimento gregoriano, eclesialista, orientado para a intervenção na sociedade e proponente de uma autonomia dos institutos canonicais para esse efeito, parece ter empalidecido até à irreconhecibilidade, levando à indistinção de facto entre os cônegos e outros religiosos regulares. Num primeiro momento, a denúncia do afastamento em relação a estes vetores, que se lê nos protestos epistolares do início da reforma joanina, atesta ainda assim que a consciência deles persiste; depois de meados de Setecentos, os traços de anti-jansenismo e ultramontanismo (embora com fraca relação direta com a Santa Sé) poderão ser uma expressão eclesialista, a crítica à orientação moral do molinismo e um relativo reinvestimento na prédica<sup>404</sup> e no ensino<sup>405</sup>, podem constituir um regresso à *cura animarum* na sociedade, e a gestão mais pragmática de D. Francisco da Anunciação, a posterior combatividade legal da Congregação e os sinais de celebração de prerrogativas exclusivas, caracterizadoras, da instituição, serão talvez uma afirmação vestigial desse sentido de corpo autónomo. Ao mesmo tempo, porém, quase todas essas manifestações podem ser explicadas, ou pelo menos moderadas, por imperativos de auto-preservação, por impulsos de orgulho e competição institucional, e por uma relação afetiva, mas fracamente intelectualizada, com a sua história e património.

Finalmente, e no final deste percurso, o nacionalismo que sempre norteou a identidade crúzia continua presente, e ainda na sua forma original, no preciso momento em que o nacionalismo *como tal*, moderno, toma corpo (nele incluído o nacionalismo português, a que a crise do Antigo Regime dá origem). Como desde a fundação de Santa Cruz, é na relação de proximidade ao rei, na colaboração ativa na construção do reino e na conceção da história nacional como inseparável da da Ordem que este repertório interpretativo se define. É um elo privilegiado com o monarca o que os Regrantes creem ter com D. João V (da frequência e investimentos do rei em São Vicente de Fora, ao valimento de Fr. Gaspar<sup>406</sup>), o que sonham talvez ter com D. Maria (que os conserva dubiamente junto de si, em Mafra) e com o

---

<sup>404</sup> A reposição das Constituições de 1615, que acentuam a prédica (ver tópico 6.2.2), pode tê-lo incentivado. Como indício menor, refira-se que em Paderne, no costumeiro de 1720, ainda em uso pelo menos em 1756, apesar da existência de um pároco, os cônegos residentes ainda se comprometem a sermonar eles mesmos num conjunto de festas religiosas de maior importância – ler Manuel A. Bernardo Pintor, “Paróquia do Mosteiro de São Salvador de Paderne (Alto Minho): costumeiro de 1720”, in SANTOS, Luciano Afonso dos, ARAÚJO, José Rosa de, NEVES, Jaime Quintas (dir.), *Arquivo do Alto Minho*, vol. 25 (V da 3.ª série), Viana, Editorial Franciscana, 1980, pp. 90-94. A emergência do pregador crúzio oitocentista D. Francisco do Santíssimo Coração de Maria, ao serviço de D. Miguel (ver notas 183 e 184 deste capítulo), pode igualmente ser um sinal de alguma cultura de sermonaria e pregação.

<sup>405</sup> Da Academia Litúrgica de Coimbra, ao colégio dos nobres de Mafra (depois reincarnado em São Vicente), e ao envolvimento na reforma da Universidade de Coimbra (ver notas 117, 147, 148, 153 e 162 deste capítulo).

<sup>406</sup> Ver notas 360 e 116 deste capítulo, respetivamente; é de notar que até nos lamentos das intromissões de D. João V, da mão de D. Inácio da Boa Morte, em 1762, se salienta que crúzios obedeceram lealmente aos desejos do rei, ao contrário de outro clero regular e secular (José Marques, “Figurino crúzio...”, *op. cit.*, p. 537; ver nota 348, igualmente).

regente D. João (a quem chegam a equacionar acompanhar de *motu proprio* para o Brasil<sup>407</sup>), e o que se esforçam por conseguir com D. Miguel. São igualmente, de uma forma ou de outra, “cruzadísticas” as iniciativas de serviço em que se envolvem, quer seja a reabilitação educativa anti-jesuítica pombalina (da educação da nobreza em Mafra, à Universidade reformada), alguma participação no esforço de guerra contra os franceses e a luta aberta, sem reservas, contra os liberais. São, enfim, sempre visíveis os gestos continuados de se entretecerem na história pátria passada, as alusões à Fundação (o trunfo dos túmulos dos primeiros reis, a porfia na canonização de D. Afonso Henriques), à Restauração (de que São Vicente é sempre o emblema, como panteão dinástico), ao esplendor fidelíssimo joanino (iconicizado em Mafra). Em última instância, a própria redução dos movimentos da Congregação ao retângulo luso, e das preocupações de muitos mosteiros a quadros afirmadamente regionais, concretiza de forma inadvertida um nacionalismo de fundo.

**9.4.3 Os enunciados:** Verifiquemos, portanto, como é que os núcleos de significados e os modelos de articulação detetados no discurso crúzio, e as suas variações, se concretizam na sua fala arquitetónica crúzia, do século XVI ao XIX<sup>408</sup>. [fig.14,15]

A subfase de 1685-1723 ilustra-se sobretudo por três enunciados, com graus diferentes de informação e de elementos edificados sobreviventes: São Simão da Junqueira, São Jorge de apar de Coimbra e São Salvador de Paderne. São Simão inaugura esta série, sendo quase totalmente reconstruído a partir de 1687<sup>409</sup>, quer se aproveitem ou não partes do edifício reformado pelo último prior comendatário, D. Martim Pinheiro, cerca de um século antes (por volta de 1589)<sup>410</sup>; uma segunda data para balizar a extensão da intervenção será 1698, em que se erige o cruzeiro num entroncamento viário a eixo da face da igreja<sup>411</sup>. Refeito o complexo, as dependências vivenciais ficarão incompletas na sua metade tardoz, apesar de novas campanhas setecentistas (aliás já visivelmente diferentes em perfil)<sup>412</sup>. Na Junqueira,

---

<sup>407</sup> Em 1809, na segunda invasão napoleónica, que já decididamente não tem disfarces de aliança com a Coroa portuguesa, os cónegos vicentinos vão ao ponto de fretar a fragata *Pérola*, escrevendo no Livro de Assentos capitulares uma verdadeira declaração de princípios, justificando que devem juntar-se ao rei “como fiéis e leais vassallos que em todo o tempo tiveram os seus interesses ligados com os seus legítimos soberanos” (Luiz de Pina Manique, *op. cit.*, pp. 12-13).

<sup>408</sup> Não havendo novas fundações ou re-localizações neste período, não há aqui lugar a análises de localização/implantação, mas apenas de disposição (ver tabela 4f); excluem-se de consideração intervenções muito pontuais ou para-arquitetónicas (talha, azulejamento, entársia, pintura, escultura), ou aquelas que se destinavam a usos não cenobíticos (como obra, registada em 1819, de um celeiro para Crasto, mosteiro que aliás já não tinha vida comunitária, sendo esta uma iniciativa de gestão agrícola pelo mosteiro que a ele presidia, o de Refóios – Paula Noé, “Mosteiro de Refóios do Lima...”, *op. cit.*, *ibidem*).

<sup>409</sup> José Augusto Ferreira, *Villa do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 42, e *A Igreja e o Estado...*, *op. cit.*, p. 101.

<sup>410</sup> Aires Gomes Fernandes, *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média - dos alvores de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*, tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição do autor, 2011, p. 448 (ver capítulo VII, também).

<sup>411</sup> José Augusto Ferreira, *Villa do Conde e seu alfoz...*, *op. cit.*, p. 43, e *A Igreja e o Estado...*, *op. cit.*, p. 102.

<sup>412</sup> Deolinda Maria Veloso Carneiro (cord.), *Opera Fidei, obras de fé num museu de história*, Póvoa de Varzim, Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim e Arciprestado de Vila do Conde–Póvoa de Varzim, 2003, p. 35.

quase a todos os níveis, perduram as matrizes tipológicas maneiristas, mas uma mutação é sensível, desde logo, na fusão de elementos do sub-estereótipo “grijoense-B” (tal como alterado a partir da década de 1630) e do estereótipo vicentino. À primeira vista, dominam as características do primeiro: o mosteiro vila-condense é uniclaustral, com dependências de dois pisos planimetricamente destacadas, formando um adro em ângulo com a igreja, que é de nave única, monovolumétrica, à qual se acoplaram volumes individuais mais baixos, para a capela-mor funda e os braços do transepto; como em Grijó (e Vila Boa do Bispo, que o terá herdado deste) a fachada eclesial é marcada por um vão vertical que ilumina o coro alto, ladeado simetricamente por vãos menores em cota superior; como a de Grijó é também a sala capitular, funda e com capela axial; como em Vila Boa do Bispo (que é o principal testemunho da segunda versão do estereótipo) o alçado sobre o adro é rasgado por duas janelas de grande dimensão, maiores que as das celas<sup>413</sup>, assim como o claustro é de arcaria e com o piso superior encerrado e corredores prolongados até às fachadas<sup>414</sup>; familiar também é o tratamento da aproximação ao edifício, com arruamento axial marcado por cruzeiro (e mais tarde rematado no topo oposto por uma capela)<sup>415</sup>. Por outro lado, ostensivamente plasmado de São Vicente de Fora é o alçado eclesial, bitorreado e em “H” (com balaustrada plana entre torres), e a sua planta (cruciforme, com a nave a prolongar-se na capela-mor, em área quase simétrica, e com capelas laterais); igualmente vicentina é a configuração das alas térreas do claustro, em arcaria intercalada por pilastras.<sup>[fig.16a]</sup> É verdade, já tínhamos visto esta confluência de figurinos em São Teotónio de Viana (c. 1631), cenóbio com quem a Junqueira teve uma ligação forte. Porém, em Viana a situação urbana justificava mais facilmente uma evocação vicentina<sup>416</sup>, que era aliás mais afirmativa e dominante que as similitudes grijoenses. Na Junqueira a síntese é mais completa e afirma uma nova variação – um sub-estereótipo “grijoense-C”, se quisermos<sup>[fig.16b]</sup> – que acumula também uma retórica já decididamente barroca: quer seja no dialeto de cal e cantaria trabalhada, na feição solarenga da fachada principal das dependências vivenciais, ou na integração paisagística aberta, com uma dimensão de *infinito* (cerca de 170m em linha reta separam o mosteiro do cruzeiro, e quase 700m da capela da Senhora das Graças, que remata a composição axial).<sup>[fig.16c]</sup>

A obra de reconstrução parcial em São Salvador de Paderne tem menos elementos de datação – é reconhecida como setecentista, e talvez aconteça na sequência da ampliação da capela-mor da

---

<sup>413</sup> Como aconteceria também em Caramos, segundo Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (ver nota 346 deste capítulo).

<sup>414</sup> Embora estando muito alterado pela função residencial que teve desde 1772, a fenestração assim parece indicar, pela posição das janelas maiores que as celulares.

<sup>415</sup> A Capela de Nossa Senhora das Graças, erigida pelo mosteiro, será mais tardia, mas já existia em 1758, segundo as memórias paroquiais (José Augusto Ferreira, *Villa do Conde e seu alfoz...*, op. cit., p. 44); embora a galilé esteja cronografada com “1773” – Isabel Sereno e Paula Noé, “Capela de Nossa Senhora das Graças”, 1994-1996, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 17-7-2018] – é possível que essa data se refira a uma renovação ou reedificação.

<sup>416</sup> Que encaixava também num padrão da época (ver capítulo VIII).

igreja medieval, que será da transição entre os séculos XVII e XVIII<sup>417</sup>. Embora, excluindo a expansão da cabeceira, não se tenha alterado significativamente a igreja, o novo volume das dependências dá continuidade a muito do que vimos na Junqueira: um volume não faceado com a igreja, com um só claustro de arcaria térrea e andar superior fenestrado, rodeado por galerias até às fachadas; o tom estilístico barroco acentua-se, concorrendo para uma atribuição possível ao período joanino, no reforço do aspeto de grande casarão solarengo do Norte, usando a não-ortogonalidade e o desencontro entre massas construídas para manipular a perceção de profundidade do adro (para onde já se vira a fachada principal do cenóbio), e aumentando a plasticidade da quadra pelo uso de colunas isentas no lugar de pilastras. Um novo sinal vicentino faz também a sua aparição, já que na fachada lateral, deitando para o terreiro de serviço (como acontecia em Lisboa), as celas possuem dupla fenestração, de janela/postigo<sup>418</sup>. [fig.17]

Entre uma e outra destas obras, creio, se poderão colocar certos fragmentos do mosteiro de São Jorge para o qual não há nenhuma referência de sequência ou datação. Embora, como vimos no capítulo anterior, haja testemunhos de que ali se procedeu pelo menos ao encerramento da varanda da sobreclaustra por volta de 1630-1633<sup>419</sup>, o que indicia uma conversão ao sub-estereótipo “grijoense-B” (com a cronologia do qual aliás concorda) é relativamente difícil de acreditar que o que vemos em Coimbra hoje date dessa altura. No claustro atual, o desenho do piso superior, efetivamente fechado, é algo inconciliável com o primeiro terço de Seiscentos; o térreo, de arcaria intercalada por pilastras e de campanha diferente do andar acima<sup>420</sup>, não o sendo tão radicalmente, é pouco plausível – desses mesmos anos é o claustro de portaria do colégio da Sapiência, que já em arcaria, mas chã, sem membratura clássica porticada, e assim é igualmente o único claustro posterior que conhecemos, de Vila Boa do Bispo (c. 1678). Parece-me pois defensável localizar uma intervenção em São Jorge, testemunhada pela arcada térrea do claustro, temporalmente perto da que ocorreu na Junqueira. Um segundo elemento visível no cenóbio, dissonante da feição meso-setecentista geral, é a dupla fenestração celular nos alçados Norte e Leste do quadrilátero claustral, interiores à cerca e correspondentes a celas claramente diferentes das da ala

---

<sup>417</sup> Manuel A. Bernardo Pintor, *Mosteiro de S. Salvador de Paderne: Alto-Minho*, Braga, Escola Tipográfica da Oficina de S. José, 1957, p. 11; Paula Noé, “Igreja e Convento de Paderne/Igreja Paroquial de Paderne/Igreja do Divino Salvador”, 1992-2001, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 17-7-2018].

<sup>418</sup> Ruidosa a parte Sul e Nascente do claustro, é difícil especular sobre o esquema de vãos do resto do dormitório; sabemos apenas que os espaços sobre o adro, embora fossem divididos de forma modularmente similar, não têm dupla fenestração; segundo a descrição do inventário de 1770, todos os segmentos do primeiro piso tinham celas assim como outros espaços funcionais, presumivelmente ocupando uma ou mais das subdivisões celulares – o ante-coro, do lado da igreja, a livraria e as necessárias, na ala em continuação do transepto, o cartório do lado da cerca e a alfaiataria do lado do terreiro de serviço – mas a face do terreiro era o que tinha mais celas, 6 (José Marques, “O Mosteiro de Paderne em 1770”, *op. cit.*, p. 351).

<sup>419</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, cap. XLV, pp. 414-415v.

<sup>420</sup> Além de diferenças aparentes de desenho, simplesmente não há coordenação de alinhamentos entre os vãos superiores e inferiores; a arcaria térrea do claustro também parece dissonante não só do andar superior como de muita da aparência do mosteiro, que será de meados do XVIII, como veremos adiante.



longitudinal Sul, que se estende para Nascente<sup>421</sup> e que terá datação diferente. Uma vez que vemos reaparecer essa composição de vãos em Paderne, no começo do século XVIII (e talvez desaparecer o desenho do claustro com pilastras entre arcos), é aceitável que tenha existido uma campanha de obras em São Jorge, incidindo num bloco uniclaustal, entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras da centúria seguinte<sup>422</sup>. [fig.18]

Duas adicionais intervenções contemporâneas, parcelares, mas consentâneas com estes padrões, acontecem. Em 1690-1692, Santo Agostinho da Serra do Pilar amplia a cabeceira da sua igreja, deslocando o claustro quinhentista para Leste<sup>423</sup>, edificando um verdadeiro retrocoro e assim também emulando a disposição de São Vicente de Fora<sup>424</sup>. [fig.19] Entre c. 1706 e 1714, a igreja de Santa Maria de Oliveira é também reconstruída com um alçado bitorreado vicentino, presumivelmente faceado com as dependências, como em Lisboa<sup>425</sup>. [fig.20]

A subfase seguinte, de 1723 a 1746/1752, marca uma viragem para iniciativas fragmentares e ostentatórias, mas ainda assim mais numerosas e assinalavelmente consistentes entre si. Embora as

---

<sup>421</sup> Em área, corte, e dimensões típica de vãos (Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., tabelas analíticas de alas e celas, pp. 112-113).

<sup>422</sup> Segundo João Miguel dos Santos Simões, os azulejos mais antigos na área do claustro seriam de c. 1730, umas décadas anteriores à generalidade dos restantes (*Azulejaria em Portugal no século XVIII*, edição revista e atualizada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 216); esses revestimentos poderiam suceder-se às obras que proponho, marcando-lhe o remate.

<sup>423</sup> Como testemunha o contrato de pedraria entre o prior, D. Jerónimo de São Tomé, e o mestre Manuel do Couto, a 23 de Agosto de 1690, para desmontagem e recolocação do claustro, e novo contrato com ele, secundado por João da Maia, para construção de um novo retrocoro segundo traça do capitão Domingos Lopes, em 12 de Novembro do mesmo ano, o que se fez até Setembro de 1691, sendo a platibanda do claustro rematada com cimalha decorativa em 1692 – Joaquim Jaime Barros Ferreira, “Nótula para a História do mosteiro de Sto. Agostinho da Serra”, in separata da *Revista da Universidade de Letras*, 2ª série, vol. 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 298-299, e “O novo coro da igreja do mosteiro de Santo Agostinho da Serra e a deslocação do claustro (1690-1691)”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, op. cit., pp. 41-45; Susana Matos Abreu, *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição da autora, 1999, p. 41; Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, op. cit., pp. 74-79.

Houve ampliações de capelas-mor cruzias no século XVIII também em Crasto e Muia, o que, não contrariando estes padrões, se aproxima da irrelevância, dada a multiplicidade de tais intervenções casuísticas para alojamentos das máquinas retabulares em voga que existem em Portugal; ver Paula Noé, “Mosteiro de Crasto/Igreja Paroquial de Crasto/Igreja de São Martinho”, 1992, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 18-7-2018]; António Meneres e José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o mosteiro de St.ª Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2.ª série, Ano III, n.º 4, Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1980, p. 172.

<sup>424</sup> As opções de preenchimento retabular da capela-mor também se aproximariam das de São Vicente: o altar realizado c. 1691-1711 por Filipe da Silva e António Gomes, seria provavelmente um altar transparente, servindo de filtro entre a capela-mor e o retrocoro, como a disposição coetânea em Lisboa, sendo depois substituído, já no período neoclássico, por uma estrutura em baldaquino, mais uma vez como aquela que se construiu em São Vicente, até 1787 – cf. Natália Marinho Ferreira Alves, “Em torno da talha da igreja”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, op. cit., pp. 49-51, com Sílvia Ferreira, “A retabulística: presença e memória”, in SALDANHA, Sandra Costa (cord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora...*, op. cit., pp. 280-281.

Lembre-mos que a aproximação a feições vicentinas não é novidade no Pilar, sendo particularmente notória entre 1660 e 1672 (ver tópico 8.4.3), mas tinha-se interrompido desde então.

<sup>425</sup> A data de 1714 está gravada no portal principal, indicando o remate da obra, e acredito que a descrição do mosteiro de António Carvalho da Costa, em 1706, como tendo uma “boa igreja” não será sobre a antiga igreja românica e indicará que a renovação já era visível (op. cit., t. I, p. 291). O mosteiro era, recordemos, uma presidência de São Vicente de Fora. Saliente-se que não creio, como acho possível em Vilela ou Folques, que esta intervenção sinalize uma reanimação do priorado, uma vez que, ao contrário desses mosteiros, a campanha incide apenas sobre a igreja e não as dependências necessárias para abrigar uma comunidade.

realizações em Santa Cruz de Coimbra não tenham todas, que se saiba, replicação noutros mosteiros<sup>426</sup>, a paradoxal insistência do reformador tão jacobino num estilo de vida hedonista traduziu-se num investimento sistemático no conforto e ludicidade dos espaços privados. Como detetámos em Santa Cruz<sup>427</sup>, as intervenções nos dormitórios e nos espaços recreativos exteriores terão lugar em até 7 outras Casas, isto é, em dois terços dos priorados autónomos (8 de um total de 13). É muito difícil, mais uma vez, precisar com exatidão quando ocorreram algumas destas obras; em geral, aparecem na bibliografia disponível avaliadas como setecentistas e mesmo joaninas<sup>428</sup>, mas raras são aquelas a que podemos atribuir uma data.

Sabemos que, em 1742, os mosteiros de Caramos e Landim intervêm nos dormitórios<sup>429</sup>, e que, no caso do segundo, é para o adequar aos novos requisitos de conforto e privacidade, encerrando a varanda porticada e substituindo-a por janelas de sacada. Hipoteticamente, também poderá então ter sido feita ali a varanda ao nível do dormitório, que, na fachada Sul, escondida do exterior, contempla o jardim e a cerca, e que poderia refletir mais claramente o novo espírito da época, e ecoar a varanda (de c. 1633) que existia no topo interno do dormitório de Santa Cruz, sobre o horto<sup>430</sup>.<sup>[fig.22]</sup> Mais claramente similar ao de Coimbra é o dormitório Sul de Grijó, que já existiria por 1633<sup>431</sup>, mas cujo aspeto ainda observável,

---

<sup>426</sup> Como é o caso dos salões-ilha ovais, das bibliotecas-salão axiais ou das residências priorais palacianas isoladas. É verdade que em Moreira da Maia existe um conjunto de edifícios separado das dependências claustrais, no terreiro de serviço, que se especula ter sido ter sido habitação dos superiores, nomeadamente do último comendatário, D. Fulgêncio de Bragança (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador...”, *op. cit.*, p. 37), mas nada permite afirmar que essa função perdurou até Setecentos.<sup>[fig.21]</sup>

<sup>427</sup> Note-se que não é totalmente líquido que estas intervenções, apesar de muitos pontos de contacto, tenham resultado de um processo unicamente no sentido de imitação de Santa Cruz – aliás, como definido metodologicamente, Santa Cruz é um enunciado-tipo, que cristaliza o estereótipo, não se confundindo integralmente com ele; também vimos que há nas intervenções de Coimbra sinais de receção de práticas típicas do Norte do país e, por conseguinte, mosteiros dessa região podem ter primeiro implementado esse tipo de alterações.

<sup>428</sup> Já falámos do caso de **Santa Cruz de Coimbra**; os jardins de **São Vicente de Fora**, na cerca redefinida em 1673, já existiam integralmente em 1761 (Sandra Costa Saldanha, “A escultura em São Vicente de Fora...”, *op. cit.*, p. 204, e “«Para recreação de huns conegos clausurados»: estrutura e programa artístico da cerca monástica de São Vicente de Fora”, in CRAVEIRO, Maria de Lurdes, GONÇALVES, Carla Alexandra, e ANTUNES, Joana (coord.), *Equipamentos monásticos e prática espiritual*, Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017, p. 276); em **Grijó** serão do século XVIII os jardins e o chafariz do terreiro de serviço, ou dos peregrinos (Helder Carita e António Cardoso, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal...*, *op. cit.*, p. 150), assim como os painéis azulejares nos muros do jardim (João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, *op. cit.*, p. 159); no **colégio da Sapiência** também será setecentista o arranjo do jardim (Sara Almeida *et alii*, “Cerca de Santo Agostinho, Coimbra: estudo preliminar das fases evolutivas e linhas para a sua recuperação”, in TEIXEIRA, André, BETTENCOURT, José António (coord.), *Velhos e Novos Mundos - estudos de arqueologia moderna*, vol. I, p. 493); à mesma centúria encontramos atribuídos os de **São Simão da Junqueira** (Cristina Castel-Branco, *Jardins com História: poesia atrás dos muros*, Lisboa, Inapa, 2002, p. 69) e de **Santa Maria de Landim** (Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins...*, *op. cit.*, pp. 169-170), sendo os azulejos da Casa do Paço, junto ao jogo de pela, de c. 1750-1760 (João Miguel dos Santos Simões, *idem*, p. 143); **São Martinho de Caramos** tem um jardim de recreio recenseado em 1726 (Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 23), e o de **São Salvador de Moreira** é dado como joanino (ver nota 45 deste capítulo) e setecentista (Ilídio Alves de Araújo, *idem*, pp. 170-171).

<sup>429</sup> Em Landim, de 1742 são os contratos de carpintaria no dormitório (5 de Janeiro, com Manuel Pereira Soares, de Santiago de Mouquim) e de obra de pedraria no claustro (10 de Abril, com António Rodrigues, da freguesia de Minhotões), sujeitos a “planta e apontamento”; com os mesmos carpinteiro e mestre de pedraria se acordam obras em 7 e 9 de Abril, respetivamente, para o mosteiro de Caramos. Diga-se que o prior de Landim, D. Joaquim da Glória, tinha sido procurador do prior de Caramos pelo que os dois institutos teriam uma relação muito próxima (Maria de Fátima Castro, *O mosteiro de Landim - contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, s.l., edição da autora, 1995, pp. 6-7 e nota 3; Sílvia Teles, *A igreja e o mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, p. 24).

<sup>430</sup> Como vimos no capítulo anterior (Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, livro X, caps. XLIII, pp. 411-412).

<sup>431</sup> Ver capítulo anterior, tópico 8.4.1.

claramente barroco, denota uma reformulação setecentista: longitudinal, com corredor central, rematado a Nascente por uma varanda descoberta, azulejada a azul e branco, e virada (e com acesso direto) à cerca e ao jardim.<sup>[fig.23]</sup>

Aliás, com dormitórios com comunicação direta – ou pelo menos imediatamente adjacentes – a jardins recreativos barrocos, encontramos os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fora, São Salvador de Grijó e o colégio da Sapiência (para o primeiro caso), e as canónicas de Landim, Junqueira e Moreira, que têm jardins de características joaninas implantados junto à sua fachada Sul, a mais consistentemente ocupada por celas<sup>432</sup>. O tratamento destas áreas exteriores tem também padrões de regularidade estereotípicas e verifica-se uma sucessão gradativa entre um pequeno horto de desenho formal, junto ao dormitório, um jardim de percurso, mais silvestre, estruturado por alamedas que conduzem a espaços de meditação (miradouros, assentos, cascatas, ilhas) ou pontos devocionais (capelas ou imagens, escultóricas ou azulejadas), para além do qual se estende a cerca agrícola; menos regular é a presença e localização de elementos de jogo (de Pela/bola ou de Taco/bilhar) nestes complexos paisagísticos: genericamente não adjacentes aos dormitórios, tanto os encontramos antecedendo o jardim de percurso (em Santa Cruz e Grijó), como para além dele (em Landim certamente<sup>433</sup>, possivelmente

---

<sup>432</sup> Há outras indícios dessa ocorrência, menos diretos, mas não despidiendos. Na **Serra do Pilar**, em planta de Francisco José de Paiva, de antes de 1824 – ver Susana Matos Abreu, “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões ou a Cerca do Mosteiro”, in ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*, n.º 9, *op. cit.*, fig. n.º 5, p. 11 – e em gravura de c. 1833 – gravura n.º 24, in AAVV., *Cinquenta vistas do Porto. Edição comemorativa da inauguração da ponte da Arrábida*, colecção de 50 gravuras sobre o Porto e o Douro, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1963 – aparece uma extensa zona a Sul do mosteiro articulada por alamedas; não é possível dizer se se tratará de um verdadeiro jardim de percurso ou se o arranjo será setecentista, e também não está ligado ao dormitório mas antes à área provavelmente da enfermaria (diga-se que em Coimbra o horto imediatamente adjacente ao mosteiro faceava igualmente a enfermaria, e que em Gaia a implantação não possibilitaria um jardim diretamente acessível ao dormitório). Não sabendo nós exatamente como seria, **Caramos** (que tinha celas viradas a Sul e Nascente) também tinha jardim murado a Sul, em 1726, como já referido, e destinado à distração dos cônegos (ver nota 428 deste capítulo). Em **Refoios**, na planta de inventário da extinção de 1770, refletindo a situação antes da renovação oitocentista, há uma área retangular de pomar a Sul do dormitório, e talhões de hortas a Oeste (n.º 4 e 10 da planta), mas não há maneira de saber de quando datarão e se seriam espaços de lazer, ajardinados. Também no inventário de 1770, em **Paderne**, se fala de um pátio fechado a Sul, com laranjeiras e limoeiros (o que sugere um horto/jardim), mas também moinhos de água (o que lhe dá a aparência de área agrícola/funcional); pela mesma descrição, este pomar não seria anexo a dormitório, mas quando muito às hospedarias (José Marques, “O Mosteiro de Paderne em 1770”, *op. cit.*, p. 351). Em **Vila Boa do Bispo** há atualmente uma escada a Norte do mosteiro (isto é, para o lado interior da cerca, como nos outros mosteiros referidos) que liga diretamente ao exterior, mas não há registo de um jardim ali, nem sequer é possível assegurar que a escada não seja posterior a 1834.<sup>[fig.24]</sup>

<sup>433</sup> Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins...*, *op. cit.*, pp. 169-170, e “Jardins, parques e quintas de recreio...”, *op. cit.*, p. 14; António Martins e Emília Nóvoa Faria, *Mosteiro de Santa Maria de Landim...*, *op. cit.*, p. 48.

em São Vicente<sup>434</sup> e dubiamente na Sapiência<sup>435</sup>).<sup>[fig.25]</sup> Com menor clareza, é ainda assim detetável uma tendência para a exploração de diferenças de cota com possíveis ilações religiosas, que fazem surgir escadórios (em Coimbra, São Vicente, na Sapiência<sup>436</sup> e em Landim) e até remoques da simbologia do *sacro monte*, quer por simples implicação dessas escadarias, quer pela associação de imagens a relevos – como no possível santoral, a um nível superior, que pode ter existido entre os jardins de São Vicente de Fora, ou mesmo no pequeno calvário do adro de Caramos<sup>437</sup>.<sup>[fig.27]</sup>

A inflexão reativa seguinte, começada pela mão de D. Francisco da Anunciação, provavelmente desde 1746, seguramente entre 1752 e 1768, e denota o seu carácter pelo facto de todas as iniciativas edificatórias se relacionarem, sem exceção com a missão religiosa ou o suporte da vida comunitária propriamente dita (e não a recreação dos religiosos).

Algumas obras são de relativamente pequena escala (embora sempre de expressão monumental), como a substituição do campanil que Fr. Brás de Barros acrescentara à medieval torre dos priores de Santa Cruz por um templete de cúpula bulbosa, após danos do terramoto de 1755 (pronto c. 1758)<sup>438</sup>,<sup>[fig.28]</sup> ou o programa de reformulação da cabeceira de São Vicente de Fora, incluindo o retrocoro (órgão, cadeiral e decoração iconográfica, entre 1765 e 1768)<sup>439</sup> e possivelmente o programa para o baldaquino, embora

---

<sup>434</sup> Do jardim de recreio de São Vicente só nos restam descrições, como a de D. Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1761: “*Se entra por hua lameda de grandes arvores silvestres: depois se entra em hu belo e fermoso jardim. Tem quatro estatuas de mármore, e m.ºs vasos de pedra e outras figuras que vierão de fora. Nas paredes do jardim estão devididas em Paineis 12 Estatuas de azulejo de alguns santos conegos regulares com adversid.º de hábitos de cada hua das congregaçoes em q. florecerão. no meyo da parede principal há hua caza com hua cascata (...); por sima desta caza corre hua grande varanda onde estão 12 grandes estatuas de pedra que vierão de Italia e serve de agradável prespetiva ao jardim no meyo do qual fica o Tamque com vários rezistos de lançar a agoa que servem de recreyo aos Religiozos nos dias determinados p.º hir ao cerco. Tem mais hu grande jogo da Bolla, e dentro da Caza há hu de Taco e nas paredes do cerco no fim das ruas Estatuas de azulejo dos S.ºs Conegos Regulares*”; uma outra, já de 1863, sumariza: “*Tem dois jardins. (...) Ornã o primeiro jardim 20 vasos e outras tantas figuras de mármore, um lago e uma pequena cascata. O segundo (...) é guarnecido com 16 grandes vasos, 6 estatuas, e 17 bustos sobre altos pedestaes (...). A quinta vae finalizar no largo da Graça.*” (*apud* Sandra Costa Saldanha, “A escultura em São Vicente de Fora...”, *op. cit.*, pp. 204-205, e “«Para recreação de huns conegos clausurados»...”, *op. cit.*, pp. 277 e 279). Depreende-se, portanto, a sequência frequente de um primeiro jardim murado formal, e um segundo jardim de percurso, a cota superior, ao qual sucede a quinta propriamente dita; a essas três áreas podem até corresponder os três socalcos referidos documentalmente em 1793 (*idem*, p. 278).

<sup>435</sup> Na disposição estabelecida para o jardim do colégio, o percurso devocional, ligado à capela, e o que leva à casa de lazer são caminhos alternativos, divergindo a partir da entrada, não parecendo haver hierarquia ou ordem predestinada; os patamares inferiores da cerca, presumivelmente mais agrícolas, poderiam servir igualmente para lazer, o que é tradicional da tipologia de horto monástico – todo o conjunto é aliás unido por um escadório transversal, que indicia uma unidade de uso: Sara Almeida *et alii*, “Cerca de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 493.

<sup>436</sup> Sara Almeida *et alii*, *idem*, *ibidem*, fig. n.º 6.<sup>[fig.26]</sup>

<sup>437</sup> O calvário já existia em 1726 e será setecentista – cf. Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *op. cit.*, vol. II, p. 22, e Isabel Sereno, João Santos e Ana Filipe, “Passos da Via Sacra de Caramos e Capela do Encontro”, 1994/2013, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 18-7-2018]. A sugestão de uma via sacra no acesso a um mosteiro regante já fora realizado, anteriormente a este intervalo, no Pilar, como vimos no capítulo anterior (ver nota 49 deste capítulo).

<sup>438</sup> Cátia Teles e Marques, “Na torre dos sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um tesouro de moedas medievais e dois desenhos quincentistas”, in MOURA, Carlos Alberto, MARQUES, Cátia Teles e (cord.), *Revista de História da Arte*, n.º 9/“Arquitectura, Urbanismo e Artes Decorativas, séculos XVII e XVIII”, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 163-164.

<sup>439</sup> O órgão é de 1765 (ver notas 39 e 126 deste capítulo) e as pinturas do retrocoro de 1768 (Nuno Saldanha, “Transitoriedade e permanência...”, *op. cit.*, pp. 160-164).

aquele só venha ser executado por volta de 1787<sup>440</sup>.<sup>[fig.29]</sup> À mingua de referências documentais, mas por analogia formal, terá sido neste intervalo também que a fachada-topo da igreja de Santa Maria de Refoios do Lima foi re-imaginada com um cimafrente já rococó, de frontão entrecortado e ondulante, e por uma moldura ornamentada e curvilínea do janelão do coro alto<sup>441</sup>.<sup>[fig.30]</sup>

Outras são mais ambiciosas, e têm início na década de 1750:

a)-por volta de 1751, segundo creio<sup>442</sup>, será alterado e ampliado o mosteiro de São Jorge, refeita a igreja, edificado o dormitório longitudinal nascente e a portaria, e genericamente redesenhados os alçados do complexo em dialeto joanino, dos óculos em “olho-de-boi”, à cúpula de perfil contracurvado do campanário;<sup>[fig.31,18]</sup>

b)-em 1752-1753, substituir-se-á a igreja de Santo Estêvão de Vilela e edificar-se-ão dependências formalizadas; embora a primeira deva ter sido alterada mais tarde, como veremos, e as segundas tenham ficado aparentemente por terminar, os portais barrocos do templo e da portaria monástica, de frontões invertido e interrompido, testemunharão desta nova face, relativamente ambiciosa, que se empreendeu<sup>443</sup>.<sup>[fig.32]</sup>

c)-entre 1756 e 1759, pelo menos, retoma-se a obra inacabada de São Teotónio de Viana, e parece ter-se expandido o plano da igreja, cujas novas fundações do presbitério e ousia são feitas num formato cruciforme amplo e afirmado (que não é impossível que te tenha querido cupular); constrói-se também parte da ala ocidental do claustro, integrando uma escadaria palaciana e um refeitório digno o suficiente

---

<sup>440</sup> O projeto para o retábulo-mor terá sido encomendado por D. João V em 1742 (coincidentemente, quando Fr. Gaspar já estará em Lisboa) e concebido sob orientação de João Frederico Ludovice. Esta encomenda ocorre, no currículo retabular de Ludovice, entre os altares absidais anteriores de Mafra e Évora, e o desenho de um baldaquino para São Domingos de Lisboa (c. 1748). Embora o altar vicentino seja só realizado na década de 1780, quando São Vicente era sede patriarcal – papel que se adequava às alusões vaticanas do baldaquino, e sendo que formato existira realmente na Patriarcal da Cotovia – é de notar que programa escultórico realizado em São Vicente (com São Vicente e São Sebastião, invocações do templo, Santo Agostinho, patrono da Ordem, e sua mãe, Santa Mónica, e São Teotónio e São Frutuoso, santo crúzio e santo monástico, além de Maria e São José) deve ser próximo do definido originalmente (pelo menos no altar provisório pré-1755 figuravam os santos Vicente, Sebastião, Agostinho e Teotónio), concorda com a iconografia do retrocoro (com ciclos pictóricos dedicados aos mesmos 4 santos) e não reflete grandemente a hagiografia ligada ao patriarcado (que esteve sob invocação de São Tomé, de Nossa Senhora da Assunção e de Santa Maria). Cf. Sandra Costa Saldanha, “A escultura em São Vicente de Fora...”, *op. cit.*, pp. 199-204; Sílvia Ferreira, “A retabulística...”, *op. cit.*, pp. 280-281; Nuno Saldanha, “Transitoriedade e permanência...”, *op. cit.*, pp. 160-161.

<sup>441</sup> Não sabendo se não será anterior, a frontaria parece ser contemporânea do ciclo bracarense de meados do XVIII, dominado por André Soares, e nisso é um desvio quase único numa linguagem arquitetónica genericamente mais italianizante, que agrega as obras crúzias até esta fase, apesar de exceções pontuais. Sabemos que existia em 1770, em que já é registada no desenho do inventário de extinção do mosteiro, com bastante rigor (António Matos Reis, “O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”, *op. cit.*, fig. n.º 12, p. 57); também ali se vê o campanário, já construído, embora aparentemente sem a cúpula bulbosa que hoje ostenta – talvez esse remate seja acrescentado em 1859 (e não toda a torre) e daí que a data apareça inscrita na torre (Paula Noé, “Mosteiro de Refoios do Lima...”, *op. cit.*, *ibidem*).

<sup>442</sup> A tela do retábulo-mor de São Jorge é de 1751, de André Gonçalves (Tânia Andrade Saraiva, *O Mosteiro de São Jorge*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, edição da autora, 2000, pp. 46-51) e há painéis de azulejos com a data de 1756 e de c. 1760 (*idem*, pp. 53-54; Vergílio Correia, *Distrito de Coimbra*, “Inventário artístico de Portugal”/IV, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, p. 51; João Miguel dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, *op. cit.*, pp. 215-216).

<sup>443</sup> Uma igreja orientada a Sul, como a atual, foi edificada nesses anos, substituindo a igreja românica de orientação canónica, e a ala frontal do mosteiro parece ter afinidade com pelo menos parte do alçado eclesial; seguramente, as dependências eram ainda informes em 1740 pelo que nada do conjunto vivencial será anterior a 1752 – António Nogueira Gonçalves, “A destruída igreja medieval do Mosteiro de Vilela (Pôrto)”, in *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 1-4.

para passar a receber provisoriamente as funções eclesiais<sup>444</sup>;[fig.33]

d)-em Grijó, sem datação que lhe conheça, mas plausivelmente perto de 1758<sup>445</sup>, se farão dois projetos de relevo – a adaptação do alçado da igreja do Salvador para um formato bitorreado e um modo barroco (que há sinais de se ter iniciado) e a adição ao dormitório Sul de uma capela interna, volume-ilha e turriforme, com esplendoroso espaço oval e cupulado interior;[fig.35]

e)-a partir de 1758 e até 1760, será o conjunto de Folques transformado em biclaustral pela adição de um pátio a Nascente, num grande retângulo compacto, de alçado unificado por um dormitório longitudinal a Sul<sup>446</sup>;[fig.36]

f)-sem dados para que se lhe precise uma origem, deve ser enfim de incluir nesta fase uma outra expansão para um quadrilátero com dois espaços abertos, de claustro/pátio, que é a que ocorre em Landim, presumivelmente até 1770.[fig.37]

Todas estas empreitadas são distintamente barrocas e mesmo por vezes com pendor rococó, reproduzindo trechos mafrenses – das cúpulas bulbosas, perfis de chaveta ou alusões romanistas latas, aos decalques do contorno cruciforme (e não em caixa) do cruzeiro de Viana, ao campanário com passagem inferior de Grijó e à sua capela oval (já não de entablamento plano sobre pilastras, como em Coimbra, mas sugerindo um espaço quadrilobulado, à verdadeira imagem do capítulo de Mafra)<sup>447</sup>. Tipologicamente, porém, são mais sistemáticas as proximidades procuradas à matriz de São Vicente de Fora, em formatos biclaustrais, com igreja embebida no retângulo (em Folques<sup>448</sup> e Landim), de alçado bitorreado (em Vilela e Grijó) e retrocoro (reforçado em São Vicente, como vimos, sugerido em São Jorge com uma “iconóstase”), e com dormitórios longitudinais de corredor central rematado com vãos destacados (em São Jorge e Folques)<sup>449</sup>.

---

<sup>444</sup> Como vimos no capítulo anterior: cf. Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno...*, op. cit., vol. X, p. 441; Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho, “Os cruzios de Viana do Castelo...”, op. cit., pp. 472-475 e 484. A planta de Viana de 1756-1758 mostra a igreja contida em caixa quadrangular, e a de 1868-1869 é aquela que revela o cruzeiro saliente e a capela-mor aparentemente ampliada (Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 42 e 43).

<sup>445</sup> Altura em que o mosteiro está desafogado o suficiente para estar a construir a casa brévia da Granja (António Domingues de Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador...*, op. cit., p. 100),[fig.34] que partilha certos sinais estilísticos com as obras que conhecemos em Grijó e que serão por sua vez contemporâneas entre si (na opinião de Celso Francisco Santos, *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1574-1636*, dissertação de mestrado, Lisboa, edição do autor, 1988, p. 104); a capela do dormitório já existia pelo menos em 1770 (António Domingues de Sousa Costa, *idem*, p. 187).

<sup>446</sup> De 1758 data processo de canonização de São Goldofre, prior medieval do mosteiro (Regina Anacleto, “São Goldofre, prior do mosteiro de São Pedro de Folques”, in NEVES, João Alves das (dir.), *Arganil - revista cultural da beira-serra*, II série, n.º 20, Lisboa, Junho de 2006, pp. 20-23, e *Arganil*, op. cit., p. 70), o que pode ser uma manobra de redignificação do cenóbio e pretexto de autonomia institucional e reedificação física (*idem*, *Arganil*, op. cit., p. 67) e de 1760 será o final das obras, aparecendo a data em portal da nova ala Sul (Vergílio Correia, *Distrito de Coimbra*, op. cit., p. 16; Regina Anacleto, *idem*, p. 72).

<sup>447</sup> Não tendo a erudição ou a escala de Grijó, é curioso que o dormitório Nascente de São Jorge, longitudinal como o de Gaia, tenha também a meio da sua extensão uma capela interna, saliente da fachada, abobadada e com topo absidal circular.

<sup>448</sup> Em Folques até se reproduz a continuidade espacial vicentina entre os dois claustros, com prolongamento da abóboda da quadra Sul do claustro pré-existente para uma ala porticada análoga, no pátio novo (Ilídio Jorge Silva, *A significação dos espaços privados...*, op. cit., p. 80, nota 165).

<sup>449</sup> Como cotejo, reveja-se a análise do estereótipo de origem vicentina no capítulo anterior.

Dado o recrudescer de empréstimos formais feitos pelos Regrantes ao Real Edifício de Mafra, é uma espécie de ironia histórica que eles tenham vindo a ser domiciliados ali, em 1770 (e que mais tarde tenha vindo a ser, aparentemente, o derradeiro mosteiro que ocuparam). Enquanto ali estiveram, entre 1771 e 1792, além de adaptações funcionais menores<sup>450</sup>, envidaram esforços para se apropriar do discurso iconológico da basílica sob a invocação, apesar de tudo conveniente, a Santo António (que, recordemos, fora cônego antes e mais longamente que franciscano); assim, nas campanhas josefinas de escultura para o templo, providenciaram pela introdução de referências a santos crúzios, augustinianos e canonicais<sup>451</sup>. Mas a obra principal que deixaram no mosteiro foi a Casa da Livraria: se bem que prevista desde o início da obra (por se adequar à causa joanina das Luzes Católicas, e mesmo por ali já terem funcionado estudos desde 1733)<sup>452</sup>, a sala atual da biblioteca estava inacabada e sem sequer pavimentação definitiva, permanecendo os livros ao cuidado dos frades arrábidos armazenados noutras salas. Serão os Regrantes, pouco depois de ali se instalarem e quando fundam o Real Colégio (1772), a começar por transferir o espólio para as duas divisões adjacentes ao transepto Poente da sala grande, e a fazer avançar o arranjo do monumental espaço cruciforme, pela mão do arquiteto Manuel Caetano de Sousa, procedendo à pavimentação marmórea (aliás semelhante à do Santuário das Relíquias de Coimbra<sup>453</sup>) e a encomendar a estantaria rococó<sup>454</sup>. A superestrutura de talha, além do jogo de contraste que oferece com abobadamento liso, imaculado e classicizante<sup>455</sup>, cria só por si um nível intermédio em altura, gerando uma acentuação horizontal contínua e dominante, ao mesmo tempo que subdivide a profundidade do espaço, com cartelas temáticas salientes, em contraponto ao ritmo das janelas e penetrações da abóboda – temas compositivos afinal presentes na biblioteca universitária de Coimbra, e quiçá na desaparecida biblioteca de Santa Cruz. Projeto que parece traduzir um protesto identitário,

<sup>450</sup> Como a instalação dos para-raios em 1786 (ver nota 400), mas também o uso de espaço de enterramento no corredor do claustro, junto a capela do Campo Santo, em vez do carneiro arrábido, localizado sob a galilé e as escadarias da basílica (António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, op. cit., p. 235), entre outras que terá havido, até para a prossecução da função colegial de que já falámos (ver notas 147 e 153).

<sup>451</sup> Nos relevos esculpidos para as lunetas dos portais das capelas laterais, figurando São Teotónio (1.º prior e 1.º santo da Ordem, e do país), o mesmo São Teotónio com São Francisco de Sales (este um santo cuja obra teológica versa sobre o problema da Graça augustiniano e a devoção da Santa Cruz), e São Norberto de Xanten (fundador de Ordem Premonstatense, de cônegos regrantes de Santo Agostinho): José Fernandes Pereira, *Arquitectura e escultura de Mafra...*, op. cit., p. 263; Raphael Pernin, "Saint Francis of Sales", in HERBERMANN, Charles George (ed.), *The Catholic Encyclopedia*, op. cit., vol. 6.

<sup>452</sup> As Reais Aulas de Mafra, conduzidas pelos Franciscanos arrábidos (António Filipe Pimentel, *idem*, p. 222).

<sup>453</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *Obras-primas da arte portuguesa...*, op. cit., p. 116.

<sup>454</sup> Álvaro Ferrand de Almeida Fernandes, "A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra", op. cit., pp. 6 e 11-16; Manuel J. Gandra, *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*, op. cit., pp. 55-56; José Fernandes Pereira, *idem*, pp. 178-180; António Filipe Pimentel, *idem*, pp. 232-233. O mobiliário, só será instalado em 1794, após a saída dos Regrantes, com a arrumação dos livros e sua catalogação só tentada a partir de 1797, e não terminada até 1809; regressados os capuchos, sem os rendimentos ou a inclinação para assumir o projeto original, ficará a estantaria sem o previsto douramento e sem as pinturas das cartelas superiores, o que modera significativamente o impacto programado pelos Crúzios (Álvaro Ferrand de Almeida Fernandes, *idem*, p. 7).

<sup>455</sup> A afirmação, atribuída a Guilherme José de Carvalho Bandeira e dita como de 1730, de que a abóboda de biblioteca era, originalmente, de "mármore branco de distintos lavores" (Álvaro Ferrand de Almeida Fernandes, *idem*, p. 11; Manuel J. Gandra, *idem*, p. 55) levanta a questão de porque teria sido depois estucada a branco. Sendo estranho que se cobrissem requintados acabamentos marmóreos, essa afirmação casa mal com a constatação documental feita por António Filipe Pimentel de que em 1730 edifício ainda pouco passava a linha do refeitório, isto é a divisão planimétrica entre os dois retângulos que constituem o conjunto (*idem*, pp. 180-189), donde se concluiria que dificilmente estaria então a sala nascente erigida; referir-se-ia Carvalho Bandeira a alguma sala provisória ou será a afirmação mais tardia?

nostálgico (falando de Coimbra e da plástica do Entre-Douro-e-Minho, de onde foram arrancados os cónegos transferidos para Mafra), é também de alguma forma politicamente provocatório, ancorando-se nos antípodas do Tardo-Barroco pombalino, ao mesmo tempo que dialoga de alguma forma com o Rococó cortesão (ainda que sendo agora menos italianizante que aquele). Curiosamente – ou precisamente porque é fruto de um impulso sentimental e panfletário – a biblioteca de Mafra será a última realização arquitetónica crúzia importante a usar o modo plástico rococó.<sup>[fig.38]</sup>

Se levaram a Mafra uma nota relativa de diferença, é claramente mafrense, *prototípico*, o referente, e tardo-barroco o tom, que encontramos nas edificações regrantas até 1834, como já vimos cristalizado em Santa Maria de Refoios do Lima. Dois exemplos, anteriores aliás à renovação de Refoios, ilustram perfeitamente essa trajetória<sup>456</sup>. Por um lado, a intervenção tardo-setecentista na Serra do Pilar. Despoletada, pelo menos parcialmente, por danos causados pelo sismo de 1755<sup>457</sup>, a reconstrução da ala Sul do quadrângulo do mosteiro foi traçada pelo arquiteto José do Couto dos Santos Leal, plausivelmente depois de 1777<sup>458</sup>. Referida documentalmente como uma intervenção nas “Hospedeiras do Mosteiro da Serra”, pelo próprio autor, tal descrição é um primeiro dado indicativo de que a ala tardo-barroca que subsiste em Gaia (contendo a sacristia, refeitório e cozinhas) é um fragmento daquilo que foi feito originalmente. Atualmente, o corpo que está de pé tem, do lado meridional, 13 tramos fenestrados, divididos em 6 panos delimitados por pilastras (de 2+5+1+3+1+1 vãos), perfazendo uma estranha e assimétrica composição rítmica, incaracterística para uma fachada que faceava um dos acessos principais do conjunto<sup>459</sup>.<sup>[fig.41]</sup> Faltar-lhe-á, dir-se-ia, um troço que restabelecesse a simetria de desenho, e falta-lhe realmente, por definição, o segmento que abrigaria as hospedarias, que seria suficientemente representativo para José do Couto designar toda a empreitada por essa apelação.

---

<sup>456</sup> Note-se que, antes da intervenção em Refoios do Lima e mesmo antes da ocupação de Mafra pelos Regrantas, já D. Miguel da Anunciação, tão próximo da Congregação, recorria a um formato mafrense para uma abordagem classicizante, no Seminário de Coimbra (ver nota 328 deste capítulo). Refira-se também que, além dos exemplos que se seguem, embora muito hipoteticamente, também a duplicação de pátios e a fachada Poente da nova quadra (residencial e próspera) em Vilarinho, poderiam ter alguma relação com este momento, mas sinceramente inclino-me mais para ver essa frente como uma adaptação já novecentista e laica.<sup>[fig.39]</sup>

<sup>457</sup> Como diz a lápide nas escadas de acesso à sacristia.

<sup>458</sup> Até 1777 teria estado José do Couto mais ocupado no apoio a Elsdén, durante a fase mais ativa da reforma pombalina da Universidade de Coimbra; depois disso estaria o arquiteto mais livre e estariam os Crúzios em plena recuperação da *Viradeira* e mais predispostos a investimentos. Em 1783, o mosteiro de Santo Agostinho da Serra investirá em Vilela, como veremos, o que pode sinalizar uma época de prosperidade e ímpeto construtivo, e o final do século parece ser a altura em que José do Couto diversifica mais obras em número, clientes e localização. Seguramente, terá sempre de ser anterior a 1824, em que o arquiteto declara ter feito essa obra no passado (Regina Anacleto, “O arquitecto José do Couto...”, *op. cit.*, pp. 651-655). É de notar que esta datação coloca a renovação do mosteiro da Serra do Pilar entre os reinados mariano e sexto-joanino, de progressiva implantação do Neoclássico, e em simultâneo ao processo neo-paladiano da vizinha cidade do Porto (ver notas 321 a 324 deste capítulo), o que mais põe em realce a opção crúzia por um modo ainda predominantemente tardo-barroco.

<sup>459</sup> Plantas de por volta de 1824 e 1833 (ver nota 432 deste capítulo) mostram o acesso principal desaguando num terreiro estendendo-se até algo menos de metade da ala Sul do mosteiro, amplitude que poderia corresponder sensivelmente à extensão de um corpo simétrico mais longo que o atual, a que se seguiriam, para Leste, as enfermarias mais antigas.<sup>[fig.40]</sup>



Fotografias de Frederick William Flower<sup>460</sup>, de meados de oitocentos, e outras das décadas de 30 a 50 da centúria seguinte, da DGEMN, substanciam essas considerações: parece ver-se que as ruínas, nas vistas mais antigas, se estendem mais para Leste que o corpo atual, tanto na fachada principal como no volume saliente no tardoz, e dir-se-ia existir, perto do pano de três vãos da cozinha, um paramento que poderia pertencer a um frontão<sup>461</sup>; as fotografias de meados do século XX comprovam a demolição de toda a zona à direita desse corpo, assim como de elementos acima do seu entablamento, e que o que existe hoje para Nascente é uma recriação<sup>462</sup>.<sup>[fig.42]</sup> Adicionalmente, uma planta de 1856, para um projeto de adaptação do complexo a quartel, mostra bem, destacando as estruturas sobreviventes à altura, que o volume edificado no lado setentrional incluía uma massa mais larga que o claustro e razoavelmente alinhada com ele<sup>463</sup>.<sup>[fig.43]</sup> Acredito, por isso, que deve ter existido originalmente um corpo de planta em “F” (ou mesmo em “E”, por espírito de simetria), com uma melhor coordenação planimétrica e de acessos com o claustro, e com um alçado para o exterior sugerindo torreões de topo e um corpo central, coroado eventualmente por um frontão<sup>464</sup>.<sup>[fig.44a,44b]</sup>

Um segundo exemplo será a intervenção de c. 1783 em Santo Estêvão de Vilela. Rematando e/ou substituindo-se o que se levantara em 1753<sup>465</sup>, o mosteiro adquire uma fisionomia estereotípica: fecha-se o quadrilátero das dependências, englobando a igreja, que será reformada<sup>466</sup> e reformulada (o contorno da

---

<sup>460</sup> Fotografias de c. 1849-1859 – Michael Gray, *Frederick William Flower: um pioneiro da fotografia portuguesa*, catálogo da exposição homónima, Lisboa, Electa e Museu do Chiado, 1994, figs. 83 e 84, pp. 122 e 123.

<sup>461</sup> Na vista geral de Frederick William Flower, vê-se aparentemente o tal frontão, talvez à esquerda das cozinhas, e o que parece ser uma parede com uma série de vãos (5?) ainda de pé, para Nascente (*idem*, fig. 83, p. 122).

<sup>462</sup> Incluindo o falsamente rematado cunhal Nascente; há desenhos de projeto desse topo no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico da D.G.P.C. e fotos das obras datadas de 1937 e 1940, até 1951 – veja-se o *menu* “arquivos e colecções” da ficha de Isabel Sereno, João Santos e Paula Noé, “Mosteiro da Serra do Pilar”, 1994-1998, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 24-7-2018].

<sup>463</sup> Embora essa planta não registre um volume mais longo que o atual, não esqueçamos que os violentos bombardeamentos miguelistas, em particular os de 13 e 14 de Outubro de 1833, que abriram brechas nas defesas, poderão ter obliterado partes do Leste do edifício (Francisco Sousa Lobo, “A fortaleza do convento”, *op. cit.*, pp. 56-58 e particularmente fig. 13, p. 56), fazendo desaparecer parte das hospedarias tardo-barrocas e as enfermarias quinhentistas, que fechavam o grande quadrilátero do mosteiro.

<sup>464</sup> A sequência de 2+5+1+3+1+1 feiras de vãos atual, pode ter correspondido a uma composição simétrica de 2+5+1+3+1+5+2, sendo o corpo central a cozinha, que serviria tanto a comunidade como as hospedarias, à sua direita. Uma outra hipótese é que fosse ainda mais extensa, por exemplo num esquema de 2+5+1+3+[1+1+1]+3+1+5+2, sendo o corpo central imediatamente à direita da cozinha, talvez uma portaria, o que teria mais lógica representativa e que parece substanciar-se pela posição percebida do possível frontão na foto de Frederick William Flower (ver nota 461 acima) e pelo facto de a subdivisão entre as cozinhas e o pano à sua direita ser feito (ainda hoje) por pilastras sobrepostas e não simples, como todas as outras, realçando previsivelmente um troço excecional, levemente saliente do plano do resto da fachada. A hipótese de menor dimensão adequa-se melhor à largura do terreiro de acesso ao mosteiro,<sup>[fig.43]</sup> a hipótese mais larga suscita composições de alçado mais satisfatórias e algo mais consentâneas com os indícios físicos e iconográficos.

<sup>465</sup> Flório de Vasconcelos, que escreveu sobre o cenóbio (“Notas sobre a arquitectura, escultura e talha do antigo mosteiro de Vilela”, in MACHADO, Paulo Sá, MARQUES; José Augusto Maia (cord.), *Maia, história regional e local – actas do congresso*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol. II, pp. 166-172), mesmo considerando o portal frontal do mosteiro como rococó, acha-o possivelmente de 1783, enquanto que a ala Oeste seria post-setecentista, e a igreja (pelo menos no que toca a decoração) dataria de obras de 1876 que Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal refere. Como Vasconcelos não considera as obras reveladas por António Nogueira Gonçalves, de 1752-1753 (ver nota 443 deste capítulo), creio que, identificando corretamente tempos diferentes de edificação, empurra para demasiado tarde a sua realização; parece-me nomeadamente implausível o recorte rococó dos portais como produto do último quartel do XVIII.

<sup>466</sup> A tanto conduz a observação do encaixe deficiente entre ala Norte, que se pressupõe anterior, e o corpo da nave, que não será da mesma campanha.<sup>[fig.45a]</sup>

fachada e os dois campanários parecem sensivelmente mais austeros de desenho que o conjunto central do portal, janelão e nicho); o maior investimento, porém, é o que se faz, como em Refoios ou na Serra do Pilar<sup>467</sup>, na fachada voltada à cerca – o corpo Nascente reveste-se de uma frontaria palaciana, com corpo central em avanço, encimado por frontão sem entablamento e com óculo, e de fenestração generosa, atingindo 3 níveis no ângulo Noroeste, dado o declive; o portal central da fachada abre para uma galeria que perfura o edifício até ao pátio/“claustro”<sup>468</sup>, desaguando entre lanços de uma escadaria simétrica, ascendendo para uma *loggia* de arcaria que preenche o lado interior do corpo central da ala<sup>469</sup>. [fig.45b]

## 9.5 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia entre 1685 e 1834

**9.5.1 Contrapontos e repercussões:** Chegados aqui, é relativamente pacífico concluir que o grau de integração de referências originais em intertextualidade, assim como de existência de diferenças sistemáticas entre o discurso arquitetónico dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e a maioria dos discursos da mesma época, é muito baixo. Por um lado, reduzidos quase até à inexistência os seus contactos diretos, bem como os seus laços institucionais privilegiados, que ultrapassassem as fronteiras nacionais (que não de forma mediada, teórica), desaparecem *ipso facto* uma série de mecanismos de mundividência que repetidamente tinham alimentado a sua idiosincrasia; por outro, a Ordem quis ativamente associar-se a dispositivos expressivos fortes em Portugal, e, até por atavismo, foi para a retórica edificatória régia, dominante, que gravitou, e muitas vezes de forma conservadora.

Isto não quer dizer que os Crúzios tenham sido insensíveis a referências alternativas, muito embora nacionais – como vimos, o seu investimento quase universal na arte dos jardins tem influências, e deverá ter tido consequências, no registo do jardim devocional de percurso, tipicamente mais cultivado no Noroeste do país, e inclusive na sua vertente de glosagem do tema do *sacro monte*. Aliás, a hipótese de que o arranjo setecentista da cerca de Tibães (c. 1725-1734) esteja na origem regional dessa forma paisagística<sup>470</sup> deve ser contrabalançada, sem sequer fazer recurso ao culto precursor da cerca ajardinada entre os Regrantes<sup>471</sup>, pela constatação de contribuições importantes suas, até por serem numerosas,

---

<sup>467</sup> O mosteiro da Serra do Pilar seria presidente deste e deverá ter dirigido as obras, eventualmente com fim de o preparar como Casa Brévia (ver nota 18 deste capítulo), o que concorda com um certo tom de quinta de recreio, mais do que de mosteiro, que se desprende das adições às estruturas vivenciais.

<sup>468</sup> Mais uma *cour d'honneur* que um claustro, este espaço remete mais uma vez para uma formulação residencial/palaciana, e pode espelhar o filogalicismo crúzio que já detetámos (ver notas 212 a 214), e que está igualmente presente nas referências culturais de D. Gaspar de Bragança (ver tópico 9.2.3); a inspiração francesa, no entanto, não é incomum na arquitetura solarenga do Noroeste português (ver nota 288).

<sup>469</sup> Sendo estilisticamente tardo-barroca, quiçá mesmo pombalina, esta ala replica uma composição espacial que encontramos em solares de meados do século XVIII, como a sucessão de uma fachada frontal sóbria, onde se abre uma galeria térrea a que atravessa o edifício, desembocando sob uma escadaria na fachada de aparato, que existe por exemplo no Palácio do Freixo.

<sup>470</sup> Ana Cristina Leite, “Ana Cristina Leite, Alegorias do Mundo...”, *op. cit.*, p. 41. Em Portugal como um todo o formato tem origens seiscentistas, e já está razoavelmente maturado, por exemplo, na cerca do convento da Arrábida, por volta de 1625 (Ilídio Alves de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins...*, *op. cit.*, p. 103).

<sup>471</sup> Como lembra Ilídio Alves Araújo, em “Jardins, parques e quintas de recreio...”, *op. cit.*, p. 11, nota 1.

mas discutivelmente por serem tão ou mais precoces (como o percurso ascensional da Serra do Pilar, ou o Calvário de Caramos) e de exibirem características ainda assim comparáveis (como Landim)<sup>472</sup>. Não deixa de ser relativamente claro que as realizações canônicas neste domínio tendem a ser filtrados por uma postura mais áulica, nomeadamente por uma maior incorporação de elementos lúdicos, como os campos de pela e as salas de bilhar<sup>473</sup>.

Mantém-se, por outro lado, apesar da adesão gradual ao discurso mais difundido, uma linha de continuidade com pesquisas anteriores cruzias, inclusive nessa área do paisagismo – que, tendo precedentes, é uma nova iteração do perene interesse pela *significação* dos espaços privados, surgindo aliás quase invariavelmente em conexão com os dormitórios canônicos. Outra permanência será a da exploração de filtros de acesso, que sobrevivem ainda nos adros que a arquitetura estereotípica mantém. A própria longevidade do referente tipológico de São Vicente de Fora ancora essa linha de evolução, e a sua metamorfose e posterior substituição por uma matriz mafrense não é ela mesma isenta de nexos de coerência (por similares ilações régias e prestigiantes) e é justificada até pela apropriação concreta do modelo, sendo um edifício onde a Congregação estadeou duas décadas.

Ainda assim, repito, a coerência interna demonstrável não elide a constatação de que o percurso arquitetónico cruzio converge para os modos de expressão prevalecentes e deles se torna apenas negligenciavelmente destacável. Se nisto serão acompanhados por muitas outras Ordens, diluídas e submetidas ao dialeto oficial (os próprios Jesuítas, tão distintivos antes), é de notar que há exceções no panorama de entre os séculos XVII e XIX, como os Capuchos, que em conventos levantados pelo menos até meados de setecentos mantém a estrutura estereotípica do *Modo Capucho* quinhentista, apesar de visíveis adjectivações barrocas e rococós – veja-se Santo António de Vila Cova de Alva (1713-1736), Santa Maria de Mosteiró (c. 1729) e São Francisco do Monte, em Viana (1751-1759)<sup>474</sup>. Quiçá ainda mais relevante que esse caso de persistência, é o de radical renovação da Congregação Beneditina, que depois de uma série de realizações maneiristas sobretudo urbanas, de elevada qualidade mas algo reduzida originalidade (sequazes de soluções popularizadas pelos Inacianos e Regrantes, sintetizando nomeadamente a fachada escadeada com aletas e a bitorreada com nártex aberto), recriaram a sua expressão recentrando-a no seu polo de gravidade do Entre-Douro-e-Minho rural, adotando a argumentação

---

<sup>472</sup> É perfeitamente aceitável, a partir dos elementos sobreviventes, aplicar ao que deve ter sido o arranjo paisagístico em Landim a análise de Paulo Pereira, sobre a criação de uma forma específica de jardim que celebra a cerca monástica humanizada, entre os valores da fertilidade natural e a agricultada, que o autor empreende para Tibães (*Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 721-723).

<sup>473</sup> São Martinho de Tibães também tinha uma sala do taco, mas mantinha-a no interior do mosteiro. Por um lado, isso reservava uma leitura mais religiosa ao espaço exterior, por outro normalizava o jogo, que nos Cruzios ficava destinado aos *dies rusticationes*, os dias de permissão semanal de ida à cerca, regulados aliás por breve pontifício de Bento XIV, em 1747 (Nelson Correia Borges, *Coimbra e Região*, *op. cit.*, p. 117, e “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, pp. 149-151; Paulo Pereira, *idem*, p. 707).

<sup>474</sup> Ver tópico 8.5.1.

eclesial e aristocrática que ali se desenvolveu autonomamente, bem como a estética regional de aproximação ao Rococó, pela mão, aliás, de André Soares e do monge beneditino Fr. José de Santo António Vilaça<sup>475</sup>. Em Tibães, Santo Tirso, Rendufe, Refojos de Basto e Pendurada, repete-se o modelo de grandes conjuntos no centro de prósperas paisagens agrícolas, com adros sublinhados por vastas e longitudinais frontarias solarengas, que levam a templos bitorreados, câmaras túrgidas de ouro, azul e branco. Contraponto claro às escolhas dos Regrantes na sua fase de ataraxia, são-no cumulativamente na reação que tiveram ao influxo do classicismo – ao invés de o digerirem numa fórmula tardo-barroca moderada, essencialmente pombalina, aproximar-se-ão surpreendente e precocemente do Neoclássico, quer em Rendufe (na capela do Santíssimo Sacramento, de 1777-1786) e Bustelo (na fachada principal das dependências conventuais, de 1795)<sup>476</sup>, quer sobretudo em Pombeiro (no claustro da viragem para o século XIX)<sup>477</sup>; a tanto os conduziria essa sintonia com os processos estilísticos do Noroeste português, que fez independentemente similar viragem, mas a tal não será porventura estranha a mentalidade que ditou um maior envolvimento beneditino na resistência anti-napoleónica e uma mais clara abertura ao Liberalismo<sup>478</sup>.

O discurso arquitetónico dos cônegos agostinhos não deixa, bem entendido, de ter repercussões, algumas relevantes, durante o intervalo em análise, quer em campos temáticos isolados para que contribuiu, quer sendo alvo de emulações específicas em edifícios-chave desta época.

No que diz respeito a linhas transversais de exploração edificatória, já discutimos acima as aporções crúzias para a arte paisagística, integrando e sendo integrada na arquitetura. Um segundo género arquitetónico no qual a sua contribuição foi aparentemente pertinente e com sinais de alguma originalidade, é o das bibliotecas setecentistas de aparato<sup>479</sup>. Neste programa edificatório de prestígio, o século XVIII português registou uma série ilustre de concretizações: pelo menos a biblioteca joanina da Universidade de Coimbra (1718-1728)<sup>480</sup>, a biblioteca oratoriana de Nossa Senhora das Necessidades (c. 1750)<sup>481</sup>,

---

<sup>475</sup> Paulo Pereira, *idem*, pp. 720-723; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *Quando os monges...*, *op. cit.*, pp. 180, 298-300; José Fernandes Pereira, *Arquitetura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 165-166.

<sup>476</sup> Nelson Correia Borges, “O período Rococó”, *op. cit.*, p. 114; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 754; Isabel Sereno, Paula Noé, Paula Figueiredo, “Mosteiro de Bustelo/Igreja Paroquial de Bustelo/Igreja de São Miguel”, 1994/1996/2012, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 27-7-2018].

<sup>477</sup> Paulo Varela Gomes, “Expressões do Neoclássico”, *op. cit.*, pp. 7 e 15-17; Paulo Pereira, *idem*, *ibidem*.

<sup>478</sup> Há movimentos de participação direta na luta armada contra as invasões francesas, e envolvimento de alto nível na Revolução Liberal – Fr. Francisco de São Luís Saraiva, o futuro cardeal Saraiva, faz parte do primeiro governo da Junta Provisional, e Fr. Vicente da Soledade e Castro é presidente das Cortes constituintes de 1821; o beneditino Fr. António de Santo Ilídio colabora mesmo com a Comissão de Reforma Geral Eclesiástica, durante a Guerra Civil, em 1833 (Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *idem*, pp. 216-225).

<sup>479</sup> Distintas, portanto, de exemplos como a Livraria de São Martinho de Tibães, que sendo um belo salão, é um espaço mais comedido, quase doméstico.

<sup>480</sup> Ver nota 369 deste capítulo.

<sup>481</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, pp. 125-127; António Filipe Pimentel, *Arquitetura e Poder...*, *op. cit.*, p. 37.

a biblioteca da abadia de Alcobaça (c. 1772)<sup>482</sup>, a biblioteca do Real Edifício de Mafra (1772-1794) e a biblioteca do convento de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, em Lisboa (1777-1795)<sup>483</sup>.

[fig.46] Interiores rococós em caixas tardo-barrocas, este conjunto, na órbita direta ou indireta da Coroa<sup>484</sup>, regista algumas características formais constantes: o espaço longitudinal, a estantaria verticalizada (com varandim a meia altura)<sup>485</sup>, e a iluminação a vários níveis (térrea e alta, pelo menos). Se é muito claro o impacto da livraria crúzia mafrense na atual biblioteca da Academia de Ciências, no troço final desta série, creio que é defensável que a biblioteca de Santa Cruz de Coimbra (1731?) pode ter representado um nó relevante, de viragem relativa, no início da evolução sequencial. Aquilo que parece separar a biblioteca joanina de todas as referidas bibliotecas posteriores é a preferência universal por espaços marcadamente mais profundos e o abandono da sucessão axial de baias transversais, quase salas individualizadas, que apenas se realizou na Universidade de Coimbra; ora, temporalmente entre essa biblioteca e a das Necessidades, e sendo seguramente mais longitudinal<sup>486</sup>, estaria a biblioteca do palácio prioral de Fr. Gaspar da Encarnação.

É também reconhecido, e dispensa grandes comentários, que a igreja do mosteiro de São Vicente de Fora continua a ser uma referência recorrente no registo eclesial, do Barroco petrino ao Pombalino<sup>487</sup>, assim como vimos que permanece um modelo consensual da identidade arquitetónica regrente; apesar do seu longo ascendente, contudo, dificilmente tal derivaria expressamente de ser obra crúzia<sup>488</sup>, ou essa filiação seria assumida para aquele formato planimétrico e de fachada, quando replicados, dada

---

<sup>482</sup> Esta biblioteca será obra de D. Fr. Manoel de Mendonça, sobrinho do marquês de Pombal e (por isso) Abade-Geral de Alcobaça e reformador da Ordem Cisterciense, entre 1768 e 1777, quando afastado por D. Maria I; bom administrador de rendas, mas também dado a gastos sumptuários (*Alcobaça, abadia cisterciense de Portugal, op. cit.*, pp. 34 e 78; M. Vieira Natividade, *Mosteiro e coutos de Alcobaça – alguns capítulos extraídos dos manuscritos inédito do autor e publicados no centenário do seu nascimento*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 1960, pp. 49 e 54; Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Maria I, op. cit.*, p. 34). É difícil especular a relação cronológica entre a conceção desta obra e a da biblioteca de Mafra, podendo ter-lhe sido coetânea ou posterior.

<sup>483</sup> Atual biblioteca da Academia de Ciências: Margarida Elias, “Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco/Academia das Ciências de Lisboa”, 2011, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico* [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 26-7-2018]; Academia das Ciências de Lisboa [em linha] disponível em <http://www.acad-ciencias.pt/academia/a-biblioteca> [consultado em 26-7-2018]. Também de iniciativa de Fr. Manuel do Cenáculo, como esta, é a biblioteca arquiépiscopal de Évora (c. 1805), que, apesar de alterações, demonstra continuidade na configuração da sala comprida: Patrícia Costa e João Santos, “Câmara Municipal de Évora / Biblioteca Pública de Évora”, 2002/2014, in S.I.P.A., *Inventário do Património Arquitectónico* [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 26-7-2018]. Sobre esta série, faltar-nos-ia ainda informação sobre a arquitetura da desaparecida biblioteca do Paço da Ribeira, em que D. João V tanto se empenhou.

<sup>484</sup> Duas são em Lisboa (e nenhuma muito longe dela); duas são de iniciativa direta de D. João V (e faltaria a da Ribeira) e uma no seu palácio de Mafra; duas são feitas sob supervisão pombalina (Alcobaça pelo seu familiar, Mafra para suporte do seu programa educativo).

<sup>485</sup> Tendo desaparecido o mobiliário da Livraria tanto em Alcobaça (desde logo, entre as depredações dos invasores franceses e o longo saque dos populares e forças regulares após a fuga dos monges, nas Guerras Liberais – Dom Maur Cocheril, *op. cit.*, p. 34; M. Vieira Natividade, *idem*, p. 55, e *O Mosteiro de Alcobaça (notas históricas)*, Coimbra, Imprensa Progresso, 1885, pp. 181-182), como nas Necessidades (por desmantelamento para adaptação da sala para as Cortes constituintes de 1821 – Isabel Nobre Vasques, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, op. cit.*, vol. V, p. 61), a altura dos paramentos verticais, em ambos os casos, ainda denota a escala das estantes, e em Alcobaça sobrevive o varandim que circundava a sala a meia altura.

<sup>486</sup> Ver nota 366 deste capítulo.

<sup>487</sup> Ver notas 29, 30, 31, 32 e 289 deste capítulo.

<sup>488</sup> Na mesma tradição que deu a sua avaliação na historiografia atual (ver nota 33 deste capítulo), a sua grandiosidade em si mesma, o seu impacto em Lisboa e a sua ligação à Coroa seriam a sua caução de prestígio, atrás do qual se apagaria a Ordem que lhe deu origem.

a sua normalização já consolidada. Há porém exceções, emulações diretas e inegáveis, de que o caso exemplar é o de Santa Engrácia, uma espécie de revisão e superação petrina da igreja filipina vizinha, na silhueta de Lisboa<sup>489</sup>. Prevista para ser bitorreada e cupulada<sup>490</sup>, Santa Engrácia tem um alçado frontal que é quase decalcado do vicentino (nártex de três vãos, a que se sobrepõem três nichos com frontões alternadamente retos e curvos, e, separadas por entablamento, três janelas, sendo a cornija superior coroada por balaustrada)<sup>491</sup>; usa em geral a mesma articulação parietal (com pilastras separadas por pisos e duplicadas nos tramos das torres dos ângulos – mas colossais no interior – e com correspondência entre o interior e exterior)<sup>492</sup>; planimetricamente, salvaguardadas as óbvias diferenças, não deixa de ser uma igreja cruciforme contida numa caixa ortogonal, e, não as tendo, o seu alçado interior *sugere* a existência de naves criptocolaterais. Num certo sentido, Santa Engrácia pode ser vista literalmente como um exercício de aplicação de processos barrocos (centralização, distorção-curva/profundidade, complexidade/elementaridade) e efeitos barrocos (surpresa, opulência, artifício) ao modelo maneirista de São Vicente de Fora.<sup>[fig.47]</sup>

É plausível (até como panteão régio e ícone da capital) e é historiograficamente sugerido<sup>493</sup>, que São Vicente seja também mote para a basílica de Santo António de Mafra, que tem uma fachada bitorreada, palacial e “habitável”, com nártex aberto e uma espécie de coro alto (com três janelas de frontões alternados, sobrepostas a três arcos), planta cruciforme com naves criptocolaterais de capelas comunicantes, e zimbório no cruzeiro<sup>494</sup>.<sup>[fig.48]</sup> Mas quase tudo o que ultrapassa esta sinopse diverge do modelo crúzio – dos materiais e cores, ao desenho de cantaria e uso de membratura clássica, da silhueta dos campanários ao perfil da abóboda de penetrações, do altar absidal ao contorno planimétrico em cruz boleada (nem ortogonal, nem compactada em plano retangular) – e remete para influências romanistas, e quiçá germânicas ou francesas<sup>495</sup>. Acredito, ainda assim, que é possível que essa alusão

---

<sup>489</sup> Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 654. Desiderato plenamente concordante com o espírito da intriga política nacionalista que está na base do empreendimento de Santa Engrácia (Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política...*, *op. cit.*, pp. 271-272), e génese que ocorre, aliás, quando D. Pedro ainda é ambivalente quando ao estatuto de panteão de São Vicente, da mesma maneira que é uma empresa que é deixada inacabada depois de ele se decidir por acatar decisão do pai sobre o enterramento dinástico (ver capítulo VIII).

<sup>490</sup> José Fernandes Pereira (*Arquitectura Barroca em Portugal*, *op. cit.*, pp. 35-36, e “Resistências e aceitação do espaço barroco...”, *op. cit.*, p. 44); Paulo Varela Gomes, *idem*, pp. 285-286; Vítor Manuel Serrão, *O Barroco*, *op. cit.*, pp. 161-162; Paulo Pereira, *idem*, p. 654.

<sup>491</sup> Paulo Varela Gomes, *idem*, p. 288.

<sup>492</sup> Paulo Varela Gomes (*idem, ibidem*) nota isso em Santa Engrácia, mas não compara essa característica de desenho a São Vicente de Fora.

<sup>493</sup> Ver notas 29 e 30 deste capítulo.

<sup>494</sup> Se do que se fala normalmente é das correlações entre as respetivas igrejas, o grande alçado traseiro de Mafra pode ser de inspiração vicentina, assim como conceito de grande volume com contorno exterior à mesma altura, mas com septos interiores, mais baixos (e contendo um dormitório de plano em “C”).

<sup>495</sup> Ver nota 292 deste capítulo.

tenha secundariamente estado presente<sup>496</sup>, e até que tenha havido outras referências simbólicas à arquitetura regente na conceção do Real Edifício. Por um lado, há a hipótese de antes de 1728, Maфра ter sido projetado (e parcialmente executado) como um cenóbio com claustro único, heterodoxamente a Norte da basílica, e portanto com dependências conventuais à esquerda da igreja<sup>497</sup>, como acontecera originalmente em Santa Cruz de Coimbra e posteriormente (e talvez não por acaso) em Santa Maria de Alcobaça e Nossa Senhora da Batalha<sup>498</sup>; por outro, acredito que metáfora de “Cidade de Deus” e “Templo de Salomão”, tão repetidamente reconhecida em Maфра<sup>499</sup>, pode ter sido sugerida por Santa Cruz<sup>500</sup>. É sabido que D. João V, enquanto considerava a edificação do convento para os Arrábidos, e a sua conversão num símbolo dinástico, empreendeu em 1714<sup>501</sup> uma espécie de “ronda de reconhecimento” de outras fundações simbólicas do Reino – especialmente as que, fora de Lisboa, não conhecia – visitando Alcobaça, a Batalha e Tomar, mas não indo a Coimbra, decididamente mais distante, o que parece invalidar estas especulações sobre o valor referencial de Santa Cruz no empreendimento<sup>502</sup>. Todavia, como tantas outras aportações, afinal centrais ao desenho, que o rei recolheu apenas por notícias e relatos, Santa Cruz pode ter-se-lhe apresentado por uma fonte que sabemos que compulsava: a *Corografia portuguesa* de António Carvalho da Costa, acabada de editar em 1712<sup>503</sup>. Nela, Carvalho da Costa é particularmente encomiástico sobre a arquitetura do mosteiro-chefe da

---

<sup>496</sup> Como os torreões espelhando os do paço da Ribeira, alusões a São Vicente também remeteriam para imagem logotípica da capital e do reino. O programa iconográfico do nártex, com a entrada da basílica assinalada por São Vicente e São Sebastião, em destaque, frontalmente e de maior dimensão que outras imagens da galilé (referências que não assinalam a invocação do templo, que nada têm a ver com os Arrábidos e que surgem num conjunto de referências hagiográficas a padroeiros de Ordens religiosas) também replicam as imagens presentes no portal de São Vicente, inclusive colocando São Vicente à esquerda e São Sebastião à direita de quem chega (como nota José Fernandes Pereira, *Arquitectura e escultura de Maфра...*, *op. cit.*, p. 200 – sobre iconografia do nártex, *idem*, pp. 235-237).<sup>[fig.49,04]</sup>

<sup>497</sup> No projeto original para 80 frades, só alterado c. 1728 para um efetivo de 300, já com a construção adiantada, de que aliás viria a atual igreja, pequena proporcionalmente a essa capacidade (na hipótese de António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, *op. cit.*, pp. 172-174 e 188-189).

<sup>498</sup> E até, discutivelmente, em Santa Maria de Belém e no Convento de Cristo, se consideramos como *aparecem*, a partir dos acessos principais.

<sup>499</sup> Manuel J. Gandra, *A Biblioteca do Palácio Nacional de Maфра*, *op. cit.*, pp. 14-21; António Filipe Pimentel, *idem*, p. 207; Paulo Pereira, *Arte Portuguesa...*, *op. cit.*, pp. 670-671.

<sup>500</sup> Uma outra coincidência interessante teria lugar se a especulação de António Filipe Pimentel (*idem*, pp. 236-241), de que um panteão real associado ao nártex tivesse sido considerado e parcialmente realizado, embora nunca concluído; é verdade que seria uma escolha curiosamente sem referentes óbvios internacionais, e evocativa do que acontecera em Santa Cruz até ao início do século XVI (e em Alcobaça), mas não me parece muito fácil que o rei e os que o rodeavam soubessem disso.

<sup>501</sup> Isto é, entre anúncio de cumprimento do voto pelo nascimento de descendência, em 1711, para um pequeno convento de 13 frades, e a abertura de fundações de uma obra já grandiosa, embora talvez uniaustral, em 1716 (António Filipe Pimentel, *idem*, pp. 153-156).

<sup>502</sup> José Fernandes Pereira, *Arquitectura e escultura de Maфра...*, *op. cit.*, p. 199 (sobre a viagem, ver também Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V...*, *op. cit.*, pp. 68-69).

<sup>503</sup> Havendo testemunhos de que D. João V lia muito, um dos poucos registos do que é que realmente lia é uma carta sua ao seu Secretário de Estado, o Cardeal da Mota, de 9 de Abril de 1740, em que, a propósito da intenção de criar o marquesado do Lourical, escreve: “*não sei se o Lourical é vila ou somente lugar, nem o pude achar na Corografia de Carvalho que toda busquei*” (Maria Beatriz Nizza da Silva, *idem*, p. 127).

Congregação agostinha<sup>504</sup>, cimentando a sua posição no cânone das obras icônicas, como “*hum dos quatro da fama, que vem a ser este, o Real Convento de Thomar, o de Alcobaça, & o da Batalha*”, e remata a sua descrição dizendo precisamente que é “*edificio quasi como Cidade, como dizem as Sagradas Letras do Templo de Salamaõ*”<sup>505</sup>.

**9.5.2 Zeitgeist e automitificação:** No desenrolar da existência dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, longa de sete séculos, a sintonia com o espírito do tempo e a valorização da sua ideia de si mesmos constituíram os dois vetores modais de apropriação dos seus repertórios interpretativos, uns e outros simultaneamente perenes e variáveis em interpretação. Entre si, estes dois eixos de enquadramento também conheceram diferentes relações de preponderância.

Nestes dois últimos subperíodos, embora se possa defender uma submissão generalizada do identitário ao contingente, o equilíbrio de forças não é constante. No primeiro (1685-1752), a desmesura da primazia do *Zeitgeist* é inquestionável, da diluição da missão à subserviência ao *status quo* e à moda – na erosão do agostinismo, meramente decorativo, no esvaziamento do canonicalismo até à pura formalidade (ou conveniência), na redução do nacionalismo a uma adesão acéfala (e oportunista) à celebração do Absolutismo sacral. No segundo (1752-1834), ainda assim, há um resgate perceptível dum sentido de si próprios, nem que possivelmente movido, ou pelo menos catalisado, por ameaças existenciais várias. A vaidade e o comodismo continuarão a encandear frequentemente os Regrantes, mas o amor da cultura e a disputa teológica de prisma agustiniano darão sinal de vida; o sentido de corpo, por corporativo que seja, está presente, e o nacionalismo, nem que (muito de acordo com o tempo) seja algo romantizado e não chegue a ultrapassar o conceito conservador da aliança ao Trono, consegue galvanizar-se o suficiente para dar azo a um último, nem que insensato, ímpeto cruzadístico.

Reforça esta constatação da prevalência do ar do tempo a transversal dominância de referências arquitetónicas com origens associadas a Lisboa e à Coroa (São Vicente, Mafra, as quintas de recreio), embora, como vimos, ela não seja exclusiva e tenha variações de tom, sendo mais seguidista primeiro, e mais virada para alguma afirmação de diferença da Ordem dentro do panorama geral, depois. O elitismo,

---

<sup>504</sup> Se olharmos para a edição original que teria passado pelas mãos do rei, da *Corografia portugueza* (Lisboa, officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712) e compararmos o que ali se diz do mosteiro crúzio e dos edifícios que o monarca visitou em 1714, veremos que Santa Cruz lhe ocupa 27 linhas, todas falando especificamente sobre o edifício, com muitos elogios à sua qualidade artística e riqueza (t. II, p. 11), a que se acrescenta depois uma relação das reliquias (t. II, pp. 23-24, 16 linhas – ver também nota 374); à Batalha, Carvalho da Costa dedica 6 linhas no total (t. III, p. 123), não dizendo da construção propriamente dita senão que é “hum magnifico Convento”; Alcobaça é recipiente de menos elogios à sua estrutura concreta embora se descreva a abadia mais longamente (t. III, p. 124-126), também se refira que já foi comparada ao Templo de Salomão e ao Escorial (idem, p. 124), e mais espaço se lhe dedique no total, incluindo ainda a história da sua fundação e menções aos seus bens (t. III, pp. 124-130); o Convento de Cristo é também largamente elogiado pelo seu estatuto, e pelas personagens e eventos a ele associados, bem como à sua riqueza (t. 3, pp. 158-162), mas mal se analisa o conjunto arquitetónico, embora se elenquem partes dele, para as associar aos reis que as promoveram, durante 9 linhas (t. III, p. 158).

<sup>505</sup> *Idem*, p. 11.



que é tudo menos novo entre os Crúzios, é a chave para a compreensão de ambas as atitudes. No mesmo padrão encaixa a apenas aparentemente contraditória “modernidade” da abordagem estilística até meados de Setecentos (seguindo o que está em voga), comparada com um fundo conservador, mais ou menos subtil que durará até ao século XIX: mafrismos e Rococó em tempos de Pombalino, e classicização, sim, mas sem abandonar os limites do Tardo-Barroco, posteriormente. De igual modo, também, se apuram os temas arquitetónicos cultivados: iniciando-se pelas galantes *frases feitas* do salão, da galeria, da escadaria e do jardim lúdico-meditativo, a que se sucedem os *formulários* algo burocráticos (enunciações de estatuto institucional) dos blocos de palácio-cidade.

Muitas destas constatações coincidem iluminadoramente com as que fizemos no período de 1340 a 1527, de perda de alma e de prioridades, mas igualmente de pesquisa inadvertida de caminhos novos, que poderiam ter frutificado como aqueles, se não tivessem sido cerceados definitivamente, por acontecimentos externos. Realce-se que o discurso arquitetónico dos Regrantes não perdeu ambição nem a confiança, e não as perdeu até ao fim – já iniciada em oitocentos e porfiando até 1819, a reconstrução de Refoios do Lima é quase certamente a última das grandes empreitadas cenobíticas do Antigo Regime em Portugal.

**9.5.3 *In hora mortis et post mortem* – o metadiscorso crúzio:** Quando a exclaustração chegou, os derradeiros atos dos Crúzios foram um testemunho da sua mentalidade: em Mafra, os religiosos de São Vicente de Fora colaboraram com aprumo num inventário metódico das existências confiscadas pelo Estado; no colégio da Sapiência, se bem que tendo evacuado as instalações em Junho, será um cónego, D. António da Maternidade, a regressar e a defender o edifício das delapidações populares que já se tinham iniciado, sendo-lhe permitido ali viver, previsivelmente até que a Santa Casa da Misericórdia tome posse do complexo, em 1841<sup>506</sup>.

Noutros casos, as ações falam de uma sub-reptícia resistência, talvez contemporização, talvez esperança: depois da transição ordeira, o prior vicentino, D. João da Soledade Morais, sai de Mafra mas guarda consigo o Livro de Assentos, quiçá como uma garantia da possibilidade de continuação institucional<sup>507</sup>, e em Santo Estêvão de Vilela a comunidade abandona o mosteiro transportando a relíquia do santo da invocação, como que mantendo a posse da alma, se não da casca, da sua Casa<sup>508</sup>. Por seu lado, o último prior-geral da Congregação, D. João da Assunção Carneiro de Araújo Correia Machado, nem que destituído civilmente do seu cargo, procura prolongar o isento episcopal de Santa Cruz, que já vinha de

---

<sup>506</sup> Nelson Correia Borges, “Colégio de Santo Agostinho...”, *op. cit.*, p. 159

<sup>507</sup> Luiz Pina Manique, *op. cit.*, p. 32.

<sup>508</sup> Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno...*, *op. cit.*, vol. XI, p. 1423.

1135, como uma presença imaterial da instituição, uma vez que tal estatuto dependia da Cúria; Gregório XVI concede-o em 24 de Agosto de 1836, prorrogando nele a existência simbólica da Ordem (já expirara o triénio regulamentar da sua eleição), e expressamente esperando que uma restauração monástica permita novo sufrágio em capítulo-geral; é um desenlace que D. João deve ter tentado até 1840, como delegado apostólico em Portugal durante o cisma entre Roma e o regime liberal<sup>509</sup>.

Como apologia e lamento, e último testemunho de erudição, um cónego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. João da Madre de Deus Araújo, dá à estampa em 1839 a *Memoria sobre a existencia do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, suprimido por um decreto no anno de 1834*<sup>510</sup>.

O livrinho do cónego crúzio dificilmente influenciou a narrativa sobre a instituição, comprometido como estava com os campos em contenda, e não com o que triunfara. A *monacofobia*<sup>511</sup> do Portugal de 1834 era funda e varria todo o fenómeno cenobítico, que amalgamava com o epíteto depreciativo (e tecnicamente incorreto) de “fradalhada” – em 1846, no *Viagens na minha terra*, Almeida Garrett, apercebendo-se da venalidade e tacanhez dos barões do Liberalismo, não consegue ainda obrigar-se a solidarizar com a vida religiosa a que a guerra civil pusera fim, ficando-se por ensaiar que, não gostando da classe, chega a ter comparativamente saudades deles, mas “*não dos frades que foram, mas dos frades que podiam ser*”<sup>512</sup>. O seu companheiro de armas, Alexandre Herculano, e ainda antes dele (1842), tem uma abordagem simultaneamente mais rigorosa (usa “monge” e “cenobita”, além do vulgarizado “frade”) e muito mais afetiva, e põe precisamente no espaço do mosteiro de Santa Cruz o local da sua sensibilização moral à perda e à selvajaria da extinção monástica, e do calvário dos egressos<sup>513</sup>.

Extinguidas as paixões, porém, é a Eça de Queiroz, n’*A correspondência de Fradique Mendes* (1888-1900), que devemos uma espécie de resumo, quase neutro, quase lapidar, da tal “memória da existência” dos Regrantes<sup>514</sup>. Num relato inspirado pelas suas vilegiaturas no secularizado mosteiro de Moreira da Maia<sup>515</sup> – que rebatiza, para efeitos de ficção, como “Refaldes” – ele é capaz enfim de um veredicto

---

<sup>509</sup> Em 7 de Agosto de 1840, volvido outro triénio, ainda tenta delegar o seu estatuto no isento, prolongando a esperança numa restauração da Ordem, num eclesiástico de Coimbra, mas sem sucesso; a aproximação de Portugal a Roma também já recomeçava discretamente e o restabelecimento de relações diplomáticas com a Santa Sé é em Junho de 1841; D. João da Assunção morre em 1873. Ler: António Gomes da Rocha Madahil, *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1940, pp. 71-75; Carlos Moreira de Azevedo, “Determinação pastoral de D. Jerónimo da Costa Rebelo, bispo eleito (1840-1843) e confirmado (1843-1854) do Porto”, in SILVA, Francisco Ribeiro da (ed.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, vol. 1, p. 213; Armando Alberto Martins, “Regrantes de Santa Cruz, Cónegos”, *op. cit.*, p. 276; Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, *op. cit.*, pp. 228-229.

<sup>510</sup> Ver nota 1 deste capítulo. Era dedicado à infanta D. Isabel Maria, regente de D. Pedro IV antes de ele abdicar para subida ao trono de D. Miguel, isto é, apelando à última pessoa régia incontestada do Antigo Regime, ainda viva e em Portugal, e notoriamente devota, como o próprio autor menciona (cf. Eugénio dos Santos, *D. Pedro IV...*, *op. cit.*, p. 212 e 236-237).

<sup>511</sup> Expressão usada pelos monges beneditinos no período da emergência do Liberalismo e retomado por Geraldo José Amadeu Coelho Dias (*Quando os monges...*, *op. cit.*, p. 213).

<sup>512</sup> J. B. de Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, cap. XIII, pp. 151-152.

<sup>513</sup> “Os egressos...”, *op. cit.*, pp. 149-152 (ver nota 194 deste capítulo).

<sup>514</sup> *A correspondência de Fradique Mendes*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., Carta XII, pp. 109-111.

que acaba por ser correto, e enuncia, se bem que entre ironias e uma ou outra imprecisão, como os cónegos augustinianos, diferentemente dos eremitas, monges cistercienses e frades mendicantes, tinham criado uma verdadeira cultura de bem viver, de que os seus edifícios e a humanização da paisagem superiormente testemunhavam:

*“O casarão conventual que habitamos, e onde os cónegos Regrantes de Santo Agostinho, os ricos e nédios Crúzios, vinham preguiçar no Verão, prende por um claustro florido de hidrângeas a uma igreja lisa e sem arte, com um adro sombreado por castanheiros, pensativo, grave, como são sempre os do Minho. Uma cruz de pedra encima o portão, onde pende ainda da corrente de ferro a vetusta e lenta sineta fradesca. No meio do pátio, a fonte de boa água, que canta adormecidamente caindo de concha em concha, tem no topo outra cruz de pedra, que um musgo amarelento reveste de melancolia secular. Mais longe, num vasto tanque, lago caseiro orlado de bancos, onde decerto os bons Crúzios se vinham embeber pelas tardes de frescura e repouso, a água das regas, límpida e farta, brota dos pés de uma santa de pedra, hirta no seu nicho, e que é talvez Santa Rita. Adiante ainda, na horta, outra santa franzina, sustentando nas mãos um vaso partido, preside, como uma náíade, ao borbulhar de outra fonte, que por quelhas de granito vai luzindo e fugindo através do feijoa. Nos esteios de pedra que sustentam a vinha há por vezes uma cruz gravada, ou um coração sagrado, ou o monograma de Jesus. Toda a quinta, assim santificada por signos devotos, lembra uma sacristia onde os tetos fossem de parra, a relva cobrisse os soalhos, por cada fenda borbulhasse um regato, e o incenso saísse dos cravos.*

*Mas, com todos estes emblemas sacros, nada há que nos mova, ou severamente nos arraste, aos renunciamentos do mundo. A quinta foi sempre, como agora, de grossa fartura, toda em campos de pão, bem arada e bem regada, fecunda, estendida ao sol como um ventre de Ninfa antiga. Os frades excelentes que nela habitaram amavam largamente a terra e a vida. Eram fidalgos que tomavam serviço na milícia do Senhor, como os seus irmãos mais velhos tomavam serviço na milícia de el-Rei – e que, como eles, gozavam risonhamente os vagares, os privilégios e a riqueza da sua Ordem e da sua Casta. Vinham para Refaldes, pelas calmas de Julho, em seges e com lacaio. A cozinha era mais visitada que a igreja – e todos os dias os capões alouravam no espeto. Uma poeira discreta velava a livraria, onde apenas por vezes algum cónego reumatizante e retido nas almofadas da sua cela mandava buscar o D. Quixote, ou as Farsas de D. Petronilla. Espanejada, arejada, bem catalogada, com rótulos e notas traçadas pela mão erudita dos Abades – só a adega...*

*Não se procure, pois, nesta morada de monges, o precioso sabor das tristezas monásticas; nem as quebradas de serra e vale, cheias de ermo e mudez, tão doces para nelas se curtirem deliciosamente as saudades do Céu; nem as espessuras de bosque, onde S. Bernardo se embrenhava, por nelas encontrar, melhor que na sua cela,*

---

<sup>515</sup> Então pertencente ao seu amigo, Luís de Magalhães, político e um dos intelectuais da Geração de 70: A. Campos Matos, *Eça de Queiroz – fotobiografia: vida e obra*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, pp. 137-138.

a «fecunda solidão»; nem os claros de pinheiral gemente, com rochas nuas, tão próprias para a choça e para a cruz do eremita... Não! Aqui, em torno do pátio (onde a água da fonte todavia corre dos pés da cruz), são sólidas tulhas para o grão, fofos eidos em que o gado medra, capoeiras abarrotadas de capões e de perus reverendos. Adiante é a horta viçosa, cheirosa, suculenta, bastante a fartar as panelas todas de uma aldeia, mais enfeitada que um jardim, com ruas que as tiras de morangal orlam e perfumam, e as latadas ensombram, copadas de parra densa. Depois a eira de granito, limpa e alisada, rijamente construída para longos séculos de colheitas, com o seu espigueiro ao lado, bem fendilhado, bem arejado, tão largo que os pardais voam dentro como num pedaço de céu. E por fim, ondulando ricamente até às colinas macias, os campos de milho e de centeio, o vinhedo baixo, os olivais, os relvados, o linho sobre os regatos, o mato florido para os gados... S. Francisco de Assis e S. Bruno abominariam este retiro de frades e fugiriam dele, escandalizados, como de um pecado vivo.

A casa dentro oferece o mesmo bom concheço temporal. As celas espaçosas, de tetos apainelados, abrem para as terras semeadas, e recebem delas, através da vidraçaria cheia de sol, a perene sensação de fartura, de opulência rural, de bens terrenos que não enganam. E a sala melhor, traçada para as ocupações mais gratas, é o refeitório, com as suas varandas rasgadas, onde os regalados monges pudessem, ao fim do jantar, conforme a venerável tradição dos Crúzios, beber o seu café aos goles, galhofando, arrotando, respirando a fresquidão, ou seguindo nas faias do pátio o cantar alto de um melro.”



*De civitate Dei*

O discurso crúzio em arquitetura cenobítica



## CAPÍTULO X

### *De qualitate duarum civitarum terrenae atque celestis*<sup>1</sup>

sínteses e conclusões

#### 10.1 | O discurso da arquitetura cenobítica crúzia

**10.1.1 Uma história discursiva:** A expressão arquitetónica da visão dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses sobre a vida cenobítica consagra-se, como vimos, numa sucessão de estereótipos textuais que cristalizam as variações da sua definição institucional – quer interna, *orgânica*, quer externa, *relacional* – sendo reproduzidos depois nos vários enunciados edificados que promoveu, mais ou menos aproximadamente, segundo o grau de participação e identificação de cada cenóbio com o projeto institucional canonical.

Esses modelos tipológicos integram, em intertextualidade, as referências que norteiam a identidade crúzia, e adotam processos linguísticos característicos da atitude discursiva de cada época, tanto mais claramente quanto a Ordem mais se identifica com a *Weltanschauung* do tempo.

**1128-1229 | O período de criação, durante o Românico:** O primeiro estereótipo cenobítico regrante, refletido fielmente no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, quase certamente nos de São Vicente de Fora e São Jorge de apar de Coimbra, e em escala menor pelo menos em Santa Maria de Vila Nova de Muía, apresenta-se como um complexo de aparência urbana, um grande conjunto quadrangular, ortogonalizante, muralhado. Idealmente implantado a meia encosta, em face de um aglomerado populacional e com ele articulado por vias terrestres e/ou fluviais, afirma-se como uma versão regularizada daquele. Duas torres, em posições diametralmente opostas e de natureza formal contrastante, salientam-se como eixos verticais deste recinto: um *Westwerk*, volumétrica e parietalmente articulado, virado à cidade e à estrada/rio, e uma torre monolítica e cega, voltada para o espaço exterior, agrícola. A primeira é um espaço de receção e marca a entrada na igreja (e abriga o coro dos cónegos), a segunda tem um valor defensivo e marca uma posição senhorial sobre os terrenos circundantes, sendo residência prioral. Podendo conter mais do que uma unidade construída, o núcleo fundamental desta cerca de aspeto fortificado é um edifício compacto e integrado que abriga as funções religiosas e cenobíticas essenciais, merecendo quer o templo, quer as dependências vivenciais, um cuidado construtivo similar. Um claustro arquitetonicamente formalizado conjuga as valências numa sucessão

---

<sup>1</sup> "Das características das duas cidades, a terrena assim como a celeste": Santo Agostinho, *De Civitate Dei contra paganos*, Hipona, 413/427, livro XIV, cap. XXVIII (*Obras de San Agustín*, 4.ª ed., "Biblioteca de Autores Cristianos", Madrid, editorial Católica, 1969-1988, vol. XVII, pp. 937-938); tradução minha.

processional que é também uma gradação hierárquica – de igreja e capítulo, dormitório (e enfermaria), refeitório e cozinha, e espaços pragmáticos e para os conversos, nas quatro alas. A igreja, em específico, na sua formulação mais desenvolvida, concentra os fiéis numa nave longitudinal, ladeada por naves compostas de uma sucessão de espaços comunicantes com abobadamento perpendicular ao espaço principal, antecedida pela torre-nártex com tribuna, e orientada para uma ousia tripartida de capela-mor funda.

Esta configuração congrega uma série de referências coetâneas de prestígio, e importantes para os Regrantes. Fruto eles mesmos da Reforma Gregoriana, que operacionalizou a estrutura clerical sob direção pontificia central, com vista ao apostolado engajado na sociedade, a sua característica implantação periurbana é a que já então se associava ao movimento canonical em toda a Europa, e repete exemplos romanos e italianos. Ainda assim, é à Ordem de São Rufo de Avinhão, em que os cónegos portugueses se filiaram espiritualmente, que vão buscar coordenadas mais específicas, pela exemplaridade daquele instituto canonical e a sua influência na gregorianação de movimentos monásticos e na regularização de cabidos episcopais, sobretudo na Provença, Languedoc e Levante ibérico. A conjugação precoce nesta região de edificações de contorno compacto, unindo igreja e claustro, com características castrenses, igrejas de nave única contrafortada por capelas laterais e mesmo torres-nártex frontais, era certamente do conhecimento crúzio. Igualmente fulcrais no movimento gregoriano e com relações diretas a Santa Cruz, os Cistercienses, adotando a mesma estrutura tectónico-espacial eclesial, e preferindo volumes construídos integrados, funcionarão como um reforço destas preferências, embora as adotem sensivelmente mais tarde, em composição planimétrica mais articulada e com menos sinais militarizados. A Ordem de Cluny, pelo seu capital de prestígio, fornece adicionais coordenadas, sobretudo em soluções de reforço qualitativo: a dimensão urbana sugerida dos conjuntos cenobíticos, a filtragem cerimonial do acesso à igreja por uma galilé sob a tribuna, a adjetivação iconográfica de portais, interiores e claustros, a articulação parietal por arcaturas, devem ser consideradas entre os dispositivos prototípicos crúzios.

Fazendo uso dos temas fundamentais do discurso espacial românico, a massa telúrica e o eixo vertical, articulados pelo movimento rítmico (nos espaços construídos como na apropriação edificada da paisagem), a arquitetura regrante adota também a incorporação da imagem legível na edificação, desde logo pela escultura; de forma ainda mais generalista, o seu discurso é alegórico, como alegórica é a visão do mundo do período. Ilustrando uma Jerusalém Celeste ideal, perante a Cidade dos Homens, as canónicas são mosteiro, castelo e cidade (os três assentamentos-tipo medievais), e, num reino que se cria (e que os Crúzios ajudam a criar), anteveem o Reino de Deus na Terra; as duas torres destacadas do



estereótipo são elas próprias reduções dessa dualidade reconciliada, sendo uma a figuração religiosa da cidade do Anho, e outra a fortificação feudal. Propriedades da concepção teológica augustiniana também são expressas: a Razão (a ordem indicadora da teofania) e a Graça (a tolerância pela dignidade e arbítrio humanos) revelam-se na composição geométrica e simbólica, assim como na benignidade do modo de vida a que se dá estrutura<sup>2</sup>.

**1229-1340 | Um tempo de *resistência*, no primeiro Gótico:** Nos séculos XIII e XIV, embora com uma certa continuidade em relação ao intervalo anterior, o estereótipo crúzio renova-se em algumas definições fulcrais. Em primeiro lugar, a sua implantação passa a ter uma leitura diferente: mais do que um complexo em relação binária com um centro urbano, a canónica-tipo, com o surgimento do movimento mendicante concorrente, torna-se um entre os vários assentamentos religiosos que orbitam as cidades. Em segundo lugar, parece haver uma acentuação dos sinais arquitetónicos no alçado de abordagem do conjunto, sendo possível até a exploração da possibilidade de deslocar para essa face as duas torres típicas, castrense e eclesial (como pode ter acontecido em Roriz, São Cucufate e Arronches), ou pelo menos fundir ambos os caracteres numa única torre frontal (como em Freixo de Baixo). As igrejas canónicas ganham uma proporção mais verticalizada e uma estrutura tectónica mais diagramática (das paredes laminares à sua articulação por frestas e frisos), e o dispositivo de acesso, antes integrado, decompõe-se agora, esquematicamente: em vez da torre-nártex, prefere-se a torre+nártex+coro alto (por exemplo, em Mancelos); neste processo separação de *termos*, as torres tendem a tornar-se mais esbeltas, os nártexes mais abertos e os coros a serem mais “varanda” que tribuna.

Referentes para estas novas modulações chegam-nos das relações e itinerários crúzios: a grandiloquência militarizada das sedes papais em Viterbo e Avinhão; a deriva para formatos turriformes mais esguios e ostentatórios, na Bolonha universitária como no Norte de França e Flandres, e a verticalização volumétrica e espacial, mesmo em instituições canónicas (em Paris, por exemplo), ou em regiões de maior afinidade com os Regrantes – e de menor proximidade ao Gótico catedralício da *Île-de-France* – como o Languedoc. O tom retórico (de características militares mais cenográficas e fachadísticas) e o pendor esquemático (análogo a uma postura escolástica), alinham a expressão dos Cónegos com o seu tempo, embora revelem as suas preocupações de estatuto e diferenciação. A sua sensibilidade precoce, nem que cautelosa, às novas concepções espaciais e construtivas góticas, entrincheira-se porém em fontes familiares, de opções assentes num fundo de continuidade, e transformar-se-á numa eventual resistência romanizante<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver capítulo IV.

<sup>3</sup> Ver capítulo V.

**1340-1527 | O longo interregno de *crise e negociação*, no Tardo-Gótico:** Na Idade Média tardia, Santa Cruz, debilitada naturalmente pelo quadro de crise do século XIV, vai sofrer a exploração dos padroeiros e posteriormente, a partir pelo menos do primeiro quartel de Quatrocentos, dos comendatários. Ao mesmo tempo, luta pela sua relevância, procurando reaproximar-se da Coroa, a partir da mudança dinástica de 1383-1385. Ambas as dinâmicas se traduzirão por uma crescente aristocratização da Ordem, em gestão e hábitos, e uma conseqüente perda de sentido de missão, acompanhada por uma diminuição de contactos e laços internacionais.

A emulação cortesã traduzir-se-á em processos de citação algo avulsa de modelos arquitetónicos de prestígio, quer cenobíticos (como a Batalha, Tomar ou os Jerónimos), quer palatinos (como o Paço da Ribeira). Tal perfil exógeno e casuístico da atividade edificatória dificulta a afirmação da existência de um estereótipo tardo-gótico consistente entre os Regrantes, mas, principalmente a partir do que se observará no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (inclusive antes da intervenção manuelina), é plausível propor algumas renovadas características matriciais: a implantação das canónicas redefine-se de periurbana para intraurbana periférica, protagonizando agora a entrada nas cidades, nomeadamente pela urbanização de praças fronteiras aos edifícios; o anterior conjunto edificado de percurso sequencial circular, evoluirá, pela adição da construção em primeiro piso e pela diferenciação qualitativa, para uma entidade dicotómica, entre um volume saliente, residencial e religioso, em “L” (o formato da residência nobre da época), e um contraponto hierárquica e volumetricamente inferior, de dependências funcionais de apoio, que fecham o claustro; espelhando o investimento no tratamento do adro, o jardim posterior ganhará desenvolvimento formal. Mais segura é a constatação de uma opção pela nave única nas igrejas, de proporção verticalizada e perfil de espaço-salão; em maior indefinição, convivem retrocoros e coros altos, enquanto prossegue o aligeiramento dos filtros de acesso ao interior eclesial, convertendo-se tendencialmente os nárteces exteriores em alpendres.

Não é impossível ver nestas coordenadas cruzamentos com práticas estrangeiras – um recuo geral das frontarias bitorreadas, um eco das fachadas-ecrã inglesas, o geometrismo de massas levantino e languedociano – mas recebidas provavelmente em segunda mão, por ligações régias privilegiadas, mais do que dos Regrantes. Por empréstimo ou não, o discurso arquitetónico crúzio reflete, neste intervalo, o arquétipo linguístico geral da coincidência de opostos: minimalismo geométrico e ilustração iconográfica, elementaridade espacial e complexidade estrutural, revivalismo e inovação, devoção intimista despojada e opulência cavaleiresca<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver capítulo VI.

**1527-1556 | O renascimento institucional e a abertura à Renascença:** Tendo anteriormente havido entre os Crúzios consciência do fenómeno humanista transalpino e florentino – até pela presença do prior D. Gomes Eanes à frente de Santa Cruz – e já tendo, no remate da intervenção manuelina em Coimbra, havido peças de espírito renascentista integradas na Casa-mãe dos Cónegos, os vetores espirituais, culturais e artísticos do novo modo manifestar-se-ão plenamente no decurso da renovação institucional empreendida por D. João III, galvanizados inclusive pelo reformismo, tão indissociável da mentalidade da época, e pelo igualmente consentâneo perfil augustinista de que aquele se revestiu. Não se convertendo numa Ordem contemplativa, nem de clausura, *stricto sensu*, os Regrantes reencontram o seu carisma de forma reformulada, como instituto meditativo, de ensino erudito, e como congregação, reanimando também os seus contactos universitários e eclesiásticos. Uma inovação consciente e coerente do seu fundo identitário é o que encontramos no seu estereótipo, que sofre processos de ampliação, regularização e simbolismo racional. A antecipação do acesso à canónica estende-se para além da praça urbanizada, numa aproximação linear trabalhada, e esse tema do percurso é tratada de forma gradativa por uma sucessão aumentada de recintos com significados diferentes: o *atrium*/praça exterior; o claustro/pátio de portaria, interface com o Mundo; o claustro formal e cerimonial, do Silêncio; o claustro/jardim, para a meditação e recolhimento da comunidade; o jardim/horto, murado, e a cerca, agrícola e florestal. O conjunto edificado é também volumetricamente modulado, com um bloco longitudinal regular em duplo quadrângulo, de mais de um piso, uma área de cércea mais baixa, de transição entre o adro o núcleo interior, e a peça escultórica e saliente, frontal, da igreja.

Algumas sub-tipologias espaciais e compositivas, em formato classicizado, emergem deste processo em rede, entre a renovação de Santa Cruz, a transferência de Grijó para a Serra do Pilar e o levantamento dos colégios universitários: o claustro castilhiano, com certeza, mas também o *ruanESCO*, de arquitrave plana sobre colunas; o templo de nave única abobadada, ladeado de capelas laterais comunicantes, com capela-mor simples e funda (passível de acolher retrocoro), e acedido por espaço-filtro, sob um coro alto; o dormitório longo, unificando o alçado maior do cenóbio, em ala axial com corredor central, intercalado por terças, separando segmentos de celas largas, com dupla fenestração janela/postigo. As fachadas eclesiais, por sua vez, hesitam entre regressar a uma sugestão turriforme (como aconteceria na Serra do Pilar) ou derivar para o formato de campanários simétricos (que se tornará regra nos colégios conimbricenses), assim como é irregular, mas sensível, a experimentação com nárteces abertos porticados.

Um novo influxo de mundividência entre os Regrantes manifesta-se nesta matriz renascentista. Da Paris universitária, confluindo com as iniciativas dos novos arruamentos desenhados por Donato Bramante

para Roma, pode ter surgido o referente da Rua da Sofia, como alinhamento retilíneo colegial; modelos bramantinos igualmente – como o plano para o complexo vaticano, de basílica centrada ligada a bloco longitudinal (o do Belvedere) – informam provavelmente o estereótipo crúzio em sucessão de claustros, e a sua concretização na Serra do Pilar; do mesmo autor, o claustro canonical de Santa Maria della Pace e o desenho não executado para o de San Pietro in Montorio, podem ter caucionado os formatos castelhano e ruanesco. De França, nomeadamente pela mão de João de Ruão, terão chegado sugestões de formatos castrenses, geometrizados *all'antica*, espelhados nomeadamente na fonte do Claustro da Manga. Não são de excluir, ainda assim, contributos nacionais nesta intertextualidade, como a implantação e o formato do dormitório de Santa Maria de Belém (da Ordem de onde provinha o reformador joanino, Fr. Brás de Braga), ou a exploração de formatos centralizados cupulados conduzida sob os auspícios de D. Miguel da Silva.

O discurso crúzio reflete, ademais, e em sintonia com a época, uma consistente consciência linguística, quer na adoção do código clássico, quer, de forma mais lata, na utilização da geometria e matemática na conceção arquitetónica, inclusive na racionalização de configurações em continuidade medieval, como nos abobadamentos polinervurados. Ao mesmo tempo, há uma nítida pansemia, grata ao platonismo e agustinismo, na adjetivação espacial – da introdução de escultura em pedra e madeira (de Odarte a Lorete) ao uso significativo de ordens clássicas (como o jónico em alusão à erudição e ensino) – e também na repetição de composições simbólicas como o quincunce (nos claustros da Manga como do Pilar), ou os espaços orientados para capelas, “para-eclesiais” (que são ecoados no capítulo, no refeitório, no dormitório, na biblioteca e na sala do concelho de Santa Cruz de Coimbra). Há inclusive aqui uma versão do muito humanista *regresso às fontes*, com os Regrantes a exercerem um revivalismo filtrado do seu património arquitetónico: o formato das igrejas com naves criptocolaterais pode ser uma evolução da estrutura românico-manuelina de Santa Cruz, assim como ambas as soluções de fachada templar experimentadas parecem implícitas no alçado do mosteiro de Coimbra; por sua vez, o modelo do claustro castelhano poderá ser também uma revisão *ao romano* do Claustro do Silêncio, e o mosteiro de Vila Nova de Gaia ensaia uma variação da tradicional implantação periurbana crúzia<sup>5</sup>.

**1556-1685 | A estabilização da Congregação sob a inflexão do Maneirismo:** Cerceado o projeto de se converterem nos custodiantes do ensino superior nacional, e, com isso, assegurarem uma ligação umbilical à Coroa, mas libertos das amarras do seu reformador apostólico, os Cónegos Regrantes convertem a expansão e o prestígio da sua Ordem no seu fito imediato e nuclear, de que a procura de

---

<sup>5</sup> Ver capítulo VII.

uma proximidade privilegiada aos monarcas é apenas uma derivação, nem que galvanizadora. A missão da instituição é, portanto, a sua própria estruturação, até finais de Seiscentos.

O recente estereótipo renascentista crúzio – que acompanhara a génese da Congregação – é submetido agora a duas releituras retóricas, uma minimalista, de redução ao essencial, e uma maximalista, ostentatória.

A primeira, ensaiada em Grijó durante o reinado de D. Sebastião, enuncia um “mosteiro elementar”, monoclastral e em retângulo compacto, que pode ser lido secundariamente como um bloco castrense. As dependências têm uma estrutura em dois pisos – numa dicotomia simples de térreo/terreno e elevado/da comunidade – e uma espacialidade subordinada a uma interioridade centrípeta, em que todas as divisões do piso inferior e todas os módulos celulares do primeiro andar estão em comunicação direta com o centro do claustro, por galerias porticadas abertas. A preferência por claustros ruanescos favorece essa unidade e transparência, e a adoção de celas profundas e com apenas um vão exterior (e não separadas em segmentos, por terças) permite o volume denso, de perfil paralelepípedo exterior e de repetição invariante de fenestraçãoes. A igreja canonical opta por versões sumárias da tipologia centrada na nave única de origem conimbricense (indo de criptocolateral, com transepto em “T” e ousia contrastante, em Grijó, à caixa simples com volumes transeptais, de capelas e de cabeceira acoplados, em Moreira da Maia). Em continuidade com o estereótipo anterior, a igreja é antecidida de um *Westwerk* turriforme, com nártex aberto e coro alto, iluminado por janelão verticalizado; da mesma forma, nas dependências mantém-se um claustro de portaria como volume menor, anexo, e perdura a tradicional oposição igreja/refeitório, assim como a configuração da sala capitular em profundidade, e com foco longitudinal num altar. Apesar de esta matriz grijoense se ter destinado a localizações rurais (onde maioritariamente se encontravam as antigas Casas augustinianas que vinham agora engrossar a Congregação), também se recria um adro urbanizado, que se prolonga idealmente por vias axiais.

Uma adicional evolução deste estereótipo, uma espécie de “grijoense-B”, ocorre a partir da década de 1630 (em Caramos e em Vila Boa do Bispo, pelo menos): a unidade eclesial e a das dependências, antes faceadas, destacam-se uma da outra, gerando um ângulo que delimita um adro sintético (delineado mesmo sem edificios anexos, incluindo de portaria); as igrejas tendem para formatos em caixa com fachada-empena (sem volume frontal, capelas laterais ou transepto), e os claustros passam a ser de arcaria, com andares superiores encerrados, de corredores prolongados até à fachada, em arranjo “helicoidal”.

A releitura maximalista define-se por sua vez no contexto duma reconstrução urbana, de escala justificada por uma ligação áulica, aquando da renovação filipina de São Vicente de Fora, que é dotado da dignidade

simbólica de panteão régio. Aqui, o grande conjunto biclaustral renascentista, de pelo menos 3 pisos, com igreja embebida na massa, é consolidado: embora permaneça o claustro de portaria térreo, e haja resquícios de recorte entre a face eclesial e a fachada frontal das dependências, a afirmação é mais uma vez (como em Grijó) de um paralelepípedo introvertido, embora de grande proporção, impondo-se à cidade; os dois claustros continuam a traduzir na prática uma gradação de privacidade, mas são formalmente idênticos. A formulação das quadras opta por uma versão mais elaborada, quiçá em ponte entre os modelos ruanesco e castilhiano, de arcatura entre pilastras; da mesma forma, o dormitório recria a cela bi-fenestrada larga, e ainda é dividido por simulacros de terças, embora de forma mais pesada, e expressas exteriormente em corpos em torreão, sustentando ilaços fortificadas, nem que indiretamente. O estereótipo vicentino relê a composição eclesial criptocolateral, reforçando e não diminuindo a continuidade nave-cabeceira, e introduzindo o transepto, que também existia em Grijó, acentuado por uma cúpula. A igreja permanece contida num retângulo, como em Santa Cruz, e filtra igualmente o acesso por um *Westwerk*, como ali e em Grijó, mas optando aqui pela alternativa bitorreada, já pressentida nas iterações renascentistas, mas também “robustecida”, em “H”. A implantação deste modelo é da mesma forma uma variação de práticas anteriores e alternativa intraurbana à grijoense, com uma rua-corredor que acede à entrada na cidade e uma adro-pátio que serve de nó à ligação à malha de ruas interiores.

A rede de relações autónomas, recuperadas durante a reforma joanina, informa os novos textos estereotípicos – com a Santa Sé; com o seu cardeal protetor na Cúria, São Carlos Borromeu; através deste, com Fr. Bartolomeu dos Mártires, que também é arcebispo metropolitano da maioria das canónicas crúzias; com os prestigiados Cónegos Regulares de São Salvador de Latrão, em que se filiam espiritualmente. Por estes contactos, cultivados *in loco*, advêm percepções de alguns processos arquitetónicos coetâneos fulcrais: a evolução da campanha vaticana, a renovação milanesa dos paradigmas edificatórios religiosos, as realizações paladianas em Veneza, as experiências contrarreformistas de Fr. Bartolomeu (nomeadamente nos Dominicanos de Viana do Castelo). O que os Regrantes tinham enunciado no contexto da Renascença, expande-se e renova-se, respaldando-se com as abordagens maneiristas de releitura do formato basilical (tanto criptocolateral cupulado, como em volume condensado com presbitério contrastante), dos alçados-retábulo em empena e das fachadas de aspeto palaciano com campanários simétricos, ou dos cenóbios biclaustrais. A própria latitude da apropriação do código clássico comprova-se numa aplicação que vai duma re-significação cristianizada, borromaica, à ultra-conformidade vinholesca. A propiciação do favor régio – em particular do austero e militarista D. Sebastião, e do solene e imperial Filipe I – geram “vérias calculadas” a modelos de aparentes circunspeções chãs, motivos flamengos em

voga e classicismos eruditos de aparato.

O perfil estilístico do discurso dos Regrantes neste momento é, por conseguinte, eclético, tanto referenciando modulações maneiristas mais contidas, como mais exuberantes, aludindo a fórmulas tratadísticas como alarde de erudição e estatuto, adotando rigorismos formais como significação moral, recorrendo a revivalismos difusos (o “castelo”, o “mosteiro”) ou específicos (do seu próprio património construtivo), como outros tantos sinais de aquiescência e diferenciação, dentre as variáveis da época. Essa tensão entre conformidade (contrarreformista) e constância identitária (nomeadamente augustiniana) manifesta-se numa dicotomia entre sobriedade exterior e requinte interior, e numa idiossincrática *persistência do ornamento* – em programas escultóricos, na semantização de membratura clássica, ou em flamenguismos, rusticados e *grutescos/brutescos*. Há inclusive um paralelo ao concetismo contemporâneo nas figuras linguísticas que se reconhecem no uso da linguagem na arquitetura crúzia, em hipérbolos, antíteses, hipérbatos, neologismos, elipses<sup>6</sup>.

**1685-1746/52 | A progressiva *ataraxia* no advento do Barroco:** Após meio século de ausência de novas adesões ou fundações, o ímpeto auto-alimentado da Ordem canonical estagna. Não gozando, além disso, senão de um papel relativamente secundário na Universidade, e tendo a Restauração, especialmente sob D. Pedro II, esvaziado a sua demanda perene de proximidade privilegiada à Coroa, resta-lhes apenas o penhor simbólico de abrigarem em São Vicente de Fora o panteão brigantino. Os Regrantes prosseguem, ainda assim, aparentemente imperturbáveis, o trajeto e o modo da sua ação, embora haja sinais de inquietação subterrâneos, que já tinham levado a apelos à reforma institucional em 1685.

Concordantemente, o modelo estereotípico da transição entre os séculos XVII e XVIII é de larga continuidade com o que víamos antes. Os formatos de inspiração vicentina e grijoense convergem, embora – só havendo renovações de vulto em cenóbios relativamente rurais – o modelo uniclaustral seja a estrutura de base (como em São Simão da Junqueira). Adota-se, portanto, o que podemos chamar de um sub-estereótipo “grijoense-C”, requalificado com atributos vicentinos prestigiantes e um crescente tom barroco: a igreja bitorreada, com transepto, capela-mor espaçosa e capelas laterais (nem que não comunicantes); as dependências em tom mais palacial, recuperando a dupla fenestração celular, e com claustros em arcaria entre pilastras (como em São Jorge de apar de Coimbra).

O “Absolutismo sacral” de D. João V, no objetivo de subordinar todas as forças vivas do reino ao Trono, vai instrumentalizar as vozes de reforma vindas da Congregação e submetê-la ao comando de Fr. Gaspar

---

<sup>6</sup> Ver capítulo VIII.

da Encarnação e à influência do movimento rigorista da Jacobeia, convenientemente monaquizando a instituição, ao mesmo tempo que propugna uma clausura e anti-intelectualismo que anulam o papel social dos Crúzios.

A letargia decorrente traduz-se num quase total desaparecimento de iniciativas edificatórias de grande alcance, detetando-se apenas um conjunto de formatos fragmentares recorrentes, restringidos ao mundo fechado dos mosteiros, exprimindo uma religiosidade afetiva (se não *galante*) e mesmo uma mal disfarçada ludicidade elitista: a fachada palaciana, em residências priorais e alas de dormitório, os salões e galerias de aparato, e sobretudo a estruturação das cercas canonicais em conjuntos paisagísticos de lazer, numa sequência gradativa de horto-jardim (junto ao dormitório), jardim de recreio (com equipamentos de jogo), jardim de percurso (de meditação, por vezes com sugestões de *sacro monte*) e cerca silvestre. É o que encontramos no enunciado-tipo de Santa Cruz de Coimbra, mas também, pese embora o seu carácter pontual, em muitos outros mosteiros (São Vicente, Landim, Grijó).

Um pouco como no Tardo-Gótico, com cujo quadro tem paralelos, os modelos textuais que se cruzam no discurso crúzio são sobretudo áulicos e nacionais, com grande preponderância de emulações mafrenses, e manifestam-se em citação quase direta, mais que por analogia. Mesmo os sinais de consciência de italianismos e galicismos são função de uma voga nacional, e chegam por formas mediadas, uma vez que se os contactos autónomos e diretos com a situação internacional parecem ter-se praticamente extinguido.

O registo do discurso arquitetónico é predominantemente lírico, alegorizante, e sem os traços de perceção e manipulação dos códigos vocabulares e sintáticos (específicos, tratadísticos) que tinham existido desde o Renascimento, e particularmente no período maneirista. A devoção, sensualizada, é traduzida espacialmente em “caminho”, “ascensão”, “câmara centralizada”, e qualificada em luz, ouro, cor. Particularmente, a Natureza edénica, quer como dominada e ordenada, quer como benigna e virtuosa na sua *naturalidade*, é um tropo fulcral na articulação do espaço paisagístico dos Regrantes<sup>7</sup>.

**1746/52-1834 | Um assomo de reação, no Rococó e Tardo-Barroco, até à extinção:** O torpor dos reinados petrino e quinto-joanino começa a ser sacudido entre os Cónegos mal o reformador se converte em valido do rei, em 1746, afastando-se, e está nitidamente ultrapassado com o advento de D. José (1750) e a desapareção de Fr. Gaspar (1752). Uma recuperação de autonomia e iniciativa processa-se pela mão de D. Francisco da Anunciação, que herda a posição gasparina, unindo prudência e pragmatismo num reinvestimento na vida canonical e interesse na investigação universitária, mesmo

---

<sup>7</sup> Ver capítulo IX.



que sem se afastar da Jacobeia. Essa associação porá a Ordem em rota de colisão com o marquês de Pombal, que a castiga em 1768. Aquela, no entanto, recupera muito rapidamente, associando-se nomeadamente ao projeto educativo do Secretário de Estado. A Congregação de Santa Cruz de Coimbra navegará com igual cautela e resistência as flutuações regalistas que se sucederão, estimulada no seu sentido de corpo pela incerteza semeada desde o regime josefino, o que os levará mesmo a suportar ativamente D. Miguel, cuja derrota selará a sua abolição.

Veremos ressurgir o sub-estereótipo “grijoense-C” magnificado, temperado a Rococó e sublinhando as aportações vicentinas (incluindo ensaios de configurações biclaustrais, como em Folques). Numa segunda fase, posterior a 1768/1774, o estereótipo arquitetónico crúzio supera enfim os paradigmas mono e biclaustrais de origem maneirista, inclinando-se para um bloco-cidade quadrangular, isolado na paisagem, com múltiplos espaços abertos interiores, e fachadas tardo-barrocas classicizantes, extensas e de vários pisos, de corpo central assinalado por frontão e acentuações de ângulo, por vezes em torreões sugeridos (em Refoios do Lima, mas também na Serra do Pilar e em Vilela).

O recorte linguístico permanece ainda na alegoria barroca, nomeadamente na enunciação da Cidade de Deus, mas também, crescentemente, numa racionalização que o aproxima do “formulário”, transmitindo aliás uma certa anonimidade institucional, a-icónica e opaca na sua relação com o exterior. Embora a qualidade e escala edificatórias sejam argumentativas do estatuto da Congregação, como as alusões vicentinas e mafrenses (Casas régias e prestigiadas e ambas tendo sido regrantas neste intervalo), só no interior dos conjuntos é que certas adjetivações decorativas falam da sua identidade profunda – canonical e augustiniana, e por vezes nacionalista – mas de forma defensiva, quiçá “protestativa”, e inclusive nostálgica. Um cunho de resistência tingem aliás, sub-repticiamente, a tradicional vontade dos Crúzios em se manter esteticamente atualizados, produzindo a sua obra mais rococó quando estão sob sanção do Estado iluminista (a Livraria de Mafra) e mantendo-se mais tarde em registo tardo-barroco, numa época em que, à aproximação do Liberalismo, os influxos neoclássicos já são claramente sensíveis<sup>8</sup>.

**10.1.2 Transições, sub-fenómenos e casos particulares:** Esta “evolução das espécies” filológica, entre organismos arquitetónicos adaptados aos sucessivos ecossistemas históricos, não existe, obviamente, sem os seus *elos de transição* darwinianos. Como é intrínseco ao processo histórico real, encontramos inúmeros exemplares de formas intermédias, em fluxo, entre cada uma das fases apuradas acima:

a)-no espaço cronológico entre os estereótipos românico e gótico, é fácil de concluir que as torres-nártex

---

<sup>8</sup> Ver capítulo IX.

rareiam, e que a sua ocorrência residual se traduz em formatos turriformes adelgaçados (como em Crasto, onde a torre-nártex estreita é posterior a 1182 e talvez já ducentista); por outro lado, os nártexes autónomos, sem torre, multiplicam-se (em Ferreira ou Paderne, por exemplo, e mesmo como espaços laterais, em Roriz ou São Torcato); nas igrejas, as capelas-mores tendem a abrir-se mais em relação às naves (como em Roriz, Longos Vales ou Valdreu)<sup>9</sup>, e o espaço destas últimas verticaliza-se (notoriamente alteando-se naves em empreitadas muito dilatadas no tempo, como Roriz ou Bravães); na obra de Bravães, as várias fases de construção apontam mesmo para uma mudança linguística no uso dos frisos parietais (de limite alegórico entre a Terra e o Céu, ao modo românico, para uma figuração tectónica associada a vãos e suportes, mais gótica)<sup>10</sup>; em São Vicente de Fora, embora tudo indique que ali se siga abrangentemente o estereótipo românico, o reforço das feições militarizadas da sua torre-nártex frontal (que pertence também à face que se volta para o núcleo intramuros de Lisboa) parece antever dinâmicas de afirmação urbana e concorrência interinstitucional que encontraremos depois, apesar de a sua posição fronteiriça poder ajudar a justificar essa acentuação retórica<sup>11</sup>;

b)-entre o Gótico e o Tardo-Gótico, a tendência para a regularidade volumétrica e a simplicidade espacial deteta-se na vulgarização das capelas-mor únicas e quadrangulares (em Souto, Telões, Ribas), o que depois será estereotípico<sup>12</sup>; também em linha com o paradigma tardo-medieval, o exemplo possível duma ligação direta entre a capela-mor e a sala capitular em Cárquere é interessante<sup>13</sup>;

c)-ainda antes da Renascença, e até antes do Manuelino, certos dispositivos posteriormente típicos são ensaiados entre os Crúzios, nomeadamente nos priorados de D. Afonso Martins (1393-1414) e D. Gomes Eanes (1441-1459) à frente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em que se experimenta a dicotomia adro/horto como praça/jardim, nas faces pública e privada do cenóbio; durante o sólio prioral do primeiro, poder-se-ão ter hipoteticamente feito experiências de arquitetura colegial (para os Estudos universitários criados pelo infante D. Pedro em Coimbra), e no do segundo, a transformação das naves laterais da igreja conimbricense nas capelas do Mártires de Marrocos prenuncia a transição do modelo tradicional regrante para um de nave central com criptocolaterais; é também plausível que sob D. Gomes se tenha iniciado a conversão da torre-nártex original, dando lugar à fachada que Boytac trabalhará e que largamente subsiste hoje<sup>14</sup>; essa fachada, tal como definida sob o Manuelino, será aliás a raiz genealógica plausível quer do ressurgimento da composição bitorreada (por meio nomeadamente

---

<sup>9</sup> Ver tópico 4.4.3.

<sup>10</sup> Ver tópico 5.4.3.

<sup>11</sup> Ver tópico 4.4.1.

<sup>12</sup> Ver tópico 5.4.3.

<sup>13</sup> Cf. tópicos 5.4.3 e 6.4.3.

<sup>14</sup> Cf. tópicos 6.4.1 e 6.5.2.

da Sé da Guarda e do mosteiro dos Jerónimos, reaparecendo na tipologia colegial renascentista), quer da sugestão de torre frontal axial (repopularizada no reinado d'*O Venturoso* e reinterpretada na igreja cilíndrica da Serra do Pilar); também no processo manuelino de Santa Cruz de Coimbra, no Claustro do Silêncio, estará o elo entre o claustro batalhino de D. Afonso V e o claustro castelhano, temperado pelo conhecimento do claustro canonical agostinho de Santa Maria della Pace, como já vimos acima<sup>15</sup>;

d)-relembremo-nos, sem ser preciso repetir a explicação, que a bifurcação de estereótipos crúzios durante o Maneirismo é literalmente produzida por duas reinterpretações atualizadas dos dispositivos arquitetónicos anteriores, sendo Grijó e São Vicente de Fora, no final do século XVI (relativamente a Santa Cruz e à Serra do Pilar) quer pontos de transição, quer enunciados-tipo<sup>16</sup>;

e)-antecipando a manifestação do Barroco, os edifícios tardo-maneiristas pertencentes ao que chamei o sub-estereótipo “grijoense-B”, embora estilisticamente muito chãos (como Caramos e Vila Boa do Bispo), não deixam de enunciar categorias espaciais e dispositivos compositivos que virão a ser dominantes (a praça de receção, a fachada palacial, a galeria, o salão)<sup>17</sup>, assim como o tratamento do percurso ascensional entre Vila Nova de Gaia e o mosteiro da Serra, ainda em plena Restauração, já sugere os *sacri monti* barrocos, ou a ligação direta entre dormitórios e jardins em São Vicente de Fora e na Sapiência suporta desenvolvimentos futuros<sup>18</sup>; São Teotónio de Viana, provavelmente logo desde 1627, mistura propriedades dos figurinos de Grijó e São Vicente de Fora, como será comum no estereótipo “grijoense-C”, na mudança de centúria seguinte<sup>19</sup>;

f)-entre o Barroco e o Tardo-Barroco e Rococó, o hibridismo referido do mosteiro de São Teotónio, reincarnado em intervenções como a de São Simão da Junqueira (c. 1687), atualiza-se entre a renovação de Vilela (vicentino, grijoense e talvez já mafrense, desde 1752) e o novo arranque das obras em Viana, em 1756, antes de cristalizar de forma integral um novo estereótipo, no enunciado-tipo já oitocentista de Refoios do Lima<sup>20</sup>.

Sinal também dessa evolução orgânica entre estágios analíticos será, em visão alargada do processo crúzio, a perceção da existência de fases “agudas” de criação, por inflexão mais nítida de práticas e por maior enxerto de referências externas (embora como fomos vendo, nunca de rutura propriamente dita), que se verificam sensivelmente no século XII, no século XVI e na transição entre os séculos XVIII e XIX,

---

<sup>15</sup> Cf. tópicos 7.4.1 e 7.5.1.

<sup>16</sup> Ver tópico 8.4.1.

<sup>17</sup> Ver tópico 9.3.3.

<sup>18</sup> Cf. tópico 8.4.3 e 9.3.3.

<sup>19</sup> Cf. tópicos 8.4.3 e 9.4.3.

<sup>20</sup> Ver tópico 9.4.3.

gerando grupos de estereótipos mais próximos entre si, ou mesmo *arquiestereótipos* – um medieval (românico, gótico, tardo-gótico) e um da Idade Moderna (renascentista, maneirista e barroco), pelo menos, uma vez que o terceiro, já tocado pelo Iluminismo, nunca teve oportunidade de se desenvolver integralmente na Época Contemporânea, dada a exclausura de 1834. Num enquadramento ainda mais lato, alguns temas arquitetónicos estão presentes em todo o percurso da Ordem. Um deles é a conceção dos conjuntos monásticos como entidades compactas, integradas e geometrizadas, e nomeadamente equilibrando a dignidade de expressão entre as áreas cultuais e vivenciais; um segundo é o da acentuação, por sinalização e filtragem, dos acessos eclesiais (pela associação a volumes turriformes, para o primeiro caso, e pela experimentação com aproximações, *atria*, nártexes, alpendres, *Westwerke*, para o segundo); um terceiro poderá ser uma tendência para, no interior das igrejas, rodear a congregação por subespaços devocionais e de presença canonical (enquadrando-as, do Românico ao Tardo-Barroco, entre ousias e tribunas/coros altos, entre naves criptocolaterais e galerias superiores).

Do longo fluir do discurso dos Regrantes fazem parte também variantes e ramos secundários dos paradigmas principais, que enriquecem a sua tessitura, assim como, compreensivelmente, algumas manifestações atípicas, cuja raridade confirma proverbialmente a regra.

Logo sob a vigência do primeiro estereótipo discursivo canonical, por exemplo, a implantação paradigmática periurbana é replicada num conjunto de cenóbios que recorrem ao que eu chamei uma implantação “em proximidade paçã”, colocando-se na adjacência de conjuntos de residência áulica, similarmente ao que outras Casas o tinham feito, a outra escala, em relação a cidades<sup>21</sup>.

Começando neste mesmo intervalo, mas evoluindo para o seguinte, ocorre um outro sub-fenómeno muito interessante, despoletado por uma conversão do signo da “torre” num índice de uma parede em “maciço turriforme”. Sendo por vezes uma simples redução bidimensional da torre frontal (como o poderá ter sido em Cedofeita e na face com arcaturas de Vila Boa do Bispo, e como será mais tarde em Telões), este elemento destaca-se gradualmente da frontaria (perpendicularmente ainda em Tabuado ou Rio Mau, já independentemente em Montelongo). Esta conversão vocabular da torre-nártex entretece depois associações com nártexes agora autónomos, em particular em posição lateral aos templos canonicais (como em Roriz e São Torcato, e talvez em Landim e Paderne), em que estes espaços funerários acoplados a maciços parietais adquirem absides, espelhando a organização do espaço eclesial que ladeiam; uma adicional metamorfose ocorrerá quando essas estruturas são assimiladas às igrejas

<sup>21</sup> O mosteiro de Santa Marinha da Costa e a colegiada de Santa Maria da Pena de Leiria, e também, hipoteticamente (a terem sido crúzias) as colegiadas de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, São Martinho de Sintra e Santa Cruz do Castelo de Lisboa (ver tópico 4.4.3).

propriamente ditas, transformando-se em braços de transeptos com absidiolos (o que terá acontecido em Paderne, e quiçá em Landim)<sup>22</sup>.

Do período manuelino ao tardo-barroco, pelo menos, podemos seguir igualmente as transformações dos espaços individuais das livrarias canônicas, especialmente na Casa-mãe da Ordem, do pequeno “quarto-armazém” de inícios de Quinhentos (recôndito, elevado ao primeiro piso e próximo ao dormitório), à dilatada “sala de leitura” fenestrada da reforma humanista (ainda adjacente às celas, mas entre estas e os colégios, e sensivelmente aberta ao exterior e sobre a fachada principal do conjunto), para mais tarde se converter numa grande “galeria de exibição de livros” (ostentatória e apropriada para as acomodações dos priores e seus visitantes)<sup>23</sup>.

Rebentos muito localizados de certas experimentações arquitetônicas renascentistas crúzias (como os pórticos das portarias conventual e colegial de Santa Cruz de Coimbra, ou o Claustro da Manga do mesmo mosteiro), são as realizações de *loggias* anexas a volumes turriformes, associadas a residências priorais e/ou de recreio, como na Quinta do Marujal, no mosteiro de São Jorge ou na Casa da Ribela da quinta do mosteiro de Santa Cruz<sup>24</sup>.

Já casos declaradamente isolados e dissonantes das práticas regrantes, contam-se pelos dedos, o que em si é significativo: a ousia amplamente fenestrada em ogivas de Cárquere, na passagem entre os séculos XIII e XIV, em momento de resistência romanizante<sup>25</sup>; o possível dormitório coletivo de Santa Cruz de Coimbra, datando da sua renovação tardo-gótica, quando antes e depois do Manuelino os cónegos deveriam ter aderido aos espaços privados individuais<sup>26</sup>; o frontispício rococó da igreja de Santa Maria de Refoios do Lima, regionalmente coerente, mas notoriamente sem paralelos em obras da Congregação na mesma cronologia<sup>27</sup>.

**10.1.3 Implicações da pesquisa na história institucional:** Do levantamento desta história arquitetônica, das suas condições de produção e dos seus processos de expressão, ressaltam algumas constatações que informam, reforçam ou contrariam certas assunções sobre a história institucional dos Cónegos Regrantes.

Assim, em rescaldo, creio ser desde já seguro dizer que não existe um quadro instalado de crise institucional entre os Crúzios, pelo menos até o embate do século XIV. Certamente, para além de

---

<sup>22</sup> Cf. tópicos 4.4.3 e 5.4.1.

<sup>23</sup> Cf. tópicos 6.4.1, 7.4.1, 8.4.1 e 9.5.1.

<sup>24</sup> Ver tópico 7.4.3.

<sup>25</sup> Ver tópico 5.4.3.

<sup>26</sup> Ver tópico 6.4.1.

<sup>27</sup> Ver tópico 9.4.3.

algum auto-questionamento nas primeiras décadas de Duzentos, é verdade que a segunda centúria da existência canonical comporta uma atitude defensiva relativamente à chegada ao terreno das novas Ordens Mendicantes, mas o discurso arquitetónico demonstra que a resposta articulada é proativa e sem sinais de quebra de meios. Já é claro, pelo contrário, que os inúmeros desafios trecentistas – económicos, sociais, eclesiásticos e de relação com o poder político – vão ditando uma desarticulação de corpo e uma diluição do sentido de missão, que será inegável no século seguinte, e tal é evidenciado pelo menor dinamismo construtivo e uma inegável perda de idiossincrasia estilística. Não obstante, se se quiser fazer equivaler essa situação com uma perda de capacidade económica generalizada – como generalizada será a captação de rendimentos pelos superiores em comenda – verifica-se antes uma realidade diferenciada: os grandes mosteiros, pelo menos, mantêm uma prosperidade que se traduz em obras ambiciosas e de qualidade, embora de indecisão identitária.

Posteriormente, para além do fulgor da renovação espiritual e cultural dos Regrantes sob D. João III, a Congregação formada demonstra grande resiliência no que toca à perda de favor (e de bens e prerrogativas universitárias) ocorrida após 1540, podendo mesmo dizer-se, até pelo vigor qualitativo e quantitativo do seu perfil edificatório, que supera plenamente a inflexão tardo-joanina, resiste a algum desfavor da parte do cardeal D. Henrique e capitaliza razoavelmente bem da União Ibérica. Há porventura um esmorecimento, uma muito gradual diluição da originalidade arquitetónica cruzia ao longo do século XVII, que são reflexo dum esvaziamento do ímpeto institucional, da diminuição do seu dinamismo na relação com a Coroa e a Santa Sé, e do esgotamento dum modelo que vivia precisamente do crescimento do prestígio da Ordem e do engrossar das suas fileiras, mais que de objetivos concretos de ação religiosa. Ainda assim, a menorização da Congregação de Santa Cruz durante a primeira metade de Setecentos é um processo catalisado e consagrado apenas por intervenção externa, de D. João V, submetendo-a aos interesses da Jacobea e, mais profundamente, aos do Absolutismo sacral que aquele protagonizou: a redução a mínimos históricos de Casas ativas e o patrocínio de obras sumptuárias, muito influenciadas por tendências externas à Ordem e alheias ao seu carisma, são disso a confirmação. Pelo contrário, e contrariamente ao (pouco) que se apura da generalidade da literatura historiográfica, a segunda metade do século XVIII e mesmo as primeiras décadas do século XIX são, não de crise sem apelo, mas antes de reação institucional e reanimação de busca arquitetónica, embora a solução para um caminho institucional e uma originalidade expressiva fique por efetivamente conquistar, dada a extinção monástica sobrevinda. Outra interpretação feita com alguma frequência e que a arquitetura não suporta (nem creio, em rigor, que o façam os próprios textos estatutários da Ordem a partir dos quais é feita essa ilação) é a de que a reforma terço-joanina ou as redefinições institucionais contrarreformistas de inícios de Seiscentos

tenham como eixo relevante a clausura (pelo menos a clausura como negação ascética do Mundo). A configuração dos cenóbios crúzios, e em particular das alas de dormitório e respetivas celas, na sua abertura ao exterior (e frequentemente para espaços urbanos ou locais de frequência de elementos estranhos às canónicas) e as suas considerações de privacidade, conforto e ambiente lumínico e decorativo, não substanciam uma sobrevalorização do isolamento, muito menos penitencial<sup>28</sup>.

A um segundo nível, o estabelecimento de padrões consistentes de localização, implantação e disposição arquitetónicos também permite acrescentar novas perspetivas à avaliação da plausibilidade de certos cenóbios terem pertencido ou não à Ordem canonical.

Não invalidando a possibilidade de que não fossem crúzios, a consonância com essas características verifica-se fortemente nas colegiadas de Cedofeita, Santarém e Sintra, e nos mosteiros de Montelongo, Rio Mau, Telões, Tabuado e Ferreira – e já mais parcialmente nos de Ribas, Lafões, Rio Covo e Tougues, assim como na colegiada de Santa Cruz do Castelo (embora o que está em falta se deva sobretudo ao facto de praticamente não conhecermos a sua configuração edificada, cumprindo-se razoavelmente a identificação com práticas de localização e implantação). Pelo contrário, são muito incaracterísticas as escolhas consagradas nos sugeridos mosteiros de Seiça, Várzea e Moimenta da Beira, o que torna menos plausível a sua pertença aos Cónegos Regrantas, e seguramente justifica que, a eles tendo hipoteticamente aderido, a sua fraca identificação corrobore a brevidade atestada de tal aliança<sup>29</sup>.

Da pesquisa feita resulta também uma clarificação da influência de certos agentes internos à Ordem no discurso arquitetónico crúzio. Tendo-se procurado uma maior sistematização do papel nessa área de certos responsáveis institucionais já consistentemente assinalados – D. Telo, D. Teotónio, D. João Peculiar<sup>30</sup>, D. Pedro Gavião<sup>31</sup>, Fr. Brás de Braga<sup>32</sup>, Fr. Gaspar da Encarnação e D. Francisco da Anunciação<sup>33</sup> – a arquitetura cenobítica chamou à colação uma série de nomes menos referidos: os priores quatrocentistas de Santa Cruz de Coimbra, D. Afonso Martins<sup>34</sup> e D. Gomes Eanes<sup>35</sup>, já mencionados neste capítulo; um seu sucessor da mesma centúria, D. João Galvão, ativo ali e em Folques (e na Sé de Coimbra, de que foi bispo)<sup>36</sup>; D. Nuno Álvares de Aguiar, prior de São Vicente de Fora (1465-1491) e bispo residente de

---

<sup>28</sup> Ver tópicos 7.4.1, 7.4.2 e 8.2.2.

<sup>29</sup> Ver capítulo III e também tópicos 4.4.3 e 5.4.3.

<sup>30</sup> Ver tópicos 4.2.3 e 4.3.3.

<sup>31</sup> Ver tópicos 6.2.2, 6.2.3 e 6.4.1.

<sup>32</sup> Ver capítulo VII, *passim*, e em particular os tópicos 7.2.3, 7.3.3 e 7.4.1.

<sup>33</sup> Ver tópicos 9.2.2 e 9.2.3.

<sup>34</sup> Ver tópicos 6.2.2 e 6.4.1.

<sup>35</sup> Ver tópicos 6.2.2, 6.2.3 e 6.4.1.

<sup>36</sup> Ver tópicos 6.2.2, 6.2.3, 6.4.1e 6.4.3.

Tânger, que pode ter liderado o único assomo de participação crúzia na Expansão e quiçá da exportação ultramarina da arquitetura regrante<sup>37</sup>; D. Pedro da Assunção, prior de Grijó aquando do lançamento da sua renovação maneirista e várias vezes prior-geral da Congregação, entre 1575 e 1599, tendo promovido muitas obras em Coimbra e Folques, e talvez influenciado as de São Vicente de Fora (dadas, nomeadamente, as suas simpatias filipinas)<sup>38</sup>; D. Miguel de Santo Agostinho, prior de Refoios do Lima antes de ser quatro vezes prior-geral crúzio, durante a primeira metade de Seiscentos, e que deixou a sua marca nos mosteiros de Santa Cruz e de São Teotónio<sup>39</sup>; o seu contemporâneo D. Paulo de Santo Agostinho, sucessivamente prior de São Jorge (1627-1630), de São Teotónio (1630-1633) e igualmente prior-geral em Coimbra (1633-1636), deixando obra feita nas três Casas<sup>40</sup>, e um terceiro cónego de meados do século XVII, D. Leonardo de Santo Agostinho, que deteve o sólio prioral da Serra do Pilar (1627-1630), o reitorado da Sapiência (1636-1644), o priorado-geral duas vezes (1644-1647 e 1653-1656), intercalado por um triénio à frente de São Vicente de Fora (1650-1653), e que promoveu uma série de edificações<sup>41</sup>.

Dos agentes externos, mas próximos à Ordem, moderou-se a marca direta de uma lista de monarcas portugueses visto muitas vezes como protagonistas e definidores do seu legado artístico (principalmente D. Afonso Henriques<sup>42</sup>, D. Manuel<sup>43</sup>, D. João III<sup>44</sup>, D. Filipe I<sup>45</sup> e mesmo D. João V<sup>46</sup>), chamando-se alternativamente a atenção para uma série de outras personagens que podem ter tido peso na orientação do discurso arquitetónico canonical. Nessa categoria cabe de alguma forma D. Miguel da Silva (pela sua influência provável sobre Diogo de Castilho, e mais diretamente no caso de ter intervindo sobre o mosteiro de Landim, de que foi comendatário)<sup>47</sup>, mas sobretudo São Carlos Borromeu<sup>48</sup>, tanto como cardeal protetor da Ordem junto da Santa Sé, como pelo seu ascendente sobre Fr. Bartolomeu dos Mártires, cuja obra nos Dominicanos de Viana pode ter por seu lado inspirado certas opções compositivas na empreitada maneirista de Grijó<sup>49</sup>; dois prelados setecentistas muito próximos de Santa Cruz e com

---

<sup>37</sup> Ver tópico 6.2.2.

<sup>38</sup> Ver tópicos 8.2.2, 8.2.3, 8.4.1 e 8.4.3.

<sup>39</sup> Ver tópicos 8.2.3 e 8.4.3.

<sup>40</sup> Ver tópico 8.2.3.

<sup>41</sup> Ver tópicos 8.2.2 e 8.2.3.

<sup>42</sup> Ver tópico 4.2.3.

<sup>43</sup> Ver tópicos 6.2.3 e 6.4.1.

<sup>44</sup> Ver tópicos 7.2.3 e 7.3.3.

<sup>45</sup> Ver tópicos 8.2.3 e 8.4.1.

<sup>46</sup> Ver tópicos 9.2.2 e 9.2.3.

<sup>47</sup> Ver tópicos 7.2.3, 7.3.3 e 7.4.3.

<sup>48</sup> Ver tópicos 8.2.2, 8.3.3 e 8.4.1.

<sup>49</sup> Ver tópico 8.4.1.



intervenção relevante na arquitetura portuguesa, D. Miguel da Anunciação<sup>50</sup> e D. Gaspar de Bragança<sup>51</sup> podem não ser despiciendo na inflexão tardo-barroca do discurso cenobítico regrante.

Na relação da Ordem com os arquitetos emerge também um padrão consistente que nos informa sobre a maneira como se concebia e os concebia, e como equacionava a produção edificada, postura que não depende da gradual valorização do princípio da autoria, particularmente na Idade Moderna. Dos mestres Roberto, Soeiro e Bernardo, no século XII<sup>52</sup>, aos arquitetos Gaspar Ferreira<sup>53</sup> e José do Couto<sup>54</sup>, chegando ao século XIX – e passando pelo patrocínio de indivíduos efetivamente “moldados” em Santa Cruz, na reforma renascentista (Diogo de Castilho e João de Ruão)<sup>55</sup>, assim como por uma plêiade de personagens entre o último terço de Quinhentos e o primeiro de Seiscentos<sup>56</sup> – uma regularidade emerge: a de uma instituição que prefere técnicos locais e sem proeminência nacional, cooptando arquitetos da Coroa maioritariamente para obras secundárias ou trabalhos de fiscalização e/ou finalização, numa política de prestígio, mas que delimita cuidadosamente a sua interferência. Assim procederão com Filipe Terzi, Pedro Nunes Tinoco e provavelmente Ludovice, em empreitadas em Coimbra (na Sapiência, e na sacristia e Santuário das Relíquias de Santa Cruz, respetivamente), que tudo indica não lhes poderem ser atribuídas, nem que cronistas cruzios a elas os tenham associado, como penhores de estatuto<sup>57</sup>.

Exceções sensíveis a esta prática só ocorrem, reveladoramente, nos períodos de desorientação identitária dos Regrantes, quer entre os séculos XIV a XVI, em que realizam obras traçadas por Afonso Domingues<sup>58</sup>, Diogo de Boytac<sup>59</sup> e João de Castilho<sup>60</sup>, quer durante o século XVIII, quando recorrem a Manuel Caetano de Sousa<sup>61</sup>, e, de alguma forma, ao chamarem José do Couto (que, não sendo um arquiteto de perfil destacado, marca ainda assim a abertura à introdução de um gosto normalizado)<sup>62</sup>. A obra filipina de São Vicente de Fora é sob essa perspetiva um caso curioso, de equilíbrio difícil entre o perfil régio da obra e a resistência dos cónegos à determinação externa do discurso arquitetónico – se Baltazar Álvares será uma voz imposta e autónoma, a sua participação parece levantar conflitos precisamente por os Cruzios

---

<sup>50</sup> Ver tópicos 9.2.2, 9.2.3 e 9.4.3.

<sup>51</sup> Ver tópicos 9.2.3, 9.3.2 e 9.4.1.

<sup>52</sup> Ver tópico 4.2.3.

<sup>53</sup> Ver tópico 9.4.1.

<sup>54</sup> Ver tópicos 9.4.1 e 9.4.3.

<sup>55</sup> Ver tópicos 7.2.3, 7.3.3 e 7.4.1.

<sup>56</sup> Tomé Velho e Manuel João, em Santa Cruz de Coimbra (ver tópico 8.2.3), Jerónimo Francisco no colégio da Sapiência (ver *idem* e tópico 8.4.3), Francisco Velásquez e Gonçalo Vaz em Grijó (ver tópicos 8.2.3, 8.4.1 e 8.5.1), João Lopes-o-Moço e Jerónimo Luís na Serra do Pilar (*idem* e 8.4.3), e Gregório Lourenço em Moreira da Maia (ver tópicos 8.2.3 e 8.5.1).

<sup>57</sup> Ver tópicos 8.2.3, 8.4.3 e 9.4.1.

<sup>58</sup> Ver tópicos 6.2.3 e 6.4.1.

<sup>59</sup> Ver tópicos 6.2.3 e 6.4.1.

<sup>60</sup> Ver tópicos 6.2.3 e 6.4.1.

<sup>61</sup> Ver tópico 9.4.3.

<sup>62</sup> Ver nota 54, acima.

o quererem controlar, e dela resulta afinal um enunciado com opções muito próximas de preferências e referências canonicais, das quais algumas estarão ausentes, antes e depois, na produção alvarina<sup>63</sup>. Posteriores arquitetos vicentinos, mesmo que de nomeação régia, cairão na regra apurada, aportando um certo capital de prestígio, mas exercendo pouca influência no conjunto, que não de detalhe – como Teodósio de Frias<sup>64</sup>, Pedro, João e Luís Nunes Tinoco<sup>65</sup>, João Frederico Ludovice<sup>66</sup>, Carlos Mardel<sup>67</sup> – havendo até conflitos registados com artistas de confirmada saliência, como Vincenzo Bacchereli<sup>68</sup>.

## 10.2 | Subsídios crúzios para a historiografia da arquitetura portuguesa

**10.2.1 Reavaliações do caráter da arquitetura cenobítica crúzia:** Para além do levantamento dos passos e duma proposta de explicação do processo histórico da arquitetura cenobítica entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (com algumas achegas para a apuração da biografia organizacional da Ordem), esta tese redefine certas linhas explicativas gerais dessa arquitetura, estabelecidas na bibliografia de síntese existente. Independentemente de divergências metodológicas ou de interpretações de dados e de correlações entre factos, algumas reavaliações importantes parecem necessárias.

Desde logo, nos modos estilísticos em que mais consensualmente os Crúzios são mencionados, o Românico e o Renascimento, seria necessário passar a descrever o seu discurso arquitetónico como mais *sistemático* – quer em termos de definição tipológica, quer no que diz respeito à sua reprodução entre as Casas canonicais. No primeiro período, é preciso ir para além da originalidade e recorrência de um motivo, ou mesmo um registo, arquitetónicos (a torre-nártex e as características fortificadas dos complexos) e reconhecer a existência de uma matriz que inclui todo o edifício, estabelecendo nexos lógicos e simbólicos entre templo e dependências vivenciais, e preferindo certas modelações de espaço e adjectivações decorativas; a reprodução dessa matriz, nem que de acordo com as propriedades do aparelho institucional, é evidência, também, de uma identidade artística distinta, mesmo em cenóbios rurais e de menores recursos<sup>69</sup>. Na Renascença, por seu lado, a menorização dos Crúzios, dados como relevantes, mas sobretudo como sujeitos de uma nova política cultural que os faz acolher náveis experiências artísticas, que pouco ultrapassam o espaço que vai da escultura à micro-arquitetura, não resiste à constatação da existência de uma consistência tipológica abrangente, de espírito augustiniano e sobre precedentes formais regrantes, testada em Santa Cruz de Coimbra e re-enunciada, com

---

<sup>63</sup> Ver tópico 8.2.3 e 8.4.1.

<sup>64</sup> Ver tópico 8.5.1.

<sup>65</sup> Ver tópicos 8.2.3, 8.4.1 e 9.4.1.

<sup>66</sup> Ver tópico 9.1.3.

<sup>67</sup> Ver tópico 9.1.3.

<sup>68</sup> Ver tópico 9.4.1.

<sup>69</sup> Ver capítulo VII, *passim*, e particularmente os tópicos 7.1.3, 7.4.1 e 7.4.3.

enriquecimento progressivo, em São Salvador da Serra do Pilar, São Vicente de Fora e no fenómeno amplo da arquitetura colegial universitária conimbricense<sup>70</sup>.

Se não há razões para subestimar a arquitetura crúzia renascentista, menos ainda as há para a quase invisibilidade historiográfica da sua continuidade e evolução, no Maneirismo. Primeiro revista sob o período sebástico, a partir de referências internas e internacionais autonomamente digeridas pelos Regrantes, na reconstrução de São Salvador de Grijó, dará origem, como recordámos acima, a uma série consistente de conjuntos canonicais extraurbanos, ininterrupta até ao primeiro terço de Seiscentos e prolongando-se ainda, mesmo que com mutações, até ao início da centúria subsequente<sup>71</sup>. Grandemente ausente está também, da vasta literatura versando a intervenção filipina em São Vicente de Fora, quer a sua ligação à matriz renascentista crúzia, quer à nova iteração maneirista grijoense, assim como da sua assimilação na produção construtiva da Ordem, sobretudo em Casas urbanas<sup>72</sup>.

De forma análoga, quanto à posteridade do modo tipológico românico, de que falávamos antes, reconhece-se pouco a sua persistência no Gótico e mesmo a sua precoce sensibilidade a alguns vetores expressivos da nova vaga estilística – pese embora que exista realmente uma gradual postura de resistência (para não dizer de retorno) romanizante entre os Cónegos<sup>73</sup>.

A pelo menos estas instâncias importantes de comprovada idiosincrasia, sistematização e perenidade de discurso arquitetónico – mais do que empreitadas específicas, mais ou menos numerosas em certas cronologias, de que seriam meros patrocinadores – acredito que seria ainda de acrescentar o curioso fenómeno do trabalho de base para um novo formulário tipológico unificado tardo-barroco, empreendido com ambição (em Santa Maria de Refoios do Lima, por exemplo) numa época que estamos habituados a afastar como sendo de declínio e fragmentação da arquitetura cenobítica, que é a passagem do século XVIII ao XIX<sup>74</sup>.

**10.2.2 Reavaliações do *papel* da arquitetura cenobítica crúzia:** O impacto da produção edificada crúzia no contexto alargado que a rodeava é também sublinhado, e em muitos casos ampliado, nestas páginas.

Desde logo, aduziram-se, numa leitura em tempo longo, argumentos da importância seminal crúzia na formulação e configuração de alguns temas arquitetónicos. Recapitulando:

---

<sup>70</sup> Ver capítulo VIII, *passim*, e particularmente os tópicos 8.1.3, 8.4.1 e 8.4.3.

<sup>71</sup> Ver tópicos 8.4.1 e 9.4.3.

<sup>72</sup> Ver tópicos 8.4.1 e 9.4.1.

<sup>73</sup> Ver tópicos 5.4.1 e 5.4.3.

<sup>74</sup> Ver tópicos 9.4.1 e 9.4.3.

a)-antes da aportação do modelo cisterciense, e com diferenças sensíveis em relação àquele, os Cónegos introduziram entre nós o modelo do complexo cenobítico como um edifício compacto e quadrangular, em que a distribuição funcional tende a ser fixa e subordinada a considerações funcionais e simbólicas<sup>75</sup>; associada a essa inovação está também a sua contribuição muito precoce para a edificação de claustros regulares, de cantaria, coordenados com os volumes templares<sup>76</sup>;

b)-obviamente, aos Agostinhos se deverá a experimentação nacional da torre-nártex, como alternativa à fachada bitorreada de raiz militar e cluniacense, e que terá algum eco entre outras Ordens canonicas, no Românico<sup>77</sup>, e uma recuperação muito interessante no Manuelino, tanto na construção metropolitana como ultramarina<sup>78</sup>; adicionalmente, a utilização de um piso de tribuna a Ocidente para uso da comunidade religiosa, nessas torres, deverá ser a principal origem das soluções góticas lusas em coro alto e nomeadamente da maturação de uma matriz para as igrejas cenobíticas femininas<sup>79</sup>;

c)-não tendo inspirado a localização periurbana dos conventos mendicantes lusos (embora deva ser canonical o precedente da sua adoção internacional), antecipou-a amplamente no tempo, em padrão espacial e em objetivo de inserção sociológica e de sede assistencial, encontrando-se em concorrência com esses movimentos à sua chegada a Portugal, e efetivamente influenciando a sua distribuição nas cidades em que se encontrava presente, como Lisboa, Coimbra e Leiria<sup>80</sup>;

d)-a introdução de um retrocoro na igreja de Santa Cruz de Coimbra, entre 1507 e 1513 – podendo não ser o primeiro em Portugal (se a Sé de Évora tiver tido um c. 1485) e talvez mesmo entre os Crúzios (pelo menos na renovação de Santa Maria da Pena de Leiria, após 1383) – é um acontecimento relevante para o devir da solução, quer pela intervenção de Fr. Brás de Braga na definição da nova Sé joanina de Leiria, quer pela sua recuperação em São Vicente de Fora<sup>81</sup>;

e)-a fachada frontal tardo-gótica de Santa Cruz terá também amplas consequências, como já recordámos, e interessantemente em duas vias divergentes, na conceção do remate ocidental templar em Portugal – por um lado, sugerindo um modelo atualizado de fachada-ecrã uniturriforme (de que ainda descenderá a da igreja maneirista de Grijó, e por ela, outras<sup>82</sup>), por outro lado, e por intermédio de D. Pedro Gavião e dos trabalhos que empreendeu na Sé da Guarda, foi instrumental na reanimação da frontaria catedralícia bitorreada, por evolução dos seus botaréis octogonais (formato que também deverão ter ajudado a

---

<sup>75</sup> Ver tópico 4.4.1.

<sup>76</sup> Ver tópicos 4.4.1, 4.4.3 e 4.5.1.

<sup>77</sup> Ver tópico 4.5.1.

<sup>78</sup> Ver tópico 6.5.1.

<sup>79</sup> Ver tópicos 5.1.3 e 5.5.1.

<sup>80</sup> Ver tópicos 5.2.1 e 5.2.3.

<sup>81</sup> Ver tópicos 6.4.1, 7.5.1 e 8.4.1.

<sup>82</sup> Ver tópicos 6.4.1, 6.4.3, 8.4.1 e 8.4.3. Tendo a versão maneirista de Grijó provável influência na série de fachadas das Misericórdias do Noroeste entre o século XVI e XVII (ver tópico 8.5.1).

vulgarizar no decurso do desenvolvimento da arquitetura colegial conimbricense, consagrando-o certamente com a influentíssima reconstrução filipina de São Vicente de Fora)<sup>83</sup>;

f)-com longa hereditariedade, remontando à original composição das igrejas românicas canonicais (que a intervenção de Boytac em Coimbra preservou em grande medida), o modelo de igreja com naves criptocolaterais está estabelecido na arquitetura universitária renascentista da cidade, iniciada e orientada pelos Regrantes, antes da sua generalização posterior<sup>84</sup>;

g)-embora a opção possa ter sido projetada antes para Santa Maria de Belém (mas não executada), a renovação joanina de Santa Cruz de Coimbra cristalizou um paradigma de cenóbio como bloco retangular longo, organizado por uma sequência de espaços abertos internos, em gradação de privacidade, que teve larga descendência, reforçada aliás pela revisão do tema executada em São Vicente de Fora a partir de 1582<sup>85</sup>;

h)-no contexto da arquitetura renascentista crúzia, entre as suas Casas e as empreitadas colegiais, terão sido gerados dois formatos claustrais – o castilhiano e aquele a que chamei *ruanesco*, de arquivada plana, que está plenamente maturado aquando da reconstrução de São Salvador de Grijó, a partir de 1572<sup>86</sup>;

i)-do mesmo conjunto de experiências, entre 1527 e 1556, emergirá uma tipologia de dormitórios em alas longitudinais, divididas em segmentos por terças, compostos de celas largas em dupla fenestração diferenciada<sup>87</sup>;

j)-entre o Maneirismo e o Barroco, os Regrantes podem igualmente ter sido relevantes na pesquisa paisagística que deu origem aos jardins experienciais, de meditação e de lazer, que desembocarão nos *jardins de percurso* setecentistas, tendo contribuído também, pela exploração precoce dos escadórios para apropriação/significação da topografia, para a matriz dos *sacri monti*<sup>88</sup>;

k)-finalmente, pelas suas realizações em Coimbra e de sobremaneira pela construção da Livraria de Mafra, os Agostinhos serão agentes indispensáveis da série das bibliotecas de aparato do século XVIII<sup>89</sup>.

Numa outra dimensão, há a destacar o impacto direto da arquitetura crúzia num grupo de edifícios-chave da arquitetura portuguesa, de que não se tem dado nota:

a)-na Sé Velha de Coimbra – que terá partilhado com Santa Cruz de Coimbra um mestre de obras,

---

<sup>83</sup> Ver tópicos 6.5.1, 7.5.1, 8.4.1 e 8.5.1.

<sup>84</sup> Ver tópicos 7.4.1, 7.5.1 e 8.5.1.

<sup>85</sup> Ver tópicos 7.4.1, 7.5.1, 8.4.1 e 8.5.1.

<sup>86</sup> Ver tópicos 7.4.1, 7.5.1 e 8.5.1.

<sup>87</sup> Ver tópicos 7.4.1, 7.5.1 e 8.4.3.

<sup>88</sup> Ver tópico 9.4.3.

<sup>89</sup> Ver tópicos 9.4.1 e 9.4.3.

Roberto, e um responsável, D. Miguel Salomão, bispo crúzio – embora se execute uma disposição interior em linha com as outras sedes episcopais românicas, a ausência do alçado bitorreado e a sugestão de um complexo muralhado quadrangular com uma torre frontal articulada por arcaria, remetem quase certamente para a feição românica da canónica conimbricense<sup>90</sup>;

b)-em Santa Clara-a-Velha de Coimbra, convento fundado e parcialmente definido sob a direção de uma cónega regante de Santa Cruz, D.<sup>a</sup> Mor Dias, a partir de 1278, registam-se opções arquitetónicas caracteristicamente regantes (e pouco mendicantes), na implantação quadrangular com templo e torre defensiva em ângulos opostos, na igreja sem transepto, com entrada ocidental axial e com uso de coro alto<sup>91</sup>;

c)-entre os Espatários, no século XV, quer a estruturação interior de Santiago de Palmela (com naves laterais contrafortando a central, sendo lançadas perpendicularmente), quer a torre-nártex de Santa Maria de Faro, indicam uma transferência de sinais entre duas Ordens com afinidades de carisma cruzadístico e de espiritualidade augustiniana<sup>92</sup>;

d)-em Santa Maria de Belém, que no período manuelino dividiu com a Casa-mãe crúzia os serviços de Diogo de Boytac e João de Castilho (e do seu irmão Diogo), tendo havido intercâmbios projetuais nos dois sentidos<sup>93</sup>, devem provir de Santa Cruz de Coimbra tanto a solução da face eclesial (em *Westwerk* paralelepípedo denso, integrando coro alto e coroado por botaréis octogonais simétricos, e precedido de galilé), como o desenho do claustro com cantos cortados por arcos diagonais<sup>94</sup>;

e)-na renovação renascentista do convento de Cristo, reformada no espiritual por um frade jeronimita como os Crúzios (e poucos anos depois deles), e no temporal por João de Castilho (que trabalhara em Santa Cruz, entretanto sob a direção do irmão Diogo), o plano em “T” dos dormitórios e a própria divisão celular são uma reprodução quase mimética do plano original de 1528 em Coimbra<sup>95</sup>;

f)-na Sé de Leiria, mantendo-se a regularidade de traça com as sua congéneres joaninas, algumas originalidades poderão dever-se à experiência crúzia de Fr. Brás de Braga – primeiro bispo da diocese e que acompanhou a génese da catedral – em particular a ausência de torres sineiras geminadas, a opção por um coro no presbitério e a colocação do claustro atrás da cabeceira<sup>96</sup>;

g)-no colégio de Jesus de Coimbra, o primeiro *ab novo* dos Inacianos, inicialmente projetado por Diogo

---

<sup>90</sup> Ver tópicos 4.1.3 e 4.5.1.

<sup>91</sup> Ver tópico 5.5.1, e também a anterior alínea b), neste tópico.

<sup>92</sup> Ver tópicos 6.3.2, 6.4.1 e 6.5.1.

<sup>93</sup> Tendo tido impacto posterior entre os Regantes a configuração longitudinal do dormitório jerónimo e a sua importância na frontaria do mosteiro, sendo aliás a implantação paralela ao Tejo um referente provável para a localização de São Salvador da Serra do Pilar (ver tópico 7.5.1).

<sup>94</sup> Ver tópicos 6.4.1 e 6.5.1.

<sup>95</sup> Ver tópicos 7.4.1 e 7.5.1.

<sup>96</sup> Ver tópico 7.5.1 (ver também nota 81 deste capítulo).

de Castilho, juntam-se algumas características herdeiras do processo renascentista crúzio (uma igreja com criptocolaterais e coro alto, mas sem transepto, segundo os moldes colegiais, e um dormitório de corredor interrompido por terças), assim como, mais tarde, a igreja será moldada às inovações de São Vicente de Fora, provavelmente por Baltazar Álvares<sup>97</sup>;

h)-unidos pela inspiração agustiniana comum, na mesma medida em que se digladiaram quanto à primazia na interpretação do legado de Santo Agostinho, Crúzios e Eremitas de Santo Agostinho entreteceram uma relação forte que suportou uma série de emulações arquitetônicas, visíveis em vários edifícios gracianos – pelo menos no colégio da Graça de Coimbra (construído numa operação urbanística crúzia, por Diogo de Castilho e seguindo Santa Cruz como referência), talvez no convento da Graça de Évora (cujo pórtico eclesial, assim como o dormitório em “T” têm igualmente modelos possíveis em Santa Cruz)<sup>98</sup>; com alguma clareza nos conventos de São João Novo do Porto (muito vicentino em partido de massas e alçado templar, distintamente grijoense no interior da igreja) e de Santo Agostinho de Vila Viçosa (cuja igreja é uma tradução chã de São Vicente de Fora)<sup>99</sup>, e quiçá no convento da Graça de Lisboa (parecendo evocar a implantação e planimetria da Serra do Pilar, e albergando um claustro serliano com afinidades ao da Sapiência)<sup>100</sup>;

i)-em Santa Engrácia, que parece ser literalmente um exercício barroco de revisão da igreja vizinha de São Vicente, da qual decalcou, ademais, particularidades de desenho (como o alçado principal, a articulação parietal e pelo menos o diâmetro da cúpula)<sup>101</sup>;

j)-em Mafra há elementos de desenho e decoração bastante vicentinos na igreja, e é plausível que Santa Cruz de Coimbra possa ter influenciado a conceção lata do conjunto<sup>102</sup>.

### **10.2.3 Reavaliações gerais suscitadas pela análise da arquitetura cenobítica crúzia:**

Finalmente, e em consequência do que relembremos nos tópicos anteriores, reavaliou-se aqui a quota de responsabilidade regrante em algumas mutações estilísticas alargadas em Portugal, assim como, ao estudar a produção canonical e a dos seus contrapontos contemporâneos, se levantaram questões quanto a certas narrativas historiográficas consolidadas.

Não sendo “iniciadores” de nenhum modo arquitetónico – tratando-se aliás de um processo artístico

---

<sup>97</sup> Ver tópicos 7.5.1 e 8.5.1.

<sup>98</sup> Ver tópico 7.4.1.

<sup>99</sup> Ver tópico 8.5.1.

<sup>100</sup> Ver tópicos 8.4.3 e 8.5.1.

<sup>101</sup> Ver tópicos 9.3.2 e 9.5.1.

<sup>102</sup> Ver tópico 9.5.1.

que nunca tem factos ou agentes únicos de arranque – os Cónegos Regrantes foram algumas vezes aglutinadores de experiências nacionais e renovadores de referências internacionais, fulcrais a esses fenómenos, o que creio que não tem sido suficientemente apreciado.

Desde logo, no Românico português, a descrição da emergência do *more romano*, gregoriano, é atribuída matricialmente a dinâmicas monásticas e episcopais sob a égide de Cluny (da Sé de Braga a São Pedro de Rates) e o seu epílogo renovador está associado à penetração da Ordem de Cister (de São João de Tarouca a Santa Maria de Alcobaça), tendo os Templários um papel de destaque entre esses dois polos, quer no registo específico da arquitetura militar, quer na nota idiossincrática representada por Tomar no campo da arquitetura religiosa. Estou convencido que tal processo não pode ser corretamente sintetizado sem nele se incluir uma vaga intermédia canonical – como aliás também é o caso na arquitetura europeia, vista globalmente – que representa a maturidade da reforma gregoriana, na sua organização eclesiástica assim como na sua tradução artística, e que é protagonizada com grande autonomia por Santa Cruz de Coimbra. Os Regrantes fazem quer um novo enxerto de soluções cluniacenses (a *galilea*, a parede articulada por arcarias, o claustro “ilustrado”), quer uma antecipação de certas preferências cistercienses (o abobadamento borgonhês das igrejas, a conceção do cenóbio como edifício compacto de funções integradas), mas releem-nas subordinando-as ao influxo de práticas languedocianas, provençais e norte-italianas, de onde podem ter recolhido, por solidariedades canonicais e augustinianas, a conjugação de torre-nártex, de interior eclesial de nave central contrafortada por capelas laterais e sem transepto, com os complexos clericais de templo e dependências em contorno quadrangular<sup>103</sup>.

No Renascimento, à tese assimilada de uma rede de focos de inovação estilística, iniciada por D. Miguel da Silva, ampliada por outros mecenas relativamente independentes entre si, gradualmente interligada pelas deslocções de artistas e finalmente consagrada pela conversão do centro de gravidade edificatório da Coroa, seria preciso acrescentar o reconhecimento de que um dos pontos nevrálgicos da receção, intercâmbio e formação de praticantes do novo modo, uma das pontes estratégicas entre experiências geograficamente distantes e um dos instrumentos de influência sobre D. João III (nem que passivamente, pelas oportunidades de experimentação proporcionadas pelas empreitadas geradas pela sua reforma, inclusive desde tempos manuelinos) é a Ordem regrante<sup>104</sup>.

Em terceiro lugar, creio que é tempo de reformar definitivamente a tese da dicotomia de paradigmas eclesiais maneiristas, entre o modelo “nacional” e vernacular, que desemboca nas igrejas jesuítas do Espírito Santo de Évora e de São Roque de Lisboa, e o contraponto “importado” e erudito de São Vicente de Fora. Não se trata apenas de que a dicotomia é redutora, existindo outros ramos de pesquisa estilística

<sup>103</sup> Ver tópicos 4.3.3 e 4.5.1.

<sup>104</sup> Ver tópico 7.5.1.



(como a linha de decorativismo mais exuberante, nomeadamente flamengo), assim como áreas alternativas de hibridização de paradigmas (como na arquitetura do Noroeste); trata-se mais essencialmente que a antinomia afirmada não resiste à análise. São Vicente replica estrategicamente enunciados papais, canonicais e borromaios – e talvez, superficial e calculadamente, herrerianos, embora dificilmente do Gesù de Roma – mas em nenhum caso se tratam de transplantes sem precedentes nacionais e na congregação crúzia. São Roque e o Espírito Santo não estão sujeitas à mesma pressão representativa áulica (mas antes a uma retórica de pragmatismo e austeridade), mas não deixam por sua vez de ter em linha de conta modelos eruditos renascentistas (como a arquitetura colegial conimbricense) ou exemplos italianos da Companhia de Jesus, quer se trate de propostas de alçado de Giovanni Tristano, quer as de composição espacial de Jacopo Vignola<sup>105</sup>.

Por outro lado, a propósito da arquitetura cenobítica crúzia, alguns questionamentos surgiram:

a)-a constatação documental da construção ou renovação, entre 1229 e 1340, de uma série de cenóbios com campanários frontais (podendo chegar a 8), mais de metade dos quais seguramente usando uma morfologia mais esbelta, goticizante, e algumas em ambiente urbano/suburbano (Arronches, Óbidos, São Jorge de apar de Coimbra?), assim como as menções a igrejas de três naves (Óbidos e talvez São Jorge e Grijó, sendo a primeira descrita como abobadada) sugerem a possibilidade de que a afirmação do recuo das torres e dominância absoluta dos interiores em cobertura de madeira na arquitetura religiosa da época, inspirados por contágio das práticas mendicantes, pode ter de ser temperada<sup>106</sup>;

b)-encontrou-se também, no perfil estilístico das obras crúzias da década de 1630 (dos remates do colégio da Sapiência à reconstrução de Caramos), adicional confirmação de uma vaga sublinhadamente “neo-chã”, austera e antiacadémica, que não coincide com, *ou advém da*, mudança política da Restauração brigantina, com que muitas vezes é associada; parece mais facilmente poder ser apresentada como o reflexo da mudança de mentalidade que ocorre com a crise económica que se instala após 1621 e o retomar da Guerra dos Oitenta Anos<sup>107</sup>;

c)-enfim, a partir da pesquisa feita, a tese genericamente aceite de que a passagem do Tardo-Barroco classicizante ao registo propriamente neoclássico se efetua quase unicamente na arquitetura civil ou do clero secular – ou pelo menos partindo da promoção de agentes civis ou de prelados seculares – e correspondendo a um período de desaparecimento da força vital das Ordens religiosas tradicionais,

---

<sup>105</sup> Ver tópicos 8.3.3 e 8.4.1.

<sup>106</sup> Ver tópico 5.4.1. A possível influência, já referida, de modelos crúzios num dos edifícios que anuncia o caminho do Tardo-Gótico – Santa Clara-a-Velha de Coimbra – divergente da mentalidade expressiva mendicante, mais acrescenta a possibilidade de se considerar um papel regante em formas alternativas a essa mentalidade (ver tópico anterior deste capítulo e tópico 6.3.2).

<sup>107</sup> Ver tópico 8.4.3.

esbarra de alguma forma com um conjunto alargado de empreendimentos cenobíticos, alguns de ambiciosa escala, ocorrendo do reinado mariano à Revolução Liberal, que afirmam uma considerável iniciativa nesse contexto estilístico, indo de exemplos em transição do Pombalismo (Santa Clara de Vila do Conde, Santo André de Rendufe, São Miguel de Bustelo e Santa Maria de Refoios do Lima) aos claramente proto-neoclássicos (o claustro de Arouca e o de Pombeiro, a renovação monumental do convento dos Lóios do Porto)<sup>108</sup>.

### **10.3 | *quid novi, quid tum***

**10.3.1 Opções estratégicas e contributos essenciais:** Como avaliação final, gostaria de realçar que algumas escolhas concetuais e (logo) metodológicas foram importantes para suportar renovações da análise e produzir os resultados que sintetizei.

Trabalhar a partir da noção de *discurso arquitetónico* duma entidade, possibilitou desde logo ver a relação da arquitetura da instituição crúzia com o seu momento histórico como o resultado de flutuações da sua autodefinição, em consequência da natureza e da orgânica das interações com o meio em que se movia. Assim, a “inspiração” e a “influência” de referentes coetâneos foram antes lidos como *intertextualidade* – não pura “recepção”, mas função de uma rede dinâmica de reciprocidades cumulativas. Por sua vez, o estabelecimento propositivo dessas malhas derivou dos contactos atestados e dos percursos físicos registados, da Ordem e dos seus agentes – isto é, de padrões de solidariedade e de conhecimento direto – rejeitando a centralidade *a priori* de certos focos de produção artística, e sem partir de análises formalistas por si só para estabelecer conexões entre enunciados construídos.

Tal abordagem implicou levantamentos de interações e regularidades que obrigaram à consideração de conjuntos muito alargados de dados, e de grande multiplicidade de categorias, mas permitiram também, além do fio polifónico da narrativa, uma ideia de *unidade*. A constatação da existência de repertórios interpretativos duradouros, de certos núcleos semânticos e preferências vocabulares e sintáticas (que agrupei à volta do augustinismo, canonicalismo e nacionalismo), assim como de forças constantes manobrando a sua variação e continuidade (a abertura ao *Zeitgeist* e o atavismo da automitificação da Ordem), tornou possível apurar um nexo perene no discurso, que é mais do que uma catalogação de invariantes, e antes tenta oferecer uma interpretação do significado dessas persistências<sup>109</sup>.

De facto, como recordámos no tópico 10.1.2, certos temas arquitetónicos, independentemente das formulações específicas, parecem perdurar através de toda a história dos Cónegos Regrantes de Santo

<sup>108</sup> Ver tópicos 9.3.2, 9.4.1 e 9.5.1.

<sup>109</sup> Ver capítulo II.

Agostinho portugueses, e fomos vendo como eles são consonantes aos repertórios interpretativos desta entidade: do *augustinismo* podem ter derivado o edifício compacto, emergente e filtrado do exterior (como Cidade de Deus), a tendência para a composição racional, a erudição arquitetónica, a alegoria (da Criação como teofania racional), e a inclinação para prover a um modo de vida temperado, mas digno e respeitador da individualidade e privacidade (por decorrência da doutrina da Graça e do livre arbítrio); no *canonicalismo* podem ter raiz a prática persistente de colocar os fiéis no centro de espaços eclesiais, assim como de implantar os cenóbios em relação com centros urbanos e/ou simulando espaços urbanizados de receção (pela *cura animarum*); ao mesmo tempo, como produto de uma Ordem sacerdotal, se explicam tanto inclinações elitistas de visibilidade e de sinalização de estatuto, como um internacionalismo, desde logo pela sua ligação eclesiástica ao papado. Do *nacionalismo* implícito na sua origem (como ligação ao projeto de independência e consequente vinculação à Coroa) podem derivar ainda as políticas de distribuição no território e de marcação de posição em centros nevrálgicos, e certas expressões de carácter marcial e assistencial, mas também autoritativo (emulando recorrentemente arquiteturas de prestígio hierárquico, nomeadamente régias)<sup>110</sup>.

**10.3.2 Vias por trilhar:** Em consequência dessa postura metodológica, tanto quanto da simples extensão temporal e amplitude de produção associadas ao objeto de estudo, uma série de questões contíguas ou acessórias à análise foram detetadas ou apenas afloradas e merecem ser assinaladas. Algumas linhas de inquérito ultrapassavam o âmbito temático da pesquisa, algumas eram acessórias, se perseguidas em profundidade, ao objetivo proposto; algumas, ademais, a partir da informação disponível, não podiam ultrapassar uma enunciação da problemática, ou a oferta de soluções que são meras hipóteses de trabalho, e um certo número estão para já destinadas a permanecer curiosidades para as quais não há resposta. Todas servem quer de sugestão para caminhos que se podem prosseguir noutra enquadramento, quer de alertas para o momento em que novos factos (arqueológicos, documentais) permitam explorá-las.

Registos não integrantes, mas paralelos, à arquitetura cenobítica regente são por exemplo as Casas Bréviás, a que me referi ocasionalmente, pelo menos desde o Renascimento, e que constituem não só um corpo temático autónomo, como entretecem relações muito interessantes com a arquitetura solarenga e/ou de vilegiatura laica<sup>111</sup>; não considerado aqui e quase completamente por investigar está também o domínio das edificações ancilares, utilitárias, crúzias (agrícola, industrial, hospitalar), assim como ausente permanece uma sistematização mínima da arquitetura das Donas regentes, em si mesma

<sup>110</sup> Cf. tópicos 4.4.2 e 4.5.2, 5.4.2 e 5.5.2, 6.4.2 e 6.5.2, 7.4.2 e 7.5.2, 8.4.2 e 8.5.2, e 9.4.2 e 9.5.2.

<sup>111</sup> Ver tópicos 7.4.2, 7.4.3, 8.2.2, 8.4.1 e 9.4.3.

e na relação com a dos cónegos masculinos.

Muito há para desbravar ainda, monograficamente, sobre a biografia e ação arquitetónica específica de uma série de priores canonicais<sup>112</sup>, assim como isoladamente valeria a pena investigar campos particulares como o do paisagismo realizado pela Ordem (a função devocional do jardim parece estar implícita precocemente em Santa Cruz, e há elementos para uma exploração da sua concretização pelo menos desde o século XVI)<sup>113</sup>, ou o da configuração das bibliotecas cenobíticas (que é passível de ser feita, se não antes, a partir do período manuelino)<sup>114</sup>.

Algumas interrogações, porém, parecem difíceis para já de satisfazer, por mais que se pressinta o que nos poderiam trazer. Já falei acima de como o conhecimento da grandemente desaparecida arquitetura crúzia do primeiro Gótico permitiria talvez modular a visão tendencialmente unanimista que temos sobre o intervalo<sup>115</sup>. Adicionalmente, existe um conjunto de cenóbios cuja história edificada tem extensos hiatos de escuridão, tão mais tantalizantes quanto a sua importância orgânica, e indícios parcelares da sua configuração, garantem que foram qualitativa e quantitativamente fulcrais na arquitetura cenobítica crúzia: refiro-me, a título de exemplos principais, a São Salvador de Grijó antes da renovação de 1572 (mais de quatro séculos da evolução física de um mosteiro no topo da hierarquia da Ordem, incluindo o caso raríssimo de ter sido objeto de um contrato de obras em pleno período românico)<sup>116</sup>, a São Jorge de apar de Coimbra (um contínuo puzzle de traços físicos e referências documentais de intervenções, umas e outras contraditórias, em si e entre si)<sup>117</sup> e à colegiada de Santa Maria da Pena (cujas extensas dependências vivenciais permanecem, à flor da terra, por mapear e decodificar)<sup>118</sup>.

**10.3.3 A cidade terrena e a cidade celeste:** Em 1998, ao rematar o primeiro estudo sério que fiz sobre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, escrevi que, tendo investigado as ideias que haviam de ter enquadrado os agentes, produtores e utentes dos espaços crúzios, assim como explorado métodos de as conjugar analiticamente, me parecia ainda não lhes ter ouvido as vozes<sup>119</sup>.

Este texto foi uma tentativa de ouvir essa *fala*. Por um lado, certamente, esse esforço foi o de escutar os cronistas (no que dizem, direta ou obliquamente, e no que calam), foi ler a epistolografia (entre

---

<sup>112</sup> Ver notas 34 a 41 deste capítulo.

<sup>113</sup> Ver tópicos 4.4.1, 4.3.3, 6.3.3, 6.4.1, 7.3.3, 7.4.1, 7.4.3, 8.4.3 e 9.3.3.

<sup>114</sup> Ver tópicos 4.4.1, 6.4.1, 7.3.1, 7.4.1, 8.4.1, 9.4.1 e 9.4.3.

<sup>115</sup> Ver nota 106 deste capítulo.

<sup>116</sup> Ver tópicos 4.2.1, 4.4.1, 5.4.1, 5.4.3, 6.4.3 e 8.4.1.

<sup>117</sup> Ver tópicos 4.4.3, 5.4.1, 5.4.3, 6.4.3, 7.4.3, 8.4.3 e 9.4.3.

<sup>118</sup> Ver tópicos 4.4.3, 6.4.1 e 6.4.3.

<sup>119</sup> *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição do autor, 1998, p. 112.

superiores e autoridades, por vezes de religiosos descontentes), foi detetar o tom da produção académica e artística (da poesia à música) – sendo certo, porém, que muito pouco do verdadeiramente privado, do efetivamente individual, foi realmente registado ou deixado sobreviver. Mas, e sobretudo, foi a tentativa de apurar um discurso como “voz possível”, de o reconstituir a partir de dentro, de o cerzir a partir de um *espelho* que está no cruzamento entre o consensual e a marginália, entre o rosto e as entranhas, que é o que são os edifícios, especialmente quando vistos como organismos integrais e evolutivos.

O *discurso arquitetónico sobre a vida cenobítica* que percorremos é afinal um conjunto de respostas aos quesitos de “o que é a vida perfeita?” e “o que é a Ordem crúzia?”, ambos negociando a distância entre a cidade terrestre (prática, sensorial, contingente) e a cidade celeste (literária, racional, mística).

Tenha o ouvido de quem anda entre ambas, feito alguma justiça aos murmúrios de oito séculos.



*Fontes e Bibliografia*





## Fontes Primárias Manuscritas

### **ARMAS, Duarte de**

*Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela*. S. l.: c.1495-1521 (ANTT, PT/TT/CF/159), [em linha] disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/> [consultado em 18-6-2020].

### **BENEDICTI XII**

*Constitutiones in Religionem Canoniorum Regularium Ordinis Sancti Agustini Avinionem idibus Madii pontificatus nostri anno 5º*. Avinhão: 1339 (BPMP, S+37).

### **S.N.**

*Constitutiones Canoniorum Regularium Congregationis Sancta Crucis Colimbriensis*. S. l.: s. d. [1784?] (BPMP, Ms 517).

### **S.N.**

*Constitutiones Canoniorum Regularium Lateranentium Congregationis Sanctae Crucis Collimbriensis*. S. l.: 1615 (BNP PBA.12).

### **S.N.**

*Constituições dos cônegos regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra*. S. l.: 1615, 1681 e 1684 (ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 68).

### **S.N.**

*Constitutiones canoniorum regularium Sancti Augustini a Paulo V confirmatae, anno Domini 1615*. S. l.: 1615 a 1684 (ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 83).

### **S.N.**

*A regra de Sto. Agostinho e a exposição d'ella para linguagem tão bem como da glosa*. S. l.: 1433 (BPMP, S+52).

## Fontes Primárias Impressas

### **AAVV.**

*Arquivo Pittoresco*. Lisboa: Castro Irmão e C.ª Lda., 1857-1868, 11 vols.

### **AAVV.**

*Cinquenta vistas do Porto. Edição comemorativa da inauguração da ponte da Arrábida*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1963.

### **ACABADO, Maria Teresa Barbosa**

“Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (cartulário do séc. XIII)”. Separata de ALMEIDA, Manuel Lopes de Almeida (dir.) *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano XIV, n.º 53-56. Coimbra: Atlântida, 1969, pp. 5-77.

### **St.º AGOSTINHO**

*Confessiones*. Hipona: c. 400 (*Confissões*. 13.ª ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 2008).

### **St.º AGOSTINHO**

*De beata vita*. Cassiciaco: 386 (*in Obras de San Agustín*, introdução e comentários de Victorino Capanaga, 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. I. Madrid: editorial Católica, 1969-1988, pp. 542-580).

### **St.º AGOSTINHO**

*De Civitate Dei contra paganos*. Hipona: 413/427 (*in Obras de San Agustín*, 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. XVI, pp. 1-815 e vol. XVII, pp. 3-958. Madrid: editorial Católica, 1969-1988).

### **St.º AGOSTINHO**

*De Dialectica*. Milão/Roma: c. 387 (*De Dialectica*, com introdução e comentários de B. Darrell Jackson, “Synthese Historical Library”/16. Boston, Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1975).

**St.º AGOSTINHO**

*De libero arbitrio*. Roma/Tagaste/Hipona: 388/395 (in *Obras de San Agustín*, com introdução e comentários de Evaristo Seijas, 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. III. Madrid: editorial Católica, 1969-1988, pp. 213-435).

**St.º AGOSTINHO**

*De ordine*. Cassiciaco: 386 (in *Obras de San Agustín*, com introdução e comentários de Victorino Capanaga, 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. I. Madrid: editorial Católica, 1969-1988, pp. 594-690).

**St.º AGOSTINHO**

*De Trinitate*. Hipona: 400/416 (in *Obras de San Agustín*, com introdução e comentários de Victorino Capanaga, 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. V. Madrid, editorial Católica, 1969-1988, pp. 113-752).

**St.º AGOSTINHO**

*Praeceptum* (?). Hipona: c. 397 (*La regola di Agostino d’Ippona*. “Quaerere Deum/3”. Palermo: edizioni Augustinus, 1986; *The rule of St. Augustine – masculine and feminine versions*. Londres: Darton, Longman & Todd, 1996).

**St.º AGOSTINHO**

*Tractatus in Ioannes Evangelium*. Hipona: 413/418 (in *Obras de San Agustín*. 4.ª ed., “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. XIII, pp. 70-699 e vol. XIV, pp. 3-642. Madrid: editorial Católica, 1969-1988).

**ALBERTI, Leon Battista**

*Decem libri de re aedificatoria*. Roma(?): 1453(?) (*L’Architettura*. Milão: edizioni Il Polifilo, 1966)

**ARAÚJO; João da Madre de Deus**

*Memoria sobre a existencia do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, suprimido por um decreto no anno de 1834*. Lisboa: Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho, 1839.

**AVÉ-MARIA, D. José d’**

*Bibliotheca Manuscripta Monasterii S. Crucis Coninbricensis*, publicado por A. G. Rocha Madahil, “Os códices de Santa Cruz de Coimbra”. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 8, pp. 379-420, 1927; vol. 9, pp. 192-229 e 352-383, 1928; vol. 10, pp. 55-103, 1932; vol. 11, pp. 50-96, 1933. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

**ÁVILA, Santa Teresa de**

*Las moradas del castillo interior*. Toledo: 1577 (*Moradas do castelo interior*. “Amadis”/5. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988).

**BARROS, João de**

*Geographia d’Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes*. S. l.: c. 1550 (in “Coleção de manuscritos inéditos agora dados à estampa”/V. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919).

**S. BENTO**

*Regula Monachorum* (?). Montecassino: séc. VI (*Regra de S. Bento*. 2.ª ed. Braga: edições “Ora & Labora”, 1992).

**BORROMEIO, Carlo**

*Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*. Milão: 1577 (*Charles Borromeo’s Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae, 1577*. Tradução e comentários de Evelyn Carol Voelker. [em linha] disponível em <http://evelynvoelker.com/> [consultado em 2-8-2015]).

**BRAGA, frei Brás de**

*Constituições dos cônegos regrantes de Sto. Agostinho*. Coimbra: 1534.

**BRAGA, frei Brás de**

*Constituições dos cônegos regrantes de Sto. Agostinho*. Coimbra: 1553.

**BRAGA, frei Brás de**

*Constituições dos cônegos regrantes de Sto. Agostinho*. Coimbra: 1558.

**BRANDÃO, Mário Mendes**

*Actas dos capítulos do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra*. Coimbra: Publicações do Arquivo e Museu da Universidade de Coimbra, 1946.

**BRANDÃO, Mário Mendes**

“Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, in *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 13. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, pp. 1-214 (agora in *Estudos Vários*. vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, pp. 211-276).

**CARDOSO, Jerónimo**

*Obra literária – Tomo I: prosa latina*. “Portugaliae Monumenta Neolatina”/vol. VII. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

**COLONNA, Francesco**

*Hypnerotomachia Poliphili*. Veneza: Oficina Aldina, 1499 (*Sueño de Polifilo*. Tradução literal e direta do original aldino, introdução, comentários e notas de Pilar Pedraza. Múrcia: Comisión de Cultura del Colegio de Aparejadores y Arquitectos Técnicos/Galeria-Libreria Yerba, 1981).

**CORREIA, Vergílio**

*Uma descrição quinhentista do mosteiro de Santa Cruz*. Coimbra: Tipografia Imprensa da Universidade, 1930.

**CORREIA, Vergílio**

“O livro de receita e despesa de St.<sup>a</sup> Cruz de 1534-35”. In *Arte e Arqueologia*, Ano I, n.º 2. Coimbra: 1930-1931 (*Obras*. vol. I. Coimbra: por ordem da Universidade de Coimbra, 1946, pp. 239-246).

**COSTA, António Carvalho da**

*Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712 (2.<sup>a</sup> ed. Braga: Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869).

**CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra**

*Memórias resuscitadas da Província de Entre Douro e Minho: escritas em seis livros, pellas correições de que se compoem, a saber Guimarães, Porto, e Vianna, Barcellos, Braga, e Valença – restituídas à Real Academia de Portugal pello Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeeck. Anno de MDCCXXVI*. Lisboa: 1726 (*Memórias resuscitadas da província de Entre Douro e Minho – no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 1992).

**CRUZ, António Augusto Ferreira da**

*Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968.

**DIETTERLIN, Wendell**

*Architectura*. Estrasburgo: 1598 (*The fantastic engravings of Wendell Dietterlin: text on his “Architectura”*. Edição fac-simile. Nova York: Dover publications, 1968).

**DIAS, José Sebastião da Silva**

“Regimento escolar de Santa Cruz de Coimbra (1537)”. In *Biblos*, n.º 45. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969, pp. 1-26.

**DURAND, Robert**

*Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*. “Fontes documentais portuguesas”/II. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1971.

**DÜRER, Albrecht**

*De vrbibus, arcibus, castellisque condendis, ac muniendis rationes aliquot, praesenti bellorum necessitati accomodatissimae: nunc recens è lingua Germanica in Latinam traductae.* Paris: oficina Christiani Wecheli, 1535 – versão digital in *Biblioteca Europea di Informazione e Cultura*, [em linha] disponível em <http://gutenberg.beic.it/> [consultado em 2-6-2015].

**FICHET, Françoise**

*La théorie architecturale à l'age classique – essai d'anthologie critique.* Bruxelas: Pierre Mardaga éditeur, 1979.

**FILARETE, Antonio Averlino**

*Libro Architettonico.* Veneza: 1464 (*Trattato di Architettura*. Milão: edizioni Il Polifilo, 1972).

**FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da**

*Crónicas breves e Memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra.* Lisboa: edição do autor, 2000.

**S. FRANCISCO**

*Regula bullata.* Assis/Roma: 1223 (in *San Francisco de Asís: escritos, biografias, documentos de la época*. 4.ª ed. revista, “Biblioteca de Autores Cristianos”, vol. XXIII. Madrid: editorial Católica, 1991, pp. 110-116).

**GARRETT, J. B. de Almeida**

*Viagens na minha terra.* Lisboa: Typographia da Gazeta dos Tribunaes, 1846 (Lisboa: Estampa, 1983).

**GRAY, Michael**

*Frederick William Flower: um pioneiro da fotografia portuguesa.* Catálogo da exposição homónima. Lisboa: Electa e Museu do Chiado, 1994.

**HERCULANO, Alexandre**

*Opúsculos.* Lisboa: Viúva Bertrand & Cia., 1873-1908.

**HOLANDA, Francisco de**

*Da fábrica que falece à cidade de Lisboa.* Lisboa: 1571 (s.l.: Livros Horizonte, 1984).

**HOLANDA, Francisco de**

*Da pintura antiga.* Lisboa: 1548 (*Da pintura antiga*. edição crítica por Angel González Garcia, apresentada como tese de doutoramento na Universidade Complutense de Madrid em 1977. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983).

**KEMPIS, Thomas**

*De imitatione Christi / Contemptus mundi.* Zwolle: c. 1420-1441 (*A imitação de Cristo*. Lisboa: editorial Verbo, s.d.).

**LABACCO, Antonio**

*Libro appartenente a l'architettura nel qual si figurano alcune notabili antiquità di Roma.* Roma: in casa nostra, 1559.

**LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho**

*Portugal antigo e moderno: dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, archeológico, histórico, biográfico e etymológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias.* Lisboa: Mattos Moreira, 1878 (edição fac-simile. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1890).

**LEÃO, Duarte Nunes**

*Orthographia da Lingoa Portuguesa, Reduzida a Arte e preceitos.* Lisboa: por João da Barreira, 1576 / *Origem da Língua Portuguesa.* Lisboa: por Pedro Craesbeck, 1606 (*Ortografia e origem da Língua Portuguesa*. Com introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional

– Casa da Moeda, 1983).

**LOBO, Francisco Rodrigues**

*Corte na aldeia e noites de Inverno*. S. l.: 1619 (Lisboa: editorial Verbo, 1972).

**LOPES, Graça Videira, et alii**

*Cantigas Medievais Galego Portuguesas* (base de dados *online*). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011-2012 [em linha] disponível em: <http://cantigas.fcs.unl.pt/> [consultado em 1-02-2013].

**MARTINS, Mário**

“*Liber Ordinis*, Livro da Ordem dos Cónegos Regrantes e Crasteiros”, in ID., *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1956, pp. 223-225.

**MÁRTIRES, Timóteo dos**

*Princípio, fundação, união, reformação e progresso dos mosteyros da Ordem Canónica de Congregação do Real Mosteyro de Sancta Cruz de Coimbra da cidade de Coimbra*. Coimbra: c. 1686 (*Crónica de St.ª Cruz*. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1955-1958).

**MENDANHA, D. Francisco de**

*Descripçam e debuxo do moesteyro de St.ª Cruz de Coimbra*. Coimbra: 1540 (edição fac-símile da tradução do latim por D. Veríssimo, Lisboa, 1541. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 33. Coimbra: Coimbra Editora lda., 1957).

**MONIZ, Jayme Constantino de Freitas**

*Corpo diplomático portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. T. X. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1891.

**MORUS, Tomás**

*De optimo reipublicae statu deque nova insula Utopia*. Lovaina: 1516 (*A Utopia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985).

**NOVAES, Manuel Pereira de**

*Anacrisis historial*. S. l.: 1672 (in “Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa”/4. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1912-1918).

**NUNES, Philippe**

*Arte da Pintura. Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: por Pedro Craesbeck, 1615 (edição fac-símile com um estudo introdutório de Leontina Ventura. Porto: editorial Paisagem, 1982).

**PACIOLI, f. Luca de Burgo S. Sepulchri**

*Divina Proportione*. Veneza: 1509 (*La Divina proporción*. Com introdução de Antonio M. González. Madrid: ediciones Akal, 1991).

**PACIOLI, f. Luca de Burgo S. Sepulchri**

*Summa de Arithmetica – Geometria, proportioni e proportionalita*. Veneza: Paganinus de Paganinis, 1494.

**PALLADIO, Andrea**

*Quatro libri dell’Architettura*. Veneza: 1570 (*The four books on Architecture*. Edição fac-símile da edição Isaac Ware, em Londres, de 1738. Nova York: Dover Publications, 1965).

**PATETTA, Luciano**

*Storia dell’architettura – antologia critica*. Milão: grupo editorial Fabri, 1975 (2.ª ed., “Biblioteca di architettura/1”. Milão: Etas Libri, 1983).

**PEÑA, Francisco**

*Relaçã summaria da vida, morte, milagres, e canonizaçam de Sam Carlos Borromeu Cardeal de Santa*

*Praxede, Arcebispo de Milão, Protector do Reyno de Portugal*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1616.

**PINTO, Heitor**

*Imagem da vida cristã*. Coimbra: por João de Barreira, 1563 (*Imagem da vida cristã*. Lisboa: livraria Sá da Costa – Editora, 1952).

**PLATÃO**

*Timeu*. S. I.: séc. IV a.C. (*Timeu*. “Diálogos IV”. Lisboa: Publicações Europa América, s. d.).

**QUEIROZ, Eça de**

*A correspondência de Fradique Mendes: memórias e notas*. Porto: Livraria Chardron, 1900 (*A correspondência de Fradique Mendes*. “Livros de Bolso Europa-América”/n.º 256. Mem Martins: Publicações Europa-América, s. d.).

**REIS, Henrique Duarte e Sousa**

*Apontamentos para a História antiga e moderna da Antiga, muito Nobre, sempre leal e Invicta Cidade do Porto*. Porto: 1863 (*in* “Manuscritos inéditos da BPMP”. II série, vol. 5. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1992).

**REYCEND, João Baptista (ed.)**

*O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim, e portuguez*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781.

**RODRIGUES, M. A. (dir.)**

*Bullarium Monasterii Sanctae Crucis Conimbrigensis*. Edição fac-símile. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991.

**SAGREDO, Diego de**

*Medidas del romano necessárias a los oficiales que quieren seguir las formaciones delas basas, columnas, capiteles y otras pieças delos edificios antiguos*. Toledo: 1526 (*Medidas del romano*. Edição fac-símile, com comentários de Fernando Marías e Agustin Bustamante, “colección tratados”. Madrid: D.G.B.A.-C. G.C.O.A.A.T., 1986).

**SAGREDO, Diego de**

*Medidas del romano agora nuevamente impressas y añadidas de muchas pieças y figuras muy necessárias a los oficiales que quieren seguir las formaciones delas basas, columnas, capiteles y otras pieças delos edificios antiguos*. Lisboa: Luís Rodrigues, 1541.

**SANCHEZ RIVERO, Angel, SANCHEZ RIVERO, Angela Mariutti (eds.)**

*Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*. Madrid: Centro de Estudios Históricos da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1933.

**SANTA MARIA, Nicolau de**

*Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: officina Joam da Costa, 1668.

**SANTOS, Cândido Augusto Dias dos**

“Humanismo e teologia nos meados do séc. XVI”. Separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*. vol. IX. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

**SÃO JOSÉ, Leonardo de**

*Roseto agustiniano, plantado no jardim florente da Sagrada & Apostólica Ordem Canónica*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1671.

**SÃO TOMÁS, Leão de**

*Benedictina Lusitana: dedicada ao grande patriarca S. Bento*. Coimbra: Officinnna de Diogo Gomes Loureiro, 1644-1651 (*Benedictina Lusitana*. Com introdução e notas críticas de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974).

**SERIPANDI, Hieronymi**

*Diarium de vita sua (1513-1562)*. “Analecta Augustiana”/vol. XXVI. Roma: *edidit ac notis instruxit David Gutierrez*, O.S.A., 1963.

**SERLIO, Sebastiano**

*Architettura*. Veneza/Paris: 1537/1547 (*The Five Books of Architecture*. Edição fac-símile da edição inglesa de 1611 por Robert Peake. Nova York: Dover publications, 1982).

**SILVA, Nicolau Francisco Xavier da**

*Discurso político, histórico e jurídico, em que se prova concludentemente que o objecto, e fim das pragmáticas, e leis sumptuárias deve ser não só a moderação do luxo, e das despesas excessivas que empobrecem os vassallos e arruinam o Reino, mas também a distinção das pessoas, consideradas as diferentes gerarquias, e classes a que pertencem*. S. l.: 1749 (publicado por Luís Fernando de Carvalho Dias em “Luxo e pragmáticas no pensamento económico do séc. XVIII”. In RIBEIRO, J. J. Teixeira (dir.), *Boletim de Ciência Económicas*. Vol. V. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1956, pp. 73-107).

**SOUSA, António Caetano de**

*História genealógica da casa real portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana, 1739-1748.

**VENTURA, Leontina, FARIA, Ana**

*Livro Santo de Santa Cruz – cartulário de do séc. XII*. “História Medieval”/3. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

**VIEIRA, José Augusto**

*O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887.

**VIGNOLA, Giacomo Barozzi da**

*Regola delli cinque ordini d'architettura*. S. l.: 1562 (*Breve tratado das cinco ordens de arquitectura*. Segundo a edição de José da Costa Sequeira de 1841. Lisboa: Estar, 2000).

**VILLALPANDO, Juan Bautista**

*Tratado*. Roma: 1604 (*Dios Arquitecto*. Madrid: ediciones Siruela, 1991).

**VITRUVIO POLION, Marco**

*De Architectura libri decem*. Roma: 20 a.C. (?) (*Vitrúvio, tratado de arquitectura*. Tradução do latim, introdução e notas por Manuel Justino Maciel. Lisboa: IST Press, 2006).

**VIVIAN, George**

“Convent of Santa Cruz”. Desenho litografado por Louis Haghe. In *Scenery of Portugal & Spain*. Londres: P. & D. Colnaghi & Co./Ackerman, 1839.

**VIVIAN, George**

“Coimbra – looking over the gardens of Santa Cruz” . Desenho litografado por Louis Haghe. In *Scenery of Portugal & Spain*. Londres: P. & D. Colnaghi & Co./Ackerman, 1839.

**S.N.**

*Constituições dos cônegos regulares do nosso patriarca Sto. Agostinho dos reinos de Portugal da Congregação de S. Cruz de Coimbra*. Lisboa: oficina de Pedro Crasbeeck, 1601.

**S.N.**

*Documentos authenticos ácerca dos domínios do D. Prior e Cabido da Insigne e Real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita da cidade do Porto que provam a sua origem de doação régia*. Porto: Typographia de António José da Silva, 1871.

**S.N.**

*Horto do Esposo*. Alcobça: século XIV/XV. In MACHADO, José Barbosa (dir.), *Projecto Vercial*. Braga: Universidade do Minho, 1996-2013, [em linha] disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/horto.htm> [consultado em 18-4-2014].

**S.N.**

*Memórias históricas e diferentes apontamentos, à cerca das antiguidades de Óbidos: desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos.* S. l.: c. 1850 (TRINDADE, João (ed.), *Memórias históricas e diferentes apontamentos, à cerca das antiguidades de Óbidos: desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos.* 2.<sup>a</sup> ed. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos, 2001).

**S.N.**

“A Quinta do Mosteiro irá ser vendida?”. In CRUZ, Francisco Carvalho da (dir.), *A comarca de Arganil*. n.º 8563, 10 de Novembro de 1983, pp. 1 e 6.

## Bibliografia

**AAVV.**

“Antigas dependências do Mosteiro de Santa Cruz: petição e fundamentos”. Separata de *O Arquivo Coimbrão*. vol. XV. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1957, pp. 273-324.

**AAVV.**

*Arquitectura Popular em Portugal*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

**AAVV.**

*L'Abbaye de Saint-Ruf, d'Avignon à Valence*. Atas da «Journée d'études: L'Abbaye de Saint-Ruf, d'Avignon à Valence» (2010). Valence: Service Ville d'Art et d'Histoire de Valence (agglo Sud Rhône – Alpes) e Musée des Beaux-Arts et d'Archéologie de Valence, 2010.

**AAVV.**

*Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960.

**AAVV.**

*Guia de Portugal – Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1944.

**AAVV.**

*Guia de Portugal – Entre Douro e Minho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

**AAVV.**

*Igreja de Santa Cruz de Coimbra – história, conservação e restauro da fachada e arco triunfal*. Lisboa: Ministério da Cultura e IPPA, 2001.

**AAVV.**

*Jan van Ruusbroec, 1293-1381*. Catálogo de exposição realizada na Stadsbibliotheek de Antuérpia de 16 de Novembro a 24 de Dezembro de 1981. S. l.: s.d.

**AAVV.**

*Jardins Históricos de Portugal – projecto piloto de valorização cultural e turística: Jardins Botânicos da Ajuda, Lisboa; Jardim do Cerco, Mafra*. Lisboa: Secretaria de Estado do Turismo – Fundo do Turismo, 1995.

**AAVV.**

*Juan de Herrera, arquitecto real*. Catálogo da exposição realizada no *pabellón Villanueva*, Madrid, em 1997. Barcelona: Lunwerg editores, 1997.

**AAVV.**

*Le monde des chanoines: XI<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles*. «Cahiers de Fanjeaux – collection d'histoire religieuse du Languedoc au XIII<sup>e</sup> et au début du XIV<sup>e</sup>»/n.º 24. Toulouse: Privat, 1989.

**AAVV.**

*Le pèlerinage*. «Cahiers de Fanjeaux – collection d'histoire religieuse du Languedoc au XIII<sup>e</sup> et au début du XIV<sup>e</sup>»/n.º 15. Toulouse: Privat, 1980.



**AAVV.**

*Sémiotique de l'espace - architecture, urbanisme, sortir de de l'impasse*. "Bibliothèque médiations/185". Paris: éditions Denoël/Gonthier, 1979.

**AAVV.**

*Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988.

**AAVV.**

*Thomas a Kempis et la devotion moderne*. Catálogo de exposição. Bruxelas: Bibliothèque Royale Albert I, 1971.

**ABBATE, Francesco (cord.)**

*Il Gotico in Germania e in Italia*. Milão: Fratelli Fabri Editori, 1966.

**ABREU, Alberto Antunes de**

"O mosteiro de Refoios e os seus bens de raiz". In AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp. 59-100.

**ABREU, Alberto Antunes de**

"A pia baptismal de Banho (Vila Cova, Barcelos)". In AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional – actas*. "Memorabilia christiana"/1. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 189-211.

**ABREU, Jorge B., CÂMARA, Teresa da**

"A recuperação dos claustros". In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 2, Março. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 45-46.

**ABREU, Manuel Bernardino Araújo**

"Subsídios para a história da fundação e vida do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, que foi do termo de Barcelos". In ABREU, Manuel Bernardino Araújo (dir.), *Revista de Guimarães*. vol. 99, Janeiro-Dezembro. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1989, pp. 97-173.

**ABREU, Susana Matos**

*Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 1999.

**ABREU, Susana Matos**

"A Fonte do Claustro da Manga, «espelho de perfeycam»: uma leitura iconológica da sua arquitectura". In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. VII-VIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008-2009, pp. 33-52.

**ABREU, Susana Matos**

"A formação dos artistas na difusão das formas e a recepção da sua arte pelo meio sócio-cultural do século XVI: notas metodológicas". In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (cord.), *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Atas do I e II Seminário internacional Luso-Brasileiro (Porto, 2006 e Salvador da Bahia, 2007). Porto: CEPESE, 2008, pp. 237-245.

**ABREU, Susana Matos**

"Uma *Civitas Dei* em Quebrantões ou a Cerca do Mosteiro". In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 8-13.

**ACKERMAN, James S.**

*Palladio*. Londres: Pelican Books, 1966 (Madrid: Xarait ediciones, 1981).

**AFONSO, José Ferrão**

"A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra: *consuetudo, sprezzatura* e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI". In AAVV, *II Congresso Histórico de Amarante*:

*Actas*. Vol. II/"Património, arte e arqueologia", t. 1. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2009, pp. 173-238.

**AFONSO, José Ferrão**

"Manuel Luís, um mestre pedreiro quinhentista entre o Porto, Amarante e Braga". In AAVV, *Amarante Congresso Histórico 98: Actas*. Vol. III/"Património, arte e arqueologia". Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000, pp. 7-20.

**AFONSO, José Ferrão**

"Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias do Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana (1534-1622)". In AAVV, *Actas das II Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias: As Misericórdias Quinhentistas*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 123-151.

**AFONSO, José Ferrão, SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e**

"Arquitetura". In OLIVEIRA, Marlene Teixeira de Castro (cord.), *IV Festival Internacional de Polifonia Portuguesa*. Vila Nova de Famalicão: Fundação Cupertino de Miranda, 2014, pp. 17-75.

**AIRES-BARROS, Luís**

*As rochas dos monumentos portugueses – tipologias e patologias*. "Cadernos", II.ª série / n.º 3. Lisboa: IPPAR, 2001.

**ALARCÃO, Jorge de**

*Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

**ALARCÃO, Jorge de**

*A propriedade rural do mosteiro de Grijó em meados do séc. XIV e sua administração / A propriedade rural do mosteiro de Grijó – Livro das Campainhas*. Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 1956-1957.

**ALARCÃO, Jorge de**

"A vila romana de S. Cucufate". In JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*. n.º 3. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Junho de 1981, pp. 117-121.

**ALARCÃO, Jorge de**

*Introdução ao estudo da História e Património Local*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1988.

**ALARCÃO, Jorge de, AMARAL, Luís Carlos**

*Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – mosteiro de São Salvador de Grijó*. "Documentos sobre Vila Nova de Gaia"/4. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia e Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

**ALÇADA, Margarida (dir.)**

*Monumentos*. n.º 24. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006.

**ALÇADA, Margarida (dir.)**

*Monumentos*. n.º 28. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2008.

**ALCÂNTARA, Fernanda, XAVIER, João P.**

"O Mosteiro de S. Salvador da Serra como *Imago Mundi*". In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1998, pp. 24-31.

**ALDEA VAQUERO, Quintin, MARIN MARTINEZ, Tomas, VIVES GATTEL, José (dir.)**

*Diccionario de Historia Eclesiastica de España*. Madrid: Instituto Enrique Florez – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1972.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de**

"Carlos A. Ferreira de Almeida em Santa Eulália de Rio Covo, concelho de Barcelos". In BARROCA, Mário Jorge (cord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 33-41.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

"Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae»". In CRUZ, António Augusto Ferreira da, SOVERAL,

Eduardo Silvério Abranches de (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série História, 1.ª série, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp. 97-107.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

*Alto Minho*. “Novos guias de Portugal”/5. Lisboa: editorial Presença, 1987.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

*Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1978.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

“Os caminhos e a assistência no norte de Portugal”. In AAVV., *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Atas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (ocorridas em Lisboa, de 25 a 30 de Setembro de 1972), vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, pp. 39-57.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

“A igreja românica de Bravães”. In AAVV., *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*. Atas do Seminário “Da Terra da Nóbrega ao concelho de Ponte da Barca”, vol. 2. Ponte da Barca: Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 11-26.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

“Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa”. In CRUZ, António Augusto Ferreira da, SOVERAL, Eduardo Silvério Abranches de (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série História, 1.ª série, vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1971, pp. 65-116.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (cord.)**

“O Românico”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 3.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

*O Românico*. “História da Arte em Portugal”/1. Lisboa: editorial Presença, 2001.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de**

*Vias medievais Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1968.

**ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge**

*O Gótico*. “História da Arte em Portugal”/2. Lisboa: editorial Presença, 2002.

**ALMEIDA, José A. Ferreira de (dir)**

*Tesouros artísticos de Portugal*. Lisboa: Selecções do Reader’s Digest, 1976.

**ALMEIDA, Fortunato de**

*História da Igreja em Portugal*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910-1928 (2.ª ed. Porto: Portucalense editora/Livraria Civilização, 1967-1971).

**ALMEIDA, Pedro Vieira de**

*Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

**ALMEIDA, Sara, TEMUDO, Susana, MENDES, Joana, RAMOS, Sofia, CUNHA, António**

“Cerca de Santo Agostinho, Coimbra: estudo preliminar das fases evolutivas e linhas para a sua recuperação”. In TEIXEIRA, André, BETTENCOURT, José António (coord.), *Velhos e Novos Mundos - estudos de arqueologia moderna*. Vol. I. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, pp. 489-496.

**ALVES, Alexandre José**

*O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (S. Pedro do Sul)*. Viseu: Clube “O cebolinha” – Escola Secundária de S. Pedro do Sul, 1995.

**ALVES, Joaquim Jaime Barros Ferreira**

“Nótula para a História do mosteiro de Sto. Agostinho da Serra”. Separata da *Revista da Universidade de Letras*. 2.ª série, vol. 8. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 297-305.

**ALVES, Joaquim Jaime Barros Ferreira**

“O novo corpo da igreja do Mosteiro de St.º Agostinho da Serra e a deslocação do Claustro (1690-1691)”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 41-45.

**ALVES, Joaquim Jaime Barros Ferreira**

“Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro”. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. IV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 135-153.

**ALVES, José da Felicidade**

*O mosteiro dos Jerónimos: I – descrição e evocação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

**ALVES, José da Felicidade**

*O mosteiro dos Jerónimos: II – das origens à actualidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

**ALVES, José da Felicidade**

*O mosteiro de São Vicente de Fora*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

**ALVES, José da Felicidade**

*Jesus de Nazaré, segundo os testemunhos da primeira geração cristã*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

**ALVES, M.**

“São Torcato”. In AAVV., *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 16. Lisboa: Verbo, 1977, p. 1459.

**ALVES, Natália Marinho Ferreira**

“Em torno da talha da igreja”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 46-51.

**AMARAL, Luís Carlos**

*S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1987.

**AMORIM, Maria Inês Ferreira de**

*Conventos de Grijó e St.º Agostinho da Serra: sua importância na geografia económica da época moderna*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984.

**AMORIM, Maria Inês Ferreira de**

*O mosteiro de Grijó. Senhorio e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: edição da autora, 1997.

**ANACLETO, Regina**

*Arganil*. “Cidades e vilas de Portugal”/21. Lisboa: Presença, 1996.

**ANACLETO, Regina**

“O arquitecto José do Couto em terras da Beira”. In AAVV., *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 651-661.

**ANACLETO, Regina**

*Concelho de Arganil: história e arte*, Arganil, Santa Casa da Misericórdia de Arganil, 1983.

**ANACLETO, Regina (cord.)**

“Neoclassicismo e Romantismo”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 10.

**ANACLETO, Regina**

“Notas para a história do mosteiro de São Pedro de Folques: I – o foral de Cepos de 1237”. In NUNES, João Castanheira (dir.), *A comarca de Arganil*. n.º 8144, 1 de Janeiro de 1981, pp. 3-4.

**ANACLETO, Regina**

“São Goldofre, prior do mosteiro de São Pedro de Folques”. In NEVES, João Alves das (dir.), *Arganilia - revista cultural da beira-serra*. II série, n.º 20. Lisboa: Junho de 2006, pp. 15-24.

**ANDRADE, Amélia Aguiar (cord.)**

*As estradas em Portugal: memória e história.* Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002.

**ANDRADE, António Alberto Banha de**

*Vernei e a cultura do seu tempo.* “Acta Universitas Conimbrigensis”/XV. Coimbra: por ordem da Universidade de Coimbra, 1965.

**ANDRADE, António Francisco d’**

*Descrição e história do Concelho de Moimenta da Beira.* Viseu: Tipografia do “Jornal da Beira”, 1926.

**ANDRADE, Maria Filomena**

“O património dos mosteiros agostinhos, segundo as Inquirições de 1220”. In AAV., *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época.* Vol. 6. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 131-145.

**ANSELMO, António Joaquim (dir.)**

*Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926 (reimpressão, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977).

**ANTUNES, Joana Filipa Fonseca**

*Uma epopeia entre o sagrado e o profano: o cadeiral de coro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.* Dissertação de mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição da autora, 2010.

**ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho**

*Monografia de Santa Eulália de Rio Covo – Barcelos.* Ponte de Lima: Viana do Castelo – Centro de Estudos Regionais, 1984.

**ARAÚJO, Ilídio Alves de**

*Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal.* Lisboa: Ministério das Obras Públicas – Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

**ARAÚJO, Ilídio Alves de**

“Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”. Separata de RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista de História.* Vol. 2/”Actas do colóquio «O Porto na Época Moderna»”. Porto: Centro de História e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 5-17.

**ARAÚJO, Ilídio Alves de**

“Quintas de recreio (breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)”. Separata de *Bracara Augusta.* vol. XXVII, fasc. 63 (75), 1973. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1974, pp. 5-15.

**ARGAN, Giulio Carlo**

*Brunelleschi.* “Biblioteca Moderna Mondadori”/415. Milão: Arnaldo Mondadori, 1955.

**ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLLO, Maurizio**

*Guida alla storia dell’Arte.* Florença: Sansoni, 1974 (*Guia de História da Arte.* “Teoria da Arte”/8. Lisboa: Estampa, 1992).

**ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.)**

*História da vida privada.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1990.

**ARNAU AMO, Joaquin**

*La teoría de la arquitectura en los tratados – Alberti.* Madrid: Tebas Flores, 1988.

**ARNHEIM, Rudolf**

*Art and visual perception – a psychology of the creative eye.* Berkeley: University of California Press, 1954 (*Art and visual perception – a psychology of the creative eye: the new version.* Berkeley: University of California Press, 1974).

**ARNHEIM, Rudolf**

*Entropy and Art – an essay on disorder and order.* Berkeley: University of California Press, 1971.

**ARNHEIM, Rudolf**

*The dynamics of architectural form*. Berkeley: University of California Press, 1977 (*A dinâmica da Forma Arquitectónica*. Lisboa: Editorial Presença, 1987).

**ARNHEIM, Rudolf**

*The power of the Center, the new version. A study of Composition in the Visual Arts*. Berkeley: The Regents of the University of California, 1988 (*O poder do Centro, um estudo da Composição nas Artes Visuais*. Lisboa: Edições 70, 1990).

**ARNHEIM, Rudolf**

*Towards a psychology of Art: collected essays*. Berkeley: University of California Press, 1967.

**ATTWATER, Donald**

*The Penguin Dictionary of Saints*. S. l.: Penguin Books, 1965 (*Dicionário de Santos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992).

**AUBERT, Marcel**

*Hochgothik*. S.l.: Holle-Verlag, 1979 (*O Gótico no seu apogeu*. Lisboa: Verbo, 1983).

**AZEVEDO, Agostinho de**

*A Terra da Maia (subsídios para a sua monografia)*. Vol. I. Porto: Câmara Municipal da Maia, 1939.

**AZEVEDO, António Fortuna de**

*Tougues (subsídios para uma monografia)*. Vila do Conde: Associação Comercial e Industrial, 1986.

**AZEVEDO, Carlos de**

*Solares portuguesas – introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969 (2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988).

**AZEVEDO, Carlos Moreira de**

“Determinação pastoral de D. Jerónimo da Costa Rebelo, bispo eleito (1840-1843) e confirmado (1843-1854) do Porto”. In SILVA, Francisco Ribeiro da (ed.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 213-221.

**AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.)**

Dicionário de *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001.

**AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.)**

*História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000-2002.

**AZEVEDO, Carlos Moreira de**

*Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011.

**AZEVEDO, Ruy Pinto de**

*Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)*. “Estudos de diplomática portuguesa”/1. Lisboa: José Fernandes Júnior, 1932.

**AZEVEDO, Ruy Pinto de**

“Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.”. In BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.

**AZOFRA, Eduardo (ed.)**

*La catedral de Ciudad Rodrigo a través de los siglos – visiones y revisiones*. Salamanca: Diputación de Salamanca / Caja Duero – Obra Social / Diócesis de Ciudad Rodrigo, 2006.

**BAHAT, Dan**

*Historical Atlas of Jerusalem: an illustrated survey*. Jerusalém: Carta, 2013.

**BARDIN, Laurence**

*L'analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977 (*Análise de conteúdo*. “Persona”/13. Lisboa: Edições 70, 1991).

**BARILLI, Renato**

*Curso do Estética*. Bolonha: Il Mulino, 1989 (*Curso de Estética*. Lisboa: Estampa, 1994).

**BARTHES, Roland**

*Éléments de Sémiologie*. Paris: éditions du Seuil, 1953 (*Elementos de Semiologia*. Lisboa: edições 70, 1984).

**BARTOLOMEU, Maria Filipe Marques**

*Igrejas de Santa Maria da Pena e de São Pedro, em Leiria – bases para uma proposta de conservação e valorização*. Dissertação de mestrado em Recuperação de Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. Évora: edição da autora, 2005.

**BARREIRAS, Catarina Alexandra M. F.**

*Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*. Tese de doutoramento em Belas Artes (especialidade de Ciências da Arte) apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 2010.

**BARREIRO, José de**

*Monografia de Paredes*. Porto: Barros & Costa, 1922-1924.

**BARREIROS, Manuel Aguiar**

*Egrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*. Porto: edições Marques Abreu, 1926.

**BARROCA, Mário Jorge**

*Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.

**BARROCA, Mário Jorge**

“Contribuição para o estudo dos testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho”. In AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional – actas*. “Memorabilia christiana”/1. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 101-145.

**BARROCA, Mário Jorge, LOPES, Francisco Gaspar Almeida, MORAIS, António Joaquim Cardoso**

“Estações e monumentos: o mosteiro do Banho (Vila Cova, Barcelos)”. In JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*. n.º 5. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Junho de 1982, pp. 76-79.

**BARROCA, Mário Jorge**

*As fortificações do litoral português*. Lisboa: Inapa, 2001.

**BARROCA, Mário Jorge**

“Notas sobre a ocupação medieval em Baião”. Separata de JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*. n.º 10. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1984, pp. 116-136.

**BASSO, Maria Paula, NETO, João (dir.)**

*A Botica de São Vicente de Fora*. Catálogo da exposição homónima. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994.

**BASTOS, Maria Rosário da Costa**

“Um caminho de mudança: subsídios para o estudo da reforma dos cruzios em Portugal”. In TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (dir.), *Discursos: língua, cultura e sociedade*. III série, n.º 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, pp. 91-107.

**BASTOS, Maria Rosário da Costa**

“Privilégios jurisdicionais do mosteiro de Santa Maria de Oliveira: um exemplo de resistência face às intimidações laicas em tempos medievos”. In CRUZ, António (dir.), *Revista de ciências históricas*. Vol. XII. Porto: Universidade Portucalense, 1997, pp. 129-140.

**BASTOS, Maria Rosário da Costa**

*Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico de Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*. Vila Nova de Famalicão: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996.

**BASTOS, Maria Rosário da Costa**

“Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira”. In FERNANDES, Agostinho Peixoto (dir.), *Boletim cultural*. II série, n.º 16. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, pp. 11-19.

**BECQUET, J.**

“Canonici Regolare di San Rufo”. In PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Vol. II. Roma: Edizione Paoline, 1975, cols. 123-124.

**BENEVOLO, Leonardo**

*Storia della città*. Roma: Giuseppe Laterza & Figli, 1975 (*História da cidade*. 3.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999).

**BENEVOLO, Leonardo**

*Storia dell'architettura del Rinascimento*. Roma: Giuseppe Laterza & Figli, 1968 (*Historia de la arquitectura del Rinacimiento*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981).

**BESSA, Paula Virgínia de Azevedo**

*Pintura mural do fim da Idade Média e início da Idade Moderna no Norte de Portugal*. Tese de doutoramento em História/História da Arte apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: edição da autora, 2007.

**BIGOTTE, J. Quelhas**

*Monografia da cidade e concelho de Seia*. 3.ª ed. corrigida e aumentada. Seia: edição do autor, 1992.

**BINNEY, Marcus**

*Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Difel, 1987.

**BIVER, Paul, BIVER, Marie-Louise**

*Abbayes, monastères et couvents de Paris*. Paris: Nouvelles éditions Latines, 1970.

**BOISSELLIER, Stéphane**

“A sociedade rural da região lisboeta nas transacções do mosteiro de S. Vicente de Fora (1147-1205)”. In KRUS, Luís, OLIVEIRA, Luís Filipe, PONTES, João Luís (cord.), *Lisboa Medieval – os rostos da cidade*. Atas do II colóquio “A Nova Lisboa Medieval” (2004). Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 93-111.

**BONTA, Juan Pablo**

*Sistemas de significacion en Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

**BORGES, Artur Goulart de Melo**

“A igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas”. In SOUSA, Luís Macedo (dir.), *Monumentos*. n.º 28, Dezembro. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 102-113.

**BORGES, Moutinho**

*Castelo Mendo: o sonho de um rei*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida, 1998.

**BORGES, Nelson Correia (cord.)**

“Do barroco ao rococó”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 9.

**BORGES, Nelson Correia**

*Coimbra e Região*. “Novos guias de Portugal”/6. Lisboa: Presença, 1987.

**BORGES, Nelson Correia**

“Colégio de Santo Agostinho – Espaços Monástico-Escolares”. Separata de SANTOS, Maria José Azevedo (cord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 127-161.

**BORRALHEIRO, Rogério**

“Nas origens do Concelho de Fafe. O discurso fundador do pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736”. In COIMBRA, Artur Ferreira (org.), *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*. Fafe: Câmara Municipal



de Fafe, 1996, pp. 193-228.

**BOTÃO, Maria de Fátima**

*Uma instituição medieval de prestígio: a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 1996.

**BOTELHO, Maria Leonor**

“La découverte de l’art roman portugais – Etat actuel de la question”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Medievalista – revista online do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL)*. n.º 5, (Dezembro de 2008) [em linha] disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> [consultado em 16-07-2012].

**BOUQUIER, Michel**

*Monastères: des pierres pour la prière*. “Patrimoine vivant”. Paris: Rempart, 1984.

**BOUZA (ÁLVAREZ), Fernando**

*D. Filipe I. “Reis de Portugal”/XVIII*. Lisboa: Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010.

**BOUZA ÁLVAREZ, Fernando**

*Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

**BRAGA, Paulo Drumond**

“Os pobres dos «meninos de Palhavã»: esmolas para gentes de Lisboa”. In SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da (dir.), *Lusíada. História*. Série II, n.º 09-10. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2013, pp. 145-156.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“A adoração da Cruz no Ocidente: *Ordines* inéditos da França meridional”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 5. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1975, pp. 255-281.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“A liturgia de Braga – Missal-Ritual-Pontifical”. In AAVV, *Actas de IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Congresso Internacional*. Vol. III. Braga: Faculdade de Teologia de Braga da universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 117-126.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“A música do Ritual de Santa Cruz de Coimbra do século XIII”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 6. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1976, pp. 123-202.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“A sagração dos reis portugueses”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 24. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 173-194.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“Missal e Breviário de Santa Cruz de Coimbra”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 2. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1972, pp. 301-305.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“O Missal votivo de Santa Cruz de Coimbra”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 1. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1971, pp. 363-366.

**BRAGANÇA, Joaquim Oliveira**

“Unctio Infirmorum – tradições portuguesas do Sacramento dos doentes”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 2. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1972, pp. 299-360.

**BRANCO, Manuel Bernardes**

*História das Ordens Monásticas em Portugal*. Lisboa: Tavares, Cardoso & Irmão, 1888.

**BRANCO, Ricardo Lucas**

“A igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo: estudo de um paradigma desaparecido”. In MOURA, Carlos

Alberto, MARQUES, Cátia Teles e (cord.), *Revista de História da Arte*. n.º 9/”Arquitectura, Urbanismo e Artes Decorativas, séculos XVII e XVIII”. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 16-37.

**BRANCO, Ricardo Lucas**

“A obra filipina do mosteiro de N.ª Senhora do Desterro: processo construtivo e concepção arquitectónica”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.), *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo II. Alcobaça: Jorlis/Associação Portuguesa de Cister, 2013, pp. 107-116.

**BRANDÃO, Domingos de Pinho**

*Arouca: notas monográficas – 1*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991.

**BRANDÃO, Mário Mendes**

*O Colégio das Artes, 1547-1555 – Contribuições para a História da Universidade de Coimbra*. Dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Secção de Ciências Históricas e Geográficas). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924-1933.

**BRANDÃO, Mário Mendes**

*Um documento acêrca dos prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1938, (“Prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa”. In *Estudos Vários*. Vol. II. Coimbra: por ordem da Universidade de Coimbra, 1974, pp. 1-68).

**BRANDÃO, Mário Mendes**

“Inácio de Moraes”. In *Estudos Vários*. Vol. I. Coimbra: por ordem da Universidade de Coimbra, 1972, pp. 277-308.

**BRANDI, Cesare**

*Struttura e Architettura*. Turim: Giulio Einaudi, 1967 (3.ª ed. Turim: Giulio Einaudi, 1975).

**BRAUNFELS, Wolfgang**

*Abendländische Klosterbaukunst*. Colónia: DuMont Schauberg, 1969 (*Arquitectura monacal en Occidente*. “Breve Biblioteca de Reforma – Série Iconologia”/3. Barcelona: Barral, 1974).

**BRIOSSA, João Diogo Romão Dias Pato**

*O Convento dos Lóios no Porto, 1789-1798 – um processo de projecto ocorrido no contexto das transformações políticas e urbanas do final do século XVIII*. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 2012.

**BROCHADO, Idalino da Costa**

“Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques”. In *Anais da Academia Portuguesa de História*. II série, vol. 8. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958, pp. 307-337.

**BUESCU, Ana Isabel Carvalhão**

*D. João III, 1502-1557*. “Reis de Portugal”/XV. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2008.

**CABECINHAS, Carlos**

“A Ciência Litúrgica como disciplina universitária. Manuel de Azevedo S.J. (1713-1796) e as primeiras cátedras de ciência litúrgica”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 40. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010, pp. 113-133.

**CABRAL, Marta M. Peters Arriscado Oliveira**

*Bom Jesus de Valverde – um estudo da igreja e do claustro do convento*. Dissertação apresentada no âmbito da prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 1988.

**CABRAL, Marta M. Peters Arriscado Oliveira**

“O mosteiro do Salvador: um projecto do século XVI”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9,

Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 14-23.

**CAEIRO, Baltazar Matos**

*Os conventos de Lisboa*. Sacavém: Distri editora, 1989.

**CAEIRO, Francisco da Gama**

“S. Bernardo e os primórdios de Santa Cruz de Coimbra”. In *Anais da Academia Portuguesa de História*. II série, n.º 37. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998, pp. 35-53 (“S. Bernardo e os primórdios de Santa Cruz de Coimbra”. In CAEIRO, Francisco da Gama, *Dispersos*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 67-80).

**CAEIRO, Francisco da Gama**

*Santo António de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.

**CALDAS, João Afonso**

*Monografia de São João de Longos Vales e Bela (integrada) – Monção*. Braga: edição do autor, 1977-1981.

**CALLEJA PUERTA, Miguel**

“Los canónigos regulares en los reinos de León y Castilla”. In GARCÍA DE CORTAZÁR, José Angel, TEJA CASUSO, Ramón (cord.), *Entre el claustro y el mundo. Canónigos regulares y monjes premonstratenses en la Edad Media*. Atas do “Seminário sobre história del monacato” (Aguilar de Campoo, 2008). Aguilar de Campo: Fundación Santa Maria La Real – Centro de Estudios del Románico, 2009, pp. 37-61.

**CALMEIRO, Margarida Relvão**

“Apropriação e conversão do Mosteiro de Santa Cruz. Ensejo e pragmatismo na construção da cidade de Coimbra”. In MARADO, Catarina Almeida (ed.), *Monastic architecture and the city*. “CEScontexto-debates/06”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 227-240 [em linha] disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/ces> [consultado em 15-03-2017].

**CAMPBELL, James W. P.**

*The Library: a world history*. Londres: Thames & Hudson, 2013.

**CARITA, Helder, CARDOSO, António**

*Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. 2.ª ed. Lisboa: Quetzal e Bertrand, 1998.

**CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso (cord.)**

*Opera Fidei, obras de fé num museu de história*. Póvoa de Varzim: Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim / Arciprestado de Vila do Conde – Póvoa de Varzim, 2003.

**CARRIER-BELLEUSE, Albert Ernest**

*Liste des abbayes, chapitres, prieurés, églises de l'Ordre de Saint-Ruf (Institut de Chanoines Réguliers de Saint Augustin) de Valence en Dauphiné*. Romans: Imprimeries Valentinois et Jeanne-d'Arc Reunies, 1933.

**CARVALHO, Armindo Ayres de**

*A antiga botica do convento de Mafra e o material actualmente existente*. Comunicação ao I Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, Madrid, 1948. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1948.

**CARVALHO, Amorim de**

*Castelo Mendo: um conjunto histórico a preservar*. Braga: edição do autor, 1995.

**CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de**

“A livraria de um letrado do séc. XVI”. Separata de *Boletim bibliográfico da Universidade de Coimbra*. n.º 8. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1927.

**CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de**

“Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. In *Boletim bibliográfico da Universidade de Coimbra*. n.º I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914, pp. 40-52, 96-110, 149-158, 195-206, 242-254, 295-302, 384-388 e 575-582.

**CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de**

“Livreria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. In *Boletim bibliográfico da Universidade de Coimbra*. n.º II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1915, pp. 15-19, 48-52, 71-80 e 283-292.

**CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de**

“Livreria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. In *Boletim bibliográfico da Universidade de Coimbra*. n.º III. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1916, pp. 321-324 e 350-358.

**CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de**

*A livreria do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921.

**CARVALHO, José A. de Freitas (dir.)**

*Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988.

**CARVALHO, José Vieira de**

*O mosteiro de S. Salvador de Moreira: instituição valorizadora da terra da Maia*. “Estudos sobre a terra da Maia/II”. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1969.

**CARVALHO, Rómulo de**

*História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar e Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

**CASAL, Manuel da Mota Veiga**

*A vila de Seia: subsídios históricos*. Seia: Clube do Pessoal da EDP – delegação de Seia, 1999.

**CASTEL-BRANCO, Cristina**

*Jardins com História: poesia atrás dos muros*. Lisboa: Inapa, 2002.

**CASTRO, Augusto Mendes Simões de**

*El-Rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*. Coimbra: Typografia de Coimbra, 1924.

**CASTRO, Augusto Mendes Simões de**

*Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570, e do modo como foi recebido pela Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

**CASTRO, Maria de Fátima**

*O mosteiro de Landim – contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*. Vila do Prado: edição da autora, 1995.

**CASTRO, Maria de Fátima**

*Santa Maria de Landim – os seus espaços e as suas gentes (da segunda metade do século XVI a finais do século XIX)*. Braga: s.e., 2004.

**CEIA, Carlos (dir.)**

*E-Dicionário de termos literários* [em linha] disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/> [consultado em 13-09-2019].

**CHARTIER, Roger**

*El mundo como representacion: estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Gedisa, 1992.

**CHÂTELET, François (org.)**

*Histoire de la philosophie*. Paris : Librairie Hachette, 1972 (*História da Filosofia*. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1983).

**CHÂTILLON, Jean**

“Canonici Regolare di San Vittore”. In PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Vol. II. Roma: Edizione Paoline, 1975, cols. 124-134.

**CHICÓ, Mário Tavares**

*A arquitectura gótica em Portugal*. Lisboa: Editorial Sul, 1954 (4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2005).

**CHICÓ, Mário Tavares**

*História da Arte em Portugal*. Vol. II. Porto: Portucalense Editora, 1948.

**CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte**

“Mosteiros”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, pp. 274-279.

**CHUECA GOITIA, Fernando**

*Historia de la arquitectura española*. Madrid: Dossat, 1965 (edição facsimile. Ávila: Diputación de Ávila, Fundación Cultural Santa Teresa, 2001).

**CEPEDA, Isabel Vilares**

“Dois manuscritos litúrgicos medievais do Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa”. In *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 15. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1985, pp. 161-228.

**CID CEBRIÁN, José Ramón (cord.)**

*La ciudad frente a Napoleón – bicentenario del sitio de Ciudad Rodrigo de 1810: estudios*. Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo e Diputación de Salamanca, 2010.

**CIDADE, Hernâni**

*Portugal Histórico-Cultural*. Lisboa: editora Arcádia, 1957 (3.ª ed., revista e aumentada. Lisboa: editora Arcádia, 1972).

**CINTRA, Luís Filipe Lindley**

“A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução)”. In CRISTÓVÃO, Fernando (dir.), *Revista ICALP*. Vols. 16-17. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Junho-Setembro de 1989, pp. 64-78.

**CLARK, Gillian**

*Augustine, the Confessions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

**COCHERIL, Dom Maur**

*Alcobaça, abadia cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

**COCHERIL, Dom Maur**

*Notes sur l’architecture et le décor dans les abbayes Cisterciennes du Portugal*. “Fontes documentais Portuguesas”/V. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1972.

**COELHO, Maria Helena da Cruz**

*O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1983. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

**COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo**

*De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

**COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo**

“Contenda entre a Universidade e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XVI: breves notas”. In AAVV., *Congresso Universidade(s) – História, Memória, Perspectivas*. Atas, vol. III. Coimbra: s.e., 1991, pp. 33-61.

**COELHO, Maria Helena da Cruz**

*D. João I – o que recolheu Boa Memória*. “Reis de Portugal”/X. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**COELHO, Maria Helena da Cruz**

“Receitas e despesas do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, em 1534-35”. Separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VI. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

**COELHO, Maria Helena da Cruz**

*Seia: uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII*. Seia: Câmara Municipal de Seia, 1986.

**COELHO, Maria Helena da Cruz**

“O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de trezentos”. In AAVV., *Estudos de História de Portugal – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. 1 – “sécs. X-XV”. Lisboa: Estampa, 1982, pp. 178-240.

**COELHO, Teresa de Campos**

*Os Nunes Tinoco: uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Tese de doutoramento em História de Arte, especialidade História da Arte da Idade Moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2014. Lisboa: Documenta, 2018.

**COIMBRA, Artur Ferreira**

*Fafe: a terra e a memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1997.

**CONANT, Kenneth John**

*Carolingian and romanesque architecture – 800 to 1200*. “The Pelican History of Art”/13. Baltimore: Penguin, 1959.

**CONTI, Flavio**

*Come riconoscere l’arte rinascimentale*. Milão: Rizzoli, 1978 (*Como reconhecer a arte do Renascimento*). Lisboa: Edições 70, 1984).

**CONTI, Flavio**

*Come riconoscere l’arte rococó*. Milão: Rizzoli, 1978 (*Como reconhecer a arte Rococó*). Lisboa: Edições 70, 2005).

**CORBIN, Solange**

*Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*. “Collection portugaise – Institut Français au Portugal”/8. Paris: Les Belles Lettres, 1952.

**CORREIA, Francisco Carvalho**

*O mosteiro de Roriz*. “Guias do património cultural do Concelho de Santo Tirso”/2. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Museu Municipal Abade Pedrosa, 1997.

**CORREIA, Francisco Carvalho**

*O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588 – silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Xeografia e História da Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

**CORREIA, João Nelson Pinto**

*Complexo cruzado de Coimbra: uma proposta museológica*. Dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 2000.

**CORREIA, Jorge Manuel Simão Alves**

“Ceuta, Tangier and El Jadida: Muslim cities «interrupted»”. *In Abstracts of papers*. Comunicação apresentada no 62<sup>nd</sup> Annual Meeting of the SAH – Society of Architectural Historians. Cincinnati: SAH, 2008, pp. 1-8.

**CORREIA, Jorge Manuel Simão Alves (cord.)**

*CoLePa – Coleção de Levantamentos de Património*. Guimarães: Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho [em linha] disponível em <https://colepa6.wixsite.com/uminho> [consultado em 27 de Julho de 2020].

**CORREIA, Jorge Manuel Simão Alves**

*Implantação da cidade portuguesa no norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006. “Série 1 – ensaios”/26. Porto: FAUP Publicações, 2008.

**CORREIA, José Eduardo Horta**

*Arquitetura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: editorial Presença, 1991.

**CORREIA, José Eduardo Horta**

“Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”. *In* ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 8. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março de 1998, pp. 14-19.

**CORREIA, Vergílio**

“Achegas para a topografia conventual de Santa Cruz”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 291-293.

**CORREIA, Vergílio**

“O Claustro da Manga”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 264-274.

**CORREIA, Vergílio**

“O Claustro da portaria em Santa Cruz”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 283-286.

**CORREIA, Vergílio**

“Os de Santa Cruz e o Prior do Crato”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 311-315.

**CORREIA, Vergílio**

*Distrito de Coimbra*. “Inventário artístico de Portugal”/IV. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1952.

**CORREIA, Vergílio**

“Notícias sobre a topografia do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, extraídas de manuscritos do antigo cartório”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 247-263.

**CORREIA, Vergílio**

“A praça de Sansão e o Mosteiro de Santa Cruz em 1796”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 275-282.

**CORREIA, Vergílio**

“O refeitório de Santa Cruz”. In CORREIA, Vergílio, *Obras*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 295-298.

**COSTA, Alexandre Alves**

“Arquitectura portuguesa”. In TOUSSAINT, Michel (dir.), *JA – Jornal Arquitectos*. n.º 185. Lisboa: Ordem do Arquitectos, Agosto de 1998, pp. 36-43.

**COSTA, Alexandre de Carvalho**

*Arronches – suas freguesias rurais: Esperança, Mosteiros (compilação do que se tem escrito a respeito da origem dos seus nomes)*. Viseu: Tipografia Guerra, 1984.

**COSTA, António Domingues de Sousa**

“Cónegos Regrantes”. In SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 149-151.

**COSTA, António Domingues de Sousa**

“D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. Separata de *Studia Monastica*. Vol. 5, fasc. 1. Barcelona: Abadia de Montserrat, 1963, pp. 59-164.

**COSTA, António Domingues de Sousa**

“Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV”. Separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Atas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (ocorridas em Lisboa, de 25 a 30 de Setembro de 1972). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, pp. 259-327.

**COSTA, António Domingues de Sousa**

*O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*. Grijó: Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993.

**COSTA, António Domingues de Sousa**

*Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. “Studia Albornotiana”/XIII-XIV. Bolonha: s. e., 1973 (reimpressão. “Studia Albornotiana”/LVI. Bolonha: s. e., 1990).

**COSTA, Avelino de Jesus da**

“O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”. Separata de *Biblos*. N.ºs 33-34. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959 (2.ª ed. refundida e ampliada. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997).

**COSTA, Avelino de Jesus da**

“Coimbra – Centro de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos séculos XI e XII”. In *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Atas, vol. IV. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, pp. 1309-1334.

**COSTA, Avelino de Jesus da**

“A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)”. In AAVV, *Actas do I colóquio Galaico-Minhoto*. Vol. 1. Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, pp. 69-240.

**COSTA, Avelino de Jesus da**

“D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga”. In AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, pp. 59-83.

**COSTA, Avelino de Jesus da**

“Documentos medievais inéditos do Mosteiro de Souto”. Separata de BRAGA, Alberto Vieira (dir.), *Revista de Guimarães*. Vol. 64, Julho-Dezembro. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1954, pp. 356-409.

**COSTA, Avelino de Jesus da**

“Inventário dos bens e obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém”. Separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXVI. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, pp. 1-30.

**COSTA, João Paulo Oliveira e**

*D. Manuel I (1469-1521) – um príncipe do Renascimento*. “Reis de Portugal”/XIV. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**COSTA, Jorge Alexandre (cord.)**

*Olhares sobre a história da música em Portugal*. Vila do Conde: Verso da História, 2015.

**COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da**

*D. João IV*. “Reis de Portugal”/XXI. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2008.

**COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro, MIRANDA, Susana Münch**

*História económica de Portugal: 1143-2010*. 3.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

**COSTA, Marisa**

*A igreja de São Cristóvão de Rio Mau*. Separata de *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Nova série, n.ºs 15-16, Junho-Dezembro. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 1995, pp. 3-20.

**COSTA, Orlando Mota e**

*Igreja Paroquial de S. Martinho de Cedofeita*. Porto: Igreja de Cedofeita, 2007.

**COSTA, Orlando Mota e, GONÇALVES, Eduardo Carneiro, COSTA, Jorge Vale (cords.)**

*Tesouros da Colegiada de São Martinho de Cedofeita: no rasto de uma história*. Catálogo da exposição homónima. Porto: Igreja de Cedofeita, 2007.

**COSTA, Ricardo da**

“Cluny, Jerusalém celeste encarnada (séculos X-XII)”. Separata de *Medioevalia – textos e estudos*. Vol. 21. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 115-137.

**COSTA, Sérgio Esteves da**

*O Mosteiro de Tibães: as alas de dormitórios e celas*. Barcelos: Âncora Editora, 2010.



**COUTO, António**

*Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*. S. l.: edição do autor, 1988.

**CRAVEIRO, Maria de Lurdes**

“O Colégio das Artes”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 25. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2008, pp. 46-53.

**CRAVEIRO, Maria de Lurdes**

“O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 25. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2008, pp. 68-75.

**CRAVEIRO, Maria de Lurdes**

*O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Direção Regional de Cultura do Centro, 2011.

**CRAVEIRO, Maria de Lurdes**

*Obras-primas da arte portuguesa: arquitectura*. Lisboa: Athena, 2011.

**CRAVEIRO, Maria de Lurdes**

“A reforma joanina e a arquitectura dos colégios”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 8, Março. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 20-25.

**CRAVEIRO, Maria de Lurdes**

*O Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte. Coimbra: edição da autora, 2002.

**CRISTÓVÃO, Francisco da Silva**

“O *cathecismo pequeno* de D. Diogo Ortiz Vilhegas”. In FERREIRA, José Ribeiro (dir.), *Humanitas*. Vol. 50, t. II. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 687-700.

**CRUZ, António Augusto Ferreira da**

“D. Teotónio, prior de Santa Cruz – o primeiro cruzado e o primeiro santo de Portugal”. In AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, pp. 21-58.

**CRUZ, António Augusto Ferreira da**

“O mosteiro de Souto: um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da Terra e do Homem”. Separata de *Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada*. Atas, vol. 3. Guimarães: s. e., 1981, pp. 85-104.

**CRUZ, António Augusto Ferreira da**

*Sta. Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1964.

**CRUZ, António Augusto Ferreira da**

“Textos medievais das «leituras» de Filosofia de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra”. Comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Filosofia. In *Studium Generale*. Vol. II, n.º 1-2. Porto: publicações do Centro de Estudos Humanísticos (anexo à Universidade do Porto), 1955, pp. 1-15.

**CRUZ, Lígia**

“Alguns contributos para a história da Restauração em Coimbra – reinado de D. João IV”. Separata de *O Arquivo Coimbrão*. Vol. XXIX-XXX. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1982-1983, pp. 259-442.

**CRUZ, Maria Augusta Lima**

*D. Sebastião*. “Reis de Portugal”/XVI. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2009.

**CRUZ, Nuno**

“Nota histórica da Praça Oito de Maio”. Coimbra: Coimbra Viva – Sociedade de Reabilitação Urbana, 2006 [em linha] disponível em <http://www.coimbravivasru.pt/> [consultado em 5-2-2014].

**CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley**

*Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: José da Costa, 1987.

**DAVID, Pierre**

Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle. "Collection Portugaise"/ 7. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/Institut Français au Portugal, 1947.

**DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S.**

*Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, EUA: Sage Publications, 1994.

**DEREINE, Charles**

"Chanoines (des origines au XIII<sup>ème</sup> siècle)". In BAUDRILLART, Alfred (dir.), *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*. Vol. 12. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1953, cols. 353-405.

**DEREINE, Charles**

"Saint-Ruf et ses coutumes du XI<sup>ème</sup> et XII<sup>ème</sup> siècles". In SCHMITZ, Philibert (dir.), *Revue Bénédictine de critique, d'histoire et de littérature religieuses*. Vol. 59, n.º 1-4. Maredret: Abbaye Saint-Benoît de Maredsous, 1949, pp. 161-182.

**DE WALLE, A. L. J. van**

*Belgique gothique – architecture, art monumental*. "Histoire de l'Architecture en Belgique"/vol. 2. Bruxelles: Marc Vokaer, 1971.

**DEYON, Pierre**

*Le mercantilisme*. Paris: Flammarion, 1969 (*O Mercantilismo*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gradiva, 1989).

**D.G.E.M.N.**

*Castelo de Óbidos*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 68/69. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Junho/Setembro 1952.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de Bravães – Ponte da Barca*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 49. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Setembro 1947.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja Matriz de Arronches*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 101. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Setembro 1960.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de Freixo de Baixo – Amarante*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 92. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Junho 1958.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja da Tocha – Cantanhede*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 93. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Setembro 1958.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de Leça do Balio*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 1. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1935.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de São Martinho de Cedofeita – Pôrto*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 2. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Dezembro 1935.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de São Pedro de Arganil*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 60. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Junho 1950.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de São Pedro de Ferreira*. "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"/n.º 7. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Março 1937.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de São Pedro de Leiria*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 12. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Junho 1938.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de São Pedro de Roriz*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 9. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Setembro 1937.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de Santa Maria de Óbidos*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 58. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Dezembro 1949.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja de Tabuado – Marco de Canaveses*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 125. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1972.

**D.G.E.M.N.**

*Igreja Matriz de Lourosa*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 55. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1949.

**D.G.E.M.N.**

*O Jardim da Manga, Coimbra*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 89. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Setembro 1957.

**D.G.E.M.N.**

*Pousada de Santa Marinha, Guimarães*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 130. Lisboa: D.G.E.M.N., 1985.

**D.G.E.M.N.**

*A Catedral da Guarda*. “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”/n.º 88. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Junho 1957.

**D.G.P.C.**

*Património Cultural* [em linha] disponível em [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) [consultado em 30-6-2015].

**DIAS, Augusto**

*Santa Maria de Cárquere*. Porto: Beira e Douro, 1976.

**DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho**

“Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico”. In SIMÕES, Joaquim António dos Santos (dir.), *Revista de Guimarães*. n.º 106. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1996, pp. 275-297.

**DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho**

*Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”/FLUP e Edições Afrontamento, 2011.

**DIAS, José Sebastião da Silva**

*Correntes do sentimento religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: edições da Universidade de Coimbra, 1960.

**DIAS, José Sebastião da Silva**

*A política cultural da época de D. João III*. Dissertação de agregação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.

**DIAS, Pedro**

*A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 1982.

**DIAS, Pedro**

*A Arquitectura Gótica Portuguesa*. “Teoria da Arte”/11. Lisboa: Estampa, 1994.

**DIAS, Pedro**

*A arquitectura manuelina*. Porto: Livraria Civilização, 1988.

**DIAS, Pedro (cord.)**

“O Gótico”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 4.

**DIAS, Pedro (cord.)**

“O manuelino”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 5.

**DIAZ Y DIAZ, M. C.**

“Biblioteca de Santa Cruz de Coimbra”. In LANCIANI, Julia e TAVIANI, Giuseppe (dir.), *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Edições Caminho, 1993, p. 97.

**DIEZ HERRERA, Carmen**

“El «valle» Unidad de organización social del espacio en la Edad Media”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*. n.º 10. Porto: Delegação Regional Norte da Secretaria de Estado da Cultura e Centro de Estudos humanísticos, 1993, pp. 3-32.

**DIGITARQ**

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2008 [em linha] disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/> [consultado em 11-5-2017].

**DIMIER, Anselme, PORCHER, Jean**

*L'Art Cistercien – France*. T. I. Paris: Zodiaque, 1962.

**DINIS, A. J. Dias**

“Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro”. In CRESPO, João Diogo, SOUSA, António Domingues de (dirs.), *Itinerarium – colectânea de estudos*. Ano II, n.ºs 10-11, Julho-Outubro. Braga: Editorial Franciscana, 1956, pp. 424-491.

**DINIZ, Maria José**

*O mosteiro de S. Jorge – Subsídios para a sua história nos sécs. XII e XIII*. Dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição da autora, 1961.

**DINIZ, Pedro**

*Das Ordens Religiosas em Portugal*. Lisboa: tipografia J. J. A. Silva, 1853.

**DUARTE, Eduardo**

“De França à Baixa, com passagem por Mafra: influências francesas na arquitectura civil pombalina”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 21, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 76-87.

**DUARTE, Joaquim Correia**

*Santa Maria de Cárquere – guia do visitante: estação arqueológica romana – mosteiro medieval*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 1992.

**DUARTE, Luís Miguel**

*D. Duarte – requiem por um rei triste*. “Reis de Portugal”/XI. Lisboa: Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**DUBY, Georges**

*L'an mil*. Paris: Julliard, 1967 (*L'an mil*. “Archives”/30. Paris: Gallimard, 1975).

**DUBY, Georges**

*Saint Bernard et l'art cistercien*. Paris: Flammarion, 1979 (*São Bernardo e a arte cisterciense*. Porto: ASA, 1997).

**DUBY, Georges**

*Les trois ordres, ou, L'imaginaire du féodalisme*. “Bibliothèque des histoires”. Paris: Gallimard, 1978 (*As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. “Imprensa Universitária”/22. Lisboa: Estampa, 1982).

**ECHEVERRÍA GOÑI, Pedro Luis**

“Protagonismo de los maestros galos de la talla en la introducción y evolución del Renacimiento en

Navarra”. Separata de FERNÁNDEZ GRACIA, Ricardo (cord.), *Principe de Viana*. Ano LXXIII, n.º 256. Pamplona: Gobierno de Navarra, Maio-Agosto de 2012, pp. 515-548.

**ECO, Umberto**

*Arte e Bellezza nell'estetica medievale*. Milão: Bompiani, 1987 (*Arte e Beleza na estética medieval*. “Universidade Hoje”/12, 2.ª ed. Lisboa: Presença, 2000).

**ECO, Umberto**

*Como si fa una tese di laurea*. Milão: Valentini Bompiani, 1972 (*Como se faz uma tese em ciências humanas*. 2.ª ed. Lisboa: Presença, 1982).

**ECO, Umberto**

*Segno*. Milão: ISEDI, 1973 (*O Signo*. 2.ª ed. Lisboa: Presença, 1981).

**EGGER, C.**

“Canonici Regolari della Congregazione del Salvatore Lateranense”. In PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Vol. II. Roma: Edizione Paoline, 1975, cols. 101-107.

**ENCARNAÇÃO, D. Joaquim da**

*Vida do Admirável Padre S. Theotónio – com additamentos do padre D. Joaquim da Encarnação*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855.

**ERLANDE-BRANDEBURG, Alain, MÉREL-BRANDEBURG, Anne-Bénédicte**

*Histoire de l'architecture française du Moyen Âge à la Renaissance (IV<sup>e</sup> siècle – début XV<sup>e</sup> siècle)*. Paris : Éditions Mengès e Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, 1995.

**ESTEFÂNIO, Abel**

“A data de nascimento de D. Afonso I”. In MATTOSO, José (dir.), *Medievalista – revista online do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL)*. n.º 8, (Julho-Dezembro de 2010) [em linha] disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> [consultado em 24-07-2012].

**EVANS, Richard J.**

«The future of history». in *Prospect*. n.º 23. Londres: s. e., Outubro de 1997, pp. 30-33.

**FARIA, Francisco**

“O canto em Santa Cruz de Coimbra”. In AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, pp. 209-214.

**FERNANDES, Aires Gomes**

*Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média – dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz de Coimbra*. Tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 2011.

**FERNANDES, Aires Gomes**

“Guerras de pão e vinho em mosteiros medievais”. In JORGE, Vítor Oliveira; MACEDO, José Costa (org.), *Crenças, Religiões e Poderes: dos Indivíduos às Sociabilidades*. “Biblioteca das Ciências Sociais/Antropologia”/13. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 357-365.

**FERNANDES, Aires Gomes**

“As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos”. In CLEMENTE, Manuel (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*. 2.ª série, t. XVII. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 331-376.

**FERNANDES, Aires Gomes**

“A Ressuscitação dos Cónegos Regrantes: dos contributos de Mattoso ao panorama actual”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Medievalista – revista online do Instituto de Estudos Medievais (FCSH-*

-UNL). n.º 2, 2006 [em linha] disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALIS-TA2/> [consultado em 2-02-2011].

**FERNANDES, Aires Gomes**

*São Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no século XIV*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 2004.

**FERNANDES, Paulo Almeida**

“A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa”. In SERRÃO, Vitor Manuel (dir.), *Artis – revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. n.º 2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 295-296.

**FERNANDES, Álvaro Ferrand de Almeida**

“A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra”. Separata de ALMEIDA, Manuel Lopes de Almeida (dir.), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano II. Coimbra: Atlântida, 1956, pp. 5-27.

**FERNANDES, Hermenegildo**

*D. Sancho II. “Reis de Portugal”/IV*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

**FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (dir.)**

*Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Atas do I Simpósio Internacional sobre Castelos realizado em 2000 em Palmela. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Colibri, 2002.

**FERNANDES, Isabel Maria (cord.)**

*Guimarães: mil anos a construir Portugal*. Catálogo da exposição homónima do Museu de Alberto Sampaio (31 de Julho a 31 de Dezembro de 2000). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Instituto Português de Museus – Museu de Alberto Sampaio, 2000.

**FERNANDES, Maurício Antonino**

*Felgueiras de ontem e de hoje*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1989.

**FERRÃO, Leonor**

“Um oficial do Génio e a Nova Lisboa”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 21, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 66-75.

**FERRATER MORA, José**

*Dicionário de filosofia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1989.

**FERREIRA, F. E. Rodrigues**

“O mosteiro afonsino de S. Vicente de Fora: subsídios para a reconstituição da sua fisionomia”. In CAPITÃO, Orlando Martins (dir.), *Lisboa – Revista Municipal*. Ano XLVI, 2.ª série, n.º 12. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1985, pp. 3-12.

**FERREIRA, José Augusto**

*A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos: Santo Agostinho e o Mosteiro da Junqueira*. “Ciência e religião”/80. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense, 1913.

**FERREIRA, José Augusto**

*Villa do Conde e seu alfoz: origens e monumentos*. Porto: edições Marques Abreu, 1923.

**FERREIRA, Pedro Augusto**

*Villa do Conde: ligeiro esboço etymologico dalgumas povoações deste concelho, segundo a ordem alfabética das suas 27 freguezias*. Porto: Typ. Mendonça, 1912.

**FIGUEIREDO, Ana Paula Valente**

*Os conventos franciscanos da Real Província da Conceição: análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*. Tese de doutoramento em História (Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 2009.

**FIGUEIREDO, [Ana] Paula [Valente]**

*Património Arquitectónico – edifícios conventuais capuchos*. «KITS-património/05(1.0)». Sacavém: Insti-

tuto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010 [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/> [consultado em 06-03-2017].

**FIGUEIREDO, Sílvia Margarida Alves**

*A arquitectura nas ordens de São Francisco e Santo Agostinho na região de Lisboa*. Dissertação de mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 2002/2003.

**FIORIO, Maria Teresa (dir.)**

*Le chiese de Milano*. Milão: Electa, 1985.

**FLEISCH, Ingo**

“The Portuguese clergy and the European universities in the 12th and 13th centuries”. In AAVV., *Encontro Internacional: Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão (séc. XII-XIV)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 61-75.

**FONSECA, Crispiniano da**

“Panorama histórico da antiga vila e couto de Tabuado, situado n extinto concelho de Gouveia, comarca eclesiástica de Riba-Tâmega (também conhecida por Cima-Tâmega ou Sobre-Tâmega), actual freguesia de Tabuado do concelho de Marco de Canaveses”. Separata de LIMA, Augusto César Pires de (dir.), *Douro Litoral – Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. 8.ª série, vol. III-IV. Porto: Junta da Província do Douro Litoral, 1957, pp. 1-27.

**FONSECA, Luís Adão da**

*D. João II. “Reis de Portugal”/XIII*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**FONSECA, Luís Adão da**

“Lisboa medieval e o seu termo”. In D’INTINO, Raffaella (cord.), *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura '94 / Electa, 1994, pp. 86-91.

**FONTE, Barroso da**

*Pousada de Stª Marinha da Costa*. Lisboa-Mafra: Edição ELO, 1995.

**FONTES, A. Rocha**

*O Concelho de Seia e as suas Irmandades: resumo histórico*. Coimbra: edição do autor, 2002.

**FONTES, A. Rocha**

*Testemunhos para a história de São Romão*. Coimbra: edição do autor, 1988.

**FOSSATI, Paolo, BOLLATI, Giulio (cord.)**

*Storia dell'arte italiana*. Turim: Giulio Einaudi, 1979-1983.

**FOUCAULT, Michel**

*Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. «Bibliothèque des sciences humaines». Paris: Gallimard, 1975.

**FRAMPTON, Kenneth**

*Modern Architecture – a critical view*. Londres: Thames and Hudson, 1980 (*História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

**FRANÇA, José-Augusto**

*O Pombalismo e o Romantismo*. “História da Arte em Portugal”/5. Lisboa: editorial Presença, 2004.

**FRANZEN, August**

*Kleine Kirchengeschichte*. Edição organizada por Remigius Bäumer. Breisgau: Herder Freiburg, 1988 (*Breve História da Igreja*. Lisboa: editorial Presença, 1996).

**FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha**

“Memórias para a história das freguesias de S. Simão da Junqueira e de Santo André de Parada”. Separata de *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Nova série, n.º 13. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, Junho de 1994.

**FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha**

“O mosteiro de S. Simão da Junqueira. Padroeiros, herdeiros e naturais. Uma nota à margem do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro: da verdadeira origem dos de Cunha”. In AAVV., *IX centenário da dedicação da Sé de Braga: congresso internacional – actas*. “Memorabilia christiana”/1. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 679-688.

**FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha**

«O mosteiro da Serra do Pilar no séc. XVI – notas de História e de Arte». In *O mosteiro da Serra do Pilar*. «Monumentos de Vila Nova de Gaia/1». Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984.

**FRIAS, Agostinho Figueiredo**

«O costumeiro e a regulação da vida interna do mosteiro». In AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*. 2.<sup>a</sup> série, vol. 15-16. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 11-36.

**FRIAS, Agostinho Figueiredo, COSTA, Jorge, MEIRINHOS, José Francisco**

*Santa Cruz de Coimbra – A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média*. Catálogo de exposição realizada na Biblioteca Pública Municipal do Porto de 11 de Junho a 31 de Outubro de 2001. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001.

**GALVÃO, Amândio**

*Em torno das origens de Arganil*. Arganil: edição do autor, 1987.

**GALVÃO, Amândio**

*Roteiro cultural do centro histórico de Arganil*. Porto: Editorial Moura Pinto, 2001.

**GANDRA, Manuel J.**

*A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. “Mafra de bolso”/série V-guias. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2003.

**GANDRA, Manuel J. (org.)**

*Monumento de Mafra: visto por estrangeiros, seen by foreigners, vu par étrangers, visto por extranjeros (1716-1908)*. “Mafra de bolso”/série III-literatura. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2005.

**GANDRA, Manuel J. (org.)**

*Poética barroca do monumento de Mafra*. “Mafra de bolso”/série III-literatura. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2002.

**GANDRA, Manuel J.**

“Subsídio para o catálogo do *corpus* gliptográfico português”. In GANDRA, Manuel J. (dir.), *Cadernos da Tradição*. n.º 2. Lisboa: Hugin Editores, 2001, pp. 15-227.

**GARCIA, João Pedro, MATIAS, Maria Fernanda**

*O património histórico de origem portuguesa no mundo e a Fundação Calouste Gulbenkian*. Catálogo da exposição homónima. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço Internacional, 2011.

**GARCIA, José Manuel**

“A dinâmica da ocupação do espaço em Lisboa pela Companhia de Jesus”. In MARADO, Catarina Almeida (ed.), *Monastic architecture and the city*. “CEScontexto-debates/06”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 125-138, [em linha] disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/ces> [consultado em 20-06-2018].

**GARRONI, Emilio**

*Progetto di semiótica*. Milão: Giuseppe Laterza & Figli, 1972 (*Projecto de semiótica*. “Arte e Comunicação/4”. Lisboa: Edições 70, 1980).

**GIL, Júlio**

*As mais belas igrejas de Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Verbo, 1992.



**GILL, Meredith J.**

*Augustine in the Italian Renaissance – Art and Philosophy from Petrarch to Michelangelo*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

**GIROUD, Charles**

*L'Ordre des Chanoines Réguliers de Saint-Augustin et ses diverses formes de régime interne – essai de synthèse historico-juridique*. Martigny: Éditions du Grand-Saint-Bernard, 1961.

**GOFF, Jacques Le**

“Documento / Monumento” e “História”. In AAVV., *Enciclopédia Einaudi*. Vol. “I – Memória/História”. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

**GOFF, Jacques Le**

*La civilisation de l'occident medieval*. “Les grandes civilisations”/3. Paris: Arthaud, 1964 (*A civilização do ocidente medieval*. “Imprensa Universitária”/32-33. Lisboa: Estampa, 1983).

**GOMES, Paulino (cord.)**

*Baião – tradição e história*. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1997.

**GOMES, Paulo José Antunes Dordio**

*Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1993.

**GOMES, Paulo Varela**

*Arquitectura, religião e política em Portugal, no século XVII – a planta centralizada*. Tese de doutoramento História e Teoria da Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1998. “Série I – ensaios”/11. Porto: FAUP Publicações, 2001.

**GOMES, Paulo Varela**

“*In choro clerum*. O coro nas Sés portuguesas dos séculos XV e XVI”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (dir.), *Mvsev*. IV série, n.º 10. Porto: Círculo José Figueiredo, 2001, pp. 29-61.

**GOMES, Paulo Varela**

“*Jornada pelo Tejo*: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 21, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 132-141.

**GOMES, Rita Costa**

*D. Fernando*. “Reis de Portugal”/IX. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**GOMES, Saul António**

“Acerca do mosteiro de Santo André de Ansede (c. de Baião): breves notas para a história dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo (dir.), *Habent sua fata libelli – colectânea de estudos em homenagem ao Académico de número*, Doutor Fernando Guedes, no seu 75º Aniversário. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 181-205.

**GOMES, Saul António**

“Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*. n.º 9. Porto: Delegação Regional Norte da Secretaria de Estado da Cultura e Centro de Estudos Humanísticos, 1988, pp. 1-199.

**GOMES, Saul António**

“A chancelaria do Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídio para o seu conhecimento”. In MENDONÇA, Manuela (cord.), *Svmmvs philologvs necnon verborvm imperator – colectânea de estudos de homenagem ao Professor Dr. José Pedro Machado*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2004, pp. 163-213.

**GOMES, Saul António**

“Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História*

*Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000, pp. 429-434.

**GOMES, Saul António**

“Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530”. In AMORIM, Norberta, PINHO, Isabel, PASSOS, Carla (cord.), *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época*. Vol. 2. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 255-281.

**GOMES, Saul António**

“Cónegos Regulares de Santa Cruz”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2000, pp. 435-438.

**GOMES, Saul António**

“*Castas Donas*: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”. In SANTOS, João Marinho dos (dir.), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10, t. I. Lisboa: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Fundação para Ciência e Tecnologia, 2010, pp. 37-71.

**GOMES, Saul António**

*D. Afonso V – o Africano*. “Reis de Portugal”/XII. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2009.

**GOMES, Saul António**

“Escolares e Universidade na Coimbra medieval”. In POLÓNIA, Amélia, RIBEIRO, Jorge Martins, RAMOS, Luís A. de Oliveira (cord.), *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 511-531.

**GOMES, Saul António**

In limine conscriptionis – *documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2000. Viseu: Palimage e Centro de História Sociedade e Cultura, 2007.

**GOMES, Saul António**

“In limine conscriptionis – Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)”. In CLEMENTE, Manuel (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*. 2.ª série, t. XIII-XIV. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 2001-2002, pp. 477-490.

**GOMES, Saul António**

*Introdução à história do Castelo de Leiria*. 2.ª ed. revista e ampliada. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004.

**GOMES, Saul António**

*O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 1989.

**GOMES, Saul António**

“As ordens mendicantes na Coimbra medieval. Notas e documentos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Lusitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*. 2.ª série, t. X. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 149-215.

**GOMES, Saul António**

“O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do séc. XII à criação da diocese”. In AAVV., *Catedral de Leiria*. Leiria: Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria, 2005, pp. 14-33.

**GOMES, Saul António**

“Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média – aspectos globais e particulares”. In AAVV., *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo – Encontro de Lisboa e*

*Simpósio de Alcobaça. Atas.* Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 257-303.

**GOMES, Saul António**

“A relevância do monaquismo vilacondense na história das ordens religiosas em Portugal”. In AAVV., *Actas do 2º encontro de história de Vila do Conde (Vila do Conde – 1050 anos de História: a memória dos séculos monásticos)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp. 113-145.

**GOMES, Saul António**

“Um Mosteiro de cónegos regrantes em tempos medievais: S. Pedro de Folques (Arganil)”. In COELHO, Maria Helena da Cruz (dir.), *Revista Portuguesa de História*. Vol. XL. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008/2009, pp. 285-381.

**GONÇALVES, António Nogueira**

“Os arcos românicos encontrados na igreja de Santa Cruz de Coimbra”. In *Diário de Coimbra*. n.º 9477, Ano XXIV. Coimbra: 19 de Setembro de 1958, pp. 3-8.

**GONÇALVES, António Nogueira**

“Certos aspectos do hábito dos cónegos regrantes da congregação de Santa Cruz”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XXIV, fasc. 3-4, Setembro-Dezembro. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1961, pp. 328-337.

**GONÇALVES, António Nogueira**

“O claustro do mosteiro da Serra do Pilar na arquitectura Portuguesa”. In *O mosteiro da Serra do Pilar. Monumentos de Vila Nova de Gaia/1*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984.

**GONÇALVES, António Nogueira**

“Os colégios universitários e o desenvolvimento da arte”. In *A sociedade e a cultura no Renascimento – actas do simpósio*. Coimbra: Epartur, 1982, pp. 223-238.

**GONÇALVES, António Nogueira**

“A destruída igreja medieval do Mosteiro de Vilela (Pôrto)”. Separata de *Lumen*. Ano III, fasc. 5. Lisboa: s. e., Maio de 1939 (in GONÇALVES, António Nogueira, *Estudos de História da Arte Medieval*. Coimbra: Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 143-151).

**GONÇALVES, António Nogueira**

*Estudos de História da Arte Medieval*. Coimbra: Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980.

**GONÇALVES, António Nogueira**

*A frontaria românica da Igreja de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1940.

**GONÇALVES, António Nogueira**

*Mosteiro de St.ª Cruz*. Coimbra: Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1977.

**GONÇALVES, António Nogueira**

“O narthex românico da igreja de Santa Cruz de Coimbra”. Separata de *Petrus Nonius*. Vol. IV, fasc. 1-2. Porto: Imprensa Portuguesa, 1942, pp. 3-23.

**GONÇALVES, Iria**

“Acerca da alimentação medieval”. Separata de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 4.ª série, n.º 2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1978, pp. 441-458.

**GONÇALVES, Iria**

“À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)”. In MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série História, 2.ª série, vol. XIV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, pp. 15-32.

**GONÇALVES, Miguel, RIBEIRO, Susana da Fonseca**

“Portugal, 1759-1772: a mão visível? Instituição do sistema educativo estatal, com especial referência a Pombal e ao ensino da contabilidade”. In LAVARDA, Carlos Eduardo Facin (dir.), *Universo Contábil*. Vol.

11, n.º 3. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Julho/Setembro 2015, pp. 169-189.

**GORDALINA, Maria do Rosário**

“As obras revivalistas do século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém”. In AAVV., *Romantismo – da mentalidade à criação artística*. Vol. I. Atas do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo. Sintra: Instituto de Sintra, 1986, pp. 249-291.

**GORJÃO, Sérgio Paulo Martins**

*Tesouro das igrejas de Santa Maria e São Pedro de Óbidos: guia do núcleo museológico*. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos, 1998.

**GOWING, Lawrence**

*Les peintures du Louvre*. Paris: Éditions de La Martinière, 1994.

**GSCHWEND, Annemarie Jordan, LOWE, Kate J. P. (eds.)**

*The global city – on the streets of renaissance Lisbon*. Londres: Paul Holberton publishing, 2015.

**GUÁRDIA, Manuel, MONCLÚS, Francisco Javier, OYÓN, José Luis (dir.)**

*Atlas Histórico de Ciudades Europeas – Península Ibérica*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona e Salvat, 1994.

**GUEDES, Avelino**

*O capitel mutilado do Mosteiro de Landim*. Landim: edição do autor, 2000.

**GUIDONI, Enrico, MARINO, Angela**

*Storia dell'Urbanistica – il Cinquecento*. Roma: Gius. Laterza & figli spa, 1982 (*Historia del Urbanismo – el siglo XVI*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1985).

**GUIDONI, Enrico, MARINO, Angela**

*Storia dell'Urbanistica – il Seicento*. Roma: Gius. Laterza & figli spa, 1979 (*Historia del Urbanismo – el siglo XVII*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1982).

**GUILLAUME, Paul**

*La psychologie de la forme*. Paris: Flammarion, 1937.

**GUIMARÃES, Carla, GRAVE, Lígia, SOUSA, Marlene, SOUSA, Sandra**

*Mosteiro de São Simão da Junqueira – Vila do Conde*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa, do 5.º ano do curso de licenciatura em arquitetura do DAAUM. Guimarães: edição dos autores, 2002.

**GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves**

*A Serra do Pilar: património cultural da Humanidade*. Vila Nova de Gaia: Fundação Salvador Caetano, 1999.

**GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira**

“Documentos inéditos dos séculos XII-XV – Mosteiro do Souto”. In CASTRO, Domingos Leite de (dir.), *Revista de Guimarães*. Vol. XII, n.º 1, 2, 3, 4, Janeiro-Abril-Julho-Outubro. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1895, pp. 36-48, 91-96, 120-144 e 145-154.

**GUSMÃO, Artur Nobre de**

*A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal (ensaio de arqueologia da Idade Média)*. 3.ª ed. Lisboa: s.e., 1956.

**HARRIS, Roy, TAYLOR, Talbot J.**

*The western tradition, from Socrates to Saussure*. “Landmarks in linguistic thought”/I. Londres: Routledge, 1989 (2.ª ed. Londres: Routledge, 1997).

**HARRIS, Roy**

*La sémiologie de l'écriture*. Paris: CNRS éditions, 1993.

**HAUPT, Albrecht**

*Baukunst der Renaissance in Portugal*. Frankfurt-am-Main: Heinrich Keller, 1890-1895 (*A arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Presença, 1986).

**HAUSER, Arnold**

*Philosophie der kunstgeschichte*. Munique: Verlag, 1958 (*Teorias da Arte*. Lisboa: editorial Presença, 1988).

**HAUSER, Arnold**

*The social history of art*. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1951 (*História social de la literatura y del Arte*. «Punto Omega»/19, 20, 21. 14.ª ed. Madrid: Guadarrama, 1978; *História social de la literatura y del Arte*. 22.ª ed., vol. 2. Barcelona: Labor, 1993).

**HEGENBERG, Leonidas**

*Dicionário de Lógica*. São Paulo: E.P.U., 1995.

**HEMPEL, Eberhard**

*Baroque Art and Architecture in Central Europe*. “The Pelican History of Art”/22. Baltimore: Penguin Books, 1965.

**HERBERMANN, Charles George (ed.)**

*The Catholic Encyclopedia*. Nova York: Robert Appleton Company, 1907-1922 [em linha] disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/> [consultado em 06-03-2012].

**HERNANDEZ VEGAS, Mateo**

*Ciudad Rodrigo – la catedral y la ciudad*. Salamanca: Excmo. Cabildo de la Catedral de Ciudad Rodrigo, 1935.

**HIRSCH, Elisabeth Feist**

*Damião de Góis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

**HOMEM DE ALMEIDA, Maria José Pérez**

“San Salvador de Bravães: una encrucijada en el románico portugués”. Separata de BRANDÃO, Domingos de Pinho (dir.), *Lvcerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto e Ministério da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1984, pp. 317-339.

**HORWARD, Donald David**

*Napoleon and Iberia – the twin sieges of Ciudad Rodrigo and Almeida, 1810*. Gainesville: University Presses of Florida, 1984.

**ÍÑIGUEZ RUEDA, L., ANTAKI, Charles**

“Análisis del discurso”. In ESTEVES, António, AZEVEDO, José (eds.), *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 133-147.

**IPPAR**

*Património: balanço e perspectivas (2000-2006)*. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000.

**IVO, Júlio**

“O Real Colégio de Mafra”. In *Revista de Arqueologia*. T. 3. Lisboa: s.e., 1936-1938, pp. 218-222 e 247-253 [em linha] disponível em <http://www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual/julio-ivo-o-real-colegio-de-mafra> [consultado em 30-01-2018].

**JACAL**

“Jardim do Cerco – horta e tapada”. In SIMÕES, Rui Manuel Nogueira (dir.), *O Carrilhão*. Ano X, n.º 232. Mafra: Associação de Cultura e Informação Regional de Mafra, 1 de Abril de 1990, p. 9.

**JELLICOE, Geoffrey, JELLICOE, Susan**

*The Landscape of Man: shaping the environment from Prehistory to the present day*. Londres: Thames & Hudson, 1995.

**JESPERSEN, Otto**

*The philosophy of Grammar*. 10.<sup>a</sup> ed. Londres: George Allen & Unwin, 1968.

**JESPERSEN, Otto**

*Nature, évolution et origins de la langage*. Paris: Payot, 1976.

**JORDAN, W. D.**

“O estilo musical na liturgia de Portugal no século XIII, interpretado através do fragmento VIII, Arquivo Municipal de Braga”. In FONTES, Carlos Alberto de Oliveira (cord.), *Bracara Augusta – revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*. Vol. XLI, n.º 91-92 (104-105). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1988-1989, pp. 5-40.

**JÚNIOR, Arménio Alves da Costa**

*O Mosteiro do Rio Covo à luz do Breviário de 1514 – estudo analítico do Temporal*. Dissertação de mestrado em Ciências Musicais apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 1992.

**KAUFMANN, Émil**

*Architecture in the Age of Reason, Baroque and post Baroque in England, Italy and France*. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1955 (*La Arquitectura de la Ilustracion*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974).

**KIDSON, Peter, MURRAY, Peter, THOMPSON, Paul**

*A history of English architecture*. Hardmondworth: Penguin, 1965.

**KRAUTHEIMER, Richard**

*Ausgewählte Aufsätze zue europäischen Kunstgeschichte*. Colónia: DuMont Schauberg, 1988 (*Architettura sacra paleocristiana e medievale: e altri saggi su Rinascimento e Barocco*. “Nuova Cultura”/35. Turim: Bollati Boringhieri, 1993).

**KRAUTHEIMER, Richard**

*Early christian and byzantine architecture*. “The Pelican History of Art”/24. Baltimore: Penguin Books, 1965.

**KRÜGER, Kristina**

“La galilée clunisienne”. in *Narthex – art sacré, patrimoine, création*. Revista bi-média do Service National de la Pastorale Liturgique et Sacramentelle da Conférence des Évêques de France [em linha] disponível em <http://www.narthex.fr/> [consultado em 03-03-2011].

**KRUS, Luís**

“Crónicas Breves de Santa Cruz”. In LANCIANI, Julia e TAVIANI, Giuseppe (dir.), *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Edições Caminho, 1993, p. 194.

**KUBLER, George**

*Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University Press, 1972.

**LACERDA, Aarão Soeiro de**

*História da Arte em Portugal*. Volume I. Porto: Portucalense Editora, 1942.

**LACERDA, Francisco Corrêa de**

*História da antiqüíssima e Santa Igreja hoje Insigne Collegiada de S. Martinho de Cedofeita e da origem e natureza dos seus bens*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1871.

**LACERDA, Silvestre (ed.)**

*Fundos monásticos. Inventários*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 1993.

**LACOSTE, Jean-Yves (dir.)**

*Dictionnaire critique de théologie*. Paris : Presses Universitaires de France, 1998.

**LASTEYRIE, Charles de**

*L'abbaye de Saint-Martial de Limoges: étude historique, économique, archéologique*. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1901.

**LEADER, Anne**

“Architectural collaboration in the early Renaissance – reforming the florentine Badia”. In STIEBER, Nancy (ed.), *Journal of the Society of Architectural Historians*. Vol. 64, n.º 2. Chicago: Society of Architectural Historians, Junho 2005, pp. 204-233.

**LEIPP, E.**

*Acoustique et Musique*. 3.ª edição revista e corrigida. Paris: Masson, 1980.

**LELIÈVRE, Pierre**

*L'architecture française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

**LENCASTRE, Margarida**

“O mosteiro de São Salvador de Grijó”. In *Património – Estudos*. n.º 1. Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, 2001, pp. 156-160.

**LEPSCHY, Giulio (ed.)**

*History of Linguistics*. Londres: Longman, 1994.

**LESEGRETAIN, Claire**

*Les grands ordres religieux – Hier et aujourd’hui*. Paris: éditions Fayard, 1990 (edição actualizada. Paris: éditions Fayard, 1995).

**LEVI, Peter**

*The frontiers of Paradise – a study of monks and monasteries*. Londres: Collin Harvin, 1987.

**LIMA, Jorge Hugo Pires de**

“Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII”. In FARIA, António Machado de (dir.), *Arquivo histórico de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Bertrand, 1939-1943, pp. 340-348.

**LIMA, José Augusto Pires de**

“O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII”. In *Congresso do Mundo Português*. Vol. 2. Lisboa: s.e., 1940, pp. 437-461.

**LIMA, Madalena Costa**

“O património histórico-artístico das ordens religiosas no debate sobre a reforma dos regulares entre 1789 e 1830”. In SERRÃO, Vítor (dir.), *ARTis ON*. n.º 3. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Outubro de 2016, pp. 8-14 [em linha] disponível em <http://artison.letras.ulisboa.pt/> [consultado em 06-02-2018].

**LINAGE CONDE, António**

“Algunas particularidades de la implantación mendicante en la Península Ibérica”. Separata de *Arquivo Histórico Dominicano Português*. Vol. 3. Atas do II Encontro sobre História Dominicana. Porto: Dominicanos, 1986, pp. 1-26.

**LIRA, Sérgio**

*O mosteiro de S. Simão da Junqueira: dos primórdios a 1300*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1993.

**LIRA, Sérgio**

“O mosteiro de S. Simão da Junqueira de Vila do Conde”. In AAVV., *Actas do 2.º encontro de história de Vila do Conde (Vila do Conde – 1050 anos de História: a memória dos séculos monásticos)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp. 161-174.

**LLOBERA, Josep R.**

*O deus da modernidade: o desenvolvimento do nacionalismo na Europa ocidental*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

**LOBO, Francisco Sousa**

“A fortaleza do convento”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 52-59.

**LOBO, Rui Pedro**

*Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo – evolução e transformação no espaço urbano*. Dissertação de mestrado em História da Arte e do Património Cultural, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

tação de licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1994. Coimbra, EDARQ, 1999.

**LOBO, Rui Pedro**

“Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 25. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2008, pp. 32-45.

**LOBO, Rui Pedro**

*Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. Dissertação apresentada no âmbito da prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2000. Coimbra: EDARQ, 2006.

**LOBO, Rui Pedro**

“Rua da Sofia – um *campus* universitário em linha”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 25. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2008, pp. 24-31.

**LONG, Marshall**

*Architectural acoustics*. Burlington, EUA: Elsevier Academic Press, 2006.

**LOPES, António Sérgio; SERINO, António; PIRES, Guilherme; VASCONCELOS, Tiago**

*Mosteiro de S. Salvador de Paderne – Melgaço*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa, do 5.º ano do curso de licenciatura em arquitetura do DAAUM. Guimarães: edição dos autores, 2006.

**LOPES, Oscar**

*Gramática simbólica do Português (um esboço)*. 2.ª ed. corrigida. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência – Centro de Investigação Pedagógica, 1972.

**LOURENÇO, Maria Paula Marçal**

*D. Pedro II, O Pacífico (1648-1706)*. “Reis de Portugal”/XXIII. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2007.

**LOUSADA, Maria Alexandre, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo**

*D. Miguel*. “Reis de Portugal”/XXIX. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

**LYNCH, Kevin**

*The image of the city*. Cambridge, EUA: M.I.T. Press, 1960 (*L’image de la cité – nouveau tirage*. «Aspects de l’urbanisme». Paris: Dunod, 1971).

**MAÇAIRA, Carlos; ROCHA, Helder; TEIXEIRA, Laura; CARVALHO, Joaquim**

*Mosteiro de S. Salvador de Souto*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa III, do 3.º ano do curso de mestrado integrado em arquitetura da EAUM. Guimarães: edição dos autores, 2010.

**MACIEL, Manuel Justino Pinheiro**

*As “Regulae Monachorum” e a arquitectura dos mosteiros na antiguidade tardia*. Porto: Centro de Estudos de Ciências Humanas, 1998.

**MACPHERSON, J. R.**

“The Church of the Resurrection, or of the Holy Sepulchre”. In *English Historical Review*. Vol. 7, n.º XXVII-XXVIII, Julho-Outubro. Oxford: Oxford University Press, 1892, pp. 417436 e 669684.

**MADAHIL, António Gomes da Rocha**

*D. Pedro da Encarnação e a Livraria de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Coimbra editora, 1937.

**MADAHIL, António Gomes da Rocha**

*Documentos medievais do Convento de Seíça, certificados por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo*. Separata de BRAGA, Alberto Vieira (dir.), *Revista de Guimarães*. Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, Junho 1940, pp. 37-82.



**MADAHIL, António Gomes da Rocha**

“Inventário do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra à data da sua extinção”. Separata de *O Instituto*. n.º 101/143, ano IV. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1943, pp. 1-137.

**MADAHIL, António Gomes da Rocha**

*O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.

**MAIELLO, Vincenzo**

*Do território monástico à cidade conventual: as ordens mendicantes e o espaço urbano no séc. XIII – uma aproximação ao caso português*. Dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa: edição do autor, 2005.

**MANIQUE, Luiz de Pina**

*S. Vicente de Fora: as invasões e a guerra civil na vida do mosteiro*. Lisboa: s.e., 1947.

**MARADO, Catarina Almeida**

*Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*. Lisboa: Colibri, 2006.

**MARKL, Dagoberto (cord.)**

“O Renascimento”. In AAV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 6.

**MARQUES, Alfredo Pinheiro**

*A cartografia portuguesa do Japão (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

**MARQUES, António Henrique de Oliveira**

*A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1964 (*A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1981).

**MARQUES, António Pereira**

*Valdreu: apontamentos históricos sobre a mui nobre Vila Balderedi*. Vila Verde: edição do autor, 1992.

**MARQUES, Cátia Teles e**

“Na torre dos sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um tesouro de moedas medievais e dois desenhos quinhentistas”. In MOURA, Carlos Alberto, MARQUES, Cátia Teles e (cord.), *Revista de História da Arte*. n.º 9/“Arquitectura, Urbanismo e Artes Decorativas, séculos XVII e XVIII”. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 157-173.

**MARQUES, José**

*A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

**MARQUES, José**

“O cartório e a livraria do Mosteiro de Paderne em 1770”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço*. n.º 1. Porto: Câmara Municipal de Melgaço, 2002, pp. 19-92.

**MARQUES, José**

“O culto do Espírito Santo no Norte de Portugal”. In SERRÃO, José Vicente (cord.), *Em nome do Espírito Santo – história de um culto*. Catálogo da exposição homónima. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2004, pp. 89-99.

**MARQUES, José**

“A extinção do Mosteiro de S. Gens e S. Bartolomeu de Montelongo”. In COIMBRA, Artur Ferreira (org.), *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp. 21-38.

**MARQUES, José**

“D. João II e a Igreja – alguns aspectos”. Separata de *O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Atas do colóquio homónimo. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005, pp. 119-156.

**MARQUES, José**

“Figurino crúzio visto da segunda metade do século XVIII”. Separata de *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Vol. I. Porto: Universidade do Porto, 1991, pp. 531-548.

**MARQUES, José**

“O Mosteiro de Paderne em 1770”. Separata de *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 337-354.

**MARQUES, José**

“As pesqueiras do mosteiro de Paderne em 1770”. Separata de *Estudos Regionais*. Vol. IX. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1991, pp. 39-53.

**MARQUES, José**

“Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI”. In MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série História, 2.ª série, vol. XIV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, pp. 91-121.

**MARQUES, Maria Alegria Fernandes**

“O mosteiro de S. Martinho de Crasto – subsídios para a sua história na Idade Média”. In AAVV., *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*. Vol. 2. Atas do Seminário “Da Terra da Nóbrega ao concelho de Ponte da Barca”. Ponte da Barca: Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 27-85.

**MARQUES, Maria Inês Gonçalves**

*A colegiada de S. Martinho de Sintra nos sécs. XIV e XV*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 1997.

**MARTINS, Ana Maria**

*Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa – da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

**MARTINS, Ana Maria Tavares**

*Mosteiros cistercienses na região das Beiras: um percurso entre arquitectura e história*. Viseu: Quartz Editoria, 2012.

**MARTINS, Armando Alberto**

“Dois bispos portugueses da segunda metade do século XII”. In BARROCA, Mário Jorge (cord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 27-40.

**MARTINS, Armando Alberto**

“A história medieval do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: um exemplo de oscilação entre a fuga e a atracção pela Europa”. In AAVV., *Bibliotheca Portucalensis*. 2.ª série, vol. 15-16. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 39-65.

**MARTINS, Armando Alberto**

*O mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – sécs. XII-XV. História e Instituição*. Tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 1996.

**MARTINS, Armando Alberto**

“As reformas do rei D. Manuel I (1495-1521) no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo (dir.), *Habent sua fata libelli – colectânea de estudos em homenagem ao Académico de número, Doutor Fernando Guedes, no seu 75º Aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 271-288.

**MARTINS, Armando Alberto**

“Regrantes de Santa Cruz, Cónegos” e “Regrantes de Santo Agostinho, Cónegos”. In FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, pp. 266-274 e 276-281.

**MARTINS, Armando Alberto**

*Santa Cruz de Coimbra nos sécs. XII-XIII. Aspectos de cultura e formas de mentalidade a partir dos seus manuscritos*. Dissertação apresentada no âmbito da prestação de provas de aptidão pedagógica e capa-

cidade científica em História Medieval de Portugal na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 1989.

**MARTINS, António, FARIA, Emília Nóvoa**

*Mosteiro de Santa Maria de Landim: raízes e memória*. Landim: António Martins e Emília Nóvoa Faria, 2002.

**MARTINS, Fausto Sanches**

“Afinidades e divergências na concepção espacial entre o mosteiro beneditino e o colégio jesuíta”. Separata de *Poligrafia*. N.ºs 9-10. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000, pp. 7-33.

**MARTINS, Fausto Sanches**

*A arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas em Portugal – 1542/1759*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

**MARTINS, Fausto Sanches**

*Jesuítas de Portugal 1542-1759: arte, culto, vida quotidiana*. Porto: edição do autor, 2014.

**MATA, Aida Maria Reis da, OLIVEIRA, Paulo João da Cunha**

“O processo de extinção do mosteiro de São Martinho de Tibães”. In AAVV., *Património – Estudos*. n.º 7. Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, 2004, pp. 101-111.

**MATIAS, Susana Gonçalves Cacela**

*O espaço conventual nas Ordens Mendicantes: o convento de Nossa Senhora dos Mártires de Alvito*. Dissertação de mestrado em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 2001.

**MATOS, A. Campos**

*Eça de Queiroz – fotobiografia: vida e obra*. Lisboa: Caminho, 2007.

**MATTOSO, José**

*D. Afonso Henriques. “Reis de Portugal”/I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2007.

**MATTOSO, José**

“Os arquivos oficiais e a construção social do passado”. In MATTOSO, José, *A Escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, 1997.

**MATTOSO, José**

“Canonici Regolare di Santa Croce, di Coimbra”. In PELLICCIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (dir.), *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Vol. II. Roma: Edizione Paoline, 1975, cols. 141-145.

**MATTOSO, José**

“Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”. Separata de *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. 5. Atas. Guimarães: s. e., 1982, pp. 281-299.

**MATTOSO, José**

*Coja*. Coja: Junta de Freguesia de Coja, 1995.

**MATTOSO, José**

“Eremitas portuguesas no séc. XII”. Separata de PEREIRA, Isaías da Rosa (dir.), *Lvsitania Sacra – revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa*. 1.ª série, t. IX. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa, 1970-1971, pp. 7-40.

**MATTOSO, José (dir.)**

*História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

**MATTOSO, José (dir.)**

*História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

**MATTOSO, José**

“O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os sécs. XI-XIII”. In AAVV., *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Vol. II. Atas das 1.ªs Jornadas

Luso-Espanholas de História Medieval (ocorridas em Lisboa, de 25 a 30 de Setembro de 1972). Lisboa: Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, pp. 637-670.

**MATTOSO, José**

“Identificação de um país – composição”. In MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

**MATTOSO, José**

“Identificação de um país – oposição”. In MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

**MATTOSO, José**

*Le Monachisme ibérique et Cluny – les monastères du diocèse de Porto de l’an mille à 1200*. “Recueil de travaux d’histoire et de philologie”, 4.<sup>a</sup> Série, fascículo 39. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lovaina em 1966. Lovaina: Publications Universitaires de Louvain, 1968 (“O Monaquismo ibérico e Cluny”. In MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*. Vol. 12. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002).

**MATTOSO, José**

“Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)”. Separata de AAVV., *Les Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France: actes du colloque*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1983, pp. 41-58.

**MATTOSO, José**

*A Nobreza Medieval Portuguesa – A família e o poder*. 4.<sup>a</sup> ed. revista. “Histórias de Portugal”/9. Lisboa: Estampa, 1994.

**MATTOSO, José**

“A Nobreza Medieval Portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII”. In GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.), *Revista de História Económica e Social*. 1.<sup>a</sup> série, n.º 10. Lisboa: Sá da Costa, 1982, pp. 29-47 (“A Nobreza Medieval Portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII”. In MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 149-168).

**MATTOSO, José**

“Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*. n.º 1. Porto: Delegação Regional do norte do Ministério da Cultura e Secção de História Medieval do Centro de Estudos Humanísticos, 1981, pp. 25-38 (“Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII”. In MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 169-179).

**MATTOSO, José, KRUS, Luís, ANDRADE, Amélia Aguiar**

“Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”. In PEREIRA, Arménio da Assunção (dir.), *Paços de Ferreira – estudos monográficos*. Vol. 1. Paços de Ferreira: Gabinete de Informação e Cultura da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 173-243.

**MATTOSO, José (dir.)**

*Património de origem portuguesa no mundo – arquitetura e urbanismo: Ásia, Oceania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

**MATTOSO, José**

“Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*. n.º 5/6. Porto: Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura e Secção de História Medieval do Centro de Estudos Humanísticos, 1984-1985, pp. 39-52.

**MATTOSO, José**

*Portugal Medieval. Novas interpretações*. Lousã: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985 (*Portugal Medieval. Novas interpretações*. 2.<sup>a</sup> ed. Lousã: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992).

**MATTOSO, José**

“A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial”. Separata de *Revista Portuguesa de História*. Vol. XVI,

“Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares”. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1978, pp. 143-158.

**MATTOSO, José**

*Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

**MATTOSO, José**

*Ricos-Homens. Infanções e Cavaleiros*. Lisboa: Guimarães e C.<sup>a</sup> editores, 1982 (*Ricos-Homens. Infanções e Cavaleiros: a Nobreza Medieval Portuguesa nos sécs. XI e XII*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Guimarães editora, 1985).

**MATTOSO, José**

“O românico português: interpretação económica e social”. Separata de *Minia*. 2.<sup>a</sup> série, n.º 4(5). Braga: Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1981, pp. 5-24 (“O românico português: interpretação económica e social”. In MATTOSO, José, *Obras completas de José Mattoso*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 113-127).

**MATTOSO, José**

*Seia na idade das trevas*. Seia: Câmara Municipal de Seia, 1987.

**MATTOSO, José**

“Sobre o problema do feudalismo em Portugal: resposta a Robert Durand”. Separata de *Revista Portuguesa de História*. Vol. XXI. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 13-19.

**MAXFIELD, John A.**

“Divine Providence, History and Progress in Augustine’s *City of God*”. In SCAER, David P. (ed.), *Concordia Theological Quarterly*. Vol. 66, n.º 3, Outubro. Fort Wayne: Concordia Theological Seminary, 2002, pp. 339-360.

**McCROSKEY, James C.**

*An introduction to rhetorical communication – a western rhetorical perspective*. Boston: Pearson, 2004.

**McMAHON, Darrin**

*Happiness: a History*. Nova York: Atlantic Monthly Press, 2006 (*Uma história da felicidade*. Lisboa: Edições 70, 2009).

**MEIRELES, Maria Adelaide d’Almeida**

*A arquitectura gótica mendicante em Portugal*. Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 1971.

**MEIRELES, Maria José Marinho Queirós**

“Roteiro do fundo documental da Colegiada de Guimarães”. In AAVV., *Boletim de Trabalhos Históricos*. II Série, Vol. I. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1993, pp. 37-55.

**MELO, António Maria Mendes (cord.)**

*O Mosteiro Crúzio de Moreira: história, arte e música*. Maia: Fábrica da Igreja de São Salvador de Moreira, 2000.

**MELO, António Maria Mendes, SOUSA, José João Rigaud de, VASCONCELOS, Flório de**

“O mosteiro de St.º Estevão de Vilela em Paredes e os cônegos regantes de St.º Agostinho”. In MACHADO, Paulo Sá, MARQUES; José Augusto Maia (cord.), *Maia, história regional e local – actas do congresso*. Vol. II. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1999, pp. 133-173.

**MENDONÇA, Isabel Meyer Godinho**

“As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga (um desenho inédito de Carlos Amarante)”. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série Ciências e Técnicas do Património, 1.<sup>a</sup> série, vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 255-270.

**MENERES, António, SOUSA, José João Rigaud de**

“Notas sobre o mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”. In AAVV., *Minia*. 2.<sup>a</sup> série, Ano III, n.º 4. Braga: Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património

Cultural, 1980, pp. 157-179.

**MEYER, Michel**

*Questões de Retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 2007.

**MILLER, David**

*On Nationality*. Nova York: Oxford University Press, 1995 (*Sobre la nacionalidad: autodeterminación y pluralismo cultural*. Barcelona: Paidós, 1997).

**MILLIAT, Jean**

*Le prieuré de Notre-Dame de Villieu en Viennois: de l'Ordre de Saint Ruf selon la règle de Saint Augustin*. Bourgoin: Jean Milliat, 1973.

**MIRANDA, Maria Adelaide da Conceição, SILVA, José Custódio Vieira da**

*História da Arte Portuguesa: época medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

**MIRANDA, Maria Adelaide da Conceição**

"A Iluminura e o Códice nos manuscritos românicos de Santa Maria de Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra". In ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*. n.º 10. Porto: Delegação Regional Norte da Secretaria de Estado da Cultura e Centro de Estudos humanísticos, 1993, pp. 97-117.

**MIRANDA, Maria Adelaide da Conceição**

"A Iluminura Medieval em Santa Cruz de Coimbra no contexto da iluminura europeia medieval". In AAV., *Bibliotheca Portucalensis*. 2.ª série, vol. 15-16. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 69-95.

**MIRANDA, Maria Adelaide da Conceição**

*A Iluminura Românica em Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça. Subsídios para o estudo da iluminura em Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: edição da autora, 1996.

**MONTCLOS, Jean-Marie Pérouse de**

*Histoire de l'architecture française: de la renaissance à la révolution*. Paris: Mengès, 1989.

**MONTEIRO, Emília T.**

*Vila Boa de Quires*. "Marco de Canaveses (cadenos monográficos)"/2. Porto: s.e., 1978.

**MONTEIRO, Helena Maria Matos**

*A Chancelaria Régia e seus oficiais: 1464-1465*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 1997.

**MONTEIRO, Nuno Gonçalo**

*D. José: na sombra de Pombal*. "Reis de Portugal"/XXV. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

**MORGADO, José**

"Teoria dos números – uma visita muito breve ao reino de Sua Majestade, a Rainha da Matemática". In AAV., *Colóquio/Ciências*. Ano IV, n.º 11. Lisboa: s. e., 1988, pp. 3-28.

**MORENO, Humberto Baquero**

"O Infante Dom Pedro e o ducado de Coimbra". Separata de RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista História*. n.º 5. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Universidade do Porto, 1984, pp. 27-51.

**MORMONE, Raffaele**

*Critica e arti figurative – dal positivismo alla semiologia*. "Studi e testi di storia e critica dell'arte"/1. Nápoles: Società Editrice Napoletana, 1975.

**MOUILLEBOUCHE, Hervé (dir.)**

*Châteaux et Prieurés*. Atas do I colóquio de Bellecroix (Chagny, França), 15-16 de Agosto de 2011. Chagny: Centre de Castellologie de Bourgogne, 2012.

**MOURA, Abel de, CABRITA, Teresa, SERRÃO, Vítor Manuel**

*As pinturas murais do Santuário de São Cucufate (Vila de Frades-Vidigueira)*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

**MOURA, Carlos (cord.)**

“O limiar do Barroco”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 8.

**MUMFORD, Lewis**

*The city in history: its origins, its transformations and its prospects*. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1961 (*The city in history: its origins, its transformations and its prospects*. Londres: Secker & Warburg, 1961).

**MURTEIRA, Helena**

“Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755)”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 21, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 50-57.

**NASCIMENTO, Aires Augusto**

“Circulação do livro manuscrito”. In LANCIANI, Julia e TAVIANI, Giuseppe (dir.), *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Edições Caminho, 1993, pp. 155-159.

**NASCIMENTO, Aires Augusto**

“Concentração, dispersão e dependência na circulação de manuscritos em Portugal nos Séculos XII e XIII”. In AAVV., *Actas del Coloquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Peninsula en los siglos VIII-XIII*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1988, pp. 61-85.

**NASCIMENTO, Aires Augusto**

*Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de D. Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

**NASCIMENTO, Aires Augusto**

“Livro e Claustro no século XIII em Portugal: o inventário da Livraria de S. Vicente de Fora, em Lisboa”. Separata de *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*. n.º 15. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1985, pp. 229-242.

**NASCIMENTO, Aires Augusto**

“Santa Cruz de Coimbra: as motivações de uma fundação regular”. In AAVV., *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época*. Vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, pp. 118-127.

**NASCIMENTO, Aires Augusto**

“Vida de S. Teotónio”. In LANCIANI, Julia e TAVIANI, Giuseppe (dir.), *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Edições Caminho, 1993, pp. 669-671.

**NASCIMENTO, Aires Augusto, MEIRINHOS, José Francisco**

*Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

**NATIVIDADE, M. Vieira**

*O Mosteiro de Alcobaça (notas históricas)*. Coimbra: Imprensa Progresso, 1885.

**NATIVIDADE, M. Vieira**

*Mosteiro e coutos de Alcobaça – alguns capítulos extraídos dos manuscritos inédito do autor e publicados no centenário do seu nascimento*. Alcobaça: Tipografia Alcobacense, 1960.

**NETO, Dirceu Marchini**

“Relações entre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, os reis de Portugal e os demais poderes laicos (séculos XII a XV): análise da documentação publicada por Saul António Gomes”. In PALERMO, Eduardo R. (dir.), *Estudios Historicos – revista digital*. n.º 3. Uruguai: Centro de Documentación Historica del Rio de la Plata, Dezembro de 2009, pp. 1-19 [em linha] disponível em <http://www.estudioshistoricos.org/>

edicion\_3/dirceu-marchini.pdf/ [consultado em 17-02-2011].

**NETO, Margarida Sobral**

*Terra e conflito – Região de Coimbra, 1700-1834*. Viseu: Palimage, 1997.

**NETO, Serafim da Silva**

*História da língua Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

**NEVES, Joaquim Pacheco**

*Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2010.

**NIETO GONZÁLEZ, José Ramón, PALIZA MONDUATE, Maria Teresa**

*Arquitecturas de Ciudad Rodrigo*. Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1994.

**NORBERG-SCHULZ, Christian**

*Architettura Tardobarocca*. Milão: Electa editrice, 1971 (*Arquitectura Barroca Tardía y Rococó*. Madrid: Aguilar, 1973).

**NORBERG-SCHULZ, Christian**

*Significato nell'Architettura Occidentale*. Milão: Electa editrice, 1974 (*Arquitectura Occidental*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004).

**NUNES, José Joaquim**

*Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica / Editora de A. M. Teixeira, 1919 (9.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Clássica editora, 1989).

**NUNES, Eduardo Alexandre Borges**

*Dom Frey Gomez, abade de Florença: 1420-1440*. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Braga: edição do autor, 1963.

**OLIVAL, Fernanda**

*D. Filipe II, de cognome “o pio”*. “Reis de Portugal”/XIX. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2008.

**OLIVEIRA, Miguel de**

“A campanha de entre Douro e Vouga na segunda invasão francesa”. In MADAHIL, António Gomes da Rocha (dir.), *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. XI, n.º 43. Aveiro: s. e., 1945, pp. 161-173.

**OLIVEIRA, Miguel de**

*História eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica, 1940 (5.<sup>a</sup> ed., atualizada por Artur Roque de Almeida. Lisboa: publicações Europa-América, 1994).

**OLIVEIRA, António**

*D. Filipe III*. “Reis de Portugal”/XX. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2011.

**O’MALLEY, Eulogius Austin**

*Tello and Theotonio, the Twelfth-century Founders of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra*. “Studies in mediaeval history - new series”/14. Tese de doutoramento apresentada à Graduate School of Arts and Sciences da Catholic University of America. Washington: The Catholic University of America Press, 1954.

**ONIANS, John**

*Bearers of meaning: the classical orders – in Antiquity, the Middle Ages and the Renaissance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

**PACHECO, Elsa**

*Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. Tese de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 2001.

**PALLASMAA, Juhani**

*The eyes of the skin – architecture and the senses*. 5.<sup>a</sup> ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2008.



**PANOFSKY, Erwin**

*Abbot Suger on the Abbey Church of Saint-Denis and its Art Treasures*. Princeton: Princeton University Press, 1946 (*O significado nas artes visuais*. Lisboa: Presença, 1989).

**PANOFSKY, Erwin**

*Gothic architecture and scholasticism*. Latrobe: Archabbey Press, 1951 (*Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*. Madrid: La Piqueta, 1986).

**PANOFSKY, Erwin**

*Renaissance and Resuscitations in Western Art*. Estocolmo: Almqvist & Wiksell, 1960 (*Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Presença, 1981).

**PANOFSKY, Erwin**

*Studies in iconology*. S. l.: Oxford University Press, 1939 (*Estudos de iconologia – temas humanísticos na arte do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1982).

**PAPAFAVA, Francesco (dir.)**

*La Chapelle Sixtine*. Florença: Monumenti, Musei e Gallerie Pontificie/Scala, Istituto Fotografico Editoriale, 1986.

**PARDO, Vittorio Franchetti**

*Storia dell'Urbanistica – dal Trecento al Quattrocento*. Roma: Gius. Laterza & figli, 1982 (*Historia del Urbanismo – siglos XIV y XV*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1984).

**PARKER, John Henry**

*A concise glossary of architectural terms*. Oxford: James Parker & Co., 1896 (London: Studio Editions, 1989).

**PASSOS, Carlos de**

*Porto: notícia histórico-arqueológica e artística da Cathedral e das Igrejas de Santa Clara, S. Francisco e Cedofeita*. “Arte Portuguesa”/1. Porto: Marques Abreu, 1926.

**PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernanda Dores**

*D. João VI, O Clemente*. “Reis de Portugal”/XXVII. Rio de Mouro; Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e Temas e Debates, 2009.

**PEGUEROLES, Juan**

*El pensamiento filosófico de San Agustín*. Barcelona: editorial Labor, 1972.

**PEREIRA, António Nunes**

*Die Kirchenbauten in Alt-Goa in der zweiten Hälfte des 16. und in den ersten Jahrzehnten des 17. Jahrhunderts: zur Entstehung eines Sakralbautypus*. Tese de doutoramento em Engenharia apresentada à Faculdade für Architektur da Rheinisch-Westfälischen Technischen Hochschule. Aachen: edição do autor, 2002 (*A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*. Lisboa: Fundação Oriente, 2005).

**PEREIRA, Augusto Nunes**

“O mosteiro de S. Pedro de Folques”. In AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, pp. 159-174 (republicado em NEVES, João Alves das (dir.), *Arganilha – revista cultural da beira-serra*. II série, n.º 20. Lisboa: Junho de 2006, pp. 25-41).

**PEREIRA, Isaías da Rosa**

“Livros de Direito na Idade Média”. In AAVV., *Lusitana Sacra*. n.º 7 e 8. Lisboa: s.e., 1964-1966, pp. 7-60; 1967-1968, pp. 81-96.

**PEREIRA, Isaías da Rosa**

“Manuscritos de Direito Canónico existentes em Portugal”. In AAVV., *Arquivo histórico da Madeira*. n.º 11 e 12-13. Funchal, s. e., 1959, pp. 196-242; 1962-1963, pp. 28-41.

**PEREIRA, Fernando António Baptista**

*História da Arte Portuguesa: época moderna (1500-1800)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

**PEREIRA, José Fernandes**

*Arquitectura Barroca em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

**PEREIRA, José Fernandes**

*Arquitectura e escultura de Mafra: retórica da perfeição*. “Cultura portuguesa”/3 (tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa em 1992). Lisboa: Presença, 1994.

**PEREIRA, Paulo**

*Arte Portuguesa – história essencial*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

**PEREIRA, Paulo**

“Construções na Grande Estrada: o caminho de Santiago e a arquitectura portuguesa (1400-1521)”. In VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (cord.), *Do Tardogótico ao Maneirismo – Galiza e Portugal*. S. l.: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1995, pp. 75-129.

**PEREIRA, Paulo**

“De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius”. In SOUSA, Luís Macedo (dir.), *Monumentos*. n.º 28, Dezembro. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 82-91.

**PEREIRA, Paulo (dir.)**

*História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995-1997 (reimpressão – Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007).

**PERELMAN, Chaïm**

*O Império Retórico. Retórica e Argumentação*. Porto: Asa, 1993.

**PERES, Damião (dir.)**

*História de Portugal*. Barcelos: Portucalense editora, 1935.

**PIMENTA, Alfredo**

“Cartulário do Mosteiro de Crasto”. In AAVV., *Boletim de trabalhos históricos*. Número especial. Guimarães: Arquivo Municipal de Guimarães, 1938, pp. 1-46.

**PIMENTA, Cristina**

*D. Pedro I – entre o Reino e a recordação de Inês*. “Reis de Portugal”/VIII. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2007.

**PIMENTA, Rodrigo**

“Para a história do Arcebispado de Braga”. In PIMENTA, Alfredo (dir.), *Boletim de trabalhos históricos*. Vol. VI. Guimarães: Arquivo Municipal de Guimarães, 1941, pp. 97-178.

**PIMENTEL, António Filipe**

*Arquitectura e Poder – o Real Edifício de Mafra*. “Subsídios para a História da Arte Portuguesa”/XXXV. Coimbra: Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

**PIMENTEL, António Filipe**

“Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa”. In AAVV, *Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*. Atas do VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte (1993). Badajoz: Gabinete de Iniciativas Transfronteiras – Junta de Extremadura CEXECL, 1995, pp. 81-94.

**PINHO, Ernesto Gonçalves de**

*Santa Cruz de Coimbra, centro de actividade Musical nos sécs. XVI e XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

**PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de**

“Os cruzios de Viana do Castelo e sua expressão artística”. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (dir.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série Ciências e Técnicas do Património, 1.ª série, vol. V-VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006-2007, pp. 467-487.

**PINHO, Sebastião Tavares de**

“O poema *Consecratio* de Jorge Coelho e a origem da palavra lusíadas”. Separata de *Revista da Univer-*

*sidade de Coimbra*. n.º 33. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1985, pp. 317-339.

**PINTO, Joaquim Caetano**

*Resende: monografia do seu concelho*. Braga: edição do autor, 1982.

**PINTO, Luís de Magalhães Fernandes**

“Os Azulejos do Mosteiro de Paderne – Um revestimento integrado num monumento românico”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 99-101.

**PINTOR, Manuel A. Bernardo**

*Mosteiro de S. Salvador de Paderne: Alto-Minho*. Braga: Escola Tipográfica da Oficina de S. José, 1957.

**PINTOR, Manuel A. Bernardo**

“Paróquia do Mosteiro de São Salvador de Paderne (Alto Minho): costumeiro de 1720”. In SANTOS, Luciano Afonso dos, ARAÚJO, José Rosa de, NEVES, Jaime Quintas (dir.), *Arquivo do Alto Minho*. Vol. 25 (V da 3.ª série). Viana: Editorial Franciscana, 1980, pp. 87-98.

**PIRENNE, Henri**

*Les villes du Moyen Âge, essai d'histoire économique et sociale*. Bruxelas: Lamertin, 1927 (*Le città del Medioevo*. Bari: Laterza, 1973).

**PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Maior**

*D. Dinis*. “Reis de Portugal”/VI. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Maior**

*Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Universidade do Porto em 1987. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1995.

**PIZARRO GÓMEZ, Francisco Javier**

*Arte y espectáculo en los viajes de Felipe II (1542-1592)*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1999.

**POLÓNIA, Amélia**

*D. Henrique – o cardeal-rei*. “Reis de Portugal”/XVII. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**PONTES, J. M. da Cruz**

“Augustinismo em Portugal”. Separata de ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Resistência, 1980-1983, pp. 19-35.

**PONTES, Maria Leonor Cruz**

*A Sé Velha de Coimbra: uma proposta de interpretação museológica*. Dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição da autora, 2009.

**POTTER, Jonathan, WETHERELL, M.**

*Discourse and social psychology – beyond attitude and behaviour*. Londres: Sage Publications, 1989.

**PRATA, Raul Solla**

“A igreja velha de Ermelo (Baião)”. In JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*. n.º 4, Dezembro. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1981, pp. 145-150.

**PUPPI, Lionello**

*Andrea Palladio*. Veneza: Electa editrice, 1973 (reimpressão, Milão: Electa editrice, 1989).

**QUINTÃO, José César Vasconcelos**

*Fachadas de igrejas portuguesas de referente clássico – uma sistematização classificativa*. Porto: FAUP Publicações, 2005.

**RAHNER, Karl, VORGRIMLER, Herbert**

*Petit dictionnaire de théologie catholique*. Paris: éditions du Seuil, 1970.

**RAMOS, Anabela, OLIVEIRA, Paulo João da Cunha**

“Mosteiro de São Martinho de Tibães: dos abades comendatários à afirmação da Congregação de São Bento (1530-1601)”. In AAVV., *Património – Estudos*. n.º 5. Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, 2003, pp. 51-60.

**RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva**

*O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

**RAMOS, Cláudia**

“O Mosteiro e a Colegiada de S. Bartolomeu e S. Gens de Montelongo (1117-1250)”. In AAVV., *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época*. Vol. 5. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 361-369.

**RAMOS, Luís A. de Oliveira**

*D. Maria I. “Reis de Portugal”/XXVI*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2007.

**RANO, Balbino**

*The order of Saint Augustine*. Roma: O.S.A., 1975.

**REAL, Manuel Luís**

*A arte românica de Coimbra: novos dados – novas hipóteses*. Dissertação de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1974.

**REAL, Manuel Luís**

“Convento da Costa (Guimarães) – história e arqueologia”. In JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*. n.º 1. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Junho de 1980, pp. 35-37.

**REAL, Manuel Luís**

“O Convento Românico de S. Vicente de Fora”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 2, Março. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 14-23.

**REAL, Manuel Luís**

“A igreja de S. Pedro de Ferreira: um invulgar exemplo de convergência estilística”. In PEREIRA, Arménio da Assunção (dir.), *Paços de Ferreira – estudos monográficos*. Vol. 1. Paços de Ferreira: Gabinete de Informação e Cultura da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 247-294.

**REAL, Manuel Luís, SÁ, Pedro de**

“O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral”. Separata de *Actas do Colóquio de História Local e Regional*. Santo Tirso: Impr. Portuguesa, 1982.

**REAL, Manuel Luís**

“A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII”. In JORGE, Vitor Oliveira (dir.), *Arqueologia*. n.º 6, Dezembro. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, pp. 118-132.

**REBOUL, Olivier**

*Introduction à la rhétorique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

**REDOL, Pedro, VIEIRA, Nídia**

“Dois claustros desconhecidos do Mosteiro da Batalha”. In GOMES, Saul António (cord.), *Estudos Leirien-ses*. n.º 3, Dezembro. Leiria: Textiverso, 2014, pp. 221-236.

**REIS, António Matos**

“Mosteiro de Refoios – as suas origens”, In AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp. 11-36.

**REIS, António Matos**

“O claustro da Badia de Florença”. In MEA, Elvira Cunha de Azevedo, RIBEIRO, Fernanda, AMARAL, Luís

Carlos, CERVEIRA, Maria Elisa (cord.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da universidade do Porto, 2006, pp. 141-158.

**REIS, António Matos**

“O património artístico do Mosteiro de Refoios do Lima”. In AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp. 37-57.

**REIS, Hugo de Amorim**

*Evolução da estrutura urbana de Viana do Castelo – Factores de transformação e elementos de continuidade*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa. Porto: edição do autor, 2008.

**RIEGL, Alöis**

*Historische grammatik der bildenden künste*. Viena: s. e., 1899 (*Grammaire Historique des Arts Plastiques: Volonté artistique et vision du monde*. Paris: Klincksieck, 1978).

**ROBINS, R. H.**

*A short history of linguistics*. Londres: Longman, 1967 (4.<sup>a</sup> ed. Londres: Longman, 1997).

**ROCHA, Manuel Moreira da**

*A memória de um mosteiro: Santa Maria de Arouca (séculos XVII-XX) – das construções e reconstruções*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

**ROCHA, Olga**

*Vila Boa de Quires*. Marco de Canaveses: EFEMART, 1996.

**ROCHA, Pedro Romano**

*L'Office divin au Moyen Âge dans l'Église de Braga. Originalité et dépendances d'une liturgie particulière au Moyen Âge*. n.º 24. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

**ROCHA, Pedro Romano**

“Le Rayonnement de l'Ordre de Saint-Ruf dans la péninsule ibérique, d'après sa liturgie”. In AAVV., *Le monde des chanoines: XI<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles*. «Cahiers de Fanjeaux – collection d'histoire religieuse du Languedoc au XIII<sup>e</sup> et au début du XIV<sup>e</sup>»/n.º 24. Toulouse: Privat, 1989, pp. 193-208.

**RODRIGUES, Ana Maria S. A.**

“Colegiadas”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores, 2001, pp. 399-403.

**RODRIGUES, António Simões**

*História comparada – Portugal-Europa e o mundo. Uma visão cronológica*, “Grandes temas da nossa história”. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

**RODRIGUES, Dalila (cord.)**

*Arte Portuguesa: da Pré-História ao século XX*. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.

**RODRIGUES, Manuel Augusto**

“Os estudos teológicos e bíblicos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no séc. XVI. A figura de D. Pedro de Figueiró”. In AAVV., *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio – 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, 1984, pp. 119-138.

**ROMINGER, Claudia, JÜNGLING, Isabel**

*Concepção de alas conventuais – séc. XII até o séc. XVIII*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa I, do 4.º ano do curso de Arquitetura da FAUP. Porto: edição das autoras, 1996.

**ROMEYER-DHERBEY, Gilbert**

*Os sofistas*. “Biblioteca básica de Filosofia/31”. Lisboa: edições 70, 1986.

**ROSAS, Lúcia Maria Cardoso**

“A Colegiada de S. Martinho de Cedofeita do Porto”. Separata de *Boletim Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Penafiel*. 3.ª série, n.ºs 2-3. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1988, pp. 33-52.

**ROSAS, Lúcia Maria Cardoso**

*Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 1995.

**ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (cord.)**

*Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa – Comunidade Urbana do Vale do Sousa, 2008.

**ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (cord.)**

*Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014.

**ROSSA, Walter**

*Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Tese de doutoramento em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 2001.

**ROSSA, Walter**

“Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 21, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 22-43.

**ROSSA, Walter**

“A Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da universidade portuguesa”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 25. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2008, pp. 16-23.

**ROSSA, Walter**

*A urbe e o traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002.

**RUAS, Henrique José Barrilaro**

“Frei E. Austin O’Malley, F.S.C. (Ph.D.) – Tello and Theotonio, the Twelfth-century Founders of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra – The Catholic University of America Press, Washington, 1954”. Recensão. In s. n. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1956.

**RUÃO, Carlos**

“A edificação da dupla-rotunda do mosteiro de Santo Agostinho”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 32-39.

**RUÃO, Carlos**

*Arquitectura Maneirista no Noroeste Peninsular de Portugal – Italianismo e Flamenguismo*. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1995. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra / EN – Electricidade do Norte, S.A., 1996.

**RÜEGG, Walter (cord.)**

*Uma história da Universidade na Europa*. Lisboa: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Fundação Eng. António de Almeida, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

**SÁ, Augusto Carneiro de**

“O mosteiro de Santa Maria de Landim”. In FERNANDES, Agostinho (dir.), *Boletim cultural de Vila Nova de Famalicão*. n.º 2, Junho. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1981, pp. 91-115.

**SALDANHA, Sandra Costa**

“Uma «Nova e Real Praça» para o Convento do Coração de Jesus à Estrela: projecto urbano da Lisboa Mariana”. In MARADO, Catarina Almeida (ed.), *Monastic architecture and the city*. “CEScontexto-debates/06”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 82-95 [em linha]

disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/ces> [consultado em 20-06-2018].

**SALDANHA, Sandra Costa (cord.)**

*Mosteiro de São Vicente de Fora – Arte e História*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010.

**SALDANHA, Sandra Costa**

“«Para recreação de huns conegos clausurados»: estrutura e programa artístico da cerca monástica de São Vicente de Fora”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes, GONÇALVES, Carla Alexandra, e ANTUNES, Joana (cord.), *Equipamentos monásticos e prática espiritual*. “Bens culturais da Igreja”/7. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017, pp. 275-292.

**SALLÉ, Alix (dir.)**

*The abbey of Cluny*. Paris: Centre des Monuments Nationaux e Monuments, éditions du patrimoine, 2001.

**SAMPAIO, Joaquim C.**

“O mosteiro e a igreja de São Salvador de Grijó: intervenção de consolidação estrutural”. In AAVV., *Património – Estudos*. n.º 1. Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, 2001, pp. 161-165.

**SÁNCHEZ-ORO ROSA, Juan José**

“Iglesia y poder en Ribacôa y Ciudad Rodrigo – la construcción del espacio político mirobrigense (1161-1211)”. In MARQUES, José (cord.), *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série História, 2.ª série, vol. XV, t. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 313-322.

**SÁNCHEZ-ORO ROSA, Juan José**

*Orígenes de la Iglesia en la diócesis de Ciudad Rodrigo – episcopado, monasterios y órdenes militares (1161-1264)*. Ciudad Rodrigo: Centro de Estudios Mirobrigenses e Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1997.

**SANTOS, Ana Paula Pratas Figueira**

*A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra – da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel*. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição da autora, 2000.

**SANTOS, Cândido Augusto Dias dos**

*O Censual da Mitra do Porto – Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*. “Documentos e memórias para a história do Porto”/XXXIX. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1973.

**SANTOS, Cândido Augusto Dias dos**

“De reformador dos estudos a bispo de Leiria, ou o itinerário de um contemplativo: D. Frei Brás de Barros”. Separata de *Revista da Universidade de Coimbra*. n.º 36. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, pp. 317-326 (também in AAVV., *História e cultura na época moderna. Estudos e documentos*. Porto: Publicações da Universidade do Porto, 1998, pp. 193-216).

**SANTOS, Cândido Augusto Dias dos**

“Estudantes e constituições dos colégios de Santa Cruz de Coimbra (1534-1540)”. Separata de AAVV., *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série História, vols. 3/4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1973-1974, pp. 89-196.

**SANTOS, Cândido Augusto Dias dos**

*Jansenismo e Antijansenismo nos Finais do Antigo Regime*. “Monografias”/1. Porto: CITCEM e Edições Afrontamento, 2011.

**SANTOS, Cândido Augusto Dias dos**

*Os Jerónimos em Portugal – das origens aos fins do século XVII*. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1977 (*Os Jerónimos em Portugal – das origens ao século XVII*. “Textos de História”/3. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Universidade do Porto, 1980).

**SANTOS, Celso Francisco**

*A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1574-1636*. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 1988.

**SANTOS, Eugénio dos**

*D. Pedro IV – liberdade, paixões e honra*. “Reis de Portugal”/XXVIII. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

**SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos**

*As portas da Jerusalém celeste – síntese formal e tipológica da evolução histórica das fachadas de duas torres na arquitectura religiosa portuguesa*. Dissertação de licenciatura em arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 2001.

**SANTOS, José Dinis dos**

“O mosteiro da Serra do Pilar”. Separata de *Comunidades Portuguesas*. n.º 22. S. l.: s. e., Abril de 1971.

**SANTOS, Maria Elisabete Antunes**

*Mosteiro de S. Pedro de Folques*. Trabalho apresentado no âmbito de Seminário de Geografia Humana do Departamento de Ciências Históricas da Universidade Livre. Lisboa: edição da autora, 1986.

**SANTOS, Maria José Azevedo dos**

*Jantar e cear na corte de D. João III – leitura, transcrição e estudo de dois livros de cozinha do Rei (1524 e 1532)*. Vila do Conde/Coimbra: Câmara Municipal de Vila do Conde e Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002.

**SANTOS, Maria Tereza C. S. Gonçalves**

*As artes liberais e a natureza do ensino em Santo Agostinho*. Dissertação apresentado no âmbito da prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Évora: edição da autora, 1991.

**SANTOS, Reynaldo dos**

*História da Arte em Portugal*. Volume III. Porto: Portucalense Editora, 1953.

**SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de**

“Os Naturais (Séc. XIII e XIV)”. In METELLO, Manuel Arnao (dir.), *Raízes e Memórias*. n.º 1. Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, Julho de 1987, pp. 45-71.

**SAPIR, Edward**

*Linguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.

**SARAIVA, António José**

*História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal de Foro, 1950-1962.

**SARAIVA, António José, LOPES, Óscar**

*História da Literatura Portuguesa*. 12.ª ed. corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 1982.

**SARAIVA, Tânia Andrade**

*O Mosteiro de São Jorge*. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição da autora, 2000.

**SAUSSURE, Ferdinand de**

*Cours de Linguistique générale*. Publicado por Charles Bally e Albert Sechelaye (colaboração de Albert Riedlinger). Paris: Payot, 1949.

**SEBASTIÁN, Santiago, GARCIA GAINZA, Maria Concepción, BUENDÍA MUÑOZ, J. Rogelio**

*El Renacimiento*. “Historia del Arte Hispánico”/III. Madrid: Alhambra, 1980.

**SERRÃO, Joaquim Veríssimo**

*História de Portugal*. 2.ª ed. revista. Lisboa: Verbo, 1980.

**SERRÃO, Joaquim Veríssimo**

“Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, um caso de rivalidade cultural?”. Separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano: actas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1977.



**SERRÃO, Joel (dir.)**

*Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

**SERRÃO, Vítor Manuel**

*O Barroco*. “História da Arte em Portugal”/4. Lisboa: editorial Presença, 2003.

**SERRÃO, Vítor Manuel (cord.)**

“O Maneirismo”. In AAVV., *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 7.

**SERRÃO, Vítor Manuel**

*O Renascimento e o Maneirismo*. “História da Arte em Portugal”/3. Lisboa: editorial Presença, 2002.

**SERRÃO, Vítor Manuel**

“Sobre o conceito artístico de Maneirismo e a sua experiência na Arte Portuguesa (1540-1600)”. Lisboa: edição do autor, Março de 1997.

**SERRÃO, Vítor Manuel, MECO, José**

*Palmela histórico-artística: um inventário do património artístico concelhio*. Lisboa/Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Edições Colibri, 2007.

**SILVA, Ana Margarida, MONCADA, Frederico de, MAGALHÃES, Maria, GONÇALVES, José**

*Mosteiro de São Salvador de Moreira – Maia*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa, do 5.º ano do curso de licenciatura em arquitetura do DAAUM. Guimarães: edição dos autores, 2002.

**SILVA, António Pereira da**

*A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de Dom João V e de Dom José I*. Braga: Franciscana, 1964.

**SILVA, Armando Carneiro da**

*A criação e levantamento do Colégio da Sapiência (vulgo Colégio Novo ou dos Orfãos)*. “Publicações do meio milénio da Misericórdia coimbrã”. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1992.

**SILVA, Augusto Vieira da**

*A cerca fernandina de Lisboa*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

**SILVA, Carla, DOMINGUES, José, CRUZ, Nuno, MARTINS, Sílvia, SILVA, Tiago**

*Mosteiro de Vila Nova de Muia – Ponte da Barca*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa, do 5.º ano do curso de licenciatura em arquitetura do DAAUM. Guimarães: edição dos autores, 2002.

**SILVA, Carlos Manuel Guardado da**

*Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2008.

**SILVA, Carlos Manuel Guardado da**

*O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. “Estudos de história regional”/19. Lisboa: Colibri, 2002.

**SILVA, Carlos Manuel Guardado da**

*S. Vicente de Fora no período da sua formação (séculos XII-XIII)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 1997.

**SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da**

“A Colegiada de Santa Maria da Oliveira em Guimarães: a cidade, o organismo cenobítico e a igreja». In AAVV., *A Obra Nasce – Revista de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*. n.º 1. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2004, pp. 44-59.

**SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da**

“O Mosteiro de S. Simão e S. Judas Tadeu da Junqueira: carácter, reutilização e reabilitação”. In AAVV., *IV Encontro de história de Vila do Conde: O património edificado – memória versus reabilitação*. Atas. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2006, pp. 21-40.

**SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da**

*A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º*

*Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição do autor, 1998.

**SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da**

“À volta da metodologia estruturalista: uma análise e uma proposta para a investigação em história da arte”. In AAVV., *A Obra Nasce – Revista de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*. n.º 0, Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003, pp. 152-173.

**SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da**

«Entre la ville de l’homme et la cité de Dieu – fortifications et métaphores architecturales chez les Chanoines Réguliers de Saint Augustin au Portugal». In MOUILLEBOUCHE, Hervé (dir.), *Châteaux et Prieurés – Actes du premier colloque de Bellecroix (Chagny), 15-16 octobre 2011*. Chagny: Centre de Castellologie de Bourgogne, 2012, pp. 154-183.

**SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e**

«As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina». In FONSECA, Luís Adão da (dir.), *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Atas do seminário internacional homónimo (2008). Porto: CEPESE e Civilização Editora, 2009, pp. 105-118.

**SILVA, Jorge Henrique Pais da, CALADO, Margarida**

*Dicionário de termos de arte e arquitectura*. “Biblioteca da Arte”/7. Barcarena: Presença, 2005.

**SILVA, Jorge Henrique Pais da**

*Estudos sobre o Maneirismo*. Lisboa: Estampa, 1983 (2.ª ed. corrigida e aumentada. “Imprensa Universitária”/29. Lisboa: Estampa, 1986).

**SILVA, José Custódio Vieira da**

*O Tardo-Gótico na arquitectura religiosa do Alentejo*. Dissertação de mestrado em História da Arte Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 1985 (*O Tardo-Gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo*. “Estudos de Arte”/9. Lisboa: Livros Horizonte, 1989).

**SILVA, José Custódio Vieira da**

“Lisboa Medieval – breves reflexões”. In MACIEL, Justino, SILVA, Raquel Henriques da (cord.), *Revista de História da Arte*. n.º 2/”Lisboa, espaço e memória”. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp. 37-42.

**SILVA, Luís Duarte Vilela da**

*Memórias históricas da Insigne e Real collegiada de Santa Maria de Alcáçova da villa de Santarém, offerecidas a El-Rei D. João VI*. Lisboa: Imprensa Régia, 1817.

**SILVA, Manuela Santos**

*Estruturas urbanas e administração concelhia – Óbidos medieval*. Versão reformulada da dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Universidade Nova de Lisboa em 1987. “Património Historica – série dissertações”. Cascais: Patrimónia, 1997.

**SILVA, Manuela Santos**

*A região de Óbidos na época medieval: estudos*. “P.H. – Estudos e Documentos”. Caldas da Rainha: Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994.

**SILVA, Maria Beatriz Nizza da**

*D. João V: 1689-1750*. “Reis de Portugal”/XXIV. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Temas e Debates, 2009.

**SILVA, Nuno Miguel Maia da**

*Claustros serlianos em Portugal: 1558-1635*. Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor, 2012.

**SILVA, Paula Araújo da**

“Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 9, Setembro. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, pp. 76-81.

**SILVA, Raquel Henriques da**

“Arquitectura religiosa pombalina”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 21, Setembro. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 108-115.

**SIMAENS, Sofia Adelaide Moreira Olazabal**

*A Igreja do Mosteiro de S. Martinho de Caramos – Inventário dos bens culturais: uma forma de reconhecimento do património crúzio*. Dissertação de mestrado em História e Património (ramo de Mediação Patrimonial) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição da autora, 2013.

**SIMÕES, João Miguel dos Santos**

*Azulejaria em Portugal no século XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

**SIMÕES, João Miguel dos Santos**

*Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Edição revista e atualizada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

**S.I.P.A./I.H.R.U.**

*Inventário do Património Arquitectónico*, [em linha] disponível em <http://www.monumentos.gov.pt> [consultado em 3-02-2020].

**SOARES, Franquelim Neiva**

“Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima em 1528”. In FONTES, Carlos Alberto de Oliveira (cord.), *Bracara Augusta – revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*. Vol. XLI, n.º 91-92 (104-105). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1988-1989, pp. 101-138.

**SOROMENHO, Miguel**

“Do Escorial a S. Vicente de Fora: algumas notas sobre Filipe II e a Arquitectura Portuguesa”. In ALÇADA, Margarida (dir.), *Monumentos*. n.º 2, Março. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 24-26.

**SOUSA, Armindo de**

*As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*. Tese de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1987. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

**SOUSA, Bernardo Vasconcelos e**

*D. Afonso IV. “Reis de Portugal”/VII*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

**SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.)**

*Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

**SOUSA, José João Rigaud de**

“Elementos para a localização do mosteiro de S. Salvador de Tuíás (concelho de Marco de Canaveses)”. In MACIEL, Manuel Justino P. (cord.), *Miscellanea em homenagem ao professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, 1996, pp. 581-591.

**SOUSA, José João Rigaud de, MONTEIRO, Maria Teresa**

“Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do Convento de Santa Clara, de Coimbra, e os cônegos do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, e SOUSA, José João Rigaud (dirs.), *Estudos Medievais*. n.º 1. Porto: Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura e Secção de História Medieval do Centro de Estudos Humanísticos, 1981, pp. 81-93.

**SOUSA, Maria Armada de Almeida e**

*O mosteiro de Santa Cruz: especial incidência sobre o jardim de Santa Cruz (ou Sereia)*. Coimbra: APPA-

CDM e Gráfica de Coimbra, 2000.

**TACHAU, Katherine H.**

*Vision and certitude in the age of Ockham: optics, epistemology and the foundations of semantics.* “Studien und Texte zur Geistgeschichte des Mittelalters”/22. Leiden: E. J. Brill, 1988.

**TAVARES, Domingos**

*Andrea Palladio – a grande Roma.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/11. Porto: Dafne Editora, 2008.

**TAVARES, Domingos**

*António Francisco Lisboa – classicismo no novo mundo.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/21. Porto: Dafne Editora, 2006.

**TAVARES, Domingos**

*António Rodrigues – renascimento em Portugal.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/20. Porto: Dafne Editora, 2007.

**TAVARES, Domingos**

*Balthasar Neumann – o último arquitecto barroco.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/14. Porto: Dafne Editora, 2003.

**TAVARES, Domingos**

*Claude-Nicolas Ledoux – formas do iluminismo.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/23. Porto: Dafne Editora, 2011.

**TAVARES, Domingos**

*Donato Bramante – arquitectura da ilusão.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/8. Porto: Dafne Editora, 2007.

**TAVARES, Domingos**

*Filippo Brunelleschi – o arquitecto.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/2. Porto: Dafne Editora, 2003.

**TAVARES, Domingos**

*Francesco Borromini – dinâmicas da arquitectura.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/18. Porto: Dafne Editora, 2004.

**TAVARES, Domingos**

*Giulio Romano – a terceira maneira.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/10. Porto: Dafne Editora, 2012.

**TAVARES, Domingos**

*Guarino Guarini – geometrias arquitectónicas.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/19. Porto: Dafne Editora, 2010.

**TAVARES, Domingos**

*Inigo Jones – classicismo inglês.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/16. Porto: Dafne Editora, 2005.

**TAVARES, Domingos**

*John Nash – arquitectura urbana.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/22. Porto: Dafne Editora, 2010.

**TAVARES, Domingos**

*Juan de Herrera – disciplina na arquitectura.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/15. Porto: Dafne Editora, 2005.

**TAVARES, Domingos**

*Louis Le Vau – a dimensão do infinito.* “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/17. Porto: Dafne Editora, 2008.

**TAVARES, Domingos**

*Michelangelo – aprendizagem da arquitectura*. “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/9. Porto: Dafne Editora, 2012.

**TAVARES, Domingos**

*Philibert Delorme – profissão de arquitecto*. “Sebentas de História da Arquitectura Moderna”/13. Porto: Dafne Editora, 2004.

**TÁVORA, Fernando**

“Convento de Refoios do Lima”. In *Architecti*. Ano IV, n.º 13, Janeiro/Fevereiro/Março. Lisboa: Trifólio, 1992, pp. 70-78.

**TEIXEIRA, Manuel C., VALLA Margarida**

*O urbanismo português: séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

**TELES, Sílvia**

*A igreja e o mosteiro de Santa Maria de Landim – trajectória dos tempos*. Dissertação de estágio profissional realizado na DREMN. Porto: edição da autora, 2004.

**THIESSE, Anne-Marie**

*La création des identités nationales – Europe XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

**TOMAN, Rolf (ed.)**

*Der Kunst der Gotik – Architektur, Skulptur, Malerei*. Colónia: Köneman, 1998 (*A Arte do Gótico – Arquitectura, Escultura, Pintura*. Colónia: Köneman, 2000).

**TORRES; Cláudio**

“Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”. In D’INTINO, Raffaella (cord.), *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura’94 / Electa, 1994, pp. 80-85.

**TORRINHA, Francisco**

*Dicionário latino-português*. 3.ª ed. Porto: edições Marânus, 1945.

**TRIGUEIROS, Luís (ed.)**

*Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993.

**TRINDADE, António de Oriol Vazão**

*A arquitectura maneirista em Portugal – da capela-panteão de Santa Maria de Belém ao real Mosteiro de São Vicente de Fora*. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 2000.

**TUDELA, Fernando**

*Hacia una Semiotica de la Arquitectura*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, s.d..

**UNESCO**

“Beffrois de Belgique et de France”. In *La liste du patrimoine mondial*, [em linha] disponível em <http://whc.unesco.org/fr/list/943/> [consultado em 23-05-2013].

**URBANO, Carlota Miranda**

“«Cidade dos Deuses» e «Cidade dos Homens» numa epopeia hagiográfica neolatina: o *De patientia christiana* de Jorge Coelho (1540)”. In AAVV., *Humanitas*. Vol. 60. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 231-245.

**VALDIVIESO, E., OTERO, R., URREA, J.**

*El Barroco y el Rococó*. “Historia del Arte Hispánico”/IV. Madrid: Alhambra, 1980.

**VALE, Manuel Gonçalves**

“Os arquivos do mosteiro de Refoios”. In AAVV., *Subsídios para a história do convento de Refoios: onde será instalada a Escola Superior Agrária*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp. 101-116.

**VAN DE WALLE, Adelbert L. J.**

*Belgique Gothique – architecture, art monumentale*. “Histoire de l’Architecture en Belgique”/2. Bruxelas: Marc Vokaer, 1971.

**VASCONCELLOS, António Ribeiro de**

*Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*. Edição facsimilada da de 1891-1894. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1993.

**VASCONCELLOS, António Ribeiro de**

*Inês de Castro: estudo para uma série de lições no curso de história de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos / Marques Abreu, 1928.

**VASCONCELLOS, António Ribeiro de**

*Sé-velha de Coimbra: apontamentos para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930.

**VASCONCELLOS, Joaquim de**

*Arte Românica em Portugal*. Porto: Marques Abreu, 1918 (2.<sup>a</sup> ed., fac-similada. Lisboa: D. Quixote, 1992).

**VASCONCELOS, Flório de**

“D. Pedro da Costa: subsidios para a biografia de um bispo do Porto do século XVI”. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *Revista de História*. Vol. 2/“Actas do colóquio «O Porto na Época Moderna»”. Porto: Centro de História e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 269-281.

**VASCONCELOS, Flório de**

*História da Arte em Portugal*. “Biblioteca Básica Verbo”/65. Lisboa: Verbo, 1972.

**VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de, ARAÚJO, António de Sousa**

*Bulário Bracarense – Sumários de Diplomas Pontifícios dos Séculos XI a XIX*. Braga: Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho, 1986 [em linha], disponível em <http://www4.di.uminho.pt/~jcr/PROJS/bb/BBOnline/bbcts.html> [consultado a 04-05-2017].

**VAZ, Ana, ESTEVES, Jorge, MARTINS, Deolinda, BONIFÁCIO, Susana, LEITE, Rui, MIRANDA, Nélia, MARIANO, Ricardo**

*Mosteiro de Vila Nova de Muia – estudo monográfico*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa I, do 4.º ano do curso de arquitetura da FAUP. Porto: edição dos autores, 1993.

**VEIGA, Carlos Margaça**

*A herança filipina em Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2005.

**VENTURA, José P. S.**

“Mosteiro de S. Salvador de Grijó”. In DIAS, C. Malheiro (dir.), *Ilustração Portuguesa – revista semanal dos acontecimentos da vida portuguesa*. 2.<sup>a</sup> série, II semestre, n.º 41, 3 de Dezembro. Lisboa: O Século, 1906, pp. 555-563.

**VENTURA, Leontina**

*D. Afonso III. “Reis de Portugal”/V*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

**VERDIER, François**

“Le beurre et la couronne – la Tour de Beurre et la Tour Couronnée, deux chefs-d’œuvre de la fin du Moyen Age à Rouen”. In VERDIER, Hélène (dir.), *In situ*. n.º 1/“Mélanges en mémoire de Joël Perrin”. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication – Direction Générale des Patrimoines, 2001, [em linha] disponível em <http://insitu.revues.org/1148> [consultado em 07-04-2015].

**VICENTE, António Maria Balcão**

*Povoamento e estrutura administrativa no espaço transmontano (século XII a 1325)*. Tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: edição do autor, 2002.

**VIDAL-NAQUET, Pierre, BERTIN, Jacques**

*Le grand livre de l'histoire du monde – atlas historique*. Paris: Hachette, 1986 (*Atlas histórico – da Pré-História aos nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994).

**VIEIRA, José Bento**

*Santa Cruz de Coimbra – Arte e História*. 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Igreja de Santa Cruz de Coimbra, 2001.

**VILA, Romero**

“Documentação do Mosteiro da Serra do Pilar”. In *O mosteiro da Serra do Pilar*. “Monumentos de Vila Nova de Gaia/1”. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1984.

**VILAR, Ana, MARTINS, Andreia, BARREIRO, Catarina, CARVALHO, Margarida, VARANDAS, Samuel**

*O Mosteiro de Landim – Vila Nova de Famalicão*. Trabalho apresentado no contexto da disciplina de História da Arquitetura Portuguesa, do 5.º ano do curso de licenciatura em arquitetura do DAAUM. Guimarães: edição dos autores, 2006.

**VILLER, Marcel (dir.)**

*Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique: doctrine et histoire*. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, 1937-1945.

**VITERBO, Francisco Sousa**

*Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1899-1922 (edição fac-símile. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988).

**VITERBO, Francisco Sousa**

*O mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, anotações e documentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1890 (*O mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, anotações e documentos*. 2.<sup>a</sup> ed. correcta e augmentada. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914).

**VITERBO, Francisco Sousa**

*O Movimento tipográfico em Portugal no século XVI (apontamentos para a sua história)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

**XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro**

*D. Afonso VI. “Reis de Portugal”/XXII*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

**WARMOES, Isabelle, SANGER, Victoria (dir)**

*Vauban – bâtisseur du Roi-Soleil*. Paris: Cité de l'Architecture et du Patrimoine, Musée des Plans-Reliefs / Somogy Éditions d'Art, 2007.

**WATKIN, David**

*A History of Western Architecture*. Londres: Barrie & Jenkins, 1986 (4.<sup>a</sup> ed. Londres: Lawrence King Publishing, 2005).

**WITTKOWER, Rudolf**

*Bernini. The sculptor of the roman baroque*. 1955 (4.<sup>a</sup> ed. Londres: Phaidon, 1997).

**WINKLER, Samuel**

*Ms 794 of the Public Municipal Library of Porto – Sacramentarium Ordinis Sanctae Crucis Conimbricensis: a critical edition of its Calendarium and Sanctorale*. Dissertação de licenciatura no Pontifício Ateneo Santo Anselmo. Roma: Pontifício Istituto Liturgico, 1997.

**WÖLFFLIN, Heinrich**

*Kunstgeschichtliche grundbegriffe*. Munique: 1915 (*Principes fondamentaux de l'histoire de l'Art*. Paris: Gallimard, 1966).

**WÖLFFLIN, Heinrich**

*Prolegomena zu einer psychologie der archhitektur.* 1886 (*Psychologie de l'architecture.* s.l.: éditions Carrè, 1996).

**WUNDRAM, Manfred, PAPE, Thomas, MARTON, Paolo**

Andrea Palladio, 1508-1580: architect between the Renaissance and Baroque. Colónia: Benedikt Taschen, 1993.

**YARZA, Joaquín**

*La Edad Media.* "Historia del Arte Hispánico"/II. 2.<sup>a</sup> ed. Madrid: Alhambra, 1982.

**ZEVI, Bruno**

*Architectura in nuce.* Florença: Sansoni, 1979 (*Architectura in nuce – uma definição de Arquitectura.* Lisboa: Edições 70, 1996).

**ZEVI, Bruno**

*Sapere vedere l'architettura – saggio sull'interpretazione spaziale dell'architettura.* 3.<sup>a</sup> ed. Turim: Einaudi, 1951.





